UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO

ALÉM DA "MUSA DA ESQUERDA":
UMA BIOGRAFIA HISTÓRICA DE IARA IAVELBERG (1944-1971)

NITERÓI
2023

JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO

ALÉM DA “MUSA DA ESQUERDA”:
UMA BIOGRAFIA HISTÓRICA DE IARA IAVELBERG (1944-1971)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janaína Martins Cordeiro

NITERÓI
2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

N244a Nascimento, Juliana Marques do
Além da "musa da esquerda" : uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971) / Juliana Marques do Nascimento. - 2023.
675 f.: il.

Orientador: Janaína Martins Cordeiro.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

1. Ditadura civil-militar. 2. Biografia histórica. 3. Iara Iavelberg. 4. Luta armada no Brasil. 5. Produção intelectual. I. Cordeiro, Janaína Martins, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

JULIANA MARQUES DO NASCIMENTO

ALÉM DA "MUSA DA ESQUERDA":
UMA BIOGRAFIA HISTÓRICA DE IARA IAVELBERG (1944-1971)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janaína Martins Cordeiro

Aprovada em: ___/___/____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Janaína Martins Cordeiro – UFF
Orientadora

_____

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff – UFSC

_____

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis – UFF

_____

Prof. Dr. Marcelo Ridenti – Unicamp

_____

Prof. Dr. Vinícius Liebel – UFRJ

A todas as mulheres que dedicaram suas vidas
à revolução brasileira;

Ao Miguel e à Iarinha, suporte para cada uma
das páginas aqui escritas;
À Maria, para inspirá-la quando
souber ler essas páginas.

AGRADECIMENTOS

Paradoxalmente, em um trabalho que às vezes pareceu tão solitário quanto este, cabem muitos agradecimentos. Esta pesquisa me mostrou que, para o exercício do ofício do historiador e do pesquisador em geral, são necessários muitos contatos; foram eles que me proporcionaram alcançar muito em termos de fontes, conversas, trocas teóricas, mas também experienciais e subjetivas. E de antemão peço desculpas aos leitores, mas esta seção terá que fazer jus ao tamanho da tese, e será (quase) tão extensa quanto.

Primeiramente agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF), por terem sido minha casa durante esses últimos seis anos (dois de mestrado e quatro de doutorado); à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), pelo financiamento imprescindível para a realização deste trabalho.

Preciso agradecer também à minha orientadora, Profa. Dra. Janaína Martins Cordeiro, que desde o mestrado tem estado ao meu lado, me guiando e apoiando. Jana, obrigada por todo o trabalho que desenvolvemos juntas até aqui, mas, principalmente, pela conexão pessoal e sincera que construímos. Foi por conta dela que me senti livre para dividir com você minhas angústias com o primeiro tema de pesquisa, questões de saúde e as tantas fontes de ansiedade que apareceram ao longo desse percurso. A admiração que já sentia por você se multiplicou ao longo dos últimos quatro anos! Muito obrigada!

Agradeço aos professores que aceitaram participar da banca final, Daniel Aarão Reis e Vinícius Liebel, Cristina Wolff e Marcelo Ridenti pela leitura atenta e críticas preciosas que em muito contribuíram para o aprimoramento das reflexões feitas nesta tese – meu muito obrigada duplo aos professores Daniel e Vinícius por terem participado também da banca de qualificação.

Agradeço aos professores Marcos Silva (USP) e Denise Rollemberg (PPGH-UFF) pelas disciplinas ofertadas, que permitiram não só que eu cumprisse os créditos necessários para a conclusão do doutorado, mas também me possibilitaram aprofundar ainda mais pontos caros ao meu tema de pesquisa, como memória e ditadura.

Não tenho palavras suficientes para agradecer a Samuel e Raul Iavelberg, que foram muito receptivos à ideia da pesquisa, dedicaram seu tempo para entrevistas, tiraram muitas dúvidas ao longo desses anos, vasculharam suas memórias, revivendo momentos dolorosos em nome deste trabalho. Muitíssimo obrigada! Meus agradecimentos especiais a Samuel, que

sempre esteve disponível dias a fio para me auxiliar sem pestanejar, em todas as muitas ocasiões em que eu precisei.

Minha sincera gratidão a todos que aceitaram compartilhar suas histórias, por mais doloroso que fosse acessar as memórias traumáticas de violência, perdas irreparáveis e momentos difíceis: seus depoimentos constituíram as principais fontes para a realização desta tese. Aos que não puderam enfrentar o passado pelas mais diversas circunstâncias, meu profundo respeito. Meus agradecimentos especiais a Carlos Heck, Celso Lungaretti, Elias da Rocha Barros, João Quartim de Moraes, Lucia Sarapu, Maria do Carmo Reginato, Marina Heck e Marina Tschiptschin, com quem conversei tantas vezes para tirar dúvidas.

O contato com essas testemunhas essenciais foi obtido através de pessoas igualmente cruciais. Meus profundos agradecimentos ao Prof. James Green (Brown University), que sugeriu pessoas a serem entrevistadas e foi tão generoso ao compartilhar os contatos de muitas delas. A Ricardo Pimenta, do coletivo "Geração de 1968", que, mesmo sem ter conhecido Iara, acreditou nesta pesquisa e confiou em mim para fazer pontes com muitos de seus companheiros de militância política contra a ditadura. Novamente, ao Prof. Daniel Aarão Reis, que me colocou em contato direto com tantos de seus amigos e conhecidos. Ao Prof. Marcelo Ridenti, a Maria Claudia Badan Ribeiro e a Ivan Seixas. Algumas ocasiões exigiram esforços extremos para obter algum contato, por isso agradeço a Carol Siqueira e a Nando Reis (sim, ele mesmo, o cantor), que me ajudaram com uma pessoa em específico. A Juliana e a Eucimar, da Foirn, sem as quais eu jamais encontraria Atamilca Ortiz.

Agradeço muitíssimo aos funcionários de todos os arquivos e centros de memória consultados durante esses duros anos de pandemia, especialmente: a Cléia Borges, do Arquivo do STM; à direção e secretaria da E. E. Alexandre de Gusmão; a Eliana Rotolo, do AG-USP; aos funcionários do Ipusp que tentaram me auxiliar no acesso à informação da instituição, sobretudo a Márcio (Assistência Acadêmica) – que concedeu acesso aos únicos documentos que lá obtive –, José Hermes Martins e à Profa. Dra. Marie-Claire Sekkel; a Marcelo Quintanilha e Tárcio Sandro, do Apesp; a Marcus Guimarães e Sheila Almeida, do Aperj; a Marisa Basso, da *Folhapress*; a Raphael Vinícius da Costa, da Biblioteca do Inep; e a Renata Cotrim, do Cedem-Unesp.

Agradeço aos colegas historiadores, cientistas e jornalistas que conheci e consultei, tendo trocado com eles não só dicas metodológicas e informações sobre fontes, como também importantes experiências de ofício. Meus agradecimentos a Celso Luiz Pinho, Fábio Chagas, Fabrício Teló, Flávia Martins, Helen Rotta, Isabel Leite, Luccas Maldonado, Maria Lívia Góes e Michael Rom. Muito obrigada a Eduardo Reina, Paulo Pastorelo, Samir Pérez Mortada e

Wilson Mário Pinheiro por terem compartilhado fontes de importância inestimável para este trabalho. Agradeço à Profa. Elaine Pedreira Rabinovich, que, além de contribuir com suas memórias, leu parte deste trabalho com sua expertise no campo, dando dicas valiosas. A Higor Codarin, que compartilhou de cada passo desta empreitada, por estar passando exatamente pelo mesmo processo com sua tese biográfica, também no PPGH/UFF.

Agradeço infinitamente aos pesquisadores, cuja ajuda e prestação de serviço tornou tudo isso possível. Àqueles que contribuíram com transcrições de tantas entrevistas, minhas e de terceiros: Bruna Pitteri, Lucas Lorga e seus ajudantes, Rafaela Bastos e Marina Gomes. A Amanda Carvalho, que se esforçou demais para paleografar a letra indecifrável de Judith Patarra. Àqueles que foram meus olhos e ouvidos, quando eu não pude estar em algum arquivo pessoalmente: a Marina Gomes de novo e à minha querida psicóloga Edclay Lindoanna – sim, sobrou até para ela – pela ida à biblioteca do Ipusp e por tanto mais, que me manteve firme até aqui.

Por último, porém o mais importante, Gabriel Zambonini, meu parceiro do início ao fim (poderia ser até copesquisador), que cumpriu todas as funções anteriores e muitíssimas outras, como entrar na minha loucura de transcrever TODAS as entrevistas feitas por Patarra; que abraçou a história da Iara como se fosse sua biografada; compartilhou segredos descobertos ao longo desse processo; dividiu as tristezas de algumas portas fechadas e a empolgação de conquistas inesperadas. Gabriel, espero que este processo longo e árduo tenha te proporcionado experiências pessoais e profissionais incríveis. Seu apoio foi inestimável para mim e não tenho palavras para te agradecer por tanto!

Agradeço muito a Icléia Freixinho, pela revisão meticulosa desse texto, com suas infinitas páginas.

Agradeço muitíssimo à minha família pelo apoio e incentivo de sempre. Em especial, à minha mãe, Angela, minha maior torcedora, financiadora, incentivadora... Você já sabe de tudo. Só obrigada. Espero devolver ao menos 1% de tudo o que você fez e faz todos os dias por mim. Ao meu pai, Milton, pela inspiração de profissão, criticidade e por se empenhar para ler muitas destas páginas. Ao meu irmão Pedro, pelas conversas que distraíram muito e pela amizade. Às minhas tias Bia e Zizi, pelo amor, apoio e modelo. À Maria, pelo amor inesperado, inocente e genuíno. À vovó e ao vovô por serem vovó e vovô – à vovó, em especial, por me lembrar sempre da força das mulheres, mesmo quando elas nem se dão conta disso.

Aos queridos amigos que se fizeram presentes durante essa dura caminhada, principalmente Carlos Veloso, Mariana Lourenço, Janaína Galvão e Brenda Paiva. A Júlia Marotto, pelo tão especial antes.

Ao Miguel, meu agora marido, por ser tão compreensivo com a dedicação quase exclusiva que tive a este trabalho, pelas leituras e comentários imprescindíveis para meu processo de escrita, por me lembrar de cuidar de mim enquanto estava realizando esta pesquisa. Obrigada por ser casa e família, amor simples e gigante.

Mais importante, obrigada à minha Iarinha, pelas doses de serotonina aumentadas a cada carinho dado, pelo amor gratuito e por ser a filha canina mais especial que eu poderia ter.

morre-se de vez
quando a última pessoa pronuncia o seu nome

em grego quer dizer contra
o nascimento
ou

ao invés de ter nascido
nasceu

quando quiseram trancar o seu ato
mais uma vez gritou

enterrada viva
ao invés de ter morrido
encheu pulmões

Antígona, Antígona, Antígona...[1]

[1] OFICINA MATÉRIA-PRIMA. *Antígona morreu então preciso falar com você*. Cotia: Editora Urutau, 2021.

RESUMO

Iara Iavelberg (1944-1971), militante de organizações revolucionárias durante a ditadura civil-militar, como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), é figura conhecida entre as esquerdas. Vista na atualidade como a "musa da esquerda de 1968", é famosa por sua beleza, liberdade sexual – característica considerada "à frente de seu tempo" – e, muitas vezes, descrita como uma "feminista dentro da luta armada". Enquanto era viva, porém, a imagem que se tinha a seu respeito era outra: Iara era descrita pelos órgãos de repressão como promíscua, destruidora de lares e atrelada unicamente à figura de amante do capitão da guerrilha Carlos Lamarca – narrativas ecoadas pela imprensa da época. Seus companheiros de organização tampouco a consideravam apropriada para a luta armada e para se relacionar com o líder revolucionário. Entre tantas representações contraditórias e polêmicas, como saber quem foi Iara? Esta tese de doutorado, uma biografia histórica de Iara Iavelberg, procura responder a esta pergunta. A tese central discutida é que, em diversos momentos de sua vida e em círculos sociais diferentes, Iara foi considerada "inadequada". O estudo é feito utilizando como ferramentas metodológicas, sobretudo, o gênero como categoria de análise e o campo da história do cotidiano, para analisar múltiplas fontes, como entrevistas, reportagens, escritos da própria Iara e de pessoas próximas, documentos das organizações revolucionárias, mas também dos órgãos de repressão da ditadura etc. Através da vida de Iara, podem-se discutir temas mais amplos e caros para a história do Brasil, como a própria ditadura civil-militar, a diáspora judaica para São Paulo, o movimento estudantil universitário dos anos 1960 e os grupos que lutavam pelo desencadeamento de um processo revolucionário socialista no país.

Palavras-chave: Iara Iavelberg; ditadura civil-militar; história das mulheres; biografia histórica; história do cotidiano.

ABSTRACT

Iara Iavelberg (1944-1971), a militant of revolutionary organizations during the civil-military dictatorship, such as Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) and Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), is a well-known character in the Brazilian left-wings. Currently seen as the "muse of the 1968 left-wing", she is recognized for her beauty, sexual freedom – a characteristic considered "ahead of her time" – and many times is described as a "feminist inside the armed opposition". However, while she was alive, she was described by the government repression as a promiscuous, home wrecker woman solely connected to the image of mistress of Carlos Lamarca, the guerrilla's captain – an image that was reinforced by the press at that time. Her organization partners also considered her inappropriate for the armed resistance, as well as for a relationship with the revolutionary leader. In the midst of so many contradictory and polemic representations, how to know who Iara was? This doctoral thesis, a historical biography of Iara Iavelberg, tries to answer this question. The main hypothesis considered is that, among the different social circles and moments of her life, Iara was considered "inappropriate". Gender as an analytical category, as well as the field of history of everyday life are the methodological tools which conduct this study. The sources analyzed include interviews, news stories, writings of Iara herself and others close to her, documents by revolutionary organizations and the dictatorship repression division, etc. Through Iara's life, it is possible to discuss vaster and valuable themes to the Brazilian history, such as the civil-military dictatorship itself, the Jewish diaspora to São Paulo, the college students opposition movement from the 1960s, and the groups that fought to unleash a socialist revolutionary process within the country.

Keywords: Iara Iavelberg; civil-military dictatorship; history of women; historical biography; history of everyday life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cópia de caderno em que Iara Iavelberg fez o rascunho de sua carta de desligamento da VPR.....21
Figura 2: Adultos e crianças posando em Briceni. Grafada na foto, em iídiche, a seguinte frase: "Sociedade de Assistência aos Doentes. Pobres criancinhas com latas de farinha como comida", anos 1920/1930.....50
Figura 3: Empregada não identificada, Iara, Eva, David, Raul e Samuel, 1950 ou 1951.....56
Figura 4: Iara e seu irmão Samuel, s.d. 59
Figura 5: Pupi, Eva com Raul no colo, David, Samuel e Iara, 1949.....60
Figura 6: Felícia Reicher, Iara Iavelberg (com cabelo à pajem) e Gicela Haberkorn, 1958 ou 1959 86
Figura 7: Iara, de pé no centro, com amigas do Colégio Alexandre de Gusmão, 1959 ou 1960 92
Figura 8: Iara Iavelberg e Samuel Haberkorn, s.d.....94
Figura 9: Iara e Samuel Haberkorn, em seu casamento, 1960 98
Figura 10: Iara chegando à cerimônia de seu casamento, com Samuel ao fundo, 1960 98
Figura 11: Iara vestida de noiva, 1960 99
Figura 12: Iara e Haberkorn, à mesa do fundo, com parentes e vizinhos da colônia do Ipiranga, 1960 100
Figura 13: Iara Haberkorn no Grande Hotel de Campos do Jordão, em Campinas, 1960....101
Figura 14: Iara Haberkorn em Campos do Jordão, 1960 102
Figura 15: Cecília Finger, Iara, Samuel, Gênia e Israel Haberkorn, na formatura de Samuel na Faculdade de Medicina da USP, 1961.....103
Figura 16: Anúncio do Cursinho do Grêmio para a modalidade extensiva de 1962, n'*O Estado de S. Paulo*.....120
Figura 17: Fragmento do Título de Eleitor de Iara Haberkorn, 1962 125
Figura 18: Fachada da sede da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia 258/294, s.d.....133
Figura 19: Iara fumando em escadaria do Estádio do Pacaembu, 1964.....143
Figura 20: Gráfico do total de processos de desquite entre 1963 e 1967, em São Paulo e no Brasil.....151
Figura 21: Gráfico de distribuição salarial entre trabalhadores registrados no Brasil, em 1966 157

Figura 22: Fotograma de Iara Iavelberg no filme *Universidade em Crise*.....163
Figura 23: Iara Iavelberg em março de 1966 171
Figura 24: Estudantes em passeata, no dia 20 de setembro de 1966, em São Paulo.....185
Figura 25: Passeata estudantil de 20 de setembro de 1966, em São Paulo 186
Figura 26: Estudantes de Psicologia fazendo pedágio na Rua Maria Antônia, em 13 de abril de 1967 200
Figura 27: Acampamento dos excedentes de Psicologia em frente à FFCL.....201
Figura 28: Assembleia do dia 18 de abril de 1967. Em destaque: Iara Iavelberg, Samuel Iavelberg, José Roberto Arantes de Almeida, José Dirceu e José Luis Moreira Guedes.....202
Figura 29: Queima da bandeira dos Estados Unidos em protesto estudantil no Theatro Municipal, em 20 de abril de 1967.....204
Figura 30: Iara Iavelberg e Roberto Schwarz, s.d. 208
Figura 31: Capa da Folha de S. Paulo de 27 de outubro de 1967 236
Figura 32: Lista de formandos do curso de Psicologia da FFCL, em 1967, no convite da formatura 244
Figura 33: Anúncio do Equipe Vestibulares 250
Figura 34: Páginas do programa da peça *Os fuzis da dona Tereza Carrar*, do Tusp, com imagem de Che Guevara morto (1968) 262
Figura 35: Páginas do programa da peça *Os fuzis da dona Tereza Carrar*, do Tusp, com imagem de Edson Luís morto (1968) 264
Figura 36: Palanque pegando fogo em frente à Catedral da Sé, durante o comício de 1° de maio de 1968 267
Figura 37: Silvério Soares Ferreira (no meio) e outros manifestantes utilizando objeto para danificar a fachada de uma agência do Citibank, em 24 de junho de 1968.....274
Figura 38: Iara Iavelberg, em 1968 285
Figura 39: Fotografia de Iara Iavelberg durante período em que esteve presa no Dops-SP (1968).....288
Figura 40: Diploma de psicóloga de Iara Iavelberg (1969) 296
Figura 41: Iara Iavelberg, 1968 308
Figura 42: Agência do Banco do Estado de São Paulo após expropriação feita pela Organização, 1968 310
Figura 43: Carlos Lamarca, s.d. 336
Figura 44: Miriam Abramovay e Samuel Iavelberg, s.d. 352

Figura 45: Iara Iavelberg, s.d. 374
Figura 46: Infográfico, baseado em relatos, demonstrando estimativas de quando amigos mais próximos perderam o contato com Iara 384
Figura 47: Folhas 30 e 31 do *Caderno Jaraguá*, s.d. 409
Figura 48: Iara Iavelberg, em 12 de outubro de 1969 418
Figura 49: Lista de medicamentos, possivelmente manuscrita por Iara, s.d. 419
Figura 50: Imagem aérea 3D do local estimado da área 2 de treinamento, com a atual "Cachoeira do Lamarca" no centro, 2021 421
Figura 51: Militantes próximos a Iara Iavelberg e diretamente afetados pela série de prisões e assassinatos de integrantes da VPR, em abril de 1970 445
Figura 52: Fotografia de Carlos Lamarca após cirurgia plástica, provavelmente tirada em1969, na qual se veem as cicatrizes próximas à boca 456
Figura 53: Sônia Lafoz, s.d. 463
Figura 54: Nota d'*O Globo* sobre Iara, 1970 464
Figura 55: Possível primeiro cartaz de "Terroristas procurados" com uma foto de Iara, s.d. 465
Figura 56: Cartaz da figura anterior exposto em espaço público, s.d. 467
Figura 57: Iara Iavelberg em setembro de 1970 482
Figura 58: Iara Iavelberg, 1970 484
Figura 59: Cópia de CNH falsa de Iara Iavelberg, apreendida com Yoshitane Fujimori, 1969 497
Figura 60: Iara com óculos transparentes e peruca chanel (a mesma da última foto), provavelmente em 1971 510
Figura 61: Cartaz de "Procurados" com foto de Iara, s.d. 529
Figura 62: Cartaz de "Procurados" com foto de Iara, s.d. 530
Figura 63: Croqui da operação no Edifício Santa Terezinha (A) feito pela Polícia Federal, 1971 565
Figura 64: Jaileno Sampaio sendo preso, 20 de agosto de 1971 571
Figura 65: Foto da traseira do Edifício Terezinha, aproximada no andar dos apartamentos 201 e 202 571
Figura 66: Parte de trás do edifício Santa Terezinha, com apontamentos feitos pela autora 574
Figura 67: Iara Iavelberg, s.d. 577
Figura 68: Suposta fotografia do banheiro onde Iara foi baleada 581
Figura 69: Segunda suposta fotografia do banheiro onde Iara foi baleada 581

Figura 70: Suposto revólver portado por Iara Iavelberg no dia de sua morte, 1971 584
Figura 71: Eva e David Iavelberg reconhecendo corpo de Iara, 21 de setembro de 1971 593
Figura 72: Eva e David Iavelberg, o agente Waldir Espíndola da PF, o diretor e um funcionário do IMLNR (não identificados) durante o reconhecimento do corpo de Iara Iavelberg, 21 de setembro de 1971 593
Figura 73: Exumação do corpo de Iara Iavelberg, no Cemitério Israelita de São Paulo, no Butantã, 22 de setembro 2003 600
Figura 74: Anúncio do sepultamento dos restos mortais de Iara Iavelberg, junho de 2006 . 601

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AG-USP	Arquivo Geral da USP
AI-5	Ato Institucional n° 5
Alesp	Assembleia Legislativa de São Paulo
ALN	Ação Libertadora Nacional
Anapap	Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas
AP	Ação Popular
Apeoesp	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Apesnoesp	Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo
Arena	Aliança Renovadora Nacional
Auep	Associação Universitária de Estudos Psicológicos
BNM	Brasil: Nunca Mais
Caph	Centro de Apoio à Pesquisa em História
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
Cemdp	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
Cescem	Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CIA	*Central Intelligence Agency*
CIE	Centro de Inteligência do Exército
Cisa	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CLC	Comando de Lutas Complementares
CLP	Comando de Luta Principal
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNV	Comissão Nacional da Verdade
Cobrasma	Companhia Brasileira de Material Ferroviário
Colina	Comandos de Libertação Nacional
Comcos	Comando Costeiro
CPP	Centro do Professorado Paulista
CR	Comando Regional
CRN	Comissão Reestruturadora Nacional

Crusp	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CTA	Conselho Técnico-Administrativo
DAP	Departamento de Assistência ao Psicopata
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Deic	Departamento de Investigações Criminais da Polícia Civil
Deops	Departamento de Ordem Política e Social
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
DI-GB	Dissidência Comunista da Guanabara
Disp	Dissidência Universitária de São Paulo
DOI-Codi	Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
DVP	Dissidência da VAR-Palmares
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ECC	Escola de Comunicações Culturais
Emaer	Estado-Maior da Aeronáutica
Enepsi	Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia
FAL	*Fusil Automatique Léger* (Fuzil Automático Leve)
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FLN	Frente de Libertação Nacional
Foirn	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
Fuec	Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
Iadê	Instituto de Arte e Decoração
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Icap	Investigação Criminal Afrânio Peixoto
IMLNR	Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPM	Inquérito Policial Militar
Ipusp	Instituto de Psicologia
Issu	Instituto de Serviço Social da Universidade
JEC	Juventude Estudantil Católica

JUC	Juventude Universitária Católica
LAI	Lei de Acesso à Informação
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
MAR	Movimento Armado Revolucionário
Masp	Museu de Arte de São Paulo
MCI	Movimento Comunista Internacionalista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
Molipo	Movimento de Libertação Popular
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
O.	Organização
Oban	Operação Bandeirante
Olas	Organização Latino-Americana de Solidariedade
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
Polop	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PSD	Partido Social Democrático
RDA	República Democrática Alemã
Rede	Rede Democrática
SAP	Serviço de Aconselhamento Psicológico
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNI	Serviço Nacional de Informações
Sogesp	Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo
Supra	Superintendência da Política Agrária
Tusp	Teatro da Universidade de São Paulo
UCJGB	Unidade de Combate Juares Guimarães de Brito
UEE	União Estadual dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 21

UMA GAROTA DOS ANOS DOURADOS: ORIGENS EUROPEIAS E A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA IAVELBERG NO BAIRRO DO IPIRANGA 45

1.1 Bessarábia e Hungria, Iavelberg e Roth 48

1.2 Lojas, fábricas e mudanças: a infância de Iara 57

1.3 Rock'n'roll, Hebraica e bailinhos 73

1.4 Judeu e estudante de Medicina: o relacionamento de Iara Iavelberg e Samuel Haberkorn 83

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: CURSINHO, USP E POLÍTICA 115

2.1 Rua Maria Antônia: cursinho, Psicologia e liberdade 119

2.2 Vida de universitária e encruzilhadas internas 128

2.3 1964: um divisor de águas já divididas 135

"O CORDÃO DA LIBERDADE": É PRECISO TER CORAGEM 147

3.1 O fim de Iara Haberkorn e o envolvimento com o movimento estudantil 149

3.2 Uma "líder rebolante" em luta pelo curso de Psicologia 165

3.3 Primeira missão polopiana: a conquista do Centrinho 175

1967: O ANO QUE (QUASE) NÃO TERMINOU 188

4.1 "Tendências agremiativas" em alta 190

4.2 Teatro Universitário da USP: política, amores e amigos 206

4.3 "Em busca de uma organização verdadeiramente revolucionária": o racha da Polop 221

FRAGMENTOS ESQUECIDOS DE UMA VIDA TÃO LEMBRADA: A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E A MILITÂNCIA NA ORGANIZAÇÃO 246

5.1 A professora inadequada e esquecida 248

5.2 Presa professora assistente de Psicologia: o adeus ao movimento estudantil . 270

5.3 Uma militante duvidosa em uma vanguarda improvável: a fundação oficial da VPR 292

"O DEVER DE TODO REVOLUCIONÁRIO É FAZER A REVOLUÇÃO".....318

6.1 O embrião do homem novo: Carlos Lamarca.....319

6.2 A efêmera VAR-Palmares e a luta contra o "germe do stalinismo".....340

6.3 "Ousar lutar, ousar vencer": a nova VPR 374

"A FASE MAIS DIFÍCIL DA ESQUERDA BRASILEIRA" 403

7.1 Mulheres na guerrilha: "Célia" no treinamento do Vale do Ribeira 406

7.2 Alianças em tempos de crise: o grupo dos arquitetos, a ALN, o MRT e a Frente 438

7.3 "Nunca, nem inserida na produção burguesa, me senti tão inútil": a crise final e o adeus à VPR.....485

"ELA É BEM MAIS SANGUE, ELA É BEM MAIS VIDA" 522

8.1 Em busca de uma base social: o MR-8 e a promessa de luta no campo 523

8.2 "De tanto amor viveu": a operação da Polícia Federal na Pituba 556

8.3 "Esses sim, os sonhos por haver, é que são o cadáver": a geladeira e a ala dos suicidas.....578

"UMA HISTÓRIA DE OBSTINAÇÃO É UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA":.....605
O QUE NOS ENSINA IARA IAVELBERG.....605

REFERÊNCIAS.....615

FONTES 615

BIBLIOGRAFIA 639

ANEXOS.....658

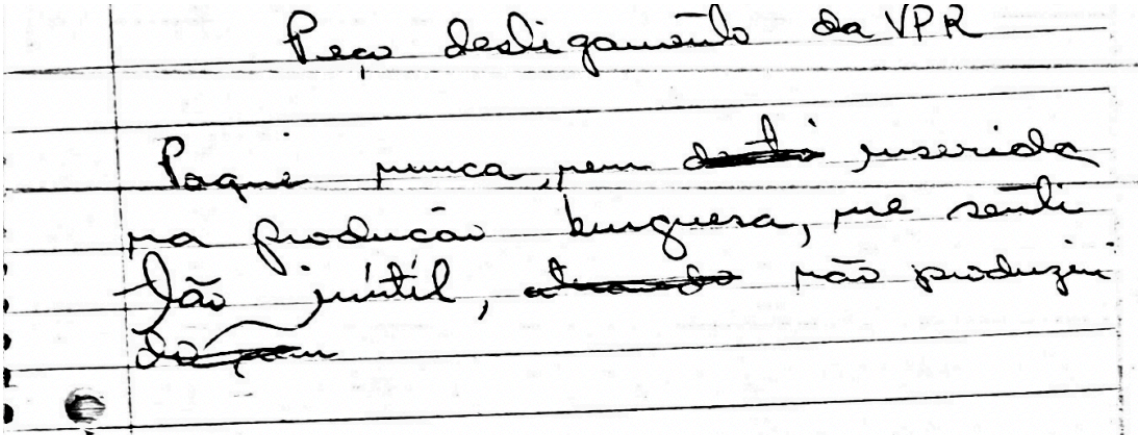
APRESENTAÇÃO

> O biógrafo precisa amar suficientemente sua obra para sacrificar-lhe um longo período da vida, mas, ao mesmo tempo, tem de estabelecer uma distância crítica que lhe permita ir até o fim da identificação com um sujeito alheio, capaz de pôr em perigo sua identidade.
>
> *François Dosse*[1]

Em abril de 1971, Iara Iavelberg estava escrevendo sua carta de desligamento da Vanguarda Popular Revolucionária, organização de luta armada cujo objetivo era a derrubada da ditadura civil-militar brasileira e o início da revolução socialista no país. Ela integrava este grupo desde sua formação, em 1967. Em um rascunho manuscrito, registrou: "Peço desligamento da VPR porque nunca, nem inserida na produção burguesa, me senti tão inútil".[2] Este trecho, no entanto, não foi incluído na versão final da carta, tendo ficado solto em uma página de caderno que Iavelberg usou para fazer o rascunho.

Cerca de dois anos antes, em 1969, ela se viu obrigada a abandonar totalmente sua vida como era até então, o contato diário com familiares e amigos, seu verdadeiro nome, sua casa, seu trabalho e sua rotina, pois escolheu dedicar-se integralmente à militância política. Àquela altura, a militante já era procurada pelos órgãos de repressão e, caso seguisse com a vida "legal", poderia ser presa e mesmo assassinada a qualquer momento.

Figura 1: Cópia de caderno em que Iara Iavelberg fez o rascunho de sua carta de desligamento da VPR



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo Deops-SP

[1] DOSSE, François. *O desafio biográfico:* escrever uma vida. São Paulo: EdUSP, 2015, p. 15.
[2] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apesp). *Caderno manuscrito de Iara Iavelberg apreendido pelo DEOPS-SP*, s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Pasta 30-Z-160.

Chama a atenção que, após dois anos de ter feito tal escolha, ela demonstre, em um ato íntimo, que se sentia "mais inútil do que nunca". Pode-se conjecturar que este sentimento dizia respeito à sua atuação política, uma vez que Iavelberg comparou a sensação de "inutilidade" com o que sentia quando estava inserida na vida tradicional – ou na "produção burguesa", como referido por ela –, trabalhando e vivendo como uma cidadã comum.

Iara Iavelberg (1944-1971), judia, psicóloga e professora, foi militante de organizações revolucionárias contra a ditadura civil-militar brasileira e assassinada por autoridades da Polícia Federal da Bahia em agosto de 1971, aos 27 anos. Trata-se de uma figura relativamente conhecida, principalmente em alguns meios específicos: entre militantes e simpatizantes da luta das esquerdas, por exemplo, e entre aqueles que estão a par das reivindicações de familiares por verdade e justiça para os casos de assassinatos e desaparecimentos durante a ditadura. Sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990, Iara passou a ser considerada um ícone da luta armada brasileira, sendo muitas vezes descrita como a "musa das esquerdas".

Paradoxalmente, em entrevistas, as pessoas que a conheceram em diversos momentos de sua vida, demonstram desconhecer certos aspectos da militância de Iara.

Quando procurada por mim para conceder entrevista para esta tese, Felícia Reicher Madeira, amiga de infância, revelou: "eu tive uma ruptura enorme quando ela, na minha visão de adolescente, seduziu aquele *cara* [referindo-se ao primeiro marido de Iara].[3] (...) Então eu não sei como que eu posso te ajudar, entende? Porque nessa coisa da trajetória mais política dela, eu acompanhei pelos jornais".[4]

No mesmo contexto, Albertina Costa, amiga de Iara e, na época, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), apontou:

> Veja, eu fui bastante amiga da Iara. Mas a nossa convivência é de dois anos. Então, digamos, alguma coisa sobre a Iara, eu já falei pra Judith Patarra.[5] Mas por outro lado, isso, eu não participei de nenhum grupo junto com a Iara, não... *Em geral, as pessoas querem um pouco, estão muito mais interessadas na trajetória política dela*.[6]

É claro que esse desconhecimento pode ser explicado pela falta de contato que Iara tinha com pessoas que havia conhecido outrora, a partir da ida para a clandestinidade, por motivos de segurança. Porém, aqueles que conviveram com ela justamente neste período – e que

[3] Em maio de 1960, Iara Iavelberg, aos 16 anos, se casou com Samuel Haberkorn, de 21. Este assunto será analisado no Capítulo 1.
[4] MADEIRA, Felícia Reicher. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 18 nov. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º37'37", acervo pessoal, grifos meus.
[5] Jornalista autora da primeira biografia de Iara Iavelberg, *Iara: reportagem biográfica*, publicada nos anos 1990.
[6] COSTA, Albertina G. O. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 9 dez. 2020. 1 arquivo audiovisual, 47'13", acervo pessoal, grifos meus.

sobreviveram – também demonstram dificuldades em lembrar-se da vivência com Iara e de relatar eventuais ações empreendidas por ela, ou das quais tenha participado.

Celso Lungaretti, ex-militante da VPR, em um primeiro contato, afirmou por e-mail que entrevistá-lo seria um "esforço inútil", dado que só teria se encontrado com Iara uma vez, rapidamente. Ao longo da entrevista, negou veementemente a presença dela em uma reunião da organização da qual ele também teria participado. Após ver um documento de autoria dela, no qual ela narra os fatos ocorridos durante tal encontro, afirmou: "foi chocante para mim, ter constatado que a Iara estava naquela conferência inquisitorial. Durante meio século fiquei sem o saber".[7]

Chizuo Osava, mais conhecido como "Mário Japa", um dos nomes mais lembrados da VPR até os dias de hoje, também relatou ter tido pouco contato com Iara: "eu não conheci a Iara assim, para valer. Conheci nessa época, depois que entrou na clandestinidade, chegou uns contatos, mas nunca cheguei a conviver, nem conversar com ela. Era só um contato rápido para coisas de clandestinidades, então organizar, guardar companheiro".[8]

Os militantes citados acima, no entanto, possuem múltiplas lembranças com e a respeito de Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército que desertou para integrar as organizações de luta armada. Iara e Lamarca viveram um relacionamento de 1969, ano de sua saída do quartel, a 1971, ano da morte de ambos. A trajetória dela é frequentemente atrelada à dele.

Portanto, apesar de estar colocada como uma figura "importante" no imaginário das esquerdas, muitas pessoas relatam não ter tido uma convivência tão próxima com Iara, ou lembram-se apenas de um ou outro evento do qual ela participou, sem muito destaque. Aqueles próximos a ela antes da clandestinidade acreditam que o período da militância seja o de maior valor; aqueles que estiveram, de alguma maneira, com ela nestes momentos, têm poucas ou nenhuma lembrança.

Deve-se levar em consideração que muitos dos militantes mais próximos de Iara no período de maior atividade política foram mortos pela ditadura. É o caso de Carlos Lamarca, seu companheiro, mas também de Yoshitane Fujimori, ex-militante da VPR, e Eduardo Collen Leite, o "Bacuri", ex-militante e idealizador da organização revolucionária Rede Democrática (Rede)[9], ambos assassinados em 1970; Devanir José de Carvalho, idealizador e líder do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Heleny Telles Ferreira Guariba, militante da

[7] LUNGARETTI, Celso. Assunto do e-mail: Entrevista - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 09 out. 2020.
[8] OSAVA, Chizuo. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 1 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 58'16", acervo pessoal.
[9] Criada pelo próprio Eduardo Leite em 1968, perdurando até meados de 1969. Em nada se relaciona com o partido contemporâneo Rede Sustentabilidade.

VPR e da Ação Libertadora Nacional (ALN), José Roberto Arantes de Almeida, militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo), os três assassinados em 1971; além de Aurora Maria Nascimento Furtado, a "Lola", também do Molipo, assassinada em 1972, e Onofre Pinto, fundador e líder da VPR, assassinado em 1974. Nenhum destes jamais pôde compartilhar suas memórias sobre Iara.

Contudo, mesmo levando em conta os silêncios provocados pelas mortes, é fato que Iara conheceu e conviveu com muitas pessoas, dentro e fora da militância política. Também é possível sustentar que ela tenha sido uma figura importante principalmente na VPR, organização na qual atuou por mais tempo, mas também no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ao qual foi ligada em seu último ano de vida.

Assim, cabe o questionamento: por que poucas pessoas demonstram ter lembranças pessoais com Iara? Será que, de fato, ela teve pouca atividade política durante a clandestinidade?

A vida de Iara Iavelberg foi profundamente descrita e analisada no livro *Iara: reportagem biográfica*, com primeira edição em 1992, de autoria da jornalista Judith Lieblich Patarra.[10] A escrita do livro durou quase dez anos, durante os quais a autora pesquisou em arquivos que continham acervos da ditadura, e fez cerca de 100 entrevistas com pessoas que conheceram e conviveram com a biografada. Duas décadas depois, em 2014, foi lançado o filme *Em busca de Iara*, dirigido por Flavio Frederico e roteirizado por Mariana Pamplona, sobrinha de Iara.[11]

Em função dessas duas obras, aqueles que a conheceram podem ter a sensação de que a narrativa sobre a vida de Iara já foi feita e que não há mais nada a ser dito sobre ela. Sendo assim, pergunta-se: é possível esgotar a narrativa sobre uma vida? O que haveria de novo a ser dito sobre Iara Iavelberg?

O historiador François Dosse afirmou, em seu livro *O desafio biográfico*, que "o biógrafo sabe que jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar. Diante dele abrem-se pistas novas, onde corre o risco de se enredar a cada passo".[12] Neste sentido, cabe lembrar as palavras de Virginia Woolf, citadas pela historiadora Isabel Burdiel: "o biógrafo tem que ser um pioneiro, ir 'à frente do resto de nós como o canário na mina, comprovando a atmosfera, detectando a falsidade, a irrealidade e a presença de

[10] PATARRA, Judith. *Iara*: reportagem biográfica. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.
[11] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
[12] DOSSE, 2015, op. cit., p. 14.

convenções obsoletas'. Por isso, 'há algumas histórias que têm que ser recontadas por cada geração'".[13] Sob este aspecto, não se pode esgotar a narrativa sobre uma vida. Sempre podem surgir novos elementos, que desencadeiam novas questões e novos pontos de vista.

No caso do livro de Patarra, essas perguntas surgem já a partir de uma leitura crítica da biografia: de caráter jornalistíca e, ainda assim, marcadamente ficcional, a narrativa é construída com base na incorporação total das memórias dos testemunhos coletados, sem qualquer problematização – não obstante tratassem de eventos ocorridos mais de uma década antes. O resultado foi a construção de uma personagem idealizada, com características que remetem mais aos anos 1980 e 1990 do que ao período em que de fato viveu, e traços ahistóricos, como a ideia de que Iara era uma mulher "à frente de seu tempo", como fica evidente em entrevista concedida por Patarra à produtora VIDECOM: "ela era diferente de todo mundo, (...) ela era vanguardista, ela falava coisas, fazia coisas que naquela época não se fazia, e que hoje são comuns. E que depois se fizeram, as pessoas faziam, as mulheres faziam, os homens faziam, mas naquele tempo, não".[14]

Ademais, a jornalista reproduz estereótipos machistas, como a ideia de que "no caso de Iara Iavelberg, por exemplo, *foi o grande amor pelo capitão Lamarca que a tornou uma personagem tão fascinante*".[15] Aspectos essenciais da trajetória de Iara foram ocultados da narrativa, como seu trabalho como docente, sua contribuição para os debates colocados pelas esquerdas revolucionárias no pós-1968 por meio de documentos de sua autoria e sua própria militância dentro das organizações às quais foi vinculada. Esses traços foram diminuídos, com a priorização da exploração desenfreada de sua vida amorosa, sobretudo sua relação com o ex-capitão Carlos Lamarca.

Essa figura passou a ser reproduzida largamente na imprensa e entre as próprias esquerdas, que reconheciam Iara como figura relevante historicamente, como sugere reportagem d'*O Globo*: "Iara, uma militante por acaso: 'Iara' é um livro que traz uma personagem cujo único interesse reside talvez no fato de ter sido mulher de Carlos Lamarca – e também na coragem de se suicidar aos 27 anos para não se render ao inimigo".[16]

---

[13] "El biógrafo, escribió Virginia Woolf, tiene que ser un pionero, ir 'delante del resto de nosotros como el canario en la mina, comprobando la atmósfera, detectando la falsedad, la irrealidad y la presencia de convenciones obsoletas'. Por eso, 'hay algunas historias que tienen que ser recontadas por cada generación'". WOOLF, Virginia. *The art of biography* e *Not one of us*, 1927 apud BURDIEL, Isabel. Historia política y biografía: más allá de las fronteras. *Ayer*, Valencia, v. 93, n. 1, 2014, p. 83, tradução livre.

[14] PATARRA, Judith Lieblich. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 59'02". Acervo VIDECOM.

[15] GIUDICE, Claudia. História revisitada. Entrevista: Judith Patarra. *Veja*, São Paulo, 12 ago. 1992, p. 7-10.

[16] BERG, Marli. Iara, uma militante por acaso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1992, p. 6.

Esse último aspecto talvez seja a mais grave assimilação acrítica feita por Patarra: no livro, a versão oficial dada pela ditadura de que Iara havia se suicidado é apresentada como irrefutável – a hipótese do assassinato, ainda não confirmada, mas já aventada pela família no período da publicação, não é sequer apresentada. Procurada pelo *Jornal do Brasil* em 2003, quando os Iavelbergs obtiveram autorização judicial para exumar o corpo de Iara, Patarra declarou:

> Judith ouviu a versão oficial [de suicídio] do próprio coronel Luiz Arthur [de Carvalho], mas acredita que possa ter sido forjada (...). Está convencida de que roubaram a história de Iara, e a do país, e está disposta a reescrever o livro depois da saída do laudo. "Naquela época ninguém falava a verdade".[17]

Contudo, o livro jamais foi republicado com qualquer correção deste ponto crucial, circulando até os dias de hoje com a reprodução da versão oficial falaciosa.[18] Em 2014, então, foi lançado o documentário *Em busca de Iara*, cujo principal objetivo era apresentar ao público a versão de que Iara fora assassinada, comprovada pelo estudo feito pelo Prof. Dr. Daniel Muñoz, médico legista que exumou o corpo e atestou que se tratou de um assassinato. Todavia, outros aspectos de sua figura permaneceram muito próximos à narrativa de Patarra, como a ideia de Iara teria sido a "musa da resistência".

Isso posto, este trabalho se constitui em uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971), numa tentativa de analisar criticamente sua imagem construída pelo senso comum – ou ao menos entre as esquerdas – e compreender sua história de vida de forma mais complexa. Assim, os arquétipos aos quais foi enquadrada ao longo do tempo – como o de musa, por exemplo, mas também o de *Femme Fatale* – serão problematizados, uma vez que os entendo como estereótipos usados para alinhar certas características concebidas ora como fundamentais ora como indesejadas do "feminino ideal": "os arquétipos são mecanismos utilizados para transmitir, entre gerações, imagens primordiais originadas de uma repetição progressiva de uma mesma experiência durante muitas gerações, armazenadas no inconsciente coletivo".[19] Portanto, acredito que os arquétipos sejam, nesse caso, mais uma ferramenta para limitar as experiências individuais femininas, definindo padrões do que seria ou não apropriado.

Tendo em vista a proposição de Isabel Burdiel de que todo biografado teria algo de "exemplar", podemos compreender Iara como uma mulher da "época de 1968" – um "modelo" entre os múltiplos possíveis. Por "época de 1968" compreendo não apenas o ano 1968, mas um

[17] COURI, Norma. Iara, símbolo dos anos de chumbo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 out. 2003, País, p. A8.
[18] Para uma análise crítica e historiográfica do livro de Judith Patarra, cf. NASCIMENTO, Juliana Marques do. *Guerrilheiras:* memórias da ditadura e militância feminina. São Paulo: Alameda, 2022.
[19] SILVA, Bárbara Yanara da. Arquétipos esquecidos e resgatados: a ressignificação da Femme Fatale. Simpósio Nacional de Estudos de Religião da UEG. *Anais,* v. 1, Goiás, 2019, p. 1.

período mais amplo, que pode ser considerado o tempo entre a Revolução Cubana (1959) e o fim da Guerra do Vietnã (1975). Marcelo Ridenti apontou que o uso dessa expressão permite ampliar as fronteiras do que foi essa época para além de uma periodização tão estanque quanto um único ano:

> As épocas – como a de 1968 –, em que certas perspectivas se tornam referências para as ações sociais, não se aprisionam em datas precisas. Estas são apenas simbólicas e propostas para efeito analítico-expositivo, ainda mais considerando que há zonas cinzentas nas fronteiras das épocas. As maneiras de ver o mundo – e de agir sobre ele – que marcam determinada época não são, entretanto, as únicas, nem necessariamente hegemônicas, pois não desaparecem outras maneiras de ver, sentir, pensar e agir, que frequentemente permanecem com força e fazem parte das disputas políticas e ideológicas.[20]

Uma biografia de Iara Iavelberg interessa dado que sua vida se insere na época de 1968 e pode se constituir, nesse sentido, em uma boa forma de estudá-la e compreendê-la. Ademais, pode-se examinar como suas ações individuais estavam em diálogo e, ao mesmo tempo, contribuíram para que aquele período, no Brasil, tenha sido o que foi. Isso porque, de acordo com Burdiel,

> (...) o que interessa é o caráter aberto que o estudo de uma trajetória individual confere à história, a forma com que resgata a pluralidade do passado e permite sondar as possibilidades e os limites da ação individual através, precisamente, da análise cuidadosa das condições em que esta pode se desenvolver e ilumina tanto os desvios quanto as práticas habituais.[21]

Citando o historiador estadunidense Nick Salvatore, Burdiel destacou ainda: uma biografia é importante não apenas pelo indivíduo ser representante desta ou daquela época, mas também porque se pode aprender muito com uma *vida específica*.

Além da atuação política, a história de Iara se entrelaça com muitas outras histórias e permite a compreensão delas. Advinda de uma família judaica, que imigrou para o Brasil em função da crise econômica dos anos 1920 e início dos anos 1930, e que se estabeleceu no bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, onde foi formada uma pequena colônia judaica, sobre a qual há poucos estudos. Seu casamento precoce – estimulado por sua família – com um estudante de Medicina de boas condições financeiras, aos 16 anos, permite formular hipóteses a respeito dos papéis de gênero na época e do que era esperado moralmente de uma mulher judia e de classe média. Ademais, a história de Iara está diretamente relacionada à história da formação e consolidação do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

[20] Ibid., p. 12.
[21] "(...) lo que interesa es el carácter abierto que el estudio de una trayectoria individual confiere a la historia, la forma en que rescata la pluralidad del pasado y permite sondear las posibilidades y los límites de la acción individual a través, precisamente, del análisis cuidadoso de las condiciones en que ésta puede desarrollarse e ilumina tanto las desviaciones como las prácticas habituales". BURDIEL, 2014, op. cit., p. 63.

(FFCL) da USP – que, desde 1970, possui um instituto próprio. Parte de sua militância, prévia a seu envolvimento com as organizações revolucionárias, foi em prol da construção e consolidação deste curso. Ela atuou como presidente da Associação Universitária de Estudos Psicológicos (Auep),[22] participou de discussões de reformulação do curso, através da Comissão das Paritárias etc. Estes são alguns exemplos que demonstram o quanto a história de apenas um indivíduo pode ser múltipla.

****

O gênero biográfico é tradicional e muito utilizado na historiografia, desde seus tempos mais remotos. Era usado, porém, como ferramenta para contar as histórias dos "grandes nomes", envolvidos nos "grandes eventos históricos", principalmente na perspectiva positivista do século XIX. O historiador Carlos Antonio Aguirre Rojas sintetizou:

> Uma historiografia muito ligada aos acontecimentos pontuais, mas ao mesmo tempo ressoantes e chamativos do drama histórico humano, que é por consequência também muito biográfica, recuperando e ressaltando enormemente o peso das grandes decisões dos heróis, e o papel fundamental das vidas dos grandes personagens na definição dos destinos desse drama.[23]

A revisão historiográfica feita pela Escola dos Annales, já no século XX, contudo, repudiou essa história dos "grandes homens", em prol de uma história da coletividade e das grandes estruturas. Benito Schmidt afirmou: "por muito tempo a biografia foi vista como o modelo de história tradicional, mais propensa à apologia do que à análise, mais preocupada com os fatos do que com as grandes estruturas socioeconômicas, políticas e culturais".[24] Rojas, no mesmo sentido, apontou:

> Esta história renovada e antipositivista se concentrou, quase espontaneamente, na adoção de perspectivas da larga duração histórica e nas visões globais dos processos analisados, deixando então de lado as antigamente muito úteis figuras da biografia dos grandes protagonistas da história.[25]

---

[22] Atualmente, a associação leva o nome de Iara, sendo o Centro Acadêmico Iara Iavelberg (Caii).

[23] "Es decir, una historiografía muy ligada a los acontecimientos puntuales, pero al mismo tempo resonantes y llamativos del drama histórico humano, que es por consecuencia también muy biográfica, recuperando y resaltando enormemente el peso de las grandes decisiones de los 'héroes' y el rol fundamental de las vidas de los grandes personajes en la definición de los destinos de ese drama". ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico*: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 11, tradução livre.

[24] SCHIMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico*: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 49.

[25] "Esta historia renovada y antipositivista se concentró, casi espontáneamente, en la adopción de las perspectivas de la larga duración histórica y en las visiones globales de los procesos analizados, dejando entonces de lado a las antiguamente muy socorridas figuras de la biografía de los grandes protagonistas de la historia". ROJAS, 2000, op. cit., p. 12-13, tradução livre.

Todavia, outras inovações historiográficas posteriores aos Annales "reabilitaram" a escrita biográfica, porém de forma diferente da já utilizada, sobretudo pelos positivistas. A partir de biografias de pessoas "comuns", viu-se ser possível compreender as relações entre indivíduo e sociedade. Schmidt afirmou:

> Percebe-se que o retorno da biografia, pelo menos no âmbito da história, não significa simplesmente a retomada de um gênero *velho*, mas está inserido em um processo de profunda transformação das bases teórico-metodológicas da disciplina, com um consequente repensar de questões clássicas como: a relação indivíduo/sociedade, as formas narrativas do conhecimento histórico, entre outras.[26]

Pode-se dizer que esse novo olhar lançado à escrita biográfica esteja inserido na ressignificação da história política. Sendo assim, o estudo de vidas comuns, aliado ao do "contexto" no qual viveram, auxilia na compreensão do cotidiano e ações de certos grupos, em certas épocas. E, segundo Isabel Burdiel, não se trata apenas de um contexto específico. Através da biografia histórica seria possível compreender diversos "tempos" coexistentes em um só:

> Não existe nada que seja um marco rígido, coerente, uma tela de fundo que permita compreender de forma linear e necessária a trajetória individual, e reconduzir de alguma forma suas especificidades às normas ou à sua transgressão. O que chamamos *contextos*, com suas interpelações de identidade, são algo ativo e potencialmente múltiplo, podem se cruzar entre si e estão definidos por suas relações de poder internas e externas. Por isso, cada indivíduo é sempre (ainda que com maior ou menor complexidade, segundo os casos) um híbrido e uma encruzilhada de redes de poder, de relação e de possibilidades.[27]

Neste sentido, de acordo com Mary del Priore:

> A biografia desfez também a falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só "numa rede de relações sociais diversificadas". Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginários convergem para o contexto social ao qual ele pertence.[28]

O filósofo Norbert Elias sintetizou: "a historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a 'sociedade'".[29] Burdiel complementa: "de fato, a biografia (e, concretamente, a biografia interessada na ação política)

---

[26] SCHMIDT, 2000, op. cit., p. 50.

[27] "No existe nada que sea un marco rígido, coherente, un telón de fondo que permita comprender de forma lineal y necesaria la trayectoria individual y reconducir de alguna forma sus especificidades a las normas o a su transgresión. Lo que llamamos contextos, con sus interpelaciones de identidad, son algo activo y potencialmente múltiple, pueden cruzarse entre sí y están definidos por sus relaciones de poder internas y externas. Por ello, cada individuo es siempre (aunque con mayor o menor complejidad según los casos) un híbrido y una encrucijada de redes de poder, de relación y de posibilidades". BURDIEL, 2014, op. cit., p. 68, tradução livre.

[28] DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, dez. 2009, p. 10.

[29] ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. E-book. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, posição 453.

constitui uma boa forma de aproximação às práticas cotidianas ou extraordinárias que provocam mudanças nos sistemas e nas instituições".[30]

Um outro campo permite aprofundar ainda mais o olhar biográfico: a história do cotidiano, ou *Alltagsgeschichte*, do original em alemão. Citando a historiadora Kate Ferris, Janaína Martins Cordeiro e Denise Rollemberg apontaram que o campo viveu "dois capítulos" em sua história. O primeiro, entre 1970 e 1980, teve trabalhos muito influenciados pela "história vista de baixo", de origem britânica, e pela micro-história, de raízes italianas e francesas, questionando "pressupostos liberais e marxistas clássicos sobre agência, progresso e determinismo".[31] Os temas incluíam o cotidiano dos operários e das mulheres, por exemplo.

Numa segunda fase é que o campo se dedicou às ditaduras e, sobretudo, ao cotidiano das pessoas comuns em regimes autoritários, como o franquismo na Espanha e na República Democrática Alemã (RDA). Citando Elissa Koslov, Janaína Martins Cordeiro e Lívia Magalhães afirmaram:

> Aplicada ao caso do nazismo, a História do Cotidiano ajudava a melhor perceber a atração que o regime exerceu sobre a sociedade e as maneiras a partir das quais as "emoções se combinaram com interesses materiais e necessidades individuais durante o processo que possibilitou que a política de destruição e perseguição nazista fosse colocada em marcha".[32]

Portanto, para examinar os regimes autoritários, a perspectiva da história do cotidiano tem sido adotada para compreender o dia a dia e os comportamentos, sobretudo, dos opositores. Cordeiro e Magalhães explicaram:

> No que se refere aos debates a respeito das reflexões sobre o cotidiano e, especificamente, sobre as problemáticas em torno da articulação entre uma reflexão sobre as possibilidades de uma história do cotidiano sob ditaduras, os trabalhos existentes retomam, em primeiro plano, as questões que envolvem o dia a dia dos grupos de resistência e oposição ao regime.[33]

Tendo em vista o caso desta pesquisa, é preciso levar em consideração que o estudo biográfico tratará do cotidiano de uma mulher militante de grupos de resistência, vivido em sua maioria sob a clandestinidade – período sobre o qual se tem poucos relatos, mas que, ao que tudo indica, era permeado mais por espera do que por ações efetivas.

---

[30] "De hecho, la biografía (y, en concreto, la biografía interesada en la acción política) constituye una buena forma de aproximación a las prácticas cotidianas o extraordinarias que generan cambios en los sistemas y en las instituciones". BURDIEL, 2014, op. cit., p. 70, tradução livre.

[31] ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Uma história vigiada. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (org.). *Por uma revisão crítica:* ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Sagga, 2021, p. 38.

[32] CORDEIRO, Janaína M.; MAGALHÃES, Lívia G. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, maio-ago. 2017, p. 244.

[33] Ibid., p. 245.

É possível que essa última especificidade esteja diretamente relacionada à condição de *mulher* da militante estudada. Nesse sentido, a análise à luz da história do cotidiano se mostra, mais uma vez, fundamental. De acordo com a historiadora Dorothee Wierling, "o prisma da história do cotidiano revela como as relações de poder são formadas cara a cara, por que elas mudam, em favor de quem, e em quais símbolos e rituais se expressam".[34] Mais precisamente sobre as relações de gênero, a autora expressou: "as relações em que homens e mulheres se inserem na vida cotidiana podem ser vistas como um elemento dentro de um modo de vida – e assim provadas como produto da experiência social e expressão de uma cultura cotidiana abrangente".[35] Assim sendo, para compreender as diferenças e os motivos pelos quais os cotidianos femininos e masculinos diferem, é essencial que a análise seja feita de forma comparativa.

Para isso, mostra-se fundamental a discussão do que este trabalho compreende por "gênero". Seguindo a linha proposta pela socióloga Marlise Matos, entendo gênero como um "instrumento de construção teórico-analítica, (...) numa perspectiva emancipatória (e, portanto, feminista) para as mulheres e até mesmo para as ciências".[36] Tal concepção deriva das proposições de meados dos anos 1970 e 1980 que estabeleciam gênero como uma categoria de análise, cuja finalidade seria distinguir e separar o *sexo*, biológico, dos papéis sociais a ele associados, construídos socialmente.[37]

A antropóloga Adriana Piscatelli explica que o conceito foi elaborado "precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças".[38] A teórica

---

[34] "The prism of everyday life reveals how power relations, such as those in the family, are formed face-to-face, why they change, and in whose favor, and in what symbols and rituals they are expressed". WIERLING, Dorothee. The history of everyday life and gender relations: on historical and historiographical relationships. In: LÜDTKE, Alf (org.). *The history of everyday life:* reconstructing historical experiences and ways of life. New Jersey: Princeton University Press, 1995, p. 155, tradução livre.

[35] "The relations men and women enter into in everyday life can be viewed as an element within such a mode of life – and thus prove to be a product of this total social experience and an expression of a comprehensive everyday culture". Ibid., p. 158, tradução livre.

[36] MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, mai./ago. 2008, p. 338-340.

[37] RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres*: notas sobre a economia política dos sexos. Tradução: Christine Rufino Dabat. Recife: SOS CORPO - Gênero e Cidadania, 1993; SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

[38] PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José. *Diferenças, igualdades*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 119.

Sara Ahmed complementa: "gênero implica consequências. As mesmas ações têm consequências diferentes para meninos e meninas".[39]

A historiadora Joan Scott, uma das pioneiras na criação e utilização do conceito, acredita que ele

> (...) permitiu às feministas recusar a ideia de que 'anatomia é destino', (significando que as diferenças anatômicas dos homens justificariam um tratamento desigual para as mulheres) e produziu conhecimento histórico e antropológico sobre as variadas capacidades e papéis que diferentes mulheres desfrutaram em diferentes lugares e diferentes tempos.[40]

Nesse sentido, de acordo com Matos, estudos que mobilizaram esta categoria de análise têm um ponto em comum:

> O da subordinação da mulher ao homem, para entender e explicitar, relacionalmente, as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente. O conceito também abriu espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução.[41]

Ademais, as autoras demonstram a importância de que gênero chame atenção também para outras explicações para a subalternização: fatores sociais, econômicos, raciais, para além do gênero, são cruciais para compreender diferenças de tratamento antes entendidas como "naturais".[42]

Contudo, de forma ambígua, ainda que o conceito já tenha alcançado certa aceitação acadêmica, definições mais brandas e que afastam o campo de estudos de gênero da teoria feminista e do feminismo em si se pluralizaram ao longo do tempo.[43] Por isso, é importante salientar que este trabalho se utiliza de gênero como um sistema de organização social aplicável a *todos* – e não restrito apenas às mulheres – e que é *variável com o tempo*;[44] ou seja, os significados de ser "homem" ou "mulher" devem ser historicizados para que não se caia na armadilha de que as diferenças sexuais são fundacionais e fundamentais.[45] Portanto, destaco que as normas e os papéis sociais discutidos nesta tese são relativos a um tempo e espaço específicos, qual seja, o Brasil urbano do século XX, especificamente o eixo São Paulo-Rio de

[39] AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu Editora, 2022, p. 116.
[40] SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. Tradução: Ana Carolina E. C. Soares. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, dez. 2012, p. 341.
[41] MATOS, 2008, op. cit., p. 337.
[42] SCOTT, 2012, op. cit.; CRENSHAW, Kimberlé. *On intersectionality*: essential writings. Nova York: The New Press, 2017.
[43] SCOTT, Joan. Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI. Tradução: Flavia Costa Cohim Silva. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 12, n. 39, jan./jun. 2019.
[44] SCOTT, 2012, op. cit.
[45] SCOTT, 2019, op. cit.

Janeiro, entre as décadas de 1940 e 1970 – o que implica esclarecer que tais normas são mutáveis e não eram/serão necessariamente as mesmas em períodos anteriores e posteriores.

Seguindo esta linha de argumentação, há que se ressaltar uma dificuldade comum quanto à legitimidade de estudos de história das mulheres: a ideia de que, ao se mobilizar o tema das vidas femininas, o resultado será exclusivamente relativo à vida privada – ou seja, pouco relevantes para o campo da história política. Segundo a historiadora Mónica Bolufer, pesquisas nesta linha tendem a ser "estigmatizadas duplamente como 'privadas': porque tratam de um sujeito individual e porque esse sujeito é feminino".[46]

Contudo, seguindo a linha proposta pelo historiador francês Rene Rémond de ampliar o que é entendido pela historiografia como "político",[47] proponho a análise das relações de poder em todos os âmbitos, público ou privado. Bolufer discorreu:

> Precisamente, a análise biográfica constitui um instrumento metodológico chave para captar como, nas vidas individuais, o que chamamos "privado" e "público" se sobrepôs, se complementou ou foi definido em oposição, e como isso funcionou de forma distinta entre mulheres e homens.[48]

Isso não significa que a narrativa será permeada de "anedotas" ou de psicologismos, na tentativa de compreender esse ou aquele comportamento da biografada,[49] mas sim que as fronteiras entre "privado" e "público" devem ser problematizadas. Desse modo, conforme contribuição da historiadora, a inclusão de fatos especifica e aparentemente pessoais será justificada quanto à sua pertinência para a análise histórica.[50]

Como dito anteriormente, as biografias atuais têm trazido um aspecto inovador: o estudo de pessoas comuns. No entanto, fica claro que a trajetória de Iara Iavelberg tem sim suas excepcionalidades, particularmente a partir do momento em que ela passa a se engajar politicamente. Na perspectiva de Isabel Burdiel, a revisão em relação aos procedimentos para a escrita de biografias históricas não se resume a excluir completamente dos estudos as "grandes figuras", "mas sim a uma reflexão mais ampla sobre os mecanismos que propiciam tanto as

---

[46] "Estigmatizadas así como 'particulares' por partida doble (porque tratan de un sujeto individual y porque ese sujeto es femenino) (...)". BOLUFER, Mónica. Multitudes del yo: biografía e historia de las mujeres. *Ayer*, Valencia, v. 93, n. 1, 2014, p. 93, tradução livre.

[47] RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

[48] "Precisamente, el análisis biográfico constituye un instrumento metodológico clave para captar cómo en las vidas individuales lo que llamamos 'privado' y 'público' se ha solapado, complementado o definido en oposición, y cómo ello ha funcionado de forma distinta para mujeres y hombres". BOLUFER, 2014, op. cit., p. 109, tradução livre.

[49] Idem.

[50] Idem.

exclusões como as inclusões, e que remetem, entre outras coisas, ao ponto de vista do historiador e à definição do que é 'o grande' e do que é 'o pequeno' (ou 'o comum')".[51]

De acordo com Schmidt, é possível notar que os objetivos das novas biografias históricas mudaram: "antes, buscavam apresentar modelos positivos e negativos a serem seguidos pelos leitores; atualmente, fogem desse juízo de valor, encarando seus personagens como vias de acesso para a compreensão de questões e/ou conceitos mais amplos".[52]

Outra questão que as biografias históricas atuais tentam superar, em relação ao modelo tradicional positivista, é a forma de narrativa. Segundo Giovanni Levi, "seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas".[53] A concepção sobre a trajetória dos indivíduos mudou, não sendo mais encarada e analisada como linear e coerente – a "ilusão biográfica"[54] –, aproximando-se mais da seguinte contribuição de Alessandro Portelli: "cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados".[55] Michel de Certeau afirmou algo parecido, ao dizer que "cada homem é um lócus no qual uma incoerente e frequentemente contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem".[56]

François Dosse tratou de outra questão importante no debate: o trabalho do biógrafo. O historiador apontou:

> Em consequência da projeção necessária e exigida pela empatia com o tema, o biógrafo não só acaba modificado, transformado pela figura cuja biografia escreve, como passa a viver, durante o período de pesquisas e redação, no mesmo universo, a ponto de não conseguir distinguir o exterior do interior: "sob a camada do 'ele', a placa do 'eu'".[57]

Depois de um longo período de pesquisa e imersão em muitos "mundos" que coexistiram no Brasil no curto período de sua vida, entre as décadas de 1940 e 1970, apresento uma biografia histórica de Iara Iavelberg. Tenho a ciência de que todo esse processo está permeado de elementos subjetivos meus – assim como qualquer historiador deixa os seus, em

---

[51] "(...) sino como una reflexión más amplia sobre los mecanismos que propician tanto las exclusiones como las inclusiones y que remiten, entre otras cosas, al punto de vista del historiador y a la definición de qué es «lo grande» y qué es «lo pequeño» (o «lo común»)". BURDIEL, 2014, op. cit., p. 63, tradução livre.
[52] SCHMIDT, 2000, op. cit., p. 55.
[53] LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 169.
[54] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
[55] PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Proj. História*, São Paulo, v. 15, abr. 1997, p. 17.
[56] DE CERTEAU, Michel. *The practice of everyday life.* Berkeley: University of California Press, 1984, p. xi.
[57] DOSSE, 2013, op. cit., p. 14.

qualquer pesquisa histórica[58] –, uma vez que, segundo Leonor Arfuch, "a fronteira entre biografia e autobiografia não é tão nítida e, na verdade, há muito de autobiográfico no modo de abordar a vida do outro".[59]

Por essa escrita biográfica ser resultado de um processo cuja biógrafa e biografada são mulheres e, acima disto, com orientações políticas similares, outras implicações aparecem no caminho. Diante de armadilhas – como a tentativa de máximo distanciamento, na esperança de criar uma narrativa "neutra" e completamente "isenta" –, tentei me ater às contribuições de Dominick LaCapra, a respeito de *empatia*: "pode-se entender a empatia como algo que presta atenção e inclusive tenta recuperar a possível dimensão fracionada, afetiva, da vivência dos outros. Também se pode ver como algo que neutraliza a vitimização, inclusive a autovitimização".[60]

LaCapra complementou, então, as possibilidades que um trabalho empático do historiador proporciona:

> O papel que cumprem a empatia ou a perturbação empática na testemunha secundária atenta não implica semelhante identidade; implica uma sorte de experiência virtual através da qual pode-se colocar na posição do outro, ainda que se reconheça a diferença de tal posição e, portanto, não se ocupa seu lugar. (...) A empatia é um fator importante nas tentativas de entender os acontecimentos traumáticos e compreender suas vítimas, e pode ter (creio que deve ter) efeitos estilísticos na maneira em que se aborda certos problemas.[61]

No trecho utilizado como epígrafe desta introdução, o historiador François Dosse fez questão de ressaltar que o biógrafo "tem de estabelecer uma distância crítica que lhe permita ir até o fim da identificação com um sujeito alheio". Leonor Arfuch, por sua vez, destaca que deve haver um limite ético na escrita biográfica: que o biógrafo não se confunda com o biografado. Portanto, ainda que seja inevitável deixar rastros da pesquisadora na pesquisa, os esforços foram

[58] LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *História e Historiografia*, Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 247–259, 2012.
[59] "La frontera entre biografía y autobiografía no es entonces tan nítida, y en verdad, como observa Holroyd, hay mucho de autobiográfico en el modo de abordar esa vida del otro (...)". ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía*: exploraciones en los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 49, tradução livre.
[60] "La empatía puede entenderse como algo que presta atención e incluso intenta recuperar la posible dimensión escindida, afectiva, de la vivencia de otros. También se la puede ver como algo que contrarresta la victimización, incluso la autovictmización". LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005, p. 62.
[61] "El papel que cumplen la empatía o el desasosiego empático en el testigo secundario atento no implica semejante identidad; implica una suerte de experiencia virtual a través de la cual uno se pone en la posición del otro aunque reconoce la diferencia de tal posición y, por lo tanto, no ocupa su lugar. Permitir el propio desasosiego empático es, como ya dije, una dimensión afectiva deseable de la indagación, que complementa la investigación y el análisis empíricos. La empatía es un factor importante en los intentos de entender los sucesos traumáticos y comprender a sus víctimas, y puede tener (creo que debe tener) efectos estilísticos en la manera en que uno trata o aborda ciertos problemas". Ibid., p. 97, tradução libre.

no sentido de que o desejo em mergulhar no mundo da biografada não se transforme em uma associação entre ambos os olhares.

****

Quantos rastros materiais um indivíduo pode deixar no mundo, ao longo de sua vida? Por quanto tempo eles sobrevivem? Coletar alguns desses vestígios e analisá-los criticamente faz parte do ofício do historiador, especialmente durante a escrita de uma biografia histórica. Bolufer afirma: "os estudos biográficos mais interessantes assumem o caráter parcial de todas as fontes e a impossibilidade de rasgar o véu, de reconstruir completamente uma vida".

No caso específico deste estudo, a biografada faleceu sem deixar qualquer relato sobre sua própria trajetória, nenhum diário, poucos registros fotográficos e nenhum registro de sua voz. Existem, porém, testemunhos daqueles que conviveram com Iara em seus diversos momentos de vida.

Como se observa a partir do período em que Iavelberg viveu, sabe-se que se trata de um estudo de história do tempo presente. O historiador Henry Rousso apontou preconceitos direcionados ao pesquisador que se dedica à análise de períodos mais recentes: a) "o historiador não pode entrar em cena senão quando todos os atores que ele estuda tiverem saído"; b) "a experiência prevalece sobre o conhecimento, que a narração histórica não poderá nunca substituir verdadeiramente o testemunho, que a pretensão à verdade dos profissionais do passado é uma ilusão cientificista".[62]

Neste caso, com exceção da biografada, que faleceu em 1971, e as pessoas próximas a ela citadas anteriormente, em alguns casos assassinadas pela ditadura, mas também falecidas de mortes naturais, como seus pais, muitos outros que com ela conviveram permanecem vivos, inclusive familiares. Esse é um aspecto positivo, sem dúvida, uma vez que possibilita a confecção de fontes orais. Ao mesmo tempo, porém, o processo de pesquisa foi permeado pelas ideias apontadas por Rousso. Segundo o historiador:

> A cena contemporânea é um lugar em que seus escritos podem ter efeitos quase imediatos, uma vez que eles se inserem em um processo em curso (...). Trata-se antes das consequências que a análise histórica, colocada voluntariamente ou não em situação de perícia, pode ter sobre um processo em curso. É em geral onde a história do tempo presente se verifica a mais difícil e a mais arriscada.[63]

[62] ROUSSO, Henry. *A última catástrofe:* a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 14-15.
[63] Ibid., p. 243.

Janaína Amado, nesse mesmo sentido, em seu artigo – de título muito pertinente – *A culpa nossa de cada dia*, apontou que é muito diferente ter como fontes pessoas vivas, em vez de "papéis", que tratam da vida de pessoas há muito mortas, e sem qualquer relação de proximidade com o historiador. Nas entrevistas, inevitavelmente, o historiador toma contato com uma pessoa, com feições, gostos, sentimentos, o que provoca um senso maior de responsabilidade e cuidado com os dados por ela compartilhados.[64]

De acordo com Alessandro Portelli, porém, as fontes orais, como quaisquer outras fontes analisadas pelo historiador, devem ser submetidas a um olhar crítico e comparadas com outros documentos, a fim de que sua confiabilidade seja averiguada.[65] Isabel Burdiel, por sua vez, destaca: "Sigo acreditando que 'não existe, portanto, uma autoridade última capaz de constituir-se em incontestável quanto à identidade, à experiência, à intenção ou ao significado de uma vida individual. Nem sequer tem essa autoridade aquele que vive e interpreta sua existência".[66]

A escrita desta biografia histórica tem como principais fontes entrevistas feitas com pessoas que conviveram com a biografada. Uma parte delas foi feita por mim, totalizando 61 depoimentos. A maioria deles foi colhida de forma remota, por meio de videoconferência ou ligação telefônica comum, em decorrência da pandemia de Covid-19. Esta metodologia de coleta não foi opcional, mas sim a única viável, diante das condições sanitárias. Contudo, a preocupação de como os resultados poderiam ser por ela afetados foi um ponto considerado durante todo o processo de pesquisa.

Os historiadores Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães, ainda no início da pandemia, trouxeram contribuições metodológicas importantes para os pesquisadores que se encontravam nessa situação. Em função da incerteza de quanto tempo o cenário pandêmico duraria, afirmaram: "não seria justificável descartar a oportunidade de entrevistas, apenas por serem feitas a distância. Não se podia correr o risco de ignorar a riqueza dos relatos gravados virtualmente nem a importância que alguns entrevistados atribuíam às suas próprias histórias e versões".[67]

Com isso, para um primeiro contato entre entrevistadora e entrevistados, foi feita uma "pré-entrevista", recorrendo-se à ligação comum, com o objetivo de apresentar a pesquisadora,

---

[64] AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Proj. História*, São Paulo, v. 15, abr. 1997.
[65] PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 9.
[66] "Sigo creyendo que 'no existe, por tanto, una autoridad última capaz de constituirse en incontestable respecto a la identidad, la experiencia, la intención o el significado de una vida individual. Ni siquiera tiene esa autoridad aquel que vive e interpreta su propia existencia (...)'". BURDIEL, 2014, op. cit., p. 73, tradução livre.
[67] SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Vera Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, 2020, p. 9.

discutir as potenciais dificuldades técnicas e encontrar a melhor plataforma possível. As principais utilizadas foram *Google Meet*, *Zoom*, *Skype* além da ligação de vídeo pelo *WhatsApp*. Segundo Santhiago e Magalhães, esta conversa anterior é fundamental para responder a alguns questionamentos que o entrevistado possa ter:

> Garantir ao entrevistado toda a informação possível sobre o pesquisador e sobre o projeto de pesquisa, de modo que ele fique assegurado em relação à confiabilidade do projeto e à idoneidade do entrevistador. Além disso, é necessário que se combine com o entrevistado a forma de autorização de uso, seja ela gravada ou assinada e escaneada, para garantir futuros usos.[68]

Deste modo, todas as autorizações de uso foram solicitadas e concedidas no início da gravação.

Outra questão foi o risco de os entrevistados não se sentirem confortáveis a ponto de desenvolverem uma relação de confiança com a entrevistadora – desafio este agravado ainda mais pelo fato de que grande parte das entrevistas foi feita durante os períodos de maior letalidade causada pelo coronavírus, e também de que os entrevistados integravam justamente um dos grupos mais afetados pela doença, qual seja, o de pessoas com mais de 70 anos.

Rememorar situações dolorosas e traumáticas, que envolveram uma pessoa querida assassinada pelo governo ditatorial, em meio a outro contexto de muitas mortes e medidas autoritárias de um presidente ligado às Forças Armadas, pode ter reaberto muitas feridas. Isto ficou evidente na medida em que muitos dos depoentes frequentemente se emocionavam e traziam aspectos atuais para suas narrativas.

No entanto, a relação de confiança e empatia entre entrevistadora e testemunhas não pareceu ter sido abalada, muito pelo contrário. Duas hipóteses que podem explicar tal abertura à intimidade são: a) o fato de que a maioria se encontrava em isolamento completo, o que pode ter provocado o afloramento de uma sensibilidade especial, uma certa nostalgia do passado; b) por poderem estar em suas casas, vestindo trajes confortáveis e sem a associação da figura da entrevistadora como uma visita, que precisa ser bem recebida. Assim, algumas camadas incômodas podem ter sido evitadas.

Sem embargo, nem todos os convidados aceitaram ou puderam contribuir. Dentre os 141 nomes considerados, 10 se recusaram a dar entrevista e os motivos foram diversos: não desejar relembrar este passado dolorido; não acreditar que tenha algo a contribuir; não ter conhecido Iara suficientemente. Por outro lado, outros 16 sequer responderam ao contato inicial; três inicialmente aceitaram, mas deixaram de responder e 10 não foram encontrados. Ademais, sete faleceram, sendo três durante o processo de pesquisa. Aqui, devo fazer uma nota

[68] Idem.

de pesar em memória do senhor Nilson Venâncio, ex-militante do MR-8 e presidente da Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas (Anapap), oriundo da Baixada Fluminense. Realizamos a pré-entrevista em 13 de fevereiro de 2021 – na qual ele se demonstrou inteiramente disposto a contribuir –, mas, cerca de uma semana depois, foi internado por complicações da Covid-19 e faleceu em 7 de março de 2021, aos 85 anos.

Cabe um espaço dedicado a algumas ausências, as quais consistiram em silêncios importantes nesta pesquisa. Foi o caso de Samuel Haberkorn e sua família – atualmente, na pessoa de sua irmã, Gicela Abramovitc –, que jamais deram qualquer declaração pública sobre Iara Iavelberg e não concederam entrevista a Judith Patarra, nos anos 1980. Para esta pesquisa, ambos foram procurados: Gicela, por e-mail, afirmou que nada teria a acrescentar, além do que já havia sido "exaustivamente exposto à época"; da parte de Samuel, por sua vez, não recebi qualquer retorno, chegando posteriormente à minha atenção seu falecimento, em fins de 2020. Da família Iavelberg, Samuel e Raul se dispuseram a conceder entrevista. Essa lacuna foi parcialmente preenchida com depoimentos dados a Patarra, na década de 1980, e à VIDECOM, em 1992.

Mais duas pessoas próximas a Iara não foram entrevistadas para esta tese: Ladislau Dowbor e Dilma Rousseff. O primeiro, apesar de ter sido entrevistado por Judith Patarra, foi considerado para um depoimento atualizado graças a seu convívio com Iara na clandestinidade e sua importante contribuição teórica para a VPR e a esquerda armada em si, no fim da década de 1960.[69] No entanto, ao ser contatado por mim, recusou o convite, apontando que falar sobre Iara era emocionalmente penoso – ainda assim, também respondeu a uma dúvida minha quanto a um documento, por e-mail. Quanto a Rousseff, jamais obtive resposta às inúmeras tentativas de contato com ela e sua equipe, feitas diretamente por mim ou por conhecidos seus, que gentilmente se propuseram a convidá-la em meu nome. Atribuo este fato à grande projeção que seu nome alcançou nas décadas subsequentes à entrevista que concedeu a Patarra (nos anos 1980), ao assumir cargos no governo federal, inicialmente nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva, culminando em sua própria eleição para a presidência, em dois mandatos. Ademais, o impedimento do último, consolidado no golpe de 2016, agrega mais elementos que justificam

[69] Em entrevista a Patarra, que será analisada nos capítulos a seguir, ele afirmou ter atuado no Setor Urbano da VPR juntamente com Iara e, além disso, declarou que ambos possuíam visões teóricas em comum sobre a revolução e que, por influência dela, ampliou sua visão sobre a necessidade de se superar a ideia de luta armada das massas na cidade. Esse último tópico é extremamente relevante nos escritos, de sua autoria, que compõem o documento *O caminho da vanguarda*, sob o pseudônimo "Jamil". DOWBOR, Ladislau. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

a possível recusa – uma vez que muitos discursos anticomunistas e pró-ditadura foram mobilizados para fundamentar a manobra política.[70]

Houve também aqueles que só aceitaram responder por escrito, fosse por e-mail ou por mensagens de texto, totalizando nove. Para checagem de fatos isolados, foram contatadas 19 pessoas. Uma tabela que sintetiza todos os nomes e informações é apresentada no Anexo 1 deste trabalho. À primeira vista, trata-se de um número expressivo de entrevistados para uma vida de 27 anos. Porém, há que se ressaltar que Iara circulou em muitos meios e, sobretudo no período de maior envolvimento político, tinha contatos efêmeros, contudo intensos, com pessoas com quem dividia a militância e a vida na clandestinidade. Além disso, Iara possuía muitos amigos e com cada grupo dividia fragmentos específicos de sua vida, como ficará evidente ao longo do texto.

Guardadas as devidas proporções, levo em consideração as proposições do historiador Antonio Cazorla Sánchez, autor de uma biografia do ditador espanhol Francisco Franco. Sánchez propõe um novo olhar sobre seu biografado, analisando-o a partir das "realidades, opções, ideias, ações e imagens do personagem em questão tal como ele ou ela e seus contemporâneos as viveram e expressaram; e logo explicar como esses fatores têm sido narrados, reinterpretados e recordados posteriormente".[71] O autor ainda complementou:

> As vidas se vivem só uma vez, mas podem ser contadas de formas muito distintas infinitas vezes. Essas reinterpretações se produzem porque se descobrem novos significados e papéis novos aos personagens históricos, que às vezes inclusive deixam de ser importantes e são substituídos por figuras até então pouco valorizadas ou praticamente desconhecidas.[72]

Assim sendo, diversos fatores podem influenciar nas memórias dos depoentes, cujas memórias consistem em uma das principais fontes desta tese. Em vista disto, além das entrevistas feitas por mim, conto também com os testemunhos produzidos para o livro *Iara: reportagem biográfica*, de autoria de Judith Patarra, durante a década de 1980, e um terceiro grupo, feito pela produtora VIDECOM, em 1993, para a produção de um curta sobre Iara, intitulado *Iara, lembrança de uma mulher,* com direção de Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. Há também os fragmentos de depoimentos colhidos por Mariana Pamplona no filme

[70] NASCIMENTO, 2022, op. cit.
[71] "(...) realidades, opciones, ideas, acciones e imágenes del personaje en cuestión tal y como él o ella y sus contemporáneos las vivieron y expresaron; y luego explicar cómo esos factores han sido narrados, reinterpretados y recordados posteriormente". SÁNCHEZ, Antonio Cazorla. *Franco*: biografía del mito. Madrid: Alianza Editorial, 2015, p. 8, tradução livre.
[72] "Las vidas se viven solo una vez, pero pueden ser contadas de formas muy distintas infinitas veces. Estas reinterpretaciones se producen porque se descubren significados y papeles nuevos en los personajes históricos, que a veces incluso dejan de ser importantes y son reemplazados por figuras hasta entonces poco valoradas o prácticamente desconocidas". Idem.

Em busca de Iara, que serão utilizados. Ter relatos das mesmas pessoas, dados em épocas diferentes, permite compará-los, avaliar as permanências e modificações das memórias, compreendendo as mutações da figura de Iara ao longo do tempo.

Em relação às entrevistas de Judith Patarra, a jornalista doou para o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) as transcrições datilografadas das entrevistas que realizou, junto com algumas fitas-cassete. Destaca-se, todavia, que as transcrições não são literais; aparentemente, as falas dos entrevistados e suas intervenções e perguntas foram resumidas em um texto corrido – nem sempre é possível distinguir o que é fala da entrevistadora do que é realmente contribuição do depoente. Ademais, a grande maioria não está datada e não é possível identificar se a conversa foi feita toda em um dia, ou se aconteceram outras sessões. Não obstante as gravações de algumas das entrevistas estejam no arquivo, não houve tempo hábil para realizar sua transcrição completa.[73] Este seria um trabalho importante, pois se trata de um ótimo acervo para aqueles que estudam história da ditadura.

Apesar disso, optei por utilizar o material reunido por Patarra e doado ao AEL, principalmente por conter depoimentos de pessoas já falecidas ou que atualmente não desejam mais falar; o intervalo de tempo menor entre os acontecimentos e a narrativa também foi um fator decisivo, uma vez que as lembranças tendem a se esvanecer ou se transformar com o passar dos anos. No acervo do AEL há 126 transcrições – nas condições descritas acima – de entrevistas datilografadas, além de cinco fitas que não foram transcritas pela jornalista. Diante da quantidade de entrevistas e do suporte em que se encontravam – folhas datilografadas soltas, com comentários e rasuras feitos à mão –, optei por refazer todas, o que me permitiu corrigir eventuais erros de ortografia, incluir os comentários manuscritos e agrupar todas as folhas relativas ao mesmo entrevistado em um só documento digital. Este trabalho facilitou muito o manejo das fontes e pode ser útil para futuros pesquisadores que queiram consultar os documentos, que possuem potencial para contribuírem com temáticas diversas, para além da vida de Iara.

Comparando os dados das entrevistas feitas por mim com aquelas feitas por Patarra, temos apenas 39 entrevistados em comum – sendo, então, de minha parte 49 depoentes inéditos. Aos entrevistados em comum foram feitas perguntas elaboradas a partir das entrevistas já realizadas, permitindo que dessem mais detalhes sobre eventuais memórias, apresentassem seus

[73] Ressalto que, durante a pandemia de Covid-19, estabelecimentos considerados não essenciais permaneceram fechados até meados de 2021. Os arquivos, centros de memória e bibliotecas, segundo minha experiência, foram alguns dos últimos locais a retomarem funcionamento.

pontos de vista divergentes ou convergentes com o passado etc. Em suma, a inclusão do material produzido por Judith Patarra foi de fato muito benéfica para a pesquisa, tendo ele sido utilizado, por vezes, como ponto de partida para explorar novos e velhos temas.

A respeito das entrevistas feitas pela VIDECOM, Baumstein, diretor da produtora até os dias de hoje, gentilmente me forneceu na íntegra as 10 entrevistas feitas para o documentário, em formato audiovisual e digitalizadas. Ainda neste campo, utilizei também algumas entrevistas publicadas na imprensa, livros de memória, bem como as coletadas pela Comissão Nacional da Verdade, de pessoas que se envolveram, principalmente no movimento estudantil (ME) da USP nos anos 1960, para obter mais informações não exclusivamente relacionadas à Iara.

Para além das fontes orais, recorri a documentos escritos, produzidos pelos órgãos de segurança durante a ditadura, como interrogatórios, relatórios, fichas, prontuários e materiais apreendidos, como textos das organizações, fotografias, diários, cartas etc. Este levantamento foi feito nas seguintes instituições: Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj); Arquivo Nacional – Portal Memórias Reveladas; Base *Brasil: Nunca Mais*; e Arquivo do Superior Tribunal Militar (STM).

Trabalhar com fontes produzidas pela repressão exige alguns cuidados. Segundo a historiadora Gabriela Águila, embora constituam um material precioso, há que se considerar que tais fontes devem ser colocadas em contexto e confrontadas com outros tipos documentais. Isso deve ocorrer na análise de todos os tipos de fonte, mas neste caso em específico isto é ressaltado porque o conteúdo pode ser deliberadamente mentiroso. Águila apontou que estes documentos podem ser "parciais, intencionados, indiretos, enfim, requerem um tratamento cuidadoso e rigoroso por parte dos investigadores". A autora complementou ainda que as circunstâncias de produção também não podem ser ignoradas: há que se ter em mente que "foram resultado da vigilância ou perseguição de indivíduos, grupos e organização (...)". Neste sentido, podem trazer inconsistências ou mentiras contadas por tais grupos para sua própria proteção.[74]

Águila alertou, inclusive, para o fato de que muitos documentos jamais poderão vir à luz. Isto foi vivenciado na prática nesta pesquisa. Apesar da existência da Lei de Acesso à Informação (LAI), que concede ao cidadão brasileiro o direito de solicitar informações e

[74] ÁGUILA, Gabriela. Estudiar la represión: entre la historia, la memoria y la justicia. Problemas de conceptualización y método. In: FLIER, Patrícia (org.). *Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes en Historia Reciente*. Argentina: Universidad Nacional de La Plata, 2014, p. 39.

documentos em qualquer repartição pública,[75] a ocultação de fontes essenciais para o esclarecimento de violações dos direitos humanos durante a ditadura prevaleceu.

Entrei com processos na Superintendência da Polícia Federal na Bahia, solicitando o inquérito que culminou na operação de 20 de agosto de 1971, no bairro da Pituba em Salvador, durante a qual Iara foi assassinada. Embora tenha seguido com a solicitação por todas as instâncias possíveis – chegando ao ministro da Justiça e Segurança Pública –, a alegação da PF era de que a documentação não era encontrada. Meu direito à abertura de sindicância para apuração do extravio da documentação[76] jamais foi atendido, embora tenha solicitado em diversas ocasiões.

O mesmo aconteceu com o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR), de Salvador. Alegando que o laudo necroscópico de Iara tinha sido enviado para outra instituição, o acesso foi negado. Este processo teve recurso solicitado em primeira instância, em meados de setembro de 2021, requerendo a abertura de uma sindicância para apurar o "sumiço" da documentação. O delegado de Polícia Civil Adagilson Campos Sobral, em ofício com data de 15 de julho de 2021 – embora só tenha sido disponibilizado na plataforma da Ouvidoria Geral do Estado da Bahia em 3 de setembro – negou a sindicância com a seguinte justificativa:

> Diante do tempo decorrido, *entendo que não seria razoável se instaurar uma sindicância investigativa para apurar uma suposta irregularidade ocorrida, em tese, há cerca de 50 (cinquenta) anos* e tendo em vista que há informação nos autos que o original do laudo em questão teria sido enviado à Polícia Federal.[77]

Ressalto que a lei não prevê que a autoridade responsável aprove ou negue que seja investigado o paradeiro do documento requerido, quando a apuração seja solicitada pelo cidadão. Ainda assim, a norma é clara em seu artigo 31, § 4º ao afirmar que "a *restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada* com o intuito de prejudicar processo de apuração de (...) *ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância*".[78]

Foi interposto mais um recurso, no próprio dia 3 de setembro, imediatamente após o recebimento do ofício, direcionado desta vez ao gabinete do Governo Estadual da Bahia. O prazo de cinco dias estipulado pela LAI foi mais uma vez desrespeitado e, no dia 26 de maio

---

[75] BRASIL. *Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Lei de acesso à informação. Disponível em: https://bit.ly/3oOZNlh. Acesso em: 3 ago. 2022.

[76] O § 5º do Art. 7° dispõe: "Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação".

[77] SOBRAL, Adagilson Campos. *Parecer: AS 54/2021*. Processo SEI n° 020.4502.2021.0005860-16. Salvador, 15 jul. 2021, grifos meus.

[78] BRASIL. *Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Lei de acesso à informação. Disponível em: https://bit.ly/3oOZNlh. Acesso em: 3 ago. 2022, grifos meus.

de 2022, recebi um ofício afirmando que a solicitação seria respondida em breve. O retorno veio apenas em novembro, mais um ano depois do envio do requerimento, com a publicação da negativa diretamente no Diário Oficial do Estado da Bahia – muito possivelmente devido à eleição para o cargo e a troca de governador.[79]

Outros documentos menos sensíveis puderam ser acessados com mais facilidade, ainda com o respaldo da LAI. Graças ao dispositivo, consegui acesso a toda a documentação do ensino básico de Iara, por meio da Diretoria de Ensino Centro-Sul, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Na Universidade de São Paulo, onde esperava obter o maior número de registros, acessei apenas o histórico de graduação e alguns documentos esparsos, primordialmente oriundos do Arquivo Geral da USP (AG-USP), diante das negativas dos funcionários quanto a existência de outros documentos.

Fontes fundamentais foram os processos de desquite de Iara Iavelberg e Samuel Haberkorn e de revisão de pensão alimentícia, tramitados junto à 3ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central da Comarca de São Paulo. Com o auxílio do advogado João Paulo Palissari, requeri o desarquivamento dos processos, que eram inacessíveis ao público por terem corrido em segredo de justiça, com acesso restrito às partes – ambas já falecidas. Posteriormente, o juiz deferiu nosso pedido e concedeu acesso, abrindo uma exceção diante do nosso motivo, considerado plausível – segundo ele, o trabalho seria relevante para a história do Brasil. Além disso, assinamos um requerimento nos responsabilizando pelo acesso aos autos e pelas informações ali constantes.

Ademais, fiz um extenso levantamento em jornais que têm suas bases digitalizadas, especialmente *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e a base Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, que disponibiliza uma série de periódicos, como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última Hora* etc. A busca foi principalmente por notícias que mencionassem diretamente Iara Iavelberg,[80] mas também outros assuntos e pessoas de interesse, como Psicologia, Faculdade de Filosofia da USP, Associação Universitária de Estudos Psicológicos, Política Operária (Polop), VPR, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Carlos Lamarca, Samuel Iavelberg, Raul Iavelberg etc.

Esta gama de fontes será analisada, à luz de bibliografia pertinente, em capítulos organizados de forma cronológica, para melhor compreensão do leitor.

---

[79] SECRETARIA de Segurança Pública. Despacho. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, Executivo, 1° nov. 2022, ano CVII, n. 23.534, p. 38.

[80] Utilizei as variações de grafia possíveis para aumentar o alcance dos resultados, incluindo Iara Yavelberg, Yara Yavelberg, Yara Iavelberg, Lara Yavelberg, Lara Iavelberg, Lara Haberkorn, Iara Haberkorn e Yara Haberkorn.

CAPÍTULO 1
UMA GAROTA DOS ANOS DOURADOS: ORIGENS EUROPEIAS E A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA IAVELBERG NO BAIRRO DO IPIRANGA

> Não é lícito esquecer, não é lícito calar. Se calarmos, quem falará? Com certeza, não os culpados e os cúmplices.
>
> *Primo Levi*[1]

Em 7 de maio de 1944, um domingo, os principais jornais brasileiros noticiavam o andamento da Segunda Guerra Mundial. Na primeira página da *Folha da Manhã*, lia-se: "Ultimados todos os preparativos para a invasão: cuidadosamente estudado pelos comandos aliados o terreno em que se ferirá a batalha"; "Os russos teriam lançado vigorosa ofensiva em Sebastopol"; "Pela primeira vez forças japonesas rendem-se aos aliados".[2] Naquele mesmo dia, *O Estado de S. Paulo* publicou declarações de uma emissora soviética a respeito das ações dos alemães em outra cidade da União Soviética – assim como Sebastopol –, sob o título "Atrocidade dos alemães": "desde os primeiros dias da ocupação da nossa aldeia, os bandidos fascistas praticaram atos abomináveis e torturaram e mataram centenas de pacíficos cidadãos. (...) os nazistas conduziram todos os jovens da aldeia para a estação ferroviária, sendo então enviados para o trabalho forçado na Alemanha".[3]

Aparentemente sem nenhuma ligação com estes acontecimentos na Europa, em São Paulo, neste mesmo dia, nascia Iara Iavelberg, por volta das 17 horas. A mãe, Eva Iavelberg, já esperava o nascimento da filha há três dias internada na maternidade. O nome foi escolhido para homenagear a avó do pai, David Iavelberg, que se chamava Chaia Yavelberg.[4] É comum entre judeus asquenazes – aqueles oriundos da Alemanha, Europa Central e/ou Oriental – dar aos filhos nomes de familiares falecidos, ou similares, como foi o caso de Iara.[5]

Por não saber seu sobrenome de solteira, poucos detalhes sobre Chaia foram encontrados. Estimo que tenha nascido na metade do século XIX e que tenha tido ao menos quatro filhos, todos nascidos em Briceni – cidade da Bessarábia. Tratava-se de um *shtetl* – termo em iídiche para designar pequenas cidades povoadas predominantemente por judeus

---

[1] LEVI, Primo. Deportados. Aniversário. IN: LEVI, Primo; BELPOLITI, Marcos (org.). *A assimetria e a vida:* artigos e ensaios (1955-1987). Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2016, p. 3.
[2] *Folha da Manhã*, São Paulo, 7 mai. 1944, p. 1.
[3] PODEROSAS forças russas reiniciam o ataque a Sebastopol. *O Estado de S. Paulo*, 7 mai. 1944, p. 1.
[4] IAVELBERG, David; IAVELBERG, Eva. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1988. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[5] NAMING a child. *Shiva.com*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/42aZSkj. Acesso em: 29 mai. 2023.

asquenazes –, sob o domínio do Império Russo durante grande parte do século XIX e início do XX, que, em 1918, foi incorporada pela Romênia; atualmente, pertence à Moldávia.

Quanto a seus filhos, um emigrou para o Brasil, Abram Iavelberg, o avô paterno de Iara; dois comprovadamente foram assassinados na *Shoah* entre 1941 e 1942;[6] a respeito do último, não foram encontradas informações, mas é provável que tenha tido o mesmo destino dos anteriores, sob a invasão dos nazistas.

Criada com uma família relativamente pequena no Brasil, Iara conheceu seus avós paternos e um tio, irmão mais velho de seu pai. Por parte de mãe, cuja família era oriunda da Hungria, conheceu os avós, uma tia-avó e seu marido, além do irmão mais novo de Eva. A quantidade de parentes certamente contrastava com a realidade da maior parte dos brasileiros.

Em seu aniversário de um ano, ela dividiu a atenção dos pais com o noticiário mais uma vez. Na edição de 7 de maio de 1945, a *Folha da Noite* trazia em letras garrafais: "Dentro de horas a cessação das hostilidades: a notícia da rendição total da Alemanha é esperada, a qualquer momento, em São Francisco – Churchill passou o 'week-end' trabalhando em documentos relativos ao fim da guerra".[7] *O Globo*, por sua vez, comunicava: "A vitória será proclamada por Churchill: o mundo aguarda ansiosamente a comunicação do fim da guerra e da cessação das hostilidades contra a Alemanha. Talvez ainda no decorrer do dia de hoje a sensacional notícia".[8]

Apesar de ter família judia, Iara não ouvia muito os parentes falarem sobre a guerra. Um de seus irmãos mais novos, Raul Iavelberg, relatou em entrevista concedida a mim:

> Meus pais, na verdade, eles esconderam muito o jogo. Não falavam. Todo um traumatismo judeu da Segunda Guerra Mundial, Holocausto, que eles não tocavam quase no assunto. E eles não tocavam, acho que para não pôr medo nas crianças, que judeus poderiam ser mortos. Nunca ouvi falar nada, meus avós também não falavam nada, ninguém tocava no assunto. Eu comecei a ouvir falar, eu já era pré-adolescente. Não lembro como é que foi, vi em jornal provavelmente, eu comecei a ouvir gente falando, comecei a perguntar...[9]

Não obstante o tabu, os filhos foram criados tendo *consciência* de que eram judeus, como recordou Samuel Iavelberg, outro irmão de Iara:

> Sempre nos sentíamos judeus. E assumíamos. Éramos obrigados a nos sentir judeus. Vivíamos num gueto [sic]. (...) Vivíamos no meio de judeus. Íamos numa escola judaica, brincávamos com crianças judias, quando saíamos nos fins de semana, era

[6] Joseph Iavelberg, nascido em 1895, foi assassinado possivelmente em outubro de 1941, com seus dois filhos Caim e Munia Iavelberg, nas proximidades de Odessa, atual Ucrânia. Sua esposa e filha possivelmente também foram assassinadas. A outra irmã de Abram era Miriam Feldman, sobrenome de casada, e foi assassinada com o marido e três filhos em um gueto, na Ucrânia, na atual vila Sumyka; somente uma de suas filhas sobreviveu, Anna Feldman. Cf. YAD Vashem. Disponível em: https://www.yadvashem.org/. Acesso em: 22 mai. 2023.
[7] *Folha da Noite*, São Paulo, 7 mai. 1945, p. 1.
[8] *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 mai. 1945, p. 1.
[9] IAVELBERG, Raul. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 31 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 54'23", acervo pessoal.

> com nossos pais. No quarteirão onde morávamos, na primeira casa, havia uma menina, judia, filha de judeus, que nos criou. Ajudou a minha mãe a criar.[10]

Samuel falou de certa "obrigação" da família em se sentir judia, mas o incentivo parecia vir dos pais, que faziam questão de propiciar aos filhos a convivência com outros judeus e fomentar o conhecimento sobre as tradições e ritos – formando-se, então, uma identidade judaica. O judaísmo, atualmente, é tido como religião e ideologia, tradição e estilo de vida: "há uma história reconhecida e partilhada de buscas, conquistas, vitórias, derrotas e desterros nas quais heróis, homens comuns e populações inteiras persistiram em manter a unidade e o sentimento de pertença a um povo, preservando o sentimento de comunidade".[11] Portanto, ainda que as perdas provocadas pela *Shoah* não fossem abertamente discutidas pela família, o trauma gerado por essas violações – e outras anteriores às quais os judeus foram submetidos – também integrava a identidade.

A memória é parte constitutiva da identidade e pode ser "herdada": são elementos constitutivos da memória aqueles "vividos por tabela", "ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não".[12] Talvez por este motivo, Samuel chame a colônia judaica no Ipiranga de "gueto" – expressão utilizada para denominar, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, regiões urbanas para onde judeus eram forçosamente deslocados e obrigados a permanecerem confinados.[13]

Neste sentido, o relato de outro judeu, nascido no Brasil, mas cuja família oriunda era da Bessarábia, se mostra interessante. No documentário *Cartas da Bessarábia*, o arquiteto Max Sterenberg compartilhou:

> Quando começou a guerra, não se tinha, durante... Tenho que alguns anos, o que estava acontecendo por aqueles lados. Não se tinha notícia. Só quando a guerra estava se aproximando do fim, ou quando a guerra terminou, que minha mãe conseguiu receber cartas dos sobreviventes da família, que escreveram da Rússia e de Israel. Eu me lembro de ter visto cartas da Rússia e foi a primeira vez que eu vi... Isso eu deveria ter uns quatro anos, era 1945. Eu vi minha mãe chorando desesperadamente, quando ela recebeu as primeiras notícias da guerra e do Holocausto, o que provocou na família dela... E ela chorava e aquilo me impressionou muito, eu, com quatro anos de idade, vi minha mãe chorando, lendo uma carta.[14]

---

[10] IAVELBERG, Samuel. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[11] GALINKIN, Ana Lúcia. Judaísmo e identidade judaica. *Interações: Cultura e Comunidade*, Uberlândia, v. 3, n. 4, 2008, p. 89.
[12] POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 201.
[13] GUETOS. In: *Enciclopédia do Holocausto*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3IUG8dY. Acesso em: 3 jun. 2023.
[14] CARTAS da Bessarábia. Direção e roteiro: Leila Sterenberg. Rio de Janeiro: Globonews, 2016. Disponível em plataforma digital (1h08min), son., colorido.

Dessa forma, este capítulo tratará do histórico familiar dos Iavelbergs, abordando o nascimento, infância e adolescência de Iara, e como a identidade judaica permeou sua formação.

1.1 Bessarábia e Hungria, Iavelberg e Roth

A jornalista Judith Patarra perguntou à Eva Iavelberg sobre sua festa de casamento com David, em 1943, e quem foi convidado, ao que ela respondeu: "o Ipiranga inteiro, Bom Retiro inteiro. Todos os amigos. Foi um almoço, depois do casamento". Depois, fez uma ressalva:

> Os galitzianers não foram convidados, porque tinha essa diferenciação. Os bessarábios não se davam com os galitzianers, porque eram inferiores a eles [ri]. Em educação, em tudo. Eles julgavam isso. Em festas, havia um corte mesmo. Os nossos filhos é que começaram a se dar com os filhos deles e se misturar.[15]

Os judeus galegos são um subgrupo dos asquenazes, advindos da Galícia e Lodoméria, região localizada entre as fronteiras dos impérios Russo e Austro-Húngaro – atualmente, corresponde à Polônia e ao noroeste da Ucrânia.

A entrevistadora perguntou, então, se possuíam alguma relação pessoal da família com os *galitzianers*, ao que David respondeu:

> **DI:** Muito pouco.
> **E:** Quer dizer que o senhor nunca podia se casar com uma *galitzianer*. Teria que ser uma bessarábio ou alguém superior.
> **DI:** É, no mínimo.
> **EI:** Se não, era uma desgraça, estariam se rebaixando.
> **DI:** Eu não tinha nem ouvido para ouvir uma moça polonesa falar. Me machucava até o ouvido. Falavam português, mas tinham aquele acento polonês que até no Bom Retiro hoje a gente ouve. (...)[16]

As falas demonstram que não há uma única forma de ser judeu; não se trata de um grupo homogêneo, ao contrário, existindo hierarquizações e preconceitos entre os grupos e subgrupos. Análises sobre as etnias que viveram no bairro do Bom Retiro, também em São Paulo, a partir do fim do século XIX, identificam incômodo de judeus russos em relação aos poloneses.[17] Embora tenha entrado no Brasil como romeno, David Iavelberg e sua família eram originários de uma cidade que por décadas pertenceu ao Império Russo.[18] Briceni, em romeno, ou Brichany, no russo, abrigava muitos judeus; de acordo com dados da plataforma *JewishGen*, em 1897, 96,5% da população era judia, consistindo em 7.184 famílias.[19]

---

[15] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[16] Idem.
[17] TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, p. 159-160.
[18] A historiadora Diana Dumitru, nesse sentido, apontou: "Most of the Jews of Bessarabia, who had come of age under the Russian Empire, never considered themselves 'Romanian' (...)". DUMITRU, Diana. Antisemitism reframed: Bessarabia within the Romanian State. In: *The State, antisemitism and collaboration in the Holocaust*: the borderlands of Romania and the Soviet Union. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 59.
[19] BRICENI. In: *JewishGen*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3BOtBVq. Acesso em: 22 mai. 2023.

Há registros de Iavelbergs vivendo no local desde a metade do século XVIII, sendo David pertencente à quinta geração de nascidos encontrada. Ele foi o segundo filho do casal Abram Iavelberg e Sosea Sobelman, nascido em 1918. Seu irmão, Jayme, nasceu um ano antes. Abram, conforme as memórias de David, tinha três profissões em Briceni: "era barbeiro, fabricava sabão de lavar roupa, no inverno vendia lenha para aquecer as casas". Além disso, durante a Primeira Guerra, ele teria exercido uma função ilegal, com a qual teria ganhado muito dinheiro:

> Ele fazia defeitos físicos para as pessoas não irem para a guerra. Falhar uma vista da pessoa era a especialidade dele. Ele também tinha um defeito para não ir à guerra. Para ele, fizeram o ouvido. Fizeram um furinho. Por isso, ele não ouvia de um dos ouvidos. Era uma coisa muito comum na época, as pessoas não queriam ir para a guerra.[20]

Mesmo com o dinheiro obtido com esta atividade, a família vivia em condições ruins – principalmente depois da anexação da Bessarábia à Romênia, em 1918: "lembro que a gente sempre morava nos fundos da casa de alguém".[21] Quanto ao judaísmo, ele recordou que eram religiosos, mas não ortodoxos: "íamos à sinagoga nos feriados, respeitávamos o *shabat*. Seguíamos apenas a tradição".[22]

Porém, no entreguerras, a Romênia possuía um projeto de modernização como seu principal objetivo – nele, as "minorias" das terras recém-anexadas, como a Bessarábia, eram vistas como uma ameaça: "para administração nacional, os judeus representavam o oposto do ideal de população do Estado".[23] Contribuíam para este sentimento o desenvolvimento de teorias eugenistas antissemitas no país, mas também o medo de que os habitantes fossem leais à União Soviética. Dessa forma, a partir de 1919, "muitos documentos atestam a realidade de discriminação antijudaica advinda do Estado e da sociedade durante o período entreguerras (...). Numerosos judeus da Bessarábia morreram de fome e sentiram sua situação insuportável".[24]

Em 1924, portanto, Abram decidiu, então, emigrar para o Brasil. Seu objetivo era trabalhar, guardar dinheiro para que, posteriormente, conseguisse trazer o resto da família. Ele não foi o único da região a partir para as terras brasileiras no período, o que pode explicar como conseguiu uma "carta de chamada", documento feito por parente ou conhecido que já estivesse

[20] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[21] Idem.
[22] Idem.
[23] "To the national administration, Jews represented the opposite of the state's ideal population". DUMITRU, 2016, op. cit., p. 53, tradução livre.
[24] "Despite the promising legal beginnings in 1919, many documents attest to the reality of anti-Jewish discrimination throughout state and society during the interwar years. (...) Numerous Bessarabian Jews lived in dire poverty and felt their situation unbearable". Ibid., p. 56-57.

no país e que permitia a entrada do convidado.[25] David recordou que, com a partida do pai, a situação de sua família só piorou:

> Quando meu pai foi embora, nossa vida ficou muito dura e vivíamos muito mal. Até fome se passou. Minha mãe aprendeu o ofício de barbeira, porque não dava mais para pagar empregado. O salão de barbeiro continuava, mas a vida era tão dura em 1929, 1930, até 1931, quando emigramos, que minha mãe aprendeu ao lado do empregado. Fazia barba e cabelo de homem.[26]

Abram só conseguiu dinheiro para trazer sua família ao Brasil em 1931 e a viagem foi longa: saíram da Romênia de trem, em direção à Polônia, depois à França, onde embarcaram no navio Eubee. O desembarque no porto de Santos ocorreu em 12 de setembro de 1931.[27]

Figura 2: Adultos e crianças posando em Briceni. Grafada na foto, em iídiche, a seguinte frase: "Sociedade de Assistência aos Doentes. Pobres criancinhas com latas de farinha como comida", anos 1920/1930

Fonte: YIVO[28]

Alguns meses antes, em 27 de janeiro de 1931, desembarcaram no mesmo porto Eva Roth, sua mãe Rosa e seu irmão István.[29] Eles, por sua vez, eram procedentes de Budapeste, na Hungria. Nascida em 1923, era filha de Bernardo Roth e Rosa Klein. Ao recordar de sua

[25] MUSEU da Imigração do Estado de São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3MSqkek. Acesso em: 23 mai. 2023.
[26] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[27] APESP. *Lista geral de passageiros − Eubee*. Santos, 12 set. 1931.
[28] YIVO – Institute for Jewish Research. Disponível em: https://bit.ly/3otd5XV. Acesso em: 23 mai. 2023.
[29] APESP. *Lista geral de passageiros* – Josephine Charlotte. Santos, 27 jan. 1931.

infância, contou: "vivia a vida de uma pessoa rica, [meu pai] tinha uma grande loja, que vendia tudo. (...) Meu pai tinha fiacre – era preto com cavalos marrons e um cocheiro conduzia".[30]

Na década de 1920, 80% da população judaica na Hungria vivia nas áreas urbanas, sendo, no período entreguerras, a minoria mais visível no país. Os judeus que viviam em Budapeste tinham uma existência relativamente favorável, contribuindo intelectualmente com áreas como Medicina, Direito e Artes.[31]

Nas memórias de Eva, porém, a vida confortável teria acabado com a crise econômica do fim dos anos 1920 e início dos 1930, quando a família viu seus pertences serem penhorados. Foi então que Bernardo decidiu se mudar para o Brasil: "ele vendeu as joias da minha mãe para comprar a passagem só dele".[32] O pai desembarcou no porto de Santos em 25 de janeiro de 1930, mudou-se para o Bom Retiro e começou a trabalhar vendendo santos cristãos. Em Budapeste, a mãe, que sempre fora dona de casa, teve que encontrar meios de ganhar dinheiro para sustentar os filhos:

> Minha mãe pegou a irmã, que tinha duas crianças, um menino e uma menina, e juntas elas conseguiam roupa para lavar em casa de um grande hotel. Lembro delas com as tinas enormes na cozinha, lavando roupas. (...) Nesse ano ruim, a gente morava num apartamento de um quarto, cozinha e banheiro. Seis pessoas dormiam num só quarto.[33]

Assim como David, Eva se recordou de ter passado fome:

> Havia uma grande loja onde davam balas para experimentar. Minha mãe fazia cada uma das crianças pegar uma bala, mas não deixava chupar. Era para levar para casa e pôr na boca na hora do chá e tomar três, quatro copos com essa bala na boca. Não tinha dinheiro para comprar açúcar. E a gente comia muita batata com cebola. A gente comia, porque o que a mãe põe no prato, a criança com fome come. Não lembro de ter achado ruim. A gente sentia fome e se queixava disso. O importante era a gente ter coisas para pôr na boca. Marca a gente pela vida toda, sentir fome.[34]

Diferentemente de Abram Iavelberg, que levou sete anos para reencontrar a família, Bernardo Roth obteve o dinheiro para as passagens um ano depois de sua chegada a São Paulo. David chegou ao Brasil com 12 anos e Eva com 7. Embora as famílias tenham se instalado na mesma cidade, foram para bairros diferentes: os Iavelbergs, para o Ipiranga e os Roth, para o Bom Retiro.

---

[30] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[31] FRIEDMAN, Jonathan C. The Jewish communities of Europe on the eve of World War II. In: FRIEDMAN, Jonathan C. (org.). *The Routledge History of the Holocaust*. Londres e Nova York: Routledge, 2011.
[32] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[33] Idem.
[34] Idem.

O Brasil se apresentou como bom receptor de judeus no início do século XX: "entre 1926 e 1942, quase 50 mil judeus entraram no Brasil, a maioria oriunda do leste da Europa".[35] No país, encontraram ambiente "marcado pela ausência de antissemitismo, ao menos daquele caracterizado como um conjunto de práticas ou discursos que afetam a qualidade de vida dos judeus e a própria convivência social, ou que influenciam negativamente suas chances de mobilidade social".[36] A respeito do antissemitismo no Brasil, há intenso debate historiográfico; aqui, sigo a linha proposta por historiadores como Roney Cytrynowicz, Flávio Cimoncic e Helen Rotta de que "a história dos judeus no Brasil é muito mais complexa e multifacetada do que a história do antissemitismo no país e não se pode subordinar a primeira à segunda".[37] Isso porque, para além dos casos observados ao longo da Era Vargas, o preconceito não se efetivou no cotidiano destes imigrantes, dado que, como afirmou o sociólogo Bernardo Sorj:

> A explicação básica para a falta de antissemitismo no Brasil pode ser procurada na particular ideologia brasileira do branqueamento (Skidmore, 1974). Nesta ideologia, o branco é o ideal a ser alcançado, de forma que as outras raças, particularmente a negra, poderão "melhorar", via miscigenação, até alcançar o branqueamento. Assim, na medida em que os judeus são aceitos como parte da raça branca – o que só foi questionado por alguns intelectuais brasileiros associados à ideologia fascista nas décadas de 1920 e 1930 – eles passam a ser parte da solução, e não um problema. Neste caso, embora a sociedade brasileira seja racista, antinegra, esse racismo não atingiria outras etnias, como os judeus.[38]

Dessa forma, a experiência judaica no Brasil vai além, da noção de imigração; na mudança desses indivíduos, a fuga do antissemitismo foi um componente essencial: "os judeus vieram largamente para ficar, para reconstruir suas vidas no Brasil, e logo deram início à construção de instituições de ajuda mútua e de caráter religioso".[39] Nesse sentido, acato a proposta de Helen Rotta de considerar essas pessoas não como imigrantes, mas como *diaspóricas*, uma vez que o conceito de diáspora se refere ao "ato de mudar-se por inteiro, de

[35] LIMONCIC, Flávio. Um mundo em movimento: a imigração asquenaze nas primeiras décadas do século XX. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil*: Inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 262.
[36] Ibid., p. 267.
[37] CYTRYNOWICZ, Roney. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil*: Inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 293. Cf. ROTTA, Helen Rocha. *Judias, brasileiras, mulheres*: os caminhos para a construção de uma identidade feminina diaspórica entre as imigrantes judias na revista Corrente (1945-1963). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2022.
[38] SORJ, Bernardo. Sociabilidade brasileira e identidade judaica: as origens de uma cultura não antissemita. In: SORJ, Bila (org.). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 3.
[39] LIMONCIC, 2005, op. cit., p. 269.

se despir de uma vida experienciada e compartilhada individual e coletivamente, para tornar-se muito mais do que já se foi".[40]

Portanto, seguindo o processo de instalação completa no país novo, Eva, assim que chegou, foi matriculada na escola. Quando estava em casa, fazia as atividades domésticas enquanto os pais trabalhavam confeccionando uniformes para os soldados da Revolução Constitucionalista de 1932 – Bernardo havia sido contemplado em edital do governo para exercer tal tarefa. Segundo a filha, esta foi a atividade que lhes permitiu sair da pobreza extrema, dado que depois seu pai passou a ser contratado como alfaiate por comerciantes locais.[41]

A respeito do judaísmo, Eva recordou que sua família era religiosa, mas não ortodoxa: "meus avós foram judeus ortodoxos. Meu pai só era religioso. Só guardava as duas datas grandes, *Rosh Hashaná* [Ano Novo Judaico] e *Yom Kipur* [Dia do Perdão]. Eu ia às sinagogas todos os anos". Seu pai chegou a ser da direção da Sinagoga Israelita Paulista, conhecida como "sinagoga dos húngaros";[42] no entanto, nem ele ou sua esposa, Rosa, falavam iídiche, o qual aprenderam apenas no Bom Retiro. Eva relatou:

> Na Hungria, perseguiam-se os judeus, tanto que os filhos dos judeus tinham que ir a Berlim para fazer a Universidade. Nós não podíamos ir a escolas públicas. Tínhamos que ir a escolas particulares que aceitassem os judeus. Mas, para todos os efeitos, o judeu não era judeu, era húngaro. Tinha amor à pátria. Eram completamente assimilados. Tanto que meu pai veio "fazer a América" para depois voltar, após alguns anos. O patriotismo pela Hungria desapareceu em 1934, 1935, com as cartas desesperadas dos parentes e amigos querendo vir para cá. Tanto que meu pai depois virou um sionista.[43]

A população judaica húngara que vivia nas cidades tendia a ser mais liberal em assuntos religiosos, falava húngaro e se identificava como cidadãos húngaros – ao passo que os habitantes do interior tendiam a ser mais tradicionais.[44] Ainda assim, durante o governo de Miklós Horthy, a "questão judaica" foi tópico recorrente, com a imposição de medidas antissemitas.[45]

Portanto, Bernardo se integrava cada vez mais à comunidade judaica paulistana, o que era estendido a Eva. A instituição na qual ela estudava, a Escola de Comércio Tiradentes, era

---

[40] ROTTA, 2022, op. cit., p. 41-42. Para mais detalhes sobre o conceito, cf. ROTTA, Helen Rocha; LIEBEL, Vinícius. Diásporas: questões e perspectivas sobre os estudos de imigrantes e refugiados nos séculos XX e XXI. *Veritas*, Porto Alegre, v. 64, n. 3, jul.-set. 2019.
[41] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[42] Cf. SZWARCBART, Myriam. Apresentando a Sinagoga Israelita Paulista. *As sinagogas em São Paulo - arte e arquitetura judaica*, São Paulo, 15 jan. 2018. Disponível em: https://bit.ly/43mrd3U. Acesso em: 23 mai. 2023.
[43] Idem.
[44] FRIEDMAN, 2011, op. cit., p. 12. O autor trata ainda do apoio das elites judaicas ao regime de Horthy: "they might have done so precisely because of the fond memories they held and the illusions they cherished regarding Greater Hungary".
[45] LACZÓ, Ferenc. *Hungarian Jews in the age of genocide*: an Intellectual History (1929-1948). Leiden, Boston: Brill, 2016.

majoritariamente frequentada por judeus; fazia aulas de natação no antigo Clube Esportivo Israelita Brasileiro Macabi, do qual o pai também foi um dos diretores; assistia a peças em iídiche apresentadas no então Theatro Casino Antártica, no bairro Santa Ifigênia; ia a bailes organizados pela sinagoga. Todavia, aos 18 anos, foi em uma matinê aparentemente sem ligações com a comunidade, organizada pela então Escola de Comércio Álvares Penteado, que conheceu o primeiro e único namorado, David Iavelberg.[46]

Ele, com 23 anos, havia tido uma vida diferente da de Eva até aquele momento. Embora tenha estudado até sair de sua cidade de origem, com 12 anos, após chegar ao Brasil, não voltou mais à escola: "meu pai perguntou se eu queria estudar ou trabalhar. Menino de 13 anos não gosta de estudar. Falei que queria trabalhar. Depois, não fazia nem uma coisa, nem outra. Mas eu vendia".[47] O pai e os filhos trabalhavam como ambulantes, vendendo tecido em feiras e na rua, indo de porta em porta.

O ofício de vendedor ambulante, *clientelchik* em iídiche, era comum entre os judeus recém-chegados, um trabalho árduo para aqueles que muitas vezes ainda não dominavam o novo idioma. Ela apontou que uma transição frequente observada entre seus entrevistados foi a de ambulante para lojista.[48] Parece ter sido o caso também com os Iavelbergs, conforme David rememorou:

> Eram três pessoas trabalhando. Logo nossa situação melhorou. Nosso dinheiro era todo dado para os pais. (...) Primeiro, meu pai comprou uma casa para a gente morar. Depois, ele comprou outra, onde tinha a loja, alugada a um armazém de secos e molhados. Na Silva Bueno. A venda saiu e abrimos a loja lá. Depois de muitos anos que estávamos estabelecidos, compramos a vizinha. Na loja, ficava só eu. Meu pai e meu irmão ficavam na rua. A loja era de roupas feitas para homens e senhoras. Quando meu pai comprou a loja pegada, montou a alfaiataria. Eu tomava conta das duas. Tinha alfaiates, fazia ternos sob medida.[49]

Ademais, por volta de 1939, quando seu irmão mais velho se casou, o pai adquiriu outro imóvel, também na Rua Silva Bueno: na frente, a família administrava uma loja de móveis, nos fundos residia o novo casal.

Após se conhecerem, Eva e David namoraram por cerca de um ano, e decidiram se casar em maio de 1943.[50] Ambas as famílias, de acordo com suas memórias, estavam felizes com a união – mesmo da parte da noiva, que por suas origens húngaras, acreditavam ser "superiores" aos bessarábios:

---

[46] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[47] Idem.
[48] CHERMONT, Lucia Ribeiro. *Memória e experiência de judeus de Higienópolis e arredores, São Paulo (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011, p. 44.
[49] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[50] PROCLAMAS de casamento. David Jovelberg e Eva Roth. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 53, n. 77, 6 abr. 1943, Judiciário, p. 19.

> **E:** A senhora então se casou com alguém inferior. Devia se casar com húngaro ou...
> **EI:** Alemão. Mas tinha essa vantagem: os bessarábios, assim como da raça dele, eram considerados superiores aos polacos e *galitzianers*.
> **E:** Dona Sonia [Sosea Sobelman, mãe de David] a aceitou, apesar do meio diferente?
> **EI:** Não sei se aceitou direto, mas me dei bem com ela.
> **DI:** Aceitou.[51]

Como sinal de aprovação, os dois lados contribuíram com bens para o casal. Os Roth ofereceram um dote, com o qual David comprou dois imóveis no Ipiranga, alugando-os como forma de gerar mais renda.[52] Os Iavelbergs deram parte da loja de roupas – que ficava logo no início da Rua Silva Bueno –, além da casa nos fundos. Com acesso através da loja, a residência tinha quatro cômodos internos – sendo dois quartos, sala e cozinha –, um banheiro externo, um terraço coberto e um quintal nos fundos, com galinheiro.[53] O judaísmo se fazia presente nos elementos religiosos, como o mezuzá[54] na porta de entrada, e nos objetos de decoração, como os quadros gobelins feitos por Eva, com motivos bíblicos, entre os quais, Abraão pastoreando carneiros.[55]

Assim que se casaram, Eva passou a trabalhar na loja com o marido e os sogros, que moravam na casa ao lado: "no começo, só ficava na loja olhando, aprendendo. Depois fui me entrosando, ficando no balcão com a mãe dele". As atividades domésticas ficavam a cargo de uma "mocinha", como ela se referiu:

> Eu tinha uma mocinha que fazia o serviço da casa. Ela dormia na sala. Abríamos uma cama. Mas eu cozinhava, porque os pais dele também comiam na nossa casa. (...) Eu só tinha, como empregadas, meninas para segurar. Eu só tive, ao todo, três empregadas. Entrava na minha casa com 10, 11 anos, ficava até 18, 19, até casar. Sempre foi assim. Meninas das vilas, que as mães vinham buscar domingos de manhã e me traziam domingo à tarde. Naquele tempo, tinha essas facilidades, principalmente no Ipiranga, que as vilas de São Bernardo, São Caetano eram mais perto. Agora empregada boa mesmo, que soubesse cozinhar e tudo, tinha, mas eu é que não tinha meios para pagar.[56]

Depreende-se a partir do seu relato que as meninas não eram judias, mas filhas dos vizinhos, que eram, em sua maioria, também comerciantes. Provavelmente tratava-se de garotas pobres oriundas de vilas operárias, comuns nas localidades citadas por Eva, como São Bernardo e São Caetano.

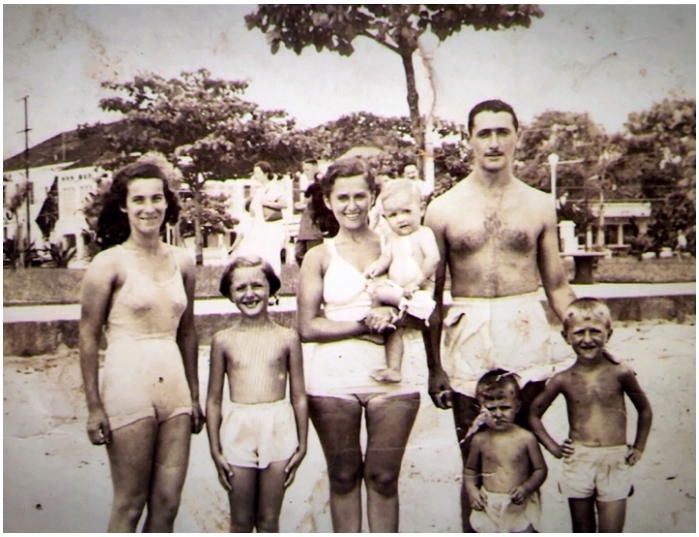
---

[51] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[52] Idem.
[53] Idem.
[54] "Mezuzá é uma *Mitzvá* ('mandamento') da Torá que ordena que seja afixado no batente direito ou na ombreira direita das portas um pequeno rolo de pergaminho que contém as duas passagens da Torá que ordenam este mandamento". MEZUZÁ. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mezuz%C3%A1. Acesso em: 24 nov. 2022.
[55] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[56] Idem.

Em 1939, o legislativo discutia a legitimidade do trabalho doméstico; um representante de empregadores na Câmara de Justiça do Trabalho se colocou contra o estabelecimento de salário-mínimo para estas trabalhadoras, argumentando que o ofício não produzia capital, portanto, não se deveria classificar as empregadas como "proletárias". Tal mentalidade se estendia a outros setores da sociedade, que considerava este um trabalho "improdutivo". Analisando notícias da época, a historiadora nota "resíduos da escravidão", abolida décadas antes.[57]

Além disso, nas primeiras décadas do século XX, as domésticas viviam relações complexas com suas patroas, por parte das quais "há uma tentativa permanente de apropriação da vida pessoal de trabalhadoras domésticas, que é parte da apropriação do seu tempo de trabalho, aspecto que evidencia como ainda estão entranhados na sociedade brasileira 'os anseios de disporem de servas como parte de seus domínios'".[58] Ademais, problemas como falta de privacidade e questões pessoais, "como saudade da família, círculo social reduzido e/ou controlado e falta de espaço e tempo para afetividade" eram frequentes, sobretudo nos casos em que as empregadas viviam na residência dos empregadores.[59]

Figura 3: Empregada não identificada, Iara, Eva, David, Raul e Samuel, 1950 ou 1951



Fonte: *Em busca de Iara*

Este parece ser o caso da relação estabelecida pela família Iavelberg com as "meninas" que em sua casa moravam e trabalhavam. A dinâmica parecia carregar um caráter

[57] ALVES, Iracélli da Cruz. Feminismo, PCB e o debate sobre trabalho doméstico entre as décadas de 1940 e 1960: relações intragênero e as dimensões de raça/classe. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 14, 2022, p. 4.
[58] Idem.
[59] Ibid., p. 5.

"pedagógico", dado que as jovens estariam aprendendo a desempenhar as funções domésticas, até se casarem. Porém, tais condições permitiam que os salários pagos fossem baixos, já que Eva relatou que não possuía meios para contratar uma "empregada boa mesmo". Ela compartilhou ainda que teve três garotas trabalhando em sua casa, durante anos, o que demonstra que elas estiveram presentes nos nascimentos de seus quatro filhos, como evidencia a Figura 3.

Porém, havia ainda uma outra figura presente na residência: Shirley Weiser, apelidada pelos pais de David como "Pupi". Em entrevista, ela rememorou:

> Meus pais moravam vizinhos à família da Iara. Eu fui praticamente criada pelos avós paternos da Iara. (...) Depois, o sr. David casou e eu sempre gostei de criança, adorava criança. Então, foram nascendo a Iara, o Melo [Samuel], todos. E eu participei. Eu ajudei a criar os quatro. Eu vivia mais na casa deles do que na minha.[60]

Shirley foi o principal modelo de algumas das meninas judias desta geração que cresceram no Ipiranga, entre elas, Iara.[61]

1.2 Lojas, fábricas e mudanças: a infância de Iara

Iara foi a primeira filha de Eva e David, a primeira neta de Bernardo e Rosa Roth e a primeira neta menina de Abram e Sosea Iavelberg (Sônia, depois que se mudou para o Brasil). A gravidez foi desejada pela mãe, que queria muito ter filhos. Em seu aniversário de um ano, foi organizada uma festa para as crianças judias do bairro – cujos pais certamente comemoravam os indícios de que a guerra se encerrava.

O Ipiranga é um bairro localizado nas fronteiras das Zonas Leste e Sul com o Centro da cidade de São Paulo. Está próximo a outros bairros, como Cambuci, Mooca, Brás, Vila Mariana e Sacomã. Famoso nacionalmente pelo grito de independência do então príncipe regente D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, o Ipiranga, até o início do século XX, era pouco habitado. Até a década de 1920, o local abrigou predominantemente fábricas de pequeno, médio e grande porte, instaladas sem nenhum planejamento. Os trabalhadores, por sua vez, não moravam próximo aos empregos: "os bondes e trens despejavam todas as manhãs enorme contingente humano que logicamente dispendia no mínimo duas horas para chegar até lá e outras tantas para regressar, após as 18 horas".[62] Com o Centenário da Independência, o local passou a abrigar a

[60] ELLENBOGEN, Shirley Weiser. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[61] Como havia outra Shirley no Ipiranga, vou me referir a de sobrenome Weiser como "Pupi" e a Shirley Schreier como "Shirley", para não causar confusão ao leitor.
[62] BARRO, Máximo; BACELLI, Roney. *Ipiranga*. Série História dos Bairros de São Paulo, vol. 14. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1979.

classe média alta industrial, que construía palacetes na Avenida D. Pedro I, ao mesmo tempo que se estabeleciam comerciantes – de origem judaica e síria – majoritariamente na Rua Silva Bueno.[63]

A respeito da colônia judaica no bairro, não há nenhum trabalho específico, apenas testemunhos. De acordo com Jacob Murahovschi, antigo morador, teriam vivido cerca de 120 famílias judias, entre 1940 e 1950, principalmente na Rua Silva Bueno.[64] Grande parte delas era de origem polonesa ou da Bessarábia, além de muitas terem grau de parentesco – fator que pode ser explicado pelo envio das cartas de chamada por parentes e conhecidos e pela escolha de residir perto daqueles que falavam o mesmo idioma.

Segundo os relatos, as casas se intercalavam com as de não judeus, como sírios, libaneses e italianos. Mas havia dois pontos de concentração judaica: o primeiro, nos números iniciais da rua, próximo ao rio Tamanduateí – e local onde os terrenos eram mais baratos –, onde moravam Iara e sua família. À beira do rio, perto desta parte da colônia, passaram a ser construídos prédios para abrigar os operários que trabalhavam na região, majoritariamente brasileiros. A Rua Silva Bueno era rota de bonde e ônibus, o que obrigava as famílias que lá viviam a conviver com muito barulho e ter suas janelas tremendo constantemente.[65]

O outro grupo de origem judaica vivia na altura do número 1.500 – zona de mais prestígio por estar mais afastada das possíveis enchentes –, onde moravam os tios e primos por parte de pai. De acordo com Moisés Iavelberg, primo de Iara, havia uma certa "cisão" na família: "tínhamos uma rivalidade familiar. (...) A gente falava 'o lado de cima', porque a Silva Bueno tem a parte de baixo e a de cima. A gente morava na de cima, eles embaixo. Mas a minha avó pendia violentamente para a parte de baixo. Só se dedicava a eles. Meu avô, a nós".[66]

Na festinha de Iara, juntaram-se crianças das famílias que moravam mais próximas à sua casa, cujos nomes serão frequentes nas próximas páginas: Felícia Reicher, Bernardo Winner e Shirley Weiser, a Pupi. Naquele dia, os judeus donos de comércio fecharam suas lojas em comemoração ao fim da guerra.[67] Eva e David tinham ainda outro motivo para celebrar, dado que ela estava grávida novamente: em 2 de julho de 1945 nasceria Samuel. Três anos depois, em 1948, nasceu Raul e, em 1950, a caçula Rosa.

---

[63] Ibid., p. 63 e 111.
[64] MURAHOVSCHI, Jacob. *Ouviram do Ipiranga:* fragmentos de uma vida. São Paulo: edição própria, 2012, p. 75.
[65] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[66] IAVELBERG, Moisés. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[67] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

David Iavelberg, que cuidou de Pupi na casa de seus pais enquanto ela era bebê, relatou: "ela era muito linda, eu gostava dela. Depois, foi a vez de ela ajudar. Antes da Iara nascer, a Ita [Weiser] trazia a Pupi em casa para comer, porque ela só queria comer na minha casa".[68] A própria Pupi relatou sua rotina com a família:

> Quando a Iara era pequena, eu ia pela calçada empurrando o carrinho e meu irmão me chamava de pajem porque eu ia lá, dava mamadeira, punha ela para dormir. (...) Quer dizer, eu vivia na casa deles. Eu chegava, ajudava a dar o almoço, ia para minha casa, almoçava, voltava, ajudava a d. Eva na loja. Eu passava lá com ela na loja o tempo todo. À noite, eu voltava para dar a janta, tinha obrigação, eu sabia que às 6 horas eles jantavam, ajudava, esperava ela dar banho nos filhos, colocar os filhos para dormir, quando ela estava de camisola para dormir, eu dizia "boa noite" e ia embora.[69]

O vínculo de Pupi com os Iavelbergs, porém, era muito divergente da relação com as empregadas domésticas: ela tinha a família como modelo judaico a se inspirar. Quando iniciei esta pesquisa, ela já havia falecido; mas, na década de 1980, quando procurada por Judith Patarra, ficou relutante em conceder entrevista, sentimento que aparece ao longo de todo o seu depoimento, inclusive ao tratar do cotidiano da casa: "os pais vivendo sempre juntos, a mãe e o pai sempre se dedicaram aos filhos, sempre, não tem nada, nada que saísse diferente. Um ambiente de um lar judeu, não é? Sem problema nenhum. No fundo, era esse o meu medo, de lembrar coisas tão boas".[70]

Figura 4: Iara e seu irmão Samuel, s.d.

Fonte: *Em busca de Iara*

Apesar de confidenciar ter evitado encontrar com David e Eva desde que Iara morreu, manifestou admiração por Eva, quando foi perguntada pela entrevistadora acerca do que a atraía nela:

[68] Idem.
[69] ELLENBOGEN, s.d., op. cit.
[70] Idem.

> Eu achava a d. Eva totalmente o oposto, uma mulher dinâmica, forte; e é o que eu não sou. Minha mãe também era totalmente diferente dela. Minha mãe é uma mulher chorona, triste, que tem muito sentimento pelos outros, a d. Eva sempre foi mais durona, era o que eu queria que minha mãe fosse. (...) Eu gostaria de ser diferente também, mas não posso. No fundo, eu gostaria de ser como a d. Eva era.[71]

Um pouco adiante, Pupi a descreve como moderna, em oposição à sua própria mãe, que seria tradicional e submissa. A dita modernidade de Eva, no entanto, era motivo de estranhamento entre os outros membros da colônia. Moisés Iavelberg recordou a imagem que tinha da tia: "a minha tia tinha um gênio muito forte, agressivo, tanto que não me lembro de ela ter feito qualquer carinho numa criança, um sobrinho, um conhecido".[72]

Os depoimentos indicam que a origem dessa caracterização de Eva estava em sua nacionalidade: era húngara, e não polonesa ou da Bessarábia, como a maioria. Nas entrevistas de Felícia Reicher e Cecília Scheinberg, as duas amigas de infância mais próximas de Iara, tal elemento aparece com força.

Figura 5: Pupi, Eva com Raul no colo, David, Samuel e Iara, 1949

Fonte: *Em busca de Iara*

Cecília afirmou em entrevista dos anos 1980: "era húngara. Os comentários não eram de todo airosos. Era uma mulher do tipo castradora, dona da verdade, forte. Minha mãe dizia que com essa mulher não se briga (...). Dominava o marido".[73] No depoimento concedido para esta tese, disse: "eu nunca vi uma irmã, um pai, uma mãe, nem sei se ela teve isso tudo, se ela

[71] Idem.
[72] IAVELBERG, M., s.d., op. cit.
[73] SCHEINBERG, Cecília. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

tinha irmãos, irmã, nas reuniões que tinha e que eu frequentei, não vi nunca ninguém da parte dela".[74]

Felícia, por sua vez, declarou:

> Tinha o lado húngaro, da mãe dela, que na minha cabeça era muito diferente. Não sei por que, mas o fato de ter húngaros, quando eu era pequena, tinha uma dimensão enorme. A mãe dela era muito diferente. Não tinha nada a ver com o resto do grupo. A mãe dela me parecia muito severa, muito rigorosa, perto de minha mãe que era muito afetiva, bem mãe judia, e a mãe dela não tinha essa afetividade, acho que tinha outro tipo de relacionamento.[75]

A mim, reiterou estas impressões, utilizando quase as mesmas palavras, acrescentando que Eva sequer parecia judia e que, na casa dela, não havia reuniões nas quais os judeus jogavam cartas e falavam iídiche, como ocorria em sua própria residência.[76]

Um dos estereótipos de mulheres de origem judaica é o da "mãe judia" – citado, inclusive, por Felícia em sua entrevista. Tal imagem é uma idealização da maternidade, sendo a mãe representada como "uma mulher forte e abnegada, que suportou as dificuldades de seu povo oprimido com dignidade. Ela é uma fonte de conforto para sua família, seus vizinhos e comunidade, gerenciadora habilidosa de recursos escassos". Além disso, ela seria ainda subserviente ao seu marido, "mantida em seu lugar bem definido pelos laços sutis e poderosos de filiação e responsabilidade com sua família, seu clã, seu povo".[77]

Possivelmente por sua nacionalidade diferente das dos demais judeus do Ipiranga, Eva gerava estranhamento na colônia, que a considerava forte e dominadora demais, sobretudo em relação ao marido. Essas características podem ter relação com o histórico do próprio Império Austro-Húngaro, associado à dominação de outros povos, à dureza e à posição de perpetradores de violações contra grupos menores. Ademais, o fato de não seguir certas tradições do judaísmo – como a alimentação *kasher,*[78] adotada por vários dos vizinhos – contribuía para sua imagem

---

[74] SCHEINBERG, Cecília. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 16 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º28'54", acervo pessoal.

[75] MADEIRA, Felícia Reicher. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[76] MADEIRA, 2020, op. cit.

[77] "She is portrayed as a strong, self-sacrifing woman, who bore the hardships of her oppressed people with dignity. She was a source of comfort for her family, her neighbors and community, a skillful manager of meager. (...) The Jewish woman was kept in her well-defined place by the subtle and powerful bonds of affiliation and responsibility to her family, her clan, her people". SIEGEL, Rachel Josefowitz. Antisemitism and sexism in stereotypes of Jewish woman. *Women & Therapy*, Londres, v. 5, n. 2, 1986, p. 250-251.

[78] De acordo com o Hospital Albert Einstein, "a culinária judaica é formada por um conjunto de regras que seguem as leis do judaísmo e para designar as preparações de alimentos seguindo estas regras utilizamos a palavra Kasher, ou Kosher, que significa apropriado. No entanto, a alimentação Kasher não pode ser considerada como um estilo de culinária, já que, diversas comidas de outras tradições (como por exemplo: italiana, chinesa, árabe etc.) podem ser Kasher, desde que preparadas segundo suas regras". Cf. MENEGHELLI, Camila Ventura; SAPATA, Tatiane Aparecida. Como é a alimentação judaica? *Hospital Albert Einstein.* São Paulo, 14 dez. 2018. Disponível em: https://bit.ly/3NbQJUB. Acesso em: 29 mai. 2023.

de “não judia”; sua família tinha o hábito de fazer comida húngara, sem ser preparada segundo as regras *kasher*. Tampouco respeitava o *shabat* – a abstenção de atividades laborais no sábado.

Como dito anteriormente, os laços de sua família com o país de origem eram tão estreitos quanto com o judaísmo, tratando-se, portanto, de pessoas mais cosmopolitas e urbanas, em oposição aos outros moradores do Ipiranga, advindos de regiões majoritariamente camponesas. No entreguerras, Budapeste era a segunda cidade mais populosa de judeus do continente europeu: neste período, “a capital húngara foi o cenário primário para ávidas discussões intelectuais judaicas”.[79] Talvez por esse motivo, os pais de Eva a tenham incentivado ao estudo – obrigando-a a terminar a escola antes de se casar –, a aprender instrumentos, a ter forte hábito de leitura, além de ter tido a vivência em clubes, sobretudo em agremiações judaicas.[80] Tais aspectos a afastavam do estereótipo da dona de casa, cuja vida era integralmente dedicada à família.

O fato de tanto Eva quanto David falarem português com facilidade também era motivo de estranhamento. Shirley Schreier, moradora do Ipiranga à época e um pouco mais velha que Iara, mencionou esta característica em entrevistas mais antigas e recentes – dizendo, inclusive, acreditar que ambos eram brasileiros.[81] Cecília Scheinberg também destacou esse aspecto: “acho, inclusive, que o pai da Iara era diferenciado, porque era da primeira geração que veio ao Brasil. Falava perfeitamente bem o português. Lembro disso. Meus pais não falavam bem, tinham 40 anos quando vieram. Lá em casa, era tudo iídiche”.[82] Raul Iavelberg, por sua vez, recordou de Eva e David jamais terem se considerado brasileiros: “tudo era muito europeu. Claro, estávamos no Brasil, óbvio, uma influência enorme do Brasil, mas nós éramos pequenos europeus. Meus pais se consideravam europeus”.[83]

Embora fosse considerada “pouco judia” pelos outros moradores do Ipiranga, Eva e seu marido faziam questão de inserir os filhos em meios predominantemente judaicos. Samuel recordou:

> Nós vivíamos cercados de brasileiros. Na esquina, o conjunto de prédios era só de operários da [fábrica] Jafet. Havia centenas de operários. Não judeus. Mas nós só brincávamos com crianças judias. Durante uma certa época, tive contato com crianças não judias no bairro, na rua. Iara não, só com as judias.[84]

[79] “The Hungarian capital was the primary setting for avid Jewish intellectual discussions (...)”. LACZÓ, 2016, op. cit., p. 21, tradução livre.
[80] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[81] MADEIRA, Felícia Reicher; SCHREIER, Shirley. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra; SCHREIER, Shirley. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 16 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 2º48’14”, acervo pessoal.
[82] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[83] IAVELBERG, R., 2020, op. cit.
[84] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

Ela e seus irmãos mais novos cursaram o ensino primário na Escola Israelita Brasileira do Cambuci, na qual aprendiam iídiche. Eva lembrou que Iara tinha amigas lá, chegando a frequentar as casas de algumas delas, que tampouco moravam no Ipiranga: uma vivia no próprio Cambuci e a outra no Itaim Bibi.[85] Ademais, ali também estudavam os filhos do irmão de David.

No mesmo edifício da escola, funcionava uma sinagoga, o Centro Israelita do Cambuci, fundado em 1941.[86] Por influência dos avós paternos, a família toda frequentava o local, conforme relatou Moisés Iavelberg:

> No bairro, apesar de ter muitas famílias judaicas, a nossa família, a partir do meu avô, que era o patriarca, frequentava a sinagoga do Cambuci. Apesar de ter a sinagoga do Ipiranga. Não sei se houve dissensão entre ele e outros elementos da colônia. Aliado ao fato de estudarmos no Cambuci, na escola israelita.[87]

A Sinagoga União Israelita do Ipiranga foi fundada em meados de 1950, uma década depois da do Cambuci. Myriam Haber (nascida Metzger), vizinha dos Iavelbergs neste período, lembrou que, por falta de uma sinagoga própria, grande parte dos moradores do bairro frequentava o Centro do Cambuci. Quando foi tomada a decisão de se criar a União Israelita do Ipiranga, da qual seu pai foi um dos fundadores, ela não se recordou da participação dos Iavelbergs: "quando se criou essa sinagoga no Ipiranga, eu não lembro do relacionamento grande entre os meus pais e os pais da Iara".[88]

A família continuou preferindo a sinagoga do Cambuci à do Ipiranga mesmo anos depois, quando os filhos mais novos ingressaram no ensino primário. Raul rememorou, em entrevista concedida a mim: "raramente meu pai ia em sinagoga, tipo casamento de um, casamento de outro... O tal do Bar Mitzvah, que é a 'primeira comunhão' de alguém, ele ia, mas senão ele não frequentava mais".[89] Rosa também afirmou:

> Minha família não era tradicional dentro da tradição judaica. Minha mãe nunca deu valor para coisas tipo jejum, meu avô materno gostava muito de comer. Lembro das comemorações de festas judaicas em casa dos meus avós paternos. Lembro de ir com eles à sinagoga do Cambuci. Sei que minha família era diferenciada no bairro.[90]

Tais características podem parecer contraditórias com a importância que a família dava à transmissão de valores judaicos aos filhos. A divergência entre as próprias pessoas judias – e

[85] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[86] SZWARCBART, Myriam. Apresentando o Centro Israelita do Cambuci. *As sinagogas em São Paulo - arte e arquitetura judaica*, São Paulo, 20 out. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3oF5eGH. Acesso em: 23 mai. 2023.
[87] IAVELBERG, M., s.d., op. cit.
[88] HABER, Myriam. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 2 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 30'32", acervo pessoal.
[89] IAVELBERG, R., 2020, op. cit.
[90] IAVELBERG, Rosa. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

não só entre judeus e outros grupos – é fundamental para a constituição de uma identidade judaica:

> Diferenças religiosas, ideológicas, políticas e de origem nacional ou regional, operam no sentido de definir alteridades dentro do próprio grupo, criando a oposição e o contraste necessários para a autoclassificação e autorreconhecimento. Tais diferenças são usadas na delimitação de fronteiras simbólicas e definição de critérios de inclusão e exclusão.[91]

Essas discordâncias são esperadas, dado que a comunidade judaica não é um bloco homogêneo, dividindo-se em grupos e subgrupos mais ou menos semelhantes por diversos fatores. Porém, "as diferenças internas não impedem que essas pessoas pensem sobre si como um grupo que partilha uma história comum, preservando o sentimento de comunidade. E pensem sobre si como judeus".[92]

Nesse sentido, mesmo aspectos do próprio David – que tinha mais similaridades com a comunidade judaica local – geravam antipatia entre seus vizinhos. Cecília deu sua perspectiva sobre ele: "o pai dela [de Iara] não era muito dado ao trabalho, não. Quem segurava as rédeas naquela casa era a mãe. O sr. David falava bonito, era magro, alto, mas não era chegado ao trabalho".[93] Felícia, por sua vez, relatou:

> O pai dela era muito diferente também dos nossos pais. Seu David, por exemplo, jogava muito *snooker* no bar. E eu achava, assim, era coisa muito estranha, e os nossos pais não faziam, eles eram muito preocupados com a educação dos filhos, tal. Eu diria para você que eles não eram o padrão. Eles realmente não eram o padrão.[94]

Da perspectiva dos filhos, porém, a imagem era outra, conforme relatou Samuel: "eles trabalhavam muito. A loja era pequena, meu pai tinha que sair todo dia para comprar coisas para ter na loja para vender. E minha mãe ficava na loja o dia inteiro e cozinhava".[95] Mais uma vez, observa-se que os dois desafiavam os papéis sociais estabelecidos como ideais para os judeus, do ponto de vista da colônia do Ipiranga.

Ao mesmo tempo, há que se levar em consideração que as entrevistas analisadas foram realizadas posteriormente à morte de Iara e à ampla divulgação de sua militância na juventude, assim como a de seus irmãos. Parece, então, haver a tentativa de encontrar causas para o que aconteceria no futuro – claramente evidenciada na fala de Pupi sobre seu medo de testemunhar sobre os Iavelbergs e no fato de querer lembrar apenas de "coisas boas" deles.

[91] GALINKIN, 2008, op. cit., p. 95-96.
[92] Idem.
[93] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[94] MADEIRA, s.d., op. cit., grifos meus.
[95] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

Ela declarou ainda: "no Ipiranga, éramos uma família".[96] A relação "familiar", no entanto, nem sempre era harmoniosa e afetiva, como indicam as memórias de Samuel sobre as relações entre os outros comerciantes e seus pais. De acordo com os relatos, a grande maioria das casas de judeus seguia o mesmo modelo – a residência nos fundos, com um comércio na frente:

> Era ridículo, um escondia a loja do outro. As roupas eram penduradas para esconder o interior. E os dois tinham as vitrines até o meio da calçada, para evitar a visão. Aos domingos à tarde, lojas fechadas, os vizinhos e a minha mãe ficavam esperando fregueses e atendiam escondido na sala. Aos sábados, eles fingiam estar descansando e pediam para a gente bater um tamborete e cantar, para atrapalhar a leitura do jornal do vizinho.[97]

Fábio Landa, morador do Ipiranga à época e um pouco mais novo que Iara, lembrou que, em geral, as pessoas do bairro tendiam a ser competitivas:

> Era como se fôssemos muito espicaçados, havendo uma grande competição. A competição era muito importante. Competíamos furiosamente. Existiam castas, hierarquias, "teu pai é melhor", "meu pai tem carro", "o teu não tem". E era uma época em que começava a surgir TV, então "meu pai já comprou TV", "o teu ainda não".[98]

Felícia Reicher também recordou de um clima acirrado entre as famílias: "como praticamente um vivia na casa do outro, sabia quanto ganhava; uma convivência muito estreita. Havia competição, mas não sei se era em torno de dinheiro (...). Uma vontade de ascensão muito grande e aí se estabelece uma competição forte, para saber quem sai, quem não sai do gueto [sic]".[99]

A carga de trabalho dos Iavelbergs – majoritariamente de Eva – teria aumentado ainda mais quando, pouco depois do nascimento de Rosa, os pais de David romperam a sociedade que tinham com eles. Eva rememorou:

> Chegaram para o meu marido e disseram: "não queremos mais você como sócio". E como não tinha nada escrito, disseram "de hoje em diante você não está mais na sociedade" – e acabou-se. (...) Eles brigaram porque diziam que o filho lá de cima trabalhava muito, e o David não trabalhava. Eu trabalhava, sim, mas a mulher lá em cima trabalhava também [sua cunhada]. Eu disse "não tem importância, a gente não morre de fome". E separou.[100]

Nessa ocasião, os avós de Iara se mudaram para uma casa próxima à do outro filho, que vivia na parte superior da Rua Silva Bueno, enfraquecendo também os laços familiares. Eva afirmou que, a partir de então, sua dedicação à loja teve de ser potencializada:

---

[96] ELLENBOGEN, s.d., op. cit.
[97] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[98] LANDA, Fábio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[99] MADEIRA, s.d., op. cit.
[100] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

> Depois que meu marido e os pais se separaram, eu ficava o dia inteiro na loja. O marido também ficava na loja. (...) Mudamos o rumo e escolhemos enxovais, porque resolvemos trabalhar com lucro baixo, mas só a dinheiro. Passou a ser roupa branca em geral, para enxovais de noiva e batizados. Enxovais davam bastante dinheiro. A gente trabalhava com mercadoria barata, fazia concorrência até para os feirantes.[101]

Apesar de dizer que o marido também ficava na loja, em outro momento da entrevista ela deu um ponto de vista diferente, ao tratar da relação dele com os filhos:

> Na minha casa, meu marido se dedicou muito às crianças quando eram pequenas. Pajeou muito. Sentava na porta da loja e olhava todos eles, o tempo todo. E ele que dava lanche, dava de comer, levava na escola, ia buscar. Eu não me dedicava assim porque ou você trabalha ou você se dedica aos filhos. E ele tinha mais paciência. Para ter paciência, a gente não pode ser muito sobrecarregada na vida. Para ter paciência, não pode levar toda a carga da casa. Quando você trabalha das 6 da manhã às 7 da noite, quando fecha a loja, mas quando fecha a loja ainda tem que fazer a arrumação, e uma vez por mês fazer vitrine, outra vez fazer a outra vitrine, aí você vai dormir à meia noite e meia, 1 hora... A tua paciência tem limite no dia seguinte. Eu não tinha ajudante, não dava. Eu tinha que acordar todos os dias às 5h30, 6 horas para fazer o almoço. Deixava tudo pronto para, quando levantasse as portas de ferro, não precisasse ficar na cozinha.[102]

A divisão sexual do trabalho de imigrantes judeus no Brasil diferia da divisão tradicional do país: "as judias quase sempre também trabalhavam em atividades remuneradas e muitas dividiam com os maridos a mesma atividade".[103] No caso dos judeus, as mulheres não ficavam restritas às atividades domésticas. A experiência de Eva apontou para este caminho, com seu trabalho na loja da família; porém, David priorizava outras atividades, conforme relatou, ao rememorar as casas compradas com o dote dado pelos sogros:

> **DI:** Estavam alugadas. Depois, eu vendi e, com o dinheiro, fui fazendo outras construções.
> **E:** D. Eva na loja e o senhor...
> **DI:** Ficava um pouco na construção.[104]

Dessa forma, o trabalho na loja não era dividido igualmente, provavelmente sob a justificativa de que David era o responsável pela administração dos eventuais imóveis de posse da família. Assim, ainda que não ficasse sobrecarregada pelas atividades domésticas – dado que ficavam a cargo das empregadas –, Eva parece ter sido a única responsável pelo comércio, que funcionava quase todos os dias da semana: "eu lembro que na véspera de Natal, chegava meia noite, eu dizia 'baixa as portas de ferro senão eu morro, não aguento mais. Vamos só atender quem está dentro'. Dia das Mães também. (...) Nunca tivemos um dia de férias, um feriado".[105]

---

[101] Idem.
[102] Idem.
[103] BLAY, Eva Alterman. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, 2009, p. 240.
[104] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[105] Idem.

A ausência da mãe, muito ocupada com o trabalho, marcou os filhos. Rosa, a mais jovem, compartilhou: "minha memória dessa época, de loja, é uma memória de abandono. De um pouco de tédio, solidão, de esperar o tempo passar. Não sei. Talvez fosse de Manesperar que minha mãe acabasse com a função".[106] Samuel, por sua vez, recordou um fato sobre quando ele e Iara ainda eram pequenos, antes do nascimento dos irmãos mais novos:

> Lembro muito que minha mãe era super ocupada na loja, meus pais, e nós tomávamos banho só aos sábados. Era um dia terrível para nós dois, porque minha mãe enchia nosso cabelo de óleo Johnson e ficávamos assim a manhã toda. Porque a gente tomava banho só quando a loja fechava, à 1 hora. E o óleo ficava escorrendo no rosto, a Iara detestava. Não sei por que passava o óleo. Acho que porque a gente ficava imundo, sem tomar banho a semana inteira.[107]

Eva, apesar de não confirmar ou negar se os lavava somente uma vez por semana, também falou sobre banho:

> Foi duro com duas crianças, é pior que gêmeos, porque a primeira ainda tomava mamadeira e precisava pôr fralda à noite. (...) Eu tinha panelão grande para dar banho. Dava um de cada vez. Meu marido ajudou muito. Às vezes, quando as crianças acordavam e eu tinha que fazer mamadeira, ele ficava com elas.[108]

Nota-se, portanto, que Eva não tinha condição igualitária ao marido, ainda que pudesse trabalhar. Ademais, sua fala dá indícios de que a responsabilidade pelo cuidado com os filhos era sua e que o marido, às vezes, a ajudava.

É de extrema importância se examinar a família como uma arena de poder na qual os indivíduos se confrontam constantemente: há que se romper com a concepção de que seja vista apenas como um lócus onde homens e mulheres vivem juntos, trabalham, criam seus filhos, ou seja, "um lugar de limites comuns e interesses partilhados".[109] A luta pelo poder e os arranjos feitos pelos pais influenciam diretamente os filhos – dessa forma, pode-se considerar que esse contexto familiar contribuiu para a conformação da identidade de Iara.

Além da parte econômica, ainda que tivesse relativa liberdade para fazer certas atividades, como praticar esportes, ir ao clube – comportamentos considerados muito "modernos" pela comunidade do Ipiranga –, Eva não estava isenta de ser submetida ao ciúme do marido. Ela deu mais detalhes em entrevista: "ciúme é bom quando pouquinho. Quando passa dos limites, fica doentio. É insegurança da pessoa. Meus filhos viam, ouviam. (...) Quando eu era moça, ele me infernizou a vida. Quando a gente brigava, as crianças saíam de perto. Tinha ocasiões em que era muito violento. Mas não chegava à agressão física".[110] A irmã mais

[106] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[107] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[108] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[109] "A place of common bonds and shared interests". WIERLING, 1995, op. cit., p. 160, tradução livre.
[110] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

nova recordou que as discussões afetavam a todos na casa: "as questões afetivas do casal eram abertas aos filhos".[111]

As discussões do casal também repercutiam entre os vizinhos – que, majoritariamente, tinham casamentos arranjados, enquanto os Iavelbergs haviam se casado por amor. Felícia Reicher abordou o assunto: "a família dela era instável. Lembro que nunca me ocorreria a possibilidade de meus pais se separarem. Eu achava o relacionamento entre os pais dela muito difícil, eles brigavam muito (...), eu tinha a impressão de que podia acabar num rompimento".[112] Shirley Schreier também relatou alguns dos boatos fantasiosos que circulavam: "tenho a impressão de que eles tinham brigas muito mais violentas do que nas casas dos outros. Tem uma história na cabeça da gente, uma cena da mãe com um revólver apontado para o pai".[113] Ambas recordam de rumores de que as brigas eram, também, por motivos financeiros.

Como dito anteriormente, não encontrei nenhum estudo sobre a comunidade judaica do Ipiranga, por isso não pude traçar um perfil da condição socioeconômica das famílias. As entrevistas aqui analisadas demonstram provável situação mediana, com os ganhos obtidos nos pequenos comércios anexos às residências, que atendiam fundamentalmente os operários que trabalhavam na região. Shirley Schreier acredita que, no caso dos Iavelbergs, houve uma pequena ascensão acima da média graças à compra de imóveis.[114]

Eva relatou sobre o pensamento de adquirir propriedades que, de acordo com ela, teria sido transmitido pela família de David: "quando entrei na família dele, a influência forte em mim foi da mãe dele, ela que me deu essa escola, de que a gente, para ter, precisa comprar, comprar, comprar e nunca vender. Eu, dos meus pais, nunca vi nem ouvi isso. Meus pais não guardavam. Eles viviam".[115] O marido também tratou do tema: "foram muitas privações. Tinha que garantir o futuro por meio de propriedades, porque profissão a gente não tinha".[116]

Possivelmente entre 1954 e 1955, a família fez uma mudança ousada: vendeu o imóvel onde moravam, com a loja, e foram para uma área residencial próxima ao Ipiranga, na Vila Monumento, na Rua Mariano Procópio – travessa da Avenida D. Pedro I. Eva rememorou: "quando mudamos para a Mariano Procópio, vendemos a loja e ficamos sem trabalhar. Eu fui para lá porque meu marido disse que podia vender a loja, disse 'vou só eu trabalhar agora'".[117] Segundo as memórias de Samuel, o pai construiu um palacete:

---

[111] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[112] MADEIRA, s.d., op. cit.
[113] MADEIRA e SCHREIER, s.d., op. cit.
[114] SCHREIER, 2020, op. cit.
[115] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[116] Idem.
[117] Idem.

> Tinha jardinzinho na frente, embaixo – um alpendre fechado, jardim de inverno. Uma sala enorme. Cozinha grande e banheiro sob a escada. Atrás da casa, um quintal azulejado, garagem, entrada de carro. Em cima, quarto grande de empregada e lavanderia com dois tanques. Em cima: três quartos e um banheiro com banheira. Terraço no quarto da mãe. Eu tinha um quarto com Raul, a Iara outro com Rosa. (...) Meu pai vendeu a loja, comprou um carro e mudamos.[118]

A irmã caçula tem recordações parecidas: "a mudança para a Mariano Procópio foi a abastada: a casa tinha lareira, carrinho de chá na sala, de marfim, combinando com os móveis, foi quando ganhamos coisas".[119] As amigas da época lembraram a postura de Iara, com cerca de 10 anos, diante da nova casa. Cecília Scheinberg relatou:

> Talvez nem fosse tão grande. Mas, da maneira como a vejo, era imensa. A mãe dava aula de piano para ela, era tudo tão certo, tão direito. Eu entrei na casa dela pela primeira vez e disse "ai, que casa linda em que você veio morar". E ela disse "pois é, durante anos passei com inveja da sua casa, eu achava sua casa linda. Agora, não mais".[120]

Jaime Schreier, irmão de Shirley e amigo de Samuel, também relembrou como a mudança teria afetado Iara: "eles mudaram pra lá, e nós ficamos um pouco afastados, e eu tenho impressão que a Iara ficou se sentindo um pouco mais, um pouco mais importante. (...) Eu achava ela um pouquinho orgulhosa demais".[121] As amigas que mais frequentaram a casa nova, no entanto, foram as da escola, como Jane Zaguer, filha dos donos da Escola Israelita do Cambuci e com poder aquisitivo maior que os residentes do Ipiranga.[122]

O clima de competição que permeava o bairro, além de envolver as condições socioeconômicas e morais das famílias, em minha perspectiva, tinha relações diretas com o preconceito entre os próprios judeus. Shirley Schreier, cuja família era de origem polonesa, afirmou que sentia forte discriminação: "sempre sofri muito. (...) Eu sentia que havia uma tentativa de inferiorizar os *galitzianer*, que a gente era menos educado, polido, conhecedor de regras de bom tom que todo mundo lá".[123] Felícia Reicher disse o mesmo: "na minha casa, eu me sentia suja, achava que minha casa não era limpa. A gente era inferiorizada pelos bessarábios. Eles eram limpos, organizados, nós não, éramos sujos".[124]

Através das falas de Eva e David, sabe-se que eles de fato sentiam que os *galitzianer* eram inferiores – sobretudo em relação à Eva, que era húngara. Portanto, é muito provável que estes sentimentos fossem passados também a Iara. Não foram encontrados estudos que abordem

---

[118] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[119] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[120] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[121] SCHREIER, Jaime. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 fita-cassete, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[122] PATARRA, 1992, op. cit., p. 42.
[123] SCHREIER e MADEIRA, s.d., op. cit.
[124] Idem.

preconceitos entre os próprios judeus asquenazes, dessa forma, não se sabe se estas relações hierárquicas foram estabelecidas pós-chegada ao Brasil ou se já estavam forjadas em seus países de origem. Todavia, na comunidade do Ipiranga, as origens influenciavam o desenvolvimento de vínculos, majoritariamente entre aqueles nascidos na Europa.

Retomo, então, a fala de Raul Iavelberg de que ele e seus irmãos eram criados como "pequenos europeus" – mas com referências da Europa Central e Ocidental, de onde advinha Eva. Por isso, a priorização de amizades com bessarábios ou "superiores" e, ademais, o valor dado ao estudo, conforme ela relatou: "fui rígida em todas as circunstâncias. Até para impor estudo. Eu queria que estudassem mais, mais e mais. Em línguas, em música. Eu achava que eles tinham que ter uma formação musical. Insisti muito, levava eles em escolas de línguas, matriculava, fiz questão que praticassem esporte".[125] Essa valorização parece ser em oposição aos outros grupos, considerados "burros".

Em contrapartida, na visão de Felícia Reicher, em entrevista concedida a mim, os bessarábios eram vistos da mesma forma pelos *galitzianer*:

> A família da Iara, a mãe dela era húngara, mas o pai era da Bessarábia. E é gozado que mesmo da Europa, só para informação sua, essa área da Polônia era uma área muito mais, tinha uns judeus muito mais intelectualizados do que os da Bessarábia. Tanto é que, sabe essa disputazinha, assim, "ah, aquele lá é da Bessarábia", burro, bobo, sabe? Tinha essa coisa.[126]

Ela foi a única, porém, a dizer que os bessarábio eram vistos como "burros". O que os relatos indicam é justamente o oposto.

Parece evidente que os Iavelbergs desejavam aproximar seus filhos mais da herança "húngara", que supostamente valorizava mais o estudo, a formação cultural e erudita das raízes ocidentais europeias. Iara, como recordou Cecília Scheinberg, fez aulas de piano, além de inglês. De acordo com Eva, ela pedia frequentemente aos pais que comprassem livros e discos.[127] A mãe, ecoada pelos filhos, falou ainda que incentivava muito à leitura; Iara foi alfabetizada cedo por Pupi e, depois, teria se tornado ávida leitora.[128] Ademais, Raul Iavelberg lembra, enquanto viviam na Vila Monumento, de ser levado pela irmã para a matinê no cinema – somente os quatro irmãos, sem os pais.[129]

A boa vida na casa grande, no entanto, não durou muito. Segundo Eva, o marido não cumpriu a promessa de que iria trabalhar para manter a família. Ele, por sua vez, disse que

[125] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[126] MADEIRA, 2020, op. cit.
[127] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[128] Idem.
[129] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.

esperava viver com a renda obtida com os imóveis alugados, mas não foi o suficiente.[130] Samuel recordou de situações difíceis em casa: "meu pai não trabalhava. E recebia aluguel da casa onde era a loja. Meses depois, começou uma fase negra [sic] em casa. A gente quase nem tinha o que comer. Após um ano, meu pai vendeu o carro, a casona e voltamos para a casa – mas a do lado, que era do meu avô".[131] A mãe explicou como se deu o processo de decisão:

> O jeito foi pedir a loja alugada, pegada [ao lado], de volta outra vez, era o pessoal da loja de disco, e começar de novo. Essas mudanças foram difíceis, dureza. Começou uma inflação muito grande. E com quatro filhos, não dava [para] ninguém trabalhar. Então, o jeito foi pedir a loja de volta, trabalhar duro nela, vender a casa e fazer construções.[132]

Sob a gestão de Juscelino Kubitschek, o país passou por um período de muitas transformações políticas, econômicas e socioculturais, sobretudo a partir do Programa de Metas (1956-1961), instituído pelo então presidente, com o objetivo de promover desenvolvimento equivalente a 50 anos em apenas cinco. De fato, "as medidas do pacote econômico '50 em 5' funcionaram superficialmente bem. Mas, na profundidade da prática política, o pacote havia deixado um rastro de crise financeira que se expressava com o aumento dos preços, inflação crescente e congelamento de salários".[133] Se a família Iavelberg havia experienciado uma breve ascensão econômica, na segunda metade da década de 1950, viu suas possibilidades de progresso somente com a renda de poucos aluguéis se extinguir.

Como se tratava de uma casa grande, foi vendida para o então dono da marca de persianas Columbia, pioneira em persianas horizontais de alumínio no país. Grande parte dos móveis foi vendida, incluindo o piano no qual Iara tocava. Com o dinheiro obtido, David Iavelberg recordou que iniciou a construção de um prédio com 12 apartamentos em um terreno que lhe fora dado por seu pai, localizado na Rua Agostinho Gomes.[134] A loja, conforme lembrou Samuel, não pôde ser reaberta rapidamente, em respeito à concorrência; por um ano, residiram na casa dos fundos com o comércio fechado – o que dava má impressão a Rosa:

> Teve uma mudança, que eu achei muito ruim, foi quando a gente voltou para a Silva Bueno, mas a minha mãe não tinha mais loja. Era super esquisito, a gente morava na casa do fundo e a loja ficava vazia, aquelas portas de ferro baixadas, era uma coisa ruim, que dava uma sensação de estranheza, de ter uma casa diferenciada, de ter vergonha que os outros fossem, esse tipo de coisa que me acompanhava um pouco.[135]

Eventualmente, a loja foi reaberta e, mais uma vez, Eva trabalhava sem o marido:

---

[130] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[131] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[132] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[133] ROTTA, 2022, op. cit., p. 147.
[134] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[135] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.

> A única coisa que ele fazia eram as compras. Eu dava uma lista completa, ele já sabia o nome das mercadorias, quais eram as lojas e ia buscar. Porque nosso movimento era muito grande, e era tudo à vista, então precisava sempre estar repondo a mercadoria. Então ele ia de manhã; à noite, entregavam para a gente. E à tarde ele não fazia nada [ri].[136]

De acordo com as memórias de Samuel, foi nessa fase do comércio que ele e Iara mais trabalharam lá: "a [vitrine] do centro era só de brincos e broches, coisas mais fáceis de vender, e onde começamos a trabalhar. Primeiro ela, depois eu. (...) Acho que gostava. Era uma farra atender as pessoas, vender, fazer embrulho, cobrar. Era farra, mas trabalho".[137]

Iara cursava o ensino ginasial no Centro Independência, desde seus 11 anos. Embora não fosse uma escola judaica, como aquela na qual cursou o primário, era frequentada pelas crianças judias do Ipiranga, como Cecília Scheinberg, com quem ela havia prestado o exame de admissão.[138] Felícia Reicher, dois anos mais velha, estudava no mesmo lugar, mas em outra classe.

Ambas recordam de Iara, nesse período, como uma jovem "precoce". Nas palavras de Cecília: "enquanto eu brincava com bonecas, ela tirava linha com os moleques na fábrica. Perguntei, 'mas o que é tirar linha?'. Quando eu e a Felícia estávamos indo, já tinha voltado há muito tempo. [Ela] flertava um bocado. Ela sabia o horário em que a fábrica soltava certa turma".[139] Felícia relatou coisas parecidas: "lembro, então, dela com um erotismo à flor da pele, uma preocupação com homem muito presente, a coisa mais forte que lembro dela é isso. E uma competição muito grande, que acho destrutiva. Mas, ao mesmo tempo, lembro que todos diziam que era muito inteligente; eu sentia também".[140]

Ademais, Samuel lembrou que a irmã entrou na puberdade muito precocemente, parecendo mais velha do que de fato era: "ela sempre foi parecida com minha mãe. Ela era desenvolvida para a idade. Quando tinha 11, 12 anos, todos achavam que era irmã de minha mãe. As freguesas falavam 'quero falar com tua irmã que me atendeu ontem'".[141] A adolescência, para Iara, parece ter chegado mais cedo, mas seria esse o problema?

É possível que as memórias das amigas estejam potencializadas pelo que aconteceu posteriormente: tanto o casamento visto como precoce quanto o que foi publicado na imprensa a respeito de sua vida sexual, já durante a militância nas esquerdas revolucionárias.

---

[136] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[137] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[138] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[139] Idem.
[140] MADEIRA, s.d., op. cit.
[141] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

De qualquer forma, ao analisar as condutas esperadas de meninas e mulheres no Brasil dos anos 1950, nota-se que, embora devessem ter o casamento como objetivo principal na vida, "a prática do flerte por parte das mulheres revelava uma iniciativa feminina na conquista do homem, o que também era condenável. A iniciativa da conquista e das declarações de amor cabia ao homem, pois a mulher deveria 'a todo momento saber conservar o seu lugar'".[142]

Assim, o desvio de conduta parece ter mais relação com Iara dar o *primeiro passo* nas paqueras, do que o próprio desenvolvimento de sua sexualidade, comum nesta fase da vida. Havia outras formas sutis consideradas mais apropriadas para as garotas despertarem o interesse dos garotos: sua vaidade, autocuidado e habilidades nas atividades domésticas. Segundo as normas morais vigentes, não havia espaço para aquelas que agiam espontaneamente ou que seguiam seus desejos, dado que "as garotas que 'permitem liberdades que jamais deveriam ser consentidas por alguém que se preze em sua dignidade' acabam sendo dispensadas e esquecidas, pois o 'rapaz não se lembrará da moça a não ser pelas liberdades concedidas'".[143]

1.3 Rock'n'roll, Hebraica e bailinhos

Em 20 de dezembro de 1956, estreou no Brasil o filme *Ao balanço das horas,* com o músico Bill Haley e Seus Cometas, cujo enredo trata de um produtor musical frustrado que, em uma viagem, encontra um grupo de garotos cantando e dançando um ritmo novo: o *rock and roll*. A imprensa internacional alertava para "jovens descontrolados", que saíam dos cinemas aos gritos dançando pelas ruas, quando não depredavam as poltronas das salas.

Em São Paulo, a primeira sessão exibida no Cine Paulista, na Rua Augusta, teve tumulto e policiais na contenção. No dia seguinte, os jornais noticiavam *A dança selvagem do 'Rock and Roll' provoca cenas deprimentes na cidade*: "gritos, vaias, uso de gaitas, batidas de pé e danças alucinantes no Cine Paulista. Pancadaria, correrias e prisões na rua Augusta. Enérgica intervenção policial. Queima de inseticidas em folhas de papel".[144]

Felícia e Iara estavam lá:

> A gente estava no Paulista no dia em que passou o filme de rock em que todo mundo saiu dançando no cinema, saiu no jornal, era bem pessoal de ponta, na ponta das coisas, nas experiências, e a gente estava lá, então isso me dá um indicador de como a gente estava procurando modismo.[145]

---

[142] PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 614.
[143] Ibid., p. 615.
[144] A dança selvagem do "Rock and Rol" provoca cenas deprimentes na cidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1956, p. 11.
[145] MADEIRA, s.d., op. cit.

Ao dizer "pessoal de ponta", Felícia possivelmente se referiu a pessoas modernas. Elas costumavam frequentar os cinemas nas cercanias do Ipiranga, próximo às suas casas, junto com os outros amigos do bairro: "era um troço assombroso ir para a Augusta, tomar não sei quantas conduções, ninguém entendia por que a gente ia lá, afinal tinha tanto cinema por lá [Ipiranga], eu devia ter uns 15, ela [Iara] uns 13. E a gente procurava os boyzinhos da Augusta".[146]

A Rua Augusta, sobretudo neste período, era uma região privilegiada, graças à sua "localização intermediária entre dois núcleos habitacionais da elite, como a avenida Paulista e o bairro de Higienópolis (e pouco depois também de acesso aos 'Jardins')". Os cinemas na rua eram frequentados pelo "público jovem que estudava nos colégios fixados nas proximidades" – portanto, de elite. Ademais durante as décadas de 1950 e 1960, estabelecimentos comerciais, como bares, lanchonetes e restaurantes, foram abertos para atender o público que assistia às sessões, formando uma pequena "centralidade" e/ou "ponto de referência" de sociabilidade jovem branca e de classe alta.[147]

Especificamente quanto à estreia de *Ao balanço das horas*, tratou-se de um bem cultural consumido principalmente pela juventude das camadas médias e altas: "os registros sobre as áreas menos nobres eram praticamente inexistentes".[148] Naquele momento, evidenciou-se que a juventude passou a existir como um novo segmento de consumo, podendo-se falar, de forma incipiente, no surgimento de uma cultura juvenil brasileira – ainda que esta estivesse muito alinhada às normas sociais dominantes.

Por ser caracterizada como uma "rebeldia inofensiva", "a adesão a esse tipo de música não necessariamente excluiu signos mais tradicionais e que remetiam a um universo simbólico adulto".[149] Isso pode explicar, portanto, como ao mesmo tempo que ouvia rock'n'roll, Iara permanecia nas aulas de piano, por exemplo, e almejava alcançar o ideal da jovem judaica, na perspectiva dos moradores do Ipiranga.

Felícia Reicher recordou: "lá naquele pedaço, o projeto das mulheres era casar. (...) Estudar era para homem. Mulher tinha que casar. Cozinhar bem, se vestir bem, se arrumar bem. Andar muito limpa, arrumada".[150] A respeito de sua própria experiência, Cecília Scheinberg diz: "minha mãe por exemplo costumava dizer que não era pra eu estudar, porque se eu

[146] Idem.
[147] PISSARDO, Felipe Melo. *A Rua apropriada:* um estudo sobre as transformações e usos urbanos na Rua Augusta (São Paulo, 1891-2012). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 113.
[148] GARSON, Marcelo. O rock and roll e a juventude em debate no Brasil (1956-1958). *Contemporânea – Comunicação e Cultura*, v. 14, n. 1, jan./abr. 2016, p. 115.
[149] Ibid., p. 118.
[150] MADEIRA, s.d., op. cit.

estudasse a única pessoa que eu ia conseguir casar era um velho professor. Era esse o pavor, o fundo do poço pra ela era casar com um velho professor, e se eu fosse muito inteligente ninguém ia me querer".[151] Shirley Schreier teve memórias similares: "eu acho que na comunidade judaica do Ipiranga era uma coisa extremamente estabelecida que não se estudava, que você tinha que ser treinada para ser boa dona de casa, e só. Na verdade, se possível casar com um médico, essa era a coisa mais almejada pelos pais e acho que muitas filhas também".[152]

Algumas garotas serviam de referência para este ideal, sobretudo Pupi – que havia cuidado de Iara e seus irmãos, quando pequenos. Shirley lembrou que ela era "exemplo central na memória de todo mundo":

> O paradigma era a Pupi. Tudo era centrado como se tudo fosse tão certo com ela, e a expectativa era que ela ia casar com 16 anos com médico. (...) O pai [dela], que era bessarábio, ele pegava o arroz que a filha dele tinha feito e levava na casa dos outros, mostrar o arroz que a filha fez. Meu pai me dizia, "olha como os filhos desse cara são maravilhosos, eles dizem e os filhos obedecem". Dizia, "olha como ela é boa filha, o pai volta do Bom Retiro e ela vai esperar ele no ponto do bonde".[153]

Para Iara, essa pressão deveria ser muito presente, não só por Pupi ter ajudado a criá-la, mas por outros dois fatores: Iara ficou como espécie de "herdeira" oficial, ganhando os vestidos e brinquedos da vizinha que não mais serviam, além de Pupi ser muito querida por sua família, especialmente por sua avó e mãe. Ela relatou:

> A mãe da Iara queria que eu casasse cedo, queria apresentar um rapaz para mim, disse "olha, se a Iara estivesse na idade, mas ela ainda é criança, você está na frente, gostaria de te apresentar um rapaz bom". Disse "vou dar as melhores informações, porque quando a Iara precisar, acho que vocês também vão dar as melhores informações". Nem chegou a acontecer, ela apresentar, mas ela gostaria, tinha interesse em mim, eles sempre tiveram.[154]

Além do modelo "vivo", representado por Pupi, Iara deveria estar constantemente em contato com arquétipos da "mulher ideial", em função de seu hábito de leitura, frequentemente mencionado nas entrevistas com aqueles que a conheceram. Sua mãe Eva recordou de ela ter lido livros infantojuvenis, como os de autoria da russa Condessa de Ségur, de Monteiro Lobato e Júlio Verne, mas também a famosa coleção de volumes de uma enciclopédia da época, *Tesouro da Juventude*.[155] O irmão Raul lembrou ainda dela lendo revistas femininas.[156]

No início do século XX, com o ingresso de garotas nas escolas, "a leitura de romances denominados 'água dom açúcar' e de revistas femininas constituía-se em um dos principais

[151] SCHEINBERG, 2020, op. cit.
[152] SCHREIER, 2020, op. cit.
[153] SCHREIER e MADEIRA, s.d., op. cit.
[154] ELLENBOGEN, s.d., op. cit.
[155] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[156] IAVELBERG, R., 2020, op. cit.

passatempos dessas meninas que haviam se tornado estudantes". Tanto as publicações quanto as informações obtidas na escola e nos meios de convivência – como família e bairro – "difundiam regras de etiqueta e noções de elegância que seriam provavelmente colocadas em prática na vida adulta ao lado do futuro esposo. Tais escritos contribuíam também no processo de construção de subjetividade das meninas, ou seja, na forma como elas expressariam suas emoções".[157]

Ademais, entre os anúncios frequentemente publicados em revistas femininas da época, estão produtos relacionados ao autocuidado, sobretudo das seguintes categorias: "produtos de beleza, produtos alimentícios e produtos de higiene". Os artigos estão diretamente relacionados com a "função social esperada para as mulheres da época, função esta diretamente vinculada ao cuidado de si, ao cuidado da casa e ao cuidado dos outros, incluindo aí os filhos e o marido. Indicando, dessa forma, o papel social vinculado às mulheres nesta época: ser esposa e mãe".[158]

Iara parecia especialmente preocupada com estes aspectos, conforme as lembranças dos entrevistados. A irmã mais nova lembra, quando tinha 7 anos, de brincar mais com Raul e Samuel: "a Iara já tinha hábitos de mocinha. Lembro dela na cozinha enrolando o cabelo, com bobes, na mesa da cozinha, que servia para tudo; dela pintando as unhas; lembro dela assim".[159] A amiga Cecília aborda as festas judaicas, nas sinagogas do Ipiranga e Cambuci, para as quais Iara ia sozinha de bonde: "punha *pancake*, o melhor vestido. Era também para namoricar os meninos. A gente se enfiava nos carros e ficava. Era uma fofocagem com os meninos. A gente entrava nos carros dos pais, conversava, contava piadas. Aí, saía e entrava em outro carro. Isso enquanto os pais estavam na sinagoga".[160] Já Samuel recordou que, nessa idade, ela pegava roupas e bijuterias emprestadas da loja da mãe, usava uma vez e as devolvia.[161]

O autocuidado e a vaidade são elementos cruciais que compõem a "feminilidade" e eram considerados artifícios interessantes e "pouco explícitos" para iniciar um flerte.[162] A ideia de que o desejo de se embelezar era estimulado em meninas com o objetivo de atrair um parceiro também aparece no próprio conteúdo publicado pelo periódico, como as fotonovelas, contos, matérias e seção de cartas das leitoras. O cuidado de si, portanto, atenderia aos desejos não só de si mesma, mas do outro: "dentro do contexto analisado, pode-se dizer que esse cuidado

[157] AREND, Silvia Fávero. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 102.
[158] MIGUEL, Raquel de Barros P. Os cuidados de si e os cuidados do outro: lugares de gênero na publicidade da revista *Capricho* (décadas de 1950-1960). *Projeto História*, São Paulo, n. 45, dez. 2012, p. 220-221.
[159] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[160] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[161] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[162] PINSKY, 2004, op. cit., p. 614.

estaria a serviço da manutenção, ou conquista, da tão desejada felicidade conjugal. Esta felicidade era o ícone, o ápice que uma mulher nos anos 1950 e 1960 poderia almejar".[163]

A valorização da higiene e do asseio encontram respaldo também na comunidade judaica – ao menos nas regras e signos definidos pela colônia do Ipiranga, levando em consideração a hierarquia entre as nacionalidades, sobretudo bessarábios e *galitzianers*. Felícia Reicher recordou: "minha mãe às vezes dizia, 'olha a Pupi como está bem arrumada, limpa'".[164] Em fala citada anteriormente, ela disse que os bessarábios consideravam os *galitzianers* sujos.

Estes princípios eram gradativamente incorporados por Iara – e por diversas outras meninas no mesmo período – como sendo integrantes de seus próprios desejos, naturais de sua personalidade individual. Assim, a análise da perspectiva da história do cotidiano se mostra importante por justamente evidenciar "como as imposições ou estímulos sociais são percebidos e processados como interesses e necessidades, ansiedades e esperanças".[165]

Os bailinhos e festas nas sinagogas, principais eventos sociais para os quais ela desejava se arrumar, algumas vezes eram tolhidos em função de compromissos de seus pais. Raul foi questionado, em entrevista, se sentia medo, ao que ele respondeu: "quando meus pais saíam, à noite, lembro de ter um bruto medo. A gente ficava acordado até certa hora, depois ia dormir. Era a Iara que dirigia tudo isso, a que horas pôr na cama. Meus pais iam ao cinema do bairro".[166] Samuel lembrou que essas saídas aconteciam, em certo período, ao menos uma vez por semana.[167] Já de acordo com Cecília, Iara se incomodava com a atribuição de cuidar dos irmãos: "[Eva] dizia 'a Iarinha não pode sair hoje, porque vou sair com meu marido'. 'Ah, mãe, outra vez', dizia a Iara. Queria ter os programas dela. (...) Ela queria sair, participar, fazer outras coisas. Ela comentava que odiava ficar com as crianças".[168]

Apesar de todos esses relatos, Eva e David asseguraram que não delegavam esta atribuição à filha, em entrevista para a jornalista:

> **E:** Saídas à noite?
> **DI:** Não tinha dia certo, podia ser qualquer noite.
> **E:** Iara tinha instruções para cuidar dos pequenos?
> **EI:** Deixávamos sempre com empregada.
> **E:** Mas eram meninas.

[163] MIGUEL, 2012, op. cit., p. 227.
[164] Idem.
[165] "The thrust here is to demonstrate how social impositions or stimuli are perceived and processed as interests and needs, anxieties and hopes; indeed, how they are generated in the very process". LÜDTKE, Alf. Introduction. In: LÜDTKE, Alf (org.). *The history of everyday life:* reconstructing historical experiences and ways of life. New Jersey: Princeton University Press, 1995, p. 7, tradução livre.
[166] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.
[167] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[168] SCHEINBERG, C., s.d., op. cit.

> **EI:** Só fazíamos isso depois que as crianças tinham idade suficiente para se arrumar sozinhas.
> **DI:** Ficamos quatro anos sem ver um cinema.
> **EI:** Quando começaram a ficar maiorzinhos, a gente levava os dois [Iara e Samuel] na matinê. Uma semana ia ele, outra eu. O outro ficava em casa com os menores. A Iara nunca ficou encarregada de tomar conta das crianças. Ficavam todos juntos. Nenhuma pessoa tinha responsabilidade pelos outros. E eu só fazia isso quando eles já eram grandes.[169]

Não obstante a negativa dos pais, os dois irmãos mais novos, Raul e Rosa, compartilharam ter uma imagem maternal de Iara. Raul relatou: "lembro dela como uma menina muito clara, muito maternal, funcionando como para-choque entre os pais e os filhos. Meus pais trabalhavam muito na loja, tinham pouco tempo para cuidar da gente e a Iara devia desempenhar um papel de cuidar dos pequenos".[170] Em contraposição, Rosa falou sobre a imagem que tinha de Samuel, afirmando acreditar que ele era o menos dependente da irmã mais velha.[171]

Ao se observar a iniciação de meninas e meninos na divisão sexual do trabalho desde crianças, durante o século XX, nota-se uma diferença: enquanto os filhos meninos tinham maior liberdade para sair e brincar com os amigos nas ruas, as meninas ficavam responsáveis por auxiliar nas atividades domésticas mais "leves", como cuidar dos irmãos mais novos.[172] No caso dos Iavelbergs, observa-se que isso ocorria mesmo havendo uma empregada trabalhando em tempo integral na casa. Não há registros de que Iara fizesse alguma outra atividade, como cozinhar ou limpar, mas os afazeres na loja da família chegaram mais cedo para ela do que para Samuel e, além disso, a responsabilidade pelo cuidado dos irmãos mais novos parece ter sido majoritariamente sua, mesmo com a presença da funcionária em casa.

Segundo as memórias de Cecília Scheinberg, para evitar cuidar dos irmãos mais novos, Iara frequentava reuniões do movimento juvenil socialista sionista Habonim Dror Brasil, realizadas em sua casa.[173] Criado ainda na Europa, a vertente brasileira foi fundada em 1945, em Porto Alegre, sendo ampliada posteriormente para o Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo. Ainda que sem ligações formais com qualquer partido ou grupo político, o movimento tinha orientação de esquerda, mas seu principal objetivo era criar e consolidar uma nação judaica,

[169] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[170] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.
[171] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[172] AREND, 2012, op. cit., p. 102.
[173] SCHEINBERG, s.d., op. cit.

sem a qual, em sua perspectiva, nenhum judeu estaria realmente seguro, mesmo aqueles em situação de diáspora.[174]

Sua fundação foi muito influenciada pelo antissemitismo que forçou a saída de judeus do continente europeu, até meados da década de 1930, e que culminou na política de extermínio durante a Segunda Guerra. O Dror acreditava que "o problema da discriminação contra os judeus seria resolvido com a participação destes em atividades produtivas dentro de um estado nacional judaico – Israel –, em colônias coletivas – os *kibutzim*".[175] O grupo, que chegou em São Paulo por volta de 1947, organizava grupos mistos de atividades, de acordo com a idade – as *kvutzot* –, que se reuniam nas casas de simpatizantes em diversos bairros – entre eles, o Ipiranga.[176] Embora houvesse certa simpatia pelo Brasil, um dos pilares fundamentais do movimento era promover a *aliá*, ou seja, a ida dos jovens participantes para Israel.[177]

Cecília recordou que ela e Iara participavam do grupo, com sede em sua casa, mas que não tinham muito envolvimento com os ideais em si: "nem sei se na adolescência a gente estava dando bola para movimento sionista e ir pra Israel... era mais farra".[178] Eva afirmou que Iara participou do grupo majoritariamente por influência de um dos vizinhos, Bernardo Winer, mas que depois perdeu o interesse por conta própria.[179] Samuel, o único dos irmãos que mencionou o sionismo, tratou apenas de uma época posterior: "nós éramos antissionistas, não aceitávamos a política sionista de Israel, achávamos que Israel deveria existir, mas que havia deturpado o espírito das origens".[180]

Um dos principais atrativos do Dror eram os acampamentos (*machanot*) realizados durante as férias escolares, que duravam em geral 15 dias.[181] Talvez por estarem interessadas na "farra", Cecília lembrou do grande interesse que tinha em frequentá-los, mas havia um impeditivo: "e minha mãe deixava? Imagine! Minha mãe achava que as meninas ficavam faladas. Meus irmãos sempre foram. A moral, lá em casa, era bem machista. O que eu chorei que queria ir. Não deixou. Era aquele pedaço todo, maldito pedaço". Felícia e Shirley relatam

[174] ROTTA, Helen Rocha. *A identidade judaico brasileira, a partir de Porto Alegre, na iminência da fundação de Israel (1945-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2018, p. 83.
[175] PINSKY, Carla Bassanezi. *Pássaros da liberdade*: jovens, judeus e revolucionários no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000, p. 9.
[176] Ibid., p. 31.
[177] ROTTA, 2018, op. cit., p. 84.
[178] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[179] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[180] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[181] PINSKY, 2000, op. cit., p. 169.

terem passado pelo mesmo. Eva contou que Iara não foi, porque não teve interesse – o que soa pouco provável, diante dos casos das três amigas, cujos pais não permitiram.[182]

É possível que as mães não permitissem a ida de meninas pelo exato motivo citado por Cecília. O Dror não possuía "mandamentos" relacionados à sexualidade e era visto como "moderno" por promover atividades e estimular a amizade entre meninos e meninas. Ademais, em grupos de certas faixas etárias, eram fomentadas discussões sobre educação sexual, amor livre e igualdade entre os sexos – isso ainda durante a década de 1950. Todo o movimento, inclusive os acampamentos, era gerido por jovens, o que certamente dava aos pais a sensação de liberalização excessiva.[183]

Numa provável tentativa de manter os filhos convivendo em um ambiente judaico, mas sob sua supervisão, os Iavelbergs se filiaram à Associação Brasileira "A Hebraica" de São Paulo, inaugurada em dezembro de 1957. Localizado na Zona Sul da cidade, o clube possuía então um ginásio coberto, duas quadras de tênis, uma quadra externa, uma piscina principal e uma infantil, anexa, além da sede social e administrativa, "com amplos e confortáveis espaços para recreação, atividades sociais e práticas esportivas".[184]

Segundo as memórias de Samuel, sua família foi a primeira do Ipiranga a se tornar sócia:

> Era super longe, fechado, classe média alta, que não éramos. E entramos. Para nós, foi um choque. Sentimos mesmo. Foi um salto, uma mudança. Classes bem definidas. As pessoas eram, ao mesmo tempo, sócias do Paulistano e do Pinheiros. Nós não tínhamos esse nível social. A Iara, adolescente, naquela época, frequentava festinhas, sentia isso. (...) Achava ruim que dançava pouco: "não danço, não me tiram".[185]

Ele recordou ainda que eles eram os sócios número 1.361. Isso indica que eles se afiliaram pouco depois da inauguração, já que em fevereiro de 1958 faltavam apenas sete inscrições para que se chegasse a 1.500 sócios.[186] Antes de as instalações serem abertas ao público, a associação contava com cerca de 1.000 membros, entre os quais a maioria se dedicava ao comércio ou eram industriais, havendo também engenheiros, médicos e profissionais liberais, moradores majoritariamente de bairros nobres da cidade, como Jardins, Perdizes, Pacaembu e Higienópolis.[187] A irmã caçula acredita que os pais tinham uma expectativa de estilo de vida burguês, demonstrada com a casa na Vila Monumento e a entrada na Hebraica.[188]

---

[182] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[183] PINSKY, 2000, op. cit., p. 255-259.
[184] CYTRYNOWICZ, Roney. *Associação Brasileira "A Hebraica" de São Paulo*: 50 anos de história. São Paulo: Hebraica, 2003, p. 45.
[185] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[186] CYTRYNOWICZ, 2003, op. cit., p. 58.
[187] Ibid., p.
[188] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.

Eva recordou que os filhos iam sozinhos ao clube, ainda que fosse distante do Ipiranga –segundo suas memórias, eles precisavam de dois ônibus para chegar até lá. Todos os irmãos mencionam que o espaço representou grande ruptura em suas vidas, como Raul, que relatou: "nas horas vagas, ia para lá. Isso provocou certa ruptura com o bairro. Ainda morava e estudava lá; era uma época em que lia muito, três livros por semana, durante anos. Tinha a biblioteca da Hebraica. Fazia natação e tênis".[189]

O *Atlas do esporte no Brasil*, ao tratar da Hebraica, apresenta pontos interessantes, ao afirmar que o diferencial dos sócios do clube, em relação a outras entidades judaicas, não era ideológico ou geográfico, mas sim *social*, uma vez que seu público estava em processo de ascensão. Nesse sentido, o texto cita justamente o que Samuel também narrou: "muitos já faziam parte do círculo de sócios do Clube Atlético Paulistano (clube da elite social de São Paulo), mas queriam uma associação de caráter judaico, uma vez que os filhos já atingiam a adolescência". A Hebraica se constituía em um lugar para aproveitar os fins de semana com a família e os amigos, que possuía perfil esportivo, mas sem ser competitivo – priorizava-se mais a promoção de atividades culturais e sociais.[190]

Os outros jovens do bairro foram influenciados e passaram a pedir que seus pais também se tornassem sócios, como foi o caso de Felícia, que lembrou de ascendência especificamente de Iara sobre si:

> Quando começou a moda daqueles conjuntos de ban-lon, que eram uma blusa e um casaquinho. Aquilo pegou aqui de um jeito... E tinha o inglês, importado. Acho que foi a primeira coisa que foi massificada aqui. Imediatamente, no Bom Retiro, se multiplicaram mil daqueles. *Lembro que a Iara ganhou um daqueles, azul claro, lindo que era para ela ir à Hebraica. E eu queria porque queria um igual*, e meu pai, coitado, vai para o Bom Retiro, e não tinha noção, para ele era tudo igual, então ele viu um, que na cabeça dele era igual, e ele me traz. Era uma imitação. Eu queria acabar com meu pai. Queria matar. Imagine se eu pusesse uma coisa daquelas? A Iara tinha um inglês. E eu ia botar um do Bom Retiro? Não dava! (...) Meu pai, naquela época, queria que eu fosse para a Casa do Povo. Que era com quem ele se identificava mais. Ele não se identificava nada com a Hebraica. *A Hebraica significava, realmente, a burguesia. Mas eu queria ir para a Hebraica.* Eu não gostava da Casa do Povo. Então, era um negócio muito complicado na minha cabeça. *Eu ia para a Casa do Povo e as pessoas eram muito feias lá. Eu não queria ser feia como aquelas pessoas.*[191]

Casa do Povo é o nome pelo qual ficou conhecido o Instituto Cultural Israelita Brasileiro (Icib), fundado por judeus progressistas na década de 1950 no bairro do Bom Retiro, onde havia outra grande colônia judaica. No entanto, para Felícia, a vida social do clube parecia mais

[189] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.
[190] GUEDES, Claudia Maria; ZIEFF, Susan Gail; NEGREIROS, Plínio J. L. C. Clubes de imigrantes em São Paulo. In: DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006, p. 6.26.
[191] MADEIRA, s.d., op. cit.

atrativa – e era personalizada em Iara, que incorporava os signos estabelecidos para a "feminilidade" e frequentava cada vez mais as atividades proporcionadas pela Hebraica, sobretudo os bailes, situações privilegiadas para se conhecer garotos judeus. Rosa atribuiu a esse motivo as saídas da irmã e, quando atingiu a mesma idade, as suas: "Iara saía quando mocinha, porque era para casar com rapaz de boa família. Estaria dentro do previsto, do planejado. As famílias judaicas têm muito esse script".[192] Isso talvez explique porque Shirley, mais velha que Felícia e Iara, tenha relatado: "não fui da Hebraica, porque já tinha namorado e meu pai achou que não precisava".[193]

David contou que costumava levar e buscar Iara aos bailinhos: "sempre acompanhava elas nas festinhas, bailecos. Levava, ia buscar. Tinha preocupação, ela tinha 14 anos, 15 anos, naquele tempo as meninas não tinham tanta liberdade". Porém, ele também disse que tinha certa apreensão: "ela era vistosa, mais vistosa que bonita. Ela chamava a atenção. Era uma pessoa muito simpática. Não sei se era a maneira de andar. Ela tinha pose. Sabia se vestir, tinha gosto para isso".[194]

Segundo as memórias de Rosa, Iara se incomodava com a postura do pai: "uma coisa que a Iara sempre dizia era que meu pai tinha sido excelente pai até a adolescência. Aí, quando entrava a questão moral, a sexualidade das meninas, ele virava um autoritário".[195] Eva recordou mais detalhes:

> Meu marido começou a decair muito com as crianças quando eles entraram na adolescência, porque daí perceberam o que o pai fazia com eles: só queria dominar, não deixar eles fazer nada. Só o que ele sonhava para os filhos. Por exemplo, quando uma menina chegava em casa mais tarde, ele dizia "tua filha". Já não era nossa, era só minha. "Tua filha ainda não chegou...". Não queria que elas saíssem assim, assado. Era machista. O bairro também era moralista demais.[196]

É importante observar como as relações de poder se manifestam de formas diferentes nas diversas fases familiares.[197] Portanto, fica evidente como, com o chegar da adolescência dos filhos – e sobretudo das filhas mulheres –, o pai assumiu outra postura de dominação e disciplinarização, com base nas normas sociais e morais que julgava corretas.

O controle paterno diminuiria um pouco após um fato curioso ocorrido na comemoração de aniversário de Cecília: Iara, de 13 anos e meio, fora notada pelo primo da amiga, Samuel Haberkorn, de 22, com quem engatou um namoro.[198]

---

[192] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[193] MADEIRA e SCHREIER, s.d., op. cit.
[194] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[195] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[196] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[197] WIERLING, 1995, op. cit., p. 160.
[198] SCHEINBERG, s.d., op. cit.

1.4 Judeu e estudante de Medicina: o relacionamento de Iara Iavelberg e Samuel Haberkorn

> Meu primo conhecia a Iara desde que ela nasceu. E sabe o que ele dizia? "Essa sua amiga não serve para você, odeio essa menina, você tem uma amiga que não é para você, ela passa pela rua, tenho vontade de torcer o pescoço dela cada vez que vejo ela". Meu primo se irritava porque ela tinha ginga, era saidinha, parece que fazia de propósito para irritá-lo, ela tinha uma maneira especial, ele achava arrogante o jeito dela olhar. Ele não gostava dela genuinamente.[199]

Conforme as memórias de Cecília Scheinberg, essa era a impressão que seu primo, Samuel Haberkorn[200], tinha de sua amiga Iara, em meados da década de 1950. Sua mãe, Gitla Finger (nascida Haberkorn), era irmã do pai de Haberkorn, Israel e ambos haviam nascido na Polônia no início do século XX. Israel conheceu sua esposa, Gênia Haberkorn (nascida Siedsamer), já no Brasil e se casaram em 1934; tiveram dois filhos: o primogênito nasceu em março do ano seguinte e a mais nova, Gicela Mala Abramovitc (nascida Haberkorn), em fevereiro de 1939.[201]

A família também se instalou no Ipiranga após o casamento dos pais, numa casa muito próxima à dos Iavelbergs, no mesmo quarteirão. Segundo descrição de Samuel Iavelberg, a primeira residência do quarteirão era a de Pupi; seguida pela família Reicher, onde morava Felícia. Depois, uma loja de móveis, onde nos fundos residia a família Haberkorn, vizinha de outra loja de móveis, de propriedade de uma família judia que não morava no mesmo local do comércio. Então, viria a família Winer e, por último, os Iavelbergs.[202] Assim, nota-se que as duas famílias se conheciam por décadas e os filhos, ainda que com idades diferentes, cresceram juntos.

Os Haberkorn, contudo, não eram muito bem-vistos entre os vizinhos, inclusive entre aqueles também advindos da Polônia. Felícia Reicher – cuja casa era geminada com a dos Haberkorn – descreveu: "a família do Samuel, tudo o que havia de neurótico naquela comunidade, você teria que levar ao extremo e colocar naquela família. [Ela] é o limite negativo de onde você pode chegar. Daquele gueto pode chegar. O lado ruim".[203] A mim, limitou-se a descrevê-los como "distópicos", sem dar mais detalhes.[204]

---

[199] Idem.
[200] Para não gerar confusão no leitor, o irmão de Iara será referido como Samuel e o namorado como Haberkorn.
[201] PROCLAMAS de casamento. Israel Haberkorn e Gênia Siedsamer. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 44, n. 220, 7 out. 1934, Judiciário, p. 21; PROCLAMAS de casamento. Samuel Haberkorn e Iara Iavelberg. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano LXX, n. 105, 13 mai. 1960, Judiciário, p. 51; PROCLAMAS de casamento. Isaac Abramovitc e Gicela Mala Haberkorn. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano XXXIV, n. 36, 22 fev. 1964, Judiciário, p. 58.
[202] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[203] MADEIRA, s.d., op. cit.
[204] MADEIRA, 2020, op. cit.

Há que se considerar que Felícia tem um trauma posterior em relação àquela família: seu irmão mais novo, Gelson Reicher, militante da ALN, foi assassinado sob tortura em janeiro de 1972. Neste período, a irmã de Haberkorn, Gicela, era casada com Isaac Abramovitc – por coincidência, filho de uma prima da avó paterna de Iara –, médico-legista do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, conhecido por falsificar laudos para ocultar as reais condições das mortes de presos políticos. Foi ele quem assinou o laudo de Gelson, documento feito com nome falso e que alegava que a morte teria sido em decorrência apenas de ferimentos sofridos em um tiroteio. Felícia destaca que Isaac conhecia seu irmão desde criança e que frequentemente o via, já que ambos dividiam a mesma garagem. A família Reicher ficou muito traumatizada com todo o ocorrido e com as atitudes do médico.[205]

Apesar disso, outros moradores do Ipiranga também se recordam dos Haberkorn como sendo uma família "estranha". Shirley Schreier os descreve como "perfeitamente malucos".[206] A própria Eva Iavelberg se referiu a eles como "gente ruim. Moralmente ruim".[207] Na perspectiva de uma ex-namorada de Haberkorn, Ida Klain Czeresnia, a família tinha forte aspecto de sujeira, mas fez uma ressalva: "o Samuel não era assim. Ele era impecavelmente limpo. Nem parecia que saiu daquela casa. Era uma pessoa totalmente diferente. Sabe quando alguém detesta aquilo que vê? Era o que ele sentia em relação aos pais. Até ele sentia repulsa às vezes pela sujeira, coisas que via".[208]

Cecília Scheinberg também recordou que, a despeito das condições da família, Haberkorn era considerado um bom partido: "o Samuel tinha prestígio. Eu achava ele tão alto, tão bonitão, nossa, estudante de Medicina, nossa, um partidão, tinha carro importado, meu tio estava bem de vida. Ele não morava bem, mas estava bem".[209] As outras amigas entrevistadas, Felícia, Shirley e Pupi, foram unânimes ao falar de sua beleza e status, sobretudo pela faculdade.[210] Haberkorn estudava na Faculdade de Medicina da USP provavelmente desde 1955, o que, na perspectiva das famílias judias da região, lhe conferia importância.

Ainda conforme as memórias de Cecília, as impressões do primo sobre Iara mudaram na comemoração de seu aniversário de 14 anos, em dezembro de 1957: "ela veio de brinquinho fantasia. De cabelo pajem, veio muito bem-vestida. Ele olhou para ela e eu notei, era como se

[205] MADEIRA, s.d., op. cit.; MADEIRA e SCHREIER, s.d., op. cit.; MADEIRA, 2020, op. cit.
[206] SCHREIER, 2020, op. cit.
[207] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[208] CZERESNIA, Ida Klain. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[209] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[210] MADEIRA, s.d., op. cit.; SCHREIER, 2020, op. cit.; ELLENBOGEN, s.d., op. cit.

ele estivesse descobrindo nova pessoa. Não era mais aquela menina chatinha que passava e irritava ele. Era outra pessoa. Eu vi o olhar dele".[211]

Samuel Iavelberg lembrou de ter visto a irmã e Haberkorn conversando em Santos, quando a família para lá viajava nas férias de fim de ano:

> Uma vez, fomos passar as férias numa pensão perto do Hotel Brickman. E houve o encontro com futuro marido de Iara, Samuel. Ele estava com amigos, primos, todos os judeus do bairro. Estavam hospedados em pensões mais baratas, na cidade, e vinham todos os dias. Ficavam conosco durante o dia e à noite tinha o *footing*. Passeávamos pela frente da pensão, que tinha uma área na frente com bancos. Um dia, notei que Samuel ficava conversando só com Iara e ela com ele. Estavam querendo namorar. Me foi dito que eles viraram namorados na volta das férias.[212]

O avô paterno de Iara possuía um apartamento na cidade litorânea, para onde a família ocasionalmente ia. Depois da cisão, a frequência teria diminuído, fazendo com que David, Eva e os filhos se hospedassem em pensões da região. Santos, no fim da década de 1950, era destino de veraneio de muitas famílias judias, de diferentes bairros da capital paulista. Os grupos, quando não possuíam seus próprios imóveis, se hospedavam nas cercanias do Hotel Brickman, localizado na Avenida Presidente Wilson, de frente para a praia. O hotel, como o próprio nome indica, pertencia à família Brickman, originária da Bessarábia, que chegou à cidade no início do século.[213] Como muitos judeus chegavam ao país pelo porto de Santos, optaram por fundar uma pensão para acolhê-los, até que tivessem para onde ir.[214]

Eva e David relataram que se davam bem com a colônia judaica que residia na cidade e aqueles que iam somente passar as férias: "**DI:** à noite, a gente sentava no terraço do hotel e à noite encontrava todo mundo. A colônia de Santos vinha; eles moravam em outros bairros, mas vinham sábado à noite, domingo. **EI:** a maioria morava na cidade, nas lojas. Como no Ipiranga".[215]

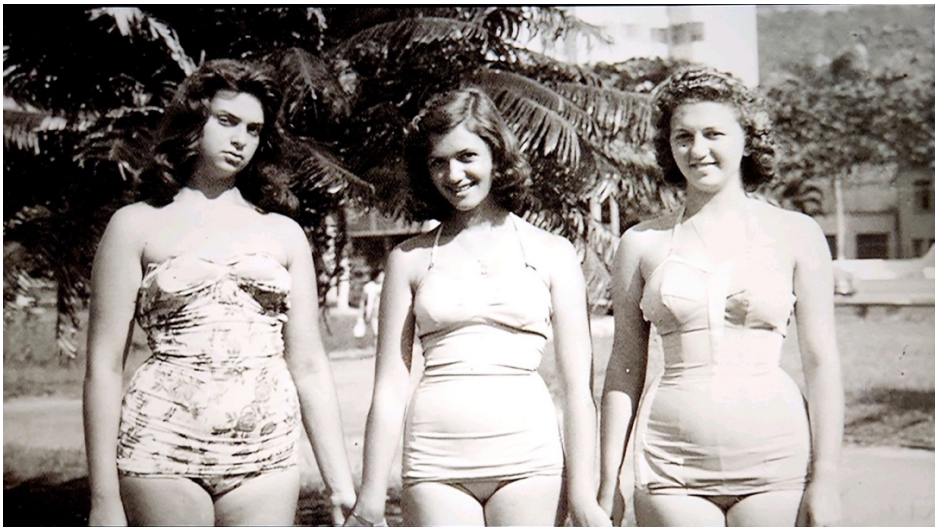
Conforme os relatos indicam, Iara aproveitava muito a praia com as amigas judias. Raul Iavelberg recordou: "lembro dela na praia, tomando sol, deitada na esteira, conversando com as amigas. Todos se conheciam. Lembro dela passeando, ia com ela algumas vezes no Atlântico tomar chocolate quente, comia misto quente".[216] Felícia lembrou dela chamando a atenção de marinheiros, mesmo com a tenra idade:

---

[211] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[212] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[213] Para a história da família Brickman, cf. BLAY, Eva Alterman. *O Brasil como destino:* raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
[214] SZWARCBART, Myriam. Santos, Hotel Brickman e comentários sobre a comunidade judaica santista. *As sinagogas em São Paulo - arte e arquitetura judaica*, São Paulo, 29 ago. 2021. Disponível em: https://bit.ly/43V9MIj. Acesso em: 23 mai. 2023.
[215] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[216] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.

> Em Santos, realmente ela aparecia mais porque tinha um corpo muito bonito. E acho que aí ela se destacava da gente, e muito. Ela fazia o maior sucesso. Na praia era onde ela ficava melhor. Realmente ficava muito bonita. Ela flertava com os homens. Na minha cabeça, ela queria todos os homens do mundo. E eu lembro de uma situação muito gozada que a gente viveu. Foi que a gente estava em Santos, e chegou um navio de Israel, e a gente tinha aquela imagem de que judeu não é cafajeste, marinheiro é cafajeste, mas marinheiro de Israel não é cafajeste. Nós fomos visitar o navio com uns shorts brancos minúsculos, e ela mais bonita do que nunca, com short menor ainda e uma blusa estampada tomara que caia azul e branca, que aparecia um pouco o seio dela, sandalinha branca, não lembro da minha, mas lembro da roupa dela e como estava bonita. Bom, os caras queriam comer a gente, agarravam, pegavam na bunda, tivemos que sair correndo. Queriam comer a gente com toda a força do conteúdo. Queriam morder. Sobretudo ela. E aí foi um choque, judeu marinheiro assim, e os pais da gente depois nem queriam acreditar. Foi uma experiência interessante. Devia ter uns 13 anos, ela. Lembro daquelas escadas na praia, dos canais, ela subindo e uma porção de caras andando atrás dela; ela estava com outra pessoa, depois iam os caras babando e eu atrás. A cor da pele fazia contraste com o cabelo louro. Ela comentava, sempre diminuindo a gente.[217]

Figura 6: Felícia Reicher, Iara Iavelberg (com cabelo à pajem) e Gicela Haberkorn, 1958 ou 1959



Fonte: *Em busca de Iara*

O relato de Felícia chama a atenção majoritariamente por dois aspectos: Iara, ainda muito jovem, parece ter se constituído involuntariamente em um padrão de beleza entre as garotas do Ipiranga e era muito notada por meninos e homens nos diversos ambientes em que frequentava. Se, como discutido anteriormente, as garotas eram convencidas de que seu maior objetivo era conquistar um marido e eram estimuladas a cuidarem de sua aparência física para alcançar este fim, aquelas cuja figura chamava a atenção. Sabe-se que a concorrência entre

[217] MADEIRA, s.d., op. cit.

mulheres é aspecto intrínseco do patriarcado moderno[218], uma vez que são levadas a acreditar que devem disputar os olhares masculinos.

Partindo da perspectiva de que os papéis de gênero são socialmente construídos, compreende-se que as mulheres devem se encaixar num "molde feminino" para serem vistas como tais. Ademais, o olhar masculino parece ser determinante neste processo: "esse processo comparativo pode ser sustentado por meio da imposição ativa do patriarcado pelos homens, mas também pode ser consistentemente resultado da internalização das crenças patriarcais sobre as mulheres pelas mulheres".[219] As garotas são expostas a estes ideais de beleza e feminilidade desde muito jovens, junto com imagens sexualizadas da infância: "'a sociedade sexualizada coloca todas as crianças em risco ao internalizar modelos empobrecidos de gênero e relações humanas', particularmente considerando os efeitos de uma 'cultura que retrata as mulheres como objetos para o prazer masculino'".[220] Isso pode ser observado tanto na situação de assédio narrada por Felícia quanto no próprio interesse de Haberkorn, tão mais velho que Iara, por ela.

A aparência física dela, que lhe conferia aspecto de mais velha do que realmente era, pode contribuir para explicar a atração. Eva confirmou que foi mesmo em Santos, durante as férias de 1957 para 1958, que Iara e Haberkorn começaram a namorar: "começaram a namorar em Santos. Ela só tinha 14, 15 anos".[221] Contudo, a mãe se enganou quanto à idade: Iara tinha 13 anos na época e completaria 14 apenas em maio de 1958.

Provavelmente pouco tempo depois destas férias, David foi surpreendido com um presente do pai: segundo o próprio, após descobrir que o irmão mais velho possuía imóveis sem o conhecimento da família, seu pai o teria recompensado com o apartamento de Santos. Em suas palavras: "meu pai, que tinha comprado o apartamento de Santos no nome dele, me passou o contrato; não havia escritura ainda. E meu pai disse 'a única coisa que posso te compensar é esse apartamento, e você termina de pagar'".[222]

Os boatos, porém, indicam que tudo ocorreu por outro motivo: a família Haberkorn era proprietária, no mesmo edifício, do apartamento vizinho. Cecília Scheinberg rememorou:

---

[218] Utilizo o conceito de acordo com as proposições da historiadora Mirela Marin Morgante, cf. MORGANTE, Mirela Marin. Mulheres, gênero e patriarcado: novas categorias da pesquisa histórica. *Cadernos de História*, ano 9, n. 1, jun. 2014.

[219] "This comparative process can be upheld through active enforcement of patriarchy by men, but may also consistently be a result of the internalization of patriarchal beliefs about women, by women". ANTHONY, Amanda K.; OKORIE, Sarah; NORMAN, Lauren. When beauty brings out the beast: female comparisons and the feminine rivalry. *Gender Issues*, Nova York, v. 33, 2016, p. 314, tradução livre.

[220] "'Sexualized society places all children at risk for internalizing impoverished models of gender and human relationships', particularly considering effects of a 'culture that depicts females as objects for male pleasure'". Idem, tradução livre.

[221] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

[222] Idem.

> Meu tio comprou um apartamento grande numa rua de dentro, não na praia. E todo mundo ia passar férias lá. No momento em que meu tio comprou o apartamento, os pais da Iara compraram um do lado, no mesmo prédio, porta com porta, para que, quando Sá fosse a Santos, a Iara estivesse.[223]

É possível que a narrativa tenha alguns exageros, mas outras pessoas próximas, como Pupi, relataram que a família como um todo – inclusive os avós paternos – estava satisfeita com o relacionamento: "a avó, mãe do pai, estava felicíssima, encantada com o Samuel. Eles gostavam muito dele, era um rapaz bonito, muito bem-educado, que ia se formar médico. Era um dos melhores partidos do Ipiranga". Além disso, ela recordou de certa proximidade entre Haberkorn e o pai de Iara, no início do namoro: "tenho a impressão de que o sr. David se tornou muito amigo de Samuel. Então ele passava, chamava o Samuel para tomar um café no bar, aí voltavam, parava na frente da casa do sr. David, Samuel entrava para tomar um café, conversar".[224] O próprio David afirmou que estava mesmo contente com o namoro da filha: "tinha essa preocupação, quando casasse, estava resolvido o problema, acalmava, era um a menos que dava trabalho em casa para ir buscar, levar, clube, festinhas".[225]

Os pais de Haberkorn, no entanto, não estavam tão satisfeitos. De acordo com as memórias de Samuel, Iara "era agredida por eles, chorava. Detestava a família dele. E era obrigada a ir lá jantar... Fazer sala".[226] Cecília Scheinberg acredita que isso se devia à "fama" dos Iavelbergs como família inadequada: "dentro de casa, o comentário sobre os outros não era dos mais airosos. Não eram vistos com bons olhos. Tanto que, quando o Samuel começou a sair com a Iara, achava-se que ele não estava caindo numa família tão boa assim. Eles eram muito críticos da família".[227]

Haberkorn havia sido noivo de outra garota judia pouco antes de namorar com Iara, Ida Klain. Através de seus relatos sobre a experiência com os ex-sogros, é possível conjecturar sobre o comportamento deles com a nova nora. Ida lembrou que os pais desejavam uma moça rica para o filho e que constantemente intervinham no relacionamento. Além disso, rememorou detalhes a respeito de sua aparência física:

> A mãe dele me agredia da seguinte forma: que eu era muito enfeitada para o filho dela, que eu andava com a unha da mão e do pé feita (...). Eu estava na cozinha com ela, e estava descascando uma batata, e ela me falou como minha mãe não me ensinou a descascar batata direito. Então, falei que minha mãe nunca me pôs na cozinha. Então, ela falou que eu fui criada para ser, nem me lembro o termo que ela usou, e que eu andava a unha do pé e da mão pintadas.[228]

---

[223] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[224] ELLENBOGEN, s.d., op. cit.
[225] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[226] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[227] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[228] CZERESNIA, s.d., op. cit.

Sabe-se que Iara era muito vaidosa e que, assim como Ida, tinha pouca ou nenhuma experiência com trabalhos domésticos, em função de sempre ter havido empregadas em sua casa para cumprir tais atividades. Estima-se, então, que ela tenha ouvido os mesmos comentários, talvez atenuados por um fator: Haberkorn sofreu muito com o término do primeiro relacionamento e, segundo os relatos, a família teria evitado contrariá-lo ou interferir em seu novo namoro, para que o mesmo não ocorresse.

Também Felícia ficou insatisfeita com o relacionamento, o que a levou a romper a amizade com Iara, conforme ela relatou:

> Tem um branco, acho que são coisas que me afetaram muito e não quero lembrar, aí ela começa a namorar com o Samuel, que para mim foi uma coisa muito traumática. [Eu] devia ter 14, 15 anos. O Samuel era o produto típico daquilo. Era extremamente ambicioso. Parece que era inteligente. Era meio que distante, porque bem mais velho. Meio outra geração. Por exemplo, eu achava que não era alguém para mim, porque era de outra geração. E ele tinha uma namorada. (...) Bem, aí ela começa a namorar com o Samuel e a gente rompe. Rompe definitivamente. E eu não sei, a gente rompe por causa dele, porque eu era muito crítica em relação a ele, acho que no começo ele tem uma força muito grande sobre ela, e aí perco um pouco o caminho dela. Não lembro dos argumentos dela, quando tivemos a discussão. Lembro do jeito dela, aquela competição sempre muito presente nela, lembro da postura dela me olhando, e lembro de ela me transmitir a ideia de que eu simplesmente estava com inveja. Ela tinha conseguido e eu não tinha conseguido.[229]

A fala de Felícia demonstra, mais uma vez, a frustração de garotas ao serem levadas a acreditar que, de alguma forma, não se adequam ao padrão de feminilidade e beleza. As comparações entre meninas levam a um senso de "ganhadoras" e "perdedoras" no jogo de alcançar os ideais femininos. Na perspectiva de Felícia, ainda que Iara tenha conquistado o garoto desejado por todas as meninas do bairro, mas que parecia inalcançável, ela se tornaria perdedora devido à forma como o processo ocorreu.[230] Isto porque se refere à amiga, ao longo de toda entrevista, como uma sedutora irrefreável, o que a distanciava completamente da imagem de mulher adequada.

No entanto, tanto aquelas meninas que correspondem ao modelo hegemônico quanto as que estão "fora" dele são subjugadas no patriarcado moderno. As últimas experienciam uma sensação de falta de poder, por estarem inseridas num contexto que valoriza certos atributos que elas julgam não possuir; ao passo que as primeiras – que performam a beleza e a feminilidade "de acordo" com o determinado – também têm a margem de atuação restrita, dado que sua existência é frequentemente reduzida à aparência.[231]

---

[229] MADEIRA, s.d., op. cit.
[230] Idem; MADEIRA e SCHREIER, s.d., op. cit; MADEIRA, 2020, op. cit.
[231] ANTHONY, OKORIE e NORMAN, 2016, op. cit., p. 313.

Apesar disso, a própria Iara demonstrava estar muito feliz com o relacionamento – ao menos no princípio. Cecília Scheinberg recordou: "a Iara gostava disso, porque ele era bonitão, agradável, bem mais velho, levava ao admirável mundo novo, ela tinha acabado de entrar na adolescência, e de repente o mundo adulto se descortinava à frente dela". Ela se lembrou de como as colegas do ginásio reagiam às histórias da amiga:

> Ela chegava na escola e contava os lugares onde tinha ido com o Sá. Ia a teatros, cinema. Contava os filmes, as peças. E as meninas ficavam todas à volta dela. E aí, me lembro de uma vez que quis contar uma coisa minha, e uma menina chamada Neide disse: "é, você conta muito papo, mas nunca dão em nada as suas coisas. As histórias da Iara, sim, são boas, verdadeiras". Era uma experiência nova para todas. Com a maioria eram só flertes de esquina, olhava um pouco, segurava a mãozinha e saía correndo. A Iara, não. As meninas nem pensar em ir a um teatro. A um cinema, talvez, sentava perto. A Iara, com uma experiência única, os pais consentindo, mudou muito a vida dela. Ele morava do lado, chegava e dizia, "vamos sair um pouco, vamos aqui, ali" e ela topava. Lembro que, uma vez, saímos todos juntos com os pais dela, talvez fosse o Ibirapuera. E o Sá apareceu lá para buscá-los, a família dela não tinha carro.[232]

Também o irmão Samuel relatou coisas parecidas:

> A Iara deve ter ficado deslumbrada. O cara era estudante de Medicina, ele tinha carro, acho que um Buick, iam a cinema, a Iara foi ao teatro pela primeira vez graças a ele, ele tinha uma formação intelectual e cultural acima da média, para nós, imagina-se, era toda uma formação, um cara universitário, ele também lia muito, levava ela no cinema, teatro, restaurante. Saí muitas vezes, a primeira vez que fui ao teatro foi com ele.[233]

Pode-se considerar, portanto, que o namoro – ainda que com a disparidade de idades e o fato de Iara ser uma pré-adolescente – lhe conferia benefícios, como o acesso a experiências e lugares que antes lhe eram desconhecidos. Ao mesmo tempo, essa "brecha" para atuação não anulava a realidade de que, no relacionamento, Iara e Haberkorn possuíam níveis de poder díspares. Eva se recordou de uma ocasião, em 1958, em que os dois romperam: "a Iara e o Sá uma vez romperam, lembro disso. Aí ela foi nas *Sabatinas Maizena* e, quando ganhou, ele chegou perto, fez as pazes, começaram de novo. Sei, porque ele estava esperando na rua ela chegar".[234] Ao ser perguntada, em entrevista, sobre o motivo para o término, rememorou:

> Ela disse que não queria mais, porque ele demonstrava muito ciúme dela, que não queria que ela fizesse isso, aquilo. E queria que andasse vestida como ele queria, e que ele achava a blusa muito decotada, a saia isso, aquilo. Ele tinha ciúme e ela não queria aguentar essa coisa, que ela via em casa. O David tinha ciúme de mim, ela via isso em casa e não queria para ela.[235]

Sabatinas Maizena era um programa exibido pela TV Tupi entre 1956 e 1968, apresentado por Heitor de Andrade, que promovia competições de perguntas e respostas entre

[232] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[233] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[234] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[235] Idem.

alunos de escolas públicas e particulares.[236] Conforme noticiou o jornal *A Gazeta Esportiva*, Iara teria participado da primeira fase em agosto de 1958:

> *Sabatinas Maizena*, programa produzido por Heitor de Andrade e Mario Micalski, está na última fase das eliminatórias (...). Como uma grande promessa para as finais, surgiu o nome de Iara Iavelberg, que venceu de maneira impressionante a prova de português, da quarta série. Em princípios de setembro terá início a série final, na qual deverão concorrer todos os finalistas de suas respectivas séries.[237]

Contudo, na final, realizada em novembro do mesmo ano, Iara empatou, no segundo lugar, com uma estudante do Liceu Pasteur e outro do Mackenzie.[238] Apesar de a competição ter sido televisionada, os arquivos que custodiam os acervos da TV Tupi – Arquivo Nacional, Cinemateca Brasileira e Arquivo da TV Cultura – afirmaram não possuir nenhum registro do programa.

O término relatado por Eva deve ter ocorrido, portanto, em agosto. Se o que incomodou a filha foi de fato o que a mãe recordou – o ciúme de Haberkorn –, identifica-se uma "zona de desconforto para o machismo" em Iara, estabelecida a partir da vivência dos pais.[239] Este tema será explorado a fundo no tópico 3.1 do Capítulo 3.

A final do *Sabatinas Maizena* representou também o fim do ciclo ginasial. Iara e Cecília prestaram o exame admissional da filial do Ipiranga do prestigiado Colégio Estadual Presidente Roosevelt, que funcionava no edifício da Escola Alexandre de Gusmão. Na época, a segunda etapa do ensino secundário era dividida em duas modalidades, cuja duração era de três anos: o curso Clássico e o Científico. De acordo com o Decreto-Lei n° 4.244, que instaurou este modelo, "no curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências".[240]

Dados demonstram que, entre os anos de 1955 e 1960, "a porcentagem de moças concluintes do científico não só é pequena (21%), como se mantém inalterada num período de cinco anos. No clássico, bem menos expressivo numericamente, essa porcentagem já é mais alta em 1955 (49%), e ainda apresenta aumento considerável em 1960 (63%)".[241] A maioria das

---

[236] ALVES, Vida. *TV Tupi*: uma linda história de amor. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008, p. 183-184.
[237] BREAN, Denis. O rádio e a TV. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 26 ago. 1958, p. 39.
[238] BREAN, Denis. O radio e a TV. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 21 nov. 1968, p. 35.
[239] SANTANA, Inês Helena Batista de. *"Desquite" e relações de gênero e sexualidade na narrativa de mulheres do Recife/PE.* Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
[240] BRASIL. *Decreto-lei n° 4.244, de 9 de abril de 1942.* Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: https://bit.ly/43usLsS. Acesso em: 1 jun. 2023.
[241] BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namo de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Caderno de Pesquisas*, v. 15, 1975, p. 48.

moças optava por uma terceira modalidade, o Ensino Normal, cujo objetivo era formar professores para o ensino primário.

Tanto Iara quanto Cecília, todavia, optaram pelo menos comum e foram admitidas no Científico. Uma fala da amiga pode indicar certa ascendência do namorado sobre a escolha dela: "a Iara estava estudando com o Sá e eu sozinha".[242]

Figura 7: Iara, de pé no centro, com amigas do Colégio Alexandre de Gusmão, 1959 ou 1960

Fonte: Acervo Samuel Iavelberg

Além das saídas, os dois ficavam juntos na casa de Iara, como rememorou Samuel:

> Eles namoravam na nossa casa. Ficavam ou na sala, ou na loja, ou na porta. Eu me lembro que, quando meus pais saíam à noite, a gente ficava com as crianças, eles namoravam lá. A gente fechava a porta onde eles ficavam, quando meus pais chegavam, eles ainda estavam lá. Também saíam para passear no bairro, muitas vezes eu ia junto.[243]

Porém, logo os Iavelbergs mudariam de residência mais uma vez. Após o edifício construído por David na Rua Agostinho Gomes, também no Ipiranga, ficar pronto, a família se mudou para um dos apartamentos, deixando o imóvel em que viviam alugado. A loja foi novamente fechada e o novo inquilino abriu um bar.[244] Eva e David se aposentaram definitivamente, passando a viver somente com a renda dos aluguéis. Samuel compartilhou

[242] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[243] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[244] Idem.

como o cotidiano da família teria ficado depois disso: "economizavam e não tinham muitos luxos. E comprava propriedades. De vez em quando, vende alguma coisa. Em casa tinha briga, porque quem não faz nada só pode encher o saco mesmo".[245]

Neste período, os pais adotaram uma tática para conseguir aumentar o valor do aluguel quando acreditassem ser necessário, como Eva explicou: "tinha a questão dos rendimentos. Tinha a Lei do Inquilinato. Você não podia aumentar mais que uma certa quantidade de cada vez, mas podia pedir para uso próprio. Então, vinham as mudanças".[246] David complementou:

> **DI:** As mudanças eram por necessidade, era obrigado a toda hora a pedir apartamento para uso próprio, para melhorar minha situação financeira.
> **E:** Em vez de tirar o inquilino, não dava para negociar?
> **DI:** Eram muito insignificantes os aumentos que daria.
> **E:** Então preferiam sair?
> **DI:** Sair, não. Só saíam quando eu requeria o despejo. Do contrário, ninguém se mexia. Era raro alguém se dispor a pagar mais, ou mudar, a maioria teimava.
> **E:** Efeito das mudanças sobre as crianças?
> **DI:** Acho que não teve efeito sobre as crianças, para eles era tudo bem, não tomavam conhecimento da situação.
> **E:** Não dava trabalho mudar assim?
> **DI:** Não tinha outro jeito.[247]

Este procedimento parece ter sido adotado para que o que ocorreu com o sobrado da Vila Monumento não se repetisse e, ao mesmo tempo, que o padrão de vida da família fosse mantido sem que Eva ou David precisassem trabalhar diariamente. As demandas financeiras aumentaram ainda mais quando, entre o fim de 1959 e o início de 1960, Iara ficou noiva de Haberkorn.

Ida Klain recordou sobre a época em que namorava com Haberkorn: "meus pais foram para discutir quando íamos casar, porque já estávamos andando juntos há um tempo, *não ficava bem naquela época ter namoro muito longo*".[248] Não foi possível saber se, no caso de Iara, houve um pedido formal ou se a iniciativa partiu apenas de um arranjo formal entre as famílias, conforme aconteceu com Ida:

> Meus pais foram para discutir quando íamos casar. Sentaram, até dou risada, porque é cômica a cena. Então, o pai do Samuel disse "eu tenho um apartamento que está acabando de construir na Avenida Paulista, esquina com Av. Brigadeiro Luís Antônio. Então, dou esse apartamento para eles viverem. E você, o que vai dar?", falou para o meu pai. Meu pai falou "então eu mobílio o apartamento"; mas o pai dele falou "mas do que eles vão viver?". Quer dizer, eles estavam discutindo a nossa vida como se a gente não estivesse presente e como se fôssemos dois fantoches. Estávamos sentados e eu, a essas alturas, estava explodindo. Eu achava que eu e o Samuel devíamos participar. Mas, como ele não abria a boca, eu pensei "não vou ser eu que vou abrir a boca. Eu não posso tomar o primeiro passo".[249]

---

[245] Idem.
[246] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[247] Idem.
[248] CZERESNIA, s.d., op. cit., grifos meus.
[249] Idem.

Figura 8: Iara Iavelberg e Samuel Haberkorn, s.d.

Fonte: Acervo Samuel Iavelberg

Algumas das moradoras do Ipiranga explicam por que esse tipo de discussão ocorria. De acordo com Shirley Schreier:

> Na colônia tinha sempre esse negócio de casar com um cara que, principalmente médico, médico, rico, judeu. Inclusive tinha até também, vamos dizer, um contraponto nisso que era comum também a ideia de que se uma cara conseguisse um namorado médico, a expectativa era de dote. Bom, a expectativa era de dote sempre, por um dote, e no caso do médico era a história que rolava era que *ele teria que ganhar três chaves: do apartamento, do consultório e do carro*.[250]

Nesse sentido, Cecília Scheinberg lembrou da expectativa dos tios em relação a Haberkorn: "a posição dos meus tios era que tinha um varão na família, que era boa mercadoria, e que o passe ia ser vendido caro. Era o espírito da coisa e a impressão que eu e minha família tínhamos".[251] Observa-se que, mesmo em casamentos feitos a partir de uniões iniciadas com base nos sentimentos dos noivos, as famílias encontravam formas de fazer seus arranjos.

Embora não fosse um casamento arranjado *per se*, tomo emprestado o termo utilizado pela historiadora Miridan Knox Falci: tratou-se de um *casamento acertado*, caracterizado por, mais do que o mero aceite dos noivos, um compromisso familiar. Os pais, apesar de não terem ativamente *escolhido* Haberkorn para Iara, orientaram-na por toda a vida sobre qual modelo de

[250] SCHREIER, 2020, op. cit., grifos meus.
[251] SCHEINBERG, s.d., op. cit.

homem deveria se interessar:[252] um *judeu*, preferencialmente médico, bem aparentado e com boas condições socioeconômicas – o que incluía bom histórico familiar. Esse script era reforçado por outros familiares e pela própria comunidade judaica local na qual Iara convivia. Dessa forma, o "acertado" assume dois significados: o de que Iara deveria *acertar* na escolha de um bom partido, a partir destas características; e, além disso, o sentido de que, antes de a união se efetivar, as duas famílias se uniram para *acertar* os detalhes sobre dotes e presentes.

Assim, a discussão entre os Haberkorns e os Iavelbergs se deu de maneira bem similar ao que ocorreu com a antiga noiva de Samuel, segundo as memórias de Eva:

> Antes de casar, os pais dele vieram em casa exigir, querendo que a gente desse um apartamento, consultório, que desse isso, aquilo. Eu disse que, então, não ia ter casamento. Falei "eu só dou a filha. O resto não dou, porque em primeiro lugar não quero, não quero. Em segundo, não estou querendo o casamento. E se vocês querem tudo isso, não vai ter casamento". Não adianta, quando duas pessoas se querem... Os pais dele também não queriam. Queriam uma milionária. Mas não tentaram romper, nem separar os dois. Eles só vieram pedir o que queriam que a gente desse. Já que ele era médico, ele tinha direitos: uma casa, consultório, carro. Eu falei para a Iara, "olha, não vai ter casamento, que eu não vou dar nada disso". Ela disse "não, não, a senhora não vai dar mesmo. Os pais dele vêm aqui e a senhora vai dizer que dá só a filha. Nós vamos casar de qualquer jeito, quer os pais dele queiram, quer não, se eles querem vir aqui falar, deixa eles vir". Eles estavam apaixonados mesmo. E decididos![253]

Observa-se que Eva atribuiu toda a responsabilidade do casamento ao casal: "eles estavam apaixonados mesmo", afirmando que Iara ainda teria dito que eles se casariam de qualquer jeito. Essa ideia é reforçada em outra fala sua: "o pai achou ótimo que ela namorasse o Sá. Já eu fui contra até o fim. Implorei para Iara, explicando que era muito nova, se era isso mesmo, que ela tinha de estudar, se formar".[254]

No entanto, é preciso considerar a estrutura de dominação e condicionamento na qual Iara esteve inserida. Cecília descreveu suas lembranças sobre a amiga antes de se casar: "a Iara tinha um judaísmo arraigado (...). Mas, até estar casada, nunca passou pela cabeça dela não casar na sinagoga ou namorar com rapaz não judeu. Ela podia flertar, como falei, mas nunca não casar com judeu".[255] Em outro momento da entrevista, ela citou um suposto diálogo que tiveram:

> Quando ela disse que ia casar, eu disse "Iara, você já tem idade para se casar? Você sabe o que quer? Afinal, é para a vida toda". Naquela época, casar era para a vida toda. Então, ela me disse: "quando se gosta, se gosta, uma moça pensar que um dia vai gostar de outra pessoa, é só moça que não presta. Porque moça de boa família nem pensar que amanhã vai conhecer outra pessoa e vai gostar".[256]

---

[252] FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 256.
[253] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[254] Idem.
[255] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[256] Idem.

Outras garotas do Ipiranga mencionam a pressão para que um bom casamento fosse o principal objetivo de suas vidas. Embora sem dar muitos detalhes, Pupi afirmou: "nós éramos formadas para nos casar".[257] Felícia considera que as expectativas sobre as meninas eram contraditórias:

> Ao mesmo tempo que eles encucavam em você a importância do conhecimento, você também tinha que casar, ter filhos, e isso realmente criou uma situação de confronto muito grande, porque ao mesmo tempo que meu pai queria que eu fizesse faculdade, ele queria que eu casasse também, tivesse filhos.[258]

Sobre a visão de David, Eva afirmou: "era a pessoa que segurava. Ainda é. Eu soltava. Por isso ele me condenava. Sempre que acontecia algo ruim, eu era culpada. 'Não sabe educar os filhos'".[259] O próprio David reconhece: "eu aprovava [o casamento], não estava vendo o meu erro. Era médico, vi ele nascer... E a gente queria ver os filhos encaminhados".[260] Considerando que a entrevista foi concedida anos depois do casamento e do desquite de Iara e Haberkorn, é provável que o pai só tenha dito que estava errado por apoiar, porque estava ciente de que os planos não saíram como previsto. Ao ser perguntado se sua esposa era desfavorável, ele relatou: "não muito. Discutíamos a respeito, ela não era muito favorável, mas também não deu muito contra".[261]

Os irmãos, não obstante fossem muito jovens na época, têm lembranças na mesma perspectiva do pai. Samuel rememorou: "os pais dele exigiram dote de não sei quanto... Meu pai dizia 'eles casam agora, tenho de dar casa, sustentar, e ele vai para o consultório não sei quando, quando se formar'. Era uma criança. Não podia gostar de alguém para casar com 16 anos. Foi o envolvimento, toda uma circunstância".[262] Em suas memórias, portanto, os pais não teriam negado todas as condições exigidas pelos Haberkorn, mas tentado negociar a abertura do consultório, por exemplo, para depois que o noivo se formasse. Na mesma linha, Raul apontou: "meus pais não estavam contra, até ficaram contentes: médico, judeu. Fazer parte do normal. (...) [eles] não frearam o casamento, pois ela teria obedecido".[263]

Há que se levar em consideração que os pais de Haberkorn tinham nascido na Polônia – ou seja, eram *galitzianers*. Portanto, a fala de Eva, citada anteriormente, de que eram uma "família moralmente ruim" pode, também, se referir a isso. No entanto, outros aspectos devem

[257] ELLENBOGEN, s.d., op. cit.
[258] MADEIRA, 2020, op. cit.
[259] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[260] Idem.
[261] Idem.
[262] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[263] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.

ter pesado mais para que os pais decidissem apoiar o matrimônio, como a formação, a aparência e as boas perspectivas econômicas do noivo.

Raul recordou que Iara, aos poucos, foi desenvolvendo criticidade quanto ao preconceito com judeus de outras origens, como os poloneses: "a gente descobriu o racismo implícito no relacionamento interjudaico. Iara e Samuel entraram em choque com isso".[264] Não é possível saber a qual Samuel ele estava se referindo, se ao marido da irmã ou a Samuel Iavelberg. Eva também tratou deste tema: "ela orientava a gente. Abriu muito minha visão para outras coisas. Eu era muito racista e ela me fez ver isso".[265] Provavelmente, isso ocorreu justamente por seu relacionamento com um *galitzianer*.

Não obstante tenham ficado noivos em uma celebração íntima, na casa dos avós paternos de Iara quando ela ainda tinha 15 anos,[266] o casamento só pôde ser realizado depois de ela ter completado 16, por determinações legais. O Código Civil vigente na época estabelecia que mulheres menores de 16 e homens abaixo de 18 anos não poderiam se casar.[267] Dessa forma, a oficialização ocorreu no dia 29 de maio de 1960, no cartório de registro civil do Ipiranga, 22 dias depois do aniversário de Iara.[268] Haberkorn, por sua vez, tinha 25 anos. A esposa adotou o sobrenome do marido, tornando-se Iara Haberkorn.

Pouco antes, ela comunicou aos colegas e professores do Científico de que pararia os estudos, segundo as memórias de Cecília:

> Eu me lembro da professora de História, baixinha, perguntando "mas por que você vai parar?". E ela: "porque vou casar". "Mas todas vão casar um dia, não precisam parar de estudar para esperar o marido". Ela disse "não, eu vou casar, estou noiva". Era o início do 2° Científico. Ela tinha estado um mês, um mês e meio na escola. "Mas quantos anos você tem?". "Vou fazer 16". Ah, fato inédito na escola, ah, uma mulher casada, nossa senhora, nunca se ouviu falar de uma coisa dessas.[269]

De acordo com dados dos Censos Demográficos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, a idade mediana de mulheres de São Paulo na união legal era 22,1 anos, para a década de 1960. Na década anterior, era ligeiramente mais baixa, sendo 22,0 e na posterior (1970), mais alta, sendo 22,7.[270] Importante dizer que estes dados foram obtidos

---

[264] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.
[265] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[266] ELLENBOGEN, s.d., op. cit.
[267] BRASIL. *Lei n° 3.071, de 1° de janeiro de 1919*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://bit.ly/3ucJq2X. Acesso em: 25 abr. 2021.
[268] SÃO PAULO. *Registro civil - Casamento n° 26.542: Samuel Haberkorn e Iara Iavelberg*. 19° subdistrito - Ipiranga, 29 mai. 1960.
[269] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[270] ALTMANN, Ana Maria Goldani; WONG, Laura Rodrigues. Padrões e tendências da nupcialidade no Brasil. In: *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, Águas de São Pedro, 1980, p. 371.

a partir do registro civil, portanto, levam em consideração os casamentos oficializados em cartório – dessa forma, excluíram-se as uniões informais ou apenas religiosas.

Figura 9: Iara e Samuel Haberkorn, em seu casamento, 1960

Fonte: Acervo Samuel Iavelberg

Figura 10: Iara chegando à cerimônia de seu casamento, com Samuel ao fundo, 1960

Fonte: Acervo Samuel Iavelberg

Neste cenário, fica evidente que a idade de Iara ao se casar estava, de fato, bem abaixo da média da região. Na Figura 11, na qual ela está vestida de noiva e se preparando para entrar

na cerimônia, vê-se seu irmão Samuel ao fundo parecendo muito jovem, sendo que a diferença de idade entre os dois era de apenas um ano.

Entre as amigas do Ipiranga, a notícia do casamento foi recebida com muito estranhamento. Myriam Haber se recordou de quando recebeu o convite para a celebração: "ela me entregou, eu falei 'Iara, você é louca, tão nova, vai casar'".[271] Já Pupi – que havia representado o "modelo ideal" de garota e de quem se esperava um casamento nesta idade – relatou: "o casamento dela foi muito cedo, todo mundo estranhou. Era tão jovenzinha, eu olhava para ela, nem acreditava, a Iara casando. Nenhuma de nós casou assim cedo, ela era menina de tudo".[272] Em entrevista concedida para esta pesquisa, Cecília afirmou:

> Costumava se dizer, os mais velhos, que tinha que se arrumar, casar, até os 20 anos. Se você não casasse até os 20 anos, a chance de você casar seria bem menor. Então, o negócio era tentar casar até os 20 anos. Para mim, me causou estranheza casar com 16 anos, bastante. Para a Felícia também. Para a Myriam também. Mas... Dos mais velhos, ninguém achou que tinha alguma coisa de mais, que disse "ah, meu Deus, que horror".[273]

Figura 11: Iara vestida de noiva, 1960

Fonte: Acervo Samuel Iavelberg

[271] HABER, 2020, op. cit.
[272] ELLENBOGEN, s.d., op. cit.
[273] SCHEINBERG, 2020, op. cit.

Segundo relatos de convidados, a cerimônia religiosa foi realizada na Congregação Israelita Paulista, no bairro da Consolação, e a recepção no prestigiado salão nobre do Club Homs, na Avenida Paulista. Cecília recordou um fato curioso: "uma coisa que me chamou a atenção é que, no casamento dele, convidou o Jacob Salvador Zveibil,[274] um deputado que tinha prestígio, ele não conhecia o fulano e o cara foi, porque era uma pessoa que ia dar prestígio".[275]

Nem os pais ou os irmãos homens citaram informações sobre este dia em suas entrevistas, apenas a irmã caçula mencionou brevemente: "para ter um casamento de tipo da minha irmã, passamos privação dentro da casa por muito tempo. Tinha que ter muita economia, até em comida".[276] Portanto, ela deixa subentendido que os gastos foram altos, gerando consequências no cotidiano familiar.

Em geral, o casamento, no judaísmo, é "considerado fundamental e central na vida judaica, e a família é essencial para a perpetuação do judaísmo".[277] Além disso, segundo a tradição, "são considerados judeus todos aqueles nascidos de mães judias ou que tenham se convertido ao judaísmo através de um ritual próprio".[278]

Figura 12: Iara e Haberkorn, à mesa do fundo, com parentes e vizinhos da colônia do Ipiranga, 1960

Fonte: *Em busca de Iara*

[274] Filho de imigrantes judeus russos, nasceu em Porto Alegre em 1911. Foi um dos fundadores do antigo Partido Republicano (PR). Exerceu quatro mandatos de deputado estadual, pelo Partido Social Democrático (PSD) e Aliança Renovadora Nacional (Arena).
[275] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[276] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[277] CHERMONT, 2011, op. cit., p. 36.
[278] GALINKIN, 2008, op. cit., p. 90.

Figura 13: Iara Haberkorn no Grande Hotel de Campos do Jordão, em Campinas, 1960

Fonte: Acervo Samuel Iavelberg

Na literatura rabínica, a primeira figura feminina na criação da humanidade, Eva, embora tenha fundamental importância por ser "mãe de todo o *hai* (vida)", o nome aparece "somente em duas situações: quando Adão deu esse nome à mulher e no que se refere à sua procriação".[279] Portanto, deveria haver sobre Iara a expectativa de que tivesse filhos rápido – e talvez por isso ela tenha parado de estudar. A lua de mel do casal foi em Campos de Jordão, no Grande Hotel, local frequentado por famílias judias de recursos elevados.[280]

[279] GUERTZENSTEIN, Daniela Susana Segre. Feminilidade e lágrimas na literatura clássica, na Bíblia hebraica e na literatura rabínica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 17, n. 52, jan./abr. 2019, p. 77.
[280] CHERMONT, 2011, op. cit., p. 65.

Figura 14: Iara Haberkorn em Campos do Jordão, 1960

Fonte: Acervo Samuel Iavelberg

Ao retornarem, passaram a viver em um apartamento presenteado pelo avô paterno de Iara e localizado em um prédio de sua propriedade, na parte superior da Rua Silva Bueno, nomeado em homenagem à avó, Edifício Sônia. Pouco tempo depois do matrimônio, Haberkorn iniciou na Faculdade de Medicina da USP a residência em Cirurgia Pediátrica. Por isso, nas férias de julho, não acompanhou Iara na rotineira viagem a Santos. Lá, ela conheceu Edite Traiman, que recordou algumas das impressões que teve: "assustava o fato de ela ser casada. (...) Ela não tinha uma vida conjugal muito normal, só ficou sabendo que ele faria residência depois do casamento. Queria muito ter filhos, achava que, se tivesse uma criança, a vida se normalizaria".[281]

Tanto os pais e irmãos quanto os sogros e a cunhada a acompanhavam nessas viagens; Haberkorn passava os fins de semana com a esposa. Raul lembrou de conflitos entre a irmã e a família do marido enquanto ele estava ausente: "a irmã do Samuel teve coragem de dizer a ele, quando ele chegou, que "tive que lembrar à Iara que ela é uma senhora casada".[282] Apesar disso, Cecília lembrou que Iara estava sempre acompanhada quando estava em Santos.[283]

[281] TRAIMAN, Edite. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[282] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.
[283] SCHEINBERG, s.d., op. cit.

Quando Haberkorn estava presente, nos fins de semana, sua prima lembrou que ele e a esposa formavam um casal "normal":

> Me parecia um casal muito ajustado. Ele ia pra Santos, ficávamos todos juntos na barraca, ele tratava muito bem ela e ela a ele. Ela chamava ele de Sá. "Sá, vamos fazer isso, Sá, vamos fazer aquilo, Sá, vamos andar". Casal normal, no que eu tenha visto, casal normal. Nunca vi eles discutindo, nunca vi eles brigando.[284]

Em São Paulo, o convívio entre os dois também era reduzido. A irmã mais nova, Rosa, compartilhou que, por conta dos plantões noturnos de Haberkorn, ia frequentemente dormir na casa de Iara.[285] Também Cecília, cuja casa ficava muito perto da nova residência da amiga, rememorou: "Iara ficava o dia inteiro dentro de casa. Não tinha nada para fazer. Ela vinha me chamar, eu ia para a casa dela, ela me perguntava como era a escola".[286]

Como Cecília era sobrinha dos Haberkorn, frequentava a casa deles nos fins de semana, onde encontrava Iara e o marido. Nessas ocasiões, chegou a ensinar os mais modernos passos de rock'n'roll à amiga, que não frequentava mais as festas:

> Ela perguntava dos bailinhos, como é que era, das festinhas, quem ia, se eu gostava. Eu dançava com ela no último quarto da casa do meu primo, o quarto que tinha sido do Samuel. Era época de rock'n'roll, de soltar a mão, ela quis aprender como é que dançava, o Samuel não dançava assim, fui eu quem ensinou, dancei com ela. O Samuel, enquanto isso, ficava na sala, com a família, conversando.[287]

Figura 15: Cecília Finger, Iara, Samuel, Gênia e Israel Haberkorn, na formatura de Samuel na Faculdade de Medicina da USP, 1961

Fonte: *Em busca de Iara*

[284] Idem.
[285] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[286] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[287] Idem.

Depois de passar quase todo o ano de 1960 fora da escola e perder o 2° ano do Científico, em 1961, Iara se matriculou novamente no Colégio Alexandre de Gusmão. De acordo com o irmão Samuel, o pai não teria recebido bem a notícia, pois "queria que ela *tivesse filhos*".[288] Minha hipótese é que, justamente por não ter conseguido engravidar, Iara tenha decidido seguir outros caminhos.

A vida sexual de Iara e Haberkorn se tornou tópico de discussões e boatos, tanto à época quanto posteriormente – depois do desquite, enquanto ela ainda estava viva, e mesmo após sua morte. Pessoas que a conheceram ao longo de sua vida afirmaram tê-la ouvido contar diversas versões sobre o assunto: o casamento jamais fora "consumado"; o marido possuía problemas sexuais ou era homossexual; ou que, apesar de haver relação, Iara não sentia qualquer satisfação.

É importante analisar esse tema porque ele demonstra que as mulheres não estão confinadas no espaço privado, dado que suas vidas ganham o espaço público através da fofoca, por exemplo, tornando-se questões comunitárias, sobretudo na vizinhança em que vivem e nos grupos que frequentam.[289] Ademais, a investigação pode dar um panorama das expectativas colocadas sobre garotas e mulheres a respeito de sua sexualidade depois de estarem casadas, de suas funções como boas esposas e as consequências disso em suas vidas, além do que era esperado também dos homens como maridos.

As fontes demonstram que Iara, ao menos por um período, desejava manter essa parte de sua vida privada. Felícia Reicher disse se lembrar da postura de Haberkorn após o casal regressar da lua de mel: "lembro de uma coisa que ficou marcada: ele queria contar detalhes, que ficavam muito no quarto, não saíam para comer, e lembro dela profundamente irritada com essa atitude dele".[290] Considerando que as experiências sexuais anteriores ao casamento eram extremamente condenadas e que Iara foi a primeira entre suas amigas – mais velhas e mais novas – a se casar, é muito provável que ela tenha chegado à noite de núpcias completamente ignorante em relação às questões sexuais. Isso porque as revistas e manuais femininos não falavam em prazer e palavras importantes como "sexo", "relações sexuais" e "virgindade" quase não apareciam nestes materiais.[291]

Entre palavras com cunho negativo e outras cujo entendimento ficava apenas nas entrelinhas, o sexo, em muitos casos, assumia contornos de um sacrifício necessário e, por

[288] IAVELBERG, S., s.d., op. cit., grifos meus.
[289] WIERLING, 1995, op. cit., p. 161.
[290] MADEIRA, s.d., op. cit.
[291] PINSKY, 2004, op. cit., p. 620.

conseguinte, a primeira experiência sexual de mulheres da classe média dificilmente ocorria de forma tranquila.[292] Nesse sentido, a memória de Cecília Scheinberg de uma visita à amiga depois de casada se mostra interessante:

> Um dia ela quis lavar umas coisas e não quis que eu fosse no quintal. Eu disse "Iara, você tem a saúde debilitada, não pode com essa história de mudança de temperatura, deixa que eu lavo". Era no tanque, ainda não havia máquinas de lavar. E eu "você quer que eu lave?". Ela: "não, essas coisas não quero que você lave". Sei que fiquei intrigada, que será que eu não podia ver que ela estava lavando? Fiquei intrigadíssima vários anos, sabe, era um mistério para mim, que eu não podia ver.[293]

Em entrevista para esta pesquisa, sem ser perguntada a respeito, ela deu mais detalhes deste episódio:

> Ela estava lavando, coisa, ela falou "sai de perto, sai de perto, que isso você não pode ver". E era uns paninhos que antes, quando se menstruava não se usava esses descartáveis, e usava aqueles paninhos, sabe, que parecia uma toalhinha. E estava com esperma. Então ela dizia assim "vai embora, vai embora, você não pode ver isso, eu vou deixar de molho aqui depois, eu volto pra fazer isso".[294]

Ela afirmou ainda: "ela era misteriosa, tinha uma porção de coisas que não podia conversar comigo. Apesar de nossa amizade, existiam certas coisas que ela não conversava. Vida íntima dela, ela não conversava".[295] Com exceção de si mesma, Cecília afirmou que Iara não possuía outras amigas próximas, que poderiam servir de confidentes. Portanto, era provável que ela sequer mencionasse o tópico com alguém – optando por, inclusive, deliberadamente ocultá-lo, dado que o considerava impróprio para aquelas que não eram casadas, como mostrou o episódio da "toalhinha".

Apesar das tímidas evidências de que, sim, o casamento fora "consumado" e de que havia relação entre os dois, a versão que circulou à época – e ficou marcada na memória dos que conviveram com o casal ou somente com Iara – é de que isso jamais teria ocorrido. No livro biográfico de autoria de Judith Patarra, consta uma frase neste sentido: "disse que [se casou] virgem aos 16 anos e *assim permaneceu*".[296] Essa foi a tese central da(s) narrativa(s) dos Iavelbergs, a(s) mais difundida(s) entre a colônia do Ipiranga. Os Haberkorns jamais falaram sobre o tema, optando por *silenciar* nas ocasiões em que foram solicitados a dar sua perspectiva, como durante a escrita do livro de Judith Patarra e a pesquisa feita para este trabalho. À época, não se sabe se reagiam de alguma forma aos boatos.

---

[292] Ibid., p. 621.
[293] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[294] SCHEINBERG, 2020, op. cit.
[295] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[296] PATARRA, 1992, op. cit., p. 376, grifos meus.

A versão mais próxima que se tem dos Haberkorns são as memórias de Cecília Scheinberg. Em entrevista a mim, ela compartilhou:

> O casamento não estava indo bem, ele [David] soltou um boato que o meu primo era estéril. Que o meu primo, ele não tinha ereção. Que o meu primo não conseguia cumprir com os deveres matrimoniais com a filha dele. (...) E todo mundo ficou sabendo que ele não cumpria com os deveres conjugais com a Iara. Mentira. Se era frequente, se era prazeroso, eu não sei. A Iara não comentou comigo. Mas ela... Por exemplo, tanto é que ela estava em outro nível [em relação à] gente... [Falando] que eu não podia ver aquilo, porque era uma coisa de uma outra fase [em referência à toalhinha].[297]

Já segundo os pais, no entanto, Iara os teria abordado meses depois do casamento para expor os tais problemas sexuais com o marido. Como a única fonte com o relato deles a este respeito é a entrevista com a jornalista Judith Patarra, não se tem claro qual era o problema, uma vez que David e Eva ora disseram que se tratava de impotência e ora ejaculação precoce. Apesar das justificativas sobrepostas – e certamente influenciadas pela intensa vida sexual que Iara teve com outros parceiros –, é possível encontrar caminhos mais apurados a partir de sua análise atenciosa.

Samuel Iavelberg, na entrevista que concedeu nos anos 1980, afirmou que a irmã já teria voltado insatisfeita da lua de mel. Ele disse ainda: "[Haberkorn] tentou transmitir para Iara que o problema era dela. Mas, ela logo descobriu que o problema era dele. Com toda a inexperiência".[298] Munida desses dados, a entrevistadora perguntou aos pais:

> **E:** Da lua de mel, como ela voltou?
> **EI:** Ela escondeu de nós por uns tempos. *Não dava para perceber*. Seis meses depois, contou. Nós estávamos em Santos, ela desceu lá. Chegou desesperada. Nós subimos e *fomos com ela ao ginecologista em que ele tinha levado ela*. Ele falou que ela tinha de se separar, *senão ia ficar louca*.
> **E:** Ginecologista não examinou o marido?
> **EI:** Não, mas pelo que ela contava. (...) O ginecologista falou que ele não podia ter ereção. E, logo depois do casamento, ele fez residência, *ficou também com os plantões de todo mundo para não dormir em casa*.[299]

Um importante aspecto deste trecho é a primeira referência ao ginecologista, destacada: "fomos com ela ao ginecologista em que ele tinha levado ela". Como não existem relatos de Haberkorn e tampouco de Iara, não há como obter uma narrativa "direta" de como se deram as discussões sobre o "problema" entre eles. Eva, neste ponto, deixa transparecer que o marido havia levado a esposa ao ginecologista antes de ela contar aos pais; portanto, esse é o primeiro indicativo de que a questão entre os dois somente surgiu porque *Iara não conseguia engravidar*, a despeito da vida sexual. Talvez por esse motivo, qualquer contratempo na vida conjugal não

[297] SCHEINBERG, 2020, op. cit.
[298] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[299] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit., grifos meus.

era perceptível àqueles que viam de fora. A própria Iara, em função da ignorância quanto à sexualidade comum entre meninas e mulheres nesse período, pode ter se dado conta apenas depois de meses, quando notou que não engravidava.

Haberkorn, médico formado pela USP, ao notar que algo estava impedindo a gravidez, pode ter encaminhado a esposa para o especialista. Considerando dados de 2019 – uma vez que não foram encontrados dados da época ou trabalhos que abordem este tema –, que indicam que 4 milhões de mulheres a partir de 16 anos jamais foram a um ginecologista, no Brasil, só se pode supor que o número, na década de 1960, era muito maior.[300]

Fica implícito na fala dos pais que o médico não teria encontrado nada em Iara que justificasse a infertilidade, o que o teria feito assumir que o problema estaria em Haberkorn. Chama a atenção, porém, o fato de não mencionarem em momento algum a possibilidade de a questão ter surgido a partir da frustração de Iara com não conseguir engravidar – e sequer o imenso desejo que ela tinha de ser mãe, e que esteve presente pelo resto de sua vida –, e para isso apresento algumas hipóteses.

A primeira delas é que reconhecer, no fim da década de 1980, quando a entrevista foi concedida, que havia expectativas tanto da parte da filha quanto do restante da família de que ela engravidasse aos 16 anos significa admitir que o que se estava incentivando era uma *gravidez na adolescência*. Já nos anos 1980 – e talvez até mesmo quando Iara se casou –, ter um filho com esta idade é considerado algo precoce e indesejado. Lidar com o fardo de terem encorajado Iara a se casar nesta idade já era passível de muitos julgamentos morais, vindos inclusive dos outros filhos.

Além disso, como dito anteriormente, a procriação é especialmente cara ao judaísmo e, por conseguinte, função de extrema importância das mulheres. Já na bíblia judaica, a infertilidade era vista como a pior desgraça à qual uma mulher poderia ser submetida, como na passagem em Gênesis sobre Raquel: "e então viu Raquel que ela era estéril, e invejou sua irmã, e disse a Jacó: 'Dá-me filhos ou então eu morrerei'".[301] A infertilidade é constantemente associada à punição pelos pecados no Antigo Testamento.

Ainda que não fossem ortodoxos ou religiosos, os Iavelbergs estavam extremamente inseridos nas tradições judaicas e em constante diálogo com suas normas. Assim, reconhecer que a filha poderia ser infértil seria um estigma difícil de aceitar. Provavelmente por esse

[300] NO Brasil, 4 milhões de mulheres com 16 anos ou mais nunca foram ao ginecologista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3OSab9Q. Acesso em: 4 jun. 2023.
[301] "'...and then saw Rachel that she was barren, and envied her sister, and said to Jacob, 'Give me sons or else I shall die'. (Genesis 30:1)". REMENNICK, Larissa. Childless in the land of imperative motherhood: stigma and coping among infertile Israeli women. *Sex Roles*, v. 43, n. 11/12, 2000, p. 822, tradução livre.

motivo, eles não mencionaram, na entrevista, nada a respeito de ela jamais ter sido mãe, embora tenha tentado muito.

Da parte de Haberkorn, também se observa desapontamento com a dificuldade de ter filhos que ambos enfrentavam e – segundo Iara teria contado aos pais –, por esse motivo, ele estaria evitando estar com ela, aumentando sua carga de trabalho. Para David, homem e judeu assim como o genro, esse foi um ponto traumático:

> **E:** Sugeriu separação?
> **DI:** Não.
> **E:** O que disse a ela?
> **DI:** Não sei. Só sei que, quando ela contou, minha vida mudou completamente. Fiquei completamente abalado. Quando ela disse que ele procurava plantões para não voltar para casa.[302]

Isto posto, acredito que a volta de Iara à escola seja parte de um movimento de "aceitação" de que a gravidez não viria tão cedo quanto ela imaginava – o que não significa dizer que ela havia desistido da possibilidade de ser mãe. Porém, sua conduta a partir do regresso ao colégio mostra grande decepção – e, em alguns momentos, indignação – com a realidade do que ela pensava ser a "vida ideal", ou seja, ser casada com um homem admirado e bem-sucedido.

Cecília Scheinberg, por ter sido reprovada no segundo ano, estava novamente na mesma classe da amiga e relatou a mudança que observou nela:

> Iara voltou para a escola outra pessoa. Não era mais a mesma. Aquela amizade unha e carne que a gente tinha não existia mais. Ela se cuidava de mim para que eu não ficasse sabendo das coisas. Eu ouvi muito zum, zum, zum, blá, blá, blá, mas quando eu chegava perto, as pessoas paravam de conversar.[303]

Ao se afastar de Cecília, Iara se aproximou de outro grupo, composto com colegas não judeus, entre os quais foram entrevistadas as irmãs Maria Inês e Maria Antonieta Próspero. A última relatou: "ninguém do grupo era judeu. A única pessoa que esporadicamente participava do grupo e era judia, era a Iara. Na classe, tinha três judeus. A Cecília era judia, mas ela não fazia parte do grupo".[304] A explicação para participar apenas "esporadicamente" do grupo, de acordo com as duas, era que Iara, por ser casada, não fazia as atividades extracurriculares, como jogar basquete.

Maria Inês e Maria Antonieta tratam ainda da estranheza que Iara causava nas colegas por ser casada: "não era nada que perturbasse nosso relacionamento de meninas, a não ser a

[302] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[303] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[304] FINGERMANN, Maria Inês; PRÓSPERO, Maria Antonieta; FINGERMANN, Henrique. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

curiosidade nossa de como era a vida de casada, como ela se sentia casada, tão jovem; perguntamos por que casou, como casou".[305] Conforme as memórias de Maria Antonieta, ela demonstrava frustração com o casamento:

> Ela disse que sofreu uma certa pressão familiar (...). A Iara se empolgou, porque era menina e achou que casar seria uma maravilha, mas não achava que tinha compensado o casamento, que era mais empolgação e a influência da família, que o rapaz era bem mais velho do que ela. (...) E ela se ressentia, porque ele ficava muito tempo fora. Vinha poucas vezes para casa. Uma vez, ela nos disse que ele passava só duas ou três noites por semana em casa. Ela falava essas coisas para um grupinho de meninas lá da classe; quando a gente conversava, ela falava.[306]

Maria Inês lembrou de uma ocasião em que Iara levou algumas das colegas em sua casa: "lembro de ela mostrar como se fosse uma casa de boneca. Ela chamava a atenção para a casa, o fato de a casa dela não ter fogão, ou o fogão não era ligado, uma coisa assim. Não funcionava como uma casa. Era no mesmo prédio da mãe dela".[307] Possivelmente no mesmo ano que retornou à escola, o casal se mudou para um apartamento no edifício do pai, na Rua Agostinho Gomes, onde Iara morava antes de se casar.

As amigas do colégio lembram ainda de uma ambiguidade nela: ao mesmo tempo que parecia invejar outras meninas de sua idade, que paqueravam e namoravam colegas da mesma idade, mantinha a postura de mulher casada em pequenas atitudes. Maria Antonieta disse que "ela achava absurdo, era uma mulher casada e tinha de engolir o uniforme. Aí, ia à escola de vestido, roupa, mas acabou aceitando o uniforme, mas ela usava bem curto. E muitas vezes encrencou com aquela servente que tomava conta, acho que dona Josefina, por causa do comprimento da saia".[308] Maria Inês compartilhou memórias sobre piadas que Iara contava:

> [Lembro] da gente sentada no muro à entrada da escola, onde tinha os degraus de um lado e o muro de outro. E da Iara maliciosa nos comentários. E lembrei agora de uma piada que ela contou na época. Claramente, vejo-a sentada do meu lado, falando: "você sabe a diferença entre o umbigo e a montanha? É que as montanhas nunca se encontram".[309]

É possível que Iara se utilizasse dessa *persona* de "mulher casada e sensual" como forma de manter certo poder na relação com os colegas de escola, que a enxergavam como figura excêntrica por ser casada com tão pouca idade. De forma ambígua, porém, essa "mística" se voltava contra ela em forma de boatos. Cecília Scheinberg compartilhou:

> A escola toda falava. Meninos vinham esperar ela na porta da escola, aí teve uma reunião com os alunos lá do grupo escolar, onde os professores disseram que fica terminantemente proibido que alguém venha buscar aluno na porta da escola. Então,

[305] Idem.
[306] Idem.
[307] Idem.
[308] Idem.
[309] Idem.

> ela marcava para se encontrar esquinas para lá da escola, mas quieta ela não ficava, não.[310]

As fofocas ultrapassavam os muros da escola e chegavam aos judeus do Ipiranga, como a ex-amiga Felícia Reicher – que era dois anos mais velha e já havia se formado:

> Lembro, no colegial, ela se expondo, muito namoradeira. Lembro também dela meio que maldosa, querendo tirar namorado dos outros. Lembro de os meninos dizerem para mim "a Iara é uma putinha", e pensava, "como é que ela aceita ser assim? Se expor?". Não sei se ela tinha consciência disso, talvez valorizasse a coisa dessa forma.[311]

Shirley Schreier afirmou que circulava a pecha de que ela era "ninfomaníaca".[312] Seu irmão Jaime, que também estudava no Alexandre de Gusmão, relatou:

> No científico tinha muita fofoca, principalmente depois que ela casou, tinha uma fofoca de estudantes terrível. Um outro patrício nosso [judeu]... Acho que Leon Adoni, ele estudou junto com ela, na mesma classe. Olha, eu não sei se namorou com ele, pode ser que eu esteja até confundindo. Era um cara muito bonito, um cara muito bonito mesmo.[313]

Assim como este colega, outros nomes foram citados como tendo sido potenciais namorados de Iara – o que demonstra que a imagem que se criou era a de que qualquer interação que ela tivesse com algum garoto era sinônimo de flerte ou caso. Assim, ela passou de "moça de família" para "moça leviana", que não cumpre as regras morais estabelecidas e, portanto, deve ser marginalizada.[314]

O único "namorado" de Iara nesse período, de que se tem confirmação, foi Honório Lima Filho, quando ela já estava no terceiro ano do Científico, e ele no primeiro. O fato de ele não ser judeu chama a atenção de início, acentuado por seu desconhecimento em relação ao judaísmo: "uma das coisas que, por exemplo, eu fiquei sabendo através da Iara era a respeito de judeu. Que eu nunca tinha me interessado e não sabia o que era judeu".[315]

Namorar com um não judeu – chamado de *gói* entre a comunidade judaica – representava uma quebra de paradigmas em sua vida. Todavia, ele ressalta: "ela era judia [em] todas as atitudes, ela frequentava a Hebraica, casou com um cara judeu... Depois, ela falou que jamais ia pra cama comigo para não ter um filho, porque filho de judia é judeu, porque a linha de sangue é da mulher".[316] Essa memória reforça dois pontos: a ideia de que Iara não sabia – ou negava – que a infertilidade vinha de seu lado, e não do marido; além de seu pleno

[310] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[311] MADEIRA, s.d., op. cit.
[312] MADEIRA e SCHREIER, s.d., op. cit.
[313] SCHREIER, s.d., op. cit.
[314] PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 1869 (e-book).
[315] LIMA FILHO, Honório. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 29 abr. 2021. 1 arquivo audiovisual, 29'25", acervo pessoal.
[316] Idem.

conhecimento quanto às expectativas de procriação colocadas sobre as mulheres judias. Apesar desse medo, Honório afirmou que jamais tiveram nada além de beijos.[317]

Ainda em relação à religião, as amigas se lembram de Iara em outras situações transgressoras: "a gente ia à igreja, um troço da Juventude Estudantil Católica (JEC), não sei se às quartas ou quintas-feiras, lembro que ela ia com Honório até a porta da igreja, ela não entrava, ele entrava".[318]

Em entrevista a mim, ele recordou como a relação teria se iniciado:

> A classe dela ficava na frente da minha. E a gente ficava esperando o professor chegar, na porta. Eu ficava olhando e ela ficava ali também, e ela olhava para mim, eu olhava para ela, aquele negócio de quase um flerte. Não era bem um flerte, mas era quase. Daí a gente, depois de muito tempo olhando, conversou no recreio. Mas foi bem assim, na escola. Não sei por que ela ficou comigo.[319]

Nos anos 1980, ele disse que muitos garotos estavam interessados em Iara, o que dava a ele certo triunfo por ter sido escolhido.[320] Afirmou ainda que jamais a viu se relacionar com outros colegas, mesmo antes dele.[321] Os dois se encontravam majoritariamente na escola; Honório apontou que as ocasiões em se encontraram fora dela foram escassas: Iara foi à sua cidade, Santo André, duas vezes, quando passearam pelas ruas; foram ao cinema no centro de São Paulo uma vez; com um amigo judeu, ele pulou o muro da Hebraica na tentativa de encontrá-la e, além disso, se encontraram na praia de Santos uma vez.[322]

Por isso, em entrevista, ele disse que não considerava que os dois tinham tido um namoro propriamente dito – sobretudo por ela ser casada e jamais ter falado em se separar:

> Inclusive, com relação ao casamento dela, era totalmente conivente. Uma das coisas que ela dizia era que o marido não a atrapalhava. Mas, ela não tinha nada comigo na casa dela. Na minha casa não dava para levar. Eu estava louco para ter relações e o cara não tinha. Era um absurdo. No fundo, eu gostava dele, porque ele era bom com ela. Nunca o senti como concorrente que eu pudesse ter ciúme. No fundo, talvez tivesse dó dele. Ela dizia que ele não a procurava, isso no fundo a magoava. Ela nunca falou mal do marido, nada que o desabonasse, que fosse chato. Ela gostava dele, achava ele uma pessoa ótima, inteligente.[323]

As revistas femininas do final de década de 1950 e início de 1960 possuíam discurso hegemônico de condenação às adúlteras – embora com algumas nuances. Alguns periódicos se mostram mais "compreensivos" em relação a certos motivos que levam às traições por parte das esposas, como descaso do marido, impotência, solidão, nostalgia etc.; outros culpam

[317] Idem; LIMA FILHO, Honório. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[318] FINGERMANN, PRÓSPERO e FINGERMANN, s.d., op. cit.
[319] LIMA FILHO, 2021, op. cit.
[320] LIMA FILHO, s.d., op. cit.
[321] LIMA FILHO, 2021, op. cit.
[322] Idem.
[323] LIMA FILHO, s.d., op. cit.

veementemente a mulher que traiu, utilizando-se de justificativas psicológicas e morais para condenar o "erro". Contudo, são todos unânimes em estimular suas leitoras a abandonarem os casos extraconjugais, apegarem-se à religião e aos filhos e fazer de tudo para salvar o casamento. Ademais, o assunto foi inserido em contos e, nestes casos, as personagens que traíam tinham finais trágicos, como a morte – mesmo quando a infidelidade não era descoberta pelo marido.[324] Em nenhum caso, encontrou-se qualquer brecha que permitisse à mulher chegar à conclusão de se separar – o que parece indicar que esta possibilidade era simplesmente inexistente e, por conseguinte, pode explicar por que Iara não cogitava esta medida, mesmo apaixonada por outro.[325]

Iara terminou o Científico, em 1962, com pouca relação com as pessoas que, até então, tinham sido suas amigas. Cecília Scheinberg, embora diga que o afastamento partiu da amiga, relatou: "terminamos o Científico juntas, mas mais ou menos separadas, mas o comportamento dela já não era bom... Não ficava nem bem eu começar a sair com ela, porque eu poderia começar a ser falada. Então, meus pais também já não viam isso com muito bons olhos".[326]

Apesar de, segundo o imaginário dos colegas de escola e vizinhos do Ipiranga, Iara passar suas tardes se encontrando com diversos homens, no último ano do colégio, ela havia se matriculado no Curso Preparatório para o Vestibular do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, popularmente chamado de "Cursinho do Grêmio". Ela estava decidida a fazer um curso superior depois que se formasse.

****

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, e principalmente durante os anos 1950, o mundo passou por tempos mais favoráveis. O historiador Erick Hobsbawm apontou que, apesar de os ditos "países desenvolvidos" terem sentido os efeitos mais concretamente, "a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo".[327] As inovações tecnológicas aumentaram, ainda que gradualmente, a presença de eletrodomésticos e eletroeletrônicos nas casas, como televisões, vitrolas, rádios portáteis, máquinas fotográficas e de vídeo. A indústria automobilística e de bens de consumo se desenvolveu. No Brasil, expandiu-se a classe média, resultado de uma urbanização e

[324] PINSKY, 2014, op. cit., p. 5443-5591 (e-book).
[325] Idem.
[326] SCHEINBERG, 2020, op. cit.
[327] HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 306.

modernização desenfreadas, sobretudo em São Paulo, com o objetivo de promover o *progresso*. A influência dos Estados Unidos no país não se limitava à econômica, mas também aos âmbitos social e cultural, na tentativa de frear qualquer abertura ao comunismo, diante do contexto de Guerra Fria.

Em um momento de criação de uma cultura jovem no país, baseada no *American way of life*, formava-se uma "rebeldia" controlada e que estimulava o lazer e o consumo.[328] Em relação às garotas, se, por um lado, tenha ocorrido aumento significativo em seu acesso ao ensino básico, por outro, "prevalecem aspectos tradicionais das relações de gênero, como as distinções de papéis com base no sexo, a valorização da castidade para a mulher e a moral sexual diferenciada para homens e mulheres".[329] O modelo conjugal permanecia sendo dominante e, nesse sentido, esperava-se que as mulheres cumprissem as funções "naturais" de mãe, esposa e dona de casa; "para as adolescentes, as exigências não se diferenciavam muito: esse período era tido como um 'treino' ou 'formação' para que assumissem os compromissos exigidos pela vida adulta".[330]

Iara Iavelberg nasceu e se formou tendo essas perspectivas de futuro. Foi educada e desejou ser uma "garota dos anos dourados" – ou, uma "garota judia dos anos dourados", dado que também tinha as referências da tradição judaica, sobretudo aquelas caras à colônia judaica do Ipiranga. Porém, em oposição ao que as estatísticas indicam como regra para aquele período e região, o "treino" de Iara acabou bem cedo e, aos 16 anos, ela perdeu o status de jovem menina, trocado pelo de mulher casada. Superando aquelas que eram "aposta" no bairro na corrida de quem casaria primeiro e melhor, a filha da húngara saiu na frente e conquistou um judeu bonito, 11 anos mais velho e estudante de Medicina.

Todavia, o sonho não saiu como esperado: a gravidez ansiada mesmo com a pouca idade não se concretizou, o marido tinha o trabalho como principal prioridade e os eletrodomésticos, que deveriam fazer dela a "mulher poderosa do futuro", eram apenas decorativos e sequer funcionavam, já que ela não os utilizava.

Com cerca de um ano interpretando este papel, Iara se mostrou muito decepcionada com a realidade, tão diferente da fantasia. Assim, ela buscou "espaços alternativos de contestação e de expressão" de seus poderes.[331] Retomou os estudos, permitindo-se voltar atrás em relação à

[328] ANDRADE, Maíra Zimmermann. *Rebeldia pronta para o consumo*: a construção da cultura juvenil no Brasil dos anos 1950-60. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 110.
[329] PINSKY, 2014, op. cit., p. 200 (e-book).
[330] ANDRADE, 2016, op. cit., p. 112.
[331] PINSKY, 2014, op. cit., p. 6084 (e-book).

máxima vigente na colônia de que mulheres casadas não precisavam frequentar a escola; integrou grupos não judaicos e se apaixonou por um *gói*.

Essas transgressões lhe proporcionaram vivências que, possivelmente, jamais imaginou ter. Ao mesmo tempo, desafiar papéis estabelecidos não poderia ser uma tarefa pacífica, e ela se viu lidando com muitas represálias: o julgamento e afastamento daqueles que antes lhe eram caros; os conflitos internos causados pelos valores tão profundamente incutidos, que contrastavam com seus desejos; a mudança permanente de sua imagem de "mulher direita" para "mulher leviana e mal falada", com a qual conviveu pelo resto de sua vida.

CAPÍTULO 2
ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: CURSINHO, USP E POLÍTICA

> - Mas eu gosto dos inconvenientes.
> - Nós, não. Preferimos fazer as coisas confortavelmente.
> - Mas eu não quero conforto. Quero deus, quero a poesia, quero o perigo autêntico, quero a liberdade, quero a bondade. Quero o pecado.
>
> *Aldous Huxley*[1]

Quando Eva Roth chegou a São Paulo na década de 1930, advinda da Hungria, fez questão de prosseguir os estudos do ensino básico. Na Escola de Comércio Tiradentes, no bairro do Bom Retiro, ela cursou o primário, fez três anos de curso propedêutico[2] e mais três de ensino técnico em Contabilidade. Eva relatou: "eu queria fazer uma faculdade. Com o curso dava para fazer três, quatro tipos de faculdade: Economia, Direito, Administração. Não fiz porque casei e, no meu caso, não daria para fazer as duas coisas".[3] O casamento é que a teria feito desistir de ingressar na faculdade, mudara seu nome: passara a ser Eva Iavelberg, mãe de quatro filhos, sendo a mais velha Iara Iavelberg.

Eva se casou aos 19 anos; Iara, aos 16. Ainda assim, a mãe teria transmitido para a filha o desejo de cursar o ensino superior. Em entrevista, ela relatou que esse teria sido um dos motivos pelos quais ela teria objeções ao casamento da filha: "teve atritos, eu achava que era muito cedo, ela tinha que viver, ter muitos namorados, saber o que era a vida. Tinha que fazer o Científico, ter diploma na faculdade".[4]

Fato é que Iara se casou. Isso, porém, não impediu que se interessasse pelo ensino superior. Talvez o marido também tenha contribuído um pouco para isso, uma vez que Samuel Haberkorn era médico formado pela USP desde 1960.[5]

Raul Iavelberg, irmão de Iara, apontou a influência de uma suposta tradição judaica no incentivo dos pais para que os filhos cursassem o ensino superior:

> Todo mundo foi para a universidade, todo mundo entrou na USP... Então é um quadro assim, bom, isso aí também é um pouco histórico de tradição judaica. Estudo é muito

[1] HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2014, p. 248.
[2] Segundo Jussara Nascimento e Lia de Faria, o ministro da Educação Francisco de Campos, na década de 1930, empreendeu uma reforma educacional. Quanto ao ensino comercial, foram instituídos dois ciclos, sendo o primeiro o curso propedêutico, de duração de três anos, com o objetivo de preparo para o ensino superior. O segundo ciclo consistia em um curso técnico. O propedêutico era pensado para as elites, pois era o único que deixava o aluno apto para adentrar o ensino superior. Cf. NASCIMENTO, Jussara Cassiani; FARIA, Lia C. M. de. A expansão do ensino secundário no Brasil pós-1930. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 16, n. 3, 2021.
[3] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[4] Ibid., passim.
[5] COLAM grau dia 10 os doutorandos da Faculdade de Medicina da USP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1960, p. 5.

> importante. E nisso a universidade é fundamental. Não tem como alguém não ir para a universidade. Importante todo mundo entrar na USP, que era a melhor universidade que tinha, era grátis também, não ia ter custos para a família.[6]

Embora ele destacasse a tradição, ressalte-se que seu pai sequer concluiu o ensino básico e, em seus planos sobretudo para as filhas mulheres, outras "tradições judaicas" tomavam lugar. Segundo os relatos, David Iavelberg desejava que a filha se casasse e se estabelecesse. Aparentemente, a faculdade não estaria inserida nesse plano paterno. Rosa, a irmã mais nova, confirma tal hipótese: "meu pai assumia o papel de moralista. Era contra ela sair de casa, a fantasia dele era que casasse, tivesse filhos, fosse feliz, ficasse vendo TV. Esse era o projeto de vida que ele tinha idealizado para ela".[7]

Porém, os quatro irmãos ingressaram no ensino superior, especificamente na USP, ainda que alguns não tenham concluído o curso por situações diversas. Os três, contudo, apontam a influência da própria Iara como determinante para essa decisão.

Antes disso, ainda no ano anterior ao vestibular, aos 18 anos, Iara tentava desvendar as possibilidades do mundo universitário. Shirley Schreier, um pouco mais velha, relatou que se lembrou dela fazendo perguntas sobre faculdades às colegas:

> Ela estava consultando as pessoas em várias áreas para tomar uma decisão. Aí, eu expliquei que Química é um curso estupidamente de tempo integral. Era até mais, muitas vezes se trabalhava à noite no laboratório. Eu me lembro de ela me dizer, "ah, então isso eu vou ter que descartar, porque eu estou casada e não posso fazer um curso em tempo integral, senão não vai dar certo". E, no fim, ela escolheu Psicologia, que também era de tempo integral.[8]

O diálogo descrito acima pode ter acontecido entre o fim de 1961 e o início de 1962, uma vez que, possivelmente a partir do segundo trimestre de 1962, Iara já estava matriculada no Curso Preparatório para o Vestibular do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mais conhecido como "Cursinho do Grêmio", frequentando-o concomitantemente com o último ano do Científico. Para efetuar sua matrícula, ela precisava ter definido o que pretendia fazer, dado que o conteúdo das aulas era direcionado para o que cada vestibular cobrava.

Schreier lembrou que o horário do curso era uma preocupação para Iara, devido ao seu casamento. Haberkorn, à época, já estava formado, mas presumivelmente cursava residência médica havia ao menos dois anos, portanto, com previsão de conclusão em breve.[9] Talvez por esse motivo, Iara quisesse assegurar certa disponibilidade para o marido.

[6] IAVELBERG, R., 2020, op. cit.
[7] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[8] MADEIRA, s.d., op. cit.
[9] SCHEINBERG, s.d., op. cit.

No entanto, ela escolheu Psicologia, outro curso que, segundo Schreier, exigia dedicação integral – embora não fosse classificado oficialmente como curso integral, mas sim diurno. A Psicologia era uma área relativamente nova na Faculdade de Filosofia, tendo sido oficialmente implementada como graduação através da Lei n° 3.862, de 28 de maio de 1957[10] e teve o primeiro vestibular realizado em 1958.[11]

Evelise de Souza Marra, amiga de Iara durante o cursinho e a faculdade, afirmou não se recordar exatamente o motivo pelo qual ambas teriam escolhido esta área:

> Hoje eu penso, eu falei "que que a gente inventou, que eu fui inventar de fazer Psicologia?". Nós entramos na quinta turma da USP.[12] Não tinha ainda um histórico da Psicologia como uma profissão. Mas eu acho que era pela vertente de uma curiosidade, de um interesse pelo funcionamento emocional humano, por essa área.[13]

Em entrevista concedida por Marra na década de 1980, ela deu mais algumas informações sobre o motivo de sua escolha: "minha mãe queria que eu fizesse Medicina, e eu queria fazer Psicologia porque era profissão liberal, de lidar com problemas emocionais".[14] Assim sendo, ainda que o campo fosse incipiente no Brasil, já parecia ser associado à resolução das questões subjetivas individuais.

Há que se considerar a aproximação entre Psicologia e Pedagogia, especialmente nos primórdios do campo no Brasil.[15] Muitos dos estudantes que chegaram até a Psicologia o fizeram por seu interesse em educação. Esse pode ter sido um dos atrativos para Iara, que durante a graduação demonstrou muito interesse por Psicologia Educacional e pelo magistério, em geral. Mas este pode ter sido um aspecto mais conhecido e aprofundado por ela após o início do curso. Samuel Iavelberg recordou: "não sei como ela descobriu que existia Psicologia. Foi ao cursinho dos alunos e se inscreveu. Aí trouxe um prospecto. Era novidade para mim que existiam Física, Química, Biologia. Para mim, foi a salvação. Eu não queria fazer nada. Mas, condicionado por ela, acabei fazendo".[16]

---

[10] SÃO PAULO. *Lei n° 3.863, de 28 de maio de 1957*. Cria o Curso de Psicologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1957/lei-3862-28.05.1957.html. Acesso em 7 dez. 2021.
[11] FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 jan. 1958, Executivo, p. 30.
[12] Na realidade, elas entraram na sexta turma.
[13] MARRA, Evelise de Souza. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 28 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º8'22", acervo pessoal.
[14] MARRA, Evelise de Souza. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[15] ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: ciência e profissão*, n. 32, 2012, p. 53.
[16] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

Nos dados produzidos pelo IBGE a respeito da quantidade de ingressantes nos cursos do ensino superior, os números relativos à Psicologia ficavam diluídos na área de "Letras, Ciências Humanas e Filosofia", composta também com Ciências Sociais, Geografia, História, Filosofia, Letras e Pedagogia. Ainda assim, os números indicam uma maioria feminina entre as ingressantes, sendo 69% do total de 17.756 aprovados em 1961; e 73% de 35.785 em 1966, anos sobre os quais foram obtidos dados.[17]

Observa-se tanto um aumento geral na quantidade de alunos matriculados nestas áreas quanto na quantidade de mulheres entre estes. Os dois fatores são paralelos: a) a expansão geral dos cursos era sintoma do aumento na procura por formação superior pelas camadas médias; b) especificamente as mulheres de classe média passaram a enxergar a ascensão social via educação como uma possibilidade, optando, no entanto, por "algumas poucas carreiras 'femininas' que, definidas culturalmente como mais apropriadas à mulher, têm tido tradicionalmente uma predominância de mulheres entre seus alunos".[18]

Essas áreas gravitam em torno do cuidado e da educação – o que inclui a Psicologia que, como visto anteriormente, estava diretamente associada à Pedagogia, principalmente nesta época. Não por acaso, esses cursos eram justamente os que tinham menos prestígio e perspectivas de sucesso, em oposição aos considerados "masculinos", como Medicina, Direito e Engenharia. Os rapazes tendiam a escolher mais esses campos, socialmente mais valorizados. Já as adolescentes estavam submetidas a mecanismos muito sutis, "que opera[va]m no sentido de levá-las a optar 'livremente' por certo tipo de carreira".[19]

Ao escolher um curso ligado às ciências humanas, Iara se deparou com a necessidade de aprofundar os conhecimentos neste âmbito, dado que o Científico não privilegiava tais temas no currículo: no último ano, em 1962, ela só pôde cursar português, matemática, física, química, biologia e desenho.[20] Embora tenha estudado também francês, inglês, espanhol, história geral e geografia geral no primeiro ano, isso ocorreu em 1959, dado que ela ficou um ano sem frequentar a escola em razão do casamento.[21] No segundo ano, foram adicionadas as disciplinas história natural e história do Brasil, retirando-se o espanhol.[22] Este era um dos problemas da divisão do ensino secundário em propedêutico e normal.

---

[17] BARROSO e MELLO, 1975, op. cit., p. 51.
[18] Ibid., p. 52.
[19] Ibid., p. 57.
[20] COLÉGIO Estadual e Escola Normal Alexandre de Gusmão. *Ficha individual do ano letivo de 1962 - Iara Haberkorn*. 1962. Escola Estadual Alexandre de Gusmão, Arquivo.
[21] COLÉGIO Estadual Presidente Roosevelt - Edifício Anexo E. N. e G. B. Alexandre de Gusmão. *Histórico do Científico - Iara Haberkorn*. 19 set. 1961. Escola Estadual Alexandre de Gusmão, Arquivo.
[22] COLÉGIO Estadual Presidente Roosevelt - Edifício Anexo E. N. e G. B. Alexandre de Gusmão. *Ficha individual do ano letivo de 1962 - Iara Haberkorn*. 2 jan. 1962. Escola Estadual Alexandre de Gusmão, Arquivo.

Aparentemente ciente desta dificuldade, Iara optou então por se matricular no Cursinho do Grêmio, no módulo extensivo, para se preparar para o vestibular de Psicologia, que faria no ano seguinte.

2.1 Rua Maria Antônia: cursinho, Psicologia e liberdade

> O cursinho da Filosofia na época foi um marco na minha vida. Aliás, acho que era para todo mundo. Teve antes e depois do cursinho, tinha a vida escolar e a vida cultural antes do cursinho e depois do cursinho. O cursinho faz uma cesura entre o antes e o depois. Então, foi uma experiência quase como um outro nascimento [risos].[23]

Essa é a forma como Evelise Marra descreveu a experiência de ingressar e estudar no Cursinho do Grêmio da Filosofia. Tanto ela quanto Iara começaram a frequentar o curso em 1962, entre março e abril. Em sua visão, esse novo nascimento teria sido proporcionado pelo contato com novas referências culturais, sociais e comportamentais. Em outra entrevista, ao tratar do mesmo assunto, ela deu mais detalhes:

> O cursinho da Filosofia, naquela época, acho que representava a virada para todo mundo. Tinha uma diferença grande em relação ao esquema de colegial. Era aberto em termos de convívio – os professores eram próximos aos alunos, jovens, possivelmente alunos na faculdade. E tinha uma proximidade grande entre professor e aluno, tinha transas[24] e amizades entre eles. Era de um nível de estimulação intelectual muito grande. Os cursos eram bons, estimulantes. E tinha uma coisa muito mobilizadora, talvez já de uma certa politização. Não era, porém, politizante. Era uma coisa mais de abertura. Era realmente uma coisa de revirar a cabeça da gente.[25]

Samuel Iavelberg teve memórias semelhantes: ele apontou que o cursinho já era encarado como faculdade, sem obrigatoriedade de frequentar as aulas, com pessoas de comportamentos diversos. Além disso, ressalta a proximidade com professores, que muitas vezes saíam e tinham namoros com alunas.[26]

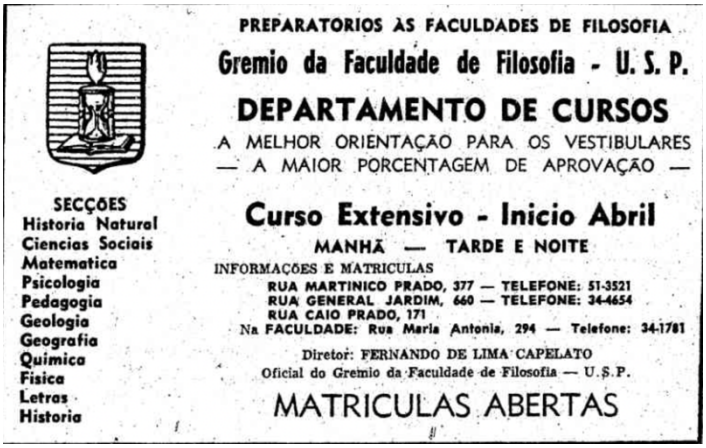
O cursinho funcionava na Rua Martinico Prado, 377, no bairro Vila Buarque, muito próximo à Rua Maria Antônia, onde funcionava grande parte dos cursos da FFCL e, portanto, havia um grande fluxo de estudantes. As aulas que Iara frequentava eram matutinas, e, por serem da modalidade extensiva, foram do começo ao fim do ano.

Sobre o cursinho, as informações levantadas foram escassas. Nenhum documento relacionado ao Departamento de Cursos do Grêmio da Faculdade de Filosofia foi encontrado, seja na USP ou em outros arquivos e centros de memória. Apesar de ser citado em alguns

[23] MARRA, 2020, op. cit.
[24] Aqui, "transas" não necessariamente tem o significado de relações sexuais. Essa entrevista foi concedida na década de 1980, quando o termo era mais usado como gíria para trocas interpessoais etc. Cf. DESTRI, Alana; MUNIZ-OLIVEIRA, Siderlene. "Transa nova todo dia": análise cultural do verbo *transar* via artigos da Revista *Capricho*. *Revista Linguagens & Letramentos*, Cajazeiras (PB), v. 4, n. 2, jul./dez. 2019.
[25] MARRA, s.d., op. cit.
[26] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

depoimentos de ex-alunos e ex-professores, e no recente filme sobre o Colégio Equipe, *Educar e resistir*[27], o Cursinho do Grêmio não foi tema ainda de trabalhos mais aprofundados. Pesquisas sobre sua história e influência na aprovação dos estudantes nos vestibulares da USP, assim como na politização dos vestibulandos, seriam muito enriquecedoras para a história do movimento estudantil e do ensino universitário brasileiro.

Figura 16: Anúncio do Cursinho do Grêmio para a modalidade extensiva de 1962, n'*O Estado de S. Paulo*



Fonte: *O Estado de S. Paulo*[28]

Os professores eram de fato alunos dos mais diversos cursos da Faculdade de Filosofia na época. Segundo material produzido pela atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 1957, a instituição ofertava Filosofia, Psicologia, Matemática, Física, Química, História Natural, Ciências Sociais, Geografia, História, Geologia, Ciências Biológicas, Letras, Estudos Orientais e Pedagogia.[29] Ou seja, havia alunos para lecionarem no cursinho todas as disciplinas cobradas nos vestibulares.

De acordo com as memórias de Samuel, Iara se dedicou muito aos estudos para o vestibular, sobretudo "porque tinha dificuldade em matemática e depois estatística".[30] Rachel Rosenberg, também aluna do cursinho, mas com perfil distinto das demais – era mais velha, casada e com filhos – se lembrou da postura de Iara: "ela anotava muito as aulas e queria saber

[27] EDUCAR e resistir. Direção e roteiro: Moira Toledo, Renata Druck e Paulo Pastorelo. São Paulo: Cinema Elétrico, Ebisu Filmes e Ouroboros Cinema e Educação, 2022. Disponível em plataforma digital (1h19min), son., colorido.
[28] ANÚNCIO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1962, p. 22.
[29] FFLCH-USP. *Memória FFCL - FFLCH USP*. São Paulo: FFLCH-USP, 2002, p. 23.
[30] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

mais, que o professor aprofundasse muito mais, mais do que [às] vezes ele era capaz de fazer, e sempre além daquilo que interessava realmente para o vestibular".[31]

Esta memória se relaciona com a narrativa de Evelise de que as duas sentiam uma sede por conhecimento, não só relacionado ao conteúdo "tradicional":

> Lembro de as aulas serem boas, de despertarem curiosidade muito grande, estímulo. Lembro de um sábado, e isso era um pouco a Iara, que sempre foi mais sofisticada intelectualmente, mais pretensiosa intelectualmente. Então, lembro de ela tentar ler o *Tratado de Metafísica*, do [Georges] Gusdorf, que era absurdo, ininteligível. Mas, dava vontade de fazer essas coisas. O cursinho não era aquela coisa que a gente tinha que estudar por estudar. Estimulava muito.[32]

Iara e Evelise se conheceram durante as aulas e formaram, juntamente com Clarilza Prado de Sousa, um trio de amigas. A amizade era intensa e as três estavam frequentemente juntas, conforme relatou Clarilza: "a gente ficava juntas de tarde, de noite eu ficava na casa de uma tia, depois num pensionato, de manhã no cursinho, à noite eu ia no apartamento da Iara no Ipiranga, ao lado do apartamento da mãe dela".[33] Nesse sentido, Evelise apontou:

> Na época, nós três começamos a estudar juntas. Às vezes, nos fins de semana, às vezes a gente se reunia e ia estudar onde morava Clarilza, que era mais perto do cursinho, na Pompeia. A Iara, nessa época, tinha muito interesse por Filosofia. E tinha essa coisa muito afetiva, que foi para mim uma experiência, eu era mais introvertida que ela, que se ligava mesmo. Então, isso virou uma amizade de ela telefonar todos os dias, a gente ficava 30, 40 minutos no telefone, coisa meio de adolescente que precisa telefonar toda hora, contar as coisas todas, horas no telefone.[34]

A partir da narrativa de Evelise, depreende-se que Iara conseguiu desenvolver relações de amizade mais profundas do que aquelas da escola e do bairro. Ao que tudo indica, essas foram as primeiras grandes amigas de Iara – ao menos, são as que relataram maior proximidade com ela até então. Pode-se supor que Iara teria encontrado, então, um espaço de escuta e compreensão para suas angústias e dilemas.

A convivência frequente proporcionada pelas aulas diárias no cursinho e pelas reuniões que as amigas faziam em outros horários parece ter ocorrido graças às ausências de Haberkorn. Tanto Clarilza quanto Evelise relataram essas situações, em entrevistas colhidas em tempos distintos. Clarilza afirmou: "lembro bem das conversas que a gente tinha à noite, muito tempo, dormíamos às 3 da manhã. O marido era médico e nunca estava em casa quando a gente ia. Ficávamos as três na cama, dormíamos as três na mesma cama, conversando a noite inteira".[35]

---

[31] ROSENBERG, Rachel. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[32] MARRA, s.d., op. cit.
[33] MARRA, Evelise de Souza; SOUSA, Clarilza Prado de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[34] MARRA, s.d., op. cit.
[35] MARRA e SOUSA, s.d., op. cit.

Já Evelise, em outra ocasião, descreveu: "lá [na casa de Iara], a gente estava sempre. Lembro de uma noite, a gente estudando, o marido não vinha, dava plantão".[36] Retomando a memória de Cecília, amiga do Ipiranga, sobre o anseio de Iara de conhecer as vivências adolescentes – das quais estava sendo privada por ter se casado –, pode-se inferir que com as ausências frequentes de Haberkorn e as novas amizades, ela finalmente pôde se integrar às discussões e experiências de jovens de sua idade.

A liberdade de que usufruía em casa com as amigas, enquanto o marido estava fora, estendia-se também a outros espaços e outras pessoas. A própria Evelise afirmou que, embora ela mesma fosse mais tímida e introspectiva, Iara se aproximava de diversas outras pessoas.[37] Rachel Rosenberg lembra-se:

> Embora eu não tenha percebido qualquer relação [mais pessoal] dela com essa ou aquela figura – parece que o relacionamento dela era [assim] com todo mundo. Ela estava sempre presente. Nos intervalos de aula, ficava na secretaria, na portaria do cursinho, conversava com todo mundo, parecia se interessar por todo mundo, sobre o que acontecia.[38]

Ao que parece a partir das duas memórias, a disponibilidade de Iara não estava condicionada às amigas mais próximas. Esse fato presumivelmente tem relação com os horários do marido. Se um ano antes Iara estava preocupada em não ingressar em um curso integral em razão de seu casamento, na época do cursinho parecia ter muito tempo livre para preencher. Nesse aspecto, mesmo que de forma paradoxal, o casamento parece ter conferido a ela uma liberdade maior do que as garotas da época comumente tinham. Por ser uma mulher casada, mas sem filhos, ela não devia mais satisfações aos pais; por seu marido passar grande parte do dia e da noite fora de casa, ela podia se dedicar às atividades que quisesse. E isso incluía paqueras e namoros.

Por meio do estudo dessa "interação microssocial"[39], identificou-se, portanto, uma margem de atuação transgressora estabelecida por Iara nas relações de poder predominantes nos vínculos entre homens e mulheres. No campo da história do cotidiano, há o conceito de "apropriação" (*Aneignung*) para explicar como indivíduos interpretam as normas sociais: os atores sociais "interpretam e demonstram, insistem ou *recusam*" as normas. Dessa forma, o que ocorre não é um ato de submissão completa às regras e convenções sociais, mas sim uma

[36] MARRA, s.d., op. cit.
[37] Idem.
[38] ROSENBERG, s.d., op. cit.
[39] BURGOS, Claudio Hernández. Españoles normales en tiempos anormales: nuevas miradas sobre la vida cotidiana y franquismo. In: RUIZ, Gloria Román; GONZÁLEZ, Juan Antonio Santana (org.). *Tiempo de dictadura*: experiencias cotidianas durante la guerra, el franquismo y la democracia. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2018.

atribuição de significado e posteriormente uma ação – assim, longe de ser um processo passivo.[40] Por conseguinte, se abrem espaços para questionamentos, transgressões e desobediências, como no caso de Iara.

Evelise Marra rememorou que as duas se atraíam não só intelectualmente, como fisicamente pelas pessoas do cursinho e da USP em geral: "foi com ela que comecei a fazer isso mais abertamente, ao olhar uma pessoa, ver se ela é bonita, se não é, se interessa ou não. Então, isso acontecia assim com os professores".[41] Nesse sentido, o cursinho proporcionou ampliação dos horizontes tanto intelectual quanto sexual.

Evelise Marra descreve que, nessa época, Iara falava pouco da situação de seu casamento. No entanto, já no primeiro ano de amizade, ela teve a sensação de que o relacionamento com Haberkorn parecia "desajustado".[42] De acordo com suas lembranças:

> Nossas conversas giravam mais em torno das outras pessoas nas quais ela ficava interessada. (...) Ela ficava esperando muito dessas relações. Ela depositava muito na relação amorosa. Quando ela se apaixonava, aquilo ficava o centro da preocupação e interesse, embora pudesse mudar do dia para a noite. Acontecia uma coisa e ela se interessava por outra pessoa.[43]

Portanto, mais uma forma contraditória de lidar com o casamento. Havia uma espécie de pacto não verbal entre Iara e suas amigas mais próximas, de que seu relacionamento com Haberkorn era um tema do qual ela não falava abertamente, mas que todos sabiam que não ia bem. Por outro lado, ela se sentia confortável para falar sobre suas relações extraconjugais, como se fosse uma moça solteira como as amigas. A própria Iara demonstrava esperar muito dessas relações, de forma idealizada, como se tivessem o poder de substituir o casamento malsucedido.

Na opinião de Evelise, Iara não aparentava sentir culpa por transgredir as normas sociais para uma mulher casada, ao ter namoros com outras pessoas: "numa época em que mulher casada ter um caso era algo muito assustador, não era para ela. Nem despertava culpa. Às vezes, confusão. Nunca vi ela culpada. Mas eu acho que [eu] tinha um referencial de muito mais repressão do que ela".[44] Clarilza tinha a mesma visão: "outra coisa que eu acho é que a Iara dispunha com muita facilidade da vida dela. Da mesma forma com que ela dispunha do corpo dela".[45]

---

[40] LÜDTKE, Alf. Stofflichkeit, Macht-Lust und Reiz der Oberfläche, 1994 apud MAILÄNDER, Elissa. *Female SS guards and workaday violence*: the Majdanek Concentration Camp, 1942-1944. Tradução de Patricia Szobar. Michigan: Michigan State University Press, 2015, p. 8.
[41] MARRA, s.d., op. cit.
[42] MARRA, s.d., op. cit.
[43] Idem.
[44] Idem.
[45] MARRA e SOUSA, s.d., op. cit.

Contudo, faz-se necessário problematizar tais memórias. Como Iara poderia ter noções de moral e comportamento diferentes das outras moças da época? É possível que apenas as novas discussões sobre vida sexual e comportamento realizadas no cursinho e nos círculos sociais da Maria Antônia fossem suficientes para que ela rompesse com papéis de gênero da época bruscamente, sem se autossancionar?

Sobre individualidade e controle, "a individualidade do adulto só pode ser entendida em termos das relações que lhe são outorgadas pelo destino e apenas em conexão com a estrutura da sociedade em que ele cresce".[46] Dessa forma, ainda que Iara ousasse transgredir, não poderia se descolar completamente da estrutura social em que estava inserida. Em outras palavras, não é possível ter comportamentos "à frente de seu tempo".

O que se observa, porém, é que não se pode esperar que as normas sociais de um determinado período sejam seguidas pelos indivíduos de forma generalizada e "desistoricizada"; há espaço para mudanças, que podem ser mais comuns entre pessoas de determinados grupos étnicos e/ou de classe.[47] No caso de Iara, há que se levar em consideração fato de ela pertencer à classe média, de certa forma intelectualizada – por estar adentrando o meio da USP – e, ainda que judia, ser considerada branca para os parâmetros brasileiros.[48]

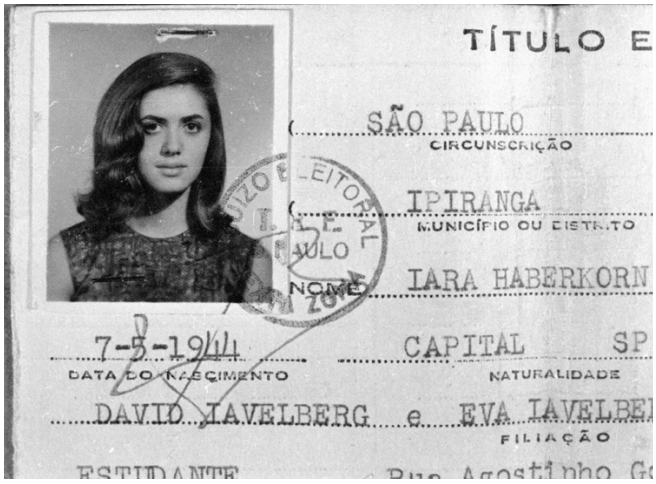
Estudos concluem que mulheres com essas características e neste período "ora reproduziam o modelo dominante, ora desvendavam uma outra mulher que começa a 'ousar', revelando, desse modo, um momento em que se coloca a possibilidade de ruptura dos papéis femininos tradicionais".[49] Tais mudanças não são imediatas e o "mais comum é a reprodução dos discursos dominantes que delimitam e forjam os lugares sociais de homens e mulheres";[50] contudo, elas existem, fazendo coexistirem os comportamentos transgressores e o desejo de se ater às expectativas colocadas sobre cada gênero.

Especificamente no caso de Iara, verifica-se a coexistência desses dois ímpetos em suas ações: por exemplo, na idealização e romantização das relações, que geralmente eram pouco duradouras, mas que podem ter sido uma forma de negar a multiplicidade de experiências sexuais e, sobretudo, negar o fracasso do casamento. Ao se convencer de que estava em busca do amor ideal e do relacionamento padrão, os desvios sociais parecem menos graves. Paralelamente, o comprometimento com os estudos para entrar na faculdade e concluir o curso

[46] ELIAS, 1994, op. cit., posição 469 (e-book).
[47] CUNHA, Maria de Fátima. Homens e mulheres nos anos 1960/1970: um modelo definido? *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001, p. 203.
[48] SORJ, 2008, op. cit., p. 3.
[49] Idem.
[50] Idem, grifos meus.

Científico revelam uma preocupação grande da parte de Iara em cumprir certos papéis esperados dela: ser uma mulher formada e, portanto, uma universitária, assim como o marido já era.

Figura 17: Fragmento do Título de Eleitor de Iara Haberkorn, 1962[51]



Fonte: Acervo Samuel Iavelberg

O fato de as rupturas às regras ocorrerem em um processo lento e gradual, "para aquelas que transgrediam os estreitos limites que lhes eram destinados, o mais comum a acontecer era a possibilidade quase certa do convívio com o rótulo de menina 'mal falada' ou da 'puta'".[52] Esse foi um desafio que Iara teve de enfrentar, primeiramente na escola e no bairro; depois, no ambiente do cursinho e da Rua Maria Antônia. Por vezes, os comportamentos que ela adotava em um desses círculos se repetiam nos outros. Cecília Scheinberg descreve uma situação da qual se lembra:

> Quando ela começou a fazer cursinho, encontrei uma amiga do Científico que fazia Psicologia também. Perguntei se ela via a Iara e ela disse que sim, "mas faço de conta que não conheço, porque a Iara está que não dá para aguentar. As calças dela são tão justas, que está uma vergonha. Todo mundo comenta que ela dá para todo mundo. Tem um barzinho perto da escola, que dizem até o cara do caixa passou por ela. Ela ia a barzinhos perto da escola, lugares de badalação do pessoal da escola, chegava meia noite, meia noite e meia, vestida de maneira não muito airosa, falando de um jeito não muito fino. Tinha descambado um pouco para o vulgar".[53]

Este relato não pôde ser confirmado com outras fontes. Apesar disso, demonstra o imaginário que a "nova vida" de Iara estava criando entre os amigos do Ipiranga, como a própria Cecília. Segundo a descrição, ela parecia se aproximar cada vez mais do arquétipo de Lilith,

[51] NAVARRO, Bolívar Ferraz. 6ª Zona - Edital de inscrição. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano LXXII, n. 123, 3 jun. 1962, p. 48.
[52] Ibid., p. 221.
[53] SCHEINBERG, s.d., op. cit.

que segundo registros mais antigos do livro de Gênesis, teria sido a primeira esposa de Adão, antes de Eva. Embora ambas tenham as figuras muito ligadas, acredita-se que primeira foi apagada das escrituras sagradas, isso porque:

> Lilith não aceitava ser submissa nas relações sexuais e sociais e, por isso, foi temida e punida com a expulsão do jardim do Éden e destinada ao exílio no mar vermelho, reduto de demônios. Esta mulher que era cheia de sangue e saliva, causou desconforto em Adão, que se sentiu perturbado.[54]

Observa-se que o sangue e a saliva presentes em Lilith podem remeter ao desejo e à própria menstruação, mas também são as características que a fazem ser definida como demônio: "ela é uma mulher inteligente, com sua sexualidade e sensualidade reveladas e com poder de manipulação, o que a torna uma personagem 'destrutiva'".[55] Lilith é, portanto, um dos arquétipos da *Femme Fatale* e seus traços se relacionam com o que aqueles que conviviam com Iara, sobretudo advindos do bairro do Ipiranga, viam em sua nova postura, supostamente mais forte entre o meio universitário.

A "falação" sobre a vida pessoal de Iara chegou ao irmão Samuel, que disse: "quando ela entrou no cursinho, eu já sacava que ela transava com colegas. Mas aí eles [Iara e Haberkorn] já estavam separados".[56] Como essas informações eram provenientes do meio no qual ambos conviviam, Samuel não podia negar os hábitos da irmã. Entretanto, em sua memória, o casamento com Haberkorn teria durado apenas dois anos – dessa forma, como se casaram em 1960, o matrimônio teria durado apenas até 1962, ano do cursinho. Este dado, porém, não procede, dado que o desquite oficial ocorreu em 1965.[57] Apesar disso, expõe um interessante mecanismo para lidar com os relacionamentos extraconjugais de Iara com colegas próximos.

Como a própria evitava falar de casamento, poderia fingir-se que ele não existia e, assim, ela passa de "adúltera" para mulher liberada. Importante ressaltar que Samuel segue ignorando as condições do fim do casamento da irmã. Em entrevista para esta pesquisa, em 2020, ele repetiu o discurso:

> Olha, aí... Eu não sei de cara de muito, que eu já não tenho essas datas assim... Mas eu sei que durou pouco, [inaudível] máximo dois anos mesmo, porque, porque ela acabou parando de estudar, casou e quando o casamento [inaudível] muito certo, ela voltou a estudar. Então, ela terminou o que na nossa época era o colegial e... E foi, foi fazer cursinho. Eu acho que durou só dois anos, agora eu não... Pelo que eu acompanho, eu não sei direito se ela chegou a fazer divórcio no papel ou não, eu não sei.[58]

---

[54] SILVA, B., 2019, op. cit., p. 5.
[55] Idem.
[56] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[57] Detalhes sobre o desquite de Iara e Samuel serão analisados no tópico 3.1.
[58] IAVELBERG, Samuel. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 20 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 56'54", acervo pessoal.

Observa-se um desconforto na narrativa de Samuel, principalmente a partir da fala pausada e repetitiva, o qual também foi notado nos momentos em que tanto ele quanto seu irmão Raul foram questionados sobre o casamento.

Embora Iara tenha visto no cursinho novas referências que a permitiram transgredir nos namoros, a mudança em relação ao posicionamento político não parece ter sido tão explícita. Nenhum dos estudantes da época que foram entrevistados demonstram lembrar de alguma discussão política ou proselitismo de partidos e organizações já existentes. Evelise Marra afirmou que o clima era de debates sobre questões sociais e culturais. Ela descreve que o que ocorria era um despertar para a política: "não no sentido de partidos, mas de concepção de lutas de classes, do que representava o capitalismo. Em algumas situações isso surgia, mas não de maneira direta, de alguém que fizesse politização".[59] Samuel Iavelberg teve lembranças semelhantes. Falando a respeito de si mesmo e de sua irmã, ele relatou: "no cursinho, entramos em contato com uma realidade política. Falava-se em greves, agitação, o pessoal provavelmente era participante. A gente tomou o conhecimento só por tabela. Isso também foi grande novidade. Mas não tínhamos interesse, nem daria tempo".[60] Rachel Rosenberg recordou suas impressões sobre as concepções de Iara: "ela não falava em política e, acho, não tinha a menor intenção, na época, de entrar em qualquer atuação mais político-partidária".[61]

Em 14 de dezembro de 1962, a USP publicou o aviso de abertura do "concurso de habilitação" para os cursos da Faculdade de Filosofia para o ano de 1963. Foram anunciadas 20 vagas para a Psicologia, a serem cursadas no período diurno. De acordo com o edital, o conteúdo abrangeria o ciclo colegial, com prova escrita, oral e prática, estando os candidatos à Psicologia isentos da última modalidade.[62]

Segundo informações d'*O Estado de S. Paulo*, inscreveram-se para vestibulares nos diversos cursos da FFCL 2.466 estudantes. Para o curso de Psicologia, teriam sido 81 candidatos.[63] Consta que Iara tenha realizado as provas em 15 de fevereiro e 6 de março de 1963.[64]

No período próximo ao vestibular, Iara conheceu Maria Lúcia Carvalho, também candidata à Psicologia. Logo ficaram amigas. Maria Lúcia relatou: "ela estava apavorada com

[59] MARRA, s.d., op. cit.
[60] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[61] ROSENBERG, s.d., op. cit.
[62] AYROSA, Eduardo Marques da Silva. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: concurso de habilitação. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano LXXII, n. 281, 25 dez. 1962, p. 39.
[63] INSCRITOS 8.500 candidatos para vestibulares. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1963, p. 10.
[64] FFCL-USP. Histórico de graduação de Iara Iavelberg. 1965. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.

o vestibular de inglês. Segundo ela, não sabia uma palavra em inglês. E eu era ótima, quase falava, tinha feito curso. Então, a gente ficava lá estudando inglês, eu dava uma força".[65] De qualquer forma, ela foi aprovada.

2.2 Vida de universitária e encruzilhadas internas

> Um dia, a Iara me contou que quando entrou na faculdade, tinha vergonha de muitas coisas. Descobrira um outro mundo. Por exemplo, percebeu que o marido era reacionário, coisa que ela não tinha a menor noção. (...) Então, ela me levava nas coisas, como se quisesse me poupar do choque que ela tinha tido. Me levava em conferências do Anatol Rosenfeld.[66] Na biblioteca. Não só do ponto de vista cultural, como de costumes.[67]

De acordo com as lembranças de Raul Iavelberg, a faculdade teria gerado um choque de comportamentos. Como se pode observar na fala anterior, Iara teria tido vergonha de alguns de seus hábitos, diante dos costumes dos novos colegas universitários. Ele acrescentou:

> Lembro da Iara ensinando a comer com o garfo na mão esquerda. Foram várias sessões. A gente comia na cozinha do prédio na Agostinho Gomes. Cada dia, eu me lembro, era uma revolução. Os dois chegavam da faculdade contando coisas. Uma delas foi a etiqueta à mesa. (...) No começo, reclamei, violava a minha cultura. Mas foram várias sessões, treinamos cortar o bife. (...) Não se tratava de impor, mas a Iara dizia "vai ser bom aprender, porque você vai precisar. Vai comer na casa de um amigo, precisa saber comer direito. É considerado feio, errado".[68]

Ainda que a família Iavelberg fosse de classe média, o público que frequentava a USP era majoritariamente de classe média alta. Com estudantes egressos de escolas mais tradicionais e de alto padrão de São Paulo, Iara entrou em contato com a elite, tanto intelectual quanto socioeconômica da cidade. Lucia Sarapu falou sobre este tema, em 2008:

> A USP da época não era a universidade já mais aberta, como você conhece; era um lugar de elite econômica e de pensamento. Entravam dez, doze pessoas, filha de não sei quem, de não sei outro... Era um mundinho que você não entrava, estava em outro patamar, muito mais sofisticado. As pessoas tinham estudado no Dante Alighieri, falavam línguas, conheciam o mundo... Eu e mais três ou quatro de minha turma éramos uma classe média um pouquinho mais favorecida e que conseguiu chegar lá.[69]

---

[65] CARVALHO, Maria Lúcia. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[66] "Anatol H. Rosenfeld (Alemanha 1912 - São Paulo, SP 1973). Crítico e teórico. Importante filósofo, ensaísta e crítico de origem germânica, Anatol Rosenfeld torna-se um dos grandes intelectuais do panorama paulista dos anos 1960 e 1970, legando uma série de obras e escritos de indiscutível acuidade analítica, ainda hoje referências para a compreensão de aspectos da cultura alemã e brasileira do período". Cf. https://bit.ly/3pNLjCk. Acesso em: 8 dez. 2021.

[67] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.

[68] IAVELBERG, Raul. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1984. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[69] MORTADA, Samir Perez. *Tempos da política:* memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 128.

Marina Tschiptschin, por exemplo, que ingressou na faculdade em 1964, relatou suas impressões sobre a família Iavelberg: "a família dela era muito simples. (...) Conheci a casa dela no Ipiranga. Era um apartamento bem modesto. Os pais eram pessoas muito simpáticas, simples".[70] A família de Marina, por sua vez, morava no Jardim Europa, bairro tradicional da elite paulistana. Contudo, não deixa de ser curioso que colegas enxergassem a família Iavelberg como simples ou modesta, ainda mais levando em consideração os vários imóveis dos quais eram proprietários.

Próximo à data de ingresso na faculdade, Iara e Haberkorn se mudaram do apartamento da família Iavelberg no Ipiranga, para que ele fosse alugado e gerasse renda. Passaram, então, a um na Avenida Paulista, de propriedade da família Haberkorn. Na matrícula na universidade, datada de 16 de março de 1963, Iara colocou como endereço residencial: Avenida Paulista, 671, apto. 308.[71]

Nesse local fica o condomínio Conjunto Residencial Suíço, construído no final da década de 1950, muito próximo à esquina com a Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Considerando a localização do apartamento na avenida mais famosa da cidade, ao menos a família Haberkorn não tinha origens das mais humildes. E Iara usufruía dessas condições. As memórias de Rosa Iavelberg reforçam essa ideia. Em entrevista, ela compartilhou: "acho que a Iara trocou muito de valores, com o casamento. Minha família era de classe média, média. Sempre tive a sensação de que Iara vivia um status superior ao da família – padrões, roupas, gestos. A partir do casamento".[72]

Entre meados de 1962 e início de 1963, este apartamento foi muito frequentado pelas amigas de Iara da faculdade. Segundo as lembranças de Maria Lúcia: "era um prédio enorme, e o apartamento era mínimo".[73] Evelise, por sua vez, se recordou das características de organização e dos hábitos de Iara enquanto lá morava: "o apartamento dela era uma bagunça geral, as coisas espalhadas. E ela convivia com essa bagunça na maior tranquilidade. (...). Em geral, a casa dela estava descuidada".[74] Clarilza também relatou a desorganização de Iara: "ela também não tinha muita responsabilidade em relação à casa dela. Responsabilidade não no sentido moral, mas de cuidado, de cuidar das coisas".[75]

---

[70] TSCHIPTSCHIN, Marina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[71] FFCL-USP. Matrícula de 1963 – Iara Haberkorn. 14 mar. 1963. 9 f. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
[72] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[73] CARVALHO, 1986, op. cit.
[74] MARRA, s.d., op. cit.
[75] MARRA e SOUSA, s.d., op. cit.

Pode-se afirmar que Iara e Haberkorn viviam uma vida confortável, ainda que em um apartamento pequeno, mas localizado na principal avenida da cidade, que estava em pleno desenvolvimento urbano naquele momento. Não obstante essas condições fossem proporcionadas principalmente pela família Haberkorn, não se tratava exatamente de uma vida "modesta", conforme a impressão de outras amigas – ao menos não na casa que dividia com o marido.

Iara, porém, continuava ousando e não desempenhava o papel esperado de uma esposa, em um casamento tradicional: ao contrário do que o marido desejava, ela não fazia questão alguma de manter a casa organizada e/ou limpa, causando estranhamento em todas as amigas que abordaram o assunto, sem exceção. Ressalto que sua educação foi moldada para que ela valorizasse e cumprisse essas tarefas, estando cercadas de "moças-modelo" durante a infância e adolescência no Ipiranga, como o caso de Pupi, por exemplo. É provável que esses "desvios" tenham sido motivo de conflitos entre Iara e Haberkorn, contribuindo para a deterioração do relacionamento.

Tratando especificamente da vida acadêmica que se iniciava naquele ano, embora tenham sido anunciadas 20 vagas para o curso de Psicologia, a turma aprovada foi reduzida. Não foi possível apurar o número exato, por ausência de documentos no atual Instituto de Psicologia, mas é fato que foi menor que o número de vagas disponíveis.

A turma, portanto, era pequena e Iara, mais uma vez, Iara integrava um trio de amigas. Clarilza havia sido aprovada no vestibular da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e, assim, se afastou um pouco. Com Evelise, a amizade só se aprofundou; com Maria Lúcia, os laços se desenvolveram de modo tão profundo quanto com as outras amigas: "a gente se via diariamente. Não contentes de se encontrar diariamente na faculdade, mal a gente chegava em casa, cada uma na sua, a gente se telefonava, ficava horas a fio no telefone".[76]

Apesar disso, Maria Lúcia não aparenta ter muitas memórias sobre o casamento de Iara, assim como Evelise. Há duas hipóteses que justifiquem isto: ou Iara de fato falava pouco do casamento, embora falasse de todos os outros aspectos de sua vida com as amigas; ou, mesmo após passados muitos anos, ambas ainda preservem a intimidade de Iara, não compartilhando muitos detalhes do vivido na época com Haberkorn, como um segredo a ser mantido. Maria Lúcia divide apenas algumas seletivas memórias. Ela cita, por exemplo, a sensação que teve ao saber que Iara era casada:

[76] CARVALHO, Maria Lúcia. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 59'32". Acervo VIDECOM.

> Eu me espantei demais, um tempinho depois que a gente se conhecia, porque de repente, em conversa, ela falou do marido dela. Eu achei "não é possível, essa menina está maluca, ela não tem marido". Achava que era mentira dela. Era tão nova, eu tinha 18, ela 19, e ela falava do marido como de uma coisa já de há tanto tempo – e realmente era. Eu achava impossível uma garota de 19 anos ser casada há tanto tempo. Assim, para mim, apesar de a gente ter mais ou menos a mesma idade, era muito mais amadurecida.[77]

Tal espanto se aproxima do estranhamento das garotas do Ipiranga, reforçando a tese apresentada em capítulos anteriores: ainda que se pense que era "tradicional" casar-se com pouca idade, o caso de Iara gerou surpresa e comoção por ser atípico, incomum entre a vizinhança e os círculos em que estava inserida. Talvez por esse motivo, Lúcia tenha ficado com a sensação de que tenha sido um "casamento arranjado": "o casamento dela tinha sido um absurdo. Para começar, fora imposto pelos pais. (...) Casou com 16, uma menina. Foi uma coisa muito mais arrumada pelas famílias do que alguém que ela encontrou, escolheu e quis se casar. Não que ela não gostasse do marido".[78]

Como discutido anteriormente, o matrimônio foi muito incentivado pelos Iavelbergs. No entanto, a surpresa de Maria Lúcia pode estar relacionada com a recorrente ausência de Haberkorn, a qual resultava em uma dedicação integral de Iara às atividades da faculdade, fossem curriculares ou socioculturais. Por conseguinte, as amigas estavam sempre juntas. Segundo Maria Lúcia, o trio "tinha aula de manhã, almoçava na Cidade Universitária, à tarde tinha aula, depois [Iara] ia para casa dela e eu para a minha, e quando chegava 8, 9 da noite, ou eu ligava ou ela ligava".[79]

O curso de Psicologia, por ser recente e não poder dar despesas à universidade, possuía apenas uma professora catedrática, uma de suas das fundadoras, Annita de Castilho Marcondes e Cabral. Os outros professores eram titulares em outros cursos. Ademais, as aulas ocorriam em três locais distintos, pertencentes à universidade: o edifício da Rua Maria Antônia, a Cidade Universitária (ainda não completamente inaugurada) e um casarão na Alameda Glete, 463.

No entanto, durante os primeiros anos do curso, a maioria das aulas era realizada no edifício da FFCL na Rua Maria Antônia.[80] Ainda que fossem aulas com professores de outros cursos, as então estudantes relataram que eram frequentadas apenas pela mesma turma.[81] Por serem turmas pequenas, as discussões eram mais densas e particularizadas.[82] Evelise recordou

[77] CARVALHO, 1986, op. cit.
[78] Idem.
[79] Idem.
[80] ROSENBERG, s.d. op. cit.
[81] SARAPU, s.d. op. cit.
[82] CARVALHO, Maria Lúcia. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 13 mar. 2021. 1 arquivo audiovisual, 1º21'23", acervo pessoal.

que Iara assistia a todas as aulas, mostrando-se muito preocupada em estudar.[83] Rachel Rosenberg teve lembranças nesse mesmo sentido:

> Iara era extremamente assídua, não faltava às aulas, respeitava muito os professores, principalmente os que ela considerava bons e dedicados. Ficava mal-humorada com os professores que ela julgava displicentes. Questionava muito, procurava os professores fora de aula, mas dando-se socialmente com uma série de professores.[84]

Dois professores de Iara desta época foram entrevistados: José Severo, professor de Estatística, e Arno Engelmann, de Psicologia Geral e Experimental. Sobre Iara, Severo relembrou:

> Não foi boa aluna. Foi medíocre em Estatística, porque provavelmente não estava interessada em pensamentos matemáticos. Pretendia muito mais estudar Ciências Humanas. (...) Como aluna, Iara era contestadora; ou seja, tomava parte ativa na aula, fazia perguntas contestando a lógica do raciocínio.[85]

Arno Engelmann foi na mesma linha: "era de razoável para boa aluna, embora não excepcional. Na classe, ela intervinha bastante, coerente, bem articulada. Ela era uma pessoa que ia a todos os lugares".[86] Um ponto ficou marcante para ele: o status de "desquitada": "lembro muito bem durante o ano que era desquitada. Ela falou que estava separada. Perguntei de onde era o sobrenome dela, Haberkorn, e ela disse que do marido e se estava desquitando".[87]

Há duas possibilidades para explicar a fala do professor sobre o desquite: a) Iara já estava insatisfeita com o casamento e tinha idas e vindas com o marido, mesmo em 1963; b) a condição de "desquitada" ficou tão atrelada à sua figura que, mesmo tendo tomado conhecimento do fato anos mais tarde, ao se recordar dela, o professor automaticamente lembrou do desquite. Fato é que, ao menos oficialmente, o casal não deu entrada em qualquer processo de desquite nesta época. Como veremos mais à frente, essa característica realmente se tornou um estigma em sua imagem.

[83] MARRA, s.d., op. cit.
[84] ROSENBERG, s.d., op. cit.
[85] SEVERO, José. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[86] ENGELMANN, Arno. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[87] Idem.

Figura 18: Fachada da sede da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia 258/294, s.d.

Fonte: FFLCH[88]

De qualquer forma, é interessante notar que ambos os professores relataram ter convivido com Iara em situações pessoais, fora da sala de aula. José Severo, que na época tinha por volta de 40 anos – Iara e suas amigas tinham em média 19 –, descreve: "era muito comum professores e alunos se encontrarem lá nos intervalos de aula. Acho que me encontrei com ela uma vez numa festa na Lapa, aniversário de uma moça. Na festa, a gente dançava, bebia. As lembranças são vagas".[89]

Para além do desempenho mediano, o fato de Iara ser – ou vir a ser – desquitada e mais livre pode ter contribuído para a imagem dela como uma pessoa não tão acadêmica. O professor Engelmann afirmou: "ela não era o tipo de aluna em quem eu pensaria depois como colega. Não era um tipo acadêmico, concentrado, de viver lendo".[90]

A carreira acadêmica, naquele momento, era seguida sobretudo por homens: de acordo com dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1963, primeiro ano de Iara na faculdade, 28.944 pessoas trabalhavam como professores universitários no Brasil, sendo 4.634 mulheres – ou seja, as professoras constituíam apenas 16% do total do corpo docente do ensino superior.

[88] VIANA, Eliete. FFLCH reedita dois livros sobre a sua história na sede da Rua Maria Antônia. *FFLCH*, 28 set. 2018. Disponível em: https://www.fflch.usp.br/957. Acesso em: 13 fev. 2022.
[89] SEVERO, 1986, op. cit.
[90] Idem.

Em 1968, ano em que Iara foi contratada como instrutora voluntária, essa porcentagem aumentou pouco mais de 2%: as docentes representavam 18,21% dos 44.706 professores.[91] As mulheres que ocupavam esses cargos eram, como já apontado, mais "sérias" e possivelmente, em sua maioria, casadas, o que poderia conferir um aspecto de "dignidade" maior que o visto em Iara. Engelmann ainda compara a postura dela com a das outras mulheres casadas da turma, de quem ele se lembrou bem, apesar do longo período passado entre a entrevista e os acontecimentos: "Era ela, Rachel Rosenberg e Maria Alice as casadas".[92] Tanto Rachel quanto Maria Alice Vanzolini da Silva Leme foram convidadas para serem professoras e seguiram carreira na USP posteriormente.

Apesar do desempenho mediano, Iara seguia explorando as novas possibilidades e pessoas que o curso superior lhe proporcionava. Ainda no primeiro ano, conheceu o poeta Cláudio Willer, que, embora já estivesse no terceiro ano, tinha algumas matérias do primeiro para cursar.[93] Willer e seus amigos Décio Bar, Roberto Ruggero e Sérgio Lima formavam um grupo de poetas surrealistas, com tendências anarquistas: "nossa posição era de surrealistas, apreciávamos a geração *beat* e anarquistas. Nos situávamos num segmento bastante específico".[94] Iara se interessava por esses temas, e logo se tornou grande amiga dos poetas:

> Ela foi a pessoa de quem fui mais amigo na Psicologia. De sair, ir a cinema e acontecimentos culturais ou tomar um drinque. Acontecia muito. Lembro que emprestei vários livros (...). Até então, minha relação com Iara era centralmente de se interessar por toda essa coisa anarquista, surrealista, de outros horizontes teóricos que aqueles da faculdade.[95]

Mais uma vez, a política esteve ausente, ao menos nesse primeiro momento. Willer não tinha qualquer afinidade com o movimento estudantil, no qual Iara estava gradualmente se inserindo.

Com a abertura de novos horizontes, tanto intelectuais quanto culturais e sexuais, Iara finalizou o primeiro ano da faculdade tendo desempenhado atividades das mais diversas possíveis. Em 1964, Iara era uma pessoa muito diferente daquela que tinha concluído o Científico em 1962. Alguns acontecimentos só a transformariam ainda mais.

---

[91] MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Estatísticas da educação nacional (1960-1971)*. Rio de Janeiro: SEEC-MEC, 1972, p. 89.
[92] Idem.
[93] WILLER, Cláudio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[94] Idem.
[95] Idem.

2.3 1964: um divisor de águas já divididas

Embora 1964 tenha sido um ano emblemático, no caso de Iara, o início dele foi marcado por aspecto já corriqueiro em sua vida: uma mudança de endereço, conforme demonstra o registro de matrícula na faculdade.[96] Não obstante ainda morassem na Avenida Paulista, ela e Haberkorn haviam se mudado para o Edifício Nações Unidas, 648 – em frente à residência anterior, ainda esquina com a Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Segundo os relatos obtidos, esse apartamento também seria de propriedade da família Haberkorn, mas não se sabe concretamente o motivo da mudança do casal. De acordo com a memória de Cecília Scheinberg, os Haberkorn possuíam dois apartamentos neste edifício, um em frente ao outro.[97] O segundo ficou para Gicela e seu marido Isaac Abramovitc, que se casaram em fevereiro de 1964.[98]

Os relatos apontam que era um apartamento amplo, com sala e quarto grandes. Justamente pelo tamanho, Evelise se recordou desta casa ser mais organizada: "estava tudo no lugar, mas provavelmente empoeirado. Não era dessas casas que todo dia tem alguém que tira o pó dos móveis. Acho que não tinha empregada".[99] Iara continuou levando amigos e namorados para essa casa.

Após mudar-se de residência, Iara viveria outra ruptura: uma transformação ideológica. Em sua primeira entrevista à imprensa, em 1979, imediatamente após a Anistia, a ex-militante da VPR, Inês Etienne Romeu, compartilhou lembranças do período em que vivera com Iara na clandestinidade:

> Iara contou que quando entrou para a faculdade, ela e uma amiga começaram um dia a perguntar para algumas pessoas, que elas achavam que eram de esquerda, onde é que elas podiam encontrar o Partido Comunista (risos), "onde é que fica o Partido Comunista?" – isto dentro da faculdade. Aí um dos caras que tinha já compromisso com a militância, disse: "Olha, eu não sei onde está o Partido Comunista, mas a Polop eu sei" (risos).[100]

Essa busca por uma organização foi feita em conjunto com Maria Lúcia Carvalho, possivelmente em meados de 1964. De acordo com a própria Maria Lúcia, este teria sido o ano em que as amigas se interessaram por política e decidiram se mobilizar. Todavia, isso não teria sido consequência direta do golpe civil-militar de 1964, mas uma crescente a partir dos debates colocados pelo movimento estudantil antes mesmo do dia fatídico:

---

[96] FFCL-USP. Matrícula de 1964 – Iara Haberkorn. 13 mar. 1964. 1 f. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
[97] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[98] PROCLAMAS de casamento. Isaac Abramovitc e Gicela Mala Haberkorn. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano XXXIV, n. 36, 22 fev. 1964, Judiciário, p. 58.
[99] MARRA, s.d., op. cit.
[100] ROMEU, Lúcia Etienne. A única prisioneira política que ficou de fora na Anistia: Inês Etienne Romeu. *Pasquim*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 526, de 27 jul. a 2 ago. 1979, p. 4.

> (...) havia problemas localizados em cada faculdade, problemas até de refeição, de cafezinho, se era caro, se era barato; se tinha que ser de um jeito, se tinha que ser de outro; até problemas muito mais amplos. Quer dizer, o movimento estudantil tentava pelo menos ter uma participação em todos os níveis, desde os probleminhas mais corriqueiros da vida estudantil até os problemas do imperialismo americano. (...) A minha entrada dentro do movimento estudantil se processou de uma forma, digamos assim, lenta. Foi um processo de conscientização desde a minha entrada na faculdade, mas eu acho que até muito semelhante e paralela [a] de, sei lá, milhares de estudantes naquela época. Quer dizer, entrar principalmente ali, na Faculdade de Filosofia da Maria Antônia, acho que era impossível para qualquer estudante passar ali alheio ao movimento estudantil.[101]

O dia 31 de março concretizou a derrota definitiva do então presidente João Goulart e das reformas de base que pretendia implementar. O político eleito democraticamente foi substituído por um governo ditatorial constituído a partir de uma "ampla aliança social entre civis e militares", com o apoio dos Estados Unidos, após um golpe, "empreendido sob bandeiras *defensivas*. Não para construir um novo regime. O que a maioria desejava era *salvar a democracia*, a família, o direito, a lei, a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma *civilização ocidental e cristã*".[102] Os setores progressistas da sociedade civil, caracterizados principalmente pelas correntes nacionalistas e reformistas que possuíam muita força social, não conseguiram se organizar suficientemente e a tempo para articular uma resistência. Uma hipótese para compreender o motivo desta inércia é "a dependência dos movimentos populares ao Estado, a sua escassa autonomia e à consequente subordinação às iniciativas e orientações que, afinal, não se materializaram".[103]

Chama a atenção o fato de nenhum amigo ter alguma lembrança específica com ou sobre Iara no dia do golpe. Não há nenhum relato sobre como ela teria reagido, se mobilizado, se sentido naquele momento especificamente, nem mesmo advindo de seus familiares. Porém, vale ressaltar que poucos entrevistados relatam memórias sobre quaisquer experiências naquele dia. Em entrevista, Roberto Ferraz do Amaral compartilhou a única recordação, dentre todas as entrevistas dadas sobre Iara e às quais se tem acesso para essa pesquisa:

> Fizemos uma assembleia, a UNE [União Nacional dos Estudantes] tinha decretado greve. Fuad [Daher Saad] pediu para os amigos mais próximos guardarem as portas da Filosofia, que ele estava com medo da polícia chegar e fechar a faculdade. Fiquei na porta da Maria Antônia, nem vi a assembleia, que era para encontrar formas de resistência. Decidiu-se ficar na faculdade, mas depois veio a polícia e tirou todo mundo. Levaram algumas pessoas e depois soltaram. O Fuad e o Florestan eram os

[101] CARVALHO, 1993, op. cit.
[102] REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 47-48.
[103] REIS, Daniel Aarão. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. Posfácio. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). *Por uma revisão crítica:* ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Sagga, 2021, p. 449.

> mais visados. Depois que a polícia tirou, acabou. Os primeiros meses foram confusos. Depois, voltaram as aulas.[104]

Em depoimento atribuído a Fuad Daher Saad ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), consta que no próprio dia 31 teria havido uma assembleia na Faculdade de Filosofia, com a aprovação de uma moção de solidariedade ao governo deposto de João Goulart.[105] Uma das poucas evidências da mobilização na Rua Maria Antônia naquele dia foi uma carta, publicada n'*O Estado de S. Paulo*, em 15 de maio de 1964, pelo então professor Paulo Duarte. Nela, ele relatou alguns ocorridos, afirmando que a polícia entrou nos espaços da faculdade para depredar e destruir as "instalações, inclusive máquinas de escrever, dando à Faculdade de Filosofia um prejuízo que vai a cerca de 10 milhões. As portas eram abertas aos pontapés, embora ninguém se recusasse a abri-las, os objetos eram atirados ao chão e destruídos".[106]

De acordo com as lembranças de Maria Lúcia, diante de toda a discussão no meio universitário, ela e Iara decidiram, então, que seria hora de se engajar de forma mais séria, aderindo a um partido:

> A gente queria ter alguma participação, então a gente ficava procurando quem era do Partido Comunista, aí a gente tinha ideia, "acho que aquele lá é", e tal. (...) A nossa ideia primeira era entrar para o Partido Comunista. Porque... Sei lá por que, coisa de... A gente achava que o Partido Comunista que era a grande saída para lutar contra a ditadura que estava iniciando. E a gente não tinha ideia dos outros partidos. E aí a gente foi conversando com um, conversando com outro, aí alguém da Polop que a gente não sabia que era da Polop, depois veio a saber, convidou a gente para participar de um grupo de estudos, tal, de uns seminários internos ali, e foi assim.[107]

Em outra entrevista, dada cerca de 30 anos antes, ela narra de outro modo:

> Quando houve esse interesse, quer dizer, esse processo todo de conscientização, nós achamos que realmente era o momento, era o caso de a gente ter uma participação mais efetiva. Então nós procuramos e fomos procuradas também, quer dizer, os militantes ali, os poucos que tinham militantes mesmo. Um dos grandes problemas dessas pequenas organizações de esquerda que existiam, com desmembramento do Partido Comunista, era de exatamente se ampliar, de agregar mais gente, enfim, de expandir o movimento. Então, a gente era procurada, era pressionada de todos os lados. Era gente de AP, era gente do Partido, era gente do PCdoB, era gente da Polop, era gente de todo lado, procurando puxar sardinha para a sua organização, e a gente conhecia todo mundo, e tinha contato com todo mundo e conversava com todo mundo. Então, quer dizer, nós nos interessamos, particularmente, pela dissidência do PCB, do Partidão, e pela Polop, por leituras que a gente fez de apostilas, de escritos, enfim, de uma série de coisas.[108]

---

[104] AMARAL, Roberto Cardoso Ferreira do. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[105] DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Têrmo de perguntas ao indiciado: Fuad Daher Saad. São Paulo, 10 set. 1964. In: STM. *Apelação 37.801*, São Paulo, v. 1, 1970, fls. 102, p. 211.
[106] apud ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP:* 1964-1978. Adusp: São Paulo, 2004, p. 14.
[107] CARVALHO, M., 2021, op. cit.
[108] CARVALHO, 1993, op. cit.

Naquele momento no meio universitário, cresciam os grupos de esquerda, principalmente dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop/Polop). Além disso, havia também a Ação Popular (AP), advinda da militância estudantil de esquerda de origem católica, a Juventude Universitária Católica (JUC). Tais grupos disputavam cargos das entidades estudantis (como Grêmios, Centros Acadêmicos e DCEs) e hegemonia no meio universitário, além de ampliar suas bases por meio do recrutamento de novos estudantes.

O PCB havia decepcionado grande parte da esquerda brasileira, com sua reação ao golpe civil-militar de 1964 e sua análise da conjuntura da época. Partindo de uma perspectiva etapista, o partido acreditava que, no Brasil, coexistiam aspectos de desenvolvimento capitalista e "atrasos feudais", fazendo-se necessária uma "revolução democrático-burguesa".[109] Do ponto de vista do Partidão, esta primeira revolução, de caráter anti-imperialista e antifeudal, seria resultado de uma junção de forças entre o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional.[110] Com o objetivo de romper com estas ideias hegemônicas do partido, surgiram dissidências e oposições, que fomentavam o debate, principalmente na Faculdade de Filosofia. Iara e Maria Lúcia foram se aproximando especificamente da Polop. Para essa escolha, há também um fator que deve ser considerado: Samuel Iavelberg, irmão de Iara, já estava ligado à organização.

Samuel apontou que tomou conhecimento das atividades da Polop por intermédio do Grêmio da Faculdade de Filosofia, local que frequentava muito, sobretudo para práticas desportivas. Segundo ele:

> Acabei fazendo muitos amigos, que me convidaram para círculos de estudo do marxismo; tinha até apostilas. A Iara me perguntava, eu contava que tinha feito um curso, que estava me engajando. Propus a ela que fizesse algum desses cursos. Ela acabou fazendo e se integrou. Era pouca gente. Muitos participavam, mas eram relativamente poucos os que tinham militância.[111]

A narrativa de Samuel converge com as lembranças de Maria Lúcia em relação ao acesso a materiais teóricos e estudos antes de, efetivamente, ingressar na Polop. Principalmente após o golpe, o grupo passou a ser mais criterioso com a formação de seus militantes.[112] Apesar

[109] OLIVEIRA, Joelma Alves de. *Polop:* as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007, p. 37.
[110] GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2019, p. 34.
[111] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[112] OLIVEIRA, 2007, op. cit. p. 93.

disso, de acordo com Maria Lúcia, a postura de Samuel não teria sido tão incentivadora assim. Em entrevista dos anos 1990, ela relembrou: "para o Samuel a Iara era uma desmiolada e ele não via na Iara uma possível militante séria, de esquerda, que pudesse levar adiante uma luta mais consistente".[113] Também para essa pesquisa, a narrativa foi similar:

> A gente tinha essa questão, a gente sabia do Samuel, mas ele [ri], como todo bom... Sabe, era muito engraçado isso, porque eram de esquerda e tal, mas tinha aquele machismo. O Samuel, ele tratava a Iara como todo irmão (...). Então, [dizia] "não, isso não é pra vocês, que é isso, vão embora", querendo desestimular a gente.[114]

Samuel, por sua vez, nunca mencionou qualquer resistência ao ingresso de Iara na organização, em quaisquer das entrevistas analisadas. Porém, o relato de Maria Cecília Spina Forjaz, na época estudante da FFCL e militante da Polop, traz mais evidências dessa possível "rixa":

> Única coisa que lembro é que Samuel era macaco velho na Polop, como eu. E, como ela tinha aquela relação fraterna com Samuel, que a gente não leva irmão muito a sério, e ela não tinha muita confiança nele, então veio falar comigo e eu, como queria ganhar adeptos, conversei com ela. Ela estava querendo entrar e, como eu era conhecida, veio falar comigo. (...) Está na minha memória que não bastavam as informações do irmão.[115]

Fato é, todavia, que tanto Iara quanto Maria Lúcia passaram a integrar as bases da Polop em 1964. Nesse início de militância, as atividades foram sobretudo para formação:

> No começo, a gente tinha poucas reuniões. Na época, a gente achava que tinha muita responsabilidade, sentia-se muito madura, responsável. Não lembro se as reuniões eram semanais. Fazíamos um "curso" que a Cecília Forjaz começou a dar, que era de "iniciação" – como era a militância, Marx. Era dado para os simpatizantes. Marxismo, história e programa da Polop.[116]

A Polop – ou Política Operária (PO), como também era conhecida – iniciou suas atividades em 1961, com o objetivo de agrupar aqueles que acreditassem em uma revolução socialista no Brasil, mas que estavam insatisfeitos com as posições e orientações do PCB. Muitos acreditam que sua base teórica fosse trotskista, mas não é o que demonstram as evidências. A organização aglutinava referências marxista-leninistas e de outros autores, ainda pouco conhecidos no Brasil, como Rosa Luxemburgo e August Thalheimer, resgatando as contribuições de Leon Trotsky e criticando Josef Stalin e o stalinismo como um todo. Esses últimos dois fatores lhe conferiram "o apodo – injusto – de organização trotskista".[117] Em sua

[113] CARVALHO, 1993, op. cit.
[114] CARVALHO, M., 2021, op. cit.
[115] FORJAZ, Maria Cecília Spina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[116] CARVALHO, 1986, op. cit.
[117] REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*: os caminhos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 40.

gênese, a organização se aproximou de grupos trotskistas, luxemburguistas e leninistas, com a intenção de "formar um grupo com ampla riqueza de debates e com um objetivo em comum: a construção de uma alternativa socialista".[118]

A Polop criticava duramente a ideia de colaboração de classes posta pelo PCB, rechaçando o envolvimento da burguesia no processo revolucionário. Na ótica da organização, o país já estaria pronto para o socialismo, a ser implementado por um partido revolucionário composto com e a serviço da classe trabalhadora.[119]

Embora não tenha sido possível articular uma resistência concreta e imediata ao golpe, muitos universitários se atraíram pela política neste contexto, como fica evidente na fala de Maria Lúcia, previamente citada. Daniel Aarão Reis, estudante secundarista em Brasília no ano do golpe, teve lembranças similares, afirmando: "a vitória do golpe me despertou muito inconformismo, aquele desmoronamento, aquela derrota sem resistência. E isso eu tenho impressão [de] que foi muito compartilhado pela minha geração politizada de esquerda".[120] Posteriormente, ele apontou que a rearticulação do movimento estudantil teria sido organizada por essa "nova geração".

A renovação forçada das lideranças e dos integrantes do ME – causada pela prisão e afastamento dos mais antigos e da aproximação desse novo contingente de estudantes – proporcionou novos rumos. Principalmente nos primeiros anos da ditadura, o desconhecimento por parte dos órgãos de segurança sobre quem eram os novos militantes permitiu que eles atuassem com relativa liberdade. Tal atuação estava frequentemente balizada pelas discussões da nova esquerda.[121]

Na Filosofia, ainda em 1964, essa rearticulação rendeu um movimento grevista pós-golpe. As demissões compulsórias e prisões de docentes instituídas com o Ato Institucional n° 1, bem como as ameaças do MEC de expulsão de estudantes, geraram um clima de terror nas universidades brasileiras – chamado de "terrorismo cultural", e por vezes de "terrorismo intelectual". Logo após o golpe, muitos docentes considerados "subversivos" foram intimados a prestar depoimento para os Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Florestan Fernandes, professor de Sociologia – segundo o então estudante Roberto Amaral, um do mais visados pela repressão – foi detido em 12 de setembro, após se manifestar,

---

[118] OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 49.
[119] REIS, 1989, op. cit., p. 34-35.
[120] ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis (1937-2007):* da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 153.
[121] LANGLAND, Victoria. *Speaking of flowers:* student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil. Durham: Duke University Press, 2013, p. 93.

mediante uma carta, contra os IPMs. A prisão de Fernandes gerou uma mobilização "espontânea", com paralisação das aulas, sem orientação – ao menos explícita – de qualquer entidade estudantil.[122] O movimento discente, ainda que sem direcionamento, em prol da soltura do professor parece ter sido o prelúdio de um movimento mais sólido e organizado que aconteceria semanas depois: a greve branca.

Novamente temerosos com o "terrorismo cultural", os alunos da Faculdade de Filosofia, em outubro de 1964, temiam pela demissão dos professores Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Mário Schenberg e Cruz e Souza.[123] Estas demissões ocorreriam em consequência dos IPMs instaurados para investigar as atividades destes docentes.[124] Organizou-se, então, a primeira greve universitária paulista pós-golpe de 1964. Esta foi articulada, porém, pelo Conselho dos Presidentes dos C.A.s, e não pela entidade que englobava todos eles: o Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia. Isto possivelmente porque seu presidente, Fuad Daher Saad, também era alvo de investigação de um IPM.[125]

Depreende-se, a partir da cobertura jornalística, que a adesão à paralisação teria sido significativa.[126] No entanto, há que se considerar fato de que alguns estudantes envolvidos com o ME trabalhavam em redações de jornais, sobretudo paulistas e cariocas, e se empenhavam para cobrir as mobilizações estudantis.[127] Como as demissões não se efetivaram – ao menos naquele momento –, os alunos decidiram encerrar a greve na data prevista, 12 de outubro.[128]

As fontes remanescentes sobre essa movimentação estudantil são sempre impessoais e genéricas. Referem-se aos estudantes como um corpo só, sem a identificação de lideranças ou participantes. Uma coisa, contudo, fica clara: diferentes jornais falam sobre adesão quase total dos estudantes da FFCL à greve, com destaque especial para as estudantes mulheres. Diante de todas essas evidências, a hipótese de que Iara participou dessa mobilização se mostra razoável. Foi mais uma situação vivida em conjunto neste "novo mundo" que permitiu agregar mais

[122] RECEPÇÃO carinhosa ao mestre libertado. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 15 set. 1964, p. 2.
[123] Além do Professor João Villanova Artigas, da FAU da USP.
[124] Segundo o *Correio da Manhã*, em 2 de outubro de 1964, "está considerada como certa a aplicação do Artigo 7° do Ato, na próxima semana, a diversos professores da Universidade (...)". PROFESSORES. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 out. 1964, capa.
[125] PROCESSO de estudante vai ao DOPS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 set. 1964, p. 12.
[126] O *Última Hora* afirmou categoricamente que "a totalidade" dos alunos da FFCL deixou de comparecer às aulas no primeiro dia (SP: estudantes em greve geral contra terrorismo na Filosofia. *Última Hora,* Rio de Janeiro, 8 out. 1964, p. 3). A *Folha* também publicou informações nesse sentido: "embora vários alunos – principalmente moças – se tivessem dirigido às instalações da Rua Maria Antônia, limitaram-se a permanecer fora das salas de aula, na mais perfeita normalidade" (ARQUITETURA em greve de advertência até 2.a-feira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 out. 1964, segunda edição, segundo caderno, p. 4).
[127] LANGLAND, 2013, op. cit., p. 104.
[128] ESTUDANTES reconhecem UEE e apoiam mestres demitidos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 out. 1964, p. 7.

referências à mentalidade que aos poucos se formava em Iara, com elementos práticos para a fundamentação de uma contestação à ditadura, por exemplo.

Ao mesmo tempo, ela seguia convivendo com referências mais "conservadoras" de seu passado, frequentando a Hebraica e em busca de um possível amor perfeito – mesmo estando casada. No segundo semestre de 1964, Iara teve um namoro com Décio Bar, integrante do grupo dos surrealistas e judeu. Décio compartilhou em entrevista que conheceu inclusive os pais e os irmãos de Iara: "tive contatos [com eles] na Hebraica. Na Hebraica, basicamente eu nadava com a Iara. (...) Acho que o fato de ser judeu de alguma forma contribuiu. Dava uma familiaridade a mais. Envolvia segurança. E também de ter uma coisa mais particular e não partilhada com outros. Um código a mais".[129]

Ainda que não seguisse religiosamente o judaísmo, Iara esteve muito inserida nas tradições sociais e comportamentais judaicas, por incentivo de sua família e pela convivência no bairro do Ipiranga. Por conseguinte, embora rejeitasse tais características, era possível que houvesse um elo forte ao conhecer alguém com as mesmas origens. O namoro parece ter durado poucos meses, durante o segundo semestre de 1964. Décio Bar deu evidências que podem ajudar a explicar o fim:

> Me incomodava o fato de ela ser casada. Eu achava a situação constrangedora, que já que não tinha nada a ver com ele, do meu ponto de vista de pessoa interessada nela, preferia que eles se separassem. Ela devia ser ligada nele. Sensação de que tinha pena dele. Achava que, se separasse, ele ia sofrer muito. Naquela época era muito difícil se separar. Dentro do meu sentimento de constrangimento eu procurava me isentar de palpite na situação. Só podia sugerir uma separação se eu propusesse uma ligação com ela – eu me casar com ela. Não me passava pela cabeça, com ninguém. Não acredito que ela se ressentisse disso.[130]

[129] BAR, Décio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[130] Idem.

Figura 19: Iara fumando em escadaria do Estádio do Pacaembu, 1964

Fonte: Décio Bar, acervo de Samuel Iavelberg

O relato de Décio confirma a ideia de que Haberkorn e Iara não estavam separados – embora pudesse ser um desejo de Iara. Décio continua: "ela dizia que apenas moravam na mesma casa, não tinham vínculo, nem emocional, nem sexual. Inclusive não se viam, porque ela era muito ativa, todo mundo era, e ele tinha vida de médico".[131] Ainda que todas essas incompatibilidades fossem reais, o peso da separação para uma mulher naquele período provavelmente era muito maior do que continuar carregando o fardo de um casamento malsucedido.

Rosa Iavelberg, irmã mais nova de Iara, era neste período grande confidente da irmã. Ela afirmou:

> Ela tinha uma coisa muito interessante, que à medida que ela ia fazendo as coisas, ela ia comunicando também. Então nada era muito chocante para mim. Então eu convivia com ela... Por exemplo, ela morava na Avenida Paulista, era casada naquela altura, e o marido dela tinha muitos plantões. Então eu ia muito lá para casa dela, ficava lá e morava um pouco com ela, passava um tempo lá, dormia, passava fim de semana. E ela sempre contava, ela nunca fez nada escondido, ela não tinha uma dupla vida, em relação a mim, por exemplo. Então, eu acompanhava, eu ia nas festas, eu sabia que ela vivia essa coisa... [pausa] dividida. Entre um casamento judeu, aceite, consentido, e uma coisa de amigos, de festas, de frequência... À Cinemateca, uma coisa meio por conta dela. Como se fossem duas coisas que estivessem ali convivendo. E eu acompanhava um pouco isso.[132]

[131] Idem.
[132] IAVELBERG, Rosa. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 50'02". Acervo VIDECOM.

Esta memória de Rosa de que a irmã não tinha uma "vida dupla", pelo menos em sua perspectiva, parece demonstrar um espaço em que Iara se sentia livre para articular os dois mundos com que tinha contato – a vida de casada e a vida de "solteira" –, sem que um contradissesse o outro. Iara parece ter negado a tal "vida dupla" o suficiente a ponto de levar seus namorados na casa em que vivia com o marido e frequentar com eles ambientes nos quais estavam sua família e pessoas conhecidas, onde todos a viam como mulher casada.

Dois conceitos são utilizados, no campo da história do cotidiano, para compreender as relações de poder na vida cotidiana: a) *herrschaft,* ou dominação, imposta pelas elites ou direções de entidades e agrupamentos – que podem ou não ser pertencentes ao Estado; e b) táticas de *eigensinn*, palavra que pode ser traduzida como obstinação ou teimosia; o autor se refere a essas "táticas" como hábitos persistentes de teimosia no cotidiano.[133] Os atos de obstinação (*eigensinn*), ainda que não desafiem fundamentalmente a estrutura de dominação (*herschaft*), fornecem uma oportunidade para que ela seja publicamente zombada – e, portanto, reconhecida.[134]

Diante destes conceitos, fica evidente que os namoros extraconjugais poderiam consistir em uma tática de teimosia ou zombaria (*eigensinn*) de Iara, diante da estrutura fechada e dominadora de seu casamento e da pressão familiar para que ele desse certo (*herrschaft*). Isto fica ainda mais claro ao percebermos que Iara tinha um grande desejo de deixar muito explícita a vida que levava, incompatível com o casamento. Embora as impressões de terceiros permitam inferir que ela se mantinha "em busca de um amor", outros fragmentos apontam para uma necessidade de experimentar e transgredir, de formas extremas.

Nesse sentido, as memórias de Benedicto Arthur Sampaio, psiquiatra que atendeu Iara por um período durante a década de 1960, fornecem subsídios para compreender o dilema de Iara. O médico recordou que as questões trazidas por ela eram de cunho pessoal, referindo-se à separação e à pressão da família, afirmando que ela se questionava: "até que ponto sou realmente malvada?".[135] Sampaio declara ainda que Iara buscava a separação para se libertar de uma "vidinha igual" – memória reforçada por amigas e pela própria irmã Rosa.

Enquanto a mudança radical não vinha – que seria, em sua perspectiva, a separação do marido –, Iara experimentou e testou alguns limites, tanto social quanto política e sexualmente. Se 1963 tinha permitido uma ampliação de horizontes e referências, 1964 se mostrou como o

[133] BERGERSON, Andrew Stuart. *Ordinary Germans in extraordinary times:* the Nazi Revolution in Hildesheim. Bloomington: Indiana University Press, 2004, p. 263.
[134] Ibid., p. 265.
[135] SAMPAIO, Benedicto Arthur. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

ano em que a vida tradicional teria ficado insustentável. Oscilando entre o desejo por um caminho completamente livre e liberado, e a vontade de encontrar o amor "ideal" que não possuía no casamento, em 1965 Iara parece ter se fortalecido o suficiente para romper.

****

Talvez o maior desafio do biógrafo seja compreender a heterogeneidade da experiência de um sujeito. É necessário um olhar para a identidade do biografado que confronte "o indivíduo com o tempo, incluindo as mutações e contingências constitutivas de sua relação com o outro".[136]

Este capítulo deixou evidente que uma nova conjuntura política e social provocou mudanças em Iara, conforme ela interagia com novos círculos socioculturais. O ingresso no mundo universitário da Maria Antônia, a partir de 1962, mesmo antes de sua entrada oficial na universidade, permitiu o estabelecimento de relações que incentivavam o questionamento não só de sua realidade, mas de sua identidade.

Através da análise destes aspectos, ficou claro que Iara contestou sua existência em diversos âmbitos: superou a ideia de que deveria parar os estudos por ser casada e ativamente buscou ingressar no ensino superior; encontrou margens de atuação para desacatar certas relações de poder instituídas, como com seu marido, com seus familiares e as normas sociais vigentes para mulheres de sua idade, raça e classe social. Ademais, incentivada pelas contribuições de um meio no qual as discussões políticas de esquerda estavam em efervescência, revisou posicionamentos ideológicos previamente adotados, optando por engajar-se formalmente e conciliar suas outras atividades com a militância.

Os comportamentos de Iara não fazem dela uma mulher "à frente de seu tempo", dado que, por mais "rica ou ousada que seja a imaginação de um indivíduo, ele nunca pode afastar-se muito do padrão contemporâneo de pensamento e discurso. Está preso a esse padrão (...)".[137] Nesse sentido, mesmo os atos transgressores são construídos *dentro* das estruturas sociais vigentes: "atos em que as pessoas se distanciam das regras sociais utilizam (ou se referem) a linguagens, discursos e códigos socialmente compreendidos: a matriz de resistência também

[136] OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, maio/ago. 2017, p. 442.
[137] ELIAS, 1994, op. cit., p. 114.

marca uma relação social".[138] Dessa forma, o que podemos ver por meio da análise da trajetória de Iara, é como as ações de uma pessoa comum (micro), diante de circunstâncias fora de seu controle – às vezes se conformando, às vezes resistindo – têm impacto e auxiliam a moldar a história (macro).

[138] "Acts in which people distance themselves from social rules utilize (or refer) to socially understood languages, discourses and codes: the matrix of resistance also marks a social relation". LÜDTKE, 1995, op. cit., p. 7, tradução livre.

CAPÍTULO 3
"O CORDÃO DA LIBERDADE": É PRECISO TER CORAGEM

No Rancho do Novo Dia
O Cordão da Liberdade
E o Bloco da Mocidade
Vão sair no carnaval
É preciso ir à rua
Esperar pela passagem
É preciso ter coragem
E aplaudir o pessoal

Gilberto Gil[1]

Em 1966, na segunda edição do Festival de Música Popular Brasileira, organizado pela TV Record, Elis Regina concorreu com a música *Ensaio Geral*, de Gilberto Gil. Embora tenha ficado em quinto lugar, marcou o ano para alguns jovens por outro motivo. De acordo com Lucia Sarapu, estudante de Psicologia e participante da onda de manifestações estudantis daquele ano, "era a música das passeatas, do Gil. Os festivais também faziam parte. Essa música era importantíssima, era a nossa música, no Brasil inteiro os estudantes sabiam".[2]

Por alguns, essas manifestações são consideradas "o auge da primeira onda de mobilização estudantil após o golpe militar seria o de setembro de 1966",[3] justamente o período a que Lucia se referiu. O fato de o movimento estudantil ter demorado dois anos para conseguir articular grandes mobilizações pós-golpe civil-militar mostra a agressividade das políticas imediatas da ditadura, com o objetivo de sucatear as universidades públicas.

Contudo, os universitários não ficaram esses dois anos na completa inércia, tanto na oposição ao regime quanto no apoio.[4] No caso da FFCL, as entidades estudantis possuíam orientação predominantemente de contestação do regime, atuando frequentemente para a mobilização sobretudo daqueles que haviam ingressado há pouco tempo nas faculdades. Iara foi uma destas. Sua mudança nesse período foi visível para aqueles que a conheciam desde a infância e adolescência. Maria Lúcia relembrou a imagem que Samuel, irmão de Iara, aparentava ter dela: "o Samuel considerava a Iara uma alienada, uma descabeçada – na época,

[1] GIL, Gilberto. *Ensaio Geral*. Intérprete: Elis Regina. São Paulo: Artistas Unidos/Rozenblit, 1966.
[2] SARAPU, s.d., op. cit.
[3] GROPPO, Luís Antônio. *Uma onda mundial de revoltas:* movimentos estudantis nos anos 1960. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 255.
[4] Cf. SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. *O outro lado da Rua Maria Antônia:* a atuação das juventudes de direita em 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

né –, uma mocinha bonitinha preocupada com os problemas pessoais das pessoas, afinal de contas, ela foi fazer Psicologia".[5]

A ideia de uma Iara completamente alheia às questões políticas não parece improvável. Sua família não tinha tradição de interesse ou engajamento na política até então. Seus amigos da escola e do bairro, muito menos. A família por parte do marido, pelo contrário, seguia uma linha bem conservadora. Cecília Scheinberg compartilhou suas memórias sobre o tema:

> As convicções dela, porque ela era de direita, quando ela saía com a gente, inclusive falava mal do pessoal de esquerda. Ela era totalmente de direita. O Samuel [Haberkorn] totalmente de direita. A nossa família toda totalmente de direita. Quando alguém era de esquerda ou que tinha sido de esquerda na Polônia e que os pais conheciam, a gente deixava tipo meio afastado: "ih, ele é vermelho".[6]

Felícia Reicher, outra amiga de Iara desde a infância, expõe:

> Iara não tinha interesse em nada de esquerda. Lembro que, quando entrei na faculdade, fiquei muito impressionada com o livro do Celso Furtado, *Formação econômica*[7], ela fazia cursinho, não lembro que circunstância, comentei o livro com ela e ela não mostrou o menor interesse. Me chamou a atenção o desinteresse. Lembro também que lia muito o Sartre, teve a época que todo mundo leu a trilogia; e ela não se interessava, nem pela Simone de Beauvoir.[8]

Cabe ressaltar, como destacado anteriormente, que uma vida, assim como a história, não é uma trajetória linear e coesa. Longe disso: "a vida de um indivíduo é enormemente mais complexa, mais cheia de encruzilhadas, de contradições, de golpes de sorte e de mudanças súbitas, de pontos abertos".[9] Assim, a vivência de Iara em novos grupos sociais, proporcionados pelo cursinho e pela universidade, parece ter atuado para transformar sua forma de ver o mundo.

Ademais, em relação à ideia de que Iara compartilhava das concepções políticas à direita do marido, não se pode desconsiderar que se tratava de um casamento tradicional, com um marido nove anos mais velho. Ainda que conseguisse se beneficiar de certa liberdade durante as ausências de Haberkorn, devido ao trabalho, é muito provável que ele tenha sido figura de referência para ela, ao menos em determinado momento.

Assim, nota-se que, paradoxalmente, em um período de autoritarismo e perda de direitos, provocados pela implementação do regime ditatorial, Iara experimentou uma liberdade nunca vivida. Encontrando espaços de fuga das "obrigações" conjugais e dos papéis sociais atribuídos ao gênero feminino, ela viveu amores intensos e efêmeros e se envolveu com grupos políticos de esquerda, surpreendendo todos à sua volta.

---

[5] CARVALHO, 1993, op. cit.
[6] SCHEINBERG, 2020, op. cit.
[7] Neste trecho, a entrevistadora e transcritora Judith Patarra coloca um comentário: "não é Caio Prado?".
[8] MADEIRA e SCHREIER, s.d., op. cit.
[9] ROJAS, 2000, op. cit., p. 40, tradução livre.

3.1 O fim de Iara Haberkorn e o envolvimento com o movimento estudantil

Em 9 de fevereiro de 1965, o escrivão do 3° Ofício da Família e das Sucessões recebeu um requerimento para desquite de Iara e Samuel Haberkorn. Como primeiro despacho, ele apontou no processo que estava sendo aberto: "nesta data ouvi separadamente os cônjuges desquitando e fiz-lhes ver as consequências que de sua resolução lhes adviria, todavia como permanecessem irredutíveis na intenção de se desquitarem, designei-lhes o dia 9 de março, às 14h, para retificarem, querendo, o pedido".[10] Em 25 de fevereiro, Iara já havia preenchido o documento de matrícula da universidade com o endereço da casa dos pais[11], no Ipiranga – apesar de ainda ter assinado como Iara Haberkorn –, indicando que já não morava mais com o marido, que permanecia com residência no Edifício Nações Unidas.

Conforme foi apontado, a história e a data do desquite de Iara e Haberkorn têm muitas versões entre os familiares. Em 1988, pouco mais de duas décadas depois do ocorrido, quando concederam entrevista, o momento em que Iara voltou a morar com os pais continuava sendo motivo de discussão entre Eva e David.

Quando o assunto do desquite surgiu pela primeira vez, Eva Iavelberg afirmou que havia um problema sexual no casamento, da parte do marido, diagnosticado e discutido com um ginecologista, que teria dito que Iara deveria se separar. Na versão dos pais, esta separação, no entanto, teria sido impedida pela lei: "não se separaram porque a lei diz que tem de esperar dois anos".[12] De fato, o Código Civil vigente na época determinava que o desquite por mútuo consentimento dos cônjuges, o chamado "desquite amigável", só poderia ser solicitado após dois anos de casamento.[13]

A entrevistadora perguntou então se os pais tomaram conhecimento do "problema" logo após a lua de mel do casal, ao que David Iavelberg respondeu: "seis meses depois [da lua de mel], ela contou". Foram então questionados sobre como reagiram depois de saberem que o casamento não teria sido "consumado", e Eva respondeu que Iara já teria voltado a morar com os pais nesta ocasião, após apenas seis meses de casada. Logo em seguida, contudo, muda sua versão, afirmando: "ela só desceu pra Santos cinco anos depois, dizendo que ia se separar".[14]

---

[10] SÃO PAULO. Foro Central Cível/3ª Vara da Família e Sucessões. *Desquite: Samuel Haberkorn e Iara Haberkorn*. 1 vol., 9 mar. 1965, p. 2.
[11] FFCL-USP. Matrícula de 1965 – Iara Haberkorn. 25 fev. 1965. 4 f. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
[12] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[13] BRASIL. *Lei n° 3.071, de 1° de janeiro de 1919*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://bit.ly/3ucJq2X. Acesso em: 25 abr. 2021.
[14] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit., grifos meus.

Fica evidente que há uma confusão na narrativa dos pais sobre a ordem dos acontecimentos e a duração do relacionamento. Aparecem três versões sobre a separação do casal: 1) seis meses após o casamento; 2) dois anos; e 3) cinco anos. A ideia dos dois anos foi também partilhada por Samuel Iavelberg em trecho previamente citado. Todavia, diante de todas as evidências apresentadas ao longo do trabalho – documentos nos quais Iara colocava seu endereço, testemunhos de amigas e de namorados que frequentavam os apartamentos em que ela morava com Haberkorn e o processo oficial de desquite –, conclui-se que as versões de uma separação *definitiv*a em seis meses ou dois anos podem ser descartadas.

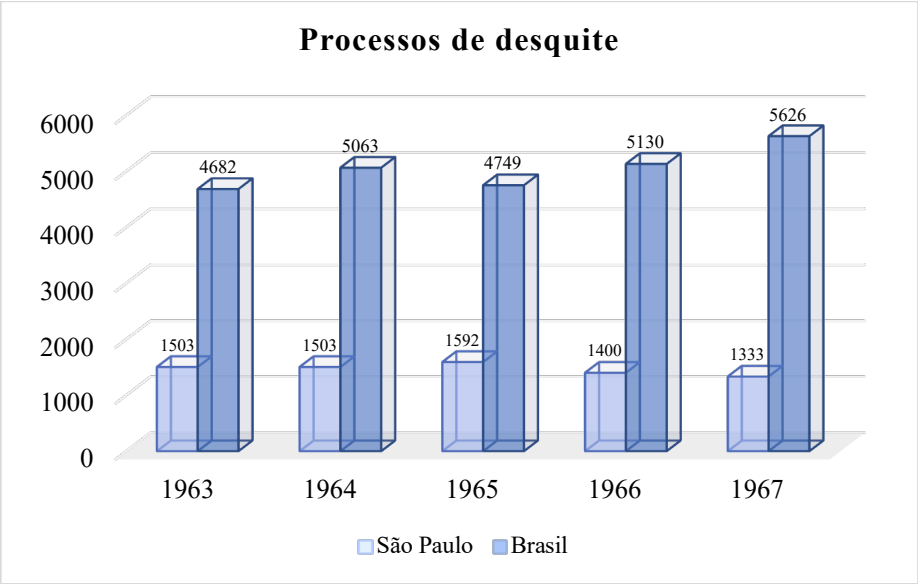
Mas afinal, por que é relevante determinar uma data de separação entre Samuel Haberkorn e Iara Iavelberg? Compreender o momento efetivo do desquite[15] e identificar que de fato ela teve relacionamentos extraconjugais, configurando grande liberdade sexual, nos ajuda a analisar as reações sociais da época diante deste tipo de comportamento. Entende-se muito do papel e das possibilidades de vida de uma mulher branca de classe média nos anos 1960 e 1970 – e o quanto Iara ousou subvertê-los, encontrando, porém, muita resistência. Ademais, o incômodo com o casamento e a vida que dele decorria e o desejo por separação parecem demandas antigas, que se consolidaram como indispensáveis de forma gradual, na perspectiva de Iara. Lidando com a pressão familiar, e de certa forma social, para que a união fosse mantida e nenhum escândalo fosse causado, a decisão efetiva por um rompimento é importante de ser analisada, pois se configura em um marco de autonomia – ou ao menos tentativa de autonomia.

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil, produzido pelo IBGE, em 1965, 1.592 casais concluíram processos de desquite em São Paulo, dos quais 1.220 o realizaram na modalidade amigável. No país todo, no mesmo ano de 1965, foram concluídos 4.749 processos, dos quais 3.490 foram amigáveis. São Paulo foi o estado que registrou mais separações oficializadas, mesmo quando se leva em conta os dados de 1964, que teve 1.503 casais desquitados. Embora na perspectiva estatal tenha havido aumento de um ano para o outro, do ponto de vista nacional, o ano de 1964 teve número maior de processos, com 5.063 desquites.[16]

[15] Ressalto aqui que a análise de documentos oficiais não quer dizer que eles tragam a "verdade" sobre a real data de separação de Iara, em oposição aos relatos dos familiares. Eles apenas contribuem para uma compreensão mais abrangente das idas e vindas do relacionamento. Embora o casamento tenha *oficialmente* terminado em 1965, Iara e Samuel se separaram e voltaram diversas vezes ao longo desses cinco anos – numa provável tentativa de fazer o casamento dar certo. Entende-se, assim, que, apesar de a separação na prática não ser sinônimo de separação formalizada, o desquite é o que de fato oficializa a separação, encerrando a condição de "casados".

[16] FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil - 1967.* Rio de Janeiro, v. 28, 1967, p. 62.

Figura 20: Gráfico do total de processos de desquite entre 1963 e 1967, em São Paulo e no Brasil



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE[17]

Apesar de os processos de desquite concluídos terem aumentado nacionalmente – conforme demonstra a Figura 21 –, pensar que apenas 1.592 casais se desquitaram no estado de São Paulo, em 1965, explicita a baixa frequência com que isto ocorria. Em decorrência, pode-se explicar o forte estigma vinculado sobretudo às mulheres que se separavam. Esse estereótipo se refletia nas relações sociais, nos âmbitos sexuais ou não sexuais, como por exemplo trabalho, família, educação etc.[18] No caso de Iara, esta interferência é observada, particularmente quando aliada à postura "libertária" que ela passou a adotar, antes mesmo da separação.

A resistência e o incômodo dos familiares, diante do assunto da separação, se expressam mesmo que muitas décadas depois em suas memórias, com a dificuldade de rememorar quando, de fato, a separação ocorreu. Isto demonstra que se tratou, sem dúvida, de um casamento difícil, cheio de idas e vindas, e, ao mesmo tempo, não saber o momento exato implica em negar, ou ao menos evitar, os namoros fora do casamento. Como já dito, a própria Iara contribuía para essa confusão. Parece não ter compartilhado com as amigas e/ou conhecidos de forma tão intensa e detalhada. Evelise Marra apontou: "lembro só vagamente da separação do marido. Era uma coisa tão suave, que já vinha há tanto tempo".[19] Maria Lúcia, por sua vez, relembrou:

> Que eu lembre, eles se separaram numa boa (...). Foi um processo longo e difícil. Eles se separaram, depois voltaram, acharam que estavam perdidamente apaixonados um pelo outro de novo, até que não deu mais eles acabaram se separando mesmo. Não me

[17] Idem; FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil - 1969.* Rio de Janeiro, v. 30, 1969, p. 106.
[18] SANTANA, 2019, op. cit., p. 192.
[19] MARRA, s.d., op. cit.

> lembro bem de algumas coisas, mas me parece que quando se separaram definitivamente, foi numa boa, amigos.[20]

Embora não haja relatos de grandes conflitos durante a separação, as memórias dos entrevistados demonstram que foi um processo longo e muito difícil para ambos. Na transcrição da entrevista com Benedicto Arthur Sampaio, há uma anotação da entrevistadora com uma suposta fala do psiquiatra a respeito da separação: esta teria sido muito sofrida tanto para Iara quanto para Haberkorn. No texto transcrito, Sampaio deixa subentendido que ela teve dificuldades para romper de vez o relacionamento, afirmando que o término foi gradual.[21]

Nesse sentido, Cecília Scheinberg relatou:

> Muitas vezes diziam que eles não estão mais juntos, mas eles eram encontrados juntos. Uma vez, a gente encontrou eles num carro juntos, conversando, dando risada. E a fofoca era que eles já estavam separados. Não dava para saber se estavam juntos ou não. (...) Depois, encontrei a Iara no clube [Hebraica], ela ia se trocar, vistosa, bonitona, muito magra, comentou comigo que tinha ido à Bahia tentar arrumar as coisas, e que não tinha dado, que ela andava tão nervosa que dormia com a boca cerrada e dava dor no maxilar, de tanta tensão. E que não dava mesmo.[22]

O paradoxo interno de Iara fica cada vez mais evidente: ao mesmo tempo que reconhecia que o casamento, numa idade tão tenra, tinha sido uma "loucura", esforçava-se para salvá-lo. Isso pode ter relação direta com a idade que tinha quando começou a namorar: ela tinha Haberkorn como parceiro amoroso desde os 13 anos.

Porém, ainda que possa ter tido um desfecho amigável, o casamento como um todo se tornou um trauma, tanto para a família Iavelberg quanto para a família Haberkorn. Como explicitado na introdução, os últimos jamais aceitaram conceder entrevistas para relatar seu ponto de vista sobre os acontecimentos. O relato mais próximo é o de Cecília Scheinberg, prima de primeiro grau do então marido de Iara. De acordo com ela, a separação foi um período difícil na vida dele:

> Quando isso começou a acontecer, o Samuel foi se separando. Meus irmãos ficaram noivos e ele não aparecia nos noivados, eles se casaram e ele não foi. Mas sempre foi convidado. Nunca apareceu. (...) É que o nome dele estava pichado[23] em tudo quanto era lugar de "Habercorno". (...) E isso fez com que ele se tornasse uma pessoa intragável. Emagreceu feito louco, a gente não via mais ele, passamos 10 ou mais anos sem vê-lo, ele não foi no meu casamento. (...) Ele já era difícil e, com o problema, piorou muito 1000%. Ele, que já era geniozinho e geniosozinho, e as coisas todas impecáveis, isso piorou enormemente. A ponto de se afastar de toda a família.[24]

[20] CARVALHO, 1986, op. cit.
[21] SAMPAIO, s.d., op. cit.
[22] SCHEINBERG, s.d., op. cit.
[23] A palavra "pichar" e suas variações podem ser usadas como gíria, significando "dizer mal de algo ou de alguém; xingar, maldizer: pichar a carreira do ator". PICHAR. In: *Dicionário Online de Língua Portuguesa*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3gwvpeN. Acesso em: 24 nov. 2022.
[24] SCHEINBERG, s.d., op. cit.

Contudo, conforme atesta a documentação, o desquite foi amigável. De acordo com o Código Civil vigente na época, haveria possibilidade de um desquite judicial em caso de adultério, mas isso não ocorreu.[25] Essa possibilidade, segundo o irmão Raul, teria sido aventada, possivelmente pela família Haberkorn: "mais tarde, tentaram usar o marido para que ele dissesse que o desquite foi por traição dela, mas ele teve uma atitude muito correta".[26] Raul não deu mais detalhes sobre quando teria ocorrido essa situação, e nenhum dos outros irmãos e familiares falaram sobre o assunto.

Do lado dos Iavelbergs, há mais evidências que indiquem o peso que esse desquite teve na família. Em entrevista, David Iavelberg afirmou:

> **E:** Militância política e violência. Como uma pessoa como ela, mansa, concordou nisso?
> **DI:** *Eu acuso isso do casamento errado que ela fez*. Intimamente, ela estava revoltada com o destino que teve. Quando viu que o casamento dela deu errado, ela continuou os estudos, mas no íntimo dela devia ter uma revolta. Creio que a causa foi essa.[27]

Embora trate como casamento "que ela fez", um pouco antes na entrevista, ao ser questionado sobre as características de cada filho, ele apontou: "eu tinha grande amor pela Iara. Mesmo depois de grande, de casada, *mesmo eu tendo um pouco de culpa nesse casamento errado que ela fez*, ela ainda, quando entrava em casa, se houvesse uma desarmonia, ela em um minuto deixava todo mundo em paz".[28] É possível inferir, a partir dos trechos acima, que o pai de Iara se culpava, de certa forma, pelo casamento da filha que não deu certo. Para além disso, existia a ideia de que o matrimônio foi o causador de uma "revolta" em Iara, tanto comportamental quanto política. Então, essa revolta, de sua perspectiva, teria acarretado sua dedicação integral à militância, sua ida para a clandestinidade e sua posterior morte.

O trauma "à medida que implica na 'impossibilidade' de narrativa estruturada ou mesmo de lembrança ordenada, dificulta ao extremo a transformação do fato traumático da memória em 'experiência dizível' da história".[29] Pode-se dizer, então, que tanto o casamento malsucedido quanto a própria morte de Iara são traumas para a família Iavelberg e, mais do que isso, *traumas relacionados*, seguindo uma perspectiva teleológica de que ele teria sido a fonte da revolta de Iara, fazendo-a seguir pelo mundo da política.

---

[25] Art. 317. BRASIL. *Lei n° 3.071, de 1° de janeiro de 1919*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://bit.ly/3ucJq2X. Acesso em: 25 abr. 2021.
[26] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.
[27] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[28] Idem.
[29] NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 1, 2020, p. 30.

Por outro lado, na perspectiva de Iara, o casamento em si teria sido o trauma; a separação teria sido a libertação. Embora fosse um processo difícil e marcado por julgamentos morais e exclusão, foi no decurso dele que mulheres desquitadas puderam alcançar autonomia sexual, social e até mesmo financeira.[30]

Sem embargo, os irmãos relatam o comportamento dos pais diante do desquite ainda na época dos acontecimentos. Rosa Iavelberg se recordou:

> Lembro que, depois da separação, [David] achava que uma moça não devia morar sozinha... Meu pai sempre tentava colocar impedimentos morais. Minha mãe talvez fosse a pessoa que abrisse mais para esse lado. Iara saía quando mocinha, porque era para casar com rapaz de boa família. Estaria dentro do previsto, do planejado.[31]

Samuel Iavelberg teve lembranças no mesmo sentido:

> Meu pai enchia o saco dela. Queria que ela voltasse cedo para casa, queria controlar a vida dela. Não queria que namorado viesse trazê-la na porta da casa dele. Teve briga, ele chamou ela de puta. Teve muita briga por causa disso – ela morou por uns tempos com meu pai, até ter seu apartamento na Maria Antônia.[32]

Nota-se, da parte de David, uma posição conservadora e com o objetivo de "corrigir" o que havia dado errado na vida de Iara. A completa intolerância com novos namorados demonstra que ele possivelmente não desejava mais que a filha adentrasse em outro casamento – afinal, ela já tinha a condição de "desquitada". O próprio Código Civil determinava que, após o desquite, não era possível se casar novamente, uma vez que eram extintas apenas as obrigações conjugais e o regime de partilha de bens, mas não o vínculo matrimonial – este só podia ser encerrado com a morte de uma das partes.[33]

Por outro lado, pesquisas sobre desquites indicam uma relação muito forte entre as mulheres desquitadas e suas mães, afirmando que em todos os casos, estas exerceram papel de incentivadoras para os estudos e no sentido de garantir independência financeira das filhas. Assim, "a despeito de estarem sob o jugo do poderio masculino, criavam, através da sua postura firme e potente, uma zona de desconforto para o machismo".[34]

No primeiro capítulo, o casamento dos pais de Iara foi analisado, em conjunto com a figura de Eva Iavelberg, que de certa forma também transgredia os papéis ditos femininos. A própria Eva relatou que Iara não aceitava certos comportamentos do pai, principalmente em relação a ciúmes: "ela via isso em casa e não queria para ela".[35] Embora tivesse dificuldades em seu próprio relacionamento, Eva incentivava a autonomia da filha, ainda que isso

[30] Ibid., p. 181.
[31] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[32] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[33] BRASIL, 1919, op. cit.
[34] SANTANA, 2019, op. cit., p. 182.
[35] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

contradissesse as normas sociais. A amiga Evelise Marra recordou: "eu achava estranho que as dificuldades com o Sá [Samuel Haberkorn] e o namorado que ela tinha [Honório Lima], a mãe sabia. Não tinha um papel superegóica[36] ou crítico em relação à filha".[37] Em uma fala citada acima, Rosa Iavelberg apontou que a mãe "abria mais" para a liberdade dos filhos.

Pode-se concluir que a postura ambígua da mãe de Iara – uma mulher forte, que trabalhava mais que o marido e sustentava a família, ao mesmo tempo que estava submetida a um relacionamento permeado por discussões e ciúmes desmedidos – criou uma "zona de desconforto para o machismo" em Iara.[38] Acrescento ainda que pode ter criado uma recusa a fatores limitantes ao exercício da liberdade individual, reforçada pela vivência de Iara na universidade. Os contatos com outros círculos sociais, proporcionados pelos estudos ou trabalho de mulheres desquitadas, "oportunizaram a ampliação da sua margem de agência, ou seja, das possibilidades quanto a sua capacidade de ação e de ter controle de decisões".[39]

Fazendo a análise dessa situação sob a perspectiva da história do cotidiano, alcança-se uma das principais características do campo: investigar como os indivíduos percebem e processam os estímulos e as imposições sociais de suas épocas, apropriando-se deles e, ao mesmo tempo, transformando-os.[40] Iara conseguiu estabelecer certos pontos de ruptura em relação ao que as normas sociais vigentes ditavam para mulheres de sua classe e etnia, enquanto se esforçava para permanecer cumprindo alguns outros papéis, como continuar apresentando o namorado para os pais, na expectativa de que algum deles seria aquele com quem ela finalmente poderia constituir uma família. Maria Lúcia Carvalho recordou: "isso era uma grande meta dela, ela queria muito ter um filho. Muito, muito, muito. Sempre. Desde o começo. Eu acho que foi até uma das coisas que influenciou para a separação dela do Samuel. Porque ela queria muito ter um filho e não engravidava".[41]

O desejo de Iara de ser mãe é relatado por diversas pessoas, em momentos diversos de sua vida – e será retomado em outros momentos. No entanto, não se pode deixar de considerar que o fato de Iara não ter tido filhos com Haberkorn parece ter sido favorável ao desquite. Em

[36] De superego. De acordo com o psicanalista Sigmund Freud, a personalidade humana é constituída por três partes: id, ego e superego. O último é definido da seguinte maneira: "formado a partir das identificações com os pais, dos quais assimila ordens e proibições. Assume o papel de juiz e vigilante, uma espécie de autoconsciência moral. É o controlador por excelência dos impulsos do id e age como colaborador nas funções do ego. Pode tornar-se extremamente severo, anulando as possibilidades de escolha do ego". Cf. BOTELHO, Rachel. Freud explica: entenda sete conceitos básicos da psicanálise. *Revista Galileu*, 6 nov. 2017. Disponível em: http://glo.bo/3vg0cAw. Acesso em: 26 jul. 2022.
[37] MARRA, s.d., op. cit.
[38] SANTANA, 2019, op. cit., p. 188.
[39] Idem.
[40] LÜDTKE, 1995, op. cit., p. 7.
[41] CARVALHO, M., 2021, op. cit.

muitos dos casos de desquite, os filhos influenciaram na decisão da mulher de se desquitar ou não e, ademais, de se relacionar com outras pessoas após ter se separado.[42] É inegável que Iara não teve problemas em se relacionar depois do desquite, tendo relacionamentos mesmo antes da separação oficial.

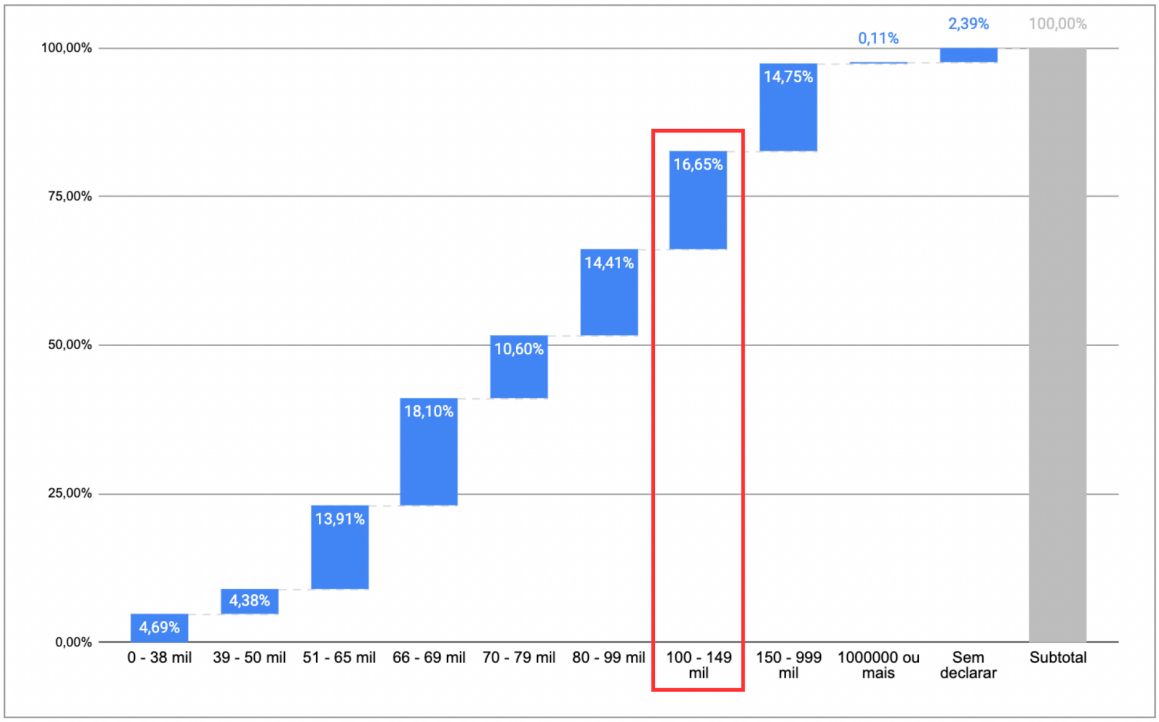
Não foi possível apurar se a questão financeira foi outra condição avaliada por Iara para decidir se separar. Rosa Iavelberg afirmou: "sempre tive a sensação de que Iara vivia um status superior ao da família – padrões, roupas, gestos. A partir do casamento".[43] Pudemos perceber ao longo dos capítulos que o padrão de vida de Iara mudou muito, após se casar com Haberkorn. Apesar disso, ela poderia contar com o auxílio financeiro da família Iavelberg, em caso de separação.

Ainda assim, seguindo o determinado em lei, foi estabelecida uma pensão mensal que Haberkorn deveria pagar a Iara após o desquite – sendo esta de Cr$ 100.000,00.[44] Para o ano de 1965, o salário-mínimo definido para a cidade de São Paulo era de Cr$ 66.000,00,[45] ou seja, a quantia estabelecida era, mensalmente, 34% acima da renda mínima. Considerando que ela passou efetivamente a receber a pensão apenas em 1966, o salário-mínimo neste ano subiu para Cr$ 84.000,00; ainda assim, o valor recebido por Iara permanecia 16% acima do mínimo. Há que se levar em conta, todavia, que há uma diferença considerável entre salário-mínimo e o salário real recebido pelos trabalhadores.

O IBGE também permite localizar figurativamente a condição econômica de Iara em relação à maioria dos brasileiros – dado que esta é uma comparação simbólica entre o recebimento por pensão (caso de Iara) e a situação da maior parte dos brasileiros, que obtinha seu sustento a partir do salário. Do total de empregados com registro, 3.240.750, 16,5% (539.625) recebiam entre Cr$ 100.000,00 e Cr$ 149.000,00, como demonstra o gráfico.[46] Esta parcela da população ganhava mais do que 55,49% dos trabalhadores registrados e menos do que 17,25%.

[42] SANTANA, 2019, op. cit., p. 189.
[43] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[44] SÃO PAULO, 1965, op. cit., p. 2.
[45] FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil - 1965.* Rio de Janeiro, v. 26, 1965, p. 319.
[46] FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil - 1966.* Rio de Janeiro, v. 27, 1966, p. 314-315.

Figura 21: Gráfico de distribuição salarial entre trabalhadores registrados no Brasil, em 1966



Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do IBGE[47]

Destaco que Iara recebia este valor mensalmente, sem que precisasse dedicar seu tempo a qualquer atividade em troca. A ideia original da pensão era a de substituir o provimento, obrigatoriedade do marido, uma vez que a mulher deveria ser a responsável pelo trabalho doméstico e reprodutivo. Iara e Haberkorn não tiveram filhos e, enquanto estavam casados, ela não correspondia às expectativas do marido em relação às tarefas do lar. Ao contrário, ela demonstrava constantemente que romperia com o papel tradicional, ingressando na universidade e com a expectativa de integrar também o mercado de trabalho, depois de formada.

A única contrapartida da pensão alimentícia, em seu caso, foi moral. Isto porque "a preocupação não era com a necessidade, mas com a conduta moral da mulher, pois a sua honestidade era condição para obter pensão alimentícia. O exercício da liberdade sexual fazia cessar a obrigação alimentar".[48] Esta obrigação acompanhava o pressuposto de que o desquite não eliminava o casamento, apenas extinguia os deveres conjugais, como discutido acima. Sabe-se, no entanto, que Iara não cumpria este "requisito".

[47] Idem.
[48] DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 14. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodium, 2021, p. 777

Talvez para se tornar cada vez mais autônoma, ainda no início de 1965, ela se candidatou a uma vaga de professora do Cursinho do Grêmio, no qual tinha estudado quando ainda era vestibulanda, o que também lhe geraria uma renda.

Jocimar Archângelo integrava a diretoria do cursinho desde o início da década de 1960. Ele apontou que, nos primeiros anos, a gestão do Grêmio influenciava muito na escolha da diretoria e dos professores do cursinho. Segundo ele, ao integrar um "triunvirato" na diretoria, juntamente com Emir Sader e outro estudante, identificado apenas como "Hiroshi", algumas mudanças foram empreendidas:

> Estabelecemos algumas regras para evitar que as coisas políticas do grêmio interferissem no cursinho, que perderia sua eficiência e sempre seria brincadeira de crianças. Então, o acesso seria por concurso. Só poderiam participar alunos da Filosofia. O professor podia, depois de terminado o curso na faculdade, ficar um ou dois anos. Mais, não. O cursinho seria oxigenado por gente nova, mas não podia perder sua experiência. Iara veio nesse momento. Tinha prova escrita, aula, e professores da faculdade participavam da banca. Às vezes, havia mais de 50 para a vaga. Foi um período muito interessante, um momento em que o movimento estudantil tinha um vigor político muito grande.[49]

Ainda segundo Jocimar, Iara se aplicou para ser professora dos estudantes com intenção de cursar Psicologia, tendo passado pelo processo seletivo descrito. Embora um dos objetivos da gestão fosse afastar as influências políticas do cursinho, havia neste período uma predominância de profissionais ligados à Polop – o que pode ter influenciado na contratação de Iara. Seu irmão, Samuel Iavelberg, também trabalhava lá, mas como integrante da direção. Ele descreve:

> Na época do cursinho, em que ela dava aula, o curso dela, de Psicologia, era 1/10 ou 15% do programa da Psicologia e da Filosofia. Na semana inteira, ela tinha uma aula só. E eram as aulas mais assistidas. Tinha época em que outras turmas, que não tinham aula com ela, vinham assistir à aula. Não cabiam na classe. *E ela fazia a cabeça das alunas. Era boa professora, se comunicava bem.* (...) [Ela] falava de política e principalmente de liberação da mulher.[50]

Alguns ex-alunos de Iara têm lembranças similares. Maria Clotilde Magaldi, conhecida como "Tutinha", que foi aluna de Iara na modalidade intensiva, afirmou:

> *Ela me fascinou.* (...) Lembro da Iara andando, aquele cabelo que mexia, falando, gesticulando. A gente ficava galvanizada pela aula, mobilizada. O conteúdo era interessante, não me lembro de ficar aborrecida. As aulas eram claras. Lembro que as aulas eram importantes, bonitas, eu não perdia. (...) As aulas tinham uma parte dela, que era andar, gesticular, fumar, sentar-se na mesa, o cabelo que mexia. A figura era muito interessante.[51]

---

[49] ARCHÂNGELO, Jocimar. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[50] IAVELBERG, S., s.d., op. cit., grifos meus.
[51] MAGALDI, Maria Clotilde. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

Marie-Christine Laznik, também do intensivo, relembrou: “lembro das aulas e apostilas que ela fazia e que eram muito boas. Iara era uma psicóloga que sabia. Eu achava ela muito boa. (...) Iara era ótima pedagoga e fez as apostilas com amor e carinho”.[52] Antônio de Pádua Prado Júnior, o “Paeco”, aluno do curso no final de 1965, também compartilhou memórias sobre as aulas de Iara:

> Todo mundo amava a Iara. Era racional, a gente percebia um esforço ao dar aula; era uma pessoa interessada em conhecer o universo em que a gente vivia em toda sua complexidade cultural, social, política, econômica, vontade que não era só dela. Tinha muita gente empenhada nessa busca. Ela era uma das representantes, determinada. Eram aulas claras. (...) A Iara dava aula com vestido preto. Ela tinha pernas lindas. O cursinho inteiro ficava...[53]

Antônio Eduardo Vieira de Almeida teve aulas no mesmo período, mas já conhecia Iara anteriormente, sendo surpreendido com sua presença como professora: “me matriculei no intensivo, no fim do ano, e aí, no primeiro ou segundo dia, entrou a professora. Era ela. Coisa de filme. Fiquei emocionado, creio que ela também. Isso me incomodou um pouco, que ela fosse minha professora”.[54]

Diante das distintas memórias apresentadas, podem-se destacar duas marcas que Iara deixou como professora: a ideia de docente esforçada e que dava boas aulas; e, sobretudo, sua aparência. Principalmente os homens se lembram da forma de Iara se portar durante as aulas e de seu modo de se vestir que, a seus olhos, pareciam sensuais. Verifica-se que, nos relatos masculinos, a descrição sobre Iara costuma ser mais enfática do ponto de vista comportamental e sexual, em oposição à sua docência em si. Apesar disso, outros professores são destacados como excelentes do ponto de vista intelectual, como o próprio Emir Sader, Álfio Beccari e José Arthur Giannotti.

Observa-se que o fato de Iara ocupar a posição de professora incomodou ao menos um de seus conhecidos homens, Antônio Eduardo. Isso revela o quanto os papéis de gênero eram marcantes, mesmo que para o grupo universitário, que já os discutia e questionava, ainda que timidamente.

Para as mulheres, por sua vez, transparece mais a memória de um modelo de novos comportamentos e formas de agir, que as inspirava e fascinava. Relacionada a esta característica, aparece a ideia de que Iara promovia discussões com as alunas sobre vida sexual

---

[52] LAZNIK, Marie-Christine. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[53] PRADO JR, Antônio de Pádua; PRADO, Iara Areias. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[54] ALMEIDA, Antônio Eduardo Vieira de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

e papéis femininos. Segundo seu irmão, "ela fazia a cabeça das alunas".[55] Emir Sader relatou: "a gente fazia uma revista no cursinho, *Revisão*, do Grêmio. Fazíamos discussões, inclusive com Iara e os alunos, sobre controle de natalidade; e foi o primeiro artigo que escrevi, *A pílula, a moral e a economia*".[56] Assim, depreende-se que esses não eram assuntos propostos apenas por Iara, mas pelo grupo que frequentava e ensinava no cursinho, de modo geral.

Ainda que ela participasse de discussões sobre o uso da pílula anticoncepcional e tivesse um comportamento sexual mais liberado, não se podem caracterizar esses discursos ou mesmo Iara como feministas. São múltiplas as definições do que é feminismo. Para bell hooks, o conceito pode ser sintetizado em: "movimento destinado a acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão".[57] Já de acordo com a socióloga Carla Cristina Garcia, feminismo significa:

> a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social.[58]

Não obstante, na perspectiva de Aline Couto e Alexandre Dittrich, o conceito abarque fundamentalmente dois aspectos – tanto "(1) uma forma de analisar as relações humanas pela ótica do gênero, quanto como (2) um movimento para buscar a transformação dessas relações"[59] –, não acredito que Iara possa ser classificada como feminista, pois suas ações não demonstram a problematização do conceito de gênero, ou sequer a formação de um movimento por emancipação ou igualdade.

Iara ousou, sim, transgredir nos comportamentos, como muitas mulheres de sua época e seu meio. Os comportamentos de mulheres, sobretudo intelectuais e militantes contra a ditadura nos anos 1960 – embora constituíssem muitas vezes uma negação aos papéis tradicionalmente atribuídos ao feminino e questionadores da imposição da virgindade e da instituição do casamento –, não podem ser classificados como deliberadamente feministas.[60] Esta questão simplesmente não estava posta naquele período. E, como referido anteriormente, não pode manejar questões "à frente de seu tempo".

---

[55] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[56] SADER, s.d., op. cit.
[57] HOOKS, 2000, p. 1 apud COUTO, Aline Guimarães; DITTRICH, Alexandre. Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Revista Perspectivas*, 2017, v. 8, n. 2, p. 149.
[58] GARCIA, Carla Cristina, 2011, p. 13 apud COUTO e DITTRICH, 2017, op. cit., p. 149.
[59] COUTO e DITTRICH, 2017, op. cit., p. 149.
[60] SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 16, 2001, p. 33.

Essa demarcação é importante para afastar a tese do "feminismo por osmose": "'ser mulher' é visto como naturalmente relacionado com 'ser feminista', de modo que a experiência de 'ser mulher' nos transformaria em 'feministas' por osmose. O feminismo não seria definido como um terreno político altamente contestado; seria o mero efeito de ser mulher".[61] Essa tese é problemática, uma vez que não leva em consideração o alcance e o escopo da arena política feminista: "o feminismo se define como uma instância política, não meramente uma política sexual, mas uma política do cotidiano, que mais tarde adentra a esfera pública de expressão e prática criativa".[62]

Ademais, no caso de Iara, não houve qualquer mobilização coletiva ou individual. Havia o início de um debate sobre liberdade sexual, mas que não se tornou seu principal tópico de engajamento. Isso porque essa discussão fora interrompida pela supressão das liberdades individuais e da impossibilidade de organização de coletivos, ações promovidas pelo regime ditatorial.[63] Por conseguinte, o embrião de uma discussão possivelmente feminista foi duramente interrompido pelas ideias de oposição política e econômica, de esquerdas marcadamente conservadoras, como veremos adiante.

Por outro lado, afirmar que Iara não era – porque não podia ser – feminista, não implica em negar que sua vida não tenha sido influenciada pela teoria feminista. Isso porque, sobretudo em decorrência de sua vida acadêmica, ela teve contato direto com livros publicados no pré-1968, como *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, com primeira edição brasileira de 1962;[64] e, graças ao hábito de ler periódicos femininos, certamente consumia a seção "A arte de ser mulher" na revista *Cláudia*, de autoria da jornalista Carmen da Silva – que, mesmo antes de sua fase abertamente feminista, tratava criticamente de temas relacionados à "condição da mulher".[65]

Retomando o conteúdo das aulas do cursinho, alguns ex-alunos não se lembram de discussões políticas nas salas de aula. É muito provável que, ao afirmarem isso, não estejam se

---

[61] "Being female is thus seen as naturally related to being feminist, where the experience of being female transforms us into feminists through osmosis. Feminism is not defined as a highly contested political terrain; it is the mere effect of being female". MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism without borders*: decolonizing theory, practicing solidarity. Durham: Duke University Press, 2003, p. 109, tradução livre.

[62] "For most of us would not want to ignore the range and scope of the feminist political arena, one characterized quite succinctly by de Lauretis: '[F]eminism defines itself as a political instance, not merely a sexual politics but a politics of everyday life, which later (...) enters the public sphere of expression and creative practice (...)'. Idem, tradução livre.

[63] MORAES, Maria Lygia Quartim. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 32, 2012, p. 110.

[64] BORGES, Joana Vieira. Simone de Beauvoir: leituras no Brasil (1960-1980). XXIII Simpósio Nacional de História. *Anais*... Londrina, 2005.

[65] DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva:* o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

referindo a debates sociais da época, mas sim ao proselitismo político e à propaganda dos grupos aos quais os professores eram ligados. Marie-Christine Laznik relatou, em entrevista concedida a mim já em 2021:

> Ela era apaixonada pelo que fazia, acreditava na Psicologia, acreditava na Filosofia, não dava nenhuma aula de política lá dentro não. Ninguém falava de política ali, era realmente para fazer os alunos passarem no vestibular e ela tinha muito carisma, e ela usava esse carisma para os alunos aproveitarem.[66]

Comparando este depoimento ao relato feito décadas, nota-se que, no mais antigo, Marie-Christine não mencionou o fato de Iara não abordar política durante as aulas no cursinho. Esse dado foi incluído na narrativa apenas recentemente. Vale ressaltar que, antes da realização da entrevista para esta tese, Marie-Christine demonstrou um grande interesse em salientar a imagem de uma Iara intelectual e acadêmica, dedicada às questões da Psicologia, em oposição à figura namoradeira e de guerrilheira.

Não obstante, o tema reaparece no depoimento de Jocimar Archângelo, que indicou, ainda que com algumas ressalvas:

> Não havia proselitismo de alunos pela Polop. Sempre ficou claro que o caminho não era esse – o mais adequado seria ter fontes de referência. Assim, ela [Iara] seria fonte de referência quando o aluno chegasse à faculdade, independente de proselitismo. Proselitismo seria contraproducente. O papel do cursinho era preparar os alunos para a faculdade. Não se podia substituir, seria um equívoco, porque o aluno de cursinho tem muito claro o objetivo, e um período muito curto para se capacitar para entrar na faculdade. Então, evidentemente havia trabalho político, ninguém era neutro, alienado, além de o trabalho em educação nunca ser neutro; havia um posicionamento dos professores, uma série de atividades culturais, filmes que ampliavam os horizontes dos garotos e a capacitação política geral deles.[67]

A fala de Jocimar coaduna com a ideia de que a Polop não pregava doutrinamento em massa, mas sim o proselitismo para pessoas que tivessem potencial de se tornar bons quadros. O recrutamento, como já apresentado, tinha rígidas etapas e o potencial quadro participava de células de formação antes mesmo de seu ingresso ser concretizado.[68]

No cotidiano, contudo, a Polop ocupava ainda pouco espaço na vida de Iara. De acordo com as lembranças de Marie-Christine: "a Iara não era personagem importante na hierarquia da Polop. *Nós fomos de base e usadas principalmente no trabalho estudantil*".[69] Emir Sader também tem uma fala nesse sentido: "o tempo de convivência com Iara foi menor na Polop, embora fosse o período da Polop".[70] Conclui-se que, apesar de estarem ambos envolvidos com o grupo em seu período de maior atividade, não tinham muita convivência em atividades

[66] LAZNIK, s.d., op. cit.
[67] ARCHÂNGELO, s.d., op. cit.
[68] OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 93.
[69] LAZNIK, s.d., op. cit., grifos meus.
[70] SADER, s.d., op. cit.

políticas. Mais à frente na entrevista, ele detalha as funções desempenhadas por Iara ainda no pré-1966: "Maria Lúcia e Iara eram muito ativas. Era um pouco caricatural: vendendo rifas da Polop, fazendo cartazes de convocação de alguma assembleia [estudantil] – foi uma época super ativa".[71]

Se o papel político desempenhado por Iara neste período era mais ligado ao movimento estudantil, cabe citar uma importante mobilização dos estudantes de Filosofia no ano de 1965: a greve do fogão. Entre maio e junho de 1965, houve um aumento do valor da moradia e das refeições no Conjunto Residencial da USP (Crusp), a residência estudantil da universidade.

Neste caso, há evidências que comprovam a participação dela. Maria Lúcia, sua amiga, relatou a participação das duas nas discussões desse período:

> A faculdade estava vivendo os problemas do país. Tinham os problemas específicos, como a greve do CRUSP [Conjunto Residencial da USP], por causa do restaurante e dos alojamentos; uma série de coisas que chamavam a gente para participar e discutir, tinha discussões cada vez mais amplas a respeito do que acontecia no âmbito da faculdade, da sociedade de São Paulo e do Brasil.[72]

Figura 22: Fotograma de Iara Iavelberg no filme *Universidade em Crise*

Fonte: embuscadeiara.com

Além disso, no documentário *Universidade em Crise* feito pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia sobre esta greve especificamente, com direção do então estudante Renato Tapajós[73], Iara aparece numa assembleia, assim como seu irmão Samuel e a própria Maria Lúcia.

[71] Idem.
[72] CARVALHO, 1986, op. cit.
[73] Segundo Tapajós, "eu já começava a desenvolver uma proposta de documentários que tivessem como público-alvo o mesmo grupo de pessoas que havia sido filmado. Os filmes deveriam servir para que estas pessoas

Como a instituição não revogou o aumento após solicitações dos alunos, eles optaram por boicotar o restaurante universitário. Em seu lugar, de acordo com a *Folha*, criaram sua própria cozinha na Cidade Universitária.[74] Após a medida dos estudantes, a Issu, em conjunto com a Reitoria, imediatamente solicitou o fim do restaurante "alternativo" e a volta ao restaurante oficial. Os alunos, porém, recusaram e se mantiveram firmes no boicote. Na madrugada do dia 3 de junho de 1965, houve a invasão do Crusp pelas forças policiais e a retirada forçada do fogão.[75] Ainda que não tenham oferecido resistência durante a ação das forças policiais, os alunos iniciaram imediatamente uma greve na Faculdade de Filosofia, com a organização de passeatas pelas ruas de São Paulo. Outras faculdades da USP, como a Politécnica e a FAU, aderiram à greve, com apoio do DCE. Instituições privadas de ensino também aderiram, como a PUC.[76]

Ainda que as demandas fossem por melhorias locais, o contexto nacional e o regime autoritário não se fizeram ausentes das reivindicações dos estudantes. A relação entre estudantes e suas universidades e, acima disso, entre os universitários e a ditadura, se desgastava cada vez mais desde o golpe civil-militar. Isso porque grande parte do setor estudantil demonstrava muita insatisfação com as ações do governo de intervenção no meio universitário.[77]

A principal destas ações foi a promulgação da Lei n° 4.464 – conhecida como "Lei Suplicy", em referência ao então ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda –, que determinava como deveria ser o funcionamento das entidades representativas estudantis, unificadas em "diretórios" criados nas diversas instâncias universitárias.[78] A lei objetivava colocar sob o controle do Ministério da Educação as entidades estudantis e, por conseguinte, o movimento estudantil, visando ainda "o esvaziamento e a extinção da UNE".[79] Além disso,

discutissem sua participação no movimento e se sentissem motivadas a ir adiante. A diretoria do Grêmio aceitou financiar o filme". TAPAJÓS, Renato. Cinema no Grêmio da Filosofia da USP. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (org.). *Um mundo coberto de jovens*. São Paulo: Com-Arte, 2016, p. 64.

[74] RETIRADA de fogão causa greve de universitários. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 jun. 1965, p. 35.

[75] Idem.

[76] GREVE: governo não tolerará desordem. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1965, p. 17.

[77] FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. *"Integrar para não entregar"*: juventudes, Projeto Rondon e ditadura no Brasil (1967-1974). Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021, p. 50.

[78] BRASIL. *Lei n° 4.464, de 9 de novembro de 1964*. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/3uWxEvH. Acesso em: 9 dez. 2022.

[79] CASTRO, Thiago Bicudo. Repressão aos intelectuais e estudantes: aproximações entre Ato Institucional n° 2 e Lei Suplicy de Lacerda (1965-1968). *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 20, n. 2, jul./dez. 2017, p. 204.

"este regulamento não proibiu tecnicamente a UNE e as UEEs, mas determinou [a criação de] novas organizações estudantis estaduais e federais."[80]

Ademais, ainda que os objetivos específicos da greve da FFCL não tenham sido alcançados, ela não pode ser considerada um fracasso. A luta contra a Lei Suplicy "se configurou na motivação inicial para a reaglutinação política e organizativa do movimento, durante o ano de 1965 e, nesse quadro, criaram-se as condições iniciais para a gradativa retomada da influência da esquerda".[81]

Ainda na tentativa de rearticulação do ME, foi realizado o XXVI Congresso Nacional da UNE entre 25 e 31 de julho de 1965, na Escola Politécnica de São Paulo. De acordo com relatos, principalmente de militantes da Polop, Iara participou deste evento. Francisco Salles, na época estudante de Física e integrante da organização, relembrou: "quando teve a tentativa do congresso da UNE, na Poli velha, Iara estava lá o tempo todo".[82] Ao usar a expressão "tentativa do congresso", Francisco provavelmente se refere aos problemas para a realização do encontro, com menos público que o previsto e dificuldade de alojamento dos que vinham de outros estados.

Marina Tschiptschin, estudante de Psicologia e amiga de Iara, que a acompanhava nesses eventos, relembrou: "Iara era uma figura centralíssima em todos os congressos, reuniões, assembleias, centrinho. Ela subia à mesa, falava às multidões, era muito pública".[83] Ao mesmo tempo que participava politicamente, as reuniões com esses novos círculos permitiam que ela ampliasse suas amizades e experiências sociais. Observa-se que a vivência no meio universitário se constituía como uma ampliação social, cultural e política em sua vida – um "admirável mundo novo", que lhe teria permitido romper gradualmente com as velhas referências e tradições.

3.2 Uma "líder rebolante" em luta pelo curso de Psicologia

No ano de 1966, Iara ampliou ainda mais seu círculo social. Há muitos relatos de amigos e namorados que a teriam conhecido nessa época. Elias da Rocha Barros, estudante de Psicologia ingressante naquele ano, recordou:

---

[80] "(...) this regulation did not technically outlaw UNE and the UEEs, but it did mandate new state and federal student organizations (...)". LANGLAND, 2013, op. cit., p. 93, tradução livre.
[81] MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. São Paulo: Papirus, 1987, p. 98.
[82] SALLES, Francisco. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[83] TSCHIPTSCHIN, s.d., op. cit.

> Eu ouvia falar da Iara como uma das líderes dessa organização à qual ela estava ligada. Ela era apresentada como uma adversária perigosa na Psicologia. (...) Quando entrei na Psicologia, tenho a impressão de ter visto Iara logo nos primeiros dias, quando o Centrinho fez uma festa de recepção para nós, calouros. Iara que coordenou e fiquei com a impressão de uma mulher, não diria bonita, mas muito charmosa e, ao mesmo tempo, muito presente, ativa, falava com todo mundo, procurava conversar, um contato.[84]

Eder Sader, militante da Polop assim como seu irmão Emir, afirmou:

> Talvez tenha conhecido Iara por volta de 1966. Na época houve as primeiras manifestações estudantis importantes, as passeatas. Lembro de Iara em algumas sessões: muito bonita, alegre, até não me parecia das mais sérias do ponto de vista da militância estrita, rigorosa, disciplinada. Faltava provavelmente por motivos que depois eu julgaria os mais saudáveis. Imagino que tinha uma vida pessoal mais rica, a vida dela provavelmente não caberia dentro de uma organização restrita, centralizadora.[85]

Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, que já conhecia Iara do Cursinho desde 1965 – visto que ele integrava a direção –, relatou o momento em que ambos tiveram um namoro, já em 1966: "naquela época, a gente estava influenciado pelas coisas do Festival. Acho que todo clima afetivo de 1965, 1966 estava voltado para a política. Apesar da afetividade, em toda minha relação com Iara, a política passava pelo meio".[86] Abordando também o âmbito cultural, a amiga Lucia Sarapu destaca: "1966 foi um período cultural intenso. Muitas vezes fui com Iara ao cinema. Vimos *Um dia, Um gato*; *La guerre est finie*; peças do Arena".[87] Outro namorado, Agripino Alberto Domingues, relatou: "Iara comigo: 90% alegre; 10% angustiada por problemas sociais. *Sentia estar sendo trocado pela vida política*. Eu dizia 'vamos ao cinema', ela tinha reunião. 'Vamos ao Guarujá?'. 'Não posso'".[88]

Diante dessas memórias, observa-se uma Iara mais envolvida com atividades políticas estudantis e da organização – ainda que pudesse ser considerada relapsa pelos quadros mais antigos e tradicionais e que definitivamente não desempenhasse papel de liderança na Polop. Em relação ao consumo de cultura e às relações pessoais, ocorria uma expansão profunda. De certa forma, ambos os âmbitos se relacionavam, como demonstra a fala de Roberto Cardoso, que apontou a influência da política nas outras áreas da vida cotidiana.

Todo esse cenário político-afetivo esbarrava, no caso de Iara, em um detalhe: ela estava morando na casa dos pais. A família não vivia mais no apartamento do Ipiranga, tendo se

[84] BARROS, Elias Mallet da Rocha. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[85] SADER, Eder. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[86] AMARAL, s.d., op. cit.
[87] SARAPU, s.d., op. cit.
[88] DOMINGUES, Agripino Alberto. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra, grifos meus.

mudado no início do ano para outro, na Rua Martinico Prado, 318, a 650 metros da FFCL. Segundo David Iavelberg, a mudança ocorreu a pedido dos filhos, para que ficassem mais perto da faculdade.[89] O apartamento, no entanto, era pequeno. É provável que Iara dividisse um quarto com o irmão Samuel, enquanto os pais dormiam no outro. Os mais novos dormiam na sala. Ainda de acordo com a irmã, o apartamento não era muito bem mobiliado e confortável: "faltava um aconchego, ou investimento, em relação à maioria das casas que eu conhecia. Eles não investiam na casa. Eu sentia assim: o mínimo era o necessário. Não que eles tivessem necessidade de viver daquela forma. Era que a precariedade era o habitual".[90]

Nos relatos do pai, David, se nota essa preocupação com poupar dinheiro: "aluguei o apartamento onde morava para vir pagar aluguel aqui [na Martinico Prado]. Depois, tive problemas com o inquilino lá, tornei a voltar para o Ipiranga. Pedi o apartamento na justiça".[91] Não obstante a família vivesse da renda dos imóveis alugados – entre os quais as duas casas com duas lojas, na Rua Silva Bueno; um pequeno prédio, na Rua Agostinho Gomes, com 12 apartamentos; e mais uma "vila" com oito pequenos "quarto e cozinha"; além das rendas de Iara e Samuel no Cursinho –, ela não parecia suficiente.

Rosa se recordou ainda que apesar da falta de privacidade, os pais mantinham um ambiente relativamente flexível para os filhos. De acordo com suas memórias:

> Acho que a casa dos meus pais, perto das outras, não tinha controle muito rígido de horários. Dava para ter uma vida mais ou menos sua, com as restrições de que se morava na casa dos meus pais. Lembro de meus irmãos terem até reunião política na casa dos meus pais, na Martinico Prado. Não era, pois, um espaço fechado, repulsivo ou muito repressivo.[92]

Pensando especificamente no caso das reuniões, Maryse Farhi, então estudante de Pedagogia e militante da Polop, amiga de Iara, recordou: "volta e meia a gente tinha alguma reunião, alguma coisa na casa da mãe dela, ou íamos a reuniões juntas".[93] Eva Iavelberg também deu indícios de que a militância da filha era conhecida por ela e o marido: "[Iara] não fazia segredo da militância dela. Não daria. Porque tinha muitas reuniões em casa. O pessoal da Polop vinha na Martinico Prado".[94]

Essas reuniões eram em decorrência de uma célula da Polop na Filosofia que se formou por volta do ano de 1966. Frequentavam-na, segundo memórias de Marie-Christine Laznik, a

[89] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[90] Idem.
[91] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[92] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[93] FARHI, Maryse. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 22 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 44'31", acervo pessoal.
[94] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

própria Marie-Christine, Iara, Maria Lúcia, Francisco Salles, Jary Cardoso, Maria Alice Gouveia e Regina Sader.[95] Jary se lembrou também da participação de Carlos Alberto Sardenberg, então estudante de Direito e de Filosofia.[96]

De acordo com Maria Lúcia, quando da organização da célula, Iara e ela já eram oficialmente militantes da Polop, tendo concluído a etapa de formação.[97] O estatuto da organização, no artigo 4°, dispõe: "para ser considerado membro da O. [organização], é necessário que a candidato milite sob o controle de uma das células pelo prazo de 3 meses, em caráter experimental. Aceito pela célula, o candidato será considerado militante com todos os direitos e deveres (...)".[98] O estatuto explicita ainda as funções das células: "Artigo 9º – A [organização] se apoia nas células. Cabe às células discutir e aplicar a linha política da O., elevar o nível ideológico e político dos quadros e coordenar a luta política no seu local de atuação".[99]

Tais reuniões eram, segundo as lembranças de Maria Lúcia, "um caos total. Era pior que chá de madame, uma fofoca geral antes de colocar uma ordem do dia e discutir".[100] Marie-Christine teve memórias no mesmo sentido:

> Nunca vi uma tarefa não feita pela Iara, na célula. Mas nossa célula era muito pichada, porque quando baixava alguém da direção regional para vir dar ordem, discutir um texto, ver como estava o trabalho, tinha que esperar meia hora, porque a Lucinha, a Iara e eu tínhamos que pôr as fofocas em dia primeiro.[101]

Segundo Ceici Kameyama, um dos quadros de maior destaque da organização, a estrutura da Polop era constituída da seguinte forma: "existia um Comitê Nacional que era eleito em Congresso Nacional, esse Congresso era de delegados eleitos nos Congressos Regionais que elegia também a Direção Regional do Comitê Regional. E no nível básico existiam as células, mas nas células só trabalhavam quem já era militante".[102]

Especificamente sobre Iara, Ceici descreveu: "a imagem que eu tinha do grupo é que era estudantil, bastante festivo. Da Iara, me ficava que, em termos de formação, eu não via nada de excepcional, mas ela tinha certa ousadia. Ousadia no sentido de abertura para coisas novas".[103] Nessa linha, Eder Sader apontou:

> Talvez antes não fosse das que mais se destacava nas discussões, porque tinham um caráter excessivamente doutrinário. Lembro que, uma vez, ela foi uma das

[95] LAZNIK, s.d., op. cit.
[96] CARDOSO, Jary. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 4 set. 2021.
[97] CARVALHO, 1987, op. cit.
[98] CENTRO de Estudos Victor Meyer. Estatutos da ORM-Política Operária, jan. 1966. Disponível em: https://bit.ly/3vzzlzE. Acesso em: 31 jan. 2022.
[99] Idem.
[100] CARVALHO, 1987, op. cit.
[101] LAZNIK, s.d., op. cit.
[102] apud OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 123-124.
[103] KAMEYAMA, Ceici. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

> organizadoras de um grupo para estudar *O Capital*, um grupo que não foi para a frente. *A fraca participação dela também podia ser interpretada como fraqueza teórica*. Era uma época muito sectária.[104]

Jary Cardoso, militante que ingressou na organização no final de 1965, avalia:

> Penso que, além do evidente machismo predominante em todos os meios, inclusive nas organizações revolucionárias, Iara não ocupou cargo de direção na Polop também porque não se destacava como intelectual teórica e analítica da conjuntura nacional e internacional, utilizando com desenvoltura os conceitos do materialismo histórico e dialético. (...) Nas reuniões da célula, ela apresentava boas ideias de ação, discutia táticas da luta concreta do dia a dia por reivindicações pontuais, avaliava as disputas com os adversários da AP, que muitas vezes eram aliados contra o Partidão (outras vezes a Ação Popular era adversária e a Dissidência do PCB, aliada), relatava os conchavos, estava por dentro das fofocas de bastidores e opinava sobre as bandeiras a serem defendidas nas campanhas eleitorais pro Centro Acadêmico, pro Grêmio da Filosofia ou para a União Estadual dos Estudantes. Mas *quando se tratava de debater um documento teórico da direção, ela se colocava mais como ouvinte atenta.*[105]

Antônio Prado, ao relatar suas impressões, recordou de Iara como uma pessoa com facilidade para se relacionar com os outros, mas sem proeminência teórica.[106] Décadas depois, em entrevista concedida a mim, ele tenta dar mais detalhes sobre o que disse no passado:

> Naquele momento, você tinha uma divisão entre as pessoas que eram mais teóricas e as que eram mais práticas. O Samuel, acho que o meu nível era mais ou menos o da Iara. Pessoas que escreviam documentos. É isso que eu quis dizer. Ela não fazia parte das pessoas que escreviam os documentos básicos, acho que ela não escrevia.[107]

Todos estes depoimentos foram concedidos após a morte de Iara, o que pode explicar a necessidade que os entrevistados tiveram de justificar suas impressões sobre sua suposta fraqueza teórica – especialmente nos casos de Jary Cardoso e Antônio Prado, com suas declarações já da década de 2020, momento em que discussões sobre machismo estão muito em voga.

Já Eder Sader utilizou a justificativa de um suposto "sectarismo"[108] da organização na época. Fato é que todos a classificaram como militante sem destaque nas discussões teóricas – Jary ressalta ainda que ela se colocava mais como ouvinte nessas ocasiões. Não se pode deixar de mencionar que todas essas impressões foram dadas por homens e que o comportamento de

---

[104] SADER, s.d., op. cit., grifos meus.
[105] CARDOSO, Jary. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 7 set. 2021, grifos meus.
[106] PRADO JR. e PRADO, s.d., op. cit.
[107] PRADO JR., Antônio de Pádua. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 9 nov. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º01'15'', acervo pessoal.
[108] "O termo sectarismo (usado geralmente com conotação negativa e pejorativa) vem do latim *sectariu*, que em sentido estrito se aplica ao seguidor de uma seita, mas pode também denotar zelo ou apego exagerado a um ponto de vista; visão estreita, intolerante ou intransigente. Muitas seitas, religiões e grupos ideológicos são obstinados e inflexíveis na defesa de suas doutrinas. O termo vale também ao indivíduo fechado ao diálogo". SECTARISMO. In: Wikipédia, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3VSKAi3. Acesso em: 23 out. 2022.

Iara não era o mais aprovado pela organização. Regina Sader se lembrou dos comentários de outros militantes:

> Iara era uma mulher liberada, numa época de muito preconceito, o que gerava comentários. Era muito bonita, cabelos compridos, um loiro dourado, era separada, vivia só, mulher fascinante. (...) Não sei se ela se chateava com os comentários dos outros. Era meio ostensivo, para a época, era uma agressão.[109]

Entre 1964 e 1965, Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, um dos militantes históricos da Polop, foi desligado da organização após escrever um documento intitulado *Escola de Delatores*, sob o pseudônimo de Orlando.[110] Esse folheto teria circulado nos meios de esquerda, e consta na memória de Moacyr Urbano Villela, na época estudante de Arquitetura na USP, um trecho especificamente sobre Iara e Maria Lúcia. Em entrevista, na década de 1980, ele rememorou: "foi acusada num documento da Polop, junto com Maria Lucia, de líderes rebolantes da Maria Antônia. Andavam juntas, felizes, rebolando, fazendo a política delas".[111] Em depoimento concedido a mim, em 2021, ele citou o assunto, antes mesmo de ser perguntado sobre ele: "a Iara era muito bonita, mas havia várias outras. Eram as 'líderes rebolantes' da Polop, se falava, de uma forma um pouco jocosa".[112] Depois, então, ele fornece mais detalhes:

> *Cê* sabe que até pensei esses dias quem é que escreveu esse documento, era um líder da Polop que estava em divergência, que estavam disputando, acho que é um tal de Bandeiras, se não me engano. Mas eu nunca li esse documento, eu soube que existia e lá ele fazia essa caricatura das duas. Mas eu não me lembro, eu não li esse documento nunca e era uma coisa de brincadeira que a gente era muito amigo delas, então a gente brincava com elas por causa dessa... era meio piada, né? Embora tenha sido usado num documento [ri].[113]

Mesmo sem ter lido o documento, o episódio foi marcante para Moacyr pois era usado como piada entre o grupo de amigos. O texto de autoria de Moniz Bandeira, no entanto, está inacessível[114], por isso não foi possível confirmar a existência da referência.

Apesar de rir dessas situações, tornando-as piada entre seus amigos, Iara provavelmente se afetava com os comentários. Ao menos é o que se estima, dadas as evidências de que ela nutria admiração pelos quadros mais tradicionais. De acordo com Jary Cardoso,

> A Iarinha demonstrava grande admiração e respeito pelos dirigentes da Polop, formuladores da linha política da organização, especialmente o sociólogo Eder Simão

---

[109] SADER, Eder; SADER, Regina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[110] GARCIA, Marco Aurélio. Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira. In: GARCIA, Marco Aurélio. *Notas para uma história dos trabalhadores:* contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019, p. 120.
[111] VILLELA, Moacyr Urbano. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[112] VILLELA, Moacyr Urbano. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 1 jul. 2021. 1 arquivo audiovisual, 55'32'', acervo pessoal.
[113] Idem.
[114] Segundo o historiador Luccas Maldonado, o documento em questão foi intitulado *Escola dos detratores*, mas sua versão na íntegra se perdeu.

> Sader e seu irmão, o filósofo Emir Sader. Sentia essa admiração dela inclusive por mim, que tive uma rápida ascensão dentro do grupo: poucos meses depois de me tornar militante, em 1966 (minha "ampliação" se deu em dezembro de 65), fui indicado para a diretoria da UNE, e não muito tempo mais tarde passei a integrar a Direção Nacional da P.O.[115]

O irmão de Iara, Samuel Iavelberg, ingressante na organização pouco antes dela, também demonstra admiração pelos quadros "históricos".[116] Mesmo assim, não foi possível encontrar qualquer referência a Samuel como sendo um "quadro fraco", que não se destacava nas reuniões. Essa alcunha parecia mais ligada a Iara e às suas companheiras mulheres, de quem era dito que fofocavam e rebolavam.

Figura 23: Iara Iavelberg em março de 1966

Fonte: *Jornal do Brasil*[117]

A superioridade masculina dentro das organizações políticas pode ter sido internalizada pela própria Iara, que, embora em outras ocasiões – sobretudo relacionadas à Psicologia e ao movimento estudantil – se posicionasse, ficava mais calada durante as reuniões da Polop. No caso específico de Jary, isso fica muito explícito. Mesmo sendo quatro anos mais novo que Iara, e tendo ingressado na organização quase dois anos depois dela, ele imediatamente foi alçado à Direção Nacional e ocupou cargos importantes na UNE. Ele tem uma fala curiosa: "sentia essa admiração dela inclusive por mim, que tive uma rápida ascensão dentro do grupo".[118] Em vista

[115] CARDOSO, Jary. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 4 set. 2021.
[116] IAVELBERG, S., 2020, op. cit.
[117] FAMÍLIA quer levar corpo de Iara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1971, p. 16.
[118] CARDOSO, Jary. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida 4 set. 2021.

disso, entende-se que até Iara parecia achar natural a rápida ascensão de homens, em oposição ao modo como era tratada.

Retomando a ideia de que a vivência com seus pais possa ter desenvolvido em Iara uma "zona de desconforto para o machismo"[119], nota-se que este incômodo parecia estar mais relacionado às relações amorosas. No caso das relações políticas, por exemplo, os jogos de poder passavam mais desapercebidos.

Na ótica de determinados grupos externos à Polop, contudo, Iara era, constantemente, vista como quadro de destaque. Elias da Rocha Barros, antes mesmo de conhecê-la, tinha a seguinte impressão sobre ela: "eu ouvia falar da Iara como uma das líderes dessa organização à qual ela estava ligada".[120] Sabe-se agora que essa imagem estava longe de ser precisa. Elias era ligado ao pequeno grupo Movimento Comunista Internacionalista (MCI), organizado pelo jornalista trotskista Hermínio Sachetta. Embora tivessem orientações políticas divergentes, Iara e Elias ficaram muito próximos:

> Não sei se, devido a características minhas ou dela – nós tínhamos divergências enormes em relação à política – nós desenvolvemos uma relação muito pessoal, uma coisa que, de certa forma, ia além do aspecto político. E assim, criávamos problemas de todos os lados. Tanto o pessoal da Polop não gostava desse contato tão amigável entre nós, quanto o pessoal ligado a mim não gostava nem um pouco da situação.[121]

Por conseguinte, apesar da suposta fraqueza teórica, Iara tinha influência no meio estudantil, sobretudo no âmbito da Psicologia. Jary Cardoso relembrou: "ela se destacava, sim, como uma ativista carismática que sabia se comunicar bem com a 'massa', conquistava as pessoas e arregimentava adeptos, conduzindo as questões e lutas da faculdade de maneira pragmática".[122]

O próprio Jary tem um motivo específico para se lembrar dessas características de Iara: o fato de ter sido um dos estudantes que, embora tenha tido nota suficiente para ser aprovado no vestibular daquele ano, não foi convocado graças ao baixo número de vagas. Estes candidatos eram chamados de "excedentes". Ela, de fato, atuou fortemente na luta pela aprovação dos excedentes.

Uma outra fonte confirma sua participação: em 25 de março de 1966, *O Estado de S. Paulo* publicou a notícia *Alunos pedem vagas*, na qual menciona: "Representam os excedentes os vestibulandos Vera Lucia e Dirceu Ricci, enquanto Maria do Carmo Reginato e Iara Haberbow [sic], representam a Auep. Do Grêmio da Faculdade de Filosofia, farão parte o

[119] SANTANA, 2019, op. cit., p. 182.
[120] BARROS, 1986, op. cit.
[121] Idem.
[122] CARDOSO, Jary. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 7 set. 2021.

presidente e o vice-presidente".[123] Na notícia, Iara é citada com seu sobrenome de casada: Iara Haberkorn, embora grafado incorretamente. Já Maria do Carmo Reginato, a outra aluna referida pelo periódico, era a presidente do "Centrinho" na época, já no fim de seu segundo mandato:

> A gente se preocupava mais em verificar as relações de nosso departamento com a faculdade; mais com o curso, o currículo. (...) O Centrinho também estava engajado no movimento político com o Grêmio, DCE, UEE, mas era indireto, porque a preocupação maior era do curso de Psicologia e seus problemas; ainda não tínhamos professores próprios. Eram também as reivindicações dos alunos que dirigiam o setor de Psicologia e, sobretudo, uma grande preocupação em discutir a Psicologia ligada à realidade nacional que a gente estava vivendo – do Jango e o começo da ditadura. Havia a preocupação de que as coisas que estudávamos não ficassem uma coisa teórica, ou no vazio científico; de ligá-las com a realidade social, com os problemas populares vividos em São Paulo, no Brasil.[124]

Não foi possível acessar nenhum documento sobre a criação e as gestões da Auep,[125] restando apenas os relatos majoritariamente de Maria do Carmo. Segundo ela, nos primeiros anos, a gestão da Auep era eleita por um colegiado.[126] Apenas no pleito de 1966, isso mudaria.

Porém, antes das eleições para a nova gestão da Auep, que ocorreram possivelmente no segundo semestre, houve a luta pelos excedentes. Não se sabe o motivo pelo qual Iara consta como representante da entidade na notícia do *Estadão*, uma vez que, oficialmente, ela ainda não pertencia à gestão. De qualquer forma, ela teve de fato atuação.

Em 23 de março de 1966, a *Folha de S. Paulo* publicou uma lista com os candidatos aprovados para a Psicologia naquele ano, sendo 33 nomes. Incluiu também uma lista dos candidatos excedentes: 31 nomes.[127] Naquele ano, foram 358 inscritos para o curso, que só era ofertado no período diurno. Em reunião realizada no Grêmio da FFCL,[128] estudantes e excedentes escreveram um abaixo-assinado, a ser apresentado para a diretoria da Faculdade.[129] Entregue ao então diretor da FFCL, Mario Guimarães Ferri, este teria o encaminhado "ao Prof. Arrigo Leonardo Angelini, coordenador do curso para que obtenha o pronunciamento dos outros professores".[130]

A ideia de que o diretor da Faculdade teria repassado a responsabilidade pela decisão sobre o futuro dos excedentes para os docentes do curso de Psicologia se relaciona com as

---

[123] ALUNOS pedem vagas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1966, p. 12.
[124] CARVALHO, M. C. R., s.d., op. cit.
[125] Foram consultadas as seguintes instituições e entidades estudantis, que negaram ter qualquer tipo de documentação do período: Instituto de Psicologia da USP, Centro Acadêmico Iara Iavelberg e Diretório Central dos Estudantes da USP.
[126] CARVALHO, M. C. R., s.d., op. cit.
[127] APROVADOS em Psicologia na Filosofia da USP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mar. 1966, p. 6.
O fato de ter sido 33 o número de aprovados soa estranho, uma vez que a Psicologia tinha apenas 30 vagas abertas. Todas as outras notícias a partir de então falam em 33 excedentes e 30 aprovados.
[128] EX-ALUNOS da FEI contra manifestação de sábado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mar. 1966, p. 7.
[129] ALUNOS pedem vagas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1966, p. 12.
[130] Idem.

memórias de Jary Cardoso. De acordo com o que se lembra, Iara teria atuado na tentativa de convencer os professores: "a Iarinha conversou com os professores simpatizantes do movimento estudantil que faziam parte da banca examinadora e fez gestão a meu favor, com altos elogios à minha pessoa, me apresentando como um quadro promissor".[131] Ainda que se lembre de uma ação direcionada apenas à sua pessoa, é mais provável que Iara tenha feito isso pelo coletivo dos excedentes.

Em 31 de março, a *Folha de S. Paulo* publicou reportagem com o ponto de vista dos docentes do curso de Psicologia a respeito da crise dos excedentes e das condições gerais do curso. Os professores se dividiam entre aqueles que acreditavam que o curso não comportaria os excedentes, devido à pouca verba destinada a ele; e outros, que achavam que a questão dos candidatos era o menor dos problemas, dado que as condições já eram precárias de qualquer jeito. Por meio desta notícia, pode-se compreender um pouco a situação do curso de Psicologia naquele período, que era considerado uma ramificação do Departamento de Filosofia.[132] Arrigo Leonardo Angelini, professor e coordenador do curso, afirmou:

> O curso foi criado em 1957 com a condição de não acarretar quaisquer ônus para a Faculdade. De lá para cá as necessidades aumentaram, principalmente com a criação do curso profissional, que exigiu ampliação do currículo. No entanto, não foram liberados recursos correspondentes.[133]

O impasse entre professores perdurou por um longo tempo, levando a questão ao debate inclusive no poder legislativo, entre os deputados estaduais da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).[134] Segundo a *Folha*, cerca de 80 deputados assinaram um telegrama entregue ao reitor Gama e Silva.[135]

Apenas em 14 de abril, tanto a *Folha* como o *Estadão* publicaram a aprovação das matrículas dos 33 estudantes excedentes, além da liberação de Cr$ 14 milhões em verbas.[136] Como o acesso a fontes produzidas pelo próprio curso de Psicologia e pela universidade em geral não foi permitido pela USP, além de relatórios e levantamentos feitos pelos alunos durante o movimento pela aprovação dos excedentes, as únicas fontes disponíveis foram os jornais. Não

---

[131] CARDOSO, Jary. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 4 set. 2021.
[132] DEVE ser apreciado hoje o caso dos excedentes de Psicologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1966, 2. ed., p. 11.
[133] Idem.
[134] PEQUENO expediente. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 1966, Executivo, p. 59.
[135] DEPUTADOS pedem aproveitamento dos excedentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 abril 1966, p. 6.
[136] O *Estadão* detalhou as reivindicações atendidas: "Sociologia, 1 instrutor; Psicologia do desenvolvimento, 1 instrutor, 2 escriturários, um milhão de cruzeiros para livros e um milhão para aparelhamentos; Psicologia geral e experimental, 2 instrutores, 1 auxiliar de laboratório, três milhões de cruzeiros para aparelhos e quinhentos mil para aquisição de livros; Estatística, 1 instrutor, 1 maquina de cálculos e quinhentos mil cruzeiros para livros; Fisiologia, 1 instrutor, 1 auxiliar de laboratório, 2 serventes, cinco milhões de cruzeiros para material gráfico e três milhões para materiais diversos". OS excedentes serão aceitos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1966, p. 16.

se pode deixar de observar que o assunto teve uma cobertura ampla nos dois principais periódicos da cidade e do país. A reportagem da *Folha* que entrevistou os docentes não poupou detalhes sobre as condições precárias em que o curso se desenvolvia. Apesar disso, entre a data da divulgação do abaixo-assinado feito pelos alunos e a determinação da matrícula transcorreu um período de quase um mês, no qual – estima-se – deve ter havido grande mobilização estudantil, tanto com os docentes quanto com a diretoria. Iara, definida como representante da Auep desde a primeira reunião sobre o tema, deve ter tido papel central em todo este processo que, no fim, não resultou apenas na admissão dos 33 estudantes sem vagas, mas em uma ampliação dos investimentos na Psicologia.

No dia 30 de abril, foi publicado no *Diário Oficial* o contrato de aluguel de um imóvel na Rua Cristiano Viana, 177, bairro de Pinheiros, que seria destinado à Cadeira de Psicologia.[137] Neste prédio, até meados de 1968, funcionou a área correspondente à Psicologia Clínica do curso. A conquista deste espaço parece estar diretamente associada à mobilização discente e docente, em prol dos excedentes.

3.3 Primeira missão polopiana: a conquista do Centrinho

Na década de 1980, a psicóloga Marie-Christine Laznik, amiga de Iara e, em 1966, estudante do primeiro ano de Psicologia, declarou:

> No grupo, havia as CDF, mas eram menos boas [sic] alunas que nós. A gente se divertia fazendo política universitária, somada à noção de que fazia uma coisa boa. Eu acho que a Iara destoava do nosso grupo da Polop; (...) éramos as louquinhas do grupo um pouco, mas muito eficientes, porque às outras, menos loucas, não se pediu que tomassem o Centrinho. A nossa eficiência fechava a boca do pessoal.[138]

Anteriormente, observamos que a postura de Iara de fato não era muito bem-vista na organização. Seu comportamento e sua vida pessoal eram tomados com reservas. Contudo, possivelmente diante de sua influência no movimento dos excedentes, Iara foi incumbida pela Polop de concorrer às eleições para a presidência da Auep.

De acordo com as memórias de Maria do Carmo Reginato, aquelas seriam as primeiras eleições gerais para o Centrinho, cuja diretoria até então era eleita por um colegiado. Ela era ligada ao PCB, adversário da Polop.

Conforme se lembrou Marie-Christine, a chapa do Partidão teria sido decisiva para a formação de uma chapa da Polop: "tomamos o Centrinho. E a gente diz: 'não vamos conseguir

[137] FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 abr. 1966, Executivo, p. 5.
[138] LAZNIK, s.d., op. cit.

tomar, esse centrinho é do PC historicamente'. E a gente tomou".[139] O termo "historicamente" talvez seja uma hipérbole – Maria do Carmo estava há apenas duas gestões na Auep, e antes dela estima-se que tenha havido apenas duas outras presidências.[140] Ainda assim, da perspectiva da Polop, tirar uma entidade do controle do PCB soava como grande vitória.

No momento em que decidiu se candidatar, Iara optou por se demitir do cursinho, de acordo com as memórias de Jocimar Archângelo.[141] Além disso, em outubro de 1966, ela entrou com um processo de revisão da pensão alimentícia que recebia do ex-marido, Samuel Haberkorn. Por meio da advogada Annina Alcântara de Carvalho[142] – que havia defendido Samuel Iavelberg, processado em um IPM por envolvimento com impressão de material político na gráfica do Cursinho do Grêmio[143] –, Iara alegou que era estudante universitária sem nenhuma fonte de renda. Ela requeria o reajuste da pensão estabelecida segundo o salário-mínimo vigente em 1966.[144]

É interessante observar que Iara tenha feito essa solicitação, dado que, antes da aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, a obrigação alimentar do ex-marido em relação à mulher estava sujeita à "dignidade" feminina. Sabe-se que Iara não se mantinha "fiel" a Haberkorn, cultivando livremente relações consideradas "extraconjugais" mesmo com o desquite. Esse entendimento sobre a suspensão do direito era difundido na mídia na época: a "compreensão seria a de que a interrupção do auxílio financeiro deveria ocorrer se a mulher mantivesse conduta que fosse questionável perante a sociedade".[145]

---

[139] Idem.
[140] CARVALHO, M. C. R., s.d., op. cit.
[141] ARCHÂNGELO, s.d., op. cit.
[142] Annina foi advogada que, durante a ditadura civil-militar, se dedicou a defender presos políticos. Na década de 1970, por estar sendo perseguida, foi obrigada a seguir para o exílio.
[143] SÃO PAULO. Foro Central Cível/3ª Vara da Família e Sucessões. *Revisão de pensão alimentícia*. Autora: Iara Iavelberg. Réu: Samuel Haberkorn. 1 vol., 14 out. 1966.
[144] Em novembro de 1965, Samuel Iavelberg foi preso pelo Dops, como vice-diretor do Cursinho do Grêmio, acusado de imprimir na gráfica do próprio Grêmio materiais considerados "subversivos", como panfletos políticos de entidades estudantis, como a UNE e a UEE, contrários à ditadura. Samuel e outros estudantes presos na ocasião, Shuji Koseki, Olympio Giroldo e Jocimar Archângelo, foram ouvidos e "alegaram que, apesar de haver a possibilidade de o boletim ter sido datilografado na máquina apreendida, ignoram quem a utilizou, pois o local é frequentado por grande número de professores e estudantes em geral" (p. 203). Embora, em 31 de janeiro de 1966, tenha sido indiciado por descumprimento do Art. 17 da Lei de Segurança Nacional ("instigar, publicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública"), o julgamento não procedeu. O investigador responsável foi Raul Nogueira de Lima, conhecido como "Raul Careca", também integrante do CCC.
BRASIL. *Lei n° 1.802, de 5 de janeiro de 1953*. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/2k0S0mm. Acesso em: 30 jan. 2023.
STM. *Autos findos 234*, São Paulo, 1 volume, 1965.
[145] NAVES, Ana Rita Coutinho Xavier. *Relações entre a mídia e leis nas mudanças da família brasileira:* uma análise comportamental da evolução de práticas culturais. Tese (Doutorado em Ciências do Comportamento) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2013, p. 69.

Retomando a memória do irmão Raul de que, em algum momento do processo de desquite, Haberkorn tenha sido pressionado para expor as traições de Iara,[146] é possível aventar que isto tenha ocorrido quando ela solicitou a revisão da pensão. Isso fica mais evidente durante a análise da resposta do advogado de defesa: ele alegou que Haberkorn costumava dar muito mais dinheiro do que o estipulado na sentença de desquite; no entanto, diante das "exigências e o *comportamento* da autora", decidiu dar um basta na situação, estabelecendo um valor fixo a ser depositado todos os meses na conta de Iara – deixando subentendido que antes o dinheiro era entregue em mãos.[147]

Em outros momentos do texto, o advogado frisa a condição de desquite amigável celebrado entre seu cliente e Iara; estima-se que isso tenha ocorrido porque não poderia haver atribuição de pensão alimentícia em casos de comprovação de "conduta inadequada" feminina, como num desquite litigioso.

Além do desejo de estabelecer oficialmente que o valor passasse a ser o de Cr$ 200.000,00, Iara havia requerido que o desconto passasse a ser feito diretamente na folha de pagamento de Haberkorn, alegando que ele seria funcionário público. Ele negou esta condição[148] e teve vitória no processo, uma vez que o juiz julgou as demandas de Iara improcedentes. É possível que Iara não tenha recorrido da decisão, com o medo de perder o valor que recebia do ex-marido, dado que ele poderia comprovar que ela mantinha outros relacionamentos, o que pioraria sua situação financeira e moral, perante a família e os amigos.

Ainda sobre a candidatura para o Centrinho, embora não tenha sido possível apurar quais eram os integrantes de cada chapa, sabe-se que o candidato pelo PCB era apontado como sucessor da gestão de Maria do Carmo Reginato. Já a chapa de Iara era integrada por Maria Lúcia Carvalho, Marina Tschiptschin, como diretora do departamento cultural, e Susana Rossberg, como tesoureira. Maria Lúcia não soube especificar suas funções. Maria do Carmo estima que havia primeiro e segundo secretários e um tesoureiro.[149] Ademais, ela relatou suas lembranças sobre o impacto de Iara entre os estudantes:

> A Iara vinha como professora, acho que do cursinho do Grêmio, com seus alunos, era uma pessoa mais jovem. Como é que eu vou dizer, entusiasmada, uma pessoa cheia, eu sou uma pessoa introvertida, sabe? (...) Então começou haver colocação de posições políticas, eu era mais ligada... Como é que fala... Na ocasião ao Partido Comunista né, então assim eu tinha as posições mais quadradas, digamos né? E a Iara

[146] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.
[147] SÃO PAULO. Foro Central Cível/3ª Vara da Família e Sucessões. *Revisão de pensão alimentícia*. Autora: Iara Iavelberg. Réu: Samuel Haberkorn. 1 vol., 14 out. 1966.
[148] Idem.
[149] CARVALHO, Maria do Carmo Reginato Gama. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 13 jul. 2021. 1 arquivo audiovisual, 59'01'', acervo pessoal.

> já veio com aquela força da Psicologia mesmo, sabe? E assim o que fazer aqui né, como dar provimento às ideias aqui que estamos estudando, vivendo né?[150]

Naquele período, dois grupos estavam se sobressaindo na Psicologia, a Polop e o MCI.[151] Em especial entre os estudantes mais novos, o PCB representava estas posições mais "atrasadas". Iara já era uma figura conhecida entre os calouros por sua docência no cursinho – e ficou evidente, conforme discutido acima, que tinha um espaço singular no imaginário destes. Norberto Abreu e Silva Neto, um dos excedentes recém-admitidos, declara que, embora tanto Iara quanto Maria do Carmo fossem muito ativas, a primeira tinha uma postura mais "mitológica".[152]

Destaca-se, porém, a falta de memórias das participantes da gestão eleita sobre todo o processo, e dos alunos da época em geral. Marie-Christine e Maria Lúcia se lembram de terem sido designadas pela Polop para cumprir essa função, mas não se recordam de suas atividades dentro do Centrinho. Marina Tschiptschin menciona um cargo de diretora do departamento cultural,[153] mas ao ser perguntada sobre coisas mais específicas, em entrevista para esta pesquisa, respondeu:

> Bom, ela [Iara] dava muita atenção à atividade política. Esse era o foco da atenção dela. Fora isso, ela tinha interesse em cultura, ela tinha muito interesse em psicanálise, ela frequentava o grupo de intelectuais paulistas, que eu frequentava também, que era um grupo surrealista, Raul Fiker, Cláudio Willer, pessoas de projeção mesmo que naquela época eram estudantes ou tinham recém se formado.[154]

Depois disso, o Centrinho não foi mais mencionado pela entrevistada. Essa declaração parece se referir mais às preferências pessoais de Iara do que ao seu trabalho na Auep – ainda que ambas as coisas se misturassem. Não há nenhuma fala mais concreta no sentido de algum projeto empreendido pela entidade.

Em março de 1967, como recepção aos calouros, a revista do Grêmio da Faculdade de Filosofia, *Revisão*, publicou um número especial para os ingressantes da universidade daquele ano, detalhando o funcionamento da agremiação, de todos os centrinhos, além de trazer informações sobre o contexto e demandas do movimento estudantil daquele momento. Neste volume há um texto assinado por Iara – apesar de seu nome ter sido grafado incorretamente como Yara Iavelgerg –, explicando o funcionamento da Auep, descrevendo-a como

> Órgão associativo dos alunos da secção de Psicologia da FFCLUSP. São seus fins congregar os alunos da secção de Psicologia, propugnar pelos direitos e reivindicações

[150] Idem.
[151] WILLER, 1986, op. cit.
[152] apud PATARRA, 1992, op. cit., p. 118.
[153] TSCHIPTSCHIN, s.d., op. cit.
[154] TSCHIPTSCHIN, Marina. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 02 fev. 2021. 1 arquivo de áudio, 44'13'', acervo pessoal.

> dos alunos, promover, estipular, e patrocinar estudos e pesquisas psicológicas, assim como manter diálogo com outras entidades culturais.[155]

Todo o texto está no futuro, dando a impressão de que a gestão ainda iria começar a se mobilizar. Portanto, de forma contrária aos textos sobre os outros Centrinhos publicados na revista, não há especificação sobre quem ocupava cada cargo, constando apenas o seguinte: "para auxiliar a diretoria no cumprimento de suas funções, funcionarão os seguintes departamentos: Cultural, Divulgação, Apostilas, Pesquisa, Biblioteca, Social e Esportivo".[156]

Na primeira edição do *Psi-Jornal*, periódico da própria Auep, publicado pouco tempo após a *Revisão Calouro*, os departamentos são detalhados, com as pessoas responsáveis por cada um deles: Departamento Cultural: Marina Tschiptschin; Departamento de Pesquisa: Ana Maria Almeida; Departamento de Biblioteca: Aurora Furtado; Departamento de Apostilas: Vera Marinho; Departamento de Publicações: Maria Lúcia Carvalho.[157] Confirmam-se, então, as posições de Marina e Maria Lúcia, esta responsável pelo próprio jornal. Há um trecho assinado pela última:

> O Departamento de Publicações da AUEP é o responsável pelo PSI-JORNAL, mas este pertence a todos os alunos da Psicologia. Colabore conosco, mandando sempre artigos para serem publicados. Sobre quaisquer assuntos. E se você quer trabalhar no Centrinho e se interessa pela divulgação de tudo que ocorre na Psicologia venha trabalhar conosco junto ao departamento de Publicações.[158]

Em relação aos esforços da entidade para fomentar as atividades culturais, podem-se citar algumas memórias. Iara Areias Prado, que cursava o Cursinho do Grêmio para prestar vestibular em Psicologia, se recordou de ter feito um curso sobre signos, organizado pelo Centrinho e ministrado por Décio Pignatari[159]: "Iara [Iavelberg] abria todos os dias a aula, os debates, falava, encerrava, ninguém perdia aula. Eu tinha até um diploma assinado por ela, do curso".[160]

Cláudio Willer se lembrou de quando, em parceria com Décio Bar – amigo e ex-namorado de Iara –, montou uma peça intitulada "América", que contou com a divulgação do Centrinho:

> Em 67, no começo, eu e Décio Bar decidimos fazer um espetáculo teatral sobre a geração *beat* – o que, na época, era uma ousadia, um tema maldito. (...) Então, fizemos

[155] IAVELGERG, Yara (sic). Psicologia. In: REVISÃO calouro. São Paulo: Departamento de Publicações do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mar. 1967. Disponível na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP, p. 25.
[156] Idem.
[157] ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS (AUEP). *Psi-Jornal*, mar. 1967. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.
[158] Idem.
[159] Décio Pignatari (Jundiaí, São Paulo, 1927 - São Paulo, São Paulo, 2012) foi poeta, ensaísta, tradutor, contista, romancista, dramaturgo e professor. Cf. https://bit.ly/3BAweeE. Acesso em: 30 jun. 2022.
[160] PRADO JR. e PRADO, s.d., op. cit.

> o espetáculo no Teatro da Rua. Fomos vender espetáculos. Em certas áreas da USP, por causa do TUSP, ele foi deliberadamente boicotado. Em Ciências Sociais, por exemplo, não consegui nada. Já na Psicologia, a Iara com o Centrinho me lotou o teatro; conversou com o José Dirceu, que lotou o teatro com estudantes de Direito da PUC, do qual ele era líder. Enquanto em outras áreas houve boicote, porque era um teatro que não tinha nada a ver com o tipo de proposta de teatro estudantil da época, nessa área houve apoio muito claro da Iara, e volta com isso o tema que eu falava de sectarismo, e que Iara não tinha nada a ver com isso, ela tinha uma perspectiva muito ampla, aberta.[161]

A peça estreou no começo de abril de 1967, inicialmente às segundas-feiras. Embora estivesse ligada ao Teatro da Universidade de São Paulo (Tusp) neste momento – que, segundo Willer, ficou ultrajado com o tema *beat* –, Iara incentivou o público a assistir à encenação. Esse incentivo foi publicado no *Psi-Jornal*.[162] O período do Tusp, que abrange também o namoro de Iara com José Dirceu, citado por Claudio, será abordado mais à frente. Esta situação foi citada para exemplificar iniciativas culturais, enquanto presidente do Centrinho.

Mesmo assim, nos dois casos citados, as iniciativas são creditadas a Iara em si, e não a Marina ou a alguma outra integrante da gestão. Nesse sentido, o relato de Susana Rossberg, a tesoureira, é interessante:

> As eleições do centrinho se faziam por chapa. Havia duas chapas, fiz parte da chapa da Iara. *Não foi a Iara que me pediu, foi a Marie-Christine*, mas não lembro se ela também tinha uma candidatura na chapa. Penso que fui eleita por causa da candidatura da Iara; eu era uma pessoa bastante tímida, ninguém me conhecia. Me lembro que houve uma apresentação das duas candidatas a presidente. Elas vieram na sala de aula e falaram brevemente, não me lembro do que disseram. Tampouco me lembro das outras pessoas da chapa. *Não houve, absolutamente, nenhuma reunião dessa chapa, uma vez que fomos eleitas. Nunca tive de fazer absolutamente nada*, até estranhei, e no meio do ano seguinte fui embora do Brasil.[163]

Ressalta-se que esta é a única lembrança mais específica sobre o processo de eleição – justamente a da pessoa menos envolvida. Observa-se também que as pessoas mais próximas a Iara, Marie-Christine e Maria Lúcia, eram militantes oficiais da Polop. Aurora Maria Furtado, a Lola, era naquele momento militante ligada ao PCB.[164] Sobre Ana Maria Almeida e Vera Marinho não foi possível apurar ligações políticas.

---

[161] WILLER, 1986, op. cit.

[162] "TEATRO - Claudio Willer e Décio Bar dirigem AMÉRICA, peça com poesias da *beat generation* com poemas de [Allen] Ginsberg e outros. Segunda-feira, dia 3, espetáculo exclusivo para os alunos da Psicologia – mais uma da AUEP. O teatro é o Teatro de Rua, onde era a boate Saloon na rua Augusta". ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS (AUEP). *Psi-Jornal*, mar. 1967. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.

[163] ROSSBERG, Susana. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 4 set. 2021.

[164] A presença de uma integrante do Partidão em gestão encabeçada pela Polop reforça a ideia, apresentada por Daniel Aarão Reis, de que a Polop se voltava para a luta interna das esquerdas, convidando outras forças para o diálogo e autocrítica – inclusive o PCB. Além disso, Aurora Furtado ainda era ligada ao partido, mas já com restrições, que desencadeariam em sua migração para a Dissidência Universitária de São Paulo (Disp), assunto tratado mais à frente.

Retornando à *Revisão Calouro*, Iara detalha alguns dos problemas específicos do curso de Psicologia, citando alguns mestres "refratários ao diálogo". Ela descreve um problema com a biblioteca de Psicologia Geral e Experimental, que não permitia empréstimo de livros aos alunos durante as férias ou àqueles que já tivessem cumprido os créditos da área: "infelizmente, esses problemas não podem ser discutidos abertamente, pois nos retrucam que nosso interesse é mais político do que científico?!".[165]

Apesar de as reivindicações serem majoritariamente no campo do curso da Psicologia, os interesses políticos mais gerais pareciam estar entrelaçados. Como dito antes, Marie-Christine se recordou de ter recebido a missão de "tomar o centrinho" do PCB para a Polop – apesar disso, a mesma edição da *Revisão* confirma que, na realidade, ela integrava a gestão do Grêmio, sob direção de José Arantes (PCB), como 1ª tesoureira.[166]

De qualquer forma, outras integrantes da Auep, como Susana Rossberg e Marina Tschiptschin, parecem ter sido consideradas quadros em potencial a serem recrutados pela Polop. Susana participou de algumas reuniões da célula, ainda que sem concretizar qualquer envolvimento. Marina, que acompanhava Iara em muitos dos eventos do movimento estudantil nacional e local, também se lembrou de uma tentativa de ser recrutada:

> Tinha a atração pela Polop, achava que todo mundo era muito bacana, entrei encantada com o marxismo, e achava atraentes os rapazes da Polop. Mas, por algumas circunstâncias, talvez interior, nunca me liguei seriamente a nada. Fui a uma só reunião, depois não fui mais. Tempos depois, por uma manobra do destino, Iara me chamou de lado e me acusou de ter delatado alguma coisa da Polop, algo que não tinha acontecido mesmo, nossa, fiquei tão ofendida, tão profundamente magoada.[167]

Em entrevista recente concedida a mim, ela compartilhou mais dados sobre a situação:

> (...) ela me convidou para assistir a reunião da Polop. Aí eu fui, me senti toda honrada, "oh, meu Deus"... Tudo bem. Passaram-se alguns dias, ela chegou para mim e ficou lado a lado comigo. Sem me olhar na cara. E falou "você pensa que eu não sei?". Eu falei "o quê?". "Eu sei que você andou dedando tudo o que aconteceu lá dentro". Eu falei "cê tá enganada, [ri] não aconteceu".[168]

Marina não soube precisar quando isto teria acontecido, durante ou após o fim da gestão no Centrinho, tampouco foram encontrados documentos que contenham alguma evidência de investigação da Polop. Fato é que as integrantes não têm lembranças concretas sobre a gestão.

---

[165] IAVELGERG, Yara (sic). Psicologia. In: REVISÃO calouro. São Paulo: Departamento de Publicações do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mar. 1967. Disponível na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP, p. 25.
[166] REVISÃO calouro. São Paulo: Departamento de Publicações do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mar. 1967. Disponível na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP.
[167] TSCHIPTSCHIN, s.d., op. cit.
[168] TSCHIPTSCHIN, 2021, op. cit.

O que restaram foram duas edições do jornal e algumas poucas memórias de pessoas próximas a Iara sobre suas ações no cargo.

Antônio Eduardo, que foi seu namorado durante o período de campanha, em 1966, declara:

> Iara tinha muitas atividades, lecionava, creio que já tinha militância na Polop e candidata ao Centrinho, envolvida na campanha e depois na gestão e, ao mesmo tempo, pleiteando aulas na faculdade. (...) Ficamos juntos alguns meses. Ela se envolvia muito com outras atividades. Eu me ressentia um pouco, eu tinha certa lentidão na participação. Isso me distanciava dela e me incomodava. Ela era muito ativa, eu não. Também tinha ciúme dela, muito.[169]

A atuação intensa de Iara em atividades estudantis e políticas gerou ciúme em outro de seus namorados, Agripino, já citado anteriormente. O relato demonstra que a raiz do incômodo tem a influência dos papéis de gênero: Antônio Eduardo, o homem, se "ressentia" pelo excesso de participação política da namorada, enquanto ele não conseguia se engajar com a mesma facilidade.

O fato de que o engajamento das mulheres universitárias no ME se dava desde que determinadas "regras" fossem mantidas[170] pode auxiliar na compreensão do incômodo de Antônio: Iara não estava exercendo apenas tarefas relacionadas ao "feminino", como cozinhando para os colegas durante uma greve. Sua posição de presidente da Auep conferia projeção – mesmo que reduzida, dado o baixo impacto do curso de Psicologia no ME –, com oportunidades de falas em assembleias, por exemplo.

Segundo Maria do Carmo Reginato afirmou, "Iara representou uma politização de nosso Centrinho e de atuação, em termos de nossa associação de alunos. E deu muita força para a vinculação dos alunos da Psicologia com os demais e o movimento estudantil, e as coisas que vieram depois".[171] Alguns fatos podem ter contribuído para essa politização.

Em informe de 14 de julho de 1966, o SNI alertou outros órgãos de repressão e espionagem sobre a possível realização do XXVIII Congresso da UNE:

> Tudo indica que a entidade, embora na ilegalidade, vai começar a agir, até mesmo com o emprego de meios violentos. Já se tem notícia de suas ligações com a AP e POLOP através do que, são esperados movimentos de rua com a finalidade de polarizar a opinião pública, antes da realização do XVIII Congresso da UNE, em BH, em meados de JULHO, Congresso que deverá constituir o ponto culminante da atual fase das "operações" (...). *O Congresso a ser realizado pela UNE, em BH, deverá ser o marco inicial para as manifestações de massa, e provavelmente serão atingidos os*

[169] ALMEIDA, s.d., op. cit.
[170] MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos "anos 1968". In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2013, p. 325.
[171] CARVALHO, M. C. R., s.d., op. cit.

> *propósitos de polarização da opinião pública, caso haja intervenção policial violenta, o que parece ser o objetivo primordial dos dirigentes da UNE*.[172]

Ainda que com dificuldades, diante da repressão armada para impedir o evento, o congresso foi realizado nos porões do Convento Franciscano, em Belo Horizonte. Altino Dantas, na época vice-presidente da UNE, relembrou: "dos 450 delegados que deveriam comparecer, cerca de 300 se fizeram presentes, tendo a repressão conseguido impedir a chegada de cerca de 150 delegados, com prisões ou fechamento de estradas de acesso a Belo Horizonte".[173] Lá, foi eleita uma nova gestão, com José Luís Guedes, estudante de Minas, como presidente. Segundo seu próprio relato, Jary Cardoso, companheiro de Iara na Polop de São Paulo, teria sido eleito para uma das vice-presidências ou uma das diretorias, embora não se lembre qual.[174]

Não se sabe se Iara foi a este congresso. Em seu livro *Iara*, Judith Patarra afirmou categoricamente: "Iara não foi, mas presenciou a avaliação da Polop".[175] Ela não cita nenhuma fonte para essa informação. Pelo histórico de envolvimento dela com o congresso anterior, não seria difícil cogitar a possibilidade de sua participação. No entanto, não foi encontrado nenhum documento ou testemunho que confirme ou negue a hipótese.

Apesar disso, a principal pauta foi em torno da organização de oposição à Lei Suplicy. Esse debate continuaria nas entidades estaduais, como, no caso de São Paulo, no XIX Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, que foi impedido de ser realizado. Em seu primeiro dia, 7 de setembro de 1966, as autoridades prenderam cerca de 178 estudantes logo no credenciamento.[176] Embora afirmando que o movimento estudantil "tendia a refluir",[177] a *Folha* publicou com "surpresa" a decretação da UNE de greve geral no país. Ao tratar da assembleia na Cidade Universitária, indicou que ficou decretada greve de 72 horas nas universidades paulistas.[178]

Foi marcada uma manifestação em São Paulo para o dia 20 que, apesar de oficialmente proibida pelas autoridades, foi realizada. Essa passeata, iniciada no Largo do Paiçandu, é das

---

[172] ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 165/00-4*, 14 jul. 1966. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0.0.9897, grifos meus.
[173] DANTAS, Altino. 27ª gestão: a reorganização da UNE após o golpe de 1964. In: SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE.* Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes. Coleção História Presente, v. 4. São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p. 39.
[174] CARDOSO, Jary. Assunto do e-mail: Informações - Congresso da UNE 1965. Mensagem recebida em 22 jan. 2022.
[175] PATARRA, 1992, op. cit., p. 123.
[176] ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 340*, 14 set. 1966. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.123, p. 2.
[177] CRISE estudantil tende a refluir. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 1966, p. 14.
[178] ESTUDANTES: greve pode começar hoje. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1966, p. 5.

mais lembradas por aqueles que conviveram com Iara. Moacyr Urbano Vilella, que a conheceu na Faculdade de Filosofia nos idos de 1964, relatou tê-la reencontrado justamente nessa ocasião:

> A gente se reencontrou em 1966 ou 1965, no início das lutas estudantis, com as primeiras passeatas, a primeira foi em setembro. (...) [Abreu] Sodré proibiu a passeata e a faculdade amanheceu fechada. Pegaram a gente de surpresa. Aí, instalamos um comando no cemitério da Consolação e mandávamos as pessoas voltarem à tarde. O secretário da Segurança dava declarações à imprensa dizendo que não ia haver passeata. Organizamos grupos de 10, com um representante, que ia receber instruções no cemitério. E a passeata saiu do Largo Paiçandu. Quem deu início, com o grito "ditadura não", foi o Samuel Iavelberg. Como foi a primeira passeata, a imprensa fez um acordo, queriam saber onde seria e a gente concordou, contanto que despistasse a polícia. (...) Nesses dias, da chamada Setembrada, reencontrei Iara.[179]

Sobre o grito que iniciou o protesto – supostamente de Samuel – foi narrado no *Jornal do Brasil*: "sempre se deslocando isoladamente entre populares, os universitários chegaram até o Largo Paiçandu, onde, no meio do povo, ouviu-se o grito: - É agora, abaixo a ditadura! Imediatamente, apareceu gente de todos os lados".[180]

Maria do Carmo Reginato relatou ter visto Iara se preparando para uma passeata, pouco tempo depois da disputa pelo Centrinho:

> Lembro que, numa passeata contra a ditadura, a turma ia se encontrar na Augusta – foi depois dessa disputa. Eu estava articulada com um grupo, Iara com outro. Ela chegou com sacos de plástico para a gente colocar na cabeça, para o caso de jogarem bombas de gás lacrimogêneo. Conferiu se a gente tinha lenços embebidos em água. E disse: "agora vamos pra tal lugar". Lembro da cena, foi no bar Longchamp, perto da Paulista; um café gostoso. Cada grupo foi para um lugar e depois se juntou e engrossou a passeata.[181]

Lucia Sarapu, sobre o mesmo dia, descreve:

> Em 1966, Iara foi presa em passeata, fomos presas juntas, em junho. Foi uma passeata em que Melo [Samuel Iavelberg] puxou a bandeira brasileira, no Paiçandu. (...) Quando Melo gritou "abaixo à ditadura", corremos todos para a rua. Ninguém tinha coragem de formar massa e seguir a passeata. Íamos formar pequenos grupos. Quando ele gritou e todo mundo correu, a polícia deixou. Depois, veio para dispersar, jogou bombas de gás lacrimogêneo. Aí, já tinha vários pontos marcados. Fomos presas no Brás. Eu, ela e um grupo.[182]

Embora no depoimento citado, dado nos anos 1980, Lucia mencione que Iara teria sido presa junto com ela, em entrevista que me concedeu em 2020, sua lembrança sobre o episódio era diferente:

> Não. Ela não foi presa. Eu me lembro que nós nos vimos, nós nos conversamos durante a coisa, eu vi outras que aquilo se poluía de um local para outro. Então *cê* via uma pessoa, via outra. Aí *cê* tinha que correr pra Praça da Liberdade, depois voltava pra Praça da Sé, e aquilo foi um movimento grande.[183]

---

[179] VILELLA, s.d., op. cit.
[180] POLÍCIA paulista reprime passeata estudantil em 3 frentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1966, p. 14.
[181] CARVALHO, M. C. R., s.d., op. cit.
[182] SARAPU, s.d., op. cit.
[183] SARAPU, Lucia Vieira. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 16 mar. 2021. 1 arquivo de áudio, 1º12'28", acervo pessoal.

Não foi encontrado nenhum registro de detenção de Lucia ou de Iara. Porém, Roberto Ferraz do Amaral tem uma lembrança que pode explicar essa divergência:

> De uma passeata em 1966, [lembro] o jeito que ela estava vestida: uma blusa de pescoço, sapato baixo, saia e a capa de chuva, uma capa. Sentamos no chão, veio a polícia batendo, briguei para não deixar os policiais baterem nela, saímos correndo. A repressão, a emoção. Depois, fomos juntos para minha casa, um apartamento na frente do antigo Estadão.[184]

Os relatos confirmam a participação de Iara nos protestos de setembro de 1966, principalmente neste do dia 20 de setembro, o mais numeroso e lembrado pelos participantes. Já era esperado que, como presidente do Centrinho de Psicologia, entidade muito próxima ao Grêmio da Faculdade de Filosofia, ela estivesse engajada nesta ocasião.

Figura 24: Estudantes em passeata, no dia 20 de setembro de 1966, em São Paulo

Fonte: *Folha de S. Paulo*[185]

No dia 21, a *Folha* publicou a cobertura da passeata, com uma fotografia em que aparecem Samuel Iavelberg e Marie Christine-Laznik, destacados na Figura 25.

[184] AMARAL, s.d., op. cit.
[185] PASSEATA anda 45 minutos e acaba na Liberdade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 set. 1966, p. 7.

Figura 25: Passeata estudantil de 20 de setembro de 1966, em São Paulo

Fonte: *Estadão Conteúdo*

Em 22 de setembro, a UNE decretou o "Dia Nacional de Luta contra a Ditadura", transparecendo o óbvio teor das manifestações estudantis. No dia seguinte, 23, uma passeata no Rio de Janeiro foi fortemente reprimida, com invasão da Faculdade Nacional de Medicina (Praia Vermelha), destruição de equipamentos, agressão a estudantes, abusos a alunas etc., ficando conhecida como "Massacre da Praia Vermelha".[186]

Esse foi, então, um momento em que as demandas antiditatoriais apareceram claramente nos discursos universitários, com um viés explicitamente esquerdista. A Setembrada evidenciou como a organização do ME, em torno da recém-rearticulada UNE, agira em prol de uma resistência política contra a ditadura ainda nos seus primeiros anos – quando o regime tentava sustentar "ares democráticos".[187]

****

1964 representou o início de um período autoritário no Brasil: a ditadura civil-militar. Paradoxalmente, na vida de Iara, os primeiros anos do regime coincidiram com o momento em que ela se dotou de mais liberdade, com o ápice sendo seu desquite, no início de 1965, e a consequente "libertação" de um casamento que a fazia se sentir presa.

[186] MARTINS FILHO, 1987, op. cit., p. 102.
[187] MÜLLER, Angélica. O "acontecimento 1968" brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, a03920, 2021, p. 6.

Ao mesmo tempo, Iara não deixou de sentir os efeitos das políticas da ditadura, sobretudo as destinadas ao meio universitário, no qual ela estava inserida como estudante de Psicologia da USP. Ao que tudo indica, a insatisfação com o golpe de 1964 e, principalmente, o sentimento de impotência diante da falta de resistência, foram elementos cruciais para que ela escolhesse se engajar em uma organização de esquerda. Iara atuou, principalmente a partir de 1965, para a rearticulação do movimento estudantil universitário, tendo sido eleita para a presidência da entidade estudantil de Psicologia da USP, a Auep.

Isto é, ao mesmo tempo que seu engajamento era fruto da politização do meio universitário pós-golpe, Iara foi também agente da rearticulação do movimento estudantil. Isso porque "o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz. Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também uma moeda. Até o membro mais fraco da sociedade tem sua parcela na cunhagem e na limitação dos outros membros, por menor que seja".[188] Ou seja, a sociedade só existe pelos indivíduos, e os indivíduos só são como são, pois se relacionam com o coletivo, em uma troca constante.

A abordagem da história do cotidiano permite analisar como as convenções sociais são criadas, recriadas e desfeitas.[189] Por meio do estudo da trajetória de Iara, podemos examinar como ela lidou com certas convenções, por vezes esforçando-se para cumpri-las; eventualmente questionando-as diretamente, ou burlando-as consciente ou inconscientemente, com suas práticas consideradas excêntricas para a época.

Aqui, o fato de demarcar que seria anacrônico classificar Iara como feminista, não implica dizer que Iara não foi vítima de machismo e que não reagiu a ele, consciente ou inconscientemente. Seu esforço para se projetar no movimento estudantil, campo dominado por lideranças masculinas – e apesar de, como tratado, sua "zona de desconforto para o machismo" ter um ponto cego especificamente neste âmbito –, pode ser considerado uma forma de reação. O que não ocorria, no entanto, sem represálias: afinal, teria sido caracterizada como "líder rebolante", pois a militância e o "feminino" não podem ser combatidos.

[188] ELIAS, 1994, op. cit., p. 34.
[189] MAILÄNDER, 2015, op. cit., p. 7.

CAPÍTULO 4
1967: O ANO QUE (QUASE) NÃO TERMINOU[1]

> Os ânimos andam quentes nos dias de hoje. Depois que tudo passar, nós todos voltaremos a raciocinar com calma.
>
> *Bertolt Brecht*[2]

Eva Iavelberg afirmava que, nos aniversários dos filhos, sempre costumava perguntar o que queriam comer. No dia 4 de maio de 1966 não teria sido diferente. Ela cozinhou a comida predileta da filha Iara Iavelberg que, durante a hora de comer, teria começado a chorar. "Então, vi que ela estava infeliz, porque ninguém chora quando está feliz, no dia do aniversário, com todos os irmãos na mesa. Perguntei, ela disse que queria ter um cantinho só dela. Foi aí que se comprou o apartamento da Maria Antônia para ela".[3] Afirmando que imediatamente apoiou a filha, ela conta mais sobre a decisão:

> A Iara tinha muito atrito com o pai, principalmente depois que se desquitou. Por isso também fiz questão de comprar o apartamento da Maria Antônia, para tirar ela desse ambiente, que estava lhe custando a saúde. Pois não se podia exigir que uma moça de 21, 22 anos fosse uma santa, levasse vida de uma virgem. É até humanamente impossível exigir isso de uma filha. E para ele, ele falava claramente: "prostituta". Isso gerou brigas homéricas. Os rapazes podiam fazer o que quisessem.[4]

Não se sabe exatamente quanto tempo levou para que as duas convencessem David Iavelberg, o pai tradicional e conservador, a comprar um apartamento para que Iara, desquitada, vivesse sozinha. Essa aquisição teria sido feita em partes com dinheiro de Iara – advindo de suas economias e da venda de seu carro –, além de um valor dado pelo pai. Em meados de 1966, Iara já estava instalada em um apartamento pequeno, de cerca de 30m^2, próprio, na Rua Maria Antônia, 384. A experiência de morar sozinha em plenos anos 1960, sendo mulher e desquitada, proporcionou a Iara um período de ampliação cultural e afetiva, com mais experiências amorosas e sexuais e um pouco mais de liberdade no campo comportamental.

Desse período datam as impressões mais comuns sobre a Iara: a ideia de que seria uma "Leila Diniz" da Maria Antônia, um ícone da libertação sexual feminina. Mas o que teria feito ela de tão singular, a ponto de ser alçada a esse posto?

Sonia Lafoz, candidata ao curso de Psicologia em 1967, relatou: "eu tinha cabelo comprido, liso, calça jeans ou sainha, blusa. E como eu fazia Psicologia, usava muito o guarda-

[1] Título inspirado no livro: VENTURA, Zuenir. *1968*: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
[2] BRECHT, Bertolt. Os fuzis da senhora Carrar. Tradução: Antonio Bulhões. In: BRECHT, Bertolt. *Teatro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 34.
[3] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[4] Idem.

pó nas aulas de Biologia. Eu me achava horrível. Ela [Iara] era meu modelo".[5] Iara Areias Prado, aluna do Cursinho do Grêmio entre 1966 e 1967, rememorou:

> No cursinho, os importantes eram o secretário, o coordenador e os professores. E eles é que tinham Iara como mito. Então, umas mulheres eram mito e a Iara liderava, competindo um pouco com a Bety Chachá. Acho que a Bety era quase tão amada e respeitada pelos homens como a Iara.[6]

Bety Chachá, a quem ela se refere, é Bety Chachamovitz, estudante de Física na USP, desquitada e posteriormente atriz no Tusp, amiga próxima de Iara neste momento. Infelizmente, porém, jamais aceitou conceder entrevista.

Marina Heck, estudante do curso de Ciências Sociais e amiga de Iara, descreve:

> Iara, para mim, era o símbolo da mulher liberada. Ela tinha essa importância para mim. Talvez eu fosse até meio retardada. Na minha cabeça, a gente quase que dormia com o namorado e olhe lá. A Iara tinha vários namorados. Ela tinha uma vida muito mais livre. (...) Era uma pessoa que, para minha cabeça da época, era uma pessoa de vanguarda.[7]

Ao mesmo tempo que servia de modelo para as mais novas, tentava conquistar legitimidade entre os mais velhos. Data deste período sua aproximação com intelectuais da Maria Antônia que, apesar de um pouco mais velhos que ela, já eram docentes na USP nas mais variadas disciplinas, mantinham revistas acadêmicas de referência – como *Teoria e Prática* e a *Aparte* – e eram vistos como um grupo seleto, ao qual poucos teriam acesso. Sérgio Ferro, arquiteto e integrante do grupo, relembrou:

> Fiquei conhecendo um grupo de estudantes que cursava simultaneamente a Faculdade de Filosofia e uma outra cadeira, nem sempre era Filosofia, às vezes era Literatura, História, e faziam Arquitetura. (...) Entre esses estudantes do grupo, a Iara frequentava. Esses alunos também logo fundaram o Tusp, cuja base era fundamentalmente a Arquitetura e a Filosofia. Isso foi criando uma grande afinidade entre esse grupo de estudantes e o grupo de professores, dos quais a gente pode incluir o Roberto Schwarz da Filosofia, da Arquitetura o Rodrigo [Brotero Lefèvre], o Flávio [Império].[8]

Tentando encontrar seu lugar no mundo, Iara se dividia entre as atividades da revolução e as perspectivas de se tornar membro da academia, sendo professora da USP. Assim, este dilema – e as múltiplas atividades que dele decorriam – será o tema deste capítulo.

---

[5] LAFOZ, Sonia. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[6] PRADO JR. e PRADO, s.d., op. cit.
[7] HECK, Marina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[8] FERRO, Sérgio. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 24 ago. 2021. 1 arquivo de áudio, 1º10'53'', acervo pessoal.

4.1 “Tendências agremiativas” em alta

A segunda metade da gestão de Iara Iavelberg no Centrinho da Psicologia foi caracterizada por iniciativas para promover a união dos estudantes de Psicologia da USP. Nas últimas páginas do *Psi-Jornal* de março de 1967 foi incluído um formulário a ser preenchido pelos universitários:

> O Centrinho de Psicologia gostaria de conhecê-lo. Saber, de um modo geral, quem é você, o que pensa, faz e gostaria de fazer. (...) Este é o primeiro passo do Centrinho no programa de unificação da nossa turma de psicologia. Responder a estas questões será o seu primeiro passo no nosso empreendimento conjunto.[9]

Além de questões para compreender o perfil socioeconômico do aluno e os motivos de sua escolha pela área da Psicologia, há algumas perguntas que, sutilmente, investigam posicionamentos políticos: “Havia Grêmio no seu Colégio?”; “Você pretende participar do Centrinho?”; “Você crê que o aluno possa interferir, quando necessário, na estrutura do curso?”; e outras de múltipla escolha.

Considerando que as matérias da edição abordaram temas como a luta pelos excedentes, um seminário promovido pela UNE e um texto sobre a possibilidade de cobrança de anuidades nas universidades – assuntos estes amplamente discutidos no movimento estudantil –, pode-se concluir que o Centrinho estava, de fato, procurando se politizar.

A edição era justamente do início do ano letivo de 1967, o último ano de Iara como graduanda. Evelise Marra se recordou: “para mim foi assim: de repente ela estava menos presente, começou a assistir menos aulas. (...) No quarto, quinto ano, ela quase não aparecia. A gente se via pouco”.[10] Maria Alice Vanzolini da Silva Leme, também colega de turma, descreve: “eu fazia faculdade muito a sério, pelo estudo, porque queria. Então, ela recorria muito a mim para emprestar livro, caderno, notas de aula”.[11] Apesar de, segundo as memórias de colegas de classe mais dedicadas e sem envolvimento político, Iara já quase não frequentasse as aulas, estava completamente envolvida nas atividades para a e da Psicologia.

Embora não desse mais aula para os vestibulandos do Cursinho do Grêmio, há memórias sobre Iara indo até aqueles que pretendiam cursar Psicologia. Renata Ferraz Guerra de Andrade, militante da Polop que ingressaria no curso em 1967, descreve:

> Iara não era minha professora, mas veio um dia para fazer uma preleção para os candidatos da Psicologia, e traçou um quadro arrasador da profissão. Lembro que era uma coisa terrível, classista, elitista, muito difícil chegar a ser analista. Com aquela personalidade exuberante dela. Falou das dificuldades para se iniciar na carreira. Ela

[9] ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS (AUEP). *Psi-Jornal*, mar. 1967, p. 15. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.
[10] MARRA, s.d., op. cit.
[11] LEME, Maria Alice V. da S. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

> já era militante na política estudantil. Falou também sobre a regulamentação da profissão, das dificuldades de pagar análise, terminado o curso, e ser admitido no círculo de eleitos que conseguia fazer mestrado, uma especialização e depois, afinal, exercer a profissão.[12]

Essa visão mais crítica das condições de trabalho na Psicologia foi demonstrada também durante a crise dos excedentes de 1966 e acentuada graças à atuação na Auep. No *Psi-Jornal* há uma seção de "notícias breves", onde se encontram informações sobre a Executiva Nacional dos Estudantes de Psicologia (Enepsi) e uma Comissão, provavelmente ligada à Coordenação do curso na FFCL:

> A ENEPSI é a entidade superior de representação dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino de Psicologia no Brasil, filiada à UNE, entidade máxima dos estudantes brasileiros, onde funciona como representante, reivindicadora e assessora para os assuntos relativos à Psicologia.
> COMISSÃO – Permanente para tratar dos problemas materiais do curso, com objetivo fundamental e a longo prazo, de conseguir prédio próprio para a Psicologia. Será formada por um elemento de cada ano do curso. Oportunamente daremos maiores detalhes.[13]

A criação da Enepsi foi o primeiro encaminhamento do I Seminário Nacional dos Estudantes de Psicologia, realizado na Cidade Universitária da USP em abril de 1966, ao mesmo tempo que ocorria a crise dos excedentes. Foi um evento de repercussão nacional. Segundo *O Globo*: "o encontro (...) reunirá representantes dos 13 cursos superiores de Psicologia do Brasil e terá a finalidade de criar uma executiva nacional dos estudantes de Psicologia e estabelecer diretrizes para uma ação conjunta ante os problemas profissionais dos psicólogos".[14] O *Jornal do Brasil*, por sua vez, detalhou os estados dos quais os 80 participantes eram oriundos: São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco.[15] Por ter sido realizado na USP, ainda que durante as negociações pela aprovação dos excedentes, é muito provável que Iara tenha participado – embora não tenha integrado a diretoria eleita.[16]

Apesar de toda a cobertura jornalística, porém, não há qualquer menção sobre a nova entidade ser ligada à já clandestina UNE. Esse detalhe é adicionado pelo *Psi-Jornal*, que a caracteriza como "entidade máxima dos estudantes brasileiros", atestando mais uma vez o envolvimento profundo de Iara e do Centrinho com a UNE. Embora a Lei Suplicy não tenha

[12] ANDRADE, Renata Ferraz Guerra de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1987. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[13] ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS (AUEP). *Psi-Jornal*, mar. 1967. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada, grifos originais.
[14] ESTUDANTES de Psicologia em congresso hoje. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1966, p. 4.
[15] PSICOLOGIA. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 5 abr. 1966, p. 11.
[16] De acordo com o *Estadão*, teria sido a seguinte: presidente: Antonio Ciampa; vice-presidente: Luiz de Oliveira; 1° secretário: Maria Stella Galvão; 2° secretário: Syra Tahin; 1° tesoureiro: Regina Monteiro; 2° tesoureiro: Eduardo Maia.

explicitado que a UNE estava colocada na ilegalidade, seu artigo 20 predispunha o seguinte: "os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias".[17] As autoridades esperavam que, ao ignorarem a UNE, ela perdesse força. No entanto, após um período, ironicamente, a Lei Suplicy fortaleceu a entidade, fazendo com que os estudantes se esforçassem para defendê-la[18] – como é o caso do *Psi-Jornal*.

Em relação à "Comissão", há poucos detalhes no jornal e nenhum em quaisquer documentos da USP obtidos para essa pesquisa. Sabe-se, porém, que a demanda dos alunos por um prédio exclusivo para o curso era antiga, uma vez que as aulas eram ministradas em prédios diversos e distantes um dos outros.

O problema de espaço era vivido até nos projetos idealizados pelos professores. Segundo as memórias de Rachel Rosenberg, as aulas de Aconselhamento Psicológico – disciplina ofertada para as turmas do último ano, tendo tanto Iara quanto Rachel a cursado em 1967 –, ministradas pelo professor Oswaldo de Barros Santos, exigiam atendimentos feitos pelos alunos e supervisionados pelo professor:

> Os primeiros atendimentos daqueles alunos de Psicologia já contavam com algumas características básicas que perduram nos paradigmas de hoje (...) O cliente não escolhe, nem conhece a pessoa que o atenderá, o método a ser utilizado, o local dos encontros, as metas pretendidas, a duração da entrevista e a do processo como um todo. (...) Até 1966, o sólido prédio da Faculdade, na Rua Maria Antônia, abrigava de vez em quando nos bancos dos saguões estas estranhas duplas. Elas conseguiam isolar-se do mundo a sua volta para, ali mesmo, viverem suas angústias e acertos de cliente e de conselheiro, na medida em que não havia local próprio assegurado para tais encontros.[19]

Portanto, segundo Rachel, os atendimentos costumavam ser realizados nos bancos do edifício da faculdade na Rua Maria Antônia. Sobre 1967, com Iara já na presidência do Centrinho, Rachel relatou:

> Em grande parte, por ser a situação tão precária, foi possível estabelecer um acordo na FFCL da USP (entre os seus departamentos de Psicologia e o de cursos para Vestibular do Grêmio), por iniciativa de Iara Iavelberg (...). Na dupla qualidade, respectivamente, de aluna e professora de Psicologia, foi ela quem, ajudada por dois colegas de classe, propôs, planejou, discutiu e veio a instalar a prestação de Serviços ao Cursinho do Grêmio. Assumi a coordenação e administração pelos 17 alunos de 5° ano do Curso de Psicologia, e éramos supervisionados e incentivados pelos nossos professores de Aconselhamento Psicológico e Orientação Profissional.[20]

[17] BRASIL. *Lei n° 4.464, de 9 de novembro de 1964*. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/3uWxEvH. Acesso em: 9 dez. 2022.
[18] LANGLAND, 2013, op. cit., p. 97.
[19] ROSENBERG, Rachel Lea. Introdução: biografia de um serviço. In: ROSENBERG, Rachel Lea. *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU, 1987, p. 2-3.
[20] Ibid., p. 4.

Na USP, atualmente, não está acessível nenhuma outra fonte que possa ser analisada em paralelo ao relato de Rachel – ainda que seja difícil imaginar que a criação de um novo serviço deste porte, com o aval da Diretoria da FFCL, não teria sido documentada. No entanto, não foram encontrados quaisquer documentos sobre a existência, estrutura, funcionamento e organização do Grêmio da FFCL. Através de algumas publicações do Diário Oficial, compreende-se que o cursinho era integrante do "Departamento de Cursos do Grêmio" e, tomando como referência o relato de Rachel, haveria um subsetor, responsável por outros serviços prestados pela entidade – tendo se ligado a este o novo serviço psicológico. Diante de todo o exposto até agora, sabe-se que Iara tinha proximidade com o Cursinho e influência nele, sendo verossímil a realização deste acordo.

Rachel menciona a supervisão dos professores de Orientação Profissional e Aconselhamento Psicológico, Irto de Souza e Oswaldo de Barros Santos[21], respectivamente:

> (...) falamos do programa de atendimento, serviço de psicologia para os alunos gratuito, e pago pelo próprio cursinho, e que foi inédito em São Paulo, e que funcionava como estágio curricular para nós. O horário era de acordo com os nossos horários vagos, das 8 da manhã até às 11 da noite. Nos revezávamos, os 17. Lembro de ter trabalhado sábados, domingos. Nunca houve estagiários mais entusiasmados que nós. Lembro que a Iara estava mais voltada, dentro desse serviço mesmo, para a organização do cursinho. Era muito interessada em educação, universidade. Muitas vezes participou de discussões sobre reforma universitária brasileira, um dos tópicos que mais a apaixonava.[22]

De acordo com o que consta na transcrição, houve um problema com o gravador, fazendo com que Rachel tivesse que resumir o que havia sido dito durante a interrupção da gravação.

Comparando ambos os relatos, compreende-se que o acordo com o cursinho teria possibilitado uma remuneração aos estagiários responsáveis pelos atendimentos – ou seja, Iara, Rachel e o resto da turma. Ela se recordou ainda de que o interesse de Iara estaria mais voltado para a influência do serviço dentro do cursinho, dado que o público-alvo eram os vestibulandos. Esse dado se relaciona com um grande interesse de Iara pela área da educação, apontado outras vezes por outros entrevistados.

---

[21] Em depoimento concedido à pesquisadora Sara Teresa Pérez Morais, o professor Oswaldo de Barros citou Iara rapidamente, ao ser perguntando sobre a reforma universitária de 1968: "Pouco a pouco, em algumas universidades brasileiras começou um movimento de oposição ao sistema. Ao que era essa oposição? Por coincidência, um movimento de oposição típico se concentrou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e no Curso de Psicologia e no quinto ano, onde eu era professor, Iara Iavelberg era minha aluna, era mulher do Lamarca. Aliás uma pessoa distinta, dava-me bem com ela". apud MORAIS, Sara Teresa Pérez. *Professores universitários e psicólogos contam suas vidas*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

[22] ROSENBERG, s.d., op. cit.

Rachel afirmou que o acordo entre Cursinho e a Psicologia teria prosseguido pelo ano de 1968, beneficiando mais uma turma de 5° ano. Contudo, em 1969, com a independência da Psicologia da FFCL e a criação do novo Instituto de Psicologia (Ipusp), o serviço teria sido institucionalizado, tornando-se o atual Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP).[23] Apesar de ter atuado na implementação oficial do serviço na universidade, Rachel Rosenberg seguiu por toda a vida dando créditos a Iara pela primeira iniciativa para a criação do SAP[24] – até os dias de hoje, um dos serviços essenciais prestados pela Psicologia à população.

Ainda sobre a proximidade de Iara com os ingressantes ou vestibulandos, apesar de já estar no último ano, não se pode deixar de abordar a crise dos excedentes de 1967 – que gerou um movimento ainda maior do que o do ano anterior, com acampamento e ocupação da Faculdade de Filosofia. No mesmo *Psi-Jornal* citado neste tópico, o editorial é justamente dedicado a essa questão:

> No editorial do primeiro número do PSI-JORNAL deste ano de 1967 faremos alguns comentários acerca de um problema que vem preocupando todos os alunos do curso, desde o vestibular: a questão dos excedentes. (...) A luta dos excedentes não se pode restringir ao período do ingresso na Faculdade. Pelo contrário, uma vez dentro, é preciso empreender uma luta muito maior pelo aumento do número de vagas, por melhores condições materiais de estudo, e por um ensino cada vez mais avançado, sem perseguições e sem proibições.[25]

Entre os trechos citados, há uma análise sobre o sucateamento das universidades como projeto do governo para evitar que a população tenha acesso à cultura e à ciência.

Tabela 1: Histórico de candidatos inscritos no curso de Psicologia da FFCL-USP

Ano	Vagas	Inscritos
1961	20	65
1962	20	96
1963	20	83
1964	20	[ilegível]
1965	20	226
1966	30	335
1967	30	542

Fonte: *Folha de S. Paulo*[26]

[23] ATENDIMENTOS à comunidade. *IPUSP*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3PUphcB. Acesso em: 11 fev. 2022.
[24] ROSENBERG, 1987, op. cit.
[25] ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS (AUEP). *Psi-Jornal*, mar. 1967, p. 1-2. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.
[26] PSICOLOGIA: candidatos querem conhecer excedentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1967, p. 7.

Como ficou evidente, uma pauta importantíssima do movimento estudantil pós-1964 foram os excedentes: "a insatisfação dos que não conseguiam entrar nas universidades aguçava-se pelo fenômeno dos 'excedentes', jovens considerados aprovados nos exames vestibulares, mas que não eram absorvidos por falta de vagas".[27] No ano anterior à promulgação do Ato Institucional n° 5 (AI-5), marco de intensificação profunda do autoritarismo no regime ditatorial, o governo federal tentava manter ainda os "ares democráticos".[28] Diante dos problemas universitários e da movimentação acentuada de 1966, o então presidente Artur da Costa e Silva fez promessas de abrir diálogo com a classe estudantil, sobretudo a partir das primeiras notícias sobre os excedentes daquele ano.[29]

Em 10 de março de 1967, *O Estado de S. Paulo* publicou a primeira matéria tratando sobre os excedentes da Psicologia da FFCL. Segundo o jornal, o Conselho Técnico-Administrativo da FFCL, o CTA, havia proibido a secretaria do curso de fornecer a lista de excedentes, sabendo-se apenas que seriam 38. Posteriormente, esse número foi corrigido para 35 pelo próprio jornal, sendo dois a mais que o ano anterior. O curso continuava ofertando 30 vagas para o período diurno, e naquele ano teria havido 542 inscritos.[30] Iara, como presidente do Centrinho, foi entrevistada:

> Yara Favelberg [sic] diz que o se reivindica no momento não é só a entrada dos excedentes no curso, mas o aumento definitivo do número de vagas, com a criação de um curso em período noturno. "A Reitoria da Universidade alega que não pode atender aos vários pedidos já feitos pelos professores e alunos, no sentido de dar ao curso de Psicologia maiores recursos e um prédio próprio na Cidade Universitária, por falta de verba. Ao mesmo tempo, entretanto, é criada uma Escola de Comunicações Culturais", diz a estudante Yara Favelberg [sic].[31]

A Escola de Comunicações Culturais (ECC) – correspondente à atual Escola de Comunicações e Artes (ECA) –, à qual Iara se refere, foi criada em junho de 1966, mas seus primeiros vestibulares foram realizados em 1967, com 1.247 candidatos disputando 200 vagas[32] para sete novos cursos.[33] A princípio não tinha prédio próprio, funcionando em um andar de um edifício da reitoria da universidade na Cidade Universitária.

---

[27] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 301 (e-book).
[28] MÜLLER, 2021, op. cit.
[29] LANGLAND, 2013, op. cit.
[30] EXCEDENTE inicia luta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1967, p. 13.
[31] EXCEDENTES do ginásio tem vagas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1967, p. 28.
[32] Distribuídas entre: 50 para Jornalismo; 20 para Arte Dramática, Biblioteconomia e Documentação; 30 para Rádio e Televisão, Cinema e Relações Públicas. Cf. PORTARIA n. 314, de 6 de janeiro de 1967. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jan. 1967, Executivo, p. 4.
[33] ORIGENS. *ECA*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3oNZ2bR. Acesso em: 11 fev. 2022.

A criação da nova escola deve ter gerado um incômodo profundo nos alunos de Psicologia, que cursavam a faculdade em condições precárias desde o início do curso, em 1959. A própria Iara, durante a entrevista, apontou: "o curso funciona em nada mais nada menos que oito prédios diferentes espalhados pela cidade, com poucas salas, e ainda sem verba suficiente para melhorar as bibliotecas e adquirir equipamentos".[34] Esses locais seriam os já citados edifícios na Rua Maria Antônia e na Rua Cristiano Viana (este, uma casa alugada), além dos seguintes: o Departamento de Assistência ao Psicopata (DAP), na Vila Mariana; casa alugada na Rua Jaguaribe, 585; os Departamentos de Fisiologia, Biologia, Geografia e História, na Cidade Universitária; e o grupo escolar Alberto Torres, no Butantã.[35]

Analisando o mapa, as aulas eram realizadas em cerca de três zonas, correspondentes à divisão atual da cidade: Centro, Zona Sul e Zona Oeste. Com exceção dos locais na Cidade Universitária – que, apesar de serem no mesmo "terreno", ficavam distantes entre si – e o grupo escolar, que ficavam no Butantã, todos os outros exigiam grandes deslocamentos. Segundo reportagem da *Folha*, "há alunos que começam suas aulas às 8 horas da manhã num desses locais e têm até a última aula às 21 horas. 'Só em condução e em refeições – que têm que ser tomadas fora de casa – gasto mensalmente perto de Cr$ 130 mil" – disse uma aluna do terceiro ano".[36]

Embora Iara tenha sido entrevistada logo no início de março – quando a lista nominal dos excedentes sequer tinha sido divulgada –, já se posicionando a favor do movimento, as memórias de uma das excedentes daquele ano indicam um cenário um pouco diferente. Sônia Eliane Lafoz relatou:

> O movimento nasceu sem vínculo com a liderança universitária. E nosso interesse era só conseguir vagas, a gente nem tinha noção da política de reivindicação. (...) A primeira ideia foi procurar alguém da liderança estudantil, que foi o Arantes, presidente do Grêmio na época, que disse que daria todo apoio, mas tinha outros problemas. E como no ano anterior foi um movimento que não capitalizou muito (para os grupos), ele orientou, discutiu com a gente e disse "vão trabalhando", explicou como estava estruturado o movimento estudantil na USP. E nós pensando no que fazer e a primeira ideia que surgiu foi acampar. O movimento cresceu com isso, chamou a atenção, deu nos jornais. E aí o movimento se vinculou. Aí, nos organizamos, criamos uma comissão, eu representava os alunos da Psicologia (...).[37]

O Arantes, citado por ela, era José Roberto Arantes de Almeida, eleito presidente do Grêmio da FFCL em 1966, ligado ao PCB. Era namorado de Aurora Furtado, a "Lola", estudante de Psicologia. De acordo com relatos, tanto Lola quanto Arantes eram próximos de

[34] EXCEDENTES do ginásio tem vagas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1967, p. 28.
[35] CURSO de Psicologia da USP tem 38 excedentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1967, p. 17.
[36] Idem.
[37] LAFOZ, s.d., op. cit.

Iara.[38] Segundo Sônia, porém, o contato com Iara teria sido posterior à montagem do acampamento:

> Nessas reuniões que se faziam, conheci a Iara, que era presidente do Centrinho. (...) O Centrinho tinha pouca mobilização, na maioria das vezes era teórica, se a Psicologia era mais progressista, tradicional. (...) O primeiro embate com Iara foi negativo, porque a Polop teve uma postura de não apoiar diretamente o movimento dos excedentes, por causa das divisões políticas na USP. (...) Iara veio conversar com a gente. A gente cobrava muito. "E o Centrinho, os excedentes da Psicologia?". Ela jogava para o grêmio: "mas isso tem de passar por uma decisão...". Depois, ela percebeu que era importante para o Centrinho. Aí, as lideranças todas vinham todos os dias. O movimento dos excedentes virou o furor.[39]

Conforme as notícias publicadas nos jornais, demorou um tempo para que a identidade e a quantidade de alunos excedentes fossem confirmadas. Ainda no *Psi-Jornal* de março, no editorial sobre os excedentes, consta: "não vamos aqui abordar especificamente o caso dos excedentes de Psicologia, pois todos nós temos acompanhado de perto os passos da luta que a AUEP vem travando em todas as frentes, pelo ingresso dos excedentes no curso".[40] No entanto, a questão dos excedentes de Psicologia da USP passou por um "eclipse" na imprensa, após essas publicações posteriores à divulgação dos aprovados. Os candidatos especificamente da FFCL só reapareceram no cenário midiático em 11 de abril, quase um mês depois das primeiras notícias.

Durante esse meio tempo, a questão foi alçada a nível nacional, por conta de casos de excedentes nas mais diversas universidades brasileiras, fazendo com que o assunto fosse cobrado também do governo federal e do Ministério da Educação. Em 29 de março, a *Folha* noticiou a criação de um convênio entre o governo federal e as universidades – públicas, mas não necessariamente federais, ou de fundações – para aproveitamento dos excedentes. O jornal reproduz a fala do presidente Costa e Silva: "estou convencido de que o primeiro passo para o desenvolvimento nacional é a educação. Não posso compreender, portanto, que num país de 82 milhões de habitantes não tenhamos capacidade de matricular, de trazer à universidade, um número maior do que 135 mil brasileiros".[41] A repercussão da questão dos excedentes naquele

---

[38] Moacyr Urbano Villela recordou uma ocasião quando namorava com Iara, em meados de 1964: "Saímos algumas vezes, a gente ia a cinema, na Cinemateca, bares, às vezes para o litoral. Em Peruíbe, fomos à casa de uma tia de André Gouveia, no carro de Iara, com outro casal, o Arantes e a Lola. Lola foi muito amiga de Iara, faziam política juntas. (...) Eu tomei um grande porre. Lembro de uma coisa engraçada. O Arantes era muito tímido e criamos um clima de que ele queria namorar Iara. Era um jogo, afinal somos todos livres. Iara e Arantes ficaram muito constrangidos. A reação de timidez estimulava as brincadeiras". VILLELA, s.d., op. cit. Há poucos vestígios da amizade entre Aurora e Iara. Há mais elementos sobre uma relação política a partir de 1967, durante eleições para a Auep, que serão analisados no tópico 5.4.

[39] Idem.

[40] ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS (AUEP). *Psi-Jornal*, mar. 1967, p. 1-2. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.

[41] CONVENIO permitirá aproveitamento de excedentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1967, p. 6.

ano era tanta, que influenciou até as festas de Carnaval, que teriam sido marcadas por estudantes dançando e desfilando com placas de protesto. As ofertas de Costa e Silva para tentar remediar o problema foram "medidas pequenas e que apenas alimentaram o descontentamento entre os estudantes".[42] Portanto, a mobilização perdurou.

Então, em 11 de abril, os veículos noticiaram uma mobilização mais concreta da Psicologia. O *Estadão* declarou:

> "Freud aceitaria os excedentes do curso de Psicologia" – este é um dos argumentos, exibido num cartaz dos excedentes do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da USP, que acamparam na manhã de ontem em frente á escola da rua Maria Antônia, decididos a ali permanecerem até que se resolva o problema com sua matrícula.[43]

De fato, a questão dos excedentes demorou para se transformar em um movimento mais concreto, e isso pode estar associado ao que Sônia Lafoz se lembra: um atraso das lideranças em apoiarem os candidatos. Todavia, conforme apresentado, muitas coisas aconteceram no período de intervalo entre o momento em que tomaram conhecimento de que havia excedentes e o início do acampamento, por exemplo.

De acordo com o *Estadão*, ainda no dia 23 de março, "20 deputados estaduais, num memorial, pediram mais vagas para o curso de Psicologia e colocaram o reitor da USP a par dos problemas, insistindo na necessidade [de] se matricular os excedentes".[44] Da mesma forma que no ano anterior, o apoio de deputados deve ter sido conquistado mediante esforço dos excedentes, mas também dos representantes entre os já matriculados.

Além disso, o acampamento não foi organizado imediatamente após a descoberta de que havia excedentes, mas sim depois do parecer da FFCL de que os candidatos não seriam admitidos, mesmo com a pressão e auxílio do governo federal. E essa medida só foi tomada a partir de organização semelhante na Faculdade de Medicina, já em meados de abril. Ao noticiar sua montagem, a *Folha* escreveu: "os excedentes do curso de Psicologia da USP, imitando os excedentes da Medicina, acamparam na frente da Faculdade, na rua Maria Antônia".[45]

No entanto, também há evidências que confirmam as memórias de Sônia: o fato de que o movimento só foi realmente articulado após o tema ganhar grande impacto no cenário nacional, e seu papel pessoal de liderança entre os excedentes, tornando-se figura conhecida. Segundo ela,

> (...) percebemos que a maioria das pessoas queria, principalmente comigo, me puxar para suas organizações, para eu me tornar militante. Eu dizia "mas eu preciso

[42] "The measures were small and only further fueled discontent among other students who suffered increased overcrowding with no improvement in facilities". LANGLAND, 2013, op. cit., p. 105, tradução livre.
[43] EXCEDENTE inicia luta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1967, p. 13.
[44] EXCEDENTE inicia luta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1967, p. 13.
[45] EXCEDENTE ganha liminar para matricular-se. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1967, p. 16.

> conhecer". Ela [Iara] também, passava documento, outro, convidava, o PC também convidava, para reunião ampliada. Era ilegal, mas público e notório. Tinha menos repressão. (...) Mas, enquanto excedente, fui cooptada para o PC pelo Arantes, José Dirceu e Fernando Ruivo.[46] Pela dissidênciazinha, os três do comitê universitário pelo PC.[47]

Outra evidência é que a Polop parece não ter dado muita importância à movimentação dos excedentes até o início de abril. Ao menos é o que indica a edição do jornal *Política Operária* do início do mês. Com diversas seções com o objetivo de discutir a política econômica empregada durante a ditadura e propagandear a experiência de Caparaó,[48] claramente direcionadas à classe trabalhadora, o jornal não faz nenhuma menção ao movimento estudantil.[49] A situação só será descrita no próximo informe nacional, que será analisado mais à frente.

Não foram encontrados outros relatos que ratificassem a ideia de negligência inicial da Auep e do Grêmio, nas figuras de seus líderes, Iara e Arantes, respectivamente. No entanto, de acordo com Sônia, depois que estes decidiram apoiar os excedentes, passaram a ser muito atuantes no movimento: "quando Iara assumiu mesmo, ela tinha papel importante por causa do centrinho. Todas as informações burocráticas que a gente precisava, interlocução com as autoridades da universidade, ela teve mesmo".[50]

Durante a época em que o acampamento esteve montado, os estudantes organizaram um pedágio com os motoristas da Rua Maria Antônia, para arrecadar fundos para a mobilização. O *Estadão* divulgou:

> O pedágio dos excedentes de Psicologia arrecadou ontem 137 cruzeiros novos e continuará hoje, caso não seja resolvido – o que é pouco provável – o caso dos 33 vestibulandos aprovados nos exames e ainda não matriculados. Um cartaz foi afixado à entrada da Faculdade de Filosofia, com os seguintes dizeres: "o decreto presidencial

[46] Fernando Borges de Paula Ferreira, estudante de Ciências Sociais na FFCL, integrou o PCB e depois a Disp, assim como Arantes, Lola e Dirceu. Foi assassinado pela ditadura em 30 de julho de 1969, quando era militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).
[47] LAFOZ, s.d., op. cit.
[48] Para mais informações sobre o que foi a Guerrilha do Caparaó, cf. ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida:* memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
[49] BRASIL: NUNCA MAIS. *Política Operária.* Informe nacional n° 59, 8 abr. 1967. BNM 042, p. 1139. Disponível em: https://bit.ly/3BCTZTA. Acesso em: 11 mar. 2022.
[50] LAFOZ, s.d., op. cit.

é letra morta?"[51] e, logo abaixo, um outro cartaz informa: "completamos três noites de vigília".[52]

Figura 26: Estudantes de Psicologia fazendo pedágio na Rua Maria Antônia, em 13 de abril de 1967

Fonte: *Estadão Conteúdo*

O decreto de Costa e Silva para aproveitamento dos excedentes tinha sido uma tentativa de aplacar o descontentamento estudantil e atrair simpatia dos universitários para o governo federal.[53] No entanto, isso não ocorreu, dado que, na prática, os resultados teriam sido modestos. Além disso, as universidades permaneciam alegando falta de verba.

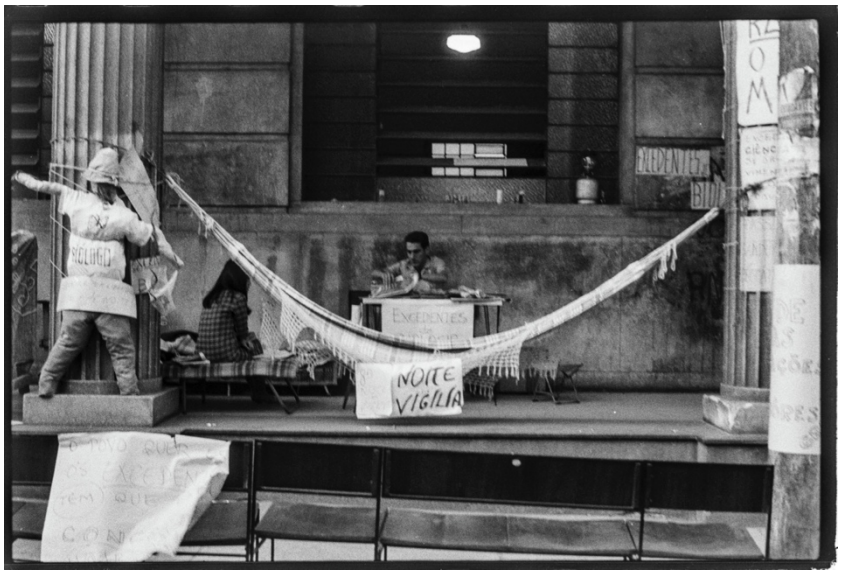
Nesse sentido, o descontentamento dos universitários diante da demora para a resolução do problema foi intensificando a mobilização. Por volta do dia 16, algumas faculdades de São Paulo começaram a entrar em greve; a Psicologia da FFCL aderiu oficialmente no dia 18 de abril.

[51] O questionamento em relação ao cumprimento do decreto presidencial era uma constante, mas só pôde ser esclarecido tempos depois, e apenas internamente. Em 20 de abril de 1967, a reitoria da USP recebeu um pedido para explicações em relação ao convênio com o governo federal, assinado por 39 deputados. Entre as questões direcionadas às faculdades, os deputados pediam esclarecimentos sobre a existência de convênio ou acordo entre o governo estadual e o federal para aproveitamento dos excedentes e, principalmente, se o último já havia remetido alguma verba à instituição de ensino. Embora a reitoria fosse recebendo memorandos com as respostas de diversas escolas e faculdades – sobretudo aquelas que não tiveram casos de excedentes –, a Faculdade de Filosofia permanecia em silêncio. Foram necessários dois documentos de cobrança, em 20 de junho e 9 de outubro de 1968, mas a resposta viria apenas em 13 de novembro de 1968, mais de um ano depois da crise. O então diretor professor Eurípedes Simões de Paula respondeu que, apesar do convênio ter sido estabelecido entre a faculdade e o governo federal em 1967, apenas em 1968 a FFCL teria recebido "a importância de NCr$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros novos) correspondentes ao auxílio de 1967". (ARQUIVO GERAL DA USP. *Solução para a crise de excedentes nos vestibulares nas escolas de ensino superior, neste estado*, 1967. Processo 67.1.14498.1.2 - DADAI.)

[52] EXCEDENTES ainda aguardam solução. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1967, p. 11.

[53] MOTTA, 2014, op. cit., p. 110-111.

Figura 27: Acampamento dos excedentes de Psicologia em frente à FFCL



Fonte: Júlio Abe, Acervo Equipe

No mesmo dia 18, ocorreu uma assembleia geral no Grêmio da FFCL para discutir a questão dos excedentes. Sônia Lafoz recordou que nesta reunião havia muita divergência sobretudo entre quatro líderes estudantis: Samuel Iavelberg, representante da Polop; José Luis Moreira Guedes, presidente da UNE, militante da AP; José Dirceu de Oliveira e Silva, presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto da PUC-SP e aspirante à presidência da UEE-SP e José Arantes de Almeida, presidente do Grêmio da FFCL, os dois últimos representantes do PCB. Lafoz afirmou que as divergências giravam em torno das opções táticas para a continuidade do movimento dos excedentes.[54]

Conforme discutido anteriormente, as lideranças universitárias do pós-1964 eram compostas sobretudo com novos quadros de militantes, dado que os antigos haviam sido perseguidos, presos e/ou obrigados a fugir para o exílio. Consequentemente, os "novatos" eram em sua maioria ligados às organizações da Nova Esquerda, que se opunha firmemente ao PCB. Mesmo aqueles que permaneciam ativos no Partidão, criticavam-no internamente. Como as organizações eram múltiplas, também eram múltiplas as visões teórico-metodológicas e táticas sobre a conjuntura nacional, mas também sobre o ME especificamente. Tais divergências se chocavam frequentemente em assembleias e na mobilização de greves ou paralisações, em que os militantes desses novos agrupamentos atuavam diretamente – e parece ter sido exatamente o caso da assembleia relembrada por Sônia Lafoz.

[54] LAFOZ, s.d., op. cit.

Há uma evidência material de que Iara teria participado desta reunião: uma foto, na qual ela aparece ao lado de seu irmão, Samuel Iavelberg (Figura 31). Sônia Lafoz se lembrou de sua postura nesta assembleia:

> Iara falava muito bem e bastante nas assembleias. Quando falava, era mais intelectual. Naquela época, mulher era difícil de se impor. Ela tinha uma postura mais rígida, firme, quase que para compensar o fato de ser mulher. Ela se impunha, tom forte, postura firme. Era assertiva.[55]

De fato, ao observar a foto, não há nenhuma mulher integrando a mesa da reunião, e de pé, a que ocupa posição de maior destaque é Iara. Outras mulheres aparecem mais na condição de espectadoras, na parte inferior da fotografia, de costas para o fotógrafo. Ainda assim, ela também não está na mesa, embora a reunião fosse para discutir a questão dos excedentes de Psicologia, curso do qual ela presidia a entidade estudantil. Seu irmão Samuel, embora não exercesse cargo em nenhuma das entidades, teve participação mais lembrada por Sônia e foi visto por ela como aquele que defendia as posições da Polop. Fica claro que Iara tinha menos destaque por ser uma representante mulher.

Figura 28: Assembleia do dia 18 de abril de 1967. Em destaque: Iara Iavelberg, Samuel Iavelberg, José Roberto Arantes de Almeida, José Dirceu e José Luis Moreira Guedes

Fonte: *Em busca de Iara*[56]

Apesar das disputas, ficou acordada a realização de uma passeata em 20 de abril, com concentração inicial no Theatro Municipal e caminhada até a Faculdade de Filosofia. Após sua

[55] LAFOZ, s.d., op. cit.
[56] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

realização, o *Estadão* noticiou que os manifestantes tinham incendiado uma bandeira dos Estados Unidos nas escadarias do teatro, "como protesto contra o acordo MEC-USAID e contra a participação dos EUA na guerra do Vietnã".[57] O *Jornal do Brasil* forneceu mais detalhes, afirmando que cerca de 1.000 estudantes tinham participado do protesto, que "queimaram uma bandeira dos Estados Unidos entre vivas a Che Guevara e aos guerrilheiros de Caparaó, enquanto os oradores se revezavam nos discursos políticos".[58]

O periódico deixa subentendido que a manifestação teria sido crítica ao decreto presidencial, que impunha o aproveitamento de excedentes a todas as faculdades, mesmo quando não havia condições estruturais. Isso não impedia que, no entanto, os estudantes da FFCL presentes no protesto fossem favoráveis à admissão dos estudantes de seus cursos internos.

As manifestações estudantis paulistas e de outros estados estavam em efervescência pela questão dos excedentes, mas compartilhavam as páginas dos jornais com outros fatos históricos impactantes, que aconteciam simultaneamente. Che Guevara atuando para a formação de um movimento de guerrilha na Bolívia; a primeira tentativa de foco armado após o golpe de 1964, a Guerrilha do Caparaó;[59] e a Guerra do Vietnã. Todos esses temas foram abordados na manifestação, e, ainda assim, não houve repressão por parte da polícia.

Em relação aos fatos internacionais, embora as autoridades acreditassem, de forma conspirativa, que houvesse uma ligação forte entre as mobilizações nacionais e as externas, o que se pode observar concretamente é que os estudantes brasileiros se mantinham extremamente informados a respeito dos movimentos sociais estrangeiros. As fontes mostram como os estudantes "consideravam sua organização local contra uma ditadura militar apoiada pelos Estados Unidos como uma peça de uma luta maior do Terceiro Mundo contra o imperialismo".[60] Essa ideia justifica a exaltação em mesmo nível, por exemplo, da Guerra do Vietnã e da Guerrilha do Caparaó.

[57] POLÍCIA tolerou a passeata estudantil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1967, p. 9.
[58] PAULISTAS repudiam decreto sôbre excedentes e queimam na rua bandeira dos EUA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1967, p. 16.
[59] Cf. ALMEIDA, 2014, op. cit.
[60] LANGLAND, Victoria. Transnational connections of the global sixties as seen by a historian of Brazil. In: JIAN, Chen; KLIMKE, Martin; KIRASIROVA, Masha et. al. (org.). *The routledge handbook of the global sixties: between protest and nation-building*. Nova York: Routledge, 2018., p. 20.

Figura 29: Queima da bandeira dos Estados Unidos em protesto estudantil no Theatro Municipal, em 20 de abril de 1967

Fonte: Júlio Abe, Acervo Equipe

Em algumas fotos da passeata, tiradas por Júlio Abe,[61] é possível ver a bandeira dos Estados Unidos em chamas e alguns dos estudantes discursando na escadaria do Theatro Municipal. Há José Dirceu, da UEE; José Moreira Guedes, da UNE; e Samuel Iavelberg, da Polop, entre os oradores. Não se tem notícia ou qualquer registro de que Iara tenha feito pronunciamento na manifestação.

Relembro aqui as memórias de Eder Sader, segundo o qual Samuel era aquele que mais se destacava nas manifestações, com Iara tendo presença nas assembleias, mas não diante de públicos maiores nas passeatas. Há que se questionar, todavia, o motivo da ausência dela – e de outras mulheres – como oradora diante do público, dado que era presidente da entidade representativa do curso com mais excedentes na Filosofia naquele ano.

Nesta época, Iara namorava José Dirceu, liderança de muito destaque na Maria Antônia, embora frequentasse o curso de Direito na PUC. Cinco anos depois, em 1971, quando já estava na clandestinidade em razão de sua militância na VPR e morava com outra militante, Lúcia Velloso Maurício, na cidade do Rio de Janeiro, ela falava sobre esse período: "nessas comparações, em que eu dizia que me sentia uma pessoa inútil, ela contava casos. Disse 'eu, por exemplo, fui motorista do Dirceu'. Que ela tinha carro e ficava levando grande liderança

[61] Na época, estudante de Arquitetura na FAU.

do movimento estudantil paulista para cima e pra baixo".[62] É claro que sua percepção no futuro não necessariamente corresponderá ao que pensava durante a época dos acontecimentos. O que importa, porém, é que a própria Iara deu mais indícios de que, mesmo no movimento estudantil, tinha um papel mais de acompanhante, do que de militante ou líder.

Diante da presença do embaixador dos Estados Unidos, John Tuthill, em São Paulo, os estudantes da FFCL aprovaram em assembleia a realização de uma manifestação em frente ao Consulado dos Estados Unidos, localizado no Conjunto Nacional, na Avenida Paulista.[63] Samuel Iavelberg relatou suas lembranças sobre este dia: "o consulado era no conjunto nacional. Falamos nas mesinhas do calçadão. Não tínhamos o que fazer, e então descemos a Consolação e fomos para Maria Antônia, onde os excedentes estavam acampados. E tomamos a faculdade, acampamos no saguão. Era um fato consumado".[64] Embora Samuel tenha descrito como "fato consumado", a ocupação não se deu sem divergência entre as organizações. Sônia Lafoz recordou que houve um intenso debate sobre a ocupação ou não do saguão: "a polêmica foi violenta, se podia ou não. Acabamos invadindo. A Polop e a AP foram a favor, e o PC relativamente contra".[65]

Apesar dos desentendimentos, a ocupação foi mantida, gerando muita pressão na diretoria da faculdade. Na noite do dia 26, pouco mais de 24 horas depois da entrada dos alunos, a Congregação anunciou a admissão de todos os excedentes, não sem protesto dos professores.[66] Embora o acampamento e a ocupação tenham sido suspensos diante da conquista, a greve foi mantida em solidariedade à forte repressão que sofreram os protestos de estudantes em Brasília e Belo Horizonte. E a mobilização dos excedentes esteve longe de se encerrar em outras universidades Brasil afora. Até mesmo na FAU, perdurou por todo o mês de maio, incluindo greve de fome dos excedentes.[67]

Se, no início do movimento, o governo federal tentava assumir uma posição simpática e de diálogo, a partir de meados de abril a repressão voltou à tona. Alguns pesquisadores chegam a estimar que, neste ano, o movimento estudantil entrou em refluxo devido à repressão[68] – afirmando, inclusive, não ter havido manifestações durante todo o ano.[69] Embora não

[62] MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[63] FFCL pode ser ocupada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 abr. 1967, p. 14.
[64] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[65] LAFOZ, s.d., op. cit.
[66] A Filosofia da USP aceita os excedentes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1967, p. 12.
[67] ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 218/EMAER – Movimento Estudantil*, 4 jul. 1967. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. BR DFANBSB VAZ.0.0.35427.
[68] GROPPO, 2000, op. cit., p. 256.
[69] LANGLAND, 2013, op. cit.; LANGLAND, 2018, op. cit.

concorde com essa visão, dada a magnitude do engajamento estudantil naquele momento, entendo que a forma de o regime lidar com a luta dos universitários mudou muito após as críticas mais ferrenhas aos Estados Unidos – como, no caso de São Paulo, a queima da bandeira daquele país e o protesto em frente ao Consulado. No entanto, ressalta-se que foram importantes os avanços organizacionais nas entidades estudantis neste período: "não apenas a UNE se reorganizava e se fortalecia, mas também entidades estaduais, DCEs e CAs eram reconstruídos à margem do reconhecimento do regime autoritário".[70]

Conforme ocorria esse fortalecimento, observa-se uma aproximação cada vez maior de Iara com tais entidades. Exatamente neste momento, estar exercendo sua gestão na presidência da Auep e se aproximando, política e pessoalmente, da UEE e da UNE, eram ações que garantiam seu mergulho político cada vez mais profundo. Embora, cabe ressaltar, jamais fosse alçada à liderança em âmbito estadual ou nacional, como outros que iniciaram sua militância até mesmo depois dela. Sônia Lafoz se recordou: "o curso de Psicologia já era meio marginalizado. O pique do movimento estudantil era o pessoal da Economia, Ciências Sociais. Porque o curso de Psicologia era basicamente de mulheres, na época as meninas de boa família que podiam passar o dia estudando".[71]

4.2 Teatro Universitário da USP: política, amores e amigos

Em entrevista, Francisco Salles – na época da faculdade, namorado de Maria Lúcia Carvalho e militante da Polop – recordou: "Iara era uma das poucas alunas que se dava com os professores, era amiga de pessoas mais velhas, de mais status, como o Sérgio Ferro". Logo em seguida, porém, ele afirmou: "ela transava[72] a parte cultural, mas não fazia grandes análises". Com essa observação, Francisco parece deixar implícito que ela não teria a mesma carga intelectual dos professores de quem era amiga. Sobre a militância neste período, ele declara: "a Iara não era militante *full time*, era mais ou menos relapsa, nem sempre ia às reuniões, preferia bater papo na Filosofia".[73]

O contato de Iara com os professores citados por Francisco advinha de um grupo de estudantes e professores da FFCL e FAU, lembrado por Ferro e citado na introdução deste capítulo. O arquiteto e artista gráfico Claudio Tozzi também cita essas reuniões: "conheci Iara

[70] GROPPO, 2000, op. cit., p. 257.
[71] LAFOZ, s.d., op. cit.
[72] Mais uma vez, ressalto que o termo não carrega o significado sexual empregado atualmente. Como a entrevista foi concedida na década de 1980, relembro que o termo "transar" era usado como gíria para indicar trocas, relações interpessoais etc. Cf. DESTRI, 2019, op. cit.
[73] SALLES, 1986, op. cit.

quando comecei a fazer Arquitetura, através do movimento estudantil. Era um grupo de estudos da FAU e Filosofia, que analisava problemas estudantis".[74] Ainda que ele relate um foco maior no movimento estudantil, as discussões do grupo giravam também em torno da criação de um teatro universitário, visto como ferramenta para alcançar as massas. Ele recordou opiniões de Iara: "ela dizia que teatro alcançava mais que a pintura".[75] Alguns dos frequentadores dessas reuniões fundaram também a revista *Teoria e Prática*.

A ideia para a publicação teria surgido após encontros do chamado "Grupo 2 do Seminário sobre *O capital* de Marx", promovido por Schwarz e Fausto em 1963. Entre algumas das pessoas que contribuíram com a *Teoria e Prática* (TP) estão alguns que foram muito próximos de Iara: Lourdes Sola, Sérgio Ferro, Emir e Eder Sader e Betty Milan, por exemplo.[76] No entanto, em entrevista, Lourdes Sola afirmou categoricamente: "Iara nunca integrou o grupo da Teoria e Prática", prosseguindo:

> O mundo da Maria Antônia era muito estratificado, hierarquizado. Iara aparece nas franjas do grupo (...) e no burburinho das muitas atividades que a gente tinha, inclusive dando aulas "clandestinas" de marxismo. As pessoas tinham muita ciência de quem era quem intelectualmente. Era uma coisa muito perturbadora. (...) Ninguém tinha critérios para avaliar Iara. Só se sabia que ela transava e deduziam que ela não dava para Psicologia. Ela entrou nesse mundo pela enorme simpatia e a política. Tem um lado dela de penetrar pela simpatia.[77]

Roberto Schwarz declara que conviveu com Iara sobretudo em ocasiões coletivas, pois ela era amiga de amigos seus.[78] Ainda assim, compartilhou suas impressões:

> Era uma pessoa pouco organizada intelectualmente. Uma pessoa mais entusiasta do que refletida, digamos. Era muito agrupada também. (...) Acho que, naquela época, ali, ninguém esperaria definições do juízo dela. Mas esperaria que ela se definisse em função disso ou daquilo e atuasse. Ela não era do grupo que se contava pelo juízo, era do grupo que contava pela disposição.[79]

Em outros momentos da entrevista, ele classifica a aproximação de Iara com o grupo como "agitação gregária".

---

[74] TOZZI, Claudio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[75] Idem.
[76] RODRIGUES, Lidiane Soares. As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista *Teoria e Prática*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 74, dez. 2019, p. 70.
[77] SOLA, s.d., op. cit.
[78] SCHWARZ, s.d., op. cit.
[79] Idem.

Figura 30: Iara Iavelberg e Roberto Schwarz, s.d.

Fonte: *Em busca de Iara*

Schwarz relatou uma situação vivida com Iara, de acordo com suas lembranças, em um momento em que ela estaria "mudando de grupo". Esta situação teria ocorrido em seu apartamento, ao qual Iara teria ido, segundo ele, porque ele era professor da faculdade: "me lembro bem, ela estava mudando de grupo político e o assunto da conversa é que ela devia estudar um pouquinho, que ela não aguentava ficar sozinha e que na verdade ela ficava de um grupo para o outro em parte por inquietação juvenil, digamos".[80]

O grupo *Teoria e Prática* possuía uma oposição clara entre os marxistas acadêmicos e os militantes que mobilizavam o marxismo: enquanto para os últimos, as leituras serviam para fundamentar suas práticas políticas, para os primeiros, a leitura marxista era exercida seguindo as regras da Filosofia. Ao contrário dos militantes, que desejavam arregimentar seguidores através do marxismo, os acadêmicos selecionavam seus pares "segundo as competências de que fossem portadores: conhecimento de línguas, domínio de clássicos das disciplinas, erudição".[81] Levando em consideração os relatos tanto de Roberto quanto de Lourdes, na perspectiva do grupo, Iara não tinha tais competências. Seus comportamentos, sobretudo no campo amoroso, também não contribuíam – como disse Lourdes, "só se sabia que ela transava".

Também a divisão sexual é visível nos trabalhos da TP: as mulheres apareciam sobretudo em trabalhos "invisíveis", como os de tradução, ou produzindo textos artísticos, vistos como menos importantes em relação aos teóricos. Uma única exceção era a própria

[80] SCHWARZ, s.d., op. cit.
[81] RODRIGUES, Lidiane Soares. Poder, sexo e línguas entre marxistas brasileiros. *RePOCS*, Maranhão, v. 15, n. 31, jan./jul. 2019, p. 140.

Lourdes Sola, que, ainda assim, assinou apenas duas contribuições.[82] As atividades dos grupos de discussão do marxismo – e, por conseguinte, da revista – possuíam caráter marcadamente masculinizado, dado que os homens eram os únicos com possibilidade de se destacar teoricamente nas reuniões. Às mulheres eram atribuídas funções tidas como menores, vinculadas sobretudo à recepção dos convidados em suas casas, quando seus maridos eram os anfitriões. Informalmente, estas esposas inclusive competiam pelo melhor jantar oferecido depois das reuniões.[83]

Iara, por seu comportamento liberado principalmente nas relações amorosas, proveniente de um curso "marginalizado" na própria Faculdade de Filosofia e sem o domínio de idiomas, além do básico em inglês e em francês, definitivamente não se enquadrava nos "pré-requisitos" deixados subentendidos para integrar o grupo. Ela pôde burlar tais regras a partir do ano de 1968, relacionando-se com uma pessoa que integrava o circuito: João Carlos Kfouri Quartim de Moraes. O relacionamento dos dois será abordado no próximo capítulo.

Muito próximo da TP estava o Tusp, que se tornou "um amplo projeto cultural em torno de um teatro estudantil. Muitas pessoas se aproximaram do grupo, que funcionava de modo orgânico, com rotatividade das funções".[84] Em maio de 1966, a companhia ainda incipiente organizou o I Congresso Nacional do Teatro Universitário, evento que reuniu intelectuais, artistas e estudantes para debater temas relacionados à cultura, ao teatro e ao mundo universitário. O evento ia ao encontro do apreço pela formação teórica de seus participantes, que perdurou ao longo da história do coletivo.[85]

Esse caráter formador está na memória daqueles que participaram das discussões. Sérgio Ferro se recordou que diversos cursos foram organizados, com membros do próprio grupo como professores, ou convidados externos.[86] A socióloga Albertina de Oliveira Costa, na época já formada e atuando como professora da USP, se recordou de algo parecido: "eu comecei a conviver mais com a Iara, com relação ao TUSP, que era o Teatro dos Universitários da USP, que me convidou para dar um curso sobre instituições políticas brasileiras, e a Iara ia".[87] Em entrevista anterior, ela descreve alguns dos temas dos cursos ofertados: "atualidades, mais de

[82] RODRIGUES, 2019, op. cit., p. 71.
[83] Ibid., p. 139.
[84] GOES, Maria Lívia Nobre. *Debaixo das ruas, em cima dos palcos:* teatro e luta armada em São Paulo (1968-1970). Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, p. 26.
[85] Ibid., p. 26-27.
[86] FERRO, 2021, op. cit.
[87] COSTA, 2020, op. cit.

história do Brasil. Talvez houvesse de história do teatro".[88] Também o crítico literário Roberto Schwarz relembrou: "eu dei aula no curso do TUSP e ajudei a arrumar o texto do [Bertolt] Brecht para fazer *Os fuzis* [*da senhora Carrar*], e assisti os ensaios".[89]

Muitos dos relatos atribuem a André Simeão Belinky de Gouveia a articulação para a criação do Tusp. André Gouveia era estudante de Arquitetura na FAU e foi muito amigo de Iara, durante e após o Tusp. Faleceu em um acidente de moto em Paris, em março de 1971.[90] Além dele, outra figura importante foi Bety Chachamovitz, estudante de Física na FFCL. Albertina Costa recordou: "eram três amigas, a Bety, a Iara e eu. A Bety era da diretoria com o André Gouveia".[91]

Além destes, muitos outros estudantes e professores frequentaram as atividades promovidas pelo Tusp: Moacyr Urbano Villela, Maria Alice Gouveia, Sérgio Mindlin, Washington Luís Pereira de Souza Neto, Claudio Tozzi, Dalton de Luca, Rose Lacreta, Renata Souza Dantas, Marina Heck, Cida Previatti, Lucia Rocha, Inês Sampaio, Juarez Ricardo Aranha, Rudolf Mayer-Singule, José Dirceu, Aloysio Nunes e Antonio Benetazzo.[92] Há outros que também se envolveram em uma atividade ou outra e que não estão citados nessa lista, pois tratava-se de um grupo dinâmico e com rotatividade de pessoas e funções. As memórias de Sérgio Ferro são interessantes: "era um grupo sem estrutura fixa. Nada constituído formalmente. Era um grupo informal de relações, também muito unidos, muito espontâneos. Então ninguém tinha uma função fechada".[93]

A história do cotidiano, combinada com o uso de gênero como categoria de análise, pode ajudar a responder algumas perguntas importantes sobre poder: é importante examinar as relações entre os sexos, levando em consideração as modificações causadas pela influência de determinados círculos de pessoas. Isso porque, a depender dos meios frequentados, as mulheres podem se dotar de mais ou menos poder.[94]

Nesse sentido, diante das evidências, supõe-se que o Tusp tenha sido a rede mais aberta a certas liberdades comportamentais individuais com que Iara teve contato. No período em que frequentou o grupo, ela teve diversos relacionamentos amorosos e aprofundou muitas amizades,

[88] COSTA, Albertina G. O. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[89] SCHWARZ, Roberto. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[90] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). *Ficha – André Belink de Gouveia*, 12 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSSPOSFTEXSNG001947.
[91] COSTA, s.d., op. cit.
[92] GOES, 2021, op. cit., p. 26.
[93] FERRO, 2021, op. cit.
[94] WIERLING, 1995, op. cit., p. 155.

tanto com homens como com mulheres. Dessa forma, um estudo das relações vividas nesta época se justifica, pois permite medir o quanto tais liberdades "empoderaram" Iara para transgredir normas sociais, dentro e fora do Tusp, e quais ferramentas foram dadas para que isso ocorresse.

Moacyr Urbano Villela, outro estudante de Arquitetura da USP, foi um dos que mais se aproximou de Iara neste período – na época, ele era namorado de Bety Chachamovitz, outra grande amiga. Ele recordou:

> Havia uma liberdade sendo conquistada e, ao mesmo tempo, muita resistência psicológica e muita defesa. Acho que a Iara se defendia também. Ela tinha uma característica muito peculiar: ficava muito constrangida. Era muito livre, mas com brincadeiras de coisas de sexo, se fazia comentários, ficava corada. Era livre nos atos, não na expressão verbal. Os amigos até provocavam, para ver ela vermelha. Não que ela fugisse, mas mostrava certa vergonha.[95]

Sérgio Ferro teve lembranças similares: "nessa época realmente era o único período da minha vida que contraditoriamente eu senti uma liberdade total. (...) Era uma liberdade limpa, livre, poderosa, amigável".[96] Sobre o comportamento de Iara, por sua vez, apontou: "a Iara apesar de tudo era uma menina muito tímida. Apesar de falarem, ela era tímida. Ela era encolhida".[97]

José Dirceu também recordou: "ela era recatada, diferente, era uma pessoa que se preservava muito. Talvez por ser bonita demais, por ser elegante demais, e pelos assédios também, é o mach... Imagina o que era o machismo naquela época".[98] Em outra entrevista, concedida nos anos 1990, ele reforçou essa ideia: "a Iara mantinha uma privacidade muito grande, um recato muito grande, e a Iara mantinha... Como posso dizer? Ela tinha pudor".[99]

Portanto, três homens que se relacionaram intimamente com Iara se recordam de um recato e pudor em seu comportamento, principalmente em situações de coletivo. A fala de Moacyr é especialmente interessante, pois relatou no meio do Tusp um momento de libertação, de certa forma *ressentida* por Iara. Sérgio Ferro, ao lembrar de sua própria trajetória, enxerga aquela como a época mais livre de toda a sua vida; em contrapartida, enxergou retraimento em Iara neste mesmo momento.

---

[95] Idem.
[96] FERRO, 2021, op. cit.
[97] Idem.
[98] DIRCEU, José. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 17 nov. 2020. 1 arquivo audiovisual, 54'55'', acervo pessoal.
[99] DIRCEU, José. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 47'25". Acervo VIDECOM.

A vida cotidiana pode ser vista como uma "arena", onde os indivíduos atuam, disputam, consentem e/ou resistem às normas sociais e políticas.[100] É necessário que o historiador "explore a forma com a qual homens e mulheres se movem entre as esferas [público e privada], onde e como eles se encontram".[101] Através dos relatos, ficou evidente que, embora convivesse com amigos e namorados de forma coletiva, em grupos maiores pessoas – como dentro do Tusp, por exemplo –, foi na "arena privada" que Iara conseguiu atuar no sentido de diminuir as diferenças de poder históricas entre homens e mulheres, comportando-se de forma mais transgressora sobretudo nos momentos mais íntimos.

No caso específico da companhia de teatro, um aspecto pode ter sido o diferencial para que essa liberdade fosse sentida na prática, mas não verbalizada. Sérgio Ferro apontou: "éramos livres, mas ninguém ficava achando coisa, dizendo isso ou aquilo. Cada um era dono do próprio nariz, fazia o que queria, não havia nenhum tipo de censura".[102] Marina Heck, amiga de Iara da FFCL e frequentadora do Tusp, relembrou: "tem uma coisa que é engraçada, ninguém ficava muito cutucando, querendo saber como foi, como que não foi, como deixou de ser... Sabe aquelas coisas? Ninguém comentava muito.".[103] Albertina Costa apontou: "nessa época, tinha muita censura sobre os sentimentos e a Iara falava tudo o que passava pela cabeça dela. (...) Ela falava em geral em nível mais afetivo, e se expondo mais do que era considerado de bom tom, naquele grupo".[104] Em entrevista que me concedeu em 2021, ela explica melhor: "a Iara falava muito da vida pessoal, ela falava sempre... Essa coisa era muito repetitiva, ela queria se apaixonar".[105]

Ao que parece, os integrantes do Tusp tinham comportamentos mais abertos, namorando e tendo casos entre si, mas de forma mais ligada à liberalização sexual e ao desenvolvimento do prazer, sobretudo feminino. Esses comportamentos podem estar associados à chegada dos anticoncepcionais: "com a existência da pílula, o prazer das mulheres nas relações sexuais tornou-se uma questão ainda mais importante. O medicamento que libertava as mulheres da gravidez indesejada levou-as a se preocupar cada vez mais com que seu desejo fosse levado em

[100] KASCHUBA, Wolfgang. Popular culture and workers' culture as symbolic orders: comments on the debate about the history of culture and everyday life. LÜDTKE, Alf (org.). *The history of everyday life:* reconstructing historical experiences and ways of life. New Jersey: Princeton University Press, 1995, p. 169.
[101] "Explore the way in which men and women move through these spheres, where and how they encounter one another". WIERLING, 1995, op. cit., p. 161.
[102] Idem.
[103] HECK, Marina. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 18 jan. 2021. 1 arquivo audiovisual, 1º27'22'', acervo pessoal.
[104] COSTA, s.d., op. cit.
[105] COSTA, 2021, op. cit.

consideração na relação sexual".[106] Nesse sentido, o então professor da Faculdade de Filosofia Eduardo Kugelmas, amigo de muitos dos integrantes do grupo, recordou: "teve uma propagação de herpes no Tusp e, através disso, se descobriu relacionamentos clandestinos".[107] Não se sabe se essa propagação de fato aconteceu, mas esse relato é interessante, pois deixa implícito que os envolvimentos aconteciam sem que muitas pessoas ficassem sabendo.

Diante dessas características, o comportamento de Iara realmente parecia destoante, sobretudo pelos relatos de que estaria sempre em busca de um amor intenso, como fica evidente na fala de Albertina e outros que com ela conviveram neste período.

A análise das vidas e comportamentos de mulheres das décadas de 1960 e 1970 permite observar que, seguindo as normas, muitas se casavam virgens e, ao terem as primeiras experiências com os maridos, descobriam uma incompatibilidade sexual[108] – como foi o caso de Iara. Esta decepção gerava mudanças comportamentais – sobretudo quando expostas nos pequenos círculos de mulheres formados majoritariamente no meio universitário,[109] o que permitia a compreensão do que estava ocorrendo –, no sentido de provocar uma busca pelo prazer, sem as amarras afetivas. Sabemos que Iara se deu conta de que as experiências sexuais poderiam ir além do que ela tinha vivido com o marido, e que valorizava seu próprio prazer, embora algumas vezes o vivenciasse com culpa. No entanto, os relatos indicam que, no caso dela, não havia uma cisão entre sexo e amor – ela seguia condicionando um ao outro.

O fato de encarar a maior parte das experiências sexuais como relações amorosas em potencial fazia com que a pouca liberdade que Iara havia conquistado no âmbito privado, com os homens com os quais se relacionava, chegasse ao "público" de qualquer forma, como confidências, que poderiam ser transformadas e espalhadas em forma de boatos. Assuntos relativos às vidas cotidianas de mulheres eram levados e discutidos na esfera pública, através das fofocas e do julgamento público.[110] Talvez justamente por receio da publicização dessas experiências transgressoras, é que outras pessoas optassem pela discrição. Iara carregava o estigma por viver o que outros de seu meio estavam vivendo, mas de forma mais aberta.

Após algum tempo de convivência com este grupo mais "libertário", ela passou a tentar viver experimentos "casuais" e discretos. Claudio Tozzi relatou: "tive um namoro com ela, de

---

[106] PEDRO, Joana Maria. O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 291.
[107] KUGELMAS, Eduardo. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[108] SIMÃO, Andréa Branco. "Se eu não tivesse me guardado...". Histórias sobre sexo e casamento nos anos 60. Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos. *Anais*... Florianópolis, 2010, p. 5.
[109] PEDRO, 2012, op. cit., p. 220.
[110] WIERLING, 1995, op. cit., p. 161.

leve, supérfluo. De sair às vezes. Ela veio várias vezes ao meu ateliê. (...) Eu me sentia um pouco inibido com ela. Eu estava querendo coisa com ela, mas achava que não estava preparado. Ela percebia, procurava meio que ajudar".[111] Aloysio Nunes Ferreira relatou ter tido um "namorico" com Iara, por volta de 1967, embora ninguém que conhecesse ambos tenha ficado sabendo.[112]

Porém, com José Dirceu, estudante de Direito da PUC e militante do PCB e posteriormente da Dissidência Universitária de São Paulo (Disp), Iara parece ter encontrado o equilíbrio entre sexo e amor, estabelecendo uma relação estável. Embora não saiba precisar se conheceu Iara em 1965[113] ou 1966,[114] Dirceu afirmou que a primeira vez que a viu foi em uma assembleia estudantil na FFCL: "a imagem que eu tenho da Iara (...) é uma imagem de uma mulher muito linda. Uma mulher já, para mim, de uma certa idade, porque eu tinha, em 1966, eu tinha 19 anos de idade".

De fato, Iara era dois anos mais velha que José Dirceu. Apesar de a diferença não ser grande, dois aspectos contribuíram para consolidarem a imagem de "mulher mais velha": o fato de já estar no quarto ano de Psicologia, enquanto ele estava no início do curso de Direito; e o casamento e posterior desquite de Iara, caso conhecido por muitos que a rodeavam. Dirceu relatou: "a Iara era bem mais adulta do que eu. Já tinha casado, se desquitado. Já morava praticamente sozinha. (...) O comportamento frente às coisas, meu e dela, era completamente diferente. Porque eu era menos maduro".[115] Dirceu não foi o único a ressaltar essa impressão. Marina Heck surpreendeu-se ao descobrir que é mais velha que Iara:

> **MH:** A Iara tinha outros namorados... Como ela tinha casado muito cedo, ela casou muito, muito cedo, então como ela já era divorciada, quer dizer pra nós, nós tínhamos quase a mesma idade, ou uma idade muito próxima, ela devia ser acho que talvez um ano mais velha que eu, ou nem isso. Ela é de que ano?
> **E:** Ela é de 1944.
> **MH:** Então eu sou mais velha que ela, você vê? Eu sou de 1943, então você veja, mas ela já tinha mais chão, porque ela já tinha casado, já estava terminando a faculdade e já tinha descasado, e já tinha... Dormido com uma meia dúzia de colegas, entendeu? Então, ela estava na frente...[116]

Miriam Abramovay, que passou a ocupar um espaço muito importante na vida de Iara quando começou a namorar com Samuel Iavelberg, em 1968, relatou o mesmo:

> Isso é muito engraçado, isso que ela era muito mais experiente que eu. Além disso, ela tinha cara de mulher, eu tinha cara de menininha (...). Quer dizer, eu tinha, sei lá,

[111] TOZZI, s.d., op. cit.
[112] FERREIRA FILHO, Aloysio Nunes. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1988. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[113] DIRCEU, José. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[114] DIRCEU, 1993, op. cit.
[115] DIRCEU, s.d., op. cit.
[116] HECK, M., 2021, op. cit.

> 18, 19, parecia ter 15. Então... A minha sensação e experiência de vida, mesmo, dela. Eu estava começando, ela já tinha casado, já tinha separado, tinha muitos namorados, teve muitos namorados.[117]

Flora Strozenberg, estudante de Ciências Sociais da USP, também tinha essa sensação:

> Ela tinha a minha idade, mas era um pouquinho mais vivida. Eu era virgem (...). A gente discutia essas coisas. Ficar ou não ficar virgem, continuar ou não continuar virgem. A Iara, essa questão já não existia para ela; ela já tinha sido casada, garota, jovem, já tinha se separado e já tinha ido para o mundo".[118]

Essas impressões são importantes pois confirmam que, fora de certos grupos mais liberados – e ainda assim entre pessoas que frequentavam o meio universitário –, as normas sociais mais conservadoras seguiam predominando na década de 1960. Todas as entrevistadas mencionaram a experiência ou *vivência* de Iara, relacionando-as com o casamento malsucedido e os posteriores namoros. Tal termo é usado justamente para designar as mulheres não dignas: "moças 'vividas' ficavam mal faladas e não eram vistas como moças para se casarem, pois não tinham boa reputação".[119] Esse estigma perdurava mesmo com o advento da pílula anticoncepcional e da chamada "revolução sexual", vivida sobretudo nos Estados Unidos e em alguns países da Europa no mesmo período. Simão conclui que esses novos valores tiveram pouco impacto no cotidiano de mulheres brasileiras da geração de 1960 e 1970, que parecem ter continuado vivendo em uma sociedade pouco amigável à liberdade feminina.[120]

Embora não tenha sido particularmente impactado pela diferença de idade e experiência, Dirceu acredita que, em um primeiro momento, as divergências políticas foram as mais influentes para a falta de reciprocidade de Iara: "tinha uma relação política com ela difícil, porque ela era militante da Polop, e nós tínhamos muitos problemas com a Polop na área estudantil e de certa maneira eu jogava um certo papel na luta contra a Polop. Ainda que isso não criasse problemas na nossa relação, dificultava a aproximação".[121]

Entre 1965 e 1966, embora ainda fosse um jovem estudante, Dirceu já defendia ferrenhamente as posições do PCB, ocupando cargos em entidades estudantis, como o DCE da PUC, e seguindo as proposições do partido. A Polop, por sua vez, se opunha com toda a firmeza ao Partidão, tornando possível a influência desse aspecto na decisão de Iara de não entrar em um relacionamento com ele, ao menos nesse período. No entanto, teria sido em outro momento,

---

[117] ABRAMOVAY, Miriam. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 18 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 42'01'', acervo pessoal.
[118] STROZENBERG, Flora. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 27 abr. 2021. 1 arquivo de áudio, 58'16'', acervo pessoal.
[119] SIMÃO, 2010, op. cit., p. 9.
[120] Idem.
[121] DIRCEU, s.d., op. cit.

entre fins de 1966 e início de 1967, que o relacionamento teria se consolidado. Logo, eles formariam um casal.

Sobre esse período, Dirceu descreve que o namoro teria passado a ser "oficial".[122] Maria Lúcia Carvalho relembrou: "o Dirceu foi [um namoro] bem envolvente. Foi um caso bem especial".[123] Sônia Lafoz se lembra: "eu morria por causa do José Dirceu. [Iara] era liderança estudantil, mulher, coragem de falar em assembleia, desenvoltura no meio daquele bando de homens, que namorava o Dirceu".[124] Samuel Iavelberg descreve: "Iara namorou José Dirceu, que fazia Direito, na PUC. Era presidente da UEE. Eu achava que era uma loucura, porque ele era do PC".[125] O próprio Dirceu apontou:

> A Iara tinha muita garra e muita vontade de discutir as coisas e para brigar pelos pontos de vista dela. Tanto que a gente brigou muito e parou, praticamente fez um *agrément* para parar de discutir problemas da Polop e Dissidência. Porque ela tinha muita convicção e firmeza no que discutia comigo.[126]

Apesar de citar a Disp, na época do namoro, Dirceu ainda integrava uma corrente do PCB, o Comitê Universitário, que iniciava uma crítica interna às posições do partido. Este grupo romperia com o Partidão oficialmente apenas no fim de 1967, formando-se a Dissidência.[127] Portanto, as divergências políticas do casal não tinham cessado.

A grande contribuição teórica da Polop foi sua análise de conjuntura, oposta à visão do PCB, que indicava que o Brasil ainda precisava viver uma etapa antes da revolução socialista.[128] Para além da ideia de que a Polop estava convencida da possibilidade de se concretizar a revolução em pouco tempo, necessitando apenas da conscientização dos trabalhadores, havia uma diferença crucial em relação ao PCB: a Política Operária classificava que a luta armada era a única alternativa possível.[129]

O Tusp parece ter se tornado, então, o ponto mais neutro na vida do casal, onde os grupos políticos não influíam tanto. Assim, ambos se integraram muito bem àquele círculo de pessoas. José Dirceu recordou:

> Conheci esse pessoal [do TUSP] na noite de São Paulo, em bar, restaurante. Não conheci nem na Dissidência, nem no movimento estudantil, nem na FAU. (...) Essa época é a estável, minha com a Iara. Que era época de sair sábado e domingo, ir ao

[122] DIRCEU, 2020, op. cit.
[123] CARVALHO, 1986, op. cit.
[124] LAFOZ, s.d., op. cit.
[125] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[126] DIRCEU, s.d., op. cit.
[127] Também eram ligados a esse grupo José Roberto Arantes de Almeida, Aurora Furtado, Sonia Lafoz e Antonio Benetazzo. ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Relatório Projeto Brasil: Nunca Mais*. Tomo III - Perfil dos atingidos. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 130.
[128] SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar*: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 31.
[129] REIS, 1989, op. cit., p. 39.

> cinema, ao Regência, sentar lá em cima, tomar sopa, tomar vinho, conversar. Não me lembro muito, mas era casado por assim dizer.[130]

Pensando na perspectiva de Iara, as evidências indicam que ela considerava o grupo como parte importante de sua vida social e intelectual. Maria Lúcia Campello Hahn, aluna da FFCL, recordou: "a atividade em que eu a via sempre, todas as noites, era a do TUSP; tinha ensaios".[131] Moacyr Villela teve lembranças parecidas: "no TUSP, ela frequentava seguidamente, quase que diariamente, nesses encontros noturnos, nesses jantares, e talvez opinou muitas vezes".[132] Ele apontou que a atuação de Dirceu seguia o mesmo padrão, tornando o casal muito presente nas atividades sociais e de formação promovidas pelo grupo.

Apesar da "oficialidade" do relacionamento, José Dirceu relatou que teve outros casos enquanto namorava com Iara:

> Eu tinha outras relações, ela às vezes chegava no meu apartamento e me encontrava com outras pessoas, eu falava que estava em reunião, mas ela percebia que não era... Foi ruim isso. A gente acabou se separando por isso também. Porque eu era destrambelhado. Gostava dela, mas ao mesmo tempo não conseguia manter uma relação estável com ela. Então ela não aceitava isso.[133]

Sônia Lafoz, que durante a greve dos excedentes desenvolveu um amor platônico pelo líder estudantil, relembrou:

> O Dirceu era o bonito da época. Eu, como toda menininha chegando, disputando de certa forma, porque cheguei aparecendo, ele começou a se interessar, mas era pela "menininha que não vou deixar passar". Foi um flertezinho mínimo, mas eu sofria, porque a namorada oficial era a Iara. (...) Para mim, a namorada oficial do Dirceu era a Iara. E eu fazia parte das outras.[134]

Não fica claro se Iara tinha conhecimento e consentia com as outras relações de Dirceu. O próprio oscila, quando questionado explicitamente sobre esse assunto:

> Contava e ela sabia, porque quem chegava na minha casa, sabia que eu estava com uma pessoa. (...) Lembro de uma vez que ela chegou em casa, bateu. Essa vez... Era um desses prédios que tem banheiro e cozinha, um corredorzinho e um quarto inteiro. Ela bateu, eu fui falar com ela, disse que estava com pessoas dormindo lá, como se fosse coisa da clandestinidade que ela não poderia entrar (...). Nessa noite, ela não ficou sabendo que eu estava com outra pessoa. Eu estava enganando ela.[135]

Albertina Costa também se recordou: "o Dirceu tinha muitas namoradas, fazia muito sucesso. Mas, tenho a impressão de que a Iara convivia com isso, mas como a namorada

[130] DIRCEU, s.d., op. cit.
[131] HAHN, Maria Lúcia Campello. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[132] VILLELA, 2021, op. cit.
[133] Idem.
[134] LAFOZ, s.d., op. cit.
[135] DIRCEU, s.d., op. cit.

principal".[136] A narrativa de Albertina vai ao encontro do que se lembrou Sônia Lafoz; contudo, nenhuma das duas soube confirmar se Iara consentia essa situação.

As lembranças de Elias da Rocha Barros, amigo de Iara, trazem outros elementos à história: ele cita um caso dela com Antonio Benetazzo, estudante de Arquitetura da FAU, militante do PCB e frequentador do mesmo Tusp:[137]

> Benetazzo era de outro grupo, do PC, mas era mais sensível, humano e sacava profundamente a Iara. Aí a relação era mais conflituosa, mas era mais envolvente. Iara tinha uma dependência muito grande. Eles falavam de coisas que os políticos não falavam. Questionava ela no terreno emocional. "Você está infeliz, triste, é uma infeliz, do que você gosta, é feliz?". Era um contato especial. Ela gostava, ficava aflita, mexia com ela. Benetazzo era uma pessoa muito sensível. Durou muito pouco tempo. (...) Ele chegava, dizia que ela estava bonita ou não, a roupa bonita ou não. Tinha uma relação muito mais de namorado que política. E acho que foi uma relação coincidente com José Dirceu. Mas ela tinha um caso, meio escondido, com Bené, que os outros não sabiam.[138]

Esse é o único relato sobre um envolvimento de Iara com Antonio Benetazzo. Elias usa a relação de Iara com Benetazzo para recuperar memórias de seus próprios sentimentos por ela, o que pode explicar o motivo pelo qual o namoro entre os dois ficou tão marcado: "eu acabava sendo uma espécie de confessor para ela, ela brigava com Benetazzo e ia me procurar, então era uma relação muito esquisita, muito dolorida para mim, porque eu virava uma espécie de confidente dessas coisas que não davam certo na relação dela com as pessoas".[139]

Supõe-se que Iara não deva ter compartilhado com muitas pessoas sobre o caso, sobretudo porque seu namorado oficial era José Dirceu – e as evidências indicam que não se tratava de um "amor livre", embora ela pudesse ter conhecimento dos outros casos do namorado. O fato de não ter confidenciado para mais ninguém, além de Elias, sobre Benetazzo, ao menos não de forma explícita, indica que ela pode ter tentado manter o relacionamento em segredo. Elias acrescenta: "tinha o bar do Zé, quando ele estava lá, não se falavam. Ficavam distantes. Era escondido do pessoal do PC, não sei se o Dirceu sabia ou não".[140] Apesar de atribuir o segredo a motivos políticos, é provável que motivos pessoais tenham influenciado na decisão.

No microcosmos da Maria Antônia, não era absurdo José Dirceu ter outras namoradas para além da "oficial". Moacyr Villela declara: "[Dirceu] era fascinante, todas as meninas, se tivessem chance, namorariam ele. E ele também fazia questão de namorar todas".[141] Albertina

---

[136] COSTA, s.d., op. cit.
[137] Em meados de 1967, passou a integrar a Disp, seguindo mais tarde para a ALN. Foi assassinado sob tortura em outubro de 1972.
[138] BARROS, 1986, op. cit.
[139] Idem.
[140] Idem.
[141] VILLELA, s.d., op. cit.

Costa, em fala já citada, recordou que ele fazia muito sucesso com as garotas. Invertendo os papéis, como já ficou evidente, Iara era extremamente estigmatizada pelos casos extraconjugais quando ainda era casada e pela quantidade de namorados pós-desquite. As experiências de Dirceu, embora múltiplas, eram vistas como "naturais" da "condição masculina", dado que a sexualidade masculina é considerada "biologicamente incontrolável" e tida como sinônimo de virilidade.[142] Os estudos que se propõem a usar gênero como categoria de análise devem recusar a ideia de que supostos "ditames biológicos" determinam o papel e as atuações feminina e masculina no mundo.[143]

Dessa forma, o fato de que a vida sexual de José Dirceu não era desqualificada, enquanto Iara sofria todo o tipo de consequência social por suas relações, mostra uma hierarquia de poder muito forte. Ainda que, conforme discutido acima, Iara tenha conseguido minimizar a subalternização nos ambientes íntimos com os namorados, ela logo era colocada em posição de inferioridade novamente por ser mulher. Mesmo tentando transgredir, vivendo um caso – enquanto o namorado vivia vários, de forma pública –, tinha de fazê-lo com a maior discrição possível, senão novamente sofreria condenação moral por seus atos.

Retomando os impasses políticos que permeavam a relação, ainda que o casal tenha combinado de não falar mais de política, o namoro não passou desapercebido dos quadros da Polop. Wilson Egídio Fava, estudante da FFCL desde 1967 e militante da Polop desde meados de 1964, recordou:

> Chegou para mim, com alguns companheiros que integraram a organização, que ainda ficavam no movimento estudantil, mas já estavam organizados na VPR, "olha a Iara, está com uma relação aí com umas pessoas que não é da nossa linha". E aí eu fiquei pensando e falei "eu vou conversar com ela, porque a gente tem que tomar muito cuidado, porque eu não sei se todo mundo tem... Disciplina, [se] todo mundo tem capacidade de fazer a separação". No período, a gente que estava envolvido em operações militares, tudo, a gente falava com o pessoal, com os quais a gente queria incorporar, qual era a nossa linha política. E ali sempre acabava falando o que a gente fazia também. E aí eu decidi, tive uma conversa com a Iara e falei: "Ó Iara, é o seguinte, você tem que ter muito cuidado, porque nós não somos do movimento estudantil, nós *estamos* no movimento estudantil, mas a nossa realidade é outra. Se um de nós for preso, possivelmente não sobreviva".[144]

Embora não cite quem seria esse namorado, em outro momento da entrevista ele deixa subentendido: "uma das aventuras dela era com uma liderança que a gente sabia que era uma liderança do movimento estudantil e que... Tinha muita vaidade... Não oferecia muita segurança para o que nós estávamos fazendo naquele período. E eu fui, inclusive no apartamento dela

[142] SIMÃO, 2010, op. cit., p. 3.
[143] SCOTT, 2012, op. cit., p. 333.
[144] FAVA, Wilson Egídio. Entrevista concedida de forma remota à autora. Madrid, 11 jan. 2022. 1 arquivo audiovisual, 2º31', acervo pessoal, grifo colocado para reproduzir ênfase da fala do entrevistado.

(...)".[145] Apesar de Wilson descrever este fato como tendo ocorrido já no período de atuação armada da VPR, ou seja, meados de 1968, o namoro de Iara e Dirceu aconteceu entre 1966 e 1967, anterior mesmo à formação da organização. Este momento será discutido no próximo capítulo, mas a análise dessa fala é interessante justamente pela confusão das datas por parte do ex-militante.

Wilson e Iara tinham contato antes do racha da Polop – ou seja, entre 1966 e 1967: todavia fossem originários e atuantes em diferentes núcleos do grupo, se conheceram quando ele passou a frequentar a Maria Antônia, estudando no Cursinho do Grêmio e na FFCL. Neste período, Iara tinha relação mais estreita com Renata Ferraz Guerra de Andrade, namorada de Wilson e estudante de Psicologia da USP: "[em 1967] organizamos uma célula da Polop da Psicologia, que éramos Volga [da Silva Araújo], eu, Maria Helena [não identificada], Maria Lucia Carvalho, uma outra moça que logo saiu, eu até esqueci o nome, e a Iara. E a gente fazia reuniões muitas vezes na minha casa".[146] Segundo ela, porém, o grupo não permaneceu se reunindo por muito tempo após sua entrada.[147]

Talvez pela proximidade temporal do relacionamento de Iara e Dirceu com o início das discussões para formação da futura VPR, Wilson tenha se confundido em relação às datas – então, as questões a respeito de "operações militares" explicitadas em sua fala ainda não eram uma realidade concreta. No entanto, não soa inverossímil que, mesmo ligado à Polop, o militante tenha optado por intervir no relacionamento. Como já ficou evidente, havia divergências profundas entre os posicionamentos do casal e os grupos aos quais eram filiados.

Nas lembranças de Wilson, Iara teria "resolvido" a situação: "ela entendeu perfeitamente, tanto que a partir daí... Dessa conversa que nós tivemos, ela foi muito inteligente, percebeu, cortou a relação com essa pessoa que ela estava saindo".[148] Teria Iara terminado com seu namorado por pressão da organização? José Dirceu não se recordou, em nenhuma das entrevistas que concedeu sobre Iara, do motivo do término. Em entrevista da década de 1980, ele afirmou: "não lembro como rompemos, nem lembro se foi uma coisa desgastante, não consigo lembrar".[149] Já nos anos 1990, pontuou:

> Minhas brigas com ela – ela tinha um fusca, se não me engano –, as minhas brigas com ela, eu descia às vezes do fusca e deixava ela falando sozinha. As imagens que eu tenho são essas. Eu não consigo lembrar... As minhas brigas com ela por causa da

[145] Idem.
[146] ANDRADE, Renata Ferraz Guerra de. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 11 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 48'41'', acervo pessoal.
[147] ANDRADE, 1987, op. cit.
[148] FAVA, 2022, op. cit.
[149] DIRCEU, s.d., op. cit.

> Polop, mas eu não tenho assim, uma coisa que eu consiga lembrar começo, meio e fim.[150]

De qualquer forma, mesmo não sendo mais namorada de José Dirceu, Iara continuou frequentando o grupo do Tusp até ir para a clandestinidade, conforme veremos no próximo capítulo. A participação, no entanto, não seria da mesma forma, pois um livro chegaria para mudar as concepções de estratégia para o enfrentamento da ditadura.

4.3 "Em busca de uma organização verdadeiramente revolucionária": o racha da Polop

Em meados de 1967, a Polop traduziu o texto de um marxista francês sobre a revolução cubana: *Revolução na revolução?*, de Régis Debray. Tratando da guerra de guerrilhas e da estratégia do foquismo no caso cubano, o livro foi um marco para a esquerda revolucionária brasileira. Ceici Kameyama recordou que a Polop fez a publicação em forma de "revista semiclandestina": "se publicou com uma visão crítica, mas aquilo acabou por estimular a própria visão do Debray, dentro e fora da Polop".[151] A organização, após análise da publicação, reconhecia "a importância desta tese, bem como as proposituras guevaristas e castristas, pois entendia que o processo revolucionário cubano era um exemplo do despertar das massas".[152] Porém, mantinha ressalvas quanto à participação dos operários no processo.

Após a chegada do texto de Debray, a teoria do "foco" passou a se concretizar nos debates das esquerdas brasileiras. Cuba se transformaria, então, "na força motriz que guiaria o continente ao inquestionável caminho para a Revolução Latino-Americana".[153] A teoria foquista debrayista previa três etapas na guerrilha, inspiradas no modelo da revolução cubana: a primeira seria a instalação de um pequeno grupo em uma área rural de difícil acesso, o "foco militar", seguida pela conquista do território, com a incorporação de camponeses locais ao grupo; a última etapa ocorreria após a consolidação de focos espalhados por diversas regiões e, por conseguinte, a incorporação das massas oprimidas, com o início da luta revolucionária para a tomada do poder.[154]

O livro, visto com ressalvas pela Polop, teve mais penetração entre as bases do que os diretores imaginavam. O escrito teve forte impacto entre aqueles que já eram militantes de

[150] DIRCEU, 1993, op. cit.
[151] KAMEYAMA, s.d., op. cit.
[152] OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 156.
[153] CORDEIRO, Ítalo Rodrigo Xavier. *A cultura política da revolução latino-americana da década de 1960:* Régis Debray e o foquismo. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2010, p. 40.
[154] RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993, p. 45.

organizações de esquerda, que passaram a acreditar que uma ação mais ofensiva contra a ditadura e em prol da revolução era mais do que necessária.

Sobre a recepção do livro entre os quadros da Polop, a ex-militante Renata Guerra recordou que já havia conflitos ideológicos entre grupos dentro da organização, e o texto só acirrou essas divergências. Ela declara que, depois de Debray, se concretizou um pensamento que já rondava alguns militantes: "a ideia era realmente assumir a questão da luta armada, porque todo mundo falava muito em luta armada, luta armada, mas ninguém preparava nada. A gente fazia uma militância estudantil, operária em alguns casos, mas não... A coisa não ia muito para a frente".[155]

Nesse sentido, apesar de ter recebido relativamente bem o livro, outras questões contribuíam para as divergências nas bases da organização, sobretudo a respeito da estratégia adotada para a luta armada. O fator inicial de unidade da Polop era a oposição ao PCB. No entanto, principalmente a partir do golpe civil-militar, a dificuldade de alcançar os trabalhadores apresentou um novo problema: a luta ilegal. Diante disso, a opção pela luta armada, antes desconsiderada, passou a ser fortemente considerada – ainda que não pela totalidade de quadros. Duas correntes se formaram: uma propunha a construção da revolução socialista, por meio de um partido operário que aglutinaria trabalhadores urbanos e rurais; a outra primava pela luta anti-imperialista de libertação nacional, "numa ampla aliança da classe média revolucionária, com a pequena burguesia e o proletariado numa luta de classe centralizada no campo através da luta armada".[156]

Em relato escrito enviado para esta pesquisa, Carlos Alberto Gonçalves Leite, na época estudante de Geologia na FFCL, namorado de Iara em meados de 1967, recordou que, durante o relacionamento, o casal passava muito tempo no apartamento dela, localizado na Rua Maria Antônia. Em muitas ocasiões, segundo ele, os dois se ocupavam lendo textos políticos, entre os quais *Revolução na revolução?*: "Iara era muito disciplinada nas leituras de livros nos quais fazia anotações e grifava trechos significativos de textos".[157] Carlos Alberto era ligado ao PCB, embora estivesse formulando críticas às proposições internas do partido, que o fizeram estar mais aberto à adoção da luta armada, principal ideia de Debray no referido livro. Essa predisposição fez com que Iara se sentisse à vontade para convidá-lo para uma reunião da Polop:

> Nosso namoro teve seu começo quando ela me convidou para um encontro festivo, de comes e bebes, de iniciativa da Polop, reunindo delegados ao Congresso da União

[155] ANDRADE, 2020, op. cit.
[156] OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 160.
[157] LEITE, 2020, op. cit.

> Nacional dos Estudantes - UNE de 1967. Assim sendo, deveria ser um evento restrito à Polop para realizar o chamado conchavo, os acertos prévios de convencimento de delegados estudantis de vários estados, ainda indecisos quanto à eleição na UNE. Eu compareci ao evento acompanhado de outros militantes da Dissidência do "Partidão", comprometendo o sigilo do evento, e enfrentando a contrariedade da Iara que me recebeu sem seu sorriso insinuante e meigo, como censura a meu comportamento irresponsável. Ela se sentiu traída em sua confiança, o que assimilava com dificuldades ainda que, ao me fazer o convite, misturou sentimento com política.[158]

A Dissidência referida por Carlos Alberto era o embrião da Disp, a mesma de José Dirceu e Antonio Benetazzo. Não parece coincidência que a cisão oficial do grupo com o PCB tenha ocorrido justamente no ano de chegada do texto de Debray às esquerdas brasileiras, em 1967. Cabe salientar que este grupo não era o mesmo que se formava, na mesma época, liderado por Carlos Marighella, militante histórico do PCB. Este, por sua vez, embora também tenha sido uma dissidência, era mais conhecido como "Ala Marighella". A Disp carece de estudos aprofundados que esclareçam sua história.

Do mesmo jeito que Iara parece ter tentado recrutar os dissidentes do PCB para a Polop, as disputas internas de sua própria organização eram utilizadas por outros grupos. Elias da Rocha Barros, ligado ao MCI, recordou:

> Havia uma cisão em progresso na Polop e nós, como força política externa, estávamos tentando ampliar a cisão e ficar com um grupo lá dentro. Nosso grupo: MCI, Movimento Comunista Internacionalista. E nós trabalhávamos com a Polop. Éramos um grupo ligado ao Moniz Bandeira, que queria cindir a Polop. O Moniz estava em São Paulo, escondido, mas é meu primo e estava em minha casa. Acho que estávamos mais dedicados a cindir a Polop do que a qualquer outra atividade política. Então, a gente tinha um contato com todo um setor da Polop, inclusive de Minas etc.[159]

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, conforme citado em tópicos anteriores, havia sido um dos quadros fundadores da Polop, mas teria sido desligado, vinculando-se ao MCI junto do primo Elias. Tinham o objetivo, portanto, de provocar ainda mais as fissuras já existentes na organização e recrutar potenciais dissidentes. Em entrevista para esta pesquisa, Elias detalha um pouco mais o posicionamento do MCI naquele momento:

> A divergência básica [entre MCI e Polop] era em relação a aderir ou não à luta armada. Era acreditar ou não que havia uma potência suficiente para se confrontar com o regime. E a maneira através da qual esse confronto poderia se dar. O MCI era a favor de uma... Digamos assim, de uma frente ampla política das organizações de esquerda, enquanto os outros grupos eram a favor de uma radicalização, acreditando nas ideias de foco, era o, naquela época, o livro do Debray... A ideia de que se houvesse um, um foco, isso iria se espalhar... Pelo Brasil.[160]

[158] Idem.
[159] BARROS, s.d., op. cit.
[160] BARROS, Elias Mallet da Rocha. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 2 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1°6'21'', acervo pessoal.

Elias compartilhou que havia um interesse especial do grupo em convencer Iara e sua amiga, Maryse Farhi, a deixarem a Polop. Isso porque as duas consistiam importantes lideranças universitárias da Filosofia naquele momento – Iara como presidente do Centro Acadêmico de Psicologia e Maryse como 3ª vice-diretora do Grêmio da Filosofia.[161] Essa disputa ocorria durante as reuniões de organização para o XXIX Congresso da UNE, que seria realizado em São Paulo, entre as cidades de Valinhos e Vinhedo. Rubens Glasberg, na época estudante de Física da FFCL e ligado ao MCI, relatou uma situação vivida em uma dessas reuniões:

> Nas discussões preparatórias é que houve o episódio da "vaca". Foi uma ou duas semanas antes do Congresso. Foi numa reunião do grupo de estudantes da Psicologia, na casa do Sérgio Buarque de Holanda, porque um dos filhos estudava Psicologia. Iara compareceu, mas era minoritária, com as teses da Polop ao congresso. Mas perdia as discussões e, provavelmente, até perderia a indicação de delegado, porque eram teses tão fechadas. Como nosso pessoal [MCI] era mais preparado, ela não tinha condição de discutir teoricamente conosco. Por isso, ela trouxe a Maryse, que considerava mais preparada. Começaram as discussões, fui me irritando, elas insistiam no foquismo. Aí, lembro que chegou um momento em que Maryse disse, para se contrapor ao que eu dizia: "o presidente Mao disse...". Aí eu disse: "se o presidente Mao disse isso, disse uma enorme asneira". Na época, era chocante dizer uma coisa dessas, era a época do livrinho vermelho com aquelas bobagens. Eu acrescentei: "com todo respeito ao Mao como líder de massas, mas como teórico é *nonsense*". Aí, acho que Maryse disse que eu era um picareta intelectual. Aí perdi a paciência e chamei-a de vaca. Ao mesmo tempo, bati um violão e quebrei-o. A reunião acabou e, logo em seguida, houve a assembleia no grêmio da Filosofia, cheia de gente, e a Iara se levanta e pede uma moção de censura ao companheiro Rubens por ter chamado a companheira Maryse de vaca. Lembro que ficou uma coisa muito engraçada.[162]

A aluna da Psicologia, filha de Sérgio Buarque de Holanda, era Maria do Carmo Buarque de Hollanda, excedente do ano de 1967 que teve sua matrícula autorizada após a greve realizada pelos estudantes. Nota-se que, apesar de, segundo Elias da Rocha Barros, o MCI tentar recrutar quadros da Polop, Iara e Maryse Farhi permaneciam firmes na defesa da luta armada. Maryse recordou que ambas estavam sendo muito influenciadas pelas teses de Debray naquele momento, acrescentando uma informação que explica a menção a Mao Tsé-Tung: "havia uma pequena dúvida na época, o Debray foi escolhido mais tarde. Era entre a teoria de 'virar peixe

[161] *REVISÃO conta coisas de e para calouros*. São Paulo: Departamento de Publicações - Grêmio da Filosofia USP, 1967. Disponível em: Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (USP).
[162] GLASBERG, Rubens. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

no meio do povo', do Mao Tsé-Tung,[163] ou se distinguir como destacamento armado. Eram as discussões teóricas internas. A Iara participava bastante".[164]

Portanto, ainda que o MCI disputasse os quadros da Polop com base nas divergências internas que ocorriam na organização, Iara parece ter sido partidária justamente do início imediato da luta armada, posição rejeitada por Elias e seu grupo. Ele rememorou: "Iara sempre tinha uma posição publicamente irredutível. Pessoalmente, não. Quando estávamos sozinhos, ela até criticava. Mas, politicamente, era impossível obter qualquer atitude simpática".[165]

Apesar dos debates internos, tanto Iara quanto Maryse atuaram fortemente na organização para o congresso de Vinhedo, defendendo as proposições da Polop. Maryse apontou que foi durante os preparativos para o encontro que as duas ficaram mais próximas. As reuniões eram muito longas e organizadas para discutir "conchavos da cúpula para montar as chapas, preparação de temas, conversar com as pessoas, ver quem seriam os delegados de todos os estados, preparação de material – eram 400 e tantas pessoas".[166]

O encontro estudantil foi viabilizado mediante o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, que cederam como local o Mosteiro de São Bento, em fins de julho de 1967. O congresso foi realizado em duas etapas: uma "fechada" e outra "aberta". Na primeira se realizaram as articulações políticas e as eleições da chapa que presidiria a entidade naquele ano.[167] Nesta etapa, Maryse descreve as funções de Iara: "tinha um esquema bem montado de a Iara buscar as pessoas no ponto, de carro, e levar ao convento. Cada grupo tinha um ponto,

---

[163] "Guerrillas must be at pains not to antagonize the local population, and for this purpose a code of rules is here set out: 1. Prompt obedience to orders. 2. No confiscation from the poor peasants. 3. Prompt delivery of all goods confiscated from the landlords. Later the following were added. 4. Replace all doors when you leave a house. 5. Return and roll up straw matting on which you sleep. 6. Be courteous and polite to the people and help them when you can. 7. Return all borrowed articles. 8. Replace all damaged articles. 9. Be honest in all transactions with the peasants. 10. Pay for all articles purchased. 11. Be sanitary and establish latrines at a safe distance from houses. The above rules must be strictly adhered to as guerrillas can only exist in the enemy's rear with the fullest cooperation of the local inhabitants. The people are like the water and the guerrillas like the fish. If the temperature of the water is incorrect the fish can neither swim nor propagate". GHANDI, R. K. S. Mao Tsé-Tung: his military writings and philosophy. *Naval War College Review*, v. 17, n. 7, mar. 1965, p. 9-10.
Régis Debray se refere a esta contribuição de Mao duas vezes em *Revolução na revolução?*: "The high density of the peasant population, the overpopulation of the villages and towns, and the marked predominance of the peasantry over the urban population permit revolutionary propagandists to mingle easily with the people, '*like fish in water*'".
"The occupation and control of rural areas by reaction or directly by imperialism, their vigilance today greatly increased, should rid a given group of armed propagandists of all hope of remaining unnoticed, '*like fish in water*'". DEBRAY, Régis. *Revolution in the revolution?* Tradução para o inglês de Bobbye Ortiz. Nova York: First Evergreen Black Cat Edition, 1967, p. 50 e 52.
[164] FARHI, Maryse. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[165] BARROS, s.d., op. cit.
[166] FARHI, s.d., op. cit.
[167] PELEGRINI, Sandra. *A UNE nos anos 60*: utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: Editora UEL, 1998, p. 154.

ninguém chegava direto; os automóveis eram das pessoas. A Iara tinha um fusca. Ela guiava bem, super calma".[168]

Podem se identificar três grupos de esquerda disputando a hegemonia do movimento estudantil naquele momento: a) as dissidências do PCB, como a Disp e Polop, defensoras da revolução socialista e já influenciadas, no congresso, pelas ideias de Debray; b) a esquerda cristã, representada pela AP, que ressaltava a necessidade do caráter anti-imperialista da luta estudantil; e c) a Frente Universitária Progressista, defensora das ideias do Partidão quanto ao reconhecimento institucional da UNE, a defesa dos interesses universitários contra a política do governo ditatorial e a reconquista das liberdades democráticas do povo.[169] Embora tenha sido formada uma chapa única, com minoria de integrantes da AP, a organização católica "manteve a presidência da entidade, pois Luís Travassos venceu o candidato das dissidências, Daniel Aarão Reis Filho, por escassa margem de votos, no único cargo da diretoria disputado em plenário".[170] A Polop ficou com três membros na diretoria.

A Carta Política produzida após o fim do evento demonstrou a influência da visão socialista das dissidências na determinação dos rumos que o movimento desejava tomar. Evidenciou-se no docuemento o interesse de estabelecer alianças entre o movimento estudantil e as "forças operárias e camponesas": "o movimento estudantil deve-se preparar para a aliança com as classes que historicamente têm condições de levar adiante de forma consequente, as transformações revolucionárias da sociedade".[171]

De acordo com texto de Maria Lúcia de Carvalho, publicado na *Psi-Revista*, novo periódico editado pela Auep durante a gestão de Iara (substituindo o *Psi-Jornal*), a Carta Política produzida em decorrência do encontro estudantil foi amplamente distribuída pelo Centrinho de Psicologia.[172] No texto, Maria Lúcia defende a representatividade e as resoluções políticas do congresso, mostrando-se a favor das posições da entidade estudantil. Como seu posicionamento era alinhado ao de Iara, pode-se inferir que elas tivessem visões semelhantes. Isso não impediu, porém, que a revista abrisse espaço para pontos de vista divergentes, com textos de Rubens Glasberg e Elias da Rocha Barros, do MCI, críticos das lideranças eleitas e de seu "radicalismo".[173]

---

[168] FARHI, s.d., op. cit.
[169] PELEGRINI, 1998, op. cit., p. 154.
[170] RIDENTI, 1993, op. cit., p. 129.
[171] UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Carta Política. 1967. In: SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE*. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes. Coleção História Presente, v. 4. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.
[172] CARVALHO, Maria Lúcia. O XXIX Congresso Nacional de Estudantes. In: AUEP. *Psi-Revista*, ano 1, n. 1, set. 1967, p. 19. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.
[173] AUEP. *Psi-Revista*, ano 1, n. 1, set. 1967. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.

Coincidentemente ou não, a palavra "radical" foi usada para descrever Iara por Marcos Medeiros, na época estudante ligado à Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB): "ela era muito radical nas posições políticas, na forma libertária de existir".[174] Marcos conviveu com Iara no período imediatamente após o congresso, quando ambos foram para uma fazenda no interior de São Paulo, em companhia de Maryse Farhi e um outro rapaz. De acordo com Maryse, essa viagem foi feita pois as duas estavam "no osso com a preparação do congresso, que quase matou a gente de cansaço. Ficamos uns três, quatro dias".[175]

Apesar de ser vista como radical e muito atuante por aqueles que a conheceram e tiveram contato íntimo com ela, Iara não está muito presente nas lembranças sobre o encontro estudantil. Paulo de Tarso Venceslau, estudante de Economia na USP e atuante no movimento, afirmou:

> Nesse congresso... por exemplo, o Daniel [Aarão Reis] teve uma participação. O Vladimir Palmeira teve uma participação nessa área... A Iara, juro que eu não me lembro de uma participação importante dela lá. Poderia ter tido (...). Na minha cabeça dessa época... A importância que talvez ela possa ter tido e eu não saiba.[176]

Nesse sentido, é interessante retomar as atividades exercidas por Iara e Maryse no Congresso. Maryse relatou a participação intensa de ambas em reuniões longas de discussão e preparação, mas destaca o papel fundamental de Iara na locomoção dos estudantes e a atuação das duas para acomodarem e alimentarem os presentes: "eram 400 e tantas pessoas, tinha que alimentar o povo todo. Se bem que teve dia que passamos a pão e laranja. (...) A gente dormia no chão, era um convento. Púnhamos jornais, o que tivesse. Nós duas ainda levamos um travesseirinho cada uma".[177]

Décadas mais tarde, em entrevista concedida a mim, Maryse discorreu mais sobre as tarefas durante o congresso: "participamos disso tudo, mas aí, *era um pouco o papel da mulher ainda naquela época*, por mais que a gente fosse militante, na hora de comida e tal, era com as meninas, elas que se virassem. Mas não fizemos só isso, senão também a gente chutava, chutava a porta [rindo]".[178] Ressalto que foi iniciativa da própria Maryse classificar as atividades de cozinhar e alojar como mais designadas às mulheres. Após ser perguntada se sentia que, na época, já tinha a consciência dessa divisão sexual do trabalho mesmo no seio do movimento estudantil, predominantemente de esquerda, ela apontou que não: "a gente se considerava como igual, dos caras, e... Tudo bem, era para fazer, a gente fazia, mas... é... Não era só pra gente

[174] MEDEIROS, Marcos. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[175] FARHI, s.d., op. cit.
[176] VENCESLAU, Paulo de Tarso. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 29 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º24'21", acervo pessoal.
[177] FARHI, s.d., op. cit.
[178] FARHI, 2020, op. cit.

fazer, tá certo. E... Aí isso a gente, eu pelo menos tomei consciência depois. Mas eu acredito que as demais também".[179]

Na perspectiva de Paulo de Tarso, a divisão de tarefas parecia mais espontânea. Ele relatou a respeito do Congresso da UNE do ano seguinte, realizado em Ibiúna:

> A gente abriu possibilidade de... Quem quisesse, ajudasse a trabalhar na cozinha, iria para o Congresso. Só entrava o delegado, e tinham... Era muito rigoroso para você chegar lá, né. A gente estabeleceu um critério muito rígido. E então o que acontece: quem se apresentou na época para fazer essa parte, foram as mulheres estudantes. Que eu sei, foi uma coisa espontânea delas, de representar... Que queriam ir para o congresso, mas não tinham sido eleitas nas suas respectivas escolas. Não havia nenhuma... Nada nessa de ser função de mulher, não. Nunca ouvi nada nesse sentido.[180]

Como não restaram listas especificando quem eram os delegados selecionados para cada congresso, não é possível analisar a paridade entre homens e mulheres. De qualquer forma, a primeira mulher eleita para a presidência da UNE foi Clara Araújo, para a gestão de 1982-1983, quatro décadas após a fundação da entidade.[181] Considerando todos os ocupantes das diretorias eleitas nos congressos realizados no pós-golpe e até 1968, o número de mulheres também é ínfimo.[182] Portanto, embora estivessem presentes no ensino superior e nos debates pelos rumos do movimento estudantil, fica evidente que a atuação de mulheres diretamente nas entidades era limitada. Pode-se conjecturar que, como não conseguiam alcançar a posição de delegadas, ofereciam-se para outras atividades, a fim de garantir sua participação. Sem embargo, quando se envolviam, não conseguiam ter o mesmo destaque que os líderes do sexo masculino.

Essa condição limitante – apesar de não ser imposta de forma explícita – pode explicar, por exemplo, o motivo pelo qual Iara optou pela publicação de um texto de autoria de Maria Lúcia sobre o congresso, em vez de um escrito por si mesma. Ela e Iara eram grandes amigas, como ficou evidente em diversos momentos, mas, em nenhuma das três entrevistas utilizadas como fontes nesta pesquisa, Maria Lúcia cita participação em qualquer um dos congressos da UNE. Sua ida ao encontro de 1967 também não foi citada por Maryse, que relatou ter estado próxima a Iara durante todo o evento e, assim como as outras duas, pertencia à Polop.

---

[179] Idem.
[180] VENCESLAU, 2020, op. cit.
[181] BOUTIN, Aldimara C. B. D. A participação feminina na União Nacional dos Estudantes – (UNE). *Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 27, n. 1, mar. 2022, p. 6.
[182] Na gestão 1965-1966, apenas a estudante Ana Diniz, do Pará, ocupou o cargo de 1ª secretária; entre 1966-1967, Raquel Cunha, do Rio Grande do Sul e vinculada à AP, exerceu o cargo de tesoureira, e Hilda Brandt, de São Paulo, o cargo de 1ª secretária. Não foram encontradas informações sobre a composição da diretoria de 1967-1968. Cf. ARQUIVO NACIONAL. *Relatório do Departamento Federal de Segurança Pública para o Serviço Nacional de Informações sobre o XXVII Congresso da UNE*, 27 jul. 1965, p. 6. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65096746 e ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 598/66 – Congresso da UNE*, 12 ago. 1966, p. 9. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011224.

No entanto, há a presença de dois textos de estudantes de Psicologia, Rubens e Elias, ligados à vertente oposta à da Polop e críticos dos posicionamentos adotados pela UNE. O fato de serem autores homens, em um curso predominado por mulheres, pode indicar uma relação com a condição limitante feminina no movimento estudantil. Isso se agrava ao recordarmos o envolvimento de Rubens em um episódio machista direcionado justamente a Iara e Maryse, ao chamá-las de "vacas" em uma reunião prévia ao congresso. Esses dados consistem em mais evidências de que, embora fosse "radical e libertária", como indicou Marcos Medeiros, Iara continuava, de forma paradoxal, em profundo diálogo com normas comportamentais patriarcais e submissa a elas. Nas análises que têm como base a história do cotidiano, observar essas contradições é especialmente interessante: "essencialmente, assim, a *Alltagsgeschichte* é menos sobre a distinção entre o 'opressor' e o 'oprimido'. Em vez disso, envolve o exame das variadas e ambivalentes 'relações de poder' que atravessem a totalidade do corpo social".[183] Portanto, não basta dizer que Iara era apenas subjugada ou liberada – ela lidava com as relações de poder vigentes das formas mais variadas no cotidiano, ora transgredindo as normas, ora acatando-as, ora reproduzindo-as.

Como mencionado, imediatamente após o congresso, Iara e Maryse passaram alguns dias em uma fazenda com outros dois rapazes, descansando após a alta carga de trabalho que o evento exigiu. Maryse declara: "enchemos a cara, tomamos sol e dormimos. A gente bebia o que pintasse: batida, cerveja, vinho. (...) Depois, ainda voltamos para a casa da Rachel [Rosenberg] para arrumar roupa de festa. Não queríamos aparecer em casa antes, porque os pais não iam deixar a gente sair".

Apesar de comentar sobre o fato de que os pais possivelmente não as deixariam sair mais de casa, após um longo período fora, há que se observar que ao menos Iara gozava de uma grande liberdade, para os padrões da época, o que a permitia viajar frequentemente, tanto para eventos políticos ou acadêmicos quanto para lazer, como no caso da ida à fazenda.

Pouco antes do congresso, no início do mês, Iara fez outra viagem, dessa vez para a cidade do Rio de Janeiro, para participar da XIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada entre 9 e 15 de julho. Esteve acompanhada de outros estudantes de Psicologia da FFCL, conforme registrou a *Psi-Revista*: "lá estiveram, como observadores, em nome do Centrinho, os colegas Iara Iavelberg, Laerte Coaracy e Elias da

[183] "In essence, then, *Alltagsgeschichte* is less about the distinction between the "ruler" and the "ruled." Instead, it entails an examination of the varied and ambivalent "relationships of power" that transect the entirety of the social body". MAILÄNDER, 2015, op. cit., p. 7, tradução livre.

Rocha Barros".[184] Apesar desse registro na memória dos amigos, a Reunião da SBPC não foi o motivo principal da viagem.

Elias relatou: "a Iara ia fazer um contato político. Eu aproveitava para fazer um também, misturava com namoro e passeio. E o Laerte ia meio no contato político, meio no passeio, meio visitar a família".[185] Ele disse ainda que Raul Fiker, na época outro estudante de Psicologia, integrava o grupo. Também em entrevista, Raul é o único a citar a reunião: "estávamos indo para a SBPC, em 1967, no Rio. Eu ia para montar uma exposição surrealista com Sérgio Lima, Elias apresentar um trabalho na SBPC. Laerte se oferecera para guiar e só guiava em estrada com um pijama verde".[186]

Nas entrevistas mais recentes, aparece um quinto componente do grupo. Para esta pesquisa, Elias da Rocha Barros declarou que ele, Laerte e Iara foram por motivos políticos individuais, Raul teria ido para se divertir e haveria uma quinta pessoa, Renato Leal, que ele afirmou ser ligado também ao MCI.[187] Também em depoimento a mim, Laerte Coaracy, por sua vez, disse que a motivação de Iara seria um congresso de seu "partido" a ser realizado no Rio, indo acompanhada de uma outra pessoa – um mineiro. Ele teria ido para dirigir o carro, levando os amigos Elias e Raul.[188] Não foi possível apurar se o mineiro e Renato Leal são a mesma pessoa.

Apesar das divergências nas narrativas, essa viagem foi lembrada diversas vezes por conta de um acidente no meio do percurso, que levou os amigos a serem detidos logo que chegaram na cidade. Laerte, que era o motorista, descreve:

> Chegando no Rio às sete da noite, já estava escuro, chovendo à beça, em frente à Biblioteca Nacional ali na... na Cinelândia, o sinal abriu e de repente apareceu uma mulher na minha frente com uma lata d'água na cabeça pequenininha, e eu atropelei a mulher. É claro que nisso eu parei, peguei a mulher nos braços (...) e levei para o hospital.[189]

Após o socorro, todos foram levados para a delegacia e, nesse momento, segundo Elias, Iara revelou preocupação, pois levava no porta-malas documentos da Polop a serem entregues para contatos no Rio. Depois de algumas horas, foram liberados. Ademais, os amigos relatam terem estado com Iara durante pelo menos um encontro político. Elias recordou:

---

[184] AUEP. *Psi-Revista*, ano 1, n. 1, set. 1967, p. 5. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.
[185] BARROS, 1986, op. cit.
[186] FIKER, Raul. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[187] BARROS, 2020, op. cit.
[188] COARACY, Laerte Caiuby. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 26 fev. 2021. 1 arquivo de áudio, 19'01'', acervo pessoal.
[189] Idem.

> No dia seguinte, combinamos que íamos à praia. Mas antes, ela tinha de fazer um contato político. Para unir o útil ao agradável, ela combinou no Castelinho.[190] Aí, combinamos que ficaríamos com ela até chegar o camarada e aí mudaríamos de mesa. Aí, acontece que o camarada chegou e viu que estávamos os quatro na mesa. Aí ela disse: "vocês não saem daqui, porque se saírem, ele vai pensar que é polícia e aí vai dar um boró aqui. Vocês fiquem aqui, quietos, fingindo que são da Polop também, não vão abrir a boca, eu falo com ele e vocês esquecem o que a gente conversou".[191]

Na entrevista mais atual, ele acrescentou que o encontro foi com militantes mineiros – o que pode explicar a menção de Laerte a um mineiro durante a viagem. Esse fragmento de informação sobre a atuação de Iara na Polop neste período, sobretudo levando em consideração seu contato com militantes oriundos de Minas Gerais, é importante pois pode representar o início de discussões internas que culminariam no racha, em setembro.

A maior parte das críticas à Direção Nacional da Polop vinha das bases mineira e carioca, sobretudo após 1966. Entre muitos outros tópicos, havia divergências quanto à tática. Os mineiros apontavam uma indefinição tática no programa da Direção, que defendia uma luta de caráter insurrecional e, ao mesmo tempo, a continuidade da luta pelos meios legais, como greves, agitações eleitorais, apoio ao movimento estudantil e sindical. O grupo de MG se opunha a essa perspectiva, argumentando que, conforme o governo ditatorial foi se estabelecendo, as massas foram sendo sistematicamente desmobilizadas. Desta forma, sugeriam "que se deveria organizar clandestinamente o *partido proletário* e preparar a luta armada, com o apoio da pequena burguesia, que teria avançado em sua consciência e seria a classe que contribuiria para o amadurecimento da liderança do proletariado e retirá-lo da imobilidade".[192]

Os integrantes da base carioca – embora fossem majoritariamente mineiros deslocados para o estado da Guanabara –, por sua vez, apresentavam um terceiro ponto de vista, que colocava o imperialismo como inimigo principal a ser combatido. No entanto, na perspectiva deste grupo, o operariado representava ainda uma minoria economicamente ativa, concentrada em certas regiões brasileiras. Caberia, dessa forma, às classes rurais o desencadeamento da revolução socialista, sendo um "desvio esquerdista atribuir à classe operária o papel de deslocar o imperialismo do país".[193]

Foi nesse contexto de divergências que se realizou o IV Congresso da Polop, na Praia Grande, litoral paulista, entre o fim de agosto e início de setembro. Na ocasião do congresso,

[190] Bar e restaurante localizado na Praia de Ipanema, inaugurado em 1964. Em 1980, encerrou as atividades, tendo sido demolido para a construção de um prédio. Cf. https://bit.ly/3LtTkVF. Acesso em: 19 mai. 2022.
[191] BARROS, 1986, op. cit.
[192] OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 131, grifos meus.
[193] Ibid., p. 139.

muitos dos líderes históricos da Polop já tinham ido para o exílio por conta do acirramento da repressão, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Arnaldo Mourthé, Rui Mauro Marini e Moniz Bandeira. Dos quadros mais antigos, teriam participado Eric Sachs, Eder Sader e Ceici Kameyama.[194] Além destes, foram representantes do grupo mineiro: Inês Etienne, Carlos Alberto Soares de Freitas[195], Dilma Rousseff;[196] da Guanabara, possivelmente Maria do Carmo Brito e Juares Guimarães de Brito, entre outros. Da geração mais "nova" de militantes de São Paulo, teriam comparecido Iara Iavelberg, Maryse Farhi[197] e possivelmente Wilson Fava, Valdir Sarapu, Lucia Sarapu, Francisco Salles e Nelson Chaves.

Segundo Inês Etienne Romeu, "Iara fazia parte do grupo encarregado da organização do congresso, responsável pelo transporte dos militantes, da segurança e alimentação".[198] Em outra entrevista, ela deu mais detalhes: "era uma casa de dois andares na praia. Tinha o pessoal do transporte, que levavam os outros de olhos fechados. Ela [Iara] e outros podiam sair, faziam fachada. Não dava para trancar 20 e tantas pessoas numa casa. Fazendo de conta que eram só cinco. Circulavam, iam à praia".[199]

Apesar disso, Maria Alice Machado Gouveia, que afirmou ter ingressado na organização recrutada por Iara, teve lembranças diferentes. De acordo com ela, Iara participava das reuniões, enquanto ela própria fazia as atividades de segurança e infraestrutura: "eu não participava da reunião, fazia a segurança da casa, comprava pão na padaria, ia à praia".[200] Sobre as atividades de "fachada", ela detalha: "a casa na Praia Grande ficava fechada, o pessoal trancado e a gente fazendo encenação. (...) A gente ia em várias padarias, uma ia em uma, outras em outras".[201] Essa descrição coincide justamente com o que Inês Etienne designou como função dos responsáveis pela infraestrutura e "fachada", tendo afirmado ainda que estes só poderiam intervir nos intervalos das sessões de discussão, em oposição àqueles que iam como delegados, que se dedicavam integralmente aos debates.[202]

---

[194] Ibid., p. 154.
[195] ROMEU, Inês Etienne. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[196] ROUSSEFF, Dilma Vana. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[197] FARHI, s.d., op. cit.
[198] ROMEU, Inês Etienne. Entrevista concedida a interlocutor não identificado. Fortaleza, 6 abr. 1980. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[199] ROMEU, s.d., op. cit.
[200] GOUVEIA, Maria Alice Machado. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[201] Idem.
[202] ROMEU, s.d., op. cit.

Eder Sader, por sua vez, apontou que, embora se lembre da presença de Iara durante o congresso, não se recordou de uma participação mais ativa durante as discussões teóricas que ocorreram no evento, concluindo que "talvez não tenha sido delegada".[203] Outros militantes, como Wilson Fava, sequer se lembram de ela ter estado na reunião ou nas discussões que formariam a nova organização.[204]

O fato de Maria Alice, que era responsável pela parte de fachada, afirmar categoricamente que Iara participava das reuniões é significativo. No entanto, por que outros dois delegados, Inês Etienne e Eder Sader, não se lembram da participação de Iara como tal?

Lucia Sarapu, falando de congressos em geral, sem afirmar que se trataria do IV Congresso da Polop, relatou:

> **LS:** Nós não tínhamos importância. Eu me lembro, mulher não tem poder, naquela época muito menos. Naquela época, nos congressos, nós estávamos todas na cozinha, fazendo comida. A Iara ficava louca da vida, porque não sabia fazer comida. Os homens discutindo e nós na cozinha.
> **E:** Os caras dizem que as mulheres não ficavam na cozinha.
> **LS**: Mas não! O que sobrava para nós era fazer comida. Vez ou outra nos chamavam, é verdade, tinha umas discussões das quais a gente participava. Mas, os grandes segredos a gente sabia na cama. Não tem a menor dúvida. É por aí que se sabia o que acontecia. (...) Na nossa cabeça, nós éramos maravilhosas. Estávamos fazendo a revolução e, de repente, a gente ia para uma casa qualquer e o que sobrava era o arroz, feijão, linguiça...[205]

Lucia era namorada de Valdir Sarapu naquele momento. Valdir e Wilson Fava tinham integrado o grupo que ficou conhecido como os "Guerrilheiros do ABC", formado majoritariamente por estudantes, mas também operários sindicalistas, que faziam agitação política nas cidades do ABC paulista. Foram presos e perseguidos pelo governo de Ademar de Barros.[206] Segundo Lucia, após terem sido soltos, "o grupo entrou na Polop, mas sem vivenciar a vida política da Polop. Foi logo para a VPR".[207] A participação de ambos nesta reunião pode ter sido decisiva para a formação de um grupo dissidente também em São Paulo, influenciado pelas teses de Debray.

Apesar de ter esvaecido da memória de alguns militantes, outra pessoa se recordou do impacto do debate em Iara, uma outra mulher, Maryse Farhi:

> Ela estava muito indecisa, porque foi um período de indecisão muito violento para todo mundo, por causa das decisões em torno das teses do Debray. Foi o congresso onde teve o racha. Lembro dela assim, meio sem saber direito e, durante o congresso,

[203] SADER, s.d., op. cit.
[204] FAVA, 2022, op. cit.
[205] SARAPU, s.d., op. cit.
[206] Cf. CAMACHO, Timotheo. Entrevista concedida a Mauro Petersem Domingues. *SINAI*S. Vitória, n. 6, v.1, dez. 2009, p. 245.
[207] SARAPU, s.d., op. cit.

> ela dizer "bom, o papo é esse mesmo. Assumir a luta armada". Porque a gente já vinha há um certo tempo numa luta interna por causa disso.[208]

Essa luta interna fica evidente a partir da análise dos últimos fatos narrados: embora tenham ido como representantes da Polop ao XXIX Congresso da UNE, Maryse e Iara já estavam completamente tomadas por obras que estimulavam a adoção da luta armada, sobretudo a de Régis Debray. Isso se comprova pela discussão e profunda divergência com militantes do MCI nas prévias da reunião estudantil e no apoio ao candidato das dissidências para eleição à presidência da UNE, Daniel Aarão Reis. Apesar de ele não ter vencido o pleito, a influência das proposições de guerrilha ficou explícita no documento produzido a partir do congresso. Ademais, a ida de Iara para o Rio de Janeiro – justificada a princípio pela participação no encontro da SBPC – permitiu um encontro com militantes mineiros da Polop, justamente a base que mais fazia críticas às diretrizes da organização.

Essa crise se concretizou em um racha, formalizado justamente no encontro nacional realizado na Praia Grande. Militantes da base de São Paulo se juntaram a representantes da Guanabara e Minas Gerais, contabilizando-se 14 delegados que votaram contra o novo Programa Socialista para o Brasil,[209] aprovado pela Direção Nacional.[210] O programa, mesmo tendo caráter conciliador ao abrir espaço para a adoção da luta armada como estratégia, seguia tendo como base a insurreição operária, o que não foi suficiente para agradar os dissidentes.[211]

Em documento produzido e assinado pelos "revolucionários que rompem com a Polop", critica-se justamente a fundamentação teórica com base nas experiências europeias – possivelmente em referência à questão da insurreição dos trabalhadores, de inspiração soviética – e o descolamento da realidade latino-americana e brasileira.[212] Os dissidentes prosseguem – aparentemente sob influência majoritária do grupo carioca:

> Para nós a tarefa fundamental e imediata é a da instalação do foco guerrilheiro, não como mero apêndice, mas como núcleo do P. [partido] e embrião do Exército Popular que porá em movimento as grandes massas camponesas e dará apoio às massas urbanas, enfraquecendo e destruindo o aparelho burocrático e militar do Estado. A

---

[208] FARHI, s.d., op. cit.

[209] De acordo com o historiador Marcelo Badaró Mattos, o programa "mantinha a premissa de que a insurreição operária seria o momento decisivo da tomada do poder, mas a guerrilha era defendida, pelo exemplo continental, por seu caráter de movimento localizado catalisador de uma luta em escala nacional, por permitir a manutenção da luta prolongada, mesmo nas fases de refluxo dos movimentos de massa, e, finalmente, por minar as forças políticas, econômicas e militares da tentativa". MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume V: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 203.

[210] OLIVEIRA, 2007, p. 162.

[211] MATTOS, 2002, op. cit., p. 203.

[212] CARTA aberta aos revolucionários. São Paulo, set. 1967. In: ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 0239*, 18 abr. 1968. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.68008643, p. 36.

> insurreição urbana, como coroamento da tomada do poder, só será possível sob a coordenação do comando do Exército Popular.[213]

Fica explícita a influência de Debray no posicionamento destes militantes, sobretudo através da ideia de implementação de um foco guerrilheiro – a teoria foquista – e a concepção de que a revolução chegaria às cidades apenas após a consolidação do Exército Popular no campo, termos cunhados em seu livro.[214]

Conforme as evidências já demonstraram, tomada pelas ideias debrayistas, Iara se incluiu no grupo de São Paulo que rachou com a Polop, assim como seu irmão Samuel Iavelberg, e suas amigas mais próximas, como Maryse Farhi, Lucia Sarapu e Maria Lúcia Carvalho. Apesar disso, ela continuava inserida no contexto universitário da USP, atuando no Centrinho de Psicologia, frequentando o Tusp e tendo uma vida legal de estudante. Como conciliar esse cotidiano com os novos desafios de luta armada que se colocavam?

Muito se fala sobre a "Batalha da Maria Antônia",[215] conflito ocorrido em outubro de 1968 entre estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ambas localizadas na Maria Antônia, em lados opostos da rua. Porém, esse não foi o primeiro confronto entre os estudantes que, em sua maioria, tinham crenças ideológicas também opostas.

Em fins de outubro de 1967, a UEE organizava eleições para o posto de presidente. Desde o congresso de Vinhedo, a entidade estadual estava sob o comando provisório de Catarina Meloni – estudante de Letras da USP, ligada à AP –, graças à eleição do antigo presidente Luís Travassos para a direção da UNE. Para o pleito estadual, concorriam Catarina, buscando se manter no cargo e representando a organização católica; e José Dirceu, representando a Disp. A disputa foi marcada por controvérsias durante e após o processo eleitoral.

De acordo com Renato Leonardo Martinelli, então estudante de Direito do Mackenzie, 1967 foi um ano diferente em relação à votação para a presidência da UEE: "pela primeira vez depois do golpe militar, nós organizamos a eleição da UEE dentro do Mackenzie, no campus da universidade; pois até então, em 1965 me parece, fizemos na Medicina".[216] A inclusão dessa urna teve como contexto o fortalecimento da esquerda estudantil dentro da instituição, com uma

[213] Ibid., p. 37.
[214] DEBRAY, 1967, op. cit.
[215] Cf. SANTOS, 2015, op. cit.
[216] apud LOPES, 2014, op. cit., p. 175.

chapa de centro-esquerda exercendo o mandado do Diretório Acadêmico de Direito.[217] Essa ação não passou desapercebida pelos estudantes direitistas tanto do Mackenzie quanto da USP, alguns ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), os quais, logo pela manhã do dia 27, cercaram a sala onde estava a urna.

Após a prisão de 19 estudantes que coordenavam as eleições, segundo a *Folha*, cerca de 60 mackenzistas invadiram a Faculdade de Filosofia, destruindo o Grêmio e agredindo os estudantes que lá votavam. Destaca-se a colaboração entre o CCC e a Polícia Federal, citando um trecho de reportagem da *Folha*: "alunos do Mackenzie, visivelmente exaltados, gritando 'abaixo os comunistas', surgiram (...), buscando 'elementos subversivos', prendendo-os e entregando-os a agentes da Policia Federal e do DOPS, que estavam no interior da universidade, onde já havia 19 estudantes presos".[218] A foto do confronto, que estampou a capa do jornal no dia seguinte, rendeu ao fotógrafo Gil Passarelli o Prêmio Esso de Fotografia, tendo sido muitas vezes utilizada erroneamente como se fosse da batalha de 1968.[219]

Figura 31: Capa da Folha de S. Paulo de 27 de outubro de 1967

Fonte: Acervo Folha

À noite, houve ainda outro confronto na Faculdade de Direito da USP, que também realizava as eleições. Lá, a polícia prendeu quatro universitários, entre eles Aloysio Nunes

[217] WEGNER, Felipe Henrique. *A nação que salvou a si mesma:* o CCC e sua luta contra a "subversão". Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021, p. 190.
[218] apud WEGNER, 2021, op. cit., p. 193.
[219] Idem.

Ferreira Filho, então presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, e Iara Iavelberg. Em entrevista, Aloysio relatou:

> Uma vez, resolvemos promover uma eleição para UEE, seria a primeira eleição direta em várias faculdades. A polícia impediu e prendeu os principais líderes. Passamos uma noite, nós dois. Dormimos debaixo da escrivaninha de um delegado do DOPS. Já éramos manjadíssimos. Ainda não havia violência contra prisioneiros políticos. Nos interrogaram e depois liberaram. Iara estava com muito sono. De vez em quando, vinha um delegado ameaçando: "vocês vão pro Cenimar" [Centro de Informações da Marinha]. A uma certa altura, estávamos sentados e a Iara disse: "vamos dormir". Nos enfiamos debaixo da escrivaninha.[220]

Apesar das lembranças de Aloysio, o nome de Iara não foi divulgado pela polícia à imprensa. Em 28 de outubro, a *Folha* publicou que o incidente resultou em 25 prisões, sendo 19 estudantes no Mackenzie, quatro na Faculdade de Direito e dois jornalistas.[221] O periódico descreve: "dos 23 estudantes presos, a polícia separou 3 logo que chegaram ao DOPS. Ficaram na sala do delegado enquanto os outros desciam para a cela. Depois eles sumiram e a polícia não liberou seus nomes. Alguns universitários acham que os três são agentes secretos ainda não identificados pela classe".[222]

Não se sabe a respeito do terceiro preso, mas, de acordo com o relato de Aloysio, ele e Iara foram de fato levados à sala do delegado. Iara pode não ter sido fichada pelo fato de, por ser mulher, ser considerada "menos envolvida" pelas autoridades. A própria *Folha,* a respeito do confronto na FFCL, publicou: "não houve reação por parte dos alunos da USP, que estavam em frente à Faculdade, em sua maioria moças do Curso de Letras[223] que estavam saindo das aulas, *pois poucos rapazes frequentam os cursos da man*hã".[224] Ademais, Iara mesma pode ter usado desse estereótipo para diminuir seu envolvimento no pleito – coisa que ela faria mais uma vez ao ser presa em 1968. No movimento estudantil, as próprias jovens universitárias, após

[220] FERREIRA FILHO, 1988, op. cit.
[221] Os jornalistas presos foram Bahaa Bourdakan, do *Última Hora*, e Mario Santana, da Agência Sul-Americana de Notícias (ASApress). Os estudantes cujos nomes foram divulgados: Lauro Pacheco; Jun Nakabaiashi; Aloysio Nunes Ferreira Filho; Antonio José da Costa Lima; Aylton Adalberto Mortati; Carlos Rodolfo Tinoco Cabral; Livio de Sousa Mello; José Carlos do Nascimento; José Gilson Soares; Pantaleo Longobardi; Cid Barbosa Lima Jr.; Antonio Rubens Soares; Agostinho Fiordelisio; Sidnei Ferreira de Toledo Ferraz; Oliver Simioni; e Fernando Marinho Falcão.
[222] DOPS e DPF liberam os presos do conflito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 out. 1967, última página do primeiro caderno.
[223] Apesar do possível "estigma" do curso de Letras, sobretudo por ter como maioria estudantes mulheres, ele também estava se organizando politicamente, como indica um boletim informativo distribuído pelo Centro Acadêmico de Estudos Linguísticos (Cael), no qual constam informes sobre o XXIX Congresso da UNE e as eleições para a diretoria da UEE, além de números sobre o último pleito para a diretoria do próprio Centrinho. De acordo com a entidade, 595 estudantes votaram nas diversas chapas, tendo sido um dos maiores comparecimentos até então. Cf. BOLETIM Informativo do CAEL. In: ARQUIVO NACIONAL. *Informe n° 44/QG-4*, 25 mar. 1968. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0.0.10331.
[224] BRIGA faz USP fechar faculdades. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 1967, p. 6, grifos meus.

compreenderem os códigos morais da militância, incorporavam-nos em suas práticas e utilizavam-nos a seu favor.[225]

As polêmicas das eleições para a UEE não se encerrariam com as prisões e o confronto com os mackenzistas. O resultado foi disputado, pois se alegou fraude e perda de votos por conta das urnas destruídas pelos direitistas. No entanto, a diretoria da UNE reconheceria a vitória de José Dirceu, em oposição até mesmo ao diretor Travassos, da mesma organização de Meloni, a AP.[226]

O então estudante Paulo de Tarso Venceslau classifica que havia dois blocos influentes de estudantes neste período: o chamado por ele de "comunistas", que abarcava as dissidências do PCB, a Polop e suas frações recentes e alguns estudantes independentes; e a AP, os católicos-maoístas. Nessas eleições para a UEE, José Dirceu, por já pertencer à Disp, era candidato do primeiro bloco, contra a AP, representada por Catarina Meloni, que perdia força.[227]

A proximidade entre os integrantes do primeiro bloco, ainda que fossem de grupos diversos, era explicada também por relações pessoais. Venceslau observa que era comum haver relações de amizade e amorosas entre militantes.[228]

Durante as eleições para a Auep, Iara viu o dilema de afinidades pessoais *versus* ideológicas ser colocado concretamente. O ano de 1967 foi seu último como estudante de Psicologia e, por isso, o último à frente do Centrinho de Psicologia. No segundo semestre, eleições para a próxima gestão foram realizadas. Como sucessora à gestão de Iara, Aurora Maria Furtado, a Lola, já ligada à Disp, apresentou uma chapa. Elias da Rocha Barros, ligado ao MCI, encabeçou a outra, juntamente com Maria Clotilde Magaldi, recém-ingressa no curso, e Laerte Coaracy.

Iara tinha uma ligação pessoal muito forte com Elias e seu grupo, apesar de maior alinhamento político com Lola. Isso gerou um conflito, segundo o próprio afirmou:

> Houve várias conversas nossas a respeito disso, ela tinha que apoiar a outra chapa, outro grupo, contra mim. Ao mesmo tempo, tínhamos conversas pessoais, eu ficava envolvido com o aspecto pessoal da história. Me lembro que, quando eu soube que ela ia apoiar o outro grupo, fui à casa dela, deixei uma carta dizendo que ela sabia muito bem da hipocrisia dessas pessoas, dei uma justificada, e que era absurdo ela me atacar naquele momento, e que existia uma relação de amizade profunda entre nós.[229]

[225] MÜLLER, 2013, op. cit., p. 326.
[226] HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Movimento estudantil 68:* imagens da paixão. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997, p. 69.
[227] VENCESLAU, 2020, op. cit.
[228] Idem; LANGLAND, 2013, op. cit., p. 101.
[229] BARROS, 1986, op. cit.

Maria Clotilde Magaldi recordou que, embora Iara fosse uma pessoa muito afetiva, buscava não deixar que tais questões interferissem em suas escolhas políticas. Ela apontou não se recordar de nenhum desconforto da parte de Iara em apoiar Lola.[230] Elias, para a esta pesquisa, também declarou que as relações cotidianas pouco afetavam nas decisões dos agrupamentos políticos – embora tenha relatado o contrário, anos antes, em depoimento previamente citado.

Partindo de uma análise política, o MCI, conforme já fora discutido, tinha posição diferente da nova organização à qual Iara era ligada – *contra* a luta armada. Em texto sobre o movimento estudantil publicado na *Psi-Revista*, Elias demonstrou incômodo com o público das assembleias estudantis, segundo ele, formado majoritariamente por pessoas ligadas a organizações políticas e que constituíam "conchavões". Ele prossegue: "é urgente que se faça uma política de bases, realmente de bases, que procure esclarecer honestamente o maior número possível de pessoas sobre a realidade que estão vivendo e as diversas posições possíveis frente a ela".[231]

Iara, já muito influenciada pela leitura de Régis Debray, tendia a se distanciar da ideia de trabalho de base, assim como Lola, integrada à Disp. Maria Clotilde disse que, apesar de ser "uma ousadia montar uma chapa contra a Iara", o grupo liderado por Elias venceu o pleito.[232]

Também em 1967, Iara foi surpreendida por uma amiga mais velha da Psicologia batendo à porta de seu apartamento na Maria Antônia. Jandira Masur havia se formado em 1964 e perdido contato com Iara. Casou-se logo que entrou na faculdade, tendo dois filhos ao longo do curso. Em 1967, contudo, separou-se. Ela narrou:

> Separei-me do meu marido sem saber para onde ia. Um dia saí, pelas 10 horas da manhã, de mala na mão. Sabia que Iara morava na Maria Antônia, ao lado do supermercado. Pensei: "vou ver se posso ficar com ela". Fui direto. Cheguei tipo meio-dia. Perguntei ao zelador em que apartamento ela morava, subi e toquei a campainha. Ela estava. O que é importante é que éramos apenas conhecidas. Falei que tinha acabado de sair de casa, não tinha onde ir. Ela disse: "entra, fica aí".[233]

Como já citado, tratava-se de uma quitinete de 35m^2, no Edifício Maria Antônia, no quarto andar – a menos de 100 metros da Faculdade de Filosofia. Segundo Jandira, além da cozinha e do banheiro, havia um *living*-dormitório, com uma cama de solteiro e um armário.

---

[230] MAGALDI, Maria Clotilde. Assunto do e-mail: Dúvida - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 1 jul. 2022.
[231] BARROS, Elias da Rocha. Movimento universitário: uma análise. In: ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS (AUEP). *Psi-Revista*, ano 1, n. 1, set. 1967, p. 16. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada, grifos originais.
[232] MAGALDI, 1986, op. cit.
[233] MASUR, Jandira. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

As duas dormiram na mesma cama pelos dois meses em que moraram juntas.[234] Destaca-se a ênfase que Jandira dá ao fato de ter sido acolhida por Iara, mesmo sendo "apenas conhecidas". Fica implícito que o laço que as uniu foi o desquite. Mais uma vez, evidencia-se o poder que a pecha de "desquitada" tinha sobre a vida de Iara – e, supõe-se, sobre outras que passaram pelo mesmo processo. Em um momento com poucas mulheres nesta condição, Jandira buscou apoio possivelmente na única outra desquitada que conhecia.

Ademais, através do relato de Jandira sobre o tempo em que morou com Iara, podem-se obter alguns fragmentos do cotidiano vivido no apartamento. Segundo ela, o local era muito frequentado por diversas pessoas, que davam a impressão de "não ter muito para onde ir" – ela conjectura que eram da UNE. Cita ainda que Iara às vezes dormia fora, na casa de amigos.[235] Maryse Farhi, uma das amigas mais próximas de Iara neste período, apontou que frequentou muito este apartamento para atividades variadas: "reuniões, bate papo, tomar café, comer, beber, fumar".[236] Essas reuniões já não eram mais da Polop, mas sim da Organização resultante do racha, que seguia sem nome definido.

Ainda assim, alguns dos militantes conhecidos como fundadores da VPR não se recordam da participação de Iara em sua criação ou primeiros meses de atuação. Wilson Egídio Fava, militante originário do "Grupo dos Guerrilheiros do ABC", afirmou: "eu acho que ela tinha contato com o Samuel, Samuel foi quem... foi tomando as decisões, e pela convivência, eu acho que o Samuel a trouxe. Mas no período em que a gente estava formando, ela não participou".[237] Wilson e outros militantes a ele ligados apontam terem sido responsáveis pela aproximação com ex-militares nacionalistas, expurgados das Forças Armadas após o golpe de 1964, oriundos de uma organização ligada a Leonel Brizola,[238] intitulada Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).[239]

Os remanescentes do MNR, por sua vez, possuem sua própria versão sobre a formação da "Organização". No livro biográfico sobre o militante Pedro Lobo de Oliveira, a criação do agrupamento aparece como resultado do rompimento dos ex-militares com Brizola. Segundo a narrativa, foi, a partir de uma reunião na casa de Dulce Maia – também ligada ao MNR – e com

[234] Idem.
[235] MASUR, s.d., op. cit.
[236] FARHI, s.d., op. cit.
[237] FAVA, 2022, op. cit.
[238] Leonel de Moura Brizola (Carazinho, 1922 – Rio de Janeiro, 2004) foi um engenheiro civil e político brasileiro. Considerado um líder da esquerda, foi governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, sendo o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes em toda a história do Brasil. Cf. LEONEL BRIZOLA. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3QaH4Mq. Acesso em: 11 jul. 2022.
[239] Cf. CHAGAS, Fábio A. G. O nacionalismo revolucionário e a resistência à ditadura nos anos 1960 no Brasil. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, 2011.

participação do ex-sargento Onofre Pinto, que foi oficializado o rompimento com o movimento brizolista e a criação da "Organização".[240] Em entrevista à Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro Lobo afirmou que a constituição da VPR se deu de forma orgânica, a partir de 1968, com os ex-militares que foram sendo expurgados. A consolidação, segundo ele, viria apenas com a ação de execução do militar estadunidense Charles Rodney Chandler,[241] que ocorreu em outubro de 1968.[242]

Em nenhuma dessas narrativas, que foram incorporadas pela historiografia,[243] Iara foi incluída como participante das discussões fundadoras – embora tenha colaborado no racha da Polop.

Ademais, teria havido um terceiro grupo – este formado por universitários próximos à Iara, como Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, ex-namorado e diretor do Cursinho do Grêmio, que afirmou:

> Lembro de uma conversa mais comprida que tive com Iara, no começo da VPR. (...) A VPR ainda não estava formada. Fui levá-la à casa dos pais. Existia um grupo da Polop querendo formar uma organização militar e eu tinha um grupo com o mesmo objetivo. Um grupo não sabia do outro, embora ambos fossem Polop. E eu tinha programado uma viagem para o Uruguai para conversar com Brizola. Aí, eu falava de guerrilha, das dificuldades (...).[244]

É possível que no grupo de Roberto estivesse também Antônio de Pádua Prado Junior, que contou à jornalista: "eu não estive no congresso [do racha da Polop], mas decidi, no final de 1967, num processo totalmente separado, entrar na VPR".[245] Ambos atuaram no setor de imprensa na Organização, e já eram próximos por conta do trabalho do cursinho. A história desse "terceiro" grupo que compôs a organização que viria a ser a VPR ainda está para ser contada.

Apesar de tudo isso, Maryse tem uma lembrança crucial a respeito de seu envolvimento e o de Iara com a futura VPR. Em entrevista, ela afirmou:

> Lembro, por exemplo, de uma briga homérica que nós tivemos, e aí já não era Polop, mas o comecinho da VPR, em que éramos consideradas as burguesas do grupo e reclamavam para danar da gente. Comigo, era o seguinte: eu dava aula de francês no

[240] LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos:* os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano. São Paulo: Ava Editorial, 2010, posição 236 (e-book).
[241] Charles Rodney Chandler (Louisiana, Estados Unidos, 1938 – São Paulo, Brasil, 1968) foi capitão do Exército dos Estados Unidos, veterano da Guerra do Vietnã, justiçado em uma ação conjunta da ALN e VPR. Cf. QUEM foi Charles Rodney Chandler, militar americano morto pela luta armada citado por Bolsonaro nos EUA. *BBC News Brasil*, 16 mai. 2019. Disponível em: https://bbc.in/3d5DiG9. Acesso em: 25 jul. 2022.
[242] FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz; OLIVEIRA, Pedro Lobo. Entrevista concedida a Maria Rosa Loula e Paulo Cunha para a Comissão Nacional da Verdade. *Comissão Nacional da Verdade*, Brasília, 19 mar. 2013. Disponível em: https://bit.ly/3PafazM. Acesso em: 11 jul. 2022.
[243] Cf. SILVA, Carla Luciana. *A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.
[244] AMARAL, s.d., op. cit.
[245] PRADO JR. e PRADO, s.d., op. cit.

> cursinho e devia ganhar, na época, 500 cruzeiros velhos. Dava 350 para a organização. E, o que sobrava, já que eu morava na casa da minha mãe e do meu pai, eu gastava do jeito que quisesse. (...) E éramos contraditórias, porque éramos mocinhas, estávamos a fim de farra, de se pintar, se arrumar, de sair por aí. Não era se vestir como burguês, a nossa moda era guerrilheira, umas calças e camisas transadinhas. Criava problemas homéricos, mas nem Iara nem eu abdicamos. Pô, a gente dava mais de 50% do que ganhava para vocês, então o resto, um abraço, a gente faz o que quer.[246]

Logo após o desquite, Iara passou a receber Cr$ 100.000,00 de pensão alimentícia. Além disso, relatos indicam que Iara tenha retomado as aulas no cursinho, resultando em aumento de sua renda. Não se sabe se ela contribuía com 50% do valor que recebia, mas é fato que parte dele era transferido para bancar a estrutura da nova organização. Esse dado não foi relembrando por nenhum dos militantes tidos como fundadores do grupo.

No entanto, além de Maryse Farhi, Herbert Eustáquio de Carvalho, então estudante de Medicina ligado à dissidência da Polop de Minas Gerais, tem uma narrativa diferente. Segundo ele, houve uma iniciativa para aproximação dos dissidentes de São Paulo e Minas, a partir da criação de uma revista conjunta, motivo pelo qual ele foi a SP em 1967: "eu vinha para cá [São Paulo] para fazer só um contato, para encontrar e discutir essa revista, que seria um dos instrumentos teóricos para consolidação dessa nova organização".[247] Herbert afirmou que conheceu Iara durante estas discussões: "quando eu vim pela primeira vez para São Paulo, que eu a encontrei [Iara], a gente se deu muito bem, foi no final de 1967. Foi verão. Eu me lembro que, quando eu a conheci, a gente ficou amigo. Foi numa reunião, eu me lembro dela rindo, brincando".[248]

Uma hipótese é que Iara estivesse envolvida com o desenvolvimento de uma concepção teórica para a nova organização, tarefa menosprezada por militantes sobretudo advindos das Forças Armadas. O historiador Fábio Chagas afirmou que a união entre os dissidentes do MNR e os ex-polopistas não se deu por afinidades ideológicas, "mas tão somente na conveniência em torno da imersão imediata na luta armada".[249] No entanto, discordo de tal formulação, uma vez que a união, ao menos no princípio, parece ter sido ratificada pela aceitação que os dois grupos tinham das teses debrayistas.

Ademais, mesmo a iniciativa de uma forma de comunicação dos revolucionários com as massas estava prevista em uma leitura mais atenta do livro de Régis Debray: o francês falou

---

[246] FARHI, s.d., op. cit.
[247] CARVALHO, Herbert Eustáquio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[248] Idem.
[249] CHAGAS, Fábio A. G. *A Vanguarda Popular Revolucionária:* dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2000, p. 30.

sobre a necessidade de, desde o início, a guerrilha estabelecer um contato com as massas, que permitiria que esta se estabelecesse também como autoridade política, e não só militar. Debray cita o exemplo da rádio criada pelos revolucionários cubanos, que tinha o poder de quebrar a censura da ditadura e veicular notícias sobre as vitórias do movimento. Ele adverte, no entanto, para a importância de que a comunicação "nunca transmita notícias imprecisas, nunca esconda uma derrota, nunca exagere uma vitória".[250] Dessa forma, nesse ponto, a criação de veículo de comunicação/propaganda com e para as massas uniria tanto as concepções debrayistas, dos militantes da Organização, quanto as mais leninistas, dos mineiros dissidentes da Polop, e foi concretizada a partir da publicação conjunta da revista *América Latina*.

A publicação atenderia as demandas de alguns agentes que se uniriam depois à Organização e que eram mais críticos aos pressupostos debrayistas. Estes agentes acrescentariam novos elementos ideológicos ao jogo, como João Quartim de Moraes, que se uniria ao grupo em 1968, e teria importante papel na vida de Iara.

****

Iara Iavelberg iniciou o ano de 1967 concluindo sua formação de Licenciada em Psicologia e encerrou o mesmo ano com a obtenção do título de Psicóloga pela FFCL-USP.[251] Ambas as formações suscitaram cerimônias de formatura, tendo sido a primeira realizada no Theatro Municipal em 16 de janeiro. No entanto, amigas ou familiares de Iara não possuem lembranças das cerimônias. A FFLCH e o IP alegam não possuírem registros escritos ou fotográficos do evento. O local onde ocorreu ao menos uma das solenidades é o único que salvaguardou um pequeno fragmento da primeira solenidade: o convite, com seu nome entre os formandos.

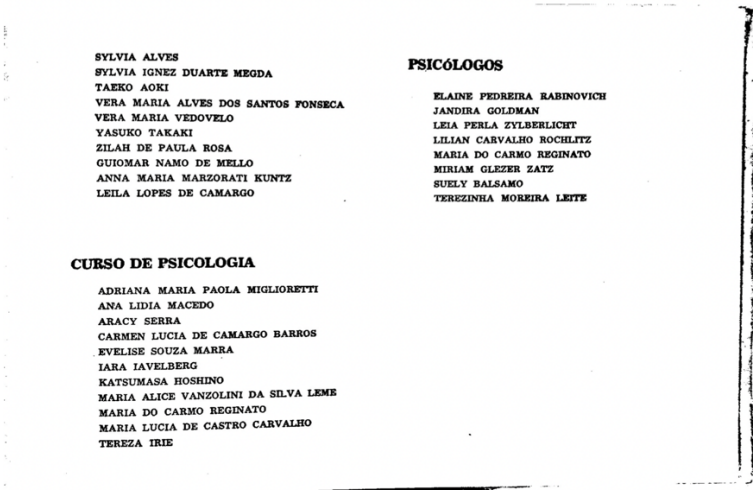
O ciclo de formação superior, iniciado em 1963, foi encerrado em um ano particularmente agitado, 1967, tanto no âmbito individual quanto em sociedade. Como últimas medidas de seu governo, o presidente Humberto de Alencar Castello Branco promulgou, entre outras medidas, a Lei de Imprensa[252] – que estabelecia a censura prévia no jornal impresso, nas

[250] "(...) never broadcast inaccurate news, never conceal a defeat, never exaggerate a victory". DEBRAY, 1966, op. cit., p. 109, tradução livre.
[251] FFCL-USP. Curso Superior - Iara Iavelberg. s.d. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
[252] BRASIL. *Lei n° 5.250, de 9 de fevereiro de 1967*. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: https://bit.ly/3VJsKOi. Acesso em: 8 dez. 2022.

emissoras de rádio e na televisão – e o Decreto-Lei de Segurança Nacional,[253] o primeiro neste sentido aprovado pela ditadura. Embora o general tenha deixado o cargo sem prestígio entre seus pares nas Forças Armadas, seu legado foi de autoritarismo e repressão.[254] Paradoxalmente, Iara vivia momentos de singular liberdade, sobretudo entre os colegas do Tusp, e intensificava sua militância política como líder do movimento estudantil local.

Este último fator parece ter sido "favorecido" pelos ares "democráticos" que o novo ocupante da presidência, general Artur da Costa e Silva, pretendia dar à sua gestão. Entretanto, "a insatisfação acumulada – e represada – durante o governo anterior tenderia agora a desaguar em protestos e movimentos públicos".[255] Diante das promessas de diálogo e de uma política "pacífica", o movimento estudantil prosperou e Iara esteve à frente da Auep justamente neste momento de intensa efervescência. Nesse sentido, compreende-se que a política e a vida cotidiana estão entrelaçadas: "a vida cotidiana não ocorre em um vácuo apolítico; em vez disso, ocorre dentro de um contexto em que a dominação é um produto das percepções, interpretações, ações e formas de expressão das pessoas".[256]

Figura 32: Lista de formandos do curso de Psicologia da FFCL, em 1967, no convite da formatura



SYLVIA ALVES
SYLVIA IGNEZ DUARTE MEGDA
TAEKO AOKI
VERA MARIA ALVES DOS SANTOS FONSECA
VERA MARIA VEDOVELO
YASUKO TAKAKI
ZILAH DE PAULA ROSA
GUIOMAR NAMO DE MELLO
ANNA MARIA MARZORATI KUNTZ
LEILA LOPES DE CAMARGO

PSICÓLOGOS

ELAINE PEDREIRA RABINOVICH
JANDIRA GOLDMAN
LEIA PERLA ZYLBERLICHT
LILIAN CARVALHO ROCHLITZ
MARIA DO CARMO REGINATO
MIRIAM GLEZER ZATZ
SUELY BALSAMO
TEREZINHA MOREIRA LEITE

CURSO DE PSICOLOGIA

ADRIANA MARIA PAOLA MIGLIORETTI
ANA LIDIA MACEDO
ARACY SERRA
CARMEN LUCIA DE CAMARGO BARROS
EVELISE SOUZA MARRA
IARA IAVELBERG
KATSUMASA HOSHINO
MARIA ALICE VANZOLINI DA SILVA LEME
MARIA DO CARMO REGINATO
MARIA LUCIA DE CASTRO CARVALHO
TEREZA IRIE

Fonte: Acervo do Theatro Municipal

Com ou sem verniz democrático, os estudantes e militantes de esquerda, como Iara, viam no governo uma ditadura a serviço do imperialismo estadunidense. Ademais, a

[253] BRASIL. *Decreto-lei n° 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/45bKiGu>. Acesso em: 27 set. 2023.
[254] REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
[255] Ibid., posição 445 (versão e-book).
[256] "Daily life does not occur in an apolitical vacuum; rather, it takes place within a context where domination is a product of people's perceptions, interpretations, actions, and forms of expression". MAILÄNDER, 2015, op. cit., p. 6, tradução livre.

experiência revolucionária cubana inspirava cada vez mais América Latina afora, inclusive no Brasil. A morte de Che Guevara, em 1967, coincidiu com a chegada do texto de Régis Debray, *Revolução na revolução?*, que causaria grande impacto na vida de Iara e dos militantes de sua organização, a Polop. A sensação era de que não havia mais tempo, a ditadura e o capitalismo deveriam ser derrotados ao mesmo tempo, com a instauração de uma revolução socialista, implementada através da guerrilha.

CAPÍTULO 5
FRAGMENTOS ESQUECIDOS DE UMA VIDA TÃO LEMBRADA: A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E A MILITÂNCIA NA ORGANIZAÇÃO

> Muitos homens se queixam de que o eterno feminino tende a desaparecer com essa "mania que as mulheres têm de competir com a gente na luta pela vida".
>
> *O Cruzeiro*[1]

Esta frase foi publicada como conselho em uma seção da revista *O Cruzeiro*, na década de 1960, após uma carta de uma leitora com o título *Ele é contra o trabalho feminino*. A editoria do periódico recomendou que ela não priorizasse o emprego, argumentando, para além da frase utilizada como epígrafe, que "realmente não vemos por que a mulher trabalhe fora quando não há necessidade. O emprego impõe obrigações que muitas vezes terão que entrar em conflito com as obrigações domésticas".[2]

O receio de "muitos homens" pelo desaparecimento do "eterno feminino", no entanto, parece se aplicar não só ao fato de as mulheres pararem de se dedicar exclusivamente às atividades domésticas. A "competição" com eles "na luta pela vida" se estendia a outras posições e comportamentos que as mulheres pleiteavam cada dia mais, como o direito de se manifestar e atuar politicamente, mais liberdade afetiva e sexual e a possibilidade de, profissionalmente, alcançar posições historicamente associadas ao masculino. No Brasil da década de 1960, lembro, isso ocorria de forma gradual e individual, sem organização coletiva – além de, claro, ocorrer majoritariamente em meios mais intelectualizados e abastados economicamente. Nesse aspecto, a perspectiva da história do cotidiano auxilia na compreensão de que as mudanças estruturais ocorrem através dos comportamentos dos indivíduos, e não alheias a eles: "a mudança e a continuidade históricas são entendidas como o resultado da ação de grupos e indivíduos concretos. A prática social humana é deslocada para o primeiro plano da investigação histórica".[3]

Dessa forma, no caso de Iara Iavelberg, é possível identificar diversos momentos em que as tentativas de "competir" com os homens na luta pela vida geraram lacunas, que ficaram esquecidas em sua história. Neste capítulo, serão abordadas duas destas situações, que

[1] Publicação da década de 1960. apud CUNHA 2001, op. cit., p. 212.
[2] Idem.
[3] "(...) historical change and continuity are understood as the outcome of action by concrete groups and individuals. Human social practice is shifted into the foreground of historical inquiry". LÜDTKE, 1995, op. cit., p. 6, tradução livre.

ocorreram concomitantemente: a docência no ensino superior e a militância no primeiro ano da Organização.

Evelise Marra, amiga próxima e que se formou na mesma turma que Iara, após ser perguntada sobre a última vez que a viu, relatou:

> Ela sumiu um tempo... (pausa). Ela foi sumindo... E depois, a gente já tinha terminado o curso regular, aí começou... Eu já estava na especialização, ela, acho que, não foi para especialização. Essa especialização era em Clínica. Então, já na época da especialização, a gente já não se encontrava. Porque acho que ela não foi para especialização nenhuma...[4]

Na mesma linha, Lucia Sarapu, em entrevista a mim, afirmou com convicção que Iara jamais teria sido contratada:

> **E:** Agora mudando um pouquinho da ala pessoal para a ala mais profissional, sei que a Iara foi professora. Foi professora do cursinho que vocês estudaram, depois essa coisa de que se ela foi professora da USP ou não foi, é um pouco nebulosa, tem pessoas que dizem que sim, tem pessoas que dizem que não...
> **LS:** Não, ela não foi professora da USP. Ela não foi.
> **E:** Mas ela chegou a ser contratada para ser ou também não?
> **LS:** Não. Eu acho que nunca houve isso, porque quem foi para a cadeira de Psicologia fui eu, a Mariazinha, mais uma outra que eu já não lembro o nome, e nós chegamos a atuar na cadeira educacional da Psicologia.

Maria Lúcia Carvalho, ao ser perguntada sobre o fato de Iara ter sido convidada para ser professora na USP, respondeu de outra forma, afirmando: "se não fosse essa atividade política que acabou caindo na clandestinidade, a Iara teria sido uma professora da universidade, com certeza. Teria feito uma carreira brilhante, eu acredito".[5]

Mesmo a Comissão da Verdade da Universidade, que teve por objetivo esclarecer as trajetórias de pessoas ligadas à universidade que foram vítimas da ditadura, teve dificuldade de prestar esclarecimentos sobre o assunto:

> A partir de 1968, [Iara] começou a trabalhar como professora assistente na mesma faculdade, mas de modo informal, sem que fosse feito qualquer registro de sua atuação na Universidade. Com a ausência de registro, não é possível afirmar até quando Iara atuou como docente da Faculdade de Psicologia [sic], mas, a partir dos fatos relacionados a sua vida, pode-se inferir que tal atividade deva ter se limitado ao ano de 1968.[6]

A respeito da militância, os relatos não deixam muitas pistas das atividades exercidas por Iara dentro da Organização. Wilson Fava, quadro destacado e colocado muitas vezes como um dos fundadores do grupo, não se recordou de qualquer atividade de Iara, declarando que isso teria ocorrido apenas após o período em que ele foi desligado, no primeiro semestre de

[4] MARRA, 2020, op. cit.
[5] CARVALHO, 2020, op. cit.
[6] COMISSÃO da Verdade da Universidade de São Paulo. *Mortos e desaparecidos*: graves violações aos direitos humanos no contexto das perseguições ocorridas na Universidade de São Paulo. Volume 3. São Paulo: Comissão da Verdade da USP, 2018, p. 142.

1969: “quando eu soube que ela tinha se aproximado da VPR, a gente já tinha feito ações, tudo. Eu já conhecia ela, sabia da história dela, mas aí foi... posterior”. Ele apontou ainda que isso só teria ocorrido por ela ter se relacionado amorosamente com pessoas superiores na hierarquia do grupo: “[Iara] estava com o dirigente, e o dirigente tinha uma hierarquia frente a ela, que era uma pessoa que vinha do movimento de massa. Eu acho que é isso daí, ela se envolvia e acabava apoiando as decisões dos dirigentes, o [Carlos] Lamarca e o Zequinha [José Campos Barreto]”.[7]

No entanto, vimos no capítulo anterior que Iara esteve diretamente envolvida com o racha da Polop, que tinha o objetivo de constituir uma organização de luta armada. Ademais, foram encontrados documentos que comprovam a atuação dela como docente. Por que, então, esses esquecimentos?

5.1 A professora inadequada e esquecida

> Ela estava na faculdade, eu já era assistente de D. Annita. Lucia [Sarapu], Ecléa [Bosi] e eu, depois seria Iara. Só D. Annita mesmo que poderia contratar aquela moça, que não fora uma aluna promissora – geralmente era contratado aluno bom. (...) A Iara começou a aparecer por lá, lembro dela pelos corredores e de ser uma pessoa muito faladora. Quem se dava com ela era mais o pessoal de Centrinho. O pessoal do departamento era muito preconceituoso, mas ninguém falaria mal dela.[8]

Anna Veronica Mautner iniciou assim sua entrevista sobre Iara Iavelberg à jornalista Judith Patarra.[9] Embora tenha se formado em Ciências Sociais na FFCL, cursava mestrado em Psicologia Social, daí ter trabalhado como assistente da Profa. Annita de Castilho em 1968.

Antônia Brandão Cipolla, estudante de Psicologia na época, declarou que, no início de 1968, foi abordada por Iara com a proposta de substituí-la como professora do novo cursinho “Equipe Vestibulares”:

> Houve um racha no cursinho e o pessoal que saiu formou o Equipe. (...) Quando Iara me convidou para substituí-la no cursinho, fui à casa dela. Ela me repassou o que fazia e me ajudou a elaborar o programa. (...) Ela disse que deixava o grêmio não só porque estava com problemas de saúde, hormonais, como também tinha outras coisas a fazer e limpar a cabeça para se dedicar às outras coisas.[10]

---

[7] FAVA, 2022, op. cit.

[8] MAUTNER, Anna Veronica. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[9] Apesar de ter deixado transparecer, durante a entrevista para Patarra, antipatia por Iara, Anna Veronica Mautner escreveu o texto da contracapa do livro biográfico escrito pela jornalista sobre Iara Iavelberg. “Fugindo incansável à solidão Iara morreu só, sem Lamarca, sem velhos amigos, acuada, na mira da repressão. Foi uma entre tantas meninas de bairro que na onda dos 60 chega à Universidade e adere a organizações que acenam com um mundo justo e humano. Esse bem-intencionado passo redundou em clandestinidade, prisões, exílio e mortes. Os que sobreviveram, os amigos de infância, os que seguiram sonhos menos perigosos, falam de Iara e de si à jornalista que durante sete anos viveu os vinte e sete de Iara. Muitos amores, nenhum livro, nenhum diário, nem árvore, nem filho tão desejado. A Iara de Judith é a história de uma geração que acreditou”. PATARRA, 1992, op. cit., contracapa.

[10] CIPOLLA, Antônia Brandão. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

A crise no Cursinho do Grêmio foi desencadeada após a eleição de um novo presidente, ainda em 1967: Bernardino Ribeiro de Figueiredo, então estudante de Geologia, militante da Disp. A gestão da entidade era composta com os cargos ligados à presidência, além dos Departamentos de Publicações, Cultura, Atlética e de Cursos – este responsável pela administração do Cursinho do Grêmio.[11] Jocimar Archângelo vinha ocupando o cargo de diretor do Departamento de Cursos há anos, apesar das mudanças de gestão, porém Bernardino, o novo presidente, optou por colocar outra pessoa na função: Vicente Eduardo Gomes Roig.

Sonia Lafoz, estudante de Psicologia, integrante da nova gestão e da Disp, relatou:

> A Polop era dona do cursinho do grêmio, excelentes professores, consolidado, capacidade enorme de eleição naquele cursinho. Quando a gente ganhou o grêmio, pelos estatutos, a direção do cursinho tinha que ficar com o grêmio. Só que a Polop não saía de jeito nenhum, e a gente tomou, invadiu, e disse "é nosso". Aí, todos professores da Polop saíram. Ficamos desesperados, não tínhamos gente para colocar. Aí me colocaram na secretaria geral, e [Antônio] Benetazzo, o intelectual, conhecia muito, quase poeta, assumiu quase todas as aulas das Humanas.[12]

Jocimar, que não era ligado à Polop, declarou: "entrou o Bernardino, que decidiu que a diretoria do Grêmio tinha total poder, admitia, demitia e voltaram ao esquema anterior. Teve uma crise interna. Fui demitido".[13] Emir Sader, membro destacado da Polop, já não estava mais ligado ao cursinho. Os outros ex-polopistas iam gradualmente fazendo a transição para a "Organização", portanto, a Polop não era mais "dona" do cursinho.

A decisão da gestão de trocar a direção foi mal recebida pelos professores e funcionários, que se demitiram em massa em apoio a Jocimar.[14] Além do ganho político, a equipe antiga alegava que a nova gestão tinha grande interesse em controlar também a gráfica do cursinho, sob responsabilidade de Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, ligado à VPR. Samuel Iavelberg estava se afastando das responsabilidades do cursinho, por estar criando uma outra instituição de ensino como fachada de arrecadação para a nova organização. Apesar disso, compareceu às reuniões de diálogo com a nova gestão, na tentativa de manter o cursinho do Grêmio como estava. Todos os esforços foram infrutíferos e, sob a justificativa de que era prerrogativa do presidente do Grêmio substituir os membros dos departamentos, caso desejasse, Bernardino manteve sua decisão.[15]

---

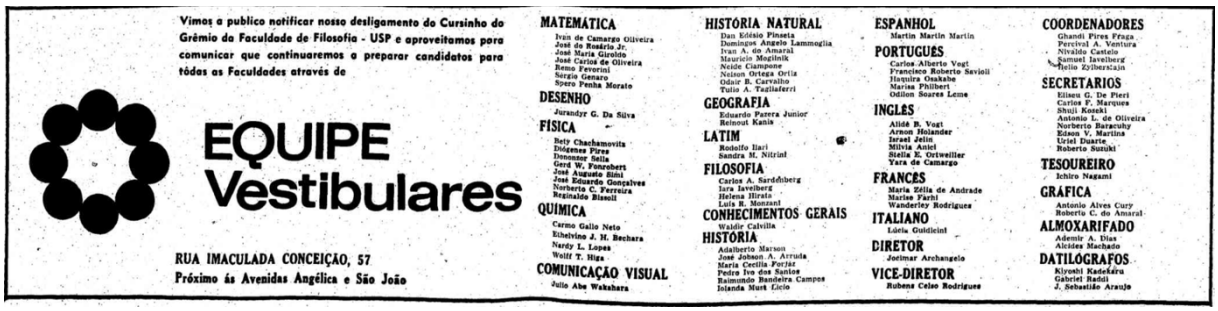
[11] *REVISÃO conta coisas de e para calouros*. São Paulo: Departamento de Publicações - Grêmio da Filosofia USP, 1967. Disponível em: Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (USP).
[12] LAFOZ, s.d., op. cit.
[13] ARCHÂNGELO, s.d., op. cit.
[14] AGRAVA-SE a crise no grêmio da Filosofia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1967, p. 24.
[15] Idem.

Os professores ligados a Jocimar continuaram trabalhando apenas até o final do ano, entre eles, Iara: “dos 110 que trabalhavam no cursinho, 95 saíram. Com 45 destes, fizemos a cooperativa de trabalho que deu sustentação ao Equipe”.[16]

Em 18 de janeiro foi publicado anúncio do novo “Equipe Vestibulares” no *O Estado de S. Paulo*: “vimos a publico notificar nosso desligamento do Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia - USP e aproveitamos para comunicar que continuaremos a preparar candidatos para todas as Faculdades através de Equipe Vestibulares”.[17] Em seguida, há uma lista nominal dos professores, subdivididos pelas disciplinas que ministrariam. Iara Iavelberg está listada como docente de Filosofia, assim como Carlos Sardenberg; a amiga Bety Chachamovitz está na lista de Física; Maryse Farhi como professora de Francês; Samuel Iavelberg como coordenador e Roberto Amaral como um dos responsáveis pela gráfica (Figura 36).

Depois desse desfalque, o Cursinho do Grêmio perdeu o prestígio e a eficácia, encerrando suas atividades pouco tempo depois. O Equipe, por sua vez, foi se consolidando cada vez mais, passando a ofertar aulas de ensino regular e continua em funcionamento até os dias de hoje.

Figura 33: Anúncio do Equipe Vestibulares


Vimos a publico notificar nosso desligamento do Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia - USP e aproveitamos para comunicar que continuaremos a preparar candidatos para tôdas as Faculdades através de

EQUIPE Vestibulares

RUA IMACULADA CONCEIÇÃO, 57
Próximo ás Avenidas Angélica e São João

MATEMÁTICA
Ivan de Camargo Oliveira
José de Rezende Jr.
José Maria Giroldo
José Carlos de Oliveira
Remo Fevorini
Sergio Genaro
Spero Penha Morato

DESENHO
Jurandyr G. Da Silva

FISICA
Bety Chachamovits
Diógenes Pires
Dononzor Sella
Gerd W. Fonrobert
José Augusto Sini
José Eduardo Gonçalves
Norberto C. Ferreira
Reginaldo Bisoll

QUIMICA
Carmo Gallo Neto
Ethelvino J. M. Bechara
Nardy L. Lopes
Wolff T. Higa

COMUNICAÇÃO VISUAL
Julio Abe Wakahara

HISTÓRIA NATURAL
Dan Edésio Pinseta
Domingos Angelo Lammoglia
Ivan A. do Amaral
Mauricio Mogilnik
Noide Ciampone
Nelson Ortega Ortiz
Odair B. Carvalho
Tulio A. Vazilaferri

GEOGRAFIA
Eduardo Parrera Junior
Reinout Kanis

LATIM
Rodolfo Ilari
Sandra M. Nitrini

FILOSOFIA
Carlos A. Sardenberg
Iara Iavelberg
Helena Hirata
Luis R. Monzani

CONHECIMENTOS GERAIS
Waldir Calvilla

HISTÓRIA
Adalberto Marson
José Jobson A. Arruda
Maria Cecilia Porjaz
Pedro Ivo dos Santos
Raimundo Bandeira Campos
Iolanda Mart Licio

ESPANHOL
Martin Martin Martin

PORTUGUÊS
Carlos Alberto Vogt
Francisco Roberto Savioli
Hiquira Osakabe
Marisa Philbert
Odilon Soares Leme

INGLÊS
Alide B. Vogt
Arnon Holander
Israel Jelin
Milvia Aniel
Stella E. Orlweiller
Yara de Camargo

FRANCÊS
Maria Zélia de Andrade
Marise Farhi
Wanderley Rodrigues

ITALIANO
Lúcia Guidicini

DIRETOR
Jocimar Archangelo

VICE-DIRETOR
Rubens Celso Rodrigues

COORDENADORES
Ghandi Pires Fraga
Percival A. Ventura
Nivaldo Castelo
Samuel Iavelberg
Helio Zylberstajn

SECRETÁRIOS
Eliseu G. De Pieri
Carlos F. Marques
Shuji Koseki
Antonio L. de Oliveira
Norberto Baracuhy
Edson V. Martins
Uriel Duarte
Roberto Suzuki

TESOUREIRO
Ichiro Nagami

GRÁFICA
Antonio Alves Cury
Roberto C. do Amaral

ALMOXARIFADO
Ademir A. Dias
Alcides Machado

DATILÓGRAFOS
Kiyoshi Kadekaru
Gabriel Radzi
J. Sebastião Araujo

Fonte: Acervo *Estadão*

No entanto, de acordo com o relato de Antônia Cipolla, Iara não permaneceu muito tempo com as aulas no Equipe. Ela teria relatado problemas hormonais, constantes ao longo de sua vida – como veremos mais adiante –, causadores de efeitos em sua pele, cólicas, ciclo menstrual e que poderiam ser a origem de sua impossibilidade de ter filhos. Ademais, Iara teria mencionado outras atividades às quais desejava se dedicar. O relato da psicóloga Anna Veronica Mautner é sobre a mesma época, indicando que Iara pode ter optado por priorizar a carreira acadêmica.

[16] ARCHÂNGELO, s.d., op. cit.
[17] ANÚNCIO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jan. 1968, p. 9.

A falta de documentação advinda da USP deixa alguns silêncios na trajetória de Iara pós-formatura. Maria Alice Leme, na época cursando mestrado, afirmou que Iara chegou a cursar pós-graduação neste período.[18] A própria Iara, quando foi presa em junho de 1968, declarou à polícia que fazia pós-graduação em Psicologia Educacional.[19] Devido à falta de fontes, não foi possível apurar sequer se a pós-graduação era sinônimo de mestrado ou se mais próxima do que hoje se conhece por *lato sensu*. Elias da Rocha acredita que fosse mestrado: "me lembro dela falando em mestrado, que por sinal era um requerimento para ser professora, algo que ela pretendia ser".[20]

Embora o dono da cadeira de Psicologia Educacional fosse o professor Arrigo Leonardo Angelini, é mais provável que Iara estivesse sendo supervisionada pelo professor Samuel Pfromm Neto. De acordo com Elias da Rocha Barros, que na época era o presidente do Centrinho, Pfromm teria convidado Iara, Laerte Coaracy, Maria do Carmo Buarque de Hollanda e o próprio Elias para participar de um grupo, o Grupo de Estudos de Lazer, Recreação e Comunicação de Massa. O agrupamento organizou o Simpósio sobre Lazer, Recreação e Comunicação de Massa na XX Reunião Anual da SBPC, realizada em julho de 1968, na Cidade Universitária, em São Paulo.[21] Segundo Elias, o professor Samuel Pfromm estava interessado em investigar "questões sociais ligadas ao lazer e à difusão de ideologias sobre o lazer, através dos veículos de comunicação de massas".[22]

A comunicação apresentada por Iara foi intitulada *A necessidade social de informação e a personalidade do jornal*. Em um trecho do resumo, ela afirmou: "o presente trabalho se refere somente a um dos instrumentos de comunicação, o jornal impresso, e visa a apresentação de resultados preliminares de uma pesquisa em curso e a discussão de vários aspectos relevantes da mesma".[23] Portanto, Iara explicita que a apresentação seria dos resultados de uma pesquisa maior em andamento – e essa afirmação não aparece em nenhum dos outros resumos, de autoria de alunos que ainda estavam na graduação –, o que pode ser mais uma evidência de que estava cursando pós-graduação.

Assim, é provável que Iara tenha começado a andar pelos corredores da FFCL novamente em razão de sua pós-graduação. Esta, por sua vez, pode ter aberto portas para sua

[18] LEME, s.d., op. cit.
[19] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Iara Iavelberg. São Paulo, 1 jul. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fls. 57-58, p. 119-122.
[20] BARROS, Elias da Rocha. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 28 jul. 2022.
[21] CIÊNCIA e Cultura. São Paulo, v. 20, n. 2, 1968.
[22] BARROS, Elias da Rocha. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 14 fev. 2022.
[23] IAVELBERG, Iara. A necessidade social de informação e a personalidade do jornal. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 20, n. 2, 1968, p. 522-523.

admissão como instrutora voluntária, em 29 de maio de 1968.[24] De acordo com a legislação vigente na época, instrutor voluntário era aquele que colaborava com o "ensino e a pesquisa independentemente de salário, gratificação ou qualquer outra vantagem", tendo sua contratação "caráter transitório".[25] Ademais, deveriam ser indicados e nomeados por um professor catedrático.[26]

A jornalista Judith Patarra consultou o requerimento de contratação feito pela professora Annita de Castilho e, apesar de não ter referenciado sua localização, citou algumas informações: "ao diretor Erwin Rosenthal dirigia-se o requerimento que Annita Cabral solicitou dia 23 de maio de 1968. Iara anexou o currículo, desmazelo na datilografia. Relacionou cursos e a participação nos congressos de estudantes de Psicologia – o último em 1967, como chefe de bancada".[27] Ela reproduz um trecho do documento:

> A candidata "realizou seus cursos nesta Cadeira com grande aproveitamento, revelando qualidades que a recomendam para uma cadeira docente e de pesquisa no campo genérico de Psicologia Social. Sua experiência docente já é apreciável, obtida nos cursos preparatórios ao exame vestibular. Suas atividades estudantis de liderança e organização, por outro lado, lhe asseguram vivência preciosa para o estudo científico da Dinâmica de Grupo e problemas correlatos. O exercício das funções de instrutor voluntário permitirá ensaiar realizações em nível universitário e, conforme os resultados que alcançar, candidatar-se a uma carreira de docente ou pesquisadora. Acreditando que a existência de uma categoria de instrutores voluntários visa precisamente estes ensaios que são, a meu ver, de alto interesse da própria faculdade, antecipo agradecimentos".[28]

Infere-se que os congressos estudantis listados por Iara sejam, majoritariamente, os encontros organizados pela Enepsi – ligada à UNE −, que, conforme já foi citado, tinham o objetivo de discutir politicamente as perspectivas para a carreira na Psicologia. A edição de 1967 foi realizada no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e teve como temas: a) O papel do psicólogo na realidade brasileira; b) Campos de aplicação da Psicologia no Brasil; c) Mercado de trabalho do psicólogo; d) Aspectos legais da profissão de psicólogo; e) Ensino de Psicologia no Brasil com seus problemas; f) Psicanálise, psiquiatria e orientação educacional.[29] A discussão sobre o ofício do psicólogo na realidade brasileira era considerada politizada, principalmente entre os professores mais tradicionais. Por esse motivo,

[24] FFCL-USP. *Portaria de instrutor voluntário - Iara Iavelberg*, 3 jun. 1968. 4 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Assistência Administrativa, fl. 3.
[25] SÃO PAULO. *Decreto n° 40.346, de 7 de julho de 1962*. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/3vlcZ52. Acesso em: 29 jul. 2022.
[26] SÃO PAULO. *Decreto-lei n° 12.511, de 21 de janeiro de 1942.* Reorganiza a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3BtPcn9. Acesso em: 29 jul. 2022.
[27] PATARRA, 1992, op. cit., p. 197.
[28] Idem.
[29] ROTEIRO: Psicologia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1967, 2º caderno, p. 3.

talvez, a professora Annita ressaltou as "atividades estudantis e de liderança" de Iara, dado que esses encontros não deveriam ser encarados como acadêmicos pelos outros professores.

Esse julgamento se estendia aos colegas de Iara, como ficou evidente na fala de Anna Veronica Mautner. A psicóloga reforça essa perspectiva: "era claro que ela não seria uma terapeuta, porque muito envolvida em política. A gente não sabia bem o que ela fazia".[30] Maria Alice Leme também afirmou: "fiquei surpresa com o convite de D. Annita [à Iara], não fechava na minha cabeça. Não via a Iara com carreira acadêmica. Via ela muito mais agitando, num agito total".[31]

Tal sentimento extrapolava os limites da Psicologia, pairando na FFCL como um todo. Lourdes Sola recordou: "lembro da surpresa geral quando foi convidada a ser assistente. Apresentei-a para alguém no café e ela disse que agora era assistente. As pessoas reagiam: 'até essa?'"[32] Mautner resume a presença de Iara, em entrevista: "a Iara foi muito bem recebida pela gente. A gente tinha só medo das inadequações dela".[33]

Ecléa Bosi é uma das únicas que têm uma narrativa diferente:

> Iara foi convidada pela D. Annita Marcondes de Castilho Cabral para ser professora do Instituto de Psicologia [sic], fato que poucas pessoas lembram; Iara foi professora da USP, chegou a ser contratada. D. Annita mostrou nisso muita clarividência. D. Annita não tinha preconceitos. Acredito que, embora a ideologia dela não fosse a de Iara, que ela mostrou respeito pela inteligência e competência da aluna.[34]

Ainda assim, fica explícita em sua fala a percepção de que Iara não era bem-aceita na Seção de Psicologia, principalmente ao afirmar que a professora Annita "não tinha preconceitos". Ecléa transparece que o problema seria o engajamento político de Iara, que indubitavelmente foi um dos motivos de sua rejeição – no entanto, não foi o único.

Ecléa tem razão ao afirmar que o fato de Iara ter sido professora da USP é pouquíssimo lembrado e/ou conhecido, e isso se aplica até mesmo às pessoas mais próximas dela, estendendo-se a seu ingresso na pós-graduação/potencial mestrado, como ficou evidente na introdução deste capítulo.

Um fator que pode contribuir para esse desconhecimento é a falta de documentação. Partindo apenas da citação de Judith Patarra do requerimento de contratação feito pela professora Annita, a primeira fonte encontrada foi a publicação de aprovação no *Diário Oficial*,

[30] MAUTNER, s.d., op. cit.
[31] LEME, s.d., op. cit.
[32] SOLA, s.d., op. cit.
[33] MAUTNER, s.d., op. cit.
[34] BOSI, s.d., op. cit.

em 13 de junho de 1968.[35] Apesar disso, diversos setores da USP alegaram não possuírem nenhuma documentação a respeito.

Nota-se, porém, que os devidos registros de contratação foram sim feitos, inclusive com publicação no Diário Oficial. Acredito que tenha havido uma ocultação interna desses documentos. O Arquivo Geral da USP custodia livros de registro da Seção de Pessoal da então FFCL, onde constam arquivados os ofícios de contratação, demissão e efetivação de instrutores voluntários, organizados por data. Lá, foram encontrados os documentos de admissão de Lucia Sarapu e Rachel Rosenberg, amigas de Iara contratadas no mesmo ano. No entanto, o ofício a respeito do caso de Iara não estava anexado. Chama a atenção que, por estar organizado por data, ficou evidente a subtração: a designação de Iara foi emitida e assinada pelo então diretor da Faculdade de Filosofia Erwin Rosenthal, em 3 de junho de 1968. No livro de registros constam ofícios de 2 e 4 de junho, mas nenhum do dia 3. A mesma situação ocorreu em relação ao ofício de dispensa, emitido em 27 de fevereiro de 1969, e que será analisado mais à frente.

Essas datas são conhecidas por mim porque, após alguma insistência com a Secretaria Administrativa da FFLCH, foi encontrado um pequeno prontuário de Iara no arquivo desta seção. Neste prontuário consta uma identificação processual: processo 684/68. O AG-USP abriga sobretudo processos e, ao buscar por esses dados, foi encontrado um documento sob a mesma notação, mas com origem no Museu Paulista.[36] A funcionária Eliana Rotolo explicou:

> Não pode haver, em princípio, processos cujos números coincidam. A cada processo corresponde apenas um único número, sempre ligado ao ano de sua abertura. Pode haver, sim, números coincidentes, mas o ano definirá a unicidade do processo, assim como o número que representa a Unidade de Ensino ou Órgão que o gerou.[37]

Ela afirmou ainda que o processo existente com o antigo número 684/68, atual 68.1.684.1.4, embora trate de temas ligados ao museu, tem o "68" em sua identificação – alusivo ao ano de 1968 – e o "4", sendo este o número da antiga FFCL. Apesar dessas "coincidências", o título é *Encaminha inventário físico dos bens existentes no almoxarifado*, tendo sido conferido por Eliana Rotolo, que atestou que em nada se refere a Iara Iavelberg.[38] Fica evidente a ocultação deliberada, com substituição do processo.[39] No entanto, fica a pergunta: por que, então, restou um prontuário na FFLCH?

---

[35] FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano LXXVIII, n. 110, Executivo, 13 jun. 1968, p. 5.
[36] ROTOLO, Eliana. Assunto do e-mail: Re: Carta à Diretoria do IPUSP. Mensagem recebida em 10 set. 2021.
[37] ROTOLO, Eliana. Assunto do e-mail: Pesquisa - Estatísticas. Mensagem recebida em 01 ago. 2022.
[38] Idem.
[39] Lembro que o caso de Iara não é isolado. É dado conhecido que a USP atuou juntamente com a ditadura, fornecendo dados de professores e alunos envolvidos em atividades consideradas "subversivas" – há o caso emblemático da professora de Química Ana Rosa Kucisnki, militante da ALN, e que, mesmo após seu conhecido desaparecimento, foi exonerada de seu cargo por "abandono de função".

Na época em que Iara estava vinculada à FFCL, a instituição abrigava diversos cursos que hoje possuem seus próprios institutos e faculdades – como é o caso do Instituto de Psicologia, criado oficialmente em 1969 e implementado em 1970.[40] Segundo a entidade, após a separação, os documentos foram encaminhados às respectivas unidades. Assim, espera-se que todo o arquivo referente à antiga Seção de Psicologia tenha sido encaminhado ao IP. De fato, o prontuário acadêmico de Iara está arquivado na Assistência Acadêmica, conforme citado. Como seu período de docência abarca os anos de 1968 e 1969, época em que já estava envolvida com uma organização revolucionária que empreendia ações militares e posterior à decretação do AI-5, é provável que tenha havido um movimento para a destruição das fontes que atestassem sua contratação como professora, tanto no IP quanto nos arquivos gerais da antiga FFCL, que foram para o AG-USP.

O prontuário da FFLCH parece ter sobrevivido por um descuido. Além disso, o documento acessado por Judith Patarra, na década de 1980, não foi encontrado em nenhuma das entidades da universidade. Minha hipótese é que tenha sido cedido em definitivo à jornalista, revelando a precária política de preservação documental da instituição, mesmo sob regime não autoritário.

A respeito das atividades exercidas por Iara como docente, restam poucos vestígios e memórias. Claudio Willer se recordou de ela ter sido designada para auxiliá-lo em uma disciplina:

> Iara estava num processo de contratação como auxiliar de ensino e ela deveria, então, ajudar num dos cursos que eu estava dando, Psicologia Social ou Psicologia Geral, isso em meados de 68. Então, ela apareceu em algumas reuniões do departamento. (...) Ela veio falar comigo, "Willer, estou à sua disposição para o que for necessário", mas depois sumiu.[41]

Em entrevista comigo, ele disse acreditar que a amiga tenha sumido das atividades de sua disciplina entre março e abril de 1968.[42] Apesar disso, quando esteve presa em junho de 1968, Iara declarou aos agentes que exercia o cargo de instrutora voluntária no Departamento de Psicologia Social e Experimental e que "estava ultimamente substituindo uma professora

---

Cf. ALMEIDA, Juan de Assis. Memória, universidade, cidadania e constituição na era das Comissões da Verdade: elucubrações comparativas a partir da vida e obra da família Kucinski. In: XXIX Simpósio Nacional de História, *Anais...*, Brasília, 2017. Disponível em: https://bit.ly/3hiT4zA. Acesso em: 9 dez. 2022; e ASSOCIACIAÇÃO..., 2004, op. cit.

[40] SÃO PAULO. *Decreto n° 52.326, de 16 de dezembro de 1969.* Aprova o Estatuto da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3CXcukB. Acesso em: 24 out. 2022.

[41] WILLER, 1986, op. cit.

[42] WILLER, Claudio. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 14 out. 2020. 1 arquivo audiovisual, 44'10'', acervo pessoal.

assistente, na matéria de Orientação Profissional".[43] Ao que tudo indica, esta professora era Maria Margarida Moreira Jorge de Carvalho, conhecida como "Magui". Em depoimento concedido à pesquisadora Sara Morais, Magui declarou: "íamos começar o curso no dia seguinte, era começo de ano, Iara Iavelberg. Eu a havia convidado para trabalhar comigo no curso de Orientação Profissional. Ficamos preparando, à noite, na minha casa, o curso".[44] Cabe ressaltar que a docente falou sobre o início do ano, quando os fatos parecem ter ocorrido no segundo semestre. O ano de 1968, sobretudo para o curso de Psicologia da FFCL, fora atípico, com ocupação das instalações da faculdade e greve para a saída da professora Annita, o que pode contribuir para as confusões.

Apesar disso, o fato de a trajetória de Iara carecer de fontes acessíveis e lembranças entre as pessoas que dela foram próximas merece análise mais aprofundada. De acordo com dados do IBGE, em 1967, a USP contava com 2.438 docentes, dos quais apenas 419 eram mulheres – ou seja, apenas 17,18%. Não está especificado no relatório se esses dados incluem as contratações como instrutor voluntário, modalidade existente na USP. O Brasil, segundo a pesquisa, contava com 779 estabelecimentos de ensino superior, e possuía ao todo 35.148 professores, dos quais 18,36% (6.456) eram do sexo feminino[45] – portanto, conclui-se que a situação na Universidade de São Paulo refletia o contexto nacional. Diante desses dados, depreende-se que uma mulher ser admitida como docente em uma universidade, ainda que na condição preliminar de instrutora voluntária, não era algo corriqueiro.

Há que se ressaltar que a presença feminina era mais comum nas áreas compreendidas atualmente como Ciências Humanas – que estavam justamente ligadas à Faculdade de Filosofia, na USP. Segundo dados do IBGE, as mulheres eram maioria nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Filosofia – que incluía a Psicologia –, sendo 73% das matriculadas no ano de 1966. Essa área ficou atrás apenas de Serviço Social, com 90% de público feminino, e Enfermagem, com 95%.[46] Embora trate das ingressantes na graduação, é muito provável que esta maioria se reflita no corpo docente.

Essas áreas são justamente consideradas mais "apropriadas" para o público feminino, por estarem associadas ao cuidado e ao ensino básico – e, por conseguinte, não possuem o mesmo prestígio de âmbitos considerados "masculinos", como o Direito, as Engenharias e a

[43] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Iara Iavelberg. São Paulo, 1 jul. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fls. 57-58, p. 119-122.
[44] apud MORAIS, 1999, op. cit.
[45] Não se pode deixar de lado que, ainda assim, os professores universitários como um todo refletiam uma ínfima minoria na sociedade. Em 1968, a população estimada na cidade de São Paulo era de 5.684.706. FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil - 1969*. Rio de Janeiro, v. 30, 1969, p. 633.
[46] BARROSO e MELLO, 1975, op. cit., p. 51.

Medicina. É provável que a "'feminização' do magistério secundário esteja ligada a duas raízes: a crescente perda de prestígio da profissão docente e a restrição das alternativas existentes para a mulher no mercado de trabalho".[47] Já vimos que Iara possivelmente foi atraída pela Psicologia exatamente por suas associações com a Pedagogia e o magistério em geral, área pela qual ela tinha muito interesse, além de atuação prévia como professora do Cursinho do Grêmio. Contudo, a carreira acadêmica pode ter se constituído em opção viável e mais frutífera, aliando a docência à pesquisa.

Nem por isso, como ficou evidente acima, Iara foi considerada capaz o suficiente para a posição por seus colegas. Ainda que estivesse em um campo depreciado, especificamente por ser composto majoritariamente com mulheres, parece ter havido uma certa categoria de mulher aceita como docente. Ao examinar as trajetórias de algumas das mulheres que trabalhavam na mesma época em que Iara foi contratada, observam-se algumas características em comum. Maria Alice Vanzolini Leme cursou Psicologia na mesma turma que Iara, não obstante fosse mais velha: fez a faculdade após os 30 anos e quando já possuía cinco filhos.[48] Quando foi contratada, em torno de 1967, seu marido Rui Aguiar da Silva Leme exercia o cargo de presidente do Banco Central, durante o governo do general Artur da Costa e Silva.[49]

Com o mesmo perfil, Rachel Rosenberg foi contratada na mesma época. Descrevendo-se como a mais velha da turma, era casada e tinha três filhos quando iniciou a graduação. Apesar de ter características similares às de Iara, como ser judia e casada com um médico também judeu, Rachel não tinha os mesmos comportamentos no âmbito pessoal ou político – ao menos abertamente. Ela relatou: "[quanto à] participação na época, eu não tinha tempo. Mal tinha tempo de assistir às aulas e voltar correndo para casa. Sei que ela [Iara] participava".[50] Não obstante, outras amigas relatam o empenho de Rachel e toda a sua família, nos bastidores, em proteger Iara, além de servir como base de apoio a ela e outros militantes de esquerda próximos, o que será retomado mais à frente.[51] Esse posicionamento, contudo, não ficava explícito para os colegas da universidade. Tanto Rachel quanto Maria Alice, conforme fica evidente, advinham de famílias abastadas, como a própria professora Annita de Castilho Marcondes e Cabral, que solicitou a contratação de Iavelberg.

[47] Ibid., p. 54.
[48] LEME, s.d., op. cit.
[49] RUI AGUIAR DA SILVA LEME. In: *FGV CPDOC*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://bit.ly/3vBJZWy. Acesso em: 2 ago. 2022.
[50] ROSENBERG, s.d., op. cit.
[51] STROZENBERG, 2021, op. cit.

De acordo com Maria Alice, em entrevista, "na faculdade, política só dava prestígio; não participar era ser alienado".[52] Apesar disso, é provável que essa pressão se desse sobretudo no meio estudantil. Quando se pretendia adentrar o mundo acadêmico como docente, havia um limite em relação a essa atuação. O professor Arno Engelmann se recordou: "dentro da Psicologia, os professores não falavam em política".[53] A professora Annita demonstrou incômodo com os alunos militantes na Psicologia: "éramos entusiastas e inocentes. Na Maria Antônia, os alunos ainda faziam trabalhos e estudavam. Depois, com os "Guevaras", tudo mudou. A Faculdade de Filosofia ficou um campo político".[54]

Iara, além de ser figura proeminente dos "Guevaras" na Psicologia, tinha outras características que a tornavam inadequada para a docência na universidade. Sua origem era uma delas: embora estivesse longe de advir de uma família pobre, as condições socioeconômicas dos Iavelbergs não eram as mesmas do público majoritário da USP, sobretudo daqueles que alcançavam a posição de professores. Além disso, o comportamento libertário de Iara, considerado moralmente impróprio, destoava da imagem do que deveria ser uma professora universitária.

Um fator específico concedeu a Iara mais trânsito entre os intelectuais de esquerda, sobretudo os de fora da Psicologia: seu namoro com João Quartim de Moraes. Ele havia se graduado em Ciências Sociais e Jurídicas e em Filosofia em 1964 na própria USP, partindo no ano seguinte para uma especialização na França. De forma sintomática em relação à análise feita anteriormente, João afirmou: "minha lembrança mais antiga da Iara: ela estava parada na porta da Maria Antônia, naquela escadaria, em 1964 ou 1965, sorrindo. Uma imagem muito simpática. Ela sabia quem eu era e eu também. Que era da Psicologia. *A Psicologia era um oásis naquela época de miséria sexual*".[55] Retornava ao Brasil em 1968, depois de dois anos fora, quando reencontrou Iara nos arredores da Maria Antônia e pediu ao amigo em comum Leôncio Martins Rodrigues Netto, sociólogo e na época professor da FFCL, que fizesse a intermediação.

[52] LEME, s.d., op. cit.
[53] ENGELMANN, s.d., op. cit.
[54] CABRAL, s.d., op. cit., p. 4. Em outra entrevista, ela tem fala na mesma linha: "nessa ocasião, houve um conjunto de circunstâncias, em 1967, houve um congresso em Havana, aquela fermentação política, Guevara havia dado ordem para começar, em 1967, a baderna na universidade. Depois, adiaram. Em 1968, a Revolução Cultural na China, o mundo todo copiando, ou por condições próprias. Eu ali, a tal. Carolina Martuscelli disse: 'Dona Annita, a senhora é a Psicologia para eles'. Eu disse: 'Não sou nada, só professora'". apud MORAIS, 1999, op. cit.
[55] MORAES, João Carlos Kfouri Quartim de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra, grifos meus.

João e Iara tinham uma vivência muito importante em comum: ambos eram desquitados. A esse respeito, ele se recordou: "o Leôncio brincou comigo, tinha intimidade para isso, e disse 'veja, a situação ideal para você, você está desquitado, sem mulher, chegando. Ela é emancipada, inteligente, agradável, desquitada também'".[56] Mais uma vez, o desquite foi um elemento marcante usado para classificar Iara – nesta ocasião, porém, como agregador, dado que João tinha passado pelo mesmo processo.

Segundo João, ela não tinha interesse em um modelo de "amor livre": "era um momento de disponibilidade recíproca. (...) Na cabeça dela, mais na dela do que na minha, porque eu tinha passado dois anos em Paris e ficado tolerante, ela queria ficar com um cara só".[57] Assim, o relacionamento acabou ganhando contornos sérios. De acordo com Maria Lygia Quartim de Moraes, então professora de Sociologia e irmã de João, Iara frequentava a casa dos novos sogros e convivia com a família Quartim.[58] Apesar disso, o próprio João atenua: "minha família, dentro do meio burguês, era evoluída. Quer dizer, levar uma menina para comer em casa não significava casar com ela".[59] Ao mesmo tempo, ele alega não ter conhecido os familiares de Iara, a não ser Samuel, que estava na nova organização.

O cotidiano do casal era, sem embargo, permeado pela convivência com grupos de amigos – todos eles ativos politicamente. João recordou: "[Iara] tinha o meio social dela e uma rodinha de intelectuais (...). Eu ia buscá-la no seminário sobre marxismo do Ruy Fausto, era um grupo de economistas, alguns hoje em evidência, como o Luciano Coutinho".[60] Retomando as proposições de Lidiane Rodrigues a respeito da intelectualidade acadêmica marxista *versus* a militância socialista, Iara seguia tentando se integrar com o primeiro grupo, sem, no entanto, abandonar a prática, com a qual já estava envolvida desde o movimento estudantil.

Mesmo com o engajamento de anos, em entrevista, o então professor Leôncio Martins Rodrigues declarou: "tenho uma certa culpa pela morte dela, porque eu a apresentei ao João Quartim e, através dele, ela foi para a VPR".[61] Sabe-se que Iara já estava envolvida com a futura VPR muito antes da chegada de Quartim. Todavia, presume-se que o namoro com ele pode ter facilitado seu trânsito entre as lideranças novas e a atribuição de tarefas a ela.

---

[56] Idem.
[57] Idem.
[58] MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista concedida de forma remota à autora. Madrid, 22 jun. 2022. 1 arquivo de áudio, 1°08'42'', acervo pessoal.
[59] MORAES, J., s.d., op. cit.
[60] MORAES, J., s.d., op. cit.
[61] RODRIGUES NETTO, Leôncio Martins. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

João voltou ao Brasil já com contatos com a direção da nova organização: da ala advinda do brizolismo, com o ex-sargento Onofre Pinto; do grupo dissidente da Polop, com um militante chamado Alípio Antônio Nunes Neto, mais conhecido pelos codinomes "Ademir", "Dias", "Jacques Dias" e pelo apelido "Gordinho".[62] Quartim, em entrevista, afirmou:

> (...) era bom porque eu tinha alguns dotes intelectuais (sabia escrever, formular por escrito)... Eu fui de grande utilidade, porque eles queriam alguém que formulasse por escrito. E os outros eram mais jovens. Como intelectual, eu era um cara formado. (...) Aquilo foi uma cooptação. Na realidade, o chefe sempre foi o Onofre... E uma cooptação assim de os caras me darem mais responsabilidade, mais coisas assim. Sobretudo, eu acabava escrevendo tudo, os documentos... Vinha muita gente da Polop para discutir, formular, fundamentar teoricamente o que estava fazendo.[63]

João cita o exemplo de outros líderes advindos do meio universitário, como Wilson Fava e Valdir Sarapu, que não exerciam essas funções teóricas por ainda não estarem formados – citando sua formação como uma vantagem sobre os demais. Sua experiência na França e o contato com ex-militantes do PCB, como José Maria Crispim – que teve prisão decretada imediatamente após o golpe, exilando-se[64] –, certamente contribuíram para o prestígio entre os fundadores da nova organização. Além, é claro, do fato de ser homem – porque, lembro aqui como exemplo, Iara também já era formada e acumulava alguns anos de militância e discussão teórica na Polop e no movimento estudantil, e mesmo assim não parece ter sido considerada para as funções que João exerceria. As evidências "indicam que a militância nesses grupos era vista como algo 'viril', que exigia coragem e determinação, desprendimento e espírito de sacrifício, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas".[65] Neste caso, até mesmo

---

[62] Nascido em Campinas, em 1939, Alípio era estudante da Politécnica (USP). Segundo Samuel Iavelberg, era militante de destaque já na Polop. Depois do racha, atuou fortemente na Organização, sobretudo com a base de operários de Osasco. De acordo com Quartim, Alípio foi coordenador do Setor Urbano até meados de junho ou julho de 1969. Neste período, ocorreu um acidente com sua esposa Elizabeth Conceição Mazza Nunes, de 21 anos, estudante da Escola de Sociologia e Política. Dulce Maia relatou à *Folha*: "Eram duas moças num apartamento. Uma estava lendo enquanto a outra manuseava um revólver. Repentinamente, o revólver disparou". A "autora" do disparo era militante da Organização, e estava treinando montagem e desmontagem da arma. Sua identidade foi preservada por todos esses anos pelos militantes. A decisão do grupo foi a de enterrar o corpo sem notificar a família ou as autoridades; os responsáveis por esse ato teriam sido, segundo Pedro Lobo, ele mesmo, Onofre Pinto, Eduardo Collen Leite e Yoshitane Fujimori (com exceção de Lobo, todos mortos). Depois de ter sido informado da morte da esposa, Alípio teria sido incumbido pela Organização de sair do país. Segundo Samuel, ele teria sido responsável por fazer contatos com os cubanos, com o objetivo de conseguir apoio para os que permaneciam no Brasil. Depois te ter ficado exilado em alguns países, como Itália e França, o paradeiro de Alípio é desconhecido dos que o conheceram naquela época. A *Folha* apurou que ele teria sido visto pela última vez em 1986, em São Paulo, no enterro de sua mãe.
CARVALHO, Mario Cesar. Após 30 anos, morte de militante ainda é tabu para a esquerda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 jul. 1998, p. 18-19.

[63] MORAES, João Quartim Kfouri de. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. São Paulo, 19 fev. 1986. 1 transcrição datilografa, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil, p. 10.

[64] JOSÉ MARIA CRISPIM. In: *FGV CPDOC*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3PTMyur. Acesso em: 26 ago. 2022.

[65] WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 23.

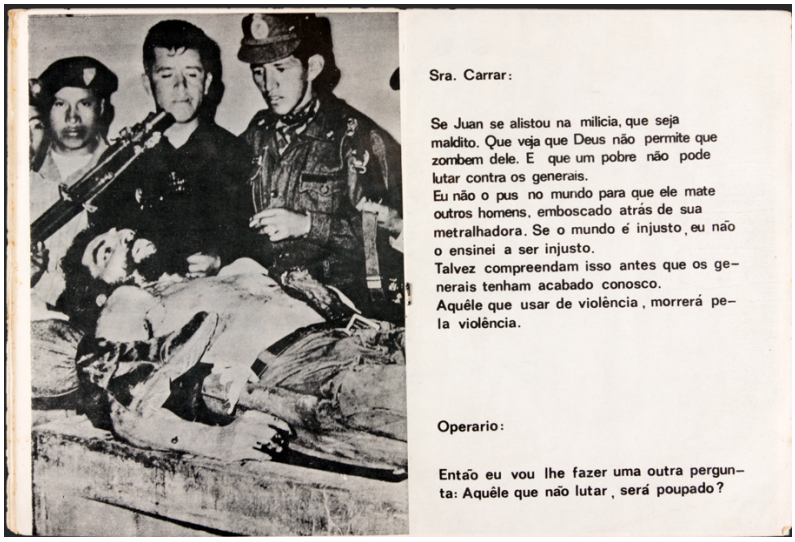
as tarefas teóricas, menos valorizadas que as ações armadas, parecem ter sido prioritariamente delegadas a homens.

Apesar do potencial aprofundamento da militância na Organização, Iara seguia envolvida em outras atividades, como o Tusp. Em abril de 1968, o grupo estreou a peça *Os fuzis da dona Tereza Carrar*, adaptação de texto de Bertolt Brecht, sob direção de Flávio Império, no Teatro Ruth Escobar.[66] Mesmo que não tenha feito parte do elenco fixo, ela algumas vezes integrou o coro de 10 mulheres que, segundo a pesquisadora Maria Lívia Goes, representava a multiplicação da personagem principal, Tereza Carrar.[67] Walnice Galvão, na época professora de Sociologia da Faculdade de Filosofia, recordou: "Iara não fez papel no palco, mas das senhoras Carrar cobertas e de bruços no chão, espalhadas nos corredores. Às vezes, se levantavam com os fuzis".[68] Essa participação, no entanto, não era fixa, de acordo com Marina Heck: "todos ficaram ensaiando *Os fuzis da senhora Carrar*, e a Iara circulava, a Iara entrava e saía dos [ensaios]... (...) Eu estava sempre presente nesses, nessas atividades culturais todas, mas, por exemplo, a Iara desaparecia, às vezes voltava".[69]

A peça tinha uma forte influência da defesa da luta armada como forma de resistência. Escrita por Brecht originalmente no contexto da Guerra Civil espanhola, o texto conta a história de Tereza Carrar, viúva de um militante da resistência contra a ditadura de Francisco Franco: "ela tenta a todo custo salvar os seus dois filhos do mesmo destino do pai, defendendo a neutralidade como estratégia de sobrevivência".[70] A versão do Tusp incorporou "a referência à Guerra do Vietnã, aos guerrilheiros cubanos, à ditadura no Brasil" e foram "reelaborados temas já anunciados no texto de Brecht, em especial a presença material das armas, mas também a religiosidade".[71] Essas influências ficam evidentes no programa da peça, que traz imagens de vietnamitas durante a guerra, de Che Guevara morto e até mesmo do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado pelas forças policiais no Rio de Janeiro em 1968, tema que será tratado mais à frente.

[66] Para um dossiê de documentos produzidos e apreendidos pela repressão sobre a peça, cf. ARQUIVO NACIONAL. *Requerimento para aprovação da peça: Os fuzis da senhora Carrar*, s.d. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, BR DFANBSB NS.CPR.TEA, PTE.370.
[67] GOES, 2021, op. cit., p. 41.
[68] GALVÃO, Walnice Nogueira. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[69] HECK, M., 2021, op. cit.
[70] GOES, 2021, op. cit., p. 40.
[71] Ibid., p. 41.

Figura 34: Páginas do programa da peça *Os fuzis da dona Tereza Carrar*, do Tusp, com imagem de Che Guevara morto (1968)



Sra. Carrar:

Se Juan se alistou na milícia, que seja maldito. Que veja que Deus não permite que zombem dele. E que um pobre não pode lutar contra os generais.
Eu não o pus no mundo para que ele mate outros homens, emboscado atrás de sua metralhadora. Se o mundo é injusto, eu não o ensinei a ser injusto.
Talvez compreendam isso antes que os generais tenham acabado conosco.
Aquêle que usar de violência, morrerá pela violência.

Operario:

Então eu vou lhe fazer uma outra pergunta: Aquêle que não lutar, será poupado?

Fonte: Acervo Flávio Império

A realidade influenciava a ficção, dado que tanto a Organização quanto a futura ALN – naquele momento, "Ala Marighella" – iniciavam suas ações armadas urbanas em 1968. Ambas iniciaram suas atividades com atentados a bombas, cujos alvos eram considerados aliados do regime ditatorial e do imperialismo.

A bomba de estreia da Organização teria sido lançada em 30 de dezembro de 1967, na casa de uma das filhas do então governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, Maria do Carmo, próxima ao Jockey Club, na Zona Sul. No entanto, não teria gerado repercussão.[72] Já a primeira expropriação de banco teria ocorrido em 7 de março de 1968, de uma agência do Banco do Comércio e Indústria no bairro da Lapa, com a participação de Pedro Lobo, o ex-sargento José Ronaldo de Lira e Silva, os ex-marinheiros Otacílio Pereira da Silva e Cláudio de Souza Ribeiro (conhecido como Pará) e Wilson Fava, o único civil do grupo.

Se em 1967, o presidente Costa e Silva havia optado pelo diálogo com setores de oposição ao governo – como o movimento estudantil –, em 1968, o autoritarismo retornou à cena. A medida de migração dos assuntos estudantis para o âmbito da segurança nacional como exemplo da nova postura adotada. Isso ocorreu justamente pela crença de que o ME e as organizações de luta armada estavam entrelaçados.[73]

Apesar disso, no meio universitário, as manifestações país afora se fortaleciam cada vez mais. No começo do ano demandando majoritariamente a entrada dos candidatos excedentes,

[72] LAQUE, 2010, op. cit., p. 235.
[73] VALLE, Maria Ribeiro do. *1968, o diálogo é a violência:* movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2016, p. 37.

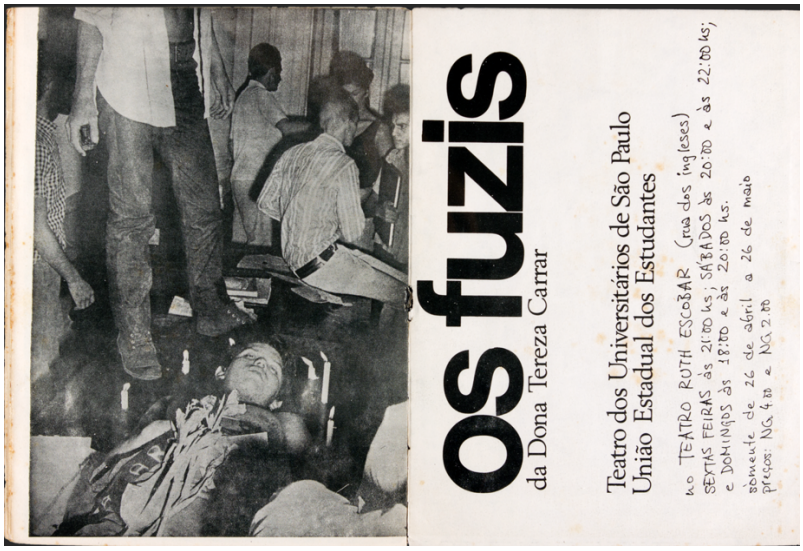
tendo sido o mês de março permeado por mobilizações em prol da aprovação desses candidatos em todo o Brasil. Na FFCL, a organização estudantil começou ainda em fevereiro, com a divulgação das primeiras listas.[74] Ademais, na cidade do Rio de Janeiro, a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec) lutava contra o aumento do preço da refeição e pela conclusão das obras do novo edifício do Restaurante Central dos Estudantes, conhecido por todos como Calabouço.[75] Em um dos protestos, em 28 de março, houve forte repressão da Polícia Militar, com o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos. Este seria o estopim da primeira onda de protestos estudantis de 1968 por todo o país.

Observa-se uma mudança crucial na ação estudantil a partir da morte de Edson Luís: o crescente uso da violência como resposta à repressão e à ditadura: "nos relatos dos estudantes, quer em entrevistas e depoimentos, quer em matérias publicadas em seus periódicos, notamos sua opção pelo enfrentamento e um clima de combate. (...) É indiscutível a importância do papel desempenhado pela violência".[76]

Em São Paulo, os protestos contra o assassinato do estudante secundarista prosseguiram até pelo menos 6 de abril,[77] quando o *Jornal do Brasil* noticiou a realização de uma passeata de quatro horas pelo Centro da cidade.[78] No dia seguinte, a *Folha de S. Paulo* divulgou um manifesto, assinado por 124 docentes da FFCL, repudiando a morte de Edson – entre os signatários estão alguns professores da Psicologia, como Arno Engelmann, César Ades, Maria Alice da Silva Leme e Annita Cabral; além de alguns amigos de Iara de outros cursos, como Roberto Schwarz, Emir Simão Sader, Eduardo Kugelmas e o namorado João Quartim de Moraes.[79] Não constam assinaturas de outros que trabalhavam como instrutores voluntários, daí uma possível explicação para a ausência de Iara como signatária.

[74] JOVENS pedem apoio nas ruas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1968, p. 5.
[75] Ibid., p. 40.
[76] VALLE, 2016, op. cit., p. 53.
[77] A agência de São Paulo do SNI fez um relatório sobre a repercussão do assassinato de Edson Luís no movimento estudantil. Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN). *Informação n° 748*, 22 abr. 1968. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81009057.
[78] ESTUDANTES fazem passeata de 4 horas em São Paulo sem presença da Polícia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1968, p. 17.
[79] 124 professores da USP apoiam estudantes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 abr. 1968, p. 8.

Figura 35: Páginas do programa da peça *Os fuzis da dona Tereza Carrar*, do Tusp, com imagem de Edson Luís morto (1968)



Fonte: Acervo Flávio Império

Na já conhecida luta pela aprovação dos excedentes da USP, organizou-se mais uma vez um acampamento na FFCL.[80] Os cursos que tiveram maior número de candidatos com nota suficiente, mas não aprovados, foram Ciências Sociais, Física, Matemática, Geologia e Ciências Biológicas.[81] Além da USP, outras faculdades viviam os mesmos dilemas – mesmo as particulares, como a PUC e a Faculdade de São Bento.

No caso da Psicologia da FFCL, que nos últimos anos tinha sido um dos principais cursos afetados pela escassez de vagas, em 1968 teve apenas quatro excedentes, que imediatamente foram admitidos pelo departamento.[82] O número presumivelmente se deve a uma prova de vestibular especialmente difícil, sobretudo na área de Matemática, conforme noticiou *O Estado de S. Paulo*:

> O prof. Álvaro Marche, assistente de Estatística e presidente da banca examinadora, disse que o exame foi mais difícil do que o do ano passado e acredita que apenas 90 candidatos obtenham nota superior a 5. Inicialmente, eram 624 vestibulandos, mas cerca de 100 já desistiram e não fizeram a prova de Matemática.[83]

Apesar de aparentemente resolvida uma das questões que mais mobilizou os estudantes de Psicologia nos anos anteriores, a raiz do problema não estava solucionada: a quantidade de vagas não havia sido aumentada. Por isso, os estudantes e professores deste curso não ficaram

[80] EXCEDENTES de Filosofia da USP fazem acampamento na entrada da faculdade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 mar. 1968, p. 6.
[81] EXCEDENTES: entram só 62. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 mar. 1968, p. 4.
[82] EXCEDENTES cobram pedágio pela cidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 mar. 1968, p. 11.
[83] OS excedentes buscam apoio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1968, p. 11.

de fora das discussões fomentadas pelo movimento pelos excedentes, nas quais foram levantadas pautas de reorganização curricular e institucional da universidade.

No início de março, em reunião realizada pelos docentes do curso de Ciências Sociais – com um dos maiores números de excedentes daquele ano –, o professor Octávio Ianni teria sugerido "a absorção [dos candidatos] mediante reforma drástica e redução do número de cursos", acrescentando a ideia de que os professores deveriam interromper as aulas por 15 dias para se dedicarem à reestruturação.[84] Este foi o primeiro registro encontrado nesta pesquisa da ideia de reestruturação de um curso da FFCL neste período. O tópico, no entanto, ganharia espaço entre diversas outras áreas e universidades ao longo daquele ano.

Outra amostra do crescente uso de violência pelos estudantes ocorreu a partir de uma aliança com outros setores, sobretudo o movimento sindical. Em São Paulo, no dia 1° de maio, foi organizada manifestação do Dia do Trabalhador na Praça da Sé. Por divergências internas do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo,[85] o então governador do estado Abreu Sodré foi convidado para participar do palanque – a contragosto da maioria dos presentes.[86] No entanto, segundo a *Folha*, após permanecer cerca de dez minutos no evento tentando discursar, foi obrigado a se retirar: "antes acolhido por vaias, e depois forçado a se retirar do palanque sob vaias e gritos de ameaça, e uma chuva constante de pedras, ovos e pedaços de pau. O governador foi levemente atingido na testa, por duas vezes, por pedras".[87] Após se refugiar na Catedral da Sé, alguns dos presentes "brandindo cacetes, tomaram o palanque – que não era cercado por nenhum cordão policial – e expulsaram dali vários líderes sindicais. Em seguida, destruíram e incendiaram o palanque".[88]

Apesar de soar como uma revolta espontânea, as memórias de alguns militantes revelam que o ato teria sido cuidadosamente planejado. Roque Aparecido da Silva, operário de Osasco que estava em via de ingressar na Organização, relatou:

> A gente começou a fazer esse trabalho de organização com bastante antecedência (...). A gente passou a noite de 30 de abril para o dia 1° de maio cortando barras de ferro (...), enrolando em jornal, e tínhamos no dia 1°, às 7h30 da manhã, pelo menos uns 200 companheiros organizados e armados, seja com barra de ferro, seja com bolinha de gude, enfim, as nossas armas para enfrentar a repressão. Chegamos mais cedo para colocar o nosso pessoal em torno do palanque, então estávamos com o aparato todo montado. A gente fez articulações com as organizações de esquerda, com as oposições

[84] MESTRE sugere solução. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1968, p. 13.
[85] Cf. OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *O grupo (de esquerda) de Osasco:* movimento estudantil, sindicato e guerrilha (1966-1971). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011, p. 143.
[86] ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A memória na luta contra o trauma: significados da greve de Osasco em 1968 nas narrativas de trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, jan./jun. 2014, p. 48.
[87] 1° de maio violento em SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 mai. 1968, capa.
[88] Idem.

> sindicais, com o movimento estudantil, a UEE, o DCE, o grêmio da Filosofia, enfim, todas as organizações estudantis para garantir uma coisa bem-feita.[89]

Importante relembrar a greve de metalúrgicos na cidade de Contagem (MG), que precisou ter o então ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, nas negociações: "aos olhos de uma esquerda radicalizada, o movimento operário, adormecido desde 1964, parecia estar acordando de novo".[90]

Depois de tomarem o palanque, dois outros operários osasquenses proferiram discursos, Manoel Dias do Nascimento e José Campos Barreto, com destaque para o último. Depois deste dia, ambos ingressaram na futura VPR e desempenharam papéis importantes, que serão elucidados mais à frente. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, as falas de alguns operários pregavam "a luta armada 'como única maneira de enfrentar a ditadura'".[91] Ainda que não completamente incorporados às organizações revolucionárias, os trabalhadores que atuaram na estruturação do evento contaram com o apoio de importantes quadros da Organização e da futura ALN,[92] os quais agiram diretamente na destruição do palanque e na cobertura da ação, colocando atiradores em pontos estratégicos, caso fosse preciso enfrentar a repressão – o que não ocorreu.[93]

Em seu relato, Roque Aparecido cita a presença do movimento estudantil. A *Folha*, em sua cobertura sobre o protesto, apontou que, após orientação para que os presentes não fotografassem, o então presidente da UNE Luís Travassos discursou, afirmando que os estudantes estavam presentes "para solidarizar-se com os operários", observando, sobretudo, a "'necessidade de organizar-se para derrubar a ditadura', lembrando que os estudantes não estavam na concentração para dirigir os operários, 'mas para aprender como se luta'".[94]

---

[89] apud OLIVEIRA, 2011, op. cit., p. 146-147.
[90] CORRÊA, Larissa R.; FONTES, Paulo. O 1968 operário: experiências, sindicalismo e greve em São Paulo. In: MÜLLER, Angélica (org.). *1968 em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 1544 (e-book).
[91] AGITAÇÃO começou na Praça da Sé. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 mai. 1968, p. 3.
[92] Para alguns dos panfletos apreendidos pela repressão nesta manifestação, cf. ARQUIVO NACIONAL (AN). *Encaminhamento n° 34/QG-4*, 2 mai. 1968. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0.0.3144.
[93] OLIVEIRA, 2011, op. cit., p. 150. Segundo Emiliano José e Oldack de Miranda, autores da biografia de Carlos Lamarca, o 4° Regimento de Infantaria de Quitaúna, unidade na qual Lamarca servia como capitão, foi escalado para reprimir o comício do 1° de Maio, caso fosse necessário. Não são citadas fontes para essa informação. Cf. JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca:* o capitão da guerrilha. 17a. ed. São Paulo: Global Editora, 2015, p. 56-57.
[94] AGITAÇÃO começou na Praça da Sé. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 mai. 1968, p. 3.

Figura 36: Palanque pegando fogo em frente à Catedral da Sé, durante o comício de 1° de maio de 1968

Fonte: Folhapress

Após o fim dos discursos e a destruição do palanque, os manifestantes – eram cerca de 6 mil, de acordo com as estimativas da imprensa – seguiram em passeata em direção à Praça da República, com o apedrejamento de uma agência do banco Citibank, que possuía uma bandeira dos Estados Unidos hasteada. A *Folha* publicou uma declaração que teria sido dada por Luís Travassos a respeito deste episódio: "sobre a depredação do City Bank, explicou que representou um repudio à bandeira americana, que estava hasteada no prédio, o que considera absurdo no Dia do Trabalho comemorado no Brasil".[95]

Da perspectiva do governo ditatorial, o 1° de maio pode ter sido "o dia culminante do 'movimento subversivo', que vinha conspirando para a derrubada do poder por meio da 'agitação popular', dando seu primeiro passo nos recentes protestos estudantis".[96] Pode-se relacionar a radicalização dos estudantes com o envolvimento cada vez mais profundo de muitos deles com a luta armada: "os estudantes demonstraram poder de mobilização e agressividade, o que, combinado à ocorrência de grandes passeatas e confrontos de rua com

[95] AGORA, as lições que a crise deixou. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 mai. 1968, p. 16.
[96] VALLE, 2016, op. cit., p. 97.

muitas mortes provocadas pelos choques com a polícia, levou os órgãos de repressão a temer a perda do controle da situação".[97]

Maryse Farhi afirmou lembrar-se de ter ido acompanhada de Iara ao comício do 1° de maio:

> Fomos juntas, mas não saímos juntas. A gente formava grupos para ir juntos, usava sapato baixo para poder correr, mas se vestia de mocinha, com a fardinha da Maria Antônia. Lonita bege ou esverdeada, saia ou calção, blusão caqui. (...) Tinha até local onde ficar, especialmente nessas, onde se ia desacatar publicamente a autoridade. Tinha esquema para fugir também. As organizações tinham se reunido para ter uma atuação conjunta e combinaram o desacato.[98]

Silvério Soares Ferreira, então estudante de Economia na USP, apontou que neste dia atirou um pau de longe, acertando o governador Abreu Sodré.[99] Ele e alguns outros estudantes de Economia, como Fernando de Mesquita Sampaio e Luciano Coutinho, estavam sendo recrutados para a Organização por João Quartim de Moraes. Silvério recordou que, a princípio, frequentaram reuniões para discutir o livro de Régis Debray: "começamos a ter reuniões, o Quartim é que ia discutir. A Iara namorava o Quartim. Aí, o namoro terminou e eu comecei a militar na organização ainda sem nome".[100]

Diante da aproximação dos operários de Osasco da Organização, e possivelmente influenciada pelas discussões de que participava no Tusp, Iara propôs a Izaías do Vale Almada, militante da Organização, a montagem de uma peça para os operários de Osasco. Os dois viveram um namoro possivelmente durante o primeiro semestre de 1968 – embora ele não se recorde muito bem. Izaías trabalhava com teatro: cursou a Escola de Artes Dramáticas (EAD), trabalhou na montagem do Show *Opinião* no Rio de Janeiro e de *Arena conta Zumbi,* no Teatro de Arena, em SP, onde permaneceu vinculado até 1968. Esse histórico foi fundamental para que ela o convidasse para a atividade, que, no entanto, não se concretizou:

> A Iara, como sabia que eu fazia teatro, ela falou: "cê não quer montar uma peça, fazer uma peça, com os operários lá em Osasco?", eu falei: "olha, pra mim seria maravilhoso!", e continuamos nessa tentativa, nessa conversa. (...) Não chegou [a se concretizar] porque houve uma famosa greve em Osasco, em 1968. Em que baixou a polícia, que prendeu gente. Aí nós tomamos um pouco de cuidado, porque já se falava na Organização também.[101]

[97] MOTTA, 2014, op. cit., p. 112 (e-book).
[98] FARHI, s.d., op. cit.
[99] FERREIRA, Silvério Soares. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[100] Idem.
[101] ALMADA, Izaías do Vale. Entrevista concedida de forma remota à autora. Madrid, 20 out 2022. 1 arquivo de áudio, 1°52'17", acervo pessoal.

Além disso, logo os dois passaram a integrar bases diferentes: Izaías aderiu ao Setor de Logística – que será mais detalhado no próximo tópico, assim como a greve de Osasco. Mas tal proposição de Iara é mais uma evidência de sua atuação dentro da Organização.

Foi provavelmente neste período que Iara e Quartim romperam seu relacionamento: ele começou a sair simultaneamente com uma das amigas mais próximas de Iara, Maryse Farhi: "fui obrigado a tomar uma decisão. E, no caso, por razões várias... As duas me encostaram na parede. E foram também os companheiros de organização".[102]

Embora relate ter sido repreendido por estar namorando duas outras companheiras, Quartim teria respondido: "era um pouco mais velho do que eles e disse 'então digam quantas pode'. Eu tinha responsabilidade na organização e não ousavam me expulsar por causa disso. Mas criavam constrangimento, me fiscalizavam, tentaram evitar de me apresentar companheiras... [ri]". O tom com o qual João narra a história é cômico e o episódio parece não ter tido consequências para sua reputação dentro do grupo ou suas funções. Ele acrescenta ainda: "eu não teria parado, eu teria maneirado, se não fosse a pressão. Se fosse Paris, ou agora. Teria uma liberdade maior de manobra [ri]".[103]

Ainda assim, sua fala demonstra o quanto o "público" e o "privado" se misturavam e passavam a ser, ambos, da alçada da organização. Sua fala é importante pois demonstra o quanto o "público" e o "privado" se misturavam e passavam a ser, ambos, da alçada da organização: "na teoria, ao se dedicarem integralmente à causa revolucionária, o amor pela organização deveria, sempre, vir antes de todos os amores. Quem não o fizesse, estava se deixando levar por um comportamento 'pequeno burguês'".[104]

Ressalto que as consequências dessa "interferência", no caso específico das mulheres, eram carregadas de machismo: de acordo com o exposto até aqui, fica evidente que Iara jamais poderia responder aos questionamentos dos companheiros de organização da forma como Quartim o fez. Ao contrário, suas funções, que já eram diminutas em comparação às do namorado, poderiam ser ainda mais reduzidas, no caso de comportamentos "inadequados". Não por acaso, Iara precisou conviver com as eventuais mágoas, dado que logo passaria a exercer funções sob o comando de Quartim na Organização.

Antes, ela se aproximaria do novo grupo da Economia, especialmente de Silvério. Em junho de 1968, segundo o próprio, os dois estavam "se chegando" para um namoro. Por isso,

---

[102] MORAES, s.d., op. cit.
[103] Idem.
[104] BRIGGMANN, Luísa Dornelles. Amores revolucionários: casais militantes nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Políticas de emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 38-39.

ele relatou, procuravam sempre estar juntos nas atividades da organização.[105] Naquele mês, o movimento estudantil – paulista, nacional e internacional – estava vivendo um dos seus ápices.

"Profeticamente", no primeiro dia de junho, a *Folha de S. Paulo* publicou como manchete de capa um aviso do governador, *Agitação estudantil vem aí, avisa Sodré*: "o governador disse ontem ao presidente Costa e Silva que está apreensivo em relação a um plano dos universitários de ocupação das faculdades paulistas".[106] A edição traz um mapeamento geral das mobilizações Brasil afora, com destaque para: uma greve geral organizada pelos estudantes da UFRJ; a ocupação da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), na capital paulista; greve na Universidade Católica de Campinas (atual PUC-Campinas); mobilização de estudantes secundaristas em São Paulo e de universitários em Natal e Salvador; e, além disso, uma possível greve do curso de Psicologia da FFCL-USP.[107]

5.2 Presa professora assistente de Psicologia: o adeus ao movimento estudantil

Em entrevista, na década de 1980, o professor da cadeira de Psicologia Social e Experimental César Ades afirmou: "Iara não era a mais ativa nas paritárias".[108]

No segundo semestre de 1968, os universitários discutiam e demandavam reformas estruturais e curriculares através da criação de comissões paritárias – ou seja, que possuíssem o mesmo número de representantes de professores e estudantes. No caso da USP, as comissões funcionaram "entre agosto e outubro de 1968 e representaram uma espécie de microcosmo dos confrontos da época, em que debates sobre modernização universitária envolveram e opuseram valores socialistas, liberais e nacionalista-autoritários".[109]

No curso de Psicologia da FFCL, as demandas mais fortes começaram a partir das "agitações estudantis" de junho. De acordo com a *Folha*, o problema era com a professora Annita de Castilho e Marcondes Cabral, citando a fala de um aluno não identificado: "há dez anos a professora Anita Cabral foi contratada para reger a cátedra que atualmente ocupa, sendo o único caso existente em toda a Faculdade, pois, todos os demais professores defenderam teses, para ocupar suas cátedras".[110] Ademais, os estudantes se manifestavam também contra a incorporação das provas de ingresso para a FFCL no Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas (Cescem), entidade ligada à Fundação Carlos Chagas que administrava os

[105] FERREIRA, s.d., op. cit.
[106] AGITAÇÃO estudantil vem aí, avisa Sodré. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 jun. 1968, capa.
[107] ESTUDANTES da FEI mantêm a ocupação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 jun. 1968, p. 7.
[108] ADES, César. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[109] MOTTA, 2014, op. cit., p. 113-114.
[110] Idem.

maiores vestibulares para Medicina de São Paulo; o acordo MEC-Usaid; e a favor da reforma estrutural da USP, demonstrando que suas pautas estavam alinhadas ao movimento estudantil nacional.

A mobilização estava sendo liderada pela Auep, cuja gestão era de Elias da Rocha Barros e Maria Clotilde Magaldi, amigos de Iara. Elias se recordou que ficou incomodado com a posição "neutra" adotada por Iara na época: "criou-se, digamos assim, uma situação, um certo mal-estar porque, aí até por muito mais culpa minha do que da Iara, eu esperava que ela como professora desse mais apoio ao que nós estudantes ainda estávamos fazendo, do que ela podia dar".[111] Por outro lado, do ponto de vista dos colegas docentes, a postura de Iara teria sido mais próxima do movimento estudantil do que deveria ter sido. Anna Veronica Mautner relatou sobre uma reunião realizada na casa da professora Annita, com outros instrutores voluntários e professores assistentes – com a presença de, segundo ela, 22 pessoas –, cujo objetivo era colocar a docente a par das reivindicações dos alunos:

> Na casa dela, em que só íamos avisar da reunião, era uma coisa delicada, a Iara abre o jogo, se antecipou à gente. Não foi uma catástrofe. Mas ela era a última pessoa que podia fazer isso naquele momento. (...) Ela não estava lá representando coisa alguma. Era ela mesma, falante, um grilo falante. Falava sozinha, sem representar ninguém. Era uma coisa do departamento com a d. Annita. A gente quase morreu. Não prejudicou a gente e até, do ponto de vista da d. Annita, ela ficou meio avisada.[112]

Os outros entrevistados que participaram desta reunião não se recordaram especialmente do comportamento de Iara. No entanto, ressaltam que a oposição à professora Annita era generalizada, inclusive entre os outros professores – com a exceção da assistente Maria Helena Steiner. A demanda era que houvesse a transição do modelo de cátedra para departamento, conforme explica Walter Hugo de Andrade Cunha, então professor de Psicologia Comparativa:

> Era um pensamento praticamente geral entre os professores que a Cátedra era um sistema muito ruim, que o assistente tinha que "bajular" o catedrático, tinha que tolerar os seus erros, não poderia ser contra. (...) Achávamos que realmente, para o Ensino, para a Pesquisa, seria muito melhor criar um Departamento em que as coisas pudessem ser decididas conjuntamente, em que haveria mais interesse e cooperação de todos.[113]

Em outra entrevista, Walter insinua que a professora Annita havia contratado algumas pessoas com o objetivo de se beneficiar, em caso de rebelião contra ela – entre elas, Iara:

> Havia contratado também anteriormente, alegadamente como forma de obter apoio, um aluno sem grandes méritos intelectuais na ocasião, Moysés Aguiar, parece-me que do grêmio estudantil, e proposto um título de docente voluntário a Iara Iavelberg (...),

[111] BARROS, 1986, op. cit.
[112] MAUTNER, s.d., op. cit.
[113] CUNHA, Walter Hugo de Andrade. Carolina Martuscelli Bori e a Psicologia na USP. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, 1998, p. 55.

> na época uma aluna apenas regular e pouco assídua, mas que havia sido, ou ainda era, na ocasião, presidente do Centro de Estudos Psicológicos [sic] dos alunos".[114]

Talvez esta fosse a justificativa, então, para a contratação de Iara, vista como inadequada por muitos dos colegas do curso.

A abolição das cátedras estava em pauta não apenas na Psicologia, mas em instituições de ensino por todo o país. Embora pareça contraditório, setores do governo ditatorial por vezes também eram favoráveis à extinção do modelo, resultado da perspectiva de modernização conservadora:[115] o professor estadunidense Rudolph Atcon, consultor do MEC, defendia a extinção catedrática, a partir da reformulação da estrutura universitária conforme o molde norte-americano.[116] Os estudantes da USP, em junho, tiveram a informação de que Atcon daria uma palestra para os professores sobre reforma universitária – dado este que foi publicado pelo *Estadão*.[117]

Na data prevista, prepararam mobilização, com atuação conjunta da UEE, UNE e do Grêmio da Filosofia, tendo procurado o consultor nos mais diversos edifícios da USP, sem sucesso. Dirigiram-se, então, ao prédio da Reitoria, com o objetivo de obter esclarecimentos. Lá, exigiram participação equitativa nos debates sobre a reestruturação da universidade.[118] O reitor em exercício, professor Mário Guimarães Ferri, fez uma proposta de reforma, com a instauração de fóruns de debate, que teriam a participação dos docentes e discentes – no entanto, afirmava que estes ainda não poderiam ser realizados, o que descontentou os universitários.[119]

Como um prelúdio do que ocorreria na FFCL e USP, os alunos de Psicologia ocuparam, por volta do dia 20 de junho, um dos edifícios onde eram realizadas as aulas, impedindo a entrada da professora Annita. Essa decisão foi tomada após a Congregação da FFCL prorrogar o contrato da docente até o final do ano letivo.[120] Durante a ocupação, teriam sido realizadas atividades com alunos e docentes, incluindo assembleias e reuniões para discutir os pontos de reformulação. Nesse sentido, Elias recordou: "a Iara participou de todas as conversas, era a época da comissão paritária, aí eu fui eleito para a comissão paritária, para reformar toda a estrutura da universidade. (...) Aí eu tinha muito contato com a Iara por causa disso, da ideia de reformar toda a universidade, currículo etc.".[121] No entanto, esse período era anterior à

[114] apud MORAIS, 1999, op. cit.
[115] MOTTA, 2014, op. cit., p. 15 (e-book).
[116] Idem.
[117] ECC pode voltar às aulas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1968, p. 16.
[118] ATCON era motivo de tôda agitação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1968, p. 19.
[119] SAEM linhas básicas da reforma da USP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 1968, p. 14.
[120] USP defende sua autonomia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1968, p. 19.
[121] BARROS, 2020, op. cit.

instauração oficial das paritárias e, dessa forma, as reuniões eram de preparação para quando isso ocorresse de fato.

No estado da Guanabara, os alunos se mobilizavam também contra o MEC-Usaid e os cortes de verbas das universidades. Às voltas com as promessas não cumpridas de diálogo com o ministro Tarso Dutra, foi organizada uma passeata em 21 de junho. A dura repressão fez com que o dia ficasse conhecido como "Sexta-Feira Sangrenta". A violência alçou um novo patamar neste protesto, com um dado novo: "a adesão de setores populares se faz presente de forma inusitada. Tanto que parte da imprensa fala agora em conflito de populares e estudantes com a PM, diferentemente de suas análises dos episódios de março e abril, centradas apenas nos dois últimos atores".[122]

Em São Paulo, na manhã do dia seguinte, os alunos da FFCL, auxiliados por alguns professores, ocuparam o edifício da Rua Maria Antônia, afixando notícias de jornais paulistas e cariocas sobre a repressão aos estudantes no Rio de Janeiro.[123] Ademais, organizou-se uma manifestação de solidariedade no dia 24 – segundo o *Estadão*, teriam comparecido 5 mil estudantes. Em determinado momento, alguns manifestantes atacaram uma agência do banco Citibank e a farmácia do Exército.[124] Um deles era Silvério, namorado de Iara:

> Por causa da passeata da violência, fiquei conhecido. Saiu fotos nos jornais. Nessa passeata, havia uma revolta muito grande; Espinosa e eu arrancamos um poste de ônibus da São João com Ipiranga e começamos a arrebentar a porta de vidro. Fomos muito fotografados. Tomávamos distância e íamos.[125]

Após o fim da passeata, as faculdades de Direito da USP e da PUC foram ocupadas, além da FFCL e da FEA, que mantinham barricadas desde o sábado.[126]

Interessante observar a forma como Silvério se refere ao protesto, "passeata da violência". A violência estava na retórica e na prática daquele período: "o poder da 'imagem' é inquestionável: a partir das fotos publicadas pelos jornais, o conflito 'aparece'. A população também toma partido, lutando nas ruas contra as forças repressivas".[127]

De acordo com o *Estadão*, que também teve seu edifício atacado, uma das lideranças teria discursado: "desta vez saímos às ruas para quebrar, para mostrar nossa força".[128] Silvério recordou de ter agido em conjunto com Antônio Roberto Espinosa, estudante do primeiro ano de Filosofia e operário da metalúrgica Companhia Brasileira de Material Ferroviário

[122] VALLE, 2016, op. cit., p. 110.
[123] BARRICADA incomoda. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1968, p. 32.
[124] VIOLÊNCIA, só de estudante. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1968, p. 14.
[125] FERREIRA, s.d., op. cit.
[126] SÃO quatro as faculdades ocupadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1968, p. 15.
[127] VALLE, 2016, op. cit., p. 140.
[128] VIOLÊNCIA, só de estudante. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1968, p. 14.

(Cobrasma), em Osasco, que ingressou para a Organização oficialmente a partir da passeata do 1° de maio.[129]

Figura 37: Silvério Soares Ferreira (no meio) e outros manifestantes utilizando objeto para danificar a fachada de uma agência do Citibank, em 24 de junho de 1968

Fonte: Brasil: Nunca Mais[130]

Foram dias muito agitados. Concomitantemente à mobilização dos militantes da frente estudantil, a Organização teve ações armadas importantes. Na madrugada do dia 24, algumas horas antes de os estudantes da FFCL organizarem as barricadas na faculdade, alguns quadros ligados ao Setor de Logística efetuaram uma expropriação de armas no Hospital Militar, localizado no bairro do Cambuci. A ação teria sido planejada por Wilson Egídio Fava e Eduardo Collen Leite, dado que ambos serviram o Exército nesta unidade. Fava explica que o agrupamento via a necessidade de obter armamento moderno, sobretudo o *Fusil Automatique Léger*, ou Fuzil Automático Leve (FAL).[131] As notícias sobre o ocorrido nos periódicos tenderam a ser publicadas nas mesmas páginas dedicadas ao movimento estudantil,[132] e os oficiais que faziam pronunciamentos sobre o furto, comentavam também a "crise" universitária[133] – demonstrando que, da perspectiva do governo ditatorial, os autores dos "delitos" pareciam estar ligados ou serem os mesmos.

[129] ESPINOSA, Antônio Roberto. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[130] BRASIL: NUNCA MAIS. Fotografias - Pasta 02, s.d, p. 35. Arquivo Edgard Leuenroth. Disponível em: <https://bit.ly/3Sysuzw>. Acesso em: 27 set. 2022.
[131] FAVA, 2022, op. cit.
[132] FURTADOS 9 fuzis do Exército. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1968, p. 32.
[133] EXÉRCITO aceita desafio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1968, capa.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho, foi organizada uma passeata em protesto aos confrontos com a polícia, conhecida como "Passeata dos Cem Mil". As autoridades permitiram que a manifestação ocorresse sem repressão, tornando-se "a maior manifestação ocorrida durante a ditadura, que levou estudantes, artistas, intelectuais, religiosos e a população em geral a realizar uma passeata pacífica apresentando denúncias contra o regime e reivindicações estudantis".[134]

Em 28 de junho, Iara Iavelberg e seu namorado Silvério Soares – além dos estudantes de Economia Ronaldo Rocha Vecchia, Fernando Mesquita Sampaio, Luciano Galvão, José Maria Arbex, José Olavo Leite e Frederico Mazzuchelli – foram presos em um apartamento na Rua da Consolação. Nem Silvério ou Iara moravam no apartamento e, por conta disso, ele variou, com o passar dos anos, sua versão sobre o motivo de o casal ter ido até lá neste dia. Em entrevista, na década de 1980, ele afirmou que os motivos eram políticos: eles desconfiavam que havia um infiltrado se aproximando do "grupo dos Economistas": "eu e Iara fomos juntos, para deixar o aviso de que estávamos na iminência de ser procurados. Só que, quando percebemos, já era tarde. Pois quando entramos, acho que até para retirar alguns documentos, não tinha ninguém, e quando a gente estava lá dentro e se preparando para sair, tocou a campainha".[135] Já para o documentário *Em busca de Iara*, lançado em 2014, ele declara que teriam ido até lá para namorar:

> Nós acabamos sendo presos juntos (...). Eu e ela fomos para lá num final de tarde (...). E a gente não percebeu, mas a polícia já estava de tocaia. Então, nós chegamos, entramos, pouco depois de a gente entrar, a gente pensou que ia ter um momento de calma para poder namorar [risos]... E a polícia chegou.[136]

Em entrevista comigo, ele segue o mesmo raciocínio, sem entrar em tantos detalhes: "eu lembro que era à tarde nesse horário, o pessoal ia chegar à noite, e a gente ia ter uma certa privacidade, a dois. (...) Foi por isso que nós fomos para lá. Não foi por nenhuma razão, vamos dizer assim, militante nem organizacional".[137] Outros moradores e/ou frequentadores do apartamento afirmaram que, sim, lá eram realizadas reuniões políticas, mas o local também servia como ponto de encontro social, como apontou Ana Matilde Tenório da Motta – na época, namorada de Fernando Mesquita:

> Era um apartamento normal onde moravam estudantes (...). A gente ia lá normalmente, ia namorar, ia marcar encontro para ir para o cinema, saía de lá... Enfim,

[134] MÜLLER, Angélica. 1968: história e memória. *Juventude.br*, n. 5, ano 3, 2008, p. 38.
[135] FERREIRA, s.d., op. cit.
[136] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
[137] FERREIRA, Silvério Soares. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 3 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 52'35", acervo pessoal.

> era um trânsito normal. Mas às vezes saía uma discussão política, uma coisa assim. Agora, reunião eles faziam segundo a organização deles lá...[138]

Ademais, o infiltrado mencionado por Silvério também é recordado por outros integrantes do grupo. Ana Matilde recordou que ele, chamado Ernesto, se apresentava como estudante da FFCL e tentava se aproximar dos grupos políticos, sobretudo através das mulheres, tentando namorá-las: "nós suspeitamos que esse rapaz deu uma indicação do apartamento com o local de reunião. E um dia eles baixaram lá. Baixaram nesse apartamento e pegaram todos ali dentro!".[139] José Olavo Leite – que também não era morador, apenas frequentava a república –, preso naquele mesmo dia, também apontou o infiltrado como causa: "aparentemente foi porque o Fernando teve contato com alguém que era supostamente ligado ao movimento estudantil, mas que na verdade era um informante da polícia".[140]

O recrutamento de estudantes para atuarem como informantes dos órgãos repressores não é uma novidade. Além do famoso caso de Heloísa Helena Magalhães – conhecida como "Maçã Dourada" –, espiã na FFCL descoberta durante a ocupação aqui tratada,[141] Evelise Marra, uma das melhores amigas de Iara que não se envolveu com os grupos de esquerda na faculdade, relatou uma situação com o delegado Paulo Bonchristiano, do Dops:

> Eu fui sim "aliciada", mas por um... Uma tentativa de ser aliciada, mas por um delegado da polícia. Não sei se era do DOPS, se não era. Porque teve uma época lá que eu trabalhei com venda de títulos para o [hospital] 9 de Julho (...). A gente visitava, tinha contato com os clientes que tinham sido internados no hospital, para oferecer o tal do título. Nisso, eu conheci o delegado... Bonchristiano o sobrenome dele. Esse, assim que ele soube que eu estudava na USP, que eu era psicóloga, que eu estudava na Maria Antônia, esse tentou me aliciar para trabalhar para a polícia. Se eu não queria um trabalho legal, que eu iria nas festas e era só contar o que via.[142]

Foi Bonchristiano o responsável pela prisão e interrogatório de Iara e dos demais detidos no apartamento da Consolação. Ela e Silvério teriam sido os primeiros levados ao Dops e Luciano Coutinho, que chegou horas mais tarde ao apartamento, o último.[143]

No único documento justificativo das prisões, anexado ao IPM aberto, não há nenhuma menção de como a investigação chegou ao apartamento dos estudantes. Em ofício escrito pelo

---

[138] MOTTA, Ana Matilde Tenório da. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 2 set. 2022. 1 arquivo audiovisual, 1º51'25'', acervo pessoal.
[139] Idem.
[140] RIBEIRO, José Olavo Leite. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 28 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 33'23'', acervo pessoal.
[141] Para mais informações sobre a atuação de Heloísa Helena, cf. MARTINS, Flávia Pereira. Zonas mudas: retratos de atuações femininas. In: MARTINS, Flávia Pereira. *Nem terroristas, nem ingênuas*: as contestações da feminilidade na ditadura militar. Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2021.
[142] MARRA, 2020, op. cit.
[143] COUTINHO, Luciano Galvão. Assunto do e-mail: Pesquisa - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 9 jan. 2022.

delegado regional da Polícia Federal de São Paulo, e endereçado a Hely Lopes Meirelles, secretário de estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo, consta apenas o seguinte: "considerando a atual situação estudantil e outros fatos que poderão ocasionar a quebra da normalidade neste Estado (...), venho hipotecar apoio às medidas que Vossa Excelência houver por bem adotar para manutenção da ordem pública".[144]

Na república, segundo relatório do Dops, foram apreendidos livros, revistas, folhetos e jornais que abordavam o marxismo, com destaque feito no documento pelos próprios agentes para, por exemplo, "um cartaz com o título em vermelho 'GUERRILHA JÁ'".[145] Ademais, José Olavo Leite estava com uma arma quando foi preso. Segundo o próprio, o revólver era de seu pai e foi levado à faculdade com o objetivo de defender a ocupação em caso de ataques do CCC.[146]

Porém, as autoridades repressoras estavam em busca dos responsáveis pelo ataque ao Quartel General do II Exército, ocorrido em 26 de junho – mesma data da Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. De fato, a ação foi executada pela Organização, após "desafio" do comandante do II Exército, Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, publicado na primeira página do *Estadão*. Referindo-se à expropriação de armas no Hospital Militar do Cambuci, ele declarou: "isso não tem importância. Não houve por parte do inimigo nenhum ato de heroísmo em entrar num hospital e roubar minhas armas. Agora, desafio que façam isso em meus quartéis".[147] Foi planejado, então, um ataque com dinamites, conforme relatou Wilson Fava:

> E aí o pessoal de origem militar da VPR, tinha muitos que tinha curso de explosivo: "Oh, nós temos aqui uma quantidade de dinamite, vamos encher esse carro de dinamite e vamos jogar lá". (...) Eu participei dessa ação, eu que dirigi o carro, eu que pulei, saltei do carro em movimento e o carro foi lá e caiu naquela valeta que eles tinham feito assim pra, como forma... De defesa deles.[148]

Tudo teria saído como planejado pelos militantes, se não fosse por uma fatalidade. Embora, segundo Fava, o veículo estivesse com um aviso para que pessoas não se aproximassem, o soldado Mário Kozel Filho foi averiguar e, no momento da explosão, foi morto. Seu falecimento teve muita repercussão nos veículos de mídia e serviu como importante propaganda do regime ditatorial contra a luta armada: como afirmou o historiador Marcos

[144] ANDRADE, Silvio Corrêa de. Ofício n° 326/68-GAB. São Paulo, 24 jun. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fls. 5, p. 35.
[145] DOPS. Auto de busca e apreensão. São Paulo, 28 jun. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, vol. 1, 1969, fls. 23-24, p. 51-53.
[146] RIBEIRO, 2020, op. cit.
[147] EXÉRCITO aceita desafio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1968, capa.
[148] FAVA, 2022, op. cit.

Napolitano, "com a morte de Mário Kozel, a ditadura tinha o seu jovem soldado-mártir para exibir à sociedade".[149]

No documento de denúncia que abre o IPM contra Silvério Soares e outros, o procurador proclamou: "quando todo o País sentia-se estremecido com a violência dos atos de terrorismo, especialmente a morte do Soldado do Exercito Mário Kozel Filho, (...) foi determinado fosse feita [no apartamento da Consolação] 'busca e apreensão de material considerado subversivo, inclusive a apreensão de um plano especifico de subversão da ordem politica em poder de um dos envolvidos".[150] O falecimento do sentinela contribuiu para a visão, entre as autoridades militares, da existência de um "plano geral de subversão": o comandante do quartel general atacado afirmou haver uma "'vanguarda comunista desejosa de tomar o poder pela força' que não tem 'nada a ver com os verdadeiros estudantes', fato que, para ele, justifica a tomada de medidas de exceção".[151]

Acreditando que o grupo detido no apartamento da Consolação se enquadrava na categoria dos "falsos estudantes" – ou seja, tinham objetivos doutrinários ocultos –, os agentes do Dops torturaram alguns dos presos. Silvério Soares recordou que foi vítima de violências físicas, como tapas e pontapés, além de choques elétricos. Outros relataram terem sido confinados em solitárias. A respeito de Iara, não se pode saber com precisão; Silvério se lembrou de ela ter compartilhado que sofreu violência psicológica.[152]

O alvo principal, conforme evidenciam os relatos dos outros presos e o próprio processo, era Silvério; isso devido às fotografias tiradas dele enquanto atacava a agência do Citibank, na manifestação do dia 24. Durante seu interrogatório, ele foi perguntado sobre o ataque ao QG do II Exército e a resposta que consta como sua no documento é a seguinte: "soube do atentado através da leitura dos jornais e os comentários ouvidos entre estudantes é de que o mesmo teria sido efetivado por algum grupo terrorista".[153]

No documento de interrogatório de Iara, por sua vez, as perguntas parecem ter sido conduzidas de forma mais amena. Como motivo para estar no apartamento, ela teria afirmado que foi para acompanhar Silvério enquanto este "se alimentava". Ao ser perguntada sobre

[149] NAPOLITANO, Marcos. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 124. Para o IPM sobre o caso, cf. STM. *Autos findos 1.042*, São Paulo, 7 volumes, 1 apenso, 1979.
[150] Este último era um documento manuscrito, de autoria provável de Luciano Coutinho, intitulado *Proposição e plano de trabalho* e anexado ao processo. QUEIROZ, Oscar do Prado. [Denúncia ao] Exmo. Snr. Dr. Juiz Auditor da 1ª. Auditoria da 1ª. Região Militar, São Paulo, 11 fev. 1969. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, vol. 1, 1969, fls. 2-11, p. 7-25.
[151] VALLE, 2016, op. cit., p. 131.
[152] FERREIRA, 2020, op. cit.
[153] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Silvério Soares Ferreira. São Paulo, 28 jun. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, vol. 1, 1969, fls. 30-32, p. 65-69.

marxismo, ela teria dito que "embora não o adote, mesmo porque não o conheça a fundo, já teve oportunidade de estudá-lo". Quando o tema foi o ataque ao quartel general, ela declarou que tomou conhecimento através dos jornais e que:

> (...) tem certeza da ausência de estudantes no mencionado atentado, pois acha ter sido obra de terroristas profissionais; acha a situação um tanto confusa e por isso acredita que as autoridades misturaram estudantes com terroristas; uma coisa nada tem a ver com a outra; quanto aos furtos de dinamite das pedreiras e armas de quarteis, acredita também ser obra de terroristas e não dos estudantes; acredita não existir estudantes terroristas (...).[154]

Como fica evidente, Iara respondeu de forma totalmente alinhada à visão do governo, utilizando inclusive o termo "terroristas". Ela muito provavelmente sabia que havia estudantes envolvidos com a luta armada e, embora houvesse o compartimento das atividades dentro da Organização para segurança dos militantes, pessoas muito próximas a ela participaram da ação do Hospital Militar, como, por exemplo, seu irmão Samuel Iavelberg.

Em entrevista, ele afirmou que foi depois desta ação específica que sua mãe tomou conhecimento de seu engajamento com grupos radicalizados. Após um dos militantes ter esquecido um capacete militar em seu carro – usado no disfarce para adentrar o hospital –, ele o teria escondido embaixo de sua cama: "minha mãe, por coincidência, viu esse capacete e dois dias depois estava nos jornais que tinha tido aquela ação de assalto de armas. Aí [ela] pegou na hora".[155] Além de Iara e Samuel serem muito próximos, Eva também fazia confidências à filha – e provavelmente deve ter comentado com ela o episódio do capacete.

Outro fator interessante são as memórias de Eduardo Kugelmas, na época professor de Sociologia da FFCL, com quem Iara teve um namoro em 1968. Em interrogatório, ele teria afirmado:

> Através de discussões políticas (ocorreram duas ou três), Iara Iavelberg tentava convencer o depoente da validade das teses da Conferência de OLAS[156] e dos objetivos do livro *Revolução da Revolução* [sic] de autoria de Régis Debray. No decorrer dessas discussões, o depoente pôde observar que sempre que [rasurado] assunto para o campo teórico, abordando os problemas sociopolítico [e] econômicos em Cuba em relação ao Brasil, percebia que a militante em foco demonstrava pouco interesse por esses tipos de problemas, *mostrando maior disposição para a discussão sobre a ação militarista imediata*. Esclarece o depoente referindo-se à personalidade de Iara Iavelberg, que *havia uma verdadeira volúpia de ação armada nas suas convicções ideológicas*. Apesar de todo o esforço dispendido por aquela militante no sentido de convencer o depoente a ingressar na organização, este último procurou sempre deixar claro não pretender participar mais efetivamente de quaisquer

[154] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Iara Iavelberg. São Paulo, 1 jul. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fls. 57-58, p. 119-122.
[155] IAVELBERG, Samuel. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 57'31". Acervo VIDECOM.
[156] Cf. GONZÁLEZ, Patrícia Calvo. La Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS) a través del boletín de información de su comité organizador (1966-1967). *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, Santiago, v. 22, n. 1, jan./jun. 2018.

> atividades de ações armadas, porém mostrou-se disposto a lhe prestar ajuda, caso houvesse necessidade.[157]

Pode-se pensar que Eduardo utilizou estes termos por estar em um interrogatório conduzido pela repressão; no entanto, ele apresentou um discurso similar em entrevista, nos anos 1980: "eu discordava muito, e era considerado um 'menchevique', achava Brasil diferente de Cuba. Era um opositor moderado daquela fortíssima hegemonia da luta armada, cubanização da leitura do Debray".[158]

Assim, pode-se interpretar a resposta de Iara aos agentes do Dops de que o movimento estudantil e o "terrorismo" seriam duas coisas completamente diferentes, como uma tentativa de despistar a repressão, ao menos daquele grupo. No mais, Iara se fez de desentendida a respeito de outros fatores dos quais ela tinha pleno conhecimento, como o próprio movimento estudantil. Ao ser questionada sobre as mobilizações dos universitários, especificamente da atuação da UEE, "respondeu que não faz parte dessas entidades estudantis, porquanto não sendo ela estudante, porque já formada, como acima expôs, não tem mais vinculação". Além disso, ao tratar sobre depredações e o uso de armas pelos alunos, "respondeu que os rapazes iriam se defender tão somente no caso de repressão", acrescentando ainda que, no caso de possível invasão à ocupação da FFCL pela polícia, "tem ciência de que não haveria resistência se tal acontecesse, mas que, todavia, haveria tal resistência se essa tomada fosse tentada pelo 'CCC', desde que a polícia se identificasse".[159]

Essa "tranquilidade" de Iara foi observada por outros presos. Silvério se recordou que ela enviava bilhetes carinhosos através dos carcereiros.[160] Lea Ester Colombo, na época estudante de Direito que fora presa no mesmo dia, lembra: "lembro do carcereiro... Conversava muito, era super gentil... Parecia que nos protegia".[161] Luciano Coutinho rememorou que, quando voltou para sua solitária, após uma sessão de interrogatório, abalado emocionalmente, ouviu a voz de Iara vinda da cela vizinha: "Luciano, é a Iara, se acalme...".[162]

De acordo com as memórias da irmã Rosa, Iara também teria ficado em uma solitária: "ela foi presa uma vez e esteve em solitária. Aí ela teve a presença de [pedir um jornal], dizer

---

[157] APESP. *Declarações que presta Eduardo Kugelmas*, 6 jan. 1968. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-15.875, grifos meus.
[158] KUGELMAS, s.d., op. cit.
[159] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Iara Iavelberg. São Paulo, 1 jul. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fls. 57-58, p. 119-122.
[160] FERREIRA, s.d., op. cit.
[161] COLOMBO, Lea Ester. [Relato sobre Iara Iavelberg]. WhatsApp, 19 out. 2022. 18h26. 1 mensagem de WhatsApp.
[162] COUTINHO, Luciano Galvão. Assunto do e-mail: Pesquisa - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 9 jan. 2022.

que estava com falta de ar – ela tinha mesmo bronquite. Então ela inventava esse tipo de história".[163] Lea Ester não se recordou se Iara havia sido enviada para uma solitária, mas lembrou de ter ficado presa junto com ela em uma cela improvisada para as mulheres: "Era um banheiro, com mais três mulheres. (...) Acho que estavam ocupadas e não tinham celas femininas".[164]

Alguns amigos lembram que, depois de ter sido solta, Iara contava "anedotas" do período em que esteve detida. Maria Lygia Quartim contou, em meio a gargalhadas:

> Eu me lembro também dela contando... Da prisão, que quando souberam que era psicóloga, não sei se alguém já te contou isso... [risos] (...). Fazia uma fila de, enfim, delegados, querendo [risos] contar os seus problemas... Querendo um amparo psicológico. Eu ri muito com essa história. O jeito que ela contava era muito engraçado. "Pô, olha, até que eu podia abrir lá uma banca" e tal.[165]

De fato, a partir da análise do processo, fica perceptível que os agentes não demonstravam considerá-la peça fundamental dos delitos investigados. Ela só foi citada em um dos interrogatórios, dentre os outros sete presos. Ademais, a data do auto de qualificação e interrogatório demonstra que a elaboração desse documento de Iara não pareceu tão urgente: enquanto os outros presos têm documentos datados de 28 de junho, o dia da prisão, o de Iara é de 1° de julho, um dia antes de serem todos liberados. Ainda assim, destaco que os interrogatórios com as mulheres não eram mais tranquilos. Lea Ester recordou: "a pressão dos interrogatórios era exaustiva (...). O delegado esmurrava a mesa toda vez!".[166]

A condição de "namorada" – aliada à condição de "professora", analisada mais à frente – era, então, utilizada tanto por Iara, em benefício próprio, quanto pela repressão. Silvério recordou de o delegado Bonchristiano utilizar o namoro para intimidá-lo e fazê-lo responder às perguntas: "comigo, ele tinha uma pinimba[167], dizia, com ironia, 'ô, galã', porque ele sabia que eu namorava ela".[168] Como, na visão patriarcal, as mulheres não poderiam oferecer perigo, por não serem afeitas à política e por serem consideradas frágeis, o envolvimento de Iara foi facilmente descartado.

---

[163] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[164] COLOMBO, Lea Ester. [Relato sobre Iara Iavelberg]. WhatsApp, 19 out. 2022. 15h27. 1 mensagem de WhatsApp.
[165] MORAES, 2022, op. cit.
[166] COLOMBO, Lea Ester. [Relato sobre Iara Iavelberg]. WhatsApp, 19 out. 2022. 15h59. 1 mensagem de WhatsApp.
[167] De acordo com o Dicionário Online de Português, pinimba significa "sentimento de implicância, de má vontade, em relação a alguém". Cf. PINIMBA. In: Dicionário Online de Língua Portuguesa, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3RL9LQq. Acesso em: 6 out. 2022.
[168] FERREIRA, s.d., op. cit.

Nesse sentido, o conceito de "jogos de gênero", do historiador francês Luc Capdevila, se mostra fundamental para compreendermos a postura de Iara na prisão, e de outras mulheres neste mesmo período. Situações extremas e autoritárias, como contextos de guerra ou ditaduras, levam a uma "confusão de gênero", permitindo um afrouxamento da ideia de que os homens dominam o espaço público, enquanto as mulheres devem ficar confinadas no espaço privado.[169]

No entanto, para que essa dinâmica de "troca" ocorra e que o engajamento político feminino seja eficaz, as mulheres fazem uma "instrumentalização" dos seus papéis de gênero, utilizando-se de certos estereótipos femininos para ocultar suas atuações. Ao mobilizar preceitos "femininos" de família, cuidado, sentimentos, as mulheres conseguiam afastar acusações de que estariam praticando atos subversivos – no caso específico de Iara, a imagem de "apenas namorada" e "professora" a tornou inimputável na ótica dos agentes de segurança. A justificativa pode ser a seguinte: "a repressão continuou a ser menos severa [com as mulheres], uma vez que continuava a ser de gênero. As autoridades, presas nos seus próprios padrões mentais, embora percebessem estes movimentos [femininos] como uma corrente de protesto, continuaram a ver as manifestantes através do prisma da ideologia doméstica".[170]

Os padrões mentais eram tamanhos, que os repressores, ao tomarem conhecimento de uma mulher que era comprovadamente "subversiva", pareciam acreditar que ela seria a única. No caso deste período, em São Paulo, esta mulher era Catarina Meloni, líder estudantil da UEE.

No interrogatório com Ronaldo Rocha Vecchia, este teria afirmado: "a namorada de Silvério faz cerca de um mês que o conhece; que igualmente Ana Matilde, também há cerca de um mês, namorada Fernando [Sampaio]; tanto Ana Matilde como Iara Iavelberg, namorada de Silvério, frequentavam o apartamento de Fernando".[171] Embora não tenha sido explicitada a pergunta que o fez dar essa declaração, é possível que tenha sido a respeito das mulheres que frequentavam o apartamento – muito provavelmente em busca de Catarina Meloni. Ao serem coletados depoimentos de testemunhas, como o zelador e funcionários do edifício, a foto de Catarina era mostrada em busca de reconhecimento – esta foto foi inclusive anexada aos autos do processo.[172] Isso ocorreu apesar de não haver nenhuma ligação ideológica que conectasse o grupo preso com Meloni – ao contrário, eles possuíam posições opostas.

---

[169] CAPDEVILA, Luc. Resistência civil e jogos de gênero: França, Alemanha, Bolívia, Argentina (Segunda Guerra Mundial - anos 1970-1980). Tradução de Sofia Rocco Stainsack Rocha. Revisão de Joana Maria Pedro. *Bilros*, Fortaleza, v. 9, n. 19, jul.-dez. 2021.
[170] Ibid., p. 182.
[171] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Ronaldo Rocha Vecchia. São Paulo, 29 jun. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fl. 21, p. 47.
[172] STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fls. 53-55, p. 111-115.

Especificamente Antenor Custódio da Silveira, o zelador, reconheceu Silvério entre as outras fotografias mostradas, declarando:

> O depoente reconhece nas fotografias (...) o jovem Silvério Soares Ferreira, estudante e assíduo frequentador do apartamento dos rapazes já mencionados; nessas visitas, Silvério se fazia acompanhar de uma jovem loura de nome Yara, não sabendo a sua profissão, valendo adiantar que Silvério dissera-lhe que a moça é sua namorada.[173]

A repercussão das prisões foi grande no movimento estudantil, sobretudo considerando a ocupação das faculdades da USP e que outros grupos de universitários estavam sendo detidos nos arredores naquele período. Logo no dia 29, o *Estadão* noticiou o ocorrido, citando os nomes dos sete estudantes e de Iara: "foi também presa a assistente de Psicologia, Yara Yadeberg [sic]". No entanto, o jornal destaca: "o DOPS negou-se a revelar a identidade dos estudantes, sendo seus nomes fornecidos por seus colegas".[174]

A *Folha* só publicou no dia 30, após pronunciamento de algumas entidades estudantis. José Dirceu, presidente da UEE, declarou: "se nossos colegas continuarem sendo presos, torturados, espancados, seviciados, queimados e inquiridos com 'métodos psicológicos', nós, os estudantes de São Paulo, prenderemos agentes do DOPS, da Polícia Federal e do SNI".

No mesmo sentido, Edson Soares, vice-presidente da UNE, afirmou: "se as prisões continuarem (...) nós tomaremos duas atitudes: uma manifestação localizada, com a participação dos outros setores da população (...). E uma segunda atitude, prenderemos os policiais infiltrados no movimento estudantil".[175]

Após um breve resumo da prisão de cerca de 15 estudantes até o dia 27, o jornal trata das prisões do dia 28. Ao tratar de Iara, apontou: "a professora assistente do curso de Psicologia, Yara Yaverberg [sic], também foi presa".[176] Em outra parte da página consta o subtítulo *Professora presa*: "alunos do Departamento de Psicologia Social e Experimental do Curso de Psicologia da USP protestaram ontem à noite, através de abaixo-assinado, contra a prisão feita na sexta-feira à noite, da professora Iara Uavelberg, instrutora voluntária do Departamento".[177]

O professor César Ades se recordou de uma assembleia cujo objetivo era discutir o currículo de Psicologia, na qual o abaixo-assinado mencionado pelo periódico foi elaborado:

---

[173] DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Assentada. São Paulo, 2 ago. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fls. 76-77, p. 157-159.
[174] ESTUDANTES são suspeitos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1968, p. 14.
[175] UEE ameaça adotar represalias contra novas prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 1968, p. 10.
Em São Paulo, os estudantes cumpriram a promessa de deter policiais infiltrados, como foi o caso de Heloísa Helena Magalhães e alguns integrantes do CCC, estes últimos detidos na ocupação da USP após a Batalha da Maria Antônia. Cf. WEGNER, 2021, op. cit.
[176] UEE ameaça adotar represalias contra novas prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 1968, p. 10.
[177] Idem.

> Numa dessas assembleias, no prédio da História, se passou um abaixo-assinado dizendo que Iara tinha sido presa e se pedia informações sobre o porquê, como. Lembro que a reação foi todo mundo assinar. Houve gente que disse "não, e se de repente ela roubou supermercado?" – colegas de escola. "Não dá pra se manifestar sem saber qual o crime". Foi surrealista. Era o pessoal conservador. Houve um pessoal na faculdade que tinha muito medo. De direita e muito medo. Isso provocou grande celeuma. Muitos colegas ficaram traumatizados em ver aluno na mesa e professor pedindo palavra. Eurípedes era diretor e tomou algumas medidas em relação ao abaixo-assinado.[178]

Não foram encontradas outras fontes que pudessem adicionar mais elementos a estas memórias. Através apenas da transcrição da entrevista de Ades feita por Judith Patarra, não foi possível compreender o que ele quis dizer a respeito da intervenção do professor Eurípedes Simões de Paula, então diretor da FFCL – se foi no sentindo de incentivar ou barrar a circulação do abaixo-assinado. Nas outras entrevistas feitas com docentes da Psicologia, não aparece nenhuma menção à mobilização.

Após ter encontrado as referências sobre o protesto nos jornais, além da fala de César Ades, perguntei a Elias sobre este episódio – que ele não tinha citado na entrevista que concedeu a mim, tampouco na que deu à jornalista –, ao que ele afirmou que participou da reunião, limitando-se a comentar: "nunca imaginaria que alguém pensasse que a Iara teria roubado um supermercado no clima que havia naquela época".[179] Ainda que muitos dos professores fossem ativos politicamente na Faculdade de Filosofia, dentro da Psicologia, esse engajamento não apenas era incomum, como malvisto. A própria Iara sofria um certo boicote por sua atuação política – e isso poderia piorar após a notícia da prisão.

A repercussão nos jornais deixou apreensivo Rodolfo Nanni, cineasta então com 44 anos, que tinha acabado de ter um envolvimento com Iara. Os dois se conheceram através da amiga em comum Mary Jane Spink, estudante de Psicologia.[180] Uma das fotos mais famosas de Iara foi feita por ele (Figura 41).

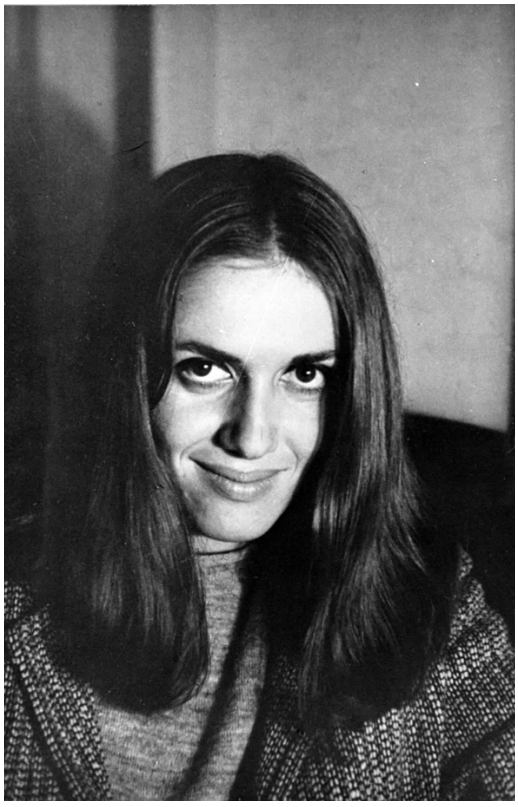
Rodolfo ficou algum tempo sem notícias de Iara: "ela ficou de telefonar, não telefonava, ficou um vácuo, comecei a ir ao apartamento dela, tocava, batia na porta, ninguém respondia. Depois, eu soube que ela estava presa".[181] Ele atuava como um dos curadores, de forma voluntária, junto ao Governo do Estado de São Paulo, para formação da coleção artística do Palácio dos Bandeirantes. A partir disso, conheceu o governador Abreu Sodré e Hely Lopes Meirelles, o secretário de Segurança Pública:

---

[178] ADES, s.d., op. cit.
[179] BARROS, Elias da Rocha. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 5 out. 2022.
[180] SPINK, Mary Jane Paris. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[181] NANNI, Rodolfo. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

> Eu estava com uma hepatite em casa. Quando li no jornal, fiquei muito chocado (...). Procurei na lista, era um domingo, telefonei para a casa do Hely, disse que era um absurdo, precisava soltar, sem sentido (...). Fiz na ingenuidade, como alguém que defende um amigo. Ele disse que ia verificar. Não sei se isso influiu.[182]

Figura 38: Iara Iavelberg, em 1968



Fonte: Rodolfo Nanni, acervo de Samuel Iavelberg

Não foi possível apurar se a ligação de Rodolfo influenciou para a soltura de Iara e seu grupo. No entanto, não advinha apenas dele e do grupo de Psicologia a pressão para que os estudantes e a professora fossem colocados em liberdade. O movimento estudantil organizou, no dia 1° julho, comícios relâmpago e panfletagens pelo Centro de São Paulo, reivindicando a libertação dos economistas, Iara e dos outros estudantes detidos – de acordo com dados da UEE, passavam de 20 naquela data.[183] José Dirceu entregou um manifesto da entidade, no qual os universitários afirmavam: "20 colegas nossos estão presos,[184] e quando os estudantes do Brasil

[182] Idem.
[183] FACULDADES de SP ainda continuam ocupadas e estudantes voltam à rua. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 jul. 1968, p. 12.
[184] Segundo o informe, além de Iara e os presos do apartamento da Consolação, estariam "João Carlos Figueirôa, das Ciências Sociais; de Direito do Mackenzie, Lea Esther Colombo, Renato Martinelli, Agostinho Torde Lizeo; da Escola de Sociologia Política, Clóvis Arruda Campos, Marcio Leite Toledo, Juan Cabezas, José Carlos Bedolo e mais seis secundaristas". Cf. FACULDADES de SP ainda continuam ocupadas e estudantes voltam à rua. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 jul. 1968, p. 12.

inteiro saem às ruas, são reprimidos e mortos pela polícia da ditadura. As passeatas de São Paulo não foram reprimidas, estudantes paulistas não foram mortos, mas estão sendo presos todos os dias em suas casas, nas portas de suas escolas".[185] Uma grande manifestação estava sendo organizada para o dia 3.

Ana Matilde Tenório Motta, na época namorada de Fernando Sampaio, conta que após a prisão do grupo, ela e a então namorada de Luciano Coutinho foram pedir ajuda a João Quartim, com o objetivo de contratar uma advogada, Annina Alcântara de Carvalho.[186] No entanto, o requerimento por ela elaborado não foi anexado ao processo, estando apenas no prontuário de Iara do Dops.[187]

O requerimento de *habeas corpus* de fato utilizado como válido foi feito por Maria Aparecida de Faria Pacheco – que, de acordo com sua ficha no Dops, formou-se pela Faculdade de Direito da USP em 1946, tendo atuação política ligada ao PCB durante a década de 1950.[188] Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, José Dalmo Ribeiro Ribas afirmou que Maria Aparecida, conhecida como "Pachequinho", era advogada do Grêmio da FFCL.[189]

Em documento datado de 30 de junho, Maria Aparecida alegou que os detidos "encontram-se arbitrariamente recolhidos àquela dependência policial, privados da sua liberdade de ir e vir, sofrendo toda sorte de vexames como se fossem delinquentes e, ainda mais, ameaçados em sua integridade física e mental".[190] Apesar disso, a liberação viria apenas no dia 2 de julho, depois de quatro dias presos.

Segundo as memórias de Silvério, todos foram soltos à noite, mas individualmente: "me botaram num camburão e me largaram na boca do lixo, na Duque de Caxias, à noite. Peguei um táxi e fui para a [Rua Dr.] Vila Nova, ocupada pelos alunos da Filosofia e Economia".[191] Ele recordou que Iara também foi até lá, talvez para evitar seu apartamento, do qual ela tinha dado

[185] Idem.
[186] MOTTA, 2022, op. cit.
[187] ROSSI, João Baptista Prado. Petição de Annina Alcântara de Carvalho e Olavo de Menezes Tavares. São Paulo, 2 jul. 1968. In: APESP. *Prontuário - Iara Iavelberg,* s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Prontuário n° 104.850.
[188] APESP. *Ficha - Maria Aparecida Faria Pacheco*, s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, Departamento de Comunicação Social, DCSP00045.
[189] O depoimento é sobre seu irmão, Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, assassinado durante a Guerrilha do Araguaia. SÃO PAULO. *Ata de reunião da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.* São Paulo, 12 abr. 2013, p. 72. Disponível em: https://bit.ly/3CIDxRx. Acesso em: 9 out. 2022.
[190] PACHECO, Maria Aparecida de Faria. Requerimento de habeas-corpus para José Maria Arbex, Luciano Galvão Coutinho, Ronaldo Vechi, Silvério Reis, Livia Henrique e Yara Falkenberg. São Paulo, 30 jun. 1968. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, v. 1, 1969, fl. 61, p. 127-128.
[191] FERREIRA, s.d., op. cit.

o endereço à repressão. Através de outro estudante, João Quartim foi comunicado e se deslocou para o prédio da Filosofia para buscá-los:

> Então subi, tinha uns dois caras comigo, para buscá-los e levá-los para algum lugar. Saíram da prisão e foram postos ali. Eles se refugiaram na Maria Antônia ocupada, lá em cima. E eu já sabia que ela estava de namoro com ele. (...) Aí subi, entrei no corredor. Estavam lá, deitados. Embrulhados, deprimidos, como quem sai da prisão. Uns três, quatro, tudo garotada, eu conhecia. E a Iara. Eu peguei eles, mal cumprimentei a Iara e fui embora.[192]

Embora Quartim não tenha sido claro a respeito do destino de Iara, ela, por determinação da organização e do próprio João, também foi deslocada para um "aparelho" – nome dado pelos militantes a apartamentos ou casas usados para abrigar pessoas em condição de clandestinidade, sediar reuniões, armazenar objetos, documentos, armas etc.

Antes disso, no dia 3, data marcada para a manifestação pela libertação dos presos, os jornais publicavam que não havia mais ninguém detido, através de um comunicado oficial da Secretaria de Segurança Pública:

> Visando esclarecer a opinião publica e evitar explorações contra a polícia, este gabinete informa que nenhum estudante encontra-se detido, pois já foram todos liberados (...). Sabedora de que os grupos subversivos pretendiam atribuir à polícia a prática de sevícia e raspagem de cabelos dos detidos, foram tomadas todas as medidas acauteladoras pela polícia, sendo examinados, filmados e fotografados todos os indiciados, à sua saída.[193]

Ficou evidente que as alegações de tortura no Dops estavam tendo relativo impacto, dado que a secretaria achou por bem se pronunciar. Apesar de terem negado práticas violentas, os relatos dos presos expressam o contrário. Sabe-se que a prática de tortura no Brasil não foi uma invenção da ditadura civil-militar; ao contrário: "a tortura vitimou e segue vitimando indígenas, negros, moradores de rua, internos de hospitais manicomiais, presos ditos 'comuns' e pobres em geral. Suas bases são anteriores ao período ditatorial: a tortura na verdade é um elemento perene na história do país".[194] Ademais, também não foi executada apenas após o AI-5: imediatamente após o golpe de 1964, essa "tática" foi adotada para reprimir as "forças de esquerda que tinham conduzido as lutas sociais do governo Goulart". A partir de 1966, o alvo foi transferido para os estudantes, que conduziam as manifestações mais importantes contra o governo ditatorial.[195]

---

[192] MORAES, s.d., op. cit.
[193] NOTA da segurança: todos os estudantes já foram liberados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 1968, p. 3.
[194] SCHULTZ, Sabrina. *Terrorismo de Estado:* a tortura como uma das formas de sua expressão. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 29.
[195] SCHWARCZ, Lília M.; STERLING, Heloísa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 631.

É fato que o AI-5, em termos infraestruturais, dotou os órgãos de segurança de maior capacidade de informação, espionagem e prisão – o que, indiretamente, permitiu que a tortura fosse "institucionalizada" como prática de repressão. O que houve foi um "penoso processo de evolução e involução demoradas que correspondeu à montagem, ao apogeu e à decadência de um complexo e poderoso sistema nacional de segurança e informações. Tal sistema somente se consolidou entre 1969 e 1970, mais de cinco anos depois do golpe".[196] Minha hipótese é que, pelos atos violentos terem sido perpetrados antes da aprovação do AI-5 e total consolidação do sistema repressivo, os presos do grupo de Iara tenham receio em afirmar categoricamente que foram torturados. Mas não há espaço para dúvidas de que foram.

Figura 39: Fotografia de Iara Iavelberg durante período em que esteve presa no Dops-SP (1968)

Fonte: Arquivo STM[197]

Mesmo com toda a repercussão midiática e no movimento estudantil, a família Iavelberg em si tem poucas memórias deste episódio da vida de Iara. Na entrevista concedida por Eva e David, seus pais, há uma única e rápida menção: "soubemos que Iara foi presa em junho de 1968. Soltaram logo [disse David]. Não fizemos nada. Acho que não chegamos a saber quando aconteceu".[198] Dentre os irmãos, somente Rosa mencionou o episódio, citado anteriormente. Nenhum detalhe mais foi dado pela irmã.

[196] FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, p. 18.
[197] STM. *Autos Findos 90*. Bahia, 1975, vol. 1, fl. 90, p. 199.
[198] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

Diante da falta de mais informações, perguntei diretamente a Samuel, por mensagem de texto, que confirmou não se lembrar da ocasião. Raul Iavelberg, a princípio, respondeu que também não se lembrava; mas, após o envio de alguns documentos, como os registros de prisão e soltura, afirmou: "lembrei vagamente desta história; ela me disse que foi ao apartamento do Silvério e por isso foi presa. Como ela já estava morando na Maria Antônia, acho que os velhos não perceberam nada de estranho".[199]

Mais uma vez, a falta de lembranças pode estar associada ao trauma. A família já havia passado por outra prisão repentina e com indícios de perpetração de violência: em novembro de 1965, Samuel Iavelberg foi preso por conta de panfletos impressos na gráfica do Grêmio da FFCL, pelos quais ele foi responsabilizado.[200] Raul recordou:

> (...) ele foi preso e ele foi torturado. Ele apanhou. Eu acho que no fundo, até onde eu sei, ele também nunca falou muito sobre isso, ele voltou diferente, minha mãe falou "ele tá diferente". Ele apanhou, sabe aquele telefone?[201] Coloca no ouvido? Ele quase ficou mudo, teve problemas de audição um tempo, tal. Não sei o quanto que ele apanhou, naquela época a gente não comentava, depois não perguntei para ele, depois, é um assunto desagradável. Então esse foi o primeiro choque que a gente teve com repressão assim direta na família, que foi quando o meu irmão foi preso e apanhou.[202]

Também Rosa compartilhou recordações sobre a reação de Iara à prisão de Samuel: "lembro dela muito preocupada com a prisão do meu irmão, chorando, muito nervosa, ela sabia o que ia acontecer com ele. Ele tinha 17 anos, era menor, por isso não pôde ficar preso, levou telefone, chegou muito tarde em casa".[203] Repete-se, então, o relato de que Samuel fora torturado. Por ter lidado com esse primeiro choque com a repressão, conforme classificou Raul, a prisão de Iara em uma época em que a possibilidade de tortura parecia ainda mais real – tendo sido esta denunciada nas ruas, nos protestos estudantis, sendo diretamente associada a ela –, a família Iavelberg pode ter esquecido do episódio de Iara. O trauma "não apenas imobiliza a ação, mas impede a lembrança (da vítima) e desestrutura uma narrativa que dê acesso aos outros, aos que não viveram a ação traumatizante, a uma determinada verdade sobre o passado".[204]

---

[199] IAVELBERG, Samuel. [Mensagem de Raul Iavelberg encaminhada]. WhatsApp, 27 set. 2022. 21h07. 1 mensagem de WhatsApp.
[200] Cf. STM. *Autos findos 234*, São Paulo, 1 volume, 1965.
[201] "Vários tipos de agressões físicas eram combinados às outras formas de tortura. Um dos mais cruéis era o popular 'telefone'. Com as duas mãos em forma de concha, o torturador dava tapas ao mesmo tempo contra os dois ouvidos do preso. A técnica era tão brutal que podia romper os tímpanos do acusado e provocar surdez permanente". NAVARO, Roberto. Quais foram as torturas utilizadas na época da ditadura militar no Brasil? *Superinteressante*, 18 abr. 2011. Disponível em: https://bit.ly/3MChcJ3. Acesso em: 11 out. 2022.
[202] IAVELBERG, R., 2020, op. cit.
[203] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[204] NAPOLITANO, 2020, op. cit., p. 31.

Claro que a isso podem ser adicionados alguns elementos definidos pela própria Iara a respeito do que queria que seus familiares soubessem. Como Raul ressaltou mais recentemente, aliado ao que os próprios pais depuseram, é provável que ela tenha conseguido disfarçar a prisão de seus familiares, na medida em que não morava mais com eles. Isso pode ter ocorrido como forma de evitar a preocupação, mas também para ocultar certos elementos da militância na Organização. Conforme mencionado anteriormente, sabe-se que o grupo determinou que Iara não voltasse mais ao seu apartamento na Maria Antônia, por estar em um local de notável agitação política e estudantil – a faculdade se encontrava ocupada e a rua interditada pelos universitários nos momentos de prisão e soltura de Iara. De acordo com Eva, "Iara explicou que ia sair da Maria Antônia, (...) porque aqui estavam muito visados. A rua estava fechada, cercada. Quem morava podia subir, mas ela tinha medo".[205]

Antes, no entanto, a Organização imediatamente a deslocou para um aparelho. Lá, ela encontrou Ana Matilde, namorada de Fernando Mesquita – que havia sido preso junto com Iara. Ana Matilde relatou que, após a prisão do namorado, foi demitida do trabalho por seu envolvimento com o movimento estudantil e sua casa passou a ser vigiada. Isso provavelmente aconteceu porque seu nome, como vimos nos documentos acima discutidos, passou a ser conhecido pela repressão. Por esse motivo, ela procurou refúgio na Faculdade de Filosofia e logo foi retirada pela Organização e enviada à casa de "um militante e sua mulher": "eu só sei que saí da Faculdade de Filosofia, junto com um companheiro que estava me levando, e num determinado ponto não vi mais nada e entrei num apartamento, né, numa casa, e ali eu encontrei a Iara".[206]

Embora Ana Matilde não saiba até os dias atuais dar mais informações sobre a localização ou os donos da casa, minha hipótese é que se tratasse de Damaris e Antônio Raymundo Lucena, oriundos do PCB, do qual se afastaram após o golpe.[207] Já na VPR, em 1968, de acordo com entrevista dada a um jornalista, Damaris relatou que o casal dava apoio logístico: "eles confiavam muito na gente. A casa da [Rua] Lima e Silva era um aparelho da Organização. (...) Guardávamos tudo o que a Organização tinha: armas, fardas, livros, papelada interna, dinheiro, companheiros perseguidos e clandestinos".[208] Valdir Sarapu, também militante da VPR, recordou que a mudança de Iara – de seu apartamento para o local

[205] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[206] MOTTA, 2022, op. cit.
[207] Sobre Damaris Lucena, cf. MOREIRA, Jéssica. É Mãe d'Água levando esperança pra lá do rio. In: BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (orgs.). *Heroínas desta história*: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura. São Paulo: Autêntica, 2020.
[208] CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 46-47.

"definitivo" para onde fora após o aparelho – foi feita com um automóvel do aparelho de Antônio.[209]

A despeito da confirmação desse dado, Ana Matilde relatou que o cotidiano das duas na moradia provisória era, apesar de todo o clima de repressão, simples:

> A gente conversava sobre o que tinha acontecido, ela falava muito do envolvimento dela com o Silvério, por exemplo. Eu falava do meu envolvimento com o Fernando, nós ouvíamos disco (...). Nós ficamos sozinhas nós duas na casa, né, o dia inteiro, porque o pessoal saía para trabalhar, e a gente conversava. A gente conversava sobre as coisas da época, os interesses nossos, um pouco sobre política, mas eu não tenho uma lembrança assim muito grande...[210]

O tempo de estadia teria sido curto, por volta de uma semana, mais ou menos. Tratando de sua própria experiência posterior a esse período, Ana Matilde compartilhou: "eu saí de lá já para começar a me organizar pra fazer uma coisa diferente".[211] Transparecendo que o "diferente" significava "mais sério", a ex-companheira de aparelho, mesmo sem saber, resumiu também a trajetória de Iara. Ela não pôde mais regressar ao querido apartamento na Maria Antônia, sendo obrigada a abandonar o trabalho na USP, as discussões sobre reestruturação do curso de Psicologia e da FFCL em geral, a ocupação da Filosofia[212] e as discussões do movimento estudantil, o cotidiano universitário que tanto amava. Talvez por esse motivo, retomando a frase de César Ades citada na abertura deste tópico, o professor não se recorde de uma participação significativa dela nas paritárias – depois de ter sido liberada, Iara não retornou mais às suas atividades na universidade.

A professora Maria Margarida de Carvalho, titular da disciplina Orientação Profissional, em que Iara afirmou em interrogatório que estava atuando como substituta, relatou:

> Ficamos preparando, à noite, na minha casa, o curso. Como iríamos fazer, qual a parte que ficaria com ela. Iara Iavelberg, naquela noite, levou livros meus, tinham meu nome, com anotações minhas, para preparar o curso. No dia seguinte, ela fugiu. Ela foi avisada de que iriam buscá-la. Encontraram na sua casa material que era meu. Fui chamada para prestar depoimento sobre minha relação com ela.[213]

Sabendo que, antes de ter que abandonar a pós-graduação e o trabalho de docente, Iara não fugiu, mas sim foi presa, parte do depoimento de "Magui" não procede. No entanto, ela

---

[209] SARAPU, Valdir. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[210] MOTTA, 2022, op. cit.
[211] Idem.
[212] Após 40 dias de ocupação, os estudantes deixaram a FFCL em 12 de agosto de 1968, motivados sobretudo pela baixa cobertura da mídia, que passava a dar mais destaque às primeiras ações armadas das organizações revolucionárias, como a expropriação de um trem pagador, feita pela futura ALN. Os desdobramentos da reforma universitária, tanto para a Faculdade de Filosofia quanto para a Psicologia, foram complexos. Para mais detalhes, cf. CELESTE FILHO, Macioniro. *A constituição da Universidade de São Paulo e a Reforma Universitária da década de 1960*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
[213] apud MORAIS, 1999, op. cit.

descreve o início dos trabalhos para montagem da disciplina, que foram interrompidos pela detenção. Sobre uma eventual convocação da professora para esclarecimentos, não foram encontrados quaisquer documentos que comprovem este dado, ou que indiquem que a casa de Iara fora invadida, com seus pertences apreendidos. Caso "Magui" tenha sido convocada, é provável que a justificativa seja justamente o depoimento de Iara e, por conseguinte, a intenção das autoridades de confirmarem tal afirmação.

Anna Veronica Mautner, cujas falas foram analisadas ao longo do capítulo, compartilhou outra impressão fundamental: "naquele tempo, [a universidade] era emprego vitalício. Por isso, quando ela sumiu, a gente levou muito tempo para entender que ela tinha entrado na clandestinidade. A gente achava que, quando alguém era nomeado para a faculdade, a revolução tinha perdido".[214] O caso de Iara surpreendeu os colegas porque, a partir de 1968, a revolução prevaleceu em sua vida.

5.3 Uma militante duvidosa em uma vanguarda improvável: a fundação oficial da VPR

> Minha mãe é uma pessoa muito invasora e Iara me escreveu uma carta de amor quando estávamos em aparelhos diferentes. E minha mãe fuçava para ver se tinha livros de marxismo, leu a carta de Iara, teve um chilique, psicóloga, desquitada, era como achar que Iara era puta. Claro que eu não achava isso, mas era uma coisa que me assustava. Me atraía de um lado, atração física forte. Mas, estava enganchado em outra direção. Para mim, garoto, era uma coisa que assustava, com aquela formação.[215]

Após sua prisão, em junho de 1968, Iara viveu rupturas e distanciamentos – uma delas foi com o namorado e ex-companheiro de prisão, Silvério. O motivo, de acordo com o próprio, fora uma reconciliação com uma ex-namorada. Citou, também, as impressões de sua mãe a respeito de Iara ao ficar sabendo do namoro do filho, reproduzidas acima. Silvério falou que não concordava com a perspectiva, mas, ao mesmo tempo, se assustava com a postura de Iara, complementando: "se a relação com Iara fosse à frente, encontraria muita resistência de minha mãe, que acharia que aquele tipo de mulher não serve para seu filho. Naquela época, mulher desquitada era quase sinônimo de puta".[216] Entre tantas rupturas, uma permanência: a imagem de "puta" continuava a persegui-la.

Esta nova fase, no entanto, não consistiu em passagem para a vida clandestina, apenas no distanciamento de meios dos quais a repressão havia tomado conhecimento que Iara frequentava. Por esse motivo, foram atribuídas a ela outras funções dentro da Organização, conforme recordou Valdir Sarapu: "a saída da Maria Antônia foi por causa do envolvimento

[214] MAUTNER, s.d., op. cit.
[215] FERREIRA, s.d., op. cit.
[216] Idem.

cada vez maior com a VPR (...). O nível dela, do engajamento, os rigores em termos de segurança, impunham o aparelho".[217] Tal aparelho foi montado em um apartamento na Rua Iguatemi, num prédio acima do Banco do Estado de São Paulo, quase em frente ao então recém-inaugurado Shopping Iguatemi. Lucia Sarapu, amiga de Iara desde o curso de Psicologia – que estava morando com a amiga há alguns meses na Maria Antônia – e esposa de Valdir, foi morar com ela: "nós, como mulheres, éramos apoio. Então, para nós coube montar um aparelho. Foi a tarefa que a organização nos deu".[218] Ela estava grávida de seu primeiro filho.

Segundo Lucia, era um apartamento grande, com dois quartos, porém, pouco equipado: "nunca chegamos a montar o apartamento. Ficava tudo no chão: pratos, talheres. Nunca montamos a cozinha". Ademais, a rotina era majoritariamente voltada para a confecção de um jornal da organização: "o aparelho de fazer o jornal era Iara e eu, batendo à máquina numa maquineta velha, rodando num mimeógrafo caquético".[219]

De acordo com João Quartim, tratava-se do *Luta de classes*, um boletim com o objetivo de agitação, distribuído nos meios do movimento estudantil e entre os operários de Osasco, uma iniciativa do Setor Urbano, responsável pelo trabalho de massa e coordenado por ele desde julho de 1968.[220]

Naquele período, a Organização estava divida em três setores: além do Urbano, havia o Logístico e o Rural. O Logístico era responsável pelas ações armadas na cidade; já o Rural tinha o objetivo de preparar a(s) região(ões) em que se instalaria o foco[221] – assim, a Coordenação Geral era um triunvirato, formado pelos coordenadores de cada uma das áreas. João, como já vimos, representava o setor do trabalho de massas; Onofre Pinto passou a ser o responsável pelo Logístico;[222] e um novo militante logo ocupou a área rural: Ladislas Dowbor.

Conhecido atualmente como Ladislau, ele nasceu na França em 1941, mas se mudou com a família para o Brasil aos 10 anos. Pouco depois do golpe de 1964, mudou-se para a Suíça, onde se graduou em Economia Política. Em passagens por Paris, conectou-se com José Maria Crispim – o mesmo militante que recrutou Quartim – e regressou ao Brasil em meados de 1968 já com contatos para ingressar na Organização. Recém-chegado a São Paulo, estabeleceu

[217] SARAPU, s.d., op. cit.
[218] Idem.
[219] Idem.
[220] MORAES, João Quartim Kfouri de. Assunto do e-mail: Pesquisa - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 12 out. 2022.
[221] MORAES, 1986, op. cit., p. 13.
[222] A entrada de Onofre significou a saída de Wilson Fava como coordenador da Logística. No entanto, Quartim recordou que essa troca não significou um rebaixamento, foi apenas resultado de uma mudança na estrutura organizacional. Ainda de acordo com ele, esse setor possuía subdivisões, como inteligência, falsificações e armamentos. Ibid., p. 14.

contatos com o grupo através da família de Crispim: sua esposa Encarnación Lopez Perez e seus filhos Joelson, Denise e Olga, todos envolvidos com a Organização.[223] De acordo com Denise, ela e seu irmão foram recrutados por Iara para a Polop, em 1967, e depois do racha seguiram para o novo agrupamento.[224] A casa da família era muito simples, vizinha a um grande cortiço, e localizada na Vila Hamburguesa, próximo ao bairro da Lapa.[225]

Ladislau afirmou que conheceu Iara em seus primeiros dias no Brasil, justamente na casa de Encarnación: "a gente simpatizou muito, ficamos logo muito amigos, conversamos bastante. Eu estava na casa e ela veio com um grupo, que tinham de pegar alguém na casa e fazer uma reunião num bairro ali perto".[226] De acordo com as memórias de Quartim, Joelson inicialmente também estava ligado ao subsetor de imprensa – o que pode explicar o motivo para Iara ter passado por esta casa.

A partir do contato com Ladislau, os dois iniciaram um relacionamento. Ressalta-se, porém, que se conheceram já com codinomes, dada a situação de clandestinidade da Organização e da preocupação crescente com segurança. Ele afirmou que a conheceu como "Rita", seu primeiro codinome conhecido da fase pós-prisão, momento que caracterizo como "semiclandestino". Ladislau utilizava o nome "Nelson" e, embora passasse muito tempo na casa de Encarnación, morava em uma pensão na Liberdade, da qual apenas ele tinha conhecimento da localização.[227] A respeito do relacionamento, ele comenta:

> Tivemos um namoro bonito, mistura de colegial, de ingênuo, de safado. Foi de muita amizade e num clima de enorme tensão no meio do processo. Ela era bastante tensa. (...) Iara dizia que morria de medo de tudo. Era muito misturado. Que morria de medo de ser torturada. Dizia e repetia.[228]

O relato evidencia que a recente prisão e o contato com a violência política já perpetrada pelos órgãos de repressão deixaram consequências profundas em Iara: o medo de ser torturada era constante. Ainda que isso não tenha ocorrido com ela diretamente, a concretização da violência física veio através do que aconteceu com seus amigos e ex-namorado Silvério, confirmando a suspeita que ela tinha sobre o ocorrido com o irmão. Nesse sentido, a militância numa situação de clandestinidade ou semiclandestinidade, como o caso de Iara, representava ao mesmo tempo uma possibilidade de sobrevivência e, de forma ambígua, uma ameaça

[223] DOWBOR, s.d., op. cit.
[224] COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. Comissão da Verdade de SP ouve depoimento sobre Joelson Crispim, Henrique Ornellas e Carlos Zanirato, 24 abr. 2013. Disponível em: https://bit.ly/3CtrciR. Acesso em: 13 out. 2022.
[225] CRISPIM, Denise Peres. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 1 out 2020. 1 arquivo audiovisual, 2º03'33'', acervo pessoal.
[226] DOWBOR, s.d., op. cit.
[227] Idem.
[228] Idem.

constante, "o que gerava um contínuo estado de medo e desconfiança de que, a qualquer momento, poderiam ser descobertas".[229]

Não obstante, o estabelecimento de relacionamentos causava uma "espontaneidade" incontrolável. De acordo com Ladislau, "Rita" lhe dera seu telefone, o que para ele soava completamente imprudente.[230] O próprio fato de ambos terem se conhecido já ia contra as normas de segurança da Organização, dado que, conforme o historiador Fábio Chagas, "havia um critério de segurança no qual um militante de um setor jamais poderia conhecer o militante de outro, critério que inúmeras vezes não foi respeitado".[231] A despeito de ela pertencer ao Setor Urbano e ele, ainda em seus primeiros dias na VPR, ao Logístico, Ladislau recordou:

> A gente tinha combinado que cada um, quando pudesse, aparecia no ponto de ônibus da Av. Paulista, em frente ao Museu [de Arte de São Paulo], às 8. Para ter contato. A gente tinha outras tarefas, não era bom misturar. Isso era só para se ver pessoalmente. Tínhamos uma necessidade muito grande de convívio afetivo. Porque aquilo era muito duro, tenso e um enfrentamento de violência muito grande. Era também a óbvia possibilidade da morte. As relações afetivas se intensificam, é uma coisa muito bonita.[232]

A afetividade e os vínculos, como fica explícito no testemunho de Ladislau, eram essenciais ainda antes da transição para a clandestinidade completa e a aprovação do AI-5. Isso indica que a perspectiva de que se pudessem viver graves violações existia entre os militantes antes mesmo da estruturação completa do sistema repressivo – o que pode ter ocorrido em decorrência da realidade de tortura já vivida no Brasil, mas também a partir do conhecimento sobre outras experiências revolucionárias nas quais os militantes se inspiravam, como a Guerra do Vietnã.

Ademais, há uma outra hipótese que auxilia a elucidar essas emoções pelo lado de Iara: o fato de que, para além das tarefas da organização, ela precisava seguir uma vida paralela relativamente "comum", com o objetivo de se manter financeiramente. Assim, o contato estreito com pessoas que compreendiam a realidade "dupla" da militância armada naquele período poderia trazer um pouco de conforto.

Em 19 de agosto de 1968, passado pouco mais de um mês desde sua soltura, Iara foi à FFCL solicitar a emissão de seus diplomas tanto de licenciada quanto de psicóloga.[233] Interessante observar que, após intensas negociações com a diretoria da faculdade e reitoria da

---

[229] GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid F.; TRINDADE, Zeidi A.; SANTOS, Maria de Fátima de S. *Mulheres e militância:* encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 301.
[230] DOWBOR, s.d., op. cit.
[231] CHAGAS, 2000, op. cit., p. 33.
[232] DOWBOR, s.d., op. cit.
[233] FFCL-USP. Requerimento de diplomas - Iara Iavelberg, 19 ago. 1968. 8 f. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica, p. 1.

universidade sobre a instalação das comissões de reestruturação, a Filosofia havia sido desocupada pelos estudantes no dia 12 de agosto[234] – ou seja, sete dias antes da visita de Iara. A antiga colega Marina Tschiptschin recordou que, coincidentemente neste período, a teria encontrado na Maria Antônia:

> Depois que ela foi presa, torturada e ela reapareceu na USP, a gente já estava afastada. Ela parecia me evitar. Lembro de chegar para ela, perguntar como estava. (...) Alguém me contou da tortura. (...) E, depois que ela foi presa e perguntei como fora, percebi nitidamente que ela queria distância. Entendo que talvez estivesse muito traumatizada.[235]

Figura 40: Diploma de psicóloga de Iara Iavelberg (1969)

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

DIPLOMA REGISTRADO NA UNIVERSIDADE SOB DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

São Paulo, 4 de junho de 1969

JOSÉ GERALDO SOARES DE MELLO

Eu, PROF. DR. EURIPEDES SIMOES DE PAULA, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no exercício das minhas atribuições, faço saber que, à vista das aprovações obtidas por IARA IAVELBERG, filho de DAVID IAVELBERG, nascido em SÃO PAULO-CAPITAL, aos 7 de MAIO de 1944, lhe foi conferido o grau de PSICÓLOGO.

E, para que possa gozar dos direitos e prerrogativas inerentes a êste título, fiz-lhe passar êste diploma, o qual vai assinado pelo Reitor da Universidade, por mim, pelo Secretário desta Faculdade e pelo diplomado.

Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 29 de abril de 1969.

O Diretor

O Diplomado

Fonte: Assistência Acadêmica, Ipusp

A impressão de Marina de que Iara havia sido torturada possivelmente advinha da campanha do movimento estudantil pela libertação dos presos, no final de junho, como vimos anteriormente. Em entrevista a mim, ela deu mais detalhes do episódio:

> Eu estava na Psicologia USP, estava andando por lá e de repente ela apareceu. E eu sabia que ela estava aparecendo depois de um período de estar na clandestinidade. Então dava para ver, pela cara dela, que ela tinha sofrido muito (...). O jeito que ela me cumprimentou foi um jeito meio amargurado.[236]

No entanto, é provável que o que Iara sentira, ao retornar à USP, fosse medo, dada a necessidade de regressar a um espaço que a repressão já sabia que ela frequentava. Dessa forma, é possível conjecturar o motivo pelo qual um dos diplomas jamais foi retirado e consta até os

[234] A Filosofia é liberada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1968, p. 15.
[235] TSCHIPTSCHIN, s.d., op. cit.
[236] TSCHIPTSCHIN, 2021, op. cit.

dias de hoje na Assistência Acadêmica do Instituto de Psicologia: embora tenha solicitado os documentos referentes às duas formações – como psicóloga e licenciada –, presumivelmente Iara conseguiu retirar apenas o que comprovava seu licenciamento. Esta certidão consiste justamente na mais útil para o tipo de emprego que estava buscando, como docente de Psicologia em cursos superiores. Como ela não consta mais nos arquivos do IP, não foi possível saber sua data de emissão; já o diploma de psicóloga foi emitido apenas em abril de 1969, período em que Iara estava em uma situação mais aprofundada de clandestinidade. Não obstante, o documento contém sua assinatura.

Lucia Sarapu recordou que, através do professor Oswaldo de Barros Santos[237] da Psicologia da USP, ela e Iara conseguiram trabalho como professoras do Instituto Metodista de Ensino Superior (Imesp).[238] Lucia afirmou que o professor teria inicialmente oferecido as aulas a Rachel Rosenberg, que recusou, repassando a oferta às duas. Elas ministravam matérias correlatas, mas para turmas diferentes. Porém, em determinado período, em função da gravidez avançada de Lucia, Iara teria assumido as aulas da amiga. Todo o processo de contratação foi feito com os nomes e documentos reais das duas.[239] No entanto, a rotina do trabalho não agradava a Iara:

> A faculdade era na Liberdade. E ela perdia sistematicamente a hora [ri muito]. (...) Não aguentava a vida ascética, do cão. Trabalhava e não tinha nada. (...) A caixinha dessa nossa casa era um drama. A gente recebia o salário e punha na caixinha. Aí, ela dormia de manhã, perdia a hora e tomava táxi para dar aula. Era um caos, um atentado, onde já se viu gastar dinheiro com táxi? E ela sempre perdia a hora. Dizia, com voz chorosa: "Eu não posso perder aula, vou pegar dinheiro da caixinha e pegar um táxi". E ia de táxi [ri muito].[240]

Fica implícito na fala de Lucia que a "caixinha" da casa era onde elas colocavam o dinheiro destinado à Organização. Em interrogatório supostamente feito com Hermes Camargo Baptista ("Xavier")[241], quando da sua prisão no início de 1969, ele teria dado as seguintes informações a respeito dos gastos do grupo:

---

[237] Citado na página 217, como professor responsável pela disciplina de Aconselhamento Psicológico, que Iara cursou em 1967. Através dessa disciplina, que exigia que os alunos fizessem atendimentos, ela e Rachel Rosenberg firmaram acordo com o Grêmio para a criação de um serviço de apoio até hoje em funcionamento no Ipusp, o Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP).

[238] Lucia acreditava que as aulas tinham sido dadas nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), com sede na Avenida Liberdade. No entanto, o curso de Psicologia da FMU ainda não tinha sido inaugurado no ano de 1969. O amigo Moacyr Urbano Villela se recordava que Iara dera aula no Imesp e, depois de alguma pesquisa, descobri que sua primeira unidade também ficava na Avenida Liberdade – o que pode ter causado a confusão em Lucia.

[239] Em contato com o Imesp, no entanto, alegaram não possuir quaisquer documentos relativos à contratação de Iara, possivelmente pela data da contratação. RH ATENDIMENTO. Assunto do e-mail: Requerimento de acesso a documentos. Mensagem recebida em 9 dez. 2022.

[240] SARAPU, s.d., op. cit.

[241] Entre os ex-militantes da VPR, é consenso que Hermes Camargo Baptista, após ser preso e torturado, teria passado a colaborar ativamente com a repressão. Há referências a isso em: MAKLOUF, 1998, op. cit., p. 56; e

> (...) quase todo o dinheiro arrecadado pela "ORGANIZAÇÃO" era gasto com a manutenção dos próprios elementos, pois em sua maioria, os integrantes do grupo, eram profissionalizados (...); além disso, existiam despesas com as locações de "aparelhos"; a isso tudo acrescenta-se ainda os gastos com manutenção e compra de veículos, compra de mobiliário, compra de uma oficina auto elétrica, compra de um torno; além dessas despesas, existiam outras como, despesas com o pessoal do campo, para viagens de levantamentos, aos mais diferentes rincões do país (...); finalmente, muito dinheiro era gasto com compra de munição; ademais, disso, a "ORGANIZAÇÃO" tinha despesas com as famílias de seus integrantes.[242]

O panorama dado por Hermes, embora tenha sido fornecido no início de 1969, se referia à conjuntura de 1968 da Organização. Interessante observar que ele diferencia os militantes "profissionalizados" – ou seja, aqueles que não podiam trabalhar, devido à necessidade de estarem clandestinos, e que se dedicavam exclusivamente ao trabalho político. Havia, porém, uma quantidade razoável de quadros – sobretudo aqueles que não estavam ligados ao Setor de Logística – que, como Iara e Lucia, exerciam suas atividades políticas "clandestinas" enquanto seguiam suas vidas profissionais. Destes, era esperado que destinassem grande parte de seus recebimentos às "caixinhas" para manter os custos da Organização.

Assim, a contenção dos gastos afetava imensamente a vida das amigas, inclusive sua alimentação: "a gente não comia nada, tudo dividido, comprava uma fatia de presunto para cada uma, era um negócio de louco. E tudo o que se ganhava ia para a organização. Com a gente, só [dinheiro] para ônibus e sanduíches". Lucia ainda se recordou dos "comportamentos burgueses" que Iara mantinha: "ela adorava andar bem-vestida e a organização era toda sectária. (...) De repente, pintava com uma roupa, não sei de quem emprestava. Para a organização, ascética, era terrível".[243]

Lourdes Sola, da FFCL, recordou ter recebido ligações de Iara pedindo por roupa: "(...) ela me telefonou, marcamos um ponto no museu do Ipiranga. Vou com uma sacola cheia de roupas minhas para ela. Nossa casa estava em observação, o Ruy passou lá e pegou roupas, eu selecionei e levei. Ela estava a zero. 'Só tenho essa saia', disse".[244] O próprio Ladislau afirmou:

> Devem ter te contado que ela andava por aí com um saco de sapatos [ri muito]. Mas, quando a conheci, já não carregava tantas coisas, mas sempre com os sapatos, vestidos, trazia um resto cultural de famílias, maridos, que gradualmente foi ficando pelas diversas casas, aparelhos que se usavam como refúgio.[245]

GORENDER, 2019, op. cit., p. 149 e no mais recente FERRAZ, Lucas. *Injustiçados*: execuções de militantes nos tribunais revolucionários durante a ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 28.
Hermes, no entanto, negou colaboração ativa em entrevista ao *Oesp*, falecendo um ano depois da matéria ser publicada. Cf. A esquerda armada (por um ex-guerrilheiro). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 abr. 1980, p. 19.

[242] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Hermes Camargo Baptista (em aditamento). São Paulo, 11 abr. 1969. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 6, 1979, fls. 591-592, p. 101-104.

[243] Idem.

[244] SOLA, s.d., op. cit.

[245] DOWBOR, s.d., op. cit.

A militância armada era vista como algo que impunha sacrifícios e exigia que se abdicasse de certos aspectos da vida "legal". Essas características eram necessárias para que se firmasse uma "resposta viril" à ditadura e, portanto, eram mais fáceis de serem colocadas em prática pelos homens – dado que eram papéis sociais já associados ao masculino. As referências que fundamentavam a implementação da guerrilha no Brasil iam nessa mesma linha. Os textos de Che Guevara, embora incitassem a participação feminina na luta, apontavam que as mulheres eram mais fracas e deveriam atuar sobretudo na transmissão de mensagens: "além disso, ele afirmou que as mulheres podem servir como cozinheiras, professoras, costureiras e enfermeiras, 'com uma doçura infinitamente superior à de seu rude companheiro de armas'".[246]

Para que pudessem pleitear posições de igualdade com os homens, muitas vezes as mulheres tiveram de incorporar atributos vistos como masculinos, despindo-se de seu gênero – ou seja, da "doçura".[247] Iara, como fica evidente, recusou-se a se "masculinizar", esforçando-se sempre para manter seu autocuidado, através da forma de se vestir, cuidar do cabelo e da maquiagem. Esses traços, entre os guerrilheiros, não eram só associados à feminilidade – e, portanto, à fraqueza –, mas à burguesia, o que gerava muita resistência e oposição dentro dos grupos.

Porém, através desses e outros pequenos atos, Iara transgredia, numa tentativa de manter um grau de normalidade e controle. Lucia recordou que a vida fechada em um aparelho a incomodava muito: "porque essa coisa [fechada em aparelho] não tinha nada a ver com ela. (...) Às vezes ela dizia, voz chorona: 'Lucinha, eu preciso, preciso, preciso sair. Não aguento mais esse negócio'. E ia embora, para outra coisa".[248] Um dos lugares por ela frequentados era o Clube Hebraica, ao qual era associada desde criança e que ficava a poucos metros de seu apartamento na Rua Iguatemi.

Maryse Farhi, que embora também estivesse ligada ao setor de imprensa, havia montado um aparelho para morar com João Quartim, e apontou que uma das últimas lembranças que tem de ter encontrado Iara foi justamente a caminho do Hebraica:

> A última vez que a vi foi na R. Iguatemi. Eu estava passando de carro e ela indo para a Hebraica. Estava um dia bonito e ela disse "vou dar um mergulho, relaxar um pouco, estou meio tensa, tchau, tchau". Ela estava a pé porque tinha um aparelho na Iguatemi. (...) Queimada, roupa de verão, estava um calorão. Cabelos pelos ombros.[249]

[246] WOLFF, 2007, op. cit., p. 30.
[247] Idem.
[248] SARAPU, s.d., op. cit.
[249] FARHI, s.d., op. cit.

Mesmo dentro da exceção imposta por ditaduras e suas políticas, "não significa que não houvesse um 'dia a dia', nem que os cidadãos não tiveram a capacidade para configurar 'espaços de normalidade'".[250] Inserida e afetada diretamente pelo contexto excepcional e autoritário da ditadura e, ademais, pelas renúncias da semiclandestinidade, Iara criava espaços de normalidade, como a ida à Hebraica – ainda que isto pudesse representar um risco para sua segurança.

Apesar desses pequenos momentos, algumas atividades da militância exigiam dedicação integral, como quando Lucia e Iara precisaram abrigar José Campos Barreto, um dos operários que atuaram na liderança da greve de Osasco, realizada em julho de 1968. O movimento grevista na cidade de Contagem, Minas Gerais, mais cedo naquele mesmo ano, inspirou a organização dos trabalhadores osasquenses, cujas lideranças já estavam em processo de interlocução com o movimento estudantil paulistano e as organizações de luta armada, sobretudo a Organização. Embora tenha sido planejado tendo como base a experiência mineira, o movimento de Osasco não obteve o mesmo êxito porque, com menos de 24 horas, a cidade já estava sitiada pelas forças da repressão.[251] Zequinha Barreto, na época com 21 anos, era uma das lideranças à frente da paralisação dos trabalhadores na metalúrgica Cobrasma e, após a chegada do aparato militar para a desocupação do local, segundo o historiador Sérgio Oliveira, ele

> se aproximou do portão central da empresa e proferiu um "discurso impressionante" voltado aos soldados da Força Pública, conclamando-os a não atacar os operários, "trabalhadores iguais a eles", "pais de família, não inimigos". Conclamou também as tropas a aderirem ao movimento. "Toda a massa colocou-se atrás dele e os soldados vacilaram". A ação de Zequinha Barreto foi interrompida aos gritos do comandante da tropa, que "teve que usar de firmeza" para dar início a operação de desocupação.[252]

Todavia, a ação repressiva foi concretizada, culminando no espancamento e detenção dos operários, entre eles o próprio Zequinha, que ficou preso por três meses.[253] Ao ser liberado, por volta de outubro, foi logo recolhido por Valdir Sarapu, em nome da Organização e levado ao aparelho da Rua Iguatemi, entrando oficialmente para a clandestinidade.[254] Lá, ficou abrigado aos cuidados de Iara e Lucia, tendo vivido um namoro com a primeira. Ladislau havia encerrado a relação com Iara, pois tinha um outro relacionamento de longa data com uma moça

[250] "Dentro de la excepcionalidad impuesta por la dictadura y sus políticas, no significa que no hubiera un 'día a día', ni que los ciudadanos no tuvieran la capacidad para configurar 'espacios de normalidad'". BURGOS, 2018, op. cit., p. 25, tradução livre.
[251] OLIVEIRA, 2011, op. cit., p. 152.
[252] Ibid., p. 219.
[253] Para o processo de prisão de José Barreto e outros operários de Osasco após a greve, cf. STM. *Apelação 39.177*, São Paulo, 1 volume, 1 apenso, 1972.
[254] SARAPU, V., s.d., op. cit.

que vivia no exterior, Pauline Reichstul,[255] mas que estava prestes a visitar o Brasil.[256] Apesar disso, os dois continuaram amigos e desempenhando atividades da Organização juntos, como veremos mais à frente.

A respeito de Barreto, Lucia caracteriza o romance com Iara como algo circunstancial:

> Iara era muito irônica, jocosa, engraçada. Barreto não tinha nada a ver. Era diferença muito grande, um operário. Ela era muito crítica em relação a essas coisas. Tinha muito a noção do que estava acontecendo com ela, tinha visão crítica de si. "Ele não é muito meu gênero, mas é simpático", ironizava. (...) Barreto foi tão circunstancial quanto muitos. Em aparelhos, as pessoas não tinham contato com ninguém. A própria vida social era complicada, porque a gente já tinha uma vida dupla. Era um período complicado.[257]

Valdir Sarapu, no entanto, apontou que Zequinha estava apaixonado: "vivenciei o romance e o fim. Ela resolveu que não queria mais nada com ele, e ele estava apaixonado, falava. Mas ela, do jeito que teve a iniciativa, acabou. Ele reclamava que faltava continuidade".[258] Talvez por esse motivo o namoro tenha ficado na memória de outros militantes como mais um "líder" que Iara namorara.

Ao ser perguntado sobre as atividades de Iara no grupo, Wilson Fava afirmou não saber precisar, mas acredita que "deveria ter um pessoal ajudista que ela conhecia, então ela [se] envolvia [com] as pessoas" e, através disso, se relacionava com líderes, entre os quais cita Zequinha. Na mesma linha, Renata Ferraz, ao recordar o namoro dos dois, declara: "ela era fixada por dirigentes, né. Mas, sei lá, era uma coisa dela".[259] Fava apontou ainda que, depois de ter namorado com José Dirceu e ter sido repreendida pela Organização por ele pertencer a um grupo divergente, Iara "foi muito inteligente, percebeu, cortou a relação com essa pessoa que ela estava saindo e a partir daí, as pessoas que ela teve relação amorosa, eram pessoas vinculadas à luta armada, que foi o Zequinha e foi o Lamarca".[260]

No caso de Fava, ainda que não reconheça qualquer atividade de Iara dentro da Organização, o namoro com Zequinha – a quem ele chamou de "líder" – permaneceu em sua memória. Importante ressaltar que neste período, Barreto tinha destaque no movimento

---

[255] Pauline Philipe Reichstul nasceu em Praga, em 1947. Filha de judeus sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, morou em Paris e, aos oito anos, passou a morar em São Paulo. Voltou à Europa aos 18 anos, onde estudou e se formou psicóloga, tendo participado em movimentos de resistência à ditadura brasileira no exterior. Em 1971, fez treinamento de guerrilha em Cuba e, no ano seguinte, retornou ao Brasil, ligada à VPR. Em janeiro de 1972, foi assassinada em Pernambuco, em uma emboscada organizada pelo Dops de São Paulo, a partir da colaboração com José Anselmo dos Santos – conhecido como "Cabo Anselmo" –, que atuava como militante infiltrado na VPR. O episódio ficou conhecido como "Massacre da Granja de São Bento". Cf. PAULINE PHILIPE REICHSTUL. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3TLnGaJ. Acesso em: 23 out. 2022.
[256] DOWBOR, s.d., op. cit.
[257] SARAPU, L., s.d., op. cit.
[258] SARAPU, V., s.d., op. cit.
[259] ANDRADE, 2020, op. cit.
[260] FAVA, 2022, op. cit.

operário, tendo ingressado alguns meses antes na futura VPR. Mesmo com pouco tempo de militância, no início de 1969, após uma sucessão de prisões que desintegrariam o comando da organização – meses depois do fim de seu namoro com Iara –, Barreto seria chamado a ocupar um posto na direção.[261]

Com o aprofundamento da militância e a maior quantidade de tempo investido nas atividades políticas – além das preocupações com segurança –, "as militantes tiveram de abandonar outros espaços afetivos, o que acabou por resultar em uma restrição de convívio somente às companheiras e aos companheiros de organização. A vida anterior se dissociava e isto influenciou o modo como se formavam os casais".[262] Justamente pela interferência das organizações na vida privada e amorosa dos militantes, e até mesmo por buscarem pessoas com quem tinham afinidades ideológicas, era de se esperar que as mulheres se apaixonassem/se envolvessem com companheiros. Esse fator pode explicar a "fixação" de Iara por dirigentes ou a busca por um parceiro que compartilhasse das mesmas ideias que ela.

Mas o que os grupos estimulavam era, sobretudo, a formação de casais fixos entre os militantes – que eram repreendidos em caso de infidelidade, como vimos no caso de Quartim, Iara e Maryse. Entre as pessoas próximas de Iara, observam-se alguns casamentos realizados com incentivo da organização, como é o caso de Lucia e Valdir Sarapu, que oficializaram sua união ainda na época da Polop; mas também de Samuel Iavelberg, irmão de Iara, e sua cunhada, Miriam Abramovay, que relatou: "logo nós nos casamos, também porque era uma situação mais segura estar casado, aí a gente ia ter uma casa, um apartamento nosso, ia ganhar um apartamento... Isso serviu para a organização também, nessa época".[263]

Outros casais próximos, embora não tenham formalizado suas uniões diretamente por demanda da organização, casaram-se. Foi o caso de Maria Lúcia Carvalho e Francisco Salles e Ana Matilde e Fernando Sampaio, por exemplo. Houve aqueles que passaram a morar juntos por terem relacionamentos estáveis, como Wilson Fava e Renata Andrade, Maryse Farhi e João Quartim.

Grande parte daqueles que a conheciam, sabiam que Iara era desquitada – o que, como tentei demonstrar, resultava em um estigma mesmo entre os setores ditos revolucionários. Seu histórico de relacionamentos efêmeros não permitia a perspectiva de algo mais sério. Iara

[261] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[262] BRIGGMANN, 2021, op. cit., p. 37.
[263] ABRAMOVAY, 2020, op. cit. O casamento ocorreu em julho de 1968, de acordo com publicação do *Diário Oficial*: PROCLAMAS de casamento. Samuel Iavelberg e Miriam Abramovay. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano XXXVIII, n. 136, 23 jul. 1968, Judiciário, p. 59.

possivelmente não era alheia a essas pressões sociais – em especial, pois se expressavam em atos nem sempre sutis, como comentários, olhares, fofocas e boicotes.

Retomo, então, o conceito utilizado por alguns historiadores da história do cotidiano de *eigensinn* – ou obstinação, teimosia. O comportamento de Iara de manter os diversos namorados, ainda que dentro da realidade semiclandestina/clandestina, pode ser interpretado como *eigensinn* – sobretudo ao examinar o suposto comentário feito por ela e recordado por Lucia de que Barreto não fazia seu tipo e, ainda assim, continuava o relacionamento com ele. Essa hipótese ganha ainda mais força quando se retoma uma fala da própria Lucia, previamente citada: "o homem era fundamental. Você passava a ser uma mulher importante quando você obtinha, na cama, os segredos fundamentais da organização".[264] As ações obstinadas denotam "um tipo de comportamento indisciplinado que é potencialmente libertador para o indivíduo, mas simultaneamente continua a interagir com as estruturas de poder".[265]

No entanto, foi um outro osasquense quem de fato possibilitou a Iara mais margem de manobra nas relações de poder da Organização: Antônio Roberto Espinosa. Ele, que pertencia ao grupo de Osasco e era também estudante de Filosofia na FFCL, foi quem, durante um protesto estudantil em junho, atuou juntamente com Silvério Soares para quebrar as vidraças de uma agência do Citibank. A aproximação com Iara, no entanto, ocorreu apenas após o fim da greve de Osasco, quando ele se abrigou na casa de Encarnación Perez, já em situação de clandestinidade: "terminada a greve, sou guardado na casa de Encarnación Crispim. E a Iara frequentava muito a casa da Encarnación, nessa época grande amiga desse movimento nascente. (...) Então, a partir daí, começamos a ter uma relação mais intensa, ela ia como visita".[266]

Espinosa descreve que, neste período, foi designado para atuar em um setor que funcionava como uma interlocução entre o Setor de Logística e o Urbano: "como eu estava transitando para esse setor militar-urbano, já fazia algumas ações armadas – bancos, automóveis, quartéis. E dava alguma assistência a alguns setores do movimento estudantil".[267]

Em janeiro de 1969, o II Exército produziu um esquema da organização – a partir de informações supostamente fornecidas por Hermes Camargo Baptista, militante da VPR preso neste mesmo mês – no qual "Rita", "Bacuri" e "Hélio" constam como integrantes de uma base

[264] SARAPU, L., s.d., op. cit.
[265] "(...) *Eigensinn* denotes a type of unruly behavior that is potentially liberating for the individual but simultaneously continues to interact with the structures of power". STEEGE, Paul; BERGERSON, Andrew Stuart; HEALY, Maureen; SWETT, Pamela E. The history of everyday life: a second chapter. *The Journal of Modern History*, v. 8, n. 2, p. 373.
[266] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[267] Idem.

militar do Setor Logístico, "também integrantes do setor logístico".[268] A identidade de "Rita" ainda não era conhecida pela repressão neste momento.[269] Já em interrogatório atribuído ao próprio Espinosa, feito após sua prisão em janeiro de 1970, o período inicial da VPR é detalhado:

> A partir de então, [Espinosa] foi mandado criar um setor militar urbano, não que ele tivesse experiência, mas por ter ele servido ao governo (...) e com HERMES CAMARGO BATISTA (XAVIER) realizado treinamento de tiro ao alvo. Isso se deu, dentro de um motivo de crise dentro da organização. Havia duas correntes: uma, liderada por ONOFRE PINTO (AUGUSTO) e outra por JOÃO CARLOS KFOURI QUARTIM DE MORAES (MANOEL), professor da sua faculdade. *Foram colocados no seu setor Eduardo Leite 'Bacuri' e Yara (Claudia) que deveriam dar formação militar e levar a cabo algumas ações de menor vulto.* Conseguiram por intermédio de DIÓGENES J.C. DE OLIVEIRA (LUIZ) algumas armas de pequeno calibre 32 e 22 e alguns levantamentos.[270]

Portanto, de acordo com a fonte, Espinosa ("Hélio") teria sido incumbido de criar este setor, composto posteriormente com ele, Eduardo Collen Leite ("Bacuri") e Iara[271] – informações que coincidem com o que havia sido previamente informado por Hermes.

O que se depreende, então, é que Iara teria passado a assumir funções que atravessavam o Setor Urbano, ao qual pertencia desde julho, e o Logístico, responsável pelas ações. Em entrevista na década de 1980, Espinosa recordou: "Iara, nesse período, não participava de ações. Tinha vontade de participar, isso a seduzia. Depois, participou de ações pequenas".[272]

Hermes Baptista, quando perguntado sobre qual era a função do Setor Militar-Urbano, teria respondido que a "base era incumbida de ministrar instrução militar para o pessoal do setor [urbano], compreendendo exercícios de tiro, conhecimento e manejo de armas, como INA, FAL, revólver, pistola etc.". Provavelmente surpresos com uma mulher exercendo esse tipo de função, os agentes perguntaram sobre Iara: "quanto à presença de 'Ruth'[273] nessa base, [Hermes] explica pela circunstância de existir uma ligação de ordem sentimental entre ela e 'Hélio'".[274] O relacionamento entre Iara e Espinosa de fato ocorreria, mas depois das prisões – portanto, Hermes não teria como ter conhecimento desta informação.

---

[268] II EXÉRCITO. Organização da Vanguarda Popular Revolucionária, 1969. In: STM. *Apelação 38.546*, São Paulo, v. 1, 1972, fls. 168-169, p. 180-181.
[269] Em outro interrogatório da mesma época, Hermes teria dito: "quanto à base militar seus componentes eram 'Hélio', 'Ruth' e 'Bacuri'". DOPS. Termo de perguntas ao indiciado: Hermes Camargo Baptista. São Paulo, 5 mar. 1969. In: STM. *Autos findos 1.042*, São Paulo, v. 5, 1979, fls. 831-889, p. 177-293.
[270] CENTRO DE INFORMAÇÕES GERAIS - DPS. Folha de anotações e antecedentes: Cláudio de Souza Ribeiro. Florianópolis, 29 out. 1970. In: STM. *Apelação 39.093*, São Paulo, v. 10, 1975, fl. 2360v, p. 524, grifos meus.
[271] Em 1970, o nome de Iara já era conhecido pelos órgãos de segurança, aliado ao codinome que ela usava na época, "Cláudia".
[272] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[273] É provável que "Ruth" seria uma confusão a partir de "Rita".
[274] DOPS. Termo de perguntas ao indiciado: Hermes Camargo Baptista. São Paulo, 5 mar. 1969. In: STM. *Autos findos 1.042*, São Paulo, v. 5, 1979, fls. 831-889, p. 177-293.

Apesar de Hermes não haver citado as "ações de menor vulto" como responsabilidade do Setor Militar, essa parece ter sido a atribuição de Iara na base. Espinosa afirmou:

> Iara participou de uma ação comigo, dirigindo um carro. Era para "emprestar" placas que a gente colocava, depois de algum tempo, em outro carro também tomado para ser usado, de marca completamente diferente para despistar. Ela foi dirigindo, parou numa esquina me esperando, muito tranquila. É tensão você ficar numa esquina escura esperando. Eu desci de alicate e chave, tirei as placas. (...) Nesse dia da ação, se tivesse algum risco, ela estava armada. Pelo lado dela, teria que atirar. Até para me proteger.[275]

Ladislau também se lembrou de ter feito o mesmo trabalho em companhia de Iara, contando: "é um trabalho muito desagradável. É arriscado e, tipo, em que você está instável, não sabe se alguém nas casas viu e telefonou, é coisa pequena e muito desagradável, as pessoas se preocupam muito com essas coisas de carro".[276] Por se tratar de uma ação que oferecia riscos, Espinosa explicita que Iara estava armada – e, para isso, já deveria saber atirar. Ele mesmo declara ter feito treinamento de tiro com ela e Miriam Abramovay ("Márcia"), sua cunhada:

> Eu ensinei ela a atirar. A gente ia até onde hoje é Alphaville, era uma fazenda, a gente entrava no matagal, eu sabia andar por ali. Levei várias vezes companheiros diferentes para aprender a mexer com armas. Levei Iara e Miriam. No começo, Iara se assustava com o estampido, era .38. Sempre se treinava com duas mãos. Ela aprendeu, para o gasto servia. Não era grande atiradora. Também não sou. Também treinávamos com simulações de metralhadoras, espécie de espingardazinha; e automática Mugger, na [represa] Billings. Após algum tempo, ela não se assustava mais.[277]

Denise Peres Crispim, filha de Encarnación, que morava na casa da Lapa na qual Espinosa estava hospedado, relembrou a reação da mãe ao ver Iara voltando de um dos treinamentos:

> Eles começaram a fazer uma espécie de treinamento, quase que infantil, de... Eu digo infantil, porque treinamento, fazer no mato (...). Eu sei que uma volta, ela voltou cheia de barro, cheia de lama... Ela tão bonita, tão na coisa... [risadas] Minha mãe dizia para ela, "mas vocês estão loucos, levar essa menina pra fazer essa... É um absurdo, não estamos na guerrilha, ainda vai fazer ela fazer qualquer coisa desse tipo".[278]

Nesse sentido, Ladislau retoma alguns comentários feitos pela própria Iara a respeito de si e de sua adaptação às atividades da luta armada:

> Ela estava claramente superando a si mesma nesse processo, impondo-se coisas que a faziam superar outras coisas. Ela me contou que se casou muito jovem, teve uma perda de personalidade na transição. (...) Ela era desajeitada para as coisas de dona de casa. Ela morria de rir com o desajeitamento dela, da mistura que ela fazia de moça fina com subversiva, com dormir no colchão no chão. (...) Ela nunca pôs de lado seu caráter de fresca. Ela dizia: "Eu sou fresca". Era nos gestos, nas roupinhas.[279]

[275] Idem.
[276] DOWBOR, s.d., op. cit.
[277] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[278] CRISPIM, 2020, op. cit.
[279] DOWBOR, s.d., op. cit.

As memórias do ex-militante revelam uma Iara influenciada pelas normas sociais para os gêneros da época e em sintonia com elas, além de sugestionada pelos estereótipos de classe que vigoravam entre os companheiros de organização. São unânimes entre aqueles que a conheceram as lembranças sobre seu desejo de estar sempre bem-arrumada e bem-vestida. Renata Ferraz recordou: "[Iara] andava de *tailleur*, salto alto, cheia de bijuterias, pintada, muito bonita, elegante. E ela não se incomodava com as críticas que eram bastante, passava por cima dessas coisas".[280] A respeito da época da Polop, ela recordou uma situação:

> Uma vez, houve uma discussão em torno do dinheiro que a gente dava para a Polop, a gente tinha que dar uma contribuição uma vez por mês. E ela alegou que não tinha. Mas na mesma reunião, esqueceu que tinha dito isso e mostrou umas pulseiras que tinha comprado [Renata ri muito]. Aí, fiz duras críticas ao comportamento dela [ri mais]: "Então, como é que comprou as pulseiras?". Ela tinha roupas bonitas. Era uma coisa contraditória, porque a gente era bem jovem ainda, dependendo da família em muitos casos.[281]

João Quartim interpreta essas críticas como tendo como fundamento a classe.[282] Segundo ele, a vaidade e o apreço pelo autocuidado eram vistos como características "burguesas" e, por isso, desprezíveis para aqueles que pretendiam fazer a revolução. Se os símbolos associados ao revolucionário eram a virilidade e a masculinidade, a fragilidade era associada ao feminino e a vaidade, à burguesia. As mulheres "teriam de se provar capazes, talvez de maneira um pouco mais dura que seus companheiros homens, para quem a virilidade estaria já incorporada como um atributo de gênero. As mulheres teriam de se apropriar de atributos do gênero masculino para se tornarem verdadeiras revolucionárias".[283] Como Iara parecia se recusar a se "masculinizar", esse bloqueio permaneceu uma realidade durante toda a sua militância.

Muitos dos quadros da Organização oriundos do movimento estudantil tinham origens socioeconômicas muito similares às de Iara, no entanto não foi feito ainda um estudo consistente sobre esses dados. O clássico trabalho de Marcelo Ridenti, *O fantasma da revolução brasileira*, segue sendo a principal referência neste tópico, mas analisa o perfil socioeconômico dos militantes da esquerda armada como um todo.[284] A respeito da VPR, o sociólogo informa:

> A primeira VPR contou com três elementos distintos na sua formação durante o ano de 1968 em São Paulo: os ex-militares subalternos, liderados pelo ex-sargento Onofre Pinto, que era o comandante supremo da VPR; estudantes e jovens intelectuais vindos principalmente da dissidência paulista da Polop (os "escribas" da VPR, segundo João Quartim); e o "grupo de Osasco", composto por operários ligados à direção do

[280] ANDRADE, 1987, op. cit.
[281] Idem.
[282] MORAES, João Kfouri Quartim de. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 27 ago. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1°16'05'', acervo pessoal.
[283] WOLFF, 2007, op. cit., p. 34.
[284] RIDENTI, 1993, op. cit., p. 60.

> sindicato dos metalúrgicos daquela cidade, boa parte dos quais também era estudante.[285]

Esses apontamentos permitem formular hipóteses, que foram reproduzidas em contribuições mais recentes. O historiador Fábio Chagas apontou que a VPR era muito heterogênea, majoritariamente quanto à origem e formação de seus militantes, o que causava conflitos. Apesar disso, ele não se aprofunda em que diferenças seriam essas.[286] Em trabalho recente, a historiadora Carla Silva afirma, de forma romantizada:

> A Organização agregava grupos distintos, que se encontravam na luta. Surgiu umbilicalmente vinculada à classe trabalhadora, que se aproximou do grupo dos ex-militares e dedicaram sua vida à Revolução. Os estudantes e setores médios têm também papel indispensável na VPR. Por mais que existissem pequenos conflitos quanto suas origens de classe, nas ações, se unificavam.[287]

A pesquisadora não cita fontes ou referências que embasem suas afirmações.

Portanto, um estudo com o objetivo de mapear e analisar, sob a perspectiva socioeconômica, as características dos militantes especificamente da VPR auxiliaria a compreensão das classes que mais aderiram à luta armada contra a ditadura. Ademais, colaboraria para a validação ou rejeição do mito de que tal organização teria sido uma das mais variadas da época – em oposição ao lugar-comum de que apenas pessoas oriundas das elites e classes médias altas teriam se engajado em grupos revolucionários. Nesse sentido, o historiador Yuri de Carvalho, que examina a trajetória do MRT, outra organização da época, deu importante contribuição:

> Até mesmo os estudantes, em sua ampla categoria (universitários, secundaristas, técnicos), não podem ser todos classificados como pertencentes às "classes médias intelectualizadas" se não analisada a origem social de cada um dos mesmos, pois não fazê-lo significa torná-los amorfos, roubando-lhes a identidade vinculada às suas famílias. E isso é um exercício de metafísica e não de História.[288]

Mesmo não possuindo dados exatos que possibilitem um panorama das origens sociais dos militantes da Organização, diante de todo o exposto até aqui, sabe-se que Iara não era a única advinda da classe média alta. Pode-se comparar, por exemplo, com seu irmão Samuel, que não era visto, ou tampouco se via, como "pequeno burguês" ou "fresco" – embora os dois tivessem a mesma origem familiar. De acordo com o organograma do agrupamento feito pela repressão e previamente citado, "Cardoso" pertencia a uma base do Setor de Logística.[289]

---

[285] Ibid., n.p.
[286] CHAGAS, 2000, op. cit., p. 43.
[287] SILVA, 2021, op. cit., p. 34.
[288] CARVALHO, Yuri Rosa de. *"Se dez vidas tivesse, dez vidas daria":* o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014, p. 114.
[289] II EXÉRCITO. Organização da Vanguarda Popular Revolucionária, 1969. In: STM. *Apelação 38.546*, São Paulo, v. 1, 1972, fls. 168-169, p. 180-181.

Outros interrogatórios feitos após uma série de prisões de militantes, a partir de janeiro de 1969 (que será tratada no próximo capítulo), colocam-no como motorista de ações armadas.[290] A respeito dele, Wilson Fava declara: "o Samuel era um quadro político maravilhoso, radicalizado, mas com uma visão muito grande".[291]

Figura 41: Iara Iavelberg, 1968

Fonte: Rodolfo Nanni, acervo de Samuel Iavelberg

A despeito de o casamento ter proporcionado – e imposto – à Iara outras referências socioculturais, vimos que ela estava em constante interlocução com sua família nuclear. Assim, uma hipótese é que distinção entre ela e o irmão – inclusive a feita pela própria Iara – se tratasse de uma questão clara de gênero.

Como discutido anteriormente, comportamentos "femininos" eram considerados impróprios para a luta armada, associados a modos burgueses. A insatisfação por não desempenhar as atividades domésticas com habilidade provavelmente não afetava os homens da mesma forma que a impactava. Afinal, Che Guevara havia deixado claro que esses trabalhos seriam de responsabilidade das guerrilheiras.

Dessa forma, a fala de Antônio Espinosa transcrita acima, ao recordar os treinos de tiro, quase passa desapercebida: "ela aprendeu [a atirar], para o gasto servia. Não era grande atiradora. *Também não sou*".[292] Roberto Amaral lembrou que poucas pessoas do Setor Urbano

[290] STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, vol. 1, 2, 3 e 4, 1979.
[291] FAVA, 2022, op. cit.
[292] ESPINOSA, s.d., op. cit., grifos meus.

sabiam manejar uma arma: "nunca aprendi, nem nada, não tinha a mínima noção de como é que era uma arma".[293] De acordo com ele, as ações armadas ficavam restritas aos integrantes do Setor de Logística, composto majoritariamente com ex-militares – que apenas serviram pelo alistamento obrigatório; ou aqueles que, embora tenham seguido carreira, haviam sido expurgados após o golpe – e poucos civis, que se relacionavam bem com os primeiros. Neste período, apenas duas mulheres integraram o setor: Renata Ferraz Guerra de Andrade ("Cecília") e Dulce Maia de Souza ("Judith").

Ao ser perguntada sobre qual tinha sido o critério utilizado para sua inserção no grupo, Renata apontou não saber, mas indica que as ligações pessoais influenciavam muito – sobretudo seu relacionamento com Wilson Fava.[294] Ele concorda: "a Renata, como era minha companheira no período, a gente já morava junto. Ela participou logo do início das primeiras ações. O pessoal tinha um respeito enorme por ela".[295] As mulheres que aderiam a organizações revolucionárias costumavam constituir casal com outros militantes e/ou já entravam comprometidas.[296] Este fato as beneficiava na atribuição de atividades e no reconhecimento por parte dos outros companheiros. Ademais, segundo relato tanto de Renata quanto de Wilson, ela era respeitada pelos outros companheiros do Setor de Logística. Wilson conta: "o apelido dela na organização era 'sargenta'. (...) Ela sempre foi uma pessoa firme, com uma participação muito grande".[297]

Dulce Maia iniciou sua militância no MNR, contribuindo em ações da Guerrilha do Caparaó. Através do contato com os militantes e Onofre Pinto, ingressou na Organização.[298] Sua atuação no Setor de Logística, portanto, se devia a esse engajamento prévio, que já a fizera conquistar o respeito dos companheiros.

As duas não operavam sempre na linha de frente, como participantes diretas das ações de expropriação. Eram responsáveis por fazer levantamentos, segurança, transporte dos participantes e do dinheiro expropriado, o chamado "transbordo", etc. E foi justamente no segundo semestre de 1968 que as expropriações a bancos foram intensificadas pela Organização. Uma delas afetou Iara diretamente.

---

[293] AMARAL, Roberto Cardoso Ferraz do. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 24 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 52'01'', acervo pessoal.
[294] ANDRADE, 2020, op. cit.
[295] FAVA, 2022, op. cit.
[296] WOLFF, 2007, op. cit., p. 31.
[297] FAVA, 2022, op. cit.
[298] CARVALHO, 1998, op. cit., p. 27.

Figura 42: Agência do Banco do Estado de São Paulo após expropriação feita pela Organização, 1968

Fonte: Arquivo STM[299]

Em 15 de outubro, a Organização expropriou cerca de 180 mil cruzeiros novos do Banco do Estado de São Paulo, localizado na Rua Iguatemi, n° 1364. Exatamente em cima desta agência ficava o edifício onde Iara e Lucia estavam morando. Segundo a *Folha*, a ação toda teria durado 10 minutos, com 17 pessoas rendidas. Na época, o periódico atribuiu o ato à "Quadrilha da Metralhadora", que vinha assaltando outros bancos,[300] dado que ainda não se tinha conhecimento do grupo que estava por trás das ações.

De acordo com declarações atribuídas a Hermes Camargo Baptista ("Xavier"), teriam participado dela Diógenes José Carvalho de Oliveira ("Luiz"), José Ronaldo Tavares de Lira e Silva ("Roberto Gordo"), Yoshitane Fujimori ("Edgar") e Joaquim Monteiro, referido pelo apelido "Joca". Dois carros ficaram responsáveis pelo transbordo, cujos motoristas eram "Judith" e Samuel Iavelberg ("Cardoso"). Outros dois veículos ficaram responsáveis por dar cobertura, sendo "Xavier" o motorista de um deles; no outro, estariam Pedro Lobo de Oliveira ("Getúlio") e "possivelmente" Valdir Sarapu ("Rui").[301]

[299] STM. *Apelação 39.093*, São Paulo, v. 5, 1975, fl. 875, p. 41.
[300] ASSALTO a banco: 10 minutos, NCr$ 180 mil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 1968, p. 12.
[301] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Hermes Camargo Baptista. São Paulo, 25 fev. 1969. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 4, 1979, fls. 342-359, p. 13-48.

Na foto feita pelos órgãos de segurança e arquivada pelo BNM se veem, acima do letreiro do banco, as janelas do primeiro e segundo andares do edifício. Lucia e Iara moravam no terceiro: "a Iara entrava em pânico: 'eu quero ir embora desse apartamento, não fico mais aqui!'. E saíamos para a rua. Era a própria VPR que assaltava, eles avisavam que iam assaltar embaixo. Nós sabíamos. Ficávamos em cima morrendo de medo".[302]

O medo piorou quando a Organização fez outra expropriação na mesma agência, em 6 de dezembro, cerca de dois meses depois. Havia uma divergência no grupo, encabeçada por dois integrantes da Coordenação Geral: João Quartim ("Manoel"), coordenador do Setor Urbano, e Onofre Pinto ("Augusto"), coordenador do Setor Logístico. No interrogatório atribuído a Hermes Camargo consta o seguinte:

> O assalto n° 2 do Banco do Estado de São Paulo, Agência Iguatemi, do qual participou "MANOEL", [ocorreu] pois visava o referido "MANOEL" conseguir numerário suficiente para impor certas condições a ONOFRE PINTO, e se não fosse aceita, haveria a propalada cisão; contudo, dada a exiguidade da importância expropriada, "MANOEL" não teve elementos para impor certas condições à ala encabeçada por "AUGUSTO".[303]

A respeito do motivo, Hermes teria declarado: "o primeiro [Onofre] era favorável a atos de terrorismo com explosões de bombas e o segundo [Quartim], não".[304] Quartim, posteriormente, afirmou que não participou de tal ação. De acordo com ele, esse era o banco pelo qual recebia seu salário da USP, "imagina se eu ia entrar lá". Ele esclarece que, em uma reunião da cúpula da Organização, reivindicou o dinheiro expropriado: "(...) eu peguei a grana para o Onofre não ficar com o dinheiro para ele, dando mesada para a gente [do Setor Urbano]. Aí, na hora, fiz uma reunião meio golpista também, era golpe todo dia, resolvi dizer que o dinheiro tinha que ficar no Setor Urbano, apoiado por uma ampla maioria".[305]

Havia uma predominância da perspectiva do Setor Logístico nas diretrizes gerais do grupo: "para os ex-sargentos, os militantes egressos do movimento estudantil e com formação mais intelectual enquadravam-se no grupo dos 'revolucionários de pena', ao passo que para si próprios, cabia o enquadramento no grupo dos "revolucionários de gatilho'".[306] O grupo dominante era "antiteoricista", priorizando a prática de ações imponentes em relação às discussões políticas. Quartim afirmou que, à época, cunhou o termo "militarista" para classificar as ações do Setor de Logística, autodenominando a si e seu grupo de "marxistas".[307]

---

[302] SARAPU, s.d., op. cit.
[303] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Hermes Camargo Baptista. São Paulo, 25 fev. 1969. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 4, 1979, fls. 342-359, p. 13-48.
[304] Idem.
[305] MORAES, 1986, op. cit., p. 21-22.
[306] CHAGAS, 2001, op. cit., p. 43.
[307] MORAES, 1986, op. cit., p. 19.

A historiografia vem reproduzindo estes termos, sobretudo "militarismo", para definir posições dos militantes ao longo da história da VPR. Acredito que caiba retomar a definição feita pelo próprio Quartim, à época, para uma avaliação de sua aplicação. Em texto de outubro de 1968, no qual ele se propõe a analisar e criticar o texto clássico de Debray, Quartim afirmou que o militarismo – ou Putschismo e blanquismo[308] – "considera o decisivo confronto com o aparato repressivo da classe dominante como tarefa unicamente da vanguarda, que equivale à crença de que a vanguarda pode fazer a revolução *no lugar* da classe".[309] Ademais, o militante classificava que os militaristas eram também "espontaneístas", ou seja, acreditavam que as massas, *sozinhas*, iriam se juntar à vanguarda.[310] Esses "desvios", na interpretação de Quartim, não seriam pregados explicitamente por Régis Debray, mas subentendidos a partir de leituras "literais e sectárias" de seus escritos e, sobretudo, de suas omissões.

Os militantes da VPR – tanto os de origem militar quanto aqueles oriundos da Polop, que foram ativos no racha – estavam majoritariamente orientados pela concepção debrayista.[311] Mesmo Quartim, que nunca havia pertencido à Polop, reconhece a influência do *Revolução na revolução?* para o questionamento dos partidos comunistas tradicionais, os quais ele considerava, "com sua organização centrada nas cidades, incapazes de liderar o proletariado para a conquista do poder. As condições específicas da luta de classes latino-americana demandam um novo tipo de vanguarda, a coluna guerrilheira".[312]

---

[308] "Putschismo" advém de Putsch de Munique, uma tentativa falha de golpe de Estado "de Adolf Hitler e do Partido Nazista contra o governo da região alemã da Baviera, ocorrido em 9 de novembro de 1923. A expressão 'Putsch ['golpe' em alemão] da Cervejaria' origina-se de que Hitler teria exortado seus partidários à ação baseado na cervejaria Burgebräukeller, uma das mais famosas cervejarias de Munique. Tendo reunido um grupo de seguidores, Hitler sinalizou o início da 'revolução' com um tiro no teto".
"Blanquismo" tem significado parecido: "foi um movimento doutrinário e ativista a favor, primeiro, da República e, uma vez conquistada esta, do comunismo na França; que esteve vigente durante o século XIX, penetrou de maneira dominante entre os intelectuais e estudantes e se caracterizou ademais por sua férrea disciplina combativa e revolucionária. Deve seu nome ao escritor, político e líder desta facção, o francês Louis Auguste Blanqui. No discurso de esquerda, blanquismo refere-se a uma concepção que detém que a revolução socialista deveria ser realizada por um grupo relativamente pequeno de conspiradores altamente organizados e dentro do secretismo. Após ter tomado o poder, os revolucionários iriam então usar o poder do Estado para introduzir o socialismo ou o comunismo. É considerada uma espécie particular de 'putschismo', em que a revolução deveria assumir a forma de um putsch ou golpe de estado".
BLANQUISMO. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3BwqzWi. Acesso em: 12 dez. 2022.
PUTSCHISMO DA CERVEJARIA. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/2VnkPr2. Acesso em: 12 dez. 2022.

[309] "(...) which considers the decisive confrontation with the repressive apparatus of the ruling class to be the task of the vanguarda only, which amounts to the belief that the vanguarda can make the revolution *in place* of the class". MORAES, João Quartim de. Régis Debray and the Brazilian Revolution. *New Left Review*, Londres, ed. 59, jan. 1970, p. 71, tradução livre, grifos do autor.

[310] Idem.

[311] Digo majoritariamente porque os militantes, dadas suas origens sociais e políticas diversas, possuíam uma diversidade de referências teóricas e práticas. Isso será mais bem abordado à frente.

[312] "Debray's principal achievement was to demonstrate that the old Communist Parties with their organization centred on the towns, are capable of leading the proletariat to the conquest of power. The specific conditions of Latin-American class struggle demanded a new type of vanguarda, the guerrilla column".

Dessa forma, sem rejeitar completamente as proposições debrayistas, Quartim classifica que os militantes – sobretudo os de origem militar do Setor de Logística da Organização –, neste momento, não conseguiam diferenciar a "propaganda armada" da "propaganda das armas" – isto é, as ações armadas, mesmo sem trabalho político que as fundamentasse, seriam suficientes para o trabalho revolucionário.

Concordo com esta hipótese por algumas razões. A primeira delas retoma uma questão discutida anteriormente, a respeito do longo período em que os militantes de origem militar haviam passado na clandestinidade. Envolvendo âmbitos também subjetivos, os expurgados se ressentiam do regime ditatorial e desejavam poder praticar ações de resistência a todo custo.

Além disso, outro ponto no texto de Debray contribuía para que as discussões políticas fossem preteridas em relação à prática armada: a produção de Régis Debray foi ganhando, ao longo da década de 1960, fortes contornos anti-intelectualistas. Embora o próprio teórico fosse um intelectual, ele destitui "a necessidade da teoria para o desencadeamento do processo revolucionário".[313] Debray apontou ainda que "o melhor professor de marxismo-leninismo é o inimigo, no confronto cara a cara durante a guerra popular. O estudo e a aprendizagem são necessários, mas não decisivos. Não há quadros treinados na academia".[314] Considerando que os ex-militares advinham do baixo escalação das Forças Armadas e possuíam origens humildes, sem formação universitária, não se viam como intelectuais e, portanto, na concepção debrayista, a revolução a eles pertencia.

Alguns meses depois de uma das principais ações da Organização neste período – o justiçamento do oficial do Exército dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler[315] –, foi realizado um congresso na Praia do Perequê-Mirim, em Ubatuba, no litoral Norte de São Paulo, com a presença de cerca de 15 militantes. Segundo Quartim, não houve critério específico para a escolha de quem participaria: "o mecanismo era os companheiros mais expressivos... Nesse grau de definição e indefinição".[316] Renata Ferraz, por mensagem de texto, afirmou que só duas mulheres foram: "a Idalina [Maria Pinto], mulher do Onofre [Pinto], encarregada de alimentar

[313] CODARIN, Higor. Um intelectual anti-intelectualista: Régis Debray e a revolução cubana (1964-1967). *Revista Izquierdas*, v. 49, mai. 2020, p. 3811.
[314] "The best teacher of Marxism-Leninism is the enemy, in face-to-face confrontation during the people's war. Study and apprenticeship are necessary but not decisive. There are no academy-trained cadres". DEBRAY, 1967, op. cit., p. 111, tradução livre.
[315] Justiçamento era o termo utilizado para definir o assassinato de pessoas que, de acordo com a ótica dos grupos políticos de esquerda, deveriam ser punidas por algum ato. No caso de Chandler, os militantes decidiram que ele merecia ser justiçado por ter sido veterano da Guerra do Vietnã e por desconfiarem que ele fosse um agente da *Central Intelligence Agency* (CIA). Cf. FERREIRA e OLIVEIRA, 2013, op. cit., p. 41. Para o bilhete deixado no local da ação pelos militantes, cf. STM. *Autos findos 1.043*, São Paulo, v. 1, 1979, fl. 7, p. 31.
[316] MORAES, 1986, op. cit., p. 21.

os congressistas, e eu".[317] No interrogatório atribuído a Hermes Camargo Baptista, consta que teriam participado: João Quartim, Wilson Fava, Izaías Almada, Samuel Iavelberg, Onofre Pinto, Ladislau Dowbor, Roque Aparecido da Silva, Valdir Sarapu, Ismael Antônio de Souza e Otacílio Pereira da Silva.[318]

A reunião, que ocorreu entre os dias 10 e 13 de dezembro de 1968, ficou posteriormente conhecida como "Praianada".[319] Os relatos indicam que houve vitória de Quartim e seu grupo, que conseguiram a aprovação de um programa para a Organização, que oficialmente fora batizada de Vanguarda Popular Revolucionária. Em interrogatório atribuído a Onofre Pinto encontra-se:

> Exibido ao interrogando um impresso com o título "Programa da Vanguarda Popular Revolucionária" (...), esclarece o interrogando que tal documento foi redigido por um grupo da organização, constituído de "MANUEL", "AUGUSTO", "NELSON", "CARDOSO", "LUCAS", "CECILIA", "LAERCIO" e o interrogando, tratando-se de um documento que seria distribuído para estudo na organização, documento que foi submetido a uma votação pelo grupo, com voto vencido do interrogado, que se manifestou contrário ao referido documento, na sua totalidade, dada a sua natureza polêmica.[320]

Tal documento, entre outras proposições, afirmou que a luta armada é a única tática possível para a implementação do processo revolucionário, sendo estabelecidas três fases: a) preparação da guerra revolucionária; b) defensiva estratégica; c) equilíbrio estratégico. As duas últimas revelam a influência de Mao Tsé-Tung, que propunha estas etapas para a guerra de guerrilhas.[321]

A preparação seria "um trabalho paciente e prolongado que exige uma constante vigilância e disciplina, não se procurando iniciar as operações antes do necessário embasamento político-militar". Este ponto consiste na maior "inovação" proposta por Quartim, dado que, segundo ele, "Debray não fala nada de interessante sobre a tarefa mais difícil do *foco*: sua *preparação*. Em sua análise, ele sempre assume a coluna já armada, equipada, instalada e entrincheirada".[322] Já a segunda etapa seria desenvolvida no campo e não na cidade, onde a

---

[317] ANDRADE, Renata Ferraz Guerra de. [Relato sobre Iara Iavelberg]. WhatsApp, 20 mai. 2022. 20h48. 1 mensagem de WhatsApp.
[318] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Hermes Camargo Baptista. São Paulo, 25 fev. 1969. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 4, 1979, fls. 342-359, p. 13-48.
[319] Judith Patarra, no livro *Iara,* apontou: "chamaram-no Praianada, inspirados na Praieira e a setembrada estudantil, constante o objetivo de retomar tradições revolucionárias brasileiras". Ela não cita fontes para essa afirmação. PATARRA, 1992, op. cit., p. 260.
[320] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Onofre Pinto. São Paulo, 20 mar. 1969. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 5, 1979, fls. 499-512, p. 135-162.
[321] TSÉ-TUNG, Mao. Problemas da guerra e da estratégia, 6 nov. 1938. In: TSÉ-TUNG, Mao. *Obras escolhidas*. Tomo II. Pequim: Edições do Povo, 1952.
[322] "Debray says nothing of interest about the most difficult task of the *foco*: its *preparation.* In his analysis, he always assumes the column already armed, equipped, installed and entrenched". MORAES, 1970, op. cit., p. 67.

vanguarda deveria ser clandestina: "durante a defensiva estratégica, a vanguarda não pode organizar as massas urbanas para a tomada do poder".[323] Neste ponto, o programa de Quartim está totalmente alinhado com as proposições debrayistas.

Analisando as proposições, compreende-se por que Onofre teria se manifestado contrário à linha proposta: se a primeira fase consistia em preparação político-militar, sem que se antecipassem as operações, ela era exatamente oposta à prática da Organização até aquele momento. Além do militarismo, a atitude do comandante revela o anti-intelectualismo, tão propagado por Debray.

Ainda assim, em razão das manobras feitas por Quartim para que o congresso tivesse presença majoritária daqueles que apoiassem suas propostas – com destaque para Wilson Fava e Renata Ferraz –, o programa foi aprovado, com a elaboração de um anexo, intitulado *Resolução sobre o praticismo e o militarismo*. Definiu-se "praticismo" como a "subestimação do trabalho organizatório, o culto espontaneísta do ativismo e pela concepção dogmática da guerra revolucionária, entendida como série desconexa de ações armadas"; já o militarismo, considerado "irmão gêmeo" do primeiro, foi classificado como "desprezo ao trabalho teórico e político, pela subestimação da ciência e do método de análise marxista-leninista, pela vontade (...) de perpetuar a distinção entre quadros políticos e militares (...)" – problemas que ele já havia diagnosticado anteriormente, e que foram discutidos acima.

A solução para mitigar essas questões, apresentada pelo documento e aprovada no congresso da Praianada, foi "afirmar o caráter marxista-leninista da organização, proporcionando e exigindo de todos os seus militantes uma formação integral de quadros político-militares e definindo as linhas mestras de sua estratégia".[324] Essas indicações questionavam a supremacia do Setor de Logística, asseverando que deveria haver uma politização das ações, através da formação teórica dos quadros revolucionários. Por esse

[323] VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA. Programa da Vanguarda Popular Revolucionária, 1968. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 15, 1979, fls. 1615-1618, p. 103-210, grifos originais. Destaco que este documento é pouquíssimo conhecido e explorado pela historiografia. Em seu livro *Fantasma da Revolução,* Marcelo Ridenti (1993, p. 40) afirmou que, em seus primeiros anos, a VPR quase não produziu documentos teóricos – apesar disso, Quartim, em entrevista ao pesquisador, havia mencionado este programa específico. Fábio Chagas (2001, p. 47), ignorando tal entrevista, apontou que "para este congresso, segundo relatos, não foram produzidos documentos de discussão". Já Carla Silva (2021, p. 76), no livro *A revolução da VPR*, analisa apenas o documento *Resoluções sobre o praticismo e o militarismo*, produzido para difundir as proposições aprovadas no congresso. A única referência que encontrei ao *Programa da VPR* foi na dissertação do historiador Diego Pacheco, que, no entanto, não tem a VPR como objeto principal de seu estudo. Cf. PACHECO, Diego Grossi. *Revolução, socialismo e democracia*: os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada contra a ditadura militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p. 124-125.

[324] VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA. Resolução sôbre o praticismo e o militarismo, 1968. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 6, 1979, fl. 1451, p. 209.

motivo, não foram bem recebidas pelos acusados, que viam as definições como "recuístas". A VPR, simbolicamente, se dividia.

Não foi possível encontrar qualquer dado que permitisse confirmar o posicionamento de Iara. Estimo, porém, que ela estivesse alinhada às formulações de Quartim: acatando as formulações de Debray, que tanto a influenciaram a romper com a Polop, mas de forma crítica. Um fato que contribui para caminhar no sentido dessa hipótese é um trecho do depoimento de Ladislau:

> Com a Iara, tive essa visão de sair da cidade, romper o círculo, de não entrar no pseudo "armar as massas" (...). Se você quer fazer [isso], *precisa passar para um trabalho organizativo prévio muito amplo*, que faz com que quando o Exército te desaba com ação repressiva, você tem dois, três anos de dianteira de conhecer terreno, gente, preparação política das pessoas, preparação de bases alternativas. Quando eles fazem um gigantesco esforço de concentrar numa coisa, você já está em outra. Tudo isso era visão minoritária.[325]

No entanto, um acontecimento muito importante mudou o rumo dos debates na organização e afetou diretamente as pretensões de Quartim. Izaías Almada, que foi encarregado de ser motorista de Onofre na locomoção para o congresso, recordou:

> No dia 13, nós saímos de manhã lá da praia, viemos a São Paulo, ele [Onofre] fez o que tinha que fazer (...). E quando nós estávamos voltando para a praia, o rádio ligado, entrou a notícia, já... Não sei se já era até de noite isso. Fim de tarde, de noite. E entra a notícia no carro da... Do Decreto do AI-5. Aí nós falamos "Poxa, e agora?".[326]

****

O pesquisador Marcelo Ridenti, a partir da análise de 695 processos do Superior Tribunal Militar contra pessoas e grupos que se organizaram em oposição à ditadura, e que foram reunidos pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, afirmou: "o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15 a 20% do total".[327] Pode parecer um número pequeno, mas quando levamos em consideração o fato de que o engajamento político feminino entre as décadas de 1960 e 1970 não era muito comum, e inclusive malvisto por diversos setores da sociedade, entende-se que se tratou de uma participação significativa, sobretudo nas organizações que pegaram em armas na luta contra a ditadura.

O fato de cada vez mais mulheres frequentarem as universidades neste período, aquelas que aderiam ao movimento estudantil eram mais vistas como *estudantes* do que como

[325] DOWBOR, s.d., op. cit., grifos meus.
[326] ALMADA, 2022, op. cit.
[327] RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo soc.*, v. 2, n. 2, jul. - dez. 1990.

mulheres.[328] No entanto, quando a militância no movimento estudantil foi substituída definitivamente pelo engajamento nas organizações revolucionárias, "o gênero parece voltar ao corpo": "nas práticas do cotidiano, nas tarefas atribuídas a cada militante, colocando os desafios para a incorporação de mulheres em uma 'guerra de guerrilhas' pensada como espaço masculino de atuação".[329] Se Iara conseguiu uma margem de atuação como liderança no movimento estudantil – por estar inserida em um curso majoritariamente feminino e de pouco impacto no cenário nacional –, quando passou a se dedicar exclusivamente à Organização, sobretudo após sua prisão, não pôde mais evitar a condição "feminina". Ao fazer questão de desempenhar os papéis de gênero atribuídos ao feminino mesmo na semiclandestinidade – ser vaidosa, estar sempre arrumada etc. –, Iara enfrentou mais um entrave para sua atuação política, ficando confinada a atividades "menores", como a imprensa.

Antes, Iara também parecia inadequada para outros meios que desejava adentrar, como o acadêmico. Sua carreira de docente é esquecida simbólica e materialmente, uma vez que seus colegas não achavam que ela tinha o perfil e os méritos para desempenhar essa função; por outro lado, a universidade parece ter achado conveniente apagar quaisquer rastros da contratação de uma professora subversiva.

Com tantos aspectos de sua existência relegados às sombras, o que aparenta ter se fixado na memória daqueles que com ela conviveram nesse período são justamente os "atos de obstinação" que Iara praticava para ser vista. Os namoros – que não a preenchiam apenas do ponto de vista subjetivo, mas, na vida política, lhe conferiam certo poder e influência na organização – exerciam papel contraditório em sua vida, pois, ao mesmo tempo que lhe concediam margem de atuação, limitavam-na, pois alimentavam preconceitos machistas.

[328] WOLFF, 2007, op. cit., p. 28
[329] Ibid., p. 29.

CAPÍTULO 6
"O DEVER DE TODO REVOLUCIONÁRIO É FAZER A REVOLUÇÃO"

> O guerrilheiro é o combatente da liberdade por excelência; é o eleito do povo, a vanguarda combatente desse povo em sua luta de libertação.
>
> *Che Guevara*[1]

Em 29 de junho de 1968, *O Estado de S. Paulo* publicou notícia sobre a prisão de Iara Iavelberg, referida como "Yara Yadeberg [sic], assistente de Psicologia". Embora tenha dado poucos detalhes, o periódico apontou que a suspeita era "terrorismo".[2] O *Correio da Manhã*, em 4 de julho, publicou o mesmo dado sob a manchete "Polícia prende 4 em SP para acabar suposta revolução", afirmando que Iara e outros estudantes foram presos por serem suspeitos de promover "reuniões conspirativas de caráter marxista".[3] Essa foi a primeira vez em que Iara foi diretamente associada à suspeita de "terrorismo" na grande mídia, ainda que de forma pouco destacada, com seu nome muitas vezes grafado incorretamente.

Depois dessa data, de acordo com os levantamentos feitos para essa pesquisa, Iara só foi citada novamente pela imprensa dois anos mais tarde, em junho de 1970, ocasião da ação de captura do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, promovida pela VPR. No dia 16, *A Tribuna* publicou com o título "Procura-se uma morena bonita" a informação de que "Yara Iadelberg", ligada à VPR, seria amante de Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército e líder da organização clandestina: "toda a ação policial-militar se concentra agora, na Guanabara, na tentativa de capturar uma jovem morena, bonita, de 30 anos presumíveis, já identificada".[4] No dia seguinte, *O Globo* noticiou a mesma informação, mas com o nome escrito corretamente e uma foto: "Iara, amante de Lamarca". A reportagem traz ainda dados sobre Samuel Iavelberg e sua esposa Miriam Abramovay, comprovando que Iara havia sido de fato identificada.[5]

Depois dessas duas ocorrências, foram encontradas 20 menções a Iara nos jornais pesquisados até o final de 1971, ano de seu falecimento. Assim, cabem alguns questionamentos: teria Iara interrompido sua militância após 1968, retomando-a apenas em 1970, ano em que as notícias voltaram a associá-la a um envolvimento político? Teria esse envolvimento ocorrido apenas por conta da relação amorosa entre Iara e Carlos Lamarca, pessoa à qual ela passa a ser

[1] GUEVARA, Che. *Que é um guerrilheiro?* 1959. Disponível em: https://bit.ly/3zQAa9M. Acesso em: 9 fev. 2022.
[2] ESTUDANTES são suspeitos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1968, p. 14.
[3] POLÍCIA prende 4 em SP para acabar suposta revolução. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1968, p. 2.
[4] PROCURA-SE uma morena bonita. *A Tribuna*, São Paulo, 16 jun. 1970, p. 7.
[5] IARA, amante de Lamarca. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1970, p. 16.

relacionada nas matérias publicadas? Essas perguntas serão respondidas ao longo deste capítulo.

6.1 O embrião do homem novo: Carlos Lamarca

Ao ser perguntado como os militantes da VPR receberam a promulgação do AI-5, João Quartim respondeu: "eu achei muito grave, outros acharam ótimo... Radicalizaram a situação... Havia uma falta de lucidez muito grande".[6]

O Ato Institucional n° 5, "considerado o mais repressivo dos atos no campo jurídico brasileiro", "foi a inserção definitiva da Doutrina da Segurança Nacional na legislação brasileira".[7] Sob a justificativa de, entre outras coisas, assegurar o "combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo", o presidente Costa e Silva determinou que poderia decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; decretar intervenção nos estados e municípios; suspender direitos políticos de qualquer cidadão, além de cassar mandatos eletivos em qualquer instância do poder; a garantia de *habeas corpus* foi suspensa no caso de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e a economia popular; entre outras medidas.[8]

Imediatamente após o retorno do congresso de Ubatuba, já ciente da promulgação do AI-5, Onofre Pinto tratou de invalidar as decisões aprovadas na reunião sob responsabilidade de Quartim e seus aliados. Quartim recordou: "no fundo, a gente admitia implicitamente que sem o Onofre não havia VPR. (...) O cara controlava realmente o cerne, a tropa de choque. O que fazia o prestígio da VPR não eram as brilhantes ideias que eu podia formular, era a capacidade operacional tática".[9] Portanto, diante do fechamento do regime, a "tropa de choque" liderada por Onofre decidiu criar um plano que abalaria as estruturas recém-instauradas.

A organização mantinha – através da ligação entre Onofre e um sargento da ativa do Exército, Darcy Rodrigues – contato com alguns militares do 4° Regimento de Infantaria (RI) de Quitaúna, em Osasco. Onofre e Darcy se conheciam dos movimentos de rebelião de

[6] QUARTIM, 1986, op. cit., p. 16.
[7] TORRES, Mateus Gamba. O Judiciário e o Ato Institucional n° 5: repressão e acomodação em 1968. *MovimentAção*, Dourados, v. 5, n. 9, 2018, p. 126-127.
[8] BRASIL. *Ato institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/2HoCffy. Acesso em: 3 nov. 2022.
[9] QUARTIM, 1986, op. cit., p. 23.

sargentos do Exército, prévios ao golpe de 1964.[10] Darcy não foi expulso das Forças Armadas e prosseguiu com a militância de forma discreta, sobretudo como simpatizante do PCB. Ele relatou que um capitão que servia naquela unidade, Carlos Lamarca, após ver notícias sobre a expropriação de armas no Hospital Militar do Cambuci, pediu contato com o grupo autor da ação.[11] Onofre teria incumbido, então, Renata Ferraz para a missão:

> Na verdade, o Lamarca estava de saco cheio do Exército, ele queria sair, de qualquer maneira. Fui eu que fiz contato com ele quando o... Onofre quis mandar uma pessoa para contatá-lo, que eles estavam separados já havia algum tempo. Então, ele me mandou pra Quitaúna, eu procurei o Darcy Rodrigues.[12]

Na reunião, Lamarca e Darcy apresentaram a proposta de desertar, levando consigo armas e outros militares que haviam aderido à causa. O plano seria levado para a organização, já com total apoio de Onofre desde o início.

Nesse momento, temos a primeira memória de interação entre Iara e Lamarca. De forma similar ao que ocorreu com os operários de Osasco, a VPR teria colocado os militares do 4° RI a par das discussões políticas da organização através da entrega de textos e folhetos. Darcy recordou: "recebíamos material interno, de formação e informação. Estratégia, tática da organização, documentos sobre a conjuntura nacional e a visão da VPR. Discutíamos. Foi quando conhecemos Iara".[13] Mais à frente, ele detalha a participação dela nessa espécie de assistência teórica:

> Posteriormente, tivemos reuniões para estudar textos já clássicos. Lembro de ter discutido e estudado com Iara *O Estado e a Revolução*, de Lenin. Estudamos alguns textos leninistas e marxistas. Uma questão que discutimos muito era a questão do Estado, e a base das discussões foi *O Estado e a Revolução*. Talvez tenha sido o primeiro clássico que estudamos e o Lamarca participou.[14]

Darcy apontou que Iara era muito convicta da linha política da organização. No entanto, ele é o único que recordou desta tarefa supostamente desempenhada por ela. Judith Patarra incorporou a memória na narrativa de seu livro biográfico, acrescentando outros elementos:

---

[10] Cf. PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra:* o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
[11] RODRIGUES, Darcy. Entrevista concedida a Maria Rosa Loula e Paulo Cunha para a Comissão Nacional da Verdade. *Comissão Nacional da Verdade*, Brasília, 19 mar. 2013. Disponível em: https://bit.ly/3sURmqv. Acesso em: 11 jul. 2022. Em entrevista de agosto de 1969, Lamarca afirmou: "em meados de 1968, um grupo assaltou o Hospital Militar e expropriou nove fuzis FAL. Imediatamente, pusemo-nos a campo para tentar localizar esse grupo, pois pensávamos que quem se interessava por armas longas estava efetivamente procurando iniciar a luta guerrilheira no Brasil. Esse grupo era a VPR, responsável também pelo justiçamento do Capitão norte-americano Chandler, criminoso de guerra do Vietnã, em São Paulo. A partir de uma discussão política, meus companheiros e eu nos transformamos numa célula da VPR". LAMARCA, Carlos. O pensamento político de Carlos Lamarca. Entrevista para a revista *Punto Final*, ago. 1969. In: EDITORIAL ADANDÉ (org.). *Lamarca:* ousar lutar, ousar vencer. Feira de Santana, Adandé, 2021.
[12] ANDRADE, 2020, op. cit.
[13] RODRIGUES, Darcy. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[14] Idem.

> Nos primeiros meses de 1968 Onofre encarregou Renata Guerra de Andrade da assistência teórica ao círculo de estudos que funcionava à noite em Quitaúna, prosseguindo a rotina estabelecida desde o contato inicial com a Polop. Em outubro Iara substituiu-a, conduzida de óculos opacos. Às duas primeiras reuniões nas casas de Onofre e Nóbrega não compareceu Lamarca, líder da base e seu maior estrategista. Mas ao abordarem a questão militar sua presença tornou-se necessária.[15]

Em entrevista que concedeu a mim, Nóbrega afirmou que conheceu Iara somente após o envolvimento dela com Lamarca.[16] Renata Ferraz, apesar de ter declarado desconhecer a iniciativa de assistência teórica aos militares em entrevista recente,[17] afirmou ao jornalista Luiz Maklouf: "Onofre me destacou para dar assistência teórica ao grupo de Lamarca e de seus companheiros em Quitaúna".[18] No livro biográfico de Carlos Lamarca nada consta sobre este episódio.

No entanto, a proposta de deserção de Lamarca e Darcy foi recebida com relutância por uma parte dos militantes da VPR – majoritariamente aqueles ligados a Quartim. O próprio disse que era contra a saída dos militares do quartel, principalmente em função da firmeza do regime após o AI-5. Ele relatou o clima da reunião em que a deserção foi colocada em pauta: "como os ânimos estavam muito exaltados, foi muito chato, porque foi de 'filho da puta' para baixo".[19] Wilson Fava e Renata Andrade tinham a mesma posição de Quartim. Em texto publicado no *OESP*, Hermes Camargo Baptista detalha mais a tensão:

> Decidir a respeito da deserção do grupo de Lamarca foi um processo traumático para a VPR. Este assunto ocupou o tempo da Organização desde o roubo da "Casa Diana", envolvendo nele toda a direção. (...) Nesse debate, VPR dividiu-se: parte queria fazer Lamarca sair logo, o resto preferia mantê-lo no quartel. Venceu a ala que pugnava pela deserção imediata (os "imediatistas", como ficaram conhecidos). Aí, a Organização quase "rachou".[20]

Este "quase-racha" separou ainda mais os mesmos militantes que já divergiam desde o congresso de Ubatuba: Quartim e seus aliados, Wilson Fava e Renata Ferraz. O professor universitário conta que, como forma de "sair" da VPR sem abandoná-la por completo, ele e Wilson se demitiram dos cargos de coordenação, colocando-se apenas como "reserva moral" da organização.[21] Na ótica de Renata, porém, os três foram expulsos.[22] Maryse Farhi, a despeito de não ter sido expulsa, optou por também deixar o grupo.

---

[15] PATARRA, 1992, op. cit., p. 250.
[16] NÓBREGA, José Araújo de. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 14 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 38'44", acervo pessoal.
[17] ANDRADE, 2020, op. cit.
[18] CARVALHO, 1998, op. cit., p. 45.
[19] MORAES, s.d., op. cit.
[20] O assalto é frustrado. Lamarca deserta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1980, p. 15.
[21] MORAES, 1986, op. cit.
[22] ANDRADE, s.d., op. cit.; ANDRADE, 2020, op. cit.

Apesar de, como vimos anteriormente, Iara possivelmente estar mais alinhada à visão de Quartim, ela permaneceu na organização. O próprio afirmou que, embora nunca tenha discutido formalmente a questão com ela, "acredito que achasse [meu posicionamento] ponderável, mas que o melhor era ficar e tentar convencer os outros. Talvez tenha acreditado um pouco que eu estava 'recuando' [irônico], como se dizia na época. O grupo que ficou não representava as ideias da Iara, porque era heterogêneo".[23]

De acordo com Hermes Camargo Baptista, no entanto, aqueles que eram contra as práticas "militaristas" estavam planejando um racha.[24] Segundo as lembranças de Espinosa, Iara também era contra a saída dos militares do quartel, mas respeitava o compromisso assumido pela organização para com eles, agravado diante das armas já desviadas;[25] isso, todavia, não assegura que ela estivesse a favor de uma separação. De toda forma, qualquer plano de racha seria colocado em prática apenas depois da deserção, que estava planejada para ser uma grande ação em 26 de janeiro de 1969, chamada de "Noite de São Bartolomeu".[26]

Antônio Espinosa descreveu a ideia para Marcelo Ridenti: bombas explodiriam em pontos estratégicos, como em Osasco, no QG do II Exército, no Palácio dos Bandeirantes e na Academia de Polícia do Estado de São Paulo, na USP. Haveria também controle do Campo de Marte e de algumas estações de energia elétrica, com o objetivo de cortar a luz de bairros da cidade. Bombas seriam lançadas em empresas estadunidenses, com apoio da Disp e da ALN.[27] Ocorreria também, claro, a saída de Lamarca e seus aliados – o sargento Darcy Rodrigues e os cabos Carlos Roberto Zanirato e José Mariane Ferreira Alves – do 4° RI, com armas e munições. Porém, todos os planos foram frustrados por uma sequência de "quedas" – termo utilizado para designar prisões ou descoberta de informação ou local pela repressão.

No dia 23 de janeiro, quatro militantes da VPR foram presos, após serem flagrados pintando um caminhão com as cores do Exército, em Itapecerica da Serra. Foram levados para

---

Após a formação da VAR-Palmares, elaborou-se um documento que oficializava a expulsão. Cf. A VAR-PALMARES COMUNICA... s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 2027-2028, p. 337-339.

[23] MORAES, s.d., op. cit.

[24] Hermes, em texto ao *OESP*, detalhou suas memórias sobre a discussão sobre a saída de Lamarca, afirmando que ele e Wilson Fava tinham planos de provocar um racha antes da ação ocorrer. Ele afirmou, no entanto, que Fava o teria convencido a mudar de ideia e colaborar com o grupo. Cf. O assalto é frustrado. Lamarca deserta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1980, p. 15.

[25] ESPINOSA, s.d., op. cit.

[26] Em provável referência à Noite de São Bartolomeu ocorrida na França, em 23 e 24 de agosto de 1572, quando, em repressão ao protestantismo, os reis franceses organizaram matanças de protestantes por toda a cidade de Paris. Estima-se que entre 5.000 e 30.000 pessoas tenham sido mortas. Cf. MASSACRE DA NOITE DE SÃO BARTOLOMEU. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/2NINZkj. Acesso em: 4 nov. 2022.

[27] ESPINOSA, Antônio Roberto. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. Osasco, 20 jan. 1986. 1 transcrição datilografa, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil, p. 15.

a 2ª Companhia de Polícia do Exército, cuja sede ficava no bairro do Ibirapuera.[28] José Araújo de Nóbrega, outro militante, estava a caminho do local, quando viu o cerco e escapou, tendo conseguido avisar à organização do que havia acontecido.

Diante do risco, Carlos Lamarca decidiu antecipar a ação e deixar o quartel sozinho. Espinosa relatou: "[a ação] foi antecipada, então só Lamarca saiu do quartel e só sairia ele, porque os outros três iam ficar, mas eles acabaram saindo meio na marra, senão eles acabariam sendo presos se ficassem. (...) A ação foi mais ou menos um sétimo do que ela seria enquanto produto material".[29]

Os quatro presos daquele dia – Pedro Lobo, Hermes Camargo, Ismael de Souza e Osvaldo dos Santos – foram unânimes quanto à agressividade das torturas perpetradas pelos militares, em diversas ocasiões.[30] Até mesmo Hermes, que é acusado de ter passado para o lado da repressão, afirmou ter sido torturado. Por esse motivo, não demorou para que outros militantes fossem presos. A VPR passou a correr contra o tempo, tanto para guardar os recém-desertados de Quitaúna, agora clandestinos, quanto para desmobilizar aparelhos e pontos que pudessem ser conhecidos pelos companheiros que foram detidos.

O aparelho de Lucia e Iara na Rua Iguatemi corria sérios riscos de "cair", devido às duas expropriações realizadas na agência bancária localizada logo abaixo. Valdir Sarapu não deu muitos detalhes de quando o apartamento foi desocupado, dizendo apenas que teria havido tempo hábil de Lucia rescindir o contrato de aluguel – não se sabe se antes das prisões ou justamente por causa delas.[31] A partir deste momento, as amigas se separaram: Lucia foi morar no Ipiranga com seu marido, em local que, mais tarde, abrigou o próprio Lamarca; Iara teve destino imediato incerto.

Segundo seus pais, que não conheciam a localização do apartamento em que ela morava com Lucia, ela teria ido provisoriamente para uma pensão.[32] Espinosa recordou que a ideia era que os dois alugassem um aparelho juntos, dado que a casa de Encarnación também não era mais segura:

> Eu e Iara simularíamos um casal. Chegamos a achar a casa, enorme, na Lapa. Mas a gente discutia muito e isso acabou atrapalhando. Ela colocava: "a gente vai morar na mesma casa, simulando um casal, que complicações isso pode trazer para nós dois, será que não vai gerar um envolvimento artificial?". Enfim, isso nos atrasou e perdemos a casa.[33]

[28] PEREIRA, Gen. Aloysio Guedes. Relatório n° 2 sôbre a ação do Cap. Carlos Lamarca, s.d. In: STM. *Apelação 38.546*, São Paulo, v. 1, 1972, fls. 99-102, p. 109-112.
[29] ESPINOSA, 1986, op. cit., p. 14.
[30] Por exemplo, cf. LAQUE, 2010, op. cit.
[31] SARAPU, V., s.d., op. cit.
[32] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[33] ESPINOSA, s.d., op. cit.

Por esse motivo, ficaram provisoriamente na casa de Maria Lúcia Carvalho, amiga de Iara da Psicologia, e seu marido Francisco Salles, o Chicão, ambos militantes. Lá, o envolvimento – que poderia ocorrer "artificialmente" caso alugassem uma casa juntos – se concretizou. Espinosa relatou: "nosso envolvimento foi rápido, se deitamos três vezes foi muito (...). Acho que nem sentimos muito como namoro, foi muito rápido, talvez fosse mais uma coisa de solidariedade. Mas eu me senti muito envolvido".[34]

Diante da sequência de "pontos" – encontros marcados majoritariamente em locais públicos para comunicação entre os militantes – não cumpridos, Antônio e Iara foram a Osasco tentar refazer ligação com companheiros que eventualmente tivessem perdido contato com a organização:

> Fomos a um bairro chamado Vila Isabel num fusca vermelho, não sei se dela ou do Raul [Iavelberg]. Ao chegarmos lá, paramos em frente à casa, batemos palmas. Apareceu uma irmã do Roque [Aparecido da Silva] com o olho arregaladíssimo. "Vocês estão malucos, que estão fazendo aqui? Não sabem que o Roque foi preso?". Foi um choque terrível. Saímos dali: "vamos avisar mais gente". (...) Aí saímos dali e íamos à casa de outro [militante], no Centro, que estava na ilegalidade em Osasco. Era um predinho de escadaria. Subimos, batemos, batemos na porta, tocamos a campainha, não atendeu. Deixei um bilhete, assinado com nome de guerra: "estivemos aqui, preocupados com você, tente entrar em contato". Ele já estava preso. (...) Aí, não sei por que, me deu vontade de passar na casa da minha mãe. Iara: "porra, tá todo mundo caindo, você vai à casa de sua mãe?". Duas ruas acima era a avenida. Ela: "ao menos telefone antes". E veio junto, embora soubesse que era uma loucura danada. Aí telefonamos de um orelhão. Minha mãe atendeu o telefone. "Você está maluco, não sabe que o seu pai está preso? A polícia só solta se você se entregar". A polícia tinha cercado a casa na véspera e prendido meu pai, que estava como refém.[35]

O pai de Espinosa, José, foi provavelmente preso no dia 31 de janeiro, apenas sete dias depois das primeiras prisões. Nesse ínterim, já haviam sido presos, além dos quatro primeiros com o caminhão, Dulce Maia, Nelson e Pedro Chaves, Otacílio Pereira, Celso Pereira Araújo, entre outros.[36] Espinosa descreve que, ao ficarem cientes do cenário de "queda" generalizada, o medo ficava cada vez mais intenso:

> Iara estava nervosa, preocupada. Acho que percebi, porque ela tentava me acalmar, dizia "tudo bem, vamos segurar, agir com a cabeça, vamos ver se raciocinamos". Nesse momento, a gente tem certa vontade de voltar aos braços da mãe, o impacto da prisão era muito próximo, sentíamos que de fato estavam se aproximando da gente.[37]

O medo é uma importante emoção a ser examinada em contextos autoritários e, logo, sua definição é crucial para compreendê-la. A partir do verbete do *Minidicionário Houaiss da*

[34] Idem.
[35] Idem.
[36] Não é possível saber exatamente os nomes e a data de prisão, porque os registros não eram feitos corretamente. Isso porque os detidos ficavam alguns dias sendo torturados, para que depois (de dias ou semanas) pudessem ser oficialmente colocados nos livros das casas de detenção.
[37] ESPINOSA, s.d., op. cit.

língua portuguesa, sabe-se que medo "é uma perturbação psicológica diante de ameaça ou perigo, real ou imaginário". Há ainda uma complementação de sentido acrescentada pelo *Diccionario de la lengua española da Real Academia Española*: o medo seria, então, "angústia por um risco ou dano real ou imaginário; receio ou apreensão que alguém tem de que lhe aconteça algo contrário ao que se deseja". Dessa forma, "o medo pode ser considerado um dos elementos mais poderosos da construção das relações sociais e dos processos de subjetivação dos corpos".[38]

A mobilização e disseminação do medo foi prática importante nas ditaduras do Cone Sul, nacional e transnacionalmente, com o objetivo de controlar indivíduos e grupos que agiam em oposição ao Estado autoritário e seus ideais: "o medo, portanto, acompanhou milhares de pessoas (...) em sua militância, no cárcere, no exílio, na clandestinidade e em outros espaços de repressão e resistência nas ditaduras".[39]

Observando o caso de Iara, com exceção de sua prisão, este talvez tenha sido um dos primeiros momentos de medo concreto da repressão – não ao acaso, com o AI-5 em vigência. Justamente este último ponto adiciona certa impossibilidade de voltar atrás e se desvincular das ações da organização. Possivelmente, Iara se viu em uma encruzilhada – que, mais à frente, compartilhou com sua amiga Evelise Marra: o retorno à vida "legal", de professora universitária e psicóloga, era inviável; o abandono da militância poderia ser julgado como "vacilação" pelos outros integrantes do grupo.[40]

Ao mesmo tempo, havia a preocupação com os companheiros que estavam sendo presos, que eram pessoas com quem ela convivia, compartilhava concepções ideológicas e havia desenvolvido vínculos pessoais de amizade, afeto e solidariedade.[41] Encontra-se aqui a emoção usada por Espinosa para definir o principal motor de sua relação com Iara neste período: solidariedade. Encontra-se aqui a emoção usada por Espinosa para definir o principal motor de sua relação com Iara neste período: solidariedade, que pode resultar de uma negação ao isolamento imposto pelas políticas repressivas do regime.[42]

---

[38] BORGES, Luiz Augusto Possamai. Cartografias do medo e das sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Políticas de emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 95.
[39] Ibid., p. 94.
[40] MARRA, s.d., op. cit.
[41] TEIXEIRA, Kelly Cristina; SILVA, Tamy Amorim da. Afetos construídos: solidariedade na resistência às ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Políticas de emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 164.
[42] NUNES, Alina; ZACCHI, Lara Lucena. "As pessoas não podem resistir sozinhas": memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). Políticas de emoção e do gênero no Cone Sul. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 19.

Espinosa prossegue o relato sobre o momento em que descobriu que seu pai estava preso:

> [No] trajeto de volta, eu chorando dentro do carro, Iara foi muito importante. Tratamos de sair correndo de Osasco, o quanto antes. A impotência dava vontade de sair atirando. Iara afagava, dizia "vamos ver o que a gente pode fazer". Em São Paulo, ligamos de novo, marquei encontro com meus irmãos, todos menores, era uma coisa perigosa, o telefone podia estar censurado. Iara veio junto ao encontro, até hoje eles perguntam: "e aquela moça loira?". Foi num restaurante. Eu disse: "não é o caso de me entregar". Iara reforçava: "eles não podem ficar com seu pai muito tempo, não tem sentido". Peguei todo o dinheiro que tinha no bolso e passei para eles, Iara também, para contratar um advogado. Ficaram com meu pai cinco dias.[43]

A prisão do pai de Espinosa, usado como refém para atraí-lo, foi apenas uma das tentativas de chegar ao militante. Em 2 de fevereiro, a casa de Maria Lúcia e Francisco foi invadida e o casal, preso. Não foi possível apurar se Espinosa conseguiu fugir do cerco ou se já havia sido retirado do local antes que tudo ocorresse – a hipótese mais plausível, no entanto, é a primeira. Fato é que ele foi deslocado para a residência de outro casal de amigos de Iara, estes sem envolvimento direto com a VPR (ainda): Heleny e Ulysses Telles Guariba.

Os três se conheciam da FFCL, onde Heleny e Ulysses estudavam Filosofia, além de frequentarem o ciclo de intelectuais – juntamente com Claudio Vouga, Albertina de Oliveira Costa, Eduardo Kugelmas e outros.[44] Ademais, Heleny era dramaturga e professora de teatro, tendo atuado por um tempo no Tusp.

Ulysses recordou que, através de contato com Lourdes Sola, Iara solicitou ao casal que guardasse Espinosa em sua casa: "a Iara aparecia sempre e funcionava como contato entre o grupo de ação do qual participava Espinosa, trazia informações, costurava os contatos. A gente não perguntava. Espinosa passava dia e noite em casa, a gente conversava muito, discutia".[45] A fala indica que o militante ficava "fechado" o tempo todo – ou seja, não podia sair para nada, sinal de que estava sendo fortemente procurado.

Maria Lúcia ("Dora"/ "Helena") e Francisco ("Sebastião") foram presos, de acordo com as evidências, após Hermes Camargo apontar a atuação de ambos nas mobilizações pela greve de Osasco. Hermes conhecia a localização da residência dos dois por ter frequentado o local para reuniões e para a confecção de um jornal, *O Grevista*, que circularia durante a paralisação.[46] Maria Lúcia e Francisco, além de José Ibrahim ("Pereira"), foram dos poucos

[43] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[44] GUARIBA NETTO, Ulysses Telles. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[45] Idem.
[46] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Hermes Camargo Baptista (em aditamento). São Paulo, 11 abr. 1969. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 6, 1979, fls. 591-592, p. 101-104.

militantes do Setor Urbano presos neste período, dado que tinham trabalhado com "Xavier" antes de sua transferência para o Setor Logístico, pouco depois da greve.

De acordo com os documentos, apesar de ter sido torturada,[47] Maria Lúcia conseguiu caracterizar seu envolvimento como estritamente estudantil e inofensivo – utilizando-se da "instrumentalização do gênero", confirmada por seu marido.

Em interrogatório atribuído a Ladislau Dowbor, quando de sua prisão, consta que no período de "fins de 1968 até fevereiro de 1969", ele teria residido, junto com Eduardo Leite e Onofre Pinto, em um apartamento na Rua Frei Caneca, em "prédio abaixo da Rua Paim (lado par), último andar".[48] O local é citado outra vez em declarações atribuídas a Eduardo Collen Leite, nas quais ele teria afirmado: "fiz algumas reuniões com Espinosa e Iara na Rua Frei Caneca, onde morava Ladislas".[49] Em entrevista, na década de 1980, Ladislau contou: "a gente conviveu bastante na Frei Caneca, tínhamos um apartamento. Alugamos o Bacuri, Iara e eu".[50] Ladislau comenta que a rotina era exaustiva:

> A gente saía 5h30 [da manhã] na Frei Caneca, chegava às 8h [da noite], agenda lotada. (...) Essa hora nenhum polícia enche o saco perguntando aonde você vai. Era uma hora em que todo mundo tem o saco cheio, vai trabalhar. Era uma hora segura. Então, a gente tinha muitos encontros, fazia distribuição de material. Cada vez que tem um preso, precisa desmontar todos endereços, remontar, avisar todos os contatos, localizá-los, encontrar pessoa que tem fachada, assegurar o fluxo de dinheiro, a montagem de estrutura, treinamento do pessoal recrutado, informação de pessoas isoladas. Era uma máquina de trabalho.[51]

Estas funções devem ter sido especialmente requisitadas neste período, graças ao quase desmantelamento do Setor de Logística – o principal da organização –, além da invasão de

---

[47] Ela afirmou, no entanto, que a tortura não foi tão intensa quanto com outros: "fui torturada, mas não da maneira como estavam imaginando. Chicão [foi] mais do que eu. Mas, em relação aos outros, não foi tão ruim, porque um delegado do DOPS conhecia um tio de Chicão, consegui certos privilégios". CARVALHO, 1986, op. cit.

[48] OBAN. Resumo das declarações prestadas por Ladislas Dowbor (...) à Equipe de Interrogatório Prelimitar "A-2", no dia 23 de abril de 1970, das 0830hs às 1230hs. São Paulo, 23 abr. 1970. In: AN. *Atividades da CE Operação Bandeirante - Dossiê*, 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003285, p. 65.

[49] OBAN. Cópia da declaração de próprio punho prestada por Eduardo Leite (...) à Equipe de Interrogatório Preliminar C/1, no dia 1 de outubro de 1970, das 0800 às 1500 horas. São Paulo, 1 out. 1970. In: AN. *Declarações prestadas por subversivos à "Operação Bandeirante"*, 10 nov. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70022235, p. 5.

[50] DOWBOR, s.d., op. cit. Em interrogatório atribuído a Fernando Kolleritz, militante da VPR e depois da Rede, consta: "'Danielle', garota francesa que aqui esteve e já regressou à França, tinha um apartamento na Rua Frei Caneca, onde o interrogando conheceu 'Claudia' (Iara Iavelberg)". Não foi encontrada nenhuma pessoa na VPR utilizando o codinome "Danielle" e, de acordo com o historiador Fábio Chagas, Pauline Reichstul, companheira de Ladislau, tinha uma grande amiga francesa chamada Danielle Birck. Fernando, que também morou em Paris e fora recrutado para a VPR por José Maria Crispim – da mesma forma que Quartim e o próprio Ladislau –, o que supõe que ele possa ter conhecido Pauline e, por conseguinte, Danielle (DOPS. Auto de qualificação e de interrogatório de Fernando Kolleritz. São Paulo, 29 jun. 1970. In: STM. *Apelação 39.049*, São Paulo, v. 1, 1971, fls. 59-65, p. 127-140). Depois, então, teriam vindo Iara e Bacuri. Se Onofre morou um período no local, não foi possível confirmar.

[51] DOWBOR, s.d., op. cit.

vários aparelhos importantes – entre eles, o de Yoshitane Fujimori e José Ronaldo Tavares, onde foram apreendidas diversas armas expropriadas pelo grupo no final de 1968 na Casa Diana. Carlos Lamarca estava sendo "guardado" neste aparelho e, diante do risco, foi retirado às pressas, tendo ficado sob custódia temporária da ALN de Marighella.[52]

Com base apenas no que foi registrado pelos órgãos de segurança, até maio de 1969, foram presas 29 pessoas, sendo três da ALN e uma mulher sem ligações políticas. Essas perdas custaram à organização quase todos os quadros ligados ao comando e ao setor de ações: além dos que já foram citados, foram presos Onofre Pinto, principal comandante; Diógenes Carvalho, membro destacado da Logística; José Ibrahim, que na época era coordenador do Setor Urbano; Roberto Ferraz do Amaral, coordenador do setor de imprensa; entre outros. Ademais, foram assassinadas três pessoas pelos agentes da repressão neste período, sendo: Marco Antonio Braz de Carvalho, o Marquito, da ALN; Hamilton Fernando Cunha ("Escoteiro"), a primeira vítima da VPR; e Joaquim Gonçalves dos Santos, sem militância.[53]

Renata Andrade, que apesar de já ter sido oficialmente desligada da organização, estava em fase de transição, repassando seus contatos e outras funções para outros militantes, recordou o pânico deste momento crítico:

> Os núcleos foram ficando mais reduzidos e as pessoas tiveram que se lançar em todas as tarefas. Era extremamente perigoso. A gente sentia medo, então, mas o pior do medo era a insegurança de saber até onde a polícia sabia. Principalmente depois que começaram as quedas. Aí foi terrível, houve medo grande mesmo. Pavor. Podia acontecer a qualquer momento. (...) A gente ficava naquele dilema crucial: "será que eles já têm o meu nome?". As pessoas não podiam passar para a clandestinidade sem mais nem menos, porque quem ainda tinha identidade legal era precioso, podia circular, fazer inúmeras coisas.[54]

Quiçá para aliviar a tensão e o medo, Iara, Ladislau e Eduardo tentavam ter uma convivência amena no apartamento na Frei Caneca: "sempre cozinhamos os três. Tínhamos uma vida muito divertida, de romance. O Bacuri foi um dos melhores amigos meus no Brasil", disse Ladislau em entrevista.[55] Isso não impedia, no entanto, que o local fosse também utilizado para tarefas políticas.

---

[52] JOSÉ E MIRANDA, 2015, op. cit., p. 74.
[53] Em 26 de fevereiro de 1969, Joaquim Gonçalves dos Santos, mineiro de 35 anos e caseiro de um sítio em Cotia, foi assassinado por militares em sua casa. Para versão oficial, cf. CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. Relatório especial de informações n° 3/69. Rio de Janeiro, 7 mar. 1969. In: AN. Dossiê sem título obtido pela CNV, s.d. Fundo Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV.0.VDH.00092001498201379, p. 15. Para versão da esposa, cf. DOPS. Termo de declarações de Jovelina de Jesus Pereira. São Paulo, 26 fev. 1969. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 4, 1979, fl. 370, p. 69-70. O responsável pela execução foi o sargento do Exército Carlos Roberto Pierre Braga. O caso não foi investigado pela Comissão Nacional da Verdade; na Comissão de Anistia consta um processo com esse nome, mas não foi possível verificar se se tratava de fato de Joaquim.
[54] ANDRADE, s.d., op. cit.
[55] DOWBOR, s.d., op. cit.

Fernando Kolleritz, militante recém-ingressado na VPR após chegar da França, ligado ao Setor Rural, recordou: "Iara tinha trânsito bom num apartamento de uma travessa da Consolação, de alguém que ela conhecia intimamente; o apartamento era para reuniões. Eu dormia em qualquer lugar depois das reuniões".[56] Embora tenha dito que o local era em uma travessa da Rua Consolação, é possível que estivesse se referindo a uma travessa da Avenida Paulista. As reuniões eram para se discutirem os resultados de levantamentos de áreas para a instalação dos focos rurais.[57] Faz sentido que Fernando tivesse essas reuniões com Ladislau e Eduardo: o primeiro por seu envolvimento com a área rural da organização, e o segundo por, assim como Iara, integrar um setor intermediário, "urbano-militar". Além disso, posteriormente, por divergências táticas com a VPR, Fernando e Eduardo deixaram o grupo para fundar a Rede.

No entanto, quanto à terceira moradora do apartamento, Iara, Fernando se recordou apenas de uma relação estritamente pessoal:

> Foi uma paixão, muito desconfortável, insegura, não sabíamos nunca se iríamos nos reencontrar. Muito difícil, com poucos prazeres. Se ela percebesse uma hesitação, ou outro cara pintasse, ela não podia deixar perder. A Iara buscava, na relação, alguém que ela achasse que a coisa se prolongaria. Não só de cama, queria estabilidade. Se o cara hesitasse, tivesse outra, ela não queria, dizia "não tenho chances", "não vai dar certo" e largava. O homem podia estar tentando, ela não esperava. (...) Foi rápido, mas não foi só um caso; tentamos nos amar.[58]

O impeditivo teria sido a namorada de Fernando, que não vivia clandestinamente. Iara teria se sentido em desvantagem na relação, optando por terminá-la. Mas a forma como Fernando descreveu o breve relacionamento com Iara está em sincronia com que foi discutido até aqui: "estávamos todos muito sozinhos, procurando encontrar. Havia busca e investimento afetivo". Ele acrescenta: "lembro dela como pessoa querendo, mais que a maioria dos militantes, ter a perspectiva de uma vida intensa, de ser feliz. Existia como uma preocupação, o que não era o caso da maioria dos homens, de valorizar a vida pessoal, de não deixar que os eventos fossem levando".[59] O principal local de encontro pessoal/privado, para fins pessoais, também era o apartamento na Frei Caneca. Ladislau, que era ex-namorado de Iara, recordou como foi conviver com o novo casal: "eu achava muito simpático [ri muito]. A Iara achava

[56] KOLLERTIZ, Fernando. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[57] Segundo Fernando, seus relatórios sobre a situação do campo eram sempre negativos: "eu dizia que havia um descompasso muito grande entre a evolução daqui, insegurança, quedas, periculosidade da cidade e a preparação no campo. O mais otimista dos meus relatórios dizia que teríamos que ficar ao menos um ano preparando, antes de jogar gente lá para fazer o foco. Em geral, eu acrescentava: 'não há mato, condições geográficas, a área não corresponde ao tipo de tática que se imaginava levar'". Idem.
[58] Idem.
[59] Idem.

péssimo que eu achasse simpático [ri muito]. Coisas divertidas. Comentei que achava simpático e ela achou péssimo".[60]

As questões afetivas dos militantes da luta armada, principalmente aqueles em situação de clandestinidade, não têm lugar nos relatos sobre o período, tampouco na historiografia. Isso ocorre porque tende-se "a compreender as emoções como irrupções irracionais do estado de ânimo, que levam à tomada de decisões incorretas".[61] Levando em consideração que a preocupação com sentimentos e afetividades eram majoritariamente associadas ao feminino, pode-se considerar que tais características eram indesejadas para o "guerrilheiro ideal".

Os novos quadros da VPR advindos de Quitaúna demonstraram seu primeiro compromisso com a revolução, ao adotarem uma postura de objetividade e renúncia às implicações das relações pessoais: parte importante do plano de saída dos militares do quartel foi a retirada prévia de suas famílias do Brasil. As esposas e os filhos de Darcy Rodrigues e Carlos Lamarca foram, com o apoio da organização, enviados para a Itália, de onde partiram para seu destino definitivo, Cuba.

A decisão parece exemplar das atitudes esperadas de guerrilheiros: renunciar aos laços afetivos e familiares, que representam fraquezas subjetivas e concretas. Concretas, pois estas pessoas poderiam ser utilizadas pela repressão para atrair e desestruturar os militantes – como ficou evidente no caso da prisão do pai de Espinosa. Subjetivas, dado que se tratava de um ato simbólico: o militante se desliga das "distrações" pessoais, com o objetivo de se dedicar exclusivamente à revolução. Ademais, este ato reforçou os papéis de gênero na luta armada, que em muito dialogavam com a situação da sociedade brasileira como um todo: às mulheres cabia cuidar dos filhos e do lar; aos homens cabia a atuação política. Em entrevista à *Veja*, Maria Pavan, esposa de Lamarca, relatou: "criada no bairro carioca do Estácio, região de famílias de classe média baixa, ela nunca teve maiores preocupações políticas e conta que foi educada para ser 'mãe de família e não heroína'".[62]

No entanto, esse cenário soa contraditório, sobretudo ao lembrarmos a célebre frase atribuída a Che Guevara: *hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás*. Apesar da fala de um dos principais teóricos da revolução, as emoções eram consideradas como características femininas e, portanto, sinônimo de fraqueza. Em um momento em que atitudes como a de

[60] DOWBOR, s.d., op. cit.
[61] "Esto ha sucedido pues se tiende a suponer las emociones como irrupciones irracionales del estado de ánimo, que conllevan a la tomada de decisiones incorrectas". BAHAMÓN, Silvia Otero. Emociones y movimientos sociales: algunas claves útiles para estudiar el conflicto armado. *Colombia Internacional*, v. 63, jan./jun. 2006, p. 176, tradução livre.
[62] LEITE, Paulo Moreira. Do fundo das trevas. *Veja*, São Paulo, 4 mai. 1994, p. 118.

Lamarca e Darcy eram louvadas como dignas dos verdadeiros revolucionários, o fato de Iara valorizar o seguimento de sua vida pessoal e desejar constituir uma família soava como inapropriado para uma militante que desejava se firmar como tal.

Sem embargo, na prática, ela não era a única com essas aspirações. Outros militantes, mais recentemente, citam necessidades parecidas. Ieda dos Reis, militante da VPR de codinome "Joana", faz breve comentário a esse respeito: "a situação da sexualidade na guerra é uma coisa que merece, sim, um estudo. Você está diante do perigo, você está... Tem como companheiro presente a solidão, você... Está vulnerável a tudo".[63]

Apesar do convívio "leve", o aparelho de Ladislau, Eduardo e Iara logo foi desmontado. O motivo, de acordo com Ladislau, teria sido um descuido de Eduardo: "o Bacuri inventou de queimar uma série de documentos de alto risco no tanque, deu uma fumaceira, todo o bairro ficou preocupado [ri muito]. Veio gente verificar, a gente teve que desmontar".[64]

As evidências indicam que Iara teria ido morar, então, em um aparelho na Rua Oscar Freire. Tratava-se de um apartamento pequeno, com apenas quarto, sala e banheiro.[65] Isto deve ter ocorrido em meados de março, mesmo período da segunda onda de prisões – ainda em consequência da primeira, iniciada pelos militantes do caminhão –, na qual foram presos quadros importantes para a estrutura da organização, entre eles o principal comandante, Onofre Pinto.

Espinosa relatou que, com o objetivo de reestruturar o grupo, junto com Valdir Sarapu e José Campos Barreto (também ex-namorado de Iara), deu um "golpe":

> Nesse período, eu dei um golpe branco [sic]. "Não tem mais comando, eu mando. Alguma dúvida? E vamos segurar esse negócio". Então, tomei a frente de todos os contatos. "Todas as ações estão cessadas, vamos só reencontrar o pessoal, tentar segurar as prisões, tirar o pessoal do fogo da polícia".[66]

Neste período, estima-se que Iara tenha ajudado a abrigar diversos militantes e simpatizantes que corriam risco de serem presos. Uma dessas pessoas foi Chizuo Osava, o "Mário Japa": "foi em 1969. Meados. Ela que levou para uma casa. E me escondeu alguns dias. Eu morava em Santo André. Ela tinha muitos contatos, conhecia todo mundo de São Paulo. Fiquei uns dias, depois fui transferido para outra casa e não tive mais contato com ela".[67] Em interrogatório atribuído a Eduardo Kugelmas, antigo namorado de Iara, consta a informação de

[63] REIS, 2022, op. cit.
[64] DOWBOR, s.d., op. cit.
[65] ABRAMOVAY, Miriam. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[66] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[67] OSAVA, Chizuo. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

que ela teria solicitado que ele abrigasse Ladislau Dowbor em seu apartamento no início de janeiro por cerca de 10 dias.[68]

Moacyr Urbano Villela, amigo do Tusp – o qual ela continuava frequentando, na medida do possível, mesmo após as quedas –, recordou que, neste período, ela recorreu muito a André Gouveia, outro amigo do teatro:

> [A gente] se encontrava porque precisava pedir coisas, guardar gente. André Gouveia tinha muito essa função, porque era muito imaginativo. Iara usou muito André para isso, aquele período de queda maior da VPR, quando pegaram aquele caminhão. André deve ter guardado umas 30 pessoas, cada vez inventando outra história, cada um numa casa, ninguém sabia quem estava guardando. Até que ele teve que fugir.[69]

De fato, André saiu do Brasil em 1969 e, como mencionado anteriormente, faleceu no exílio em 1971.[70]

Foi a vez, então, de Valdir ser abrigado por Ulysses e Heleny, a pedido de Iara. Pouco depois da saída de Espinosa, a casa foi invadida por militares e o casal foi acusado de terrorismo. Não houve grandes implicações, graças a contatos pessoais da família de Ulysses: "o delegado que me prendeu era amigo do meu pai. Aí demos uma esfriada grande na casa. Mas um dia a Iara apareceu, disse que tinha um problema grave, precisava levar uma pessoa lá. Eu disse: 'Tudo bem, mas precisa tomar cuidado'. Aí veio o Valdir Sarapu".[71]

Valdir precisou de abrigo imediato porque teve sua residência no Ipiranga, onde morava com sua esposa Lucia Sarapu, invadida pelas autoridades quando escondia Lamarca. Os três conseguiram fugir a tempo: Lamarca foi novamente para o sítio da ALN; Lucia, nos últimos dias de gravidez, voltou para a casa dos pais em Santo André para ter seu filho; Valdir foi acolhido pelos Guariba, após mediação de Iara. Ulysses relatou:

> O Valdir sabia claramente que a parada estava perdida, que eles não tinham condições de levar o treco, as pessoas entravam em pânico, em depressão meio brava. Em casa ele se retomou um pouco, ficou mais ou menos um mês, a gente conversava. (...) Iara também aparecia nessa época, também era contato do Valdir. Aí a Iara estava muito amiga da Heleny. E a casa era lugar relativamente seguro.[72]

Diante da pressão, ele logo deixou a organização, acompanhando a saída de sua esposa – que, depois do nascimento do filho Camilo, sofreu de grave depressão pós-parto e decidiu se

[68] APESP. *Declarações que presta Eduardo Kugelmas*, 6 jan. 1968. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-15.875.
[69] VILLELA, s.d., op. cit.
[70] APESP. *Ficha – André Belink de Gouveia*, 12 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSSPOSFTEXSNG001947.
[71] GUARIBA NETTO, s.d., op. cit.
[72] Idem.

afastar da militância.[73] Lucia recordou ter encontrado Iara pela última vez mais ou menos neste período:

> No último encontro que tive com ela, nas escadarias da Gazeta, ela me passou as coisas da organização e as notas dos alunos, porque eu precisava fechar o ano. (...) Quando a vi, ela riu para mim porque estava com o cabelo curto e disse: "*cê* tá me achando tão diferente, né? Eu também". Cortou para a organização, bem curtinho.[74]

A decisão de cortar o cabelo foi tomada por Iara e sua cunhada, Miriam, possivelmente depois da segunda onda de quedas. Elas não tinham certeza se suas identidades e atividades políticas haviam chegado ao conhecimento da repressão, dado que pessoas muito próximas tinham sido detidas – como, no caso de Iara, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, preso em 2 de março.

A repressão acreditava que Roberto, cujo nome de guerra era "Joaquim", era um militante denominado "Joca", que alguns apontavam como participante de ações armadas, como expropriações de banco.[75] "Joca", neste caso, tratava-se do apelido, e não do codinome, de Joaquim Monteiro, militante que só seria descoberto em meados de 1970.

Roberto, porém, não tinha qualquer participação em ações, atuando sempre no Setor de Imprensa. Em informe de 7 de março, consta que Roberto teria declarado "que era namorado de Iara Habecon [sic] ("Leda"), que fazia parte de uma Base do Subsetor Operário da Lapa".[76] Esta declaração não consta no documento oficial produzido como interrogatório de Roberto, que inclusive tem data bem posterior (26 de março) à sua prisão.[77] Estimo que esta informação tenha sido comunicada por ele durante as sessões de tortura às quais foi submetido enquanto ainda estava sob custódia da Polícia do Exército. Sabe-se que Roberto e Iara namoraram por um curto período, possivelmente entre 1965 e 1967. O fato de ele possivelmente ter: a) dito o nome dela de casada (Iara Haberkorn) – o qual ela já não utilizava há anos; b) dado a ela um codinome diferente do que ela utilizava – "Leda" em vez de "Rita"; c) e tê-la associado a um setor ao qual ela não pertencia pode ser interpretado como uma tentativa de despistar a repressão e cessar as violências. No acervo do Deops consta uma ficha em nome de "Iara Habercon", mas ela jamais foi associada a Iara.[78] A repressão só descobriria que Iara Iavelberg e Iara Haberkorn

[73] A situação de Lucia foi grave, incluindo uma tentativa de suicídio. Para mais detalhes, cf. MORTADA, 2008, op. cit., p. 136-137.
[74] SARAPU, s.d., op. cit.
[75] STM. *Apelação 38.546*, São Paulo, 3 volumes, 1 apenso, 1972.
[76] ARQUIVO NACIONAL. *Relatório especial de informações n° 3/69*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1969. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83007936.
[77] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Roberto Cardoso Ferraz do Amaral. São Paulo, 26 mar. 1969. In: STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, 1979, v. 5, fls. 532-535, p. 201-208.
[78] APESP. *Ficha - Iara Habercon "Leda"*, s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXNSI000018.

(e não “Habecon” ou “Habercon”) eram a mesma pessoa em julho de 1970, com a apreensão de alguns documentos de sua época escolar.[79]

De qualquer forma, em decorrência da prisão de pessoas próximas, durante a reestruturação promovida por Espinosa, Iara montou o aparelho na Oscar Freire e somente ela tinha conhecimento de sua localização. Lá, deu continuidade às atividades de imprensa e propaganda da organização, só que agora com Miriam – que antes pertencia ao Setor de Logística –, devido à saída de Lucia: “trabalhávamos no setor de imprensa da VP. A gente estava todo dia, toda hora juntas. Escrevíamos, fazíamos jornalzinho”.[80] De acordo com Samuel Iavelberg, ele e sua então esposa visitavam o apartamento vendados.[81]

Mas por que um aparelho completamente clandestino, se não havia certeza de que Iara estava sendo procurada? Além dos cuidados redobrados da organização após a repressão ter descoberto endereços de muitos aparelhos, Iara havia sido procurada em seu antigo apartamento na Maria Antônia. No IPM resultante de sua prisão de junho de 1968, junto com os estudantes de Economia, Iara não foi indiciada, sendo designada meramente como “testemunha informante”.[82] Portanto, houve uma tentativa malsucedida de intimá-la a depor no processo, ainda que apenas como testemunha. O Oficial de Justiça relatou não a ter encontrado no endereço no dia 13 de março de 1969: “informado pelo zelador do prédio n° 384 da Rua Maria Antônia, Sr. Francisco Marcilio, que dita testemunha mudou-se daquele endereço há mais de 4 ou 5 meses, não sabendo seu atual endereço”.[83]

O apartamento continuou na posse de seu pai David, segundo o próprio afirmou.[84] Por isso, é muito provável que o zelador o tenha informado sobre a visita do oficial. Por não saber do que se tratava, e pelo fato ter ocorrido justamente num momento em que os militantes da VPR estavam sendo identificados e procurados pelos agentes de segurança, Iara possivelmente achou que tinha sido descoberta. Talvez por esse motivo, ela tenha aceitado uma missão que a organização lhe incumbira: deslocar-se para o Rio de Janeiro, com o objetivo de fazer contatos com militantes dos Colina.

Poucos dias depois da visita do oficial ao apartamento da Maria Antônia, em 24 de março, o então diretor da Faculdade de Filosofia da USP Eurípedes Simões de Paula assinou

[79] STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 10, fl. 2414, p. 41.
[80] ABRAMOVAY, s.d., op. cit.
[81] IAVELBERG, Samuel. Entrevista concedida de forma remota à autora. Madrid, 15 nov. 2022. 1 arquivo doc., acervo pessoal.
[82] MAIA, Raphael Carneiro. Mandado de citação. 1ª Auditoria da 2ª Região Militar. São Paulo, 14 fev. 1969. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, 1969, v. 1, fls. 130-137, p. 305-319.
[83] CHAGAS, Valdevino Ezequiel de. Certidão. São Paulo, 13 mar. 1969. In: STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, 1969, v. 1, fl. 164, p. 376.
[84] IAVELBERG E IAVELBERG, 1988, op. cit.

uma portaria dispensando Iara de suas atividades como instrutora voluntária da Psicologia. A data oficial de encerramento de atividades incluída foi 27 de fevereiro.[85] Sabe-se que Iara abandonou seu trabalho bem antes disso, ainda no segundo semestre de 1968.

Os documentos foram arquivados no mesmo processo aberto em decorrência da admissão[86] – atualmente, inexistente na USP, por isso, não foi possível apurar quem fez o requerimento de dispensa e quais os argumentos utilizados. No entanto, a proximidade das datas permite supor que os agentes tenham ido à universidade procurar pela ex-professora, ainda que apenas para convocá-la para testemunhar em um IPM, no qual não era acusada. Talvez por esse motivo, a FFCL tenha feito um movimento para extinguir o vínculo que possuía com Iara e seus vestígios.

Seguindo o processo de reestruturação encabeçado por Espinosa, Barreto e Valdir (que se afastava cada vez mais da VPR), foi proposta a realização de um congresso, cujo objetivo era fazer eleições para o comando e repensar o programa da organização, dada sua mudança compulsória de rumo. Neste período, Carlos Lamarca demandou fortemente sair da custódia da ALN e integrar as atividades da VPR. De acordo com documento escrito pelo próprio alguns meses depois, foi-lhe concedido o direito de participar de um dos grupos de preparação teórica, para o congresso que se realizaria em São Paulo.[87] Para isso, ele precisou de uma moradia fornecida pela organização.

Incumbida por Espinosa da tarefa de encontrar um local para Lamarca, Iara mais uma vez recorreu a Heleny e Ulysses, agora pedindo para que guardassem um dos homens mais procurados do momento:

> Saiu Valdir, passou um mês, Iara pediu para vir Lamarca. Nós sabíamos quem era; situação crítica, não havia infraestrutura, tinha que se ajudar, era uma cadeia de situações. Não dava para sair do trilho. "Não tem aonde ir? Vem". Heleny sempre estava de acordo. Lamarca ficou 30, 40 dias. Foi muito interessante. No início era mais difícil, depois ficamos amigos, conversamos muito, meu pai também era militar, fomos falando sobre vida, política, ele falou da formação dele.[88]

As evidências apontam que Iara e Lamarca se aproximaram neste período.[89] Ulysses relatou que ela o visitava com frequência, e que Heleny foi quem o alertou sobre um

[85] FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras. Portarias do diretor. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 1969, Executivo, Ano LXXIX, n. 63, p. 6.
[86] FFCL-USP. *Portaria de instrutor voluntário - Iara Iavelberg*, 3 jun. 1968. 4 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Assistência Administrativa.
[87] CID. Uma auto-crítica. 14 out. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fl. 1932, p. 147.
[88] GUARIBA NETTO, s.d., op. cit.
[89] ESPINOSA, s.d., op. cit.

envolvimento romântico dos dois: “eles passaram várias vezes a noite juntos. Conversávamos os quatro. Era a rotina”.[90]

Além do relacionamento ainda embrionário, a vinda para São Paulo e a participação no congresso da VPR garantiram a Lamarca (“César”) a ascensão à primeira posição de líder, dado que passou a integrar o comando da organização. Além dele (1), foram eleitos 2) Antônio Espinosa (“Lino”), oriundo da base de Osasco; 3) Cláudio de Souza Ribeiro (“Silvio”), originário do MNR e remanescente do Setor de Logística desmantelado pela repressão em janeiro; 4) Fernando de Mesquita Sampaio (“Diogo”), advindo do movimento estudantil, estudante de Economia na USP e um dos presos junto com Iara no apartamento da Rua Consolação; e 5) Chizuo Osava (“Mário Japa”), militante independente recrutado para a VPR no início de 1968, tendo atuado com Roberto Ferraz do Amaral no Setor de Imprensa.

Figura 43: Carlos Lamarca, s.d.

Fonte: Arquivo STM[91]

“César” e “Silvio” lideravam o setor do campo;[92] “Mário Japa” era responsável pelo logístico, que, apesar de ter o mesmo nome, tinha as mesmas funções do Setor Urbano pré-quedas; “Diogo” ficou com o setor de massas; e “Lino” coordenava os grupos armados urbanos.[93]

[90] GUARIBA NETTO, s.d., op. cit.
[91] STM. *Apelação 41.761*, São Paulo, v. 21, 1979, fl. 2150, p. 73.
[92] Segundo documento da organização discutido no congresso, “o setor campo é suprimido e se funde com a coordenação-geral, passando a comandar a organização”. TEXTO para informação e discussão, s.d. In: STM. *Apelação 39.093*, São Paulo, v. 2, 1975, fls. 304-306, p. 477-481.
[93] ESPINOSA, 1986, op. cit., p. 24.

Os eleitos ao comando estavam entre os participantes do congresso, que contou com a participação de, no total, 12 militantes: os cinco mencionados e Ana Matilde Tenório ("Cristina"), Manoel Dias do Nascimento ("Paiva"), Eduardo Leite ("Basílio"),[94] José Araújo de Nóbrega ("Alberto"), Darcy Rodrigues ("Batista"), José Raimundo da Costa ("Moisés") e Celso Lungaretti ("Júlio").[95] Este último foi ao congresso como representante do grupo de oito secundaristas que integrava, com o objetivo de oficializar sua entrada na organização.[96]

De acordo com Espinosa, durante a reunião, os militantes optaram por retomar o documento elaborado por Quartim durante a "Praianada" e aprofundá-lo, estabelecendo definitivamente que, na perspectiva da VPR, o caráter da revolução brasileira seria socialista.[97] O documento, sem título, de fato tem pontos semelhantes ao primeiro programa da organização, e mantém as três fases da revolução propostas anteriormente. Espinosa assegura que houve um esforço para se afastar das posições foquistas de Régis Debray, em nome da priorização das "colunas guerrilheiras estratégicas":

> Ser debrayista, para a gente, era uma ofensa. (...) A coluna dependia de uma implantação política, não apenas na região estratégica que a gente chamava, mas também nos colares, então em toda essa região você procuraria, em toda região circundante, você até faria trabalho de massa visando a guerrilha irregular.[98]

No entanto, alguns pontos do documento parecem ter muito em comum com as propostas debrayistas. Uma análise aprofundada e que comparasse os dois documentos poderia trazer respostas mais elucidativas, o que ultrapassaria os limites deste trabalho. Cabe ressaltar, porém, que este programa, diferentemente do anterior, retoma a ideia da Polop de que o trabalho com operários nas cidades era tarefa da vanguarda:

> Portanto, para que a vanguarda não seja cortada do processo objetivo da luta de classes, é preciso que desde a fase de preparação da luta guerrilheira, ela crie sólidas bases de penetração nas massas objetivamente revolucionárias (...), quer em termos orgânicos, quer em termos políticos, definindo uma linha correta de ação no

---

[94] Eduardo, por divergências sobretudo práticas, deixou a organização pouco depois do congresso. Para suas justificativas, cf. BASÍLIO. Razões que determinam meu desligamento da O. São Paulo, 1 jul. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 2036-2038, p. 355-359.
Alguns trechos deste documento parecem ser uma resposta crítica a um informe anterior, cf. O COMANDO. Informe do comando n° 2. São Paulo, 20 jun. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 10-11, p. 75-77.

[95] LUNGARETTI, 2020, op. cit.; LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia:* vencer ou morrer na guerrilha, aos 18 anos. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

[96] Segundo Celso, os oito estavam em contato com a VPR desde antes das quedas de janeiro, através do militante Marcos Vinício Fernandes dos Santos. No entanto, ele foi preso, obrigando o grupo a entrar na clandestinidade em condições precárias e sem o apoio da organização. Em meados de fevereiro, retomaram o contato através de Espinosa, que lhes forneceu dinheiro e móveis. Foram, então, convidados ao congresso para oficializar sua adesão como militantes. LUNGARETTI, 2020, op. cit.

[97] O resultado do documento pode ser consultado em DOCUMENTO sem título, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, p. 121-166.

[98] Idem.

> movimento de massas, seja ele operário, camponês ou setores da pequena burguesia interessados na Revolução Proletária.[99]

Além das discussões teóricas, ficou decidido que a organização tentaria estreitar laços com os Colina, grupo visto como "irmão", dadas as raízes polopianas em comum. Espinosa, que encabeçava esta proposta, afirmou que embora houvesse divergências teóricas entre os dois grupos, uma eventual fusão com os Colina representaria um aumento significativo da força da VPR. As diferenças teóricas eram aquelas existentes desde o racha da Polop: os Colina do Rio de Janeiro tinham posições mais alinhadas a Debray; os mineiros, por sua vez, acreditavam que o trabalho com as massas da cidade deveria ocorrer durante todo o processo revolucionário; em São Paulo, na VPR, havia partidários de ambos os lados.

Apesar dos desentendimentos, Espinosa acreditava que a união seria possível, uma vez que "nessa época, há uma reunião no Rio de Janeiro, em que vários pequenos grupos, grupo do Rio Grande do Sul, grupo da Bahia, um grupo de camponeses de Goiás, Pará, se juntam à COLINA", além de alguns remanescentes da Disp que não se integraram à ALN.[100]

Iara foi, então, incumbida de se deslocar ao estado da Guanabara para estes contatos.[101] Esta atividade foi prevista no *Informe do Comando n° 2*, que continha algumas definições estabelecidas no Congresso de abril:

> Além das necessidades imediatas para sobrevivência da organização e normalização da vida orgânica, é preciso encaminhar uma série de tarefas visando o campo e a montagem de um sólido braço urbano. Há uma infinidade de tarefas a exigir uma disposição revolucionária à toda prova: criação e consolidação de uma infraestrutura urbana, encaminhamento dos trabalhos no campo, definição de linhas de atuação em todos os Setores, *relacionamento com grupos para integração com organizações para fusão ou coordenação estratégica*, superação concreta da crise e de todos os desvios que ainda persistem na organização, melhor preparação política e militar dos militantes etc.[102]

Para além das responsabilidades políticas, Iara usaria este tempo longe para se afastar de Lamarca, que, afinal, tinha uma família. Ulysses recordou:

> A relação dos dois, precária e incerta, era amorosa, de intensa afetividade. Lamarca tinha crises infernais de culpa em relação à família. Mas *achava que estavam num mundo novo, estava resolvido*. Como tinha rompido todos os laços, ficou sem base, sem família, e Iara era um porto, deslumbrante, porque era intelectual, bonita, de outra classe social, um tesão de mulher.[103]

Essa memória traz pontos interessantes a serem analisados, sobretudo em relação ao "mundo novo" que viria após a concretização da revolução. O conceito de "homem novo" era

---

[99] Idem.
[100] ESPINOSA, 1986, op. cit., p. 20-22.
[101] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[102] O COMANDO. Informe do comando n° 2. São Paulo, 20 jun. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 97-103, p. 299-311, grifos meus.
[103] GUARIBA NETTO, s.d., op. cit., grifos meus.

um dos pilares do pensamento de Che Guevara – atualizado a partir de Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*.[104] Este seria um homem socialista, da transição entre o capitalismo e o comunismo, que teria "que lutar contra o ranço do *modus vivendi* burguês enquanto tenta construir uma nova civilização, com novos valores e uma nova conduta". Ademais, "o homem novo tem o seu pensamento solidário e sua nova postura fraterna reafirmadas pelo que vive e vê na realidade objetiva".[105] Che tentava, na prática, ser um exemplo deste homem novo.

Iara e Lamarca se conheceram em 1969; alguns anos mais tarde, em 1971, ela escreveu uma carta aos irmãos Samuel e Raul, que viviam exilados no Chile, abordando suas impressões sobre o ex-capitão: "ele, realmente, é fora de série. É a única pessoa que conheço que traz em si o embrião do homem novo".[106]

Há outras "similaridades" entre Che e Lamarca, e uma soa especialmente interessante, relativa à vida amorosa de ambos. Guevara era casado com Hilda Gadea quando partiu da Guatemala, onde viviam, para Cuba, com o objetivo de iniciar a guerrilha. Com o processo revolucionário cubano em curso, conheceu a militante Aleida March e os dois se apaixonaram. Após a vitória em Cuba, Che se separou oficialmente da primeira esposa, casando-se com March, com quem viveu até sua morte.[107]

Lamarca, por sua vez, era casado com Maria Pavan Lamarca, mas, quando optou por iniciar a guerrilha, enviou-a para Cuba. Militante clandestino no Brasil, conheceu Iara, guerrilheira da VPR; apaixonaram-se e viveram juntos até a morte de ambos.[108]

Che Guevara era um ídolo para as esquerdas brasileiras e, claro, para Lamarca e Iara. Sua história de vida – e não só suas proposições teóricas – era conhecida e venerada por aspirantes à revolução por todo o mundo. Lamarca desejava ser, assim como Che havia sido, o homem novo encarnado. Se, depois de concretizar a revolução e, por conseguinte, alcançar o "mundo novo" em Cuba, Che conseguiu resolver sua situação conjugal, Lamarca e Iara também conseguiriam – e aí, como disse Ulysses, "tudo estaria resolvido".

---

[104] CODARIN, 2020, op. cit., p. 3803.
[105] SILVA, Newton Ferreira da. *O pensamento de Che Guevara*: homem novo, trabalho e consciência na revolução cubana. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011, p. 46.
[106] Embora a carta tenha sido escrita em português, foi publicada pela revista chilena *Punto Final* em espanhol. O original publicado, portanto: "El, realmente, es fuera de serie. Es la única persona que conozco que trae en sí el embrión del hombre nuevo". SEPULVEDA, Lucia. El Capitán Lamarca: un héroe del pueblo brasileño. *Punto Final*, Chile, ano VI, n. 140, 28 set. 1971, p. 27.
[107] MARCH, Aleida. *Evocação:* minha vida ao lado de Che. Rio de Janeiro: Record, 2009.
[108] ANJOS FILHO, 1999, op. cit., p. 89.

6.2 A efêmera VAR-Palmares e a luta contra o "germe do stalinismo"

> Ela estava numa fase em que tentava se definir por uma determinada coisa. Tentando se dar um tempo. Afetivamente, ela tinha o Lamarca fazendo proposta, "vamos viver juntos", ela dizia para mim que ele era uma pessoa extremamente terna e cavalheiro. Gentil, fino e educado. Mas ela dizia: "o Breno me mobiliza, o Breno, seus olhos azuis", e todas as considerações a respeito da beleza dele. (...) No começo, Iara achava Lamarca babaca, bobo. Eram algumas coisas que ele dizia para ela que ela ficava com vergonha por ele. Meladas demais.[109]

Embora sejam recordados como casal perfeito, Iara não esteve certa desde o princípio de que correspondia aos sentimentos de Carlos Lamarca. O trecho citado acima é uma fala de Dilma Vana Rousseff, à época militante dos Colina. Em 1969, Rousseff vivia na cidade do Rio de Janeiro e, após a chegada de Iara, as duas moraram juntas por um período, quando ficaram muito amigas.

Dilma era mineira e foi para o Rio em fins de 1968, após ter seu apartamento invadido pela repressão em Belo Horizonte. Na "cidade maravilhosa", entrou para a clandestinidade, passando a integrar a direção da organização, junto com Carlos Alberto Soares de Freitas ("Breno"): "o Breno um dia me diz: 'arranjei um lugar onde você pode ficar uns tempos'. Encontro com Iara, nos reconhecemos, tínhamos nos visto eventualmente em 1967 no Congresso da Polop. Passo a morar com ela um mês e meio, dois". Apesar das atividades políticas, a convivência pessoal predominava, conforme Dilma relatou:

> Eu não sabia o que ela fazia quando eu não estava. Mas a gente se encontrava bastante, porque fomos ficando amigas. Então, eu optava por almoçar com ela. Se tivesse uma manhã livre, ia à praia com ela. À noite, na maioria das vezes, não tinha nada que fazer depois da 9 e a gente andava pela Copacabana inteira, andava a [avenida] Atlântica. (...) No apartamento, tinha duas camas num quarto só e um corredor. Não tinha sala. A gente deitava e conversava a noite inteira sobre aquilo que toca à afetividade, fundamentalmente de namorado. Ela me contou da vida.[110]

Retomando o conceito de "espaços de normalidade", fica evidente que em um contexto desfavorável e de clandestinidade – ainda que não completamente pelo lado de Iara –, as amigas criavam formas de ter experiências consideradas "normais". Um exemplo disso é o fato de procurarem almoçar juntas, entre as atividades exaustivas e perigosas, como a cobertura de pontos.

Dilma lembra: "eu cobri muito ponto na vida, porque era da direção. A maioria cobria ponto. Quem não cobria, vivia em função do ponto que ia cobrir".[111] Além de ter a finalidade de manter o contato entre os militantes funcionando, os pontos serviam para verificar se os companheiros estavam livres e bem – o que poderia acrescentar tensão e insegurança. Levando

[109] ROUSSEFF, s.d., op. cit.
[110] Idem.
[111] Idem.

em consideração que a "a normalidade não exclui o ativismo político", mesmo os militantes clandestinos que viviam para as atividades da organização, manifestavam a normalidade – isso porque ela é "uma questão de experiência e não de crença, de costumes e não de planos, tem uma sensação comprovadamente passiva. Está embutida nos hábitos diários e incorporada na existência física".[112]

Dessa forma, compreender a rotina de Iara para além das atividades estritamente políticas e analisar as relações que desenvolveu com pessoas que viviam circunstâncias similares às suas é fundamental para conhecer mais sobre a vida cotidiana dos militantes da luta armada durante a ditadura. O político e o privado se entrelaçam, sobretudo no contexto de clandestinidade, durante o qual os vínculos pessoais são estabelecidos quase que exclusivamente com outros militantes.

Em vista disso, o relato de Dilma Rousseff é especialmente valioso, por ela ser uma das únicas confidentes de Iara neste período, e que sobreviveu. É importante ressaltar, todavia, que ele foi concedido na década de 1980, antes de que ela ganhasse projeção na política nacional, ao assumir cargos na primeira gestão do governo Lula. Por meio dela, pode-se conhecer detalhes dos momentos iniciais do relacionamento de Iara e Lamarca, além dos dilemas envolvendo Carlos Alberto Soares de Freiras, o "Breno", desaparecido político que, como as evidências indicam, foi assassinado na Casa da Morte de Petrópolis,[113] em 1971. Heleny Telles Guariba, que testemunhou a aproximação de Iara e o ex-capitão em sua casa, foi possivelmente assassinada no mesmo local e ano que Beto, estando também desaparecida até os dias de hoje.

Embora não saiba especificar o motivo pelo qual Iara foi para o Rio naquele momento, Dilma apontou: "o que lembro é que teria havido um problema com ela, mas não era muito grave, tanto que ela usava o nome dela. Mas tinha resolvido dar uma resfriada na situação dela indo para o Rio. Mas me parece que ela tinha a iniciativa de fazer contatos conosco".[114] A partir dessa afirmação, depreende-se que Iara não vivia situação de completa clandestinidade, como alguns colegas de Minas, Dilma incluída.

Ainda sobre esse tema, ela recordou de Iara ter "dinheiro familiar" nessa época, inclusive cartão de crédito.[115] Considerando que ela se deslocou para o Rio para morar por

[112] "Normalcy does not preclude political activism. (...) A matter of experience rather than belief, of customs rather than plans, it has a demonstrably passive feel. It is imbedded in daily habits and embodied in physical beings". BERGERSON, 2004, op. cit., p. 262, tradução livre.
[113] Cf. RIBEIRO, Jonatan da Silva. A Casa da Morte em Petrópolis: o patrimônio de uma memória traumática. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 7, n. 8. ago. 2021.
[114] ROUSSEFF, s.d., op. cit.
[115] Idem.

tempo indeterminado, pode-se ter em conta que Iara teria saído do emprego no Imesp, vivendo presumivelmente da pensão do ex-marido. Não foi possível confirmar este dado, uma vez que a instituição de ensino não encontrou documentos sobre o vínculo empregatício com Iara.[116]

Outro fato, segundo Dilma, que levou Iara à Guanabara foi o desejo de se afastar de Lamarca:

> Ela conheceu ele num aparelho em São Paulo onde ela ia para fazer reuniões. Ele ficou encantando com ela. (...) Um belo dia, na cozinha desse aparelho, ela fazendo um café, ele chega e abraça ela. Aí pede muitas desculpas. Ela vai embora. Aí ele escreveu uma carta e mandou alguém do aparelho entregar para ela. Assim começa a história. Inclusive, um dos motivos pelos quais ela vai para o Rio não é só porque tinham que esfriar ela. Também tem o seguinte: ela prefere se distanciar, porque ela começa a sentir que o sentimento dele era mais sério. E ela achava que, dadas as condições que ele tinha de enfrentar, a barra que vivia, que tinha de suportar, ela não podia fazer o gênero de entrar e sair. Tinha que ser uma coisa mais responsável. Então, se ela não tinha certeza...[117]

Rousseff recordou ainda que o contato inicial da amiga no Rio teria sido Beto: "ela foi para o Rio e acho que procurou o 'Breno'. Ela também o conhecia do movimento estudantil, na época era ligado à Polop de Minas".[118] Em tom de confidência, Iara teria dito à amiga que havia se interessado por ele desde um congresso estudantil, em 1966 ou 1967. Ele não retribuiu facilmente:

> Tinha uma teoria, que não dava para ele se ligar nas pessoas, porque ele tinha a firme convicção de que faria guerrilha rural, e quanto menos se ligasse às pessoas, seria mais fácil, menos duro para ele. (...) Mas ele acabou se envolvendo com Iara, e acabou morando com ela. Achava que ela era a mulher mais bonita do mundo, excelente. Estava encantado.[119]

Outro mineiro, antigo conhecido, que Iara reencontrou durante sua estadia no Rio de Janeiro foi Herbert Eustáquio, que também havia sido militante da Polop. Apesar de terem se visto em ocasiões anteriores, Herbert afirmou que foi neste período que ficaram de fato amigos. Essas relações, segundo ele, eram importantes na clandestinidade: "era uma coisa assim, de companheiros, que a gente se encontrava com quem se dava bem, com quem a gente tinha um certo vínculo de amizade".[120] Ele também recordou da paixão de Iara por Beto: "quando ela o conheceu, ela tinha um certo fascínio, ele era um homem bonito, fascinante, cativante, e ela tinha uma imagem idealizada dele. Eu acho que ela falava dele como um tipo extremamente fino, intelectualmente, existencialmente. Uma pessoa delicada, elegante".[121]

---

[116] RH ATENDIMENTO. Assunto do e-mail: Requerimento de acesso a documentos. Mensagem recebida em 9 dez. 2022.
[117] ROUSSEFF, s.d., op. cit.
[118] Idem.
[119] Idem.
[120] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[121] Idem.

No entanto, a convivência forçada pelas circunstâncias da clandestinidade, de acordo com as memórias de Herbert, foram cruciais para o fim do curto relacionamento. Ele recordou de Iara tê-lo confidenciado os problemas: "ele [Carlos Alberto] era muito pouco respeitoso com o espaço alheio. Dominava o espaço todo, ficava sozinho no espaço todo, uma coisa muito machista mesmo. Já que tinha uma atividade de cama, o resto todo ele tinha um comportamento sem ver as necessidades dela".[122] Herbert compartilhou ainda uma situação específica que presenciou entre o casal:

> Nós dois estávamos conversando, contando casos, em Copacabana, na rua, ele chegou, veio, falou para ela, deu um beijo e na despedida deu um tapinha na bunda dela. Ela se sentiu extremamente constrangida, e eu vi nesse momento que tinha acabado tudo. (...) Por ter visto aquele negócio, eu comentei com ela assim (...) "isso é um tipo de forma que o cara às vezes acha que está fazendo carinho". E ela falou que carinhos desse tipo que acabaram... está morto. Ela me falou nesse dia que ela tinha se enganado, que não era nada que ela tinha pensado, que o cotidiano era muito medíocre, em relação ao que ela tinha pensado antes, naquela situação toda de clandestinidade etc., a barra muito pesada.[123]

As relações na clandestinidade são fundamentais para compreender determinadas características da organização e de seus componentes: "as condições de clandestinidade, decorrentes da opção revolucionária, acentuavam o caráter fechado dos grupos e com isso aproximavam e articulavam as esferas do público e do privado permitindo uma observação privilegiada dessa complexa relação".[124] A convivência diária com Carlos Alberto explicitou traços machistas que não agradaram Iara. Nesse sentido, ainda que não tivessem uma compreensão feminista do mundo, os componentes opressivos de gênero apareciam nos comportamentos diários e podiam ser percebidos e/ou contestados pelas militantes.[125]

Segundo Herbert, a relação teria durado um mês, com o casal dividindo aparelho. Retomando a fala de Dilma, segundo a qual Carlos teria sido seu contato no Rio, mais uma vez Iara se viu na posição de militante que descobre informações sobre a organização majoritariamente "na cama", como Lucia Sarapu havia descrito. Isso porque a própria Dilma – que, como dito, integrava o comando dos Colina – não recordou de ter encontrado Iara em nenhuma atividade: "ela não estava fazendo política no Rio. As reuniões das direções do COLINA com VPR foram em maio, junho, julho e nunca a vi nelas. (...) Ela não tinha uma

[122] Idem.
[123] Idem.
[124] GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, n. 8/9, Campinas, 1997, p. 324.
[125] KREUZ, Débora Strieder. *"Elas têm um outro jeito de ser, de resistir":* a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015, p. 75.

militância sistemática, de cobrir ponto das 8 da manhã às 10 da noite".[126] Ao mesmo tempo, Espinosa declara que Iara de fato atuou politicamente no contato entre os dois grupos: "ela trabalhou muito como elemento de ligação entre nós e a COLINA. Fazia contatos, levava documentos, trazia, marcava reuniões, encontrava lugares para fazer encontros entre os representantes das duas organizações".[127]

É provável que, para além de Carlos Alberto – expoente dos Colina de Minas, assim como Dilma –, Iara tivesse contato mais próximo com os dirigentes dos Colina do Rio de Janeiro, como o casal Maria do Carmo e Juares Brito. A primeira, em entrevista, recordou de Iara nesta época sobretudo em situações descontraídas: "se não estou enganada, o primeiro encontro físico foi num aparelho, aqueles apartamentinhos que a gente tinha de temporada na praia. Lembro da imagem dela tentando convencer uma amiga nossa a cortar o cabelo para realçar os olhos. Era a Dilma".[128]

Apesar disso, em outras entrevistas, ela deu informações que vão ao encontro da formulação sobre uma maior proximidade de Iara e o grupo do Rio. Em entrevista, Maria do Carmo relatou:

> Quem queria unir com a VPR éramos nós, que posteriormente ficamos com a VPR. O pessoal de Minas derrotado que não era COLINA... (...) Os que tinham sobrado, como o Beto... Esse pessoal não queria fusão. Quem queria fusão era um de Minas, o Daniel [Herbert Eustáquio], todos nós do Rio e alguns de São Paulo.[129]

Portanto, evidencia-se outro possível desacordo entre Carlos Alberto e Iara: a divergência política. Ele não era a favor da fusão entre as duas organizações, motivo pelo qual ela havia sido deslocada ao Rio de Janeiro. Por volta do período em que Carlos Alberto foi derrotado – ou seja, quando a união entre os dois grupos se concretizou –, Iara retornou a São Paulo aberta a viver o relacionamento com Lamarca.

Espinosa afirmou que na primeira vez que foi ao Rio de Janeiro, enquanto Iara ainda morava com Carlos Alberto – apesar de não ter ido exclusivamente com esse objetivo, ressalta –, levou uma carta dela para Lamarca. Em uma segunda viagem, entregou a resposta: "eu gostava muito de Lamarca e Iara. (...) Deveriam ser cartas românticas".[130] Maria do Carmo recordou que Iara não teria guardado boas lembranças do relacionamento com "Breno": "nessa

[126] ROUSSEFF, s.d., op. cit.
[127] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[128] BRITO, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[129] BRITO, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro, 27 jan. 1986. 1 transcrição datilografa, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil, p. 30.
[130] ESPINOSA, s.d., op. cit.

época, ela dizia (...) [que] a opção dela pelo Lamarca era pelo tipo de amor que ele sentia por ela".[131]

De acordo com os testemunhos, o ex-capitão de fato estava muito apaixonado. Dilma se lembrou que as cartas que ele enviava a Iara "eram caudalosas. De 20 páginas, com letra pequena, caligrafia de professora".[132] No congresso em que a fusão das organizações foi consumada, realizado em fins de junho de 1969 na Praia do Suarão, em Itanhaém, São Paulo,[133] Espinosa recordou:

> Eu dava longas caminhadas com Lamarca à noite, pela praia. Ele fazia confidências, dizia que estava apaixonado pela Iara, ele mandara a mulher para Cuba, sentia-se muito culpado, dizia "o que faço, estou apaixonado, tenho grandes problemas de consciência, mandei minha mulher para Cuba".[134]

Ele apontou ainda que Iara teria passado um dia no congresso – apesar de não ter sido delegada –, quando os dois teriam vivido uma situação crítica:

> Tivemos que sair para fazer alguma coisa, não lembro o que, Iara pediu: "me deixa guiar". Deixei. Um guarda nos parou, ela estava sem carteira de motorista. Eu tinha, mas com meu nome real, estava em todos os cartazes. Então, ficamos um tempão até conseguir convencer o guarda a nos deixar sair. Tentamos dar gorjeta, ele não aceitou. Última saída era atirar. Mas como estava acabando o plantão dele, ele resolveu deixar. Iara chorou as mágoas, dizia: "vai me prejudicar, o carro é do meu irmão, ele só estava me ensinando". E o cara: "mas logo numa estrada como essa?". Ele acabou se convencendo.[135]

O relato soa importante, sobretudo por deixar claro que Iara não usou sua carteira de motorista durante a abordagem – e ela tinha uma, dado que já havia possuído carro, conforme outros relatos evidenciaram. Portanto, o período no Rio de Janeiro não foi o suficiente para que ela se sentisse segura para usar seus documentos em São Paulo; isso permite constatar que, em seu estado de origem, Iara vivia em situação de clandestinidade.

Este cenário se agravaria por dois aspectos que se concretizariam durante este mesmo congresso. De acordo com Espinosa, "a partir desse dia, começou de fato um envolvimento [de

---

[131] BRITO, s.d., op. cit.
[132] ROUSSEFF, s.d., op. cit.
[133] Em recente livro *A revolução da VPR*, a historiadora Carla Silva erroneamente classifica que haveria sido no "congresso de abril", de Mongaguá, onde a fusão entre os dois grupos se concretizou: "o 'Congresso de Abril', ocorrido em Mongaguá, consolidou a criação, contou 'com cerca de 25 militantes, 20 deles delegados eleitos pelas células'" (SILVA, 2021, op. cit., p. 93). Esta citação ao final advém da dissertação de Fábio Chagas; no entanto, neste trecho, ele se refere de fato ao congresso de abril – o qual ele distingue daquela que chama de "reunião de julho". Apesar disso, Chagas provavelmente também se equivoca ao dizer que cerca de 25 militantes teriam comparecido em abril a Mongaguá, se levarmos em conta as fontes citadas neste trabalho a respeito deste assunto, que afirmaram que foram 12 militantes. Não foi possível confirmar a fonte da informação de Chagas, dado que ele não colocou nenhuma referência (CHAGAS, 2001, op. cit., p. 54).
[134] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[135] Idem.

Iara] com Lamarca".[136] Ademais, a reunião marcou a criação de uma nova organização da qual Iara faria parte: a VAR-Palmares.[137]

Para a direção, foram escolhidos sete quadros, originários das antigas seções: de São Paulo, Carlos Lamarca e Antônio Roberto Espinosa; do Rio Grande do Sul, Carlos Araújo; de Minas, Carlos Alberto Soares e Herbert Eustáquio; e do Rio de Janeiro, Juares e Maria do Carmo Brito.[138] Espinosa e Carlos Araújo ficariam com o "Comando de Lutas Complementares" (CLC), responsáveis pelo contato entre o "Comando de Luta Principal" (CLP) – cujos integrantes eram os outros cinco mencionados – e os "Comandos Regionais" (CR), criados nas diversas regiões onde a nova organização passava a possuir bases.[139]

Na primeira página do informe produzido pelo novo grupo consta: "acabamos de dar um passo importantíssimo para a Revolução Brasileira com o aparecimento da organização que corresponde à fusão da ex-VPR e do ex-Colina". Ao longo do documento, o sentimento de otimismo perdura: "o aparecimento da O. [organização] é, dentro do processo revolucionário brasileiro, um salto qualitativo excepcional, correspondente ao aparecimento de uma força capaz de encaminhar realmente o conjunto da tática". Essa pretensa unidade, no entanto, é questionada na última página: "se por um lado a fusão é um imenso avanço, por outro cria problemas para os quais é preciso toda uma visão política acertada para conseguir resolver".[140]

Com exceção dessa frase, quase não se encontram evidências de divergências no processo de fusão – no entanto, elas ocorreram. Dilma Rousseff relatou que a direção mineira dos Colina rejeitou a fusão;[141] para o congresso foram apenas dois integrantes da ala de Minas, Herbert e Carlos Alberto. Segundo Maria do Carmo,

> Foi uma briga terrível, foi desagradável, muito desgastante. O pessoal não queria fusão (...). Nós ganhamos o Daniel [Herbert Eustáquio], pronto, três a um, ferrou.

---

[136] Idem.

[137] Carlos Lamarca justificou o nome "VAR-Palmares" em entrevista à revista *Punto Final*: "uma homenagem à luta heroica dos negros brasileiros contra a escravidão. Antes da abolição da escravatura, os negros brasileiros que fugiam das fazendas se organizavam nos chamados quilombos, o mais famoso dos quais foi Palmares. Nesse quilombo, os negros do Nordeste brasileiro lutaram até o último homem. Na sua luta, organizavam os combatentes e suas famílias em aldeias em que se praticava um coletivismo bastante avançado. Foragidos da justiça colonial, camponeses perseguidos passam a viver em torno de Palmares. O quilombo lutou por quase cem anos. Foi de fato uma luta dos oprimidos contra os opressores e a primeira experiência guerrilheira havida no Brasil" (LAMARCA, Carlos. O pensamento político de Carlos Lamarca. Entrevista para a revista *Punto Final*, ago. 1969. In: EDITORIAL ADANDÉ (org.). *Lamarca:* ousar lutar, ousar vencer. Feira de Santana, Adandé, 2021). No entanto, o nome gerou polêmica entre os militantes não por conta do "Palmares", mas pelo "vanguarda armada revolucionária", evidenciando divergências teóricas imediatamente após a fusão. Cf. SOBRE o nome da organização/Proposições sobre um novo nome para a O., s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fl. 184, p. 473.

[138] BRITO, 1986, op. cit., p. 33.

[139] LUNGARETTI, Celso. Assunto do e-mail: Entrevista - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 09 out. 2020.

[140] VAR-PALMARES. Informe sôbre a fusão VPR-COLINA. São Paulo, 7 jul. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 10-11, p. 75-77.

[141] ROUSSEFF, s.d., op. cit.

> Ficou Carlos [Franklin Paixão de] Araújo, gaúcho, que ficou [em cima do] muro. Resultado: nós ganhamos a parada e saiu a fusão, mas eles não se conformaram.[142]

Dilma reforça a divergência:

> Cinco pessoas do COLINA eram radicalmente contra, porém. Então, primeiro: não podia fazer fusão desse jeito, de reunir direções e decidir. Tinha que fazer um congresso. Segundo: tinha que ser um processo mais lento. Terceiro: tinha pontos de divergência claramente definidos – a gente não concordava que a guerrilha urbana funcionasse. Quarto: a gente achava que tinha que voltar a fazer trabalho de massa. Eles xingavam a gente de intelectual. Então, a fusão não podia durar e trabalhamos para que não durasse.[143]

Um documento sem assinatura, intitulado *Algumas considerações sôbre o manifesto VAR-Palmares,*[144] também teceu duras críticas à fundamentação teórica e tática apresentada pela nova organização no *Manifesto da VAR-Palmares* – documento este que, pela primeira vez, foi encerrado com o famoso lema, mais tarde associado majoritariamente a Carlos Lamarca, "ousar lutar, ousar vencer".[145]

O grupo recém-formado tentou criar soluções para as diferenças: um congresso seria realizado em alguns meses para "formalizar" a fusão; até sua efetivação, deveria ser colocado em prática um plano de preparação, que visasse à criação de um programa único. Enquanto isso, as ações deveriam continuar, uma vez que "a preparação do congresso não pode impedir o encaminhamento prático da luta armada".[146]

Desde fins de maio, Lamarca esteve morando com Fernando Mesquita e Ana Matilde, que haviam se casado naquele mês.[147] Inicialmente, moraram em um apartamento em Pinheiros, mas, por problemas de segurança, mudaram-se para uma casa no bairro periférico de Cidade Ademar, na Zona Sul de São Paulo. Lá, além de Fernando, Ana Matilde e Lamarca, morava Jovelina Tonello Mantovani, esposa do militante Manoel Dias do Nascimento – oriundo do movimento operário de Osasco –, e seu filho Ernesto, de pouco mais de um ano. Lamarca ficava completamente confinado, devendo parecer para os vizinhos que se tratava de uma família:

---

[142] BRITO, 1986, op. cit., p. 30.
[143] ROUSSEFF, s.d., op. cit.
[144] In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 226-229, p. 557-565.
[145] VAR-PALMARES. Manifesto da VAR-Palmares. São Paulo, 7 jul. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 2107-2108, p. 497-499. A frase é título do capítulo VII do *Livro vermelho*, de Mao Tsé-Tung.
[146] VAR-PALMARES. Informe sôbre a fusão VPR-COLINA. São Paulo, 7 jul. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 10-11, p. 75-77.
[147] De acordo com Ana Matilde, "nós nos casamos e quando eu saí, no dia que houve casamento, que aí saí mesmo da casa da minha mãe para ir para esse apartamento, que era na Cônego Eugênio Leite, ali em Pinheiros, sabe... Eu sabia que já ia encontrar o Lamarca ali". MOTTA, 2022, op. cit. Cf. PROCLAMAS de casamento. Fernando Carlos de Mesquita Sampaio Filho e Ana Matilde Tenório da Motta. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano XXXIX, n. 88, 13 mai. 1969, Judiciário, p. 74.

Fernando, o marido; Ana Matilde, a esposa; Ernesto, o filho do casal; e Jovelina, a empregada.[148]

Em algumas ocasiões, os moradores da casa precisavam se organizar para que Iara fosse visitar Lamarca, conforme Ana Matilde relatou:

> Ela ia para ficar em segurança um tempo com ele. E ela ia várias vezes. A gente até ficava meio assim aflito porque qualquer coisa, qualquer movimentação na casa onde estava aquele cara era perigoso, tinha que ser uma operação de guerra, pra levar, pra entrar, pra não saber onde que era, pra ficar, depois pra sair. E era uma casa onde *estava guardada* as armas que saíram do 4º RI, os cunhetes de munição, coisa grande, ficava tudo na garagem. E a Iara ia. E quando a Iara ia, anunciava que a Iara ia, que a gente tinha que receber, era um momento de tensão mesmo porque, além do Lamarca, tinha mais uma pessoa que tinha entrado na casa, que estaria ali durante um certo tempo. (...) A gente ficava preocupado, achava ruim [que] a Iara ia muito no aparelho, porque, por uma questão de segurança, a gente achava que podia colocar risco. Então, por um... Digamos assim que a gente poderia pensar o seguinte... Bom, por um motivo fútil, de namorar, transar, e colocar em risco o aparelho. Então, a gente via com... Tinha um pouco de pé atrás com relação a isto.[149]

Aqui, encontra-se um paradoxo na postura da organização como um todo: se a afetividade e as relações pessoais dos "grandes guerrilheiros" deveriam ser deixadas em segundo plano, sobretudo quando colocavam riscos à segurança, por que se montavam "esquemas" para que Lamarca pudesse encontrar sua amada Iara? Encontros esses que, como relatou Ana Matilde, pareciam ter, fundamentalmente, objetivos pessoais.

A própria Ana Matilde apontou caminhos para uma resposta. Segundo ela, os problemas de segurança que a levaram, juntamente com Fernando e Lamarca, a desocuparem o apartamento em Pinheiros foram "causados" pelo ex-capitão: "o Lamarca ficou queimado ali, porque ele saía, era pouco disciplinado, saía para tomar um café... Na rua. Ele devia ficar fechado... Aí nós recebemos um aviso por parte de gente do MR-8[150] que o Lamarca tinha sido visto naquelas redondezas onde a gente morava".[151]

Diversas são as memórias sobre a profunda irritação de Lamarca em permanecer confinado em aparelhos. Em sua biografia consta que ele "não estava suportando a vida reclusa

---

[148] MOTTA, 2022, op. cit. Essa "fachada" incomodou muito Jovelina, segundo a própria relatou: Para sua versão, cf. MANTOVANI, Jovelina Tonello; NASCIMENTO, Manoel Dias do. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[149] MOTTA, 2022, op. cit.

[150] Não se trata do MR-8 responsável, junto com a ALN, pela captura do embaixador estadunidense. O grupo ao qual Ana Matilde se refere é tido como o "primeiro" MR-8 e se originou a partir da Dissidência do PCB do Rio de Janeiro (DI-RJ) – enquanto o segundo MR-8 se originou a partir da Dissidência da Guanabara (DI-GB) –, tendo sido desmantelado pela repressão em agosto de 1969. Para mais informações sobre o primeiro MR-8, cf. HERLER, Thomaz Joezer. *Formação e trajetória do primeiro MR-8:* possibilidades e construção de uma vanguarda revolucionária político-militar. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015. Para o segundo grupo, conhecido como "Oito", cf. CODARIN, Higor. *O MR-8 na luta armada:* as armas da crítica e a crítica das armas. São Paulo: Alameda Editorial, 2019b.

[151] MOTTA, 2022, op. cit.

em aparelhos. (...) Mesmo com participação direta na luta armada – dizia aos companheiros – se sentia 'ridículo', pois saíra do quartel com o objetivo específico de fazer a guerrilha, mas continuava na cidade".[152]

Ana Matilde acredita que Iara ajudasse a acalmar e distrair Carlos, afirmando, por exemplo, que ela levava livros, dado que ele estava preocupado com sua formação marxista na época.[153] Ulysses Guariba recordou coisas parecidas: "a Iara, para Lamarca, era um eixo de estabilidade. Era ela quem dava palavra de ordem. A ideóloga da relação. Dava a linha política. Tenho a impressão de que não imaginava que pudesse existir a mulher que ele queria encontrar na vida".[154]

Especialmente depois da prisão e/ou saída dos grandes expoentes da fase inicial da VPR, como Onofre Pinto e João Quartim, Lamarca ascendeu à posição de liderança. Sua figura, de certa forma, "mítica" aos olhos da organização e suas habilidades militares faziam com que fosse considerado um quadro de extrema importância. Por esse motivo, agradá-lo poderia significar preservar o futuro da revolução: a imagem de Lamarca era associada ao "poder de surgir em momentos de extrema crise e, graças à sua ação, realizar a 'salvação' de seu grupo ou sociedade".[155]

Em uma organização comandada por homens que consideravam a sexualidade como parte importante de seu cotidiano, não se pode negar o fato de que Iara cumpria, assim como explicitou Ana Matilde, o papel de satisfazer essas "necessidades" do ex-capitão.[156] A própria parecia se enxergar desta maneira, segundo recordações de Valdir Sarapu: "Iara brincava: 'eu sou a única mulher, esses homens na clandestinidade, tenho que prestar serviço'".[157] Mais uma vez, observa-se a interferência da organização nas vidas sexuais dos militantes. Mas, neste caso específico, com o objetivo de fomentar as práticas íntimas, para que o principal líder se sentisse contemplado ao menos em um âmbito de sua vida – uma vez que não podia participar das ações ou estar no campo implementando a guerrilha rural, tinha sua "vida pessoal" priorizada.

Da perspectiva de Iara, todavia, poucos benefícios políticos foram obtidos desta situação. Ainda que parecesse finalmente ter encontrado um amor duradouro, suas demandas

[152] JOSÉ e MIRANDA, 2015, op. cit., p. 79 e 81.
[153] MOTTA, 2022, op. cit.
[154] GUARIBA NETO, s.d., op. cit.
[155] ANJOS FILHO, Zenir Rodrigues dos. *Lamarca*: mito e história. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999, p. 66.
[156] Tais demandas, sobretudo advindas de outros militantes homens, serão analisadas no próximo capítulo.
[157] SARAPU, V., s.d., op. cit.

de maior atuação prática continuaram a ser negadas, dessa vez com o argumento de que se fazia necessário preservar a mulher que era tão querida para o comandante.

Ulysses Guariba, que a havia conhecido na época da faculdade, recordou uma ruptura forte entre a Iara estudante e a guerrilheira:

> Estava muito decidida das coisas. Não era uma decisão da Iara que conheci dois anos antes, mas de alguém marcado pela militância, situação de ter sempre certeza, que dava ao fazer esse tipo de contato, de articulação dos grupos armados. A militância política dela de certa forma a levou a uma estratégia de mulher decidida.[158]

Darcy Rodrigues, que integrava o setor responsável pelas ações de expropriação, relatou uma situação específica:

> Lembro de uma tarefa que passamos e Iara cumpriu muito bem. Foi no QG da Aeronáutica, no Rio. Nós precisávamos de um tipo de arma específica e tínhamos informação de que lá existia o armamento. Eram carabinas, uma arma curta com grande potência de fogo. Precisávamos para ações e instrução, formação de pessoal. (...) fizemos um primeiro levantamento, mas precisávamos de alguns dados. E achamos que uma mulher teria um trânsito mais tranquilo pelo QG. (...) Pedi que a tarefa fosse designada a uma companheira e recebi um relatório com um luxo de detalhes, muito pormenorizado. Inclusive onde estava o arquivo da Auditoria Militar, cuja destruição, daquele momento, era um de nossos objetivos.[159]

Darcy afirmou que a ação, por divergências internas, não foi concretizada. Apesar disso, o fato de ter sido Iara a autora do levantamento não agradou:

> O fato de ter sido Iara quem entrou no quartel, o que soubemos depois, nos deixou muito irritados. Porque era uma pessoa muito conhecida, que estava nos cartazes. E cuja prisão, independente de ser muito desgastante do ponto de vista da organização, era uma pessoa muito ligada à gente. Não aceitamos, mas já tinha sido feita. (...) Iara queria participar, ter uma prática mais comprometida. Ela achava que os círculos de estudo não tinham o valor das ações armadas, porque a guerrilha era o objetivo maior.[160]

Este pensamento não emanava apenas de Iara; como vimos, a primazia da ação armada era uma constante entre os militantes, e as mulheres tinham dificuldades de conseguir participações diretas. Ademais, Iara passou a ter suas fotos em cartazes apenas a partir de 1970, após o treinamento do Vale do Ribeira, onde foram presos alguns militantes, inclusive Darcy – portanto, o argumento de que seu rosto era conhecido não era válido à época.

Em 18 de julho de 1969, foi realizada a ação de maior expressão da recém-criada VAR-Palmares – e, quiçá, da luta armada brasileira: a expropriação do cofre do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros, que continha US$ 2,5 milhões, de origem duvidosa.[161] Participaram

[158] GUARIBA NETO, s.d., op. cit.
[159] RODRIGUES, s.d., op. cit.
[160] Idem.
[161] Em entrevista de agosto de 1969, Lamarca afirmou: "a VAR-Palmares realizou o que acreditamos ser a maior expropriação financeira revolucionária feita na América Latina, sem mesmo ter que empunhar armas. Após longa investigação, conseguimos localizar uma parte da famosa 'caixinha' do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, enriquecido por anos e anos de corrupção. O dinheiro estava, com a morte de Ademar, em mãos de sua

dela 11 militantes,[162] entre os quais apenas uma mulher, Sônia Lafoz, que fora líder do movimento dos excedentes da Psicologia da USP, em 1967.

Sônia declarou que não foi fácil conseguir esse direito: "tive uma briga feia com Darcy, [ele] era contra [mulher] participar de ações. Só nas fases preparatórias, levantamento, organização. Foi uma discussão longa se mulher devia participar. Ele não gostava. Tinha toda a briga com o pessoal de origem militar".[163] Conforme visto anteriormente, "ser guerrilheiro era sim ser 'macho', era assumir uma postura ativa, contestadora, era assumir a violência como forma de resolver o problema";[164] dessa forma, os atributos considerados "femininos" por excelência, como delicadeza, sutileza, discrição e sedução, nessa perspectiva, poderiam ser bem utilizados em atividades consideradas secundárias.

Apesar das controvérsias, a ação foi bem-sucedida e rendeu um respiro financeiro para a VAR. Sônia participaria de uma outra ação importante: a cirurgia plástica de Carlos Lamarca. Contudo, esta ação se iniciou bem antes, com o deslocamento do ex-capitão de São Paulo para o Rio de Janeiro, onde havia uma base médica da VAR consolidada e atuante. Os quadros da organização responsáveis por esse deslocamento foram Miriam e Samuel Iavelberg. O aparelho de Cidade Ademar seria, assim, desmontado.[165]

Samuel tomou conhecimento do relacionamento da irmã com Carlos Lamarca em julho: "um dia, me falaram que eu tinha que guardar uma pessoa por uma semana e levá-la ao Rio. Era o Lamarca. Minha irmã chegou com ele. Ficamos três, quatro dias em casa e ela ficou com ele, para minha surpresa".[166] Isso ocorreu porque, segundo Ana Matilde, a organização decidiu que Lamarca deveria passar por alguns procedimentos para tentar mudar sua aparência – se a estratégia surtisse efeito, ele poderia circular com mais segurança, amenizando seu incômodo com o confinamento em aparelhos.

'secretária'. Essa senhora não pôde denunciar o conteúdo do cofre roubado pois eram dólares de entrada ilegal no país. Conseguimos US$ 2,5 milhões, o que em cruzeiros velhos dá mais de 10 bilhões. Este dinheiro foi arrancado aos brasileiros e a eles será devolvido, na medida em que será utilizado para maior avanço do processo revolucionário" (LAMARCA, Carlos. O pensamento político de Carlos Lamarca. Entrevista para a revista *Punto Final*, ago. 1969. In: EDITORIAL ADANDÉ (org.). *Lamarca:* ousar lutar, ousar vencer. Feira de Santana, Adandé, 2021). De fato, Ana Benchimol Capriglione, famosa amante do ex-governador, comparsa dele nos esquemas de corrupção e herdeira do cofre expropriado – e, segundo boatos, de alguns outros espalhados pelo Rio de Janeiro –, não prestou queixas do conteúdo, afirmando que o baú se encontrava vazio. Cf. STM. *Apelação 38.358*. Guanabara, 3 volumes, 1970.

[162] Juares Guimarães de Brito, Reinaldo José de Melo, Carlos Minc, José Araújo de Nóbrega, Darcy Rodrigues, Wellington Moreira Diniz, Fernando Borges, João Domingos da Silva, João Marques Aguiar, Jesus Paredes Soto e Sônia Lafoz.

[163] LAFOZ, s.d., op. cit.

[164] WOLFF, 2007, op. cit., p. 33.

[165] MOTTA, 2022, op. cit.

[166] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

Samuel e Miriam já não moravam no aparelho da Oscar Freire; estavam em uma casa alugada no bairro de Moema, ainda na legalidade. Os dois trabalhavam e tinham pouca convivência com o casal hospedado, Iara e Lamarca. Apesar disso, relatam que foi possível perceber o envolvimento amoroso. Samuel, com um certo incômodo, recordou: "eu não precisava ficar sabendo. Bastava ela ir junto para fazer imagem de casal em viagem. Aí levei os dois para o Rio e ela voltou comigo para SP. (...) Achei que a relação entre eles não tinha pé nem cabeça. Minha visão é que ele era um milico bem burro, não entendia nada de política".[167]

Figura 44: Miriam Abramovay e Samuel Iavelberg, s.d.

Fonte: *Em busca de Iara*

Miriam compartilhava do mesmo sentimento: "eu não entendia por que ela estava com ele". Todavia, recordou de uma relação muito carinhosa: "lembro dela muito apaixonada, dizendo que era o homem da vida dela. (...) Ela falava muito dele, que gostava muito dele".[168]

Não obstante Samuel classifique o suposto descuido do casal em explicitar a relação como uma falha, há que se considerar que, na realidade, os dois não pretendiam esconder o namoro. As confidências tanto de Iara quanto de Lamarca para outros militantes da organização, em diversos momentos do relacionamento, e o necessário conhecimento da cúpula – uma vez que arranjos precisavam ser feitos para que os dois se vissem – demonstram que não havia necessidade de segredo entre determinadas pessoas da VPR. Relatos apontam que, neste período, eram raras as oportunidades que tinham de estar juntos. A estadia na casa de Samuel e Miriam pode ser classificada como uma situação planejada justamente para este fim.

[167] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[168] ABRAMOVAY, s.d., op. cit.

Depois de ter sido levado para a Guanabara, Lamarca iniciaria os procedimentos médicos para mudar sua aparência. Iara, como seu irmão afirmou, retornara a São Paulo para continuar desempenhando suas funções políticas. Não foi permitido a ela acompanhá-lo durante as intervenções médicas, o que a teria incomodado profundamente.

Tais intervenções foram viabilizadas pelo setor médico da VAR na Guanabara, majoritariamente na pessoa de Almir Dutton Ferreira, médico e militante dessa organização. A primeira consistiu na substituição dos dentes de Lamarca por uma dentadura, realizada pelo dentista Rogério Iório.[169] Maria do Carmo Brito se lembrou que Iara deu um presente bem-humorado para ele na ocasião: um colar de dentes de cavalo.[170]

Algumas semanas depois, em 19 de agosto, Lamarca passou por uma cirurgia plástica para mudar mais radicalmente seu rosto; em interrogatório atribuído ao cirurgião Afrânio Marciliano de Freitas Azevedo,[171] afirma-se que ele realizou os seguintes procedimentos: "rinoplastia, isto é, uma cirurgia estética do nariz, fazendo também uma ressecção da pele dos sulcos nasogenianos que eram acentuados; resolveu fazer ainda a retirada dos músculos corrugadores para eliminação de ruga fronto-glabelar, isto é, logo acima do nariz".[172]

Tratou-se de uma cirurgia com anestesia geral, que exigiu internação de Lamarca no centro médico onde foi realizada a intervenção. Ele assumiu o nome "Paulo César de Castro", um cabeleireiro homossexual que desejava rejuvenescer.[173] Foi acompanhado por Sônia Lafoz, que se passou por sua irmã, e Wellington Moreira Diniz, mineiro oriundo dos Colina, que se passou por seu namorado.[174]

Jovelina Tonello relatou que Iara lhe confidenciou, meses mais tarde, que não tinha recebido notícias do estado de saúde de Lamarca durante a ação para a operação. Ela teria afirmado que, ao finalmente ter tido a possibilidade de encontrá-lo, teria ficado muito

[169] O *Jornal do Brasil*, em 1996, publicou uma entrevista com o dentista, cf. MALTA, Maria Helena. Dentista ajudou Lamarca a mudar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1996, p. 4.
[170] BRITO, s.d., op. cit.
[171] Cf. ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. *Afrânio Marciliano de Freitas Azevedo:* narrativas de vida, de profissão e de política. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.
[172] DOPS. Auto de qualificação de Afrânio Marciliano de Freitas Azevedo. Rio de Janeiro, 1 jun. 1970. In: STM. *Apelação 40.376*, Guanabara, vol. 1, 1974, fls. 28-30, p. 65-70.
[173] Na ficha feita na clínica, consta que a queixa principal do paciente era: "quer ficar mais 'belo' e apresentável. (...) Deseja melhorar o aspecto facial para se apresentar melhor diante de suas freguesias. Deixa ao cirurgião o critério do que é melhor para a melhoria de sua estética facial". Ademais, como "alterações psicológicas" estão citados "complexos de inferioridade devido às formas faciais". Cf. STM. *Apelação 40.376*, Guanabara, vol. 2, 1974, fl. 358, p. 183-186.
[174] DINIZ, Wellington Moreira. Entrevista concedida à autora. Prudente de Morais, 12 set. 2022. 1 arquivo de áudio, 3º14'44", acervo pessoal.

preocupada e abalada ao se deparar com o resultado.[175] Maria do Carmo Brito recordou que Iara teria achado o novo rosto de Lamarca "um horror", considerando a cirurgia malfeita: "mas naquela época, sobreviver era coisa do cotidiano. Então, se a operação, boa ou má, aumentava a chance de sobrevivência, não dava para ficar indignado".[176]

Lamarca não permaneceu internado para o pós-operatório por motivos de segurança. Assim, a organização montou um aparelho em uma casa na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Nele, ficaram Carlos Lamarca, Iara Iavelberg e Wellington Moreira Diniz.

Wellington ("Lira"/ "Justino") era comandante de uma base de combate na Guanabara – grupo responsável por ações armadas – e tinha experiência em expropriação de bancos. Foi convocado por Juares Guimarães de Brito, marido de Maria do Carmo e importante quadro da VAR, para atuar como segurança do ex-capitão, e já estava morando com ele durante a retirada dos dentes.[177] De acordo com "Lira", ele e Lamarca moraram primeiro em um apartamento em Copacabana, para depois se mudarem para a casa na Barra da Tijuca. O então capitão do Exército Altair Lucchesi Campos visitou Carlos neste aparelho e descreve a casa como grande e bonita.[178]

Mesmo nessa casa, Wellington parece ter morado por um período sozinho com Carlos:

> Se eu vou ali na esquina comprar 1kg de feijão, quem vai tomar conta aqui? E quando você está com um cara que deveria ter ficado mais tempo no hospital? Para fazer uma melhor recuperação, mas que seria um risco... E que você tem que fazer curativo, e que você tem que tratar, sem ter o conhecimento necessário, recebendo conhecimento ali, do que devia... Deveria fazer... Sem estar... Totalmente preparado para isso, mas tem que fazer, mas tem que comprar arroz e feijão.[179]

Nesse sentido, Altair Lucchesi afirmou que Iara não estava no aparelho quando de sua visita a Lamarca; ainda, segundo seu relato, é possível depreender que este encontro ocorreu pouquíssimo tempo após a cirurgia:

> Soube de Iara por confidência dele. (...) Aliás, foi nessa vez. Ele estava vivendo um problema seríssimo de consciência, um drama terrível, acho que não tinha intimidade com nenhuma outra pessoa, a não ser comigo, para fazer esse tipo de confidência. Que vivia um drama desgraçado. Foi logo depois da plástica que ele tinha feito. Com

[175] MANTOVANI e NASCIMENTO, s.d., op. cit.
[176] BRITO, s.d., op. cit. Herbert Eustáquio recordou de Lamarca odiar o resultado da operação: "ele ficou meio traumatizado com a operação. O rosto não era dele mais, o rosto não tinha mobilidade mais. Uma péssima operação, cheia de cicatriz. Ele ficava muito chateado com aquilo. 'Tenho ódio desse meu rosto', falava. 'Minha cara não é mais a mesma coisa'. Ele não gostava mesmo, ele tinha um conflito muito grande com aquela cara dele". CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[177] DINIZ, 2022, op. cit.
[178] CAMPOS, Altair Lucchesi. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[179] DINIZ, 2022, op. cit.

> bandagem, não podia rir, quando ria fazia assim [com a mão], sem dentes, aí, sozinhos, só eu e ele.[180]

Em algum momento, porém, a organização achou por bem incluir Iara no aparelho, para desempenhar justamente a função do cuidado. Não foi possível apurar quem delegou Iara para esta função, mas, partindo do pressuposto de que Juares foi quem articulou com Wellington, é possível que ele tenha sido o responsável por escalá-la. Diante do depoimento de Altair, depreende-se que a ida dela possa ter sido solicitada especificamente por Lamarca, com o desejo de tê-la por perto. Isso porque, a despeito dos problemas de consciência, o ex-capitão demonstrava estar certo de seu relacionamento:

> Nessa hora, ele queria conforto, falar para alguém. Não esperava sugestões, "faz isso, aquilo". O que me lembro de ter manifestado, é que ele estava diante de um fato. Como ele mesmo dissera, "incontrolável, já tinha acontecido". Negar sentimento... Nas discussões que teve com ela, analisaram tudo, colocaram tudo sob a luz da lógica. Eu: "se vocês já discutiram tudo, não tenho que opinar nada. Como homem e amigo, tenho que ouvir". Ficou assim.[181]

Apesar disso, "Lira" recordou de, no início, não ter sido informado oficialmente sobre o relacionamento amoroso de Lamarca e Iara, tomando conhecimento deste fato apenas após um período de convivência. Não fica evidente, no entanto, se ele tinha obtido essa informação por outras vias:

> **E:** E a Iara... Ela ficou nessa função por que ela já era namorada dele ou por outro motivo?
> **WD:** Eu acho, eu acho! Eu julgo que já eram namorados.
> **E:** Ah, eles não demonstravam para o senhor nesse momento?
> **WD:** Não, depois... não teve como! Mas acho que isso já vinha de antes. A-cho. Penso. Julgo.[182]

A respeito da rotina do aparelho, Wellington relatou ainda que, por cerca de um mês, o casal ficou fechado no aparelho, com Iara atuando principalmente nos procedimentos para a recuperação de Lamarca, como troca de curativos e administração de remédios. Segundo o ex-militante, Carlos teve um período inicial de recuperação, no qual só fazia repouso; depois, "conversava com a gente, ele escrevia (...). As pessoas vinham, ele tinha discussões políticas, conversas e tudo".[183] Almir Dutton foi um desses visitantes, e se lembrou de encontrar Iara, mas afirmou não saber que os dois eram um casal.[184]

Além disso, os três cozinhavam e, nas palavras de Wellington, "davam umas risadas, falava umas bobagens, falava umas besteiras. Aí tocava o pau, sem perder a principalidade. Da

[180] CAMPOS, s.d., op. cit.
[181] Idem.
[182] DINIZ, 2022, op. cit.
[183] Idem.
[184] FERREIRA, Almir Dutton. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

preservação da vida ali". Ou seja, o objetivo central era a preservação da vida de Lamarca e qualquer indício de risco era sinônimo de muita tensão e medo: "lá, a gente estava 24 horas preocupado com tudo. Sabe? Com barulho na rua, o movimento ali. Os moleques jogavam bola ali... Qualquer coisa. Tudo preocupava".[185]

"Lira" era um dos melhores atiradores da VAR;[186] o aparelho era "fechado", portanto os visitantes só chegavam até lá de olhos fechados, para que não soubessem sua localização. Ainda assim, guardar a vida de Lamarca – que também tinha ótimas habilidades militares, mas estava em período de convalescência, não podendo usá-las – consistia em uma grande pressão. Wellington passava as noites de guarda e recordou de situações que o fizeram desenvolver um vínculo com Iara:

> De repente *cê* tava num terreno, tá um frio do cacete, ela chegava assim, com um copo, americano, "companheiro, um cafezinho, que *cê* tá aí...", "*cê* não quer descansar? Eu fico aqui *procê* um pouco" (...). Quando *cê* tá a noite inteira aqui, porque tá tendo um movimento estranho aqui, pra vir te trazer um copo d'água, ela vinha... *Cê* tá com a boca seca ali, esperando o pau comer. Esperando assim, "aqui agora eu mato ou morro". Ela chegava com um copo d'água. Quem teve coragem disso?[187]

Já tratei da questão da solidariedade na vida clandestina, evidenciada na fala de Wellington a respeito das atitudes de Iara. O que ele descreve é uma atitude solidária diante da vivência de ambos da sensação de perigo; ressalto, então, a fala de uma militante da luta armada no Chile: "a solidariedade na clandestinidade era colocar-se em risco constante".[188]

Findado o período mais intenso de convalescença de Lamarca, Iara foi novamente para São Paulo, a fim de proceder a algumas discussões com o Comando Regional daquele estado, uma vez que o congresso nacional marcado desde a fusão se aproximava. Um documento do

---

[185] DINIZ, 2022, op. cit.

[186] O jornalista Luiz Maklouf Carvalho afirmou: "Wellington não era exatamente neófito em ações armadas. Já fazia, em Belo Horizonte, o chamado 'cabide' – achaque que consiste em fazer um policial levantar os braços (daí o nome) para facilitar o roubo de sua arma. (...) No Rio e em São Paulo, pelas mãos de Juares, o cabide vai virar um verdadeiro guarda-roupa. Wellington fez bancos (alguns com o próprio Juares), quartéis (num deles baleou seis militares), carros (como o que servia o comandante do I Exército, general Syzeno Sarmento). Tinha o seu jeitão muito próprio de agir – 'É a boa!', gritava com sotaque nordestino no começo de um assalto a banco – e ganhou o apelido de 'Noventa' por usar, além de uma metralhadora Thompson, duas pistolas .45" (CARVALHO, 1998, op. cit., p. 143). Wellington é crítico a essa categorização, apontando que esse preparo foi fruto de muito trabalho: "depois as pessoas só vindo *procê* falar que *cê* é herói porque atira com as duas mãos. Hm. [pausa] Você fala... tá, 'fulana de tal está com barriga tanquinho porque vai na academia tantas horas'. E a gente, como faz para treinar tiro dentro do apartamento? Hm? Então a gente pegava revólver .38, tem um cano mais comprido, cano longo, amarrava num barbante e uma laranja. Embaixo. E punha o alvo. Aí pegava a laranja, começava a fazer assim ó. Que na ponta do cano, ela faz assim com sua mão né. *Aaahh*. Como que *cê* mantém a mira ali com essa laranja balançando, né? E quando *cê* pega ela para cá, puxa ela para cá. E põe ela para balançar assim, no balanço é diferente. Quando *cê* roda ela aqui, o balanço é diferente. Quantas horas nós passamos treinando isso? Aí é muito fácil *cê* falar que eu sou 'Noventa' e que eu atirava com as duas mãos, mas isso só podia fazer na hora de folga. A gente não tinha academia. A gente tinha esse tempo para fazer isso quando sobrava tempo das outras coisas, né [pausa]. Como que você dorme?" (DINIZ, 2022, op. cit.).

[187] Idem.

[188] apud TEIXEIRA e SILVA, 2021, op. cit., p. 163.

Comando Nacional estabeleceu as normas para a participação no congresso, determinando que seria enviado um delegado a cada 40 militantes de cada CR, sendo ele o responsável pelos critérios de escolha.[189] O CR-SP organizou, então, uma conferência para fazer as eleições, emitindo um informe orientando suas bases.[190] Contudo, alguns acontecimentos contribuiriam para que a reunião não pudesse ser realizada.

Em junho, Carlos Roberto Zanirato, soldado que havia desertado do 4° R.I. junto com Lamarca, foi preso e levado até seu quartel de origem, em Osasco, tendo sido assassinado sob tortura.[191] Um mês depois, em julho de 1969, Fernando Borges de Paula Ferreira, conhecido como "Fernando Ruivo", e João Domingos da Silva foram pegos em uma emboscada montada por agentes do Departamento de Investigações Criminais da Polícia Civil (Deic), em São Paulo. Fernando, que era companheiro de Sônia Lafoz e havia sido próximo de Iara durante o movimento estudantil na USP, de acordo com as conclusões da CNV, foi morto a tiros e com agressões físicas perpetradas pelos policiais no mesmo dia.[192] João, que era operário de Osasco e irmão de Roque Aparecido da Silva, também militante da VPR, foi ferido, mas conseguiu fugir, tendo se abrigado na casa de sua irmã. Apesar disso, foi preso e mantido sob custódia do Hospital Geral do Exército, onde deu entrada com apenas um ferimento de bala no tórax. Ao que tudo indica, ele permaneceu sendo torturado por cerca de um mês, quando faleceu.[193] Rosa Iavelberg relatou: "lembro quando morreram uns colegas dela, um Fernando, [Iara] chorando muito, muito".[194]

Além das implicações subjetivas das prisões e assassinatos, a seção da organização em São Paulo sentiu forte impacto, dado que os militantes eram responsáveis por diversos aparelhos e armas. Celso Lungaretti relatou que os integrantes da direção do CR-SP – ele, Samuel Iavelberg e José Raimundo da Costa – optaram por não realizar a conferência prevista, e eleger os delegados em uma votação apenas do CR, da qual saíram vitoriosos Celso e José Raimundo.[195]

---

[189] NORMAS, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fl. 224, p. 553.
[190] COMANDO REGIONAL-SP DA O. Informe político n° 1 do Comando Regional-SP da O. São Paulo, 30 jun. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1962-1965, p. 207-214.
[191] Para detalhes sobre a versão oficial de suicídio e a luta para esclarecimento das reais circunstâncias de sua morte, cf. CARLOS ROBERTO ZANIRATO. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3VqVwD6. Acesso em: 1 dez. 2022.
[192] FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA. In: Memórias da ditadura, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3F7Mw01. Acesso em: 28 nov. 2022
[193] JOÃO DOMINGOS DA SILVA. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3U3COA1. Acesso em: 28 nov. 2022.
[194] IAVELBERG, R., s.d. op. cit.
[195] LUNGARETTI, 2020, op. cit.

O resultado não agradou a Samuel, que desejava comparecer ao congresso nacional da organização, realizado em uma casa em Teresópolis a partir do início de setembro.[196] Quando os dois delegados já se encontravam na casa para o início das discussões, Espinosa e Carlos Araújo (do CLC) contestaram formalmente a escolha e exigiram a realização da conferência da Regional – realizada às pressas no Rio de Janeiro, para facilitar a locomoção daqueles que já se encontravam em Teresópolis.[197] Em interrogatório atribuído a Carlos Franklin Paixão Araújo, após sua prisão, constam as seguintes informações sobre esse episódio – em consonância com o que já foi apresentado:

> Em vista da quebra de uma norma estatutária, o Comando Nacional reuniu-se e decidiu que a Conferência de São Paulo deveria ser realizada de qualquer forma e em qualquer lugar, mesmo que fora do estado de São Paulo. Foi dada a tarefa a mim e a Antônio Roberto Espinosa de assistirmos a Conferência. Assim, dois dias após (primeiros dias de setembro), iniciava-se a Conferência de São Paulo, com as seguintes pessoas: Antônio Carlos Melo Ferreira ("Tadeu"), "Hilton", Iara Iavelberg ("Cláudia"), José Olavo Leite Ribeiro ("Marcos"), Adilson Ferreira da Silva ("Ari"), Celso Lungaretti, Samuel Iavelberg, José Raimundo da Costa e um estudante que não me recordo o nome. Pela executiva de Lutas Secundárias, participaram o declarante, Antônio Roberto Espinosa e Fernando Carlos Mesquita Sampaio.[198]

Há outra fonte que comprova a participação de Iara nesta conferência e a torna especialmente interessante: a partir deste encontro, ela escreveu o primeiro documento que consegui encontrar, assinado como "Cláudia (Rita)". Rita, como já foi evidenciado, foi o primeiro codinome de que se há notícia na ainda sem nome "Organização". Cláudia, por sua vez, é o nome da filha mais nova de Lamarca – e, segundo alguns militantes, Iara teria adotado o codinome a pedido dele, para homenageá-la.[199] Neste mesmo período, Lamarca utilizava o nome de seu filho mais velho "César". Iara deve ter achado por bem assinar com os dois codinomes, dado que outra militante se autodenominava "Cláudia": Carmen Monteiro dos Santos. Mais à frente, sua trajetória será mais explorada.

O documento consiste, de acordo com Iara, em uma "autocrítica" em relação ao fato de ela não ter se posicionado quanto ao comportamento de outros militantes durante a "conferência" regional, sobretudo Antônio Roberto Espinosa, "Lino".

---

[196] Um documento do CR-SP relatou: "segundo estabelecido, o CR escolheu dois delegados (dois membros do próprio CR), ao mesmo tempo que recebia como tarefa criar condições para a realização da conferência após o congresso, no mais breve espaço de tempo possível. Entretanto, um membro do CR e o delegado do CLC não concordaram com o critério de escolha dos delegados definido. Face à recusa dos delegados de reverem os critérios de escolha dos delegados, o assunto foi encaminhado ao organismo superior (CLC), tendo os delegados escolhidos viajado para o congresso". CR E O INTERVENTOR. Informe a todos os companheiros, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fl. 2040, p. 363-364.

[197] LUNGARETTI, 2020, op. cit.

[198] ARQUIVO NACIONAL. *Encaminhamento n° 643/SNI/ASP/1970 – Carlos Franklin Paixão Araújo*, 5 nov. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011898, p. 72.

[199] MOTTA, 2022, op. cit.

Antes do exame aprofundado do conteúdo objetivo da fonte, cabe analisar alguns fatores secundários que permitem identificar o setor de atuação que ela representava na conferência e estabelecer algumas possíveis causas para sua presença não ter marcado a memória dos militantes.

De acordo com outro documento, escrito após a reunião, os participantes foram:

> 3 delegados do Setor de Operações (2 GT e 1 Logística), 1 delegado do MO [Movimento Operário], 1 delegado do ME [Movimento Estudantil], 1 delegado da Imprensa, 1 delegado da Inteligência, os 3 membros do CR e 3 membros do CLC. Não compareceram, por razões de segurança ou por outras razões, 1 delegado da Inteligência, 1 delegado do SAV [?], 1 delegado do Territorial do interior e 1 delegado da base de saúde.[200]

Apesar de todos os substantivos estarem no masculino, isso não significa que todos fossem homens, dado que se sabe da participação de duas delegadas mulheres: Iara e uma militante referida como "representante da Logística", citada no documento. Segundo interrogatório atribuído a Antônio Carlos Melo Ferreira, tratava-se de "Joana", nome utilizado por Ieda dos Reis. Contudo, ela não se recordou de ter participado deste encontro.[201]

Ainda segundo Antônio, Iara representava o Setor de Imprensa, que ela teria descrito como operando em condições difíceis: "contava com quatro militantes e tinha problemas de 'aparelho'". Essa informação foi citada outra vez em junho de 1970, em interrogatório atribuído a Fernando Mesquita Sampaio e feito sob tortura no Cenimar da Bahia: "dos setores: Imprensa: Coordenadora "Cláudia" (Iara Iavelberg) e "Márcia" (Miriam Abramovay Iavelberg – esposa de Samuel Iavelberg) e outros que desconhece".[202]

"Joana", por sua vez, tinha um diagnóstico parecido do Setor de Logística: "[foi discutido na reunião] que o setor de logística era inexistente praticamente e estava começando a tirar um planejamento de trabalho, só tinha um militante, a 'JOANA', que estava pedindo gente para ajudá-la e pedindo que a Organização lhe passasse contatos de aliados". [203]

A situação da Regional de São Paulo da VAR era, como um todo, precária. Todos os outros setores parecem ter relatado dificuldades no exercício de suas atividades, justificadas majoritariamente por riscos de segurança. Porém, o que ficou mais marcado na memória dos

---

[200] CR E O INTERVENTOR. Informe a todos os companheiros, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fl. 2040, p. 363-364.
[201] REIS, Ieda dos. [Relato sobre Iara Iavelberg]. WhatsApp, 20 jan. 2023. 16h08. 1 mensagem de WhatsApp.
[202] CENIMAR. Depoimento prestado por Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho, 22 jun. 1970. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiê Ministérios (Ministério da Marinha – Pasta 01)*, 1967-1976. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESPDEOPSOS000274, p. 173.
[203] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - GO. Termo de declarações de Antônio Carlos Melo Pereira. Goiânia, 1970. In: BNM 412, p. 342. Disponível em: https://bit.ly/3CXIbL8. Acesso em: 19 jan. 2023.

participantes remanescentes foram os conflitos entre os integrantes do Comando Regional e do Comando de Lutas Secundárias, uma disputa que ficou como tendo sido *masculina*.

Carlos Franklin Paixão, justamente do CLC, em entrevista, afirmou: "não lembro quase nada de Iara, nem quando a conheci. (...) Quando tínhamos reuniões de nosso comando em São Paulo, ela ajudava na estrutura – segurança, sair, levar. Cobertura, abastecimento. Era quando se formou a VAR. Ela ficava por perto".[204]

Tabela 2: Militantes que compareceram à Conferência Regional de São Paulo

Setores representados por delegados	Quantidade	Pessoas que compareceram
Setor de Operações	2	Adilson Ferreira da Silva e "Hilton"
Setor de Logística	1	Ieda dos Reis*
Movimento Operário	1	Antônio Carlos Melo Ferreira
Movimento Estudantil	1	Paulo César Xavier Pereira
Imprensa	1	Iara Iavelberg
Inteligência	1	José Olavo Leite Ribeiro
Comando Regional	3	Samuel Iavelberg, Celso Lungaretti, José Raimundo da Costa
Comando de Lutas Complementares	3	Antônio Roberto Espinosa, Carlos Franklin Paixão e Fernando Mesquita

Fonte: Elaboração da autora, a partir de informações de diversas fontes

Da mesma forma, Celso Lungaretti, quando perguntado a respeito desta reunião específica, afirmou categoricamente que Iara não havia participado. Ele estava convicto de que a tinha encontrado apenas uma vez, em um ponto: "eu só a encontrei rapidamente numa única ocasião e lembro-me apenas da sua imagem (pareceu-me uma universitária típica, como as que eu via nas assembleias na Maria Antônia e no CRUSP)".[205]

José Olavo, que também participou da reunião, se lembrou da presença de Iara, mas afirmou que nesta ocasião ela já tinha uma relação com Lamarca e um papel importante na organização. Ele não relaciona diretamente as duas coisas, mas deixa subentendido. José Olavo falou das percepções que ouvia dos companheiros da época a respeito dela, tratando especificamente de Fernando Mesquita, outro participante da conferência regional: "o Fernando (...) era um que implicava muito com ela. 'A Iara é muito porra louca, e tal, mas na hora H ela

[204] ARAÚJO, Carlos Franklin Paixão de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[205] LUNGARETTI, Celso. Assunto do e-mail: Entrevista - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 11 ago. 2020.

vai pular fora, vai largar a militância'".[206] Mesquita, no entanto, não aceitou conceder entrevista a mim.

Em relatos de outros militantes, majoritariamente da época da Polop, é frequente que descrevam Iara como quieta nas reuniões – alguns atribuindo como causa a essa característica uma possível fraqueza teórica. Nesse documento, no entanto, ela rompe o silêncio e opta por se posicionar:

> Este documento é o início de um *processo autocrítico tendo em vista minha omissão e portanto conivência política* em relação a alguns pontos que exporemos. (...) Comecei a analisar criticamente a conferência a partir do seguinte fato: após as reuniões, quando alguns delegados inclusive já haviam se retirado, iniciou-se uma conversa entre o representante do ME, a representante da logística e eu, onde espontaneamente começamos a discutir o comportamento do companheiro Lino (Bento), comparando-o ao seu padrão anterior, tal como lembrávamos enquanto militante da ex-VPR. A companheira Mariana e o companheiro Diogo presenciaram a conversa. *Diogo comenta que deveríamos ter feito diretamente a Lino estas observações. Concordo. Como não foram feitas, faço-as agora*.[207]

Pelo que pude apurar da trajetória militante de Iara, tanto em organizações de luta armada contra a ditadura quanto no movimento estudantil, este é o primeiro documento em que ela demarca fortemente suas posições políticas, deixando claras suas divergências com companheiros militantes, muitos deles ligados ao comando. Nos documentos analisados da época do ME, a vimos se opondo aos professores, à universidade e ao regime. Sua posição pública em relação aos semelhantes parece ter sido bem conciliadora até este momento.

De acordo com as observações de Iara, o próprio Fernando ("Diogo") a teria censurado por não ter feito as críticas diretamente às pessoas às quais eram direcionadas, motivando assim a elaboração do documento. Uma possível explicação para o retraimento de Iara em situações coletivas pode ser obtida através da análise de como os militantes homens e as militantes mulheres se comunicavam, principalmente em reuniões. Isso ocorreria somente por se tratar de traços de personalidade inatos?

Estudos examinam como homens e mulheres, devido às maneiras como são socializados, possuem formas diferentes de se comunicar em público, concluindo que as circunstâncias e os tópicos discutidos influenciam no tempo de fala de cada sexo. As mulheres tendem a falar mais confortavelmente em público em contextos informais, enquanto os homens

[206] RIBEIRO, 2020, op. cit.
[207] CLAUDIA (RITA). Esclarecendo a "Conferência" Regional de São Paulo, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1892-1894, p. 65-69, grifos meus.

se mostram mais dispostos a contribuir em situações formais.[208] Reitero que esses traços não são biológicos ou naturais de cada sexo, mas sim decorrentes dos papéis de gênero.[209]

Dessa forma, é válido apontar que a relação política de Iara com seus companheiros de organização estava construída sobre as fundações dos papéis de gênero, que influenciavam em sua forma de se posicionar publicamente, ao mesmo tempo que balizavam o jeito que os homens falavam. Em seu documento, ela descreve as ações de "Lino" das quais havia discordado:

> O companheiro, que sempre foi alvo de respeito na ex-VPR, por demonstração de lealdade e moral revolucionária, honestidade e companheirismo, bem como de humildade revolucionária, chocou-nos na conferência, por uma atitude de agressividade, personalismo, bem como de uma avaliação superestimada de sua própria pessoa. O companheiro afirma, na conferência, que compareceu a essa apenas para esclarecer acusações, de que fora "vítima". (...) O companheiro Lino interrompe a parte do companheiro do regional que tentava defender-se do que considerava acusações improcedentes, em tom autoritário incabível, dedo em riste, do alto do seu cargo: "fique quieto, estou falando". O companheiro Lino discute com o representante do setor de Inteligência como se estivesse em plena Inquisição. O companheiro Lino não aceita críticas levantadas contra ele em plenário, inclusive a que é levantada por outro companheiro do CLC. O companheiro Lino culmina alegando que "carregou a ex-VPR nas costas", quando, na crise, fez parte da Coordenação Geral interina. (...) Lembro ao companheiro Lino que a Org. não era composta apenas pela C.G. e que, apesar de ele poder fazer um balanço do que poderia ter sido sua atuação, quero lembrá-lo que havia outros militantes colaborando, não havendo razão alguma para megalomanias, nem para se considerar Atlas que carrega o mundo nas costas.[210]

A visão de Iara coaduna com a de outro participante da conferência, Celso Lungaretti, que, ao saber que ela havia de fato comparecido ao encontro, declarou:

> Foi chocante para mim, ter constatado que a Iara estava naquela conferência inquisitorial. Durante meio século fiquei sem o saber. Talvez haja sido por eu estar muito envolvido com as discussões em si, talvez ela tivesse mudado o visual desde quando a vira. Não me ficou na memória a imagem de alguns dos participantes, só a dos mais agressivos (e decerto ela não estaria entre eles).[211]

A pesquisa sobre as formas de homens e mulheres se comunicarem em público, neste sentido, é elucidativa: "as mulheres usam mecanismos que encorajam outros a contribuir e participar, e sinalizam que estão prestando atenção, enquanto os homens tendem a competir pelo destaque, interromper frequentemente, comunicar fortemente suas visões e discordar vigorosamente dos outros".[212] A provocação de "Diogo", no entanto, a incentivou a procurar outra forma de comunicar seu posicionamento e suas discordâncias: o documento.

---

[208] HOLMES, Janet. Women's talk in public contexts. *Discourse & Society*, Londres, v. 2, n. 2, 1992, p. 132, tradução livre.
[209] SCOTT, 1995, op. cit., p. 23.
[210] CLAUDIA (RITA). Esclarecendo a "Conferência" Regional de São Paulo, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1892-1894, p. 65-69, grifos meus.
[211] LUNGARETTI, Celso. Assunto do e-mail: Entrevista - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 9 out. 2020.
[212] "Women use interactive devices which encourage others to contribute and participate, and signal that they are paying attention, while men tend to compete for the floor, interrupt frequently, assert their views strongly and disagree baldly with others". HOLMES, 1992, op. cit., p. 132, tradução livre.

Através do exame das relações de gênero entre os militantes, pode-se compreender especificamente como os comportamentos ditos "femininos" e "masculinos" permeavam a vida cotidiana na clandestinidade: "é na esfera cotidiana em que homens e mulheres – como sujeitos atuantes – repetidamente negociam e renegociam essa relação e seu significado no contexto de seu modo de vida e cultura".[213] Dessa forma, justamente por também estar muito envolvida com as questões mobilizadas na conferência, Iara encontrou uma outra forma para se posicionar – renegociando os limites da atuação feminina –, dado que não o fez presencialmente, por meio da fala.

Assim, ao abrir o documento, "Cláudia" não poupou críticas à realização da conferência:

> As reuniões que foram realizadas não possuem peso, para em seu conjunto, poderem ser consideradas como conferência de uma organização. A começar do fato de termos tido um prazo de discussão de apenas dois dias. Todos nós sabemos o que ocorreu e que praticamente a conferência não seria realizada. Mas se o comando resolve que vai ser feita, então deveria ter dado um prazo onde pudesse ser discutido algo com seriedade. Senão qual a finalidade da realização da conferência? (...) A conferência basicamente deveria oferecer a possibilidade concreta de um verdadeiro balanço autocrítico com as devidas apurações de responsabilidade, bem como de uma discussão profunda a respeito da organização e tática. Isto seria o mínimo, tendo em vista que a conferência do regional de SP se viu prejudicada por reunir-se extemporariamente [sic]. Deu-se, entretanto, que não foram feitas nem uma nem outra. Donde, a conferência do nosso regional não existiu, a não ser formalmente, nunca como conferência de uma organização revolucionária.[214]

Logo de início, ela apresenta divergência com os militantes do CLC como um todo, rechaçando o modo como foi realizada e organizada a conferência. Ela apontou que a reunião tinha dois objetivos principais: fazer um balanço autocrítico do impasse com os delegados "eleitos" para o Congresso; e discutir sobre a organização e tática da VAR, com o objetivo de que as teses fossem levadas a Teresópolis – objetivos estes que classifica como não cumpridos adequadamente.

O diagnóstico feito por "Cláudia" sobre o último tópico constitui uma espécie de "mapeamento prévio" das divergências internas da VAR naquele momento – que levariam, no congresso de Teresópolis, ao "racha" na organização. Suas observações podem contribuir para a problematização de alguns consensos sobre este tema – principalmente a de que houve uma mudança abrupta de posicionamento de alguns militantes.

---

[213] "(...) That is the sphere in which men and women – as acting subjects – repeatedly negotiate and renegotiate this relationship and its meaning in the context of their entire mode of life and culture". WIERLING, 1995, op. cit., p. 155, tradução livre.

[214] CLAUDIA (RITA). Esclarecendo a "Conferência" Regional de São Paulo, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1892-1894, p. 65-69.

Em entrevista, Antônio Espinosa compartilhou sua surpresa com a adesão de Iara e Lamarca ao racha, afirmando que predominou um "caráter subjetivo" na tomada da decisão. Em entrevista, o ex-militante fornece mais detalhes:

> Iara dizia que Jamil era um louco. O racha na VAR, que veio dar na VPR, teve um conteúdo emocional muito grande, porque as organizações guerrilheiras que defendiam a guerrilha rural acabavam não a fazendo. (...) Lamarca saiu também, e acaba atingindo 30% da VAR. Ambos [Iara e Lamarca] eram contra antes. Eles não se deixavam levar por envolvimentos emocionais, mas desta vez ele deixou. Ela não estava no congresso, aderiu em seguida. Como se tivessem adotado as teses do Jamil na falta de outras.[215]

No entanto, ao contrário do que Espinosa aponta, no documento sobre a conferência regional de São Paulo, Iara demonstra simpatia com o documento de Ladislau, em oposição ao texto "marxista-leninista" defendido por "Lino":

> Procurei lembrar na reunião que embora não concordasse com a totalidade do documento do Jamil, sem dúvida é um esforço inovador de colocação teórica e contínua contribuição em muitos aspectos, não sendo algo parecido com 'livro de Index'. Pergunto: qual a criatividade (que se exige de um revolucionário) presente na "cola e tesoura" de citações do 4° volume de Lenin? [referindo-se ao *Teses sobre tática*].[216]

O relatório do Setor de Imprensa da Regional de São Paulo – que, agora sabemos, era integrado por Iara e mais dois militantes –, produzido como material para ser discutido no congresso nacional, apesar de não estar assinado, apresentava críticas, ainda que embrionárias, a essa linha da organização: "não podemos fazer um transplante mecânico de uma concepção leninista, isto é, não podemos nos apegar rigidamente a critérios teóricos clássicos, nem tampouco existe uma experiência nacional anterior dentro de uma visão estratégica e orgânica que pudéssemos assimilar".[217]

Além disso, Iara demarca ainda mais seu posicionamento ao tratar dos documentos teóricos que teriam sido colocados para discussão durante a conferência, que estariam em pauta também no congresso nacional:

> [Um] elemento do CLC exigia, numa atitude de inquisição que as pessoas se definissem ("visto a organização passar por um momento importante em que não poderiam haver dúvidas") sobre três posições; duas encontradas em documento (que não foram discutidas nas reuniões) totalmente antagônicas: documento "Teses sobre tática" e o "documento do Jamil" (que nem havia sido lido por todos os participantes), o primeiro marxista-leninista e o outro repleto de desvios, no dizer dos companheiros do CLC; a terceira posição seria a que foi retirada na conferência dos deslocados, exposta por um dos elementos do CLC num prazo recorde de três minutos.[218]

---

[215] ESPINOSA, s.d., op. cit.
[216] CLAUDIA (RITA). Esclarecendo a "Conferência" Regional de São Paulo, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1892-1894, p. 65-69.
[217] IMPRENSA REGIONAL. Imprensa revolucionária, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 221-227, p. 547-551.
[218] CLAUDIA (RITA). Esclarecendo a "Conferência" Regional de São Paulo, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1892-1894, p. 65-69.

Portanto, embora em condições que ela considerava inadequadas, foram pautados três documentos na reunião: o primeiro, *Teses sobre tática*, tem como autoria oficial "A comissão preparatória do C. [Congresso]" e explicita uma linha denominada na época como "marxista-leninista".[219] Esta posição recuperava antigos pressupostos da Polop, "que priorizavam o proletariado e as massas e atenuavam a inclinação militarista".[220] Este era o documento defendido por Espinosa, Carlos Araújo, Fernando Sampaio e integrantes do CN ligados à antiga seção mineira dos Colina e era a síntese de uma posição que ficou conhecida como "massista".

A tal "inclinação militarista" estava representada em um documento de autoria de "Jamil", codinome de Ladislau Dowbor, intitulado *A vanguarda e as massas na primeira fase da revolução*. Este texto não foi o único escrito por Dowbor nesse período, num esforço de teorizar a revolução brasileira, e foi o que balizou a segunda posição colocada em pauta na conferência regional e no congresso. Ao longo do segundo semestre de 1969, "Jamil" reuniria todos esses textos, transformando-os em capítulos de um documento único, intitulado *O caminho da vanguarda*, distribuído pela já reconstruída VPR.

Já a terceira posição, à qual Iara se refere como "retirada na conferência dos deslocados", é possivelmente de autoria de Apolo Heringer e seu grupo, minoritário, que também racharam com a VAR, formando a Dissidência da VAR-Palmares (DVP). A trajetória desta dissidência e suas proposições teóricas carecem de estudos mais aprofundados.[221]

Dessa forma, neste parágrafo de seu documento, Iara mencionou as três posições que balizaram o(s) racha(s) sofrido(s) pela VAR-Palmares ao final do congresso de Teresópolis, que se concretizariam quase um mês depois da conferência regional. Além da pequena DVP, o principal desfalque sofrido pela organização veio do grupo que tinha como base o documento de "Jamil". Estes optaram por construir uma nova VPR, tendo como pioneiros sete militantes ainda durante o congresso – entre delegados e responsáveis pela infraestrutura/fachada –, que configuraram o famoso "racha dos sete": Carlos Lamarca, Darcy Rodrigues, Chizuo Osava,

[219] A COMISSÃO PREPARATÓRIA DO C. Têses sobre tática, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1980-1990, p. 243-264.
[220] GORENDER, 2019, op. cit., p. 150.
[221] Segundo Antônio Espinosa, em entrevista a Marcelo Ridenti, "[Apolo] foi o primeiro cara a criticar a coluna guerrilheira abertamente, dizer que no fundo nós éramos foquistas, que apesar de tudo nós continuávamos debrayistas e ele propunha ações irregulares e disseminadas por todo país, e na brincadeira, aliás uma brincadeira que o Lamarca fazia, acabou cunhando a posição do Apolo de floquismo, quer dizer, de flocos. E o Apolo e a companheira dele [Carmen Helena do Vale Barbosa] e outras pessoas que mais ou menos o acompanhavam, que não eram muitas, três ou quarto faziam parte do que a gente chamava de... Como é que era o nome? Era o pessoal que tinha que ser deslocado de seu estado, que não tinha mais segurança de ficar no seu estado e ia para o Rio de Janeiro. Então, tinha lá umas 40, 50 pessoas, os "deslocados", o "setor de deslocados". O Apolo também era um "deslocado". E uns três ou quatro membros que concordavam com ele estavam todos deslocados no Rio, e o Apolo não conseguiu ser eleito para o congresso". ESPINOSA, 1986, op. cit., p. 27.

Celso Lungaretti, José Raimundo da Costa, Claudio de Souza Ribeiro e José Araújo de Nóbrega – ou seja, inclusos os dois delegados de São Paulo inicialmente designados para o congresso, mas "depostos" pela conferência regional.

Outros dissidentes os seguiram aos poucos,[222] entre os quais um grupo de oito militantes, que oficializou sua saída através do documento *Cerrar fileiras por uma linha revolucionária*, do qual Iara também foi uma das signatárias.[223] Embora de perfis diversos, há alguns pontos em comum entre os quadros que optaram pela nova organização: militantes originários das dissidências polopistas de São Paulo e da Guanabara, que desde o racha de 1967 tinham posições marcadamente influenciadas por Régis Debray, e romperam justamente com as posições "marxistas-leninistas" tradicionais da Polop; ex-militares, que em sua maioria estavam pouco afeitos à teoria revolucionária, desejando imediatamente a prática revolucionária – estimulados ainda mais após a leitura de Debray.

Os que decidiram ficar com a VAR, por sua vez, se aglutinaram em torno de Antônio Roberto Espinosa, Carlos Paixão Araújo, Carlos Alberto Soares de Freitas, Dilma Vana Rousseff, Maria Auxiliadora Lara Barcellos, Samuel, Miriam e Raul Iavelberg,[224] Fernando Carlos Mesquita Sampaio, Ana Matilde Tenório Motta, entre outros. As origens destes militantes, embora sejam diversas, têm alguns pontos em comum: alguns advinham do racha da Polop de Minas Gerais – que já defendia posições leninistas insurrecionais. Aqueles originários de São Paulo eram majoritariamente da ex-VPR, mas com um ponto-chave: não tinham passado pela Polop e pelo consequente "racha" de 1967, provocado pela profunda influência debrayista entre os então dissidentes;[225] ao contrário, haviam ingressado na

[222] Outros rachas foram oficializados em documentos, por exemplo: a) *Avancemos pelo caminho do guerrilheiro heroico*, de autoria dos militantes "Fernando", "Ary" (Joaquim Venturini Filho), "Mota", "Maciel" (Roberto Chagas e Silva), "Joana" (Ieda dos Reis) e "Claudia" (Carmen Monteiro dos Santos Jacomini); b) *Por uma organização revolucionária*, de autoria de "José Carlos", "Mário", "Mariana" (Sonia Lafoz) e "Orlando". Cf. STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1951-1953 e 1954-1960, p. 185-189 e 191-203.

[223] Todos os signatários foram: Juares Guimarães de Brito ("Juvenal"/"Júlio"); Wellington Moreira Diniz ("Justino"/ "Lira"); Maria do Carmo Brito ("Lia"/"Sara"); Herbert Eustáquio de Carvalho ("Daniel"/"Olímpio"); Inês Etienne Romeu ("Olga"/"Tânia"); "Bruno", não identificado; Roberto Menkes ("Dino"); e Iara Iavelberg ("Cláudia"/"Rita"). Há uma primeira versão deste documento, assinada apenas pelos quatro primeiros autores, embora não haja qualquer diferença no texto. Minha hipótese é que os últimos quatro militantes tenham, após terem lido e se decidido pelo racha, solicitado para que seus nomes fossem incluídos (para esta versão, cf. STM. *Apelação 40.898*, Guanabara, vol. 2, fls. 333-335, p. 197-201).
JUVENAL; JUSTINO; LIA et. al. Cerrar fileiras por uma linha revolucionária. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1966-1971, p. 215-225.

[224] Raul Iavelberg iniciou sua militância em fins de 1967, ao entrar na Faculdade de Medicina da USP: "eu tinha entrado na faculdade meio rotulado, porque era irmão do Samuel e da Iara. Mesmo que não participasse, todos já esperavam que eu entrasse". Segundo afirmou a Judith Patarra, militou no setor do movimento estudantil na VPR e na VAR-Palmares. IAVELBERG, R., 1984, op. cit.

[225] Há a exceção importante de Samuel Iavelberg, que embora tenha participado do racha da Polop, optou mais tarde pela VAR. Alguns fatores podem explicar essa "mudança" ideológica: o fato de ele não ser um quadro de perfil "teórico", e sim mais ligado às ações e liderança inconteste do movimento estudantil paulistano; seus

"Organização" via movimento estudantil ou operário – os considerados movimentos de "massas". Acredito que estes fatores possam explicar sua abertura ao "marxismo-leninismo clássico" que a VAR apregoava.[226]

Entre os militantes de ambos os lados, identificam-se diversos muito próximos a Iara, ao menos em um momento de sua vida, com destaque para os irmãos e a cunhada, que optaram por ficar na VAR. Apesar de sua escolha ter surpreendido tanto pessoas que racharam quanto as que decidiram permanecer na VAR, as fontes deixadas por Iara fornecem subsídios para se formular uma justificativa sólida. Tais documentos, embora não sejam inéditos, não foram examinados a fundo e para além das armadilhas da memória.[227]

Apesar de ter sido escrito enquanto ocorria o congresso de Teresópolis – ao qual ela não compareceu –, Iara enfatiza que seu escrito seria encaminhado para as bases tanto da VAR quanto para as constituídas a partir da nova organização formada. Com isso, ela provavelmente desejava se assegurar de que chegaria a "Lino" e àqueles que com ele conviviam/militavam. Em outro ponto, comenta: "não entrarei em detalhes das discussões travadas, me atendo ao tipo de atitudes políticas que delas se pôde compreender. Essas atitudes não constituem nada de inédito, a história se conhece desde o período stalinista".[228] Essa caracterização é repetida na carta que oficializou a adesão de Iara e outros companheiros, como Maria do Carmo e Juares Brito, ao racha:

> Companheiros, nosso caso é de cirurgia. O germe do stalinismo penetrou a organização. Sua característica específica é exatamente a de não poder ser combatido através de luta interna. Assenta-se sempre numa correlação de forças que lhe é favorável, legítima ou artificial, conseguida através dos mais variados procedimentos.[229]

---

conflitos com os militantes oriundos das Forças Armadas da ex-VPR – o próprio se referiu algumas vezes a Lamarca como "milico burro"; o fato de sua esposa, irmão mais novo e amigos mais próximos, todos ligados antes ao movimento estudantil, terem optado pela VAR. IAVELBERG, S., 2020, op. cit.; IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

[226] Cf. FERREIRA, Breno. Sobre a estrutura orgânica (ou aonde não devemos ir em matéria de Organização), s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 2, 1979, fls. 242-244, p. 35-39.

[227] Um exemplo é a análise do documento pela historiadora Carla Silva, que não contextualiza corretamente a produção do texto de Iara, afirmando que ele se referia ao congresso de Teresópolis – do qual Iara sequer participou. Após somente citar trechos, a historiadora finaliza apontando: "certamente havia muita coisa envolvida, e Iara falava já muito próxima à posição de Lamarca. Isso não indica que a ruptura com seus ex-parceiros/as tenha sido fácil. O texto conclui alfinetando com Lenin: 'o dever de todo revolucionário é fazer a revolução'" (SILVA, 2021, op. cit., p. 104). Além de atribuir a frase a Lenin – quando na realidade é originária da Declaração Geral da Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e frequentemente citada em discursos de Fidel Castro e Che Guevara –, a pesquisadora reproduz o estereótipo de subjugação de Iara a Carlos Lamarca. Silva faz isso ao resumir os posicionamentos de Iara no documento a "próximos" da posição do ex-capitão, sem de fato empreender uma análise que permitisse compreendê-los. Cf. A declaração da *OLAS*. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. ampliada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 325-336.

[228] Idem.

[229] JUVENAL; JUSTINO; LIA et. al. Cerrar fileiras por uma linha revolucionária. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1966-1971, p. 215-225.

No entanto, em outro documento que o próprio Espinosa escreveu a respeito de sua perspectiva, consta:

> São Paulo é a região cuja origem básica dos militantes é VPR. A Conferência foi precedida por discussão e eleição de delegados pelas bases. Na Conferência do Regional, dois companheiros que eram do CR defendiam as posições de Jamil: Lourenço e Moisés. A posição foi rechaçada pela unanimidade dos presentes.[230]

Como ficou evidente, os acontecimentos, na perspectiva de Iara, se desenrolaram por outra forma. Espinosa parece – tanto à época quanto nas entrevistas posteriores no fim da ditadura – relembrar dos fatos como se houvesse uma homogeneidade ideológica entre os militantes, rompida abruptamente durante o congresso de Teresópolis, através de justificativas outras que não concepções ideológicas. Todavia, documentos de discussão prévia – como o de Iara e outros advindos de variados setores, que discutiam como a organização deveria empreender o chamado "trabalho de massa" mesmo antes do racha, aí incluído o do Setor de Imprensa[231] – e aqueles produzidos por alguns grupos para justificar sua saída da VAR indicam que essa unidade talvez nunca tenha existido.

Ainda no texto analisado, Iara deu outro indício de discordância com a proposta da organização para com as "massas":

> Várias observações importantes foram feitas no decorrer das reuniões e nenhuma foi aprofundada. Dentre elas posso citar (...): problema de um desvio que a O. poderia estar incorrendo no encaminhamento do M.C., onde sempre se cita as "Uniões Operárias" do RGS [Rio Grande do Sul] esquecendo-se da importância da propaganda armada.[232]

O texto explicita que Iara acreditava que essa era uma questão fundamental, a qual não foi corretamente aprofundada na discussão regional. Embora não tenha sido possível

---

[230] LINO (BENTO). Companheiros, 26 set. 1969. In: ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 017/SNI/ABH/70*, 30 jan. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA. 70023092.

[231] Para citar alguns – por não estarem datados, não estão organizados cronologicamente (ressalto que, apesar da falta de datas, foi possível apreender que foram produzidos já pela VAR e anteriores ao Congresso de Teresópolis por elementos internos perceptíveis a partir da leitura):
a) M. Sobre o movimento de massas, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 2, 1979, fls. 234-237, p. 19-25;
b) FERREIRA, Breno. Sobre a estrutura orgânica (ou aonde não devemos ir em matéria de Organização), s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 2, 1979, fls. 242-244, p. 35-39;
c) [JAMIL]. Imprensa revolucionária, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 221-223, p. 547-551;
d) A COMISSÃO PREPARATÓRIA DA C. Política de massas para o M.E., s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1903-1906, p. 87-93;
e) SEC. REGIONAL EX-COLINA. Contribuição para elaboração de uma linha de massas, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 2113-2115, p. 509-513;
f) SAV. Sobre a linha de massa, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1947-1950, p. 177-183 (resposta ao documento anterior);
g) A. Estratégia revolucionária e atuação nas massas, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 2109-2110, p. 501-503.

[232] CLAUDIA (RITA). Esclarecendo a "Conferência" Regional de São Paulo, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1892-1894, p. 65-69.

compreender o que ela quis dizer com a sigla M.C., outros elementos auxiliam a análise deste trecho. Como foi dito anteriormente, a dualidade entre as uniões operárias e a propaganda armada foi uma das questões cabais do congresso, dado que se referia à relação da organização com o povo, ou "as massas".

Segundo Espinosa, a VAR não aceitava a propaganda armada como válida para a revolução, "mas pelo contrário, acabava sendo a propaganda das armas por si só"[233] – neste ponto, está em completo diálogo com o posicionamento de João Quartim de fins de 1968, quando este criticava a prática da VPR ainda em sua primeira fase, quando era comandada por Onofre Pinto.

Por não querer repetir este "vício militarista", a VAR preconizava que as uniões operárias seriam a principal linha de contato com as massas, constituindo-se como "entidades guerrilheiras, de guerrilha urbana, mas de apoio à reivindicação específica ou de criação de comissões de segurança para que o movimento se defendesse". Este tópico, ao ser explanado por Espinosa no congresso de Teresópolis, teria sido justamente a faísca principal para o racha, conforme ele relatou: "quando [se] está expondo a linha do movimento operário, então Mário Japa praticamente detona com uma frase só: 'mas assim não vai sobrar gente para fazer a guerrilha'".[234] Isso porque os partidários do racha, de forma próxima às proposições debrayistas, acreditavam que não deveria haver trabalho na cidade, mas sim o desenvolvimento imediato da coluna guerrilheira no campo. Régis Debray cita Fidel Castro: "a cidade é o cemitério dos revolucionários e dos recursos".[235]

Mas as teses de Debray já não eram suficientes para justificar esses pressupostos, e pareciam simplistas demais para os militantes. Daí o documento de "Jamil", que enriquece as formulações com outras referências, como mencionado anteriormente. O teórico compreende que o trabalho de organização das massas urbanas constitui em "desvio militar da guerrilha", citando inclusive um ponto que consta em documento da VPR produzido pouco antes da fusão com os Colina: "a vanguarda enquanto tal não pode estar fisicamente nas massas (a não ser clandestinamente, através de quadros infiltrados, mas marca a sua presença como vanguarda através de suas ações)".[236]

---

[233] ESPINOSA, 1986, op. cit., p. 43.
[234] Ibid., p. 35.
[235] "The city is a cemetery of revolutionaries and resources". DEBRAY, 1967, op. cit., p. 69, tradução livre.
[236] O COMANDO. Informe n° 2 do Comando, 20 jun. 1969, p. 4 apud JAMIL. Capítulo VII: A vanguarda e as massas na primeira fase da revolução, 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 81-96, p. 267-297.

O fato de utilizar a frase de um documento da antiga VPR para justamente refutar posições de militantes que integravam o comando da organização naquele período reforça a hipótese de que havia uma multiplicidade de posições teóricas, e que os integrantes dos grupos – mesmo aqueles tidos como os melhores teóricos – estavam suscetíveis a mudar de ideia e ter comportamentos contraditórios, influenciados por questões objetivas e subjetivas.

Nesse sentido, cabe discutir o motivo pelo qual algumas pessoas que conviveram com Iara atribuem sua escolha pela VPR após o racha. Celso Lungaretti, um dos sete a "rachar" primeiro afirmou: "[Iara] dava muita importância, acho que é chato dizer, mas acho que o fundamental é que o Lamarca estava do nosso lado e ela queria seguir ao lado dele. Geralmente quem tinha o perfil dela, ficou lá na VAR".[237] Darcy Rodrigues também:

> Lamarca foi a pessoa com maior capacidade de apreensão que conheci. Conseguia ler um livro numa noite e no dia seguinte reunir os companheiros e transmitir o que tinha lido. Era de inteligência muito grande. Acredito que a influência dele sobre Iara tenha sido determinante para que ela esposasse as questões de guerrilha rural.[238]

Essa visão é ecoada pelo próprio Samuel Iavelberg, que acrescenta alguns pontos:

> Eu não sei por que [ela foi para a VPR], até... Se é porque ela já estava com o Lamarca ou não, que ela acabou aceitando a condição do pessoal que não queria fazer muita discussão política, trabalho político, trabalho... Ela acabou indo nessa, para essa posição, então. (...) Eu agora não sei se ela foi muito influenciada porque ela estava com o Lamarca, ou se ela realmente concordava com aquela posição, isso aí é difícil saber.[239]

Ficou evidente ao longo deste trabalho que as emoções influíam nos posicionamentos e nas decisões dos militantes das esquerdas revolucionárias latino-americanas – assim como em outros períodos e locais.[240] Todavia, os indícios apontam que a relação de Iara com Lamarca possivelmente não foi o fator predominante para sua decisão. Relembro que ela caracterizou o documento de Ladislau como um "esforço inovador de colocação teórica", dialogando com um anseio demonstrado por outros militantes em seus próprios textos.

"Lourenço", codinome justamente de Celso Lungaretti, falou sobre um "impasse teórico" naquele momento, no qual os militantes se viam presos entre as formulações clássicas

---

[237] LUNGARETTI, 2021, op. cit.

[238] RODRIGUES, s.d., op. cit. Apesar disso, Lamarca se definia de outra maneira: "continuei relaxando na minha formação teórica, aprendendo apenas nas discussões. Neste caso, também o simplismo me dominava – achava que os companheiros tinham capacidade de conduzir a organização. Procurava tão somente melhorar politicamente". CID. Uma auto-crítica, 14 out. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fl. 1932, p. 147, grifos originais.

[239] IAVELBERG, S., 2020, op. cit.

[240] Cf. BAHAMÓN, 2006, op. cit.; ROMANOS, Eduardo. Emociones, identidad y represión: el activismo anarquista durante el franquismo. *Reis*, Madrid, v. 134, abr./jun. 2011; GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. Emotions and social movements. In: STETS, J.; TURNER, J. *Handbook of the sociology of emotions.* Nova York: Springer, 2007.

de Lenin e as proposições mais recentes de Régis Debray – classificando, no entanto, ambas como inadequadas para a realidade brasileira da década de 1960:

> Aceitava-se, assim, a teoria e o método leninista e, aplicando-os à nossa realidade atual e pensando-a em função dos mesmos, chegava-se atualmente às mesmas diretrizes e proposições da época de Lenin, como o atestam plenamente as diversas proposições de linhas de massas, todas não conseguindo dar sequer um passo adiante em relação ao *Que fazer?*, que aparece assim como uma verdadeira panaceia, usada para tudo e, na realidade, não servindo para nada.
> O debrayismo, por outro lado, fizera-se à feição da experiência cubana, em que a situação incendiária no campo (e o fato de o campo constituir-se no principal da estrutura socioeconômica cubana) permitiram o êxito espontâneo de uma luta principalmente militar. Outra era nossa realidade, com o papel fundamental das cidades, coma existência de um proletariado combativo e vigoroso, com o verdadeiro salto qualitativo levado a efeito pela repressão, com as dimensões continentais de nosso país e as imensas variações de região para região.[241]

Dowbor dedica o primeiro capítulo de seu texto *O caminho da vanguarda*, intitulado "Teoria e prática", a tratar exatamente sobre a interpretação da teoria marxista de acordo com a realidade em que se desejava implantar a revolução:

> A utilização correta do marxismo como ciência, isto é, sua aplicação, que não é nem repetição nem revisão, consiste, pois, em utilizar as leis descobertas por Marx em relação ao proletariado, e que encontraremos n'*O capital*; em seguida, devemos mostrar como estas leis se manifestam na realidade histórica atual – o que equivale a explicar esta realidade nova com o auxílio destas leis; finalmente, uma vez corretamente analisada esta realidade, procurar a estratégia que responda efetivamente às exigências desta realidade.[242]

Essas formulações são ecoadas por Iara e outros militantes, no *Cerrar fileiras por uma linha revolucionária*, ao justificarem sua saída da VAR, os quais também se posicionam a respeito da questão das massas:

> Esse socialismo científico não tem realidade material. Sua concretização se dá quando a realidade é analisada através dele, permitindo que ele próprio se modifique, e se transforme, não já num socialismo científico conceitual, mas num socialismo científico operacional, instrumento da vanguarda e das massas para a solução das contradições sociais da sociedade estudada e trabalhada. (...) constatar que a classe operária será a classe fundamental para a Revolução não pode, necessariamente, levar-nos à conclusão de que ela seja fundamental durante todo o processo, em todas as fases; não pode fazer-nos esquecer que o "desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo/imperialismo" marginalizou amplas massas da população do processo produtivo.[243]

Os autores do documento demarcam ainda sua posição sobre o balanço entre a prática e a teoria:

> Uma organização não pode adquirir o nível teórico necessário para a compreensão da realidade, a não ser num processo de vinculação com a sociedade. (...) Quando os

[241] LOURENÇO. Congressos, crises etc..., 2 set. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 2029-2035, p. 341-353.
[242] JAMIL. Capítulo I: Teoria e prática, out. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 1, 1979, fls. 40-42, p. 185-190.
[243] JUVENAL; JUSTINO; LIA et. al. Cerrar fileiras por uma linha revolucionária. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1966-1971, p. 215-225.

> conceitos são utilizados corretamente, sua aplicação correta à realidade estudada, permite sua redefinição, reformulação (não confundir com revisão). Os novos conceitos surgidos desse processo de análise da realidade ainda são os antigos, mas já são os novos. Esse é o processo marxista de elaboração do conhecimento. Assim se constrói o socialismo científico.[244]

O trecho evidencia que não apregoavam a hegemonia completa da prática (como o "praticismo", denunciado por Quartim na primeira fase da VPR), mas a aplicação e reformulação dos conceitos teóricos à realidade material vivida. Portanto, quanto à ideia de que os "militaristas" menosprezavam completamente a teoria e o trabalho político, encontra-se ao menos um ponto de alerta para contestação.

Em minha perspectiva, a memória que prevaleceu nos discursos da posteridade – influenciando inclusive a historiografia – foi a dos autointitulados "massistas", que descrevem o racha majoritariamente como tendo sido provocado por divergências irreconciliáveis entre seu grupo e os antagônicos "militaristas". Segundo as narrativas destes ex-militantes, os últimos seriam "o grupo das armas", que não "queria fazer muita discussão política";[245] referindo-se a si próprios, afirmaram que consideravam como ponto central da luta o desenvolvimento de um trabalho nas cidades com os trabalhadores e estudantes, "sempre com a visão de arregimentar quadros para a guerrilha".[246]

Fixou-se, portanto, um cunho pejorativo nos "militaristas", como se estes almejassem a predominância *incontestável* das armas, sem dedicar qualquer tempo à teoria; a alcunha "massistas", por sua vez, deixa subentendida que o grupo oposto não pretendia envolver as "massas" de forma alguma em seu processo revolucionário. Nesta narrativa, descarta-se o impacto do documento de Jamil – ainda que este seja classificado por muitos como maior esforço de justamente *teorizar* sobre a revolução brasileira.[247] Dessa forma, considero fundamental uma análise para além das implicações memorialísticas que decorrem do uso dos termos "militaristas" e "massistas". Este estudo, no entanto, extrapolaria os limites desta pesquisa.

Se, por diversos meios, Iara fundamentou sua decisão em questões ideológicas, por que muitos dos ex-militantes atribuem sua saída da VAR e consequente ida para a nova VPR a seu relacionamento com Carlos Lamarca? Ainda que estivessem juntos desde o momento oficial da

[244] Idem, grifos originais.
[245] IAVELBERG, S., 2020, op. cit.
[246] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[247] Nos textos produzidos para o primeiro congresso da VPR reformulada, os militantes falam sobre teoria e prática: "Lembremos aqui que o plano teórico não tem com a atuação revolucionária a relação entre o 'original e a cópia', mas é um guia para a ação, consciente e orientador, que guia e orienta, na medida mesma em que empreende e compreende a prática revolucionária, refletindo assim a perfeita unidade entre teoria e prática". SOBRE a tática, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fls. 1916-1918, p. 113-118.

fusão, foi no Congresso de Teresópolis que a maior parte dos quadros da VAR – sobretudo da base – tomou conhecimento do namoro.

Ana Matilde Tenório se recordou de ter ouvido um comentário num dos intervalos da reunião: "lá em Teresópolis, eu ouvi por parte de um companheiro cujo nome eu não vou declarar, inclusive já morreu... Uma coisa que me chocou muito, de ele falar que a Iara era uma *prostituta ideológica*".[248] Na mesma linha, Wellington Diniz lembrou os comentários que ouvia sobre Iara: "(...) vagabunda, arrivista, queria dar para o chefe. O cara era casado. Tinha família. Queria foder a família".[249]

Não foi possível identificar como a notícia se espalhou: se Lamarca tornou o namoro público, ou se as fofocas foram as responsáveis. Porém, fato é que, mais uma vez, contribuiu para disseminar uma imagem condenável de Iara, agravada por Lamarca ser casado e comandante. Seu histórico anterior de militância foi descartado, em nome de sua caracterização como amante. Assim, se em algumas ocasiões, alguns namoros lhe concederam um pouco mais de liberdade de atuação política, o relacionamento com o ex-capitão parece tê-la dificultado, como veremos mais adiante em outras ocasiões.

Nesse sentido, observa-se o fato de a notícia do namoro ter vindo a público justamente no congresso, permeado de conflitos e que culminou no racha, e que alguns fizeram uso da relação para justificar uma suposta mudança de lado de Lamarca – como Espinosa deixou implícito ao falar do "caráter subjetivo" da decisão do ex-capitão. José Olavo se recordou de um pensamento similar recorrente na época:

> Tinha gente na VPR, depois VAR-Palmares, que achava que ela tinha uma influência ruim sobre o Lamarca. Poderia ter uma influência ruim. O Lamarca era um militar, ele não tinha muita formação a não ser militar. (...) A Iara era uma pessoa mais intelectualizada. Então tinha muita coisa, assim, que a Iara tinha muita influência sobre o Lamarca, ninguém sabe exatamente, era já uma vida muito clandestina nessa época.[250]

Essa ideia seria recorrente até a morte do casal, como ficará evidente mais à frente.

O congresso nacional da VAR-Palmares, realizado durante mais de 20 dias do mês de setembro, numa casa em Teresópolis, foi encerrado com a saída de dois grupos da organização – entre eles, um que pretendia reformular a antiga VPR, com Iara como militante. Enquanto a reunião ocorria, militantes do MR-8 e ALN realizaram a captura do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, exigindo que a ditadura libertasse 15 presos políticos

[248] MOTTA, 2022, op. cit., grifos meus.
[249] DINIZ, 2022, op. cit.
[250] RIBEIRO, 2020, op. cit.

em troca do diplomata.[251] Entre eles, estavam Onofre Pinto, líder da primeira fase da VPR, e José Ibrahim, líder sindical e importante quadro da organização. Ambos atuariam a partir de Cuba para enriquecer o trabalho político feito no Brasil.

Figura 45: Iara Iavelberg, s.d.

Fonte: Arquivo STM[252]

A ação teve muito impacto, tanto na nova organização que Iara passava a integrar quanto na forma de a repressão lidar com os grupos guerrilheiros.

6.3 "Ousar lutar, ousar vencer": a nova VPR

Em 30 de outubro de 1969, um novo general assumiria a presidência do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, considerado competente para superar a crise política em que o país se encontrava desde 1968 e agravada em 1969, por acontecimentos como a captura do embaixador dos Estados Unidos no Brasil.[253]

Paralalemente, a nova organização – ainda oficialmente sem nome – criou a Comissão Reestruturadora Nacional (CRN), responsável por articular o novo agrupamento. Em

[251] Os libertos foram: Luís Travassos, José Dirceu, Vladimir Palmeira, José Ibrahim, Flávio Tavares, Gregório Bezerra, Onofre Pinto, Ricardo Villas Boas, Ricardo Zarattini, Rolando Fratti, Agonalto Pacheco, Mário Zanconato, Ivens Marchetti, Leonardo Rocha e Maria Augusta Carneiro.
[252] STM. *Autos Findos 90*. Bahia, 1975, vol. 1, fl. 90, p. 199.
[253] CORDEIRO, Janaína Martins. A derrota após a vitória: a memória militar sobre Médici e a ditadura. *Boletim do tempo presente*, Sergipe, n. 4, ago. 2013, p. 3.

documento distribuído às bases, além de tratar de problemas da divisão de insumos com a antiga VAR, a CRN delegou aos militantes a seguinte tarefa: "escolher o nome da Nova Organização. Sugerimos que se leve em conta o de VPR, sozinho ou complementado por nomes alusivos a acontecimentos sociopolíticos importantes da História Brasileira (como Os Inconfidentes, Tiradentes, Mascates, a título de exemplo) ou nomes isolados, datas expressivas etc.".[254] Neste informe, a comissão ainda falou sobre a realização de um congresso para eleger o novo comando e discutir o programa e as tarefas prioritárias, em novembro.

Ao que tudo indica, durante o mês de setembro, Iara passou grande parte de seus dias no Rio de Janeiro, frequentando muito a casa onde estavam morando Maria do Carmo e Juares Brito, Wellington Moreira Diniz e Carlos Lamarca, na Rua Ituverava, bairro de Jacarepaguá.

Maria do Carmo recordou que foi neste período em que mais conviveu com o casal: "o cotidiano do Lamarca era ficar trancado lá dentro. E as pessoas eram levadas pelo Wellington para falar com ele. Então, era muito limitado para ele. O ponto de contato dele com o mundo éramos nós, mas principalmente a Iara". Ela conta ainda que, especialmente quando moravam nessa casa, Iara insistiu na formação teórica de Lamarca: "fez ele se interessar pelo aspecto político das discussões, pois ele se interessava naturalmente mais pelo militar. Eles ficaram loucos da vida, porque diziam que ela estava enfiando bobagens na cabeça dele".[255] Embora ela não especifique, acredito que "eles" fossem outros militantes de origem militar, sobretudo os mais próximos a Lamarca, como Darcy Rodrigues e José Araújo de Nóbrega.

A ideia de que Iara teria incentivado que Lamarca trabalhasse mais os aspectos teóricos coincide com um documento escrito pelo próprio justamente neste período: datado de 14 de outubro, neste texto, o ex-capitão se autodiagnostica como "simplista" e incapaz teórica e politicamente.[256] Ademais, ele explicita a intenção de recusar qualquer cargo no comando, que ainda seria formado. Não foi possível compreender o impacto causado por esse posicionamento, visto que ele era tido como líder inconteste, principalmente entre os militantes de origem militar.

Nóbrega chegou, inclusive, a morar por alguns dias na casa de Jacarepaguá, após o aparelho em que vivia com Sônia Lafoz e Eremias Delizoicov, na Zona Norte da cidade, ter sido descoberto pela polícia.[257] Foi organizada uma operação no dia 16 de outubro, quando

---

[254] INFORME da Comissão Reestruturadora Nacional, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 6, 1979, fl. 1457, p. 221-223.
[255] BRITO, s.d., op. cit.
[256] CID. Uma auto-crítica, 14 out. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fl. 1932, p. 147.
[257] ARQUIVO NACIONAL. *Encaminhamento n° 2949/970/SNI/AC - José Araújo da Nóbrega*, 5 nov. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.70008083.

Eremias, militante paulista de origem secundarista, foi brutalmente assassinado; contudo, a repressão acreditava se tratar do próprio Nóbrega, que foi dado como morto pela imprensa durante período considerável.[258]

Diante do "status" dos moradores da casa – dois casais e dois homens solteiros, todos clandestinos –, Maria do Carmo recordou que as demonstrações de carinho eram evitadas:

> Ela e Lamarca eram muito carinhosos. Mas não de grandes expansões físicas na frente de outras pessoas. Depois, ele tinha a seguinte postura: "se os outros companheiros não tinham mulher, não é justo que a gente fique em exteriorizações de carinho, que provocava uma situação ruim". Era a mesma posição do Juares e minha. Principalmente porque havia dois homens sós e [que] não estavam nada bem, não transavam bem a solidão. Estavam deprimidos.[259]

Para além do incômodo gerado pela relação amorosa com Lamarca, Iara aborrecia alguns quadros pela vaidade, preocupação observada ao longo de sua vida, mas exacerbada enquanto vivia em Jacarepaguá, conforme Maria do Carmo relatou:

> Ela me ensinou que a imagem depende do cabelo que você está, mostra a classe social. E que não adiantava nada fazer de conta que é milionária, morando ali, numa chácara em Jacarepaguá, do jeito que eu me vestia. E andou me dando umas orientações sobre maneira de vestir, me arrumar. Tinha que andar arrumadíssima.[260]

No mesmo sentido, Inês Etienne recordou:

> Por uma questão de segurança, era necessário cuidar da aparência pessoal. É claro que deveríamos nos vestir de acordo com o local em que estávamos morando, em Copacabana ou em São João do Meriti, ou dependendo do tipo de fachada que estávamos fazendo, se era uma pessoa "rica", ou "classe média" ou "remediado".[261]

Como Inês apontou, os disfarces para manter a "fachada" da vida clandestina eram comuns – no entanto, mais observados quando os militantes se mudavam para bairros periféricos ou favelas, com o intuito de se aproximar da classe trabalhadora.

Esses disfarces eram adotados também como estratégia de segurança: "como forma de reduzir a imprevisibilidade, o clandestino procurava construir um enredo suficientemente convincente, capaz de neutralizar o estranhamento que sua presença pudesse causar".[262] Porém,

---

[258] LIBERADA casa onde mataram subversivo. *Diário da Noite*, São Paulo, 18 out. 1969. Para detalhes sobre a morte de Eremias, cf. EREMIAS DELIZOICOV. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3HUjNgk. Acesso em: 2 fev. 2023. Para comunicado da VPR sobre a morte do militante, cf. A morte de um herói revolucionário e o festival covarde da Polícia do Exército, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 5, 1979, fl. 1334, p. 539.
Eremias também foi mencionado por Massafumi Yoshinaga em entrevista que concedeu na televisão, após se "arrepender" publicamente de ter atuado na luta armada: cf. CINEMATECA BRASILEIRA. *Massafumi Yoshinaga - Entrevista sobre crimes que cometeu junto com grupo terrorista de Lamarca*. São Paulo, 2 jul. 1970. 1 arquivo de vídeo, 7'07", p&b. Banco de Conteúdos Culturais, TV Tupi, código 15244-01.

[259] BRITO, s.d., op. cit.

[260] Idem.

[261] ROMEU, 1980, op. cit.

[262] ACSELRAD, Henri. *Sinais de fumaça na cidade:* uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 174.

normalmente, "o deslocamento espacial e social dos militantes implicava que estes se inserissem em meios distintos daqueles de onde se originaram",[263] – mais comumente espaços habitados por pessoas de classes sociais inferiores às dos militantes.

No caso da vida em Jacarepaguá, tratou-se de um ambiente habitado e frequentado por pessoas de classes sociais superiores àquelas das quais os clandestinos eram originários. Pensando que o objetivo das organizações era estreitar relações com as classes mais baixas, estima-se que a instalação do aparelho neste bairro específico tenha se dado por questões de segurança, uma vez que se tratava de local menos habitado do que outras zonas da cidade e predominantemente ruralizado, com muitos sítios.[264]

Ainda assim, a fachada se fazia necessária; mas investir em disfarces que fariam com que os militantes se parecessem com "burgueses" deveria ser fonte de incômodo para os outros quadros da organização – sobretudo se tal investimento era feito com dinheiro do grupo. Maria do Carmo recordou: "[Iara] inclusive tinha perucas. (...) As perucas de vários tipos, que ela comprava no Jambert, porque dizia que o fato de ser clandestina não significava... Usava o dinheiro do pessoal, não dela".[265] "Jambert" era o salão de beleza do espanhol Miguel Jambert, aberto em Ipanema na segunda metade dos anos 1960. Em matéria da revista *Manchete*, de 1968, é descrito da seguinte forma:

> A ida ao cabeleireiro é um dos rituais, que as mulheres ricas desfrutam da maneira mais agradável (...). O do Jambert funciona como uma interminável reunião social, com gente conhecida, mulheres elegantes e cochichos de *potins* [fofocas]. Os cabeleireiros são jovens, bonitos, amáveis e se vestem na última moda. Mas nem todas precisam ir ao cabeleireiro quando o problema da aparência melhor está ligado aos cabelos. As perucas estão aí para quem pode comprá-las, e já existem lojas especializadas que resolvem o caso em minutos.[266]

Antes de se instalar no Rio, Jambert já havia ganhado notoriedade com seu salão em São Paulo, no bairro dos Jardins, outra localização nobre. Uma reportagem mais antiga da *Manchete* aborda sua fama na capital paulista: "Jambert é um dos preferidos das mulheres da alta sociedade paulista (...). Viaja frequentemente para a Europa, onde troca ideias com os grandes mestres da 'haute coiffure' [alto estilo]".[267] Ademais, ele fazia penteados que

---

[263] Idem.
[264] SALDANHA, Carlos Fernando Furtado. *A marcha ao oeste carioca, a partir de sua rede viária:* um estudo de caso sobre a Baixada de Jacarepaguá e a Barra da Tijuca. Monografia (Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
[265] BRITO, s.d., op. cit.
[266] GABAGLIA, Marisa Raja. Quando a riqueza faz a beleza. *Manchete*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1968, p. 59.
[267] MARIA, Léa; CHAVES, José Magalhães. Os amáveis tiranos do penteado. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1962, p. 79.

estampavam os editoriais de moda de revistas femininas da época, como a própria *Manchete*, *Cláudia* e *O Cruzeiro* – possivelmente, lidas por Iara, que se interessava muito por tais assuntos.

Não é só Maria do Carmo que se recordou de Iara ter frequentado o salão do cabeleireiro espanhol;[268] Inês Etienne rememorou: "Iara e eu íamos muito a uma sauna, Iara é que me levava. Era incrível como conhecia os lugares. Me levava no Jambert para pintar o cabelo. Na sauna, era para relaxar".[269] Celso Lungaretti lembrou que, ainda na época da VAR, recebeu o seguinte recado da militante Heleny Guariba ("Lucy") – que era do Setor de Inteligência, coordenado por ele:

> A Iara frequentava o cabeleireiro chique lá da região do Jardins e uma aliada minha da inteligência também, a Heleny Guariba, diretora de teatro... E ela veio me alertar um dia que estava no salão lá, que ambas frequentavam, separadamente, mas calhou de um dia estarem e ela achou que... De certa forma, a Iara estava deixando perceber coisas demais. Ela alertou, né, que... Ela me falou, assim, para avisar que ela precisava não confiar naquelas pessoas que estavam lá. (...) ela estaria, sim, se deixando evidente uma posição de esquerda, contra o governo, coisa desse tipo. Dando bandeira, digamos. (...) E caí na besteira de falar para o Lamarca, "ó, a fulana lá, Lucy me disse isso, que..." [gagueja]. E ele disse "[Iara] estava lá no cabeleireiro chique, e a Lucy, que que estava fazendo lá?" [risos]. E cortou o papo assim.[270]

---

[268] Judith Patarra entrevistou, na década de 1980, uma senhora chamada Deusa Quintiliano, que afirmou ter alugado um quarto para Iara possivelmente no segundo semestre de 1969, em Copacabana. Não se sabe como a jornalista chegou a Deusa. Optei por não incluir e analisar as informações compartilhadas por ela por não ter como confirmá-las com outras fontes, mas apresentarei um breve relato a esse respeito nesta nota, localizada neste ponto do trabalho porque, segundo Deusa, "Isa" oferecia suas perucas para a dona da casa.
De acordo com Deusa, Iara teria se apresentado com o nome de "Isa", afirmando que alugara o quarto pois precisava se mudar para o Rio para estudar balé. Depois de ter pagado o valor adiantado, ela teria sumido por 15 dias. Se essas informações procederem, minha hipótese é que Iara teria alugado o quarto pouco antes do Congresso de Teresópolis, mas teve dificuldades por conta da Conferência da Regional de SP e da captura do embaixador norte-americano. Ela teria, então, residido lá durante meados de setembro e outubro, uma vez que, embora frequentasse a casa de Jacarepaguá, Maria do Carmo afirmou que ela não morava efetivamente lá.
Deusa contou duas histórias específicas que contribuem para minha desconfiança com a fonte. A primeira delas é sobre um comentário feito por "Isa" sobre Lamarca: "um dia, estávamos conversando na cozinha, tinha mania de conversar lá, era cozinha grande, com mesa, cadeira, e entramos no assunto de pessoas que eram procuradas, os cartazes nas rodoviárias, aeroporto, e eu falei que eu achava uma pessoa tão feia o Lamarca. 'Acho o Lamarca tão feio'. E ela: 'poxa, eu acho Lamarca lindo!'. E o lindo saiu tão de dentro, tão cheio de ternura, que aquilo me impressionou. Mas não me levou a nenhum outro pensamento político, nada".
A outra história é sobre uma suposta carta enviada por Lamarca: "um dia, ela chegou em casa chorando, chorando muito. Ela entrou chorando, foi para o quarto chorando. Fiquei preocupada, bati na porta do quarto, ela abriu, e perguntei o que estava se passando, ela não podia nem falar de tanto que chorava. Aí peguei na mão dela e falei bem assim, olhando bem para ela: 'Isa, eu sei que tem certas coisas que a gente não pode falar, mas o que é óbvio, pelo amor de Deus, me fale'. Aí ela me pediu um tranquilizante, eu disse que não tinha, mas que eu conhecia uma coisa maravilhosa que tranquilizava as pessoas, que era um remédio da minha avó, que era um copo de água com açúcar. Fui lá e disse para tomar devagar, em doses homeopáticas. Aí ela conseguiu falar. Disse que tinha recebido uma carta, mas não disse de quem, que era de uma pessoa a quem ela queria muito, e que dizia que, dos últimos contatos que eles tiveram, que ele tinha ficado com doença venérea. E que isso não era possível. E por isso ela ficou tão magoada. Não inventou a história, porque o jornal *O Globo* publicou todas as cartas entre os dois, e tinha essa carta. E até fiquei chocada, pensei 'puxa, eles pegaram tudo'". Patarra pergunta, então, se seriam as cartas-diário de Lamarca a Iara, escritas quando eles já estavam na Bahia e apreendidas em 1971, ao que ela respondeu: "não tinha nada a ver com Bahia. Foi antes". Mesmo após extensa pesquisa, não foi encontrado nada neste sentido envolvendo Iara e Lamarca.
[269] ROMEU, s.d., op. cit.
[270] LUNGARETTI, 2020, op. cit.

Embora Heleny e Iara fossem amigas antes mesmo da militância, acredito que não tinham mais formas de se contatar pelas vias "normais", dado que estavam em situação de clandestinidade. Assim, é possível que a dramaturga tenha optado por alertar Iara via organização.

Rosa Iavelberg também teve memórias envolvendo a irmã mais velha, clandestinidade e cabeleireiro:

> Lembro dela já na clandestinidade, eu com o dinheiro da organização na bolsa, fui assaltada com ela na [rua] Augusta. Ela ficou tão brava comigo! A gente tinha ido no cabelereiro. Tão brava! Ela nem lembrava que uma hora a gente passou por um bando de moleques e um bando de pivetes bateu minha carteira, foi uma coisa de corrida, esquina. Para mim, dinheiro da organização era uma coisa que não existia e para ela era uma coisa muito séria. Devia ser muito.[271]

Portanto, mesmo na clandestinidade, Iara seguia valorizando sua aparência e autocuidado. Pelo que as evidências indicam, sua atuação política não inviabilizava a vaidade e vice-versa. Pelo contrário, o que se observa é a atribuição de significados aos atos de asseio e embelezamento, que os fizessem parecer "políticos" – como o cuidado com o cabelo mediante justificativa de que auxiliaria na fachada. Assim, Iara mantinha práticas que a remetiam à normalidade da vida cotidiana, mesmo estando clandestina. Dessa forma, em sua perspectiva, ela poderia se sentir preservando aspectos de sua personalidade ainda no contexto adverso da ditadura e da militância considerada ilegal.

Porém, tais ações nem sempre (ou quase nunca) eram bem-vistas pelos outros companheiros. Se as atividades "teóricas" eram classificadas como menos importantes em relação às ações armadas, por exemplo, o cuidado com a aparência na clandestinidade deveria ser visto como supérfluo – principalmente quando a "fachada" mobilizasse características tidas como burguesas. Iara não advinha das classes mais altas, mas seus hábitos eram vistos como refinados demais. Destacar-se nesse aspecto deveria intensificar o incômodo dos outros militantes com seu modo de vida "aburguesado".

Isso ocorreu, por exemplo, quando ela e Lamarca, em meados de outubro de 1969, moraram por um tempo em um aparelho em São Paulo.[272] É possível que o casal tenha decidido deixar a casa na Guanabara e estabelecerem moradia em São Paulo para atuar na provável rearticulação dos setores paulistas da organização. Como ficou evidente no tópico anterior, o

---

[271] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.

[272] O militante que teria feito esse transporte foi Joaquim dos Santos, que atuou como motorista em diversas ocasiões, segundo interrogatório atribuído a ele: "foi encarregado de transportar Carlos Lamarca ('Cid') para São Paulo, juntamente com Iara Iavelberg ('Cláudia' ou 'Célia'); que para essa viagem usaram um Volks 1600 cor branca, capota preta, pertencente à organização". APESP. *Declarações prestadas por Joaquim dos Santos (...) à equipe de interrogatório preliminar "B2", no dia 1° de maio de 1970*. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Pasta 50-Z-009-074/13.368.

Regional de SP da então VAR-Palmares estava operando em situação precária, com riscos de segurança e falta de infraestrutura. Ademais, minha hipótese é que tenham ido também para retomar contatos com grupos que auxiliavam a antiga VPR, como o "grupo dos arquitetos".

Segundo afirmou o arquiteto Carlos Henrique Heck – então marido de Marina Heck e amigo de Iara através da convivência com sua esposa –, o grupo era formado por amigos e companheiros de profissão: Júlio Barone, Sérgio Ferro, Sérgio Souza Lima, Rodrigo Lefèvre e o próprio Heck. Eles haviam se conhecido na FAU, onde se graduaram, tendo seguido linhas de atuação diferentes – alguns seguiram a carreira de docente, enquanto outros trabalhavam com projetos.[273] De acordo com Sérgio Ferro, a valorização da luta contra a ditadura era um ponto em comum entre todos.[274]

Ainda em meados de 1968, os arquitetos decidiram se reunir para atuar nas organizações VPR e ALN como simpatizantes: permaneciam na legalidade, mas faziam reuniões de discussão política e até participavam de eventuais ações. Iara era um importante contato entre o grupo e a organização, dado o vínculo de amizade forte que mantinha principalmente com Sérgio Ferro, como ele mesmo afirmou: "eu fazia muita ligação nos dois grupos, exatamente por eu conhecer muita gente da VPR e era impossível separar a gente [Iara e Ferro], inclusive fazíamos ações juntos, a relação se aprofundava cada vez mais".[275] Em interrogatório atribuído a Ferro constam importantes informações sobre a reaproximação após o racha:

> Em outubro [de 1969] fomos novamente recontatados por "Moisés", o qual nos informou melhor do "racha" na VAR e sobre um próximo congresso a ser realizado em novembro. Nesse período, os contatos não eram mais feitos por mim. Fui convidado a ir ao congresso com um elemento do grupo. Lamarca, que eu não conhecia, quis falar comigo antes para instruir-me para o congresso. (...) "Moisés" passou um ponto com um elemento de cor [sic] (que não sei identificar) (...) que me transportou de olhos fechados, cabeça baixa, a partir do Parque D. Pedro por um caminho bastante longo. Perto do local parou o carro, me encaminhou recomendando que só olhasse o chão. Havia uma avenida com curvas (asfaltada) e o "aparelho" era numa travessa de barro, uma série de casas geminadas. Tudo isso sei pelo chão, que era o que eu via. A casa era pequena composta de sala, banheiro no meio, cozinha no fundo. Era do elemento que me transportou. Lá estavam: Lamarca, Iara, "Moisés", uma senhora e uma criança.[276]

---

[273] HECK, Carlos Henrique. Anotações a partir de entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 14 e 16 jul. 2021. 1 arquivo de texto, acervo pessoal.

[274] FERRO, 2021, op. cit.

[275] No entanto, ele não deu mais detalhes sobre as possíveis ações: "ditadura é uma coisa que volta. Você deve estar vendo agora. E nós temos quase que uma regra, tudo que não é sabido, não será sabido através de nós. Então essas coisas de ação etc., só o que está publicado" (FERRO, 2021, op. cit.). A entrevista com Ferro foi feita em 2021, terceiro ano do governo de Jair Messias Bolsonaro, ex-militar muito próximo às Forças Armadas e frequentemente defensor e saudosista da ditadura.

[276] ARQUIVO NACIONAL. Declarações de próprio punho que faz Sérgio Ferro à equipe de interrogatório preliminar "D", no dia 14 de dezembro de 1970. In: *Resumo de declarações - grade de presos*. São Paulo, 22 dez. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006000.
Em entrevista concedida a mim, Sérgio Ferro afirmou que jamais esteve em uma reunião com Iara e Lamarca ao mesmo tempo (FERRO, 2021, op. cit.). No entanto, todas as outras informações da entrevista, ao serem comparadas com outras fontes, parecem estar corretas.

A descrição do local bate com o aparelho onde estavam hospedados Iara e Lamarca, que havia sido montado por Manoel Dias ("Paiva") e sua esposa Jovelina Tonello, na Zona Leste da cidade São Paulo, no bairro de Vila Formosa.[277] De acordo com Jovelina, o casal não saía de casa e dormia na sala: "o Neto [Manoel] saía cedo e voltava muito tarde. Eu ficava em casa com os dois, que liam muito, discutiam muito, tinham um relacionamento muito respeitoso".[278]

No entanto, em determinado momento da entrevista, Jovelina deixa transparecer divergências entre ela Iara: "ela quase não comia comida de sal, comia mais frutas. Eu cozinhava. Lamarca adorava minha comida, mas ela não estava acostumada com minha comida, ela estava mais acostumada com verduras, frutas, aí eu fazia para ela".[279] Ao longo do depoimento, ela esclarece os motivos para seu incômodo:

> *Eu sou casada, tive toda uma doutrina cristã e o pessoal me respeitava muito*. A Iara era uma pessoa com quem... "Iara não conseguiu se realizar nem profissionalmente, nem politicamente. E agora ela está se sentindo tão bem, que tem uma visão política muito boa, está se sentindo outra pessoa, mudou completamente". Essa é a explicação que ele dava de os dois estarem juntos. Hoje eu não tenho preconceito contra burguês. *Naquela época, eu achava inválida, não sabia fazer nada, muito fresca*. E ela era uma pessoa assim, finíssima, muito delicada, pegava as frutas assim, bem delicada. Mas ela tinha aquela coisa de se esforçar, querer muito pouco.[280]

Jovelina advinha de família humilde do interior de São Paulo e, antes de ter seu filho, trabalhava como operária em uma fábrica de Osasco, onde conheceu Manoel. Falando ao jornalista Luiz Maklouf a respeito de seu envolvimento com a militância do marido, ela afirmou que "topava tudo o que ele [Manoel] falava". Suas funções na organização consistiam sobretudo em prestar serviços domésticos, cozinhando e limpando aparelhos e locais onde eram realizados congressos.[281]

Em sua fala, são mobilizadas questões de gênero e classe: Iara a incomodava tanto por ser amante de um homem casado – primeiro trecho destacado – quanto por características associadas à "burguesia" – segundo trecho destacado. Ambos os aspectos observados por Jovelina em Iara eram opostos à sua própria trajetória e ideias de como a "mulher ideal" deveria ser, sobretudo quando se adiciona a atuação política teórica e prática que Iara possuía. Ao declarar que via Iara como "inválida, não sabia fazer nada", está se referindo às atividades

[277] Jovelina descreveu a Patarra: "os dois dormiam na sala, depois tinha a cozinha e depois, atrás, o quarto. Mas a única saída que tinha era a da sala. O banheiro entre cozinha e quarto". MANTOVANI e NASCIMENTO, s.d., op. cit.
[278] Idem.
[279] Idem.
[280] Idem, grifos meus.
[281] CARVALHO, 1998, op. cit., p. 151-152.

domésticas, as que deveriam ser responsabilidade das mulheres mesmo em organizações políticas.

Como vimos a respeito do movimento estudantil, era permitido que as mulheres participassem, desde que concordassem com certas "exigências" não verbalizadas de que as "regras" deveriam ser cumpridas. Tais "regras" diziam respeito ao cumprimento dos papéis de gênero, ou seja, infere-se que as mulheres deveriam ficar restritas a atividades domésticas, de cuidado e serviço.[282] Na luta armada, no contexto de clandestinidade, o cenário não parece ter mudado – ao menos, não para *todas* as mulheres. Dessa forma, os atributos considerados "femininos" de Iara – como a "finesse" apontada por Jovelina, que remete à vaidade, e o cuidado com a alimentação, descrito como "frescura" – são encarados majoritariamente como "burgueses", pois não contribuíam com a realização das tarefas; ao contrário, dificultavam-nas – Jovelina precisou mudar seu modo de cozinhar para agradar a Iara – e, acima de tudo, eram supérfluos diante da situação em que os militantes se encontravam.

A prática do gênero é, em grande parte do tempo, inconsciente. Contudo, em alguns momentos, "a pessoa está perfeitamente ciente das demandas de sustentar uma autoapresentação de gênero coerente e crível (para si mesma e para os outros), como quando lembrada de que meninos grandes não choram ou que boas meninas são legais".[283] Assim, a autoapresentação de gênero sustentada por Jovelina era reforçada ao se deparar com a performance "oposta" de Iara.

Quem tentava explicar era Lamarca, a quem Jovelina acolheu com muito afeto, justificando o comportamento de Iara com sua "boa visão política". Contudo, esses argumentos não parecem ter surtido efeito na militante, ao menos até sua chegada em Cuba, pouco após a morte do casal, em meados de 1971: "só me interessei mais por Iara depois, e em Cuba [a] defendi [perante Maria Pavan, esposa de Lamarca]".[284]

Todavia, diante das evidências, nota-se que havia um desconforto nos círculos da organização, majoritariamente entre as bases, com a presença e a postura de Iara. Se para Jovelina Iara tinha um perfil diferente do seu, é possível que a própria Iara não se sentisse confortável nos novos meios de convivência. Isto poderia ser ainda mais agravado diante do fato de que, apesar de estar morando em São Paulo, datam justamente deste período – segundo

[282] MÜLLER, 2013, op. cit.
[283] "At other times, one is acutely aware of the demands of sustaining a coherent and believable gender self-presentation (to oneself and to others), as when reminded that big boys don't cry or that good girls are nice". SHIELDS, Stephanie A.; GARNER, Dallas N.; DI LEONE, Brooke; HADLEY, Alena M. Gender and emotion. In: STETS, Jan E.; TURNER, Jonathan E. *Handbook of the sociology of emotions*. Riverside: Springer, 2006, p. 67, tradução livre.
[284] MANTOVANI e NASCIMENTO, s.d., op. cit.

semestre de 1969 – as memórias de últimos encontros que muitos de seus amigos relatam ter tido com ela.

Por meio dos dados obtidos pelas entrevistas, foi possível criar um infográfico que torna visível uma linha do tempo dos rompimentos. Para melhor compreensão do leitor, as fotografias foram identificadas com as iniciais de cada pessoa e um asterisco vermelho foi adicionado naqueles com os quais os vínculos foram criados a partir da atuação política em organizações de luta armada.

Fica evidente que alguns marcos na vida política de Iara foram essenciais para que ela promovesse "ondas de ruptura". A primeira delas ocorreu logo após sua prisão, em junho de 1968, quando ela se viu obrigada a não frequentar mais a USP e, por conseguinte, romper contato com os colegas de trabalho, como foi o caso de Claudio Willer, Ecléa Bosi, Evelise Marra, Jandira Masur e Marina Tschiptschin. Com Evelise Marra, em meados de 1970, houve uma retomada de contato, porém breve, que mais à frente será explorada.

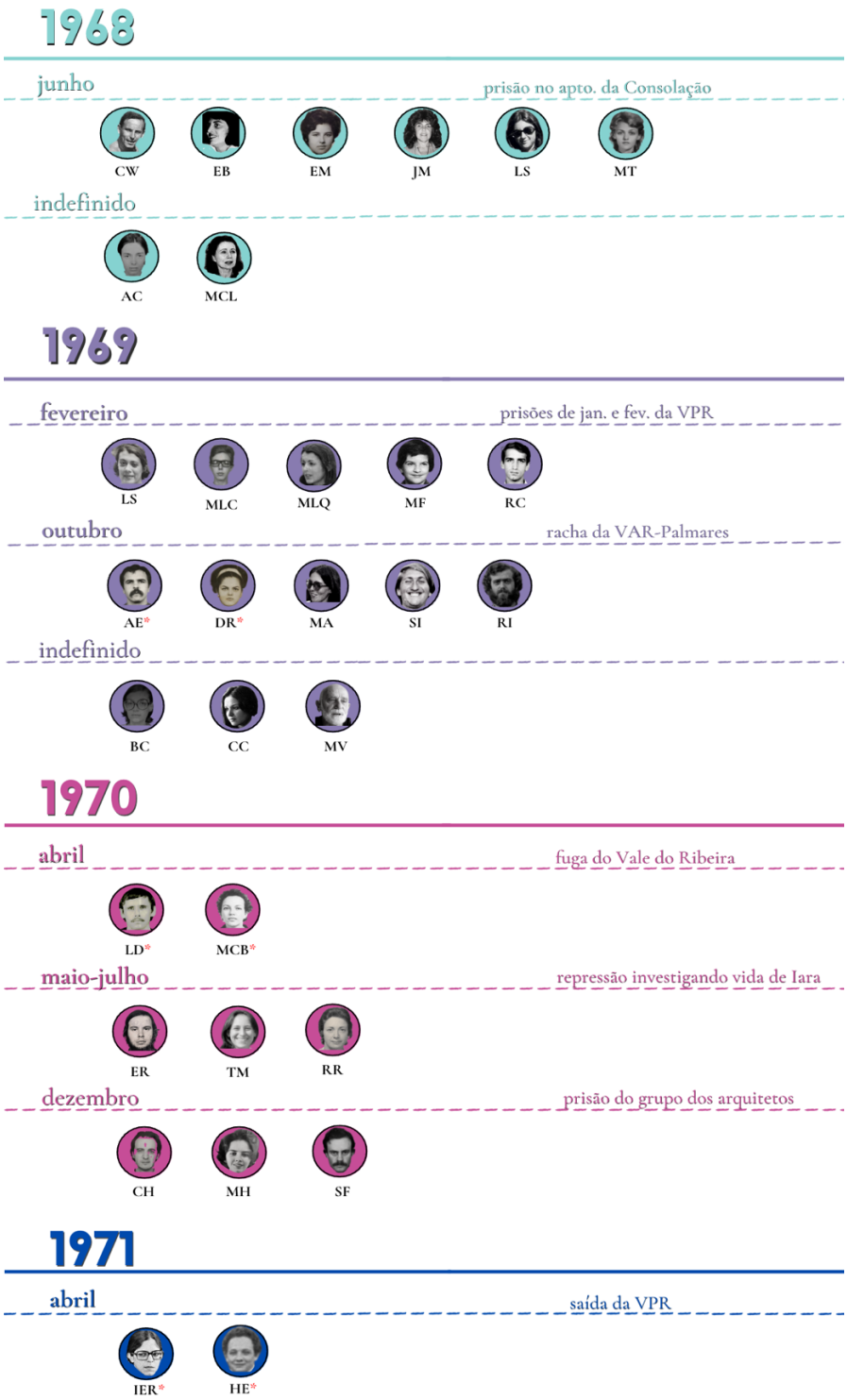
A segunda onda veio nos primeiros dois meses de 1969, suscitada pelas prisões de militantes da VPR neste período. Além de, naturalmente, ter perdido o contato com amigos que haviam sido presos, como Maria Lúcia Carvalho e Roberto Cardoso, Iara lidou com a saída das amigas Maryse Farhi e Lúcia Sarapu da organização e, consequentemente, de seu ciclo de convivência – dado que, eventualmente, elas foram obrigadas a deixar o país.

Maria Lúcia Carvalho foi solta possivelmente no segundo semestre de 1969, quando conseguiu marcar um último encontro com a amiga: "não lembro como procurei Iara, também não foi fácil de achar. Consegui encontrá-la e a gente marcou um encontro numa casa de uma terceira amiga nossa (...). Foi a última vez que vi a Iara".[285] A conversa, no entanto, não teria sido fácil:

> Ela estava achando que eu tinha contado coisas para a polícia, que a gente tinha aberto gente, expliquei que não tinha aberto ninguém. Ela aceitava que se falasse durante a tortura. Ela não aceitava que se abrisse tudo, como um dos caras que passou para o outro lado. Ela não achava que a pessoa tinha que morrer sem abrir nada. Ela dizia o seguinte: "eu não sei até que ponto vai a resistência de uma pessoa, inclusive a minha. Não posso dizer nada a esse respeito, porque é uma coisa imponderável, não se pode saber até que ponto vai sua resistência".[286]

[285] CARVALHO, 1986, op. cit.
[286] Idem.

Figura 46: Infográfico, baseado em relatos, demonstrando estimativas de quando amigos mais próximos perderam o contato com Iara[287]



Fonte: Elaboração da autora, a partir de entrevistas

[287] Legenda: CW: Cláudio Willer; EB: Ecléa Bosi; EM: Evelise Marra; JM: Jandira Masur; LS: Lourdes Sola; MT: Marina Tschiptschin; AC: Albertina Costa; MCL: Marie-Christine Laznik; LS: Lucia Sarapu; MLC: Maria Lúcia Carvalho; MLQ: Maria Lygia Quartim; MF: Maryse Farhi; RC: Roberto Cardoso; AE: Antônio Espinosa; DR: Dilma Rousseff; MA: Miriam Abramovay; SI: Samuel Iavelberg; RI: Raul Iavelberg; BC: Bety Chachamovitz; CC: Consuelo de Castro; MV: Moacyr Villela; LD: Ladislau Dowbor; MCB: Maria do Carmo Brito; RR: Rachel Rosenberg; MH: Marina Heck; TM: Tuta Magaldi; SF: Sérgio Ferro; IER: Inês Etienne Romeu; HE: Herbert Eustáquio.

O militante a que Maria Lúcia estava se referindo é Hermes Camargo Baptista – já naquele momento, conhecido por ter supostamente passado a colaborar de modo sistemático com a repressão. Em entrevista para esta pesquisa, Maria Lúcia adiciona outro componente à história: "ela concordou que eu devia ficar escondida, porque iam decretar a prisão da gente novamente, de quem tinha sido solto naquela leva ali. E nunca mais eu vi a Iara".[288]

No caso de Maria Lygia Quartim, estimo que o afastamento tenha ocorrido em decorrência da militância que ela e seu marido, Norberto Nehring, possuíam na ALN. Norberto chegou a ser preso em 1969 e, após ser liberado, foi para Cuba junto com a esposa e a filha. Foi assassinado ao retornar ao Brasil, em 1970.[289]

Bety Chachamovitz e Moacyr Villela, outro casal de amigos que estava ligado à organização de Marighella, podem ter deixado de ver Iara no segundo semestre de 1969 – ainda assim, o contato se manteve por algum tempo graças a pontos estipulados pelos dois grupos. Moacyr recordou: "tivemos encontros relâmpagos, passeávamos meia hora na rua para matar a saudade. Mas era preciso que a direção política aprovasse. A gente solicitava. E também se encontrava porque precisava pedir coisas, guardar gente".[290] Em entrevista a mim, deu mais detalhes:

> Um período muito difícil, a partir de 1969, as relações, as pessoas ficaram muito mais difíceis. A gente se encontrava quando precisava, não mais porque tinha prazer de se encontrar. Até havia uma certa necessidade de se resguardar, né. Porque a qualquer momento você estava junto com uma pessoa que estava sendo seguida e passava você a ser seguido, e se você tivesse motivos para não ser seguido, você procurava não ter esse tipo de situação.[291]

Em outubro ocorreu a terceira onda de rupturas – e possivelmente a mais impactante, visto que atingiu vínculos familiares muito importantes para Iara. Graças ao racha da VAR-Palmares, a partir de outubro de 1969, ela cortou contato com os irmãos Samuel e Raul, com a cunhada Miriam Abramovay e com os amigos Antônio Roberto Espinosa e Dilma Vana Rousseff.

---

[288] CARVALHO, 2020, op. cit.

[289] Norberto Nehring era economista e professor da FFCL-USP. Foi militante do PCB e depois da ALN, assassinado sob circunstâncias duvidosas e cujo laudo necroscópico – nunca encontrado – foi assinado por dois médicos legistas: Geraldo Rebello e Samuel Haberkorn, ex-marido de Iara, que na época era servidor público lotado no IML de São Paulo. O relatório da CNV o classifica como culpado por falsificação de laudo necroscópico. NORBERTO NEHRING. In: *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*, São Paulo, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3HMWLZ5. Acesso em: 31 jan. 2023.

[290] VILLELA, s.d., op. cit. Bety Chachamovitz, todavia, afirmou que jamais encontrou com Iara durante sua clandestinidade. CHACHAMOVITZ, Bety. Assunto do e-mail: Biografia - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 28 set. 2020.

[291] VILELLA, 2021, op. cit.

Raul Iavelberg afirmou que viu Iara pela última vez após o racha, em um restaurante na Rua Treze de Maio, em São Paulo: "ela veio conversar comigo para ver se eu não queria mudar de lado, explicou por que mudava; não nos entendemos, porque eu não estava de acordo. Aí, a gente se despediu afetivamente, porque sabia que não se veria muito tempo. Era agosto ou setembro de 1969".[292]

Iara encontrou a cunhada por acaso, depois do racha, no Rio – Miriam e Samuel haviam se mudado para a cidade também por questões de segurança –, e marcou um ponto em outra data para rever o irmão.[293] Ele recordou deste dia: "sentamos num bar à beira-mar em Copacabana. Só batemos papo. A gente não se via mais (...). Não discutimos política, não brigamos. Conversamos uma hora, para saber como a gente estava, se ia bem. Ela estava bem, tranquila, com os cabelos compridos como sempre. Foi à noite". Depois disso, tentaram encontrá-la uma outra vez, mas não foi possível: "ela mandou alguém avisar que não podia ir, ia viajar. Assim que voltasse ao Rio, marcaria um encontro".[294] Isso nunca ocorreu.

Miriam deixou o Brasil no início de 1970, em meados do primeiro trimestre: "um dia eu disse 'eu não quero morrer, eu não quero ser presa', e eu fui embora. Aí foi uma pessoa da minha família que me levou embora".[295] Após mais alguns meses de militância clandestina na VAR, Samuel tomou a decisão de acompanhar a esposa: "eu tinha resolvido ficar. Depois de alguns meses também, não aguentei a pressão, a clandestinidade, o próprio fato de Miriam ter ido. Meus pais ajudaram".[296] Os irmãos nunca mais se encontraram, e tanto Samuel quanto Miriam, embora tenham se separado, viveram no exílio até 1979, tendo residido no Chile, na França e em Portugal. Raul Iavelberg partiu para o exílio um pouco antes do irmão mais velho.

Outra despedida pessoal que ocorreu devido ao racha da VAR foi com Dilma Vana Rousseff. Ela foi uma amiga que veio através da militância clandestina, desde os primeiros movimentos da VPR para se fundir com a então Colina. Após este episódio, Dilma relatou que teve um último encontro com Iara, marcado por um clima de despedida: "ela volta [para o Rio] e depois já estava com Lamarca. (...) foi a última vez que a vi. Aí ela me deu um lencinho da

---

[292] IAVELBERG, R., 1984, op. cit.
[293] Quando encontrou Iara, Miriam estava com Antônio e Iara Prado, que haviam sido alunos de Iara no Cursinho do Grêmio. A Judith Patarra, os dois relatam suas impressões sobre ela naquele dia:
"**A:** Cruzei com ela no Rio, foi de longe. (...)
I: Viramos uma esquina, demos de cara com ela, cabelo curto. Ela conversou com Miriam rapidamente. Ficamos distantes. (...) Eu tinha dito "como Iara está gorda", meio como se dissesse "não é tão bonita assim". Eu tenho essa imagem (...).
A: Cabelo feio, ela tinha um cabelo tão bonito".
PRADO JR. e PRADO, s.d., op. cit.
[294] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[295] ABRAMOVAY, 2020, op. cit.
[296] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.

[Casa] Sloper[297] [em setembro/outubro de 1969]. (...) O lencinho foi para mim um gesto surpreendente. Era uma relação muito mais de amizade que de política". Dilma recordou ainda do argumento da amiga para, no racha, ter ido para a nova VPR: "nesse dia, na praça, ela disse que ficava porque acreditava. Mas a gente não aprofundava a discussão. A gente não aprofundava as diferenças, tinha coisas que não podia falar. O que cada um pensava. Dava briga. (...) Você preza mais a relação afetiva que a diferença política".[298]

O quarto ciclo de rupturas – que será aprofundado no próximo capítulo – ocorreu entre abril e maio de 1970, com a fuga dos militantes da VPR da área de treinamento do Vale do Ribeira, quando a organização sofreu uma nova onda de prisões. Sem embargo, cabe notar, os últimos quatro contatos com amigos sem origem política que Iara manteve até este ciclo: Elias da Rocha Barros, Marina Heck, Sérgio Ferro, Rachel Rosenberg e Tutinha Magaldi.

Ferro, embora tenha se aproximado de Iara antes de qualquer militância, manteve contato com ela no ano de 1970 exclusivamente por assuntos da VPR. Marina Heck continuou contatando Iara através de cartas entregues pelo grupo dos arquitetos, mas sem conseguir encontrá-la em circunstâncias "apolíticas".

Restam, então, Rachel, Elias e Tutinha, com os quais Iara se esforçou para continuar encontrando pelo tempo que pôde. Conforme foi exposto, os dois últimos cursavam Psicologia na USP, em turmas posteriores à de Iara. Apesar de Elias ter integrado o MCI, sua atuação fora do movimento estudantil não tinha chegado ao conhecimento da repressão;[299] Tutinha atuava, na legalidade, como simpatizante, para as organizações de esquerda em geral, sem que esse apoio fosse descoberto.[300]

---

[297] Casa Sloper era uma loja de itens diversos de casa, mesa, banho e moda fundada pelo inglês Henry Willmott Sloper, em 1899, originalmente na Rua do Ouvidor, na cidade do Rio de Janeiro. Chegou a contar com outras filiais no então estado da Guanabara, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. É citada na música *Bijuterias*, de João Bosco e Aldir Blanc. Segundo Carlos Leonam e Ana Maria Badaró, "um presente da Sloper era garantia de bom gosto para uma classe média ainda cheia de esperança. E o seu elevador quase transparente de portas douradas era uma espécie de nave sideral segura, subindo e descendo". LUCENA, Felipe. Casa Sloper e o saudosismo carioca. *Diário do Rio*, Rio de Janeiro, 2 abr. 2015. Disponível em: https://bit.ly/3J8y1vd. Acesso em: 21 jan. 2023.

[298] ROUSSEFF, s.d., op. cit.

[299] Não há nenhuma ficha sobre Elias no arquivo do Deops-SP. Ele é citado em um documento de levantamento sobre o movimento estudantil do curso de Psicologia da USP, que não parece ter tido consequências práticas. Além disso, em 1973, quando ele solicitou um passaporte, foi citado em documentos do Ministério de Relações Exteriores. No entanto, seu pai, o professor Alberto Moniz da Rocha Barros, foi muito perseguido principalmente pelo CCC. Cf. SANSÃO, Luiza. Ameaças e agressão do CCC a Rocha Barros causaram sua morte. *Revista Adusp*, São Paulo, mai. 2013.
ARQUIVO NACIONAL. *Informação n°100/SNI/ASP/1970 – Curso de Psicologia da USP*, 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81007978.
ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê*, 1973. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores, BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PTN.77.

[300] Não há nenhuma ficha sobre Maria Clotilde no arquivo do Deops-SP. Ela só é citada em documento sobre o movimento estudantil do curso de Psicologia da USP. Cf. ARQUIVO NACIONAL. *Informação*

A respeito dos encontros pós-clandestinidade, Elias recordou:

> Fiquei sabendo que se tornara clandestina. Aí, passados meses, ela telefonou, dizia que estava com muita saudade e vendo como podíamos nos encontrar, aí disse pensar num jeito, e "não se surpreenda se alguém um dia telefonar e dizer para você ir até um certo lugar". Uns dez dias depois, a Tutinha ligou, disse "tem alguém aqui que você gostaria de ver, vem pra cá". Fui, era Iara. Aí nos vimos com certa frequência. Passava períodos em que desaparecia.[301]

Tutinha relatou como Iara, de certa forma, a escolheu para servir de ponte com Elias e a família Iavelberg:

> Eu acho que Iara tinha essa confiança em mim, porque a minha família eu acho que historicamente era uma família muito sólida. (...) Então, havia uma coisa de confiança muito sólida (...). E na verdade, eu falava mesmo era com a Rosa, porque foi a que sobrou né, porque o Raul e o Samuel também já tinham espirrado. Então acho que o fato de a gente ter proximidade, de falar por meias palavras, de eu estar dentro da USP ainda, então despertava muito menos suspeita a gente se encontrar, do que qualquer outra coisa.[302]

Além da questão básica de facilidade de conexão com Rosa, apontada por Tutinha, Elias tem outra hipótese a respeito da escolha de Iara pelos dois:

> Ela sabia que eu não iria aderir às escolhas dela, no entanto estávamos com ela, correríamos o risco que fosse por ela e sempre diríamos a verdade sem cor ideológica. (...) Ela era muito franca e direta. Acho que ela se sentia à vontade conosco, ao mesmo tempo acho que ela não era aberta assim com todo mundo. Acho que ela se sentia integralmente livre comigo e com a Tutinha.[303]

A relação com os dois era tão forte que Iara por vezes se sentia confortável para compartilhar coisas que talvez a colocassem em perigo, como é o caso da memória de Tutinha compartilhada em entrevista:

> Ela me disse que estava namorando um cara importante, era uma relação fantástica, lindíssima, uma relação de amor como ela nunca tinha tido, que ele era uma figura encantadora, fascinante, e que tinham poucos momentos juntos. Que ele era uma figura muito importante na organização, que tinham tarefas que às vezes os afastavam por períodos compridos. Que isso era difícil, que era uma relação de risco, que cada vez que se despediam, não sabiam se iam se encontrar outra vez, mas que era uma relação de outra qualidade. E ela disse: "falei muito de você para ele. E quero muito que você conheça ele. E vai chegar o momento que você vai conhecer ele".[304]

Com Rachel, a relação advinha de outros aspectos. Segundo relatou, Rachel acreditava que o judaísmo era um ponto forte de ligação entre as duas:

> Talvez o fato de eu ser judia, mas de representar um tipo de judia diferente do que ela conhecia, mais suburbano, tacanho. Então, eu era uma mulher judia, casada com um judeu, que celebrava as datas judaicas, que não tinha se afastado inteiramente do

n°100/SNI/ASP/1970 – Curso de Psicologia da USP, 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81007978.

[301] BARROS, 1986, op. cit.

[302] MAGALDI, Maria Clotilde. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 18 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1°11'35", acervo pessoal.

[303] BARROS, Elias da Rocha. [Relato sobre Iara Iavelberg]. WhatsApp, 25 jan. 2023. 21h34. 1 mensagem de WhatsApp.

[304] MAGALDI, 1986, op. cit.

> judaísmo, e que mesmo assim era uma pessoa com quem ela podia conversar sobre as dúvidas dela, das especulações filosóficas, políticas.[305]

Cabe ressaltar que, antes mesmo da clandestinidade, Iara se afastava de algumas das tradições e dos rituais judaicos; Samuel Iavelberg recordou, embora sem determinar uma data: "Iara desistiu logo do jejum. Eu achava isso o fim da picada, errado".[306] Ainda assim, não há como negar a influência dos valores, que estiveram presentes em sua vida desde seu nascimento. Por isso, Rachel atribuiu a permanência do contato com Iara, mesmo depois da clandestinidade, à identificação étnica e política: "tenho a impressão de que deve ter espantado a ela ter encontrado uma judia burguesa, classe média, que não buscava apenas um governo que lhe desse segurança para ficar mais rica".[307] No próximo capítulo, tratarei de um período em que Iara fez uma autorreflexão, inclusive a respeito do judaísmo.

A interrupção do contato com pessoas amadas, mas que haviam seguido caminhos políticos divergentes do de Iara, certamente provocou grandes impactos em sua vida – dado que ela costumava ser muito próxima da família e estar sempre cercada de amigos e colegas. Uma forma encontrada pela repressão para se fazer presente nas vidas das militantes, mesmo em liberdade, foi "obrigar" que se rompessem os vínculos afetivos da vida "legal": "dessa forma, romper as conexões foi uma arma das ditaduras para desarticular a resistência".[308]

Por outro lado, a vida clandestina era vista como mais uma das tarefas da organização, o que fomentava o sentido de compromisso entre seus quadros. Consistia em uma tarefa especialmente importante, dado que, diante da escalada da violência da repressão, garantia sobrevivência aos militantes.[309]

Entretanto, tal compromisso não anulava a dificuldade de se assumir uma nova identidade e romper com todo o seu passado. Por isso, "é interessante observar que os laços vão se refazendo através da cultura familiar recuperada nesse período, sendo utilizada como uma importância estratégia de enfrentamento que garantia a permanência do sentimento de pertença e de identidade social vinculada à vida legal".[310] No caso de Iara, a reconfiguração dos laços familiares veio por meio de uma escolha arriscada, mas que, ao mesmo tempo, reforçava sua

[305] ROSENBERG, s.d., op. cit.
[306] IAVELBERG, S., s.d., op. cit.
[307] ROSENBERG, s.d., op. cit.
[308] NUNES e ZACCHI, 2021, op. cit., p. 28.
[309] LACERDA FILHO, Mozart. *A experiência da clandestinidade política*: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011, p. 123.
[310] GIANORDOLI-NASCIMENTO, TRINDADE e SANTOS, 2012, op. cit., p. 302.

identidade: a preservação da amizade com Elias e Tutinha, que não só serviam de confidentes e conselheiros, atuavam como ponte entre Iara e sua família.

Em outros momentos, como na eleição para o sucessor de sua gestão na Auep, em 1967, Iara demonstrou a força de sua relação com esses amigos, a despeito das divergências políticas. Nesse sentido, acredito que a hipótese aventada por Elias sobre Iara se sentir ela mesma estando com os dois tem fundamento. Ainda que os encontros precisassem ocorrer com a autorização e mediação da VPR, eles eram importantes para que Iara preservasse sua identidade.

Observa-se que, talvez pela ausência das pessoas mais próximas, Iara tentava construir conexões com aqueles que seguiam militando, como foi o caso do próprio Júlio Barone, integrante do grupo dos arquitetos. Os dois se conheceram através do grupo de estudantes e professores da FFCL e FAU, assunto tratado no tópico 5.2, que passou a se reunir em meados de 1965. De acordo com Barone, ele e Iara tiveram o primeiro ponto político ainda no início da VPR – e só aí estreitaram os laços de amizade –, quando ele e seus colegas Sérgio Ferro e Rodrigo Brotero Lefèvre sondavam a organização:

> Conhecíamos o pessoal de ambos os grupos, tanto o Marighella quanto o Onofre. Queríamos saber direito quais as intenções, o que pretendiam. (...) Marcamos um ponto para o contato. Foi uma surpresa encontrar uma moça como Iara, muito bonita, meiga. Nós dois ficamos surpresos. "É você?".[311]

Já no segundo semestre de 1969, os encontros foram majoritariamente por fins pessoais:

> Começamos a ser muito amigos. Quando Iara, que estava no Rio, vinha a São Paulo entrar em contato com Ferro, muitas vezes me procurou. Queria se encontrar, conversar. Por amizade. Nessa época, clandestina, a vida dela era muito difícil. Quando eu me encontrava com ela, levava a algum bar ou pizzaria, nunca me preocupei que podiam estar me espiando. Lembro que uma vez fomos a um barzinho comer sanduíche. (...) O que para mim fora muito espontâneo, para ela foi uma coisa importante. "Normalmente quem encontra comigo fala escondido num canto, num carro".[312]

É possível que Iara se sentisse dessa forma porque as pessoas ligadas a seus círculos sociais anteriores, sobretudo os intelectuais da USP, tinham conhecimento de sua atuação política nos grupos revolucionários – e, por isso, supunham que fosse perigoso manter contato direto com ela. O status de clandestinidade em que ela vivia permanecia o mesmo desde as quedas de janeiro, o que implicava em não frequentar locais dos quais a repressão tinha conhecimento, como a USP, seu endereço antigo e, possivelmente, a casa de seus pais. Ao mesmo tempo, com a profissionalização do aparato de repressão e espionagem e a consequente

[311] BARONE, Júlio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[312] Idem.

escalada da violência dos órgãos de segurança, o contato com pessoas como Iara representava risco para outros.

Neste mesmo período, mesmo que por pouco tempo, Iara se viu obrigada a também se afastar de Lamarca, dado que ele havia renunciado à participação na Comissão Reestruturadora Nacional e, por conseguinte, à organização do Congresso. A justificativa dada pelo ex-capitão foi a seguinte: "ao constatar em mim o simplismo, a falta de capacidade teórica e política, o idealismo, o oportunismo, o golpismo, peço irrevogavelmente demissão da CRN e o deslocamento imediato para uma base do campo".[313] De fato, em meados de outubro, ele e outros quatro militantes montaram a primeira área de treinamento da nova VPR, próxima à cidade de Jacupiranga, interior de São Paulo, onde permaneceram por algumas semanas isolados.[314]

Em princípios de novembro, Iara se deslocou novamente para o Rio para comparecer ao congresso da nova organização, realizado em uma casa alugada na região da Barra da Tijuca. Como representantes de São Paulo, ela e Lamarca articularam a presença de dois integrantes do grupo dos arquitetos: Sérgio Ferro ("Salgado") e Júlio Barone ("Cláudio"). Eles teriam sido recebidos por Iara, conforme consta em depoimento atribuído a Ferro:

> O grupo escolheu, não me lembro como, Júlio Barone para ir ao congresso comigo. Fomos para o Rio de ônibus onde havia um "ponto" no qual Iara nos esperava juntamente com uma loura de óculos de grau forte – não era disfarce – feia e com os dentes tortos, avançando um pouco os debaixo quando falava com sotaque carioca.[315] (...) Fomos transportados de olhos vendados para o "aparelho", especialmente alugado para o congresso e, que, depois, soube estar localizado na Barra da Tijuca. Os componentes do congresso foram chegando aos poucos, alguns antes e outros depois de nós.[316]

---

[313] CID. Uma auto-crítica, 14 out. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 8, 1979, fl. 1932, p. 147.

[314] Em interrogatório atribuído a Celso Lungaretti, consta: "de outubro a meados de dezembro de 1969, efetuou treinamentos militares, de guerrilha rural, num sítio no KM 254 da BR-116 (Rodovia Regis Bittencourt), este sítio foi adquirido pelo depoente por volta de agosto de 1969, visando o treinamento do pessoal da Regional de São Paulo. (...) O treinamento da área inicial foi conduzido sob a direção de Carlos Lamarca. Do mesmo participaram as seguintes pessoas: Massafumi Yoshinaga; Yoshitane Fujimori; 'Nicola', 'Adriano' ou 'Caçador'; Carlos Lamarca; e o depoente. Os treinamentos compreenderam tiros de revólver .38, rifles Winchester e .44; no sítio havia também 1 FAL e 1 metralhadora INA. A área em questão foi vetada por insuficiência de segurança; o depoente não aprovou nos testes físicos e retirou-se do treinamento, juntamente com Massafumi Yoshinaga" (ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 1393/70 - Declarações de Celso Lungaretti*, 22 jul. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004044).
Tanto Massafumi Yoshinaga quanto Celso Lungaretti, após terem sido presos em 1970, foram à público comunicar que estavam arrependidos de seu envolvimento com a luta armada. Lungaretti afirmou que foi forçado a tal atitude; Massafumi, no entanto, teria feito por convicção. Tratarei especificamente dos "arrependidos" mais à frente, mas cabe apresentar o informe da VPR que trata sobre a saída dos dois da área, cf. INFORME da Comissão Reestruturadora Nacional, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, vol. 6, 1979, fl. 1457, p. 221-223.

[315] Ferro, em entrevista para esta pesquisa, afirmou que jamais fez essa descrição de alguém, e nem se recordou quem era a tal pessoa. FERRO, 2021, op. cit.

[316] ARQUIVO NACIONAL. Declarações de próprio punho que faz Sérgio Ferro à equipe de interrogatório preliminar "D", no dia 14 de dezembro de 1970. In: *Resumo de declarações - grade de* presos. São Paulo, 22 dez. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006000.

Júlio Barone, em entrevista, se recordou do ânimo de Iara ao encontrá-los: "no Rio, Iara estava muito bem, contente, com astral alto, ficou muito contente de encontrar com Ferro, comigo, conversamos um pouco".[317] Inês Etienne Romeu, que compareceu ao congresso com a função de contribuir com a fachada, teve memórias semelhantes: "sorrindo, ela recebeu-me com a seguinte frase: 'a gente sempre se encontra nos rachas'".[318]

Sérgio Ferro também se lembrou da calmaria de Iara,[319] mas ressalta que era uma exceção diante do clima geral entre os outros participantes: "o ambiente não era nada agradável, nada festivo. Muito difícil. Risco de cerco muito grande".[320] Isto se devia aos recentes assassinatos: além de Eremias Delizoicov, na primeira semana de novembro Carlos Marighella, comandante da ALN, também fora executado, em São Paulo.

Os pais de Iara recordam que, justamente no dia da morte de Marighella, ela havia marcado um encontro com eles na Rua Augusta, como rememorou Eva: "estávamos David, Raul, eu, ela não pôde comparecer porque foi o dia em que mataram o Marighella. Ficamos um tempão sentados, não tínhamos ideia do que tinha acontecido. Aí o Raul falou 'alguma coisa grave aconteceu, vamos embora'".[321] Eles jamais puderam confirmar se ela não compareceu de fato por esse motivo, ou por outro, como sua ida para o Congresso no Rio. Um documento de Lamarca de outubro de 1970 pode dar pistas para esclarecer:

> Em outubro de 1969, a Comissão Reestruturadora Nacional decidiu que os militantes da VPR procurariam a ALN para que o Congresso recebesse um relatório do que era a ALN (...), procurava-se o conhecimento da realidade. Marcada a reunião para 6 de novembro, morreu Marighella no dia 4, e Câmara se encontrava no exterior. Apesar de prejudicada a reunião, foi formalizada a frente VPR-ALN, no Setor Urbano de São Paulo.[322]

O esquema de segurança do encontro foi reforçado, diante dos acontecimentos.[323] E a frente, portanto, teria sido formalizada por meio da presença dos representantes da organização do grupo dos arquitetos. Dessa forma, com base em interrogatórios atribuídos aos presentes que foram presos e nas entrevistas posteriores, aponta-se que possivelmente participaram do Congresso da Barra da Tijuca: Maria do Carmo e Juares Brito, Ladislau Dowbor, Herbert Eustáquio, Oswaldo Soares, Liszt Vieira, Sônia Lafoz, Joelson Crispim e José Raimundo da Costa, além dos já citados Sérgio Ferro, Júlio Barone, Inês Etienne e Iara Iavelberg.

---

[317] BARONE, s.d., op. cit.
[318] ROMEU, 1980, op. cit.
[319] FERRO, Sérgio; FERRO, Ediane Lobão. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[320] FERRO, 2021, op. cit.
[321] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[322] CLAUDIO. Frente, a grande tarefa, 30 out. 1970. In: STM. *Apelação 39.155.* Pernambuco, vol. 2, 1972, fls. 395-396, p. 343-346.
[323] CHAGAS, 2000, op. cit., p. 72.

Lamarca não compareceu, pois permanecia na área de treinamento. Em entrevista Inês recordou: "como o Lamarca não podia ir – ele já estava no Vale do Ribeira – ela foi representando-o".[324] Etienne, no entanto, foi a única a apresentar esse ponto de vista. Maria do Carmo, em declaração supostamente feita quando esteve presa, tratou da ausência do ex-militar: "'Cid' deixou então o Rio e foi para São Paulo para a área de treinamento. (...) Só fomos nos encontrar com 'Cid' muito depois, em dezembro".[325]

O objetivo principal da reunião foi discutir as bases teóricas da organização e estabelecer uma linha em comum, segundo Sérgio Ferro: "essas reuniões eram reuniões de organização nacional e a gente tinha discutido um monte de assuntos, desde estratégia até tática etc."[326] Em interrogatório atribuído a Ladislau Dowbor, constam mais alguns detalhes:

> A razão dessa reunião era, mais uma vez, tratarem sobre uma linha política a ser seguida e também a escolha dos elementos que aplicariam essa linha política, que consistia em três itens básicos: 1° a nova VPR seria uma organização de combatentes, dentro da qual todos os militantes deveriam assumir o mesmo risco, fossem dirigentes ou simples militantes; 2° a organização se estruturaria não mais em setores, mas sim em comandos autônomos; e 3° o objetivo político da organização passaria a ser definido nos seguintes termos: independência nacional; liberdades democráticas e justiça econômica e social.[327]

Essas formulações foram feitas tendo como base principal os escritos de Ladislau, ou "Jamil", e sintetizadas em uma espécie de programa novo da oficialmente recriada VPR, intitulado *Documentos políticos tirados no Congresso da VPR*. Tais documentos são acompanhados de uma nota introdutória: "as resoluções do Congresso de VPR constituem um bloco único e dizem respeito ao encaminhamento imediato da Revolução Socialista, isto é, as medidas concretas a serem tomadas na atual conjuntura política".[328] Trata-se de dois textos, *Sobre a tática* e *Sobre a organização.* Nenhum deles foi encontrado na íntegra, então não se sabe se chegaram a ser distribuídos completos, ou só parcialmente, como nas versões encontradas.[329]

Dada a extensão e complexidade do documento, uma análise minuciosa de seus pontos ultrapassaria os limites deste trabalho. Cabe observar, porém, alguns conceitos-chave

---

[324] ROMEU, 1980, op. cit.
[325] ARQUIVO NACIONAL. Declarações prestadas de próprio punho por Maria do Carmo Brito à equipe de interrogatório preliminar C/1, no dia 4 de maio de 1970. In: *Atividades da Operação Bandeirante*, 20 mai. 1970. Fundo Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000545201529.
[326] FERRO, 2021, op. cit.
[327] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Ladislas Dowbor. São Paulo, 5 jun. 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 3, 1979, fls. 611-630, p. 191-229.
[328] NOTA introdutória aos documentos políticos tirados no Congresso da VPR. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 8, 1979, fl. 1915, p. 111, grifos originais.
[329] A versão mais completa é a citada acima. Há outra versão reduzida, em: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 7, 1979, fls. 1740-1743, p. 339-346.

mobilizados, que dialogam com os argumentos utilizados para justificar o racha com a VAR. Notam-se influências marxistas, leninistas, debrayistas e guevaristas, na medida em que, em consonância com o que foi discutido no tópico anterior, destacava-se incessantemente: "deve entender as leis do momento presente, isto é, não pode se comportar da mesma forma, nem propor o mesmo plano de luta em todos os momentos. Leis que valem para uma conjuntura, não valem para outra".[330] Neste sentido, convém mais uma vez questionar as afirmações memoriais e historiográficas de que se tratava de uma organização antiteoria.

O texto prossegue reconhecendo as contribuições de Régis Debray para a articulação da luta armada como forma de enfrentamento da ditadura, mas apontando que seria necessário aprimorá-lo:

> Para passar da palavra aos fatos, foi preciso se descobrir um novo princípio, logo depois da reorganização após o golpe de 1964. É Debray quem o apresenta. (...) Desta forma, a luta armada passa a ser o único caminho que as massas podem seguir em sua política, tendo que se educar na luta armada, para a luta armada, a fim de organizar-se num exército, que constitui a base do poder socialista. (...) E esta construção seria possível no campo, elo mais fraco da cadeia.
> O foquismo reduziu estes princípios a uma tática grosseira: revolução é igual a foco de guerrilhas, ou seja, Cuba fora de Cuba, apesar da história da revolução cubana. (...) Naturalmente, a inviabilidade de tal esquema passa logo a ser combatida. É impossível que a revolução seja reduzida a tal simplismo. Principalmente no Brasil de proporções gigantescas, com diversidades regionais, com um proletariado numeroso etc.[331]

É nesta tentativa de ultrapassar as proposições de Debray e, ao mesmo tempo, se afastar da inserção total nos movimentos de massas propostas pela antiga VAR, que a VPR acata os pressupostos de "Jamil":

> Muda-se a colocação do problema ao se eliminar a dualidade (movimento de massas – guerra de guerrilhas). Trata-se de procurar os meios de obter a eficácia política da guerrilha para que ela possa sensibilizar as massas, engajá-las na luta, educá-las e organizá-las. (...) As condições do "trabalho de massa orgânica" impõem que o trabalho seja puramente o de recrutar quadros, o que desvirtua profundamente o significado da atuação da vanguarda e destrói o significado da tática. A tática visa engajar as massas na luta e não dentro dos limites orgânicos da vanguarda. Este engajamento na luta é criado por canais políticos, isto é, na medida em que a vanguarda saiba responder com precisão às necessidades políticas da massa, mas dentro da luta armada.[332]

Em entrevista, Maria do Carmo Brito e Chizuo Osava (Mário Japa) explicam mais a visão de vanguarda da organização:

> **MC:** A visão da gente era que não era para crescer, quer dizer, se você vai criar o exército, você não tem que necessariamente, e nem deve, no primeiro momento, se preocupar com o partido. Você pode ter um grupo menor e você cria segmentos do exército, e esses sim podem ser mais amplos. (...)

[330] SOBRE a tática. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 8, 1979, fls. 1916-1918, p. 113-118, grifos originais.
[331] Idem.
[332] Idem.

> **CO:** O negócio do Jamil ajudou a resolver um negócio, (...) [não se deve] enquadrar o movimento operário organizado, tem que se desenvolver sem vínculo orgânico, quer dizer, não pode depender da sua organização, tem que se desenvolver autonomamente. (...) Aí [o Jamil] dizia: a relação tem que ser política, não orgânica.[333]

Evidencia-se, portanto, que, na perspectiva da nova VPR, as massas não seriam descartadas do processo revolucionário, como acusavam aqueles que permaneceram na VAR. Na tentativa de superar a dualidade "com" ou "sem" movimento de massas, a nova organização apostava num trabalho político com o "proletariado" urbano, sem transformá-lo em quadros, como sintetizou o próprio "Jamil":

> O nosso recrutamento não será, durante longo tempo, efetuado em função da facilidade de recrutar. A pergunta a fazer não será nunca: "como aumentar os nossos efetivos?", mas sim "como aumentar nosso potencial de trabalho?". Assim, contentamo-nos, hoje, em desenvolver a "facilidade de recrutamento através da popularização da luta armada, preparando o terreno de amanhã". De nada adianta recrutar um quadro, para depois trancá-lo ou sustentá-lo desde já para trabalhos futuros.[334]

Esses pressupostos já levavam em conta o cenário de forte repressão tanto aos movimentos sociais quanto às organizações clandestinas. Decidiu-se, portanto, priorizar o desenvolvimento da vanguarda, mais detalhado na segunda parte do documento, *Sobre a organização*. Assim, a nova VPR ficou definida como uma organização político-militar clandestina, composta com combatentes: "não existem quadros 'políticos' e 'militares. Existe o militante que faz a guerrilha".[335] Nesse ponto, tenta-se acabar com as divisões políticas e sociais causadoras de grandes conflitos na primeira VPR – sem embargo, devo ressaltar que o público do Congresso foi majoritariamente composto com os quadros vistos como "políticos" e que formariam maioria na direção. Essas diretrizes teóricas seriam suficientes para romper com os impasses na prática?

Além da participação nas discussões sobre teoria e tática, Inês Etienne recordou algumas colocações de Iara:

> Sua preocupação com o militante enquanto ser humano mais uma vez ficou evidente nas suas colocações. Para ela, tão importante quanto as discussões sobre estratégia e tática de luta, era a situação psicológica dos militantes, que desejava fosse a melhor dentro do possível. Sugeriu que a organização criasse condições para que os companheiros tivessem um local onde pudessem descansar das tensões a que eram submetidos na clandestinidade.[336]

---

[333] BRITO, Maria do Carmo; OSAVA, Chizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. São Paulo, 27 jan. 1986. 1 transcrição datilografa, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil, p. 51.
[334] SOBRE a organização. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 8, 1979, fls. 1919-1925, p. 119-131, grifos originais.
[335] Idem.
[336] ROMEU, 1980, op. cit.

Tal postura permite duas formulações: a) ela compreendia e sentia os impactos da clandestinidade, portanto, tinha empatia com os companheiros que passavam pela mesma situação; b) possivelmente influenciada por sua profissão de psicóloga, desejava que a organização criasse alguma forma de amenizar os danos psicológicos causados por essa condição. Em certa medida, essa postura está em harmonia com as proposições de "Jamil" para evitar novos recrutamentos, uma vez que só resultariam em mais quadros que sofreriam as consequências da clandestinidade. Contudo, não foi encontrada nenhuma referência a este apoio no documento originado no Congresso.

Estruturalmente, criou-se um Comando Nacional, composto com Ladislau Dowbor, Maria do Carmo Brito e Carlos Lamarca, sendo este último o comandante por excelência da organização, dado que seria também o comandante do Exército.[337] O CN seria assessorado por uma espécie de Estado Maior, composto com Juares Brito, Herbert Eustáquio e Iara Iavelberg.[338] Ademais, ficaram definidos os Comandos Regionais em cada estado, que funcionariam através das Unidades de Combate (UC), "a célula básica da organização", composta com diversos setores, tendo um "comandante responsável pela integração de todas as tarefas".[339] Em depoimento atribuído a Maria do Carmo Brito consta que José Ronaldo Tavares ("Roberto Gordo") ficara responsável pela UC da Guanabara; José Raimundo da Costa, ("Moisés") pela UC de São Paulo; e Felix Silveira Rosa Neto ("Frank"), pela UC do Rio Grande do Sul.[340]

---

[337] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Ladislas Dowbor. São Paulo, 5 jun. 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 3, 1979, fls. 611-630, p. 191-229;
SOBRE a organização. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 8, 1979, fls. 1919-1925, p. 119-131, grifos originais.

[338] O documento explicita que o comando, para além dos comandantes, seria composto com "redes", os setores na área estratégica, cf. SOBRE a organização. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 8, 1979, fls. 1919-1925, p. 119-131; ARQUIVO NACIONAL. Declarações prestadas de próprio punho por Maria do Carmo Brito à equipe de interrogatório preliminar C/1, no dia 4 de maio de 1970. In: *Atividades da Operação Bandeirante*, 20 mai. 1970. Fundo Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000545201529; ROMEU, s.d. op. cit.

[339] Os setores seriam: "1. Os grupos de ação (GRUA), que são grupos de 3 a 5 militantes, executam as ações; 2. O corpo médico, que dá assistência médica não só em ações, mas constante; 3. Rede de inteligência: aliados com ligações sociais que permitam dar informes à O., sem os quais sua atuação ficará sempre no escuro (...); 4. Logístico próprio: o armamento necessário para sua atuação; 5. Imprensa: pelo menos cada GRUA deve ter um pequeno mimeógrafo, onde possam rodar os panfletos e o material político necessário para sua confiança absoluta, sob a responsabilidade direta de um militante. Imprensa é tarefa de todo militante. 6. Documentação, que também poderá tecnicamente ser realizada por aliados".
SOBRE a organização. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 8, 1979, fls. 1919-1925, p. 119-131, grifos originais.

[340] "Cada UC tem um comandante, responsável pela integração de todas as tarefas, a coordenação política e pela execução do planejamento, subordinado ao planejamento geral da organização. O comando regional será a coordenação de todas UC de uma dada região, só criando organismos intermediários quando a massa de ações assim o exigir. Estas UC são estruturadas para funções da guerrilha tática rural, os comandos de guerrilha e a seis T.urbana [ininteligível]". Idem.

Em relação à nova responsabilidade de Iara, Inês Etienne recordou: "havia alguns elementos ligados ao próprio comando, como se fosse Estado Maior. Juares, Iara. Eram para tarefas do comando. Não houve tempo para definir com muita clareza, porque o congresso da organização foi em novembro de 1969 e eles foram para o [Vale do] Ribeira".[341]

De fato, o deslocamento de militantes para o campo foi uma das prioridades estabelecidas no programa: o comando deveria funcionar presencialmente no campo – "onde a luta principal se dá" – e, assim, "a tarefa central do ponto de vista tático é a montagem de coluna e a criação de redes de apoio, e, portanto, a transferência de quadros para a área estratégica (treinamento e implantação social)".[342] Iara foi uma das pessoas que se voluntariou para participar do novo treinamento promovido pela organização no campo. Este movimento, todavia, acarretou enorme conflito dentro da organização, e que será um dos principais temas do próximo capítulo.

Durante o Congresso, os militantes foram surpreendidos com a possível descoberta do aparelho de Jacarepaguá, onde Maria do Carmo, Juares e Wellington ainda moravam. O último foi avisado pelo caseiro do sítio: "o caseiro... Gostava de mim, ele era meu amigo. (...) Ele falou 'ó, tá pintando uns *trem* aí...', ele deu um alerta. E nós *cascamo* fora. Ele deu um alerta, mas deu um alerta assim, por amizade, por... respeito. Eu sempre tratei ele bem".[343] Maria do Carmo, que foi com Wellington retirar os objetos comprometedores, como documentos e armas, recordou:

> Essa chácara foi descoberta, localizada e nós escapamos porque o caseiro não só tinha escondido tudo debaixo da cama, ele e a mulher, como saiu na rua para nos avisar. Tinham sacado tudo. Fui lá para conversar e agradecer, me mandaram embora dizendo que eu ia entrar pelo cano. Fui lá, montei um esquema para agradecer e inclusive tirar o armamento, nós éramos meio doidos.[344]

De acordo com as lembranças de Inês Etienne, a decisão de ir até o local não foi individual de Maria do Carmo, mas sim do coletivo que estava no congresso:

> Estava para cair, a qualquer momento, o "aparelho" de Jacarepaguá, em função da prisão de um militante que sabia da área. Estavam lá dois simpatizantes. A questão era decidir se iria um grupo de pessoas (que estavam no congresso) para tirá-los de lá, com risco de cair todo o grupo, ou se ficaria por isso mesmo. Houve uma votação e ganhou a proposta de ir a Jacarepaguá, na qual Iara votou.[345]

[341] ROMEU, s.d., op. cit.
[342] SOBRE a organização. 1969. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 8, 1979, fls. 1919-1925, p. 119-131, grifos originais.
[343] DINIZ, 2022, op. cit.
[344] BRITO, s.d., op. cit.
[345] ROMEU, 1980, op. cit.

Os dois "simpatizantes" a que ela se referiu, provavelmente, seriam o caseiro e sua esposa. Ainda que ela mencione a proposta de retirá-los de lá, duas hipóteses soam válidas: a) eles não aceitaram ser retirados, porque não possuíam qualquer envolvimento; b) ou a proposta aprovada em Congresso foi para a retirada dos objetos, como de fato ocorreu, e não dos "simpatizantes" em si.

Sem embargo, esta atitude encheu de esperanças os militantes, que discutiam justamente o papel das massas no Congresso. Ademais, Maria do Carmo recordou ter acontecido uma situação parecida na casa da Barra da Tijuca, onde a reunião estava acontecendo. A Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis, ela relatou: "aliás, a casa caiu e a gente fez uma evacuação perfeita e tirou todo mundo. (...) Já tinha feito o essencial [do congresso], a vizinha lá avisou, tinha ficado amiga na época que a gente alugou, então ela avisou, a gente evacuou".[346] Apesar de esta situação não ter sido citada em outras entrevistas, parece ter sido referenciada em um documento superior, que tratava sobre a "propaganda armada":

> A tarefa imediata é romper o isolamento político em que nos encontramos. É a tarefa prioritária dos próximos seis meses. Vamos aprofundar um pouco para explicar o que este rompimento significa. Tivemos recentemente provas de solidariedade indestrutível de alguns populares anônimos, que nos ajudaram três vezes seguidas, a romper cercos da polícia. Este apoio representa a base social do combatente e sem ela seremos destruídos.[347]

Trata-se, provavelmente, dos casos de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, com a adição de outro que não foi identificado. Tais ações tiveram impacto na impressão que os militantes tinham do sentimento da população brasileira com relação à luta armada e balizaram as ações para que se estreitassem os laços entre a organização e as "massas".

Porém, o historiador Andrew Bergerson, a partir da perspectiva da *Alltagsgeschichte,* alerta que um "tipo de comportamento" não necessariamente insere seu autor em um "tipo de pessoa" – como "resistente", por exemplo. O pesquisador, que estudou o cotidiano de cidadãos de uma cidade na Alemanha Nazista, observou que o convívio entre vizinhos forjava laços de afinidade, que estimulavam o senso de normalidade, permitindo que os "diferentes" convivessem, de certa forma, pacificamente. Bergerson cita o caso de um vizinho atuante nos círculos nazistas, que alertou o outro, este integrante da resistência, quando notou que suas atividades estavam sob o radar do governo.[348]

Guardadas as devidas proporções – principalmente o fato de que, no caso brasileiro, os vizinhos não eram necessariamente colaboradores ou partidários da ditadura, este caso nos

[346] BRITO e OSAVA, 1986, op. cit., p. 49.
[347] INFORME n° 2: a campanha de P.A., s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 5, 1979, fls. 1349-1350, p. 569-572, grifos originais.
[348] BERGERSON, 2004, op. cit., p. 35.

ajuda a compreender que, em muitas ocasiões, o desejo de manter a *cultura da normalidade* era a prioridade máxima dos cidadãos. A iminente presença da repressão em sua vizinhança ou em suas casas materializaria o "excepcional" da ditadura, trazendo medo, risco e inconvenientes. Neste sentido, Bergerson afirmou que tal normalidade permitia às pessoas comuns viverem com a "autoilusão da inocência":

> A normalidade oferecia o véu da impotência e da insignificância. Ao circunscrever suas responsabilidades, as pessoas comuns se distanciam da história em grande escala. (...) Dada a violência e o caos da vida moderna, a normalidade tornava a vida cotidiana consideravelmente mais fácil; preservou sua autonomia limitada, mas real, na vida cotidiana.[349]

Dessa forma, ainda que tenham utilizado sua autonomia para intervir no "caos da vida moderna", os vizinhos o fizeram provavelmente para manter a normalidade, não colocar em risco seu cotidiano "ordinário" – e não necessariamente motivados pela simpatia à causa que os militantes acreditavam ter suscitado.

Ainda em novembro, a reconstruída VPR distribuiu o *Informe n° 1*, primeiro documento oficial após o Congresso e a formação do novo comando. Nele, além de um breve resumo das formulações sobre teoria e tática definidas na reunião, há uma retrospectiva da situação anterior ao racha: "internamente, a vida política não existia. Nenhum militante sabia realmente o que ocorria. Uma deformada visão da estrutura levou à 'divisão do trabalho', que fez surgir militantes 'políticos' e militantes 'militares'". Mais uma vez, faz-se um compromisso pelo fim dessa dualidade, em nome do pacto de todos com a nova linha adotada: "torna-se fundamental que todos os militantes compreendam profundamente a linha política tirada no congresso, para que possam criar, a partir dela, a fim de que evolua, e não se torna uma camisa de força, mas guia da ação político-militar de toda a organização".[350]

Uma coisa é certa, o *Informe n° 1* reivindicou para a VPR o lema que, embora já estivesse sendo utilizado na VAR, é considerado até os dias de hoje como o principal mote da organização e, sobretudo, de Carlos Lamarca: "ousar lutar, ousar vencer".

****

Em uma reunião de crítica e autocrítica ocorrida durante o treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, no início de abril de 1970, Iara Iavelberg teria dito que sua militância

[349] "Given the violence and chaos of modern life, normalcy made day-to-day living considerably easier; it preserved their limited but real autonomy in everyday life". Ibid., p. 6, tradução livre.
[350] COMANDO DA VPR. Informe n° 1. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 7, 1979, fls. 1758-1759, p. 411-413.

efetivamente começou apenas na VPR; ainda assim, ela considerava que "no evoluir da organização, só recentemente, a revolução passou a ser fato integrante em minha vida".[351] Essas considerações foram feitas em um momento de muitas prisões, mortes, violência da repressão e, por conseguinte, intensificação da clandestinidade.

Na abertura do capítulo, por meio de um levantamento das menções diretas a Iara e/ou a seu engajamento político na imprensa, demonstrei que, depois de sua prisão em 1968, ela só voltou a ser citada nas notícias em meados de 1970, sempre como figura relacionada a Carlos Lamarca. Levando em consideração que a grande imprensa cobria as ações, as prisões e os fatos em geral ligados à luta armada, a ausência de Iara leva à impressão de que ela não estava envolvida com tais atividades. Quando seu nome emerge em 1970, tende-se a pensar que ela só teria começado a militar quando passou a se relacionar com o ex-capitão.

Historiadores consideram que os veículos de mídia impressos estavam em consonância com o posicionamento do regime ditatorial, e não apenas devido à censura imposta.[352] Isso se confirma à medida em que se nota que, na vasta documentação da repressão consultada para esta pesquisa, depois das investigações por conta de sua prisão, Iara só foi citada uma vez, em interrogatório atribuído a Roberto Cardoso Ferraz do Amaral de março de 1969, com seu nome antigo, "Iara Haberkorn". Depois disso, a partir de fevereiro de 1970, contabilizam-se 181 menções até setembro de 1971, quando sua morte e a de Lamarca foram divulgadas. De outubro de 1971 a fevereiro de 1977, Iara é ainda citada 11 vezes em fontes como interrogatórios e informes internos da repressão. O aumento é muito significativo, levando à conclusão de que ela passou a ser considerada um elemento importante a ser investigado.

Diante disso, cabe o questionamento: estaria Iara correta em suas reflexões no Vale do Ribeira, ao afirmar que sua militância se iniciou "de fato" apenas em meados de 1969, conforme ecoam também os dados da imprensa e dos órgãos de segurança? Os capítulos anteriores não deixam dúvida de seu engajamento até 1968 e de que a revolução já era parte integrante de sua vida, embora não se dedicasse *integralmente* a ela, por ainda ter o direito de manter sua vida "legal" intacta, mantendo suas relações com pessoas de diversos ciclos, podendo frequentar lugares públicos sem problemas etc. Recupero, então, a pergunta feita logo no início do capítulo: teria ela interrompido sua militância após a prisão, retomando-a em 1970?

---

[351] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.

[352] KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda:* jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004; INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada:* repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil - 1968/1971). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

Acredito que ambos os questionamentos tenham respostas negativas. O engajamento de Iara não se iniciou em 1969, e ela tampouco interrompeu as atividades políticas entre 1968 e 1970. As hipóteses para justificar estas afirmações se relacionam: por ser mulher e universitária, Iara encontrou pouquíssimas chances de participar de ações armadas, que eram tidas como a função primordial do militante de uma organização revolucionária. Pelo contrário, ela ocupou sempre posições mais teóricas ou operacionais, como se buscasse abrigo para aqueles que estavam sendo procurados/em situação extrema de clandestinidade, ou ficando responsável pela imprensa da organização. Ainda assim, mesmo nas discussões teóricas *faladas* e não *escritas*, sua voz não era tão ouvida quanto a de companheiros homens, vistos como mais fortes e impositivos.

Dessa forma, ao que parece, Iara não era militante suficiente tanto entre seus pares quanto aos olhos da repressão, que não consideravam as funções desempenhadas por ela como dignas de nota. Por um tempo, ela parece ter usado esse cenário a seu favor, fazendo uso da "condição feminina" para passar despercebida e exercendo atividades que, embora não fossem aquelas que todos desejavam fazer, eram necessárias: viajar transportando panfletos e outros objetos considerados "subversivos"; encontrar uma rede de apoio entre seus amigos e conhecidos para salvaguardar quadros da máxima importância; obter informações políticas "na cama", por meio de namorados que integravam a direção dos grupos, mantendo-se informada e às vezes passando essas informações para outros, como no período da fusão entre Colina e VPR; ser designada para cuidar da saúde do recém-operado Carlos Lamarca, e conseguir o direito de ficar perto da pessoa que amava. Em síntese, os tais "jogos de gênero".[353]

Porém, gradualmente, Iara passou a marcar sua presença: escreveu o que foi provavelmente seu primeiro documento de crítica e autocrítica; demarcou sua posição ao se aliar ao "racha dos oito", que sucedeu o "racha dos sete" da VAR-Palmares; incentivou Lamarca, quadro militar e prático por excelência, a aprofundar sua formação teórica, a contragosto dos outros militantes de origem das Forças Armadas; reativou contato com o "grupo dos arquitetos", importante elo para a relação da VPR com a ALN; participou do Congresso Nacional da VPR reformulada, seu primeiro desde o congresso da Polop, em 1967, que ratificou o racha que fundaria a organização; passou a integrar o "estado-maior", entidade assessora do Comando Nacional do grupo, cargo mais próximo da direção que ocupou em toda a sua trajetória.

[353] CAPDEVILA, 2021, op. cit.

Ao final de 1969, fez talvez a demanda mais ousada de seu tempo de militância: exigiu participar do treinamento de guerrilha promovido pela VPR no Vale do Ribeira. E conseguiu.

CAPÍTULO 7
"A FASE MAIS DIFÍCIL DA ESQUERDA BRASILEIRA"[1]

Meu irmão, amanhã ou depois
A gente retorna ao velho lugar
Se abraça e fala da vida que foi por aí
E conta os amigos nas pontas dos dedos
Pra ver quantos vivem
E quem já morreu
Amanhã ou depois, meu irmão

Gonzaguinha[2]

Para a mulher, como para toda a classe oprimida, não há outra solução senão a da luta armada, só assim ela se tornará consciente de sua dignidade humana (...). Se o guerrilheiro é um reformador social, cabe a ele aceitar suas companheiras na sua verdadeira realidade, que elas sejam guerrilheiras, dando exemplo a outras mulheres de como se colocarem diante do processo revolucionário.

Patrícia (Carmen Monteiro)[3]

Régis Debray, em seu livro *Revolução na revolução?,* afirmou que a "convicção puramente intelectual" não era suficiente para o desencadeamento da guerrilha. O teórico vai além, tratando das falhas causadas à revolução quando fosse desencadeada apenas por intelectuais: "à parte suas fraquezas físicas e falta de adaptação à vida rural, o intelectual tentará apreender o presente por meio de construções ideológicas preconcebidas e vivê-lo por meio de livros".[4]

Embora não especifique se letradas ou não, o autor é enfático a respeito do envolvimento de mulheres na guerrilha, igualando-as a crianças e objetos: "somente sob o risco de perder iniciativa, velocidade de movimento e capacidade de manobra, uma unidade de guerrilha pode levar consigo mulheres, crianças e pertences domésticos de uma aldeia para outra".[5] O que dizer, então, do papel das mulheres intelectuais, na perspectiva deste livro que tanto impactou a VPR e seus integrantes?

---

[1] Frase de Iara Iavelberg, em carta enviada aos irmãos, 1971.
[2] GONZAGUINHA. *Achados e perdidos*. Intérprete: Gonzaguinha. Rio de Janeiro: EMI, 1981.
[3] PATRÍCIA. [ilegível] na guerra revolucionária. s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 7, fls. 1744-1745, p. 347-350.
[4] "(...) aside from his physical weakness and lack of adjustment to rural life, the intellectual will try to grasp the present through preconceived ideological constructs and live it through books". DEBRAY, 1967, op. cit., p. 21, tradução livre.
[5] "Only at the risk of losing initiative, speed of movement, and maneuverability, can a guerrilla unit take with it women, children, and household belongings from one village to another". Ibid., p. 44, tradução livre.

De acordo com o que foi discutido no capítulo anterior, é inegável que havia uma parcela da organização – principalmente os ocupantes de cargos ligados à direção – que tentava romper com certa visão dogmática debrayista, buscando soluções para a revolução em outras referências, inclusive aquelas criadas internamente. Neste sentido, depois de a primeira etapa da história da organização ser marcadamente masculinista, a VPR reformulada pós-racha elegeu a primeira mulher ao comando, Maria do Carmo Brito – desta vez, sem seu marido Juares como codirigente.

Ademais, o grupo tinha outras militantes mulheres que demandavam participação não só nas decisões teóricas, mas nas atividades práticas – ou seja, ações armadas –, como Carmen Monteiro, Inês Etienne Romeu, Sônia Lafoz, Zenaide Machado de Oliveira, Tereza Ângelo e Lúcia Velloso Maurício, para citar alguns dos nomes que aparecerão ao longo deste capítulo.

Principalmente após o racha com a VAR-Palmares, a quantidade de textos para discussão interna e divulgação externa da VPR aumentou exponencialmente – ou, ao menos, os documentos passaram a ser mais apreendidos pela repressão, cada vez mais sofisticada no trabalho de inteligência e investigação. Porém, o único texto encontrado e que trata – ainda que não exclusivamente – da participação feminina na luta armada é de autoria de "Patrícia", codinome de Carmen Monteiro, militante cuja trajetória é pouco conhecida e estudada. Sabe-se que ela foi estudante de Artes Cênicas e havia integrado as fileiras da ALN antes de chegar à VPR.

O documento não possui data, mas, a partir de outros temas abordados, é possível estimar que seja do período de preparação para o Congresso da Barra da Tijuca, realizado em novembro de 1969. Ele será analisado ao longo deste capítulo, no entanto, algumas informações são importantes: Carmen integrava uma base de ações comandada pelo ex-sargento Darcy Rodrigues ("Leo"), muito próximo de Lamarca quando os dois serviam juntos o Exército.

Darcy não só era ativamente contra a participação de mulheres na luta armada, como era um dos "líderes", naquele período, de um grupo da VPR marcadamente debrayista. Tal grupo era formado majoritariamente por homens oriundos das Forças Armadas, e teve representantes na direção apenas na primeira fase da organização, antes das quedas de janeiro de 1969. Seu maior representante era Onofre Pinto, que continuava atuando a partir de Cuba, após ser trocado pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, em 1969.

O outro grupo, que ocupava o Comando desde o racha da VAR, era composto com militantes com o perfil "intelectual", oriundos do movimento estudantil ou que tinham feito curso superior – alguns nomes que serão citados neste capítulo são: Maria do Carmo e Juares Brito, Ladislau Dowbor, Inês Etienne Romeu e Herbert Eustáquio de Carvalho.

Como explicitado anteriormente, a VPR era uma organização muito heterogênea, com militantes da base oriundos de diversas camadas e setores sociais: além dos dois grupos majoritários, havia, por exemplo, operários, estudantes secundaristas, trabalhadores rurais e uma categoria que proponho e será muito explorada neste capítulo: as "esposas". Levando em consideração o nível de diálogo estabelecido, concepções ideológicas e as relações afetivas forjadas antes e durante a clandestinidade, os quadros se identificavam mais com um ou outro lado.

Iara e Lamarca, como casal, curiosamente uniam representantes dos dois grupos, que vinham disputando a hegemonia e a direção – tanto literal quanto em termos de linha política, tática e estratégica – da VPR. O ex-capitão, comandante e figura de maior destaque desde a prisão de Onofre, se distanciava cada vez mais da ideia de que só a prática importava. Dessa forma, transitava entre os dois grupos, o que incomodava integrantes de ambos os lados: desempenhava com excelência as funções militares, ao mesmo tempo que trabalhava para aprofundar suas referências teóricas.

Além do incômodo que o relacionamento despertava nos militantes mais conservadores – que defendiam a "integridade moral" do revolucionário –, Iara era uma intelectual universitária de comportamentos sexuais liberados. Muitos acreditavam que sua influência era determinante para a guinada de Lamarca para a teoria e a valorização da formação teórica do quadro.

Tudo isso permeado pelo período de maior crise da VPR até então: a partir de fins de março de 1970, e sobretudo no mês de abril, a organização foi afetada por prisões e assassinatos de quadros, desde o Comando até a simpatizantes. Este cenário era coroado pela euforia nacionalista provocado pela Copa do Mundo e pelas campanhas do governo, que evocavam os benefícios do "milagre econômico"; a ditadura possuía, ainda, o trunfo de militantes que, após presos, aceitavam se arrepender publicamente de haver ingressado na luta armada – muitos deles da VPR.

Este período crítico não só para a VPR, mas para as esquerdas brasileiras em geral, será o tópico deste capítulo, tendo como foco principal a vida de Iara. Demarco como ponto de início um evento que, tanto à época quanto atualmente, é muito celebrado pela organização: a realização do primeiro treinamento de guerrilha em solo brasileiro, no Vale do Ribeira. A "escola" contou com a participação de representantes dos dois grupos majoritários, os "teóricos" e os "militares", além de alguns quadros das bases. Apenas a duas mulheres foi concedido o direito de participar: Iara Iavelberg e Carmen Monteiro. Não se sabe se o

documento de autoria da última, que marcadamente defendia o deslocamento das guerrilheiras também às áreas rurais, influenciou na decisão de sua ida. É inegável, porém, que o tema "mulheres e luta armada" foi tópico de muitas das discussões realizadas na área.

7.1 Mulheres na guerrilha: "Célia" no treinamento do Vale do Ribeira

> Curso de Treinamento
> 1. Condições:
> a) Ter feito exame de saúde (coração, pulmão, circulatório)
> b) Ter os dentes tratados
> c) Ter a classificação do sangue
> d) Ter sido vacinado contra tétano, difteria, tifo, varíola
> e) Ter excelente nível ideológico
> f) Ter se preparado fisicamente: ginástica, futebol de praia, caminhada e corrida
> h) Ter noções de primeiros socorros[6]

Imediatamente após o fim do Congresso da Barra da Tijuca, os combatentes da VPR começaram a produzir materiais de orientação para o deslocamento à área de treinamento de guerrilha. O trecho citado acima é de um documento manuscrito de autoria de Carlos Lamarca, cuja caligrafia inconfundível permite identificar. Ao compará-lo com outro folheto, possivelmente do mesmo período, nota-se que circulava entre as bases, este datilografado e sem autor. Nele, são especificadas as condições físicas exigidas para a participação: "a) exame de saúde (coração, pulmão, circulação); b) tratamento dentário; c) (indispensável) vacinas antitetânica, difteria, tifo e varíola".[7]

Os requisitos extras incluídos por Lamarca podem ter sido somente por zelo, mas parecem também adicionar características que tornavam a ida de uma pessoa mais "justificável" para os outros militantes da VPR: Iara.

Pouco antes de retornar a São Paulo, Iara passou por um treinamento de primeiros socorros com Almir Dutton, médico e militante do Setor de Saúde da organização:

> Lamarca designou as pessoas que fariam os primeiros socorros e designou Iara para fazer o curso. Fiz o curso para grupos de três pessoas. Para ela, não. Para ela, fiz o curso separado, sozinho, pois teria pouco contato, seria mais uma pessoa de ligação. O curso foi dado numa casa de praia, em Ibicuí, na praia do Junqueira.[8]

Almir recordou ainda que a aula tomou um dia inteiro, no qual ele ensinou Iara a "tratar ferimentos, fraturas, respiração artificial, como faz curativo, dar injeção (...). Iara aprendeu

[6] CURSO de treinamento, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1164, p. 165-167.
[7] REQUISITOS básicos para deslocamento, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 9, fl. 2150, p. 37.
[8] Apesar de falar que o treinamento se deu na Praia de Junqueira, ele afirmou que teria sido na mesma casa em que foi realizado o Congresso da VPR, mas sabe-se que este ocorreu na Barra da Tijuca. FERREIRA, A., s.d., op. cit.

bem. Tanto faz se a injeção fosse doer, o importante era saber em que área se dá a injeção, a veia certa".[9]

De volta a São Paulo, ela ficou abrigada no novo aparelho montado por Jovelina e Manoel, em um sítio. Localizado entre os bairros de Jaraguá, Perus e a serra da Cantareira, o "sítio Botuquara" tinha uma casa principal e plantações, segundo Jovelina Tonello, de vegetais e mandioca.[10] Neste local, foram realizadas reuniões do Comando, uma delas contando com representantes da ALN, conforme consta em interrogatório atribuído a Maria do Carmo Brito:

> A vez que esteve no sítio de "Paiva", foi para uma reunião entre VPR e ALN, à qual compareceram "Fred" (Liszt Benjamin Vieira), "Maria" (Guiomar Silva Lopes), "Tião" (Otávio Ângelo), o "Paiva" e sua esposa, o "Frank", a Iara Iavelberg, que durou 3 dias, com comparecimento parcial desse pessoal todo que chegava alternadamente.[11]

Esse encontro deveria ser fruto da aliança celebrada no Congresso de novembro, com o planejamento das atividades da "Frente" em São Paulo, que no mês de dezembro abrangeria mais duas organizações: a Rede e o MRT.[12]

No sítio, Iara reencontrou Lamarca, que voltava da primeira área de treinamento, desativada definitivamente por não ser considerada segura o suficiente.[13] Além disso, enquanto vivia lá, ela encontrava formas de se preparar para a ida ao treinamento: "Iara queria ir para o Vale, então ela pegava a enxada, tentava arrancar mato. Mas era muito fina. Tentava".[14] Maria do Carmo se recordou de coisas parecidas:

> O preparo de Iara foi engraçado. Tinha mandioca plantada. E umas árvores morro acima. E até ajudei a apanhar mandioca. E eles não gostavam dela, porque não a entendiam. Porque se tem árvore para subir, mandioca para arrancar, morro para subir e você vai se preparar para guerrilha... Mas a preparação da Iara consistia em estender uma esteira no chão de terra do barraco e fazer aeróbicas. Reflete bem o tipo de moça A ou B, paulista, a possibilidade de aclimatação dela ali era até mais ampla (...). Mas não passava pela cabeça dela subir em árvore. Falei para ela, "mas Iara, não é possível você fazer ginastiquinha, esse monte de árvores aí". E ela: "vai ter tempo pra isso".

---

[9] Idem.
[10] MANTOVANI e NASCIMENTO, s.d., op. cit.
[11] OBAN. Resumo das declarações prestadas por Ladislas Dowbor (...) à Equipe de Interrogatório Prelimitar "A-2", no dia 23 de abril de 1970, das 0830hs às 1230hs. São Paulo, 23 abr. 1970. In: AN. *Atividades da CE Operação Bandeirante - Dossiê*, 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003285, p. 65.
[12] De acordo com Lamarca, em documento de outubro de 1970: "em dezembro a frente se estendeu (ainda em SP somente) à REDE e MRT. Em janeiro foi decidido: a frente teria uma comissão formada de um militante de cada organização, para manter a discussão permanente; a VPR passaria dinheiro para as outras organizações, para que a frente não ficasse restrita a ações de numerário, partindo para ações políticas. A VPR não encaminhou corretamente nenhuma das duas posições: o representante da VPR na frente não tinha condições políticas para manter discussão e conduzi-la à maior consequência, que não a simples execução conjunta de ações; a iniciativa da VPR de passar numerário a outras organizações foi interpretada como pressão econômica. Assim, e até junho, as relações na frente permaneciam entravadas". Ele omite, no entanto, a ação de captura do cônsul do Japão no Brasil, Nobuo Okuchi, que foi executada conjuntamente pelas organizações da Frente, em março de 1970. CLAUDIO. Frente, a grande tarefa, 30 out. 1970. In: STM. *Apelação 39.155*. Pernambuco, vol. 2, 1972, fls. 395-396, p. 343-346.
[13] LUNGARETTI, 2020, op. cit.
[14] MANTOVANI e NASCIMENTO, s.d., op. cit.

> Acho que ela sabia que ia ser muito pesado. Quer dizer: "enquanto não chegar lá, vou ficar na ginástica limpinha aqui que é mais sossegado". Fazia flexões. Tinha humor ela. E eu falava morrendo de rir, porque era um contrassenso.[15]

Diante de tal relato, compreende-se o possível motivo de Lamarca ter incluído "ginástica" como atividade de preparo físico. Ademais, o "excelente nível ideológico" de Iara poderia compensar as eventuais deficiências físicas. O argumento, de acordo com as memórias dos ex-militantes, foi utilizado para convencê-los de que Iara deveria se deslocar para a área.

Aqui, introduzo uma fonte importantíssima neste tópico: uma espécie de "ata" feita a partir de algumas rodas de conversa supostamente realizadas no Vale do Ribeira, durante os últimos dias de treinamento. Tal fonte, que intitulei de *Caderno Jaraguá* – por se tratar de um caderno anexado em sua totalidade no processo contra a VPR, em cuja capa consta manuscrito o nome "Jaraguá" –, foi, segundo registros da repressão, apreendido na casa de Ladislau Dowbor, no bairro do Paraíso, em junho de 1970. Por e-mail, contudo, ele disse que essa informação é falsa, dado que ele não mantinha nenhum material escrito consigo.[16] Não encontrei referência à esta fonte em qualquer trabalho do período e, por isso, acredito ser inédita.

Os registros se iniciam em 27 de março e vão até 3 de abril, coincidindo com os dias finais de atividade da área, e contêm falas identificadas aos 17 militantes que participaram do treinamento, com os codinomes pelos quais eram chamados na época. Minha hipótese é que tenham sido redigidos por Carmen Monteiro ("Patrícia"), pois só há um registro referente a uma fala sua, o que encerra as anotações.

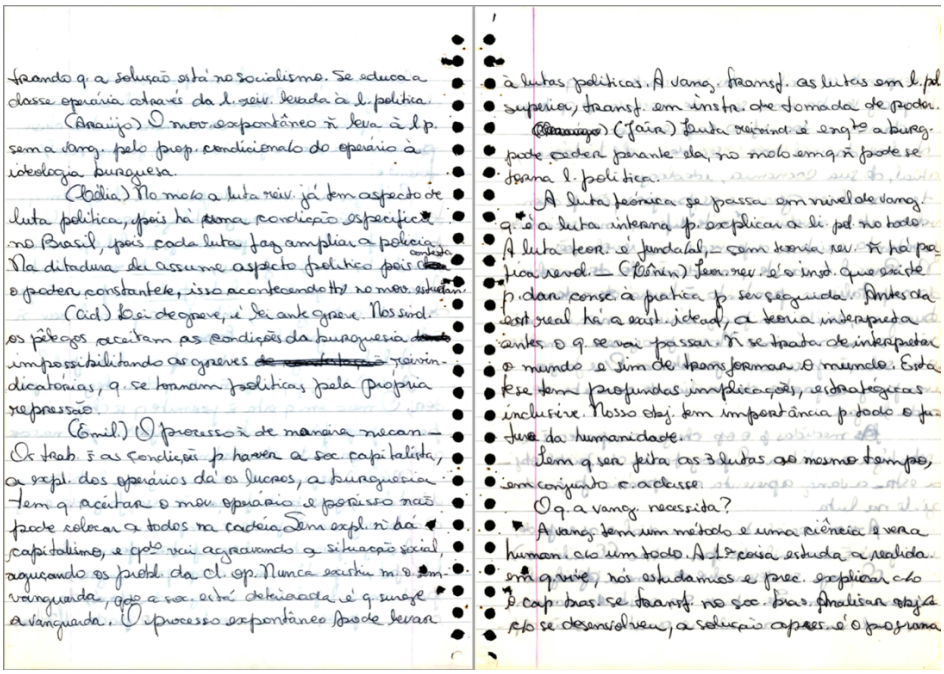
O caderno possui 110 páginas escritas, nas quais são relatadas discussões e conflitos específicos ocorridos durante a estadia no Vale, sendo que apenas os participantes tinham conhecimento dele. No caso de Iara, por exemplo, há falas atribuídas a ela que condizem com aspectos extremamente pessoais de sua vida. As anotações têm como característica principal a abreviação de palavras e a omissão de termos, o que parece indicar que a escrita estava sendo feita enquanto a fala ocorria. Além disso, são frequentes as rasuras, a inclusão de palavras na parte superior das linhas e/ou nas margens e alguns pontos de interrogação, como se o escritor não tivesse compreendido o que fora dito.

Grande parte dos registros parece ter sido feita em reuniões de crítica e autocrítica, nas quais os militantes debatiam suas próprias falhas e as dos companheiros. Na perspectiva do marxismo-leninismo, a prática da crítica dos comportamentos e ações dos integrantes

[15] BRITO, s.d., op. cit.
[16] DOWBOR, Ladislau. Assunto do e-mail: Material apreendido - Vale do Ribeira (1970). Mensagem recebida em 26 nov. 2021.

(individual e coletivamente) era vista como "essencial para a construção do partido revolucionário".[17] Embora a VPR se constituísse como uma vanguarda político-militar, acreditava que, em algum momento, construiria um partido e, dessa forma, já tentava incorporar algumas de suas práticas.

Figura 47: Folhas 30 e 31 do *Caderno Jaraguá*, s.d.



Fonte: Arquivo STM[18]

Ainda assim, ao exibir o documento para dois participantes do treinamento, ambos, mesmo que indiretamente, negaram sua veracidade. Roberto Menkes, que era companheiro de Carmen à época, apesar de não negar a veracidade do caderno, afirmou que não foi escrito por ela. Perguntei se o critério para sua resposta teria sido a caligrafia, ao que ele respondeu: "eu não era muito teórico, como a Carmen, por isso eu sei que a Carmen não escreveu aquele caderno, a Carmen era também pão, pão, queijo, queijo". Apesar disso, ele parece ignorar que Carmen escreveu ao menos dois documentos como autora única, encontrados por mim, além de um de autoria compartilhada com outros militantes. Em todos, ela demonstra preocupação com o embasamento teórico da luta armada.[19]

[17] LOPES, Túlio César Dias. Lenin e os partidos comunistas alemães. *Germinal*: *Marxismo e Educação em debate*, Salvador, v. 12, n. 2, out. 2020, p. 184.
[18] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.
[19] MENKES, Roberto. Entrevista concedida de forma remota à autora. Madrid, 21 fev. 2023. 1 arquivo audiovisual, 1º5'52", acervo pessoal.

Ubiratan de Souza ("Gregório"), militante do Rio Grande do Sul, afirmou que as anotações deveriam ter sido feitas por Carmen sem a ciência do comando da área: "essas anotações muito subjetivas, eu não acredito que serviria para algum treinamento. Eu não sei se o Lamarca tinha lido as coisas que ela escrevia. E a gente não sabia que ela estava escrevendo coisa".[20] Posteriormente, ele nega a possibilidade de esse caderno existir, baseado nos preceitos da clandestinidade:

> Não. Imagina, porque na clandestinidade, primeiro que não pode saber informação de ninguém. (...) Então imagina tu anotar coisas que pudesse identificar alguma característica de alguém, e assim por diante. Por isso que, do ponto de vista da clandestinidade, tu não pode ter anotações.[21]

Na mesma linha, Edmauro Gopfert ("Jair") apontou:

> As anotações sobre um episódio muito particular que ocorreu no Vale *é verídico*. Só não tenho memória para saber se as falas foram realmente essas ou é interpretação do nosso escritor desconhecido. (...) Não me lembro de ninguém anotando nada no Vale. Até por segurança, teria notado... As páginas parecem ter sido escritas em um lugar confortável, uma mesa, coisa que não havia no Vale.[22]

Ao mesmo tempo, porém, ele ressalta: a autoria é "de gente nossa. As discussões da época eram bizarras, vistas de hoje, né?".[23] No próprio caderno constam elementos que permitem compreender sua finalidade e o motivo pelo qual foi apreendido com Ladislau: em uma fala atribuída a Lamarca ("Cid") se lê que, após feito o diagnóstico, o coletivo formalizaria um posicionamento sobre as "causas que afetaram o treinamento, para colocar num documento".[24] Dessa forma, é possível supor que este caderno serviria de base para tal documento, e Ladislau, como pessoa do comando, pode ter ficado responsável por guardá-lo até o encerramento das atividades na área, para que depois o texto pudesse ser escrito.

Tenho hipóteses que podem explicar o eventual "esquecimento" desse material por parte de alguns dos ex-participantes do treinamento, e a consequente negação da veracidade das informações que nele constam, mas estas serão apresentadas conforme avancemos no debate sobre o cotidiano da área.

Por ora, cabe discutir uma suposta fala da própria Iara contida no caderno, que teria sido feita durante uma reunião de crítica e autocrítica no Vale do Ribeira. Ela afirmou que teria se oferecido para participar do treinamento por vontade própria, argumentando: "responsabilidade

---

Para os documentos de Carmen, cf. PATRÍCIA. [ilegível] na guerra revolucionária. s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 7, fls. 1744-1745, p. 347-350; PATRÍCIA. Considerações acerca da guerra revolucionária. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 6, fls. 1445-1447, p. 197-201.

[20] SOUZA, Ubiratan de. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 1 out. 2021. 1 arquivo de áudio, 2º19'37", acervo pessoal.

[21] Idem.

[22] GOPFERT, Edmauro. [Sobre o Caderno do Jaraguá]. WhatsApp, 1 out. 2021. 00h42. 1 mensagem de WhatsApp.

[23] Idem.

[24] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.

individual na escolha do local de trabalho como militante". Ela apontou ainda que, durante reunião do comando ainda em 1969, Lamarca ("Cid") teria sido contra sua ida ao Vale; ainda assim, ela teria defendido sua posição de participar e teria vencido. A respeito dos motivos que a teriam feito se voluntariar, ela afirmara que acreditava na "importância e responsabilidade da vinda das primeiras mulheres para o treinamento. Sabia de suas deficiências, [que] tentou superar na cidade".[25]

Manoel Dias do Nascimento ("Paiva"), marido de Jovelina, recordou das reuniões referidas por Iara, realizadas no sítio do Jaraguá para discutir a possibilidade de ela ir para a área:

> No sítio se discutiu, inclusive, a ida de Iara [à área], porque muitos não queriam que ela fosse. Por causa das formalidades. Como é que iam encarar ele [Lamarca] com uma companheira, tendo esposa e dois filhos e passar a conviver com uma companheira militante? (...) Iara participava das discussões. Lamarca argumentava que seu avanço político e sua destreza se deviam à Iara, e que isso era um motivo para consolidar sua permanência com ela. Havia grande grau de companheirismo entre os dois. Seria um atraso, um recuo ele se separar dela. O coletivo concordou. Não me recordo dos argumentos de Iara. E dizia que superaria todas as dificuldades que encontrasse na serra. Eu tinha algumas objeções à ida dela, em virtude da reação que teria e das formalidades.[26]

No *Caderno Jaraguá*, há uma fala creditada à própria Iara a respeito das preocupações geradas em torno de seu relacionamento com Lamarca:

> Treinamento: superação de seus problemas, sem entrar no mérito sua separação pessoal. Preparo para vir: para sua vinda, foram colocadas possibilidades políticas e que tinham muito mais peso do que realmente tem. (Cid) Poderia parecer como privilégio sua vinda para cá, e que na prática isso poderia entravar tarefas. Isso na possível interpretação de outros companheiros, que ela não deveria ser a única.[27]

Possivelmente para "amenizar" o incômodo e a sensação de que Iara, uma mulher, havia sido escolhida para o treinamento devido a privilégios de sua relação íntima com Lamarca, optou-se por também selecionar Carmen Monteiro dos Santos ("Patrícia"), militante com experiência em ações armadas. No entanto, ela não iria desacompanhada; iria com Roberto Menkes ("Dino"), com quem se relacionava.

Apesar do desconforto envolvendo sua provável ida à área, Maria do Carmo lembrou que Iara era determinada em defender seu argumento. Ela, que também participou dessas reuniões, teve memórias bem similares às de Manoel a respeito das objeções de alguns militantes:

> Era, acho, preconceito contra ela, tenho isso muito claro. (...) Eu ficava absolutamente mal em saber que as pessoas falavam mal dela, ficava com diarreia, não ia contar para ela. Me incomodava um horror, ficava absolutamente tensa. E ela se saía

[25] Idem.
[26] MANTOVANI e NASCIMENTO, s.d., op. cit.
[27] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.

> olimpicamente. As pessoas falavam dela: que ia desviar... Não era nada concreto, era implicância.[28]

Ainda assim, a própria Maria do Carmo demonstra que era contra a ida da amiga para o treinamento: "eu achava que estava errado, mas defendia mesmo, porque ela era muito atacada pelos sargentos".[29]

Diante do que foi discutido na introdução deste capítulo, sabe-se que os dois argumentos utilizados por Iara para justificar seu desejo de participar do treinamento estavam em pauta em outras fontes: tanto a ideia de que o revolucionário só poderia ser completo se tivesse experiência no campo quanto a participação das mulheres no treinamento – como atesta o documento de Carmen Monteiro, "Patrícia", deste período.

De fato, ambas as questões foram, em minha visão, os principais tópicos geradores de conflito na área, quando foi implementada. A questão da participação das mulheres, contudo, perpassava o treinamento. Maria do Carmo Brito recordou:

> Um dos problemas, na época, era ligado a sexo. Então, era totalmente inadequado exteriorizações ligadas a carinho físico. (...) O clima estava muito tenso, porque as pessoas não queriam que ela fosse. Eles achavam que uns tinham mulher, outros não. Mulher tudo bem, mas mulher de alguém, não, vai virar bagunça.[30]

José Araújo de Nóbrega, apesar de não dizer diretamente, deixa implícito que o problema era "sexual": "muita gente não aceitava. Porque muitos se fizeram, eu mesmo tive que abandonar a minha família para participar, tinha três filhos na época, tive que abandonar a família para me dedicar à luta, entende? Na verdade, todo mundo lá estava fazendo sacrifício".[31] "Sacrifício", aqui, pode ser lido como esforço físico, pelas dificuldades de sobreviver isolados na mata; mas também pode tratar da abstinência sexual pela qual os militantes que estavam sem suas esposas eram "obrigados" a passar.

Darcy Rodrigues, ex-sargento e militante da VPR, de forma mais explícita, apontou:

> Houve um momento que principalmente aquele pessoal mais de origem operária, de origem camponesa, questionava a presença de mulheres no Vale do Ribeira. Por quê? É aquela contestação natural: "poxa, o Lamarca está aí com a companheira dele, e nós estamos aqui sozinhos".[32]

Apesar de atribuir o incômodo a companheiros de outras origens sociais, os relatos indicam que ele era um dos mais contrariados com a presença de Iara – ademais, já vimos em outro trecho que ele não era favorável à participação de mulheres em ações. Sua esposa e filhos

[28] BRITO, s.d., op. cit.
[29] Idem.
[30] Idem.
[31] NÓBREGA, 2020, op. cit.
[32] RODRIGUES, s.d., op. cit.

foram enviados a Cuba dias antes de ele deixar o quartel, em 1969, e, como o próprio se definia, ele estava "a perigo" desde então.[33]

Tanto Darcy quanto Nóbrega são citados em relatos de situações de abuso, prévias à ida para a área. Em entrevista, Darcy Rodrigues disse ter feito sexo com Carmen Monteiro. Após o ocorrido, ainda na época da VAR, ela teria feito uma denúncia para Celso Lungaretti, afirmando que estava sendo ameaçada de não participar mais de ações armadas, caso não tivesse relações com Darcy – ou seja, as relações teriam sido sob coação. O entrevistador perguntou, então, ao ex-militante se Carmen estava mentindo nesta ocasião, ao que ele respondeu:

> **DR:** Não. Não foi. Ela ficou se *fresqueando*. Eu falei: "não tem frescura, não; você fica aí guardando essa merda, fica dizendo que depois do Markito (NA: Marco Antônio Brás de Carvalho, que foi namorado de Carmen) você não vai trepar com mais ninguém, mas comigo você vai trepar, sim". Foi indo. Aconteceu.
> **E:** Aconteceu exatamente o que?
> **DR:** Eu tracei.
> **E:** Na porrada?
> **DR:** Não. Numa boa. Foi bom, tranquilo. Ela teve uma reação muito boa e eu fui para outro setor.
> **E:** Você forçou a barra?
> **DR:** Não. Eu cheguei e cantei. Ela estava fazendo comida, eu chegava, passava a mão na bunda e tal.[34]

No livro *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf, há um segundo relato semelhante, dessa vez envolvendo Nóbrega. Sônia Lafoz recordou o período em que ambos viveram no aparelho da Vila Cosmos, onde Eremias Delizoicov foi assassinado:

> Eu tinha uma discussão com ele, que também queria dar uma de macho, não sei o que. Como eu morava lá, acontecia de me pegar desprevenida, saindo de um banho, por exemplo. Mas nunca disse nada, nunca ousou nada. Sempre manteve a linha. Às vezes ficava me enchendo o saco: "para de me provocar", essas coisas. Eu mandava ele pra longe.[35]

Há indícios de que a própria Iara tenha passado por alguma situação similar. Em agosto de 1971, Iara e Lamarca foram conduzidos à Bahia pelo militante do MR-8, José Carlos de Souza. Ele contou que se lembrou de ter conversado com o ex-capitão sobre um ocorrido com Iara: "ele contou que ela teve problemas com gente da VPR, que queriam *comê-la* à força".[36] A mim, em entrevista mais recente, ele deu mais detalhes, sem que fosse perguntado sobre o assunto: Lamarca "foi mais liberal, me contou as coisas do Vale da Ribeira, os assédios que Iara sofreu *nesse período*, de alguns companheiros, ele era meio puto com esses caras". Ou seja,

[33] CARVALHO, 1998, op. cit., p. 138.
[34] Idem.
[35] Ibid., p. 139.
[36] SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

é muito provável que tal situação tenha ocorrido justamente no ano de 1969. José Carlos de Souza afirmou ainda:

> Isso do assédio me parece que não foi nesses episódios do Vale da Ribeira. Acho que foi em outra situação, uma coisa urbana, alguma coisa assim. De ela ter ficado em algum aparelho com algum companheiro e que tenha investido assim contra ela e ela contou para ele [Lamarca]. Alguma coisa assim. Me pareceu mais num ambiente urbano.[37]

Ao estar a sós com Iara em um hotel, na mesma época, ele teria se surpreendido com a reação dela:

> Iara era muito preocupada, muito tensa por causa das outras cantadas da organização, era muito fechada, como se tivesse couraça, muito fria, distante, como se fosse um porco-espinho. (...) Quando fomos dormir no hotel, na frente da rodoviária, no mesmo quarto, teve certo momento de tensão. Talvez ela tivesse medo que eu a cantasse. Para justificar as camas separadas, dissemos para a dona do hotel que íamos para o Hospital das Clínicas, ela estava doente. (...) Ela falou: "não me toca. Você fica no seu cantinho e eu no meu".[38]

Por meio destas evidências, algumas constatações podem ser feitas: as mulheres que aderiram à luta armada, majoritariamente aquelas que foram obrigadas a entrar na clandestinidade, viveram situações de risco e/ou abuso de fato, provocadas pelos seus próprios companheiros de organização; apesar disso, há poucas possibilidades para a investigação destes eventos, uma vez que as denúncias encontraram pouco ou nenhum espaço de escuta,[39] e muitas vezes sequer foram/são feitas.

A socióloga Lia Machado aborda pontos que acredito serem cruciais para examinar esta situação; em sua pesquisa, ela diagnosticou o que chamou de "transformismo" do conceito de estupro: sua definição oscila, tanto no senso comum quanto na legislação e jurisprudência brasileira vigentes, entre a) "um crime hediondo contra a pessoa"; e b) "a realização do mais banal e cotidiano dos atos de relações sexuais entre homens e mulheres – o defrontamento da esperada iniciativa masculina com uma das respostas femininas possíveis: 'a mulher diz não para dizer sim'".[40]

Tal variação está diretamente ligada à posição da mulher vítima em relação ao homem agressor: "a ideia de crime hediondo parece se colar apenas à representação do ato de imposição sexual feito a mulheres que são pensadas como se fossem, ou pudessem ser, suas mães, irmãs e filhas". Quando não há o vínculo de parentesco, a definição parece levar em conta a

[37] SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 26 mar. 2021. 1 arquivo audiovisual, 1º46'05", acervo pessoal, grifos meus.
[38] SOUZA, s.d., op. cit.
[39] POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
[40] MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, 1998, p. 233.

"categoria" de mulher na qual a vítima se enquadra: por exemplo, as "que não são consideradas casáveis e aquelas que são casáveis (pelo critério que seja: *status* social ou *status* moral)".[41]

Evidencia-se, então, que na situação de Darcy e Carmen, por exemplo, a objeção da vítima não foi suficiente para que a ação fosse encarada como imposição sexual nem à época, e entre os companheiros de organização, tampouco depois de décadas, ao ser publicada no livro de Maklouf. Carmen faleceu em um acidente de carro na França, em 1977, por isso não temos sua versão, apenas o que foi relatado pelo ex-sargento.[42] Contudo, analisando a própria fala do impositor, compreende-se que Carmen não era considerada "casável", seguindo as proposições de Machado. Ela já havia se relacionado com outros homens, como "Markito", citado por Darcy, e que fora assassinado em 1969 após as quedas do início daquele ano. Acredito que esta consideração se estenda para muitas das outras mulheres na luta armada – inclusive Iara, cujo comportamento era visto como mais "liberado" –, e que haviam tido outros parceiros, dentro e fora da luta.

Os órgãos de repressão da ditadura civil-militar brasileira classificavam e categorizavam as mulheres que aderiram à resistência, majoritariamente, de duas formas: a "mulher macho" e a "puta comunista".[43] A primeira categoria se relaciona com o fato de que, para serem aceitas como guerrilheiras em pé de igualdade com os companheiros, era comum que as mulheres precisassem "despir-se de seu gênero"; ou seja, agir e vestir-se como homens.[44]

O segundo estereótipo, por outro lado, refere-se à suposta "degeneração" de uma mulher que opta por atuar politicamente contra a ordem instituída. A militância feminina tende a ser vista como "não política", mas ainda assim desviante: a explicação encontrada para uma mulher que não queria *ser* um homem e estava engajada era a de que ela queria *ter* homens.[45] Da perspectiva das esquerdas, o comportamento feminino "liberado", advindo sobretudo da vivência no movimento estudantil universitário, também não era bem-visto, dado que os militantes integravam e estavam em constante diálogo com a sociedade, que permanecia machista, apesar dos pequenos ensaios disruptivos dentro das universidades.

Dessa forma, ainda que estejamos tratando de lados opostos do espectro ideológico, neste aspecto específico, revolucionários e repressores tinham visões similares em relação à

---

[41] Idem.
[42] CARMEN JACOMINI. In: *Memorial da Resistência de São Paulo*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/413qHHX. Acesso em: 20 fev. 2023.
[43] COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
[44] WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, v. 13, n. 2, mai./ago. 2009.
[45] COLLING, 1997, op. cit., p. 95.

militância de mulheres: "as relações de gênero são subtraídas pelos dois polos – discurso da esquerda e o da direita. O discurso feminino se perde, não teve memória".[46]

Levando em consideração, portanto, que "as mulheres sem vergonha não precisam sequer seduzir, elas se oferecem", e que as mulheres que aderiram à luta armada contra a ditadura já eram vistas como "putas" – desde o princípio, pela repressão e, em alguns casos, pelos companheiros mais conservadores –, abre-se caminho para a legitimação da objetificação e uso irrestrito do corpo feminino.

Este cenário se agrava em locais de "trânsito", longe da "sociabilidade legítima", que aqui identificamos como os "aparelhos", locais clandestinos por excelência. Estes locais favorecem que os agressores cedam à suposta "fraqueza sexual", reivindicada tanto por Darcy quanto por Nóbrega como impedimento para a participação de mulheres no treinamento: "uma disponibilidade natural de apoderar-se do corpo da mulher. É como se o impensado da sexualidade masculina, aquilo que ela tivesse de mais natural, fosse exatamente a fraqueza, isto é, a disponibilidade absoluta, a prontidão permanente para ter a mulher como objeto de relação sexual".[47]

Mesmo cientes deste cenário e vítimas de ao menos uma circunstância de abuso, Iara e Carmen insistiram para participar do treinamento. A última, em documento escrito provavelmente no fim de 1969, demarcou sua posição:

> Cabe agora uma pergunta: poderemos nós militantes mulheres de uma OPM participar de toda campanha revolucionária, indo lutar inclusive no Exército Popular, ou ficaremos "confinadas" em zonas urbanas, por serem consideradas "mais fáceis e leves"? Ou caso se alcance o nível requerido, poderemos ser transferidas para as zonas rurais, apesar das diferenças anatômicas?[48]

Iara, como analisado no início do tópico, insistia com o comando e setores da organização para que tivesse o direito de participar. Maria do Carmo Brito recordou: "[ela] reagia ao clima tenso com grande determinação. Ela percebia, mas uma pessoa com sua bagagem entendia o que passava pela cabeça dos outros e não se deixava afetar". A entrevistadora pergunta: "que tipo de coisa você decidiu que Iara tinha que cumprir?"; ao que ela respondeu: "por exemplo, de ela ir para o Vale. Mas aí era respeito por ela, porque ela queria ir".[49]

Maria do Carmo Brito não aceitou conceder entrevista para esta pesquisa, limitando-se apenas a responder algumas perguntas por mensagem de texto. Em relação ao deslocamento de

[46] MACHADO, 1998, op. cit., p. 233.
[47] Ibid., p. 236.
[48] PATRÍCIA. [ilegível] na guerra revolucionária. s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 7, fls. 1744-1745, p. 347-350.
[49] BRITO, s.d., op. cit.

Iara para a área, ela afirmou: "ela queria provar que era uma militante completa".[50] Tal resposta dialoga com o que a própria Iara teria dito no Vale: "sabe de suas deficiências, que tentou superar na cidade".[51]

Mais uma vez, observa-se um comportamento de "teimosia" individual de Iara perante as regras implícitas da militância na luta armada: *eigensinn.* Ainda que por meio da insistência aparentemente "insignificante", suas atitudes levaram a uma abertura, não obstante temporária, na rigidez das relações de gênero do grupo.

Com seu pedido oficialmente aprovado pelo coletivo da VPR, Iara passou a tomar as medidas de preparação para o deslocamento. Além dos exercícios que vinha praticando no sítio de Manoel e Jovelina, procurou a amiga Tutinha Magaldi, cujo pai era médico nefrologista:

> A uma certa altura, ela me procurou em casa porque estava doente, meu pai era médico. Perguntou se meu pai a atenderia. Ela foi em casa duas, três vezes (...). Naquela época, havia aqueles armazéns do Exército, onde vendiam coisas – camisas, mochilas. Numa dessas vezes, ela pediu para comprar dessas coisas para ela. Ela usava camisão da Marinha, mochila. Fui e fiz uma grande compra.[52]

Tutinha não sabe exatamente o que a amiga foi tratar com seu pai, uma vez que ele jamais compartilhou esse assunto com ela. Na época, ela supunha que pudesse ter sido algum problema nos rins, pela especialidade dele, mas em entrevista recente para essa pesquisa, reconsiderou: "meu pai teria feito consulta sobre qualquer outro [problema]... porque ele era nefro, mas ele fazia clínica geral também".[53] Diante da informação de que um dos pré-requisitos para a ida ao treinamento era ter feito exames, é possível que Iara tenha procurado o pai da amiga para auxiliá-la nestas questões.

Outra condição estabelecida era o "material de uso individual". Os militantes deveriam levar: "um par de coturnos; duas calças resistentes; duas camisas de manga comprida, resistente e de bolsos grandes; um calção de brim; quatro pares de meia, sendo dois pares de lã, cano longo".[54] Alguns compraram estes itens nas lojas das Forças Armadas, citadas por Tutinha, e é possível que os artigos que Iara pediu à amiga fossem justamente para o treinamento. Ela também se lembrou da despedida entre as duas no fim de um destes encontros:

> A penúltima vez que Iara esteve em minha casa, na hora de ir embora, disse: "olha, eu estou distribuindo as coisas às pessoas que eu gosto". O táxi já tinha parado, ela tirou o anel do dedo e me deu. Eu disse: "mas Iara, esse anel é você, muito você". "Por isso mesmo estou te dando". E brincou, "a gente se encontra no palanque da

[50] BRITO, Maria do Carmo. [Relato sobre Iara Iavelberg]. WhatsApp, 23 nov. 2021. 18h46. 1 mensagem de WhatsApp.
[51] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.
[52] MAGALDI, 1986, op. cit.
[53] MAGALDI, 2020, op. cit.
[54] REQUISITOS básicos para deslocamento, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 9, fl. 2150, p. 37.

> Educação, na comemoração da revolução", meio brincando, para desanuviar, e sério, pois ela tinha expectativa de que isso era possível. A gente se viu mais uma vez, quando dei a ela as coisas que tinha comprado no Exército.[55]

Por meio de uma fotografia publicada em diversas ocasiões pelo jornal *O Globo*, e provavelmente apreendida pela repressão em algum aparelho – embora não tenha podido se precisar qual –, sabe-se que Iara, em outubro de 1969, estava com os cabelos curtos. Essa já deve ter sido uma medida tomada pensando no treinamento.

Figura 48: Iara Iavelberg, em 12 de outubro de 1969

Fonte: *O Globo*[56]

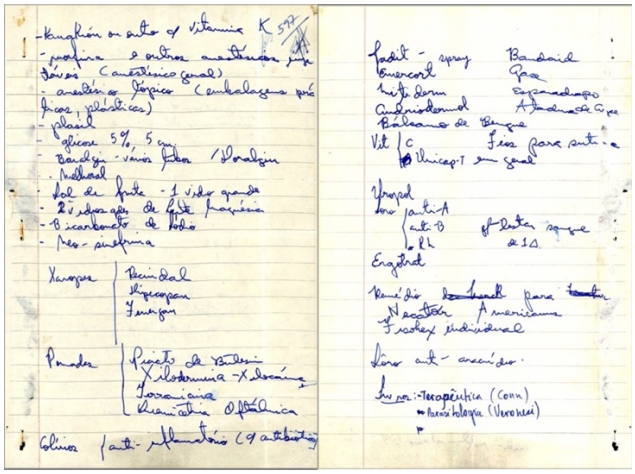
Além disso, entre alguns documentos apreendidos na casa de Henri Philippe Reichstul, que atuava como apoio da VPR, foi confiscada uma lista de remédios manuscrita, com a caligrafia de Iara.[57] Os medicamentos eram variados, incluindo anestésicos, xaropes, remédios para o estômago, anti-inflamatórios, antibióticos, soro antiaracnídeo e itens de primeiros socorros, como gaze, bisturi etc. Iara havia feito treinamento de saúde, o que justifica a elaboração da lista. A única outra pessoa escolhida para se deslocar, que havia sido treinada, era Carmen Monteiro – não por coincidência, as duas únicas mulheres.

De acordo com diversas fontes, Iara, Lamarca e outros militantes teriam se deslocado para a área ainda em 1969. Como a primeira área – onde haviam treinado Celso Lungaretti, Massafumi Yoshinaga, Yoshitane Fujimori e Carlos Lamarca no segundo semestre de 1969 – havia sido considerada insegura, a segunda área teve outra localização. Ambas ficavam no

[55] Idem.
[56] COMISSÃO da Verdade vai contestar 44 'suicídios' na ditadura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 jun. 2013, O País, p. 12.
[57] LISTA de medicamentos, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 3, fl. 597-598, p. 165-167.

município de Jacupiranga, no distrito de Cajati (atualmente município independente), no estado de São Paulo, próximo à divisa com o Paraná – por influência de Onofre Pinto, nascido na localidade. De acordo com o escritor Celso Luiz Pinho, Onofre possuía laços de amizade com parte da elite política local, de esquerda, como o prefeito Manoel Gomes de Lima, entre outros.[58]

Figura 49: Lista de medicamentos, possivelmente manuscrita por Iara, s.d.



Fonte: Arquivo STM[59]

A "área 2", dessa forma, foi instalada na região do km 250 da BR-116 (Rodovia Régis Bittencourt), no Vale do Ribeira, cujas características eram, de acordo com "Relatório da Operação Registro", de autoria do Exército:

> Montanhosa, onde se destacam as serras do Aleixo e Do Descanso. Na Serra do Aleixo nasce o Rio Capelinha, que com o Rio Jacupiranguinha formam o Rio Jacupiranga. (...) A área é coberta por vegetação densa, de alto porte e difícil permeabilidade, limitando os movimentos somente através das trilhas e picadas. A observação tanto terrestre como aérea é extremamente dificultada, o que facilita o homizio[60] no interior das matas. São abundantes, na área, bananais e palmitais, possibilitando a sobrevivência nela por algum tempo.[61]

Atualmente, não restam remanescentes materiais visíveis da ocupação dos militantes,[62] mas o local é tido como lugar de memória, com uma das cachoeiras supostamente utilizada para

[58] PINHO, Celso Luiz. *1970:* uma guerra no Vale do Ribeira. São Paulo: Ledriprint, 2016, p. 16-17.
[59] Idem.
[60] "Ação ou efeito de homiziar. [Figurado] Lugar utilizado para se esconder ou para abrigar alguém que foge à ação da justiça, esconderijo". HOMIZIO. In: *Dicionário Online de Língua Portuguesa*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3xTgm3U. Acesso em: 24 nov. 2022.
[61] MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Relatório da Operação Registro. São Paulo, 20 jun. 1970. In: ARQUIVO NACIONAL. *Protocolo n°1511/SNI/SI-Gab/70 - Relatório da Operação Registro*, 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70015755.
[62] Há, no entanto, remanescentes dos ataques das Forças Armadas na tentativa de desmantelar a área de treinamento. Alguns moradores da região guardam vestígios do que eles afirmaram serem bombas. Cf. VIGNA,

banho intitulada “Cachoeira do Lamarca”, onde ficava um busto de Carlos Lamarca. Alvo de disputas, o monumento foi retirado sem autorização pelo então secretário de Meio Ambiente do governo do estado, Ricardo Salles, em 2017; tendo sido reinaugurado por lideranças locais e de movimentos sociais em setembro de 2021, data em que o assassinato de Lamarca completou 50 anos.[63]

Ainda em 1969, no entanto, a primeira leva de militantes chegou em dezembro, conforme consta em interrogatório atribuído a Tercina Dias de Oliveira:

> Em dezembro de 1969, “Monteiro” disse à interroganda que iria levá-la para uma fazenda onde poderia criar galinhas e outros animais. Assim, foi levada para o município de Jacupiranga, juntamente com as três crianças, para um sítio, onde existia uma pequena casa construída de pau a pique. Nessa casa estavam Carlos Lamarca, a quem conheceu por “Cid”, Yoshitane Fujimori, que era tratado por “Japa” e também um senhor já de idade, que atendia por “Nícola”. (...) No sítio de Jacupiranga, a interroganda ficou conhecendo uma moça de nome “Célia”, que era amásia de Carlos Lamarca, “Cid”.[64]

Tercina era mãe de Manoel Dias do Nascimento e, portanto, sogra de Jovelina Tonello. Era conhecida como “Tia” e foi designada pela organização para morar numa casa na entrada do sítio em que o treinamento ocorreria, junto com dois netos e um filho, além do militante José Lavecchia (“Nícola”), com o objetivo de constituir uma “fachada”. “Monteiro” era Joaquim dos Santos, que atuava como motorista entre a cidade e a área.

Anne; VIANA, Natalia; LUCIANO. Napalm no Vale do Ribeira. *Agência Pública*, São Paulo, 25 ago. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3ZqAgPt. Acesso em: 28 fev. 2023.

[63] RETIRADO por Ricardo Salles, busto em homenagem a Lamarca é recolocado por movimentos sociais em SP. *ANDES Sindicato Nacional*, 20 set. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3IwvWY5. Acesso em: 25 fev. 2023. Cf. TUTUI, Mariane Pimentel; OLIVEIRA, Raoni Aratana Ferreira. “Ousar lutar, ousar vencer”: o busto de Carlos Lamarca como arte pública e patrimônio histórico de Cajati – SP. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 12, n. 2, 2018.

[64] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Tercina Dias de Oliveira. São Paulo, 25 mai. 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 3, 1979, fls. 527-532, p. 23-33.

Figura 50: Imagem aérea 3D do local estimado da área 2 de treinamento, com a atual "Cachoeira do Lamarca" no centro, 2021[65]

Fonte: *Google Earth*

Em outro momento do interrogatório, há a confirmação de que Iara havia chegado já na primeira leva: "no dia seguinte à chegada da interroganda [Tercina] ao sítio, 'Monteiro' viajou para esta capital, enquanto Lamarca, 'Japa' [Fujimori], 'Nícola' e 'Célia' foram para as matas da região".[66] Essa informação foi ratificada por Edmauro Gopfert ("Jair"), militante que participou do treinamento, em entrevista a mim: "com certeza [Iara chegou] antes de mim. Eu cheguei no comecinho de janeiro, ela deve ter ido entre dezembro e novembro, por aí".[67]

Nota-se que Iara adotou outro codinome, "Célia", abandonando "Cláudia". Essa prática era comum: para garantir a segurança, os militantes usavam diferentes codinomes para diferentes grupos, ou ainda iam trocando-os com o passar do tempo, para evitar serem identificados. Entre documentos apreendidos na casa de Ladislau Dowbor, em abril de 1970, constava um bilhete sem identificação de autoria, mas que parecia ter vindo de alguém que estava preso. Na anotação se lê que, entre outros codinomes, "Cláudia" estava na lista de pessoas procuradas pela repressão.[68]

---

[65] Na imagem, notam-se alguns espaços em que a vegetação está mais baixa, como na região mais próxima à BR-116. Essas áreas têm sido usadas para pasto nas últimas décadas, mas já são alvo de reflorestamento. Cf. Vídeo da ONG "Iniciativa Verde" no *Facebook*, 31 jan. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3Z2EwF9. Acesso em: 25 fev. 2023.

[66] Idem.

[67] GOPFERT, Edmauro. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 1 out. 2020. 1 arquivo de áudio, 55'10", acervo pessoal.

[68] A íntegra do bilhete, segundo o que consta no Arquivo Público de São Paulo: "Juquiá: insistiram muito. Sabem quem participou de Congresso VPR de abril, Conferência de Fusão e Congresso Nacional. Sabem: Banco E.S.P. (segundo), Banco da América (rua Jumana), Banco da América (rua Orfanato), Quartel de São Caetano. Repressão

Além de fachada, a sede em que "Tia" morava, funcionava como "área de recepção", ainda segundo relato de Edmauro:

> Esse sítio foi comprado para servir de área de chegada, então tudo que chegava da cidade, chegava no sítio. Quem trazia era o "Monteiro". (...) Chegava na casa da "Tia", que era uma casinha, uma geladeira a gás, tinha soro antiofídico, tinha feijão, que ela cozinhava também. A gente não fazia na base, mas ela fazia. Ela era boa para fazer feijão. E tinha dois ou três que carregavam as mochilas e iam para base. E aí ficava ela e o Zé Lavecchia, como se fosse um casal.[69]

Os outros recrutados foram chegando aos poucos, até meados de fevereiro, formando-se um grupo completo de 19 militantes adultos, além das três crianças na fachada. Todos foram divididos em duas bases – que receberam nomes de companheiros assassinados, "Carlos Roberto Zanirato" – coordenada por Darcy Rodrigues – e "Eremias Delizoicov" – coordenada por Yoshitane Fujimori – e na sede ficavam "Tia" e as crianças. O complexo todo recebeu o nome de "Núcleo Marighella" e era comandado por Carlos Lamarca.

De acordo com fala referida como de Iara no *Caderno Jaraguá*, ela teria ficado na casa de "Tia" até a chegada de José Araújo de Nóbrega e Ariston Lucena, por volta do dia 7 de janeiro:[70]

> Além de ter a capacidade, vindo para cá, ficou antes do treinamento em casa de "Tia", só começou adaptação com vinda de "Alberto" e "Rogério". Na vinda para cá, sentiu muita dificuldade e se sentiu responsável; observada, criou grande preocupação; sentiu-se checada. A piramba[71] em si, a lama, chocou-a muito e achou que nunca conseguiria se ambientar. Possibilidade de generalização indevida, na sua não superação física. Ficou parada de dois a três dias, absolutamente tensa, sem conseguir fazer caminhada.[72]

Interessante notar que Iara parece chamar a atenção para a generalização do comportamento e da adaptação de mulheres na guerrilha, a partir de seu desempenho individual: "possibilidade de generalização indevida, na sua não superação física". A respeito da

---

faz 'levantamento em leque' desde o norte de Minas até o Maranhão. Nomes procurados: 'César', 'Juvenal', 'Cláudia', 'Tânia', 'Olga', 'Lia' e 'Lira'. Sargento Pitoli preso na Fortaleza Itaipu. Está bem. 'Silvio', 'Maciel' e 'Mário Japa'. Foque não era muito atuante. Nunca fez nada. Mariane abriu Capitão do 4° R.I. e Ten. Uchoa. Celso abriu tudo / Cláudia. Alan não caiu. Nomes de presos estão sendo levantados (bom comportamento)". APESP. *Material apreendido no 'aparelho' de Ladislas Dowbor (...), à rua Abílio Soares, 153, em 21 de abril de 1970.* Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-5671.

[69] Idem.

[70] Em interrogatório atribuído a Ariston Lucena: "O interrogando aceitou em ir para o campo e no dia 7 de janeiro do corrente, foi levado por Joaquim dos Santos, vulgo 'Monteiro', para a área de treinamento de guerrilhas, juntamente com José Araújo da Nóbrega. (...) Ao chegar na área, o interrogando e José Araújo da Nóbrega encontram Carlos Lamarca, vulgo 'Cid', Yara Yavelberg, vulgo 'Celia', e Yoshitane Fujimori, sendo que posteriormente foram chegando outros elementos (...)". DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Ariston de Oliveira Lucena. São Paulo, 1 out. 1970. In: STM. *Apelação 39.100*, São Paulo, 1979, v. 2, fls. 341-355, p. 329-357.

[71] "Subida muito íngreme, de difícil acesso (possivelmente com muitos buracos, pedras, areia e não asfaltada)". PIRAMBA. In: *Dicionário Informal*, 15 abr. 2010. Disponível em: https://bit.ly/3Y89b2D. Acesso em: 28 fev. 2023.

[72] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.

dificuldade de aclimatação inicial, Darcy Rodrigues se recordou: "a chegada de Iara foi traumática. Era uma mulher citadina, urbana, nunca tinha tido contato com o campo. Eu não assisti, mas durante três dias ela passou um pavor extraordinário – o clima, a vegetação, os bichos, a estação era de chuvas. Os companheiros diziam que ela não saía da rede para comer".[73] Esta memória é mais uma evidência que confirma a veracidade do *Caderno Jaraguá*.

Tabela 3: Participantes da área de treinamento da VPR no Vale do Ribeira

Base	Nome	Codinome	Idade	Origem
Comando Geral	Carlos Lamarca	Cid	32	GB
Base Zanirato	Antenor Machado dos Santos	Eduardo	22	RS
	Darcy Rodrigues	Léo	28	SP
	Delci Ferstenseifer	André	25	RS
	Gilberto Faria Lima	Carlos	24	SP
	Herbert Eustáquio	Daniel	23	MG
	Iara Iavelberg	Célia	25	SP
	José Lavecchia	Nícola	50	SP
	Mario de Bejar Revollo	Emiliano	44	La Paz, Bolívia
	Valneri Neves Antunes	Átila	30	RS
Base Eremias	Ariston Lucena	Rogério	18	SP
	Carmen Monteiro	Patrícia	29	SP
	Diógenes Sobrosa de Souza	Araújo	25	RS
	Edmauro Gopfert	Jair	19	SP
	Roberto Menkes	Dino	18	GB
	José Araújo de Nóbrega	Alberto	31	SP
	Ubiratan de Souza	Gregório	21	RS
	Yoshitane Fujimori	Antenor	25	SP
Sede	Tercina Dias de Oliveira	Tia	55	PE
	Luis Carlos Max do Nascimento	--	6	SP
	Samuel Dias de Oliveira	--	8	GB
	Zuleide Aparecida do Nascimento	--	4	SP

Fonte: Elaboração da autora

Como mencionado por Darcy, os militantes dormiam em redes nas bases. Estas, por sua vez, conforme as memórias de Edmauro, eram organizadas da seguinte forma: "numa parte x da base havia umas madeiras de mato para servir de prateleiras, um toldo verde de nylon, uma fogueirinha para fazer alimento e em volta ficavam as redes de dormir. Essas redes eram as

[73] RODRIGUES, s.d., op. cit.

redes dos paraquedistas brasileiros."[74] De acordo com ele, tais redes haviam sido aperfeiçoadas por "Tia": "[ela] costurou umas cabaninhas para a gente, ficaram ótimas. A gente dormia nessas redes. (...) As redes ficavam mais ou menos distribuídas de forma a proteger a base".[75]

Darcy Rodrigues também recordou: "dormíamos todos juntos, em redes. Distribuídas mais ou menos em círculos. Eram redes muito confortáveis. Se fechavam. Eram quase um quarto suspenso. Tinha teto, mosquiteiro, espécie de guarda-roupa debaixo da rede. Dava para trocar de roupa dentro".[76] A Herbert Eustáquio, Iara teria confidenciado:

> (...) que [na] primeira noite que chegou, ela não conseguiu dormir. A gente faz ideia do mato como uma coisa silenciosa. Mas isso sem a gente ver que é uma intensidade de barulho absolutamente indescritível. A noite inteira é um barulho espantoso de insetos, bichos, voos, galhos que quebram, pedras que caem, o rugir da água, de ecos. Tudo isso faz um barulho muito impressionante. Ela disse que não conseguiu dormir [nas] primeiras noites, ela tinha sido acostumada ao silêncio.[77]

Como nem todos os militantes chegaram na mesma data, a segunda base foi constituída apenas em meados de março e ficava "a mais ou menos meia hora de marcha" da primeira.[78]

Roberto Menkes ("Dino") relatou que os militantes costumavam dormir vestidos:

> Dormíamos com a mesma roupa do dia, em caso de alerta ninguém teria tempo de trocar o pijama. Só tirávamos as botas, que deixávamos em cima do banquinho e o boné, que colocávamos como uma tampa em cima das botas, bem tapadas para impedir a entrada de cobra ou aranha durante a noite e evitar surpresas desagradáveis ao calçá-las de manhã. Dormir vestido também facilitava cumprir o turno de vigilância noturna, duas horas cada um, num esquema de revezamento do qual ninguém era isento.[79]

As refeições principais eram o almoço, às 6 da manhã, e o jantar, às 6 da tarde. De acordo com Ubiratan de Souza ("Gregório"), isto ocorria para que a fogueira pudesse ser acessa na parte da manhã, quando havia neblina, e a fumaça não chamasse a atenção.[80] Darcy Rodrigues complementa que o "lusco-fusco", ou crepúsculo, também ajudava a disfarçar a fumaça.[81]

Em interrogatório atribuído a Ariston Lucena consta que "se alimentavam com pasta de fígado, arroz integral, carne seca, bacon, lombo, leite ninho, Nescafé, feijão, linguiça enlatada,

---

[74] Darcy Rodrigues relatou: "as redes foram outra ousadia nossa. Nós fomos na fábrica de redes do PARA-SAR [Paraquedistas, *Search and Rescue*] e compramos, em Niterói. São apropriadas para o campo. (...) Consegui corromper um burocrata da fábrica, levei credencial de uma casa de caça e pesca do interior e comprei todo equipamento. Eram redes muito boas, de náilon, dobradas num estojo apropriado pesavam 400g e uns 14x28,4 cm. Muito práticas". Idem.
[75] GOPFERT, 2020, op. cit.
[76] RODRIGUES, s.d., op. cit.
[77] CARVALHO, s.d., op. cit.
[78] GOPFERT, 2020, op. cit.
[79] MENKES, Roberto. Ribeira. In: FERRER, Eliete (org.) *'68, a geração que queria mudar o mundo*: relatos. Brasília: Comissão de Anistia, 2011, p. 332
[80] SOUZA, U., 2021, op. cit.
[81] RODRIGUES, s.d., op. cit.

chocolate, azeite, farinha de soja e de mandioca, lentilha, palmito, broto de bambu, todos abundantemente; que desses alimentos, os que mais se destacavam eram: arroz integral e pasta de fígado pelo fato de terem bastante calorias".[82] Além disso, cada base tinha dois caçadores: "saíamos à tarde, matávamos algum uru, macuco, inambu, pássaros grandes, tamanho de galinha, para melhorar a comida".[83]

Para o preparo da comida, os militantes se dividiam em turnos para exercer duas funções: o "foguista", responsável por acender a fogueira de preparação dos alimentos, e o cozinheiro. Darcy Rodrigues relatou:

> O pessoal encarregado da alimentação levantava mais cedo, preparava o arroz e feijão ou o que tivesse. Era uma escala diária. Em vez do café normal, era uma refeição pesada. Iara participava ativamente dessa atividade. No dia em que era a escala dela, ela preparava a lenha na véspera, para ter lenha seca no dia seguinte quando fosse hora de fazer o fogo.[84]

Iara costumava pegar turnos com Herbert Eustáquio ("Daniel"): "o foguista, que acordava mais cedo para fazer o fogo, e o cozinheiro, para fazer comida. Quando a gente ficava junto, eu ficava como foguista e ela como cozinheira, porque eu detestava cozinhar, cozinho muito mal, e fazia o fogo para ela. Foi o trato que a gente teve".[85] Conhecido como "Herbert Daniel", este militante se tornou um dos mais próximos a Iara durante o treinamento. Advindo do movimento universitário, conhecido dela da época da fusão dos Colina com a VPR e pessoa com quem cruzava em congressos e reuniões, Herbert foi seu confidente e defensor diante das críticas dos outros militantes da área.

Entre as principais refeições, os participantes do treinamento faziam apenas um lanche, por volta do meio-dia, conforme recordou Ubiratan: "a gente comia palmito e de vez em quando uma lata de leite condensado passava de mão em mão para dar um pouco de energia até chegar à noite".[86] Darcy complementa: "tomávamos o lanche – café com pão, mandioca cozida, uma fruta. O pão era esporádico. Normalmente era toddy, fruta da região, ou mandioca ou farinha de mandioca. Só".[87]

As condições de higiene eram precárias. As necessidades fisiológicas eram feitas em buracos abertos na hora, com o facão que cada um possuía; segundo Menkes: "papel higiênico

[82] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/1, do dia 16 para 17 de setembro de 1970, das 2200 às 0500 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139.
[83] RODRIGUES, s.d., op. cit.
[84] Idem.
[85] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[86] SOUZA, 2021, op. cit.
[87] RODRIGUES, s.d., op. cit.

ou folha vai para dentro do buraco que em seguida é tapado. A preocupação era menos pela higiene do que com deixar pistas".[88] O banho também era uma questão, como relatou Darcy Rodrigues:

> O banho não era muito obrigatório – muito frio, umidade. (...) Eu dizia que tomar banho não era muito bom, porque abria os poros e suava muito nas marchas. [Iara] dizia que era a teorização da sujeira, os poros que fiquem para lá. Só notava como éramos sujos quem vinha da cidade, que não suportava ficar perto da gente [ri muito]. Era para valer. Lamarca entrava na brincadeira, dizia: "já vi muita gente morrer afogado, mas ninguém de sujeira. Então, tomar banho não é obrigado, cada um toma de acordo com sua definição ou necessidade".[89]

Roberto Menkes fala que tomava banho uma vez por semana;[90] Edmauro Gopfert, por sua vez, não especifica a periodicidade, limitando-se a dizer: "a gente ficava sem tomar banho um tempão. No começo, o cheiro era de suor, depois passava cheiro de cavalo, quando começava a cheirar a urina, aí era uma tragédia, mas a gente não sentia muito".[91]

Iara, que valorizava muito o autocuidado, fazia questão de tomar banho todos os dias. Herbert Daniel recordou:

> Ela tinha um cuidado e uma preocupação de todos os dias de manhã levantar e ir tomar banho. Ela levantava meia hora antes de todo mundo, 4h30 da manhã, e descia o barranco todo e ia tomar banho. Lavar, escovar os dentes, coisas que nós não fazíamos. Lavava roupa, lavava roupa de baixo, coisas que nós não fazíamos.[92]

Ainda que fosse uma prática individual, para a qual ela se programava à parte das atividades coletivas, o hábito incomodava os outros militantes. Edmauro afirmou: "ela era chata... Ela vinha assim, uma das pouquíssimas vezes que eu lembro, [rindo] 'olha, pessoal, eu vou descer pro rio, tá?'".[93] Roberto também é incisivo:

> Era uma das coisas que mostrava a origem dela. 'Pequeno burguesa', que era o termo que a gente usava. As origens 'pequeno burguesas' dela. Eu me lembro da história do banho, que ela gostava de tomar banho. E que... Era frescura, né. Para a gente era frescura [risos]. Se a regra era fazer assim, por que vai fazer de outra forma? É frescura.[94]

Contraditoriamente, Herbert se lembrou de um fato que o marcou:

> Um companheiro do Rio Grande do Sul, de origem polonesa, ele perseguia muito [Iara]. Uma vez ele falou comigo, assim, que ele não tolerava ela, que ele achava ela uma mulher chata, possessiva, mole. E foi uma coisa muito chocante para mim: "ela cheira muito mal". Curioso, porque todos nós cheirávamos terrivelmente mal, quase não tomávamos banho.[95]

[88] MENKES, 2011, op. cit., p. 335.
[89] RODRIGUES, s.d., op. cit.
[90] MENKES, 2023, op. cit.
[91] GOPFERT, 2020, op. cit.
[92] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[93] GOPPFERT, 2020, op. cit.
[94] MENKES, 2023, op. cit.
[95] CARVALHO, H., s.d., op. cit.

Ainda sobre vaidade, Maria do Carmo Brito recordou ter sido contatada por Iara, mesmo enquanto estava na cidade: "depois disso, meu contato com a Iara foi porque ela pedia para eu mandar os creminhos. Lá para dentro, lá para o Vale. Sentia saudade, escrevia. Acho que mandei uma vez".[96] Herbert acrescenta:

> Durante o tempo que ela esteve, era muito engraçado, ela tinha um espelho. Andava com o espelho no bolso. Um espelho desses de pó compacto. Ela se olhava, "meu Deus, como estou feia". Ela era muito bonita, né? Muito vaidosa. "Imagina o que virou a minha cara". A gente vivia assim. Era monstruosa a quantidade de mosquitos que mordiam a gente. A gente ficava com os traços muito inchados, as orelhas ficavam para a frente, os olhos meio fechados, a pele muito marcada. Era muita cicatriz de mordida de mosquito. Ela também, o rosto bastante atrapalhado. Bastante marcado. Ela brincava muito com isso. "Minha beleza, tanta coisa que eu fiz para fazer essa pele ficar bonita, olha o que virou". Isso bem *petit comité* [intimamente] comigo. Ela brincava comigo, mas ela tinha muito cuidado.[97]

Darcy Rodrigues, em entrevista, trata deste tema:

> **E:** Ela era muito vaidosa.
> **D:** Demais. Olha, eu criticava a Iara quando ela tentava sufocar essa parte. Eu dizia: "Iara, você tem que ser autêntica. Então, se você quiser passar seu batonzinho para descer da sua rede, pelo amor de Deus, faça, porque isso aí vai nos agradar. É muito mais importante que você tenha esse tipo de manifestação espontaneamente".[98]

Ressalto, porém, que apesar de ter feito essa fala décadas depois, Darcy era um dos mais ferrenhos críticos de Iara não só no treinamento,[99] mas na época como um todo, conforme analisarei adiante.

Nenhum dos relatos menciona o comportamento de Carmen ("Patrícia") neste aspecto. Talvez um texto de sua autoria a respeito da vaidade "feminina" dê pistas do motivo:

> [As mulheres] vivem na impossibilidade de serem donas de sua própria vida, e isso atinge a todas as classes: alta, média e pequena burguesia, proletária e camponesa. Enquanto meninas encontram seu mundo povoado de mistérios, medos e tabus reservados especialmente para elas. Crescendo, passam a viver por trás de uma frágil cortina florida, porém invidável [sic] da feminilidade burguesa, e esta também atinge todas as classes, pois é a ideologia das classes dominantes. Agora, mais do que nunca, atingir toda as camadas evoluiu, devido aos meios de propaganda que chegam a todos os lugares, com novelas de TV e revistas em quadrinhos. Encontrei, no interior do Nordeste, camponesas de minissaia, apesar da moral medieval, e que sabiam de cor e salteado a vida de artistas da TV.[100]

---

[96] BRITO, s.d., op. cit.
[97] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[98] RODRIGUES, Darcy. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 1°6'59". Acervo VIDECOM.
[99] Herbert Daniel relatou: "uma coisa que eu ficava impressionado era que o Darcy era um cara gentil com todo mundo. Com ela particularmente, ele era de uma intolerância absurda. Ele encrespava a voz quando ela falava. A reação era essa quando ela abria a boca para falar numa reunião. Era muito violenta mesmo, minucioso mesmo, de ódio...". Na mesma linha, Maria do Carmo contou: "eram os mais ardorosos anti-Iara, os tampinhas. Darcy principalmente". CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[100] PATRÍCIA. [ilegível] na guerra revolucionária. s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 7, fls. 1744-1745, p. 347-350.

O que fica evidente é que o incômodo, mais uma vez, tinha matriz nas relações de gênero, com a direta associação entre a "feminilidade" e a questão de classe – como Roberto deixa transparecer em sua fala, "era uma das coisas que mostrava a origem dela". Deve-se levar em conta que, apesar de a VPR ser uma das organizações mais heterogêneas do ponto de vista socioeconômico, alguns dos participantes do treinamento não possuíam origem social tão diferente da de Iara; ao menos, ela não era a única advinda do movimento estudantil universitário e da classe média: o próprio Roberto Menkes, Herbert Eustáquio e Carmen Monteiro a acompanhavam.

Além disso, a postura de Iara parecia fortalecer os mitos de que mulheres não deveriam participar da coluna guerrilheira. Afora a "tensão sexual", alguns utilizavam justificativas de ordem biológica para fundamentar suas posições, como compartilhou Maria do Carmo: "diziam que [mulher] não podia ir para guerrilha, porque não podia entrar na água quando estivesse menstruada. Na hora que passasse um rio, a coluna passava e as mulheres ficavam".[101] Outros relatos indicam que havia a crença de que o sangue deixaria marcas no rio, o que poderia denunciar a localização da coluna para as Forças Armadas. Nesse sentido, ainda que se tratasse de um treinamento, o asseio de Iara parecia representar risco de atraso, devido a "luxos" completamente dispensáveis para o guerrilheiro, másculo por excelência.

Outro elemento que se observa na fala do companheiro gaúcho, recordado por Herbert Daniel, é a ideia de que Iara seria "possessiva", referindo-se possivelmente a Lamarca. Impressões similares aparecem em outras fontes. O próprio Herbert deu sua visão sobre o contexto: "os caras, eles pensavam muito nela como roubando, de uma certa forma, uma certa essência do comandante, partilhando da intimidade, alguma coisa...".[102] No interrogatório atribuído a Ariston Lucena, há um relato semelhante:

> Logo de início (...) houve sério desentendimento entre José Araújo [de] Nóbrega ("Alberto") e Carlos Lamarca ("Cid"), pois "Alberto" não concordava com o problema de Lamarca ser amásio de Iara Iavelberg ("Cláudia"), pelo fato de "Cid" ser casado e não manter o devido respeito para com a família e mesmo [com] a organização.[103]

Mesmo que supostamente afirme que o conflito tenha ocorrido logo de início, antes mesmo da chegada de todos os militantes à área, o *Caderno Jaraguá* dá indícios de que tenha permanecido até as últimas semanas de treinamento, entre fins de março e início de abril. Em

[101] BRITO, s.d., op. cit.
[102] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[103] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/1, do dia 16 para 17 de setembro de 1970, das 2200 às 0500 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139.

uma das reuniões de "crítica e autocrítica", Alberto teria dito: "com relação à Célia: achava que o Cid deveria ser 'imaculado'".[104] Apesar de ter sido aparentemente superado nas conversas, este problema retornaria outras vezes, como evidenciarei mais à frente.

Retornando à rotina diária, Edmauro recordou que todos se encontravam na primeira base, considerada a principal, para a realização de algumas atividades coletivas, como aulas de tiro, montagem e desmontagem de armamento, topografia, leitura de mapas etc.[105] Segundo interrogatório atribuído a Ariston Lucena ("Rogério"), "as aulas de topografia eram dadas por 'Cláudia' e de armamento por 'Cid'; além dessas aulas, havia discussões de caráter político. (...) Não era estabelecido horário certo para aulas, sendo que esporadicamente Lamarca ministrava suas aulas, como também 'Cláudia'".[106] A respeito das aulas de topografia, Ariston teria apontado ainda que "eram apenas teóricas, que se baseavam em orientação por meio de bússola, mapas, conhecimento de terreno etc.".[107]

Lucena também explicita que as armas utilizadas nos treinamentos eram FALs, metralhadoras INA e fuzis Mauser 1908, afirmando que no treinamento "com essas armas, os elementos que mais se destacaram foram 'Patrícia', que em 15 tiros de FAL acertou 12 moscas, e Iara Iavelberg, que também acertou várias vezes a mosca".[108]

As discussões teóricas em si, contudo, ocupavam pouquíssimo tempo dos militantes, mais dedicados às atividades práticas de fato. Darcy Rodrigues rememorou:

> Aos sábados e domingos tinha caçadores e nós tínhamos que nos resguardar. Então, deixávamos para esses dias as questões teóricas. Tirávamos alguns para a segurança, fora do acampamento, e o grosso ficava com as aulas teóricas, as bases juntas. Normalmente, quem ficava encarregado de preparar os assuntos eram Herbert Eustáquio ou Iara, se eram clássicos.[109]

Darcy também tratou do esquema para a comunicação com o "mundo externo" e o recebimento de notícias e insumos: "no Vale chegava comunicação, que era diária, duas vezes por dia, entre a casa e as bases na montanha. Tínhamos transmissores potentes, havia linguagem pré-fixada. Para apanhar material ou gente".[110] Isto porque alguns militantes visitavam a área para conversar sobretudo com Lamarca, dando informes sobre a situação nacional e

[104] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.
[105] GOPFERT, 2020, op. cit.
[106] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/1, do dia 16 para 17 de setembro de 1970, das 2200 às 0500 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139.
[107] Idem.
[108] Idem.
[109] RODRIGUES, s.d., op. cit.
[110] Idem.

internacional. Foi o caso de Chizuo Osava, "Mário Japa", que havia sido enviado pela organização para fazer treinamentos de guerrilha na Argélia e em Cuba e, ao retornar, foi até o Vale informar o ex-capitão.[111] Maria do Carmo Brito e Ladislau Dowbor, ambos do comando, também foram à região.[112]

Outro militante importante foi Joaquim Câmara Ferreira, de codinome "Toledo", comandante da ALN após a morte de Marighella, como consta em interrogatório atribuído a Ariston Lucena: "Lamarca falou [tanto] ao depoente como aos demais da presença de 'Toledo' àquele local, porém não esclareceu o assunto abordado entre ambos, mas sabe que foi sobre política de Frente".[113]

A ida de "Toledo" ao campo pode ser, também, um indicativo do planejamento apressado de uma ação conjunta da Frente: a captura do cônsul-geral do Japão no Brasil, Nobuo Okuchi. Isto ocorreu porque "Mário Japa", que tinha conhecimento da localização da área, fora preso após um acidente de carro, na madrugada do dia 27 de fevereiro.

Após tomarem conhecimento da "queda" do companheiro, algumas mudanças foram feitas na área, como a desativação da casa onde "Tia" morava com as crianças, que foram transferidas para um aparelho alugado na cidade litorânea de Peruíbe.[114] José Lavecchia seria incorporado ao treinamento, mas apenas depois de retornar de São Paulo, aonde foi para acompanhar Lamarca, que se deslocou para a capital para a execução da captura do diplomata.[115]

---

[111] OSAVA, 2020, op. cit.

[112] BRITO, s.d., op. cit.; DOWBOR, s.d., op. cit.

[113] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/1, do dia 16 para 17 de setembro de 1970, das 2200 às 0500 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139.

[114] CARVALHO, 1998, op. cit., p. 154.

[115] Transcrevo aqui informações adicionais de autoria do jornalista Celso Pinho – para as quais, no entanto, ele não cita fontes, por isso, para confirmá-las e analisá-las, seria necessário um trabalho de cruzamento de fontes, que ultrapassa os limites desta tese: "No dia seguinte ao do sequestro, Lamarca e Lavecchia, deixando o campo de treinamento sob comando de Darcy Rodrigues ('Alberto' lembrou que nesse espaço de tempo os alunos permaneceram em 'posição de combate', prontos à resistência em caso de invasão) e trazidos por 'Monteiro', vieram de Jacupiranga a São Paulo, com o objetivo do ex-capitão contatar Dowbor e exigir deste para que se apressasse na realização de uma operação de libertação (ao que parece, o chefe guerrilheiro ignorava que o sequestro já havia sido realizado no dia anterior). Antes, Lamarca teve um encontro com um velho conhecido, o ex-major do Exército Edie Carlos Castor da Nóbrega, do qual o comandante guerrilheiro, por diversas vezes, indicou para ser o chefe do Setor de Inteligência da VPR (não vamos nos esquecer que, em 1969, Lamarca conduziu José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, o 'Roberto Gordo' para a casa do major a fim de ser medicado, uma vez que este foi ferido no tiroteio travado entre policiais do DEOPS e membros da VPR no caso da Gráfica Urupês). Conquanto não pertencesse à VPR, Edie, oficial passado para a reserva por força do AI-1, sabia das atividades de Lamarca desde os tempos de caserna e se mostrou preocupado com a segurança do ex-capitão, achando, inclusive, que ele não deveria ficar circulando pela cidade, vez que por aqueles dias, os diversos órgãos de segurança estavam em estado de alerta máximo". PINHO, 2016, op. cit., p. 70-71.

Pelos acordos viabilizados pela Frente, a ação foi executada pelo "Comando Antônio Raymundo Lucena", em homenagem ao militante da VPR assassinado pelas forças repressoras,[116] composto com Eduardo Leite, Fernando Kolleritz e Denise Peres Crispim (Rede); Ladislau Dowbor e Liszt Vieira (VPR); Devanir José de Carvalho (MRT), entre outros. O cônsul foi capturado no dia 11 de março e liberado no dia 16, após cinco presos políticos e três crianças terem sido enviados para o México.[117]

De acordo com o jornalista Celso Pinho, Lamarca retornou à área após o sucesso da ação, porém seu regresso teria sido marcado por um clima de desavenças e insatisfações entre os militantes do treinamento: "para tentar solucionar o problema, realizaram-se sessões de crítica e autocrítica, que se estenderam até o início do mês de abril".[118]

Algumas dessas insatisfações tinham relação com "Célia" e suas dificuldades de ordem física na modalidade mais importante do treinamento: as marchas. Estas parecem ter sido o principal treino diário, recordado por todos os ex-participantes. A organização distribuiu, provavelmente no período que antecedeu a chegada dos militantes à área, um documento sobre as táticas para a marcha guerrilheira, no qual esclarecia as medidas a serem tomadas antes, durante e depois do procedimento, considerando um contexto de guerrilha implementada. Em "Medidas a tomar durante a realização da marcha" consta:

> Nunca se fala em voz alta no campo, a 40 ou 60 metros se pode ouvir uma conversação normal. A tosse se percebe a mais de 70 metros. (...) Cuidado com o caminhar, nunca pisar [em] galhos secos. Não permanecer mais de um dia no mesmo lugar. Nunca deixar rastros. Fazer as necessidades fisiológicas fora do caminho e enterrá-las.[119]

Há também o campo "Distância na marcha", que explicita:

> Normalmente, deve-se caminhar a 5 metros um do outro, de dia. Em caso de bombardeio aéreo, de 15 a 20 metros. Em lugar descampado, a 10 metros. À noite, o mais próximo possível um do outro, como que de mãos dadas. Também podemos ir unidos por uma corda, a fim de evitar perder-nos. Marchar sempre à frente com uma vanguarda; no centro vai o grosso da tropa e a chefia; depois, a retaguarda.[120]

Era justamente nesta modalidade que Iara apresentava as maiores dificuldades. Darcy Rodrigues recordou: "Iara tinha a dificuldade natural de uma pessoa não preparada para aquele tipo de atividade. No início, se atrasava nas marchas. Era difícil tê-la no meio da coluna, no

---

[116] Cf. ANTÔNIO RAYMUNDO LUCENA. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/40slCb9. Acesso em: 15 mar. 2023.
[117] Foram eles: Chizuo Osava, Otávio Ângelo, Diógenes de Oliveira, Madre Maurina Borges e Damaris Lucena, com seus três filhos menores. Para mais detalhes sobre a conjuntura desta segunda ação de captura de diplomatas, cf. LUIZ, Juliana Ramos. A ditadura civil-militar diante da crise: os sequestros de diplomatas no Brasil e a análise do processo decisório em política externa. *NEIBA*, Rio de Janeiro, Dossiê Regionalismos - SIMPORI 2014, v. 4, n. 1, ago. 2015, p. 38.
[118] PINHO, 2016, op. cit., p. 74.
[119] TÁTICA: marcha guerrilheira, s.d. STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 6, fl. 1463-1486, p. 235-281.
[120] Idem.

início. Então, a colocávamos na frente ou atrás".[121] Neste mesmo sentido, Ubiratan de Souza afirmou:

> A dificuldade da Iara de marchar na montanha, porque nós estávamos... A Serra do Mar é um negócio... É mato fechado, cada um de nós tinha que ter um facão para tu poder... Qualquer marcha que fizessem para um local que nós não *tinha* passado antes, tem que abrir, porque tu não consegue passar. Cipó? É tudo armado de cipó. Então tu imagina. A Iara, uma moça da cidade, tinha uma dificuldade enorme para marchar ali. Mas tirando isso, ela se esforçava muito e nunca se queixava. Ela se esforçava. Não reclamava.[122]

Herbert Eustáquio concorda: "olha, era lenta mesmo. Tinha os gestos muito estudados, ela era uma pessoa de posturas, cheia de jeito de dizer, maneirismos, tal. Ela até falava, 'eu sou muito bicha'".[123] No *Caderno Jaraguá*, "Alberto" afirmou em autocrítica que "tinha problemas com o aspecto físico da companheira".[124] Iara também refletiu sobre seu comportamento, embora com ressalvas:

> Desde [o] início, *todos foram recebidos com discursos sobre adaptação, [mas] ela não teve*. Procurou ir superando, subindo piramba, companheiros faziam em tempo rápido. Reconhece que não se esforçou para superar, e hoje talvez estivesse em condições melhores. Treinamento: de fato assumia e assume limitações, mas, não [se] esforçou como deveria; *prevenções por alguns assumidas*, e a impediu na superação. *Vê grande dificuldade de atuar em situações adversas*, ainda não superou a necessidade de ajuda, superar situação adversa. Situação adversa ajudada pelo não esforço suficiente.[125]

Observando os trechos destacados, nota-se que "Célia" menciona mais de uma vez uma suposta resistência dos outros participantes do treinamento para com ela. Em seu julgamento, estas objeções, aliadas a um suposto comodismo de sua parte para superar as dificuldades físicas, a impediram de se adaptar. Ela não cita exatamente como ou por que não teria "se esforçado" o suficiente para ultrapassar os obstáculos, mas, em outro trecho, pode-se ter uma pista sobre a que ela se referia: "enfrentou problemas de vida, de alguém que sempre viveu bem. (...) Tendo em vista a heterogeneidade do grupo, constata até a falta de habilidade manual. Coletivo adverso. Poderia ter atuado melhor nele. É um problema para os outros, como os outros [são] para ela".[126]

Sua fala evidencia alguns elementos interessantes. O primeiro deles é a constatação de que ela advinha de uma classe superior à dos demais militantes, "alguém que sempre viveu bem". Esta reflexão está presente nas memórias de Herbert Daniel. Contrariando as orientações de segurança da organização, diante da afinidade e do grande tempo que passavam juntos na

[121] RODRIGUES, s.d., op. cit.
[122] SOUZA, 2021, op. cit.
[123] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[124] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.
[125] Idem, grifos meus.
[126] Idem.

área, Iara compartilhou com ele fragmentos de sua vida pessoal, como suas perspectivas sobre as condições socioeconômicas de sua família: "[ela] falava com carinho dos pais. Gente muito rica. Ela falava 'o pessoal da minha família é rico'. 'Você deu sorte de ser rica. Há sempre uma vantagem'. 'Nem sempre, nem sempre'. E ria. Contava da família dela, riam de gente com dinheiro".[127]

Conforme o que venho demonstrando até aqui, a família Iavelberg estava longe de ser "gente muito rica". Eram proprietários de um pequeno comércio, sem funcionários, que os próprios administravam e trabalhavam como vendedores. Posteriormente, investiram em alguns imóveis, passando a viver da renda obtida nos aluguéis.

Minha hipótese é que Iara tenha incorporado a narrativa de "riqueza" de sua família a partir de três fatores: a convivência, na clandestinidade e mesmo no treinamento, com pessoas das camadas mais baixas – sobretudo aqueles militantes advindos do movimento operário, como Jovelina e Manoel, e os originários das Forças Armadas, como o próprio Lamarca; por meio dos debates e estudos da realidade social da população brasileira que a organização promovia. É possível que tenham ficado marcados, para Iara, os contrastes socioeconômicos, levando-a a enxergar sua origem como próxima da riqueza, diante da miséria; c) como forma de explicar e justificar seus gostos, sua vaidade e o fato de ter tanta habilidade nas funções tidas como "femininas", tais como cozinhar, lavar, passar etc.

Herbert Daniel, logo depois de narrar essa lembrança, recordou do fato de Iara ter pensado que ele era judeu: "ela falou de ser judeu no Brasil. Ela estava achando que eu era judeu, e eu falei que não era. Ela falou da organização da família, dos traumas a partir da guerra, o negócio da mãe dominadora, a forma como cria a filha e o filho".[128] Não parece acaso que essas duas memórias venham juntas na fala de Herbert; a partir da menção ao judaísmo, pode-se problematizar um fator que deve ter contribuído para a ideia "generalizada" entre os companheiros de que Iara vinha de família rica: o estereótipo de que judeus são sempre abastados economicamente.

A generalização não leva em conta a explicação histórica para a relação tão estreita entre judeus e dinheiro: devido às perseguições às quais foram submetidos ao longo dos séculos, objetos pequenos, como joias e dinheiro vivo, eram os únicos bens que eles, muitas vezes em situação de fuga, conseguiam carregar escondidos em suas vestes.[129]

---

[127] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[128] Idem.
[129] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Diez mitos sobre los judíos*. Madrid: Cátedra, 2016, p. 75. Para análise específica de tais condições ao longo da história, cf. ATALLI, Jacques. *Os judeus, o dinheiro e o mundo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Colocando-se à parte este componente específico, se ela realmente compartilhou com o companheiro de militância questões envolvendo sua família e a identidade judaica no Brasil, pode-se pensar que a experiência no Vale do Ribeira foi, também, autorreflexiva para Iara. Algumas falas atribuídas a ela no *Caderno Jaraguá* contribuem para ratificar esta conclusão, como quando ela conta para todos as impressões a respeito das organizações pelas quais passou:

> Entrou para militar já era VPR, foi quando realmente começou a militar mais seriamente. Antes não havia conflito entre vida particular e militância, não era contraditório. (...) Já começava a opção anterior: nova militância, opção maior, exigência de desprendimento como ser humano. (...) Colocando o problema: eu fazendo a revolução. Não checava desprendimento. Realmente tendo nível e moral revolucionária. O que viu dentro da VAR: concretamente a revolução esteve acima da vida pessoal, vivendo separada de Cid com tarefas diferentes, era difícil, porém factível. Checou a organização, tendo pedido ligação à ALN. Sentiu dentro da VAR não companheirismo, que é problema da esquerda em geral. Racha: possibilidade de encaminhamento concreto da luta e sua participação nisso. Luta fundamental.[130]

Observa-se uma provável referência de Iara à clandestinidade e à necessidade de romper os laços com os familiares e amigos: "exigência de desprendimento como ser humano". Embora as palavras tenham sido omitidas, é possível inferir que ela compartilhou que, em determinado momento, não teve confiança em si mesma como possível combatente – pensava não ter "moral revolucionária". Neste ponto, outra memória de Herbert Daniel sobre o que Iara lhe teria confidenciado é relevante:

> (...) ela se separou, teve aquela coisa de formalizar a separação, aí ela disse que passou uma fase que tinha que experimentar tudo, foi, assim, bastante promíscua. Ela falava disso entre irônica e magoada. (...) Ela contou essa fase promíscua, vários casos de namoro. Contou que namorou com todas as lideranças estudantis.[131]

A ideia da moral revolucionária se relacionava diretamente com o conceito de "homem novo": "era necessário um compromisso incondicional com a causa e a organização. A encarnação do 'homem novo' não poderia se dar sem a entrega integral e disciplinada, que permitiria alcançar a vitória da causa revolucionária".[132]

A concepção desta moral mobilizava três pilares identificados por Back: "o princípio da não contradição, o espírito de sacrifício e o caráter político da vida privada".[133] Estes três elementos foram justamente mobilizados por Iara em sua fala. A "não contradição" consistiria em "manter práticas correspondentes às ideias revolucionárias e às necessidades da revolução em todos os campos da vida", ou o "princípio da clandestinidade".[134] Iara reflete sobre isso

[130] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.
[131] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[132] BACK, Lilian. Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011b, p. 375.
[133] BACK, 2011b, op. cit., p. 378.
[134] Idem.

quando não classifica como militância de fato o período no qual "não havia conflito entre [sua] vida particular" e vida política, isso porque manter sua rotina comum paralelamente ao engajamento ia totalmente contra o princípio da clandestinidade.

Neste ponto, emendo para os segundo e terceiro pilares, com a politização da vida privada e o "espírito de sacrifício", questões mobilizadas por Iara ao falar sobre sua relação com Lamarca: "concretamente a revolução esteve acima da vida pessoal, vivendo separada de Cid com tarefas diferentes, era difícil, porém factível".[135] Aqui, além de afirmar que a revolução passou a se sobrepor à vida particular, Iara revela que estabeleceu relacionamento (*monogâmico*) com um companheiro de organização, mas que, ainda assim, *sacrificou-se* ao precisar viver separada dele, à medida que cumpria as tarefas que lhe eram delegadas.

Originada a partir das leituras de Régis Debray, Che Guevara, Ho Chi Min e Mao Tsé-Tung[136], a moral revolucionária era necessariamente contrária à moral burguesa, esta marcada pelo individualismo, o patriarcalismo[137] e, acrescento, pelo chamado "liberalismo" comportamental. Este pensamento fica evidente, mais uma vez, em documento escrito por Carmen:

> A maior parte das mulheres jamais encontrará saída imediata visto que vivem há séculos confinadas no gineceu ou no prostíbulo (...). Na América Latina, vivemos apegados a um regime patriarcal sob a invocação de normas abstratas de moral e filosofia que tanto interessam à burguesia detentora do poder. Fazer ressaltar esses jogos e planos que duram muitos anos é um dos deveres dos revolucionários. Sob um mundo masculino, de leis, usos e costumes em que tudo isso se reflete (...), a mulher é submetida pela reação a um novo jogo: o da emancipação feminina, em que ela se torna membro de uma sociedade hipersexuada, um objeto de consumo, explorada por meios publicitários que não hesitam em prostitui-la para aumentarem os seus livros.[138]

A militante classifica como aspectos igualmente maléficos à vida das mulheres, causados pela burguesia e pelo capitalismo, a alienação – quando forçadas a permanecerem confinadas no espaço privado – e a emancipação sexual – que as condenaria a objetos de consumo. Como citado em trecho anterior, a "feminilidade" era vista como característica burguesa e difundida também como forma de dominação de classe. Portanto, para alcançar o nível do "ser humano novo", a mulher deveria se despir dos valores burgueses da fragilidade e vaidade e aderir à luta armada. Todos estes pontos, de certa forma, eram observáveis em Iara,

[135] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160, grifos meus.
[136] BACK, Lilian. A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP. *Perseu*, São Paulo, n. 7, ano 5, 2011a, p. 29.
[137] Tal qual propõe BACK, 2011b., op. cit., p. 387.
[138] PATRÍCIA. [ilegível] na guerra revolucionária. s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 7, fls. 1744-1745, p. 347-350.

fossem em suas práticas antigas ou nas que ainda permaneciam – talvez por este motivo, ela tinha sido possivelmente o maior ponto de conflito do treinamento.

A palavra "moral" é citada 16 vezes no *Caderno Jaraguá*, superada pelo nome "Célia", escrito 24 vezes: incluem-se neste número oito falas da própria Iara e 16 vezes em que foi citada em falas dos outros companheiros. Para efeitos de comparação, utilizarei Carlos Lamarca, comandante do treinamento: "Cid" é aludido 10 vezes em falas de terceiros e teve nove de suas exposições para o grupo transcritas.

Em 2 de abril, há um registro descrito como "Análise do treinamento – Diagnose dos problemas"; a maior parte dos militantes que tiveram direito à fala atribuiu as dificuldades vividas às origens sociais diversas dos participantes. Lamarca, no entanto, relativizou:

> Comando primeiro responsável por não ter se empenhado mais na escolha dos quadros. Visão idealista dos quadros da organização: problemas ideológicos e mais diferença social, que não é tudo. O individualismo é em todas as classes. Resquícios da [impregnação] da moral burguesa, em todos, dificultando a coletivização, assim como a coletivização posterior será um grande problema.[139]

Em seguida, Iara complementou: "problema político em jogo: a mulher na guerra de guerrilhas e na esquerda em geral, sendo posta sempre em jogo". Em outro momento, deu exemplo de um caso específico que ocorreu com ela: "espionagem: companheiros se acharem espionados, foi fator de desagregação, na medida em que isso cria um clima geral".

Sua fala foi respondida diretamente apenas por "André", que declarou: "aqui, não é para testar se a mulher dá ou não para ser guerrilheira. Aqui haveria repressão, e se houvesse, atrapalhariam, pois as companheiras não têm condição". Ele tratou também da questão de espionagem, dando mais elementos para sua compreensão: "companheira dá impressão de ser mesmo, e a companheira não poderia levantar novamente isso, pois já foi resolvido esse problema em coletivo, sendo assunto passado".

Apenas um dos ex-participantes do treinamento se recordou, ainda que vagamente, dessa questão, Roberto Menkes. Ele declarou: "eu seguramente escutei mencionar isso, mas não me lembro em detalhes de nada. Me lembro que, numa história, um papo assim, de 'ah, pode ser, talvez...'".[140] Por falta de elementos, não foi possível identificar que tipo de espiã Iara era acusada de ser: se em favor do comando da VPR e de Lamarca, ou se em favor da repressão.

Superado este tópico, o conflito passou a ser descrito como causado por outra divisão interna: "teóricos" x "tarefeiros". Iara foi então colocada como exemplar dos "teóricos". "Nícola" foi dos mais ferrenhos críticos, dizendo que aqueles do "grupo intelectual" se sentiam

[139] Idem.
[140] MENKES, 2023, op. cit.

os “deuses da revolução”, enquanto o outro grupo, o qual ele chamou também de “regionalista”, seria o dos “carneiros”: “regionais que tomem consciência que temos de fazer a guerrilha”. Ele considera como intelectuais Iara, Herbert Daniel e “Átila” (Valneri Neves Antunes). Os “carneiros”, mais afeitos à prática, em sua perspectiva, eram os combatentes provenientes do interior do Rio Grande do Sul.

Depois, “Nícola” foi ainda mais enfático com Iara especificamente, afirmando que ela “tomou atitudes acima do comando”, sentindo-se a “dona da revolução”. Coincidência ou não, esta crítica foi feita um dia após um grande discurso autorreflexivo de Iara, no qual ela reconheceu, entre outras coisas, que se julgava incompetente no treinamento físico e que talvez não pudesse ser uma militante de guerrilha revolucionária. Ela compartilhou se sentir, “como ser humano, ferida no mais profundo”.[141]

No dia 3 de abril, o primeiro assunto registrado foi a saída de “Célia” da área, com informe de “Cid”: “precisa fazer exames e talvez operação, necessidade de ela sair e talvez não voltar. A saída seria amanhã, ficará em aparelho sob controle da organização. Não foi colocado antes devido [ao] quadro interno. Coletivo [deve] se pronunciar sobre a situação”.[142] Apenas três pessoas relataram ter tomado conhecimento do problema de saúde de Iara por outra via, que não esta fala de Lamarca na reunião: Herbert Eustáquio, Maria do Carmo Brito e Darcy Rodrigues.

O primeiro, por sua formação médica e intimidade com Iara, recordou ter sido procurado pela própria quando os primeiros sintomas surgiram:

> Ela começou a ter uns sintomas muito característicos de gravidez. Ela me perguntou o que é que poderia ser, então desconfiamos dos enjoos que tinha, ela tinha engordado um pouco localizado, apareceu até com mancha, uma série de outros sintomas, tipo os seios fartos. “O fenômeno que eu conheço é gravidez, você está grávida. Dois meses ou três”. Ela falou: “pode ser”.[143]

Maria do Carmo Brito, que encontrou Iara dias mais tarde em uma reunião do Comando, deu a mesma versão: “[Ela] tinha sido retirada do Vale por suspeita de gravidez”.[144]

A última narrativa, no entanto, é bem diferente: Darcy Rodrigues, em várias ocasiões diferentes, afirmou que o motivo teria sido uma “infecção na genital”.[145] Em entrevista nos anos

[141] CADERNO Jaraguá, 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fl. 1162, p. 45-160.
[142] Idem.
[143] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[144] BRITO, s.d., op. cit.
[145] No livro do jornalista Celso Pinho, a versão contada é de que Iara teria sido desligada por não ter se adaptado ao “rígido regime de atividades no Núcleo Marighella”: “deve ter sido bem dolorido ao comandante Lamarca tomar a decisão de dispensar a companheira e amada. A explicação oficial para seu desligamento foi a necessidade de tratamento de saúde. (...) Tinha também algum tipo de mal na região genital (...)”. PINHO, 2016, p. 64-65.

1980, compartilhou: "ela não tinha condições de ficar. (...) O problema foi a infecção genital. Tinha que sair. Lembro que ela saiu – foi questão de segurança, nos reunimos, decidimos que tinha que sair".[146] Já na década de 1990, colocou como uma questão de "paparico" de Lamarca:

> Em toda oportunidade ele estava tratando de paparicá-la, de resolver aqueles pequenos problemas. É tanto que na primeira manifestação de saúde que ela teve, ele pediu uma reunião e falou: "olha, eu vou tirar." "É, mas tem o problema de segurança." "Nós vamos ter que discutir essa questão, mas eu não vou permitir que ela fique aqui e que essa infecção que manifestou se complique." Aí nós dissemos: "olha, não tem problema, nós vamos retirá-la com todas as normas de segurança e tal, não vai ter problema".[147]

Darcy foi preso em 27 de abril, durante operação efetuada pelas Forças Armadas para desmantelar a área de treinamento. Sua versão sobre o problema de saúde de Iara consta já em interrogatório atribuído a ele, na época: "um detalhe que o depoente esclarece é que 'Célia' estava doente (problema genital)".[148] Essa narrativa estampou jornais de todo o Brasil após o fim daquela que ficou conhecida como "Operação Registro", quando Iara passou a ser conhecida pela repressão e pela sociedade brasileira como amante de Carlos Lamarca.

Tanto nos livros de memória quanto na escassa historiografia que trata sobre o tema, uma observação é comum: a ideia de que Iara teria permanecido pouco tempo na área. As evidências apontam o contrário: ela chegou com a primeira leva de militantes, no início de dezembro de 1969, tendo ficado até o início de abril de 1970, algumas semanas antes da desativação da área. Edmauro Gopfert afirmou que, durante a realização das "aulas", ninguém deixou o sítio – com exceção de Lamarca, que se deslocou a São Paulo durante a captura do cônsul do Japão.[149] Dessa forma, é seguro dizer que Iara ficou quatro meses completamente dedicada às atividades da primeira "escola" de guerrilha rural, concebida por uma organização revolucionária no Brasil.

7.2 Alianças em tempos de crise: o grupo dos arquitetos, a ALN, o MRT e a Frente

> Nossa organização inicia o ano de 1970 em precárias condições de infraestrutura, pois, com a quase totalidade dos militantes na clandestinidade, a infraestrutura é artificial. Isto pode, inclusive, levar a nosso desbaratamento, através de quedas constantes, uma vez que a repressão iniciou um trabalho sistemático (investigação de locações, por exemplo), integrado, nacional (Operação Bandeirante)[150] e internacional (consta que

Em um e-mail, perguntei-lhe sobre as fontes para tais informações e ele afirmou que teria sido Darcy Rodrigues. PINHO, Celso. Assunto do e-mail: Vale do Ribeira e Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 14 mai. 2021.

[146] RODRIGUES, s.d., op. cit.

[147] RODRIGUES, 1993, op. cit.

[148] ARQUIVO NACIONAL. *Resumo de declarações*. São Paulo, 13 mai. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003993.

[149] GOPFERT, 2020, op. cit.

[150] Para mais informações sobra a Oban, cf. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem:* os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

> há mais de 300 agentes da CIA só na Guanabara desde o sequestro do embaixador). Não lhes falta dinheiro, nem tempo. É uma questão vital para o regime.[151]

Dessa forma, a VPR iniciou o informe sobre a organização de janeiro de 1970. Mesmo que pessimista, a leitura conjuntural dos militantes não estava tão descolada da realidade. A década de 1970 é conhecida, paradoxalmente, por ser a época do "milagre econômico"[152] e dos "anos de chumbo", levados à cabo pelo presidente Médici. O Brasil passava a ser uma nação esperançosa de tempos melhores, de progresso e modernização, o que implicava no enterro definitivo do mal que a impedia de alcançar tais ideais: a "subversão".[153]

Munido do AI-5, o governo ditatorial tratou de sofisticar cada vez mais seus órgãos de segurança, repressão e espionagem, o que implicou em duras consequências para os militantes da VPR. Além do assassinato de Antônio Raymundo Lucena e das prisões de Damaris Lucena e Chizuo Osava, entre fevereiro e março, a VPR enfrentaria em abril uma forte onda de prisões e assassinatos – talvez o período em que a organização tenha chegado mais perto de ser completamente dizimada.

Antes disso, e já diante da escassez de quadros, alguns dos principais objetivos da organização eram, conforme explicitou o informe do Comando, "trazer de volta os companheiros que estão no exterior e prosseguir o trabalho de montagem de ações de soltura de presos".[154] Dessa forma, entre outras atribuições, Juares Guimarães de Brito trabalhava no planejamento de mais uma ação de captura de diplomata; desta vez, o escolhido seria o embaixador da Alemanha no Brasil.

Após a decisão de que Iara deixaria a área por questões de saúde, ela e Lamarca seguiram para Peruíbe, no aparelho em que vivia Tercina Dias, onde permaneceriam por cerca de 10 dias. Lá, o ex-capitão convocou uma reunião do Comando da VPR, que foi realizada entre os dias 15 e 17 de abril e contou com a presença de: Maria do Carmo e Ladislau Dowbor, também integrantes da direção, sendo o último responsável ainda pela regional de São Paulo; José

---

[151] O COMANDO. Informe n° 3 - VPR, jan. 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fls. 1339-1340, p. 549-552.

[152] Sobre o "milagre", cf. PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010), vol. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

[153] CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente*: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Doutorado (Tese em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

[154] O COMANDO. Informe n° 3 - VPR, jan. 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 1979, v. 5, fls. 1339-1340, p. 549-552.

Ronaldo Tavares Lira, responsável pela regional da Guanabara; Iara Iavelberg e Juares Guimarães de Brito, que compunham o "estado-maior" do comando; e as atrizes Maria e Luíza Barreto Leite, mãe e filha, que possivelmente atuavam como apoio da organização.

De acordo com as lembranças de Maria do Carmo, Lamarca determinou que a reunião fosse feita para discutir a aceleração da outra ação de captura:

> Ele veio para a reunião justamente para saber o que estava atrasado no sequestro do alemão. Era uma reunião do comando da organização. (...) também foi para dar relatório sobre áreas que eu tinha sobrevoado para ver alternativas de áreas para fazer operação – um ou vários focos – porque Ribeira era só para treinamento. Fotografei várias áreas no Sul, Sete Quedas. Sobrevoei de táxi aéreo.[155]

Ladislau, por sua vez, falou menos sobre o conteúdo tratado na reunião e mais sobre seu estado físico e emocional naquele encontro:

> Lembro que dormi. Estava num estado de exaustão. Mas acho que eu tinha uma visão inconsciente de que tudo estava indo para as cucuias. Não dava para colocar. Quando você acumula não sei quantas mortes, quanto sofrimento e diz "olhe, foi engano, vamos pegar outra coisa", não dá.[156]

A reunião foi de fato permeada por tensões e possibilidades de queda, sobretudo por duas questões: o sumiço de Felix Silveira Rosa Neto, responsável pela UC do Rio Grande do Sul, que havia liderado a tentativa malsucedida de capturar o cônsul dos Estados Unidos, Curtis Cutter, em Porto Alegre;[157] e a perda de contato com Wellington Moreira Diniz, que havia faltado a alguns pontos com Juares Guimarães de Brito, na Guanabara. Este último era especialmente importante, pois estava a par dos planos da VPR para o embaixador da Alemanha e seria parte fundamental da ação.[158]

O que os militantes não sabiam era que ambos já estavam presos: Wellington desde o dia 11 de abril e Felix desde o dia 12, em estados diferentes.[159] Ficou decidido, então, que Maria do Carmo e Juares teriam de comparecer a um ponto com Wellington, ignorando-se as normas de segurança estabelecidas pelo grupo; Iara, por sua vez – segundo informação que consta em interrogatório atribuído a Joaquim dos Santos – se deslocaria a São Paulo para tentar obter notícias de Felix e buscar tratamento médico.[160]

---

[155] BRITO, s.d., op. cit.
[156] DOWBOR, s.d., op. cit.
[157] Cf. CERBARO, Sulena. *A (re)construção de um evento:* a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
[158] BRITO, s.d., op. cit.
[159] NÃO é hora de chorar. Direção: Luiz Alberto Barreto Leite Sanz e Pedro Chaskel. Chile: Departamento de Cinema da Universidade do Chile (Cine Experimental), 1971. Disponível em plataforma digital (37 min), son., petro e branco; LAGO, Andréia; IAQUINTO, Kalinka. Tortura em cárcere secreto. *Uol Notícias*, Três Passos, 27 abr. 2018. Disponível em: https://bit.ly/3Th5UNv. Acesso em: 16 mar. 2023.
[160] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Joaquim dos Santos. São Paulo, 1 jun. 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 3, 1979, fls. 561-571, p. 91-111.

Todas essas decisões foram tomadas em reuniões a portas fechadas, com a participação do Comando, do estado-maior e dos responsáveis pelas UCs regionais. Apesar de integrar o estado-maior e supostamente ter tido uma atividade posterior ao encontro designada a ela, Iara não teria tomado parte nas discussões: "Iara estava presente não na reunião, mas na casa (...). Estava muito mal. Com os pés inchados, cheios de feridas. Mais gordinha. Ela comentou que achava que estava grávida". Não obstante a situação de medo e tensão, descrita por Ladislau, Maria do Carmo recordou que tanto Iara quanto Lamarca pareciam muito felizes com a notícia da gravidez: "ele tinha pensado em instalá-la numa casinha do interior perto da área de treinamento, onde ele poderia vê-la. Ela como camponesa. Estava sendo montado um esquema nesse sentido".[161]

Todos que conheceram Iara, antes ou depois do treinamento, foram unânimes em ressaltar um ponto: seu sonho de ser mãe. Nos diversos aparelhos em que ficou hospedada até este ponto da narrativa, quando havia crianças, os relatos apontam para uma ótima relação delas com Iara, que se preocupava e interagia muito com os pequenos. Não foi diferente com aqueles que viviam com Tercina: Zuleide Aparecida, neta de "Tia", recordou ir com Iara para um rio, ainda na área de treinamento, onde elas se divertiam na água e fugiam de grandes sapos que ali viviam.[162]

Enquanto esteve casada com Samuel Haberkorn, Iara compartilhou com as amigas que tentou engravidar por diversas vezes, sem sucesso. Quando passou a ter outros parceiros, via neles a esperança de realizar este sonho, inclusive deixando de fazer uso de anticoncepcional, muito em voga à época. Todavia, não engravidava. A amiga Maria Lúcia Carvalho lembrou de ela ter recorrido diversas vezes a consultas médicas: "ela sempre quis ter. Chegou a fazer muitos tratamentos, vivia indo em médicos, queria ter filho de qualquer maneira. Sempre ouço a Iara dizendo que queria ter filho, queria engravidar. (...) aquele negócio foi um martírio na vida dela".[163]

Maria Lúcia – que não convivia com a amiga desde meados de 1969, quando partiu para o exílio – estima, contudo, que na clandestinidade a ideia de gravidez "nem passaria pela cabeça" de Iara.[164] As evidências, porém, apontam que ela se equivocara. A possível realização do desejo de ter um filho, no período aqui analisado, parecia se sobrepor às atividades da

[161] BRITO, s.d., op. cit.
[162] NASCIMENTO, Zuleide Aparecida do. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 9 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 14'56", acervo pessoal.
[163] CARVALHO, 1988, op. cit.
[164] Idem.

militância, as quais Iara tinha se esforçado muito para desempenhar, de acordo com o *Caderno Jaraguá*.

Como visto anteriormente, "a idealização maternal da mulher que padece pelos filhos faz parte do inconsciente coletivo do imaginário popular judaico e cristão". Iara viveu toda a vida em ambientes que mesclavam aspectos das duas tradições e por isso é importante analisá-las: "este estudo é importante para que se tenha maior consciência da complexidade dos valores sexistas dominantes e conflitos culturais misóginos que depreciam características sexuais nas mais diversas tradições e ambientes sociais".[165]

Neste sentido, a identidade feminina, para o judaísmo – em suas diversas manifestações e registros –, estava associada primeiramente à identidade masculina, no mito do primeiro humano, que seria andrógeno, metade homem e metade mulher; depois de separados, define-se de forma mais contundente "a matriz feminina de mulher [como] geradora da humanidade". Em análise comparativa com o cristianismo, conclui-se: "as rezas cristãs à figura feminina da Virgem Maria, mãe de Jesus, e as orações judaicas à Matriarca Raquel são manifestações literárias que enaltecem a figura feminina da mulher como mãe necessariamente zelosa pelos seus filhos".[166]

Esses valores atuam diretamente para a conformação dos papéis sociais relacionados ao "feminino", como sendo atribuições determinadas "naturalmente", "biologicamente". Daí advém o conceito do instinto materno e a ideia de que todas as mulheres nasceram para serem mães, quando então se realizarão como seres humanos. Contudo, como qualquer outro conceito, a maternidade deve ser historicizada, o que tem sido feito há relativamente pouco tempo, a partir mais ou menos da década de 1980, com os estudos da historiadora francesa Elisabeth Badinter. Discípula de Simone de Beauvoir,[167] Badinter apontou que tanto o instinto quanto o amor maternal são construções, que devem ser dessencializadas e socialmente interpretadas.[168]

---

[165] GUERTZENSTEIN, 2019, op. cit., p. 88.
[166] Idem.
[167] Importante ressaltar que Simone de Beauvoir, n'*O segundo sexo*, foi a teórica feminista pioneira ao tentar "desnaturalizar" a maternidade, como apontou Lorena Cuesta: "al hablar de la maternidad como discurso dominante, De Beauvoir reinterpreta el cuerpo materno indicando que no es un cuerpo biológico, más bien se trata de un cuerpo cuyo significado biológico se produce culturalmente al inscribirlo en los discursos de la maternidad, que postulan a la madre como sujeto, para negar de esta forma a las mujeres. Para Beauvoir, la cuestión es asignar al cuerpo materno un significado diferente. Para ello presenta una descripción del cuerpo materno que desnaturaliza lo natural, transformando la maternidad en una expresión extraña y anti-natural y desplegando la posibilidad de que el deseo femenino sea más complejo de lo que suponen los discursos dominantes. El deseo femenino no es maternal ni anti-maternal, sino que es ambivalente, contradictorio, siendo la ambigüedad la característica de la maternidad". CUESTA, Lorena Saletti. Propuestas teóricas feministas en relación al concepto de maternidad. *CLEPSYDRA*, Tenerife, n.7, jan. 2008, p. 172.
[168] Idem.

Assim sendo, não se pode examinar o desejo de Iara de ser mãe descolado destas ressalvas sociais. Nesta ótica, evidencia-se como o indivíduo pode ser ambíguo e influenciado por valores e referências com os quais, ao mesmo tempo, tenta romper. A maternidade entre mulheres militantes de esquerda apresentava "certa ambivalência, pois se contestavam, de um lado, os padrões vigentes, do outro, se repetia o que era tradicional" – principalmente quando a decisão de ser mãe inviabilizasse as atividades políticas.[169]

Todavia, como as experiências de maternidade, mesmo em contextos similares como a militância clandestina de esquerda em tempos de exceção, podem ser múltiplas, algumas pesquisadoras apontam outra possibilidade: a ressignificação da maternidade de acordo com os modelos ideológicos e políticos das militantes, permitindo-lhes politizar o "ser mãe". Algumas mulheres viam na construção de um núcleo familiar com seus companheiros e filhos a possibilidade de criar os "homens novos do amanhã". Ademais, no contexto permeado por violências traumáticas, prisões, tortura e mortes, "para algumas militantes, ter um filho era também uma maneira de carregar seu companheiro consigo, caso algo acontecesse com ele. (...) A criança se torna uma continuidade, uma materialidade da união construída e da esperança no futuro".[170]

Portanto, o desejo de Iara – e de Lamarca, cabe ressaltar – por um filho, mesmo no auge da vida clandestina, com tudo que dela advinha, permite algumas observações. Com ambos imbuídos das concepções guevaristas, parece lógico assumir que um filho fruto desse amor seria capaz de consistir, em relação ao "embrião" que ela via apenas nele, um passo adiante na concretização do homem novo.

Além disso, a maternidade poderia significar a redenção moral – ainda que o filho fosse fruto de um caso extraconjugal de Lamarca – que Iara buscava por muito tempo em sua vida e, principalmente, entre os militantes da luta armada: ela poderia ser vista como uma mulher *digna* por todos, e não só pelo companheiro. Isso porque ela tinha esperanças, como foi dito anteriormente, de que ele se separasse assim que possível e a assumisse como sua esposa única e oficial. Maria do Carmo tem uma memória que indica que ele já a via desta forma: "ele a sentia mãe dos filhos dele. Ele a imaginava com mãe dos filhos dele. E ela considerava isso uma prova de que era um tipo de amor".[171]

---

[169] apud CRUZ, Jaíza Pollyana Dias da; et al. Gerando vida em um contexto de morte: o exercício materno em situações de militância durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). *Psicologia e Saber Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2015, p. 128.
[170] BRIGGMANN, 2021, op. cit., p. 44-45.
[171] BRITO, s.d., op. cit.

Sem embargo, cabe uma ressalva: Iara não estava grávida, sofria apenas de um desequilíbrio hormonal.[172] Ainda que ela acreditasse nessa possibilidade, na realidade, o que se passava com ela se aproxima muito mais da versão alardeada por Darcy Rodrigues.

Depois do fim da reunião, os militantes aos poucos se retiraram para cumprir suas funções. Maria do Carmo e Juares Brito, em menos de 24 horas, estavam na Guanabara para cumprir o ponto com Wellington Moreira, que se daria no dia 18, às 13 horas, nas proximidades do Jardim Botânico. O casal avistou de longe Wellington, visivelmente abatido, compreendendo que ele estava preso; tentaram liberá-lo, sem sucesso, e, diante do cerco, Juares optou por tirar a própria vida e Maria do Carmo Brito foi presa.[173]

[172] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de José Cipolla Neto. São Paulo, 10 dez. 1970. In: STM. *Autos findos 40.503*, São Paulo, v. 2, 1974, fls. 292-296, p. 43-51.

[173] Segundo o livro biográfico de Maria do Carmo: "uma ideia de Juares: compramos umas alfaces, colocamos a pista 6.35 embaixo, arranjamos um menino desses da feira para entregar ao companheiro [Wellington]. Ele vai compreender, pegar o revólver e reagir, e aí nós entramos e tentamos salvá-lo. E Juares argumentava: se tudo o que fazemos é pelo nosso próximo, ninguém mais próximo do que ele, que além de companheiro é amigo. Assim decidido, assim feito. Maria do Carmo entrega a sacola a um menino, do outro lado da feira, e seguem para a rua Jardim Botânico. No carro, com Maria, a outra pistola, também pequena, também calibre 6.35. Maria do Carmo e Juares tinham um pacto: na iminência de prisão, ele a mataria e se mataria em seguida; ou ela faria o mesmo, dependendo das circunstâncias. Devagar, o fusquinha bege se aproxima do jipe, o menino já está ao lado do jipe, e, de repente, surge um homem, agarra a sacola e tira lá de dentro a arma. O plano tinha fracassado. O roteiro começou a falhar, o filme era outro, e os figurantes começaram a surgir, são uns 30 homens: o pipoqueiro não vende pipoca, o carro da Telerj não conserta nenhum telefone, o homem distraído parado na esquina estava muito atento e saca um revólver. E Juares, como autômato, em vez de dobrar à esquerda e continuar em frente, refaz o mesmo trajeto que já tinha sido feito mais de 10 vezes. Em poucos segundos, a rua foi cercada, um carro bateu no fusca pela frente, outro por detrás. O revólver estava com Maria do Carmo, cabia a ela a dura tarefa: matar Juares e se matar. Matar Juares, matar a vida. O revólver apontou para a frente do carro, os vidros se estilhaçam. Maria não cumpre o combinado. Juares também não. Arranca o revólver da mão de Maria do Carmo, dá um tiro no próprio ouvido direito. Agora os tiros são muitos, vêm de todos os lados. Impossível saber qual deles matou Juares". VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória*: a história de Lia, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 73-74.

Figura 51: Militantes próximos a Iara Iavelberg e diretamente afetados pela série de prisões e assassinatos de integrantes da VPR, em abril de 1970

Fonte: Elaboração da autora

Carlos Lamarca retornou à área de treinamento no sábado, dia 18, de acordo com alguns relatos, decidido a desativá-la.[174] Os militantes que lá se encontravam alertam para uma outra versão: como recordou Edmauro Gopfert, "ele voltou e o Vale estava caindo. Foi bom que ele tivesse ido, [porque] ele viu o Vale cair. Percebeu movimentação na hora de chegar".[175] O que havia "caído" fora o sítio utilizado para a "área 1", onde treinaram Lamarca, Lungaretti, Massafumi e Fujimori, em local distinto de onde se realizavam as atividades naquele momento. Isto porque, no dia 16, Celso Lungaretti havia sido preso e para aliviar a tortura, ciente de que a área havia sido desativada, forneceu sua localização à repressão.[176] Depois da prisão de Maria do Carmo, os dois foram levados juntos a São Paulo para fornecer locais de interesse – quando foi presa Tercina Dias de Oliveira, junto com as crianças, em sua casa em Peruíbe – e iniciou-se a Operação Registro – que duraria mais de um mês e prenderia quatro militantes que estiveram no treinamento: Darcy Rodrigues, José Lavecchia, Edmauro Gopfert e José Araújo de Nóbrega. A operação teve cobertura midiática, ainda que relativamente discreta, diante das imposições da censura.[177]

---

[174] CHAGAS, 2000, op. cit., p. 85.

[175] GOFPERT, 2020, op. cit.

[176] Durante décadas, vigorou como "verdade" a ideia de que Lungaretti teria mudado de lado após ser preso, passando a colaborar proativamente com a repressão. Alguns aspectos contribuíram para isso: a) o fato de ele ter sido um dos "arrependidos" a ir à TV, com declaração favorável à ditadura e contra a luta armada; b) a ideia de que ele teria "entregado" a localização da área de treinamento no Vale do Ribeira, resultando na Operação Registro. No entanto, ele nunca havia estado na "área 2" e não tinha conhecimento de sua localização. Cf. ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 981/S-102-M1-CIE: área de treinamento de guerrilheiros no sul do estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, 29 abr. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.70002774.
À historiadora Alessandra Gasparotto, nos anos 2000, Lungaretti afirmou que se mantinha fiel às palavras ditas durante o arrependimento. Cf. GASPAROTTO, Alessandra. *"O terror renegado"*: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 204.
Já no recente filme *Arrependidos*, Lungaretti mudou um pouco o discurso. Cf. OS arrependidos. Direção: Ricardo Calil e Armando Tenore. São Paulo: Muiraquitã Filmes, 2021. Disponível em plataforma digital (83 min), son., preto e branco.

[177] Investigações que analisem especificamente a "Operação Registro" foram encontradas majoritariamente na área do jornalismo, partindo das memórias do presente como: a reportagem de grande destaque da *Agência Pública* sobre o uso de napalm pelas Forças Armadas (VIGNA, VIANNA e LUCIANO, 2014, op. cit.); o livro de Celso Pinho (2016, op. cit.), que objetiva recontar os desdobramentos da operação a partir da perspectiva jornalística.
Também a partir das consequências no tempo presente, mas desta vez a partir do olhar historiográfico, o Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (Lapeduh) da Universidade Federal do Paraná realizou o projeto de pesquisa "Indígenas, quilombolas e napalm: uma história da guerrilha do Vale do Ribeira", sob coordenação da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Schimidt. O resultado foi publicado em livro, cf. LAPEDUH; UFPR (org.). *O Vale do Ribeira e suas histórias*. Curitiba: Editora do Lapeduh, 2018. Disponível em: https://bit.ly/3n0jB7n. Acesso em: 20 mar. 2023.
Tratando da experiência da VPR no Ribeira como um todo – além da operação –, há o trabalho de Raoni Oliveira, mas com escopo limitado por se tratar de um TCC; cf. OLIVEIRA, Raoni Aratana Ferreira. *A guerrilha do Ribeira*: atuação da VPR de Jacupiranga a São Miguel Arcanjo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014.
O treinamento foi tema do romance escrito por Marcelo Rubens Paiva, *Não és tu, Brasil* (PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007).

Ladislau retornou a São Paulo, em companhia das simpatizantes Maria e Luíza Barreto, possivelmente ainda na sexta, dia 17. No dia 21, ele foi preso junto com Joaquim dos Santos, com quem estava em um ponto para, entre outras coisas, dar informações sobre Iara, que seriam repassadas a Lamarca, na área.[178] No dia seguinte, 22, Joelson Crispim – irmão de Denise Peres Crispim e filho de Encarnación Lopes –, que supostamente havia sido recrutado para a Polop por Iara junto com a irmã, foi assassinado a tiros em uma emboscada feita por agentes do DOI-Codi.[179]

Iara teria rumado à cidade apenas no domingo, 19, pela manhã. Entre domingo e segunda, teve um ponto com Ladislau, segundo consta em interrogatórios atribuídos a ele:

> Esclarece ter, [no] domingo dia 19 de abril, encontrado-se com "Célia" (ou "Cláudia") e que esse encontro havia sido marcado por "Cid" [com o] declarante para saber se "Célia" já estava passando bem e se já havia arrumado local para ficar hospedada; nesse dia, por volta das 19:30, encontrou-se com ela na Rua 13 de maio, esquina com [a Avenida] Brigadeiro Luís Antônio, em direção à Praça Osvaldo Cruz, e discutiu com ela problema de acomodação (ela disse que já tinha arrumado uma pensão) e de dinheiro (deu a ela NCR$ 100,00) para despesas.[180]

> O declarante se encontrou com Iara Iavelberg, amiga de Carlos Lamarca, em São Paulo, no dia 20/4/70, na Rua 13 de Maio, às 1900 horas; que "Cláudia" alugou um quarto de pensão, nesta capital, desconhecendo o bairro, apenas sabendo que "Cláudia" reside em uma pensão decente; que "Cláudia" pretendia retomar contato com a família e com pessoas do seu meio social, inclusive para obter dinheiro.[181]

A partir destes dados, constata-se que não só muitas das pessoas com as quais Iara estava em contato direto e constante nos últimos meses foram presas e/ou mortas em um curto período de tempo, como também que ela mesma escapou por pouco de ser presa, ao menos em duas ocasiões: quando o aparelho de Peruíbe foi invadido pela repressão na madrugada do dia 21, tendo Iara saído de lá menos de 48 horas antes; e quando ela compareceu ao ponto com Ladislau um dia antes de ele ser preso, e provavelmente tinha marcado outros – minha hipótese é que ele fosse o contato dela com a organização enquanto estava em São Paulo. Estimo que, por meio

---

O tema aparece também em livros e artigos que tratem da vida de Carlos Lamarca, da VPR ou da luta armada no Brasil, de forma secundária aos assuntos principais. Cabe destacar o trabalho do historiador Jeffrey Lesser, que examina as impressões da ditadura sobre dois descendentes de japoneses que, apesar de estarem em lados opostos da luta, foram comparados: Yoshitane Fujimori, militante da VPR, e o sargento Kogi Kondo, capturado pelos militantes em fuga. LESSER, Jeffrey. Metralhadoras e rostos honestos: a etnicidade nipo-brasileira e a luta armada, 1964-1980. In: *Uma diáspora descontente*: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980). São Paulo: Paz e Terra, 2008. Além dos já citados CHAGAS, 2000, op. cit., SILVA, 2021, op. cit.

[178] APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiê Preliminares (declarações prestadas)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS000171, p. 108.

[179] JOELSON CRISPIM. In: *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3zpHN62. Acesso em: 31 mar. 2023.

[180] Idem.

[181] OBAN. Resumo das declarações prestadas por Ladislas Dowbor (...) à Equipe de Interrogatório Prelimitar "A-2", no dia 2 de maio de 1970, das 1230hs às 0100hs. São Paulo. In: APESP. *Pasta 50-Z-009-077*. Fundo Serviço Nacional de Informações, DEOPS-SP, Arquivo Geral, doc. 14.026.

do suposto ponto ao qual não compareceu com Ladislau, ela se deu conta de que havia a probabilidade de que ele tivesse sido preso, precisando abandonar o local onde estava hospedada.

Ressalto que a suspeita de gravidez adveio de uma série de sintomas de saúde apresentados por Iara e descritos por Herbert Daniel, em fala previamente citada, incluindo inchaço, dor abdominal e pélvica, enjoos etc. Ao chegar à cidade, independentemente de ela ter tido acesso a um teste de gravidez e constatado que não era o caso, Iara ainda precisava de atendimento médico. Provavelmente com muito medo, ela recorreu a velhos aliados, em ambas as esferas política e pessoal: o grupo dos arquitetos.

Carlos Henrique Heck, além de atuar secretamente no grupo, mantinha sua vida legal e trabalhava como professor no Instituto de Arte e Decoração (Iadê).[182] Suas aulas eram matinais, entre as 8h da manhã e o meio-dia. Ele recordou que, em um dia de abril, Iara bateu à porta de sua sala de aula:

> Me pareceu uma pessoa muito maltratada pela natureza. Pálida, branca, magra, com uma perna inchada. Mas tinha aquele sorriso dela. Levei um susto, cheio de alunos. Foi corajosa. Disse: "cheguei ontem à noite, estou doente, em casa de conhecidos, não posso ficar lá, preciso ser tratada". (...) Botei ela na sala dos professores, passei um exercício para a turma, deixei com meu assistente, no meu escritório. Tranquei, disse "não se mexe".[183]

Depois de uma reunião com os cinco arquitetos, Heck lembrou que foi decidido que Iara seria colocada sob custódia temporária do grupo para ser tratada e, ademais, conseguir retomar o contato com a VPR. Enquanto procuravam um médico para tratá-la, ela foi enviada para a casa de Sérgio Ferro, amigo e ex-namorado: "era a asma, a coisa fechada. Estava com os dentes todos doendo de apertar; dormindo, rangia os dentes, naquela coisa bem marcada. Tensa, dente". A esposa de Ferro, Ediane Lobão, conviveu muito com Iara neste período, rememorando-se de outros problemas de saúde: "em casa ela teve problemas de ginecologia, uma vez fomos buscar um farmacêutico para dar injeção, estava com muita cólica. Ela tinha muitos problemas de útero".[184]

Não obstante os problemas de saúde e a tensão, Ediane apontou que as duas viveram momentos "divertidos" na casa: "a gente brincava de se fantasiar. De fazer papelote no cabelo dela,[185] porque não tinha como fazer permanente; pintava o cabelo dela". Todavia, estas

[182] Cf. STEPHAN, Auresnede Pires. A criação do IADÊ, Instituto de Arte e Decoração - 1959. *DAT JOURNAL*, São Paulo, v. 5, n. 2, 2020.
[183] HECK, Carlos Henrique. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[184] FERRO e FERRO, s.d., op. cit.
[185] Técnica para enrolar o cabelo com pedaços de papel.

brincadeiras também se relacionavam com a militância clandestina. Em um momento da entrevista, Sérgio Ferro ressalta: "a vida de aparelho em aparelho, de peregrinação em peregrinação, escondida, era horrível... O papelote que elas faziam era para ver se mudava um pouco a cara. Não adiantava". Depois, é complementado por Ediane:

> Tinha babosa, eu tirava e passava no cabelo dela, ela achava que estava caindo porque pintava muito, achava que estava estragando. Pintava para mudar, por necessidade. E o resto era mais brincadeira, a gente deitava na grama para tomar sol, ia pra cozinha. Ela nunca mostrou medo. Dormia na sala. Talvez tivesse à noite. De dia, era como uma pessoa da casa.[186]

É possível que a primeira opção do grupo tenha sido procurar atendimento médico dentro da própria estrutura da VPR. Isso porque, de acordo com fontes da repressão, Iara teria sido retirada da casa de Sérgio Ferro e colocada sob custódia de Oswaldo Soares ("Miguel"), que acabara de assumir o posto de comando da UC de São Paulo, após a prisão de Ladislau Dowbor.

Segundo interrogatório atribuído a Júlio Barone, isso só aconteceu graças à ajuda da ALN: por meio de contato com Joaquim Câmara Ferreira, Júlio conheceu Oswaldo; Eduardo Leite ("Bacuri"), que havia integrado sua antiga organização, a Rede, à ALN; e Devanir José de Carvalho ("Henrique"), do MRT. Todas essas organizações integravam a Frente.

Consta, então, em depoimento atribuído a Oswaldo Soares, que Iara teria ficado cerca de cinco dias em seu aparelho – que na realidade era de Eduardo e Denise Peres Crispim, casal que estava à espera de uma filha.[187] Denise afirmou não saber se qualquer um dos dois passou por sua casa neste período, por um motivo:

> Nossa casa tinha uma casa nos fundos. Quem ficava ali eram as pessoas que estavam com maior risco. O Bacuri tinha comigo um pacto claro para o meu próprio bem: naquela casa, eu não me ocupava e não me interessava. Era como se não existisse! Eu sabia que servia para "guardar companheiros muito procurados". Não perguntava nada e nem sequer olhava para o lado dos fundos.[188]

Confirmando o relato de Denise Crispim, ao ser preso na primeira quinzena de maio, Oswaldo Soares disse não saber a localização da casa, uma vez que era levado a ela de olhos fechados.[189] Ressalto que sua prisão desmobilizou mais uma vez toda a estrutura paulista da VPR – e é possível que tenha colocado em risco a localização da própria Iara. Neste período,

---

[186] Idem.

[187] ARQUIVO NACIONAL. Resumos de declarações prestadas por Osvaldo Soares, à Equipe de Interrogatório Preliminar B-2, no dia 10 de maio de 1970, das 2300hs às 0140hs. In: *Atividades da CE Operação Bandeirante*, 21 mai. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006000.

[188] CRISPIM, Denise Peres. [Relato sobre sua casa em 1970]. WhatsApp, 28 mar 2023. 18h03. 1 mensagem de WhatsApp.

[189] ARQUIVO NACIONAL. Resumos de declarações prestadas por Osvaldo Soares, à Equipe de Interrogatório Preliminar B-2, no dia 10 de maio de 1970, das 2300hs às 0140hs. In: *Atividades da CE Operação Bandeirante*, 21 mai. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006000.

foi muito interrogado sobre um médico que prestava atendimento para a organização, mas não foi possível mapear se o militante de apoio teria sido ou não descoberto.

Diante dos recentes fatos, os planos tiveram de mudar e os próprios arquitetos conseguiram um estudante de Medicina da USP que aceitasse receber Iara em sua casa, para tratá-la: José Cipolla Neto era colega de trabalho de Marina Heck e tinha histórico de "simpatia" pelo PCB; era casado com Antônia Maria Brandão, colega de Iara no curso de Psicologia, a quem ela havia repassado suas aulas no Colégio Equipe, no início de 1969.[190] Apesar disso, ela foi instalada na casa com o codinome de "Dedé". Em interrogatório atribuído a José Cipolla, há uma descrição bem vívida da possível situação de Iara:

> Marina compareceu em sua residência em companhia de uma moça, a qual aparentava estar com hipotireoidismo descompensado, bastante gorda, aproximadamente 75 quilos, sendo que seus pés estavam feridos e descascados, as unhas dos pés estavam "mortas por compressão" (unhas secas), as pernas picadas por mosquitos, aparentava estar com bronquite, lábios grossos (inchados), cabelos cortados "a la homem", repartidos do lado esquerdo e de cor preta.[191]

Essas características foram reforçadas por Antônia, anos mais tarde, em entrevista: "ela estava calma, doente com esses distúrbios hormonais, com os pés machucados, picadas de insetos, coisas do mato, deve ter tido reação alérgica".[192] Marina Heck, a amiga que levou Iara à custódia do casal, adiciona um outro sintoma: "estava com eczema nos braços e infecção ginecológica, com coceiras terríveis".[193]

Note-se que todos os sintomas citados por José Cipolla podem ser tanto relacionados ao hipotireoidismo diagnosticado por ele, quanto pelas vivências extremas da floresta onde foi realizado o treinamento:

> [Iara] disse ao interrogando e sua esposa algumas vezes, que no campo de treinamento de guerrilha eram obrigados a ficar permanentemente, inclusive dormir, de botas pedindo ao interrogando informações de como poderiam sanar doenças, principalmente frieiras, picadas de mosquito e problemas de deficiência de alimentação.[194]

Essas condições parecem ter sido comuns a outros guerrilheiros que participaram do treinamento. Herbert Daniel afirmou que as picadas de mosquitos deixaram seu rosto inchado,

---

[190] "Toninha", como era conhecida, concedeu entrevista para Judith Patarra, na década de 1980, e a mim em 2020. Durante nossa conversa, percebi que ela possuía severas dificuldades de memória, que não haviam sido explicitadas antes, por isso o material de sua entrevista não será utilizado. Seu ex-marido não falou com Patarra e, quando procurado por mim, recusou qualquer tipo de contato. Ele foi preso em dezembro de 1970, junto com os outros arquitetos do grupo, e, segundo depoimentos, duramente torturado.

[191] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de José Cipolla Neto. São Paulo, 10 dez. 1970. In: STM. *Autos findos 40.503*, São Paulo, v. 2, 1974, fls. 292-296, p. 43-51.

[192] CIPOLLA, s.d., op. cit.

[193] HECK, M. s.d., op. cit.

[194] DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de José Cipolla Neto. São Paulo, 10 dez. 1970. In: STM. *Autos findos 40.503*, São Paulo, v. 2, 1974, fls. 292-296, p. 43-51.

por exemplo. Porém, as outras condições físicas de Iara ou de qualquer outro dos militantes homens não receberam tanta atenção quanto sua suposta infecção ginecológica. Contudo, o médico Cipolla só a menciona indiretamente, como um episódio secundário:

> Na segunda feira, Iara Iavelberg pediu para que o interrogando lhe comprasse uma caixa de "Albocresil", remédio para uso vaginal e aplicação local, tendo o interrogando lhe comprado tal remédio e lhe entregue; Iara lhe forneceu o dinheiro para comprar tal remédio e mais o dinheiro para que adquirisse um depilatório chamado Depilsam do tipo pomada, o que o interrogando também comprou e lhe entregou.[195]

Albocresil é o nome comercial do remédio policresuleno. Como medicamento ginecológico, é usado para tratar "inflamações, infecções ou lesões teciduais cérvico-vaginais (por exemplo, corrimentos cervicais e vaginais causados por bactérias, tricomonas, infecções fúngicas, vaginites)".[196] O produto Depilsam, por sua vez, consiste em uma pomada depilatória comum.

É importante se deter um pouco neste tema, dado que ele foi muito explorado pela repressão com os presos envolvidos no esconderijo de Iara – o grupo dos arquitetos e, sobretudo, José Cipolla, todos detidos em dezembro de 1970 – e, ademais, marcou algumas das reportagens na grande mídia que a citavam, a "atual amante de Lamarca".

Em 29 de maio de 1971, um ano mais tarde, a imprensa repercutiu uma nota dos órgãos de segurança a respeito de Lamarca, a qual afirmava que ele sofria desgaste dentro da organização guerrilheira – este tema será mais bem tratado no tópico 8.1. O *Jornal do Brasil* e a *Folha de São Paulo* publicaram um excerto extra da nota, intitulado *Ficha de Iara*:

> Amante de Lamarca, era casada em São Paulo com um médico, que desquitou-se dela ao surpreendê-la, seis meses após o casamento, em uma **festinha** com estudantes, entre os quais encontrava-se Carlos Alberto Soares de Freitas, **Breno**, do Comando Nacional da VAR-Palmares (foragido), que foi seu primeiro amante. Informam que ela conheceu Lamarca nos quadros do terrorismo, através de Breno, e após algum tempo passou a viver com ele. Tem participado de atividades terroristas e esteve em Registro, tendo "abandonado a área por haver contraído doença grave em órgão genital, segundo declarações de terroristas presos". Adianta ainda que Iara tem constantemente alugado apartamento a serem usados pela organização terrorista.[197]

Na narrativa da nota reproduzida pelo jornal, o fato de a "doença grave em órgão genital" vir depois da insinuação de que Iara era uma mulher de muitos parceiros sexuais – frequentadora de "festinhas", eufemismo para orgias – pode indicar que o objetivo era condicionar um ato ao outro.

---

[195] Idem.
[196] CONSULTA Remédios. Disponível em: https://bit.ly/42sGaSr. Acesso em: 21 mar. 2023.
[197] FICHA de Iara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, p. 14; OS órgãos de segurança e os próprios terroristas estão à caça de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 4.

A exigência por detalhes por parte dos interrogadores, em relação a José Cipolla, ultrapassa a ânsia por informações que permitissem localizar Iara: a menção à compra dos artigos ginecológicos, identificados a partir de seus nomes comerciais, meses após os fatos terem ocorrido revela determinada ênfase dada pelos interrogadores ao episódio. A descrição tem um tom de imoralidade, como se um assunto "proibido" estivesse sendo abordado: a saúde íntima de uma mulher. Iara passou de um mero "elemento" para uma militante mulher, o que pode ter sido inusitado, levando em consideração o fato de que os repressores eram homens e seus inimigos, os quadros das organizações, também – ao menos majoritariamente.

Como se sabe, infecções vaginais são comuns em mulheres. A candidíase, por exemplo, segundo Paulo César Giraldo, presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp), afeta 75% das mulheres anualmente. E, diferentemente do que muitos imaginam, "não é considerada uma doença sexualmente transmissível, já que é causada por fungos oportunistas que já vivem no corpo".[198] Essas informações são amplamente difundidas na atualidade. Na década de 1970, contudo, era um assunto pouco abordado e a condição de Iara pode, sim, ter sido associada à sua vida sexual, considerada inadequada para os padrões ainda mais machistas e conservadores da época. Vale ressaltar que as circunstâncias vividas pelos militantes no Ribeira foram extremamente propícias ao desenvolvimento de uma infecção como a de Iara, uma vez que, ainda segundo o diretor da Sogesp, o excesso de calor, umidade e enfraquecimento do sistema imunológico facilitam a manifestação de microrganismos.[199]

Destaco, ainda, que não foi a candidíase que causou todos os sintomas que fizeram Iara deixar a área e procurar um médico, mas sim os distúrbios hormonais, diagnosticados por José Cipolla. Tais problemas não eram incomuns em sua vida, e ela frequentemente sofria alterações também nos ciclos menstruais.

A irmã mais nova, Rosa Iavelberg, recordou de quando, ainda no apartamento da Rua Maria Antônia, Iara teria passado mal sozinha:

> Ela se sentiu mal no apartamento, ela teve um mal-estar, sozinha, fechada no apartamento, e ela deve ter ficado mais de um dia lá dentro passando mal, que ela não sabia, porque desmaiou. Ela tentou sair da cama, sentia uma dor muito forte de barriga, caiu e ficou assim até melhorar e que achava que tinha passado mais de um dia.[200]

Pessoas que conviveram com ela já na clandestinidade, recordam situações similares. Ana Matilde Tenório, que abrigou Lamarca em seu aparelho no primeiro semestre de 1969, antes da cirurgia plástica, rememorou as vezes em que Iara foi visitá-lo:

---

[198] VIGIANNO, Giuliana. Candidíase: saiba tudo sobre a doença que afeta 75% das mulheres. *Galileu*, 6 jul. 2017. Disponível em: http://glo.bo/3ln3Y9P. Acesso em: 21 mar. 2023.
[199] Idem.
[200] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.

> Eu tinha um lençol muito lindo que foi feito pela minha mãe como meu enxoval de casamento, que era um lençol todo branquinho... E uma vez, minha cama estava forrada com esse lençol, tinha-se trocado e a Iara foi lá para a casa, dormiu lá no quarto, e eu precisei, precisamos, tirar tudo, porque a Iara sangrou muito. Ela tinha algum problema ligado a essa parte ginecológica e tinha uma menstruação excessiva, às vezes meio fora de hora. Então, mas não era assim... Uma doença que soubesse nem nada, mas eu registrei esse problema por conta do lençol. E que ela me falou, "eu tenho... Ninguém estava pensando que fosse descer minha menstruação e tal, mas desceu".[201]

Ieda dos Reis relatou conversas que teve com Iara, também em 1969, sobre atendimento médico, especialmente para as mulheres:

> Ela pegou uma barra muito pesada, muito pesada fisicamente para ela... Teve um período que ela estava até muito magra, eu conversando com ela, a gente conversou bastante sobre essas coisas de cuidar da vida, também... Se alimentar. E o nosso grande problema era ir ao médico, muitas vezes a gente conversando para criar uma estrutura nisso aí, porque não dava para ir em qualquer ginecologista, não dava para ir em qualquer dentista. (...) A gente tem que ter uma alimentação saudável, a gente só comia o que dava, onde que dava. Nós não tínhamos possibilidade de ir ao médico, então a gente ia por conselhos... Então, por exemplo, evitar uma rede desconhecida de procurar um ginecologista, e muitas vezes eu pedi ajuda a amigos para isso daí, eu me lembro de ter conversado muito com ela sobre essa questão, da gente estar preparado, para as meninas, todas as mulheres que enfrentavam esse problema.[202]

A VPR, de certa maneira, contava com apoio médico sobretudo para ocasiões de emergência, como militantes baleados em confronto com as forças policiais. Mas os cuidados com a saúde rotineiros dos militantes que viviam na clandestinidade ficavam negligenciados pelos riscos que ir a uma consulta poderiam acarretar. Considerando que estavam sob constante tensão, como Ieda relatou, com alimentação desbalanceada devido à rotina exaustiva, mas também às dificuldades financeiras e de moradia e abuso de cigarros, por exemplo, os problemas de saúde física e psicológica deveriam ser recorrentes. Este, no entanto, não é um tema muito tratado na historiografia até aqui – os corpos e o bem-estar são abordados apenas quando se trata das violências físicas sofridas após as prisões.[203]

O caso de Iara, que agrega ainda as vivências extremas durante todos os meses de treinamento nas matas do Vale do Ribeira, permite compreender que os problemas de saúde não paravam em função da condição de clandestinidade. Algumas vezes, precisavam de tratamento imediato, ainda que não tivessem sido causados nas ações. O *Informe n° 3* do Comando, possivelmente de janeiro de 1970, fala da reorganização do Setor de Saúde como

[201] MOTTA, 2022, op. cit.
[202] REIS, 2022, op. cit.
[203] Algumas enfermidades são citadas nos trabalhos quando forçaram os militantes a se afastar da vida política, como é o caso de Herbert Eustáquio de Carvalho, que em 1971 se distanciou da organização por suspeita de câncer. GREEN, James N. *Revolucionário e gay:* a vida extraordinária de Herbert Daniel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

uma das prioridades da VPR, mas, nas quedas de abril, o desmantelamento da organização, sobretudo em São Paulo, frustrou os planos.

Durante as estadias nas casas de quase todos os arquitetos – com exceção de Sérgio Souza Lima, que solicitou a uma amiga que a abrigasse, sob o codinome de "Zazá" –, Iara pediu reuniões com o grupo, a fim de cobrá-lo de mais atuação na VPR. Em interrogatório atribuído a Júlio Barone, há mais detalhes:

> À época em que a Iara Iavelberg se encontrava em S. Paulo, possivelmente nos meses de abril ou maio do corrente ano, a mesma participou de uma reunião do seu grupo (os cinco arquitetos) aqui presos, na casa da mãe do declarante (...). Objetivo principal desta reunião era para Iara Iavelberg arquitetar as possibilidades políticas de participação dos companheiros do depoente; a mesma comentava sobre ocorridos no Vale do Ribeira e se mostrava bastante preocupada com a queda da área de treinamento.[204]

Anos depois, em entrevista, ele recordou a situação:

> Apesar de doente, abatida, ela estava muito firme. Naquela época, já estávamos perdendo gente, havia muita queda e sem muita perspectiva. Ela: "não me arrependo de ter entrado para a clandestinidade. Talvez devesse ter me preservado mais, pois a clandestinidade tolhe um pouco. Você é feliz porque pode viajar de avião para cá e para lá. Eu não, e sempre com risco grande".[205]

Com exceção dessa fala, há poucas menções a tais reuniões e à suposta pressão de Iara por mais envolvimento dos arquitetos com a VPR, nas entrevistas posteriores. Carlos Heck afirmou que a demanda era para que o grupo entrasse para a clandestinidade: "estavam precisando de quadros de comando clandestino. Não havia condição emocional, nem consciência política para isso, porém – era outro tipo de luta. Éramos mesmo quadros de apoio. A reunião era para discutir isso".[206]

Ao negarem a proposta de Iara, os arquitetos, em contrapartida, ofereceram auxílio para retirá-la do Brasil: "nesse dia, discutindo com ela, ela estava preocupada com o futuro dela. (...) Se pegassem ela, pegavam Lamarca, questão de honra militar. Ela estava cada vez mais contra a parede. Dissemos para ela que tinha de sair do país. Ela ouviu e discutiu-se como". No entanto, negou a proposta dos companheiros: "ela entendeu nossa preocupação, achava importante sair para a própria sobrevivência, mas se negou politicamente. Aceitou no nível da amizade, negou ao nível político".[207]

---

[204] ARQUIVO NACIONAL. Declarações que presta Júlio Baroni [sic] à equipe de interrogatório preliminar "A", das 17,25 às 21,40 do dia 4 de dezembro de 1970. In: *Resumo de declarações - grade de presos*. São Paulo, 22 dez. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006000.
[205] BARONE, s.d., op. cit.
[206] HECK, C., s.d., op. cit.
[207] Idem.

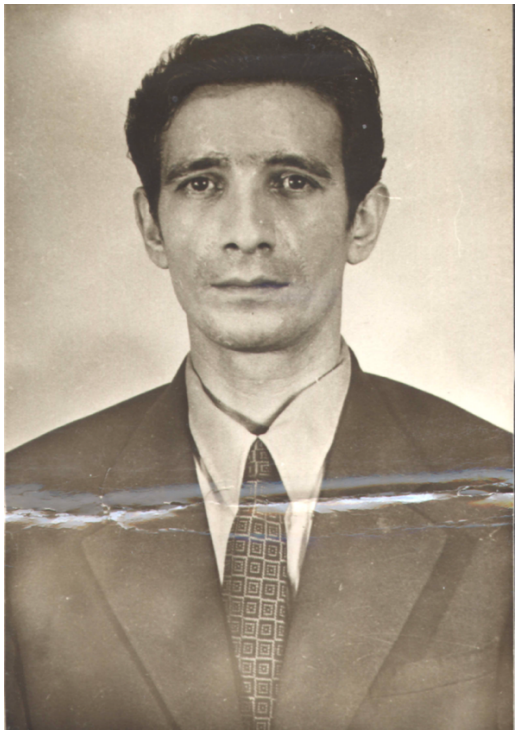
Heck destaca, ainda, que diante da negativa de Iara em partir para o exílio, a maior preocupação do grupo era recolocá-la em algum aparelho da Frente.[208] Diante da reconexão bem-sucedida dos arquitetos com Lamarca, após sua fuga da Operação Registro, ambos foram enviados temporariamente para o aparelho de Devanir de Carvalho, onde este morava com sua esposa Pedrina de Carvalho, conhecida como Dina, e seus dois filhos pequenos. Pedrina e Devanir se conheceram quando trabalhavam como operários em fábricas próximas. Após terem os filhos, ela parou de trabalhar para se dedicar à criação das crianças e aos trabalhos domésticos; ele continuou como torneiro mecânico, iniciando seu engajamento no PCdoB.[209]

Apesar de não ter relatos sobre este reencontro específico de Lamarca e Iara, uma fala de Jovelina Tonello, que morou com o casal no ano anterior, permite conjecturar: "vi os dois chorando juntos várias vezes, quando eles se reencontraram".[210] Após a operação do Vale do Ribeira – da qual Lamarca e alguns companheiros fugiram de forma espetaculosa – e as prisões de pessoas muito próximas aos dois – com risco de prisão da própria Iara em mais de uma ocasião –, ambos haviam vivido situações de risco muito sérias. Ademais, não tiveram a certeza, em diversos momentos, de que o outro estava em segurança. Dessa forma, é possível que o dia que marcou o reencontro do casal tenha sido permeado por ansiedade, alívio e muita emoção.

As condições físicas dos dois provavelmente contribuíam para materializar a proximidade da morte. Iara, segundo interrogatório atribuído a Ariston Lucena, permanecia padecendo dos problemas hormonais e de saúde até uma reunião realizada em julho – que será relatada mais à frente: "apresentava problemas de saúde e declarou que, após a organização conseguir dinheiro, ela iria se operar".[211] Lamarca, por sua vez, também sofria as consequências dos cerca de 40 dias tentando fugir do cerco no Vale do Ribeira; Barone recordou: "caiu o Vale, pegamos Lamarca, Fujimori; eles estavam nessa situação horrível, uma semana sem comer".[212]

[208] HECK, C., 2021, op. cit.
[209] CARVALHO, Pedrina José de. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 31 mar. 2021. 1 arquivo de áudio, 48'16", acervo pessoal; CARVALHO, 2014, op. cit.
[210] MANTOVANI e NASCIMENTO, s.d., op. cit.
[211] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/1, do dia 16 para 17 de setembro de 1970, das 2200 às 0500 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139.
[212] BARONE, s.d., op. cit.

Figura 52: Fotografia de Carlos Lamarca após cirurgia plástica, provavelmente tirada em1969, na qual se veem as cicatrizes próximas à boca



Fonte: Arquivo Nacional[213]

Isto faz pensar sobre a forte presença da morte entre as esquerdas e do medo que predominava, diante do terrorismo de Estado, sobretudo após o início do governo Médici.[214] Paralelamente, o medo também era central para legitimar as ações do Estado brasileiro contra o inimigo interno e o pacto que sustentava o regime ditatorial; mas, neste caso, seria o medo "do comunismo, da desordem, da 'cubanização' do país, do *terrorismo* e dos *terroristas*".[215]

Com a popularidade do presidente em alta, as evidências apontam determinados eventos, como a vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970, que potencializavam a euforia nacionalista e o apoio a Médici:[216] o "gozo feroz da turba ocupava as ruas depois de cada jogo, como aquela que percorrera a avenida Nossa Senhora de Copacabana, depois do 1 a 0 sobre a Inglaterra, urrando: 'um, dois, três, pau na bunda da rainha', espancando os carros

[213] ARQUIVO NACIONAL. *Fotografia - Carlos Lamarca*, s.d. Fundo Correio da Manhã, BR RJANRIO PH.0.FOT.20572.
[214] CORDEIRO, Janaína Martins. Coerção, consentimento e cotidiano durante os "anos de chumbo" na ditadura no Brasil. In: SCHITTINO, Renata; CORDEIRO, Janaína Martins (org.). *Caminhos da História Política*: os 20 anos do NEC-UFF. Niterói: PPGHistória-UFF, 2016.
[215] CORDEIRO, 2016, op. cit., p. 78, grifos originais.
[216] Idem.

que não tivessem na antena a fitinha verde-amarela ou o adesivo 'Brasil, ame-o ou deixe-o' no vidro".[217]

Com o intuito de disputar a narrativa e reverter a suposta "manipulação popular" através das comemorações ufanistas,[218] Iara e Lamarca, ao se reencontrarem, já estavam planejando os próximos passos; tanto em relação a ações – com prioridade para aquelas que pudessem libertar os presos – quanto à reestruturação da organização, principalmente em São Paulo. Para a segunda tarefa, o casal parecia insistir na atuação dos arquitetos, como demonstra depoimento atribuído a Júlio Barone:

> Lamarca solicita ao grupo que organizássemos a área de São Paulo, setor de inteligência, setor médico etc. O grupo decide não aceitar, não estando interessado em atividades políticas deste tipo. A comunicação é feita através de "Henrique". As solicitações continuam chegando. Pretendem que sejamos comando em São Paulo. Percebemos que nossa decisão foi ignorada. Decidimos que eu e Rodrigo fôssemos falar pessoalmente com Lamarca.[219]

Apesar de este depoimento ter sido obtido por meio da violência física extrema, acredito que as informações sejam precisas – afinal, tratava-se de fatos ocorridos meses antes de o interrogatório ser feito, com informações que não auxiliariam na localização imediata dos militantes citados. Ademais, quando concederam entrevistas, Júlio e Carlos Heck mantiveram as narrativas de forma parecida.

O interrogatório, então, prossegue com a descrição do encontro com Lamarca e Iara, realizado na casa de Devanir José de Carvalho: "Lamarca comentou fatos relacionados com a área, da necessidade de reestruturar a organização e que contava com nosso apoio. Procuramos explicar nossa posição e da impossibilidade de ajudá-lo. [Ele] pede que aguardemos a chegada dos representantes do Rio Grande do Sul e da Guanabara".[220] Tais militantes eram aguardados para a realização de uma espécie de "congresso", que, entre outras tarefas, elegeria outro comando.

Inês Etienne Romeu foi uma das que se deslocaram da Guanabara: "após os acontecimentos no Vale do Ribeira, reencontramo-nos em junho de 1970, em São Paulo. A

---

[217] ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*: contrates da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 322.
[218] A historiadora Janaína Martins Cordeiro chama a atenção para a necessidade de se questionarem os discursos de memória que reduzem as comemorações a imposições, atribuindo a adesão ou a indiferença da população em geral à ditadura apenas à mera "manipulação", fruto de uma propaganda oficial toda poderosa, cf. CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./jun. 2009, p. 96.
[219] ARQUIVO NACIONAL. Declarações que presta Júlio Baroni [sic] à equipe de interrogatório preliminar "A", das 17,25 às 21,40 do dia 4 de dezembro de 1970. In: *Resumo de declarações - grade de presos*. São Paulo, 22 dez. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006000.
[220] Idem.

VPR havia sofrido duras baixas, com prisões em São Paulo e Rio de Janeiro. Pensou-se, então, num sequestro para resgatar os companheiros presos".[221] Herbert Eustáquio também estava presente nesta reunião, e se recordou do papel fundamental da ALN para a concretização da ação, que foi comandada por Eduardo Leite.[222]

Ambos se lembram da participação de Iara nas discussões, mas de forma diferente. Inês afirmou: "Iara participou da reunião do comando em que se discutiu o sequestro do embaixador alemão, da redação final do manifesto – redigido por Lamarca – que foi publicado na imprensa, e da discussão sobre a relação dos nomes que seriam pedidos".[223] Herbert, por sua vez, compartilhou o exato oposto:

> Todas as vezes que vi a Iara foram em situações de aparelho que a gente passava, cruzava, falava três ou quatro palavras e não se falava. Porque ela vinha encontrar o Lamarca nos aparelhos que eu ia fazer reunião com ele. Eu encontrei com ela em São Paulo, sim, no aparelho do MRT, ela foi ver o Lamarca uma vez... (...) Nesse lugar, eu tinha reunião com o Lamarca. Eu não conversava com ela. Ela ficava, como outras pessoas da casa, fora da reunião. Lembrando, assim, procurando, eu tive vários contatos pequenos com ela.[224]

De fato, as fontes indicam que, depois de algum tempo na casa de Devanir e Pedrina, junto com Lamarca, Iara foi enviada para morar com outro comandante do MRT, Antônio André Camargo Guerra.[225] Com infraestrutura fornecida pelas organizações da Frente, ela se deslocava até a casa de Devanir, tanto para visitar o ex-capitão quanto para participar das reuniões que lá eram realizadas.

O relato de Pedrina Carvalho pode auxiliar na resolução desta divergência: em diversos momentos durante a entrevista, ela demonstrou considerar Iara como "militante", pois "participava das reuniões, ela estava lá junto com o pessoal". Em relação a suas próprias funções à época, Pedrina delimita uma diferença em relação à companheira: "não, era só o meu marido [que tinha militância], eu ajudava, eu fazia comida, cuidava dos companheiros que ficavam na minha casa. (...) Eu era só mulher mesmo, a gente dava apoio dessa forma".[226]

Ela prossegue demarcando ainda mais as distinções, ao ressaltar mais de uma vez que não participava das reuniões: "eles faziam reunião, mas como eu disse, eu não participava, eu não ouvia nada, eu não sabia nada, só quando dava notícia é que a gente ficava sabendo". Ademais, ao tratar da divisão das atividades domésticas na casa, afirmou: "[ela] ajudava muito...

---

[221] ROMEU, 1980, op. cit.
[222] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[223] ROMEU, 1980, op. cit.
[224] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[225] APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 209)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001140.
[226] CARVALHO, P., 2021, op. cit.

Quem ajudava mais, assim, na cozinha era o Lamarca, ele ajudava. Ô, olha, o grão de bico, a gente não tinha, nem conhecia grão de bico, aí ele me ensinou, ele fazia, sabe? Essas coisinhas, a gente lembra". Isto é, a breve fala de que Iara "ajudava muito", seguida pela referência à "ajuda" de Lamarca, parece indicar sutilmente que, na realidade, quem compartilhava destas funções era ele.

Ainda levando em consideração a divergência sobre a participação de Iara ou não nas reuniões, cabe destacar que, no encontro citado por Inês e Daniel, ambos foram designados para o comando da organização, substituindo Ladislau e Maria do Carmo. A Iara teria sido, mais uma vez, atribuído um posto de assessoria.[227] Observa-se que, mesmo com todo o histórico de engajamento e conhecimento da história e das pessoas que compunham a organização, não era considerado lhe dar uma posição na direção.

À primeira vista, não parece ser caso de machismo, dado que Maria do Carmo, e agora, Inês Etienne eram mulheres, o que não foi impeditivo para que ascendessem ao comando. Porém, elas são representantes de um tipo específico de mulher: não carregavam os "signos da feminilidade" de forma exacerbada; tinham um parceiro amoroso fixo, como Maria do Carmo, ou nenhum histórico de namoros de destaque, como Inês. Iara, além de agir de forma oposta às características citadas, tinha um impeditivo fundamental: era companheira do comandante.

Herbert Eustáquio afirmou: "a influência da Iara ficava muito evidente. Nas decisões políticas, na discussão, ela influenciava realmente o Lamarca. Do tipo, ela que soprava no ouvido dele todas as coisas, ela que corrompia, inclusive, a pureza dele. As pessoas falavam...".[228] O próprio Lamarca, em uma carta ao comando do MRT em agosto daquele ano, denuncia coisas consideradas como inapropriadas, ditas pelo militante Antônio André Camargo Guerra ("Márcio") a Iara, enquanto ela morava em sua casa:

> Colocações do companheiro Márcio à companheira Norma:
> (...)
> - O MRT guardava o companheiro Cid (da VPR), pois assim o Henrique (podia até ser inconsciente) se sentia "o bom" por estar entre as cúpulas. E que poderiam ter colocado o companheiro Cid (da VPR) e a companheira Norma (da VPR) em aparelhos separados para que a companheira Norma não influenciar o companheiro Cid, e o MRT poder influenciar o companheiro Cid a mudar de posição.
> A companheira Norma disse que tais colocações eram graves, e que encaminharia ao Comando da VPR um relato a respeito.[229]

[227] ROMEU, 1980, op. cit.
[228] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[229] COMANDO VPR. *Aos companheiros do MRT*, 7 ago. 1970. In: APESP. *Material apreendido no 'aparelho' de Dimas Antônio Casemiro (...), em 17 de abril de 1971, pela equipe de busca C-2*. Fundo Secretaria da Segurança Pública, 30-Z-160-9938.

Iara, após o treinamento, mudou outra vez seu codinome – muito provavelmente porque "Célia" também era utilizado por Denise Peres Crispim, que havia participado da captura do cônsul do Japão.[230] Algumas fontes apontam que alguns militantes do MRT se referiam a ela como "Madame" – não foi possível identificar se se tratava de um codinome adotado por ela, ou de um apelido.[231] Dada a vaidade extrema e a suposta origem "burguesa", é possível que fosse o último caso.

Sendo assim, o documento relatou que Antônio André teria dito a Iara, entre outras coisas[232], que o MRT – através da pessoa de Devanir de Carvalho ("Henrique"), um dos comandantes – optara por colocar o casal em aparelhos separados para evitar a influência política de Iara sobre Lamarca. Independentemente de a acusação ser procedente ou não, é indicativa da imagem dela como "dominadora", que rondava à época entre os militantes, tanto do comando quanto das bases – e que, sabe-se agora, chegava aos ouvidos do casal.

Há uma presença marcante dos mitos dos textos fundadores de *Gênesis* – os quais ela intitula de "antropologia androcêntrica" – no imaginário do que é ser mulher, mesmo no tempo presente: "continuam sendo objeto da história tudo o que esses mitos representaram na construção imaginária e real da diferença dos sexos. Vistos do lado das mulheres, eles simplesmente pesaram sobre a sua liberdade".[233] Tais escritos, que influenciaram as tradições cristã, judaica e muçulmana, colocam Eva, a primeira mulher, como criação de um deus masculino a partir da carne do primeiro homem, Adão. Outro trecho do texto bíblico é fundamental para a compreensão da subalternidade de Eva: "eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Que ela conserve, pois, o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva".[234]

No entanto, sabe-se o final da história: Eva induz Adão a cometer o pecado, comendo a maçã da árvore proibida: "a mulher induz o homem a transgredir. É, portanto, a responsável

---

[230] Este fato originou muita confusão nos órgãos de segurança. Há, inclusive, uma declaração atribuída a Ladislau Dowbor, na qual ele faz a distinção entre ambas as militantes: "'CÉLIA' da VPR é a 'CLAUDIA', cujo nome é IARA IAVELBERG; 'CÉLIA' da REDE é a irmã de 'JOEL' [Joelson Crispim], amiga [sic] de 'BASÍLIO' [Eduardo Collen Leite]". APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiê Preliminares (declarações prestadas)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS000171, p. 108.

[231] Em interrogatório atribuído a Job Alves dos Santos, militante do MRT, encontra-se: "quando de sua estada no 'aparelho' de Devanir José De Carvalho ('Henrique'), lá encontrava-se Carlos Lamarca ('Cid'), o mesmo estava acompanhado de uma mulher de codinome 'Madame', o qual o declarante julga ser Iara Iavelberg". APESP. *Declarações que presta Job Alves dos Santos (...) à Equipe de Interrogatório Preliminar "B", das 2300 às* [ilegível]*, em 27 mar. 1971*. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Pasta 50-Z-009-158/32.771.

[232] O historiador Yuri de Carvalho analisa as acusações feitas por Lamarca e Iara a Antônio André, cf. CARVALHO, 2014, op. cit., p. 222-224.

[233] SCHMITT-PANTEL, Pauline. "A criação da mulher": um ardil para a história das mulheres? In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 154.

[234] Ibid., p. 136.

pelo mal e pela infelicidade. Não é fidedigna; ela é pobre de espírito".[235] Esses são os elementos encontrados nos discursos dos militantes a respeito da influência de Iara sobre Lamarca: "ela que corrompia, inclusive, a pureza dele", como disse Herbert Eustáquio em trecho previamente citado.

Este discurso também foi sutilmente citado por Massafumi Yoshinaga, em sua entrevista de arrependimento. Desde maio de 1970, militantes presos vinham a público assumir-se arrependidos de seu envolvimento com a luta armada;[236] o primeiro grupo – composto com cinco ex-militantes da VPR presos durante a sucessão de "quedas" antes da saída de Lamarca do quartel[237] – não gerou tanto impacto na organização pelo fato de serem pessoas que há tempos estavam presos e sem contato com a militância.

Dois meses mais tarde, em julho, foi a vez de Massafumi, cuja carta teve ampla repercussão na mídia nacional, tanto escrita quanto televisiva, pela qual ele foi entrevistado em mais de uma ocasião. Na reportagem mais emblemática, concedida à TV Tupi, o entrevistador lhe pergunta sobre Lamarca: "o perfil do Lamarca era o de um líder autêntico ou um homem a serviço de terceiros?"; ao que Massafumi respondeu: "um homem a serviço de terceiros, agora que terceiros é que são elas".[238] À primeira vista, pode-se pensar tratar-se de conexões internacionais, como Cuba, China ou União Soviética – o que provavelmente foi o que compreenderam entrevistador e militares.

Todavia, em uma matéria publicada pelo *OESP*, Massafumi toca mais uma vez neste assunto: "para Massafumi, Lamarca não é realmente um comandante: 'existem certos elementos teóricos e que mantêm essa personalidade atuando. Ele, em si, não teria capacidade de qualquer tipo de atividade política e isto está bem demonstrado'".[239] Iara era conhecida pelos militantes – sobretudo aqueles que iniciaram o engajamento no movimento estudantil universitário, como Massafumi – por sua capacidade teórica, como ficou evidente em outros trechos. Talvez numa tentativa de conter a suposta interferência que exercia sobre o comandante, Iara foi enviada novamente para a Guanabara, como veremos adiante.

---

[235] Idem.
[236] Cf. GASPAROTTO, 2008, op. cit.; OS arrependidos. Direção: Ricardo Calil e Armando Tenore. São Paulo: Muiraquitã Filmes, 2021. Disponível em plataforma digital (83 min), son., preto e branco.
[237] Foram eles Marcos Vinício Fernandes dos Santos, Marcos Alberto Martini, Osmar de Oliveira Rodello Filho, Gilson Theodoro de Oliveira e Rômulo Romero Fontes
[238] CINEMATECA BRASILEIRA. *Massafumi Yoshinaga - Entrevista sobre crimes que cometeu junto com grupo terrorista de Lamarca*. São Paulo, 2 jul. 1970. 1 arquivo de vídeo, 7'07", p&b. Banco de Conteúdos Culturais, TV Tupi, código 15244-01.
[239] GESTOS de Médici levam à rendição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 1970, p. 16.

Os arrependimentos televisionados, como o de Massafumi, seguido por Celso Lungaretti também da VPR, em agosto de 1970, podem ser considerados como mais uma tentativa do regime de combater e refutar a "subversão".[240] Isso porque "o clima envolvendo o caso dos sequestros passou a compor definitivamente a realidade nacional. Os demais sequestros que ocorriam na América Latina, atrelados aos sequestros já ocorridos no país, demonstravam a força que esta tática da luta armada tinha alcançado".[241]

A VPR desestabilizou mais uma vez o regime, quando, em 11 de junho, conjuntamente com militantes da ALN, capturou, na Guanabara, o embaixador da Alemanha Ocidental no Brasil, Ehrenfried von Holleben. Foram utilizados os planos feitos por Juares Guimarães de Brito, morto quase dois meses antes, e que estavam nas mãos da repressão – justamente por esse motivo, os agentes pensaram que não seria utilizado. O diplomata foi liberado no dia 16 de junho, após 40 adultos e quatro crianças,[242] todos presos políticos, serem soltos e banidos para a Argélia, no dia anterior.

A ação teve consequências para Iara. No momento da captura do embaixador, uma das militantes participantes foi Sônia Lafoz, que atuava na UC da Guanabara; quando o carro se aproximou, ela deu um tiro na lâmpada da iluminação pública, conforme relatou:

> Lembra o casal que fica namorando e fazendo hora na escadinha da rua Cândido Mendes, local da abordagem? Eu era ela. Nosso objetivo era atirar e imobilizar o carro da cobertura depois que o carro do embaixador fosse abalroado. (...) Eu estava com uma [pistola semiautomática] Luger. De repente foi o tiroteio, o tiro na lâmpada. É uma coisa que acontece muito rápido, muito rápido.[243]

À época, a repressão atribuiu este feito a Iara. Fato é que a partir do dia 16 de junho, data em que o diplomata foi liberado, alguns jornais passaram a publicar notas sobre Iara – a

---

[240] Para a posição do Comando da VPR sobre os casos dos dois militantes, cf. O COMANDO. Comunicado interno n° 4, s.d. In: STM. *Autos findos 40.503*, São Paulo, v. 2, 1974, fl. 78, p. 233-236.

[241] LUIZ, 2015, op. cit., p. 39. Para a análise de capturas em outros lugares da América Latina, cf. LUIZ, Juliana Ramos. *O diplonnaping no Brasil:* uma análise sobre o processo decisório em política externa no governo Médici em face dos sequestros de diplomatas (1969-1971). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

[242] Aderval Alves Coqueiro (MRT), Almir Dutton (VPR), Altair Luchesi (simpatizante da VPR), Angelo Pezzuti da Silva (VAR-Palmares), Apolônio de Carvalho (PCBR), Carlos Eduardo Pires Fleury (ALN), Carlos Eduardo Fayal de Lira (ALN), Carlos Minc Baumfeld (VAR-Palmares), Cid Benjamin (MR-8), Daniel Aarão Reis (MR-8), Darcy Rodrigues (VPR), Domingos Fernandes (ALN), Dulce de Souza (VPR), Edmauro Gopfert (VPR), Eudaldo Gomes da Silva (VPR), Fausto Machado (VAR-Palmares), Fernando Gabeira (MR-8), Flávio Roberto de Souza (VPR), Ieda dos Reis (VPR), Jeová Assis (ALN), Joaquim Pires Cerveira (FLN), Jorge Nahas (VAR-Palmares), José Araújo de Nóbrega (VPR), José Lavecchia (VPR), José Ronaldo Tavares de Lira e Silva (VPR), Ladislau Dowbor (VPR), Liszt Vieira (VPR), Marco Antônio Azevedo, Maria José de Carvalho Nahas (VAR-Palmares), Maria do Carmo Brito (VPR), Maurício Vieira Paiva (VAR-Palmares), Melcides Porcino da Costa (VPR), Murilo Pinto da Silva (VAR-Palmares), Osvaldo Antônio dos Santos (VPR), Oswaldo Soares (VPR), Pedro Lobo de Oliveira (VPR), Ronaldo Dutra Machado (ALN), Tânia Regina Rodrigues (ALN), Tercina Dias de Oliveira (VPR), Vera Sílvia Magalhães (MR-8) e as crianças Samuel Dias de Oliveira, Luís Carlos Marques do Nascimento, Zuleide Aparecida do Nascimento e Ernesto Carlos do Nascimento.

[243] CARVALHO, 1998, op. cit., p. 379-380.

primeira vez em que ela era citada na imprensa desde junho de 1968, quando foi presa. *A Tribuna*, de Santos, na mesma página em que noticiou a chegada dos 40 libertados à Argélia, publicou sob o título *Procura-se uma morena bonita*:

> Trata-se de Yara Iadelberg [sic], que as autoridades apontam como companheira do ex-capitão Lamarca. Yara participou do sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental, foi quem fingiu namorar o rapaz nas escadarias da rua Fialho e ameaçou os moradores das imediações, de arma na mão, pouco antes de chegar ao local o Mercedes Bens da Embaixada. Yara Iadelberg, segundo as autoridades, participou também da Operação Vale do Ribeira.[244]

Figura 53: Sônia Lafoz, s.d.

Fonte: *TPM* / Bruno Miranda[245]

No mesmo dia, *O Globo* publicou *Iara, amante de Lamarca*, nota citada no início do Capítulo 7 – e a única deste período que contém uma fotografia –, reproduzida na íntegra aqui:

> Iara Iavelberg, amante de Carlos Lamarca, está sendo apontada pelas autoridades de Segurança como participante ativa do sequestro do Embaixador alemão. Iara tem um irmão, Samuel Iavelberg, que juntamente com a esposa, Miriam Abramovay Iavelberg, é militante da organização subversiva VAR-Palmares. A participação de Iara é interpretada como afirmação de prestígio junto a Lamarca, cuja esposa, hoje em Cuba com os filhos, era apontada como pessoa doente, que criava sérios entraves à vida irregular de ativista subversivo do ex-oficial, principalmente quando ele atravessou grandes dificuldades financeiras.[246]

[244] ARGÉLIA recebe os 40 presos políticos. *A Tribuna*, Santos, 16 jun. 1970, p. 7.
[245] LEMOS, Nina. Senhoras guerrilheiras. *TPM*, 1 abr. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3zj7eWO. Acesso em: 31 mar. 2023.
[246] IARA, amante de Lamarca. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1970, p. 16.

Figura 54: Nota d'*O Globo* sobre Iara, 1970

O GLOBO ☆ 17-6-70 ☆ Página 16

Iara, amante de Lamarca

Fonte: Acervo *O Globo*[247]

O *Jornal da Tarde*, que não possui acervo disponibilizado on-line, também reproduziu informações similares, segundo o Boletim Informativo do SNI:

> Os órgãos de segurança estão procurando a moça morena e bonita que participou do sequestro do embaixador von Holleben: Iara Iavelberg, ex-presidente do C.A. do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da USP. Segundo os órgãos de segurança, Iara é a moça que fingia namorar com outro terrorista, perto do local do sequestro, e que, além de atirar nos agentes de segurança, com um revólver, ameaçou moradores das casas próximas, que apareceram nas janelas. Também, foi ela, segundo os órgãos de segurança, quem telefonou às redações de jornais e rádios, informando sobre a localização das mensagens dos sequestradores. Iara é filha de proprietário de uma grande rede de hotéis, e ainda segundo os órgãos de segurança, participou de treinamentos de guerrilhas no Vale do Ribeira. Sua irmã (Miriam) também faz parte da VPR (JT).[248]

Embora tenham divergências cruciais – como a própria grafia do nome de Iara –, os textos apresentam similaridades suficientes para supor que foram escritos a partir de uma nota enviada pelos próprios órgãos de repressão.

Em alguns pontos, todavia, eles se contradizem: enquanto *O Globo* veiculou a informação correta a respeito de Miriam Abramovay ser sua cunhada, o *Jornal da Tarde* teria publicado não só que as duas eram irmãs, mas atribuiu características de uma à outra. A família de Miriam, na realidade, era a proprietária de hotéis em diversos estados do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. É frequente a confusão entre aspectos da vida das duas em documentos também da repressão: o codinome "Márcia", adotado por Miriam, foi atribuído a Iara em múltiplas ocasiões. Apesar disso, o JT traz uma informação correta e que aparece pouco nos documentos da ditadura: Iara como presidente do Centrinho da Psicologia.

[247] Idem.
[248] APESP. *Boletim informativo do SNI n° 142*, 18 jun. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.

Figura 55: Possível primeiro cartaz de "Terroristas procurados" com uma foto de Iara, s.d.

Fonte: *Folha de S. Paulo*[249]

O Globo publicou ainda uma fotografia recente de Iara, já com os cabelos curtos e castanhos escuros – sua primeira imagem, de acordo com levantamento para esta pesquisa, a ser divulgada nos cartazes de "terroristas procurados".[250] Tal imagem possui certa semelhança com a foto de Sônia Lafoz (Figura 59), mas não é possível afirmar que os agentes da repressão a tivessem em mãos, uma vez que foi publicada em uma reportagem de 2014 e fornecida à revista pela própria Sônia. Há a hipótese de que a mulher que atirou na lâmpada na ação tenha sido identificada como Iara apenas pela descrição das testemunhas de mulher de cabelos curtos e escuros.

Essa associação, aliada ao conhecimento de que Iara era amante de Lamarca, foi suficiente para que sua vida fosse mais profundamente investigada. No início de julho, seus pais foram convocados a prestar depoimento na Operação Bandeirante (Oban). Entre informações falsas fornecidas para despistar a repressão, David Iavelberg declarou – ecoado por Eva e Rosa[251] – que "já esteve na Operação Bandeirante, em fevereiro do corrente ano, para prestar declarações; (...) não vê sua filha Iara Iavelberg desde setembro de 1969".[252]

[249] CARVALHO, Mario Cesar. Tabus da Guerrilha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 mai. 1998.
[250] A VPR distribuiu panfletos em estabelecimentos comerciais, por volta desta época (meados de 1970), em conjunto com a ALN. Para o texto na íntegra, cf. STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 5, 1979, fl. 1225, p. 345.
[251] Embora não tenha suas declarações registradas, a reafirmação de Rosa foi apontada como uma observação no documento referente a Eva: "a filha da depoente, Rosa Pamplona, confirmou *in totum* as declarações de seus genitores".
[252] ARQUIVO NACIONAL. *Resumo de declarações*. São Paulo, 8 jul. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008182.

O zelador do edifício em que os Iavelbergs moravam em Higienópolis, desde fins de 1969, também foi convocado a depor:

> O casal David e Eva Iavelberg, foi residir no edifício Joia em dezembro de 1969; na ocasião fizeram a ficha de moradores, e na mesma incluíram dois filhos (Rosa Iavelberg e Raul Iavelberg); Rosa morou com os pais, até aproximadamente um mês atrás, quando mudou-se por motivo de casamento; que após a mudança, a mesma vai frequentemente visitar seus pais. Hoje, (3-7-70), o depoente foi procurado por dois elementos loiros: que não se identificaram e pediram informações sobre uma tal de Iara, filha do David Iavelberg; o depoente respondeu que a mesma visita seus pais quase que diariamente; confundiu a Iara com a Rosa, porque anteriormente já apareceram muitos policiais no edifício procurando pela Iara; a única filha do casal Iavelberg que o depoente conhece e viu no edifício é a Rosa Iavelberg; o casal Iavelberg tem recebido, muita correspondência do exterior.
> Observação: o depoente, confirma na presença de Rosa Iavelberg, que se referiu à mesma, aos membros da O.B, como sendo Iara; não reconheceu também a foto de Iara Iavelberg, que lhe foi exibida.[253]

Rosa se lembrou de situações como esta terem sido recorrentes a partir de 1970:

> A gente foi no DOPS, no DEIC e na OBAN. Com meus pais, sem advogado. Eles vinham buscar e traziam. Eu estava na casa dos meus pais. Não sei se por coincidência ou se eles esperavam eu chegar. Fomos levados uma vez às 11 da manhã e chegamos em casa às 8 da noite. Era só [para] verificar se a gente dizia a verdade ou não, se a gente tinha contato com ela ou não, se sabia onde ela estava. Primeiro ia meu pai, depois minha mãe, depois eu. E a gente ficava com aquela angústia de que o outro podia estar sendo torturado, que era uma época em que todo mundo era torturado. A gente ficava esperando lá embaixo. Com a gente eles nunca usaram de violência. Nem física, nem verbal. Ao contrário, eles deixavam transparecer que até tinham um pouco de medo disso, que estavam – tinham uma orientação – cumprindo ordens. E lá, formalmente, éramos bem tratados. O que maltratava a gente era a situação. (...) Tinha um porteiro aqui [no edifício de Higienópolis], minha mãe já morava aqui, que era da polícia. Esse cara às vezes [falava] que minha irmã teria chegado. Eles então entravam na casa da minha mãe, mandavam abrir os guarda-roupas... Uma vez, quando a gente foi levada, esse cara estava lá. Assim que acabou tudo, ele saiu do prédio. Ele foi colocado no prédio.[254]

Rosa menciona ainda telefones grampeados: "havia a sensação de que podia haver um aparelho de escuta no telefone, na TV. A gente convivia com essa situação persecutória dia e noite. Mas não podia se dar conta dela, tinha que viver".[255]

Em fins de julho, alguns amigos de Iara que não tinham envolvimento político foram procurados pela polícia. Foram encontrados registros de dois que prestaram declarações: Laerte Caiuby Coaracy e Rachel Rosenberg. Aparentemente, a repressão tomou conhecimento do último nome a partir de interrogatório atribuído a Antônio de Pádua Prado Junior, que foi aluno de Iara no Cursinho do Grêmio, preso por sua militância na VAR-Palmares: ao ter sido perguntado sobre a ex-professora, ele supostamente teria falado de sua relação próxima com

[253] Idem.
[254] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[255] Idem.

Rachel.[256] Ao que tudo indica, Laerte Caiuby foi convocado apenas para confirmar as características previamente descritas sobre Rachel; ele teria negado qualquer vínculo próximo seu com Iara.[257]

Figura 56: Cartaz da figura anterior exposto em espaço público, s.d.

Fonte: *Em busca de Iara*

As declarações da própria Rachel, no entanto, foram evasivas. Ela negou qualquer contato recente com Iara, afirmando que se recordava apenas que ela tinha se afastado da universidade em julho de 1968.[258] Na realidade, elas continuavam se encontrando periodicamente, conforme ela relatou, décadas mais tarde:

> Minha casa era um refúgio para ela, um refúgio em todos os sentidos, onde ela se encontrava com a família, que éramos nós, com amigas, que éramos nós, onde podia descansar a cabeça. Ela vinha bastante. Era como se eu fosse irmã mais velha. O que me ficou mais, com ela já na clandestinidade, ela visitando a gente disfarçada, escondida, só para visitar.[259]

[256] "Quando Iara Iavelberg era sua professora de Psicologia no Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia, a mesma era íntima de uma senhora de nome Raquel de tal (nome verdadeiro), a qual em 1967 trabalhou como psicóloga do Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia; o depoente desconhece qualquer implicação político-subversiva de Raquel; a mesma era também colega de sala de Iara, no Curso de Psicologia da U.S.P, era casada, tinha uns 35 anos de idade aproximadamente e tinha 1,65 de altura aprox., magra, cabelos castanhos claros, pele clara e era israelita". APESP. *Resumo de declarações prestadas por Antônio de Pádua de Prado Junior (...) à Equipe Interrogatório Preliminar C/2, no dia 28 de maio de 1970 das 0900 às 1200 horas*. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Pasta 50-Z-009-078/14.169.

[257] ARQUIVO NACIONAL. *Resumo de declarações prestadas por Laerte Caiuby Coaracy, à Equipe de Interrogatório Preliminar C/2, no dia 30 de julho de 1970, das 2200 às 2300.* Fundo Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV 0 ERE 00092000545201529.v.03

[258] ARQUIVO NACIONAL. *Resumos de declarações*. São Paulo, 5 ago. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008405.

[259] ROSENBERG, s.d., op. cit.

É pouco provável que Iara tenha continuado a frequentar a casa de Rachel Rosenberg depois de a repressão ter chegado a ela. O mesmo vale para encontros presenciais com Elias e Clotilde Magaldi, dada a proximidade de ambos com Laerte Caiuby.

Além disso, ocorreu uma apreensão fortuita de documentos pessoais de Iara na casa de Eduardo Kugelmas, professor da FFCL, em São Paulo, com quem ela havia tido um relacionamento em 1968. Ele atuava como simpatizante, chegando a ceder um apartamento seu, a pedido de Iara, para abrigar militantes procurados – como discutido no tópico 6.2.

Os documentos apreendidos foram:

> Um certificado de conclusão do Curso Ginasial; um certificado de conclusão do curso Científico; uma ficha modelo 18; duas fichas modelo 19; um certificado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; um atestado de idoneidade moral com duas cópias passado por pessoa não identificada.[260]

De acordo com o levantamento feito para esta tese, foi a partir destes documentos que a repressão tomou conhecimento de que Iara Iavelberg e Iara Haberkorn eram a mesma pessoa – especificamente graças aos relativos ao ensino básico, que tinham seu nome de casada. Ademais, foi após esta apreensão que Iara foi oficialmente indiciada (indiretamente) no processo da VPR.[261]

Cada vez mais isolada e com a repressão se aproximando, ainda no início de julho, Iara atuava para tentar recompor a Unidade de Combate da VPR em São Paulo. Após retomar contato com Yoshitane Fujimori, depois de sua volta do Ribeira, ambos promoveram uma reunião na Praia Grande, com militantes deslocados de outras regiões para integrá-la. Em documento escrito algum tempo depois, Lamarca propõe um diagnóstico da região:

> Enfocaremos a questão da UC/AR1 a partir da chegada do pessoal de Ribeira. Apenas três não caíram na crise de abril, estavam em contato com a REDE, que confundiam com a VPR, recebiam ordens do Bacuri, até que o pessoal de Ribeira restabeleceu o contato. Foram imediatamente incorporados à UC dois companheiros, sendo um designado a comandante da UC, logo em seguida, mais dois quadros que também estiveram em treinamento vieram a constituir a UC. A UC estava se estruturando, com apoio inicial do MRT, e com perspectiva de atuação somente em Frente. *O Comando/VPR considerou que a atuação em São Paulo era principal, por se constituir no centro político da esquerda, onde se solidificava uma Frente, e por ser o centro industrial do país*. Assim, transferiu um quadro da GB e um do Sul, e mais quadros recém-chegados do exterior. *Existia ainda em SP a Assessoria do Comando, cuja função não estava definida, mas que contribuía em termos de inteligência e contatos especiais*.[262]

[260] DEOPS. Auto de apreensão. São Paulo, 21 jul. 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 10, 1979, fls. 2416-2424, p. 45-68.
[261] DEOPS. Auto de qualificação indireta de Iara Iavelberg. São Paulo, 21 jul. 1970. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 10, 1979, fl. 2425, p. 71-72.
[262] APESP. Relatório sobre São Paulo, s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-9603, grifos meus.

O fato de o documento estar escrito no passado indica que a maior parte da estrutura se havia perdido quando foi redigido. O comandante ao qual Lamarca se refere era Yoshitane Fujimori. Ademais, nota-se que a organização previa atuação armada em São Paulo exclusivamente atrelada à Frente, para contar com o apoio das organizações envolvidas. Em relação ao último trecho destacado, acredito que a Assessoria do Comando que contribuía "em termos de inteligência" descrita pelo ex-capitão era representada por Iara.

Em interrogatório atribuído a Ariston Lucena – militante que participou do treinamento no Vale do Ribeira e, ao retornar à cidade, foi incorporado pela UC de SP – há detalhes sobre uma reunião realizada no litoral: tal evento teria sido coordenado por Iara "por possuir mais experiência política do que os demais participantes".[263] Consta ainda que ela teria exposto "a situação da organização, considerando-a muito combalida e necessitando de rearticulação; falou na necessidade de um trabalho de 'Frente', com as outras organizações, mormente a ALN; sendo que esta união é dificultada pelos problemas internos que afetam as várias organizações".[264]

Outros dos tópicos abordados teriam sido: "a) necessidade de novos sequestros; b) realização de ações de numerários;[265] c) trabalho de Frente com outras organizações".[266] Porém, em relação às ações de captura, a VPR teria apenas de realizá-las na Guanabara, graças à infraestrutura perdida em São Paulo.[267] Ariston teria ainda mencionado planos da Frente para a Semana da Pátria:

> 1. Instalação de um alto falante em carro, com fita gravada com dizeres contrários ao atual regime político. Este carro deverá ficar estacionado nas proximidades do desfile e com dispositivo de explosão ligado à porta do mesmo. O material explosivo deverá ser fornecido à VPR por Devanir José de Carvalho do MRT;

---

[263] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/2, do 5 de setembro 1970, das 1630 às 1730 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139, p. 37.

[264] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/2, do 20 de agosto de 1970, das 0900 às 1230 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139, p. 11.

[265] Para as ações armadas realizadas pela Frente entre 1969 e 1970 levantadas pelo DOPS, cf. APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 116)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001037.

[266] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/2, do 26 de agosto de 1970, das 1000 às 1230 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139, p. 160.

[267] OBAN. Resumo de declarações prestadas por Ariston Oliveira Lucena (...), à equipe de interrogatório preliminar C/2, do 5 de setembro 1970, das 1630 às 1730 horas. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139, p. 37.

> 2. Panfletagens: serão lançados panfletos subversivos do interior do carro em alta velocidade. "Dudu" [Mário de Freitas Gonçalves] foi o encarregado de mimeografar os panfletos;
> 3. Instalação de alto-falantes em árvores com fita gravada próxima da zona de desfile ou no Centro da cidade;
> 4. Colocação de faixas em locais de difícil acesso para não serem retiradas. O MRT também deverá participar dessas ações.
> Com relação à instalação de alto-falantes em árvores, não sabe se seriam instalados no dia anterior ou posterior ao desfile de 7/9/70.[268]

Não obstante tais iniciativas, o Comando enfrentava uma fase de grande desprestígio com as bases, principalmente diante das muitas quedas, assassinatos, perda de infraestrutura e consequente falta de dinheiro. Em entrevista, o militante José Maurício Gradel, que atuava na Guanabara, recordou: "naquela época, a gente ficava tendo que fazer ações para a sobrevivência. As ações não eram de propaganda armada, eram para comer durante um tempo. Volta e meia a gente fazia uma ação um pouquinho maior e aí dava para liberar para fazer política".[269] Em carta manuscrita, sem data, dirigida ao Comando por um militante de codinome "Edison", encontra-se o seguinte:

> Ao fazermos uma análise de nossa luta e nossa atuação, chegamos à triste conclusão que ela, a cada dia que passa, esvazia-se cada vez mais. (...) A cada dia sentimos dentro desse quadro de coisas, menos condições de atuar. A cada dia que passa, sentimos que estamos mais distantes da revolução. Urge modificarmos nossos métodos de atuação. Urge que a direção fique mais atenta aos problemas que a O. enfrenta. Urge que a direção ausculte a opinião de todos os membros. Urge que a direção seja mais dinâmica.[270]

Em documento assinado por Lamarca, intitulado *Exigir e contribuir*, o Comando tenta fazer uma autocrítica, mediante os diversos posicionamentos – para além do de "Edison" – que provavelmente estavam surgindo[271]:

> Quanto à composição do Comando, achamos que estava facilitando a centralização de tarefas, ocasionando o enfeixe de poder cada vez maior nas mãos de poucos. Enquanto o Comando da organização acabava-se assoberbando-se, caía na antiga prática assistencialista, viajando constantemente para discutir com os comandantes de UC, militantes ficavam marginalizados [ilegível] de dar maior contribuição. (...) As consequências da centralização sentimos claramente hoje.[272]

[268] Idem.
[269] apud CHAGAS, 2000, op. cit., p. 90-91.
[270] EDISON. Aos companheiros da direção da VPR, s.d. In: STM. *Autos findos 1.452*, São Paulo, v. 4, 1979, fls. 841-842, p. 109-112.
[271] Por exemplo, ADOLFO. Carta aberta aos militantes da VPR, 11 ago. 1970. In: STM. *Apelação 39.769*, Rio Grande do Sul, v. 3, 1974, fls. 928-931, p. 715-721.
[272] CID. Exigir e contribuir. São Paulo, 20 jun. 1970. In: APESP. *Pasta 50-Z-009-086.* Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Arquivo Geral, documento n° 16.044M.

É provável que "Cid" estivesse se referindo a viagens feitas por Maria do Carmo, antes de sua prisão, entre Guanabara, Rio Grande do Sul e São Paulo, e ao fato de ela fretar aviões para sobrevoar e fotografar áreas que poderiam ser adquiridas para iniciar a guerrilha rural.[273]

Ao mesmo tempo, como o próprio título do texto evocava, o Comando demandava:

> As deficiências da organização só serão superadas num esforço conjunto de todos. Não aceitamos vítimas nem cumpridores de ordem. Assim, militante deve EXIGIR E CONTRIBUIR: 1) formação teórica; 2) formação teórico-militar; 3) prática política; 4) prática político-militar; 5) planejamento de sua UC e de sua base; 6) informações.[274]

A colocação da "formação teórica" em primeiro lugar, antes mesmo da "formação teórico-militar", talvez seja reflexo da tão temida influência de Iara sobre Lamarca. Simultaneamente, pode ter sido resultado das reflexões e experiências do ex-capitão na área de treinamento – afinal, o *Caderno Jaraguá* demonstra em diversas ocasiões seu descontentamento com a pouca formação teórica dos participantes.

Em consonância com o texto do companheiro, sob o pseudônimo de "Norma", Iara escreveu *Conjuntura orgânica* em 1° de agosto, em que ela inicia afirmando:

> Estamos em crise. Estamos quem? A VPR? Não. A esquerda está em crise. (...) Estamos em crise, em franca defensiva, ou melhor, estamos criando condições para retomarmos uma etapa defensiva. A reação está numa grande campanha de ofensiva. Precisamos nos voltar para dentro e planejarmos nossa resposta política.[275]

Ela prossegue se referindo ao documento de Lamarca, apontando que este abriu o debate interno para várias questões, das quais ela se concentrará em uma: "o problema da formação do quadro". Neste ponto, ela defende o Comando:

> Não se admite colocações individualistas e subjetivas do problema, colocações que subentendem uma dicotomia eu/organização, colocar-se de fora do coletivo. Neste tipo de colocação subjaz uma concepção paternalista do Comando, como o único coletivo responsável, que deve propor, ser criativo, dizer o onde, o como, o quando, o que cada um deve fazer e ainda cobrar, supervisionar, analisar os resultados. (...) Até hoje, a ideia da formação do quadro veio associada à lista de livros didáticos ou a de cursinhos. Não negamos a importância e utilidade de ambos, apenas são insuficientes para formar um combatente. Um combatente (nunca é demais lembrar) que precisa encaminhar o processo revolucionário do Brasil em 1970. Esta realidade concreta: Brasil, 1970, é a que deve ser interpretada e transformada.[276]

Ao longo de todo o texto, "Norma" apregoa a autonomia do militante, argumentando que, se este está ciente da conjuntura brasileira da época e dos deveres e objetivos do revolucionário, não precisa ser "tutelado" pelo Comando. Em certo ponto, ela insinua que as

---

[273] BRITO, s.d., op. cit.; CHAGAS, Fábio A. G. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 1970.* Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 90.
[274] Idem.
[275] NORMA. Conjuntura orgânica. São Paulo, 1 ago. 1970. In: STM. *Autos findos 40.503*, São Paulo, v. 1, 1974, fls. 185-187, p. 555-559.
[276] Idem.

dificuldades enfrentadas podem ser contornadas com o aproveitamento das ferramentas já instituídas pela organização: "um grande passo nesse sentido seria dado se os indivíduos lembrassem do óbvio incluído no próprio nome: ponto de emergência, notem, é de emergência, existe para este tipo de situação. Nada justifica a paralisação à espera do planejamento".[277] Assim, ela cobra que os militantes sejam mais proativos em situações de dificuldade, deixando subentendido que o Comando não é onisciente – numa possível alusão ao isolamento também do Comando, que operava de forma extremamente limitada, graças à necessidade de confinamento total de Lamarca, por exemplo. Dessa forma, ainda que de forma sutil, Iara se coloca como parte integrante e atuante do Comando, mesmo que extraoficialmente.

No mais, o que parece ser o ponto principal apontado por ela neste escrito é a atribuição de muitos aspectos da crise identificada à falta de formação teórica generalizada entre as bases:

> Atualização é fator básico para a formação que levará à atuação correta. Através dos veículos de comunicação da burguesia, podemos coletar dados para serem investigados e aprofundados. (...) O quadro tem que ser formado para atuar nesse nível. (...) Não se trata de dar um voto de confiança ao Comando, trata-se antes de cada militante se fazer merecedor de confiança através de sua dedicação à causa revolucionária, buscando seu aperfeiçoamento, para podermos, enquanto organização, desempenhar as tarefas históricas do momento.[278]

O que se depreende deste excerto é que Iara cobrava atualização teórica e midiática dos militantes, para que estes estivessem cientes e preparados para a realidade material que enfrentavam.[279] Se até o racha da VAR, as questões de tática e o caráter da revolução eram o

---

[277] Idem.
[278] Idem.
[279] Aparentemente seguindo estas prerrogativas e na tentativa de iniciar um debate teórico dentro da organização, pouco tempo depois, Lamarca (sob novo codinome, "Sylas") escreveu um documento, *O revisionismo e o social-imperialismo*, no qual criticava acontecimentos recentes na URSS (em suas palavras, "assistimos no atual momento histórico o reviver do stalinismo na política interna russa"). Ele considera o que chama de "revisionismo" russo extremamente perigoso, pois tentou estender sua influência aos diversos cantos do mundo – no Brasil, através do PCB, mas também por meio de "agentes KBG" infiltrados nos movimentos revolucionários brasileiros (SYLAS. O Revisionismo e o social-imperialismo. São Paulo, 25 ago. 1970). Foi, então, questionado pelo texto *Interpretação crítica ao documento "O revisionismo e o social-imperialismo"*, assinado pelo militante "Ariboia" [José Maria Ferreira de Araújo], recém-chegado após treinamento em Cuba: "creio que não estamos em condições de nos manifestarmos e assumirmos posições radicais sobre problemas que afetam o campo Socialista. (...) Muitos dos argumentos usados pelo companheiro estão corretos. Mas que benefício nos traz? Para nós, as afirmações contidas neste documento têm um valor menor do que aquelas que nós conseguimos com a nossa prática revolucionária, a projeção de nossas ações e a afirmação de nossa linha" (ARIBOIA. Interpretação crítica ao documento "o revisionismo e o social-imperialismo". São Paulo, 11 set. 1970). Em 16 de setembro, Lamarca respondeu através de *O revisionismo - negação do marxismo*, marcando sua posição próxima à de Iara: "neste documento, queremos aprofundar a discussão, ao mesmo tempo que fazemos um chamamento às bases das UC para a discussão. Por meio da discussão política é que nos aperfeiçoaremos, é o sangue que circula nas veias de uma organização revolucionária" (SYLAS. *O revisionismo: negação do marxismo*. São Paulo, 16 set. 1970). Apenas alguns dias depois, em 23 de setembro, "Ariboia" foi assassinado por agentes do DOI-Codi e II Exército, e teve seu laudo necroscópico falsificado pelo médico legista Isaac Abramovitc, que assinou diversos laudos falsos, sendo da mesma equipe de Harry Shibata. Isaac era casado com Gicela Abramovitc, irmã de Samuel Haberkorn e ex-cunhada de Iara Iavelberg.
Os documentos citados nesta nota estão em STM. *Apelação 40.503*. São Paulo, v. 1, 1974, fls. 168-174, p. 521-533.

cerne da discussão, Iara demonstrava que a preocupação, neste momento, girava em torno de estratégias para manter a dedicação à revolução, diante dos avanços da repressão.

A "conjuntura" daquele período estava permeada por recusas. A violência se tornava cada vez mais extenuante e justificava o afastamento de pessoas que antes estavam devotadas à causa. O grupo dos arquitetos era exemplo disso: Sérgio Ferro pedira afastamento para resolver problemas pessoais; os outros estavam descrentes diante da necessidade constante de ações de expropriação, supunham que o lado ideológico havia se perdido em nome da demonstração de força.[280] Diante disso, recusavam qualquer atuação aprofundada – mantendo contatos apenas por solidariedade e medo de represálias.[281]

Iara encerra seu documento da seguinte forma: "aguardo manifestação dos companheiros em torno dos assuntos levantados. Aguardo também manifestação dos companheiros em torno de outros problemas. ABSTENÇÃO É RECUO".[282] As letras maiúsculas exercem pressão sobre aqueles que não desejavam ser vistos como "recuístas".

Observa-se que a cobrança de Iara começou consigo mesma: ela, que antes pouco se posicionava e frequentemente passava desapercebida nas reuniões, havia denunciado comportamentos que considerou inadequados por parte do militante do MRT – originando uma carta do Comando da VPR à organização – e escrevia seu primeiro documento assinado em meses, em tom de forte cobrança. Ela parece reafirmar seu compromisso com a revolução e dedicação exclusiva a esta, mesmo em época obscura, em oposição aos chamados "desbundados": "o processo revolucionário é seletivo. A depuração através da prática militante é um fato. 1964 não nos deixa mentir. 1964 foi a penúltima grande crise da esquerda".[283] O que se conclui a partir disso é que 1964 representou a crise e o descrédito da maior referência da

---

[280] HECK, C., 2021, op. cit.

[281] Em interrogatório atribuído a Rodrigo Brotero Lefèvre, há o seguinte relato: "as atividades do grupo do interrogando durante o ano de 1970, foram mantidas mais pela amizade que tinha por Iara Iavelberg, do que propriamente pela vontade de prosseguir no trabalho de subversão da 'VPR'; que, quando Iara, já no mês de agosto de 1970, reuniu-se com o grupo para discutirem problemas que haviam surgido dentro da 'VPR' na Guanabara, o interrogando e seus companheiros, começaram a pensar em se afastar dessas atividades ilegais, uma vez que em linhas gerais, não vinham concordando com as violências desencadeadas pela 'VPR' nos últimos meses" (DOPS. Auto de qualificação e interrogatório de Rodrigo Brotero Lefèvre. São Paulo, 11 mar. 1971. In: STM. *Apelação 40.503*, São Paulo, v. 3, 1974, fls. 502-507, p. 99-109).
Já em depoimento atribuído a Júlio Barone: "com a chegada dos elementos do Rio ('Daniel') e do Sul, compareço novamente à casa de 'Henrique'. Lá estavam ainda Lamarca e Iara. Foi eleito um novo comando nacional a saber: Lamarca, 'Daniel' e uma moça do Rio. O responsável em São Paulo fica sendo 'Joel'. Desta feita, coloco como definitiva a nossa decisão em não participar da organização. É solicitado ao grupo que mantenha alguns contatos com 'Joel'. Não posso recusar, pois tanto Iara como 'Moisés' sabem como nos localizar" (ARQUIVO NACIONAL. *Resumo de declarações - grade de presos*. São Paulo, 22 dez. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006000, p. 54).

[282] NORMA. Conjuntura orgânica. São Paulo, 1 ago. 1970. In: STM. *Autos findos 40.503*, São Paulo, v. 1, 1974, fls. 185-187, p. 555-559.

[283] Idem.

esquerda de então, o PCB; se o processo revolucionário é seletivo, restam apenas aqueles que estão verdadeiramente engajados na luta – como ela e Lamarca.

Em algumas definições, desbunde é caracterizado como "perder o autocontrole, perder as estribeiras, tirar o disfarce, causar espanto e impacto. Vem daí a possibilidade de relacionar o desbundado e o louco, o alienado, o vagabundo".[284] A gíria, contudo, guarda ambivalência: "ora usada como adjetivo acusatório, a designar 'alienação' política, ora em acepção positiva, como sinônimo de quebra de tabus, revolução comportamental-sexual, anticonsumismo, anarquismo e pacifismo".[285]

Apesar de se desconstruir a polarização entre as duas posições – o "desbundado" e o "guerrilheiro" – ao demonstrar que poderia haver convergências e/ou sujeito de um lado que flertasse com o outro, em seu documento, Iara parecia rechaçar justamente esta possibilidade, associando a imagem do "recuísta" ao pior dos males. Neste ponto, revela que sua perspectiva estava muito influenciada por aqueles que desbundaram na televisão, como Celso Lungaretti e Massafumi Yoshinaga.[286]

Após sair do aparelho do militante do MRT Antônio André Camargo Guerra, Iara alugou um quarto em uma pensão no bairro da Aclimação, junto com Inês Etienne.[287] Este local era próximo ao novo aparelho para o qual Lamarca foi transferido, ainda sob custódia do MRT, na Vila Mariana: a casa de Joaquim Alencar de Seixas ("Roque"), onde morava com sua esposa Fanny Akselrud Seixas e dois de seus filhos – entre eles, Ivan Akselrud de Seixas, que já militava na organização do pai, na época com 15 anos.[288]

Inês recordou da fachada criada por Iara para alugar o quarto: "ela disse à mulher, quando tratou do aluguel, que éramos guias de turismo e viajávamos por todo o Brasil. Assim, para reforçar a fachada, muitas vezes entramos na casa com a Iara falando inglês e eu fingindo

---

[284] OLIVEIRA, Leonardo Davino de. Desbunde e resistência: terceiras margens do lado de lá do lado. In: WERKEMA, Andréa Sirihal et al. *Conversas sobre literatura em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2017, p. 109.

[285] DINIZ, Sheyla Castro. *Desbundados & marginais:* MPB e contracultura nos "anos de chumbo" (1969-1974). Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, p. 17.

[286] KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos. Associação Nacional de História, XXIV Simpósio Nacional de História, *Anais...*, São Leopoldo, 2007.

[287] ROMEU, s.d., op. cit.

[288] Segundo interrogatório atribuído a Antônio André Camargo Guerra (do MRT), a transferência do aparelho de "Henrique" para "Roque" ocorreu pelo seguinte motivo: "com a queda de Denise Peres Crispim, mulher do 'Bacuri' e com a saída de Waldemar Andrew das fileiras do MRT, 'Henrique' temeu a queda do seu aparelho (...); a fundamentação do receio de 'Henrique' em ser descoberto o seu aparelho, era o fato de não saber até que ponto Denise e 'Nestor' poderiam identificar o mesmo, ou a região em que se localizava". ARQUIVO NACIONAL. Resumos de declarações. São Paulo, 12 mai. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80002721.

entender".[289] A suposta onipresença da repressão tornava, para o militante clandestino, "imprescindível empenhar-se por prudência, em um jogo de desinformação. (...) A qualquer momento, as aparências de normalidade poderiam se transformar em situações de alarme, o que requeria que eles estabelecessem a distribuição das informações sobre si em função dos distintos cenários e situações".[290]

Exemplo disto é o depoimento de Nilza Rossi, proprietária de uma residência no bairro de Indianápolis, São Paulo, concedido ao DOI-Codi em abril de 1971, a respeito do aluguel de um quarto em sua casa a Iara:

> Pelos meados do mês de agosto de 1970, apareceu um rapaz em sua residência, que neste DOI veio a saber ser Antônio André Camargo Guerra [MRT], para alugar um quarto para sua prima cuja mãe havia falecido e, por essa, razão pensava sair de casa; não é costume seu alugar cômodos em sua residência para qualquer pessoa, sendo que em geral exige documentos de local de trabalho. Este caso fugiu à regra que sempre adotava, porque o rapaz, pelo seu modo de falar, lhe inspirou confiança. (...) Neste DOI, folheando o álbum de fotografias, reconheceu a moça em questão como sendo Iara Iavelberg. Naquela ocasião, ela estava de cabelos bem curtos pintados de ruivos; aparentava 25 anos, bem magra, com aspecto doentio e sofrendo de asma. Pagou a hospedagem e as refeições adiantadas.[291]

Interessante notar que, caso tenha se tratado de fato de Iara, ela utilizou uma fachada completamente diferente da usada para o quarto na Aclimação. Mesmo indivíduo clandestino que convivia em mais de um local desempenhava múltiplos "papéis", às vezes, inclusive, no mesmo dia.[292]

Não obstante estivesse com o quarto alugado, desde agosto, para quando precisasse se deslocar a São Paulo, Iara vivia majoritariamente na cidade do Rio de Janeiro, dividindo um aparelho com Inês Etienne e Herbert Eustáquio. Localizado na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 371, o apartamento havia sido cedido por Maria Nazareth da Cunha Rocha ("Helena"), militante da Frente de Libertação Nacional (FLN), que possuía uma imobiliária, a "Sociedade Bolívar de Administração de Bens", através da qual facilitava o aluguel de imóveis para militantes de esquerda.[293] A simpatizante da VPR também auxiliava os três com dinheiro, neste período de dificuldade financeira da organização.

No dia 26 de agosto, no entanto, "Helena" foi presa[294] enquanto cobria um ponto com Inês Etienne: "uma noite, final de agosto, fui me encontrar com a dona do apartamento e assisti

---

[289] ROMEU, s.d., op. cit.
[290] ACSELRAD, 2015, op. cit., p. 169-170, grifos meus.
[291] ARQUIVO NACIONAL. *Resumo de declarações*. São Paulo, 30 abr. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008514.
[292] ACSELRAD, 2015, op. cit., p. 167.
[293] ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 2039/CIE/69*. Brasília, 26 set. 1969. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003400.
[294] ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 2794-A/78 - Maria Nazareth Cunha da Rocha*. Rio de Janeiro, 12 set. 1978. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.78005229.

à sua prisão em frente a um teatro. Voltei ao apartamento, correndo, para avisar os companheiros: 'temos que sair daqui imediatamente'. Pegamos algumas roupas e saímos".[295] "Cheguei e disse: 'caiu o apartamento'. 'Sério?'. Podia ser humor negro [sic]. 'Para já'. Eu não sabia quanto ela aguentaria. 'Caiu a dona'. Saímos na hora".[296]

As duas, sem Herbert, foram para um hotel por falta de opções. De acordo com a descrição de Inês, tratava-se de um local abastado, localizado no Leblon, por isso os "talentos" de Iara foram utilizados:

> Era certo que tínhamos carteiras de identidade falsas, mas o ponto principal era não causar suspeitas na gerente do hotel, seja pela aparência ou justificativa aceitável para estarmos ali. Iara ficou incumbida de resolver o problema, pois sabia se impor aos empregados da burguesia, fazendo-se passar por uma pessoa dessa classe social. Fiquei impressionada com o seu "desempenho".[297]

Após chegarem ao quarto, ela rememorou um momento de "relaxamento":

> O quarto era ótimo. A tensão é tão grande, que você não sente que está sob ela. É o instinto de sobrevivência. Ligamos o ar condicionado para entrar debaixo do cobertor. Tomamos banho, um lanche com chocolate, pães, suco. Só nessa hora contei para ela [sobre a prisão de Nazareth]. A gente não tomava calmante. Conseguimos dormir, relaxar. Eu com muita pena da Nazareth, gostava demais dela. Mas era a vida.[298]

Por meio do relato de Inês, compreende-se que, mesmo diante de situações extremas e de forte risco de vida, criavam-se "espaços de normalidade" para lidar com a violência cotidiana. Frequentemente, porém, eram lembradas de que desviavam do que era definido como "normal" pelo regime ditatorial; eram subversivas, "anormais", portanto, precisavam fugir: "nesta ocasião, por exemplo, não podíamos ficar muitos dias no hotel, não só por falta de dinheiro, mas também por questão de segurança. Iara, então, levou-me a um lugar misteriosíssimo":[299]

> Era tipo de convento, pensão num convento. Tive que ensinar oração católica para ela, fazer sinal da cruz, em nome do pai, ave-maria. "Você não precisa nem rezar, mexe só a boca". Tinha horário. Não podia chegar depois das 8 horas da noite. Nós nunca arriscamos. À noite, a gente ria muito. Ela pediu para nunca usar o local: "cai e arrebenta as pessoas".[300]

De acordo com o relato, não parece se tratar de simpatizantes religiosos que auxiliaram as duas, sabendo de sua militância, mas sim de uma pensão comum, para a qual Iara deve ter usado documentos falsos. O fato de Iara precisar fingir estar rezando é mais uma evidência neste sentido.

---

[295] ROMEU, 1980, op. cit. Em depoimento a Judith Patarra, Inês detalha ainda mais a situação, cf. ROMEU, s.d., op. cit.
[296] ROMEU, s.d., op. cit.
[297] ROMEU, 1980, op. cit.
[298] ROMEU, s.d., op. cit.
[299] ROMEU, 1980, op. cit.
[300] ROMEU, s.d., op. cit.

Inês recordou ainda que as duas saíam cedo da pensão e voltavam sempre até o horário-limite, 8 horas da noite. Apesar de se ausentarem o dia todo da pensão, não há muitos indícios de tarefas de militância de Iara neste período na Guanabara que ocupassem todo o seu dia, para além de cobrir alguns pontos esparsos. Inês se lembrou de dias em que elas não tinham nada para fazer: "tivemos um encontro à tarde e tínhamos algumas horas pela frente sem nada para fazer. Convidei-a para vermos uma reapresentação do filme *West Side Story*. Ela não aceitou e disse-me que não iria ao cinema, já que o Lamarca não podia fazer o mesmo. Eu fui".[301]

A atriz Dina Sfat, então casada com o também ator Paulo José Gomez, relatou que encontrou com Iara na Praia de Ipanema neste período, enquanto passeava com sua filha pela orla. O casal a conheceu na época do Tusp, quando Paulo José atuou como diretor de algumas produções:

> Eu estava sentada num banco, com o carrinho, e veio uma moça conversar comigo. Foi chegando, não reconheci, até que ela chegou muito próximo e vi que era a Iara. Ela estava de peruca, com lencinho no pescoço, toda maquilada, toda arrumada, peruca castanha, não muito comprida, mais ou menos no ombro. E ela disse: "não resisti. Te vi e não resisti. Eu precisava vir falar com você (...). Eu não vou poder ficar muito tempo aqui, estou indo embora, só vim aqui para te dar um abraço, estão me esperando lá na frente". Peguei e dei meu telefone para ela. Falei: "se você puder, liga para a gente". E ela foi embora.".[302]

Em entrevista concedida oito anos antes da de Dina, Inês Etienne compartilhou suas memórias sobre este dia:

> Houve uma passagem com a Iara. Foi num período em que estávamos sem dinheiro e precisávamos de certa quantia com urgência para resolver um problema. Estávamos numa kombi, a Iara, Celso Gilberto de Oliveira[303] e eu, quando ela viu um casal de amigos, na praia de Ipanema. Pediu que o Celso parasse a kombi e marcou um encontro conosco para mais tarde.[304]

Ambas recordam de um segundo encontro no mesmo dia, na casa da atriz. Paulo José a teria buscado no mesmo local para levá-la à sua residência: "num banco de praia, ela estava sentada olhando o mar. Reconheci, claro. Sentei do lado dela. Começamos a conversar. Mas eu não podia imaginar Iara de dia, em Ipanema. A sensação era de que estava uma pessoa cansada. Parada, olhando o mar".[305]

---

[301] ROMEU, 1980, op. cit.
[302] SFAT, Dina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1988. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[303] "Nascido em 26 de junho de 1945, em Porto Alegre (RS), Celso Gilberto de Oliveira trabalhava como corretor de imóveis. Era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), quando desapareceu em dezembro de 1970, após ser capturado por agentes do CISA - Centro de Informações da Aeronáutica e ter passado alguns dias preso no DOI-CODI/ do I Exército". CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA. In: *Memorial da Resistência*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/40OVdo8. Acesso em: 3 abr. 2023.
[304] ROMEU, 1980, op. cit.
[305] GOMEZ, Paulo José. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

Dina Sfat afirmou que fora um encontro amistoso apenas: "naquele dia de tarde, ela foi em casa. Telefonou e foi lá. Tinha muita saudade da gente. O contato que a gente tinha tido antes era caloroso, uma coisa muito amorosa. (...) Ela não nos pediu nada".[306] Já Inês tem outras memórias:

> Pediu ao casal que procurasse determinada pessoa da sua família, apanhasse umas joias que lhe pertenciam e providenciasse a venda. Eles ficaram de fazer isso e deram-lhe o endereço deles no Rio para que ela os procurasse dentro de determinado prazo. Quando Iara os procurou, eles tinham se mudado do apartamento.[307]

Moacyr Vilella, que havia sido do Tusp e militava clandestinamente na ALN, também apontou que Iara lhe contou uma história parecida, no último ponto que cobriram juntos: "ela procurou o Paulo José e a Dina, que eram amigos nossos e estavam morando no Rio. E eles se recusaram a recebê-la, fugiram dela. Iara queria dinheiro. Fugiram até do contato. Foi a última vez que vi a Iara e ela estava muito chateada".[308]

A entrevistadora apresentou estas versões a Dina, que negou veementemente:

> Ela nunca mais nos procurou, acho que numa preocupação em não nos comprometer. Ela foi generosa nesse sentido. Ela não nos pediu nada. Era apavorante a época, era Médici, era o pior. (...) Nunca, nunca. É uma coisa grosseira pensar isso de mim e do Paulo. Nós sempre tivemos medo, mas nunca se permitiu fugir.[309]

Não é possível saber o que de fato ocorreu. Ao mesmo tempo, é interessante analisar as duas possibilidades e suas implicações nos cotidianos sob a ditadura. Do ponto de vista dos militantes clandestinos, a recusa de auxílio – tanto financeira quanto socialmente, relativa à acolhida – de pessoas que antes se mostravam simpáticas à causa é indicativa do isolamento cada vez mais profundo das esquerdas revolucionárias, dado que não encontravam apoio na sociedade. Uma fala de Dina é significativa neste ponto: "Iara não nos pediu nada, mas se ela nos pedisse alguma coisa, provavelmente a gente diria que não, porque *nós não estávamos na mesma luta que ela. Qualquer coisa mais comprometedora, violenta*".[310]

Nos anos posteriores à ditadura, conformou-se um discurso de memória de que a luta armada havia sido uma espécie de "braço armado" da resistência democrática ao regime: "os que haviam se levantado com armas nas mãos, bravos jovens, generosos, mas equivocados".[311] Nesse imaginário, "a condenação da opção guerrilheira como instrumento político por parte de

[306] SFAT, 1988, op. cit.
[307] ROMEU, 1980, op. cit.
[308] VILELLA, s.d., op. cit.
[309] SFAT, 1988, op. cit.
[310] Idem, grifos meus.
[311] REIS, 2014, op. cit., p. 9.

liberais e setores da esquerda pecebista se pautava na perspectiva que as ações armadas retroalimentavam a violência repressiva do regime".[312]

Ao mesmo tempo, se o casal de atores de fato negou auxílio a Iara – como apontam Inês e Moacyr –, ao concederem a entrevista, na década de 1980, não pareceria "digno" recusar ajuda àqueles que resistiam à ditadura. Pode-se observar este sentimento na fala de Dina supracitada: "é uma coisa grosseira pensar isso de mim e do Paulo". De certo modo, a reação da atriz compõe aquilo que chamamos de o "mito da sociedade resistente": tal narrativa, que torna o passado de repressão menos doloroso, transforma toda a sociedade em opositora do regime autoritário, esquecendo-se do apoio, do consenso e até da indiferença.[313]

A própria VPR parecia compreender o afastamento de alguns simpatizantes, como apontou um documento elaborado pelo Comando, em outubro de 1970:

> Aliados, nos seus contatos iniciais, se intimidam por seu desconhecimento do tipo de compromisso possível de assumir com a O.; em segundo lugar, pelo temor natural sobre a segurança, advindo das quedas anteriores. Deve-se, neste trabalho, ter como regra fundamental que aliado deve ser protegido, já que sua exposição à repressão é maior (são legais). Com isto, pode-se conseguir confiança mútua, o que é decisivo para realizar um bom trabalho.[314]

As orientações estão em um extenso documento produzido pelo Comando com, entre outras considerações, táticas para "romper o isolamento" da organização, já diagnosticado naquele momento.[315] No caso de Iara, a situação analisada permite fazer duas observações: a) sobretudo a partir de 1970, após a grave crise de abril, sua vida clandestina foi majoritariamente permeada por momentos de *ócio*; b) nestes momentos, a necessidade de assistência afetiva, e por vezes até mesmo financeira, a levou a atitudes extremas, como o contato com pessoas com quem não convivia há tempos.

Zenaide Machado de Oliveira, na época militante da Unidade de Combate Juares Guimarães de Brito (UCJGB), baseada no estado da Guanabara, relatou sobre Iara: "quando no Rio, ela não era militante da linha. Linha: unidade de combate. Acho que por força da natureza da ligação dela com Lamarca ficou impossibilitada de atuar na linha".[316] Herbert Eustáquio

---

[312] NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, nov. 2015, p. 24.
[313] GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *História e memória das ditaduras no século XX*. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
[314] COMANDO/VPR. Relatório 1 - C/VPR. 14 out. 1970. In: STM. *Apelação 39.769*, Rio Grande do Sul, v. 3, 1974, fls. 897-904, p. 653-667.
[315] O historiador Jean Rodrigues Sales discute as tentativas de diversas organizações de romper o isolamento, ainda durante a ditadura, em seu artigo: SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 31, set./dez. 2020.
[316] OLIVEIRA, Zenaide Machado de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

compartilhou impressões no mesmo sentido: "a história dela nesses dois anos [1970 e 1971] é uma história de alguém aprisionado. Eu tenho a nítida impressão de que ela foi sendo imobilizada dentro de uma vida 'aparelhar'. Vivendo de aparelho em aparelho, sendo mais ou menos empurrada".[317] Além disso, em interrogatório atribuído a Delci Fensterseifer, que havia participado do treinamento no Vale do Ribeira, ele teria dito: "o declarante ignora se Iara Iavelberg faz parte do Comando Nacional, pois nunca mais, após sua saída da área de treinamento, ouviu falar dela".[318]

A clandestinidade estava associada à profissionalização do militante – ou seja, quando este passava a dedicar toda a sua vida às ações da luta armada.[319] Não há nenhuma evidência que indique que Iara tenha participado diretamente de ações armadas urbanas, antes ou depois da clandestinidade – ficou limitada a atividades de apoio, como os transbordos, levantamentos etc. –, embora, ao menos durante um período, requisitasse muito. Depois de seu relacionamento com Lamarca, essa possibilidade parece ter se anulado completamente, sendo que a participação no treinamento do Vale do Ribeira foi provavelmente sua única experiência neste sentido.

Assim, há uma questão importante: "não ter suas expectativas em relação à vida clandestina correspondidas era o dia a dia de inúmeros militantes que entravam para a clandestinidade política".[320] Além disso, observa-se como o isolamento de sua realidade inicial, objetivo central da clandestinidade, para aumentar as chances de se atuar em segurança, poderia se transformar em confinamento:

> Quando a luta clandestina era vista como uma alternativa real e concreta, uma possibilidade verdadeira de se fazer avançar a luta armada no Brasil, o choque de realidade trazido pelo contraste entre aquilo que se desejava e aquilo que, de fato, era possível realizar vinha carregado de enormes frustrações.[321]

Neste caso, à luz dos relatos previamente citados, vê-se que o caso de Iara tem algumas especificidades: em adição às decepções geradas pela dificuldade em implementar a guerrilha no campo – comuns a todos os militantes, de forma geral –, ela possivelmente tinha que lidar com a impossibilidade de *agir* concretamente para isto. Isto porque, diante de seu relacionamento amoroso com Lamarca, ela poderia ser vista como ameaça à segurança de seu companheiro – considerado o quadro de maior valor da VPR e, em certos momentos, de toda a luta armada brasileira.

---

317 CARVALHO, H., s.d., op. cit.
318 ARQUIVO NACIONAL. *Resumo de declarações*. São Paulo, 2 dez. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008110.
319 RIDENTI, 1993, op. cit.
320 LACERDA FILHO, 2011, op. cit., p. 101.
321 Idem.

O militante Wellington Moreira Diniz foi o único que, em entrevista a mim, sugeriu esta explicação para o engessamento total da atuação de Iara: "foram tiradas questões dela por chamadas 'questões de segurança', entende, que acho que isso é uma sacanagem. (...) para que ela não pudesse ter dados que sacaneassem o Lamarca, aí é sacanagem".[322] Quando perguntada sobre este assunto, Maria do Carmo Brito respondeu: "era assim. Ponto".[323]

Portanto, ainda que, a partir de 1970, estivesse "informalmente" integrada ao Comando da VPR desde a rearticulação da organização, o cotidiano de Iara na clandestinidade neste momento parece ter sido atravessado pelo confinamento em aparelhos, ficando limitada a atividades e decisões teóricas sobre os rumos da VPR. Enquanto outros militantes, tanto em conjunto com a Frente quanto apenas nas UCs internas, aumentavam exponencialmente o número de ações armadas – principalmente expropriações a bancos e supermercados – para contribuir com o caixa da organização e, ao mesmo tempo, com a chamada "propaganda armada".[324]

Em relação à Frente, pode-se dizer que sua criação visava romper o isolamento da esquerda armada e (re)conquistar o apoio das várias camadas da sociedade civil. Mesmo esta, no entanto, recebia duros golpes. Um destes foi a prisão de Eduardo Collen Leite ("Bacuri"), importante quadro da ALN e forte atuante da Frente, detido em 21 de agosto no Rio de Janeiro, por agentes do Cenimar.

Lamarca, que seguia morando no aparelho de Joaquim Seixas do MRT, em São Paulo, para evitar que isso ocorresse consigo, ficava completamente "fechado" – ou seja, sem sequer poder abrir as janelas. Ivan Seixas, filho de Joaquim, relatou: "ele passava o dia preso, não podia nem abrir para tomar sol, a gente fazia esquemas de deitar no chão para o sol entrar, e ele deitado no chão. Ele não podia ser visto, nem ver onde estava. Passava sozinho, com aquela tensão, escrevendo, amarrado com as responsabilidades".[325]

Ivan afirmou ainda que Iara ia frequentemente ao aparelho para as reuniões e ficava mais alguns dias para fazer companhia ao ex-capitão:

> Acabava a reunião, a Iara ficava um ou dois dias. E era muito interessante como ela fazia bem para ele (...). Quando tinha encontros com ela, às vezes nem tinha reunião,

[322] DINIZ, 2022, op. cit.
[323] A pergunta feita foi: "A senhora relatou para Patarra, em algumas ocasiões que, embora estivesse na casa onde determinada reunião era realizada, Iara não participava da reunião em si. A senhora sabe me dar uma razão para isso? Ela ficava, de fato, mais como 'acompanhante' do Lamarca do que como militante?". BRITO, Maria do Carmo. [Relato sobre Iara Iavelberg]. WhatsApp, 23 nov. 2021. 19h16. 1 mensagem de WhatsApp.
[324] Esta fase da organização, com grande atuação na Guanabara, foi brevemente apresentada pela historiadora Carla Silva, no tópico "A prisão do Comando Juarez de Brito" do Capítulo XII de seu livro *A revolução da VPR*. Cf. SILVA, 2021, op. cit., p. 230-233.
[325] SEIXAS, Ivan A. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

> ele melhorava de humor, tomava banho. Ele não tinha saco para tomar banho (...) E a gente comemorava: 'chegou a Iara, vai ter banho?'.[326]

Figura 57: Iara Iavelberg em setembro de 1970

Fonte: *Estadão Conteúdo*[327]

A rotina árdua, de quando estava apenas com os moradores da casa, não se suavizava muito com a vinda de Iara ou dos outros companheiros para reuniões, por conta dos assuntos tratados. As discussões giravam em torno das ações para numerário e captura de diplomatas para libertar os presos: "as reuniões deles aconteciam, duravam mais ou menos um dia. E aí Iara ficava lá. Interrompiam para cozinhar, minha mãe cozinhava, era apoio e fachada". Ivan recordou, porém, que sua mãe, Fanny Seixas, não gostava de Iara:

> Ela tentava agradar minha mãe, mas ela não queria conversa. Minha mãe não deixava falar. Iara veio e disse: "e aí, o que que é, você está meio estranha comigo. É por que estou namorando com Cid?". E minha mãe: "não é nada disso". Com Iara era muito claro: "não aceito. Ele é casado". Dizia para a gente. Iara tentou várias vezes, conversava, abraçava, ajudava ela na cozinha, fazia questão de não deixar minha mãe de empregada, dizia "quer que faça alguma coisa?", e minha mãe toda dura.[328]

---

[326] Idem.

[327] Sabe-se a data exata de quando esta foto foi tirada, 30 de setembro de 1970, na Avenida N.S. Copacabana, 945, porque foi apreendida entre os pertences de Iara após ela ser assassinada, na Bahia. A foto anexada ao processo é a mesma, mas está em baixa qualidade, por isso a fonte para a utilizada neste trabalho é o *Estadão Conteúdo*. Cf. CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Relatório – Delegacia Regional da Bahia, Departamento de Polícia Federal. Salvador, 21 ago. 1971. In: STM. *Autos Findos 90*. Bahia, 1975, vol. 1, fl. 44, p. 83.

[328] Idem.

Mais uma vez, então, Iara enfrentava problemas de aceitação com uma mulher que a recebia em sua casa. Fanny – apesar de ser mais velha que Jovelina e Pedrina – trabalhara como professora e tinha histórico de militância no PCB antes de conhecer o marido.

Embora Ivan Seixas tenha relatado a resistência da mãe em entrevista, na década de 1980, a mim, além de não fazer qualquer referência ao caso, negou que Iara – ou qualquer outra mulher – enfrentasse, nas organizações, problemas resultantes do machismo e dos padrões morais vigentes na sociedade como um todo. Ao contrário, afirmou:

> A gente tinha um padrão moral que é diferente, ela não era amante dele, ela era companheira dele, era mulher dele. (...) Nós, dessa fase da esquerda... Nós temos uma característica, que é muito importante as pessoas que não viveram essa época entender. Hoje, você fica discutindo tudo, naquela época nós fazíamos. Então, nós nunca paramos para discutir o papel da mulher, porque a mulher é uma igual para mim, ela está junto. (...) Apesar de não discutir o papel da mulher, a gente respeitava, "tamo junto", mais ou menos assim.[329]

Depois de resolvidos os problemas do aparelho de "Henrique", Lamarca foi novamente deslocado para lá, ficando apenas cerca de um mês, pois a VPR decidiu que ele também iria para a Guanabara em definitivo. Ivan e seu pai, Joaquim, encontrariam novamente o casal para a ação de transporte, no início de outubro.

Com Pedrina, o relacionamento era diferente do de Iara com Fanny. Segundo relatos da própria, as duas conversavam muito e trocavam dicas de beleza, para auxiliar na descaracterização para a vida clandestina: "ela não tomava sol, aí ela usava meia fina, para ficar com a pele mais morena e pintava o cabelo né para ficar diferente. Ela não tinha aquela liga, que ela usava, aí eu peguei o elástico [ri]. (...) eu me lembro que ela arrumou meu cabelo, para fazer a foto para tirar o documento [falso]".[330] Esta última situação consta no interrogatório atribuído a Pedrina, quando de sua prisão, em abril de 1971:

> No mês de setembro ou outubro do ano de 1970, em companhia de Iara Iavelberg estiveram no ateliê fotográfico Eliete, localizado no centro da cidade, tirando fotografias; Iara Iavelberg tirou uma dúzia e meia de fotos, assim distribuídas:
> a) 1/2 dúzia para carta de habilitação
> b) 1/2 dúzia para passaporte
> c) 1/2 dúzia para carteira de identidade
> Esclarece ainda que Iara Iavelberg deu o nome de "Cecília" para o proprietário do ateliê. A declarante também tirou 1/2 dúzia de fotos 3x4 e encontra-se em sua bolsa apreendida neste DOI.[331]

[329] SEIXAS, Ivan A. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 28 ago. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º10'07", acervo pessoal.
[330] CARVALHO, P., 2021, op. cit.
[331] APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiê de depoimentos produzidos pelo DOI-Codi (Pasta 2339)*, 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS02339.

Figura 58: Iara Iavelberg, 1970

Fonte: Apesp[332]

É possível que estes documentos, no caso de Iara, fossem para substituição aos antigos, devido à ampla divulgação de sua última foto (Figura 52) em cartazes e jornais. No caso da 3x4 tirada com Pedrina, vê-se Iara com cabelos um pouco mais compridos e mais claros – provavelmente uma peruca – e bastante maquiada, tal como a descreveu Dina Sfat.

Pouco depois da prisão e assassinato de "Toledo", em 23 de outubro, Iara e Lamarca foram levados à Guanabara, em ação executada conjuntamente pelo MRT e pela VPR. De acordo com interrogatório atribuído a Ivan Seixas, foram três veículos no "comboio":

> Na frente ia o depoente e seu pai "Roque" [Joaquim Seixas] desarmados em sua kombi; no meio, ia "Cid", Iara Iavelberg, "Leda" [Inês Etienne] (essa dirigindo um VW azul, ano 68) e o elemento desconhecido; atrás ia um VW verde claro ano 68, ocupado por "Juraci" [José Rodrigues Ângelo Junior] e o "Marcio" [Antônio André Camargo Guerra].[333]

[332] APESP. *Prontuário - Iara Iavelberg,* s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DOPS-Santos, Prontuário n° 1.997.
[333] ARQUIVO NACIONAL. *Resumo de declarações*. São Paulo, 3 mai. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008519.

Com exceção dos passageiros do carro do meio, os outros eram todos do MRT, que permaneceriam atuando em São Paulo, onde contavam com grande infraestrutura e contingente de militantes. Esta despedida, no entanto, não representou o fim da Frente; apenas o início de laços com uma nova organização que viria a integrá-la, cuja atuação estava concentrada na Guanabara: o MR-8.

7.3 "Nunca, nem inserida na produção burguesa, me senti tão inútil": a crise final e o adeus à VPR

> **E:** A senhora mencionou o Lamarca, a senhora o conheceu pessoalmente?
> **AO:** Sim, conheço. Atravessamos com ele do Rio de Janeiro pra São Paulo [sic]. A minha filha tinha na época... O meu filho Marcello tinha na época um ano. E quem carregava ele no colo era a companheira do Lamarca, a companheira do Lamarca, sei lá, aquela brancona, não me lembro o nome dela. Uma branca, alta, que era a companheira dele. O Marcello estava sentado no colo dela, porque ele parecia com ela. Porque meu marido... Meu filho é branco, meu marido também era branco. E aí atravessamos com eles. Passaram como uma família branca. (...) Ela era alta, branca. Eu era empregada deles.
> **E:** Ah, a senhora era empregada?
> **AO:** É, eu estava passando por empregada. Era a família e eu.[334]

A entrevista citada acima foi concedida para esta pesquisa por Atamilca Ortiz Novais, indígena do estado do Amazonas, de região próxima ao rio Xingu. Era casada desde 1968 com Walter Ribeiro Novaes, guarda-vidas do antigo Serviço de Salvamento Marítimo do Rio de Janeiro.[335] Embora haja poucos registros do início da militância de Walter, sabe-se que, em 1970, ele, que usava o codinome "Careca", e outro guarda-vidas, de codinome "Cavalo", integravam a VPR. Em seu livro *Os carbonários,* Alfredo Sirkis, na época também da VPR, se refere aos dois, afirmando que militaram no primeiro MR-8, organização que foi extinta ainda em 1969: integravam o chamado "grupo dos proletas".[336]

A própria Atamilca, no entanto, apontou que não teve opção de decidir ingressar ou não no grupo político: "a gente era quase que obrigado a entrar aí, porque para salvar a pele. Para salvar a pele, para a [organização] dar segurança para a gente. Os grupos que já estavam mais fortes iam dar segurança para os outros".[337] Desta forma, então, ela passou a exercer funções de "fachada e apoio" destinadas às esposas, como ficou evidente no tópico anterior; por isso, participou da ação de transferência de Lamarca e Iara de São Paulo para o Rio, passando-se por empregada, e cedendo seu filho para se passar por filho do casal.

---

[334] NOVAIS, Atamilca. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 1 mai. 2021. 2 arquivos de áudio, 27'17" e 7'05", acervo pessoal.
[335] GUARDA-VIDAS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1964, p. 8.
[336] SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014, p. 233-234.
[337] ORTIZ, 2021, op. cit.

Assim, o "elemento desconhecido" citado no interrogatório atribuído a Ivan Seixas, mencinado no fim do tópico anterior, era Walter, que passaria a ter grande convivência com o casal a partir da mudança. Inês Etienne recordou que foi ele quem conseguiu o aparelho no qual Iara e Lamarca viveriam, no Rio de Janeiro:

> Fomos para um pequeno sítio na localidade de Rio d'Ouro, no estado do Rio de Janeiro. Era modesto, com um barraco de madeira, com um quarto, cozinha e varanda. Não havia banheiro, e sim uma fossa a alguns metros de distância da casa. No fundo do terreno passava um pequeno riacho onde se tomava banho e eram lavados a roupa e vasilhame. Antes de chegarmos, Walter e eu avisamos que o local era acanhado, que as condições materiais eram incômodas – não havia água encanada, nem luz elétrica, e precisaríamos usar lampiões. Mas eles adoraram. Estavam juntos, e Lamarca finalmente não precisaria mais ficar trancado num apartamento, poderia andar pelo mato de que tanto gostava.[338]

Há dois bairros com este nome, ambos "rurais": um no município de Niterói e outro na cidade de Nova Iguaçu. À época, os dois pertenciam ao estado do Rio de Janeiro, por isso não foi possível identificar de qual dos locais se trata.

O sítio foi frequentado por militantes da Frente e, majoritariamente, da VPR. Alguns praticamente moravam no local, como Inês Etienne, Walter Novaes, Herbert Eustáquio e Gerson Theodoro de Oliveira. Entre eles eram divididas as tarefas domésticas, segundo as memórias de Inês: "Iara e Lamarca eram encarregados de fazer a comida, pois ambos eram excelentes cozinheiros. A louça era lavada por mim, Walter, Gerson ou Herbert, quando estávamos lá".[339]

Quando não estavam recebendo pessoas para reuniões, o tempo era dedicado a muito estudo e escrita, práticas que o Comando cobrava cada vez mais das bases em seus documentos.[340] No mais, pela falta de eletricidade, os militantes ocupavam o tempo com jogos e brincadeiras, como relembrou Inês: "como distração, havia um rádio de pilha. Também jogávamos buraco, de vez em quando".[341] "Nos jogos de adivinhar filmes, ela [Iara] era rápida, eu também. Isso em Rio d'Ouro. Mas a gente ria mais que qualquer coisa. (...) Cantávamos bastante. Iara não era expansiva como a gente. Era mais calma".[342]

Ao mesmo tempo, Inês recordou, havia momentos sem jogos:

> Quando chamávamos pelo Lamarca e Iara, eles diziam: "agora não. Agora nós vamos namorar". Iara dizia-me que desejava que o amor deles se aprofundasse cada vez mais. Não faltavam, porém, pequenas cenas de ciúme. Uma ocasião, em Rio d'Ouro, durante uma "seresta", Lamarca cantou uma música do Dorival Caymmi, "Marina",

[338] ROMEU, 1980, op. cit.
[339] Idem.
[340] Idem.
[341] Idem.
[342] ROMEU, s.d., op. cit.

> e Iara, por razão que desconheço, retirou-se da sala. Lamarca explicou que era ciúme e foi atrás dela.[343]

"Marina" era o apelido pelo qual Lamarca chamava sua esposa, Maria Pavan, justamente em função da canção de Caymmi.[344] Ivan Seixas lembrou de o ex-capitão viver um dilema muito grande em relação à família em Cuba, fazendo questão de explicar seu relacionamento com Iara: "uma vez, para se desculpar por ter duas mulheres, porque afinal era isso, um dia ele me pintou a figura da mulher dele como horrível, que não entendi nada, enormemente gorda, nada na cabeça, e que mandou para fora porque podia causar algum problema".[345]

Quando já viviam em Rio d'Ouro, chegavam as primeiras notícias do exterior, dos militantes que foram trocados por diplomatas – entre eles, os de origem militar, como Darcy Rodrigues e José Araújo de Nóbrega, que logo saíram da Argélia em direção a Cuba. Dulce Maia, que também deixou o Brasil com os 40, relatou:

> Em Cuba, foi muito difícil a forma com que se falou do relacionamento de Lamarca e Iara à família [dele]. Insisti na importância de Lamarca para Iara e Iara para Lamarca, para explicar a relação à Marina. Darcy contou para ela de forma brusca. Ele foi muito bruto.[346] (...) Darcy até falou de Iara com outros homens. Eu falei que Iara pode ter sido mulher com várias relações. Mas encontrou Lamarca e parou. Mostrei à Marina que Lamarca não podia viver sozinho na clandestinidade. Ela, que não tinha preparo, soube compreender. O papel dela com Lamarca foi importante. Também tinha de haver fachada, de família.[347]

A insatisfação com o relacionamento não se resumia apenas a questões pessoais: como dito anteriormente, os militantes da VPR em Cuba acreditavam que Iara influenciava negativamente o comandante. Herbert Eustáquio compartilhou: "as reclamações que ele fazia [sobre um complô contra o casal] eram mais em relação aos velhos companheiros dele de Exército. Escreviam para ele, ele trocava muita carta".[348] Ainda de acordo com Herbert, foi neste período que Lamarca ficou sabendo de relacionamentos anteriores de Iara, incluindo com Carlos Alberto Soares de Freitas, da VAR-Palmares:

---

[343] ROMEU, 1980, op. cit.

[344] Em reportagem a respeito do lançamento do filme *Lamarca*, a *Veja* explicou a história, com base nas declarações de Maria Pavan: "Lamarca sempre a chamou por um apelido, 'Marina', em função da música *Marina, Morena Marina,* de Dorival Caymmi, grande sucesso da juventude de ambos". LEITE, Paulo Moreira. Do fundo das trevas. *Veja*, São Paulo, 4 mai. 1994, p. 119.

[345] SEIXAS, s.d., op. cit.

[346] Em entrevista à *Veja*, em 1994, Maria Pavan narrou o momento, sem citar nomes: "guarda dois traumas. Ficou sabendo do romance de Lamarca com Iara Iavelberg de uma forma grosseira. Um dia, um militante que deixara o Brasil foi até sua casa e jogou uma revista em seu colo com uma reportagem sobre Iara e anunciou sem rodeios: 'olha a amante do seu marido'". LEITE, Paulo Moreira. Do fundo das trevas. *Veja*, São Paulo, 4 mai. 1994, p. 119. Em reportagem anterior, do *Jornal do Brasil*, ela deu uma declaração a respeito de sua opinião sobre Iara: "ela foi uma combatente tão boa quanto ele e o auxiliou muito, fez bem a ele naquela vida tão solitária, como companheira de batalha e como mulher". BARDANACHVILI, Eliane. Família Lamarca prepara um livro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 1988, 1° Caderno, p. 15.

[347] MAIA, s.d., op. cit.

[348] CARVALHO, H., s.d., op. cit.

> O Lamarca tinha tido muito poucas mulheres na vida, três. Era a terceira mulher da vida dele, a Iara. (...) Ele veio me contar isso, inclusive, porque ele estava angustiadíssimo, porque alguém teria dito a ele, alguns companheiros, que antes ela tinha tido um caso com o "Breno". Ele não sabia disso. Ele disse que isso era mentira. Falou para mim, "isso é mentira", eu não falei nada. Porque ele estava tão angustiado, tão nervoso, achando que aquilo era uma pichação, e ele falava dela como tendo tipo de vida sexual dele. (...) E eu não sei qual foi a dificuldade dela de falar com ele, nesse momento... Nem comentei esse assunto.[349]

Há também as declarações atribuídas a José Anselmo dos Santos, conhecido como "Cabo Anselmo", famoso agente infiltrado nas esquerdas, pois informava a repressão e atuava para prender e eliminar militantes.[350] Anselmo era conhecido por mentir e ser dúbio em suas declarações, pós-ditadura, sobre seu envolvimento com os órgãos de segurança. Contudo, a fonte aqui analisada é justamente um de seus relatórios ao Dops, portanto, cujo objetivo era fornecer dados que agregassem às investigações para chegar a Lamarca e outros militantes. Dessa forma, com o olhar crítico que se deve dispender a todos os documentos examinados, considero-o verossímil.

Cabo Anselmo foi um dos quadros da VPR a visitar Lamarca no aparelho do Rio d'Ouro. Embora utilizasse codinome, foi reconhecido por Iara – segundo as memórias de Inês Etienne –, provavelmente pelo destaque que ele obteve nas rebeliões de marinheiros, em 1964.[351] Ela relatou: "eu não o reconheci, e Iara aguçou minha curiosidade, insistindo em perguntar se eu não sabia de quem se tratava. Em tom de brincadeira, disse-lhe que ela estava 'autorizada' a me dizer quem era. Essa informação, quase um ano depois, contribuiu para salvar minha vida".[352]

Em seu relatório ao Dops, Anselmo declarou que, em fins de outubro, foi conduzido por "Leda" para o aparelho onde estavam Iara e Lamarca:

> Ali estava Carlos Lamarca. Dei-lhe notícias generalizadas sobre Cuba. Não sabia de sua família, mais que por informações de Chizuo [Osava]. A mensagem cifrada que trazia, devia falar disso. No dia seguinte, tentamos decifrar a mensagem, mas Lamarca não acertou com o código e somente uma parte surgiu, que falava da situação dos que foram banidos para a Argélia, principalmente sobre "Lia" e "Jamil".[353]

---

[349] Idem.

[350] Cf. EM busca de Anselmo. Direção: Carlos Alberto Jr. São Paulo: HBO Max, 2021. Disponível em plataforma digital (5 episódios), son., colorido.

[351] Cf. ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo*. *Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil:* da rebelião de 1964 à Anistia. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

[352] ROMEU, 1980, op. cit. Inês Etienne, após sua prisão em maio de 1971, foi levada para a Casa da Morte, em Petrópolis, da qual foi a única sobrevivente. Enquanto esteve presa lá e sendo torturada, viu o Cabo Anselmo prestando informações aos torturadores, chegando à conclusão que a maioria dos que lá chegavam tinham contato com ele. Enquanto estava no hospital se recuperando dos múltiplos ferimentos, escreveu um largo documento denunciando a existência do centro clandestino, entregue à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Cf. OAB. Processo n° F-CDH-017/80 - Inês Etienne Romeu. Rio de Janeiro, 5 set. 1979. Disponível em: https://bit.ly/3KyVeHm. Acesso em: 5 abr. 2023.

[353] DEOPS. José Anselmo dos Santos - Declarações prestadas nesta Especializada de Ordem Social. São Paulo, 4 jun. 1971. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 209)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001140.

Anselmo apontou ainda que, semanas depois, chegou outro militante do exterior, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira – desaparecido em maio do ano seguinte, presumivelmente a partir de informações concedidas pelo "cabo" à repressão:

> No encontro seguinte que tive com Palhano, estávamos sem contato e ele me informou que a mensagem que trouxera, apresentando-o a Lamarca, estava com [Edson Neves] Quaresma. Na mensagem, pediam que dessem contato da ALN a Palhano, e *os da VPR em Cuba impunham a Lamarca que se separasse de Iara imediatamente; para que continuassem todos na organização e no Comando, essa era uma condição de que não abriam mão. Creio que o fato prendia-se à influência de "Jamil" e "Lia" sobre Iara*; "Jamil" é tido em Cuba (pelos da VPR) como um teórico burguês.[354]

No caso destas declarações, a origem da divergência dos quadros militares da VPR com Iara estaria na proximidade desta com os antigos integrantes do Comando da organização, Ladislau Dowbor e Maria do Carmo Brito. Esta, depois de conseguir reaver uma parte dos dólares relativos à expropriação do cofre de Ademar de Barros – que se encontrava em poder de um diplomata argelino – e enviá-la ao Brasil, se deslocou para o Chile.

As discordâncias eram fundamentalmente políticas; em entrevista concedida a mim, Celso Lungaretti se recordou do momento que as contribuições de Ladislau Dowbor ("Jamil") surgiram, na época do racha da VAR: "o pessoal da ala militar tinha desprezado por completo. Passou, ninguém viu, ninguém gostou. (...) Na organização, os que entenderam, não gostaram... O pessoal contra. E os que deveriam gostar, não entenderam".[355] Neste sentido, Maria do Carmo Brito se recordou de situações com estes militantes já no exílio:

> Nós 40, na Argélia, a gente tentou fazer reuniões para esclarecer. Então havia reuniões em que [Daniel Aarão Reis], Vera [Magalhães], [Fernando] Gabeira ficavam explicando o que era MR-8, aí o outro explicava o que era não sei o que. (...) Eles [da ala militar da VPR] não conseguiam entender absolutamente nada do que diziam, iam pedir tradução depois.[356]

Ela também contou sobre um encontro com Onofre Pinto, vindo de Cuba: "ele era uma pessoa que não confiava em mim, nem gostava de mim nem de nada do que eu significava: branca, intelectual, mulher. Era do grupo militarista da VPR, que acreditava no poder abençoado da luta armada".[357]

Depois de pouco mais de um mês na Argélia, 31 militantes – entre os 40 libertados – foram para outros países. Metade destes pertencia à VPR e foram, em sua maioria, para Cuba, ficando em Argel justamente os membros do antigo comando: Maria do Carmo e Ladislau.

[354] Idem, grifos meus.
[355] LUNGARETTI, 2020, op. cit.
[356] BRITO e OSAVA, 1986, op. cit.
[357] VIANNA, 2003, op. cit., p. 115.

Cruz afirmou que "outras organizações de esquerda armada já tinham bases na África e a VPR considerava necessário também ter representação no continente".[358]

Além disso, Regis Debray, à medida que se aproximava do governo cubano, mudava sua perspectiva quanto aos intelectuais na revolução: "constrói-se, assim, uma perspectiva anti-intelectualista, protagonista do campo intelectual na segunda metade da década de 60, diminuindo a importância simbólica da prática intelectual".[359]

Aliando essas considerações à ideia de que os militantes da VPR que foram à ilha já eram anti-intelectualistas, julgo que tal tendência só aumentou. Enquanto isto, no Brasil, como vimos, o Comando – e especificamente Lamarca e Iara –, ao contrário, apregoava cada vez mais a necessidade do trabalho teórico e da discussão política interna.

Em relatório, que aborda diversos aspectos da organização daquele período – inclusive prestação de contas –, o Comando sugere, ainda que sutilmente, a criação de um veículo de comunicação interna similar à *Tribuna de Debates*, periódico criado pelo MR-8:[360]

> Mais uma vez, o Comando insiste na necessidade de participação das bases na discussão política. Se se exigem definições políticas, é preciso, primeiro, contribuir para tais definições. (...) A omissão política é, neste momento, o mais grave defeito de um militante. Sabemos que as condições de clandestinidade prejudicam a vida orgânica. Mas – se não os há – devemos criar os canais de respiração política: a vida interna ampla, o debate constante. O primeiro dever é eliminar as dificuldades para a discussão política. Corpo que não respira é corpo morto. A vida consiste exatamente na contradição; a vida de uma organização política é a sua unidade política (não confundir com unanimidade), onde o debate constante desenvolve as contradições, procura suas soluções. Enquanto não houver isto, estaremos sempre com deficiências primárias.[361]

Este e outros documentos, assinados pelo próprio Lamarca, indicam que ele estava convicto da necessidade de aprofundamento teórico dos quadros da organização, independentemente de Iara. Portanto, eventuais cartas dos militantes da ala militar que o pressionassem a abandonar este posicionamento não surtiriam tanto efeito. Minha hipótese é que, a partir disso, a tentativa foi descredibilizar Iara através de seu histórico sexual – ou seja, moralmente. Daí a exposição de seu relacionamento com Carlos Alberto Soares de Freitas. Isso porque há uma diferença em como se encaram as experiências sexuais femininas e masculinas: "a base para o duplo padrão sexual é a ideia de que a atividade sexual masculina é tolerada e

[358] CRUZ, Fábio Lucas. *Brasileiros no exílio:* Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016, p. 92.
[359] CODARIN, 2020, op. cit., p. 3803.
[360] Cf. CODARIN, 2019b, op. cit.
[361] COMANDO/VPR. Relatório 1 - C/VPR. 14 out. 1970. In: STM. *Apelação 39.769*, Rio Grande do Sul, v. 3, 1974, fls. 897-904, p. 653-667.

encorajada; as mulheres, por outro lado, são estigmatizadas por se envolverem em tal comportamento".[362]

Dotados, e em constante diálogo, justamente dos valores e normas sociais que criam estes julgamentos, certos militantes apostaram na ideia de que ter o conhecimento do passado sexual de Iara a tornaria indigna aos olhos de Lamarca. O relato de Herbert Eustáquio demonstra que o comandante da organização foi muito impactado pelos rumores; apesar de não saber como a questão foi solucionada, ele recordou que, para Iara, tampouco era um tema simples:

> **HE:** Mas era um conflito que eu achava um negócio muito difícil para ela. Percebia que deveria ter uma enorme dificuldade para ela nessa área. (...) Eu acho que eles não conversavam muito sobre isso. (...) eu acho que passava para ele como uma coisa natural. Aquela ideia de que ele era, digamos, o homem definitivo na vida dela, e antes dele, ela tinha tido um casamento.
> **E:** Ele sabia que ela tinha amantes antes?
> **HE:** Não, não sabia, não.[363]

Considerando que Iara, depois do relacionamento estável com Lamarca e diante das experiências do Vale do Ribeira, passava por uma fase de autorreflexão, classificando a si mesma como "promíscua" antes do ex-capitão – segundo as memórias de Herbert –, é possível que ela estivesse tentando se enquadrar nos padrões. Neste sentido, mesmo entre as mulheres, há preconceito a respeito deste tema: "mulheres julgam as mulheres sexualmente ativas mais negativamente do que as que não são ativas. *O conflito entre atitudes expressadas e julgamentos dos comportamentos de outras mulheres pode afetar as reações femininas quanto a seus próprios hábitos sexuais*".[364]

Iara passou grande parte de sua vida sofrendo as consequências de seus comportamentos sexuais: o casamento precoce para "controlar" os impulsos adolescentes; os amantes; os muitos namorados e casos após o desquite; os relacionamentos com alguns companheiros da mesma organização. É compreensível que ela desejasse ocultar tais "desvios" de seu parceiro mais duradouro em muito tempo, dado que "o aspecto de supressão sexual do *script* feminino reflete as normas sociais que desencorajam as mulheres a admitir, reconhecer ou agir de acordo com os impulsos sexuais".[365]

---

[362] "The basis for the sexual double standard is the idea that men's sexual activity is tolerated and encouraged; women, on the other hand, are stigmatized for engaging in such behavior". SHIELDS, GARNER, DI LEONE e HADLEY, 2006, p. 76, tradução livre.
[363] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[364] "Nonetheless, women judge sexually active women more negatively than nonsexually active women. The conflict between expressed attitudes and judgments of other women's behaviors might affect women's emotional responses to their own sexual behaviors". SHIELDS, GARNER, DI LEONE e HADLEY, 2006, p. 76, tradução livre.
[365] "The sexual suppression aspect of the female sexual script reflects social norms that discourage women from admitting, recognizing, or acting on sexual impulses". Idem, tradução livre.

Apesar de todas as dificuldades e interferências, no entanto, Iara e Lamarca prosseguiram juntos. Na carta-diário que o ex-capitão escreveu para ela, enquanto estiveram separados na Bahia, o momento da reconciliação é abordado. Após constatar que demorariam a se ver, no registro referente ao dia 11 de agosto de 1971, ele aventa a possibilidade de ela se relacionar com outras pessoas: "tua situação é terrível e a sua necessidade afetiva, e se não houver possibilidade de nos encontrarmos mais, tenho que abrir mão do nosso relacionamento no que se refere a você – dar a você a liberdade de se relacionar com outro companheiro".[366] Alguns parágrafos à frente, no entanto, Lamarca rapidamente se arrepende, retomando o episódio da possível reconciliação:

> Sofro pelas agressões que fiz a você no passado, e já estou sofrendo só por ter escrito um pensamento que pode ser absurdo – talvez já seja a necessidade de sofrer junto com você; ou seria de te fazer sofrer porque me faz sofrer? Que cuca filha da puta, que complicação. Por favor, me ajude, *relembro nossa conversa no laguinho em novembro. Mas a grande lição que você complementou para mim lá foi: "vamos lutar juntos pelo nosso relacionamento" – eu me lembro, foi isso – e o que eu quero concretamente é isso, lutar junto.* (...) Não sei se agressão, mecanismo de defesa, ciúme ou uma doentia associação de ideias de algo não localizado seja o determinante dessa atitude.[367]

Levando em consideração a proposição da qual Lamarca se arrependera, o trecho deixa implícito que as "agressões" feitas a Iara no passado tinham a ver com seus antigos relacionamentos e sua suposta "necessidade afetiva". Porém, ambos teriam decidido manter o relacionamento, e contrariando as advertências dos militantes no exterior, com ela cada vez mais influente nas decisões políticas do Comando da VPR, sobretudo porque as discussões sobre a próxima ação se encontravam avançadas: a captura do embaixador da Suíça no Brasil.

Por motivos diversos, entre outubro e novembro de 1970, o casal foi deslocado para uma casa alugada no município de Nova Friburgo, com condições melhores do que o sítio de Rio d'Ouro, como lembrou Inês Etienne: "era uma casa boa, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, água encanada, luz elétrica. Foi neste local que foi planejado o sequestro do embaixador suíço, e Iara participou das reuniões".[368] Os documentos encontrados apontam que, ao menos inicialmente, o objetivo era que a ação fosse realizada conjuntamente pelas organizações da Frente – que agora contava com o MR-8 e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).[369]

---

[366] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-11.
[367] Idem, grifos meus.
[368] ROMEU, 1980, op. cit.
[369] CLÁUDIO. Frente, a grande tarefa. 30 out. 1970. In: STM. *Apelação 39.155.* Pernambuco, vol. 2, 1972, fls. 395-396, p. 343-346.

No início de novembro de 1970, o Comando da VPR enviou um documento à Frente a respeito da quantidade de presos políticos a solicitar na eventual ação de captura de diplomata: "chegou ao Comando da VPR a posição tirada numa reunião da Frente sobre número de presos a pedir: 70 da ALN, 40 da VPR, 25 do PCBR, 15 do MR-8, 7 do MRT e um número para outras organizações". O principal incômodo fora a disparidade numérica entre a ALN e a VPR, justificada pela última: "1) não existe organização maior ou menor na Frente; 2) devem ser consideradas as necessidades e participação das organizações; 3) as necessidades da VPR são iguais às necessidades da ALN". Como sugestões para resolver o impasse, a VPR demarcou sua posição: "1) tem como questão fechada que o número de militantes da VPR e ALN deve ser o mesmo; 2) que se a Frente se recusar a abrir discussão, a VPR se retira da ação até que as bases se pronunciem".[370]

A partir do excerto acima, sobretudo a última frase, depreende-se que o objetivo era que a ação fosse executada por representantes de todas as organizações da Frente – daí a possibilidade de a VPR ameaçar se retirar. Outro trecho, porém, deixa implícito que se planejavam três capturas – e não só uma, como ocorreu: "considerando também que a VPR participará em duas das três ações, a VPR solicita à Frente a reabertura de discussão para debater as duas propostas apresentadas".[371] Destaco que tal recorrência foi redigida dois dias depois de outro documento, assinado por Lamarca através de seu codinome "Cláudio", reforçando a existência da Frente para as bases da VPR.[372] Talvez por isto, a ameaça de retirada da organização tenha sido feita entre elogios ao coletivo: "dentro do clima de abertura que sempre imperou na Frente, a VPR deixa claro (...)".[373]

Três das organizações do agrupamento – MR-8, ALN e MRT – assinaram a resposta à solicitação, com tom de censura à VPR:

> A Frente decidiu reabrir as discussões em torno do número de presos a ser pedido no sequestro. Embora esse problema já parecesse ter sido resolvido, uma vez que quando da sua discussão e deliberação, representantes de todas as organizações estavam

[370] COMANDO DA VPR. Recorrência da VPR à Frente. 1 nov. 1970. In: STM. *Apelação 40.233*, São Paulo, vol. 2, 1978, fl. 386, p. 399, grifos originais.
[371] Idem. Em posterior carta aos militantes da VPR trocados pelo diplomata, Lamarca confirma esta informação: "em setembro de 1970, a Frente decidiu executar três sequestros consecutivos (em cadeia). O inicial na GB, o MR-8 (DI) daria a infraestrutura que declarou possuir e a VPR executaria a ação. Em São Paulo, seria executado por VPR, ALN e MRT. E noutro estado pelo PCBR. Tiraríamos 200 revolucionários. Além disso, executaríamos uma série de ações complementares" (APESP; COMANDO VPR. *Aos companheiros da VPR no Chile*. 1 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP). Ele cita ainda que mais detalhes sobre o debate podem ser encontrados no seguinte documento: APESP; VPR. *Análise política do sequestro do embaixador suíço.* 30 jan. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10038.
[372] CLÁUDIO. Frente, a grande tarefa. 30 out. 1970. In: STM. *Apelação 39.155.* Pernambuco, vol. 2, 1972, fls. 395-396, p. 343-346.
[373] COMANDO DA VPR. Recorrência da VPR à Frente. 1 nov. 1970. In: STM. *Apelação 40.233*, São Paulo, vol. 2, 1978, fl. 386, p. 399.

> presentes, a Frente não relutou em reabrir a questão, com o intuito de manter aquele "clima de abertura que sempre imperou na Frente". (...) Em uma Frente de luta, que persegue o objetivo comum, e em que o clima de abertura é fator preponderante de união, uma organização que coloca uma questão fechada, a nosso ver, não está colaborando para manter essa união.[374]

Não é possível afirmar que a discussão de fato tenha sido reaberta, por falta de documentação. Há duas evidências que apontam para uma resposta negativa: um texto do MRT e as memórias de Alfredo Sirkis. Este, no livro *Os carbonários*, relatou:

> A nossa nova operação de resgate foi inicialmente prevista para a *Quinzena Marighella* e a "campanha do voto nulo contra a farsa eleitoral de novembro".[375] Ia ser executada em conjunto com a ALN, o 8 e o PCBR. Com a morte de Toledo e várias quedas da sua organização no Rio e em São Paulo, a programação foi prejudicada e se limitou a algumas pichações e panfletagens de voto nulo e ações de meios [expropriações] reivindicadas por grupos da "frente armada". As organizações aliadas propuseram suspender o sequestro e se dedicar à remontagem de infras [infraestrutura]. A VPR, sempre altiva, decidiu fazer a operação [de captura de embaixador] sozinha.[376]

De fato, as mobilizações para as eleições legislativas de 1970 se limitaram à distribuição de panfletos, assinados pelas organizações da Frente, e que incitavam o voto nulo, tanto para quem fosse votar na Arena, partido da ditadura, quanto para o MDB, conhecido como partido do "sim, senhor".[377] Estavam em jogo, no pleito, cargos para a Câmara de Deputados e o Senado Federal, tendo sido o único realizado durante o governo Médici e o segundo desde 1964. Os panfletos se encerravam com frases de efeito, como "Ao votar, lembre-se da sua miséria".[378]

Chama a atenção a "enorme proporção de votos nulos e brancos, cerca de 30%, ainda em maior número do que em 1966".[379] Para o MDB, este seria "o pior desempenho eleitoral do partido durante toda a sua existência. Em 1966, elegeu 139 deputados federais. Em 1970, este número caiu para 89, o que representou apenas 21,3% do total de votos".[380] Porém, o que ocorreu foi que "a oposição, organizada no MDB, absteve-se de votar. (...) Apesar do recorde

[374] MR-8; ALN; MRT. Ao comando da VPR. s.d. In: STM. *Apelação 40.233*, São Paulo, vol. 2, 1978, fl. 387, p. 401.
[375] Encontrei um documento que inicia o planejamento para tais ações: MR-8; VPR; MRT; ALN. Proposta sobre a campanha do voto nulo. s.d. In: STM. *Apelação 39.155.* Pernambuco, vol. 2, 1972, fls. 391-392, p. 335-337.
[376] SIRKIS, 2014, op. cit., p. 321.
[377] O Ato Institucional n° 2, decretado pouco mais de um ano depois do golpe, em outubro de 1965, extinguiu todos os partidos existentes. A regulamentação veio através do Ato Complementar n° 4, que determinava a criação de partidos pelo Congresso, o que se efetivou em 1966, com a fundação da Arena, partido do governo, e o MDB, conhecido como uma "oposição consentida". O sistema bipartidário vigorou até 1979.
[378] APESP; ALN; MR-8; VPR; MRT. *Manifesto contra a farsa eleitoral - Ao povo brasileiro*, out. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-14.619.
[379] REIS, 2005, op. cit., p. 575 (e-book).
[380] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Partido e sociedade: a trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997, p. 136-237 apud CORDEIRO, 2012, op. cit., p. 249.

de votos brancos e nulos, a ARENA venceu folgadamente as eleições, baseando sua campanha no sucesso do 'milagre' [econômico]".[381]

Talvez influenciados por estes resultados, o MRT encaminhou um documento intitulado *À Frente*, no qual demarcou o posicionamento contrário da organização à realização de capturas, em consonância com opinião do MR-8:

> A situação nacional e internacional não nos garante que o governo vai aceitar, como das outras vezes, as condições por nós exigidas. (...) Assim sendo, a esperada saída política seria um fracasso total, afundando ainda mais a esquerda na inércia, no obscurantismo e no impasse. (...) Parece-nos que a VPR não está sendo realista ao insistir na ação do sequestro agora. "Deixar de combater quando a situação concreta nos possibilita a vitória, é oportunismo. Insistir em combater quando não há essas possibilidades, é aventureirismo". – Lin Piao.[382]

O único texto encontrado que apresenta o ponto de vista da VPR naquele momento é, justamente, de autoria de Iara, sob o codinome "Norma". Com o título *Frente à política do fato consumado...* e datado de 25 de novembro de 1970, faz críticas ao posicionamento adotado pelo MRT e MR-8:

> Como é uma proposição de parar de atuar politicamente, é consequentemente uma postura não revolucionária. É abandonar a atuação na realidade para poder transformá-la. E em que momento isto é feito? Numa conjuntura onde um dos dados a serem levados em conta é a grande ofensiva política do governo tentando ganhar a P.B. [pequena burguesia] e neutralizar o proletariado. Esta não é a posição política oficial de nossa organização, pois temos nossos objetivos identificados com os do proletariado – que nos propomos a conscientificar [sic] e engajar na luta, e não deixá-lo ser neutralizado.[383]

Neste primeiro trecho, Iara trata apenas as ações da ditadura como benéficas à "pequena burguesia", mas, ao longo do documento caracteriza desta forma os pedidos de adiamento da ação por parte das outras organizações da Frente:

> Podemos dizer que se os interesses da Frente não são os do proletariado – e sim estão reduzidos aos interesses da Frente (ou de uma organização dentro da Frente) – então não podemos nos submeter a eles. Não se trata de optar. A opção já foi feita: defesa dos explorados e oprimidos. (...) Em épocas de crise as manobras aumentam, todos os tipos de interesses vêm à tona. Não podemos permitir que se "criem situações" para provar nossa inoperacionalidade, ao invés de demonstrar através de um debate que a esquerda deve-se manter inoperante. Nestes momentos, a ideologia pequeno burguesa tenta se infiltrar na esquerda, aparecendo fantasiada de diversas formas.[384]

O que se compreende a partir do documento é que Iara fazia a defesa irrestrita da realização da captura, mesmo diante de todas as situações adversas relativas à segurança,

---

[381] RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 35.
[382] MRT. À Frente. s.d. In: STM. *Apelação 40.233*, São Paulo, vol. 2, 1978, fls. 388-399, p. 403-405.
[383] NORMA. *Frente à política do fato consumado...* 25 nov. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.044, grifos originais.
[384] Idem, grifos originais.

causadas pelo acirramento das políticas de repressão e extermínio empreendidas pelo governo. Dessa forma, ela se coloca contra a atitude de "uma organização dentro da Frente" que, através da análise de outros documentos, sabe-se ser o MR-8.

Em texto elaborado pela VPR após a conclusão da ação, o Comando faz um balanço das posições da Frente no período prévio:

> Duas posições apareceram:
> 1. Não era o momento de se fazer ações políticas, pois a esquerda estava fraca e deveria se voltar, naquele instante, para criar a infraestrutura mínima. Neste sentido, se apresentava um planejamento de atividades *onde* se voltariam as forças revolucionárias para ações de numerário, armamento e montagem de aparelhos (MR-8, ALN, MRT);
> 2. O momento político exigia nossa atuação imediata, abrindo uma campanha de propaganda armada para desmascarar a ofensiva política da ditadura e no encaminhamento desta campanha se fariam ações logísticas mais urgentes e não se esqueceria da montagem de uma infra a mais longo prazo. Neste sentido, o planejamento apresentado insistia na realização de ações políticas e ações logísticas, com prioridade imediata para os sequestros (VPR, PCBR).[385]

Na perspectiva de "Norma" e, como apontou o documento supracitado, da VPR, a defesa do "recuo" encabeçada pelo MR-8 e apoiada pela ALN e MRT seria comparável à reação do PCB diante do golpe de 1964 – também frequentemente caracterizada como "pequeno burguesa":

> No processo revolucionário brasileiro, temos em 1964 um exemplo muito recente de traição contrarrevolucionária. Não podemos, como até então vem sendo a atitude política da esquerda, limitar-se à constatação das falhas em posteriores congressos. Devemos denunciar qualquer posição contrarrevolucionária, e a melhor forma de denúncia é levar à prática nossa posição.[386]

O "trauma" gerado diante do imobilismo do PCB diante do golpe era um fantasma constante na atuação das esquerdas revolucionárias que aderiram à luta armada.[387]

Pouco antes da data prevista para a ação, a VPR sofreria uma perda muito importante: no dia 5 de dezembro, Yoshitane Fujimori, homem de confiança de Lamarca e com atuação intensa na organização desde o princípio, fora assassinado por agentes do DOI-Codi, em São Paulo. Junto com ele, estava Édson Neves Quaresma, também morto na ocasião, que tinha contato direto com o Cabo Anselmo. Os militantes foram "abordados" pela repressão com tiros de fuzil, no bairro da Saúde, quando passavam de carro. Ainda que não tenham morrido em decorrência dos tiros, o carro foi apreendido e nele continham diversos documentos da organização, inclusive alguns que implicavam Iara. Um deles foi uma Carteira Nacional de

[385] APESP; VPR. *Análise política do sequestro do embaixador suíço.* 30 jan. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10038, grifos originais.
[386] NORMA. *Frente à política do fato consumado...* 25 nov. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.044.
[387] CODARIN, Higor. A arma da crítica legitimando a crítica das armas: o debate teórico na esquerda armada brasileira. *Tempos históricos*, Paraná, v. 23, 2019a, p. 546.

Habilitação (CNH) falsa emitida para ela, sob o nome "Ana Carolina Godoi" – a partir deste documento, a repressão teve acesso à fotografia mais recente tirada por ela (Figura 63).

Figura 59: Cópia de CNH falsa de Iara Iavelberg, apreendida com Yoshitane Fujimori, 1969

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo
DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
N. 1351268 1ª VIA PRONTUÁRIO N. 1351268
Nome Ana Carolina Godoi
Nacionalidade Brasileira Naturalidade Rio de Janeiro
Nascido a 2 de julho de 945 Profissão Estudante
Cor Branca Cabelos Casta Identidade 5.365.550-DEIC
Olhos Casta Exame prestado em 5 de dezembro de 1.969
Para dirigir Autos de Passageiros AMADOR
OBSERVAÇÕES Exame até 10/10/970
S.Paulo 5 de dezembro de 1969
DELEGADO DE POLICIA
PORTADOR

Fonte: Apesp[388]

Ainda assim, na nota emitida para comunicar os assassinatos de "Japa" e "Plácido", intitulada *De armas nas mãos o povo se libertará*, as ações são exaltadas, reforçando a posição de que não deveria haver recuo:

> A um revolucionário não se presta homenagens póstumas com discursos e mausoléus, se presta homenagens com ações. Com ações contra o sistema que ele pretendia destruir. Esse sistema imundo e servil. Esse sistema de opressão que gera a lama, a injustiça, a brutalidade e a irracionalidade.[389]

O documento foi assinado pelas quatro organizações da Frente: MRT, VPR, ALN e MR-8. No entanto, a ação, que se efetivaria três dias depois dos assassinatos, em 7 de dezembro, foi empreendida apenas pela VPR, que capturou o embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, na cidade do Rio de Janeiro.

Inês Etienne recordou que Lamarca, pouco antes do dia marcado, foi deslocado para a residência do casal Gerson Theodoro de Oliveira e Tereza Ângelo, que morava em um bairro do subúrbio do Rio e também participaria da captura. Iara teria ficado na casa de Friburgo, com Atamilca e Walter Novaes – este, embora estivesse auxiliando na comunicação dos militantes que permaneceram na casa com o diplomata e o mundo exterior, retornava vez ou outra à residência de Friburgo para compartilhar notícias.[390]

---

[388] In: APESP. *Pasta 50-Z-009-086.* Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Arquivo Geral, documento 16.044-I.
[389] MRT; VPR; ALN; MR-8. De armas nas mãos o povo se libertará. s.d. In: *Apelação 40.233*, São Paulo, vol. 1, 1978, fl. 30, p. 113-114.
[390] ROMEU, 1980, op. cit.

A entrevista com Atamilca foi permeada por dificuldades. Depois de ter passado muitos anos morando na Suécia, retornou ao Brasil há cerca de cinco anos, segundo relatou, e mora atualmente na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, às margens do Rio Negro. O contato com ela foi mediado por uma trabalhadora da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), que inicialmente disse que ela só aceitaria conceder entrevista pessoalmente. Diante da impossibilidade de fazer longas viagens, em função da pandemia de Covid-19, depois de alguma insistência, Atamilca aceitou conceder entrevista por ligação telefônica. Apesar disso, a qualidade do sinal era muito ruim, o que prejudicou consideravelmente a captação de informações. Ademais, ela foi muito evasiva em suas respostas, alegando não se lembrar de muitos fatos e, em determinado ponto da entrevista, afirmou não ser afeita a depoimentos e homenagens:

> Eu me isolei porque era muita gente querendo... me entrevistar, muita gente que só pensava neles mesmos. Ele não estava interessado na minha situação, para me ajudar. Aí eu digo "ah, não". Para eles, não. Quem passou o aperto foi eu, e eu não tenho por que ficar distribuindo [inaudível]. (...) Mas se a senhora souber se tem gente recebendo, alguma associação, algum governo mais capacitado para... Para dar essa indenização, ou conseguir alguma coisa, porque nos meus tempos, as minhas coisas pequenas, foi bem pouco. Todo mundo parece ter recebido.[391]

Ela pergunta a respeito de indenizações, porque seu marido, Walter Ribeiro Novaes, é um dos desaparecidos políticos. Ele foi preso em 12 de julho de 1971, e acredita-se que tenha sido assassinado após passar pela Casa da Morte, em Petrópolis. Por isso, há que se considerar que o trauma e as dificuldades que enfrentou contribuíram muito para suas respostas esquivas e a dificuldade de comunicação. No entanto, ela era a única testemunha viva que poderia rememorar o cotidiano da casa de Nova Friburgo.

Em consonância com Inês Etienne, Atamilca se recordou de a casa ser "bem parentada, bonita, moderna". Todavia, acrescenta um aspecto: "lá era... se falava pouco, não se mantinha papo, não tinha muita coisa, não. Era só código. Por código... Assim, ninguém sabia quem era quem. (...) Porque as paredes tinham ouvidos. Ninguém falava quase nada nessa casa. Papo de política, não". Logo em seguida, porém, ela deixa transparecer que havia, sim, conversas de política, mas era ela quem não participava: "a gente se juntava para fazer caça-palavras, fazia qualquer coisa, menos bater papo. Quando ia bater papo, cada um saía para o seu lado, ia embora. (...) Eu cozinhava, limpava a casa, tudinho aí. E aí eles ficavam no lugar deles lá, saíam, desciam, entravam... Ficava eu com as crianças, meus filhos.".[392]

[391] NOVAIS, 2021, op. cit.
[392] Idem.

Mais uma vez, um caso de uma mulher pobre que se inseria nos círculos da militância clandestina devido à atuação do marido e exercia, majoritariamente, o trabalho doméstico dos aparelhos. No caso de Atamilca, sua fala evidencia uma demarcação muito forte, através da distinção do "eu" – ou "nós", se levarmos em consideração seus filhos – e "eles", os militantes, que conversavam sobre política. Para ela, Iara estava inserida na segunda categoria. Ela só se relacionava com "eles" ao cumprir as atividades necessárias para o funcionamento da casa e em eventuais momentos de lazer, como para fazer caça-palavras, conforme ela menciona.

Infelizmente, Atamilca não pôde relatar mais detalhes sobre sua convivência com Iara e o tempo de permanência dela em Nova Friburgo. Inês Etienne apontou que tanto Iara quanto Atamilca teriam permanecido nesta casa até a conclusão da ação, em janeiro de 1971, mas logo faz uma ressalva:

> Iara contou que tinha ido passar o Natal com os seus pais, em São Paulo. Ela havia armado um esquema especial para se encontrar com eles. Apesar de ser uma ação altamente arriscada, ela resolveu assumi-la, pois ficava a critério do militante a decisão desses contatos, desde que houvesse segurança para isso.[393]

Isto pode ter ocorrido graças ao prolongamento não previsto da ação de captura do embaixador, dado que o governo, pela primeira vez, não acatou as demandas na totalidade e tampouco com rapidez. As relações entre Brasil e Suíça estavam estremecidas pelo acolhimento de banidos no país (como Ladislau Dowbor), e pelas críticas ao governo brasileiro publicadas na imprensa local.[394]

O diplomata foi mantido em cativeiro por 40 dias, enquanto a ditadura mantinha intensamente as buscas; solicitava mudanças nas listas de presos enviadas pela VPR, mas considerava muitas destas falsas; e não acatava as exigências feitas pelos militantes, "como a liberação de trens na Central do Brasil e a publicação de carta-manifesto. Nenhuma nota encaminhada foi literalmente transcrita nos jornais".[395]

A demora nas negociações permitiu que o policiamento fosse cada vez mais intensificado: "diversas operações policiais e militares foram montadas pelos bairros cariocas, como mencionou a manchete da *Folha de S. Paulo*, *Mais de 20 mil homens na Guanabara buscam pistas dos sequestradores*, realizando revistas, batidas e *blitz* policiais".[396]

---

[393] ROMEU, 1980, op. cit.
[394] LUIZ, 2012, op. cit., p. 119-125.
[395] Ibid., p. 126. Em nota neste trecho, a autora apontou não ter tido acesso aos documentos produzidos pela VPR para serem lidos para a população. Eles podem ser encontrados, juntamente com fotografias do cenário imediatamente após a captura, na Apelação 39.544 (1978): STM. *Apelação 39.544*, Rio de Janeiro, 4 volumes, 1 apenso, 1978.
[396] Ibid., p. 127.

Talvez por este motivo, Iara tenha pensado em se deslocar para São Paulo, onde correria menos risco de ser pega nestas eventuais operações. Os pais de Iara recordam de ela tê-los visitado um dia – embora não mencionem nada sobre ter sido no período do Natal ou da captura do diplomata[397] –, quando foi até o apartamento na Rua Dona Veridiana e subiu pelas escadas, para chamar menos atenção, conforme relatou seu pai, David:

> Só uma noite [que] ela veio aqui, subiu e desceu. Nós descemos e fomos nos encontrar com ela. Marcamos um ponto. Foi na Aclimação. Sentamos e comemos pizza. Não lembro, porque não conhecemos o bairro. Ela disse "toma um táxi daqui, desce não sei onde, tome outro carro e chegam". Lembro só que levei as joias dela, para ela fazer dinheiro. Tinha uma aliança e anel de brilhantes e brincos de brilhantes.[398]

Acredito se tratar deste período pela questão das joias, as quais ela supostamente pediu para que Dina e Paulo José vendessem. Além disso, o ponto na Aclimação também coincide com este momento, uma vez que ela tinha o quarto alugado naquele bairro. David recordou ainda: "pedi para ela sair do país. Ela disse que não, que era a opção de vida que fez. Lamarca não estava junto. Não conhecemos ele. Ela não falou dele. Não tinha o que responder. Só pedíamos, pedíamos. Ela dizia não, não. Tanto que não saiu, não quis".[399]

Este último encontro com os pais gerou um trauma em Eva, que durou por toda a sua vida: "o tempo não acalma, às vezes não vou dormir com a luz apagada. (...) Tinha pesadelos, descia as escadas, as paredes se fechando, corria para chegar antes de as paredes se fecharem. Você quer correr e não corre".[400]

O medo de que a repressão chegasse a Iara era muito presente para seus pais, sobretudo por pensarem que sua casa estava em constante vigilância. Possivelmente ciente disto, ela não parece ter se encontrado com eles outras vezes. Minha hipótese é que ela tenha passado as festividades de fim de ano com uma pessoa que não via há muito tempo: Evelise Marra, uma de suas amigas mais próximas durante o curso de Psicologia. Acredito que, diante da demora para se encerrar a ação e se vendo sozinha em São Paulo, onde estava mais segura, Iara tenha procurado uma pessoa querida, que, acima de tudo, não tinha qualquer envolvimento com política.

Evelise relatou que Iara foi procurá-la na casa de seus pais – com quem já não morava desde que se casara, em 1967 –, num sábado:

> Ela me perguntou se podia ficar uns dias com a gente, e que ela precisava ficar, eu disse "está bem", mas eu não tinha ideia até que ponto ela estava muito envolvida ou se era um pouco de fantasia. Ela me falou que quanto menos eu soubesse, melhor para

[397] Não é improvável não terem se referido especialmente à época do Natal ao relatarem o encontro com Iara, dado que judeus não comemoram esta data cristã.
[398] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[399] Idem.
[400] Idem.

> mim, que ela não queria que eu soubesse de muita coisa dela, porque eu estaria mais protegida.[401]

A amiga aceitou o pedido e levou-a a seu apartamento da época, localizado no bairro de Perdizes. Nos dias que se seguiram, Evelise recordou que estranhou o comportamento dela:

> Ela estava muito paranoide. (...) Apareceu no meu apartamento do dia para a noite. Era uma pessoa que nunca tinha estado lá, o zelador, a empregada nunca tinham visto, pois ela apareceu sem nada, usava as minhas roupas. (...) Grudou no rádio. Quem escutava o rádio era a empregada. Ela grudou, ficava com o rádio ligado o dia inteiro, dizia que tinha alguma coisa que podia acontecer, mas não abriu o jogo, não contou tudo. E a empregada achando muito estranho.[402]

Ela lembrou ainda dos rituais de segurança que Iara fazia antes e depois das eventuais saídas:

> Às vezes, saía, e quando voltava, sabe com aquela coisa de passar? Primeiro olhava, aí dava uma volta no quarteirão, ou dava duas. Quer dizer, se tivesse alguma coisa para despertar suspeita, ela seria a pessoa mais suspeitável do mundo. (...) Eu digo meio paranoide, porque era meio sem sentido. Eu não via nenhum sentido. Por exemplo, ela veio de algum lugar onde estava, onde deixou as roupas e uma quantidade grande de dinheiro, uma peruca. Isso porque ou alguém avisou, ou ela achou que lá já era um ponto suspeito e ela não podia voltar para lá.[403]

É possível que Iara tenha pensado, até pelo encontro com os pais no mesmo bairro da pensão, que o lugar tivesse sido comprometido. Dessa forma, seguia rigorosamente os procedimentos de segurança da organização, que acreditava que as quedas eram mais comuns com militantes que não as levavam a sério. Para Evelise, no entanto, tais atitudes soavam irritantes e desnecessárias:

> A meu ver, então, ela fez coisas muito inadequadas. Do outro lado, *eu tinha muito pouco conhecimento das formas de atuação dos órgãos de repressão* e talvez ela estivesse muito certa de fazer tudo aquilo. Mas, para mim, dava a impressão de que eram mais suspeitas dela e que ela estivesse incrivelmente atemorizada.[404]

Em entrevista para esta pesquisa, ela acrescentou outros elementos:

> Eu estava achando ela, né... "Mas *por que tanto, tantos... susto?* Por que você vai se...?". Porque eu entrei em outra, *eu estava ali cuidando da minha vida*, casei, estava trabalhando no HC [Hospital das Clínicas], estava fazendo [Psicologia] Clínica, Psicodrama [pausa]... *A ditadura era um fato, com o qual você não tinha muito o que fazer. E... Acho que fiz o que a maior parte das pessoas fez, [que] foi tentar tocar sua vida ali para frente, esperar a eleição [risos], que demorou.* (...) Eu falei: "putz, não dá para sair dessa história?". E ela disse "ah, para mim não dá...". Não era só pela convicção, lógica... Ela disse: "ah, você acha que eu posso hoje chegar lá e pedir meu emprego de volta? Voltar a ser professora?". Porque ela já, ela estava marcada. "Eu não posso dizer 'bom, agora eu tô fora' e levar uma vidinha aqui, cidadã comum".[405]

[401] MARRA, s.d., op. cit.
[402] Idem.
[403] Idem.
[404] MARRA, 2020, op. cit., grifos meus.
[405] Idem, grifos meus.

Pessoas "comuns", que viveram sob regimes autoritários, se envolviam em uma "cultura de normalidade", que as fazia acreditar que eram apenas indivíduos insignificantes e impotentes: tal estratégia "lhes permitia viver com uma autoilusão de inocência. Dada a violência e o caos da vida moderna, a normalidade tornou a vida diária consideravelmente fácil; preservou sua limitada, mas real autonomia no cotidiano".[406] Assim, na perspectiva de Evelise, pareceria impossível Iara viver uma vida tão permeada pelo perigo e medo constante da repressão, se, afinal, era possível ter uma vida normal sob a ditadura. O choque entre a violência iminente e a normalidade da pessoa comum deve ter causado sentimentos conflitantes nas duas.

Mantendo a rotina e os planos habituais, Evelise e seu marido viajaram para a praia. Inserida no cotidiano do casal, Iara os acompanhou, interrompendo mais uma vez a tranquilidade do dia a dia trivial:

> Lembro que a gente foi para Santos num fim de semana, para a Praia Grande. Tinha um feriado. A gente estava até irritado com ela. Eu não conseguia acreditar que aquela parafernália que a Iara armava tinha sentido. (...) Então, a gente estava meio incomodado, porque ela andava tão ansiosa e era uma coisa meio descabida naquelas circunstâncias e no meu contexto. Não tinha cabimento ficar com aqueles cuidados (...), quando aparecia uma barreira, um guarda, dela se esconder.[407]

Evelise demonstra ter ficado tão marcada pelas atitudes de Iara, que sequer se lembrou de como foram os dias na praia. Em entrevista a mim, ela deixou transparecer um incômodo em relação a isso:

> **EM:** Eu não lembro dele [seu então marido] com a gente. Lembro dessa ida para a praia... Lembro vagamente disso. Dessa ida para a praia, mas ele estava junto, até foi para a casa da minha sogra que a gente ia...
> **E:** E você se lembrou mais ou menos quanto tempo vocês passaram lá? Se foi um dia, dois...
> **EM:** Não lembro, não lembro nada.[408]

Suas dificuldades de memória me fizeram considerar que os fatos narrados por ela poderiam ter ocorrido em outro período, que não o que ela acreditava. Em mais de uma entrevista, Evelise relatou que estes acontecimentos teriam tido lugar após o retorno de Iara do Vale do Ribeira, em abril de 1969. No entanto, alguns elementos levam a crer que, na realidade, tudo ocorreu em fins do ano de 1970, enquanto se passava a ação de captura do embaixador suíço no Rio de Janeiro.

O primeiro fator considerado foi a confusão de Evelise em relação ao tempo: nos anos 1980, apesar de mencionar o Ribeira, afirmou que fora em 1967 ou 1968. Em entrevista mais

[406] "(...) enabled them to do so while living with a self-deception of innocence. Given the violence and chaos of modern life, normalcy made day-to-day living considerably easier; it preserved their limited but real autonomy in everyday life". BERGERSON, 2004, op. cit., p. 6, tradução livre.
[407] MARRA, s.d., op. cit.
[408] MARRA, 2020, op. cit.

recente, ela contou ter certeza apenas de ter sido durante um feriado, pois recordava da viagem ao litoral. Acrescentou, ainda: "eu sabia que estava acontecendo alguma coisa, eu nem sei se na hora eu sabia que era o Ribeira... Que estava acontecendo alguma coisa grande e da qual ela esperava uma notícia de que pegassem o Lamarca, alguma coisa assim. Embora ela não diga o nome, ela contou a história".[409] Dessa forma, seu discurso indica que o fator "Ribeira" pode ter sido adicionado posteriormente à sua memória. De fato, a fuga "espetacular" de Lamarca das tropas que o cercavam, junto com outros militantes, se tornou um episódio de sua trajetória muito conhecido e rememorado. Evelise afirmou ter tomado conhecimento do relacionamento da amiga com o ex-capitão somente tempos depois. Assim, quando isto ocorreu, ela pode ter associado a época em que recebeu Iara em sua casa ao momento de maior risco que, segundo seu conhecimento, Lamarca teria passado.

Ademais, o aspecto mais marcante que colabora com esta hipótese é o fato de Evelise não ter nenhuma memória de que a amiga estivesse machucada ou com qualquer problema de saúde enquanto esteve em sua casa. Quando foi perguntada sobre o assunto, respondeu:

> **EM:** Não, acho que não. Não me lembro de ter... Estava normal.
> (...)
> **E:** Mas o que me espanta é que, pelos relatos das outras pessoas que a atenderam depois do Ribeira, é que ela estava com muitas picadas de mosquito, que ela estava com o pé muito inchado, estava com uma infecção ginecológica.
> **EM:** [suspiro] Olha, mas ter algum problema ginecológico e... A Iara tinha uma rinite crônica. Ela tinha... Ela tinha... Questões ginecológicas lá eram meio recorrentes, era mesmo o órgão choque, e ela tinha também uma rinite alérgica, que era um terror. E também era uma coisa muito constante. Então, ela ter alguma coisa dessas... Não seria muito... Estranho. Não seria uma coisa muito estranha. Não me lembro da coisa das picadas, de ter nada na aparência dela que... [pausa].[410]

Como evidenciado no tópico anterior, todos que encontraram Iara após seu retorno da área de treinamento foram unânimes em relatar seu aspecto físico – à época, nos interrogatórios à repressão, e posteriormente, nos depoimentos concedidos. As condições não se limitavam às doenças que ela possuía costumeiramente: Marina Heck falou em eczema no braço e coceiras terríveis, que equiparou a sarna.[411] Além disso, há que se considerar que, se os sintomas a fizeram suspeitar de gravidez, não passariam facilmente desapercebidos.

Desse modo, presumo que o que Iara esperava ouvir no rádio era, afinal, o desfecho da ação de captura do embaixador suíço – fosse ele positivo ou negativo. Isso porque, em adição à possibilidade de que os agentes de segurança descobrissem o local em que o diplomata estava

[409] Idem.
[410] Idem.
[411] HECK, 2021, op. cit.

sendo mantido, havia o risco de que o Comando Juares Guimarães de Brito decidisse por sua execução.

Em uma breve passagem de *Os carbonários*, Alfredo Sirkis sugere que Lamarca e Iara se comunicavam enquanto ele estava na casa: "Lamarca estava sentado à mesa da saleta de entrada, sob a luz da janela. Escrevia uma carta para a sua companheira, que estava em São Paulo".[412] Nesse momento, ele introduz o ponto de vista de Lamarca no dilema iniciado na casa, e que demarcaria uma forte divisão no Comando da organização pelos próximos meses: o ex-capitão era contra a execução do diplomata, ao passo que Herbert Eustáquio era a favor:

> Naquele momento, a gente, ao aceitar aquilo, significava reconhecer que a gente estava realmente falido. E foi uma coisa muito difícil para o Lamarca. Caiu nas costas dele isso. De repente, ele decidiu, ao aceitar não justiçar e aceitar aquele tipo de acordo, era um pouco assim: "este instrumento de luta que a gente tem", isso ele diria, "o sequestro está falido: acabou".[413]

Com "aceitar aquilo", Herbert se referiu a aceitar as múltiplas alterações na lista de presos a serem liberados consentidas pelo grupo, ao optar por não executar Bucher. Após 40 dias, quando ambas as partes concordaram com os nomes, 70 presos políticos foram banidos para o Chile.[414] Um deles, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, tem uma memória especial: "é importante para mim, porque fui banido e ela batalhou para que meu nome fosse incluído na lista para ser trocado pelo embaixador. Acho que foi a coisa mais forte. Recebi um bilhete dela, na cadeia".[415]

---

[412] SIRKIS, 2014, op. cit., p. 371.
[413] CARVALHO, H., s.d., op. cit.
[414] Afonso Celso Lana Leite (Colina); Afonso Junqueira Alvarenga (VAR-Palmares); Aluízio Ferreira Palmar (MR-8 1); Antônio Expedido Carvalho Pereira (VPR); Antônio Rogério Garcia da Silveira (MR-8); Antônio Ubaldino Ferreira (VPR); Aristenes Nogueira Almeida (VPR); Armando Augusto Vargas Dias (VPR); Bruno Dauster Magalhães e Silva (PCBR); Bruno Piola (VPR); Carlos Bernardo Vainer (MR-8); Carmela Pezzuti (VAR-Palmares); Conceição Imaculada de Oliveira (Corrente); Cristóvão da Silva Ribeiro (VPR); Daniel José de Carvalho (MRT); Delci Fensterseifer (VPR); Derly José de Carvalho (Ala Vermelha); Edmur Péricles Camargo (M3G); Elinor Mendes Brito (PCBR); Encarnación Lopes Peres (VPR); Francisco Roberval Mendes (ALN); Geni Cecília Piola (VPR); Gustavo Buarque Schiller (VAR-Palmares); Irani Campos (Colina); Ismael Antônio de Souza (VPR); Jairo José de Carvalho (Ala Vermelha); Jaime Wallwitz Cardoso (VAR-Palmares); Jean Marc van der Weid (AP); João Batista Rita (M3G); João Carlos Bona Garcia (VPR); Joel José de Carvalho (Ala Vermelha); José Duarte dos Santos (ALN); Jovelina Tonello do Nascimento (VPR); Júlio Antônio Bittencourt de Almeida (Colina); Lúcio Flávio Uchoa Regueira (MR-8); Luiz Alberto Barreto Leite Sanz (VPR); Manoel Dias do Nascimento (VPR); Mara Curtis Alvarenga (VAR-Palmares); Marco Antônio Maranhão Costa (PCBR); Maria Auxiliadora Lara Barcelos (VAR-Palmares); Maria Nazareth Cunha da Rocha (FLN); Nancy Mangabeira Unger (PCBR); Nelson Chaves dos Santos (VPR); Otacílio Ferreira da Silva (VPR); Paulo Roberto Alves (PCBR); Paulo; Roberto Telles Franck (FARP); Pedro Alves Filho (MR-8); Pedro Chaves dos Santos (VPR); Pedro França Viegas (MR-26); Pedro Paulo Bretas (Colina); Rafael de Falco Neto (ALN); Reinaldo Guarany Simões (ALN); Reinaldo José de Melo (VAR-Palmares); René Louis Laugery de Carvalho (PCBR); Roberto Antônio de Fortini (VPR); Roberto Cardoso Ferraz do Amaral (VPR); Roque Aparecido da Silva (VPR); Samuel Aarão Reis (MR-8); Sônia Regina Yessim Ramos (MR-8); Takao Amano (ALN); Tito de Alencar (ALN); Ubiratan de Souza (VPR); Ubiratan Vatutin Kertzscher Borges (MR-8); Umberto Trigueiros Lima (MR-8); Valneri Neves Antunes (VPR); Vera Maria Rocha Pereira (PCBR); Wânio José de Matos (VPR); Washington Alves da Silva (ALN); Wellington Moreira Diniz (VPR); Wilson Nascimento Barbosa (MAR).
[415] AMARAL, s.d., op. cit.

De volta ao Rio depois de findada a ação, Iara passou alguns dias de janeiro de 1971 na casa de Lúcia Velloso e Alex Polari de Alverga, militantes oriundos da base secundarista da Guanabara, integrantes da UCJGB – o último vinha ganhando destaque na organização pela participação em ações e os documentos que escrevia. Embora não soubesse exatamente os motivos para a vinda de Iara, Lúcia rememorou:

> Logo depois do sequestro, começa uma repressão muito intensa e acharam que não era mais legal, e ela também estava com problemas de saúde e precisava se tratar. (...) A casinha nossa era no Engenho Novo. Ficava numa ruazinha muito tranquila, ficava em cima de um morro e coisa de subúrbio. Casa média de subúrbio. Ela foi para lá para relaxar. Claro que tinha aquelas coisas todas, papelada, armas, arsenal todo, mas era muito tranquila. Nossos nomes não eram caídos e éramos só nós dois.[416]

Ela apontou ainda que Iara estava "fechada" na casa, então, quando tinha que sair para os eventuais atendimentos médicos, fazia o deslocamento de olhos fechados. A respeito da função de Iara e de seu relacionamento com Lamarca, ela faz observações interessantes:

> Parece que Iara estava meio sem função na organização, as coisas já estavam muito tensas. Meio deslocada. (...) Ela sofreu muito na organização pela ligação dela com Lamarca. Ela era pessoa muito cautelosa no falar, mas isso era coisa que se percebia. No Rio, estava sem função. *Criaram um cargo especial para ela poder estar perto dele. Então tinha um tititi que ela era mulher dele.* Foi para o Ribeira porque era mulher. E ela era muito forte em se manter nas situações.[417]

Em entrevista para esta pesquisa, Lúcia revisou um pouco tal afirmação:

> Criar um cargo eu diria que é uma expressão muito pesada, é... Eu... Você veja, a organização não tinha uma estrutura tão hierarquizada assim. Quer dizer, a gente sabia que tinha um Comando Nacional, que era no geral... Eram três pessoas (...) *Quando eu falo nesse sentido é que criaram alguma coisa, alguma possibilidade, o resto eram militantes que fazia uma coisa, fazia outra*, que escrevia, cobria ponto, roubava carro, digamos assim, fazia coisas. Então todos eram, assim... Ela era uma pessoa de uma cultura política, vamos dizer assim, acima da média da organização, portanto, ela era uma pessoa que participava de discussões, participava de decisões, acredito que como ela em geral estava em São Paulo, que ela tivesse lá uma função de discussão lá, mas *eu acho que a organização criou uma possibilidade de ela estar perto do Lamarca*, o que eu não discordo.[418]

As evidências analisadas neste tópico demonstram que Iara era influente no Comando: tinha as mesmas posições defendidas por este, o que permite inferir que algumas poderiam inclusive ter sido propostas por ela; escrevia documentos próprios e assinados, mas que, de certa forma, falavam pela direção; mas, não tinha o principal: o cargo de comandante. Como Lúcia apontou: o Comando era composto com três pessoas conhecidas por toda a organização, Lamarca, Herbert e Inês – Iara definitivamente não era uma delas. Daí poderia advir a confusão,

[416] MAURÍCIO, s.d., op. cit.
[417] Idem, grifos meus.
[418] MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 4 dez. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º25'42", acervo pessoal, grifos meus.

porque ainda que os primeiros documentos da restruturação pós-abril estimassem uma espécie de assessoria, esta instância não apareceu mais nos múltiplos textos posteriores analisados.

Recordo que Herbert fazia parte, antes das quedas de abril, do "estado-maior" do Comando, junto com Juares e Iara. Apesar de não ter dados suficientes para determinar como se deu a escolha dos integrantes da direção na reunião pós-cerco do Ribeira, realizada na casa de "Henrique" do MRT, Herbert parece ter sido uma escolha previsível. Diferentemente dele e de Inês, Iara não tinha experiências práticas além do treinamento do Vale do Ribeira, do qual saíra insatisfeita com seu desempenho físico. Mesmo em um momento em que a organização valorizava e insistia na formação teórica de seus quadros, somente este trunfo não era suficiente para integrar qualquer posto de liderança formalmente.

Além deste ponto, estimo, mais uma vez, que o relacionamento com Lamarca limitava sua militância: se ela não pudesse participar de ações para protegê-lo, jamais teria experiência nesse âmbito. Ele, por outro lado, enfrentaria severa oposição dos militantes caso sustentasse a nomeação oficial de Iara para um cargo de comando, tanto em nível nacional quanto local. Contudo, o principal ponto a ser observado é que Iara demonstrava estar *satisfeita* por desempenhar o papel de *mulher do comandante*, de acordo com o que indicam diversas fontes.

Zenaide Machado, militante da UCJGB, teve alguns pontos com Iara e recordou suas impressões: "uma pessoa que estava muito bem com a vida. Vivia uma opção pesada, dura, e uma opção pessoal muito complicada. Uma relação com o Lamarca era um negócio muito especial. Ele era a figura central (...). Sensação de alguém em paz com a vida, apaixonada, fazendo uma viagem".[419] Rachel Rosenberg, amiga de Iara do curso de Psicologia, teve sensações parecidas: "ela dizia então que nunca tinha sido tão feliz na vida. Nessa época da clandestinidade. Que a vida dela tinha sentido, que acreditava no que estava fazendo e que estava plenamente realizada afetivamente. (...) Que o sentido da vida dela era ficar no que ela estava fazendo e principalmente ficar do lado dele".[420]

A importância de encontrar uma "alma gêmea" ou um parceiro estável com quem se possa constituir uma família é um dos valores socialmente atribuídos à feminilidade. Mesmo nos anos 1960 e 1970, pode-se afirmar que o desejo de plena realização afetiva continuava sendo um dos principais papéis sociais do gênero feminino – no caso de Iara, com influência direta das referências da tradição judaica.[421] Pesquisadores identificam o amor como parte fundamental do "gênero feminino" – aqui entendido como papel *desempenhado* e não inato:

[419] OLIVEIRA, s.d., op. cit.
[420] ROSENBERG, s.d., op. cit.
[421] GUERTZENSTEIN, 2019, op. cit.

"mulheres, em comparação aos homens, também informam serem mais comprometidas e aplicadas em seus relacionamentos e reforçam a importância de serem amadas, estarem profundamente apaixonadas e dizem que o amor é importante".[422] Observa-se que estes aspectos foram redirecionados para caberem na ideia de "amor revolucionário", sem, no entanto, ser questionada a subalternidade feminina diante do homem guerrilheiro – mais uma evidência de que as guerrilheiras não devem ser classificadas como feministas.

Como mencionado por Lúcia Velloso, principalmente no pós-captura do embaixador suíço, a VPR vivia uma fase de muito "tititi", e não só a respeito do relacionamento de Iara e Lamarca. Um documento do Comando de fevereiro de 1971 se inicia da seguinte forma:

> Na organização existe a mais ampla liberdade para qualquer militante escrever sobre qualquer tema, limitada tão somente pela segurança. Ultimamente, constatamos um maior número de cartas ao Comando, cujos conteúdos são de interesse geral – sem caráter restrito ou secreto – que poderiam ser discutidas nas bases.[423]

De fato, foram encontrados muitos textos de diferentes autores especificamente deste período e, além disso, alguns deles mencionam a existência de um *Caderno de Debates*, o que indica que a sugestão de criar um veículo similar ao do MR-8 foi concretizada.[424] Todavia, não foi encontrado nenhum exemplar para ser analisado.

O documento do Comando supracitado é resposta a uma carta aberta da militante "Raquel", codinome de Zenaide Machado de Oliveira, direcionada especificamente ao "comandante em chefe" da organização, ou seja, Carlos Lamarca. Ela inicia o texto explicando seus objetivos:

> O companheiro há tempos vem analisando com muita lucidez os [ilegível] da organização e da esquerda revolucionária. Embora estas análises sejam da maior importância, em termos reais, não alterou a prática da organização e especificamente da UCJBG. (...) Pretendo, ao fazer-lhe este relato, colaborar para a viabilização das posições que o companheiro apresenta no plano político, e em certa medida, que conhecer os fatos se torna de fundamental importância para a materialização das soluções. Não basta termos consciência de nossos problemas, agora trata-se de encontrar o caminho para as soluções (...).[425]

Ao longo do documento, ela faz diversas críticas às posições do Comando e cobra mais transparência no informe dos acontecimentos, tanto em âmbito local quanto nacional,

---

[422] "Women, in comparison to men, also report being more committed to and invested in their relationships and endorse the importance of being loved, being deeply in love, and saying that love is important". SHIELDS, GARNER, DI LEONE e HADLEY, 2006, op. cit., p. 76, tradução livre.

[423] APESP; COMANDO VPR. *Resposta à companheira Raquel*. 13 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.050.

[424] No último parágrafo do documento citado acima, há uma referência: "o assunto faz parte do temário do Caderno de Debates, não vamos continuar, fizemos referência apenas para tentar entender por que se fala em 'guerrilha dividida em quadrantes'".

[425] APESP; RAQUEL. *Ao comandante-em-chefe da VPR. Carta aberta a toda a Org.* 15 jan. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.051.

afirmando que muitas das informações sobre prisões, assassinatos, situação da organização em outros estados etc. chegavam aos militantes das bases apenas por vias informais: "o que ouvimos são estórias mal alinhavadas, oficiosas, na base do achismo".[426]

Ao mesmo tempo, o Comando, em carta que enviou aos militantes da VPR no Chile, manuscrita por Lamarca, fazia um pedido:

> Evitar de todo modo entrar nas "pichações" a outras organizações ou companheiros. Formular as críticas e exigi-las, por escrito – para que, com a formalização, seja aperfeiçoado o relacionamento. Não flexionar isto e repugnar comentários paralelos, pois [são] inúteis para a Revolução. Exigimos, assim, que o relacionamento se dê em alto nível.[427]

Em relato posterior, Zenaide Machado recordou um dos boatos que circulavam na organização. Entre fins de 1970 e início de 1971, o casal aparentemente aceitou a ida para o exterior: "parece que, no início, ele tinha resistências éticas, o comandante abandonando o barco. E não resistências políticas. Corria que a Iara o apoiava nisso, ajudou".[428] Zenaide sabe que eles chegaram a concordar sobre a saída, porque foi encarregada de providenciar os documentos.

Inês Etienne acompanhou a decisão e rememorou:

> Deliberamos com Lamarca e Iara que deviam sair do país. Era uma abordagem difícil, porque Lamarca era uma pessoa rígida. Não que ele menosprezasse a vida dele, mas dizia que precisava ter conteúdo político para sair. Para nós, bastava salvar a vida. Sem muita clareza, sabíamos que não tínhamos condição de sobrevivência. Eles concordaram.[429]

Em outra entrevista, ela dá mais detalhes sobre os argumentos para a saída:

> Lamarca e Iara deveriam ir para o exterior, por duas razões: a primeira, para interferirem no processo de divergências que existia entre os militantes da organização que estavam fora do país; a segunda, para ambos fazerem tratamento de saúde. Iara tinha um problema de saúde desde o ano anterior; quanto ao Lamarca, ele não havia feito nenhum exame médico desde que viera do Vale do Ribeira, de onde tinha chegado com anemia profunda.[430]

De fato, no caso de Iara, os problemas de saúde foram citados por outros que com ela conviveram naquele momento, como a própria Lúcia Velloso, que a recebeu em seu aparelho para que algum tratamento médico fosse facilitado.

De acordo com Inês, a saída seria viabilizada pelo coordenador da UC do Rio Grande do Sul, Reinhold Amadeo Klement ("Batista"). Ironicamente, em 23 de janeiro de 1971, ele foi

---

[426] Idem.
[427] APESP; COMANDO VPR. *Aos companheiros da VPR no Chile*. 1 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
[428] OLIVEIRA, s.d., op. cit.
[429] ROMEU, s.d., op. cit.
[430] ROMEU, 1980, op. cit.

preso.[431] Inês acredita que, a partir de então, tenha se iniciado um forte processo de rechaço da ideia de "recuo" por parte de Lamarca – e Iara não necessariamente compactuava com isso.

Na carta para militantes no Chile, o ex-capitão narra o que ele chama de "desbunde" de alguns companheiros. Estes teriam pedido desligamento da VPR em agosto, o que lhes foi negado; ainda assim, teriam ingressado no MR-8 à revelia. Entre eles, estaria Sônia Lafoz ("Clarice"), que após ser baleada durante uma ação no início de 1971, descobriu que estava grávida. Então, ela e seu companheiro tomaram a decisão de sair do país, o que tiveram de fazer sem o apoio do Oito.[432] No documento, Lamarca alerta: "agora, dentro da DI [MR-8], *quatro dos sete desbundaram*, após emperrar trabalhos, são eles: 'Clarice', 'Caetano' (era da VAR-P), 'Jarbas' (e 'Odete') e 'Gil' – *cuidado com eles por aí*".[433]

A despeito de todo o julgamento feito por Lamarca, Inês Etienne lembrou que, ao saber que Sônia estava grávida, Iara fez questão de encontrá-la e apelou ao Comando para que ela tivesse auxílio para ir ao exterior – sem sucesso.[434] Sônia, que a conhecia desde a época da luta pelos excedentes na USP, confirma a realização do encontro:

> Foi no restaurante Jangadeiro, à noite. Eu também era cara conhecida, mas punha peruca. Ela estava de peruca, cabelo claro, comprido, mas não muito, no pescoço. Lembro da cara dela de cabelo chanel. Era um cabelo liso, óculos transparentes. Era de noitinha. (...) [Iara] entendeu bem minha necessidade de sair, meu cansaço, meu descrédito da revolução brasileira ser vitoriosa, eu já estava fazendo uma revisão crítica. O que achei estranho é que ela não argumentou muito contra isso. Eu acho que ela já tinha essa sensação. Saí do encontro sentindo isso. Acho que ela não estava indo com toda a carga necessária.[435]

Além disso, Sônia apontou que as questões de saúde eram perceptíveis em Iara:

> Iara estava doente, inchada, levei um susto quando vi Iara. Tinham me dito, acho que foi Inês, que disse que ela não estava bem de saúde. Inês falou que ela queria falar comigo. Perguntei, ela me disse "não estou bem". (...) Ela tinha engordado bastante. Mas me disseram que a engorda era um desarranjo hormonal que ela tinha, e que ficara mais grave. Mas era inchaço mesmo, no olho, nariz, você percebe.[436]

---

[431] BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3° andar:* terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 147.
[432] CARVALHO, 1998, op. cit., p. 407-412.
[433] APESP; COMANDO VPR. *Aos companheiros da VPR no Chile*. 1 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, grifos meus.
[434] ROMEU, 1980, op. cit.
[435] LAFOZ, s.d., op. cit.
[436] Idem.

Figura 60: Iara com óculos transparentes e peruca chanel (a mesma da última foto), provavelmente em 1971

Fonte: Aperj[437]

Ao analisar textos da VPR deste período, nota-se que o principal tema debatido era o "recuo": "o discurso dos documentos da segunda fase da VPR é construído com base na oposição semântica fundamental *continuação vs. parada*, onde o primeiro termo significa manter a luta, e o segundo, desistir dela".[438] Porém, em geral, estes "apresentam uma única opinião, defendida pelo comando da VPR: a de prosseguir na luta. Ao longo dos textos, podemos depreender a presença de outras vozes, porém, essas se encontram filtradas pela voz oficial da organização".[439]

Devo acrescentar que, nas fontes levantadas para esta pesquisa, notou-se um aumento significativo de documentos assinados por Lamarca, por meio de seus múltiplos codinomes, e a diminuição da presença do Comando ou da organização como autores – e, quando isto ocorre,

[437] APERJ. *Prontuário n° 12.819 - Yara Yavelberg*. Fundo Departamento de Ordem Social.
[438] FULANETI, Oriana de Nadai. *Utopias em rotação:* análise do discurso da esquerda armada brasileira. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 273, grifos originais.
[439] Ibid., p. 274.

não é raro que o texto seja manuscrito com a caligrafia do "comandante em chefe". Portanto, a partir de 1971, ao que tudo indica, Lamarca era a tal "voz oficial" da VPR.

Evocava-se muito a imagem do "verdadeiro revolucionário", o qual era descrito como um indivíduo que não sobrepunha as "questões subjetivas" às decisões coletivas e, acima disto: o "individualismo" era um atributo considerado "pequeno burguês".[440] Complementarmente, o "espírito de sacrifício" como uma das características fundamentais do guerrilheiro, na perspectiva das organizações.[441] Assim, mesmo as condições físicas suas e de sua companheira podem ter sido relegadas a último plano, na perspectiva de Lamarca, que desejava ser o modelo do guerrilheiro brasileiro.

Para discutir o balanço da ação com o diplomata suíço e encontrar soluções para os dilemas levantados entre as bases, foi organizada, em fevereiro, uma reunião com o Comando e os coordenadores das UCs, realizada no sítio do Rio d'Ouro. Inês Etienne lembra: "houve uma discussão acirrada sobre o prosseguimento ou não da luta armada. A proposta de 'recuo' foi derrotada".[442] Dessa forma, a possibilidade de ida do casal para o exterior fora definitivamente descartada.

Ainda que a posição do recuo tivesse sido derrotada, alguns militantes iam se retirando. Herbert Eustáquio, que também sentia problemas de saúde desde a volta do Vale do Ribeira, recebeu em fevereiro um diagnóstico (falso) de leucemia e pediu desligamento do Comando. Ele se lembrou do que teria sido o último encontro entre os dois:

> Eu pedi desligamento do comando, tinha que me tratar, não podia mais ficar, e foi aí que encontrei a Iara. Ela falou: "mas você está muito ruim, você está com a cara... Você está verde", ela falou. "Você tá verde mesmo". (...) E eu me lembrei quando ela falou: "você está verde, está muito doente". Eu olhei para ela e tive a impressão de que ela estava falando também dela, entendeu? Ela também estava verde e muito ruim.[443]

Sem embargo, ela prosseguia com suas tarefas. Depois da reunião, o casal foi abrigado na casa de Alex Polari e Lúcia Velloso, onde Iara já havia estado no início de janeiro. Desta vez, ela estava "aberta" e podia conversar com os vizinhos, para contribuir com a fachada:

> Por dentro, ela devia até borbulhar, mas ela tinha tranquilidade no lidar com os assuntos. Eu sentia vergonha no trato dela com os moradores da área. Vergonha da

[440] Ibid., p. 275. Neste ponto, é interessante citar o relato de Sônia Lafoz a respeito da posição do MR-8, na pessoa de Stuart Angel, quanto à sua gravidez: "'faça aborto, a organização assume'. Eu disse: 'não, de jeito nenhum!'. Eu tinha muito medo disso e por isso não quis enfrentar diretamente essa discussão". CARVALHO, 1998, op. cit., p. 408.
[441] BACK, 2011a, op. cit., p. 13.
[442] ROMEU, 1980, op. cit. As discussões desta reunião foram sintetizadas em um documento, cf. VPR. Reflexões sobre a tática atual. 24 fev. 1971. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 141)*, 1970-1982. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001057.
[443] CARVALHO, H., s.d., op. cit.

> cara de pau dela. (...) ia todo final de tarde conversar com as pessoas no portão. E Lamarca estava lá. Lamarca entrou como padrinho. Foi teoricamente visitar e depois foi embora. Só que ficou. E aí ficávamos com as janelas da casa fechadas. E aquele verão foi horroroso. E ela chegava com a cara de pau, dizendo que o calor era tão forte, que se fechava as janelas para o calor não entrar.[444]

Em entrevista a mim, Lúcia Velloso deu mais detalhes sobre as conversas com os vizinhos e dos motivos para a vergonha:

> E nessas conversas de vizinha, eu lembro que ela falava coisas absurdas. (...) O homem tinha ido à lua em 1969. Então, aquilo causava muita repercussão, e naquele ano [1971], não sei se choveu muito, qualquer coisa, aí tinha uns papos de vizinho, assim, que isso tudo é porque os homens resolveram mexer nas coisas de Deus, essa coisa de ir para a lua, é por isso que está chovendo naquilo. Imagina, para chover no Rio de Janeiro. E aí ela embarcava nessas histórias e ficava acrescentando outras coisas completamente irracionais, que você tinha que segurar a onda para não rir.[445]

Lúcia se recordou ainda de uma vez em que as duas estavam em um táxi e, conversando com o motorista, disseram-lhe ser mineiras. Para sua surpresa, ele também disse ser daquele estado: "passando pela Lagoa, tinha Tobogã. Aquele drama, porque ele diz que também é. E ela, sem nenhum sotaque de Minas, ao ver o tobogã, solta aquele 'uai, que trem mais doido'. Foi certidão de ser mineira. Eu morria de rir".[446]

Conhecer a "ficção realmente encenada", que foi a vida clandestina de muitos militantes de esquerda revolucionária no Brasil nos 1960 e 1970, "pode ser uma das formas de, mais de perto, conhecermos a experiência social da luta política desenvolvida no Brasil nos chamados 'anos de chumbo'". Nessa adaptação constante a múltiplos cenários nos quais se viam envolvidos, os clandestinos "precisavam, com frequência, reescrever seu texto, notadamente para administrar as distâncias culturais e políticas percebidas com relação aos indivíduos com os quais interagiam".[447]

Nota-se que Iara, em um curto período, morou em tantos lugares dos quais se tem conhecimento, que só se podem imaginar tantos outros de que não se tem notícia. Múltiplos nomes falsos – um para cada lugar em que se via residindo, como no pós-Ribeira, quando ela passou por várias casas e usou muitos nomes diferentes, como "Zazá" e "Dedé"; além dos "nomes de guerra" entre os companheiros de militância, que mudavam frequentemente para despistar a repressão – e, com cada um deles, uma história pregressa e uma personalidade diferente a performar. Conciliavam-se com estes, ainda, os nomes e dados que constavam nas identidades falsas, para o caso de aluguéis e/ou abordagens policiais.

---

[444] MAURÍCIO, s.d., op. cit.
[445] MAURÍCIO, 2020, op. cit.
[446] MAURÍCIO, s.d., op. cit.
[447] ACSELRAD, 2015, op. cit., p. 174 e 172, respectivamente.

Neste cenário, Iara conheceu Alfredo Sirkis ("Felipe"), militante da UCJGB também originário do movimento secundarista carioca e judeu. Ele havia participado das ações de captura dos embaixadores alemão e suíço e, nessa última, conheceu Carlos Lamarca, de quem ficou muito próximo. Embora nunca mais tenham se encontrado pessoalmente depois da libertação do diplomata, os dois se comunicavam frequentemente por cartas. Em uma delas, segundo suas memórias, Lamarca lhe escreveu: "chegou uma carta dele, ele dizendo: 'pois é, rapaz, você, sem saber, passou uma tremenda de uma cantada na minha namorada. Olha que meu *revolvão* está querendo funcionar!' [risos]".[448] Iara e Alfredo se encontraram por acaso em um ônibus de linha, na cidade do Rio, e ele, sem a conhecer, tentou iniciar uma conversa com ela.

A resposta de Lamarca, porém, indica que Iara sabia quem era Alfredo, apesar de, segundo os relatos dele, nunca terem se encontrado. Isso já tinha ocorrido com o "Cabo Anselmo" e apareceu discretamente no relato de Sônia Lafoz, que disse:

> Ela sabia de mim. Inclusive porque eu tive vários contatos com Lamarca. (...) Ela ficou sabendo uma porção de coisas de mim via contato com direção nacional. E eu não [soube nada dela], porque direção era muito preservada. E eu era uma das mulheres da VP que estava na linha de frente, a nível de ação armada.[449]

Contrariando as máximas de segurança da organização – evocadas por ex-militantes na atualidade, ao serem perguntados sobre atividades e funções dela –, Iara detinha muitas informações sobre os outros companheiros, as ações das quais tinham participado e sobre o funcionamento da VPR como um todo. Isto permite uma observação: sua proximidade com o Comando é mais uma vez demonstrada, além da dedicação em se inteirar dos acontecimentos pelos meios de comunicação "burgueses", como ela propagava em seus documentos.[450]

A amizade de Sirkis com Lamarca se estendeu a Iara, com quem ele passou a se encontrar em pontos, presumivelmente enquanto o casal vivia com Lúcia e Alex. Outros fatores os fizeram criar um vínculo, como lembrou Alfredo:

> A gente criou uma amizade muito grande, a gente tinha muita coisa em comum: classe média, intelectual, família judaica, enfim, tinha tudo a ver. Então, a gente ali rapidamente criou uma grande amizade porque nós também estávamos muito isolados com relação aos outros setores da organização que tinha uma postura mais rígida e tudo.[451]

---

[448] SIRKIS, Alfredo. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 37'31". Acervo VIDECOM.
[449] LAFOZ, s.d., op. cit.
[450] Cf. NORMA. Conjuntura orgânica. São Paulo, 1 ago. 1970. In: STM. *Autos findos 40.503*, São Paulo, v. 1, 1974, fls. 185-187, p. 555-559.
[451] SIRKIS, 1993, op. cit.

O relacionamento dos dois com Sirkis parece ter sido fundamental para a deterioração de suas ligações com a VPR. Por um lado, Lamarca demonstrava estar cada vez mais ciente do isolamento da organização em relação à sociedade e, principalmente, de seu próprio desconhecimento a respeito do que ocorria nas bases. Em carta de abril de 1971, "Felipe" escreve ao ex-capitão sobre justiçamentos realizados pela ALN e pela DVP:

> Estes filhos da puta [justiçadores] são uns traidores, uns degenerados, estão desmoralizando a revolução e acho que devem ser julgados por isso. Não podemos permitir que estes Berias[452] versão 1971 sejam a revolução com seus atos de pura paranoia. Soube pela "Leila" [Iara Iavelberg] que você não sabia dos três assassinatos. O da DV já foi há um tempão, todo mundo sabia. Como é que você não sabia? O "Hans" [Alex Polari] até achava justo.[453]

"Leila" era o novo codinome adotado por Iara, depois de "Norma". Ele aparecerá em outros documentos. Porém, nessa carta, Sirkis implica que a VPR – incluindo Alex Polari, com quem Lamarca havia morado – estava escondendo fatos do ex-capitão. Nessa perspectiva, Zenaide Machado relatou: "parece que, através das conversas com Sirkis, um certo processo começou, de questionar a VPR. Sirkis dava versões diferentes dos acontecimentos e levou o Lamarca a questionar a confiança que tinha nas pessoas, Inês e Daniel".[454]

Ao que tudo indica, as suspeitas do ex-capitão chegaram ao ápice quando este tomou conhecimento dos documentos agressivos e questionadores de sua pessoa, de autoria de um militante que até então não conhecia, "Otávio", codinome de Ubajara Silveira Roriz. Segundo informações do *Projeto Orvil,*[455] Lamarca não teria recebido documentos deste autor, numa tentativa dos outros integrantes do Comando e da UCJGB de não aborrecê-lo inutilmente, já que "Otávio" era visto como louco entre os quadros da VPR.[456] Quando passou a recebê-los,

---

[452] "O sentido Hebraico de Berias é: 'grito de dor', mas vem sendo traduzido por: 'com um amigo'. Na verdade, esse triste nome, que lembrava grande infelicidade, foi dado ao filho de Efraim por causa de uma tragédia doméstica (1 Cr 7.21 a 23). Eles, os filhos de Efraim tinham ido buscar o seu gado, e nessa ocasião foram assassinados pelos homens de Gate – e, quando nasceu outro filho a Efraim, foi-lhe posto o nome de Berias, 'porque as coisas iam mal na sua casa'". Disponível em: https://bit.ly/41rfss8. Acesso em: 15 abr. 2023.

[453] APESP; FELIPE. *Carta a Carlos Lamarca (cópia datilografada no CISA)*. 5 abr. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 50-D-26-3287.

[454] OLIVEIRA, s.d., op. cit.

[455] Livro de memória produzido com o objetivo de contar e legitimar a "versão" dos militares a respeito dos acontecimentos durante a ditadura, mas que utilizou fontes dos arquivos da repressão, incluindo documentos das organizações. Estou ciente de que a narrativa criada a partir dos dados apresentados é extremamente problemática. No entanto, considero que algumas das *fontes citadas* são relevantes (embora nem sempre referenciadas), desde que cotejadas com outros documentos disponíveis, como testemunhos. Para mais informações sobre a criação do *ORVIL*, cf. BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, jul. 2012.

[456] PROJETO ORVIL. *As tentativas de tomada do poder*. Vol. 3. Editoração eletrônica: Luis Valentin Vallejo, 2016, p. 29. Em depoimento a Judith Patarra, Lúcia Velloso afirmou: "o Otávio era um louco que propunha ataque de ratos à siderúrgica de Volta Redonda". MAURÍCIO, s.d., op. cit.

elaborou respostas furiosas – o que fica evidente até em sua caligrafia – com palavrões e críticas agressivas.[457]

Quem recebeu a culpa por toda esta situação foi Inês Etienne. O período de crise e derrotas pelo qual a organização passava fez emergir muitos conflitos, motivados por um aspecto em comum: a desconfiança. As tensões foram encontradas majoritariamente nos textos que abordavam a relação entre Comando e bases.[458]

Um exemplo de texto com esta temática é uma carta de Lamarca a Inês Etienne, anexada em documento intitulado *Contra o cupulismo* e datado de 11 de março de 1971. Nele, o ex-capitão, em tom agressivo, propôs que as divergências do Comando fossem abertas para as bases, cobrando ainda que Inês expusesse suas posições políticas para todos. A divergência central do documento parece girar em torno, justamente, da questão com "Otávio". O ex-capitão cita Iara em determinado momento:

> Você sabe que tenho posição política divergente da sua, do "Isaac" [Herbert Eustáquio], da "Leila" [Iara Iavelberg], quero que isto fique claro para a organização. Não estou interessado em me firmar, e muito menos sobre quem quer que seja – quero que a organização tenha posição clara, bem definida de maioria (e não de Comando) –, posso estar em minoria (as discussões é que deixarão isto claro), então atuarei politicamente como minoria, continuarei a luta interna e não farei "corpo mole" – quero ser um leninista na prática (teoricamente o sou).[459]

A "posição política" que Lamarca se refere como sendo sua, e da qual Iara, Herbert e Inês discordariam, foi detalhada em outro documento, *Pelo leninismo*. Ele apregoava que o Comando da VPR teria se tornado uma "cúpula" isolada das bases e de sua realidade e gostaria de se transferir para as bases o mais rápido possível.[460]

De acordo com as memórias de Inês: "com Iara e Herbert, chegamos à conclusão de que não havia mais condições de se prosseguir na luta pelos métodos que havíamos adotado".[461] Em entrevista, Herbert resumiu o que seria a opinião dos três: "eu falei que era importantíssimo a gente realizar [um] congresso e que a gente não conseguiria realizar com ele [Lamarca] no

---

[457] Cf. APESP; LAMARCA, Carlos. Ainda sobre o quem é quem. s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
Para resposta em nome do Comando, cf. APESP; COMANDO VPR. *Resposta ao companheiro Otávio.* 7 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-60-10.053.

[458] FULANETI, 2010, op. cit.

[459] APESP; CLÁUDIO. *Contra o cupulismo*. 11 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-60-10.056.

[460] "Este documento levanta uma posição que não é minha pessoalmente, é uma posição autocrítica da organização – considero-me com autoridade para fazer isso, não pessoalmente, mas pela função que tenho exercido. (...) Tenho o direito de ir às bases discutir e o farei, mesmo após estas primeiras, continuarei neste propósito. Após estas discussões explícitas no documento à organização, coordenarei com os comandantes da UC a minha passagem às bases, assim que estas tenham condições de [se] reunir para discussão". APESP; CLÁUDIO. *Pelo leninismo*. 10 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.047.

[461] ROMEU, 1980, op. cit.

Brasil". A defesa da saída de Lamarca do país, argumentada com base na segurança do ex-capitão, o fez desconfiar das "boas intenções" de Inês; segundo as memórias de Zenaide, o fato de ela estar empenhada na saída dele o fazia pensar que estava sendo boicotado como comandante da organização.[462]

Dois dias depois de divulgado *Contra o cupulismo*, Inês Etienne distribuiu um comunicado na organização, informando seu desligamento da VPR, justificando-o por meio da forma como fora tratada por Lamarca. No documento, ela alerta:

> Somente a burguesia se beneficia pelos ataques pessoais entre militantes revolucionários, notadamente na forma leviana adotada pelo companheiro C. (...). Documentos desta natureza sempre caem nas mãos da repressão e, que portanto, será feita a exploração política em torno dos rótulos impostos a mim pelo companheiro C.[463]

Alguns dias depois, em 21 de março, Lamarca finalizou outro texto e um bilhete de resposta aos pontos elencados por Inês, refutando um por um, incluindo o citado acima: "os documentos que caem são explorados pela burguesia, isto não nega a possibilidade de se travar luta política através [de] documentos (basta queimá-los)".[464]

Ironicamente, em 23 de março, o *Jornal do Brasil* publicou pequena nota na capa da edição de 23 de março, sob o título *I Exército anuncia morte de terroristas*:

> O comando do I Exército distribuiu nota oficial anunciando a morte, ontem, por volta das 11 horas, "dos terroristas da VPR Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira, que faleceram quando eram transportados ao Hospital Salgado Filho", após tiroteio com agentes de segurança, ao reagirem à prisão, na Rua Cupertino Durão. Diz a nota que Gerson "portava importantes documentos da VPR, estava envolvido no sequestro do embaixador von Holleben, no assassinato do agente federal Irlando de Souza Régis, e na tentativa de assalto do Banco da Bahia, agência Liberdade, em Salvador, quando foi morto um comissário de polícia, além de outras inúmeras ações criminosas.[465]

Os "importantes documentos" portados por Gerson eram, precisamente, as respostas de Lamarca a Inês.[466] Cerca de um mês depois, seriam publicados na imprensa como um todo, com o discurso de que Lamarca era considerado traidor dentro de sua organização.

---

[462] MACHADO, s.d., op. cit.
[463] APESP; A. *Comunicado*. 13 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.048.
[464] CLAUDIO. Posição sobre o comunicado do Comandante A. 21 mar. 1971. In: ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 268/DSEG4*. Rio de Janeiro, 1 abr. 1971. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0.0.2019.
[465] I EXÉRCITO anuncia morte de terroristas. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 23 mar. 1971, capa.
[466] Segundo Inês relatou a Judith Patarra: "[Lamarca] faz um documento para a organização das duas posições, em que ele me chama por uma inicial, sem colocar nome de guerra. E diz que essa posição existe e precisa ser discutida pela organização. Entrega o documento para Alex, que daria para Gerson, que reproduziria e passaria para outros militantes. Alex vai para o ponto, em Cascadura, onde se encontraria com Maurício e Gerson. Passa o documento para Gerson, sai por rua lateral e vai. Vem um carro da repressão, Gerson e Mauricio tentam sacar armas e são metralhados". ROMEU, s.d., op. cit.

Gerson era comandante da UCJGB, de extrema confiança de Lamarca. Junto com sua companheira Tereza Ângelo, havia participado das ações de captura dos embaixadores alemão e suíço. Conviveu muito com Lamarca e Iara no sítio de Rio d'Ouro. Segundo Inês Etienne, "Lamarca adorava o Gerson, de origem operária, negro, envolvente, sério, meio bravo. Todos que o conheciam o queriam. Foi extremamente chocante para o Lamarca".[467]

Os dois militantes, Gerson e Maurício, foram detidos após um ponto com Alex Polari, em cuja casa Lamarca e Iara estavam morando, o que indica que o casal pode ter tomado conhecimento da "queda" assim que ela ocorreu, na manhã do dia 22. É desta mesma data o documento assinado do ex-capitão e direcionado ao Comando, cujo assunto é: "Pedido de desligamento da organização".[468]

O documento não indica que Lamarca já tivesse certeza sobre qual seria sua próxima organização, ao contrário: "na organização em que for militar, farei um comunicado à esquerda apresentando os motivos do desligamento e de ingresso em outra Organização Revolucionária. Tenho contribuições a dar para a Revolução no Brasil, e aqui ficarei".[469] Tratou-se, como as evidências apontam, de uma decisão influenciada repentina, diretamente influenciada pelos sentimentos causados pelo assassinato dos dois quadros da VPR.

A forma como finalizou seu texto indica, no entanto, que Lamarca estava seguro de uma coisa: permaneceria no Brasil. Esta certeza, porém, não parecia ser compartilhada por Iara, de acordo com as memórias de Alfredo Sirkis: "a Iara era uma pessoa vital, ela não queria morrer, ela queria convencê-lo a sair do país, para organizar as coisas a partir do exterior e depois tentar de novo".[470]

Apesar de discordar do companheiro sobre as estratégias a seguir, ela também tinha reservas quanto às decisões de Inês. Lúcia Velloso recordou da última reunião do Comando, realizada em sua casa, com a participação de Iara, Inês, Herbert (já encerrando seus compromissos), José Raimundo da Costa e Lamarca:

> A Inês ficou muito magoada com Lamarca, muito, e o Raimundo ficando para segurar aquela barra toda. O clima da reunião foi tão pesado que lembro que a Inês ficou 24 horas lá em casa, entrou de noite e tinha que sair de noite, ela ficou o dia inteiro prostrada no chão, chorando. O Raimundo podia ter problemas de saúde, mas era forte, devia ter 35, 40 anos, ex-marinheiro, teve problemas cardíacos, Daniel acudiu, tinha um remédio que ele pediu para comprar. (...) A única pessoa que me pareceu saindo mais inteira foi o Lamarca. Foi muito duro. A coisa de as pessoas não se

[467] Idem.
[468] APESP; CLÁUDIO. *Ao Comando da VPR*. 22 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.043.
[469] Idem.
[470] SIRKIS, 1993, op. cit.

> falarem: quando terminou, ninguém falava com ninguém. E como eu era uma pessoa neutra, nem com Alex se falava, vinham para mim.[471]

Em entrevista mais recente, ela lembrou da posição de Iara:

> Acho que a única pessoa que falava com todo mundo era eu. (...) Então, ela me acompanhava nessas coisas, mas... Não o suficiente, porque... Porque ela tinha um lado, ela estava do lado do Lamarca, então... (...) A Iara podia até, vamos dizer assim, olhar o lado da Inês, mas ela não se manifestava a favor da Inês, ela podia até discordar da maneira como o Lamarca colocou essa questão, mas ela não se posicionava, e elas tinham proximidade.[472]

Inês Etienne, por sua vez, compartilhou suas impressões sobre a resistência de Iara:

> Nesse final, encontro Iara em março. E tivemos – ela extremamente tensa, eu também, era terrível, foi um encontro áspero. Como se ela não se conformasse que eu saísse fora, sem ajudar a resolver a questão do conjunto. Mas, eu achava que não ia conseguir romper aquela barreira que Lamarca impunha, de achar que, se as condições não existiam, se teria que criar as condições. Eu não queria ser suicida. (...) Iara ficou puta comigo. Porque eu disse para ela que se ele não quisesse sair, ela que fosse sozinha. Então, ela falou: "você também entrou nessa". Ela ficou com muita raiva de mim. Estava zangada, com raiva. Eu fiquei perplexa.[473]

Em entrevista concedida antes desta, ao relembrar o momento de despedida, Inês recordou outra fala de Iara: "respondeu-me que o destino dela estava ligado ao destino dele".[474]

Isto posto, em 1º de abril de 1971 – 10 dias após o documento de Lamarca –, Iara, com seu codinome "Leila", pediu desligamento da organização através de texto *Aos companheiros que militam na VPR*. A frase "peço desligamento da VPR porque nunca, nem inserida na produção burguesa, me senti tão inútil", que abre esta tese e consta em rascunho feito por Iara, não foi para a versão final, que foi iniciada da seguinte forma:

> Encaminho meu desligamento simultaneamente ao pedido de contato com outra Organização Revolucionária. Fundamentalmente discordando da nossa linha política que não superou o foquismo – a não ser no aspecto de integração das diversas formas de luta da guerra de guerrilhas no setor rural –, na luta urbana a propaganda é o foco travestido, com uma roupagem de palavrório genérico.[475]

Com exceção deste primeiro parágrafo, em primeira pessoa do singular, todo o documento foi escrito na primeira pessoa do plural – forma recorrente em textos acadêmicos, mas que não foi observada em nenhum dos outros textos de autoria de Iara ao longo de sua militância política:

> Nosso desligamento se dá por não querermos <u>assumir</u> a conivência de coexistir pacificamente com o que consideramos o embrião de uma futura "elite", "casta" dirigente. Dizemos coexistência política pois uma luta interna se daria através de posições políticas que se defrontam em documentos, dentro de um instrumento cuja engrenagem, funcionamento nos moldes leninistas, permitira o seu encaminhamento.

---

[471] MAURÍCIO, s.d., op. cit.
[472] MAURÍCIO, 2020, op. cit.
[473] ROMEU, s.d., op. cit.
[474] ROMEU, 1980, op. cit.
[475] APESP; LEILA. *Aos companheiros que militam na VPR*. 1 abr. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.040.

> (...) Somos dos que querem e achamos que querer não é suficiente (não estamos naquela do 'querer é poder'...), precisamos criar condições. Condições são criadas na prática revolucionária, orientada para a transformação. (...) Não vemos perspectiva para uma atuação política numa organização assim.[476]

Nota-se que o plural aparece na justificativa para a saída: Iara incorporou os principais argumentos utilizados por Lamarca, deixando suas discordâncias com ele quase imperceptíveis. "Quase" porque, como explicita o excerto acima, ela não foi tão enfática como o companheiro quanto ao "cupulismo" supostamente vigente na organização; em vez disso, referiu-se a um "embrião de uma futura 'elite'".

Ao que tudo indica, e talvez sem se dar conta, Iara falava de si mesma ao reproduzir os motivos para a saída de Lamarca:

> Já levantamos o problema de formarmo-nos neste sentido de crescimento coletivo – nunca fomos omissos (vide nossos documentos: *Conjuntura orgânica; Caminho a percorrer*; *Moral revolucionária*; *Esboço para um setor de Inteligência*; Tradução de texto apresentado na *Arma Teórica n° 3*). Esta não vivência coletiva impede o crescimento revolucionário, e assim o lema político da VPR 'faz a revolução quem pode, não quem quer' pode perdurar. (...) Há que ser possível um acesso à prática política que nos possibilite criar, crescer, produzir. Só se possibilita uma prática 'supervisionada' diretamente pelos detentores de 'critérios' com o qual não concordamos, ou seja, transformarmo-nos em executores, tarefeiros dos que se consideram providos de 'capacidade' que os demais não possuem. A militância, a prática política é algo consciente, não pode ser transformada em algo alienante.[477]

Neste trecho, descobre-se que Iara escreveu outros três documentos entre fins de 1970 e 1971, aos quais não se teve acesso durante esta pesquisa. Ademais, seguindo a proposta de retomar a imprensa da organização, teria sido publicado um novo número da *Arma Teórica*, caderno de difusão de textos considerados base que publicou, em seu volume 2, *O caminho da vanguarda*, de Jamil Rodrigues. Não foram encontrados os volumes 1 e 3 para análise, portanto, não se sabe qual foi o texto traduzido por Iara para a última edição.

As outras observações, ainda que sejam aplicáveis às insatisfações de Lamarca, versam também sobre seu próprio histórico com a organização: jamais foi considerada provida de "capacidade armada" e, embora quisesse fazer a revolução, nunca lhe foi permitida tal tarefa. O texto soa irônico, quando se atenta para o fato de que "Leila" se descreve como "executora" e "tarefeira" daqueles que supostamente detinham todas as capacidades necessárias para atuar na luta armada. Isto porque, durante o treinamento no Vale do Ribeira, ela era colocada justamente no grupo oposto, o dos "teóricos" que, segundo relatos dos outros participantes, se sentiam donos da revolução.

[476] Idem.
[477] Idem.

O que Iara parece dizer, contudo, é que, mesmo depois de quase três anos dedicados inteiramente à VPR, ela se sentia aquém das ações que levariam à revolução e impedida de acessar a prática política; sentia-se *inútil*.

*****

Em entrevista, Maria do Carmo Brito e Chizuo Osava foram perguntados a respeito de Iara:

> **E:** Agora, e a Iara, por exemplo. Dizem que a Iara era uma mulher cabeça, muito inteligente, professora de Psicologia da USP, ela era, né. Iniciou o próprio, segundo consta, o próprio Lamarca em leitura do Reich, por exemplo, do Freud, que aparece alguma coisa do Lamarca.
> **CO:** O que você acha, você que conviveu? É possível. Deve ter, né. Mas isso não influi em nada.
> **MC:** A Iara não teve nenhum tipo de responsabilidade na VPR, em época nenhuma, nem na primeira, nem na segunda.
> **E:** Há quem diga que ela teve importância fundamental na formação política do Lamarca.
> **CO:** Não, aí não.
> **MC:** Eles viveram muito pouco tempo juntos, muito pouco tempo mesmo. É que foi um período candente, ela era uma mulher excepcional, mas a VPR era quadrada demais e ela não era aceita dentro da organização. Não estou me referindo a mim, não, ao conjunto. Barra muito pesada.[478]

Ao se estudar história das mulheres sob a perspectiva da história do cotidiano, algumas questões devem ser feitas; uma delas é a seguinte: "quais tipos de poder as mulheres em uma determinada sociedade ou grupo social realmente têm à sua disposição?".[479] Através da extensa análise de fontes, esta tese evidenciou que, dentro da VPR e em suas diversas fases, Iara Iavelberg teve majoritariamente um tipo de poder à sua disposição: aquele obtido por intermédio das relações amorosas e sexuais.

Embora ela tenha se dedicado ao e atuado no grupo desde sua criação, antes mesmo de ser oficialmente batizado, outras formas de influir lhe foram sistematicamente negadas. Ora com base em suas origens socioeconômicas, ora tendo como justificativa seus comportamentos pouco ortodoxos, Iara foi considerada inadequada para a militância política na VPR. Suas habilidades teóricas entravam no caminho de uma organização que se colocava como defensora da prática. Seus pedidos por participação em ações armadas eram negados, em função de sua suposta inabilidade física irremediável e/ou da necessidade de proteger o quadro mais importante da organização.

---

[478] BRITO e OSAVA, 1986, op. cit., p. 62.
[479] "What types of power do women in a specific society or social group actually have at their disposal?". WIERLING, 1995, op. cit., p. 161, tradução livre.

Os estudos de gênero são importantes não só para a história das mulheres, mas para a história da sociedade como um todo, dado que "seu trabalho é investigar a conexão entre as mudanças nas relações homem/mulher e a teia mais ampla de mudança e transformação que abrange toda a sociedade".[480] Ademais, "é necessário desmascarar toda a história em sua suposta neutralidade de gênero, reescrevendo seus anais sob o paradigma de gênero".[481]

Portanto, em um estudo que não tomou as experiências masculinas como universais, foi possível desvelar que, ainda que não tenha tido nenhuma "responsabilidade" formal ao longo de toda sua militância na VPR – ou seja, nunca ocupou um cargo de direção –, Iara esteve presente e atuante, disputando internamente posições, funções e mudanças no grupo. Além disso, pôde-se compreender que a escassez de cargos de poder ocorreu devido a uma postura social e moral de diversos dos militantes.

Mesmo em postos tidos como secundários, a história de Iara permitiu explorar a história da VPR por vários ângulos antes pouco examinados. Diante do relativo desconhecimento das testemunhas disponíveis quanto à sua atuação, as fontes orais – as mais utilizadas na historiografia sobre a luta armada contra a ditadura – se mostraram insuficientes para responder às questões relativas ao engajamento de Iara. Isso provocou a busca por documentos, sobretudo produzidos pelos próprios militantes da época, que muitas vezes foram considerados inexistentes em uma organização como a VPR.

Dessa forma, este estudo – ainda que embrionariamente – demonstrou que a VPR produziu (muitos) documentos teóricos e fomentou o debate político entre seus militantes do Comando e das bases, rompendo com a ideia de que se tratava de uma organização exclusivamente "militarista". Novos vieses de pesquisa podem ser abertos a partir destas fontes, que não foram em sua totalidade analisadas pelos estudos que têm a organização como ponto central.

Neste sentido, considero que a história de Iara Iavelberg, de certa forma, é também a história da VPR, e vice-versa.

[480] "Its job is to investigate the connection between changing male/female relations and the broader web of change and transformation embracing all of society". Ibid., p. 153, tradução livre.
[481] "It is necessary to unmask all of history in its presumed gender neutrality, rewriting its annals anew under the paradigm of gender". Ibid., p. 152, tradução livre.

CAPÍTULO 8
"ELA É BEM MAIS SANGUE, ELA É BEM MAIS VIDA"[1]

E você, amada amante
Faz da vida um instante
Ser demais para nós dois

Esse amor sem preconceito
Sem saber o que é direito
Faz as suas próprias leis

Que flutua no meu leito
Que explode no meu peito
E supera o que já fez

Erasmo Carlos e Roberto Carlos[2]

Durante os intervalos das longas reuniões políticas feitas, em abril de 1971, para discutir o ingresso de Carlos Lamarca e Iara Iavelberg no MR-8, os participantes ouviam discos e conversavam sobre livros, para aliviar a tensão gerada pelos tópicos debatidos. Renato Laforet – o quadro que cedeu sua casa para abrigar o casal – tinha discos variados de música brasileira, como os de Roberto Carlos, Luiz Gonzaga, Chico Buarque, Caetano Veloso etc. Ele teria se surpreendido, no entanto, com a escolha dos dois: "'como é que pode vocês gostarem de Roberto Carlos? Pensei que vocês iam gostar de Beethoven!'". João Lopes Salgado, integrante da Direção do Oito, lembrou de uma canção específica: "tinha uma música que eles adoravam, *Amada amante*, que na época se tocava muito".[3]

José Carlos de Souza, um dos militantes que conduziu Lamarca e Iara à Bahia, presenciou um momento de emoção: "quando a gente voltou [de Salvador para Feira de Santana], tocava no ônibus *Amada amante*, ela se emocionou, que era a música que ele gostava, cantava para ela na época. Curtiam o Roberto Carlos".[4] No momento em que isto aconteceu, Iara já havia se despedido do ex-capitão, acreditando que ficariam separados por um curto período. A despedida, porém, revelou-se definitiva.

Com melodia de Erasmo Carlos, a canção foi escrita enquanto Roberto passava por dificuldades para oficializar seu casamento com Nice Rossi. Ela era desquitada e, portanto, não poderia se casar legalmente. A saída encontrada pelo casal foi realizar a cerimônia na Bolívia,

[1] GONZAGUINHA. *Pequena memória para um tempo sem memória (a legião dos esquecidos)*. Intérprete: Gonzaguinha. Rio de Janeiro: EMI, 1981.
[2] CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. *Amada amante*. Intérprete: Roberto Carlos. Rio de Janeiro: CBS, 1971.
[3] SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[4] SOUZA, s.d., op. cit.

em 1968.[5] Assim, a letra fala sobre um amor que "faz suas próprias leis" e é "sem preconceito"; desafia as noções legais de matrimônio, a amada é também "amante" – situação facilmente relacionável à de Iara e Lamarca.

A edição do *Jornal do Brasil*, referente aos dias 19 e 20 de setembro de 1971, noticiou que o quarto LP "avulso" mais vendido da semana anterior, na cidade do Rio de Janeiro, fora *Amada amante*.[6] Nessa mesma publicação, porém, a principal manchete era outra. Na capa, lia-se: *Lamarca morre em choque no interior da Bahia*. A reportagem descrevia:

> As autoridades de segurança somente tiveram a certeza de que o ex-capitão Carlos Lamarca estava na Bahia depois que estouraram um *aparelho* na Rua Minas Gerais, 125, Pituba – um dos bairros mais elegantes de Salvador – numa operação efetuada na noite de 6 de agosto [sic], durante a qual suicidou-se com um tiro no coração a sua amante, Iara Iavelberg.[7]

Embora o texto aponte que Iara tenha morrido em 6 de agosto, trata-se de um erro, ela foi assassinada em 20 de agosto de 1971. Sua morte só foi revelada ao público um mês depois, junto com o anúncio do falecimento de Lamarca.

Este capítulo tem a difícil tarefa de contar a história de duas Iaras: a "pessoa", que depois de seu desligamento da VPR, em 1° de abril de 1971, viveu mais 142 dias, até 20 de agosto quando foi assassinada no apartamento de um vizinho, em Salvador. E o "mito", vivo por 52 anos e nascido, paradoxalmente, no mesmo dia em que a "pessoa" falecera, primeiro localmente, entre as poucas testemunhas do cerco, tornando-se conhecido nacionalmente apenas em 19 de setembro. Ambas têm pouco em comum. Enquanto a "pessoa" era múltipla e contraditória como todo ser humano, a "Iara mitológica", "musa" tem fundamentalmente três características: era bonita, sensual e amante do grande guerrilheiro Carlos Lamarca.

8.1 Em busca de uma base social: o MR-8 e a promessa de luta no campo

> Ingressamos no MR-8, com o qual nos identificamos politicamente. Pensamos que, nesta fase, há que se criar condições buscando uma base social. Nenhuma força política atual no país dispõe desta base de apoio. Penso que estamos atravessando a fase mais dura da esquerda brasileira.
>
> O pior é ler entrevistas dadas pelos companheiros [no exterior] nas quais o triunfalismo predomina. Eu fico impressionada com como se deforma a história. Da maneira como eles falam, estaríamos a um passo da tomada do poder: "apoio popular", "nível de vinculação com as massas": **tudo mentira**.[8]

[5] ARAÚJO, Paulo César de. *Roberto Carlos em Detalhes*. São Paulo: Planeta, 2006.
[6] A música de hoje em dia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 e 20 set. 1971, Caderno B, p. 10.
[7] MORTE de Lamarca é anunciada pela 6ª R. Militar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 e 20 set. 1971, p. 40, grifos originais.
[8] "Ingresamos al MR-8 con el que nos identificamos políticamente. Pensamos que en esta fase hay que crear condiciones buscando una base social. Ninguna fuerza política actual en el país dispone de esta base de apoyo. Pienso que estamos atravesando la fase más dura de la izquierda brasileña". "Lo peor es leer entrevistas dadas por los compañeros donde el triunfalismo predomina. Yo quedo impresionada de cómo se deforma la historia. De la

Os trechos acima são de duas cartas de Iara enviadas a seus irmãos Samuel e Raul no Chile e publicadas pela revista de esquerda chilena *Punto Final*, em setembro de 1971. O primeiro excerto teria sido escrito em julho daquele ano, e o segundo alguns meses antes. A entrada no MR-8 se deu, possivelmente, por ser a organização considerada por Iara e Lamarca como a única capaz de vencer as dificuldades de integração da luta armada com outros setores da sociedade, sobretudo os camponeses, por um motivo: o trabalho desenvolvido pelo grupo em duas áreas rurais, nos estados da Bahia e de Goiás.[9]

As conversas com o Oito se iniciaram por intermédio de Alfredo Sirkis, que rememorou que a ideia de serem deslocados para a Bahia – onde poderiam desenvolver trabalho político no campo de longo prazo – surgiu como alternativa à saída dos dois do país: "era uma área onde o Lamarca ficaria escondido e desenvolveria um trabalho político com os pobres ali daquela região. (...) Para a Iara, aquele trabalho era uma espécie alternativa a sair do país, eles achavam que aquilo poderia permitir a sobrevivência".[10]

Assim, o primeiro contato com o MR-8 para este fim foi feito por Iara e Carlos Alberto Muniz, ex-líder do movimento estudantil e integrante da Direção-Geral. Muniz havia conhecido Lamarca em reuniões da Frente; já Iara, ele acredita ter encontrado pela primeira vez apenas neste momento:

> Falamos das dificuldades que eles estavam encontrando ao tentar introduzir alguns pontos dessa discussão na VPR (...). Então, ali expus um pouco mais as ideias que estávamos sistematizando no MR-8, propúnhamos uma revisão profunda das questões e também o trabalho de implantação do trabalho no campo. Mas sério, político. E não feito como se fosse instaurar a guerrilha rural. E que eu considerava ótima oportunidade de prosseguir a conversa. Então, através dela, marcamos outro encontro, em que eu ficava encarregado de pegar ela e o Lamarca e eles entrarem no esquema do MR-8.[11]

Ele lembra, no entanto, que esta "entrada no esquema" do Oito não significava ingresso nas fileiras de militantes: "era para dar o apoio para segurar uma situação difícil que eles estavam atravessando. Não representava, nessa época, a entrada deles para o MR-8. Era basicamente apoio".[12]

---

manera cómo ellos hablan, estaríamos a un paso de la toma del poder: 'apoyo popular', 'nivel de vinculación de las masas': **todo mentira**". apud SEPULVEDA, 1971, op. cit., p. 26, tradução livre, grifos originais.

[9] TELÓ, Fabrício. *Organizações armadas e camponeses*: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

[10] SIRKIS, 1993, op. cit.

[11] MUNIZ, Carlos Alberto; MUNIZ, Maria Ângela C. O. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[12] Idem.

Zenaide Machado de Oliveira, militante da VPR, recordou que tanto Iara quanto Lamarca se sentiam extremamente inseguros no aparelho de Alex Polari e Lúcia Velloso, no qual viviam antes do MR-8: "ele dava muita bronca no Alex, porque o achava muito porra louca. A Iara conversou isso muito com [Lúcia], a insegurança que eles viviam no aparelho, porque o Alex fazia muita besteira, ia a cinema, Lamarca chamava a atenção pela forma de colocar o carro na porta, o comportamento de Alex que julgava irresponsável".[13] João Lopes Salgado, outro integrante da Direção-Geral do MR-8, lembrou que os dois criticavam muito o "comportamento estudantil" dentro da VPR;[14] Alex, Lúcia e muitos dos integrantes da UCJGB naquele período advinham do movimento secundarista.

Além da questão de segurança, Salgado apontou que a vivência na estrutura do Oito permitiria uma experiência prática no cotidiano da organização: "eles estavam cansados de ler coisas escritas, que nem sempre correspondiam muito à prática. E eles tinham muita esperança nesse convívio, de captar as coisas que não estavam escritas".[15]

Os escritos sobretudo do final de 1970, do lado de Iara e Lamarca, revelavam algumas discordâncias dos dois com o MR-8. "Norma", em *Frente à política do fato consumado...*, texto que tratava dos impasses dentro da Frente em relação a ações de captura (já analisado no capítulo anterior), alfineta a organização: "podemos dizer que se os interesses da Frente não são os do proletariado – e sim estão reduzidos aos interesses da Frente (*ou de uma organização dentro da Frente*) – então não podemos nos submeter a eles".[16] Depois que a ação fora efetivada e liberara 70 presos políticos para o Chile, "Cláudio" rebateu e criticou o editorial do jornal *Resistência*, do MR-8, intitulado *O sequestro sequestrado*:

> Pareceu-nos até um editorial de *O Globo* e quem leu o editorial de *Última Hora*, com o título "E agora?" vai ver a semelhança. Os companheiros de *Resistência*, antes do sequestro, colocavam que não era possível partir para sequestro sem uma sólida infraestrutura. Quando perceberam que a aparelhagem aguentava, passaram a dizer que não era o momento, agora afirmaram que não queriam esvaziar o instrumento e não houve benefícios para a Revolução.[17]

Todavia, diante das divergências que enfrentavam internamente na VPR, o casal parece ter considerado mais vantajoso abrir discussões políticas com o MR-8, tendo em vista a

[13] OLIVEIRA, s.d., op. cit.
[14] SALGADO, s.d., op. cit.
[15] Idem.
[16] APESP; NORMA. *Frente à política do fato consumado...* 25 nov. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.044.
[17] APESP; CLÁUDIO. *Resistência a quê?* 25 jan. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10045.

possibilidade que a organização oferecia de desenvolver o trabalho no campo – perspectiva esta que a VPR não possuía, dado seu desmantelamento cada vez mais intenso.[18]

Dessa forma, Alex Polari os levou ao ponto com o Oito, o que representou oficialmente a saída dos dois da VPR, quando foram abrigados por simpatizantes daquele grupo. Um deles foi entrevistado por Judith Patarra, mas sua identidade foi preservada tanto na transcrição da entrevista quanto no livro biográfico publicado em 1992. Na entrevista é identificado como "Raimundo" e nota-se que ele abrigou Lamarca mais de uma vez:

> Numa das vezes que guardei, era uma casa, há muito tempo eles não iam a uma casa, ficavam só em aparelhos. Quando chegaram e viram mulher, marido, filhos, disseram "puxa, isso é um lar". Era uma família comum, filhos pequenos. "Puxa, que bom estar numa casa, numa família!", exclamou Iara. Ela se tocou muito.[19]

Sua esposa, identificada por Patarra como "Laura", concorda: "todas as manifestações dela indicavam uma imensa felicidade de estar com uma família". Suas impressões sobre Lamarca, no entanto, não eram tão positivas: "eu adorava ele, mas achava ele machista. Ele dizia: 'ele [Raimundo] não toma conta das crianças, porque sabe que você toma conta bem'. Eu achava ele machista".[20]

A estadia nesta casa era provisória, e aparentemente Iara foi retirada primeiro, tendo ido morar com Muniz e sua esposa, Maria Ângela Carvalho. Após apenas dois dias vivendo com o casal, veio novamente a iminência do cerco, como relatou Carlos Alberto:

> Quando cheguei em casa, minha mulher já tinha saído e passado o tempo de ela voltar, a Iara estava sem saber o que fazer, nervosa, porque toda vez que a gente saía tinha um teto, horário tolerável, e já tinha passado muito tempo do teto, mas sem estourar o teto da casa. (...) Passei uma arma para ela, "pega tuas coisas". Peguei lá umas bombas, na pressa até deixei uma, a Iara ficou nervosa – explicitava a tensão nos gestos, comentários: "será que vai dar?".[21]

---

[18] Como consequência do relativo sucesso da ação de captura do diplomata e das ações urbanas bem executadas pela UCJGB – a única Unidade de Combate operando sem muitos entraves entre 1970 e 1971 –, a VPR, mais uma vez, passava por um debate interno a respeito da pertinência da propaganda armada e guerrilha urbana. Em carta aos militantes no Chile, Lamarca resumiu este debate: "as discussões políticas se dão agora em torno de Propaganda Armada – que camadas deve atingir, como capitalizar as ações, que trabalhos políticos são necessários etc. Estamos fazendo autocrítica do vanguardismo em que nos afundamos e vamos partir para a busca de embasamento social para (e não pela) a luta armada". APESP; COMANDO VPR. *Aos companheiros da VPR no Chile*. 1 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
Outros documentos encontrados que discutem este tópico são:
- APESP; VAN. *"Um futuro nebuloso para a guerrilha urbana"*. 14 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
- APESP; CLÁUDIO. *É hora de negar as ilusões*. 18 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
- VPR. Reflexões sobre a tática atual. 24 fev. 1971. In: APESP. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 141)*, 1970-1982. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001057.

[19] RAIMUNDO; LAURA. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[20] Idem.

[21] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.

Ângela foi presa em 16 de abril de 1971[22] e, diante disso, outro integrante da Direção ficou encarregado de encontrar um local seguro para Iara e Lamarca: Stuart Edgar Angel os levou para o apartamento de dois simpatizantes, Renato Perreault de Laforet e Geísa Holanda Marinho. O primeiro relatou:

> Os dois ficaram muito comovidos porque aceitamos o casal. Porque a esquerda não admitia a Iara companheira dele. Porque tinha a mulher, como é que um comunista tem uma mulher, manda ela pra Cuba e tem uma amante. Passavam, então, muito tempo longe do outro e minha foi uma das poucas casas em que ficaram juntos.[23]

Geísa Holanda recordou que eles se sentiam à vontade para ter demonstrações de afeto, mesmo na frente dos moradores da casa: "muito carinhosos. Se discutiam, era por política. Discutiam muito. (...) Se abraçavam, beijavam, mas não agarrados o tempo todo".[24] As discussões políticas devem ter sido intensas neste apartamento, principalmente porque foi nele que puderam se reunir, pela primeira vez, com a Direção do Oito para de fato discutirem a linha política da organização e as perspectivas para o futuro na guerrilha rural. Participou desta reunião João Lopes Salgado, responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos no campo; anos mais tarde, ele relatou este encontro:

> A Iara estava presente nas conversas. Não foi uma conversa só com ele. Eu nem sabia muito da existência da Iara. Conheci naquele momento e vi que era uma pessoa muito culta, *a que mais falava quando tinha que embasar uma coisa teoricamente*. Me lembro de algumas passagens, brincadeiras, de *ela falar como era difícil ela ser aceita na militância, de ela ter os mesmos direitos. Ser considerada uma militante.* (...) sempre que se referiam à militância na VPR, diziam como era difícil as pessoas considerarem que ela era militante como qualquer outra, importância como qualquer outra. É o que mais lembro. Sobretudo depois que eles passaram a se relacionar. Havia um preconceito. Se já havia um preconceito, com ela se relacionando com ele avivou muito o preconceito, a inveja das pessoas, criou mais ciúme, o sectarismo em relação à mulher.[25]

Em entrevista ao documentário *Em busca de Iara*, lembrou outros detalhes:

> Passamos dois dias juntos... Eu me lembro que era uma coisa, foram dois dias e duas noites. Eles dormiam muito pouco, a Iara mais o Lamarca dormiam muito pouco, fumando e tomando café... E eu não aguentava muito, mas durante o dia, a gente conversava, conversava. Primeiro, política só, a questão das linhas, as experiências deles, as nossas... E depois, quer dizer, no último, no segundo dia, nos dedicamos mais a expor para eles o trabalho que estávamos realizando lá na Bahia.[26]

---

[22] ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 22/506/71*. Brasília, 31 abr. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71039479.

[23] LAFORET, Renato Perreault de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[24] MARINHO, Geísa Holanda. Entrevista concedida a Conceição Lemes. Brasília, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[25] SALGADO, s.d., op. cit.

[26] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

Para compreender no que consistia o trabalho do MR-8 no interior da Bahia, é necessário retomar a história de um personagem mencionado no Capítulo 4, José Campos Barreto, o Zequinha. Militante da primeira fase da VPR, Zequinha havia sido uma das lideranças da greve de Osasco de 1968; com o fim do movimento, fora preso e, após ter sido liberado, foi abrigado no aparelho de Iara e Lúcia Sarapu na Rua Iguatemi. Com o racha da VAR-Palmares, retornou ao seu estado de origem, a Bahia, com o objetivo de desenvolver trabalhos políticos na região onde sua família morava, no município de Brotas de Macaúbas. Contatou, então, Lúcia Murat, militante do MR-8 responsável pela cidade de Salvador, que o autorizou a vincular suas ações na região à organização.[27] Zequinha e Salgado decidiram que o objetivo do Oito na região seria apenas o recrutamento de camponeses militantes, que futuramente seriam transferidos para a área considerada "estratégica", localizada próxima à divisa entre Goiás e Bahia.[28]

Ademais, a organização tinha planos para o Recôncavo Baiano, tendo designado o militante César Benjamin para os levantamentos iniciais. Foram deslocados para municípios próximos da região, como Feira de Santana e Alagoinhas, alguns militantes da Baixada Fluminense originários do PCB, incorporados recentemente ao grupo, como Felix Escobar e Nilson Venâncio.[29]

Carlos Alberto Muniz recordou que em nenhum momento o MR-8 aventou a possibilidade de agregar Iara e Lamarca às bases que atuavam nas ações urbanas: "nós discordávamos que eles participassem de ações armadas. Então, o que restaria para eles na cidade? Nunca houve discussão em que se pudesse aventar, por mais tênue, essa hipótese de participarem das ações que o MR-8 continuava a efetuar".[30]

Enquanto aguardavam a organização planejar e criar as condições para a viagem à Bahia, Iara e Lamarca permaneciam no apartamento de Geísa e Renato, vivendo o cotidiano de clandestinidade ao qual já estavam habituados. De acordo com as memórias dos anfitriões, o casal dormia em um colchão na sala, liam e escreviam muito, ouviam discos e tomavam muito café. Renato especificamente rememorou:

> Como era tudo escuro, janelas trancadas, se perdia a noção do dia e da hora e ela tinha agonia. Ela fazia questão de saber que refeição ela estava fazendo. Se era almoço, jantar. Então, a gente fazia convecção: "é almoço, porque é feijoada". Ela queria saber a hora, ele virava o relógio de cabeça para baixo, era uma hora completamente diferente. Ela ficava enlouquecida com essa brincadeira. "Quero saber se estou almoçando". A imagem de adolescentes, eles passavam, os dois muito brincalhões.

[27] TELÓ, 2019, op. cit., p. 177-178.
[28] Idem.
[29] CODARIN, Higor. Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971). *Diálogos*, Maringá, v. 23, n. 2, 2019c.
[30] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.

> Nada com revolucionários sisudos. Ela era muito bem-humorada naquelas circunstâncias difíceis. Mas, ela saía, pouco, mas saía.[31]

Essas saídas, lembrou Geísa, eram majoritariamente para ir ao médico: "foi ao médico duas vezes. Uma, estava com problema de menstruação irregular, atrasava. De outra, foi ao clínico geral, não sei por que". Iara também a acompanhava ao supermercado: "saíamos as duas às vezes para fazer compras. Ela ia sem disfarce, no máximo óculos escuros. Ela não tinha medo. Via vitrines. De vez em quando, parávamos num boteco de Ipanema para tomar chope".[32] Apesar de supostamente não ter tanto medo, fotos de Iara apareciam cada vez mais nos cartazes de "Procurados" – inclusive a apreendida em dezembro, em posse de Yoshitane Fujimori.

Figura 61: Cartaz de "Procurados" com foto de Iara, s.d.

Fonte: Arquivo Nacional[33]

Além disso, a repressão se mostrava cada vez mais perto. No dia 12 de maio de 1971, Alex Polari de Alverga, da VPR, foi preso. À Comissão Nacional da Verdade, afirmou que foi brutalmente torturado e a resposta que os perpetradores queriam obter era uma só: a localização de Carlos Lamarca:

> Não sei qual é o nível de informação que eles tinham na época, mas que ele [Lamarca] tinha... Tudo estava aberto, na verdade, em relação ao fato de eu estar fazendo o contato com as demais organizações e o fato de já haver a informação de que o Lamarca poderia já estar numa outra forma no MR-8. Então isso foi o foco [das sessões de tortura], pelo menos inicial.[34]

[31] LAFORET, s.d., op. cit.
[32] MARINHO, s.d., op. cit.
[33] ARQUIVO NACIONAL. *Cartazes*. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71036505
[34] ALVERGA, Alex Polari. Entrevista concedida a Pedro Cunha, Mauro Yared, Cleber Peralta, Carolina Campos e Eduardo Schnor para a Comissão Nacional da Verdade. *Comissão Nacional da Verdade*, Brasília, 12 set. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3AfBuCu. Acesso em: 20 abr. 2023.

Figura 62: Cartaz de "Procurados" com foto de Iara, s.d.

Fonte: Google Imagens

Dois dias depois, Stuart Angel também foi preso e logo assassinado sob tortura, com o mesmo intuito de fornecer o paradeiro de Lamarca – do qual ele tinha conhecimento, mas não informou. Após não cumprir os pontos subsequentes, Muniz avisou ao casal da prisão do amigo e, portanto, da necessidade imediata de saída do apartamento onde estavam: "voltei e conversei com Lamarca sobre a perda do Stuart. Foi um período muito importante para mim, porque minha mulher estava presa, barbaramente torturada e eu sabendo".[35]

Geísa recordou, então, dos últimos momentos do casal em sua casa: "Iara ficou super nervosa. [Lamarca] também, mas ele estava preparado para resistir. Ela não chegou a chorar. Ela ficou muito triste".[36] Renato dá mais detalhes sobre os planos de resistência do ex-capitão: "me impressionava muito e à Iara, ele dizer que, se por acaso a repressão descobrisse o local, ele ia abrir o gás da casa, no banheiro, na cozinha, os bicos todos e explodiria a casa. E ela dizia que não queria morrer explodida".[37]

[35] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.
[36] MARINHO, s.d., op. cit.
[37] LAFORET, s.d., op. cit.

O que se observa é que, na clandestinidade, os militantes não lidavam apenas com o medo da própria morte, mas com o receio de que seus companheiros também fossem presos, torturados ou mortos – e as consequências que isto poderia trazer para a própria existência e, ademais, para a continuidade da luta. Lamarca e Iara haviam saído de uma organização em frangalhos, na qual enfrentavam frequentemente a ausência repentina de pessoas com as quais conviviam diariamente e o desmantelamento de estruturas que antes os protegiam. O MR-8, como dito anteriormente, representava a esperança de segurança e suporte para finalmente levar a revolução adiante. Dessa forma, a prisão e posterior desaparecimento de Stuart Angel, um dos diretores do Oito, deve ter consistido em um grande golpe.

Não obstante, logo Carlos Alberto Muniz encontrou um novo abrigo para o casal e para si mesmo: a casa do militante José Gomes Teixeira, marítimo aposentado. Morava com sua esposa Zenir Bento Teixeira e seus filhos, no bairro de Bonsucesso, aos pés do atual Complexo do Alemão – infelizmente, nenhum deles foi encontrado para conceder entrevista. Muniz recordou de como era a rotina na nova moradia:

> Na casa em que vivíamos, com seis crianças, havia poucos recursos. A organização participava também, mas a vida era bem humilde. Foi ali que aprofundamos nossas conversas políticas e aí que se deu a definição do Lamarca e Iara para passarem a militar conosco, e a ida deles para o interior baiano. A Iara rapidamente se interessou em participar no estudo das crianças. Ensinava. Orientava as crianças, conversava muito com elas também. Lamarca escrevia muito. E ela estava se dedicando a fazer um trabalho sobre o comportamento psicológico do militante.[38]

Ainda de acordo com Muniz, José Gomes Teixeira tinha problemas com alcoolismo e Iara, a partir de sua formação, estava fazendo um trabalho psicológico com a família: "ela estabeleceu uma relação muito próxima com a mulher, fazia esse trabalho mais com ela, com ele, eu e Lamarca é que conversávamos mais, ela também participava".[39] Além de este ser um tema de interesse pessoal para Iara, também era pauta de debate nas esquerdas, na medida em que se discutia o "homem novo" e como deveria ser a "moral revolucionária".

Nas cartas-diário escritas por Lamarca – quando já estava no interior da Bahia –, destinadas a Iara, esta preocupação aparece:

> Nos trabalhos políticos aqui enfrentamos problemas até de lar do camponês, o que não deixa de ser um atestado de confiança, mas *existem os problemas de autoafirmação, macheza – e o pessoal que sabe mais ou menos o que é a esquerda, teme pela moral – é como se lhe tirássemos uma moral sem substituí-la por outra*. Isto é até compreensível, não se pode destruir os valores, sem a base de novos – e que base é essa? É difícil para eles. Mas entre as deformações deles e as da esquerda – embora compreenda as duas – aceito as da massa. [4 de julho]
> (...)

[38] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.
[39] Idem.

> Na atual fase de implantação é necessário respeitar a moral da massa – que sabemos qual é – para termos condições de transformar. Acho que devemos ser rígidos nisso ou não transformaremos nada. E você tem razão, quando, como Freud, localiza o sexo no centro – e não é só na massa que isso se dá. Mesmo os militantes politizados esquecem a política diante do sexo – há que se entender o sexo dentro da política revolucionária. (...) Não vamos transformar isto com palavras, a prática é que vai determinar o caminho. E não se pode "exigir muito" da esquerda majoritariamente PB [pequeno burguesa], convivendo com aliados PB, só na prática junto à massa é que faremos a revolução cultural – hoje, exige-se a moral a nível da massa. [5 de julho][40]

Para os guerrilheiros deste período, era fundamental a criação de uma nova moral para o homem novo, que nasceria com a revolução. Porém, antes de mais nada, seria necessário romper com características marcadamente "burguesas" e "pequeno burguesas" – esta última classe considerada como a originária de muitos dos quadros das organizações brasileiras, sobretudo aqueles que advinham do movimento estudantil –, como o individualismo e o patriarcalismo. Dessa forma, via-se como imprescindível a "proletarização" do militante, que deveria ter certos traços básicos para se tornar um guerrilheiro: o revolucionário "estaria livre de valores pequeno burgueses como a propriedade e a família. O novo homem, conceito no qual as mulheres também se enxergavam, não poderia pensar nas mulheres e filhos como propriedades".[41]

Portanto, ao mesmo tempo que, em certa medida, almejava romper com o patriarcalismo, valorizava características socialmente atribuídas e esperadas do masculino – o que soa contraditório. Neste ponto, o texto de Lamarca pode trazer algumas respostas: considerando o contexto da Guerra Fria, um dos estereótipos associados aos comunistas era o de que eram imorais e afeitos a práticas sexuais indecorosas.[42] Possivelmente influenciado pelo crescente isolamento das esquerdas do resto da população, o que o ex-capitão parece propor é a incorporação dos valores "da massa" para a abertura de um canal de comunicação com os mais pobres – mesmo com resquícios hegemônicos da "burguesia", como o patriarcado, o qual ele chama de "macheza":

> A macheza será um fator importante, principalmente no Nordeste, para início de politização – macheza em defesa dos fracos, oprimidos, macheza contra os "macacos" [militares, policiais, autoridades], macheza para aguentar o tranco, macheza perante as mulheres (no bom sentido), macheza perante as crianças etc. Num artigo que escrevi para a massa, enfoquei que existem medrosos e etc. – aqui o cabra pode estar se borrando, mas não demonstra –, gosto desse povo. Mas entendo profundamente a macheza – há que transformá-la em força para a revolução, e é possível, sim. Na região, comentário sobre mim se dá em torno de ser um macho, corajoso e que atira paca.[43]

---

[40] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-3, grifos meus.
[41] WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 145
[42] Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói: EdUFF, 2020.
[43] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-7.

A suposta "ressignificação" destes sentimentos e características indica que a chamada "revolução cultural" não era a prioridade número um dos guerrilheiros, como fica evidente em trecho previamente citado: "só na prática junto à massa é que faremos a revolução cultural – hoje, exige-se a moral a nível da massa".[44]

A carta demonstra ainda que tanto Iara quanto Lamarca estavam alinhados, no aspecto religioso, no ateísmo. Ainda assim, ele propõe que tal convicção também fosse colocada de lado, em nome da comunicação com "a massa":

> Também não sei qual o meu "santo", aqui caberia São Francisco de Assis, o lance que conversava com os pássaros. São Cristóvão nos "ajudou" na viagem; *Santo Antônio não funcionou, pois deveria promover nosso encontro muito antes para nos casarmos e sermos bem recebidos pela massa*. São Pedro é um canalha, essa seca que o diga; São Cosme e Damião são reaças repressores; São Jorge é milico burro, e ainda foi cassado; enfim, uma merda só esses santos cocô. *Mas se a massa quiser, a gente diz a mãe confundindo com amém*.[45]

Nestes paralelos com os santos cristãos, destaca-se a "insatisfação" de Lamarca com Santo Antônio, conhecido como o "santo casamenteiro", calcada justamente na moral da "massa": caso ele e Iara fossem casados, poderiam ter legitimidade aos olhos da sociedade conservadora brasileira. Por não ter acesso a escritos de Iara desse período, não se sabe qual sua visão sobre tais tópicos. Sabe-se, contudo, que ela se interessava pelo tema e publicizava seus posicionamentos – e o fato de ter escrito um documento intitulado *Moral revolucionária* é o maior indício disso. Ademais, algumas passagens das cartas escritas por Lamarca dão pistas que apontam para uma postura questionadora de Iara, inclusive das atitudes do próprio companheiro. Também sobre textos políticos dela, em 28 de julho, ele escreveu:

> Todos gostaram do teu último documento – acho que você tem razão quando colocou para mim que sabe onde estão as preocupações dos militantes. Não tenho esta capacidade, normalmente fico pensando à frente e me esqueço de enfocar aspectos (ou percebê-los) de uma realidade, *interna principalmente*. Espero que você não deixe de atuar. *As suas preocupações teóricas também procedem (condições subjetivas etc.)*, reescreva aquele documento que foi queimado.[46]

Embora a preocupação com as questões emocionais ou "internas" dos militantes pudesse ser considerada como centralização excessiva do indivíduo – mal decorrente do individualismo, um dos pilares do capitalismo – em oposição ao coletivo, Lamarca confere importância às proposições nesse âmbito feitas por Iara. Note-se que ele já havia criticado a "psicologia

[44] Ibid., p. B-3.
[45] Ibid., p. B-4, grifos meus.
[46] Ibid., p. B-8.

burguesa" em outro documento.[47] Ainda assim, as dificuldades da vida clandestina e a perda frequente de companheiros para a repressão podem tê-lo influenciado a mudar de perspectiva.

Antes disso, depois de receber uma carta de Iara, em 6 de julho, o ex-capitão escreveu:

> Sobre o "apêndice", temo então ter cometido algum erro, porque coloquei para o "Fio" [João Lopes Salgado] que pretendíamos permanecer como casal, preservando o nosso relacionamento – como havíamos colocado na reunião com o "Pedro" [Carlos Alberto Muniz] e ele. *Assim, penso que sou eu que estou, na prática, sem deliberações conjuntas e sem premeditação, fazendo com que haja esta política do apêndice*. A ida do "Fio" para discutir com você já está visando a superação disso e é concretamente a ruptura de critérios entre nós – o que ficou claro quando você achou que não aceitava que eu discutisse com o "Fio" e mandasse a decisão. É claro que respeito a sua posição e não vou deixar de te amar por isso – quero, na prática, te respeitar sempre. Nem estou magoado, nem estou pregando o monoteísmo. Posso estar errado com relação à postura política que estou assumindo – posso estar tímido quando devia ser mais agressivo (no bom sentido) – e pode você estar certa mesmo. Tenho ainda de considerar nossa diferença de estrutura e perspectivas políticas diversas, mas nunca deixaria de te amar por isso, não te desrespeitaria. *Fica então claro que entre nós não existe uma divergência de conceito sobre: "de como se impor, em fazer-se respeitar politicamente".* Posso estar errado, mas prefiro ser mais paciente.[48]

Levando em consideração os relatos de militantes do MR-8, podem-se criar hipóteses quanto ao significado destas palavras. À primeira vista, soa como se o "apêndice" fosse uma seção da carta de Iara a Lamarca, mas ao dar continuidade à leitura, fica claro que Iara se referia a ela sendo vista como apêndice do companheiro – sobretudo quando este fala em "política do apêndice". Os outros capítulos demonstraram que, na VPR, a militância de Iara era tratada como acessória à atuação do comandante, dado o relacionamento dos dois. João Salgado relatou que ela desejava romper com essa ideia na nova organização, demandando ser vista como uma militante como qualquer outra.[49]

Assim, Iara parece ter cobrado de Lamarca que não fomentasse, entre os outros militantes da organização, a visão sobre ela como "apêndice" – o que ele acredita ter feito ao insistir para que ela fosse deslocada para atuar no mesmo local que ele: "pretendíamos permanecer como casal". O que suas palavras indicam é que ele pensava ser inadequado cobrar de forma incisiva que o MR-8 arranjasse funções políticas para Iara naquela altura – "posso estar errado, mas prefiro ser mais paciente". Ao passo que, segundo apontou o trecho colocado entre aspas no diário – que pode ser uma citação direta da carta escrita por ela –, Iara desejava

[47] "Quanto ao nível político, é o maior absurdo alguém tentar defender que o indivíduo tenha maior capacidade que o coletivo. A psicologia burguesa tenta explicar que a capacidade do grupo é inferior ao da média dos indivíduos que a compõem. Pois mesmo na psicologia burguesa, a corrente gestaltista coloca o todo se sobrepondo às partes e à evolução de uma parte acarreta uma evolução maior no todo. O desvio pode [ilegível] configurar é este, achar-se que só com a evolução individual aperfeiçoaremos o coletivo. A superioridade do coletivo sobre o individual não é questão de fé ou preconceito sobre o indivíduo, é questão científica". APESP; CLÁUDIO. *Pelo leninismo*. 10 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.047.
[48] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-3 e B-4, grifos meus.
[49] SALGADO, s.d., op. cit.

"'se impor, fazer-se respeitar politicamente'". O texto traz ainda outro momento em que ela teria cobrado que o ex-capitão a valorizasse:

> No fundo, deve estar pesando também a "tese do apêndice" em que *para mim foi duro constatar como eu contribuí para que o "apêndice" existisse* – sei que foi por amor e nunca mesquinhamente; senti também que você não confiava em mim e iniciara a libertação; firmei posição de, na prática, não te tratar como apêndice e de não ficar também limitado às suas limitações – e comecei a sentir, a partir da crise do aliado, em que *você, de maneira grosseira, me colocava da superioridade sua em nível técnico* – não senti individualidade, senti que haveria uma mudança de realidade. Mas era subjetivismo meu, penso, e o fundamental era concretizar o "não-apêndice", no plano político.[50]

Apesar de, outra vez, não haver elementos suficientes que permitam compreender a situação em sua totalidade, é possível fazer algumas conjecturas: Iara teria apontado firmemente que Lamarca, de alguma forma, contribuíra para sua marginalização. De acordo com o relato do ex-capitão, ela teria explicitado que, em relação à teoria, tinha mais expertise que ele. Alfredo Sirkis recordou que a suposta lacuna intelectual era uma questão complexa para Lamarca:

> Ele lia tudo que caía nas mãos, assim, ele tinha inclusive um pequeno complexo com relação a essa questão de bagagem intelectual. Me lembro de uma coisa que aconteceu no dia que foi feita a ação do suíço, na primeira noite, um momento assim que ele estava com o embaixador. Aí depois ele saiu, não sei lá o que exatamente aconteceu, mas ele falou para mim: "olha, quem tem que ficar com o embaixador é você, porque você é quem tem essa bagagem intelectual, eu não tenho bagagem intelectual suficiente para ficar conversando com ele" [risos].[51]

Estes sentimentos deveriam ser intensificados com a frequente publicação de matérias com a narrativa da ditadura sobre Lamarca e Iara. Os últimos dias de maio e os primeiros de junho foram marcados pela publicação de notícias com narrativa pejorativa. No dia 29 de maio, identifiquei que nove jornais veicularam notícias baseadas em uma nota feita pelos órgãos de repressão, intitulada "Lamarca sob dois fogos: a polícia e seus próprios companheiros de terrorismo". Os periódicos pesquisados circulavam em diferentes regiões do país: São Paulo (*Cidade de Santos, Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário da Noite*)[52], Rio de Janeiro (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*)[53] e Paraná (*Diário do Paraná* e *Diário da Tarde*).[54] Nos dias seguintes, matérias com o mesmo conteúdo ainda foram

[50] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-11.
[51] SIRKIS, 1993, op. cit.
[52] TRAIÇÃO nos grupos terroristas pode ajudar a prisão de Lamarca. *Correio de Santos*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 4; OS órgãos de segurança e os próprios terroristas estão à caça de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 4; TERROR acusa Lamarca de traição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 8.
[53] SEGURANÇA aperta o cerco: Lamarca está por pouco. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, p. 6; "APARELHO" estourado revela dois documentos de Lamarca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, p. 14; JUSTIÇA Militar pede captura de Lamarca. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, p. 9.
[54] LAMARCA está rico e foi rebaixado, revela terrorista. *Diário do Paraná*, Paraná, 29 mai. 1971, p. 8; CAÇA terroristas a polícia de SP. *Diário da Tarde*, Paraná, 29 mai. 1971, p. 4.

encontradas em quatro periódicos do Norte e Nordeste: *Jornal do Comércio* (AM), *Diário de Natal* (RN), *Diário de Pernambuco* e *Diário da Manhã* (PE).[55] Ademais, a revista *Manchete*, de circulação nacional, publicou reportagem em sua edição do mês de junho.[56]

A nota – descoberta pelos órgãos de segurança através de documentos apreendidos − trata das divergências do ex-capitão com os companheiros da VPR, de sua cirurgia plástica e seu relacionamento com Iara:

> Lamarca, nesta fase, atravessava excelente situação financeira. A propósito, terroristas da VPR presos, principalmente os que repudiaram a organização, se referem aos milhares de dólares recebidos pelo líder, que lhe permitiram mandar a sua família legítima – esposa e filhos – para Cuba, onde vivem como "novos ricos". Acrescentam que Lamarca continua vivendo como um verdadeiro burguês, sustentando outra família constituída com sua amante, a terrorista Yara Yavelberg ("Neusa", "Célia", "Cláudia", "Rita", "Neide" ou "Madame"), ex-esposa de um médico de São Paulo.[57]

Em função da nota, o nome de Iara – ainda que grafado incorretamente – e sua relação com Lamarca ganharam projeção nacional. Três veículos publicaram, além disso, sua foto – sendo um deles *O Estado de S. Paulo*, provavelmente o de maior circulação e importância entre os citados. Dessa forma, seu nome e sua imagem passaram a ser associados diretamente a Carlos Lamarca, oficializando a "política do apêndice" também aos olhos da repressão e da imprensa, que investiam cada vez mais em meios que permitissem a captura do ex-capitão. Iara passava a ser mais uma forma de alcançá-lo.

Na casa de José e Zenir, na Zona Norte do Rio, Iara e Lamarca estavam completamente fechados. O único que podia sair e contatar o restante da organização era Carlos Alberto Muniz, que relembrou um pouco da rotina: "acordavam cedo, mais o Lamarca, faziam ginástica, leituras. Muito preocupados com o processo de revisão política. Ao mesmo tempo, os dois conversavam muito sobre o futuro, a hipótese de mudar para o campo, determinava mudanças de comportamento".[58]

Provavelmente para acelerar a ida para o interior, oficializaram, ali, o ingresso no MR-8: "chegamos então a uma fórmula, o Lamarca iria primeiro para o campo, a Iara, que via mais dificuldade nisso, ficaria numa cidade intermediária, até ver como se daria tudo".[59] João Salgado, no entanto, diverge, apontando que não foi discutida exatamente a função que Iara ocuparia, porque ela lhe apresentou a necessidade urgente de tratar seus problemas de saúde:

---

[55] LAMARCA está entre dois fogos. *Jornal do Comércio*, Amazonas, 2 jun. 1971, capa; PROCURA-SE Lamarca. Ele tem novo rosto. *Diário de Natal*, Rio Grande do Norte, 2 jun. 1971, p. 7; ÓRGÃOS de segurança apertam cerco ao terrorista Lamarca. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 4 jun. 1971, última página; TERRORISTA Lamarca está sob a mira dos órgãos de segurança. *Diário da Manhã*, Pernambuco, 7 jun. 1971, p. 6.
[56] MELO FILHO, Murilo. Lamarca é um agente duplo? *Manchete*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1971, p. 40.
[57] TERROR acusa Lamarca de traição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 8.
[58] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.
[59] Idem.

"ela foi para Salvador só por causa do problema de saúde. Ela não foi para lá por questão de segurança, que a segurança já estava tão estraçalhada. Ela tinha que fazer primeiro o tratamento".[60]

No entanto, em 11 de junho, todos foram surpreendidos com o fato de José Gomes Teixeira não ter voltado para casa no horário combinado – ele havia saído para receber sua aposentaria, tendo ultrapassado o limite de horário estipulado para retornar. Carlos Alberto Muniz relatou:

> Quando passou o tempo limite, vimos que tínhamos que evacuar a casa. Deixamos lá um dinheiro e uma forma de contato com a mulher [Zenir] e saímos os três. Na mesma hora. Não tínhamos bagagem. Saímos e deixei os dois num lugar alternativo, me separei deles e fui para outro lugar, marcamos encontro. (...) Voltei a encontrá-los umas duas vezes na casa em que ficaram até a ida deles.[61]

O ex-marítimo foi preso por agentes do Cisa enquanto recebia sua remuneração, tendo sido levado para a Base Aérea do Galeão, onde supostamente prestou declarações. Foi visto pela última vez com vida por seu cunhado, Rubens Luiz da Silva, junto com agentes em sua casa. De acordo com a versão oficial, suicidou-se por enforcamento na prisão, no dia 23 de junho de 1971. Não obstante a causa da morte supostamente tenha sido suicídio, foi enterrado como indigente e permanece desaparecido até os dias atuais.[62]

A despeito de não saberem destes fatos à época, a tensão gerada pelo sumiço de José Gomes Teixeira e a iminência de sua chegada com a repressão deve ter sido enorme. Iara, Lamarca e Muniz vinham lidando com sucessivas quedas de pessoas próximas – o casal ainda mais, contando com os militantes da VPR –, como Maria Ângela, Stuart Angel e Alex Polari. Muniz relembrou de como os companheiros reagiam diante da sensação constante de medo:

> Ela não demonstrava nenhuma relação de desequilíbrio. Convivia com pessoas que estavam encarando uma certa situação paranoica, quer dizer, um barulho fora já era, ia para o banheiro armado, jogava sempre na hipótese mais adversa, qualquer campainha não era padeiro ou vizinho pedindo açúcar, mas a polícia chegando, o cara vivia quase esperando o confronto ou a morte. Eu não via isso na Iara, nem em mim. Era capaz de observar comportamentos tangenciando a esquizofrenia. Tensão excessiva. Eu não via nem ela, nem o Lamarca.[63]

Iara vivia, majoritariamente desde sua ida para o Vale do Ribeira, em condição de clandestinidade completa, com períodos de isolamento total em aparelhos. A vida clandestina dos militantes de luta armada contra a ditadura consistia um período de total ausência de

[60] SALGADO, s.d., op. cit.
[61] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.
[62] Cf. ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 407/CISA-RJ*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71036740; JOSÉ GOMES TEIXEIRA. In: *Memorial da Resistência*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3oFrJev. Acesso em: 3 abr. 2023.
[63] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.

opção:[64] não havia possibilidade de retorno à vida legal sem lidar com as consequências da repressão e, por outro lado, não existiam meios financeiros para se sobreviver fora da estrutura da organização.

Ainda assim, ficou evidente, através da análise dos textos das organizações, que as quedas eram atribuídas ao não cumprimento das normas de segurança – sensação que deve ter sido reforçada com a prisão de Alex Polari, que Iara e Lamarca julgavam ser imprudente. Portanto, ao mesmo tempo que a repressão parecia estar cada vez mais próxima, a confiança nos procedimentos estabelecidos e a esperança de que a revolução se concretizaria parecem ter servido de alento para que prosseguissem na luta. Afinal, sem revolução não haveria perspectiva de vida "normal: "entrar para a clandestinidade, assumir outra identidade e consequentemente outra vida, é algo percebido como provisório, com data certa para terminar, e terminaria com o fim da ditadura, ou seja, com a chegada da esquerda no poder".[65]

Não foi possível determinar para onde Lamarca e Iara foram levados por Muniz como "lugar alternativo". João Salgado recordou: "[Muniz] conseguiu uma estrutura, até pessoal dele, nem era da organização, [a pessoa] tinha medo, mas fez por amizade".[66] As identidades dessas pessoas foram preservadas por Carlos Alberto Muniz.

Iniciou-se, então, o planejamento da ação de deslocamento, com o envolvimento de militantes dos dois estados. Sob a coordenação de Salgado, foi providenciado um veículo, que deveria sair da Bahia em direção ao estado da Guanabara.[67] O motorista seria José Carlos de Souza, militante baiano da organização desde os 17 anos. Após sua chegada ao Rio, para fazer o trajeto já com Lamarca e Iara, foi designado outro integrante do grupo: Waldir Fiock da Silva. Seu nome, entretanto, não foi revelado por Salgado ou José Carlos, que a ele se referiram como "simpatizante" e "quase quadro", respectivamente. A divulgação de sua identidade foi feita apenas pelo *Projeto Orvil*.[68]

O "livro" também expôs o terceiro envolvido na ação, este originário do Rio de Janeiro: Rui Berford Dias, que forneceu seu carro legal para o transporte. De acordo com entrevista que concedeu a mim, Rui não estava oficialmente ligado a qualquer organização, apenas atuava como simpatizante em atos menores – como transporte de documentos, armamentos e objetos – quando solicitado por amigos, embora não soubesse para qual grupo a atividade era destinada.

[64] LACERDA FILHO, 2011, op. cit., p. 96.
[65] Ibid., p. 123.
[66] SALGADO, s.d., op. cit.
[67] Idem.
[68] PROJETO ORVIL, 2016, op. cit., p. 64.

No caso específico de Lamarca e Iara, quem lhe fez o pedido foi a atriz Isolda Cresta, ligada ao MR-8:[69]

> "Olha, Rui, um favor... Você pode até recusar, mas é muito importante, é... Tirar uma pessoa...". Disse nem quem era, eu não sabia quem era, só fiquei sabendo durante a viagem... "É uma pessoa aqui do Rio de Janeiro, porque a repressão está chegando perto dele". Eu falei: "tudo bem, vamos fazer".[70]

No ponto combinado para os últimos acertos, em fins de junho, José Carlos de Souza e Waldir Fiock chegaram ao Rio de Janeiro para informar à Direção que a ação precisaria ser adiada – o caminhão estava com problemas nos freios e precisaria passar por um conserto.[71] Segundo as memórias de José Carlos, ao comunicar o problema aos dirigentes no Rio, eles não permitiram o adiamento:

> Eu fiz o ponto direitinho e, para a minha surpresa [disseram], "seguinte, tem que sair daqui com dois companheiros que estão sendo ameaçados". A gente tinha que esperar o caminhão para que eles fossem no caminhão porque ia ser mais seguro, mas tinha que ser dessa maneira. Encontrei Sérgio [Landulfo] Furtado, que parece que era comandante junto com Carlos Alberto Muniz, e tinha outras pessoas que eu não conhecia, então daí eles já tinham preparado tudo e me deram tudo preparado.[72]

Neste sentido, João Salgado também recordou: "Zé Carlos, assim mesmo, vem para o Rio se encontrar com Muniz e dizer 'furou esquema, espera uns dias para remontar o esquema'. E foi aí que Muniz disse 'não tem condição, eles têm que ir porque não tem condições nem de dormir aqui no Rio'".[73] Muniz, no entanto, deu outro ponto de vista, em entrevista: "[Lamarca e Iara] tinham que sair da cidade e, sob esse ponto de vista, era uma corrida contra o tempo. Não que criasse incômodos a quem tinha a responsabilidade ou para as pessoas que estavam cuidando da infraestrutura deles. Isso era uma tarefa como outra qualquer".[74]

Levando em consideração a preservação da identidade de certas pessoas envolvidas no processo de guarda e transporte de Iara e Lamarca, e o desconforto em tratar de certos assuntos relacionados a este tema, há algumas observações a serem feitas. Os relatos evidenciam que, além do impacto causado pelas violências perpetradas pela ditadura contra os companheiros de militância e contra eles próprios, os militantes do MR-8 deste período partilham um grande trauma: a sensação de "responsabilidade" pela morte daquele que era visto como o grande revolucionário no momento, Carlos Lamarca, e que havia há pouquíssimo tempo ingressado na

[69] Na época, utilizava o nome de casada "Isolda Costa Pinto". Em 1969, a atriz atuava como simpatizante da ALN, mas, a partir da morte de Marighella, passou a colaborar com o MR-8. Cf. CRESTA, Isolda; SILVA, Luiz Sérgio Lima e. *Isolda Cresta*: Zozô Vulcão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
[70] DIAS, Rui Berford. Entrevista concedida de forma remota à autora. Madrid, 20 abr. 2023. 1 arquivo audiovisual, 33'08", acervo pessoal.
[71] SOUZA, 2021, op. cit.
[72] Idem.
[73] SALGADO, s.d., op. cit.
[74] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.

organização. Dessa forma, ainda que o tema tenha sido exaustivamente tratado por reportagens, livros, trabalhos acadêmicos, documentários, filmes etc., há pontos específicos que seguem não sendo abordados nas sucessivas entrevistas que as testemunhas concedem.

As contribuições do historiador Marcos Napolitano se mostram relevantes: utilizando-se de conceitos da Psicanálise, o autor falou sobre duas categorias das memórias sobre passados sensíveis, o trauma e o tabu. O primeiro é o "contraponto principal do testemunho, fruto de uma experiência de choque que produz uma 'imagem congelada de um passado que imobiliza a ação'". Isso ocorre mesmo quando há escuta disponível: "nem sempre a vítima consegue falar sobre o que lhe ocorreu, ainda que existam ouvintes abertos à sua narrativa".[75] O tabu, por sua vez, seria "a base da memória do perpetrador": "o tabu quer manter o 'silêncio do perpetrador' e construir uma narrativa neurótica enviesada e negacionista, alimentando a visão conspirativa da história (e sendo alimentada por esta)".[76] De modo complementar, há o conceito de "culpa do sobrevivente": "sobrevive no lugar de outro que, de acordo com [Primo] Levi, eram os 'melhores', pois 'sobreviveram os piores, isto é, os mais adaptados, os melhores, todos, morreram'".[77]

Portanto, é possível que, movidos pelo trauma e pelo sentimento de culpa de terem sobrevivido – enquanto Iara e Lamarca morreram "sob sua custódia" –, os militantes do MR-8 deste período caíram na armadilha memorial de se verem como os verdadeiros "perpetradores" da violência fatal cometida contra o casal. Por isso, *silenciam* sobre certos aspectos do passado que possam imputar esta culpa também a terceiros, que não tiveram suas identidades reveladas, e/ou pontos que possam ser sensíveis para a legitimidade da narrativa.[78]

---

[75] NAPOLITANO, 2020, op. cit., p. 31.
[76] Ibid., p. 39.
[77] CRUZ, Lua Gill. *(Sobre)viver:* luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, p. 72.
[78] Um exemplo do último tópico é a identidade de Waldir Fiock, o militante responsável por conduzir o caminhão a Salvador. Após alguma insistência, em entrevista recente para esta pesquisa, José Carlos de Souza disse ter sido abordado por um pesquisador, que dissera ter evidências de que Fiock era um militante infiltrado: "Esse historiador fez uma investigação com isso, era do Pará, e daí ele estava dizendo isso, de que era um infiltrado e tudo mais. Eu fiquei meio assim, mas... Mas esse historiador, ele estava muito seguro do que ele estava dizendo. Mas é uma coisa que você só pode fazer uma afirmação dessa se o cara está registrado em algum lugar" (SOUZA, 2021, op. cit.). João Salgado, por mensagem de texto, afirmou: "As dúvidas sobre esse tal Valdir Fiuck persistem e cada dia ficam mais suspeitas. (...) As informações que tenho, sem nenhuma confirmação, é de que ele não era propriamente um infiltrado. Foi preso e virou 'cachorro', como os traidores eram chamados pelos torturadores. Ele saía com a polícia correndo os lugares onde os militantes de seu relacionamento costumavam marcar pontos. Há uma suspeita muito grande de que tenha sido assim a queda e a morte do Sérgio Landulfo Furtado (Tom) que era da Direção e o Paulo que tinha contato com o Fiuck. É tudo que sei sobre o cara. Mas a queda dele e sua suposta transformação em cachorro, foi 10 meses depois da queda na Bahia". Essas suspeitas não foram mencionadas em entrevista concedida a mim. O próprio Salgado dá caminhos para compreender o motivo: "quanto ao Fiuck, continuamos a investigação porque até esta notícia aparecer, o MR-8 seria a exceção que não havia sido infiltrada" (SALGADO, João Lopes.

Retornando à viagem, de acordo com os relatos, esta se iniciou durante a noite, na Avenida Brasil, com um fusca e uma kombi improvisada – que, por estar sem um dos retrovisores, foi parada em uma barreira, assustando a todos.[79] Rui Berford dirigia seu carro, com José Carlos de segurança no banco do passageiro e, atrás, o casal. O último relatou ao documentário *Em busca de Iara*: "a gente combinou os sinais, caso haja alguma dificuldade, a kombi... Ela vai sinalizar e a gente, que está logo atrás, a gente deve saber o que fazer".[80]

José rememorou ainda o clima no carro: "até o amanhecer, não se falou nada. Só fomos conversar alguma coisa no café da manhã, num posto em Minas Gerais, antes de Governador Valadares. Mas, não tenho certeza. Aí, conversamos o óbvio, descontraídos. Nada de política. Sobre o tempo, a paisagem, a viagem".[81]

Depois de quase um dia inteiro no trajeto, ao chegar a Vitória da Conquista, Rui se separou do grupo e regressou ao Rio. A despedida com o ex-capitão ficou marcada em sua memória: "quando nós chegamos à Vitória da Conquista, ele foi extremamente carinhoso e me deu um abraço que nunca vou esquecer, e me deu dinheiro para eu botar gasolina para retornar para o Rio. (...) Me deu um abraço apertado, agradeceu muito, me chamou de companheiro [risos]".[82]

O casal seguiria viagem junto por mais 155 km, com José Carlos e Waldir na kombi, até a cidade de Jequié, onde pernoitaram. Na manhã seguinte, houve a despedida – que, não sabiam naquele momento, mas seria definitiva: Iara iria para Salvador de ônibus com Waldir, para

---

[Mensagem encaminhada por Ricardo Corrêa Pimenta]. WhatsApp, 25 abr. 2023. 02h20. 1 mensagem de WhatsApp).

Portanto, identifico dois medos principais com a revelação de quem seria o militante: a) o receio de que sua possível colaboração, mesmo que posterior aos fatos ocorridos na Bahia, pudesse abrir espaço para questionamento sobre alguma implicação sua nos assassinatos de Lamarca e Iara; b) apreensão em relação ao fato de que a descoberta de certos eventos desconstrua o trunfo mantido por longos anos pelo MR-8, de que a organização teria passado imune à infiltração de agentes da repressão. Estes motivos podem contribuir para explicar a resistência em falar sobre Waldir Fiock e em caracterizar seu vínculo com a organização: Salgado o classifica como "simpatizante"; José Carlos como "paraquadro" ou "quase quadro". Aos olhos dos órgãos de segurança, a partir de lista de 1972 feita pelo CIE, Fiock era considerado militante do MR-8 na Guanabara (In: ARQUIVO NACIONAL. Dossiê - Gabinete da Presidência da Petrobras. 1970-1977. Fundo Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, BR RJANRIO HF.0.SEG.5., p. 75).

No levantamento documental, a única outra referência encontrada a Fiock pode ser indício de sua atuação dupla. Trata-se de uma citação a ele em depoimento atribuído a Ana Maria Teixeira dos Santos, militante ou simpatizante do Oito presa em junho de 1972. Ao relatar suas atividades, trata de uma pessoa cujo codinome era "Pantera", escrevendo: "o mesmo que me apontou à polícia". A lápis, consta a anotação: Waldir Fiock (ARQUIVO NACIONAL. *Informação n° 0222/CISA-ESC RCD*. Rio de Janeiro, 27 jun. 1972. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72047375).

[79] DIAS, 2023, op. cit.

[80] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

[81] SOUZA, s.d., op. cit.

[82] Idem.

receber atendimento médico; Lamarca seria conduzido para o interior baiano por José, até um local intermediário, onde seria recebido por outro militante, que o conduziria à área.

Em entrevista para esta pesquisa, José Carlos relembrou a despedida do casal:

> Foram muito carinhosos. Muito carinhosos. E na verdade... Eu e, acho que esse paraQD [paraquadro] também, nos reservávamos. Eles eram muito juntos. Muito juntos. Então é como se tudo que viesse [a] ser feito, eles dois faziam. Como se fossem três pessoas. Os dois uma, eu e o cara. Então, houve a despedida assim bem carinhosa e tal, e a gente seguiu. Mas eles tiveram um momento sozinhos para fazer a despedida. A gente chegou até o ônibus. A gente saiu da pensão, chegamos lá no ponto de ônibus, ela embarcou e só depois que o ônibus saiu que a gente saiu.[83]

Em suas carta-diário, Lamarca também faz referência aos dois como sendo um só, em registro de 14 de julho:

> Veio um companheiro trazer comida e discutimos dispersamente, mas senti que se preocupava com o nosso relacionamento, como se você e eu fôssemos de tal modo ligados como uma só pessoa – acho que sentem o alto nível de nosso relacionamento –, como se o nosso relacionamento fosse algo a ser preservado como exemplo, achei isso.[84]

Através destes relatos, pode-se compreender a extensão da "política do apêndice" – como José Carlos relatou, Iara e Lamarca eram vistos como uma pessoa só; mas o ex-capitão era o porta-voz desse indivíduo "uno", o que não necessariamente a agradava. E é a memória dele que ficou gravada para aqueles que os conheceram.

De forma mais discreta, Iara seguiu viagem para Salvador, onde ficou hospedada à espera do retorno de José Carlos. Depois de encontrá-lo, foi levada a seu aparelho para se reunir com a cúpula da organização: reencontrou Salgado e conheceu o responsável pelos trabalhos no Recôncavo Baiano e em Salvador, César Queiróz Benjamin. Segundo as memórias de José, tratou-se de uma reunião para discutir conjuntura política e estratégias da organização.[85] Também foi definido o destino de Iara: de acordo com Salgado, a possibilidade de fazer tratamento naquela cidade foi cancelada:

> Eu tinha dois bons contatos médicos em Salvador. Não que eu conhecesse diretamente, mas tinha um senhor que trabalhava conosco lá, eu confiava nele e ele tinha muito relacionamento com grupo médico, e ele disse que tinha dois médicos muito confiáveis. (...) Acabou não indo em Salvador, porque esse senhor, acho que se chamava Tertuliano [Teixeira Filho], achou melhor ela ir num médico do interior, numa cidade perto de Feira de Santana chamada Serrinha.[86]

Ainda de acordo com Salgado, ela teria lhe contado, no Rio de Janeiro, que seus problemas eram ginecológicos e hormonais, tendo recebido o diagnóstico de "útero infantil" do último médico que consultara. Tal condição consiste em "má-formação que impede o útero de

[83] SOUZA, 2021, op. cit.
[84] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-5.
[85] SOUZA, s.d., op. cit.
[86] SALGADO, s.d., op. cit.

se desenvolver completamente. (...) O quadro ocorre devido a deficiências na produção, secreção ou ação de hormônios responsáveis pelo desenvolvimento de características e órgãos sexuais femininos".[87] Em função dos registros feitos pelo médico legista Charles Pitex, durante a realização da necropsia de Iara após sua morte, foi possível consultar as dimensões de seu útero:

> Útero vazio com as seguintes dimensões externas: comprimento [ilegível], largura 45 mm, espessura 40 mm, orifício externo circular com 5 mm de diâmetro, tendo, portanto, as características de útero de nulípara. Aberto com um corte na sua face anterior, o mesmo nada apresentava de anormal. Ovários sem anormalidade.[88]

O ginecologista e pesquisador Giuliano Borrelli, através destas anotações, descarta a possibilidade de que Iara tivesse "útero infantil":

> Pela descrição da autópsia, está totalmente dentro da normalidade. Por mais que o comprimento esteja ilegível, mas parece que tem o "6" na frente, e faz sentido – a largura tem 45 mm, a espessura 40 mm, provavelmente o comprimento deveria ser 60 mm. Então, este é um útero de volume normal (...). Não são medidas de um útero infantil, são medidas de um útero normal, de uma mulher já na fase adulta.[89]

Ao mesmo tempo, a carta-diário de Lamarca contém diversas referências a um possível filho dos dois. Em 3 de julho, apenas alguns dias após terem se separado, ele escreveu: "amanhã chegará um mensageiro do 'Fio' [João Salgado], devo receber carta sua – estou ansioso – vou relê-la dez vezes. Deve trazer notícias do mini". No dia 5, quando a correspondência chegou, registrou: "CHEGOU CARTA. VIVA O MINÍSSIMO, que será MACHÍSSIMO

---

[87] ÚTERO infantil: o que é? *Reprodução humana MaterDei*, Belo Horizonte, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3VcC3a7. Acesso em: 26 abr. 2023.

[88] INSTITUTO MÉDICO LEGAL-NINA RODRIGUES; PITEX, Charles René. Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg. Salvador, 24 ago. 1971. In: ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê - Iara Iavelberg.* São Paulo, 27 mar. 1996. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.313.

[89] BORRELLI, Giuliano. [Mensagem de áudio]. WhatsApp, 2 mai. 2023. 16h28. 1 mensagem de áudio de WhatsApp.

Na perspectiva de Borrelli, levando em consideração os dados atuais, é provável que a causa de infertilidade de Iara fosse endometriose. Doença descrita pela primeira vez em 1860, na Alemanha, trata-se de "presença de tecido endometrial extrauterino, que respondeu à estimulação hormonal e pode causar uma reação inflamatória resultando em sintomas como dor pélvica crônica severa e infertilidade". Estima-se que, atualmente, cerca de 70 milhões de mulheres no mundo tenham diagnóstico de endometriose; no Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apontou que uma em cada 10 mulheres sofre com a doença, sobretudo entre as idades de 25 a 30 anos. Apesar de ser relativamente comum, as pacientes encontram muita dificuldade no diagnóstico. Estudo feito entre 2003 e 2009, no Brasil, identificou que, naquele período, registrava-se uma média de três a quatro anos entre o início dos sintomas e o diagnóstico. Pesquisadores apontam que esta demora ocorre, muitas vezes, pela "diversidade de manifestações clínicas" da doença e, além disso, desconhecimento e desvalorização das dores. Em relação à infertilidade, dados indicam que "cerca de 25 a 35% das mulheres são vítimas de infertilidade, associado a isso, os dados mostram que 30 a 40% das doentes com endometriose são inférteis".

TORRES, Juliana I. S. L.; et al. Endometriose, dificuldades no diagnóstico precoce e a infertilidade feminina: uma revisão. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 6, 2021.

SANTOS, Tânia M. V.; PEREIRA, Ana Maria G.; LOPES, Reginaldo G. C.; DEPES, Daniela B. Tempo transcorrido entre o início dos sintomas e o diagnóstico de endometriose. *Einstein*, São Paulo, v. 10, n. 1, 2012.

RODRIGUES, Alex. Endometriose pode afetar 10% das mulheres brasileiras. *Agência Brasil*, Brasília, 6 mar. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3MtI8MF. Acesso em: 11 mai. 2023.

‘ROXÍSSIMO’”. No dia seguinte, após ler o que Iara havia enviado, respondeu: “fiquei feliz mesmo, pelo mini, pela saúde melhor, pela disposição e pelo amor de que vem impregnada a carta”.[90] A próxima referência a um possível filho aparece somente em 25 de julho:

> “Fio” não chegou ainda – estamos todos ansiosos para saber das novidades, novos documentos, discussões na organização, relatório geral etc. Anseio também por notícias suas e do miníssimo roxíssimo. Já sabe que não podes fumar, se [ilegível], se emocionar – tem de andar, fazer exercício, se alimentar e se alegrar. Assim que confirmar, teremos de ter uma discussão – então vou poder alisar o mini.[91]

Os registros são ambíguos quanto à suspeita ou não de gravidez: não fica claro se Iara sentia que poderia estar grávida ou se estava se preparando para tal. Considerando que o casal não tinha perspectivas de se encontrar tão cedo, é provável que a primeira hipótese seja a mais próxima da realidade – ao menos da realidade contada para Lamarca.

Seguindo o conselho de Tertuliano Teixeira, ligado ao PCB e que auxiliava o MR-8 em determinadas ocasiões, Iara consultaria um ginecologista simpatizante no município de Serrinha. Para isso, a organização decidiu alocá-la em um aparelho de Feira de Santana, cidade a cerca de 115 km de Salvador, onde morava Felix Escobar – outro camponês da Baixada Fluminense tradicionalmente ligado ao PCB, mas incorporado ao Oito recentemente –, sua esposa Irani das Graças Martins e dois filhos. A casa foi escolhida, de acordo com a lembrança de César Benjamin, por se tratar de uma família branca, o que auxiliaria na fachada de Iara, que utilizava o nome “Dora”.[92]

Uma hipótese que pode explicar a escolha de outro município, que não Salvador, foi a onda de quedas pela qual o MR-8 passou, sobretudo a partir da prisão de Solange Lourenço Gomes, diretora regional do grupo no estado. Em um surto psicótico, em março de 1971, Solange se entregou em uma delegacia na capital baiana, compartilhando com as autoridades nomes e informações sobre outros militantes da região.[93] É importante dizer que, após se restabelecer, ela se arrependeu e passou a ser barbaramente torturada pelas autoridades para continuar fornecendo dados – a partir dos quais se efetuaram diversas prisões.[94]

Depois deste episódio, a organização teve muita dificuldade de recompor a infraestrutura em Salvador, e mesmo aqueles que não foram presos tiveram suas identidades e endereços revelados à repressão – o que os forçou a mergulhar ainda mais na clandestinidade.

---

[90] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-3.
[91] Ibid, p. B-2.
[92] BENJAMIN, César Queiróiz. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[93] CODARIN, 2019b, op. cit.
[94] SOLANGE LOURENÇO GOMES In: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3NyB16n. Acesso em: 31 mar. 2023.

Mesmo o aparelho de Feira de Santana – e os militantes deslocados à região, no geral – esteve sob suspeita de queda por um período, durante o qual Felix Escobar ficou abrigado no aparelho de José Carlos de Souza, em Salvador. Ele só pôde retomar os trabalhos no interior da Bahia depois de algumas semanas, quando teve certeza de que a segurança não estava comprometida.[95] Por este motivo, pode ter sido considerado um local adequado para a instalação de Iara.

Depois de instalada na residência, Salgado a levou à primeira consulta em Serrinha. O médico que a atendeu, Hamilton Safira Andrade, relatou ao documentário *Em busca de Iara* que já a esperava:

> Um dia me apareceu uma pessoa no meu consultório, em Serrinha, e o nome dele real era Tertuliano, mas ele tinha um nome de guerra. E ele pegou uma cédula nova, de baixo valor e disse "olha, eu vou dividir essa cédula aqui no meio, um dia vai aparecer uma pessoa que vai lhe entregar a outra metade, e eu espero que você atenda". Foi quando de repente, um dia na clínica, minha secretária me disse "tem uma moça, uma jovem aí, querendo falar com você. É sobre uma consulta". Quando ela entrou, ela me deu uma metade da cédula e eu senti que era a pessoa que Tertuliano estava querendo que eu conversasse com ela. Era a Iara.[96]

Um documento do SNI de janeiro de 1969 apontou que Hamilton era suspeito de apoiar o movimento estudantil contra a ditadura e de fazer reuniões políticas em sua casa.[97] Afirmou que havia sido secretário estadual do PCB, embora não tenha especificado quando. No entanto, com as organizações de luta armada, atuava apenas como apoio. Talvez por isso tenha relatado à jornalista que, quando Iara foi a seu consultório, não acreditou que ela estivesse realmente buscando tratamento ginecológico:

> Me procurou como mulher casada que queria ter um filho. Queria fazer um tratamento de fertilidade. Achei estranho que uma pessoa envolvida no movimento revolucionário quisesse fazer um tratamento para fertilidade. Foi um primeiro contato, muito formal. Senti que não tinha que aprofundar o exame. E que a colocação dela envolvia a outra atitude, um envolvimento que desejava de mim, a integração no movimento. Como se quisesse me recrutar. Veio e foi embora. (...) Disse que tinha que tirar a temperatura basal, mas é que não acreditei que ela vinha buscar medicina, mas [sim] que era uma companheira que queria me recrutar. Eu tinha passado medicação, ela não tomou.[98]

Não obstante o exame supostamente não aprofundado, Iara teria se impressionado com o diagnóstico e prognóstico do médico, como rememorou João Salgado:

> Fomos à Serrinha, levei-a até a porta do médico, fiquei esperando por perto e, quando ela saiu, no caminho, por acaso a *Amada amante* estava tocando e, no caminho, ela

[95] CODARIN, 2019c, op. cit.
[96] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
[97] ARQUIVO NACIONAL. *Informe n° 3 NASV/SNI/69*. Brasília, 10 jan. 1969. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.83005155.
[98] ANDRADE, Hamilton Safira. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Serrinha, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

> contou que descobriu o problema da menopausa precoce porque várias vezes ela pensou que estava grávida, era um verdadeiro trauma, e de repente viu que não era nada disso. Que, inclusive, acabou a hipótese de engravidar. Ela disse, "nitidamente era problema mais sério do que eu pensava".[99]

A gravidez, como discutido ao longo da tese, era um desejo de longa data de Iara. As cartas-diário de Lamarca, porém, demonstram que ele também estava muito ansioso para que isso acontecesse. Em registro de 3 de agosto, ele escreveu:

> Fui picado por "barbeiro" transmissor da doença de Chagas, sei que existem dois tipos, segue o bicho para o "Fio" verificar. Mas não estou preocupado, porque se for o caso sei que dá para viver muito tempo – o que não espero na prática revolucionária, logo... Guerra é guerra, Neguinha – e o mini existe para deixar "la marca roxa" na revolução.[100]

No dia seguinte, Lamarca fez ainda duas referências ao filho:

> Ontem, morreu uma criança, a mãe deu graças a Deus publicamente – detalhe, hoje pariu outra – temos, e vamos mudar isto, custe o que custar, não importa nada. Ligo ao mini e a você, projeto tudo em nós, sofreríamos demais e a massa suporta tudo, é doloroso, é triste, é força. (...) Cuide do mini, não fume, não beba, elimine a pimenta, alegre-se, faça-se útil e o acaricie por mim. Se ele não vier desta vez, virá na outra, intensifique o tratamento e economize para não ficar em má situação [em] caso de emergência – o mini já existe em nossas cucas, haveremos de concretizá-lo.[101]

O que se depreende a partir destas passagens é que as hipóteses discutidas anteriormente sobre o tema nesta tese ainda se sustentam: a ideia de que os dois, de forma semelhante, desejavam ter filhos principalmente por dois motivos: como forma de preservar a pessoa amada, que a qualquer momento poderia morrer em decorrência da "revolução"; e pela crença de que a criança por eles criada seria a concretização do homem novo.

Quanto ao último aspecto, as cartas descortinam um novo tópico: o ex-capitão gostaria que fosse um menino. Este ponto se associa diretamente com a própria concepção do termo – *homem* novo –, mas se intensifica mais à medida que ele faz questão de ressaltar a tal "macheza", em tom cômico, sempre que o menciona: em um dos registros, afirmou que o filho deixaria "la marca roxa" na revolução; em registro anterior, reitera em caixa alta: "VIVA O MINÍSSIMO, que será MACHÍSSIMO 'ROXÍSSIMO'". De acordo com a *Folha de S. Paulo*, dizer que o bebê nasceu com "aquilo roxo" era declarar sua masculinidade; o folclorista Mario Souto Maior explicou: "você pode dizer que alguém é valente, corajoso, afirmando que ele tem o saco roxo ou preto".[102]

Portanto, ainda que pareça tema irrelevante para a história da luta armada, o assunto ocupava parte considerável das preocupações desse casal militante, fazendo-os inclusive

[99] SALGADO, s.d., op. cit.
[100] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-9.
[101] Ibid., p. B-9 e B-10.
[102] STYCER, Maurício. Saiba o que significa um 'saco preto'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1996.

moldar suas ações e localização para privilegiar a questão. Assim, retomo as memórias de Salgado a respeito da conversa com Iara após a realização da consulta:

> O médico fez um plano de tratamento, que ela teria que fazer alguns exames e ele tentaria um tratamento com ela em Salvador com endocrinologista. E disse que ela deveria sair do Brasil para fazer o tratamento, que no interior não teria condições de fazer. Que o certo seria ir para um centro de pesquisa melhor, num hospital universitário. Era muito difícil fazer tratamento direito em condições de clandestinidade. (...) Nesse momento, a respeito dessa situação, tenho a sensação de que ela, pela única vez, falou comigo que talvez fosse o caso de sair do Brasil.[103]

Décadas depois, em entrevista concedida a mim, ele reforçou a lembrança:

> Me lembro que foi a única vez que eu vi isso dos dois, foi dela, ele nunca falou, mas no trajeto que a gente estava de... [Serrinha a Feira de Santana], ela disse "puxa, de repente", começamos a conversar sobre os problemas de segurança, como seria sobreviver nessas circunstâncias, ela e ele... E aí foi o único momento que ela disse "talvez a única saída seria a gente sair do Brasil, mas já não vejo mais como sair do Brasil. Tanto pela nossa posição hoje, que a gente quer guardar, quanto pelas dificuldades que seria tirar a gente do Brasil". Besteira, porque sempre se encontra uma forma de sair. Sempre se encontra. E eu também não sabia disso na época, não tinha essa visão. Mas ela manifestou muito timidamente essa possibilidade. Que eu acabei não comentando com ele, nunca.[104]

Em outro ponto da conversa, Salgado demonstrou que esta memória era tão viva em sua mente, que conseguia ver Iara lhe dizendo isso: "ela falou, assim, de uma forma, olhando... Vejo muito bem agora, olhando, o carro se movimentando, e ela olhando longe e falando assim, dando a impressão de que 'puxa, a gente podia sair e se salvar. E podia contribuir mais com a revolução estando vivos'".[105] Vê-se mais uma vez a influência do trauma na narrativa memorial: Salgado guarda este momento como se fosse a única abertura dada por Iara de sair do Brasil, e que não teria sido devidamente explorada por ele. Nisto, ele está diretamente influenciado pela constatação posterior de que, pouquíssimo tempo depois da situação ter ocorrido, tanto ela quanto Lamarca seriam assassinados.

Iara, por sua vez, não tinha naquele momento ideia de que morreria logo. Ao contrário, ela estava vivendo o cotidiano aparentemente mais "seguro" dos tempos de clandestinidade – afinal, a ida à Bahia indicava a instalação em local menos vulnerável, onde estariam longe dos olhos da repressão mais letal do eixo Rio-São Paulo. Adiciona-se ainda o fato de que não foram deixados muitos indícios aos órgãos de segurança que fizessem crer que o casal estivesse vivendo naquele estado; mesmo os militantes do Oito que militavam na região estavam às cegas em relação ao assunto.

[103] SALGADO, s.d., op. cit.
[104] SALGADO, 2020, op. cit.
[105] Idem.

Portanto, a fala de Iara poderia se tratar de uma observação mais "corriqueira", feita a partir da descoberta de que haveria chance plausível de finalmente realizar o desejo de longa data de ter um filho. Nesse sentido, não acredito que necessariamente envolvia o contexto de morte que os rondava. O relato que Carlos Alberto Muniz deu adiciona elementos a esta hipótese; ao ser perguntado pela jornalista se a cada dia se esperava a morte de alguém, ele respondeu: "não sei se esperando. Hoje parece que a gente, conscientemente, caminhava para o cadafalso. Mas não era assim. Era um sentimento, como se isso fosse uma contingência. Mas a gente nunca achava que ia acontecer".[106]

As pesquisadoras Tamara Aránguiz e Javiera Recabarren propõem o conceito de "morte cotidiana", ao se tratar do engajamento de mulheres nas esquerdas revolucionárias clandestinas. Em um primeiro momento, o ingresso nas organizações implicava para militantes a disposição de sofrer as consequências em seus próprios corpos: "a possibilidade de morrer nesta luta, questão que estava longe do estereótipo simbólico da feminilidade hegemônica doadora de vida e, portanto, pacífica e concentrada nas demandas internas".[107] A partir disso, no entanto, demonstram que, através dos depoimentos coletados, concluem que as militantes "se referem à morte como uma questão cotidiana ou em algo que não pensavam, apesar de terem consciência de que era uma possibilidade".[108] Uma das entrevistadas apontou:

> "Eu sabia que estava caindo gente, que estavam matando, mas obviamente não se sente que vai acontecer consigo. Eu ia aos meus pontos convencida de que não me aconteceria nada, até o dia em que me detiveram (...). Vivia-se pensando que tudo ia se sair bem, que se iria sobreviver para ver o triunfo".
> Lucía, frente à possibilidade de morrer durante sua militância, assinala que "a morte se fez (...) cotidiana, você tinha que viver com isso, no final era tão natural morrer como lutar, para mim estava incorporado, era parte dos riscos, não tinha que se deter muito pensando nisso".[109]

Portanto, entende-se que a morte também fazia parte do cotidiano e que, embora vissem como uma possível consequência de sua atuação política, as mulheres militantes não pensavam nisso o tempo inteiro. Assim, levando em consideração sobretudo a vida de Iara na Bahia e a

[106] MUNIZ e MUNIZ, s.d., op. cit.
[107] "(...) la posibilidad de morir en esta lucha, cuestión que estaba lejana al estereotipo simbólico de la feminidad hegemónica dadora de vida y, por tanto, pacífica y concentrada en las demandas del adentro". ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrazaga; RECABARREN, Javiera Robles. La muerte cotidiana: militancia femenina y lucha armada en Chile, el MIR y el FPMR (1970-1990). *Revista de Humanidades*, Chile, n. 43, 2021, p. 194, tradução livre.
[108] "(...) se refieren a la muerte como una cuestión cotidiana o en algo que no pensaban a pesar de tener conciencia de que era una posibilidad". Idem, tradução livre.
[109] "'Yo sabía que estaba cayendo gente, que estaban matando, pero obviamente uno siente que no le va a pasar. Yo iba a mis puntos convencida de que no me iba a pasar nada, hasta el día que me detuvieron (...) Uno vivía pensando que todo va a salir bien, que uno iba a sobrevivir para ver el triunfo'. Lucía, frente a la posibilidad de morir durante su la militancia, señala que 'la muerte se hizo (...) cotidiana, tú tenías que vivir con eso, al final era tan natural morir como luchar, para mí estaba incorporado, era parte de los riesgos, no había que detenerse mucho a pensarlo'". Ibid., p. 195, tradução livre.

perspectiva de segurança que o local lhe dava, não parece exagero afirmar que, ao menos nesse período, ela encarava a questão da morte como qualquer outro ser humano.

Contudo, a vida clandestina prosseguia, e com ela a necessidade de dividir moradia com outros militantes. Em Feira de Santana, Iara morava na casa de Felix Escobar ("Manoel"), de 48 anos, e sua esposa Irani das Graças ("Maria"), de 23, no bairro Jardim Cruzeiro. Felix já tinha atividade política antes do golpe civil-militar de 1964 e, segundo seu filho, teria viajado para a União Soviética para formação política.[110] Por sua vez, Irani recordou que, ao começar a se relacionar com ele, não compreendia a extensão de sua militância; isso teria ocorrido apenas em 1970, quando ele já estava na Bahia, e agentes de segurança invadiram sua casa em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e a prenderam.[111] Depois disso, sua ida a Feira de Santana foi acelerada. A casa, além do casal e das crianças, abrigava outros militantes sazonalmente, como Iara, César Queiróz Benjamin, João Salgado e Nilson Venâncio.

A respeito dos trabalhos realizados na região, César relatou: "fiquei fazendo um longo levantamento do Recôncavo Baiano em termos de ação política".[112] Segundo ele, estes levantamentos eram o primeiro passo para o desenvolvimento de um trabalho político na região, objetivo principal do MR-8 daquele momento: "a nossa ideia não era a de um foco guerrilheiro, não tínhamos uma ideia clara, amarrada. Era um processo de trabalho político de anos, que futuramente geraria uma guerrilha. (...) O essencial é que a gente não visualizava a deflagração desse processo à revelia do trabalho político do movimento de massas".[113] César recordou ainda que Lamarca era um dos militantes mais ativos no processo de autocrítica teórica pelo qual o Oito passava:

> Estava claro que aquele processo não era correto, não levava a nada. No entanto, por motivos até éticos, estava claro que a gente não ia abandonar a luta. Houve um processo de balanço, de autocrítica. (...) A gente reduziu as ações armadas ao mínimo necessário à sobrevivência, deixou de fazer ações com conteúdo de agitação política e começou a deslocar quadros – seja para a frente operária, seja para o campo. (...) Sem dúvida, o Lamarca estava na frente nessa autocrítica e era um cara que estava colocando elementos muito novos na discussão.[114]

De fato, a preocupação com o engajamento das "massas" aparece fortemente nas cartas-diário para Iara: ele utilizou o termo 34 vezes.[115] Com data de agosto de 1971, Lamarca

[110] apud TELÓ, 2019, op. cit., p. 119.
[111] MARTINS, Irani das Graças. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 17 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 31'43", acervo pessoal.
[112] BENJAMIN, César Queiróz. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro, 28 jan. 1986. 1 transcrição datilografa, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil, p. 16.
[113] Ibid., p. 19.
[114] BENJAMIN, 1986, op. cit., p. 18.
[115] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-2--B-12.

produziu um texto intitulado *À esquerda armada*, no qual comunicava "oficialmente" às organizações revolucionárias seu desligamento da VPR e integração ao MR-8. Entre os argumentos para a mudança, estava a mesma necessidade de se formar "sólida base social nas camadas revolucionárias da massa" citada por Iara em sua carta de desligamento da VPR.[116] Os pontos em comum entre os dois documentos não se encerram aí: o ex-capitão redigiu seu texto na primeira pessoa do plural – o que não foi observado em nenhum dos outros documentos de sua autoria aqui analisados –, dando a impressão de que falava por si e por outra pessoa; ambos os textos se referem às ações armadas nas cidades como "foco debrayista urbano" e tratam da importância de se realizar a "revolução cultural".

Nas cartas-diário, ele reitera a ideia de que seu posicionamento e o de Iara eram o mesmo:

> Pelo que se pode ver nos documentos internos, as nossas posições são as que estão influindo na organização (...). Aqui senti melhor como estamos influindo, e mais o pessoal de campo (só em junho) fechar com as posições do critério de tensão social (crítica à DG jan. 71). Citações de nossas colocações, os documentos que escrevemos *acendeu* luz na cabeça de muitos militantes. Peço a você que encaminhe para cá uma via de cada documento que escrever, outra para o "Kid" [José Carlos de Souza] levar para outra área, outra para o Rio e fique com uma, são quatro vias, assim dinamiza.[117]

Há outros registros nos quais ele trata da recepção de textos dela entre os militantes do campo; pede que ela leia e resuma artigos; e que reescreva documentos a respeito de certas temáticas – porém as cartas jamais chegaram a Iara. No entanto, presume-se que, embora sem função política definida, ela permanecia se dedicando à leitura e à produção de textos teóricos para a nova organização, ou seja, participando do processo de debate interno citado por César.

Essas atividades, contudo, incomodavam seus companheiros de aparelho, em Feira. João Salgado relatou:

> O Felix, em qualquer lugar que estivesse no Brasil, se virava muito bem sem chamar a atenção e montando uma estrutura. A gente achou que era a estrutura ideal para Iara. Mas, na verdade, ela se queixou muito que ele era uma pessoa extremamente... Não podia vê-la com um livro na mão que perguntava por que não estava ajudando a mulher dele na cozinha, que ela só queria saber de estudar, não participava [das atividades domésticas].[118]

Irani, 50 anos depois dos fatos, concedeu entrevista a mim. Suas respostas foram curtas e evasivas, mas significativas para compreender suas impressões sobre Iara e os ocorridos. Ao ser perguntada sobre a atuação política dela enquanto esteve no aparelho, respondeu: "eu não

[116] LAMARCA, Carlos. *À esquerda revolucionária*. ago. 1971. Centro de Documentação e Memória da UNESP, Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasilianio (ASMOB), 03.195, 1.
[117] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-10.
[118] SALGADO, s.d., op. cit.

lembro não, eu sei que ela era a companheira deles, né?". A respeito do que Iara fazia na casa, Irani afirmou:

> **IM:** Em casa não, era tranquila, entendeu. Não era muito de ajudar não, porque ela... Era um pouco grã-fina, ela, né?
> **E:** Ela era grã-fina?
> **IM:** Não era muito de ajudar, não... Ela às vezes fazia, porque ela tinha tabela. Tinha dias que eu fazia o serviço todo da casa, tinha dia, né? Aí já no outro dia era ela, aí no outro era o Felix, no outro dia os companheiros que moravam com a gente eram escalados no serviço, entendeu?
> **E:** E a senhora teve a impressão de que ela era grã-fina, por quê?
> **IM:** Não, porque ela não gostava de lavar a louça, fazer as coisas, entendeu? Aí eu falava "eita Felix, eu tô trabalhando mais do que a Iara", porque a Iara... O serviço era escalado, mas ela fazia qualquer coisa. E quando ela fazia, quando ela queria fazer [era] coisa diferente... Era feijão branco, tinha que tirar... Feijão branco, ela usava muito feijão branco para fazer... Tinha que deixar de molho pra descascar o feijão todo, aquele problema todo, entendeu, aí eu ficava sem paciência.[119]

Apesar de narrar suas insatisfações, quando perguntada sobre os conflitos entre eles, afirmou não se lembrar de nada: "todo mundo se dava bem. (...) O Felix não era de reclamar, não. Eu não me lembro disso, não". Em seguida, mudou de assunto.[120]

Iara, no entanto, se sentia desconfortável com a situação, a ponto de solicitar à direção que fosse mudada de aparelho. João Salgado, que a visitou na primeira semana de agosto em Feira de Santana – quando ela morava na residência há cerca de um mês – recordou tê-la encontrado muito chateada: "[Felix] foi extremamente grosseiro com ela. Rude. Duro. Ela estava tristíssima, pedindo para sair de lá (...). Um mês de tortura, disse: 'nunca tive tanta dificuldade de relacionamento com uma pessoa em toda minha vida. Eu me esforço, quando eles levantam, já varri a sala, o terreiro, faço tudo'".[121]

As queixas foram repassadas a Lamarca, que as registrou nas cartas-diário em 10 de agosto:

> "Fio" chegou e me relatou as dificuldades que você está vivendo, fiquei triste, estou muito triste (...). "Fio" me falou que você está dando boas contribuições na discussão. Sabe das elocubrações do cara aí sobre mim (agente CIA) – não se abale, é subjetivismo próprio de baixo nível – não se impressione com a mentira que é comum em ex-quadro do PCB, é de formação própria deles.[122]

Dois dias depois, retomou o assunto:

> Sobre o velho com quem você conviveu (...) sei que você tem tato e não erraria, tentando forçar a realidade. Quando "Fio" falou que ele gritou com você, lembrei do "Paiva" [Manoel Dias do Nascimento] – a deformação que a esquerda incute em quadros camponeses e operários tem de ser analisada profundamente. Os caras sentem-se adorados e reagem como infalíveis.[123]

---

[119] MARTINS, 2020, op. cit.
[120] Idem.
[121] SALGADO, s.d., op. cit.
[122] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-11.
[123] Ibid., p. B-12.

No relato de Lamarca, os principais motivos atribuídos para o incômodo de Felix com Iara são sobretudo a disparidade de classe – embora cite sua origem do Partidão como parte do problema. Ele retoma um conflito que ela teria tido com Manoel Dias do Nascimento, da VPR, militante oriundo do movimento operário de Osasco; falou ainda da possível exaltação excessiva de quadros camponeses e operários dentro das esquerdas, o que soa contraditório à medida que se resgatam seus pensamentos sobre a "moral da massa", discutidos anteriormente. Estas justificativas encontram eco nas memórias de José Carlos, que recordou de problemas que Felix teve com outro militante do MR-8, Luís Antônio Santa Bárbara, que iniciou seu engajamento através do movimento estudantil.[124]

Porém, José Carlos chama a atenção para uma característica que, em sua memória, se sobressaía no quadro: "minha impressão era a de que ele era muito conservador. Nos costumes. Assim, imagine que ele, na área de campo, um dia, ele disse que tinha comido [sic] lá uma pobrezinha qualquer, uma camponesa lá qualquer. (...) E ele contou como uma glória de macho".[125] Neste sentido, as descrições de Salgado e Irani também atribuem, ainda que indiretamente, as divergências a questões de gênero: ambos apontam que o incômodo se originou com o fato de Iara não se dedicar tanto aos trabalhos domésticos do aparelho.

Apesar de ressaltar a impressão de que ela era "grã-fina", Irani apontou que o problema estava na negligência de Iara quanto às atividades da casa. Ao defini-la como "companheira deles", ela se distancia da atuação política do marido; de forma mais clara, em outro ponto da entrevista, compartilhou que Felix não a envolvia por conta dos filhos. Quando perguntada sobre o que fazia quando morava em Feira, respondeu: "eu não fazia nada, só era dona de casa só, entendeu? Dona de casa, só".[126]

Ademais, aparentemente, neste caso, a caracterização de Iara como "grã-fina" pode não ter tido a ver com sua vaidade. César Benjamin, em entrevista, rememorou que Iara evitava se arrumar em excesso, para manter a fachada: "ela tinha preocupação oposta a cuidar-se. Como era bonita e sulista, tinha que despertar um mínimo de atenção possível. A gente até brincava. Ela, num lugar pobre de Feira, se ela conseguia virar uma pessoa assimilável para o bairro".[127] Na carta que Iara enviou aos irmãos no Chile, datada de julho, teria mencionado a beleza, de acordo com as lembranças da amiga de longa data Maria Lúcia Carvalho, que morava em Santiago:

[124] SOUZA, 2021, op. cit.
[125] Idem.
[126] MARTINS, 2020, op. cit.
[127] BENJAMIN, s.d., op. cit.

> Inclusive, lembro que ela tinha uma expressão muito dela. A gente dizia "como vai, tudo bem?"; ela respondia: "linda como sempre". Lembro da carta que ela escreveu para os irmãos dela, quando a gente estava no Chile, e uma das coisas que ela dizia "mas eu continuo ótima, linda como sempre". Mas depois, ela dizia isso mais adiante, "isso não é verdade, a beleza já era", com a vida que estava levando era impossível continuar.[128]

Na análise da experiência das outras "esposas" com as quais Iara conviveu em aparelhos, o discurso de que eram "só donas de casa" foi comum. Porém, Iara – e, no caso da VPR, outras mulheres que tinham militância "ativa" –, apesar de ser mulher, era vista como "diferente" por integrar de fato as discussões e ações das organizações; era vista como de fato pertencente ao grupo político. Isto não ocorreu no caso de Irani e Felix, o que leva a algumas hipóteses: primeiramente este foi o primeiro aparelho no qual Iara morou sozinha, sem o conhecimento prévio por parte dos outros moradores de que era companheira do Lamarca. Segundo o que aparece nas cartas-diário, Felix não tinha muita simpatia pela figura do ex-capitão como líder revolucionário; além disso depois das prisões de Solange Lourenço Gomes e Lúcia Murat, que tinham cargos na direção do Oito na Bahia, não restaram muitas mulheres atuantes no estado – o que se agrava ainda mais ao pensar-se nas áreas do interior baiano, onde não identifiquei nenhuma mulher em atividade. Dessa forma, Irani e Felix não tinham muitas referências femininas na organização, restando a concepção de que aquelas que estivessem por perto devessem assumir responsabilidades "apropriadas" para mulheres.

É importante lembrar que Iara ficou neste aparelho por cerca de um mês. Neste período, encontrou uma forma de se distrair: o consultório do ginecologista Hamilton, em Serrinha. A partir da segunda consulta, passou a fazer o trajeto sozinha de ônibus. Em entrevista ao documentário *Em busca de Iara*, o médico descreveu:

> Ela era meio angustiada. Ela ia para Feira de Santana, quando ela voltava, ela voltava aborrecida com não sei o que. Depois, quando ela chegava lá [em Serrinha], ela se sentia bem. Nós ainda saíamos lá. Em Serrinha tem uma santa, eu pegava o carro lá, num horário assim, 5 horas, e nós saíamos. Aí ela achava a vista de Serrinha, da serra, uma beleza.[129]

O médico relatou: "da segunda vez, senti que o desejo de filho era coisa muito séria. De certa forma, ela me disse que era mulher do Lamarca. Mas só pelo que era dito, dava para supor. Aí eu disse: 'você é companheira do Lamarca'. Ela disse que sim". Recordou ainda que ela ficou hospedada em sua casa nesta ocasião: "ouviu música, Vivaldi, Bach. Ficou lendo. (...)

[128] CARVALHO, 1986, op. cit.
[129] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

Tivemos grandes discussões políticas, eu não concordava [com a luta armada], ela contra-argumentava".[130]

Na década de 1960, Hamilton fundou o Grupo de Debates de Serrinha (Grude-SE), grupo de teatro que funcionava na cidade.[131] O coletivo foi mencionado em dois documentos de investigação da ditadura. Em 1969, o SNI afirmou que, embora oficialmente tivesse objetivo de difundir cultura, "na verdade, difunde ideias contrárias ao regime".[132] Já em 1978, a Polícia Federal da Bahia apontou que o teatro de Hamilton só encenava "peças tendenciosas e de doutrinação comunista".[133] O ginecologista recordou que, ao tomar conhecimento do grupo em sua segunda visita, Iara desejou participar de alguns dos debates.

De acordo com ele, ela retornou muito mais cedo do que seria necessário para seu tratamento, para integrar as discussões do Grude-SE:

> Estávamos levando uma peça de teatro, com textos do Brecht e Peter Weiss, todos que trabalhavam, rapazes e moças, ficaram conhecendo ela, não avançou muito, mas era meio aberta. Aí vinha sempre e fazia reuniões com eles, discutia política, a situação. (...) ela fazia colocações. Dizia que não havia chance de saída pacífica, tinha que ser luta armada. (...) Eu não participava da luta dela, só da minha, de formar a garotada. Ela era muito inteligente. Se você não tivesse segurança grande, entrava de corpo e alma. Era muito estruturada intelectualmente, difícil se você não estivesse preparado a não entrar. Ari Lauro [Carneiro da Silva] me disse: "eu estou extasiado, aprendendo tudo de novo". Ele só não foi [atrás, recrutado] porque mostrei que não era o caminho da grande briga que tínhamos daí para a frente.[134]

A ânsia de Iara por atuação política pode ter ocorrido graças a uma insatisfação com a dificuldade de encontrar uma função dentro do MR-8. Este sentimento aparece nas cartas-diário de Lamarca. Ao responder à primeira carta que recebeu dela, ainda em 6 de julho, ele escreveu:

> Posso haver entendido mal o que você colocou como falta de condições – poderia ser falta de condições para militar no campo. Nesse caso, concordo contigo, e a nossa possibilidade de encontro ficaria mais remota ainda – mas o fundamental é mesmo as condições para a prática. Mas uma coisa te digo: não te preocupes que não existirá nunca uma "cabrita" (nossa gíria).[135]

Já em agosto, após receber as informações das dificuldades entre Iara e Felix, registrou:

> Estou chateado, mas espero que a nova perspectiva de militância para você num coletivo de maior nível possa atuar como fator positivo. [10 de agosto]
>
> Na realidade, está muito difícil nos aproximarmos, ao mesmo tempo nós dois precisaríamos nos encontrar. Antes da possibilidade de aprofundarmos a discussão de

[130] ANDRADE, s.d., op. cit.
[131] Cf. SANTOS, Gildenor Carneiro dos. *Religião, sociedade e educação*: a atuação do padre Demócrito Mendes de Barros em Serrinha (BA) (1950-1992). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.
[132] ARQUIVO NACIONAL. *Informe n° 3 NASV/SNI/69*. Brasília, 10 jan. 1969. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.83005155.
[133] ARQUIVO NACIONAL. *Informe n° 0164-78-SI/SI/DPF/BA*. Salvador, 21 jul. 1978. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.81002485.
[134] ANDRADE, s.d., op. cit.
[135] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-4.

> irmos juntos para uma nova área (aqui não é possível), vimos a de nos encontrar. (...) *Não sei como engajar você* – sei que não tem condições de engajamento no campo – conhecer coisa acaba te envolvendo – militância na cidade está dura em todos os aspectos – problemas de segurança e deslocamento – sem meios – muito trabalho a fazer no campo e falta de gente (falta de condições pessoais e de vontade, que não é o seu caso). (...) No entanto, a luta armada no campo, a deflagração não é possível a curto prazo e, embora você não tenha condições agora de fazer a guerrilha, teremos de abdicar de encontro nosso, porque daqui a dois anos (sou até otimista) deflagraremos a luta que você não tem hoje condições de participar. Não que você não queira, é que você não pode hoje e não sei da possibilidade de transformação sua, sua predisposição etc. [11 de agosto][136]

De acordo com Salgado, as dificuldades de encontrar funções para Iara estavam relacionadas a seu tratamento de saúde e à sua aparência. Como ela desejava resolver a questão da infertilidade, necessitava estar perto da clínica médica. Outro fator que, segundo ele, contribuiu para que não fosse deslocada para a área onde Lamarca se encontrava, foi seu aspecto "sulista": "era um lugar que não era uma selva, que você se escondia completamente. De vez em quando cê cruzava com mineradores, com garimpeiros. E isso, se um garimpeiro encontrasse a Iara, ou ia sair correndo achando que era uma assombração ou ia logo chamar a polícia, porque...".[137] A atividade planejada para ela estaria atrelada à futura área na divisa de Goiás com a Bahia, que ainda estava em via de ser adquirida pelo MR-8:

> Ela ia para o campo quando tivesse lá na divisa de Goiás, numa área mais protegida. Aí sim, aí eu admitia que ela fosse. A gente ia ter uma condição de que ela não aparecesse publicamente muito maior do que ali. Ali não tinha condições. (...) A gente não tinha definido ainda qual seria o papel dela. Eu achava que o papel dela lá no campo seria muito mais ajudar a gente a formular as coisas, a organizar, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista de formação de quadros e tal. Eu tinha uma visão de alocá-la muito mais como uma organizadora teórica dos quadros, que a gente tinha uma formação muito ruim.[138]

Apesar disso, as evidências apontam que ela estava insatisfeita por não ter atividade política. César Benjamin, que a visitava na casa de Feira, recordou: "tinha certa angústia ligada à doença, queria superar logo para ir para a área, inclusive porque não estava trabalhando conosco, apenas sendo guardada. (...) O sonho era ir para onde estava Lamarca".[139] Ele deixa implícito que Iara não gostaria de esperar até a criação da área em Goiás, porque se tinha a perspectiva de que o trabalho de recrutamento em Brotas de Macaúbas, onde estava o ex-capitão, levaria anos. Nas cartas-diário, Lamarca relatou tristeza de Iara ao conversar com César ("Paraíba"):

> Por que você chorou quando reuniu com o "Paraíba"? Lembro-me das injustiças que você sofreu no Ribeira, em que você não respondeu porque não havia condições no coletivo para entender. Mas você fez autocrítica. Ou você acha que "Paraíba" e cia.

[136] Ibid., p. B-11, grifos meus.
[137] SALGADO, 2020, op. cit.
[138] Idem.
[139] Idem.

> não têm condições de entender? A atitude correta não seria enfrentar a luta para criar condições? Se você concluiu que eles aí não têm condições de entender, você deve estar muito magoada e descrendo na organização. (...) Concretamente está a prática demonstrando que você é a pessoa que primeiro acendeu a luz na esquerda sobre as condições subjetivas da vanguarda e tem condições de contribuir neste sentido. No entanto, é preciso também ir à prática para concretizar, é preciso força interna na gente para concretizar isto na prática. Caso contrário, cairemos na lamentação. É preciso não esquecer que os muitos problemas que vivemos enquanto militantes são vividos por outros militantes, e são muitas as consequências para a massa e o movimento revolucionário.[140]

O trecho parece se referir à inquietação dela, diante de César – o militante responsável por sua custódia na Bahia –, para possuir alguma atividade política. Lamarca tenta compreender o motivo da fragilização de Iara e, ao mesmo tempo que a exalta pelo debate sobre a subjetividade do militante, chama sua atenção para que não caia em "lamentação" e "crie condições" para atuar na prática. Salgado recordou que, possivelmente a partir desta demanda, algumas tarefas foram designadas a ela: "eu acho que andou dando algumas tarefas pra ela, a tarefa de conversar com algumas pessoas, entender a linha política... Mas eu te digo que não tinham tarefas muito especificadas pra ela não".[141]

Contudo, tanto as possibilidades de militância quanto o tratamento médico e a estadia de Iara em Feira de Santana foram colocados em xeque com um fato inesperado, ocorrido em 6 de agosto de 1971: a prisão de José Carlos de Souza ("Kid"), que a havia conduzido à Bahia.

8.2 "De tanto amor viveu": a operação da Polícia Federal na Pituba

Em 29 de junho de 1971, representado pelo advogado Heleno Cláudio Fragoso – um dos mais importantes na defesa de presos políticos neste período –, David Iavelberg entrou com pedido de *habeas corpus* para Iara Iavelberg, sob a seguinte alegação: "foi a paciente presa por agentes de órgãos de segurança, segundo informações chegadas a seu pai, David Iavelberg, sem que até o presente momento qualquer comunicação de tal prisão tenha sido feita e sem que haja qualquer acusação de prática de crime político".[142] A seguir, o Comando do 1° Distrito Naval do Ministério da Marinha, o Comando da 3ª Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica e o Quartel-General do I Exército enviaram ofícios afirmando que Iara não se encontrava sob sua custódia – julgando-se, então, a petição improcedente.

Alguns dias depois, em 2 de julho, o Cisa distribuía aos demais órgãos de repressão informe sobre os banidos do Chile, apontando que circulava entre eles a notícia de que Iara teria

[140] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-12.
[141] SALGADO, 2020, op. cit.
[142] STM. *Habeas corpus 30.519*. Rio de Janeiro, 1 volume, 1971, fl. 2, p. 3.

sido presa no Brasil.[143] Maria Lúcia Carvalho, uma das amigas que se encontrava neste período em Santiago, relatou em entrevista a mim:

> Chegou uma notícia para a gente que a Iara teria sido presa. Nossa, e foi uma comoção. (...) A gente ficou arrasado, fizemos campanha lá fora pela libertação da Iara, eu me lembro que eu escrevi até um artigozinho, bem pequenininho, para um jornalzinho lá da época, falando que ela tinha sido presa, que ela corria risco de morrer torturada.[144]

Lamarca fez referência à provável origem do boato nas cartas-diário, em 1° de julho: "um aliado daqui ouviu na rádio de Tirana (Albânia), coisa de um mês, a notícia de que você, que é companheira de fulano, havia sido procurada pela repressão com grande aparato num lugar, mas que você se afastara antes".[145] Preocupada com a família, Iara pediu à Direção que lhes enviasse notícias.[146] Em depoimento atribuído a Teresa de Moura Cristina Peixoto, militante do MR-8, consta o seguinte:

> Perguntada se "Menininho" [César Benjamin] lhe pedira para realizar algum trabalho, respondeu que ele lhe pedira para passar um telegrama para Eva Iavelberg com os seguintes dizeres: "Evinha, tudo bem, continuo linda, beijos e abraços, Lalá". A depoente, ao passar o telegrama, havia omitido a palavra "Evinha", ficando de passar outro posteriormente, não o conseguindo. Perguntada se acha que esses dizeres eram um "código", respondeu que não, que o César deu a seguinte explicação: que Lalá era uma menina dada como desaparecida, cuja família não tinha notícias.[147]

Embora esteja grafado como "Lalá", provavelmente se tratava de "Iaiá". Não se sabe, no entanto, se Eva recebeu o telegrama. Até o período em que o telegrama fora enviado, provavelmente em meados de junho, a repressão não tinha conhecimento da presença de Iara e Lamarca na Bahia. Isto mudou com a prisão de José Carlos de Souza, em Salvador. Ele foi detido após ter sido apontado por uma pessoa na rua a agentes da Polícia Civil,[148] enquanto caminhava pelo Centro da cidade com César Queiróz, que conseguiu fugir.

---

[143] ARQUIVO NACIONAL. *Encaminhamento n° 304/CISA-RJ*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71034142.

[144] CARVALHO, 2020, op. cit.

[145] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-2.

[146] Lamarca se refere a este episódio nas cartas-diário, após ter sido informado por Iara na carta que recebera: "Foi ótimo você enviar notícias para a família pelo 'Fio', funciona como contrainformação e a repressão pensa que você está em São Paulo, imaginando a notícia do Rio como contrainformação. Agradeço a lembrança para o 'querido' sogro (embora garanta para ele um caminhão para trabalhar depois), mas a minha vingança contra ele vai ser quando ele se babar pelo mini (fogo é que vai ser a cara do 'Moraes' [Samuel Iavelberg])". O ex-capitão cita que garantiria ao pai de Iara um "caminhão" porque considerava o sogro "pequeno burguês", portanto, deveria encontrar uma forma de se redimir no pós-revolução. Ibid., p. B-4.

[147] I EXÉRCITO. Termo de perguntas ao indiciado - Teresa Cristina de Moura Peixoto. Rio de Janeiro, 6 set. 1971. In: STM. *Apelação 39.819*, Rio de Janeiro, 1973, v. 1, fl. 46, p. 105.

[148] José Carlos de Souza acredita ter sido apontado para os agentes por um militante do Oito de codinome "Pacote", chamado Carlos Orleans. Além disso, ele deu informações à repressão que permitiram chegar, semanas mais tarde, a Luís Antônio Santa Bárbara. No processo *Autos findos 90* (1975), acessado em primeira mão para esta tese, há anexado um documento que relatou como supostamente se deu esta prisão: "Comunico a V.Sa. que ontem dia 6/8/71, às 19 horas quando me dirigia para minha residência em companhia do colega Edson Moreira Conceição, na viatura da 7ª Delegacia, fui solicitado por um indivíduo conhecido por 'Chico', alegando ser da Polícia Federal, que nos pediu auxílio para prender dois indivíduos que iam com destino na Avenida Sete, por ser os mesmo

Destaco que a prisão de José Carlos de Souza não teve relação direta com a prisão de Solange Lourenço Gomes – lembro que o ocorrido com Solange se deu em abril e José Carlos só foi preso em agosto de 1971 –, como afirmou o documentário *Em busca de Iara*. Esta informação consta no relatório da Operação Pajussara, documento elaborado pelo CIE sobre as diligências entre o início de agosto e o meio de setembro de 1971. Neste aspecto, o filme incorporou acriticamente a versão de um documento parcial da ditadura, cujo objetivo era justificar e legitimar as ações empreendidas neste período. Além disso, a prisão do militante do MR-8, em agosto, foi resultado de, ao que tudo indica, um agente infiltrado na organização – dado que o CIE tinha razões para preservar.

Em interrogatório registrado oficialmente apenas como de 19 de agosto – mas que deve ser resultado de diversas sessões realizadas, sob intensa tortura, desde o início daquele mês –, José teria declarado: "na segunda quinzena de junho deste ano, o declarante foi incumbido por 'Dino' [João Salgado] de ir à Guanabara para ajudar na vinda de Carlos Lamarca e sua mulher Iara".[149]

Iara, angustiada pela perda de contatos em Feira de Santana, foi uma última vez à Serrinha, ao consultório de Hamilton Safira:

> Na última vez, ela disse "os meus contatos em Feira caíram todos. Me ajude, que quero voltar ao aparelho de Salvador". Estava muito assustada, preocupada. Eu também. Minha proposta: interna na fazenda de amigos. Também pensei em deixá-la em Milagres, de lá tomaria o ônibus para o Rio. Mas ela não quis, queria ir para Salvador, onde tinha os contatos. (...) Fiquei extremamente preocupado, estavam todos nos jornais. Só pedi que não voltasse a Salvador por segurança dela e do movimento. Ela tinha receita minha, podia cair, já tinha os cartazes...[150]

César Benjamin, que presenciou a prisão do companheiro, iniciou a desmobilização da estrutura sob sua coordenação e que era do conhecimento de José Carlos. Um destes locais foi Feira de Santana, onde, apesar de não saber a localização exata da casa, foi procurar por Iara,[151] conforme recordou:

---

subversivos e procurados pela Federal, avisando ainda que eram elementos perigosos e estavam armados, dirigi-me aos mesmos para prendê-los, um deles reagiu a bala, entrando em luta corporal na via pública, sendo que um deles conseguiu fugir depois de ter disparado à arma que portava, o que estava seguro por mim foi dominado a muito custo pelos outros colegas que compareceram na hora, apresentando o mesmo a essa Divisão cujo nome da carteira era MARIO ROCHA LAGO, conhecido por Caveirinha (...)". REIS, Waldemar. Comunicação. In: STM. *Autos Findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fl. 13, p. 27.

[149] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Termo de declarações de José Carlos de Souza. Salvador, 19 ago. 1971. In: STM. *Apelação 40.113*. Bahia, 1973, v. 2, fls. 580-583, p. 751-758.

[150] ANDRADE, s.d., op. cit.

[151] No documentário *Em busca de Iara*, César afirmou que o aparelho de Feira de Santana, do qual retirou Iara, jamais fora descoberto pela repressão. Esta informação, no entanto, não procede. De acordo com relatório elaborado pela Superintendência da Polícia Federal na Bahia, o aparelho foi invadido entre 14 e 15 de outubro de 1971. Após prenderem Nilson Venâncio, militante do MR-8, obtiveram a localização da casa, onde estava Irani das Graças, que também foi detida, junto com seus dois filhos. Felix Escobar havia feito viagem ao Rio dias antes,

> Minha avaliação foi que, se ele desse a informação à polícia, pelas características da Iara, físicas, a polícia localizaria. Feira era uma cidade média, muito empobrecida. Bastaria a informação de haver uma mulher sulista, branca, que a localizaria. Por outro lado, já tínhamos um apartamento em Salvador que era uma reserva de segurança, que ninguém conhecia a localização, nem eu, só as pessoas que moravam lá. Então foi minha opção trazer Iara de Santana e deixá-la nesse apartamento.[152]

O apartamento em questão ficava na Pituba, bairro considerado nobre em Salvador, a uma quadra da praia. Fora alugado pouco tempo antes, em 13 de maio, em nome de Lúcia Bernadeth Cunha, que lá residia com seu filho pequeno e a empregada doméstica Benedita. Seu companheiro Cantídio Dias de Freitas, advogado, a visitava periodicamente e constava, junto com sua outra esposa, como fiador no contrato de locação.[153] Depois de algum tempo, sua irmã Nilda Carvalho Cunha e o namorado Jaileno Sampaio da Silva também foram morar no apartamento – os dois eram militantes do MR-8, mas Lúcia afirmou não saber, à época, da extensão do envolvimento de ambos.[154]

Em interrogatório atribuído a Denilson Ferreira de Vasconcelos constam as supostas funções de Jaileno, de codinome "Raimundo", no Oito naquele período: "[a ele] competia assistir a seus contatos, guardar armas e munições, elaborar artigos para o jornal [*Avante*], fazer levantamentos dos bairros, arranjar locais para reuniões do grupo etc."[155] O documento é de abril de 1971, o que indica que a repressão tinha conhecimento de sua identidade e envolvimento político desde então. Nilda, por sua vez, não havia sido descoberta ainda e, ao que parece, os órgãos de segurança sabiam apenas seu codinome, "Adriana".[156] Talvez por este motivo o casal seguia vivendo com seus familiares.

Segundo as memórias de César Benjamin, o apartamento na Pituba era considerado "o recuo mais seguro que nós [MR-8] tínhamos".[157] Porém, nem todos os moradores da casa estavam a par disso.

Antes de ser preso, José Carlos de Souza estava desmontando seu aparelho na cidade de Salvador, uma vez que seria deslocado para a região onde estava Lamarca. Doou, então, alguns de seus móveis a Jaileno. Cantídio, companheiro de Lúcia, relatou ao documentário *Em busca*

---

não tendo retornado. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; BARRETTO, Edward Telles. Relatório de viagem n° 036/71. Salvador, 18 out. 1971. In: STM. *Autos Findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 163-164, p. 345-347.

[152] BENJAMIN, s.d., op. cit.

[153] In: STM. *Autos Findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 22-25, p. 45-51.

[154] CUNHA, Lúcia Bernadeth. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

[155] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Termo de declarações de Denilson Ferreira de Vasconcelos. Salvador, 2 abr. 1971. In: STM. *Apelação 40.113*. Bahia, 1973, v. 1, fls. 57-71, p. 117-145.

[156] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; SOUSA, Paulo Gomes de. Relatório final - Inquérito n°11/71. Salvador, 26 mai. 1971. In: STM. *Apelação 40.113*. Bahia, 1973, v. 1, fls. 409-455, p. 409-501.

[157] BENJAMIN, 1986, op. cit., p. 17.

de Iara: “eu cheguei em casa, já encontrei uns móveis, móveis diferentes. Eu falei: ‘o que é isso, Lucia?’. E ela disse: ‘olha, Jaileno fez questão de também cooperar e trazer alguns móveis para cá. Então para não ficar só em cima de você, ele trouxe algumas coisas que nós vamos usar’”.[158] Ele fez questão de ressaltar que não tinha qualquer engajamento, na entrevista concedida.

Em interrogatório atribuído a César Benjamin, há a informação de que ele teria ido a Feira um dia depois da prisão do companheiro, em 7 de agosto:

> No dia seguinte, o informante viajou para Feira de Santana onde encontrou “Manoel” [Felix Escobar], que o levou à sua residência, de olhos fechados, após ter dado várias voltas durante cerca de 40 minutos, com a finalidade de desorientá-lo. Dois dias após, retornou a Salvador, onde encontrou com “Orlando” [Jaileno Sampaio] em ponto de segurança no Rio Vermelho, sendo por ele levado para um apartamento na orla marítima.[159]

Iara teria sido levada ao apartamento alguns dias depois, após Nilda obter autorização com o cunhado Cantídio para abrigá-la. Foi a ela – e não a Jaileno – que Iara foi entregue, sob o codinome de “Liana”, conforme consta em interrogatório atribuído a Nilda: “a declarante foi apresentada a uma moça conhecida pelo codinome de ‘Liana’, apresentação esta feita por César Queiróz Benjamin, no ponto do Largo de Roma; a declarante levou ‘Liana’ para a sua residência; ‘Liana’ fez questão de ignorar o percurso”.[160]

Isto pode ter relação com um acordo feito entre Iara e Lamarca, e relatado por ele nas cartas-diário: “não conversei com o ‘Kid’ [José Carlos de Souza] sobre problemas morais na organização, mas sim da esquerda, fundamentando a nossa posição de você não morar com rapazes, nem eu com aliados P.B. [pequeno burgueses]”.[161] Possivelmente por este motivo, Jaileno relatou que possuía pouco relacionamento com Iara: “o contato maior dela, de conversar, era com a Nilda”.[162] Em interrogatório atribuído a ela há uma informação nesse sentido: “a declarante tem a impressão que ‘Liana’ vivia constantemente mudando de residência, pois ela em suas conversas deixava transparecer isto”.[163]

César, por sua vez, recordou de ter estabelecido laços fortes de amizade com Iara: “ela estava lá e nos aproximamos com facilidade, até pela nossa cara, nós tínhamos um pouco a

---

[158] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
[159] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Termo de declarações de César Queiróz Benjamin. Salvador, 11 set. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 73-79, p. 165-177.
[160] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Termo de declarações de Nilda Carvalho Cunha. Salvador, 28 set. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 109-111, p. 237-241.
[161] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-3.
[162] SILVA, Jaileno Sampaio da. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[163] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Termo de declarações de Nilda Carvalho Cunha. Salvador, 28 set. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 109-111, p. 237-241.

mesma cara". Ele apontou que a solidão foi um dos fatores que os aproximaram: "estava muito só, só tinha contato com os companheiros de lá [Bahia]. Eu conversava muito sobre isso com Iara, que se mostrou muito carinhosa. [Ela] vivia situação um pouco semelhante".[164] Ele lembra, no entanto, de uma certa apreensão por parte dela:

> Uma coisa que me lembro nela, um certo temor, completamente infundado, estando eu e ela lá sozinhos, de que não tivéssemos nenhum envolvimento. De minha parte não tinha, mas lembro que isso foi uma conversa que a gente teve. (...) Ela tinha medo que uma coisa dessas embananasse nossa relação. (...) O tema foi abordado de maneira muito agradável. Inclusive porque várias vezes dormimos no mesmo quarto.[165]

César seguia desmobilizando a estrutura conhecida por José Carlos, o que o tirava da casa por parte do dia. Iara, no entanto, ficava o tempo todo fechada. Em entrevista, Lúcia Bernadeth recordou:

> Eu me lembro dela como pessoa simples, muito educada, culta, lia muito, estava lendo um livro desta grossura, perguntei o que era, disse que era psicóloga. (...) Tinha a impressão de que ela não queria incomodar. Ela conversava muito pouco, também com Nilda. Às vezes, um papo na mesa. Mas ia para o quarto e conversar, muito pouco. Não usava nada de maquilagem. Só sentada e lendo.[166]

Jaileno tinha recordações similares: "ela ficava mais lendo e não se metia muito com os problemas da casa – compras, comida etc. Às vezes queria colaborar, a gente dizia que não precisava. (...) Iara era uma pessoa prestativa, mas não tinha nem como se envolver. Primeiro, por segurança. Depois, não conhecia o pessoal, nem a cidade".[167]

Enquanto isso ocorria na Pituba, José Carlos era interrogado sob muita tortura na delegacia da Polícia Federal, onde estava detido. Ao documentário *Em busca de Iara*, disse que precisava omitir dos torturadores a localização da área onde Lamarca estava por uma semana, para que houvesse tempo de que o local fosse esvaziado. Então, para ganhar tempo, ele teria dado uma informação que pensou ser inofensiva: disse que, após desmontar seu aparelho, doou os móveis para outro companheiro da organização, os quais foram levados em uma caminhonete alugada.

> Eu abri porque, é o seguinte: "com isso aqui, vou ganhar um tempo enorme. Uma caminhonete verde em Salvador...". De quando eu abri a caminhonete a quando eles acharam, levou 15 dias. Eu tinha que segurar a área de campo. Então, enquanto isso, essa caminhonete ia me dar esse tempo, que eles não iam ficar me interrogando todo dia, porque eles estariam com a pista quentíssima na mão.[168]

---

[164] BENJAMIN, s.d., op. cit.
[165] Idem.
[166] CUNHA, s.d., op. cit.
[167] SILVA, s.d., op. cit.
[168] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

No depoimento que concedeu a mim, deu mais detalhes sobre o processo de busca dos agentes pela tal caminhonete:

> Eu disse "olha, seguinte, eu fiz a mudança", porque eles insistiam em querer saber das outras pessoas. A Solange [Lourenço Gomes] tinha dito que eu conhecia essas pessoas, então eu disse "olha, eu fiz a mudança do meu aparelho para um outro aparelho numa caminhonete verde". Eu não disse onde foi que eu encontrei a caminhonete, eu disse que estava passando na rua. O que eu sabia naquele momento era que essa minha mudança, que era pouca coisa (...), ela seria feita do meu aparelho para um outro aparelho. E esse aparelho seria desativado. Então, na minha conta, eu disse "bom, eu abro isso, ele vai chegar nesse outro aparelho que tá desativado, daí eles vão ter que arranjar uma outra pista pra chegar no aparelho para onde o companheiro foi". (...) Bom, eles passaram mais uma semana. Então... é, mais de uma semana procurando essa caminhonete. Acho que uma semana depois mais ou menos, aí eu fui levado pra Polícia Federal porque acharam o cara com a caminhonete. Aí eu fui lá, eu vi que não era o cara, aí eu fiquei naquela coisa, cê fica alegre demais, "se foderam, eu me safei", aí o cara dizia "não, foi ele, foi ele". Aí eu disse "não, não foi ele não". Não sei, talvez tenha sido um jogo da repressão para me testar de alguma forma, mas o cara insistia que era e eles acreditaram em mim, não acreditaram no cara. (...) Daí eu continuei na Polícia Federal. Dois dias depois, me parece, mais ou menos, não foi muito tempo, eles encontraram o cara. Aí foi ele mesmo, então aí o cara dava detalhes que pegou... Mas daí ainda estava tranquilo, porque ele ia chegar em um lugar que era nada.

Todavia, não foi o caso. Jaileno havia enviado a caminhonete diretamente para o apartamento da Pituba, o que permitiu aos policiais descobrir sua localização. Segundo documentos da Polícia Federal, o veículo, uma "caminhoneta Fargo", foi encontrado no dia 11 de agosto.[169] Iniciou-se, então, o processo de montagem da operação – minuciosamente planejada, como apontam as fontes.

Atrás do Edifício Terezinha, e de frente para a praia, havia um terreno baldio. Moradores do prédio recordam que, alguns dias antes, alguns "hippies" montaram um acampamento, e lá permaneceram por cerca de um mês depois da efetivação do cerco. Tratava-se, no entanto, de policiais disfarçados. O grupo foi mencionado por Ana Maria Santos, em entrevista;[170] e por José Arthur Bagatini, morador do apartamento vizinho ao que Iara estava hospedada, décadas depois, em entrevista concedida a mim.[171]

A mando dos policiais, a empresa "Manfer", administradora responsável pela locação do imóvel, enviou um representante ao local sob alegação de que haveria um vazamento no apartamento:

> O representante (...) esteve no interior do referido apartamento e, de volta a esta chefia, relatou: que foi atendido por duas moças; não há móveis praticamente; os dois quartos estão fechados com chave, segundo disseram as moças; viu pneus usados e perto da

[169] BORGES, Amilton Nonato. Relatório. Salvador, 11 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 9-10, p. 19-21.
[170] SANTOS, Ana Maria. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[171] BAGATINI, José Arthur Moreira. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 3 dez. 2020. 1 arquivo audiovisual, 53'24", acervo pessoal.

> cozinha observou um livro ou documento com os seguintes dizeres *A concepção marxista do homem*.[172]

As duas moças eram, provavelmente, Lúcia Bernadeth e a empregada Benedita – Iara estava em um dos quartos trancados. Em entrevista, Lúcia menciona brevemente a visita de um encanador: "aluguei o apartamento na imobiliária. Ele [corretor] que me alugou o apartamento e eu soube que a Polícia Federal foi lá, fez média com ele e, através dele, mandou o encanador lá e depois soube que o encanador era agente".[173] Décadas mais tarde, seu companheiro Cantídio deu mais detalhes desta visita ao documentário *Em busca de Iara:* "a empresa que alugou, o rapaz foi lá para fazer uma vistoria no prédio. 'Diz que aqui na cozinha, na pia, que tá pingando embaixo'. 'Mas ninguém falou, ninguém me disse que estava...'. E levou o dia todo, quebrando, ou fazendo que estava quebrando algumas coisas".[174]

Além disso, Iara aparentemente estava com uma crise de asma e bronquite. Lúcia narrou: "ela também tinha um problema de olfato, não sentia nem cheiro, nem paladar. Ela que me falou, porque de vez em quando ia à farmácia, inclusive tomava injeções. Perguntei por que e ela me contou. Uma vez é que foi tomar injeção. Também precisava de remédio para o nariz".[175] Esta crise vinha desde a estadia em Feira de Santana, e foi recordada por Irani das Graças.[176] Lamarca também se referiu ao tema nas cartas-diário: "'Fio' me falou no remédio que você tomou contra bronquite e acho que se der crise, você deve tomar, porque se engordar no curto espaço, logo pode emagrecer – acho errado não tomar o remédio se precisar".[177]

A injeção que foi tomar na farmácia, portanto, foi em decorrência do agravamento desta crise – ou seja, sem relação com o tratamento para infertilidade. Cantídio e Nilda a acompanharam, quando, de acordo com suas lembranças, ele reparou outro fato estranho:

> Eu me lembro que, quando Iara me disse que estava com um princípio de asma, e que... Só um medicamento fazia efeito e que eu fui com ela à farmácia, Nilda me acompanhou. Na volta, eu chamei a atenção... Chamei a atenção de Nilda e não de Iara. Uma kombi, bem defronte ao apartamento, do outro lado, que levou o dia todo... O dia seguinte, não consertavam. "Pô, ainda está consertando aquele diacho daquele carro defronte".[178]

---

[172] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Plano de operação n° 02/71. Salvador, 19 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 18-21, p. 37-43.
[173] CUNHA, s.d., op. cit.
[174] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
[175] CUNHA, s.d., op. cit.
[176] MARTINS, 2020, op. cit.
[177] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-11.
[178] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

Estes eventos se deram no dia 19 de agosto de 1971, véspera do cerco. César Benjamin já não estava mais no aparelho, pois tinha rumado para o Rio de Janeiro, provavelmente entre os dias 17 e 18. Sem saberem que Salgado já havia informado Lamarca e os demais militantes da área rural a respeito da prisão de José Carlos, Iara e ele discutiam formas de alertá-los:

> Nenhum de nós sabia onde era a área, ninguém tinha acesso direito. Eu discuti isso com a Iara e decidimos que eu iria ao Rio acionar a direção, para ela ir à área, avisar da prisão do Zé Carlos. Discutimos o risco que isso implicava. Ela era pessoa muito procurada. (...) Ficou claro, quando saí do apartamento – o processo demorou dois dias –, que isso implicava num risco de segurança para Iara. Porque eu já sabia a localização do apartamento onde ela estava. E a nossa avaliação era que o único risco de segurança era comigo. Ninguém mais sabia.[179]

Segundo suas memórias, tratou-se de uma conversa comovente: "foi muito emocionante para nós dois tomarmos juntos a decisão. Para mim significava assumir o risco da viagem. E, para ela, o risco da minha prisão. Choramos muito e foi muito emocionante".[180]

O documento intitulado *Plano de operação* previa um grande cerco. Ao analisá-lo, há que se levar em consideração que pode ter sido elaborado após os fatos terem ocorrido. "Previa-se" a presença de cinco equipes, com agentes não apenas federais, como explicita a descrição:

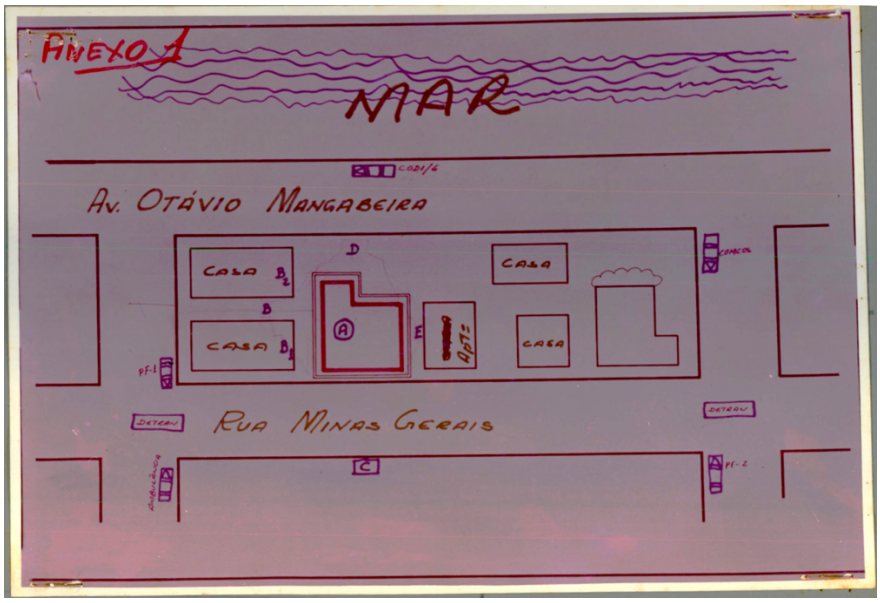
> 1) Composição dos meios:
> **Equipe A:** Agentes federais: Amilton [Nonato Borges], Heitor [Pereira Campos] e [Edward Telles] Barretto
> Duas metralhadoras
> Quatro granadas de gás lacrimogêneo
> Motorista policial - [Gustavo Rodrigues] Veras
> Caminhoneta Chevrolet com rádio - PF-1
> Um walkie-talkie
> Armamento portátil individual (revólver ou pistola)
>
> **Equipe B:** Quatro elementos dos Fuzileiros Navais
> Três metralhadoras
> Quatro granadas de gás lacrimogêneo
> Motorista - Waldemar [Nascimento]
> Caminhoneta Rural da Polícia Federal
> Armamento portátil individual (revólver ou pistola).
>
> **Equipe C:** Sargento Sampaio, do COMCOS [Comando Costeiro] e agente federal Emanuel [Cerqueira Campos]
> Duas metralhadoras
> Motorista - Antonio [não identificado]
> Carro Volks com rádio - PF-2
> Fotógrafos - Agentes federais Sebastião [Bastos Coêlho] e [José] Soares [dos Santos]
>
> **Equipe D:** Quatro militares do CODI/6 [Centro de Operações e Defesa Interna]
> Duas metralhadoras
> Caminhoneta Rural do CODI/6
> Motorista do CODI/6
>
> **Equipe E:** Dois militares do CODI/6
> Uma metralhadora

[179] BENJAMIN, s.d., op. cit.
[180] Idem.

Carro Volks do COMCOS
Motorista do COMCOS

2) Quatro guardas do DETRAN [Departamento Estadual de Trânsito]
Uma ambulância da PM/BA[181]

Figura 63: Croqui da operação no Edifício Santa Terezinha (A) feito pela Polícia Federal, 1971



Fonte: Acervo STM[182]

Nota-se que diversos órgãos de segurança, além da Polícia Federal, participariam do cerco. O armamento previsto também era de peso: 10 metralhadoras, além dos revólveres e pistolas portados por cada agente, incluindo oito granadas de gás lacrimogêneo. Chama a atenção ter sido disponibilizada apenas uma ambulância, em comparação com a quantidade de arsenal utilizado. A distribuição destas equipes foi esquematizada em um croqui (Figura 67), que determina que a Equipe A seria responsável por subir no edifício.

O documento cita as chefias de quais entidades estariam presentes, sem, no entanto, nomeá-las: "a operação vai ser dirigida pelos Chefes da 2ª Seção da 6ª RM [Região Militar] e do COMCOS, estando também presente o Delegado Regional da Polícia Federal".[183] O trabalho da Comissão Nacional da Verdade identificou algumas destas pessoas: o general Argus Lima era o comandante da 6ª Região Militar naquele ano; o coronel Luiz Arthur de Carvalho,

[181] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Plano de operação n° 02/71. Salvador, 19 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 18-21, p. 37-43.
[182] In: STM. *Autos Findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 34, p. 69.
[183] Idem.

delegado da PF na regional da Bahia; além do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, que chefiava a 2ª Seção da 6ª RM e o CODI-6.[184]

Nesse sentido, cabe refletir um pouco acerca dos órgãos de repressão e segurança. Apesar de ter havido tentativas anteriores de se constituir uma polícia federal, sua atuação encontrou empecilhos no federalismo incitado pela Constituição de 1946. Após o golpe civil-militar de 1964 e a nova Constituição de 1967 – que priorizou o poder executivo –, esta ideia foi retomada e colocada em prática com a criação oficial do Departamento de Polícia Federal, através do Decreto-Lei n° 200/1967.[185]

Não obstante fosse um órgão ligado a um dos ministérios "civis" da ditadura, o Ministério da Justiça, Soares apontou que militares da ativa ou reserva estiveram à frente do DPF: "o cargo de Diretor Geral do DPF foi por muito tempo ocupado por generais ou coronéis do Exército, em sua maioria ligados à área mais radical".[186] Isto se observa no caso da Bahia, cujo Superintendente, Luiz Arthur de Carvalho, era coronel do Exército.

Inserida na lógica de combate à "subversão", a PF tinha como principais funções a proteção das fronteiras e a atuação na censura, além de investigação e contribuição para coleta de informações e espionagem. No final da década de 1960, militares mais radicais acreditavam que "as secretarias de segurança pública estaduais não atuavam com eficiência, mostrando-se lentos e desaparelhados os seus departamentos de ordem política e social para combater as novas ações da guerrilha urbana. O mesmo se dizia da Polícia Federal".[187] Depois do AI-5, consolidou-se a criação do sistema Codi/DOI, na tentativa de suprir essa "deficiência", tendo como base principal a Oban, de São Paulo. Assim, os Codi eram "órgãos de 'planejamento e coordenação das medidas de defesa interna', dirigidos pelo chefe do estado-maior do Exército da área. (...) Compunham-se de representantes do distrito naval, da força aérea, da divisão local de ordem política e social, da Polícia Federal e da agência local do SNI, além, naturalmente, do Exército, que tudo comandava".[188]

A ação conjunta entre a PF e os demais órgãos de repressão, como os Codis, parece ter sido frequente. Entretanto, ao menos no caso da Bahia, essa "parceria" não parece ter ocorrido sem disputas, conforme veremos adiante.

---

[184] VEJA a lista dos 377 apontados como responsáveis por crimes na ditadura. *G1*, Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: http://glo.bo/3M3REWn. Acesso em: 8 mai. 2023.
[185] SOARES, Silmária Fábia de Souza. *Entre dados e controvérsias*: a influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, p. 76.
[186] Ibid., p. 80.
[187] FICO, 2001, op. cit., p. 111.
[188] Ibid., p. 122.

Embora não esteja descrito no *Plano de operação*, as memórias de José Ivan Dantas Pugliese – na época, militante do PCB que morava em Salvador, com sua madrinha Adelaide Figueiredo Bureau – apontam que em sua casa foi montado o "comando" da operação, com a presença dos chefes de todos estes órgãos, na Bahia.

José Ivan estava ligado ao setor do movimento sindical do partido e trabalhava na empresa química Titânio do Brasil (Tibras). A madrinha que o abrigava, por sua vez, era irmã do tenente-coronel Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa, então secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, uma das pessoas presentes nesta espécie de "Quartel General" (QG) criado na residência, que ficava na orla da Praia da Pituba, muito próxima ao Edifício Terezinha. Ele relatou:

> [No dia 20], eu ia pegar o turno das 8 às 16. Cheguei em casa por volta das 21 horas, vim da casa de minha namorada, entrei e fui para o meu quarto, que tinha entrada independente. Nisso, o Alfredo [Bureau, marido de sua madrinha] me chama e diz: "não conhecemos seus horários, eu quero pedir, você não pode sair, está preso aqui, porque nossa casa está sendo a sede das operações de prisão dos terroristas". Fui até a sala. Lá estava Joalbo, a polícia, aparelhagem, rádio, armas. Eles não sabiam nada de minha vida.[189]

Em entrevista a mim, José Ivan afirmou que muitas pessoas estavam presentes, apesar de só saber identificar Joalbo Figueiredo. Ao ficar sabendo que o cerco seria realizado no Edifício Terezinha, ficou angustiado, pois conhecia pessoas de esquerda que residiam no apartamento 402 – entre eles, Vladimir Oganauskas, do movimento estudantil de São Paulo e que havia fugido para a Bahia –, portanto, pensava que eles eram os alvos. No entanto, segundo o plano de operação aponta, os agentes esperavam encontrar militantes do MR-8 no apartamento 201:

> Foi localizado hoje o apartamento 201 na Rua Minas Gerais, n° 125, bairro da Pituba, onde, tudo indica, está servindo de "aparelho" para "Eduardo" [César Queiróz Benjamin] e "Dino" [João Lopes Salgado] e duas moças, os dois primeiros considerados de alta periculosidade pelo próprio "Rocha" [José Carlos de Souza], todos pertencentes também à organização MR-8.[190]

O pesquisador Wilson Pinheiro entrevistou um dos agentes federais que participou do planejamento e da execução do cerco, Emanuel Cerqueira Campos, então chefe do Setor de Diligências Especiais e do Setor de Inteligência da Delegacia de Polícia Federal da Bahia. Ele afirmou ter sido o responsável pelo levantamento de informações a respeito dos habitantes do Edifício Terezinha, argumentando que o processo teria levado três meses. A respeito de Iara,

[189] PUGLIESE, José Ivan Dantas. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[190] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Plano de operação n° 02/71. Salvador, 19 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 18-21, p. 37-43.

apontou que já a havia identificado entre as moradoras: "constatei a presença desta criatura que, depois que nós fizemos a análise, constatamos que era Iara Iavelberg. (...) Ela sempre se encontrava lá. E eu vou lhe dar um detalhe: ela usava sempre roupa preta. Ela saía e retornava constantemente".[191] Estes dados, no entanto, não se confirmam em cruzamento com os documentos da época, como o *Plano de Operação*, cujo objetivo era fazer um reporte interno. Emanuel, por sua vez, nesta entrevista que será analisada em outros momentos, deu respostas evasivas e incorretas, o que demonstra sua inconfiabilidade. Ainda assim, acredito ser importante examinar sua narrativa, por ser a única existente de um integrante dos órgãos de segurança.

Portanto, algumas hipóteses: a identificação final do apartamento parece ter ocorrido apenas no dia anterior, com a vistoria realizada pelo profissional da empresa administradora. A ideia de Emanuel de que se investigava o local há três meses não se sustenta, mesmo quando se leva em consideração a data do contrato de aluguel. Da mesma forma, ao que tudo indica, os agentes não esperavam encontrar nem Iara nem Carlos Lamarca no local – isso porque a informação que José Carlos possuía era a de que o último se encontrava no interior da Bahia, ao passo que a primeira estaria em Feira de Santana. As "duas moças" citadas devem ter sido descritas pelo suposto encanador, tratando-se, portanto, de Lúcia e Benedita.

A operação estava prevista para se iniciar às 5h30 da manhã do dia 20 de agosto de 1971 – e, de acordo com os relatos, foi o que de fato ocorreu. Neste horário, estavam dormindo no apartamento Iara, Nilda, Lúcia e seu bebê, Benedita e Jaileno. Este último rememorou: "quando invadiram o apartamento, pensou-se até que tinha explodido o botijão de gás, tinha um vazamento. Desceram todos, Nilda, Lucia, a criança. Ficamos eu e Iara. Não perceberam que ficamos. (...) Eles arrombaram a porta, metralharam a porta da cozinha e arrombaram a porta da frente. Jogaram bombas de gás".[192] Lúcia afirmou que foi ela quem pensou que se tratasse de explosão do botijão:

> Quando acordei com aquele estrondo, peguei meu menino (...). Não se enxergava nada na escada. Eles gritavam, "tem alguém mais lá?", e Nilda dizia que não. E eu, que pensava que era o bujão da cozinha, "Nilda, tem Jaileno, tem Jaileno". Ela "não tem". Depois ela disse "mas Lucia, que inocência, como é que você ia pensar que era o gás e os caras com metralhadora, revólver". Só lá fora é que eu atinei.[193]

O documento elaborado depois da ação, *Relatório de operações n° 002/71*, contou uma versão parecida, com alguns elementos que se destacam:

---

[191] CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Entrevista concedida a Wilson Mário Pinheiro. Santa Terezinha, 4 mai. 2023. 1 transcrição, acervo pessoal de Wilson Pinheiro.
[192] SILVA, s.d., op. cit.
[193] CUNHA, s.d., op. cit.

> A equipe A, já em posição no interior do edifício, nas escadarias, dominando as duas portas do apto. 201, foi reforçada por elementos das equipes C e E. O desenrolar da ação vai ser descrito do seguinte modo:
> - A equipe A conseguiu abrir as duas portas forçando-as com os pés; lançou uma granada lacrimogênea e voltou às posições de observação, aguardando que alguém saísse.
> - Minutos depois, a equipe D lançou pela janela do fundo duas granadas lacrimogêneas.
> - *Nesse momento, a fumaça produzida foi tão intensa que impediu a visibilidade e produziu fortes efeitos na equipe A, provocando inclusive que um elemento deixasse a metralhadora num dos batentes da escadaria, pois não foram usadas as duas máscaras emprestadas pela PM/BA.*
> - De repente, a equipe A foi surpreendida com três mulheres que se chocaram com alguns dos seus componentes na parte que começa a descer para o andar térreo. Uma delas trazia nos braços uma criança de meses. Uma quis retornar, mas a equipe conseguiu logo algemá-las e segurá-las. Foram conduzidas imediatamente para o andar térreo e daí para o local da viatura PF-1. Nessa altura, o fotógrafo da operação já usava o megafone acalmando os demais moradores, pedindo que todos abrissem as janelas e permanecessem em seus apartamentos; o mesmo ocorreu para os moradores de outras casas defronte ao edifício.
> - Apesar das ordens dadas pela equipe A, na suposição de que ainda houvesse elementos no interior do apartamento "aparelho", nenhuma resposta foi ouvida, nem percebeu-se qualquer movimento. *A equipe A foi obrigada a deixar momentaneamente o local devido aos efeitos do gás.*
> - Uma das moças presas terminou por informar que o seu namorado "Carlos" estava no apartamento.
> - Por isso, a equipe A voltou ao local com ela e a outra que se dizia empregada, algemadas, para que se pudesse fazer a entrada no "aparelho". Ainda nessa ocasião, um elemento da equipe foi ao local anterior, na parte mais superior da escadaria e recolheu a metralhadora INA que havia sido deixada no início da ação.[194]

Mesmo com todo o planejamento, observam-se falhas na realização da operação – como a reação dos agentes que invadiam o apartamento ao gás lacrimogêneo lançado por eles mesmos; e a negligência com o armamento, que fora abandonado na escada. A partir destas brechas, Jaileno e Iara escaparam. Ele pediu abrigo em outro apartamento, mas quando os agentes passaram a anunciar pelo megafone que se tratava de uma ação para prender terroristas, foi expulso pelos moradores e detido pelos policiais.[195]

Nenhum dos detidos disse aos agentes que haveria ainda uma moradora no apartamento, Iara. Nilda, depois de ter sido libertada, disse à irmã que tinha certeza de que "Liana" havia escapado do cerco.[196] O relatório prossegue afirmando que, após a prisão das quatro pessoas, iniciou-se a desmontagem da operação:

---

[194] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Relatório de operações n° 002/71. Salvador, 20 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 26-33, p. 53-67, grifos meus.

[195] A respeito deste momento, consta o seguinte no relatório: "quase que simultaneamente o morador do apartamento 401 informa que um rapaz ali havia entrado, quando ele (morador) abriu a porta pensando tratar-se de um incêndio. O rapaz ainda ajudou a fazer a ligação telefônica e foi ao banheiro lavar o rosto. Quando o morador ouviu o megafone anunciar que se tratava de uma operação de estouro de um 'aparelho' subversivo, colocou o rapaz para fora e fechou a porta". Idem.

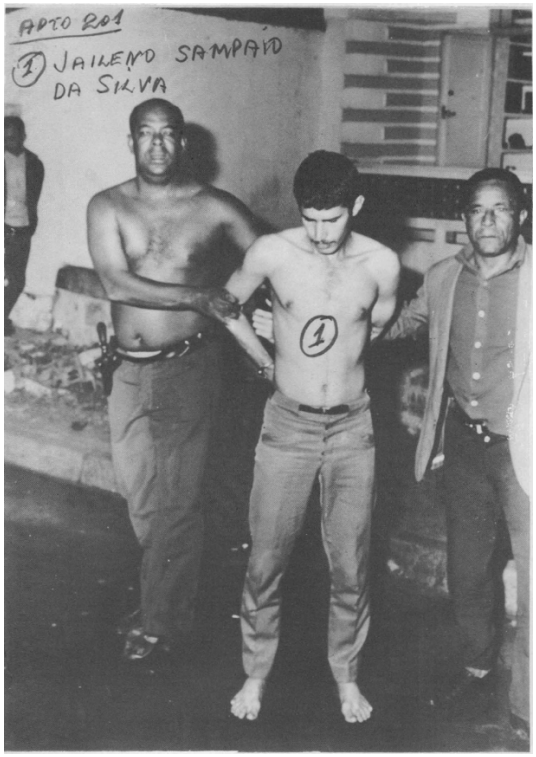
[196] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.

> - Continuou a equipe A, com os elementos de reforço, tentando a entrada no "aparelho" (...), o que veio realmente a ser alcançado, debaixo das maiores precauções e dos efeitos do gás.
> - Durante o desenrolar da ação da equipe A, as equipes B, D e E cerraram mais seus elementos, propiciando muito bem uma aproximação que permitiu ouvir a fala dos componentes da equipe A (reforçada) e, em alguns locais, a visão completa de todo o trabalho.
> - Os agentes encarregados da busca iniciaram o trabalho nas dependências do "aparelho"; arrecadaram o material constante da relação que vai anexa, sobressaindo o material encontrado no quarto da empregada.
> - (...) as demais equipes receberam ordens para se recolherem, ficando apenas a equipe de busca, nessa altura já um pouco modificada e acrescida de outros elementos e apoiada por elementos da equipe B.
> - *Determinou-se que haveria uma inspeção geral nos demais apartamentos, principalmente tendo em vista a possibilidade de existir alguma ligação de seus moradores com os do "aparelho". Esse trabalho, contudo, só foi realizado no apartamento 401*, no qual nada foi encontrado.
> - Perdurando os efeitos fortíssimos do gás, foi permitido que os demais moradores se retirassem dos seus apartamentos, indo para a rua ou casas situadas em frente ao edifício.
> - Por volta das 7 horas foi concluído o estouro do "aparelho" (...).[197]

Por não terem realizado a inspeção geral nos outros apartamentos, os agentes não encontraram Iara que, ao que tudo indica, havia pulado para a residência vizinha (apto. 202) pela área de serviço, localizada nos fundos do edifício – sem ser vista pela Equipe D, que observava o local a partir da avenida da praia.

[197] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Relatório de operações n° 002/71. Salvador, 20 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 26-33, p. 53-67, grifos meus.

Figura 64: Jaileno Sampaio sendo preso, 20 de agosto de 1971



Fonte: Arquivo Nacional[198]

Figura 65: Foto da traseira do Edifício Terezinha, aproximada no andar dos apartamentos 201 e 202

Fonte: Arquivo Nacional

Na Figura 69, é possível observar que a mureta da sacada traseira era comum aos dois apartamentos, feita com cobogó. Utilizando-os como apoio para os pés, estima-se que Iara

[198] ARQUIVO NACIONAL. *Relatório da Operação Pajussara*. Salvador, 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041397.

passou de um lado para o outro, chegando na dependência de serviço, composta com um quarto e um banheiro.

No 202, residia uma família paulista: Jandira Moreira Bagatini, seu marido Humberto Bagatini e três filhos – entre eles, José Arthur Moreira Bagatini, à época, com 16 anos. Em entrevista concedida a mim, o último recordou que, naquele dia, só ele e sua mãe se encontravam em casa; o pai e os irmãos haviam viajado para São Paulo. Depois que o cerco terminou, os moradores foram orientados a abrir as janelas:

> Ficou aquele cheiro em todo o prédio, principalmente no meu apartamento que era no mesmo andar, ficou aquele cheiro de gás lacrimogêneo que é horrível. Aí eu fui abrir, eu e minha mãe fomos abrir as janelas. A gente nem sabia do que se tratava na verdade. Daí a gente foi abrir as janelas, para circular o ar. Quando eu vou no quarto da empregada... (...) quando eu abro a porta, eu vejo a Iara lá dentro, estava com uma arma na mão e ela fez o sinal pra *mim* ficar quieto. Não ameaçou, ela fez assim "psiu". Ela não ameaçou, não teve nenhum incidente nesse sentido. Ela só pediu pra *mim* ficar quieto. Daí eu cheguei para minha mãe, eu fechei a porta e falei com a minha mãe. "Mãe, olha, tem uma mulher com uma arma aí dentro do banheiro". Aí minha mãe ficou meio apavorada, não sabia o que fazer, eu falei "olha, eu não sei"... A gente achava que a polícia já tinha ido embora.[199]

Posteriormente, ele adicionou um detalhe importante no desencadeamento dos fatos: "a porta desse banheiro, ela estava com um problema que ela tinha que apertar ela pra baixo, tipo de um gatilho, para ela abrir. Mas só estava abrindo por fora. Quem estava dentro do banheiro não conseguia abrir. A gente já sabia que estava com defeito, a gente nunca fechava a porta".[200] Esta informação aparece também no relatório feito pela PF: "a mãe do rapaz mandou avisar que a fechadura do sanitário estava defeituosa e só podia ser aberta por fora".[201] Por este motivo, José Arthur, ao fechar a porta, impediu que Iara conseguisse sair; isso a manteve presa enquanto ele e sua mãe discutiam o que fazer diante daquela situação.

Segundo seu relato, os dois recorreram a um amigo da família, Demóstenes, que morava em outro prédio das proximidades. Ao compartilharem o ocorrido com ele, receberam imediatamente a orientação de denunciarem a presença de Iara à Polícia Federal. Todos os elementos da narrativa de José Arthur coincidem com a descrição feita no relatório da PF.[202]

---

[199] BAGATINI, 2020, op. cit.

[200] Idem.

[201] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Relatório de operações n° 002/71. Salvador, 20 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 26-33, p. 53-67.

[202] "Por volta das 07.40 horas, a Delegacia de Polícia Federal recebeu telefonema do Agente Emanuel, informando que no apartamento 202, vizinho e situado no mesmo andar, no banheiro do quarto da empregada, havia um homem ou uma mulher armado de revólver. Incontinenti foi determinado que os agentes permanecessem em vigilância enquanto o Cel. Luiz Arthur retornava ao local a fim de orientar a ação de captura daquele elemento. Os agentes Emanuel e Barretto receberam aquela informação de D. Jandira Moreira Bagatini, moradora do apartamento e que já se achava no passeio em frente ao edifício, em razão do que já foi dito linhas atrás. Seu filho José Arthur Bagatini, ao sair, atendendo pedido de sua genitora em obediência às instruções recebidas, foi até o quarto de empregada para abrir as janelas e basculantes. Ao abrir a porta do sanitário do quarto de empregada foi surpreendido com uma pessoa apontando um revólver e exigindo, com o dedo na boca, que ele não falasse,

De acordo com o documento, parte da equipe, que já havia sido dispensada, foi deslocada novamente para o edifício:

> Desta delegacia, por ordem telefônica do cel. delegado, saiu um reforço constituído pelos agentes Vilas Bôas e motorista policial Veras. Assim, nossa equipe foi distribuída do seguinte modo:
> a) Agente Barretto, vigiando pelo lado de fora, os fundos do edifício.
> b) Agentes Emanuel, Veras, Vilas Bôas, orientados diretamente pelo cel. Luiz Arthur, na cozinha e área interna do apartamento 201 – "aparelho" já estourado, com visão perfeita sobre a porta e basculante do sanitário onde devia estar escondida a pessoa vista pelo rapaz. A porta e basculante estavam fechados.[203]

Quando os policiais subiram, os moradores foram retirados das casas, esperando a conclusão da ação em frente ao prédio. O relatório descreve o que supostamente sucedeu a partir de então:

> Primeiramente, lançou-se uma granada lacrimogênea no quarto de empregada. (...) Observou-se também que o gás não estava agindo no interior do sanitário. Usa-se então o lançador de granada inerte, que permite apenas furar o basculante. Logo a seguir, ouve-se uma voz feminina dizendo "eu me entrego". Aguardou-se qualquer movimento da porta, durante uns cinco minutos, mas nada aconteceu. Ao lembrar-se que a fechadura estava defeituosa, o cel. Luiz Arthur orientou para que ela abrisse o basculante e colocasse as mãos para fora, a fim de que o agente Emanuel pudesse abrir a porta. Como isso não tivesse sido atendido, usou-se novamente o lançador de granadas inertes para fazer novo furo no basculante, que viesse facilitar o lançamento de uma granada lacrimogênea.[204]

O agente Emanuel, em entrevista recente, mudou a versão. Inicialmente, insinuou que não participou do cerco de madrugada, tampouco da invasão ao sanitário onde Iara estava presa. Seu argumento era de que sua atuação estava limitada à coleta de informações, sem qualquer participação em operações, prisões ou interrogatórios. Confrontado pelo pesquisador Wilson Pinheiro, que lhe apresentou o documento que cita seu nome, ele reconheceu que estava naquele momento, acrescentando outros elementos:

> Ele já morreu, vou lhe relatar um fato, que ele não consta aí. *A Iara atirou em Luiz Arthur* [sorri, pausa]. *Quando eu subi com o Luiz Arthur para constatar o fato, para depois relatar mais ao pessoal como seria desenvolvida a operação*, mais ou menos a distância como daqui na porta, de um apartamento para o outro, e*la atirou em Luiz Arthur e correu para o sanitário*. *Justamente o sanitário que a criatura*... (...) O tiro foi dado e eu tinha recebido de um amigo que trabalhava na Coca Cola aqueles emblemazinhos, um chaveiro. Aquilo ali... Eu disse "ó, coronel, eu não vou precisar disso [risos], eu não tenho carro" na época, então... E ele chegou e colocou aqui [aponta para a cintura]. *Uma fatalidade, o tiro bateu em cima da... Do chaveiro! Aí foi que tomamos a iniciativa de pularmos*, porque... Foi dado o tiro, aí é que cita a granada rarefeita, que nós jogamos.[205]

---

fechando em seguida a porta. O rapaz, certamente pelo estado nervoso em que se encontrava sua genitora, retardou em informar o ocorrido com ele, que também possivelmente não estava em condições normais diante do que acabara de presenciar, e acrescida ainda da circunstância de seu pai estar viajando. Assim que o rapaz narrou o episódio para sua mãe, esta imediatamente transmitiu aos agentes Emanuel e Barretto". Idem.

[203] Idem.

[204] Idem.

[205] CAMPOS, 2023, op. cit., grifos meus.

Mais à frente no depoimento, ele afirmou que Iara não se comunicou com nenhum agente e que a versão, constante no relatório, de que ela teria dito "eu me entrego" seria completamente falsa.[206]

Ressalta-se que tanto o documento da Polícia Federal quanto o relato de José Arthur Bagatini, o garoto que encontrou Iara no sanitário, mencionam o fato de a fechadura estar quebrada, abrindo apenas por fora. Dessa forma, como Bagatini bateu a porta ao encontrá-la, ela estava impossibilitada de abri-la e, portanto, sair do banheiro e atirar nos agentes. Minha hipótese é que o ex-agente tenha criado essa versão, mediante a repercussão do caso pós-ditadura, para justificar as ações de reprimenda posteriores, como o lançamento de gás lacrimogêneo.

Figura 66: Parte de trás do edifício Santa Terezinha, com apontamentos feitos pela autora

Fonte: Arquivo Nacional

[206] Idem.

Este fator, especificamente, chama a atenção: foram lançadas três granadas de gás lacrimogêneo, uma no quarto de serviço e duas no banheiro – o qual, de acordo com José Arthur Bagatini, era muito pequeno, com cerca de 2 m^2. Os documentos consultados para esta pesquisa não incluíam plantas dos apartamentos anexadas, apenas algumas fotos do exterior do edifício. Com o passar dos anos, muitas modificações foram feitas no local – observadas no documentário *Em busca de Iara* –, restando poucos elementos construtivos da época.

Apesar disso, é possível fazer algumas conjecturas a partir das fontes disponíveis. Na fotografia editada (Figura 70), elaborada com relatos dos moradores e outras imagens, apontei três estruturas: a) em verde, a parte de trás do apartamento 201, onde Iara estava hospedada; b) em amarelo, a área do 202; c) em vermelho, as sacadas de cada apartamento, divididas por uma fina parede vertical, com a baixa mureta feita de cobogó. Identificadas com linhas tracejadas com as cores correspondentes a cada unidade, estão as portas que davam acesso às respectivas cozinhas. A seta amarela apontou o local, oculto na foto, onde havia a janela basculante do banheiro de serviço do 202, no qual Iara estava trancada.

As letras indicam as posições prováveis dos agentes federais, de acordo com o que demonstra o relatório: A) entre a mureta de cobogó e a porta para a cozinha – ou seja, dentro da varanda; B) dentro da cozinha, com visão para a porta do quarto de serviço, cuja janela (também basculante, não seguindo o padrão do edifício) se vê aberta na imagem, acima da seta; C) em cima das telhas que cobriam o vão depois das varandas, área que provavelmente, se estivesse descoberta, daria para o estacionamento. Os pontos A e C possuíam visibilidade da janela que dava para o banheiro; o ponto B tinha perspectiva da porta do quarto – que, segundo o documento da PF, foi aberta depois que se verificou que a bomba lá lançada não fazia efeito no sanitário, que também tinha a porta fechada.

Se a janela basculante do banheiro seguia o mesmo padrão da do quarto, visível na foto, possuía a parte passível de abertura feita de madeira, com as laterais imóveis de vidro –, dessa forma, estima-se que era possível enxergar o interior do banheiro. Isso deve ter sido potencializado com os furos feitos para jogar as granadas de gás.

A respeito do gás lacrimogêneo, alguns estudos indicam os efeitos que pode causar quando inalado em grande quantidade. O termo "gás lacrimogêneo" se refere a uma família de cerca de 15 compostos químicos. No entanto, o mais utilizado até os dias atuais foi o primeiro a ser criado, em 1928, pelos químicos Ben Corson e Roger Stoughton – a ortoclorobenzilmalononitrila –, chamado de CS. Os autores apontam que "este agente é disseminado na forma de uma fumaça ou neblina de gotículas minúsculas, que entram no corpo

via inalação, agindo sobre os receptores sensoriais na pele e mucosa, causando sensação de queima e lacrimejamento".[207] De acordo com o texto, a "toxicidade é dependente da dose e do tempo de exposição", além de ser influenciada pelo ambiente no qual foi difundido – em locais fechados, observam-se efeitos mais agressivos. As reações físicas previstas são:

> 1) Efeitos Imediatos
> - Olhos: produção lacrimal excessiva, ardor, visão turva, vermelhidão;
> - Nariz: corrimento nasal, ardor, inchaço;
> - Boca: ardor, irritação, dificuldade em engolir, salivação;
> - Pulmões: aperto no peito, sensação de engasgamento, respiração ruidosa (pieira), falta de ar;
> - Pele: queimaduras, erupção cutânea;
> - Outros: náuseas e vômitos.
> 2) Efeitos após exposição prolongada ou a dose elevada
> - Cegueira;
> - Glaucoma;
> - Morte imediata devido a queimaduras químicas na garganta e pulmões;
> - Edema pulmonar;
> - Parada respiratória, podendo levar à morte.[208]

Chamo a atenção ainda para outro ponto importante: as gotículas de CS pulverizadas podem chegar às vias pulmonares. Nesse sentido, no caso de pessoas afetadas por asma brônquica sob efeito do gás, "é possível que um ataque asmático ocorra em indivíduos suscetíveis. Foi também reconhecido que o aumento da taxa e a profundidade de respiração que ocorre no indivíduo sob estresse pode, além disso, conduzir a uma maior inalação de CS".[209] Considerando que Iara estava tendo uma crise de asma e bronquite, parece plausível supor que o gás desencadeou – em grande quantidade, em ambiente pequeno e fechado – efeitos severos, afetando inclusive sua mobilidade.

José Arthur Bagatini recordou que o cheiro forte permaneceu em sua casa por dias, forçando-o, junto com sua mãe, a ficar fora do apartamento por ao menos uma semana.[210] O odor se espalhou para outras unidades; Evandir Rocha Costa, zeladora do edifício na época, relatou: "o gás foi terrível. 15 dias depois, os olhos ainda ardiam".[211]

Dessa forma, quando lhe foi pedido colocar as mãos para fora do basculante como sinal de rendição – se de fato isto ocorreu como descrito no *Relatório de Operações* –, Iara poderia estar com dificuldade de se movimentar, diante dos efeitos do composto químico. Contudo, o documento redigido pelo médico legista Charles Pitex – o rascunho do exame cadavérico – não

[207] RAZUCK, Fernando Barcellos; RAZUCK, Renata Cardoso S. R. Pulverizadores de agentes químicos – a química no gás lacrimogêneo e spray de pimenta. *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, 2020, p. 7.
[208] Idem.
[209] Ibid., p. 8.
[210] BAGATINI, 2020, op. cit.
[211] COSTA, Evandir Rocha. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

traz nenhum apontamento sobre o estado dos pulmões e vias respiratórias de Iara, o que não permite afirmar se houve alguma lesão em decorrência do gás.[212] Não se sabe se, na versão final do laudo necroscópico, há alguma referência a isso, dado que o documento sumiu – aspecto este que será tratado mais à frente.

Após supostamente não atender a ordem de rendição dos agentes federais, foi disparado um tiro contra Iara, provavelmente através das aberturas feitas na janela. Neste momento, então, os agentes teriam destrancado a porta do banheiro, deparando-se com Iara agonizando com um ferimento de bala no peito. Toda a estrutura da operação havia sido desmontada, portanto, não havia ambulância. De acordo com Paulo Rezende, morador do apartamento 301, os agentes pediram a ele que prestasse socorro: "vinham sustentando ela pela cabeça e braços, outro pelas pernas. (...) Vieram um policial ao meu lado e um atrás, com ela deitada, a cabeça no colo dele, ele amparando a cabeça com o braço para não bater. Ela respirava. Não gemia, não dava para ouvir a respiração. Silêncio total no carro. Eu ia correndo muito". Segundo ele, porém, ainda durante o trajeto um dos agentes teria anunciado: "quando chegou na curva da Amaralina, o de trás falou, 'não adianta mais correr, ela acabou de morrer'".[213] No colo de um policial federal, Iara faleceu.

Figura 67: Iara Iavelberg, s.d.

Fonte: Arquivo Nacional[214]

[212] INSTITUTO MÉDICO LEGAL-NINA RODRIGUES; PITEX, Charles René. Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg. Salvador, 24 ago. 1971. In: ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê - Iara Iavelberg.* São Paulo, 27 mar. 1996. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.313.
[213] REZENDE, Paulo Andrade. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[214] ARQUIVO NACIONAL. *Fotografias - Operação Pajussara*. Salvador, 1971. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.165.

Aos 27 anos, em Salvador, na Bahia, Iara Iavelberg foi assassinada na manhã do dia 20 de agosto de 1971.

8.3 "Esses sim, os sonhos por haver, é que são o cadáver":[215] a geladeira e a ala dos suicidas

> Pode ser que para outro mundo eu possa levar o que eu sonhei.
> Mas poderei eu levar para outro mundo o que me esqueci de sonhar?
> Esses sim, os sonhos por haver, é que são o cadáver.
> Enterro-o no meu coração para sempre, para todo o tempo, para todos os universos.[216]

A morte de Iara não representou o fim de sua história com a ditadura, com as esquerdas, com sua família e com Carlos Lamarca. Ao contrário, simbolizou o início de um novo capítulo de violências e disputas, dessa vez tendo como centro o seu *cadáver*.

Ivan Pugliese recordou que, após "oficialmente" encerrado o cerco próximo à sua casa, saiu com o objetivo de ir ao trabalho. Enquanto estava no ponto aguardando o ônibus, ouviu as bombas novamente e voltou correndo para a residência de sua madrinha, onde ainda estavam Joalbo Figueiredo e algumas pessoas da operação. Ele afirmou que os ouviu, na sala, quando chegou a notícia de que Iara havia sido baleada: "o pessoal começou a se abraçar e dizer 'acabou, acabou, acabou'. Me espantou o 'acabou, acabou', me marcou. Espantou não, me marcou".[217]

O vizinho Paulo Rezende, que conduziu o corpo de Iara até o hospital, relatou:

> Chegamos no Pronto Socorro do Estado, Getúlio Vargas, no bairro de Canela. Quando chegamos com o corpo, um médico veio examinar, providenciaram uma maca, e disse "está morta". Veio um médico e pediu para preencher uma ficha. O federal veio comigo, pediu para pôr numa ala separada e nada de preencher ficha. Me disseram: "você está liberado".[218]

Este "federal", de acordo com o *Relatório de operações*, era o próprio Emanuel Cerqueira: "o carro deixou o local dirigido pelo proprietário [Paulo Andrade Rezende] levando o corpo da moça, o agente Emanuel e o motorista policial Veras. Ao regressarem ao local, informaram que o médico de serviço constatou que a moça já estava morta e por isso ia mandar o corpo ao Instituto Médico Legal".[219]

---

[215] CAMPOS, Álvaro de. Na noite terrível. 1928. In: PESSOA, Fernando. *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Ática, 1944 (imp. 1993).
[216] Idem.
[217] PUGLIESE, José Ivan Dantas. Entrevista concedida de forma remota à autora. São Paulo, 19 fev. 2021. 1 arquivo audiovisual, 52'49", acervo pessoal.
[218] REZENDE, s.d., op. cit.
[219] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Relatório de operações n° 002/71. Salvador, 20 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 26-33, p. 53-67.

Em entrevista recente, contudo, Emanuel contou outra versão. Só confirmou que de fato estava no carro, depois que o pesquisador que o entrevistava leu o trecho do documento a ele, que disse: "não tinha... Não há sinal de vida nenhum. E sabe por quê? Porque... [pausa]. Ela bateu a porta. Na época. Nós descemos para falar com a senhora, certo, para autorizar nós abrirmos. Então quando nós chegamos, ela já estava falecida. Não sou médico, mas pela aparência...".[220] A preocupação em ressaltar que a moradora do apartamento vizinho, Jandira Bagatini, permitiu a entrada dos agentes em sua residência está também no relatório – provavelmente como tentativa de prevenir os agentes de sofrerem represália por não possuírem autorização oficial para isto. Ao juntar os dois tópicos, Emanuel demonstra preocupação em enquadrar suas ações nos meandros da lei.

Outra memória do ex-agente que se mostra improcedente é a de que Iara havia sido identificada antes do início da operação. Os rascunhos do exame cadavérico realizado no IML Nina Rodrigues indicam que as autoridades não sabiam de quem se tratava. Nos campos relativos a dados básicos, vários foram preenchidos com "ign.", ou seja, "ignorado": seu nome, profissão, estado civil, naturalidade, filiação, instrução e religião.[221]

As fontes encontradas revelam troca de correspondência entre os órgãos de segurança de Salvador e os de São Paulo e Rio de Janeiro, em busca da confirmação de quem seria aquela pessoa. Na bolsa em que levava consigo, Iara possuía documentos com nomes falsos diferentes: Clara Reicher e Maria Lúcia Ribeiro dos Santos. Curioso observar que a Polícia Federal buscava a primeira e o Codi-6, a segunda. O último remeteu telex à agência do SNI do Rio de Janeiro no mesmo dia 20:

> Hoje às 5:30h da manhã pessoal CODI-6 estourou aparelho Pituba (Bairro-Salvador). Preso Jair Lemos Sampaio, do MR-8 e uma moça. Após diligências, quando se processava verificação outros apartamentos edifício, foi constatado outra moça estava escondida um deles, armada. Momento agentes entraram no aposento prendê-lo, ela deu um tiro em si [sic] vindo a falecer a caminho/hospital. Em sua bolsa foi encontrado a carteira de identidade da Guanabara (possivelmente falsa) de Maria Lúcia Ribeiro dos Santos filha de Guilherme dos Santos e Helena Ribeiro dos Santos. Havendo informações essa Agência referente subversivos apreço solicito remeter.[222]

À primeira vista, nota-se que o órgão reivindica a autoria da operação para si. Ressalto que – ainda que fosse comandado pelo major Nilton Cerqueira, militar do mesmo regimento do coronel Luiz Arthur, chefe da PF –, segundo o *Plano de operação* analisado, o Codi-6 forneceu

[220] CAMPOS, 2023, op. cit.
[221] INSTITUTO MÉDICO LEGAL-NINA RODRIGUES; PITEX, Charles René. Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg. Salvador, 24 ago. 1971. In: ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê - Iara Iavelberg.* São Paulo, 27 mar. 1996. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.313.
[222] ARQUIVO NACIONAL. Informação n° 149/SNI/ASV/71. Salvador, 16 set. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71038777.

apenas seis militares. Nenhum deles, de acordo com o documento, estava presente no momento do assassinato de Iara. Ademais, o fato de enviarem o nome de Jaileno incorretamente e identificarem Nilda Cunha apenas como "uma moça" parece refletir pouco conhecimento a respeito das investigações conduzidas pela PF – e, por conseguinte, a atuação separada dos dois órgãos.

A agência do SNI do Rio respondeu ao telegrama, afirmando que a única informação que possuía a respeito de "Maria Lúcia Ribeiro" era de que tal nome teria sido utilizado por Dilma Vana Rousseff, mas que esta se encontrava presa em São Paulo desde junho de 1970.[223]

Já a PF, além do nome "Clara Reicher", demonstra que tinha sob sua custódia o cadáver de Iara e as fotografias apreendidas com ela. Em ofício de 21 de agosto, um dia depois do assassinato, o agente Emanuel Cerqueira, em comunicação com o Rio de Janeiro, já tinha conhecimento sobre o nome de Iara e o local onde esta havia tirado as fotos 3x4 encontradas em seu poder (Figura 71).[224] A identidade foi confirmada neste mesmo dia em correspondência enviada pelo CIE: informaram que o Instituto de Identificação Felix Pacheco (da Polícia Civil do Rio de Janeiro) havia feito cruzamento entre as cópias datiloscópicas retiradas do cadáver e aquelas colhidas em 1968, quando da prisão de Iara em São Paulo, resultando equivalentes.[225]

Dessa forma, descobriu-se que a mulher morta em um banheiro de serviço no bairro da Pituba era Iara Iavelberg, ninguém mais, ninguém menos que – na perspectiva da repressão – a companheira de Carlos Lamarca, o homem mais procurado do Brasil naquele período.

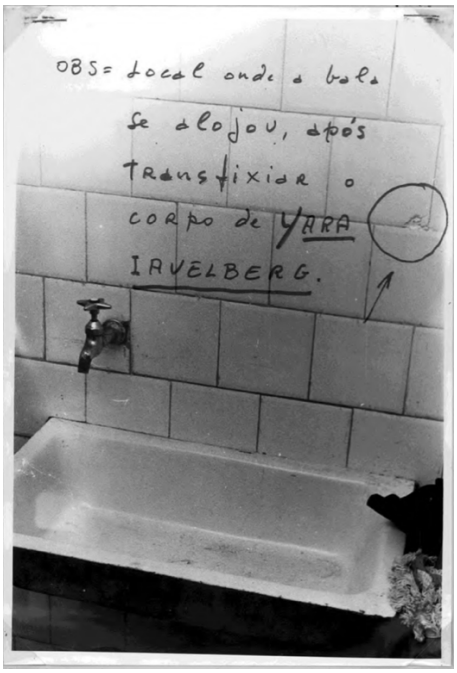
Esta constatação provocou mudanças na forma como a investigação estava sendo conduzida e ratificou a criação de uma "versão oficial" fictícia para a causa da morte de Iara: a de que ela havia se suicidado. Tal versão já havia começado a ser contada informalmente para acobertar a responsabilidade da Polícia Federal no caso, sobretudo para os moradores do Edifício Santa Terezinha, quando Iara foi retirada baleada do local. O *Relatório de operações* já incorporara essa narrativa ao relatar, depois do último gás lacrimogêneo lançado pela janela:

> Aguardou-se novamente mais um minuto, quando ouviu-se um estampido vindo do interior do sanitário. O agente Emanuel abriu logo a porta, encontrando o corpo de uma moça perdendo sangue, caído sobre o vaso sanitário e um revólver calibre .38 caído no chão. O cel. Luiz Arthur, agentes Veras e Vilas Bôas puxaram o corpo para dentro do quarto, notando-se o orifício de um tiro exatamente na altura do coração. Enquanto o agente Emanuel providenciava recolher o revólver. 38, protegendo-o com

[223] Idem. O *Estado de Minas*, em 2012, noticiou erroneamente que a identidade encontrada seria de Dilma Rousseff. Não foi o caso: havia uma fotografia de Iara no documento, que apenas – não se sabe se por coincidência ou não – utilizava o mesmo nome. JERÔNIMO, Josiê. SNI encontra RG falso de Dilma. *Estado de Minas*, Minas Gerais, 27 jun. 2012. Disponível em: https://bit.ly/42n3VLg. Acesso em: 11 mai. 2023.
[224] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Relatório. Salvador, 21 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fl. 41, p. 83.
[225] CIE; COUTINHO. Telex urgente. Rio de Janeiro, 21 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fl. 53, p. 117.

um pedaço de papel e colocando-o em cima do colchão, bem como duas bolsas que a suicida portava.[226]

Figura 68: Suposta fotografia do banheiro onde Iara foi baleada



Fonte: Arquivo Nacional[227]

Figura 69: Segunda suposta fotografia do banheiro onde Iara foi baleada

Fonte: Arquivo Nacional[228]

[226] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Relatório de operações n° 002/71. Salvador, 20 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 26-33, p. 53-67.
[227] ARQUIVO NACIONAL. *Fotografias - Operação Pajussara*. Salvador, 1971. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.165.
[228] Idem.

Mesmo mudando a versão para suicídio, o relatório não se preocupou em disfarçar a alteração da cena "do crime" feita pelos agentes: Iara não foi retirada apenas para que se prestasse socorro; o revólver supostamente utilizado por ela também teria sido retirado do local onde estava caído originalmente, o mesmo para a bolsa. Essas são as alterações que foram descritas; só se pode imaginar o que não foi.

O documento ainda menciona a presença da Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública – "que atendeu imediatamente ao chamado e procedeu também o exame do local" –, mas não há nenhum exame de perícia anexado ao processo. Há apenas duas fotografias, apontadas como sendo do sanitário, mas que são muito aproximadas e não dão conta de mostrar todo o espaço. No mais, registram apenas um buraco de bala, sem que se mostre o projétil encontrado.

Não há nada que demonstre que as fotografias foram tiradas de fato no local do crime, apenas as indicações manuscritas – a própria indicação do número do apartamento encontra-se rasurada, indicando que antes lia-se "201". Nada se vê do ambiente como um todo ou dos adjacentes. Não é possível ter referências sobre onde se encontrava a porta e a janela basculante. Ademais, considerando que de fato este seja o banheiro no qual Iara foi baleada, há uma divergência quanto à versão oficial apresentada pelo relatório: o suposto local onde a bala se alojou está em cima da pia, disposta de maneira perpendicular ao vaso sanitário. O documento afirmou, no entanto, que Iara se encontrava caída no vaso.

A então proprietária do apartamento, Shirley de Freitas Silveira – que o alugava para a família Bagatini –, em entrevista ao documentário *Em busca de Iara*, recordou do que viu algum tempo depois, quando visitou o local: "dois dias depois, quando eu fui lá, ainda estavam as marcas na parede, dos furos de bala. Morreu entre a pia e a parede, onde estavam os tiros encravados. E tinha sangue no piso e na parede".[229]

O vizinho Paulo Rezende, que socorreu Iara, relatou que pediu para olhar o local: "pedi para ver a porta e não tinha marcas. Não houve tiro além do dela".[230] Em sua perspectiva, a única possibilidade de os policiais terem atirado seria pela porta; como ele recordou que esta não apresentava defeitos, em sua crença se consolidou a versão do suicídio.

Por não haver exame de perícia e registros fotográficos adequados do local, acreditava-se que o disparo de fato havia sido feito através da porta. Contribuiu muito para esta narrativa a publicação de uma reportagem no jornal *O Globo*, de autoria do jornalista Bernardino Furtado,

[229] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
[230] REZENDE, s.d., op. cit.

de 1996. Segundo Furtado, um médico militar, Lamartine Andrade Lima, lhe havia relatado que, mais de 10 anos antes, em 1981, teve um paciente amargurado em seu leito de morte. Este seria Rubem Otero, do Corpo de Fuzileiros Navais:

> Com muita amargura e dizendo-se discriminado por ter sido membro ativo da repressão, o sargento [Rubem Otero] assegurou ter atirado com uma metralhadora contra a porta do banheiro de empregada onde Iara se escondera. Segundo ele, logo depois dos tiros, ao perceber que não havia movimento dentro do cômodo, abriu a porta com um pontapé e se deparou com uma mulher agonizando.[231]

Anos depois, ao documentário *Em busca de Iara*, Lamartine Andrade negou ter dado esta declaração ao repórter.

O *Plano de operação* de fato previu a presença de quatro Fuzileiros Navais na equipe B, embora não sejam especificados seus nomes.[232] Já o *Relatório de operações* indica que, após concluído o cerco inicial, quando as equipes foram dispensadas, "alguns elementos ainda foram retirados para reforço da equipe C, a fim de aprofundar a busca e guardar o 'aparelho'".[233] Este seria o único indício de que algum fuzileiro poderia ter permanecido no local, mas parece frágil. Ademais, ao relatar o momento no qual Iara foi encontrada, o documento cita apenas agentes da Polícia Federal.

Há a possibilidade de que se tenha ocultado o nome de Rubem Otero, justamente por haver sido ele o autor do disparo; porém, acredito não ser o caso, com base nas seguintes evidências: a) os presentes só recordaram da presença de agentes da PF neste segundo momento, e um fuzileiro naval decerto se destacaria dos demais; b) as fontes apontam para que o tiro tenha sido dado pela janela, e não pela porta, como ele teria relatado; e c) o jornalista Furtado publicou sua matéria tendo apenas a narrativa de uma testemunha indireta, que supostamente havia ouvido Otero mais de uma década antes. Dessa forma, minha hipótese é de que esta versão não procede.

A respeito do calibre da arma que efetuou o disparo, o relatório indica que tenha sido um revólver .38; além disso, alega-se que Iara carregava outro em sua bolsa, supostamente de calibre .22. No processo, consta um ofício de autoria de Joalbo de Figueiredo, secretário de Segurança Pública, dirigido ao coronel Luiz Arthur de Carvalho, no qual informa:

> Encaminho a V.Sª os laudos de exames periciais de números 1248, 4250 e 1252, relacionados com a morte de uma pessoa do sexo feminino, ainda não identificada (...), acompanhando os mesmos as seguintes peças: *Revólver marca Taurus, calibre*

---

[231] FURTADO, Bernardino. Depoimentos contestam versão de que Iara Iavelberg se matou. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1996, p. 14.
[232] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Plano de operação n° 02/71. Salvador, 19 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 18-21, p. 37-43.
[233] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Relatório de operações n° 002/71. Salvador, 20 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 26-33, p. 53-67.

> *38, registro n° 43.785; Revólver marca Rossi, calibre 22, registro n° 335.364*; 27 cartuchos de calibre 22; 16 cartuchos de calibre 38; *1 cápsula de calibre 38*; 1 blusa; 1 par de sapatos; *1 projétil*; 1 sacola; 4 carteiras de identidade.[234]

Alguns dias depois, outro ofício foi enviado, mencionando outros laudos, possivelmente referentes à cena do crime: "encaminho a V.Sa. os anexos laudos periciais números 1266 e 1291, concernentes ao fato recentemente verificado no apartamento 202 do edifício Santa Terezinha (...)."[235]

Tais documentos, em primeiro lugar, permitem inferir que foram feitos exames periciais, não só do local, como também possivelmente do revólver .38, da cápsula e do projétil listados acima. Nenhum destes laudos, contudo, está anexado ao inquérito – que depois se constituiu no processo analisado. Em ofício de 20 de outubro – quase dois meses depois do primeiro –, Joalbo comunicou a Luiz Arthur que teria havido um erro na arma periciada pelo Instituto de Investigação Criminal Afrânio Peixoto (Icap):

> Os esclarecimentos anexos (...) prendem-se ao equívoco cometido no expediente n° 1.285, enviado a essa Delegacia Regional em 24 de agosto último e por V.Sa. apontado no ofício n° 1.334, de 12 do mês andante. *Efetivamente o aludido revólver marca TAURUS, calibre 38, para aí com outros enviados, tem número de registro 237.845 – e não 43.785, segundo foi, equivocamente, consignado no laudo n° 1.248.*[236]

Figura 70: Suposto revólver portado por Iara Iavelberg no dia de sua morte, 1971

Fonte: Arquivo STM[237]

[234] SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. BARBOSA, Joalbo de Figueiredo. Senhor Delegado... Salvador, 24 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fl. 44, p. 121.
[235] SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. BARBOSA, Joalbo de Figueiredo. Senhor Delegado... Salvador, 3 set. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 57, p. 133.
[236] SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. BARBOSA, Joalbo de Figueiredo. Senhor Delegado... Salvador, 20 out. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fl. 173, p. 365.
[237] INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL AFRÂNIO PEIXOTO; PIRES, Roque Cerqueira. Informação n° 251. Salvador, 15 out. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fl. 174-175, p. 367-369.

Consta também um documento do perito criminal Roque Cerqueira Pires, do Icap, reconhecendo o erro, com fotografia do revólver com o número "correto" anexada.[238] Destaco que ele era primeiro-tenente-médico do Corpo de Intendentes da Marinha.[239]

Este suposto equívoco, aliado à ausência dos laudos no inquérito/processo, não parece mero acaso: os números de registros apontados não têm nenhuma similaridade que possa justificar a confusão, e colocam em xeque a credibilidade do processo de manejo das provas.

A ocultação de documentos que tratem das iniciativas para esclarecimento do que ocorreu com Iara se estende também ao próprio laudo necroscópico, que jamais veio a público ou sequer foi entregue à família Iavelberg. Apenas na década de 1990, através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Cemdp), o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR), de Salvador, liberou o rascunho do exame cadavérico, feito pelo médico legista Charles Pitex. Tal fonte forneceu informações importantes para o descarte definitivo da versão do suicídio. As anotações do médico sobre as dimensões exatas do orifício deixado pela bala permitiram a Daniel Romero Muñoz, médico e professor de Medicina Legal da USP, conduzir uma nova perícia, utilizando armamento e munição da época para reproduzir os disparos e determinar a distância com que foram feitos. Constatou-se, então, que o ferimento era incompatível com um tiro de contato, utilizado nos casos de suicídio, quando a vítima apoia a arma em si mesma para atirar. O laudo conclui:

> A lesão de entrada constatada pelo médico-legista no corpo de Iara Iavelberg mostra características diversas das dos tiros suicidas, fato que o fez interrogar a informação de suicídio que lhe foi fornecida pelo Distrito Policial. Note-se que, pela descrição, o médico-legista chama de zona de queimadura a um halo que circunda o orifício de entrada do projétil e que é bem delimitado, tanto que foi possível medi-lo com bastante precisão (15 mm de diâmetro). Verificando-se uma das fotos de Iara, feita no necrotério, notou-se a presença de um halo escuro em torno da lesão de entrada, provavelmente correspondente à descrição supracitada. Essas características são condizentes com a denominada zona de contusão (ou escoriação) e enxugo, que é produzida pelo projétil, **não** se tratando, portanto, da zona de chamuscamento de pelos que ocorre nos tiros a queima roupa (curtíssima distância). (...) nos tiros a longa distância, a vítima é atingida apenas pelo projétil e a lesão de entrada apresenta somente a zona de escoriação e enxugo. Desse modo, as características da lesão de entrada, descritas pelo médico-legista, são compatíveis com um tiro a longa distância, uma vez que não apresenta nenhuma outra zona de contorno, o que descartaria a hipótese de suicídio.[240]

Um fato importante mencionado no laudo tardio de Muñoz é que, no rascunho do exame cadavérico original, o então médico legista Charles Pitex, no campo de causa da morte, preencheu com "suicídio?", desconfiando da narrativa apresentada pelos oficiais presentes no

[238] Idem.
[239] MARINHA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1971, Jornal de Serviço, p. 6.
[240] MUÑOZ, Daniel Romero. *Laudo médico-legal*. São Paulo, 16 mai. 2005. Acervo de Samuel Iavelberg, p. 25-26, grifos originais.

cerco ao edifício.[241] Embora não se tenha acesso à versão final do laudo necroscópico, a mesma dúvida foi reproduzida no atestado de óbito, cujo campo "duração da enfermidade" foi preenchido da seguinte forma: "morte violenta (suicídio?)".[242] Possivelmente por não terem conseguido dissuadir o médico de incluir esta pergunta no laudo e fazer com que acatasse a versão oficial de suicídio, o documento foi ocultado.

Em outro tópico específico do exame – e aparentemente irrelevante –, a repressão parece ter influenciado o julgamento médico. No rascunho, Pitex escreveu: "hímen circular com [ilegível] complacente, rotura afetando grande parte do quadrante inferior direito". Chama a atenção, porém, estar rasurado com um grande X, com um apontamento: *anular*.[243]

Em 16 de setembro de 1981, dez anos após o falecimento do casal, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em um especial de reportagens sobre o aniversário de morte de Carlos Lamarca, publicou o seguinte: "os exames cadavéricos feitos na Bahia indicaram tratar-se de uma virgem, mas as dúvidas foram desfeitas pelos legistas e com o reconhecimento feito pelos seus pais, no necrotério de Salvador. Aquela mulher era Iara Iavelberg".[244] Em reportagem do dia seguinte, 17 de setembro, constata-se que a informação foi dada pelo já coronel Nilton Cerqueira, que em 1971 era chefe do Codi-6. Dessa vez, o periódico cita sua fala direta em relação ao episódio:

> Após a necrópsia, verificamos a sua identidade: Iara Iavelberg, participante de organizações terroristas e conhecida como amante do ex-capitão Carlos Lamarca. Essa identificação inclusive trouxe contestação local, porque, na época, o médico-legista da Bahia declarou ao nosso comandante, general Argus Lima, que o cadáver era de uma virgem e, portanto, não poderia ser a amante de um terrorista. É bom esclarecer que, depois, o médico-legista disse que a mulher era possuidora de hímen complacente.[245]

Chama-se "hímen complacente", supostamente, quando a membrana elástica posicionada na entrada da vagina não se rompe por completo quando há relação sexual com penetração. Atualmente, profissionais da saúde, majoritariamente, não consideram o hímen como "indicador" eficaz de virgindade, dado que grande parte das mulheres vive com partes da membrana pelo resto de suas vidas, mesmo após terem tido relações. A partir da década de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) têm

---

[241] INSTITUTO MÉDICO-LEGAL NINA RODRIGUES; PITEX, Charles René. Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg. Salvador, 24 ago. 1971. In: ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê - Iara Iavelberg.* São Paulo, 27 mar. 1996. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.313.
[242] INSTITUTO MÉDICO-LEGAL NINA RODRIGUES; PITEX, Charles René. Atestado de óbito - Iara Iavelberg. In: APESP. *Prontuário - Iara Iavelberg,* s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Prontuário n° 100.461.
[243] INSTITUTO MÉDICO-LEGAL NINA RODRIGUES; PITEX, Charles René. Rascunho - Exame Cadavérico de Iara Iavelberg. Salvador, 24 ago. 1971. In: ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê - Iara Iavelberg.* São Paulo, 27 mar. 1996. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.313.
[244] BAFFA, Ayrton. A morte de Lamarca em pleno sertão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 set. 1981, p. 9.
[245] BAFFA, Ayrton. Começa o grande cerco ao guerrilheiro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1981, p. 16.

advogado para que os chamados "testes de virgindade" sejam considerados uma violação dos direitos humanos.[246] Apesar de tais informações passarem a ser difundidas mais recentemente, estudiosas do assunto apontam que "o fato de que a relação sexual não causa alterações ao hímen é reconhecido pela ciência médica há mais de 100 anos".[247]

No caso de Iara, a presença física do hímen supostamente teria servido de empecilho para a identificação de seu cadáver como sendo seu: a "amante de um terrorista" não poderia ser virgem, como disse o militar Nilton Cerqueira. Aqui, perpetuaram-se duas noções: a de que o hímen de fato seria indicador da vida sexual de uma mulher e a associação direta entre comunismo e sexo, através da ideia de que uma mulher comunista não poderia ser virgem.

Há uma dualidade a qual foram e são submetidas muitas mulheres: ao mesmo tempo que são esquecidas e destituídas de voz, os corpos femininos são onipresentes "no discurso dos poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda natureza – quadros, esculturas, cartazes – que povoam as nossas cidades". Contudo, "esse corpo exposto, encenado, continua opaco. Objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor que encobre seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca da feminilidade".[248] Enquanto seu corpo era colocado sob escrutínio médico e moral, Iara já não mais podia intervir. Demonstra-se, então, que a violência de gênero perpetrada pela ditadura alcançava também suas vítimas fatais, no pós-morte.

Nesse sentido, é interessante observar as falas de alguns dos homens envolvidos na operação e nos procedimentos com o cadáver. Em entrevista na década de 1980, Luiz Arthur de Carvalho, então delegado da PF na Bahia, afirmou que Iara "era bonita, uma beleza judaica, muito alva".[249] O próprio médico legista Charles Pitex, um mês depois da morte de Iara, em declarações publicadas n'*O Globo*, disse: "ela era linda e continua muito bonita".[250] Iara continuaria bonita, porque, depois de finalizado o exame, o cadáver foi submetido a um procedimento de embalsamento.

Já no *Relatório de operações*, determinou-se: "por ordem da Direção do CODI-6, para que outras investigações e diligências não venham a ser prejudicadas, foi proibida qualquer

[246] UNITED Nations agencies call for ban on virginity testing. *World Health Organization*, Geneva, 17 out. 2018. Disponível em: https://bit.ly/41UCibx. Acesso em: 20 mai. 2023.
[247] PLITT, Laura. Virgindade, o mito do hímen rompido que persiste no século 21 sem base científica. *BBC News Brasil*, 23 abr. 2022. Disponível em: https://bbc.in/3nWNbLU. Acesso em: 14 mai. 2023.
[248] PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 13.
[249] CARVALHO, Luiz Arthur de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
[250] CELI, Maria. Médico-legista diz que o corpo pode durar anos com o embalsamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 1971, ed. vesp., p. 4.

divulgação de notícias sobre os fatos, pela imprensa, rádio e televisão".[251] Tal orientação parece ter relação direta com um evento ocorrido em 21 de agosto, um dia após a morte de Iara, no Leblon, bairro do Rio de Janeiro. Durante a noite, foram pegos numa blitz simpatizantes do MR-8 que conduziam César Queiróz Benjamin a um aparelho; no carro estavam as cartas-diário que Lamarca escrevera para Iara.[252]Dias antes, César fora a um ponto com João Salgado, recém-chegado da área onde o ex-capitão se encontrava, e recebera as cartas que deveriam ser entregues a Iara em Salvador – que já estava morta, mas eles não sabiam.[253]

César conseguiu fugir do cerco, mas os três companheiros foram presos e os documentos apreendidos, incluindo as cartas. Lamarca encerrou o último registro, de 16 de agosto, com os seguintes dizeres:

> Quero que você tenha cada vez mais interiorizado que te amo muito, que preciso encontrar-me com você, pois morro de saudade, mas se for preciso adiar nosso encontro até que haja condições de nos encontrar. Prefiro flexionar, a você vir, poder ser envolvida pela dinâmica, para reunir comigo num puta areal e mato seco, onde não teríamos condições de aprofundar nada, e com perigo de sermos vistos – seria rápido e mal feito. Por que a pressa em te locar agora em que nada está definido? Pressa com você e cuidados com a DG [Dissidência da Guanabara], o que é isso? Te amo, te adoro – segue esta carta impregnada de amor –, *vou te ver, nem que seja a última coisa na minha vida* – mil beijos do teu Cirilo.[254]

Com a letra inconfundível de Lamarca e breves descrições geográficas sobre o local onde se encontrava, os órgãos de repressão não tardaram em compreender do que se tratava. Em 23 de agosto, mesma data na qual o cadáver de Iara foi identificado, agentes do Cenimar da Guanabara levaram os documentos pessoalmente à Polícia Federal da Bahia.[255] Eles não foram os únicos agentes de outros estados a se deslocarem à Bahia; José Carlos de Souza, que permanecia preso em Salvador, recordou que, depois da morte de Iara, passou a ser interrogado por outras figuras: Sérgio Fernando Paranhos Fleury, chefe do Dops de São Paulo e Abílio Correa de Souza, agente do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), da Guanabara. Estas autoridades se deslocaram para aquele estado, mediante a alta probabilidade de que se encontrasse Lamarca.

Nesse sentido, além dos motivos comuns que levariam os agentes a manterem determinadas partes das ações em segredo, para que não se comprometesse o restante da

---

[251] DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL; CARVALHO, Luiz Arthur de. Relatório de operações n° 002/71. Salvador, 20 ago. 1971. In: STM. *Autos findos 90*. Bahia, 1975, v. 1, fls. 26-33, p. 53-67.
[252] ARQUIVO NACIONAL. *Informe n° 0995/SC-3*. Rio de Janeiro, 13 set. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83007774.
[253] BENJAMIN, s.d., op. cit.
[254] O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-12, grifos meus.
[255] ARQUIVO NACIONAL. *Carta-diário de Carlos Lamarca para sua amante Iara Iavelberg*. Rio de Janeiro, 1971. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.167.

investigação, havia a expectativa de que Lamarca viria "reclamar" o corpo de sua amada – com base em suas últimas frases na carta.

Porém, Nilton Cerqueira afirmou ao *O Estado de S. Paulo*, dez anos depois dos fatos, em 1981, o contrário: que a repressão temia que o ex-capitão tomasse conhecimento da morte de Iara.

> Era importante manter a morte de Iara, e conhecimento de sua identidade, sob sigilo. Sabíamos que éramos vulneráveis, porque a participação da população no evento da morte de Iara foi aberta, todo o edifício e os moradores da vizinhança onde estava o aparelho, tomaram conhecimento da ação policial. (...) Temíamos que o fato chegasse ao conhecimento do Lamarca. Posteriormente, viemos a saber que, quatro dias depois da morte de Iara, a Rádio Havana, de Cuba, tinha noticiado sua morte. (...) Então, com premência de tempo, tivemos que levantar dados, imaginar, planejar e executar a operação em busca de informes, o que foi feito seguindo para a cidade de Brotas de Macaúbas.[256]

Entretanto, ainda na época, Charles Pitex deu uma declaração divergente: "ele recebeu ordem para embalsamá-la [Iara], porque as autoridades tinham esperanças de que Lamarca aparecesse, ou alguém do seu bando".[257]

Em 26 de agosto, um telegrama do Consulado dos Estados Unidos em Salvador foi enviado para a Secretaria de Estado do país, em Washington, com prioridade, informando que prisões feitas na Bahia aproximavam a repressão de Carlos Lamarca. Os dados teriam sido passados diretamente ao cônsul estadunidense, em sua casa, pelo coronel Evandro de Lima Araújo, do Comando Costeiro. O documento trata da prisão de José Carlos Rocha e da morte de Iara Iavelberg – referida como suicídio[258] – e, a respeito da última, há um trecho de especial relevância:

> Coronel Lima Araújo disse que Iara era uma grande influência na vida e formação ideológica de Lamarca, e que quando Lamarca souber de sua morte, ficará profundamente perturbado e possivelmente mais vulnerável à captura. O coronel também acredita que Iara era mais influente dentro da elite subversiva que o próprio Lamarca e que, enquanto a eliminação de Lamarca teria maior impacto público, a morte de Iara é mais danosa ao movimento subversivo.[259]

---

[256] BAFFA, Ayrton. Começa o grande cerco ao guerrilheiro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1981, p. 16.
[257] CELI, Maria. Médico-legista diz que o corpo pode durar anos com o embalsamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 1971, ed. vesp., p. 4.
[258] No entanto, o documento destaca a rendição de Iara, anterior ao suposto suicídio – o que soa contraditório: "Yara locked herself in a servant's bathroom and agreed give herself up only after three tear gas grenades thrown through window. When authorities opened bathroom door she shoot herself in chest and died shortly thereafter". ROUNTREE, William M. *Lamarca in Salvador Area*. Brasília, 26 ago. 1971. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository, Brown University Library, p. 3, tradução livre.
[259] "Colonel Lima Araujo said Yara was major influence in Lamarca's life and ideological formation, and that when Lamarca learns of her death he will become deeply disturbed and possibly more vulnerable to capture. The colonel also believes Yara was more influential within subversive elite than Lamarca himself and that, while Lamarca's elimination would have greater public impact, Yara's death is more crippling to subversive movement itself". Ibid, p. 3-4, tradução livre.

A despeito da evidente supervalorização de Iara perante as autoridades estadunidenses, o que chama a atenção é, mais uma vez, a tentativa de utilizar sua morte para facilitar a captura de Lamarca.

Portanto, para que fosse conservado por mais tempo, o cadáver de Iara passou pelo procedimento de embalsamento. Ressalto que, a esta altura, seus familiares não tinham conhecimento sobre sua morte e não autorizaram que o método fosse aplicado. Ainda que não fosse mais religiosa, a tradição judaica na qual ela estava inserida proíbe a realização do procedimento. Isso porque, de acordo com o antropólogo Marjones Pinheiro, "para que ele seja feito, o sangue, que é considerado parte da estrutura do corpo, precisa ser drenado e isso também é interpretado como uma forma de mutilação, proibida pelas leis judaicas".[260]

Assim, nota-se que o corpo de Iara fora reduzido a um objeto perante os repressores. Essa redução parece a extensão de uma perspectiva já existente enquanto Iara ainda estava viva: como já dito, a ditadura "institucionalizou" a "política do apêndice" de Lamarca, da qual ela julgava ser vítima dentro das organizações. O fato de o ex-agente Emanuel Cerqueira, em entrevista recente − e previamente citada −, concedida ao pesquisador Wilson Pinheiro, se referir a ela como "criatura" em mais de uma ocasião é um forte indicador desse fato.[261] Ademais, sua desumanização é demonstrada ainda mais quando seu cadáver é utilizado como "isca" para atrair a verdadeira pessoa de interesse: Carlos Lamarca.

Por outro lado, a entrevista d'*O Globo* com Charles Pitex revela outro tópico interessante: o médico legista não afirmou em nenhum momento que Iara tenha se suicidado. Ele se limitou a dizer que "a causa da morte de Iara foi uma bala calibre. 38, que entrou pelo tórax, varou o coração e saiu pelas costas".[262] É provável que isso tenha ocorrido dado o seu conhecimento de que o ferimento de Iara tinha características incompatíveis com um tiro de suicida.

Diante dos dados analisados, a versão oficial de suicídio, porém, parece ter sido orquestrada conjuntamente por autoridades federais e estaduais, civis e militares. Minha hipótese é que a narrativa tenha sido criada pelos agentes da PF, com aval do então delegado coronel Luiz Arthur de Carvalho – que estava presente no momento do disparo –, com o objetivo de convencer os moradores que aguardavam nas proximidades do Edifício Santa Terezinha. Deve ter havido comunicação entre Carvalho e o tenente-coronel Joalbo Figueiredo,

[260] PINHEIRO, Marjones J. X. *Morte e judaísmo:* transformações ao longo do tempo em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, p. 55.
[261] CAMPOS, 2023, op. cit.
[262] CELI, Maria. Médico-legista diz que o corpo pode durar anos com o embalsamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 1971, ed. vesp., p. 4.

secretário de Segurança Pública, que representava o estado da Bahia – cujo governador era Antônio Carlos Magalhães (conhecido como ACM), que, embora não fosse militar, era da Arena e havia sido indicado ao cargo pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Além disso, também foram informados da história o general Argus Lima e o major Nilton Cerqueira, responsáveis pelos órgãos de repressão do estado e sob responsabilidade direta das Forças Armadas.

Acredito que o discurso foi ainda mais fomentado a partir do momento em que Iara foi identificada – dado que, em minha perspectiva, o disparo foi feito "precocemente" pelos agentes, que não cogitavam se tratar de pessoa de interesse para a localização de Lamarca. À Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Mariana Pamplona, roteirista de *Em busca de Iara*, relatou que presos à época – provavelmente José Carlos de Souza e Jaileno Sampaio – lhe disseram que o delegado Sérgio Paranhos Fleury teria ficado furioso ao saber da morte de Iara, por "querê-la viva".[263]

A ideia de que Iara teria sido morta "por engano" encontra eco no fato de que, segundo dados da CNV, ela foi a quarta vítima fatal por motivações políticas no estado, durante a ditadura civil-militar. Antes dela, o último a ser assassinado fora Inocêncio Pereira Alves, morto sob tortura em março de 1967 e enterrado como indigente. As duas primeiras vítimas, contudo, também foram falsamente apontadas como suicidas, revelando que a estratégia utilizada com Iara não era nova no estado: tratava-se de Pedro Domiense de Oliveira e Péricles Gusmão Régis, ambos assassinados em maio de 1964.[264]

Depois de Iara, outras cinco pessoas foram mortas pela repressão baiana, todas relacionadas ao MR-8 e vitimadas durante a "Operação Pajussara" – denominação que receberam as ações de perseguição a Carlos Lamarca que se sucederam nos meses de agosto e setembro: Luís Antônio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto (28 de agosto de 1971); José Campos Barreto e Carlos Lamarca (17 de setembro de 1971); e Nilda Carvalho Cunha (14 de novembro de 1971). Cerca de um ano depois, Esmeraldina Carvalho Cunha, mãe de Nilda – que insistentemente cobrava às autoridades esclarecimentos sobre a morte da filha –, segundo conclusões da CNV, também teve suicídio forjado, em outubro de 1972.[265]

O assassinato prematuro de Iara, na perspectiva das autoridades de outros estados que se deslocaram à Bahia, parece ter sido visto como prova da "ineficiência" da PF para operações

[263] SÃO PAULO. *Ata de reunião da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.* São Paulo, 4 mar. 2013, p. 35. Disponível em: https://bit.ly/3pOO0Xy. Acesso em: 9 out. 2022.
[264] Para detalhes sobre as vítimas citadas, cf. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*: mortos e desaparecidos políticos. Vol. 3. Brasília: CNV, 2014.
[265] Idem.

contra a "subversão", como Carlos Fico apontou em trecho citado anteriormente. Talvez por esse motivo, o órgão – que, de acordo com o que indicam as fontes analisadas, era o mais atuante contra as organizações de luta armada na região[266] – foi despriorizado nas diligências da "Operação Pajussara". Esta foi comandada pelo Codi-6 e pela 6ª Região Militar, com apoio das forças de outras cidades, sobretudo o Dops de São Paulo.

Em 17 de setembro de 1971, depois de tentarem fugir pelo sertão da Bahia, Carlos Lamarca e José Carlos Barreto foram encontrados pela Operação Pajussara e assassinados. O inimigo número 1 da ditadura civil-militar brasileira fora, finalmente, executado. A partir do dia 19, por todo o país, jornais iniciaram grande cobertura sobre o fim do ex-capitão, noticiando também o "suicídio" de Iara. Até o fim do mês de setembro, apenas na mídia impressa, foram encontradas 15 publicações em periódicos, majoritariamente do eixo Rio-São Paulo.

Logo no dia 19, o correspondente d'*O Estado de S. Paulo* em Salvador noticiava a coletiva de imprensa realizada dentro do IMLNR, com os corpos de Lamarca e Zequinha Barreto expostos:

> Entre as autoridades estava o secretário da Segurança da Bahia, coronel Joalbo Figueiredo, que distribuiu à imprensa uma lista de nomes – Iara Iavelberg, Luís Antônio Santa Bárbara, Otoniel Campos Barreto, Carlos Lamarca e José Campos Barreto – dizendo: "esses corpos estão aqui, à espera dos seus familiares. Convidem-os para vir apanhá-los".[267]

David e Eva Iavelberg, os pais de Iara, recordaram de terem tomado conhecimento da morte da filha pelo rádio: "então fomos para o Exército, na Avenida do Estado e falaram que a gente tinha que ir à Bahia, onde iam entregar o corpo".[268] A viagem foi organizada às pressas e, já no dia 20, ambos estavam em Salvador, segundo relatou Eva:

> Chegamos, tomamos um táxi, fomos até o Exército lá (...). Quando ouviram quem nós éramos, na mesma hora mandaram subir numa sala e veio gente graúda recepcionar a gente lá. Eles queriam até que a gente dormisse num certo hotel, mas o marido da Rosa tinha dado um lugar para a gente se hospedar, e eu disse que não, queríamos ir para outro hotel, não lembro qual, eles deixaram. Mas eles puseram um guarda na porta a noite toda, na porta do quarto. E de manhã cedo, quando acabamos de tomar café, eles nos levaram, vieram buscar, até onde estava o corpo, mostraram o caixão, em cima do caixão tinha um visor de vidro, abriram o visor para a gente reconhecer a fisionomia, e assinar o papel.[269]

[266] Esta suposição foi baseada nas fontes consultadas para esta pesquisa. Além disso, não encontrei trabalhos que tenham como foco principal a organização e atuação dos órgãos de segurança, especificamente no estado da Bahia.
[267] AS fichas comprovam: é Lamarca morto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1971, p. 34.
[268] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[269] Idem.

Figura 71: Eva e David Iavelberg reconhecendo corpo de Iara, 21 de setembro de 1971

Fonte: Arquivo Nacional[270]

Figura 72: Eva e David Iavelberg, o agente Waldir Espíndola da PF, o diretor e um funcionário do IMLNR (não identificados) durante o reconhecimento do corpo de Iara Iavelberg, 21 de setembro de 1971

Fonte: Arquivo Nacional[271]

[270] A outra pessoa da foto é identificada como o agente Waldir Espíndola, chefe do Setor de Inteligência da Polícia Federal na Bahia. ARQUIVO NACIONAL. *Fotografias - Operação Pajussara*. Salvador, 1971. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.165.
[271] Idem.

Os reforços na segurança dos pais de Iara foram justificados pelas autoridades com o argumento de que alguma organização poderia atentar contra eles e/ou o corpo. Essa conduta foi estendida à viagem de volta a São Paulo, onde ela seria enterrada. Rosa Iavelberg, que permaneceu na casa dos pais para fazer os arranjos com o cemitério, recorda-se de ter recebido uma ligação cuja finalidade era dar orientações para o sepultamento: "eu recebi um telefonema da polícia e eles falaram 'não pode ir ninguém, viu benzinho'. Uma coisa muito agressiva, muito fria".[272]

De acordo com os pais, a repressão fez contato diretamente com a Chevra Kadisha, entidade responsável pela administração do Cemitério Israelita de São Paulo – do qual não foi encontrado nenhum registro escrito –, como Eva Iavelberg relatou:

> O enterro da Iara foi feito por um desses que rezam ao cemitério, da Chevra Kadisha. Proibiram qualquer acompanhamento. Da Bahia, telefonaram e eles deixaram tudo pronto, os da Chevra Kadisha. (...) Tinha um visor no caixão, e a Chevra Kadisha enterrou com o visor. Estava tudo pré-determinado. Não houve nem possibilidade de pensar em rabino. Não deram chance.[273]

Além do embalsamento, contrário à tradição judaica, o caixão teria vindo com um crucifixo – símbolo cristão –, o qual teria sido retirado apenas no aeroporto, após pedido de David. Não foi permitido à família que se realizasse o ritual de purificação do corpo, chamado *Tahará*.[274] O fato foi noticiado pelo *Jornal do Brasil*: "a purificação da alma, que consiste na lavagem do corpo e a colocação de uma roupa branca, ritual tradicional no sepultamento de judeus, não foi realizado no caso de Iara Iavelberg, limitando-se a família no máximo a colocar a camisola branca sobre o caixão lacrado".[275]

Nos ritos funerários que seguem as leis judaicas, não são utilizados caixões com vidro à altura do rosto do cadáver e tampouco se realizam velórios com caixões abertos ou vazados. O único momento destinado à "exposição" do corpo ocorre logo após sua lavagem, antes do fechamento da urna, quando já se encontra vestido com uma mortalha branca e tem seu rosto coberto com um tecido triangular, com pedras sobre os olhos e a boca. A partir de então, "a família é chamada para que os *interessados* tenham a oportunidade de ver o ente querido pela última vez".[276] A despeito de os interessados poderem "ver" o falecido, seu corpo está ocultado,

[272] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
[273] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[274] PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 41.
[275] IARA baixa à sepultura em S. Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1971, p. 7.
[276] PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 45.

para que as pessoas "possam guardar a imagem do falecido em vida".[277] Tais ritos foram todos desrespeitados.

Nenhum familiar ou representante da Chevra Kadisha teve autorização para ver o corpo ou sequer abrir o caixão. Os pais teriam visto apenas as fotografias tiradas no IMLNR no dia da morte de Iara: "tinha, no caixão, um visor. Só. De vidro. Que minha mãe fez o reconhecimento lá [em Salvador], e disse que teve muita dificuldade em reconhecer. Eu não reconheci, porque estava muito deformado".[278]

A polícia se fez presente mesmo no trajeto do caixão entre o aeroporto e o cemitério, escoltado por agentes do Dops e da Polícia Federal de São Paulo, segundo o *Jornal do Brasil*.[279] Eva rememorou mais detalhes; de acordo com ela, só compareceram ao enterro – além dela mesma, David, Rosa e seu marido – um casal de primos e seus filhos:

> Nós vínhamos atrás. No carro da Rosa, o marido da Rosa. Teve polícia até na hora do enterro. Eu só me lembro da sirene acompanhando, na frente do carro de defuntos. Do barulho. O carro em que estávamos foi guiando o de polícia. Tinha outro polícia na frente do carro, nós dois atrás. Os policiais ficaram perto durante o enterro.[280]

Rosa recordou o sentimento de que o corpo da irmã era tratado como objeto pelos órgãos de segurança: "a situação é muito difícil, porque você está numa situação de dor e aquele corpo não é um objeto que vai chegar e eles lidam com isso como se fosse uma coisa chegando. Então, a cena do aeroporto interditado, a [avenida] Rubem Berta interditada, o corpo saindo do avião, o caixão lacrado".[281] De acordo com David, o enterro foi feito na "ala dos suicidas" também por imposição da repressão: "o Chevra Kadisha determinou que o corpo fosse enterrado no lugar dos suicidas. Fez por ordem da polícia".[282] Ele reforçou esta opinião em outro momento da entrevista.

Recordo que o atestado de óbito não assegura que a morte tenha ocorrido por ato suicida. O documento possui alguns campos referentes à causa da morte, tendo sido preenchidos da seguinte forma:

> **Causa imediata:** anemia aguda (devido a) hemorragias interna e externa;
> **Causa principal:** transfixação do coração e pulmão esquerdo por projétil de arma de fogo;
> **Causa secundária:** [em branco];
> **Comprovação de exames complementares:** necroscopia;

[277] Ibid., p. 49.
[278] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[279] IARA baixa à sepultura em S. Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1971, p. 7.
[280] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.
[281] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.
[282] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

Duração da enfermidade: morte violenta (suicídio?).[283]

Na perspectiva das leis judaicas, o suicídio "substitui o papel de Deus como o juiz que decreta quem deve ser recompensado e quem deve ser punido. Tirar a própria vida coloca o homem nesse papel supremo".[284] Algumas das consequências para um suicida, além da negação de sua reencarnação, ocorrem nos ritos funerários. A coletânea de livros sagrados Talmude determina que "uma vítima de suicídio não recebe todas as honras do enterro. Rasgar as vestes,[285] entregar endereços fúnebres e outros ritos de homenagem aos mortos não são realizados para uma vítima de suicídio, cujo sepultamento é feito em local separado, fora do cemitério".[286] Algumas correntes judaicas passaram a aceitar enterrar aqueles que tiram a própria vida dentro do cemitério, apenas distantes dos demais judeus mortos[287] – foi o caso de Iara, enterrada próximo ao muro.

Contudo, foi o fato de o caixão estar lacrado que fez surgir dúvidas na família de que Iara teria se matado. Rosa Iavelberg, na década de 1980, antes de o assassinato ser comprovado, declarou:

> Eu acho muito estranho que a gente não possa ter visto o corpo, pelo menos meus pais, com o caixão aberto. Aqui eles justificaram que o corpo poderia ser roubado por uma organização e ser transformado em estandarte... está bom, que viesse lacrado para SP. Mas dentro do IML da Bahia, minha mãe não poder ver o corpo, é estranho. Eles teriam interesse em mostrar o corpo.[288]

Também o pai, David Iavelberg, disse: "até hoje a gente não sabe se ela se suicidou ou não".[289] Samuel e Raul Iavelberg, os outros dois irmãos de Iara, estavam exilados no Chile, sem

---

[283] INSTITUTO MÉDICO-LEGAL NINA RODRIGUES; PITEX, Charles René. Atestado de óbito - Iara Iavelberg. In: APESP. *Prontuário - Iara Iavelberg,* s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Prontuário n° 100.461.

[284] "Suicide supersedes God's role as the judge who decrees who is to be rewarded and who is to be punished. The taking of one's life places man in that supreme role". WITZTUM, Eliezer; STEIN, Daniel. Suicide in Judaism with a special emphasis on Modern Israel. *Religions,* Basileia, v. 3, 2012, p. 727, tradução livre.

[285] Este costume se chama *keriá*, conforme esclarece Marjones Pinheiro: "costume antigo que surgiu a partir do livro sagrado. A passagem narra que Jacó, ao ver a túnica de José completamente manchada de sangue, depois de ter sido morto por um animal selvagem, rasgou as próprias roupas. Em outra passagem, o mesmo fez David no momento em que soube da morte do Rei Saul. Jó também rasgou o manto que usava quando soube que perdera os filhos e o fez de pé. Por esta razão, é desta forma que deve ser feita a *keriá*, de pé. Ela segue procedimento específico. De acordo com Ausubel, no caso dos pais, a roupa deve ser rasgada sempre com a mão e no lado esquerdo, lado do coração, para demonstrar uma afinidade maior. Já para filhos, filhas, irmãos e cônjuges, o rasgo é feito do lado direito (AUSUBEL, 1967:650). Não verificamos qualquer mudança na tradição nos dias de hoje. Quem realiza a *keriá* pode ser um rabino ou um oficiante competente (...). Ao terem as roupas rasgadas, os enlutados devem dizer: 'Bendito seja o Verdadeiro Juiz'. Esta é uma demonstração de que, por maior que seja a dor da perda, o enlutado não culpa a Deus por sua tristeza e aceita o fato como parte do ciclo da vida". PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 69.

[286] "(...) a suicide victim is not given full burial honors. Rending one's garments, delivering memorial addresses, and other rites to honor the dead are not performed for a suicide victim, whose burial is done in a separate place, outside of the cemetery". WITZTUM e STEIN, 2012, op. cit., p. 729, tradução livre.

[287] PINHEIRO, 2012, op. cit., p. 57.

[288] IAVELBERG, R., s.d., op. cit.

[289] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

poder retornar para o enterro da irmã. Em 1997, Samuel utilizou o fato para justificar a postura dos pais perante o suicídio da irmã: "meus pais aceitaram a versão do suicídio porque estavam 'traumatizados'. Meu irmão e eu estávamos no exílio. Eles não podiam fazer nada".[290]

As restrições parecem ter sido impostas com mais violência aos ritos funerários de Iara para evitar que se repetisse o que aconteceu com outra vítima da ditadura: Chael Charles Schreier. Militante da VAR-Palmares, também era judeu, primo de Shirley Schreier, colega de infância de Iara. Assassinado sob tortura em novembro de 1969, seu corpo foi enviado para enterro no mesmo Cemitério Israelita de São Paulo, no Butantã, com caixão lacrado. Durante a realização do ritual de lavagem, os familiares constataram os ferimentos em seu corpo decorrentes das múltiplas violências perpetradas na prisão – o que contrariou a versão oficial de que ele havia morrido em tiroteio. Estavam presentes no local dois jornalistas da *Veja*, o também judeu Bernardo Kucinski e Raimundo Pereira, que fizeram uma matéria publicada na capa da revista, denunciando a primeira morte comprovadamente sob tortura durante a ditadura civil-militar brasileira.[291] No caso de Iara, porém, jornalistas foram impedidos de se aproximar e os policiais carregaram o caixão, pela ausência de familiares na cerimônia.[292]

Ademais, não houve mobilização por parte da comunidade judaica paulistana para pressionar a abertura do caixão e a realização dos rituais funerários. Também em 1997, o rabino Henry Sobel, então presidente do rabinato da Congregação Israelita Paulista, fez uma crítica:

> Segundo ele, a Sociedade Cemitério Israelita, o rabinato e a família foram omissos quando, em 71, enterraram Iara sem uma perícia independente. "Houve omissão, talvez pelo impacto emocional ou pelo medo generalizado que havia na época", afirmou Sobel, que chegou ao Brasil em 1970 e também assume a culpa pela omissão.[293]

Todavia, há que se levar em consideração que Iara não era bem-vista entre os judeus que a conheceram e que não eram de esquerda. Eva Iavelberg rememorou:

> Ainda hoje em dia, tem gente que finge que não me conhece. Eram pessoas amigas, do Ipiranga, do Bom Retiro, daqui, de onde quiser. As pessoas ficam apavoradas. Até hoje têm medo de cumprimentar. E tem os dedos-duros, que vinham especular para saber da Iara, saber onde estava. Conhecidos de muitos anos. Eles achavam que se delatassem a Iara, estariam ajudando a causa deles, e quem sabe teriam um prêmio em dinheiro. Eram pessoas ricas, com medo do comunismo.[294]

Shirley Schreier, tendo em conta o caso de seu primo Chael e o de Iara, relatou:

---

[290] LEI judaica impede a exumação do corpo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1997.
[291] KUSHNIR, Beatriz. Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Braisl (1969-1975). In: LEWIN, Helena (org.). *Identidade e cidadania*: como se expressa o judaísmo brasileiro. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 705.
[292] IARA baixa à sepultura em S. Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1971, p. 7.
[293] LEI judaica impede a exumação do corpo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1997.
[294] IAVELBERG e IAVELBERG, 1988, op. cit.

> Eu te digo que não havia uma simpatia, da maioria, só de pouca gente. Só de quem era mesmo, pensando do mesmo jeito, de esquerda, que tinha sua simpatia por eles, mais assim. (...) No geral da sociedade, então, a comunidade judaica simplesmente refletiu o resto da sociedade. Essas pessoas eram muito pouco aprovadas. Falavam que eles matavam, assaltavam banco e tal. Então eram vistos como bandidos por muita gente.[295]

Da perspectiva das esquerdas revolucionárias, há apenas uma evidência de que a versão oficial tenha sido questionada. A reportagem da revista chilena de esquerda *Punto Final*, que tratou das mortes de Lamarca e Iara, ainda em setembro de 1971, levantou a dúvida: "junto com a divulgação de sua morte [Lamarca], a ditadura brasileira entregou versões sobre o 'suicídio' de sua companheira, Iara Iavelberg, em agosto. Fontes revolucionárias brasileiras indicam o contrário, que a militante do MR-8 caiu em combate com as forças repressivas, ao ser cercada sua casa".[296] A matéria contou com a contribuição de Samuel Iavelberg – que à época residia em Santiago –, o que pode explicar a origem da dúvida. Ainda assim, o questionamento à versão oficial não tomou força e a ideia de que Iara teria se matado vigorou por décadas.

A revista publicou também um trecho de comunicado conjunto do MR-8, ALN, VPR e PCBR tratando das mortes:

> A morte de companheiros da qualidade de Carlos Lamarca, Iara Iavelberg e José Campos Barreto, repercute muito mais que nas organizações em que militavam: fere a própria revolução brasileira. Nos consideramos, como Lamarca, militantes da revolução brasileira. A partir deste entendimento, acreditamos que não é o momento de desespero e derrotismo nem de acusações, nem de fazer ressurgir velhos ressentimentos. Acreditamos que é um momento de superação... É uma guerra longa. Muitos outros revolucionários caíram, mas sempre haverá outros para empunhar suas armas e bandeiras.[297]

Além de tal fragmento, só foi encontrado outro comunicado do MR-8, de outubro de 1971, que mencionou Iara apenas corriqueiramente:

> Os órgãos de repressão e segurança do exército brasileiro e das agências de notícias, [ilegível] instrumentos do imperialismo internacional, apresentaram uma versão tergiversada dos feitos que culminaram na morte de nossos companheiros Carlos Lamarca, Iara Iavelberg, José e Otoniel Campos Barreto e Luís Antônio Santa Bárbara. Como nos comprometemos em nosso Comunicado n° 1 de 18 de setembro, no qual nos responsabilizamos diante das forças revolucionárias e da opinião pública

[295] SCHREIER, 2020, op. cit.
[296] "Junto con dar a conocer su muerte, la dictadura brasileña entregó versiones sobre el 'suicidio' de su compañera, Iara Iavelberg, en agosto último. Fuentes revolucionarias brasileñas indican por el contrario, que la militante del MR-8 cayó en combate con las fuerzas represivas, al ser cercada su casa". SEPULVEDA, 1971, op. cit., p. 26, tradução livre.
[297] "La muerte de compañeros de la calidad de Carlos Lamarca, Iara Iavelberg y José Campos Barreto, repercute mucho más que en las organizaciones en que militaban: hiere la propia revolución brasileña. Nos consideramos, como Lamarca, militantes de la revolución brasileña. A partir de este entendimiento, creemos que no es éste un momento de desesperación y derrotismo ni de acusaciones, ni de hacer resurgir viejos resentimientos. Creemos que es un momento de superación... Es una guerra larga. Muchos otros revolucionarios cayeron, pero siempre habrá otros para empuñar sus armas y banderas". Ibid., p. 27, tradução livre.

> em fazer a divulgação de dados mais precisos, apresentamos agora uma análise dos feitos, tal como realmente ocorreram.[298]

Em seguida, inicia-se uma seção intitulada "O enfrentamento", mas que narra os acontecimentos apenas a partir do dia 28 de agosto – oito dias depois da operação na Pituba –, data em que foram assassinados Otoniel Campos Barreto e Luís Antônio Santa Bárbara, no interior da Bahia. Iara não é mencionada no documento e tampouco as circunstâncias de sua morte.

Iara Iavelberg permaneceu como uma suicida até meados dos anos 2000. Após ter primeiro pedido de indenização negado pela Cemdp, em maio de 1998 – por quatro votos a três –, a família Iavelberg entrou na Justiça, solicitando autorização para exumar o corpo de Iara.[299] O argumento da Comissão para a negativa foi, segundo o então presidente Miguel Reale Júnior, de que haveria provas suficientes para confirmar a versão oficial, considerando-se a exumação irrelevante neste caso: "representantes da Comissão foram à Bahia e ouviram moradores e a zeladora do prédio em que Iara morava; além disso foi descoberto o laudo original da necrópsia, manuscrito".[300] Entretanto, o documento, aqui analisado, ratifica que a causa da morte foi um tiro na altura no peito, mas não necessariamente um suicídio.

O procedimento de exumação, requerido pela família Iavelberg através do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, foi acatado pelo juiz Alexandre Lazzarini, da 16ª Vara Cível de São Paulo, apenas em 4 de novembro de 2002. Contudo, a Chevra Kadisha recorreu da decisão, alegando que as leis judaicas não permitiam que o morto fosse incomodado. Apesar disso, a família obteve vitória e a exumação foi realizada, com resistência da entidade judaica, em 22 de setembro de 2003[301] – tanto Eva quanto David já haviam falecido.

---

[298] "Los órganos de represión y seguridad del ejército brasileño y las agencias noticiosas, [ilegível] instrumentos del imperialismo internacional, presentaron una visión tergiversada de los hechos que culminaran con la muerte de nuestros compañeros Carlos Lamarca, Iara Iavelberg, José y Otoniel Campos Barreto y Luís Antônio Santa Bárbara. Como nos habíamos comprometido en nuestro Comunicado n° 1 de 18 de septiembre, en el cual nos responsabilizamos ante las fuerzas revolucionarias y la opinión pública en hacer la divulgación de los datos más precisos, presentamos ahora una reseña de los hechos, tal como realmente ocurrieron". MR-8. *Comunicado n° 2*. Santiago, out. 1971. Centro de Documentação e Memória da UNESP, Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB), 03.195, 1b.

[299] GALVÃO, Arnaldo. Restos de Iara Iavelberg podem ser exumados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1998, p. 11.

[300] Idem.

[301] MACEDO, Fausto. Corpo de companheira de Lamarca é exumado em SP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2003, p. 8.

Figura 73: Exumação do corpo de Iara Iavelberg, no Cemitério Israelita de São Paulo, no Butantã, 22 de setembro 2003

Fonte: *Em busca de Iara*

Ainda sem o relatório da perícia finalizado, a Cemdp concedeu indenização aos irmãos de Iara, no mesmo dia em que votou a favor de dois outros pedidos advindos de vítimas de suicídio, de fato: Gustavo Buarque Schiller, ex-VAR-Palmares, que tirou a própria vida em setembro de 1985; e Massafumi Yoshinaga, ex-VPR, que se suicidou em julho de 1976. As três aprovações se deram após a Medida Provisória 176/04, "que estende a indenização aos parentes de pessoas mortas ou desaparecidas em manifestações políticas, confronto com a polícia ou forçadas a cometer suicídio entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988". O então presidente da Comissão, Augustino Veit, se manifestou a respeito do caso de Iara: "o Estado reconhece a responsabilidade pela morte, mas não tem provas para afirmar se foi suicídio ou assassinato".[302]

A perícia, coordenada por Daniel Romero Muñoz, só concluiu não se tratar de suicídio em maio de 2005. O relatório produzido foi anexado ao processo que a família Iavelberg moveu pela exumação do corpo. Samuel Iavelberg, entretanto, não soube informar se houve alguma retificação no atestado de óbito da irmã. Os restos mortais de Iara foram enterrados, seguindo os ritos judaicos, próximos aos dos pais, em 11 de junho de 2006, quando ela finalmente deixou a ala dos suicidas.

[302] MACHADO, Matheus. Indenizações concedidas. *Correio Braziliense*, Brasília, 2 dez. 2004, p. 8.

Figura 74: Anúncio do sepultamento dos restos mortais de Iara Iavelberg, junho de 2006

Os irmãos, cunhados e sobrinhos da querida

IARA IAVELBERG

convidam amigos e parentes para a cerimônia de sepultamento dos restos mortais, que será celebrada pelo rabino Henry Sobel, a realizar-se em 11 de junho, às 11:00h, no cemitério Israelita do Butantã, na quadra 396 - setor R, sepultura 48.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*[303]

Embora tenha sido discutido na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e na Comissão Nacional da Verdade, o principal meio dos Iavelbergs de divulgar o caso e a correta causa da morte de Iara foi o filme *Em busca de Iara*, lançado em 2013.

****

O "mito" Iara Iavelberg está diretamente associado a três fatores: sua beleza, seu relacionamento com Carlos Lamarca e seu suposto suicídio. Nesse sentido, os órgãos de informação e segurança da ditadura civil-militar brasileira – em especial, a Polícia Federal da Bahia – se beneficiaram de um fato que se tentava, ao menos oficialmente, desmentir: a tortura era prática institucionalizada nas cadeias e prisões. Assim, criou-se a narrativa de que Iara havia tirado a própria vida, por medo do que enfrentaria caso fosse presa.

Tal discurso conquistou os moradores do Edifício Santa Terezinha, na Pituba, em Salvador. Paulo Rezende, que a levou até o hospital, afirmou: "há quem diga que ela sabia que não viveria se fosse apanhada viva. A barra era muito pesada". A respeito de suas próprias crenças políticas, ele rememorou: "o movimento não me era simpático, a gente vivia sob pressão do 'Ame-o ou Deixe-o', subversão. (...) Eu achava que, pela força, ninguém ia conseguir nada. A gente tinha necessidade de mais liberdade. Mas, nunca fui de um lado ou outro".[304]

José Arthur Bagatini, que a encontrou no banheiro de sua casa no mesmo prédio, em entrevista a mim, mostrou-se convicto da versão de suicídio:

> Eu acho que foi suicídio porque... Eu ouvi, os policiais falaram que foi suicídio, e eu acho que foi pelo seguinte, não porque são bonzinhos. (...) Mas eles não tinham

[303] FALECIMENTOS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 2006, Cidades/Metrópole, p. C8.
[304] REZENDE, s.d., op. cit.

> interesse, a minha convicção é principalmente por isso. (...) o interesse deles era pegar o Lamarca. E ela era namorada do Lamarca, que a gente ficou sabendo depois. Então o interesse deles não era matar, era levar ela, eu acho que se ela fosse presa só teria tortura, como vários...[305]

Algum tempo depois, ele disse que quem explanou toda a operação e seus objetivos para ele e sua mãe foi o próprio coronel Luiz Arthur – a quem apontou que "conheceu bem": "ele inclusive também conversou com a gente, ele explicou, eles colocavam ela como terrorista, que teve a operação, e ele mesmo falou que o objetivo deles era encontrar o Lamarca. (...) Por isso que eu acho incompatível a história deles terem matado".[306]

No primeiro depoimento, concedido na década de 1980, identifica-se claramente a "teoria dos dois demônios", forma de se lembrar da ditadura como um período de "guerra" entre dois males: o comunismo e o próprio regime ditatorial; a população, "neutra", seria a vítima esmagada entre os dois antagonistas.[307] Além disso, Paulo Rezende demonstra similaridade com as proposições do historiador Andrew Bergerson de que, em tempos *extraordinários*, os cidadãos *ordinários* se protegem com sua suposta normalidade, que os impediria de mudar os cursos da História, com H maiúsculo. Essa ilusão, contudo, lhes permite o conforto de conviver com as atrocidades perpetradas nesses períodos, sob o pretexto de que "não estavam cientes".[308] Apesar disso, o próprio Paulo revela que tinha informações a respeito do que se passava com os presos políticos nas delegacias, ao afirmar que "a barra era muito pesada".

O caso de Bagatini também tem pontos em comum com o anterior, na medida em que, ainda que diga não considerar os agentes da repressão "bonzinhos", permanece sustentando a versão do suicídio, mesmo com as provas científicas que a contradizem. Assim, distancia-se da armadilha memorial que pode sugerir – de modo infundado – que sua delação seria responsável pela morte da vizinha.

Já entre os companheiros das esquerdas revolucionárias, principalmente aqueles que haviam sido torturados, a versão do suicídio também soou convincente, dessa vez com a justificativa de que seria alternativa às violências da tortura e uma prova de amor especialmente a Lamarca. Maria do Carmo Brito, da VPR, em entrevista em 1993, relacionou o acontecido à morte de seu marido, Juares:

> Eu sei que o Lamarca considerava o Juares por causa dessa atitude [suicídio], como ele dizia, literalmente, "o melhor de todos nós". A Iara, que ficou muito chocada também com a morte dele, muito provavelmente fez a mesma coisa. *Morrer daquela maneira era ser mais mulher do Lamarca ainda, é assim que eu sinto*. Mais do que o político, era no sentido de que aquilo era uma orientação da organização, que nem dez

[305] BAGATINI, 2020, op. cit.
[306] Idem.
[307] NASCIMENTO, 2022, op. cit.
[308] BERGERSON, 2004, op. cit.

> pessoas cumpriram (...). A Iara foi, do ponto de vista da sua própria autoimagem... *Seu gesto supremo de militância foi aquele suicídio*.[309]

O depoimento foi concedido antes dos resultados obtidos com a exumação e a nova perícia, liderada pelo pesquisador Daniel Romero Muñoz. Contudo, mesmo depois da comprovação científica e do documentário *Em busca de Iara*, que a divulgou para o público, alguns ex-militantes permanecem acreditando no suicídio. É o caso de José Olavo Leite Ribeiro, ex-integrante da VAR-Palmares, que relatou em entrevista para esta pesquisa: "de acordo com o Jacob Gorender, ela se suicidou, os pais falam que não. A versão oficial da família, de grupos aí de direitos humanos falaram que ela foi morta pela repressão, mas para mim e para alguns companheiros ela se suicidou". Apesar de não ter justificado sua opinião, a fala que se seguiu pode fornecer algumas pistas:

> Tinha uma certa desconfiança que a Iara era uma pessoa, uma mulher rica, já tinha morado na Europa, que a posição dela de esquerda não ia muito longe, na medida em que a repressão piorasse. Mas na verdade foi o contrário, a Iara foi se envolvendo cada vez mais, para muita gente, para mim foi uma certa surpresa. A morte dela. A gente não esperava isso.[310]

Ivan Seixas, ex-militante do MRT e figura de destaque entre as vítimas de violência política da ditadura e seus familiares, na atualidade, em entrevista concedida a mim, deu declarações nesse sentido:

> A gente soube da morte da Iara... Mas não como... Sem o juízo de valor se ela suicidou, foi morta. Assim, ela não se deixou capturar viva, que era sinônimo de "lutou até o fim", ou se matou, mas era um valor para nós que não tinha. (...) Então, para nós, isso não era valor moral nenhum, negativo, pelo contrário, para nós era, assim, uma coisa normal. Eu não entendia porra nenhuma de porque os judeus estavam tão escandalizados se ela se matou ou não. Porra, ela não quis ser torturada. Então, para mim, isso é bobagem, essa discussão é besta.[311]

Nota-se que estas falas têm um ponto-chave em comum: o suicídio não cometido foi o ato que redimiu Iara de suas inadequações perante as esquerdas, transformando-a em militante por excelência. Através de tal ato, ela provou seu amor ao – este sim – revolucionário Carlos Lamarca e à luta que ele representava. Dessa forma, retorno às contribuições da historiadora Lilian Back, que identificou o "espírito de sacrifício" como uma das qualidades mais valorizadas entre os guerrilheiros.[312] O esclarecimento das condições de sua morte passava a ser tarefa dispensável. O suicídio representava seu reconhecimento póstumo como guerrilheira.

---

[309] BRITO, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 32'45". Acervo VIDECOM, grifos meus.
[310] RIBEIRO, 2020, op. cit.
[311] SEIXAS, 2020, op. cit.
[312] BACK, 2011b, op. cit.

Ademais, a partir da publicação das cartas-diário de Lamarca na grande imprensa, em fins da década de 1980, a figura de Iara passou a ser ainda mais aceita. Isto, principalmente, porque ela passava a ser parte de um *romance revolucionário* – e não só um caso extraconjugal, como o relacionamento dos dois era visto antes por aqueles que os conheciam – e, sobretudo, digna da admiração incondicional de um dos principais ícones da luta armada brasileira. Com suas palavras apaixonadas, Lamarca deu seu aval político e teórico a Iara. De amásia à musa; de inadequada à grande teórica; todavia, ainda apêndice.

"UMA HISTÓRIA DE OBSTINAÇÃO É UMA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA":[1] O QUE NOS ENSINA IARA IAVELBERG

> Uma história feminista é também uma história de desobediência. Uma história feminista, portanto, é também uma história de desobediência, da violência à qual nos expomos por acharmos que alguma coisa está errada. Essa história parece se condensar em uma série de figuras: de Eva a Antígona. Essas figuras não constituem a história como um todo, mas têm uma história, uma história feminista como uma história de mulheres que vibram com vitalidade diante da lei.
>
> *Sara Ahmed*[2]

Criadas na mitologia grega, as Musas são divindades relacionadas à poesia, música e dança. Formam o arquétipo do "refrão" e são descritas cantando e dançando para entreter os deuses do Olimpo; quando interagem com os humanos, inspiram poetas ou lhes concedem o dom da música.[3] Vistas como "patronas de toda a beleza e de toda a sabedoria", são filhas dos deuses Zeus e Mnemósine (Memória) e, por isso, "seu papel é nada menos do que a preservação de tudo o que aconteceu ao longo do tempo".[4]

Apesar disso, ao contrário de outros olimpianos, as Musas não possuem nome próprio, às vezes são citadas no plural, outras no singular e tampouco possuem personalidades bem demarcadas. Por esse motivo, adaptam-se facilmente às circunstâncias:[5] "as Musas geralmente são indistinguíveis de outros grupos de figuras femininas nos períodos mais remotos, e só atingem uma identidade visual definitiva na Era Clássica".[6]

Em 2013 foi lançado o documentário *Em busca de Iara*, com a seguinte frase de divulgação: "a vida, o amor por Lamarca e a morte de Iara Iavelberg, musa da resistência contra a ditadura".[7] O filme não foi o único a classificá-la dessa forma. Na página dedicada a Iara na *Wikipédia* consta a descrição: "alta, bonita, de olhos claros e corpo bem-cuidado, virou a musa da intelectualidade estudantil paulista de esquerda no meio da década de 1960".[8] Já a revista *Istoé*, em 2007, publicou uma matéria sobre cartas escritas por Carlos Lamarca, afirmando:

---

[1] AHMED, 2022, op. cit., p. 124.
[2] Idem.
[3] MURRAY, Penelope. The mythology of the Muses. In: LYNCH, Tosca A. C.; ROCCONI, Eleonora. *A companion to Ancient Greek and Roman music*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2011.
[4] KRAUSZ, Luis Sérgio. *As musas:* poesia e divindade na Grécia arcaica. São Paulo: EDUSP, 2017, p. 16 e 19.
[5] MURRAY, 2011, op. cit., p. 13.
[6] "Muses are generally indistinguishable from other groups of female figures in the early period, and only attain a definitive visual identity in the Classical era". Ibid., p. 13-14, tradução livre.
[7] EM busca de Iara. In: *Facebook*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3CdzonE. Acesso em: 2 jun. 2023.
[8] IARA IAVELBERG. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Iara_Iavelberg. Acesso em: 9 mar. 2022.

> Iara Iavelberg tinha o rosto lindo, a cabeça brilhante e o coração revolucionário. Era a musa da esquerda brasileira em 1969, quando um capitão do Exército, Carlos Lamarca, desertou de armas em punho para se tornar comandante da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR. Logo tombaria de encantos por Iara.[9]

Algumas décadas antes, Iara costumava ser descrita de forma bem mais vulgarizada. Na primeira edição da biografia de Lamarca, de autoria de Emiliano José e Oldack Miranda, publicada em agosto de 1980, encontra-se:

> Desde que rompera o casamento, Iara tivera somente transas rápidas, nada estável. Agredia os valores da Organização. Não se enquadrava exatamente no que chamavam de "moral proletária". Sexualmente continuava independente, não pedia licença a ninguém para amar. Dentro da VPR era uma mulher "comentada", vaidosa e transeira, segundo os ortodoxos padrões morais predominantes.[10]

Em edição mais recente, de 2015, o trecho foi reformulado:

> Desde que rompera o casamento, Iara tivera somente amores rápidos, nada estável. Chegara a namorar o próprio Espinosa. Teve também um breve romance com Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno. Não se enquadrava exatamente no que chamavam de moral proletária. Sexualmente continuava independente, não pedia licença a ninguém para amar. Era uma mulher à frente de seu tempo e afrontava os padrões machistas, mesmo os da VPR, que também os cultivava. Era uma mulher segura de sua beleza, dona de seu corpo, livre, mesmo nas duras condições de existência sob a ditadura.[11]

O que teria ocorrido para suscitar mudanças no discurso não só do livro, mas sobre Iara em geral? Nota-se que ela passou de "mulher comentada" nas organizações para "musa da resistência contra a ditadura". Além disso, de qual dessas imagens ela mais se aproximou em vida? Essa última pergunta foi feita na abertura deste trabalho e, ao longo dos capítulos, tentei encontrar respostas.

Evidenciou-se um fio que acompanhou Iara em diversos momentos de sua vida, em diferentes círculos sociais, épocas e lugares: a *inadequação*. Ela foi inadequada ao ser filha de uma húngara, em uma colônia de bessarábios e galegos; ao se casar com 16 anos – idade propagada como a "ideal", mas que, ao se concretizar, chocou aqueles que com ela conviviam; ao não conseguir engravidar do marido; ao retomar os estudos e procurar amor e prazer fora do casamento; ao se deparar com os comportamentos de elite dos colegas de faculdade; ao se desquitar; ao tentar se destacar no movimento estudantil universitário; ao tentar seguir a carreira acadêmica; ao escolher aderir à luta armada; ao optar por manter seus hábitos de autocuidado, mesmo no contexto adverso da clandestinidade; ao se apaixonar perdidamente, e ser correspondida, por um líder revolucionário casado; ao reivindicar atividades políticas próprias,

[9] STUDART, Hugo. O guerrilheiro apaixonado. *Istoé*, 28 fev. 2007. Disponível em: https://bit.ly/3NdSAZ0. Acesso em: 2 jun. 2023.
[10] JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca*: o capitão da guerrilha. 1a. ed. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 58.
[11] JOSÉ e MIRANDA, 2015, op. cit., p. 92.

e não ser somente mantida como "apêndice" do companheiro; ao demonstrar que possuía mais habilidades teóricas do que físicas para a guerrilha; ao comprovadamente ter sido assassinada, contrariando a versão oficial de que havia se suicidado.

Apesar disso, não aceitou passivamente tal categorização e, nos comportamentos simples do dia a dia, recusou algumas das normas sociais impostas e se rebelou, como ao não se furtar de ter experiências sexuais, das quais julgava estar sendo privada dentro de seu casamento; ou ao exigir participar do treinamento de guerrilha organizado pela VPR no Vale do Ribeira, para, segundo determinavam as referências teóricas da época, formar-se uma guerrilheira completa. Ao mesmo tempo, por vezes acatou as regras e tentou se enquadrar nelas, como quando levava distintos namorados para conhecer sua família; ou ao incorporar por completo a imagem da "mulher dos anos dourados", vaidosa, bem-vestida e bem cuidada. A perspectiva da história do cotidiano permite examinar como os indivíduos lidam com os mecanismos de poder aos quais estão submetidos, e notar que isso nem sempre ocorre de forma coerente e consistente.[12]

Levando em consideração que o período da vida de Iara mais conhecido é sua militância nas organizações revolucionárias, este trabalho demonstrou que, enquanto vivia, ela definitivamente não era tida como "musa", sob o olhar de seus contemporâneos. Pelo contrário, acreditava-se que era fútil, promíscua e que, desde que iniciara seu relacionamento com Lamarca, corrompia o tão íntegro líder, reforçando a pecha de traidor que ele já carregava por ter desertado das Forças Armadas. Mantendo-me nos arquétipos femininos nos quais as mulheres são usualmente enquadradas, ela se aproximava mais de "Eva", aquela que levou o homem ao pecado original, à sua corrupção.

Após o período de transição e a Lei de Anistia, muitas memórias trataram de ressignificar as experiências daqueles que aderiram à luta armada e da própria sociedade brasileira sob a ditadura. No fim da década de 1980, com a publicação em jornais de ampla circulação (*Jornal da Tarde* e *Folha de São Paulo*) da íntegra das cartas-diário escritas por Lamarca em seus últimos meses de vida, Iara foi *descoberta* não só pelas esquerdas, mas pelo público em geral. Nenhuma palavra sua foi necessária, ou requerida, para que sua figura ganhasse destaque. Tal qual uma musa, ela concedeu a um homem o poder da poesia, ao inspirá-lo com sua beleza e paixão. Essas palavras o eternizaram como o herói e, a ela, como sua musa.

Em um momento em que, na memória hegemônica, o lado revolucionário das esquerdas, que pegaram em armas contra a ditadura, era substituído por apenas um desejo de retorno à

[12] MAILÄNDER, 2015, op. cit., p. 8.

democracia liberal vigente antes do golpe, uma épica história de amor vinha a calhar para "adocicar" a ofensiva trajetória das organizações. Permeada por um amor louco e puro, por Iara e pela causa, a narrativa de Lamarca foi recebida de forma a intensificar a imagem que se criava de uma juventude "rebelde, inocente e desesperada", que não viu outra saída a não ser "responder à altura" ao autoritarismo da ditadura.[13]

Atendendo às demandas dos que desejavam conhecer as histórias daqueles jovens, Iara finalmente *se adequava bem* às características imaginadas da guerrilheira: sensual, feminista, apaixonada e politizada. Dessa forma, inspirou, com seu suposto vanguardismo, pessoas que associavam diretamente mulheres, revolução e feminismo – inclusive esta que lhes escreve.

Tal generalização, todavia, apaga importantes complexidades e contradições relativas tanto à própria vida de Iara quanto à ditadura e à atuação das esquerdas revolucionárias durante o período.

A respeito do governo ditatorial, esta tese reforçou certa dualidade, já identificada anteriormente por outros historiadores: a ideia de que ocorreram paralelamente os "anos de chumbo" e os "anos de ouro", dependendo da posição política e social do indivíduo ou grupo que os vivenciou.[14] A memória social hegemônica sobre a ditadura pressupõe que, após a promulgação do AI-5, o país viveu dias obscuros, que oprimiram indistintamente a sociedade brasileira – ou seja, o "mito da sociedade vítima", o qual pode ser definido da seguinte maneira:

> Consiste em apresentar a sociedade como um todo exclusivamente como uma vítima impotente de eventos e de forças sobre os quais ela não tem nenhuma responsabilidade. Em vez de se questionar sobre a parte de responsabilidade dos diferentes segmentos e setores da sociedade, constrói uma memória simplificada, mais ou menos distante da realidade histórica, e que termina por essa via por transmitir uma imagem deformada do passado.[15]

A despeito disso, o trabalho demonstrou que sobretudo as elites e as classes médias altas tiveram relações próximas e se beneficiaram das políticas do governo ditatorial, principalmente durante o dito "milagre econômico". Ademais, entre as diversas classes sociais, encontraram-se sentimentos diversos frente à ditadura, como o entusiasmo, o otimismo, o consenso e também a indiferença:

> Há que se entender os anos do *Milagre* muito mais como um *estado de espírito* que, além de colher os resultados de uma determinada política econômica, engendrou um clima de otimismo, como se finalmente se adentrasse no grupo dos países *civilizados*. Segmentos significativos da sociedade viveram esse período muito mais sob o clima *leve* dos *anos de ouro* que sob a atmosfera *pesada* dos *anos de chumbo*, muito embora, na maior parte do tempo, tudo se misturasse.[16]

[13] REIS, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções*: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
[14] CORDEIRO, 2009, op. cit.
[15] GROPPO, 2015, op. cit., p. 42.
[16] CORDEIRO, 2009, op. cit., p. 43, grifos originais.

A interrupção do "clima leve" dos anos de ouro pelo "pesado" dos anos de chumbo ocorria, frequentemente, quando "cidadãos comuns" se deparavam com aqueles que, aos olhos do regime, eram considerados "terroristas". Em alguns casos, sobretudo entre a classe média, os subversivos poderiam ser velhos amigos e/ou conhecidos que escancaravam a outra face do regime, como ficou evidente nas situações de Iara com Evelise Marra e o casal Paulo José Gomez e Dina Sfat, entre outros. A primeira, ao documentário *Em busca de Iara*, demonstrou o estranhamento com a opção de vida da amiga:

> Eu achava que ela estava assustada demais. Ainda conversei com ela, falei "será que vocês não ficam nessa clandestinidade, aí fica vivendo essa coisa muito intensamente?". Não dava para acreditar que essa coisa fosse ser levada da forma que foi, que "procura-se" queria dizer "vivo ou morto, matem". Na verdade, o mundo aqui fora estava... O milagre econômico, as pessoas queriam ganhar seu dinheiro...[17]

Dina e Paulo, por sua vez, alegaram que Iara não lhes pediu ajuda e, ainda que tivesse pedido, provavelmente recusariam, pois, nas palavras da primeira, não estavam na mesma luta que ela. Os dois eram pessoas públicas: "eu era atriz famosa da Globo, tinha feito um filme com Ruy Guerra, *Os deuses e os mortos*. (...) Paulo também estava na Globo".[18]

Foram aqui trabalhadas também situações nas quais as "pessoas comuns" se deparavam com suspeitos de "terrorismo" relativamente desconhecidos, como vizinhos. Na operação realizada no Edifício Terezinha, em Salvador, observamos dois casos: o primeiro se deu quando Jaileno Sampaio, que morava no apartamento para o qual Iara havia se mudado recentemente, foi acolhido por vizinhos do apartamento de cima e imediatamente expulso, assim que as autoridades anunciaram nos megafones que a operação tinha como alvos "terroristas". O segundo, crucial para a vida de Iara, consistiu na decisão de José Arthur Bagatini e sua mãe de denunciarem a presença dela na residência da família, solicitando o retorno dos agentes da Polícia Federal após a operação já haver sido desmontada. Isso aconteceu apesar de, segundo o relato do próprio José Arthur, ele não ter se sentido ameaçado pela presença da moça no banheiro de serviço de sua casa.

Aspecto primordial para essas delações é a promoção, pela ditadura, da imagem dos revolucionários como inimigos da pátria e o alto investimento na propagação de informações nesse sentido, através dos órgãos de segurança e informação – que, após o AI-5, foram sendo

[17] EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
[18] SFAT, s.d., op. cit.

cada vez mais aperfeiçoados. Passou-se a estimular que os cidadãos denunciassem qualquer atividade que despertasse suspeitas.[19]

No entanto, há que se recordar que as esquerdas revolucionárias promoveram diversas ações para combater a propaganda negativa feita pela ditadura, muitas das quais tiveram impacto nacional, como as capturas de diplomatas trabalhadas nesta tese. Durante essas situações, a grande imprensa veiculou os manifestos elaborados pelas organizações, nos quais elas explicavam seus objetivos revolucionários, tentavam se colocar ao lado da classe trabalhadora brasileira rural e urbana, denunciavam a perseguição aos opositores do regime, o uso de tortura nas prisões e o assassinato e desaparecimento de militantes. Além disso, tratei de ações menores empreendidas pelos grupos, como distribuição de jornais e panfletos políticos e até mesmo de alimentos em bairros pobres, que tampouco parecem ter gerado simpatia e adesão generalizada da população à causa.

Observando especificamente o caso de Iara, aqui tratado, demonstrei e analisei suas múltiplas iniciativas, junto de seus companheiros da VPR e, depois, do MR-8, para se aproximar das "massas". A despeito disso, o isolamento jamais pôde ser rompido. Os caminhos para compreender os motivos para isso podem estar na cultura política brasileira, cujo aspecto mais central, segundo propõe Rodrigo Patto Sá Motta, seria a conciliação/acomodação: com o objetivo de manter as classes populares fora das disputas pelo poder e despolitizadas, "os grupos dirigentes buscaram acordos para evitar radicalizações e manter a ordem". Tal arranjo provoca um quadro político favorável a soluções "vindas de cima", sob o argumento de que a população brasileira é "naturalmente" pacífica e ordenada. Como resultado, Motta encontrou

> Traços de acomodação no comportamento político de setores populares, seja aceitando – ou, ao menos, não se rebelando contra – sua exclusão política, seja adotando padrões de comportamento moderado, *seja recusando apoio a propostas de mudanças radicais e preferindo soluções negociadas* à opção de acirrar os conflitos.[20]

O sentimento de recusa a propostas radicais e a preferência por ações moderadas foram recuperados em muitos dos relatos daqueles que conheceram Iara, aqui analisados. Dina Sfat deixou claro que ela e seu marido, colegas de Iara do Tusp, não estavam "na mesma luta que ela. [Que envolvia] qualquer coisa mais comprometedora, *violenta*".[21] Hamilton Safira, ginecologista que a atendeu em Serrinha, na Bahia, já nos últimos meses, também demonstrou recusa ao projeto da luta armada por sua radicalidade: "[Iara] dizia que não havia chance de

[19] CORDEIRO, Janaína Martins. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, 2019, p. 225.
[20] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018, p. 118, grifos meus.
[21] SFAT, s.d., op. cit., grifos meus.

saída pacífica, tinha que ser luta armada. Eu não participava da luta dela, só da minha, de formar a garotada. Nossa luta é demorada, se leva 20 anos para preparar uma geração".[22]

Fica claro, portanto, que as ações empreendidas pelas esquerdas revolucionárias não foram suficientes para romper o isolamento social que elas enfrentaram enquanto estiveram ativas, durante a ditadura. Tal isolamento foi identificado e abordado pela historiografia, sobretudo no que tange à admissão dessa realidade entre os próprios militantes, mas também a respeito da ressignificação deste cenário no pós-Anistia.[23] Isso porque, depois desse período, a narrativa memorial hegemônica substituiu a não adesão da sociedade ao projeto revolucionário pela ideia de que todos os brasileiros haviam se oposto à ditadura desde o golpe – o "mito da sociedade resistente": a ideia de um povo sempre combativo a um regime autoritário se apropria de episódios de resistência, mesmo que sejam de uma minoria, e apresenta-os como se tivessem sido comportamentos da sociedade inteira.[24] Portanto, pode-se dizer que os mitos "da sociedade vítima e resistente" ofuscam a complexidade da ditadura e de sua relação com os diversos setores brasileiros. Cabe destacar uma fala do historiador Daniel Aarão Reis: "como o regime durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse?".[25]

Contudo, muitos ecos da ditadura e seu autoritarismo seguem existindo no presente – e essa pesquisa esbarrou em alguns deles. Mesmo com a Lei de Acesso à Informação em vigência há mais de dez anos, o acesso a documentos do período foi dificultado e por vezes impedido, em diversas entidades ligadas ao poder público. O caso mais contundente foi com relação aos registros oficiais relativos à morte de Iara, sobretudo quanto à perícia do local onde ela foi assassinada e a necrópsia de seu corpo. Passados mais de 50 anos do dia em que Iara foi morta, autoridades ligadas ao governo federal e ao governo do estado da Bahia permanecem negando a existência desses registros e não permitem ações que investiguem seu paradeiro – não obstante sejam, na atualidade, predominantemente civis.

Retomo o ofício originário da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, citado na apresentação, que negou a abertura de sindicância para apurar o desaparecimento do laudo necroscópico do cadáver de Iara, sob a justificativa de que "não seria razoável se instaurar uma sindicância investigativa para apurar uma *suposta irregularidade* ocorrida, em tese, há

[22] ANDRADE, s.d., op. cit.
[23] REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan./jun. 2010; RIDENTI, 1993, op. cit.; ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila Neves de Almeida (org.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SALES, 2020, op. cit.
[24] GROPPO, 2015, op. cit., p. 43.
[25] REIS, 2010, op. cit., p. 174.

cerca de 50 anos".[26] Já a Diretoria-Geral da Polícia Federal, em resposta a requerimento feito em 2021, afirmou não ter encontrado provas do que chamou de "*possível operação policial* conduzida pela SR/PF/BA [Superintendência Regional/Polícia Federal/Bahia] em 1971", acrescentando: "caso a interessada tenha provas de que a informação exista e foi extraviada, poderá [enviar] Mensagem Eletrônica de Recurso".[27] O que se observa é que, a despeito de todos os avanços quanto ao assassinato da biografada, ambos os órgãos, na década de 2020, não admitiram sua participação na operação e, mesmo quando fornecidas as provas solicitadas, continuaram alegando inexistência de registros em seus arquivos.

Cabe destacar que, no caso da Polícia Federal e dos recursos interpostos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, houve uma ligeira mudança de postura entre o intervalo de 2020-2022 e o ano de 2023, o último desta pesquisa. Isso ocorreu devido à mudança na gestão do governo federal, cujo cargo máximo era antes ocupado por Jair Messias Bolsonaro, político de extrema direita e notório apoidor do antigo regime ditatorial. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e seu primeiro ano de gestão, a PF não mais negou seu envolvimento na operação da Bahia, porém seguiu declarando não possuir documentos sobre o ocorrido.[28]

Surpreendentemente, a USP, universidade onde Iara se formou e trabalhou como professora, foi outra instituição pública a dificultar o acesso a documentos, conforme mencionado ao longo da tese. Acredito que isso tenha ocorrido, em alguns momentos, por desorganização arquivística, mas em outros ficou claro que o que houve foi a eliminação deliberada dos registros (no passado), com o objetivo de ocultar as relações da universidade com a ditadura, e/ou de seus professores e estudantes com as esquerdas revolucionárias. O desconhecimento dos funcionários de diversas repartições a respeito da Lei de Acesso à Informação agravou ainda mais o caso, deixando silêncios significativos nesta pesquisa.

Todavia, outros silêncios importantes puderam ser explorados e problematizados, através da análise da história de vida de Iara Iavelberg. Ao longo do trabalho, evidenciou-se o caráter conservador e moralista das organizações revolucionárias: não obstante se coloquem como revolucionárias em *todos os sentidos*, sobretudo em relatos posteriores à ditadura,[29] as organizações marginalizavam e subjugavam mulheres e outros grupos minoritários, como homossexuais e indígenas – para me manter nos casos aqui analisados.

---

[26] SOBRAL, Adagilson Campos. *Parecer: AS 54/2021*. Processo SEI n° 020.4502.2021.0005860-16. Salvador, 15 jul. 2021.
[27] SANTOS, Felipe Uchoa; TORRES, Anderson Gustavo. *Decisão do Ministro n° 514/2021*. Recurso em segunda instância impetrado contra decisão da PF. Brasília, 17 jun. 2021.
[28] RODRIGUES, Andrei Augusto Passos. *Mensagem Eletrônica no 53/2023 - GAB/PF*. 08198.008528/2023-73. Brasília, s.d.
[29] SEIXAS, 2020, op. cit.

Nas quatro organizações as quais foi ligada, Iara sofreu, de forma mais explícita ou sutil, com a dominação masculina, principalmente ao não conseguir corresponder aos padrões tidos ideais para as mulheres. Ela não foi a única: as militantes, em geral, eram relegadas a atividades tidas como "femininas" e, portanto, delicadas e pacíficas, por não se adequarem à figura "masculina" do guerrilheiro, que deveria ser forte, viril e agressivo. Foi possível distinguir uma nova "classe" de mulheres dentro das organizações estudadas, as "esposas", que não eram sequer vistas como militantes, embora exercessem todo o trabalho reprodutivo necessário para manter o cotidiano nos aparelhos em bom funcionamento. Suas vidas carecem de estudos mais aprofundados. Esse, no entanto, não era o caso de Iara, que por vezes era vista como capaz de contribuir intelectualmente para a base teórica dos grupos e, em outras, considerada (pequeno) burguesa demais para essas atividades. Portanto, ao contrário do que parte da historiografia sobre o assunto apregoa,[30] as evidências apontaram indiscutivelmente para a influência direta dos papéis de gênero na distribuição de tarefas, internas e externas, e na própria definição da pessoa como militante ou não.

O machismo dos militantes foi observado não só nas sutilezas, como também em situações mais explícitas de objetificação, hipersexualização, assédio e estupro. Coletar dados e evidências a respeito destes casos é uma tarefa árdua, em função do trauma e descrédito que pesa sobre as vítimas, e devido à grande heroicização das esquerdas revolucionárias e seus integrantes, empreendida pelas narrativas memoriais. No entanto, é necessário que cada vez mais estudos se debrucem nesse tópico, para que se dê visibilidade às vivências destas mulheres e, ademais, para historicizar as organizações e seus integrantes. Identificar a influência do patriarcado moderno nos grupos de esquerda não significa igualá-los à ditadura ou deslegitimar sua atuação, mas sim entendê-los como produtos de sua época, superando a idealização, armadilha da qual o historiador deve sempre fugir.

Diante de todos esses temas abordados, a biografia histórica se mostrou uma importante ferramenta no ofício do historiador para demonstrar que indivíduos são complexos, frequentemente contraditórios, influenciadores dos contextos nos quais estão inseridos e por eles influenciados. Nesse sentido, para além da musa e da amante, esta tese demonstrou que categorias generalizantes como "musa" ou "amante" são limitadas para definirem Iara Iavelberg. Em seus, à primeira vista curtos, 27 anos, ela foi uma mulher de seu tempo e, ao

[30] RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada*: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda, 2018.

vivê-lo e mudá-lo, deixou vestígios imprescindíveis para aqueles que pretendem compreendê-lo.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARQUIVOS, CENTROS DE MEMÓRIA E BIBLIOTECAS

Arquivo da 3ª Vara da Família e Sucessões

SÃO PAULO. Foro Central Cível/3ª Vara da Família e Sucessões. *Desquite: Samuel Haberkorn e Iara Haberkorn*. 1 vol., 9 mar. 1965.

_____. Foro Central Cível/3ª Vara da Família e Sucessões. *Revisão de pensão alimentícia*. Autora: Iara Iavelberg. Réu: Samuel Haberkorn. 1 vol., 14 out. 1966.

Arquivo Geral da USP

AGUSP. *Solução para a crise de excedentes nos vestibulares nas escolas de ensino superior, neste estado*, 1967. Processo 67.1.14498.1.2 - DADAI.

Arquivo Nacional

ARQUIVO NACIONAL. *Atividades da CE Operação Bandeirante - Dossiê*, 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003285.

_____. *Carta-diário de Carlos Lamarca para sua amante Iara Iavelberg*. Rio de Janeiro, 1971. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.167.

_____. *Cartazes*. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71036505.

_____. Declarações prestadas de próprio punho por Maria do Carmo Brito à equipe de interrogatório preliminar C/1, no dia 4 de maio de 1970. In: *Atividades da Operação Bandeirante*, 20 mai. 1970. Fundo Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092000545201529.

_____. *Declarações prestadas por subversivos à "Operação Bandeirante"*, 10 nov. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70022235.

_____. *Dossiê*, 1973. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores, BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PTN.77.

_____. *Dossiê - Gabinete da Presidência da Petrobras*. 1970-1977. Fundo Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, BR RJANRIO HF.0.SEG.5.

_____. *Dossiê - Iara Iavelberg.* São Paulo, 27 mar. 1996. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.313.

_____. Dossiê sem título obtido pela CNV*,* s.d. Fundo Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV.0.VDH.00092001498201379.

_____. *Encaminhamento n° 34/QG-4*, 2 mai. 1968. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0.0.3144.

_____. *Encaminhamento n° 304/CISA-RJ*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71034142.

_____. *Encaminhamento n° 643/SNI/ASP/1970 – Carlos Franklin Paixão Araújo*, 5 nov. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011898.

_____. *Encaminhamento n° 2949/970/SNI/AC - José Araújo da Nóbrega*, 5 nov. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.70008083.

_____. *Fotografia - Carlos Lamarca*, s.d. Fundo Correio da Manhã, BR RJANRIO PH.0.FOT.20572.

_____. *Fotografias - Operação Pajussara*. Salvador, 1971. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, BR DFANBSB AT0.0.0.165.

_____. *Informe n° 3 NASV/SNI/69*. Brasília, 10 jan. 1969. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.83005155.
_____. *Informe n° 0995/SC-3*. Rio de Janeiro, 13 set. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83007774.
_____. *Informação n° 017/SNI/ABH/70*, 30 jan. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA. 70023092.
_____. *Informação n° 22/506/71*. Brasília, 31 abr. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71039479.
_____. *Informação n°100/SNI/ASP/1970 – Curso de Psicologia da USP*, 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81007978.
_____. *Informação n° 165/00-4*, 14 jul. 1966. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0.0.9897.
_____. *Informação n° 218/EMAER – Movimento Estudantil*, 4 jul. 1967. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. BR DFANBSB VAZ.0.0.35427.
_____. *Informação n° 0222/CISA-ESC RCD*. Rio de Janeiro, 27 jun. 1972. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72047375.
_____. *Informação n° 0239*, 18 abr. 1968. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.68008643, p. 36.
_____. *Informação n° 268/DSEG4*. Rio de Janeiro, 1 abr. 1971. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0.0.2019.
_____. *Informação n° 340*, 14 set. 1966. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, BR RJANRIO TT.0.MCP, PRO.123.
_____. *Informação n° 407/CISA-RJ*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71036740.
_____. *Informação n° 598/66 - Congresso da UNE*, 12 ago. 1966. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011224.
_____. *Informação n° 748*, 22 abr. 1968. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81009057.
_____. *Informação n° 1393/70 - Declarações de Celso Lungaretti*, 22 jul. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004044.
_____. *Informação n° 2039/CIE/69*. Brasília, 26 set. 1969. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003400.
_____. *Informação n° 2794-A/78 - Maria Nazareth Cunha da Rocha*. Rio de Janeiro, 12 set. 1978. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.78005229.
_____. *Informe n° 44/QG-4*, 25 mar. 1968. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, BR DFANBSB VAZ.0.0.10331.
_____. *Informe n° 0164-78-SI/SI/DPF/BA*. Salvador, 21 jul. 1978. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.81002485.
_____. *Protocolo n°1511/SNI/SI-Gab/70 - Relatório da Operação Registro*, 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.70015755.
_____. *Relatório do Departamento Federal de Segurança Pública para o Serviço Nacional de Informações sobre o XXVII Congresso da UNE*, 27 jul. 1965. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65096746.
_____. *Relatório da Operação Pajussara*. Salvador, 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71041397.
_____. *Relatório especial de informações n° 3/69*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1969. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83007936.
_____. *Requerimento para aprovação da peça: Os fuzis da senhora Carrar*, s.d. Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, BR DFANBSB NS.CPR.TEA, PTE.370.

_____. *Resumo de declarações*. São Paulo, 13 mai. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80003993.
_____. *Resumo de declarações*. São Paulo, 8 jul. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008182.
_____. *Resumo de declarações*. São Paulo, 2 dez. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008110.
_____. *Resumos de declarações*. São Paulo, 5 ago. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008405.
_____. *Resumo de declarações*. São Paulo, 30 abr. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008514.
_____. *Resumo de declarações*. São Paulo, 3 mai. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81008519.
_____. *Resumos de declarações*. São Paulo, 12 mai. 1971. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80002721.
_____. *Resumo de declarações prestadas por Laerte Caiuby Coaracy, à Equipe de Interrogatório Preliminar C/2, no dia 30 de julho de 1970, das 2200 às 2300.* Fundo Comissão Nacional da Verdade, BR RJANRIO CNV 0 ERE 00092000545201529.v.03.
_____. *Resumo de declarações - grade de presos*, 22 dez. 1970. Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.81006000.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)
APESP. *Boletim informativo do SNI n° 142*, 18 jun. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
_____. *Caderno manuscrito de Iara Iavelberg apreendido pelo DEOPS-SP*, s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Pasta 30-Z-160.
_____. *Declarações que presta Eduardo Kugelmas*, 6 jan. 1968. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-15.875.
_____. *Declarações prestadas por Joaquim dos Santos (...) à equipe de interrogatório preliminar "B2", no dia 1° de maio de 1970*. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Pasta 50-Z-009-074/13.368.
_____. *Declarações que presta Job Alves dos Santos (...) à Equipe de Interrogatório Preliminar "B", das 2300 às* [ilegível]*, em 27 mar. 1971*. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Pasta 50-Z-009-158/32.771.
_____. *Delegacia de Ordem Social – Dossiê de depoimentos produzidos pelo DOI-Codi (Pasta 2339)*, 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS02339.
_____. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 116)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001037.
_____. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 141)*, 1970-1982. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001057.
_____. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 208)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001139.
_____. *Delegacia de Ordem Social – Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI (Pasta 209)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS001140.

_____. *Delegacia de Ordem Social – Dossiê Ministérios (Ministério da Marinha – Pasta 01)*, 1967-1976. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS000274.
_____. *Delegacia de Ordem Social – Dossiê Preliminares (declarações prestadas)*, 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSOS000171.
_____. *Ficha - André Belink de Gouveia*, 12 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR SPAPESP DEOPSSPOSFTEXSNG001947.
_____. *Ficha - Iara Habercon "Leda"*, s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXNSI000018.
_____. *Ficha - Maria Aparecida Faria Pacheco*, s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, Departamento de Comunicação Social, DCSP00045.
_____. *Lista geral de passageiros - Eubee*. Santos, 12 set. 1931.
_____. *Lista geral de passageiros - Josephine Charlotte*. Santos, 27 jan. 1931.
_____. *Material apreendido no 'aparelho' de Dimas Antônio Casemiro (...), em 17 de abril de 1971, pela equipe de busca C-2*. Fundo Secretaria da Segurança Pública, 30-Z-160-9938.
_____. *Material apreendido no 'aparelho' de Ladislas Dowbor (...), à rua Abílio Soares, 153, em 21 de abril de 1970.* Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-5671.
_____. *Pasta 50-Z-009-077*. Fundo Serviço Nacional de Informações, DEOPS-SP, Arquivo Geral.
_____. *Pasta 50-Z-009-086.* Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Arquivo Geral.
_____. *Prontuário - Iara Iavelberg,* s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Prontuário n° 100.461.
_____. *Prontuário - Iara Iavelberg,* s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Prontuário n° 104.850.
_____. *Prontuário - Iara Iavelberg,* s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DOPS-Santos, Prontuário n° 1.997
_____. *Relatório sobre São Paulo*, s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-9603.
_____. *Resumo de declarações prestadas por Antônio de Pádua de Prado Junior (...) à Equipe Interrogatório Preliminar C/2, no dia 28 de maio de 1970 das 0900 às 1200 horas*. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, Pasta 50-Z-009-078/14.169.
_____; A. *Comunicado*. 13 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.048.
_____; ALN; MR-8; VPR; MRT. *Manifesto contra a farsa eleitoral - Ao povo brasileiro*, out. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-14.619.
_____; CLÁUDIO. *Ao Comando da VPR*. 22 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.043.
_____; CLÁUDIO. *Contra o cupulismo*. 11 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-60-10.056.
_____; CLÁUDIO. *É hora de negar as ilusões*. 18 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
_____; CLÁUDIO. *Pelo leninismo*. 10 mar. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.047.
_____; CLÁUDIO. *Resistência a quê?* 25 jan. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10045.
_____; COMANDO VPR. *Aos companheiros da VPR no Chile*. 1 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
_____; COMANDO VPR. *Resposta à companheira Raquel*. 13 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.050.

_____; COMANDO VPR. *Resposta ao companheiro Otávio.* 7 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-60-10.053.
_____; FELIPE. *Carta a Carlos Lamarca (cópia datilografada no CISA)*. 5 abr. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 50-D-26-3287.
_____; LAMARCA, Carlos. Ainda sobre o quem é quem. s.d. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
_____; LEILA. *Aos companheiros que militam na VPR*. 1 abr. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.040.
_____; NORMA. *Frente à política do fato consumado...* 25 nov. 1970. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.044.
_____; RAQUEL. *Ao comandante-em-chefe da VPR. Carta aberta a toda a Org.* 15 jan. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10.051.
_____; VAN. *"Um futuro nebuloso para a guerrilha urbana"*. 14 fev. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP.
_____; VPR. *Análise política do sequestro do embaixador suíço.* 30 jan. 1971. Fundo Secretaria da Segurança Pública, DEOPS-SP, 30-Z-160-10038.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)
APERJ. *Prontuário n° 12.819 - Yara Yavelberg*. Fundo Departamento de Ordem Social.

Biblioteca do IBGE
FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil - 1965.* Rio de Janeiro, v. 26, 1965.
_____. *Anuário estatístico do Brasil - 1966.* Rio de Janeiro, v. 27, 1966
_____. *Anuário estatístico do Brasil - 1967.* Rio de Janeiro, v. 28, 1967.
_____. *Anuário estatístico do Brasil - 1969.* Rio de Janeiro, v. 30, 1969.

Biblioteca do INEP
MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Estatísticas da educação nacional (1960-1971)*. Rio de Janeiro: SEEC-MEC, 1972.

Brasil: Nunca Mais
BRASIL: NUNCA MAIS. *Política Operária.* Informe nacional n° 59, 8 abr. 1967. BNM 042, p. 1139. Disponível em: https://bit.ly/3BCTZTA. Acesso em: 11 mar. 2022.
_____. Fotografias - Pasta 02, s.d. Arquivo Edgard Leuenroth. Disponível em: <https://bit.ly/3Sysuzw>. Acesso em: 27 set. 2022.
BNM 412. Disponível em: https://bit.ly/3CXIbL8. Acesso em: 19 jan. 2023.

Brown University Library
ROUNTREE, William M. *Lamarca in Salvador Area*. Brasília, 26 ago. 1971. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository, Brown University Library.

Centro de Documentação e Memória da UNESP
LAMARCA, Carlos. *À esquerda revolucionária*. ago. 1971. Centro de Documentação e Memória da UNESP, Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB), 03.195, 1.
MR-8. *Comunicado n° 2*. Santiago, out. 1971. Centro de Documentação e Memória da UNESP, Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB), 03.195, 1b.

Centro de Estudos Victor Meyer

CENTRO de Estudos Victor Meyer. *Estatutos da ORM-Política Operária*, jan. 1966. Disponível em: https://bit.ly/3vzzlzE. Acesso em: 31 jan. 2022.

Escola Estadual Alexandre de Gusmão
COLÉGIO Estadual e Escola Normal Alexandre de Gusmão. *Ficha individual do ano letivo de 1962 - Iara Haberkorn*. 1962. Escola Estadual Alexandre de Gusmão, Arquivo.
COLÉGIO Estadual Presidente Roosevelt - Edifício Anexo E. N. e G. B. Alexandre de Gusmão. *Histórico do Científico - Iara Haberkorn*. 19 set. 1961. Escola Estadual Alexandre de Gusmão, Arquivo.
_____. *Ficha individual do ano letivo de 1962 - Iara Haberkorn*. 2 jan. 1962. Escola Estadual Alexandre de Gusmão, Arquivo.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP)
FFCL-USP. *Portaria de instrutor voluntário - Iara Iavelberg*, 3 jun. 1968. 4 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Assistência Administrativa.

Instituto de Estudos Brasileiros (USP)
REVISÃO conta coisas de e para calouros. São Paulo: Departamento de Publicações - Grêmio da Filosofia USP, 1967. Disponível em: Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (USP).

Instituto de Psicologia (USP)
FFCL-USP. Curso Superior - Iara Iavelberg. s.d. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
_____. Histórico de graduação de Iara Iavelberg. 1965. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
_____. Matrícula de 1963 – Iara Haberkorn. 14 mar. 1963. 9 f. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
_____. Matrícula de 1964 – Iara Haberkorn. 13 mar. 1964. 1 f. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
_____. Matrícula de 1965 – Iara Haberkorn. 25 fev. 1965. 4 f. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.
_____. Requerimento de diplomas - Iara Iavelberg, 19 ago. 1968. 8 f. Instituto de Psicologia, Assistência Acadêmica.

Superior Tribunal Militar (STM)
STM. *Apelação 37.637*, São Paulo, 2 volumes, 1 apenso, 1969.
_____. *Apelação 37.801*, São Paulo, 2 volumes, 1970.
_____. *Apelação 38.358*. Guanabara, 3 volumes, 1970.
_____. *Apelação 38.546*, São Paulo, 3 volumes, 1 apenso, 1972.
_____. *Apelação 39.049*, São Paulo, 4 volumes, 1971.
_____. *Apelação 39.093*, São Paulo, 15 volumes, 1 apenso, 1975.
_____. *Apelação 39.100*, São Paulo, 3 volumes, 1979.
_____. *Apelação 39.155*, Pernambuco, 4 volumes, 3 apensos, 1972.
_____. *Apelação 39.177*, São Paulo, 1 volume, 1 apenso, 1972.
_____. *Apelação 39.544*, Rio de Janeiro, 4 volumes, 1 apenso, 1978.
_____. *Apelação 39.769*, Rio Grande do Sul, 7 volumes, 2 apensos, 1974.
_____. *Apelação 39.819*, Rio de Janeiro, 2 volumes, 1 apenso, 1973.
_____. *Apelação 40.113*. Bahia, 4 volumes, 2 apensos, 1973.
_____. *Apelação 40.233*, São Paulo, 11 volumes, 2 apensos, 1978.
_____. *Apelação 40.376*, Guanabara, 2 volumes, 1974.

_____. *Autos findos 40.503*, São Paulo, 6 volumes, 1 apenso, 1974.
_____. *Apelação 40.898*, Guanabara, 14 volumes, 1975.
_____. *Apelação 41.761*, São Paulo, 33 volumes, 1979.
_____. *Autos Findos 90*. Bahia, 2 volumes, 1975.
_____. *Autos findos 234*, São Paulo, 1 volume, 1965.
_____. *Autos findos 1.042*, São Paulo, 7 volumes, 1 apenso, 1979.
_____. *Autos findos 1.043*, São Paulo, 3 volumes, 1979.
_____. *Autos findos 1.452*, São Paulo, 18 volumes, 1 apenso, 1979.
_____. *Habeas corpus 30.519*. Rio de Janeiro, 1 volume, 1971.

AUDIOVISUAIS

CARTAS da Bessarábia. Direção e roteiro: Leila Sterenberg. Rio de Janeiro: Globonews, 2016. Disponível em plataforma digital (1h08min), son., colorido.
COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. Comissão da Verdade de SP ouve depoimento sobre Joelson Crispim, Henrique Ornellas e Carlos Zanirato, 24 abr. 2013. Disponível em: https://bit.ly/3CtrciR. Acesso em: 13 out. 2022.
EDUCAR e resistir. Direção e roteiro: Moira Toledo, Renata Druck e Paulo Pastorelo. São Paulo: Cinema Elétrico, Ebisu Filmes e Ouroboros Cinema e Educação, 2022. Disponível em plataforma digital (1h19min), son., colorido.
EM busca de Anselmo. Direção: Carlos Alberto Jr. São Paulo: HBO Max, 2021. Disponível em plataforma digital (5 episódios), son., colorido.
EM busca de Iara. Direção: Flávio Frederico. Roteirista: Mariana Pamplona. São Paulo: Produtora Kinoscópio, 2014. Disponível em plataforma digital (90 min), son., colorido.
NÃO é hora de chorar. Direção: Luiz Alberto Barreto Leite Sanz e Pedro Chaskel. Chile: Departamento de Cinema da Universidade do Chile (Cine Experimental), 1971. Disponível em plataforma digital (37 min), son., preto e branco.
OS arrependidos. Direção: Ricardo Calil e Armando Tenore. São Paulo: Muiraquitã Filmes, 2021. Disponível em plataforma digital (83 min), son., preto e branco.
UNIVERSIDADE em crise. Direção: Renato Tapajós. São Paulo: Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP; C.A. - Cásper Líbero, 1966. Disponível em plataforma digital (19 min), son., preto e branco.

Cinemateca Brasileira

CINEMATECA BRASILEIRA. *Massafumi Yoshinaga - Entrevista sobre crimes que cometeu junto com grupo terrorista de Lamarca*. São Paulo, 2 jul. 1970. 1 arquivo de vídeo, 7’07”, p&b. Banco de Conteúdos Culturais, TV Tupi, código 15244-01.

ENTREVISTAS

Comissão Nacional da Verdade

ALVERGA, Alex Polari. Entrevista concedida a Pedro Cunha, Mauro Yared, Cleber Peralta, Carolina Campos e Eduardo Schnor para a Comissão Nacional da Verdade. *Comissão Nacional da Verdade*, Brasília, 12 set. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3AfBuCu. Acesso em: 20 abr. 2023.
FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz; OLIVEIRA, Pedro Lobo. Entrevista concedida a Maria Rosa Loula e Paulo Cunha para a Comissão Nacional da Verdade. *Comissão Nacional da Verdade*, Brasília, 19 mar. 2013. Disponível em: https://bit.ly/3PafazM. Acesso em: 11 jul. 2022.
RODRIGUES, Darcy. Entrevista concedida a Maria Rosa Loula e Paulo Cunha para a Comissão Nacional da Verdade. *Comissão Nacional da Verdade*, Brasília, 19 mar. 2013. Disponível em: https://bit.ly/3sURmqv. Acesso em: 11 jul. 2022.

Da autora

ABRAMOVAY, Miriam. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 18 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 42’01”, acervo pessoal.
ALMADA, Izaías do Vale. Entrevista concedida de forma remota. Madrid, 20 out 2022. 1 arquivo de áudio, 1°52’17”, acervo pessoal.
AMARAL, Roberto Cardoso Ferraz do. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 24 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 52’01’’, acervo pessoal.
ANDRADE, Renata Ferraz Guerra de. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 11 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 48’41’’, acervo pessoal.
BAGATINI, José Arthur Moreira. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 3 dez. 2020. 1 arquivo audiovisual, 53’24”, acervo pessoal.
BARROS, Elias Mallet da Rocha. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 2 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1°6’21’’, acervo pessoal.
CARVALHO, Maria do Carmo Reginato Gama. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 13 jul. 2021. 1 arquivo audiovisual, 59’01’’, acervo pessoal.
CARVALHO, Maria Lúcia. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 13 mar. 2021. 1 arquivo audiovisual, 1º21’23”, acervo pessoal.
CARVALHO, Pedrina José de. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 31 mar. 2021. 1 arquivo de áudio, 48’16”, acervo pessoal.
COARACY, Laerte Caiuby. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 26 fev. 2021. 1 arquivo de áudio, 19’01’’, acervo pessoal.
COSTA, Albertina G. O. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 9 dez. 2020. 1 arquivo audiovisual, 47’13”, acervo pessoal.
CRISPIM, Denise Peres. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 1 out 2020. 1 arquivo audiovisual, 2º03’33’’, acervo pessoal.
DIAS, Rui Berford. Entrevista concedida de forma remota. Madrid, 20 abr. 2023. 1 arquivo audiovisual, 33’08”, acervo pessoal.
DINIZ, Wellington Moreira. Entrevista concedida em Prudente de Morais, 12 set. 2022. 1 arquivo de áudio, 3º14’44”, acervo pessoal.
DIRCEU, José. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 17 nov. 2020. 1 arquivo audiovisual, 54’55’’, acervo pessoal.
FARHI, Maryse. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 22 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 44’31”, acervo pessoal.
FAVA, Wilson Egídio. Entrevista concedida de forma remota. Madrid, 11 jan. 2022. 1 arquivo audiovisual, 2º31’, acervo pessoal.
FERREIRA, Silvério Soares. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 3 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 52’35”, acervo pessoal.
FERRO, Sérgio. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 24 ago. 2021. 1 arquivo de áudio, 1º10’53’’, acervo pessoal.
GOPFERT, Edmauro. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 1 out. 2020. 1 arquivo de áudio, 55’10”, acervo pessoal.
HABER, Myriam. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 2 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 30’32”, acervo pessoal.
HECK, Carlos Henrique. Anotações a partir de entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 14 e 16 jul. 2021. 1 arquivo de texto, acervo pessoal.
HECK, Marina. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 18 jan. 2021. 1 arquivo audiovisual, 1º27’22’’, acervo pessoal.
IAVELBERG, Raul. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 31 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 54’23”, acervo pessoal.

IAVELBERG, Samuel. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 20 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 56’54”, acervo pessoal.
_____. Entrevista concedida de forma remota. Madrid, 15 nov. 2022. 1 arquivo doc., acervo pessoal.
LIMA FILHO, Honório. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 29 abr. 2021. 1 arquivo audiovisual, 29’25”, acervo pessoal.
LUNGARETTI, Celso. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 8 out. 2020. 1 arquivo de áudio, 2°05’51’’, acervo pessoal.
MADEIRA, Felícia Reicher. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 18 nov. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º37’37”, acervo pessoal.
MAGALDI, Maria Clotilde. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 18 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º11’35”, acervo pessoal.
MARRA, Evelise de Souza. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 28 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º8’22”, acervo pessoal.
MARTINS, Irani das Graças. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 17 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 31’43”, acervo pessoal.
MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 4 dez. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º25’42”, acervo pessoal.
MENKES, Roberto. Entrevista concedida de forma remota. Madrid, 21 fev. 2023. 1 arquivo audiovisual, 1º5’52”, acervo pessoal.
MORAES, João Kfouri Quartim de. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 27 ago. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1°16’05’’, acervo pessoal.
MORAES, Maria Lygia Quartim de. Entrevista concedida de forma remota. Madrid, 22 jun. 2022. 1 arquivo de áudio, 1°08’42’’, acervo pessoal.
MOTTA, Ana Matilde Tenório da. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 2 set. 2022. 1 arquivo audiovisual, 1º51’25’’, acervo pessoal.
NASCIMENTO, Zuleide Aparecida do. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 9 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 14’56”, acervo pessoal.
NÓBREGA, José Araújo de. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 14 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 38’44”, acervo pessoal.
NOVAIS, Atamilca. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 1 mai. 2021. 2 arquivos de áudio, 27’17” e 7’05”, acervo pessoal.
OSAVA, Chizuo. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 1 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 58’16”, acervo pessoal.
PRADO JR., Antônio de Pádua. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 9 nov. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º01’15’’, acervo pessoal.
PUGLIESE, José Ivan Dantas. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 19 fev. 2021. 1 arquivo audiovisual, 52’49”, acervo pessoal.
REIS, Ieda dos. Entrevista concedida de forma remota. Madrid, 11 mai. 2022. 1 arquivo de áudio, 47’13”, acervo pessoal.
RIBEIRO, José Olavo Leite. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 28 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 33’23’’, acervo pessoal.
SARAPU, Lucia Vieira. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 16 mar. 2021. 1 arquivo de áudio, 1º12’28”, acervo pessoal.
SCHEINBERG, Cecília. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 16 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º28’54”, acervo pessoal.
SCHREIER, Shirley. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 16 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 2º48’14”, acervo pessoal.
SEIXAS, Ivan A. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 28 ago. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º10’07”, acervo pessoal.

SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 26 mar. 2021. 1 arquivo audiovisual, 1º46’05”, acervo pessoal.
SOUZA, Ubiratan de. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 1 out. 2021. 1 arquivo de áudio, 2º19’37”, acervo pessoal.
STROZENBERG, Flora. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 27 abr. 2021. 1 arquivo de áudio, 58’16’’, acervo pessoal.
TSCHIPTSCHIN, Marina. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 02 fev. 2021. 1 arquivo de áudio, 44’13’’, acervo pessoal.
VENCESLAU, Paulo de Tarso. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 29 set. 2020. 1 arquivo audiovisual, 1º24’21”, acervo pessoal.
VILLELA, Moacyr Urbano. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 1 jul. 2021. 1 arquivo audiovisual, 55’32’’, acervo pessoal.
WILLER, Claudio. Entrevista concedida de forma remota. São Paulo, 14 out. 2020. 1 arquivo audiovisual, 44’10’’, acervo pessoal.

Judith Patarra

ABRAMOVAY, Miriam. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ADES, César. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ALMEIDA, Antônio Eduardo Vieira de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
AMARAL, Roberto Cardoso Ferreira do. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ANDRADE, Hamilton Safira. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Serrinha, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ANDRADE, Renata Ferraz Guerra de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1987. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ARAÚJO, Carlos Franklin Paixão de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ARCHÂNGELO, Jocimar. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
BAR, Décio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
BARONE, Júlio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
BARROS, Elias Mallet da Rocha. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
BENJAMIN, César Queiróiz. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
BOSI, Ecléa. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
BRITO, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

CAMPOS, Altair Lucchesi. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
CARVALHO, Herbert Eustáquio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
CARVALHO, Luiz Arthur de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
CARVALHO, Maria do Carmo Reginato. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
CARVALHO, Maria Lúcia. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
CIPOLLA, Antônia Brandão. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
COSTA, Albertina G. O. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
COSTA, Evandir Rocha. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
CUNHA, Lúcia Bernadeth. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
CZERESNIA, Ida Klain. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
DIRCEU, José. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
DOMINGUES, Agripino Alberto. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
DOWBOR, Ladislau. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
FERREIRA, Almir Dutton. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ELLENBOGEN, Shirley Weiser. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ENGELMANN, Arno. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ESPINOSA, Antônio Roberto. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
FARHI, Maryse. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
Almir Dutton. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
FERREIRA, Silvério Soares. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
FERREIRA FILHO, Aloysio Nunes. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1988. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
FERRO, Sérgio; FERRO, Ediane Lobão. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

FIGUEIREDO, Antonio José de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
FIKER, Raul. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
FINGERMANN, Maria Inês; PRÓSPERO, Maria Antonieta; FINGERMANN, Henrique. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
FORJAZ, Maria Cecília Spina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
GALVÃO, Walnice Nogueira. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
GLASBERG, Rubens. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
GOMEZ, Paulo José. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
GOUVEIA, Maria Alice Machado. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
GUARIBA NETTO, Ulysses Telles. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
HAHN, Maria Lúcia Campello. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
HECK, Carlos Henrique. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
HECK, Marina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
IAVELBERG, David; IAVELBERG, Eva. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1988. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
IAVELBERG, Moisés. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
IAVELBERG, Raul. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1984. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
IAVELBERG, Rosa. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
IAVELBERG, Samuel. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
KAMEYAMA, Ceici. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
KOLLERTIZ, Fernando. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
KUGELMAS, Eduardo. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
LAFORET, Renato Perreault de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
LAFOZ, Sonia. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
LANDA, Fábio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

LAZNIK, Marie-Christine. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
LEME, Maria Alice V. da S. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
LIMA, Sérgio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
LIMA FILHO, Honório. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MADEIRA, Felícia Reicher. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
_____; SCHREIER, Shirley. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MAGALDI, Maria Clotilde. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MAIA, Dulce. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MANTOVANI, Jovelina Tonello; NASCIMENTO, Manoel Dias do. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MARINHO, Geísa Holanda. Entrevista concedida a Conceição Lemes. Brasília, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MARRA, Evelise de Souza. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
_____; SOUSA, Clarilza Prado de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MASUR, Jandira. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MAUTNER, Anna Veronica. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MEDEIROS, Marcos. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MORAES, João Carlos Kfouri Quartim de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
MUNIZ, Carlos Alberto; MUNIZ, Maria Ângela C. O. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
NANNI, Rodolfo. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
OLIVEIRA, Zenaide Machado de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
OSAVA, Chizuo. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
PRADO JR., Antônio de Pádua; PRADO, Iara Areias. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

PUGLIESE, José Ivan Dantas. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
RAIMUNDO; LAURA. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
REZENDE, Paulo Andrade. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
RODRIGUES, Darcy. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
RODRIGUES NETTO, Leôncio Martins. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ROMEU, Inês Etienne. Entrevista concedida a interlocutor não identificado. Fortaleza, 6 abr. 1980. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
_____. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ROSENBERG, Rachel. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
ROUSSEFF, Dilma Vana. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SADER, Eder. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
_____; SADER, Regina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SADER, Emir. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SALGADO, João Lopes. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SALLES, Francisco. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SAMPAIO, Benedicto Arthur. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SANTOS, Ana Maria. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SARAPU, Lucia Vieira. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SARAPU, Valdir. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SCHWARZ, Roberto. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SCHEINBERG, Cecília. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SCHREIER, Jaime. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 fita-cassete, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SEIXAS, Ivan A. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SEVERO, José. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SFAT, Dina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1988. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

SILVA, Jaileno Sampaio da. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. Salvador, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SOLA, Lourdes. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SOUZA, José Carlos de. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
SPINK, Mary Jane Paris. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
TRAIMAN, Edite. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
TSCHIPTSCHIN, Marina. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
TOZZI, Claudio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
VILLELA, Moacyr Urbano. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, s.d. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.
WILLER, Cláudio. Entrevista concedida a Judith Lieblich Patarra. São Paulo, 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Judith Patarra.

Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil (AEL)
BENJAMIN, César Queiróz. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro, 28 jan. 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil.
BRITO, Maria do Carmo; OSAVA, Chizuo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro, 27 jan. 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil.
ESPINOSA, Antônio Roberto. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. Osasco, 20 jan. 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil.
MORAES, João Quartim Kfouri de. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. São Paulo, 19 fev. 1986. 1 transcrição datilografada, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Unicamp, Fundo Militância Política e Luta Armada no Brasil.

VIDECOM
BRITO, Maria do Carmo. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 32’45”. Acervo VIDECOM.
CARVALHO, Maria Lúcia. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 59’32”. Acervo VIDECOM.
DIRCEU, José. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 47’25”. Acervo VIDECOM.
IAVELBERG, Rosa. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 50’02”. Acervo VIDECOM.
IAVELBERG, Samuel. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 57’31”. Acervo VIDECOM.
PATARRA, Judith Lieblich. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 59’02”. Acervo VIDECOM.
RODRIGUES, Darcy. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 1°6’59”. Acervo VIDECOM.
SIRKIS, Alfredo. Entrevista concedida a Alberto Baumstein e Renato Sacerdote. São Paulo, 1993. 1 arquivo audiovisual, 37’31”. Acervo VIDECOM.

Wilson Mário Pinheiro
CAMPOS, Emanuel Cerqueira. Entrevista concedida a Wilson Mário Pinheiro. Santa Terezinha, 4 mai. 2023. 1 transcrição, acervo pessoal de Wilson Pinheiro.

E-MAILS

BARROS, Elias da Rocha. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 14 fev. 2022.
_____. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 28 jul. 2022.
_____. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 5 out. 2022.
CARDOSO, Jary. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 4 set. 2021.
_____. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 7 set. 2021.
_____. Assunto do e-mail: Informações - Congresso da UNE 1965. Mensagem recebida em 22 jan. 2022.
CHACHAMOVITZ, Bety. Assunto do e-mail: Biografia - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 28 set. 2020.
COUTINHO, Luciano Galvão. Assunto do e-mail: Pesquisa - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 9 jan. 2022.
DOWBOR, Ladislau. Assunto do e-mail: Material apreendido - Vale do Ribeira (1970). Mensagem recebida em 26 nov. 2021.
LUNGARETTI, Celso. Assunto do e-mail: Entrevista - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 11 ago. 2020.
_____. Assunto do e-mail: Entrevista - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 09 out. 2020.
MAGALDI, Maria Clotilde. Assunto do e-mail: Dúvida - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 1 jul. 2022.
MORAES, João Quartim Kfouri de. Assunto do e-mail: Pesquisa - Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 12 out. 2022.
PINHO, Celso. Assunto do e-mail: Vale do Ribeira e Iara Iavelberg. Mensagem recebida em 14 mai. 2021.
RH ATENDIMENTO. Assunto do e-mail: Requerimento de acesso a documentos. Mensagem recebida em 9 dez. 2022.
ROSSBERG, Susana. Assunto do e-mail: Iara Iavelberg - Pesquisa. Mensagem recebida em 4 set. 2021.
ROTOLO, Eliana. Assunto do e-mail: Re: Carta à Diretoria do IPUSP. Mensagem recebida em 10 set. 2021.
_____. Assunto do e-mail: Pesquisa - Estatísticas. Mensagem recebida em 01 ago. 2022.

IMPRENSA

BAFFA, Ayrton. A morte de Lamarca em pleno sertão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 set. 1981, p. 9.
_____. Começa o grande cerco ao guerrilheiro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1981, p. 16.
BARDANACHVILI, Eliane. Família Lamarca prepara um livro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 set. 1988, 1° Caderno, p. 15.
BERG, Marli. Iara, uma militante por acaso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1992, p. 6.
BOTELHO, Rachel. Freud explica: entenda sete conceitos básicos da psicanálise. *Revista Galileu*, 6 nov. 2017. Disponível em: http://glo.bo/3vg0cAw. Acesso em: 26 jul. 2022.
BREAN, Denis. O rádio e a TV. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 26 ago. 1958, p. 39.

_____. O radio e a TV. *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 21 nov. 1968, p. 35.
CARVALHO, Mario Cesar. Após 30 anos, morte de militante ainda é tabu para a esquerda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 jul. 1998, p. 18-19.
_____. Tabus da Guerrilha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 mai. 1998.
CELI, Maria. Médico-legista diz que o corpo pode durar anos com o embalsamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 1971, ed. vesp., p. 4.
COURI, Norma. Iara, símbolo dos anos de chumbo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 out. 2003, País, p. A8.
FURTADO, Bernardino. Depoimentos contestam versão de que Iara Iavelberg se matou. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1996, p. 14.
GABAGLIA, Marisa Raja. Quando a riqueza faz a beleza. *Manchete*, Rio de Janeiro, 4 mai. 1968, p. 59.
GALVÃO, Arnaldo. Restos de Iara Iavelberg podem ser exumados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1998, p. 11.
GIUDICE, Claudia. História revisitada. Entrevista: Judith Patarra. *Veja*, São Paulo, 12 ago. 1992, p. 7-10.
IAQUINTO, Kalinka. Tortura em cárcere secreto. *Uol Notícias*, Três Passos, 27 abr. 2018. Disponível em: https://bit.ly/3Th5UNv. Acesso em: 16 mar. 2023.
JERÔNIMO, Josiê. SNI encontra RG falso de Dilma. *Estado de Minas*, Minas Gerais, 27 jun. 2012. Disponível em: https://bit.ly/42n3VLg. Acesso em: 11 mai. 2023.
LAGO, Andréia; IAQUINTO, Kalinka. Tortura em cárcere secreto. *Uol Notícias*, Três Passos, 27 abr. 2018. Disponível em: https://bit.ly/3Th5UNv. Acesso em: 16 mar. 2023.
LEITE, Paulo Moreira. Do fundo das trevas. *Veja*, São Paulo, 4 mai. 1994, p. 119.
LEMOS, Nina. Senhoras guerrilheiras. *TPM*, 1 abr. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3zj7eWO. Acesso em: 31 mar. 2023.
LUCENA, Felipe. Casa Sloper e o saudosismo carioca. *Diário do Rio*, Rio de Janeiro, 2 abr. 2015. Disponível em: https://bit.ly/3J8y1vd. Acesso em: 21 jan. 2023.
MACEDO, Fausto. Corpo de companheira de Lamarca é exumado em SP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2003, p. 8.
MACHADO, Matheus. Indenizações concedidas. *Correio Braziliense*, Brasília, 2 dez. 2004, p. 8.
MALTA, Maria Helena. Dentista ajudou Lamarca a mudar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1996, p. 4.
MARIA, Léa; CHAVES, José Magalhães. Os amáveis tiranos do penteado. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1962, p. 79.
MELO FILHO, Murilo. Lamarca é um agente duplo? *Manchete*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1971, p. 40.
MENEGHELLI, Camila Ventura; SAPATA, Tatiane Aparecida. Como é a alimentação judaica? *Hospital Albert Einstein.* São Paulo, 14 dez. 2018. Disponível em: https://bit.ly/3NbQJUB. Acesso em: 29 mai. 2023.
NAVARO, Roberto. Quais foram as torturas utilizadas na época da ditadura militar no Brasil? *Superinteressante*, 18 abr. 2011. Disponível em: https://bit.ly/3MChcJ3. Acesso em: 11 out. 2022.
PLITT, Laura. Virgindade, o mito do hímen rompido que persiste no século 21 sem base científica. *BBC News Brasil*, 23 abr. 2022. Disponível em: https://bbc.in/3nWNbLU. Acesso em: 14 mai. 2023.
RODRIGUES, Alex. Endometriose pode afetar 10% das mulheres brasileiras. *Agência Brasil*, Brasília, 6 mar. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3MtI8MF. Acesso em: 11 mai. 2023.
ROMEU, Lúcia Etienne. A única prisioneira política que ficou de fora na Anistia: Inês Etienne Romeu. *Pasquim*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 526, de 27 jul. a 2 ago. 1979, p. 4.

SEPULVEDA, Lucia. El Capitán Lamarca: un héroe del pueblo brasileño. *Punto Final*, Chile, ano VI, n. 140, 28 set. 1971.
STYCER, Maurício. Saiba o que significa um 'saco preto'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1996.
STUDART, Hugo. O guerrilheiro apaixonado. *Istoé*, 28 fev. 2007. Disponível em: https://bit.ly/3NdSAZ0. Acesso em: 2 jun. 2023.
VIGIANNO, Giuliana. Candidíase: saiba tudo sobre a doença que afeta 75% das mulheres. *Galileu*, 6 jul. 2017. Disponível em: http://glo.bo/3ln3Y9P. Acesso em: 21 mar. 2023.
VIGNA, Anne; VIANA, Natalia; LUCIANO. Napalm no Vale do Ribeira. *Agência Pública*, São Paulo, 25 ago. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3ZqAgPt. Acesso em: 28 fev. 2023.
1° de maio violento em SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 mai. 1968, capa.
124 professores da USP apoiam estudantes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 abr. 1968, p. 8.
A dança selvagem do "Rock and Rol" provoca cenas deprimentes na cidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1956, p. 11.
A esquerda armada (por um ex-guerrilheiro). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 abr. 1980, p. 19.
A Filosofia da USP aceita os excedentes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1967, p. 12.
A Filosofia é liberada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1968, p. 15.
A música de hoje em dia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 e 20 set. 1971, Caderno B, p. 10.
AGITAÇÃO começou na Praça da Sé. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 mai. 1968, p. 3.
AGITAÇÃO estudantil vem aí, avisa Sodré. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 jun. 1968, capa.
AGORA, as lições que a crise deixou. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 mai. 1968, p. 16.
AGRAVA-SE a crise no grêmio da Filosofia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1967, p. 24.
ALUNOS pedem vagas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1966, p. 12.
ANÚNCIO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1962, p. 22.
ANÚNCIO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jan. 1968, p. 9.
APROVADOS em Psicologia na Filosofia da USP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mar. 1966, p. 6.
ARGÉLIA recebe os 40 presos políticos. *A Tribuna*, Santos, 16 jun. 1970, p. 7.
ARQUITETURA em greve de advertência até 2.a-feira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 out. 1964, segunda edição, segundo caderno, p. 4.
AS fichas comprovam: é Lamarca morto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1971, p. 34.
ASSALTO a banco: 10 minutos, NCr$ 180 mil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 1968, p. 12.
ATCON era motivo de tôda agitação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1968, p. 19.
BARRICADA incomoda. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1968, p. 32.
BRIGA faz USP fechar faculdades. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 1967, p. 6.
CAÇA terroristas a polícia de SP. *Diário da Tarde*, Paraná, 29 mai. 1971, p. 4.
COLAM grau dia 10 os doutorandos da Faculdade de Medicina da USP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1960, p. 5.
COLEÇÃO Brazilian Style. *Manchete*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1964, p. 69.
COMISSÃO da Verdade vai contestar 44 'suicídios' na ditadura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 jun. 2013, O País, p. 12.
CONDIÇÕES excepcionais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 jul. 1956, p. 5.
CONVENIO permitirá aproveitamento de excedentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1967, p. 6.
CRISE estudantil tende a refluir. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 1966, p. 14.
CURSO de Psicologia da USP tem 38 excedentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1967, p. 17.

DEPUTADOS pedem aproveitamento dos excedentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 abril 1966, p. 6.
DEVE ser apreciado hoje o caso dos excedentes de Psicologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1966, 2. ed., p. 11.
DOPS e DPF liberam os presos do conflito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 out. 1967, última página do primeiro caderno.
ECC pode voltar às aulas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1968, p. 16.
ESTUDANTES da FEI mantêm a ocupação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 jun. 1968, p. 7.
ESTUDANTES de Psicologia em congresso hoje. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1966, p. 4.
ESTUDANTES fazem passeata de 4 horas em São Paulo sem presença da Polícia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1968, p. 17.
ESTUDANTES: greve pode começar hoje. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1966, p. 5.
ESTUDANTES reconhecem UEE e apoiam mestres demitidos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 out. 1964, p. 7.
ESTUDANTES são suspeitos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1968, p. 14.
ESTUDANTES: tendência é por nova tática com fim da greve. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 1966, p. 3
EX-ALUNOS da FEI contra manifestação de sábado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mar. 1966, p. 7.
EXCEDENTE ganha liminar para matricular-se. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1967, p. 16.
EXCEDENTE inicia luta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1967, p. 13.
EXCEDENTES ainda aguardam solução. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1967, p. 11.
EXCEDENTES cobram pedágio pela cidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 mar. 1968, p. 11.
EXCEDENTES de Filosofia da USP fazem acampamento na entrada da faculdade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 mar. 1968, p. 6.
EXCEDENTES do ginásio tem vagas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1967, p. 28.
EXCEDENTES: entram só 62. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 mar. 1968, p. 4.
EXÉRCITO aceita desafio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1968, capa.
FACULDADES de SP ainda continuam ocupadas e estudantes voltam à rua. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 jul. 1968, p. 12.
FALECIMENTOS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 2006, Cidades/Metrópole, p. C8.
FAMÍLIA quer levar corpo de Iara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1971, p. 16.
FFCL pode ser ocupada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 abr. 1967, p. 14.
FICHA de Iara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, p. 14.
FURTADOS 9 fuzis do Exército. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1968, p. 32.
GESTOS de Médici levam à rendição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 1970, p. 16.
GREVE: governo não tolerará desordem. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1965, p. 17.
GUARDA-VIDAS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1964, p. 8.
I EXÉRCITO anuncia morte de terroristas. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 23 mar. 1971, capa.
IARA, amante de Lamarca. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1970, p. 16.
IARA baixa à sepultura em S. Paulo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1971, p. 7.
INSCRITOS 8.500 candidatos para vestibulares. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1963, p. 10.
JOVENS pedem apoio nas ruas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1968, p. 5.
JUSTIÇA Militar pede captura de Lamarca. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, p. 9.
LAMARCA está entre dois fogos. *Jornal do Comércio*, Amazonas, 2 jun. 1971, capa.

LAMARCA está rico e foi rebaixado, revela terrorista. *Diário do Paraná*, Paraná, 29 mai. 1971, p. 8.
LEI judaica impede a exumação do corpo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1997.
LIBERADA casa onde mataram subversivo. *Diário da Noite*, São Paulo, 18 out. 1969.
MARINHA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1971, Jornal de Serviço, p. 6.
MESTRE sugere solução. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1968, p. 13.
MORTE de Lamarca é anunciada pela 6ª R. Militar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 e 20 set. 1971, p. 40.
NO Brasil, 4 milhões de mulheres com 16 anos ou mais nunca foram ao ginecologista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3OSab9Q. Acesso em: 4 jun. 2023.
NOTA da segurança: todos os estudantes já foram liberados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 1968, p. 3.
O assalto é frustrado. Lamarca deserta. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1980, p. 15.
O Diário de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1987, Folhetim, p. B-2--B-12.
ÓRGÃOS de segurança apertam cerco ao terrorista Lamarca. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 4 jun. 1971, última página.
OS excedentes buscam apoio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1968, p. 11.
OS excedentes serão aceitos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1966, p. 16.
OS órgãos de segurança e os próprios terroristas estão à caça de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 4.
PASSEATA anda 45 minutos e acaba na Liberdade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 set. 1966, p. 7.
PAULISTAS repudiam decreto sôbre excedentes e queimam na rua bandeira dos EUA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1967, p. 16.
PODEROSAS forças russas reiniciam o ataque a Sebastopol. *O Estado de S. Paulo*, 7 mai. 1944, p. 1.
POLÍCIA paulista reprime passeata estudantil em 3 frentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 1966, p. 14.
POLÍCIA prende 4 em SP para acabar suposta revolução. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1968, p. 2.
POLÍCIA tolerou a passeata estudantil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1967, p. 9.
PROCESSO de estudante vai ao DOPS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 set. 1964, p. 12.
PROCURA-SE Lamarca. Ele tem novo rosto. *Diário de Natal*, Rio Grande do Norte, 2 jun. 1971, p. 7.
PROCURA-SE uma morena bonita. *A Tribuna*, São Paulo, 16 jun. 1970, p. 7.
PROFESSORES. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 out. 1964, capa.
PSICOLOGIA. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 5 abr. 1966, p. 11.
PSICOLOGIA: candidatos querem conhecer excedentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1967, p. 7.
QUEM foi Charles Rodney Chandler, militar americano morto pela luta armada citado por Bolsonaro nos EUA. *BBC News Brasil*, 16 mai. 2019. Disponível em: https://bbc.in/3d5DiG9. Acesso em: 25 jul. 2022.
RECEPÇÃO carinhosa ao mestre libertado. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 15 set. 1964, p. 2.
RETIRADA de fogão causa greve de universitários. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 jun. 1965, p. 35.
RETIRADO por Ricardo Salles, busto em homenagem a Lamarca é recolocado por movimentos sociais em SP. *ANDES Sindicato Nacional*, 20 set. 2021. Disponível em: https://bit.ly/3IwvWY5. Acesso em: 25 fev. 2023.
ROTEIRO: Psicologia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1967, 2º caderno, p. 3.
SAEM linhas básicas da reforma da USP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 1968, p. 14.

SÃO quatro as faculdades ocupadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1968, p. 15.
SEGURANÇA aperta o cerco: Lamarca está por pouco. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 29 mai. 1971, p. 6.
SP: estudantes em greve geral contra terrorismo na Filosofia. *Última Hora,* Rio de Janeiro, 8 out. 1964, p. 3.
SUBVERSIVO morto em Vila Kosmos não é o homem de confiança de Lamarca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1970, p. 20.
TERROR acusa Lamarca de traição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 8.
TERRORISTA Lamarca está sob a mira dos órgãos de segurança. *Diário da Manhã*, Pernambuco, 7 jun. 1971, p. 6.
TRAIÇÃO nos grupos terroristas pode ajudar a prisão de Lamarca. *Correio de Santos*, São Paulo, 29 mai. 1971, p. 4.
UEE ameaça adotar represalias contra novas prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 1968, p. 10.
USP defende sua autonomia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1968, p. 19.
VEJA a lista dos 377 apontados como responsáveis por crimes na ditadura. *G1*, Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: http://glo.bo/3M3REWn. Acesso em: 8 mai. 2023.
VIOLÊNCIA, só de estudante. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1968, p. 14.

LEIS, PEÇAS JURÍDICAS E PUBLICAÇÕES EM DIÁRIO OFICIAL

AYROSA, Eduardo Marques da Silva. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: concurso de habilitação. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano LXXII, n. 281, 25 dez. 1962, p. 39.
BRASIL. *Ato institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/2HoCffy. Acesso em: 3 nov. 2022.
_____. *Decreto-lei n° 314, de 13 de março de 1967*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/45bKiGu>. Acesso em: 27 set. 2023.
_____. *Decreto-lei n° 4.244, de 9 de abril de 1942.* Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: https://bit.ly/43usLsS. Acesso em: 1 jun. 2023.
_____. *Decreto nº 39.604-A, de 14 de julho de 1956*. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/3AdwApi. Acesso em: 24 ago. 2022.
_____. *Lei n° 1.802, de 5 de janeiro de 1953*. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/2k0S0mm. Acesso em: 30 jan. 2023.
_____. *Lei n° 3.071, de 1° de janeiro de 1919*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://bit.ly/3ucJq2X. Acesso em: 25 abr. 2021.
_____. *Lei n° 4.464, de 9 de novembro de 1964*. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/3uWxEvH. Acesso em: 9 dez. 2022.
_____. *Lei n° 5.250, de 9 de fevereiro de 1967*. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: https://bit.ly/3VJsKOi. Acesso em: 8 dez. 2022.
_____. *Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Lei de acesso à informação. Disponível em: https://bit.ly/3oOZNlh. Acesso em: 3 ago. 2022.
NAVARRO, Bolívar Ferraz. 6ª Zona - Edital de inscrição. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano LXXII, n. 123, 3 jun. 1962, p. 48.

RODRIGUES, Andrei Augusto Passos. *Mensagem Eletrônica no 53/2023 - GAB/PF*. 08198.008528/2023-73. Brasília, s.d.
SANTOS, Felipe Uchoa; TORRES, Anderson Gustavo. *Decisão do Ministro n° 514/2021*. Recurso em segunda instância impetrado contra decisão da PF. Brasília, 17 jun. 2021.
SÃO PAULO. *Ata de reunião da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.* São Paulo, 4 mar. 2013, p. 35. Disponível em: https://bit.ly/3pOO0Xy. Acesso em: 9 out. 2022.
_____. *Ata de reunião da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva.* São Paulo, 12 abr. 2013, p. 72. Disponível em: https://bit.ly/3CIDxRx. Acesso em: 9 out. 2022.
_____. *Decreto-lei n° 12.511, de 21 de janeiro de 1942.* Reorganiza a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3BtPcn9. Acesso em: 29 jul. 2022.
_____. *Decreto n° 40.346, de 7 de julho de 1962*. Aprova os Estatutos da Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/3vlcZ52. Acesso em: 29 jul. 2022.
_____. *Decreto n° 52.326, de 16 de dezembro de 1969.* Aprova o Estatuto da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3CXcukB. Acesso em: 24 out. 2022.
_____. *Lei n° 3.863, de 28 de maio de 1957*. Cria o Curso de Psicologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1957/lei-3862-28.05.1957.html. Acesso em 7 dez. 2021.
_____. *Registro civil - Casamento n° 26.542: Samuel Haberkorn e Iara Iavelberg*. 19° subdistrito - Ipiranga, 29 mai. 1960.
SOBRAL, Adagilson Campos. *Parecer: AS 54/2021*. Processo SEI n° 020.4502.2021.0005860-16. Salvador, 15 jul. 2021.
FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 jan. 1958, Executivo, p. 30.
FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 abr. 1966, Executivo, p. 5.
FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano LXXVIII, n. 110, Executivo, 13 jun. 1968, p. 5.
FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras. Portarias do diretor. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 1969, Executivo, Ano LXXIX, n. 63, p. 6.
SECRETARIA de Segurança Pública. Despacho. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, Executivo, 1° nov. 2022, ano CVII, n. 23.534, p. 38.
PEQUENO expediente. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 abr. 1966, Executivo, p. 59.
PORTARIA n. 314, de 6 de janeiro de 1967. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jan. 1967, Executivo, p. 4.
PROCLAMAS de casamento. David Jovelberg e Eva Roth. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 53, n. 77, 6 abr. 1943, Judiciário, p. 19.
PROCLAMAS de casamento. Fernando Carlos de Mesquita Sampaio Filho e Ana Matilde Tenório da Motta. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano XXXIX, n. 88, 13 mai. 1969, Judiciário, p. 74.
PROCLAMAS de casamento. Isaac Abramovitc e Gicela Mala Haberkorn. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano XXXIV, n. 36, 22 fev. 1964, Judiciário, p. 58.
PROCLAMAS de casamento. Israel Haberkorn e Gênia Siedsamer. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 44, n. 220, 7 out. 1934, Judiciário, p. 21.
PROCLAMAS de casamento. Samuel Haberkorn e Iara Iavelberg. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano LXX, n. 105, 13 mai. 1960, Judiciário, p. 51.
PROCLAMAS de casamento. Samuel Iavelberg e Miriam Abramovay. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, ano XXXVIII, n. 136, 23 jul. 1968, Judiciário, p. 59.

REVISÃO de pensão alimentícia. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1967, Judiciário, p. 49.

MÚSICAS

CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. *Amada amante*. Intérprete: Roberto Carlos. Rio de Janeiro: CBS, 1971.
GIL, Gilberto. *Ensaio Geral*. Intérprete: Elis Regina. São Paulo: Artistas Unidos/Rozenblit, 1966.
GONZAGUINHA. *Achados e perdidos*. Intérprete: Gonzaguinha. Rio de Janeiro: EMI, 1981.
_____. *Pequena memória para um tempo sem memória (a legião dos esquecidos)*. Intérprete: Gonzaguinha. Rio de Janeiro: EMI, 1981.

OUTROS DOCUMENTOS, TEXTOS, LIVROS DE MEMÓRIAS E ROMANCES

ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS (AUEP). *Psi-Jornal*, mar. 1967. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.
_____. *Psi-Revista*, ano 1, n. 1, set. 1967. Acervo pessoal de Samir Perez Mortada.
BRECHT, Bertolt. Os fuzis da senhora Carrar. Tradução: Antonio Bulhões. In: BRECHT, Bertolt. *Teatro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
CAMACHO, Timotheo. Entrevista concedida a Mauro Petersem Domingues. *SINAI*S. Vitória, n. 6, v.1, dez. 2009, p. 245.
CAMPOS, Álvaro de. Na noite terrível. 1928. In: PESSOA, Fernando. *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Ática, 1944 (imp. 1993).
CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*: mortos e desaparecidos políticos. Vol. 3. Brasília: CNV, 2014.
CRESTA, Isolda; SILVA, Luiz Sérgio Lima e. *Isolda Cresta*: Zozô Vulcão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
CUNHA, Walter Hugo de Andrade. Carolina Martuscelli Bori e a Psicologia na USP. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, 1998.
DANTAS, Altino. 27ª gestão: a reorganização da UNE após o golpe de 1964. In: SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE*. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes. Coleção História Presente, v. 4. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.
DEBRAY, Régis. *Revolution in the revolution?* Tradução para o inglês de Bobbye Ortiz. Nova York: First Evergreen Black Cat Edition, 1967.
EDITORIAL ADANDÉ (org.). *Lamarca:* ousar lutar, ousar vencer. Feira de Santana, Adandé, 2021.
GHANDI, R. K. S. Mao Tsé-Tung: his military writings and philosophy. *Naval War College Review*, v. 17, n. 7, mar. 1965.
GUEVARA, Che. *Que é um guerrilheiro?* 1959. Disponível em: https://bit.ly/3zQAa9M. Acesso em: 9 fev. 2022.
IAVELBERG, Iara. A necessidade social de informação e a personalidade do jornal. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 20, n. 2, 1968.
JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca*: o capitão da guerrilha. 1a. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.
JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca:* o capitão da guerrilha. 17a. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.
LEITE, Carlos Alberto Gonçalves. Relato escrito, 29 dez. 2020. Acervo pessoal.
LEVI, Primo. Deportados. Aniversário. IN: LEVI, Primo; BELPOLITI, Marcos (org.). *A assimetria e a vida:* artigos e ensaios (1955-1987). Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia:* vencer ou morrer na guerrilha, aos 18 anos. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
MARCH, Aleida. *Evocação:* minha vida ao lado de Che. Rio de Janeiro: Record, 2009.
MENKES, Roberto. Ribeira. In: FERRER, Eliete (org.) *'68, a geração que queria mudar o mundo*: relatos. Brasília: Comissão de Anistia, 2011.
MORAES, João Quartim de. Régis Debray and the Brazilian Revolution. *New Left Review*, Londres, ed. 59, jan. 1970.
MURAHOVSCHI, Jacob. *Ouviram do Ipiranga:* fragmentos de uma vida. São Paulo: edição própria, 2012.
MUÑOZ, Daniel Romero. *Laudo médico-legal*. São Paulo, 16 mai. 2005. Acervo de Samuel Iavelberg.
OFICINA MATÉRIA-PRIMA. *Antígona morreu então preciso falar com você*. Cotia: Editora Urutau, 2021.
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Processo n° F-CDH-017/80 - Inês Etienne Romeu. Rio de Janeiro, 5 set. 1979. Disponível em: https://bit.ly/3KyVeHm. Acesso em: 5 abr. 2023.
PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
PATARRA, Judith. *Iara*: reportagem biográfica. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.
PROJETO ORVIL. *As tentativas de tomada do poder*. Vol. 3. Editoração eletrônica: Luis Valentin Vallejo, 2016.
REVISÃO calouro. São Paulo: Departamento de Publicações do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mar. 1967. Disponível na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP.
ROSENBERG, Rachel Lea. Introdução: biografia de um serviço. In: ROSENBERG, Rachel Lea. *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU, 1987, p. 2-3.
SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
TAPAJÓS, Renato. Cinema no Grêmio da Filosofia da USP. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (org.). *Um mundo coberto de jovens*. São Paulo: Com-Arte, 2016.
TSÉ-TUNG, Mao. Problemas da guerra e da estratégia, 6 nov. 1938. In: TSÉ-TUNG, Mao. *Obras escolhidas*. Tomo II. Pequim: Edições do Povo, 1952.
UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Carta Política. 1967. In: SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE.* Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes. Coleção História Presente, v. 4. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.
VENTURA, Zuenir. *1968*: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória*: a história de Lia, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS, LIVROS, DISSERTAÇÕES E TESES

ACSELRAD, Henri. *Sinais de fumaça na cidade:* uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

ÁGUILA, Gabriela. Estudiar la represión: entre la historia, la memoria y la justicia. Problemas de conceptualización y método. In: FLIER, Patrícia (org.). *Dilemas, apuestas y reflexiones teórico-metodológicas para los abordajes en Historia Reciente*. Argentina: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo*. *Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil:* da rebelião de 1964 à Anistia. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida:* memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

ALMEIDA, Juan de Assis. Memória, universidade, cidadania e constituição na era das Comissões da Verdade: elucubrações comparativas a partir da vida e obra da família Kucinski. In: XXIX Simpósio Nacional de História, *Anais...*, Brasília, 2017. Disponível em: https://bit.ly/3hiT4zA. Acesso em: 9 dez. 2022.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*: contrates da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALTMANN, Ana Maria Goldani; WONG, Laura Rodrigues. Padrões e tendências da nupcialidade no Brasil. In: *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, Águas de São Pedro, 1980.

ALVES, Vida. *TV Tupi*: uma linda história de amor. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

ALVES, Iracélli da Cruz. Feminismo, PCB e o debate sobre trabalho doméstico entre as décadas de 1940 e 1960: relações intragênero e as dimensões de raça/classe. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 14, 2022.

_____. Os movimentos feminista e comunista no Brasil: história, memória e política. *Tempos históricos*, Paraná, v. 21, 2017

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. *Afrânio Marciliano de Freitas Azevedo:* narrativas de vida, de profissão e de política. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Proj. História*, São Paulo, v. 15, abr. 1997.

ANDRADE, Maíra Zimmermann. *Rebeldia pronta para o consumo*: a construção da cultura juvenil no Brasil dos anos 1950-60. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ANTHONY, Amanda K.; OKORIE, Sarah; NORMAN, Lauren. When beauty brings out the beast: female comparisons and the feminine rivalry. *Gender Issues*, Nova York, v. 33, 2016.

ANJOS FILHO, Zenir Rodrigues dos. *Lamarca*: mito e história. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: ciência e profissão*, n. 32, 2012.

ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrazaga; RECABARREN, Javiera Robles. La muerte cotidiana: militancia femenina y lucha armada en Chile, el MIR y el FPMR (1970-1990). *Revista de Humanidades*, Chile, n. 43, 2021.
ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis (1937-2007):* da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Roberto Marinho, 2007.
ARAÚJO, Paulo César de. *Roberto Carlos em detalhes*. São Paulo: Planeta, 2006.
AREND, Silvia Fávero. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía*: exploraciones en los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.
ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Relatório Projeto Brasil: Nunca Mais*. Tomo III - Perfil dos atingidos. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.
ASSOCIAÇÃO dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP:* 1964-1978. Adusp: São Paulo, 2004.
ATALLI, Jacques. *Os judeus, o dinheiro e o mundo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
BACK, Lilian. A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP. *Perseu*, São Paulo, n. 7, ano 5, 2011a.
_____. Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011b.
BAHAMÓN, Silvia Otero. Emociones y movimientos sociales: algunas claves útiles para estudiar el conficto armado. *Colombia Internacional*, v. 63, jan./jun. 2006.
BARRO, Máximo; BACELLI, Roney. *Ipiranga*. Série História dos Bairros de São Paulo, vol. 14. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1979.
BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namo de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Caderno de Pesquisas*, v. 15, 1975.
BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3° andar:* terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
BERGERSON, Andrew Stuart. *Ordinary Germans in extraordinary times:* the Nazi Revolution in Hildesheim. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
BLAY, Eva Alterman. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, 2009.
_____. *O Brasil como destino:* raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
BOLUFER, Mónica. Multitudes del yo: biografia e historia de las mujeres. *Ayer*, Valencia, v. 93, n. 1, 2014.
BORGES, Joana Vieira. Simone de Beauvoir: leituras no Brasil (1960-1980). XXIII Simpósio Nacional de História. *Anais...* Londrina, 2005.
BORGES, Luiz Augusto Possamai. Cartografias do medo e das sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Políticas de emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.
BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
BOUTIN, Aldimara C. B. D. A participação feminina na União Nacional dos Estudantes – (UNE). *Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 27, n. 1, mar. 2022.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, jul. 2012.
BRIGGMANN, Luísa Dornelles. Amores revolucionários: casais militantes nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Políticas de emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.
BURDIEL, Isabel. Historia política y biografía: más allá de las fronteras. *Ayer*, Valencia, v. 93, n. 1, 2014.
BURGOS, Claudio Hernández. Españoles normales en tiempos anormales: nuevas miradas sobre la vida cotidiana y franquismo. In: RUIZ, Gloria Román; GONZÁLEZ, Juan Antonio Santana (org.). *Tiempo de dictadura*: experiencias cotidianas durante la guerra, el franquismo y la democracia. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2018.
CAPDEVILA, Luc. Resistência civil e jogos de gênero: França, Alemanha, Bolívia, Argentina (Segunda Guerra Mundial - anos 1970-1980). Tradução de Sofia Rocco Stainsack Rocha. Revisão de Joana Maria Pedro. *Bilros*, Fortaleza, v. 9, n. 19, jul.-dez. 2021.
CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Diez mitos sobre los judíos*. Madrid: Cátedra, 2016.
CARVALHO, Yuri Rosa de. *"Se dez vidas tivesse, dez vidas daria":* o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
CASTRO, Thiago Bicudo. Repressão aos intelectuais e estudantes: aproximações entre Ato Institucional n° 2 e Lei Suplicy de Lacerda (1965-1968). *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 20, n. 2, jul./dez. 2017.
CELESTE FILHO, Macioniro. *A constituição da Universidade de São Paulo e a Reforma Universitária da década de 1960*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
CERBARO, Sulena. *A (re)construção de um evento:* a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
CHAGAS, Fábio A. G. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 1970.* Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
_____. *A Vanguarda Popular Revolucionária:* dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2000.
_____. As teses de "Jamil" e a luta armada nos anos 1960-70 no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, dez. 2009.
_____. O nacionalismo revolucionário e a resistência à ditadura nos anos 1960 no Brasil. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, 2011.
CHERMONT, Lucia Ribeiro. *Memória e experiência de judeus de Higienópolis e arredores, São Paulo (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.
CODARIN, Higor. A arma da crítica legitimando a crítica das armas: o debate teórico na esquerda armada brasileira. *Tempos históricos*, Paraná, v. 23, 2019a.
_____. *O MR-8 na luta armada:* as armas da crítica e a crítica das armas. São Paulo: Alameda Editorial, 2019b.
_____. Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971). *Diálogos*, Maringá, v. 23, n. 2, 2019c.
_____. Um intelectual anti-intelectualista: Régis Debray e a revolução cubana (1964-1967). *Revista Izquierdas*, v. 49, mai. 2020.
COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COMISSÃO da Verdade da Universidade de São Paulo. *Mortos e desaparecidos*: graves violações aos direitos humanos no contexto das perseguições ocorridas na Universidade de São Paulo. Volume 3. São Paulo: Comissão da Verdade da USP, 2018.
CORDEIRO, Ítalo Rodrigo Xavier. *A cultura política da revolução latino-americana da década de 1960:* Régis Debray e o foquismo. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2010.
CORDEIRO, Janaína Martins. A derrota após a vitória: a memória militar sobre Médici e a ditadura. *Boletim do tempo presente*, Sergipe, n. 4, ago. 2013.
_____. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./jun. 2009.
_____. Coerção, consentimento e cotidiano durante os "anos de chumbo" na ditadura no Brasil. In: SCHITTINO, Renata; CORDEIRO, Janaína Martins (org.). *Caminhos da História Política*: os 20 anos do NEC-UFF. Niterói: PPGHistória-UFF, 2016.
_____. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, 2019
_____. *Lembrar o passado, festejar o presente*: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Doutorado (Tese em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
_____; MAGALHÃES, Lívia G. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, maio-ago. 2017.
CORRÊA, Larissa R.; FONTES, Paulo. O 1968 operário: experiências, sindicalismo e greve em São Paulo. In: MÜLLER, Angélica (org.). *1968 em movimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
COUTO, Aline Guimarães; DITTRICH, Alexandre. Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Revista Perspectivas*, 2017, v. 8, n. 2.
CRENSHAW, Kimberlé. *On intersectionality*: essential writings. Nova York: The New Press, 2017.
CRUZ, Fábio Lucas. *Brasileiros no exílio:* Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.
CRUZ, Jaíza Pollyana Dias da; et al. Gerando vida em um contexto de morte: o exercício materno em situações de militância durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). *Psicologia e Saber Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2015.
CRUZ, Lua Gill. *(Sobre)viver:* luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
CUESTA, Lorena Saletti. Propuestas teóricas feministas en relación al concepto de maternidad. *CLEPSYDRA*, Tenerife, n.7, jan. 2008.
CUNHA, Maria de Fátima. Homens e mulheres nos anos 1960/1970: um modelo definido? *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001.
CYTRYNOWICZ, Roney. *Associação Brasileira "A Hebraica" de São Paulo*: 50 anos de história. São Paulo: Hebraica, 2003.
_____. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil*: Inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
DE CERTEAU, Michel. *The practice of everyday life.* Berkeley: University of California Press, 1984.
DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, dez. 2009.

DESTRI, Alana; MUNIZ-OLIVEIRA, Siderlene. “Transa nova todo dia”: análise cultural do verbo *transar* via artigos da Revista *Capricho*. *Revista Linguagens & Letramentos*, Cajazeiras (PB), v. 4, n. 2, jul./dez. 2019.
DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 14. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodium, 2021.
DINIZ, Sheyla Castro. *Desbundados & marginais:* MPB e contracultura nos “anos de chumbo” (1969-1974). Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
DOSSE, François. *O desafio biográfico:* escrever uma vida. São Paulo: EdUSP, 2015.
DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Carmen da Silva:* o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
DUMITRU, Diana. Antisemitism reframed: Bessarabia within the Romanian State. In: *The State, antisemitism and collaboration in the Holocaust*: the borderlands of Romania and the Soviet Union. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. E-book. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
FERRAZ, Lucas. *Injustiçados*: execuções de militantes nos tribunais revolucionários durante a ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
FFLCH-USP. *Memória FFCL - FFLCH USP*. São Paulo: FFLCH-USP, 2002.
FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
FREIBERGER, Rafaela Mateus Antunes dos Santos. *“Integrar para não entregar”*: juventudes, Projeto Rondon e ditadura no Brasil (1967-1974). Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
FRIEDMAN, Jonathan C. The Jewish communities of Europe on the eve of World War II. In: FRIEDMAN, Jonathan C. (org.). *The Routledge History of the Holocaust*. Londres e Nova York: Routledge, 2011.
FULANETI, Oriana de Nadai. *Utopias em rotação:* análise do discurso da esquerda armada brasileira. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
GALINKIN, Ana Lúcia. Judaísmo e identidade judaica. *Interações: Cultura e Comunidade*, Uberlândia, v. 3, n. 4, 2008.
GARCIA, Marco Aurélio. Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira. In: _____. *Notas para uma história dos trabalhadores:* contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019
_____. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, n. 8/9, Campinas, 1997.
GARSON, Marcelo. O rock and roll e a juventude em debate no Brasil (1956-1958). *Contemporânea – Comunicação e Cultura*, v. 14, n. 1, jan./abr. 2016.
GASPAROTTO, Alessandra. *“O terror renegado”*: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid F.; TRINDADE, Zeidi A.; SANTOS, Maria de Fátima de S. *Mulheres e militância:* encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
GOES, Maria Lívia Nobre. *Debaixo das ruas, em cima dos palcos:* teatro e luta armada em São Paulo (1968-1970). Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

GONZÁLEZ, Patrícia Calvo. La Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS) a través del boletín de información de su comité organizador (1966-1967). *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, Santiago, v. 22, n. 1, jan./jun. 2018.
GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. Emotions and social movements. In: STETS, J.; TURNER, J. *Handbook of the sociology of emotions.* Nova York: Springer, 2007.
GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. Edição revisa e ampliada. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2019.
GREEN, James N. *Revolucionário e gay:* a vida extraordinária de Herbert Daniel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *História e memória das ditaduras no século XX*. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
GROPPO, Luís Antônio. *Uma onda mundial de revoltas:* movimentos estudantis nos anos 1960. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
GUEDES, Claudia Maria; ZIEFF, Susan Gail; NEGREIROS, Plínio J. L. C. Clubes de imigrantes em São Paulo. In: DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.
GUERTZENSTEIN, Daniela Susana Segre. Feminilidade e lágrimas na literatura clássica, na Bíblia hebraica e na literatura rabínica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 17, n. 52, jan./abr. 2019.
HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Movimento estudantil 68:* imagens da paixão. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
HERLER, Thomaz Joezer. *Formação e trajetória do primeiro MR-8:* possibilidades e construção de uma vanguarda revolucionária político-militar. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.
HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HOLMES, Janet. Women's talk in public contexts. *Discourse & Society*, Londres, v. 2, n. 2, 1992.
HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2014.
INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada:* repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil - 1968/1971). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.
JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem:* os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
KASCHUBA, Wolfgang. Popular culture and workers' culture as symbolic orders: comments on the debate about the history of culture and everyday life. LÜDTKE, Alf (org.). *The history of everyday life:* reconstructing historical experiences and ways of life. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
KRAUSZ, Luis Sérgio. *As musas:* poesia e divindade na Grécia arcaica. São Paulo: EDUSP, 2017.
KREUZ, Débora Strieder. *"Elas têm um outro jeito de ser, de resistir":* a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.
KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda:* jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.
_____. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos públicos. Associação Nacional de História, XXIV Simpósio Nacional de História, *Anais...*, São Leopoldo, 2007.

_____. Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-1975). In: LEWIN, Helena (org.). *Identidade e cidadania*: como se expressa o judaísmo brasileiro. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.
LACERDA FILHO, Mozart. *A experiência da clandestinidade política*: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.
LACZÓ, Ferenc. *Hungarian Jews in the age of genocide*: an Intellectual History (1929-1948). Leiden, Boston: Brill, 2016.
LANGLAND, Victoria. *Speaking of flowers:* student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil. Durham: Duke University Press, 2013.
_____. Transnational connections of the global sixties as seen by a historian of Brazil. In: JIAN, Chen; KLIMKE, Martin; KIRASIROVA, Masha et. al. (org.). *The routledge handbook of the global sixties: between protest and nation-building*. Nova York: Routledge, 2018.
LAPEDUH; UFPR (org.). *O Vale do Ribeira e suas histórias*. Curitiba: Editora do Lapeduh, 2018. Disponível em: https://bit.ly/3n0jB7n. Acesso em: 20 mar. 2023.
LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos:* os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano. São Paulo: Ava Editorial, 2010.
LESSER, Jeffrey. *Uma diáspora descontente*: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980). São Paulo: Paz e Terra, 2008.
LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
LIMONCIC, Flávio. Um mundo em movimento: a imigração asquenaze nas primeiras décadas do século XX. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil*: Inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
LOPES, Túlio César Dias. Lenin e os partidos comunistas alemães. *Germinal*: *Marxismo e Educação em debate*, Salvador, v. 12, n. 2, out. 2020.
LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *História e Historiografia*, Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 247–259, 2012.
LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3 ed. ampliada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
LÜDTKE, Alf. Introduction. In: LÜDTKE, Alf (org.). *The history of everyday life:* reconstructing historical experiences and ways of life. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
LUIZ, Juliana Ramos. A ditadura civil-militar diante da crise: os sequestros de diplomatas no Brasil e a análise do processo decisório em política externa. *NEIBA*, Rio de Janeiro, Dossiê Regionalismos - SIMPORI 2014, v. 4, n. 1, ago. 2015.
_____. *O diplonnaping no Brasil:* uma análise sobre o processo decisório em política externa no governo Médici em face dos sequestros de diplomatas (1969-1971). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, 1998.
MAILÄNDER, Elissa. *Female SS guards and workaday violence*. Tradução de Patricia Szobar. East Lansing: Michigan State University Press, 2015.
MORGANTE, Mirela Marin. Mulheres, gênero e patriarcado: novas categorias da pesquisa histórica. *Cadernos de História*, ano 9, n. 1, jun. 2014.
MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. São Paulo: Papirus, 1987.

MARTINS, Flávia Pereira. *Nem terroristas, nem ingênuas*: as contestações da feminilidade na ditadura militar. Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2021.
MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, mai./ago. 2008.
MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume V: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
MIGUEL, Raquel de Barros P. Os cuidados de si e os cuidados do outro: lugares de gênero na publicidade da revista *Capricho* (décadas de 1950-1960). *Projeto História*, São Paulo, n. 45, dez. 2012.
MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism without borders*: decolonizing theory, practicing solidarity. Durham: Duke University Press, 2003.
MORAES, Maria Lygia Quartim. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 32, 2012.
MOREIRA, Jéssica. É Mãe d'Água levando esperança pra lá do rio. In: BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (orgs.). *Heroínas desta história*: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura. São Paulo: Autêntica, 2020.
MORTADA, Samir Perez. *Tempos da política:* memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018.
_____. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói: EdUFF, 2020.
MORAIS, Sara Teresa Pérez. *Professores universitários e psicólogos contam suas vidas*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
MÜLLER, Angélica. 1968: história e memória. *Juventude.br*, n. 5, ano 3, 2008.
_____. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos "anos 1968". In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (org.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2013.
_____. O "acontecimento 1968" brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, a03920, 2021.
MURRAY, Penelope. The mythology of the Muses. In: LYNCH, Tosca A. C.; ROCCONI, Eleonora. *A companion to Ancient Greek and Roman music*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2011.
NAPOLITANO, Marcos. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014
_____. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 1, 2020.
_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, nov. 2015
NASCIMENTO, Juliana Marques do. *Guerrilheiras:* memórias da ditadura e militância feminina. São Paulo: Alameda, 2022.
NASCIMENTO, Jussara Cassiani; FARIA, Lia C. M. de. A expansão do ensino secundário no Brasil pós-1930. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 16, n. 3, 2021.

NAVES, Ana Rita Coutinho Xavier. *Relações entre a mídia e leis nas mudanças da família brasileira:* uma análise comportamental da evolução de práticas culturais. Tese (Doutorado em Ciências do Comportamento) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2013.
NUNES, Alina; ZACCHI, Lara Lucena. "As pessoas não podem resistir sozinhas": memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Políticas de emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.
OLIVEIRA, Joelma Alves de. *Polop:* as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.
OLIVEIRA, Leonardo Davino de. Desbunde e resistência: terceiras margens do lado de lá do lado. In: WERKEMA, Andréa Sirihal et al. *Conversas sobre literatura em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2017.
OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, maio/ago. 2017.
OLIVEIRA, Raoni Aratana Ferreira. *A guerrilha do Ribeira*: atuação da VPR de Jacupiranga a São Miguel Arcanjo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014.
OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *O grupo (de esquerda) de Osasco:* movimento estudantil, sindicato e guerrilha (1966-1971). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.
PACHECO, Diego Grossi. *Revolução, socialismo e democracia*: os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada contra a ditadura militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra:* o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
PEDRO, Joana Maria. O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
PELEGRINI, Sandra. *A UNE nos anos 60*: utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: Editora UEL, 1998.
PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José. *Diferenças, igualdades*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.
PINHEIRO, Marjones J. X. *Morte e judaísmo:* transformações ao longo do tempo em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
PINHO, Celso Luiz. *1970:* uma guerra no Vale do Ribeira. São Paulo: Ledriprint, 2016, p. 16-17.
PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
_____. *Mulheres dos anos sourados*. São Paulo: Contexto, 2014.
PISSARDO, Felipe Melo. *A Rua apropriada:* um estudo sobre as transformações e usos urbanos na Rua Augusta (São Paulo, 1891-2012). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Proj. História*, São Paulo, v. 15, abr. 1997.
PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
RAZUCK, Fernando Barcellos; RAZUCK, Renata Cardoso S. R. Pulverizadores de agentes químicos – a química no gás lacrimogêneo e spray de pimenta. *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, 2020.
REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*: os caminhos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
_____. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan./jun. 2010.
_____. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
_____. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente. Posfácio. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (org.). *Por uma revisão crítica:* ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Sagga, 2021.
_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
_____. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: _____ et al. *Versões e ficções*: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
REMENNICK, Larissa. Childless in the land of imperative motherhood: stigma and coping among infertile Israeli women. *Sex Roles*, v. 43, n. 11/12, 2000.
RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
RIBEIRO, Jonatan da Silva. A Casa da Morte em Petrópolis: o patrimônio de uma memória traumática. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 7, n. 8. ago. 2021.
RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada*: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda, 2018.
RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo soc.*, v. 2, n. 2, jul. - dez. 1990.
_____. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 35.
_____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
_____. 1968 Cinquentão: rebeldia e integração. *Revista Eco Pós*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2018.
RODRIGUES, Lidiane Soares. As regras da subversão: Roberto Schwarz, Bertha Dunkel e a revista *Teoria e Prática*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 74, dez. 2019.
_____. Poder, sexo e línguas entre marxistas brasileiros. *RePOCS*, Maranhão, v. 15, n. 31, jan./jul. 2019
ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico*: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila Neves de Almeida (org.). *O Brasil republicano:* o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
_____; CORDEIRO, Janaína Martins. Uma história vigiada. In: _____ (org.). *Por uma revisão crítica:* ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Sagga, 2021.
ROMANOS, Eduardo. Emociones, identidad y repression: el activismo anarquista durante el franquismo. *Reis*, Madrid, v. 134, abr./jun. 2011.
ROTTA, Helen Rocha. *A identidade judaico brasileira, a partir de Porto Alegre, na iminência da fundação de Israel (1945-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2018.
_____. *Judias, brasileiras, mulheres*: os caminhos para a construção de uma identidade feminina diaspórica entre as imigrantes judias na revista Corrente (1945-1963). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2022.
_____; LIEBEL, Vinícius. Diásporas: questões e perspectivas sobre os estudos de imigrantes e refugiados nos séculos XX e XXI. *Veritas*, Porto Alegre, v. 64, n. 3, jul.-set. 2019.
ROUSSO, Henry. *A última catástrofe:* a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A memória na luta contra o trauma: significados da greve de Osasco em 1968 nas narrativas de trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, jan./jun. 2014.
RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres*: notas sobre a economia política dos sexos. Tradução: Christine Rufino Dabat. Recife: SOS CORPO - Gênero e Cidadania, 1993.
SALDANHA, Carlos Fernando Furtado. *A marcha ao oeste carioca, a partir de sua rede viária:* um estudo de caso sobre a Baixada de Jacarepaguá e a Barra da Tijuca. Monografia (Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar*: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007
_____. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 31, set./dez. 2020.
SÁNCHEZ, Antonio Cazorla. *Franco*: biografia do mito. Madrid: Alianza Editorial, 2015.
SANSÃO, Luiza. Ameaças e agressão do CCC a Rocha Barros causaram sua morte. *Revista Adusp*, São Paulo, mai. 2013.
SANTANA, Inês Helena Batista de. *"Desquite" e relações de gênero e sexualidade na narrativa de mulheres do Recife/PE*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Vera Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, 2020.
SANTOS, Gildenor Carneiro dos. *Religião, sociedade e educação*: a atuação do padre Demócrito Mendes de Barros em Serrinha (BA) (1950-1992). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.
SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. *O outro lado da Rua Maria Antônia:* a atuação das juventudes de direita em 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
SANTOS, Tânia M. V.; PEREIRA, Ana Maria G.; LOPES, Reginaldo G. C.; DEPES, Daniela B. Tempo transcorrido entre o início dos sintomas e o diagnóstico de endometriose. *Einstein*, São Paulo, v. 10, n. 1, 2012.
SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 16, 2001.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. “A criação da mulher”: um ardil para a história das mulheres? In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
SCHULTZ, Sabrina. *Terrorismo de Estado:* a tortura como uma das formas de sua expressão. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
SCHWARCZ, Lília M.; STERLING, Heloísa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
SCOTT, Joan. Fantasias do milênio: o futuro do gênero no século XXI. Tradução: Flavia Costa Cohim Silva. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 12, n. 39, jan./jun. 2019.
_____. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.
_____. Os usos e abusos do gênero. Tradução: Ana Carolina E. C. Soares. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, dez. 2012.
SHIELDS, Stephanie A.; GARNER, Dallas N.; DI LEONE, Brooke; HADLEY, Alena M. Gender and emotion. In: STETS, Jan E.; TURNER, Jonathan E. *Handbook of the sociology of emotions*. Riverside: Springer, 2006.
SIEGEL, Rachel Josefowitz. Antisemitism and sexism in stereotypes of Jewish woman. *Women & Therapy*, Londres, v. 5, n. 2, 1986.
SILVA, Bárbara Yanara da. Arquétipos esquecidos e resgatados: a ressignificação da Femme Fatale. Simpósio Nacional de Estudos de Religião da UEG. *Anais,* v. 1, Goiás, 2019.
SILVA, Carla Luciana. *A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.
SILVA, Newton Ferreira da. *O pensamento de Che Guevara*: homem novo, trabalho e consciência na revolução cubana. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
SIMÃO, Andréa Branco. “Se eu não tivesse me guardado...”. Histórias sobre sexo e casamento nos anos 60. Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos. *Anais*... Florianópolis, 2010.
SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010), vol. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
SOARES, Silmária Fábia de Souza. *Entre dados e controvérsias*: a influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
SORJ, Bernardo. Sociabilidade brasileira e identidade judaica: as origens de uma cultura não antissemita. In: SORJ, Bila (org.). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
STEEGE, Paul; BERGERSON, Andrew Stuart; HEALY, Maureen; SWETT, Pamela E. The history of everyday life: a second chapter. *The Journal of Modern History*, v. 8, n. 2.
STEPHAN, Auresnede Pires. A criação do IADÊ, Instituto de Arte e Decoração - 1959. *DAT JOURNAL*, São Paulo, v. 5, n. 2, 2020.
TEIXEIRA, Kelly Cristina; SILVA, Tamy Amorim da. Afetos construídos: solidariedade na resistência às ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Políticas de emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.
TELÓ, Fabrício. *Organizações armadas e camponeses*: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TORRES, Juliana I. S. L.; et al. Endometriose, dificuldades no diagnóstico precoce e a infertilidade feminina: uma revisão. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 6, 2021.
TORRES, Mateus Gamba. O Judiciário e o Ato Institucional n° 5: repressão e acomodação em 1968. *MovimentAção*, Dourados, v. 5, n. 9, 2018.
TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.
TUTUI, Mariane Pimentel; OLIVEIRA, Raoni Aratana Ferreira. "Ousar lutar, ousar vencer": o busto de Carlos Lamarca como arte pública e patrimônio histórico de Cajati – SP. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 12, n. 2, 2018.
VALLE, Maria Ribeiro do. *1968, o diálogo é a violência:* movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2016.
WEGNER, Felipe Henrique. *A nação que salvou a si mesma:* o CCC e sua luta contra a "subversão". Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
WIERLING, Dorothee. The history of everyday life and gender relations: on historical and historiographical relationships. In: LÜDTKE, Alf (org.). *The history of everyday life:* reconstructing historical experiences and ways of life. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
WITZTUM, Eliezer; STEIN, Daniel. Suicide in Judaism with a special emphasis on Modern Israel. *Religions,* Basileia, v. 3, 2012.
WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.
_____. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, v. 13, n. 2, mai./ago. 2009.
_____. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010

VERBETES

ANTÔNIO RAYMUNDO LUCENA. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/40slCb9. Acesso em: 15 mar. 2023.
BLANQUISMO. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3BwqzWi. Acesso em: 12 dez. 2022.
BRICENI. In: *JewishGen*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3BOtBVq. Acesso em: 22 mai. 2023.
CARLOS ROBERTO ZANIRATO. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3VqVwD6. Acesso em: 1 dez. 2022.
CARMEN JACOMINI. In: *Memorial da Resistência de São Paulo*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/413qHHX. Acesso em: 20 fev. 2023.
CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA. In: *Memorial da Resistência*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/40OVdo8. Acesso em: 3 abr. 2023.
EREMIAS DELIZOICOV. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3HUjNgk. Acesso em: 2 fev. 2023.
FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3F7Mw01. Acesso em: 28 nov. 2022.
GUETOS. In: *Enciclopédia do Holocausto*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3IUG8dY. Acesso em: 3 jun. 2023.

HOMIZIO. In: *Dicionário Online de Língua Portuguesa*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3xTgm3U. Acesso em: 24 nov. 2022.
IARA IAVELBERG. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Iara_Iavelberg. Acesso em: 9 mar. 2022.
JOÃO DOMINGOS DA SILVA. In: *Memórias da ditadura*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3U3COA1. Acesso em: 28 nov. 2022.
JOELSON CRISPIM. In: *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3zpHN62. Acesso em: 31 mar. 2023.
JOSÉ GOMES TEIXEIRA. In: *Memorial da Resistência*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3oFrJev. Acesso em: 3 abr. 2023.
JOSÉ MARIA CRISPIM. In: *FGV CPDOC*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3PTMyur. Acesso em: 26 ago. 2022.
LEONEL BRIZOLA. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3QaH4Mq. Acesso em: 11 jul. 2022.
MASSACRE DA NOITE DE SÃO BARTOLOMEU. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/2NINZkj. Acesso em: 4 nov. 2022.
MEZUZÁ. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mezuz%C3%A1. Acesso em: 24 nov. 2022.
NORBERTO NEHRING. In: *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*, São Paulo, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3HMWLZ5. Acesso em: 31 jan. 2023.
PAULINE PHILIPE REICHSTUL. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3TLnGaJ. Acesso em: 23 out. 2022.
PICHAR. In: *Dicionário Online de Língua Portuguesa*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3gwvpeN. Acesso em: 24 nov. 2022.
PINIMBA. In: *Dicionário Online de Língua Portuguesa*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3RL9LQq. Acesso em: 6 out. 2022.
PIRAMBA. In: *Dicionário Informal*, 15 abr. 2010. Disponível em: https://bit.ly/3Y89b2D. Acesso em: 28 fev. 2023.
PUTSCHISMO DA CERVEJARIA. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/2VnkPr2. Acesso em: 12 dez. 2022.
RUI AGUIAR DA SILVA LEME. In: *FGV CPDOC*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://bit.ly/3vBJZWy. Acesso em: 2 ago. 2022.
SECTARISMO. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3VSKAi3. Acesso em: 23 out. 2022.
SOLANGE LOURENÇO GOMES In: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3NyB16n. Acesso em: 31 mar. 2023.
WANDERLÉA. In: *Wikipédia*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3U3COA1. Acesso em: 24 nov. 2022.

SITES

SZWARCBART, Myriam. Apresentando a Sinagoga Israelita Paulista. *As sinagogas em São Paulo - arte e arquitetura judaica*, São Paulo, 15 jan. 2018. Disponível em: https://bit.ly/43mrd3U. Acesso em: 23 mai. 2023.
_____. Apresentando o Centro Israelita do Cambuci. *As sinagogas em São Paulo - arte e arquitetura judaica*, São Paulo, 20 out. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3oF5eGH. Acesso em: 23 mai. 2023.
_____. Santos, Hotel Brickman e comentários sobre a comunidade judaica santista. *As sinagogas em São Paulo - arte e arquitetura judaica*, São Paulo, 29 ago. 2021. Disponível em: https://bit.ly/43V9MIj. Acesso em: 23 mai. 2023.

VIANA, Eliete. FFLCH reedita dois livros sobre a sua história na sede da Rua Maria Antônia. *FFLCH*, 28 set. 2018. Disponível em: https://www.fflch.usp.br/957. Acesso em: 13 fev. 2022.
ATENDIMENTOS à comunidade. *IPUSP*, s.d. Disponível em: https://www.ip.usp.br/site/servicos-a-comunidade/. Acesso em: 11 fev. 2022.
CONSULTA Remédios. Disponível em: https://bit.ly/42sGaSr. Acesso em: 21 mar. 2023.
MUSEU da Imigração do Estado de São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3MSqkek. Acesso em: 23 mai. 2023.
NAMING a child. *Shiva.com*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/42aZSkj. Acesso em: 29 mai. 2023.
ORIGENS. *ECA*, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3oNZ2bR. Acesso em: 11 fev. 2022.
UNITED Nations agencies call for ban on virginity testing. *World Health Organization*, Geneva, 17 out. 2018. Disponível em: https://bit.ly/41UCibx. Acesso em: 20 mai. 2023.
ÚTERO infantil: o que é? *Reprodução humana MaterDei*, Belo Horizonte, s.d. Disponível em: https://bit.ly/3VcC3a7. Acesso em: 26 abr. 2023.
YAD Vashem. Disponível em: https://www.yadvashem.org/. Acesso em: 22 mai. 2023.
YIVO – Institute for Jewish Research. Disponível em: https://bit.ly/3otd5XV. Acesso em: 23 mai. 2023.

LISTA DE NOMES E CODINOMES

Ademir, Dias	Alípio Antônio Nunes Neto
Adriana	Nilda Carvalho Cunha
Alberto	José Araújo de Nóbrega
Amarelo	Wilson Egídio Fava
André	Delci Fensterseifer
Antenor	Yoshitane Fujimori
Araújo	Diógenes Sobrosa de Souza
Ari	Adilson Ferreira da Silva
Armando	Otacílio Pereira da Silva
Átila	Valneri Neves Antunes
Augusto	Onofre Pinto
Auro	Ismael Antônio de Souza
Bacuri, Basílio	Eduardo Collen Leite
Batista	Reinhold Amadeo Klement
Bento	Antônio Roberto Espinosa
Cecília	Renata Ferraz Guerra de Andrade
Célia	Iara Iavelberg
Cardoso	Samuel Iavelberg
Careca	Walter Ribeiro Novaes
Carlos	Gilberto Faria Lima
Cid	Carlos Lamarca
Clarice	Sônia Lafoz
Cláudio	Carlos Lamarca
Cláudio	Júlio Barone
Cláudia	Iara Iavelberg
Cristina	Ana Matilde Tenório da Motta
Daniel	Herbert Eustáquio de Carvalho
Diogo	Fernando Carlos Mesquita Sampaio
Dino	Roberto Menkes
Dino	João Lopes Salgado (MR-8)
Dora	Iara Iavelberg
Dora	Maria Lúcia Carvalho

Doutor	Antônio Raymundo de Lucena
Edgard	Yoshitane Fujimori
Eduardo	Antenor Machado dos Santos
Eduardo	César Queiróz Benjamin (MR-8)
Emiliano	Mario de Bejar Revollo
Escoteiro	Hamilton Fernando Cunha
Felipe	Alfredo Sirkis
Fio	João Lopes Salgado
GG, Getúlio	Pedro Lobo de Oliveira
Gordinho	Alípio Antônio Nunes Neto
Gregório	Ubiratan de Souza
Hans	Alex Polari de Alverga
Helena	Maria Lúcia Carvalho (VPR)
Helena	Maria Nazareth da Cunha Rocha (FLN)
Hélio	Antônio Roberto Espinosa
Henrique	Devanir José de Carvalho (MRT)
Henrique	Paulo César Xavier Pereira (VPR)
Isaac	Herbert Eustáquio de Carvalho
Ivo	Fernando Kolleritz
Jacques Dias	Alípio Antônio Nunes Neto
Jair	Edmauro Gopfert
Jamil	Ladislau Dowbor
Joana	Ieda dos Reis
João	Carlos Lamarca
Joaquim	Roberto Cardoso Ferraz do Amaral
Judith	Dulce Maia de Souza
Júlio	Celso Lungaretti
Juraci	José Rodrigues Ângelo Junior
Juvenal	Juares Guimarães de Brito
Kid	José Carlos de Souza
Laercio	Wilson Egídio Fava
Leda	Inês Etienne Romeu
Lia	Maria do Carmo Brito

Liana	Iara Iavelberg
Lino	Antônio Roberto Espinosa
Lira	Wellington Moreira Diniz
Léo	Darcy Rodrigues
Lourenço	Celso Lungaretti
Lucas	Izaías do Vale Almada
Luiz	Diógenes José Carvalho de Oliveira
Manoel	João Carlos Kfouri Quartim de Moraes
Manoel	Felix Escobar (MR-8)
Márcio	Antônio André Camargo Guerra
Marcos	José Olavo Leite Ribeiro
Maria	Irani das Graças Martins
Mariana	Sonia Lafoz
Mariana	Tereza Ângelo
Mário, Japa	Chizuo Osava
Miguel	Oswaldo Soares
Menininho	César Queiróz Benjamin
Moisés	José Raimundo da Costa
Nelson	Ladislau Dowbor
Nícola	José Lavecchia
Norma	Iara Iavelberg
Otávio	Ubajara Silveira Roriz
Paiva	Manoel Dias Nascimento
Paraíba	César Queiróz Benjamin
Patrícia	Carmen Monteiro dos Santos
Paulinho	Antônio Nogueira da Silva Filho
Pereira	José Ibrahim
Peres	Roque Aparecido da Silva
Plácido	Édson Neves Quaresma
Portuga	Osvaldo dos Santos
Raquel	Zenaide Machado de Oliveira
Rita	Iara Iavelberg
Roberto Gordo	José Ronaldo Tavares de Lira e Silva
Rocha	José Carlos de Souza

Rogério	Ariston Lucena
Roque	Joaquim Alencar de Seixas
Rui	Valdir Sarapu
Salgado	Sérgio Ferro
Sebastião	Francisco Luiz Salles Gonçalves
Silvia	Maryse Farhi
Silvio	Claudio de Souza Ribeiro (Pará)
Sônia	Hilda Fadiga
Tadeu	Antônio Melo Carlos Ferreira
Tia	Tercina Dias de Oliveira
Toledo	Joaquim Câmara Ferreira
Xavier	Hermes Camargo Baptista

ANEXOS

Anexo 1: quadro dos contatados para conceder entrevista

N°	Nome	Resposta	Data da entrevista
1	Albertina de Oliveira Costa	Aceitou	9 dez. 2020, audiovisual
2	Alberto Strozenberg	Não respondeu	--
3	Alex Polari de Alverga	Recusou	--
4	Aloysio Nunes Ferreira Filho	Não foi encontrado	--
5	Aluízio Palmar	Checagem de fatos	--
6	Álvaro Duran	Checagem de fatos	--
7	Ana Matilde Tenório da Motta	Aceitou	2 set. 2022, audiovisual
8	Angela Mendes de Almeida	Não respondeu	--
9	Antenor Machado dos Santos	Não foi encontrado	--
10	Antônio André Camargo Guerra	Faleceu	--
11	Antônio de Pádua Machado Prado Jr.	Aceitou	9 nov. 2020, audiovisual
12	Armando Strozenberg	Checagem de fatos	--
13	Atamilca Ortiz Novais	Aceitou	15 mai. 2021, áudio
14	Beatriz Rosenberg	Aceitou	10 mai. 2021, audiovisual
15	Betty Chachamovitz	Recusou	--
16	Betty Milan	Respondeu por e-mail	--
17	Carlos Alberto Gonçalves Leite	Respondeu por e-mail	--
18	Carlos Alberto Lobão	Checagem de fatos	--
19	Carlos Alberto Muniz	Aceitou	Ainda não realizada
20	Carlos Alberto Sardenberg	Aceitou	17 fev. 2022, audiovisual
21	Carlos Fajardo	Não respondeu	--
22	Carlos Heck	Aceitou, mas sem gravação	14 jul. 2021, audiovisual
23	Carmen Helena do Vale Barbosa	Checagem de fatos	--
24	Carmen Lúcia de Camargo Barros	Não foi encontrada	--
25	Catarina Meloni	Aceitou, mas não respondeu mais	--
26	Cecília Scheinberg	Aceitou	16 dez. 2020, áudio
27	Célia Nunes Galvão	Não foi encontrada	--
28	Celso Lungaretti	Aceitou	8 out. 2020, áudio
29	César Benjamin	Aceitou, mas não respondeu mais	--

30	Cláudio Willer	Aceitou	14 out. 2020, audiovisual
31	Clotilde Magaldi	Aceitou	18 set. 2020, audiovisual
32	Christian Dunker	Checagem de fatos	--
33	Darcy Rodrigues	Faleceu	--
34	Daniel Muñoz	Não respondeu	--
35	Delci Fensterseifer	Aceitou	15 mai. 2021, áudio
36	Denise Peres Crispim	Aceitou	1 out. 2020, audiovisual
37	Dilma Vana Rousseff	Não respondeu	--
38	Ediane Lobão	Checagem de fatos	--
39	Edmauro Gopfert	Aceitou	1 out. 2020, audiovisual
40	Elaine Pedreira Rabinovich	Aceitou	22 dez. 2020, áudio
41	Elias Rocha Barros	Aceitou	2 set. 2020, audiovisual
42	Emir Sader	Respondeu por e-mail	--
43	Evelise Marra	Aceitou	28 set. 2020, audiovisual
44	Felícia Reicher Madeira	Aceitou	18 nov. 2020, audiovisual
45	Fernando Carlos de Mesquita Sampaio	Recusou	--
46	Fernando Henrique Cardoso	Recusou	--
47	Fernando Sanna Pinto	Não foi encontrado	--
48	Flávio Frederico	Checagem de fatos	--
49	Flora Strozenberg	Aceitou	27 abr. 2021, audiovisual
50	Gicela Mala Abramovitc	Recusou	--
51	Gilda Bacal Fucs	Recusou	--
52	Guilherme Catalani	Faleceu	--
53	Heloísa Helena Magalhães	Não respondeu	--
54	Hilda Fadiga	Impossibilidade por questões de saúde	--
55	Hilda Strozenberg	Não respondeu	--
56	Hildenê Landau	Não respondeu	--
57	Honório Lima Filho	Aceitou	19 abr. 2021, áudio
58	Ieda dos Reis	Aceitou	11 mai. 2022, audiovisual
59	Ileana Petti	Checagem de fatos	--
60	Irani das Graças Martins	Aceitou	3 dez. 2020, áudio

61	Ivan Seixas	Aceitou	28 ago. 2020, audiovisual
62	Ivo Ellenbogen	Checagem de fatos	--
63	Izaías do Vale Almada	Aceitou	20 out. 2022, audiovisual
64	Jary Cardoso	Respondeu por e-mail	--
65	João Lopes Salgado	Aceitou	8 dez. 2020, audiovisual
66	João Parisi Filho	Faleceu	--
67	João Quartim de Moraes	Aceitou	27 ago. 2020, audiovisual
68	Joaquim dos Santos	Não foi encontrado	--
69	José Arthur Bagatini	Aceitou	3 dez. 2020, áudio
70	José Carlos de Souza	Aceitou	26 mar. 2021, audiovisual
71	José Cipolla Neto	Não respondeu	--
72	José Araújo de Nóbrega	Aceitou	14 nov. 2020, audiovisual
73	José Dirceu	Aceitou	17 nov. 2020, audiovisual
74	José Fidelis Sarno	Checagem de fatos	--
75	José Ivan Dantas Pugliese	Aceitou	19 fev. 2021, audiovisual
76	José Olavo Leite Ribeiro	Aceitou	28 ago. 2020, audiovisual
77	José Ronaldo Tavares de Lira e Silva	Não foi encontrado	--
78	Katsumasa Hoshino	Não respondeu	--
79	Ladislau Dowbor	Recusou	--
80	Laerte Coaracy	Checagem de fatos	--
81	Laerte Dorneles Meliga	Aceitou	17 ago. 2021, audiovisual
82	Lea Ester Colombo	Respondeu por mensagem de texto	--
83	Lilian Quintão	Não respondeu	--
84	Liszt Vieira	Aceitou	7 out. 2020, audiovisual
85	Lucia Frommer	Checagem de fatos	--
86	Lucia Vieira Sarapu	Aceitou	14 set. 2020, audiovisual
87	Lúcia Velloso Maurício	Aceitou	4 dez. 2020, audiovisual
88	Luciano Coutinho	Respondeu por mensagem de texto	--
89	Luis Carlos Max do Nascimento	Aceitou, mas não respondeu mais	--

90	Maria do Carmo Brito	Respondeu por mensagem de texto	--
91	Maria do Carmo Buarque de Hollanda	Checagem de fatos	--
92	Maria do Carmo Reginato	Aceitou	13 jul. 2021, audiovisual
93	Maria Helena Souza Patto	Não respondeu	--
94	Maria Inês Fingermann	Checagem de fatos	--
95	Maria Lúcia Carvalho	Aceitou	15 set. 2020, audiovisual
96	Maria Lygia Quartim Moraes	Aceitou	22 jun. 2022, audiovisual
97	Maria Margarida Moreira J. de Carvalho	Não foi encontrada	--
98	Mariana Pamplona	Checagem de fatos	--
99	Marie-Christine Laznik	Aceitou	24 jan. 2021, audiovisual
100	Marina Heck	Aceitou	18 jan. 2021, audiovisual
101	Marina Tschiptschin	Aceitou	2 fev. 2021, áudio
102	Marta Mantovani	Não respondeu	--
103	Mary Jane Paris	Recusou	--
104	Maryse Farhi	Aceitou	22 set. 2020, audiovisual
105	Miriam Abramovay	Aceitou	18 set. 2020, audiovisual
106	Moacyr Urbano Villela	Aceitou	1 jul. 2021, audiovisual
107	Mônica Ilenburg Pimenta	Não respondeu	--
108	Nilson Venâncio	Aceitou, porém faleceu	--
109	Oswaldo Soares	Não foi encontrado	--
110	Paulo de Tarso Venceslau	Aceitou	29 set. 2020, audiovisual
111	Pedrina Carvalho	Aceitou	31 mar. 2021, áudio
112	Raul Iavelberg	Aceitou	31 ago. 2020, audiovisual
113	Remo Fevorini	Respondeu por e-mail	--
114	Renata Ferraz Guerra de Andrade	Aceitou	11 set. 2020, audiovisual
115	Renata Souza Dantas	Não foi encontrada	--
116	Renato Tapajós	Checagem de fatos	--

117	Ricardo Corrêa Pimenta	Ajuda com contatos	--
118	Roberto Cardoso Ferraz do Amaral	Aceitou	24 set. 2020, áudio
119	Roberto Schwarz	Não respondeu	--
120	Rodolfo Nanni	Checagem de fatos	--
121	Rosa Iavelberg	Recusou	--
122	Rubens Bergel	Não respondeu	--
123	Salomon Strozenberg	Faleceu	--
124	Samuel Iavelberg	Aceitou	20 ago. 2020, audiovisual
125	Samuel Haberkorn	Faleceu	--
126	Sergio Ferro	Aceitou	24 ago. 2021, audiovisual
127	Shirley Schreier	Aceitou	16 nov. 2020, áudio
128	Chizuo Osava/Mário Japa	Aceitou	1 set. 2020, áudio
129	Silvério Soares Ferreira	Aceitou	3 set. 2020, audiovisual
130	Sônia Lafoz	Não foi encontrada	--
131	Sonia Bromberger	Aceitou	19 nov. 2020, audiovisual
132	Sônia Miriam Draibe	Recusou	--
133	Susana Rossberg	Respondeu por e-mail	--
134	Suzete Motta	Aceitou	8 set. 2020, audiovisual
135	Wellington Moreira Diniz	Aceitou	12 set. 2022, presencial
136	Wilson Egídio Fava	Aceitou	11 jan. 2021, audiovisual
137	Zenaide Machado de Oliveira	Checagem de fatos	--
138	Zuleide Aparecida do Nascimento	Aceitou	9 nov. 2020, audiovisual

Anexo 2: quadro das transcrições de entrevistas feitas por Judith Patarra

Número	Entrevistado
1	Agripino Alberto Domingues
2	Albertina Gordo de Oliveira Costa
3	Almir Dutton
4	Altair Lucchesi Campos
5	Aloysio Nunes Ferreira
6	Amélia Hamburguer
7	Ana Maria Santos
8	Anna Veronica Mautner
9	Antônia Maria Brandão Cipolla
10	Antônio de Pádua Prado Jr. e Iara Areias Prado
11	Antônio Eduardo Vieira de Almeida
12	Antônio José de Figueiredo
13	Antônio Roberto Espinosa
14	Arno Engelmann
15	Baldur Liesenberg
16	Benedicto Arthur Sampaio
17	Carlos Alberto Muniz
18	Carlos Heck
19	Carlos Paixão de Araújo
20	Cecilia Scheinberg
21	Ceici Kameyama
22	César Ades
23	César Queiróz Benjamin
24	Clarilza Prado e Evelise Marra
25	Claudio Tozzi
26	Claudio Willer
27	Consuelo de Castro
28	Cristina Camargo
29	Darcy Rodrigues
30	Decio Bar
31	Deusa Quintiliano
32	Dilma Vana Rousseff
33	Dina Sfat
34	Dulce Maia
35	Ecléa Bosi

36	Eder Sader
37	Edite Traiman
38	Eduardo Carvalho
39	Eduardo Kugelmas
40	Elias da Rocha Barros
41	Emir Sader
42	Eva Iavelberg e David Iavelberg
43	Evandir Rocha
44	Fábio Londa
45	Felícia Reicher Madeira
46	Fernando Kolleritz
47	Flávio Koutzii
48	Francisco Salles
49	Geísa Marinho Holanda
50	Hamilton Safira
51	Henry Sobel
52	Honório Lima Filho
53	Ida Klain Czeresnia
54	Inês Etienne Romeu
55	Irto de Souza
56	Ivan Akselrud de Seixas
57	Jaileno Sampaio da Silva
58	Jandira Masur
59	João Lopes Salgado
60	João Quartim de Moraes
61	Jocimar Archângelo
62	José Carlos de Souza
63	José Dirceu
64	José Ivan Pugliese
65	José Severo de Camargo Pereira
66	Jovelina Tonello Mantovani e Manoel Dias do Nascimento
67	Julio Barone
68	Ladislau Dowbor
69	Leôncio Martins Rodrigues
70	Leônia Cunha
71	Lourdes Sola
72	Lúcia Bernadette Cunha
73	Lucia Vieira Sarapu
74	Lúcia Velloso Maurício

75	Luiz Arthur de Carvalho
76	Marcos Medeiros [manuscrita ilegível]
77	Maria Cecília Spina Forjaz
78	Maria Clotilde Magaldi
79	Maria do Carmo Brito
80	Maria do Carmo Campello de Souza (Carmute)
81	Maria do Carmo Reginato de Carvalho
82	Maria Helena Steiner
83	Maria Inês Fingermann e Maria Antonieta Próspero Oliveira
84	Maria Alice Machado Gouveia
85	Maria Alice Vanzolini da Silva Leme
86	Maria Lúcia Carvalho
87	Maria Lúcia Campello
88	Maria Nazaré Campos Araújo e Antônio José de Araújo
89	Marie-Christine Laznik
90	Marina Heck
91	Marina Tschiptschin
92	Mary Jane Spink
93	Maryse Farhi
94	Milton Mendes Filho
95	Miriam Abramovay
96	Moacyr Urbano Villela
97	Moisés Iavelberg
98	Paulo José Gomez de Souza
99	Paulo Rezende
100	Pedro Augusto Frazão de Vasconcelos
101	Rachel Rosenberg
102	Raimundo [não identificado]
103	Raul Iavelberg
104	Raul Fiker
105	Regina Sader
106	Renata Ferraz Guerra de Andrade
107	Renata Souza Dantas
108	Renato Laforet
109	Roberto Cardoso Ferraz do Amaral
110	Roberto Schwarz
111	Rodolfo Nanni
112	Rosa Iavelberg
113	Rose Lacreta [manuscrita ilegível]

114	Rubens Glasberg
115	Samuel Iavelberg
116	Sérgio Ferro
117	Sérgio Lima
118	Shirley Weiser Ellenbogen
119	Silvério Soares Ferreira
120	Sonia Lafoz
121	Sonia Novinsky
122	Ulysses Telles Guariba
123	Valdir Sarapu
124	Walnice Galvão
125	Washington Martins
126	Zenaide de Oliveira

Anexo 3: quadro de fitas gravadas por Judith Patarra, que não possuíam transcrição

Número	Entrevistado
1	Anette Wajnsztejn
2	Bernardo Reicher
3	Bernardo Winer
4	Jaime Schreier
5	Norberto Abreu e Silva Neto